

DISCURSOS CONTIDOS NESTE VOLUME

ALENCASTRO GUIMARAES

Sobre as informações prestadas pela Companhia Nacional de Alcalis	Págs. 1.587
Os problemas financeiros do País	1.650
A construção do estádio de basquetebol; notícias da imprensa	1.703
Projeto de Lei do Senado Federal nº 23 de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lloide Brasileiro	1.739
A exploração das jazidas de manganês da região de Bonfim e a questão do transporte	1.783

ALFREDO NEVES

O ensino médico no Brasil	1.548
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diplomas de curso superior — Págs. 1.552, 1.562, 1.563, 6 e 7 (supl. ao nº 109)	109)
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 12 (supl. ao nº 109), 1.574, 1.575, 1.577, 1.589, 1.590, 1.592 e	1.602
Projeto de Resolução nº 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar	1.707
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários	1.718
Dirigindo apelo ao Sr. Presidente da República no sentido de amparar os lavradores fluminenses	1.721
Expondo ao Senado as observações que fez durante sua visita ao norte do Paraná	1.728
Explicação pessoal	1.757
Requerendo verificação de votação — Págs. 1.719 e	1.792
Os problemas agrícolas do País	1.799

ALFREDO SIMCH

Notícias da imprensa sobre a situação política do Rio Grande do Sul	1.729
---	-------

ALOYSIO DE CARVALHO

Projeto que aprova o convênio cultural entre o Brasil e a Espanha; declaração de voto — Págs. 1.715 e	1.744
Requerendo verificação de votação	1.756
Requerimento nº 375, de 1954, que solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1954	1.756
Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1954, que abre crédito para pagamento de gratificação a professor de Magistério Militar	1.757
Projeto de Lei da Câmara nº 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-Leis ns. 8.794 e 8.795, de 1946	1.759
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias	1.771
Requerendo dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 1952	1.800
Requerimento nº 21, de 1954, que solicita seja consignado em ata voto de regosijo pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do primeiro submarino acionado a força atômica	1.800

Págs.

Requerimento nº 200, de 1954, que solicita inserção em ata de voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu	1.801
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que dispõe sobre dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino — Págs. 1.743 e	1.809

ALVARO ADOLPHO

Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1952, que reajusta as dívidas dos seringalistas financiados pelo Banco de Crédito da Borracha	1.810
--	-------

ATTILIO VIVACQUA

Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego	1.586
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 1.590 e	1.615
Transmitindo ao Senado os agradecimentos e o apoio da classe dos mineradores nacionais	1.641
Sobre o projeto que regula o plano da valorização econômica do Vale do Piraquê	1.829

BERNARDES FILHO

Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal	1.576
Comemorando aniversário do vespertino «O Globo»	1.828

CARLOS LINDENBERG

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga	1.758
---	-------

COSTA PARANHOS

Comemorando aniversário de «O Popular»	1.598
Sobre a exclusão de cafeicultores do Estado do Paraná como membros da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café	1.689
Ocorrências políticas verificadas em Goiânia	1.704
Dirigindo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda que cabem aos Municípios do Estado de Goiás	1.729
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que dispõe sobre dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino	1.743
As informações prestadas pela Prefeitura de Ceres sobre a provável existência de petróleo na cidade de Rialma	1.755
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias — Págs. 1.737, 1.770 e	1.771
Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar	1.773
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que modifica a Lei nº 1.728, de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino	1.785
Pesar pelo falecimento do Sr. Alberto Carneiro da Cunha Nobre	1.807
A construção do novo edifício do Senado Federal; notícias da imprensa	1.819
Comunicando aniversário do vespertino «O Globo»	1.829

COSTA PEREIRA

Págs.

Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 5 e 6 (supl. ao nº 109)	1.550
--	-------

DARIO CARDOSO

Fazendo uma retificação a discurso pronunciado pelo Sr. Francisco Gallotti	1.565
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 5 e 6 (supl. ao nº 109)	1.572
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal; questão de ordem	1.614
Pesar pelo falecimento do Sr. Cylineu de Araújo	1.653
Respondendo a discurso do Sr. Bernardes Filho sobre a política desenvolvida pelo Sr. Presidente da República com referência ao Estado de Minas Gerais	1.655
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952	1.670
Sobre a ata	1.676
Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1952, que aprova o Convênio Cultural firmado entre o Brasil e a Espanha	1.694
Sobre a base de financiamento do café goiano	1.708

DURVAL CRUZ

Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 1.577 e	1.590
--	-------

ESPIRIDIAO FARIAS

Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego	1.585
---	-------

EUCLYDES VIEIRA

Pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Rodolfo da Rocha Miranda	1.547
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diplomas de curso superior — Págs. 1.563 e	1.564
Requerendo prorrogação da hora do Expediente	1.572

EZECHIAS DA ROCHA

Sobre a Convenção Ortográfica de 1943 entre o Brasil e Portugal e o Acórdão Ortográfico entre os dois Países, aprovado pelo Decreto-lei nº 8.286, de 1945	1.773
O caso do Estado da Índia; notícias da imprensa	1.807

FERREIRA DE SOUZA

Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal	1.615
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953 que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952 — Págs. 1.635 e	1.636
Requerimento nº 338, de 1954, que solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1951	1.638
Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 1952, que aprova o Convênio Cultural firmado entre o Brasil e a Espanha ..	1.708
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias	1.771

FLAVIO GUIMARAES

A situação da indústria de madeira do Paraná	1.602
O projeto de lei que institui o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática nas escolas de medicina	1.651
Requerendo verificação de votação	1.705
Sobre a Convenção Ortográfica de 1943, entre o Brasil e Portugal, e o Acórdão Ortográfico entre os dois Países, aprovado pelo Decreto-lei nº 8.286, de 1945 — Págs. 1.710 e	1.720
Requerendo prorrogação da hora do Expediente — Págs. 1.652 e	1.730
Projeto que aprova o Convênio Cultural firmado entre o Brasil e a Espanha	1.744
Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar	1.812

FRANCISCO GALLOTTI

Págs.

Pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Rodolpho da Rocha Miranda	1.548
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior	
Requerimento nº 375, de 1954, que solicita urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1954	1.756
Projeto de Resolução nº 37, de 1954, que concede aposentadoria a funcionário do Senado Federal	1.756

GEORGINO AVELINO

Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego	1.586
Requerendo prorrogação da hora do Expediente	1.587
A situação da indústria do sal no Rio Grande do Norte	1.703

GOMES DE OLIVEIRA

Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 5 (supl. ao nº 109)	1.552
O decreto que fixou o salário mínimo — Págs. 1.560 e	1.651
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 13 (supl. ao nº 109), 1.575 e	1.603
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários — Págs. 1.716, 1.717 e	1.719
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo — Págs. 1.692, 1.719 e	1.731
Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1954, que abre crédito para pagamento de gratificação a professores do Magistério Militar	1.760
Sobre a ata	1.760

HAMILTON NOGUEIRA

Comemorando aniversário do «Correio do Dia» e emprestando apóio à lei que institui o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática nas escolas de medicina	1.574
Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Costa Rego	1.585
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal	1.591
Saudando parlamentares britânicos	1.600
As autarquias e a chamada lei dos símbolos	1.602
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 1.549, 1.551, 1.552, 1.562, 1.563, 7 (supl. ao nº 109), 1.574 e	1.634
A vigilância ao Comunismo Internacional proclamada na Conferência de Caracas	1.667
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários	1.680
Pesar pelo falecimento do Sr. Angioni Costa	1.687
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1952, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952	1.690
Prestando homenagem ao Sr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto	1.704
Protestando contra a propaganda comunista feita pelo Consulado da Polônia, em São Paulo	1.769

IVO D'AQUINO

Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior	1.551
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — (Supl. ao 109)	13
Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1954, que abre crédito ao Ministério da Viação e Obras Públicas destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte	1.695
Projeto de Resolução nº 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar	1.707
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários — Págs. 1.679 e	1.717
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo	1.732
Projeto de Lei da Câmara nº 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 1946 ..	1.759

	Págs.
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que modifica a Lei nº 1.728, de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino	1.787
Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 1951, que altera a Lei nº 705, de 1949, que regula o repouso remunerado	1.792
JOAQUIM PIRES	
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — (suplemento ao nº 109)	13
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 13 (supl. ao nº 109), 1.575, 1.602, 1.603 e	1.615
Requerendo verificação de votação — (supl. ao nº 109)	13
Sobre o financiamento da cêra de carnaúba	1.653
Declaração de voto ao Requerimento nº 404, de 1954	1.819
LEVINDO COELHO	
Apelando pela harmonia política de Minas Gerais	1.599
LORD CROMER (Visitante)	
Agradecendo, em nome dos parlamentares britânicos, as homenagens recebidas	1.600
LUIS TINOCO	
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal	1.573
Requerendo verificação de votação	1.695
MARCONDES FILHO	
Sobre projeto de lei, de sua autoria, que institui o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática, nas escolas de medicina — Págs. 1.546 e	1.792
Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego	1.586
MOZART LAGO	
Requerimento nº 349, de 1954, que solicita urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1951 — (supl. nº 109)	4
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado — Págs. 12 e 13 (supl. ao nº 109), 1.574 e	1.592
Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Costa Rego	1.585
O ingresso das Sras. Dinah Silveira de Queiroz, Helena Silveira e Ondina Ferreira na Academia Brasileira de Letras	1.598
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 1.549, 1.550, 1.551, 1.563, 1.564, 1.565, 5, 6 e 7 (supl. ao nº 109) e	1.634
Requerimento nº 335, de 1954, que solicita urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954	1.637
Requerimento nº 338, de 1954, que solicita inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1951	1.638
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952 — Págs. 1.636, 1.670 e	1.690
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários — Págs. 1.680, 1.717 e Comemorando aniversário do vespertino «A Noite»	1.718
Sobre a redação final do projeto que concede aposentadoria aos trabalhadores	1.719
Projeto de Lei do Senado nº 11 de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga	1.756
Elogiando a atividade do 1º Secretário do Senado com referência às modificações que introduziu nos serviços da Secretaria da Casa	1.758
Requerendo verificação de votação — Págs. 1.603, 1.771 e ..	1.768
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias — Págs. 1.770, 1.771 e	1.772
Requerimento nº 21, de 1954, que solicita seja consignado em ata voto de regozijo pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Estados Unidos, do primeiro submarino acionado a força atômica	1.800

	Págs.
NESTOR MASSENA	
Requerendo prorrogação da hora do Expediente	1.560
Sobre o Decreto-lei que fixou o salário mínimo — Págs. 1.570 e	1.588
A situação política de Minas Gerais	1.588
Explicação pessoal	1.669
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários	1.717
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo — Págs. 1.691, 1.719 e	1.731
Projeto de Resolução nº 37, de 1954, que concede aposentadoria a funcionário do Senado Federal	1.757
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias — Págs. 1.770 e	1.771
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que modifica a Lei nº 1.728, de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino ..	1.799
NOVAES FILHO	
Pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego	1.587
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal	1.590
Dirigindo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda, que cabem aos municípios. O aproveitamento das quedas do Iguazu	1.768
Os problemas da lavoura canavieira de Pernambuco	1.827
ONOFRE GOMES	
Os problemas agrícolas do Estado do Ceará	1.610
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782 — Págs. 4 (supl. ao nº 109), 1.571, 1.670, 1.677, 1.690 e	1.696
Dirigindo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda que cabem aos municípios do Ceará	1.728
OTHON MADER	
Requerendo verificação de votação — Págs. 1.548 e	1.562
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 1.576 e	1.590
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 1.549, 1.550, 1.551, 1.563 e	1.604
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952	1.672
Protestando contra a exclusão de cafeicultores do Estado do Paraná como membros da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café	1.687
Projeto de Resolução nº 39, de 1954, que autoriza dois membros da Comissão de Transporte e Comunicações a participar do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagens	1.692
Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1954, que abre crédito ao Ministério da Viação e Obras Públicas para fins que especifica	1.696
Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que dispõe sobre dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino — Págs. 1.743 e	1.786
Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga	1.758
Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento	1.798
Requerimento nº 200, de 1954, que solicita inserção em ata de voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu	1.801
A exposição de motivos do Sr. Ministro da Fazenda, propondo a extinção da COFAP. Analisando a situação e as atividades do SAPS — Págs. 1.767 e	1.806
Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 1952, que modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5.976, de 1943	1.809
Sobre as atividades e ação administrativa do SAPS	1.818

PRESIDENTE

Convocando o Congresso Nacional para apreciar veto oposto pelo Presidente da República e deliberando sobre questão de ordem com referência à redação final de emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1953	1.561
Associando-se às homenagens prestadas ao Sr. Pedro da Costa Rego	1.587
Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 1.589, 1.591, 1.592 e	1.603
Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 1.548, 1.549, 1.550, 1.551, 1.552, 1.562, 1.563, 1.564, 5, 6 e 7 (supl. ao nº 109) e	1.634
Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários	1.680
Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952 — Págs. 1.636, 1.670, 1.677, 1.678 e	1.690
Projeto de Resolução que visa à reestruturação do funcionalismo do Senado	1.768

RUY CARNEIRO

Lendo carta dirigida ao Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro pelo Diretor do SAPS	1.829
---	-------

VIVALDO LIMA

Os trabalhos da Delegação Brasileira junto ao Comitê Executivo da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, realizado em Oslo — Págs. 1.808 e	1.818
---	-------

WALDEMAR PEDROSA

Projeto de Lei da Câmara n. 366, de 1953, que altera os cargos de serviço público civil que exigem diploma de curso superior	1.550
Requerendo prorrogação da hora do Expediente	1.611
A data de 23 de julho	1.782

WALTER FRANCO

Congratulando-se com a nomeação do Sr. Edgard do Rego Santos para Ministro da Educação	1.598
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias; deliberando sobre questão de ordem	1.772
Sobre a Redação final do Projeto de Resolução nº 27, de 1953 ..	1.809

MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME

	Págs.		Págs.
«A NOITE»		APOSENTADORIA	
Comemorando aniversário do vespertino —; discurso do Sr. Mozart Lago	1.719	Projeto que reajusta a — dos bancários; discursos — Págs. 1.679, 1.680, 1.716 a	1.718
ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS		Sobre a redação final do projeto que concede — aos trabalhadores; discurso do Sr. Mozart Lago	1.756
O ingresso das Sras. Dinah Silveira de Queiroz, Helena Silveira e Ondina Ferreira na —; discurso do Sr. Mozart Lago	1.598	ATA	
ALBERTO CARNEIRO DA CUNHA NOBRE		— da 72ª sessão em 1 de julho de 1954	1.541
Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.807	— da 73ª sessão, em 2 de julho de 1954	1.557
ANGIONE COSTA		— da 74ª sessão, em 2 de julho de 1954 (Extraordinária) Supl. ao n 109	3
Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.687	— da 75ª sessão, em 5 de julho de 1954	1.569
ANEXO		— da 76ª sessão, em 6 de julho de 1954	1.582
— ao parecer 462, de 1954	1.638	— da 77ª sessão, em 7 de julho de 1954	1.597
— ao parecer 465, de 1954	1.638	— da 78ª sessão, em 8 de julho de 1954	1.609
— ao parecer 466, de 1954	1.652	— da 79ª sessão, em 9 de julho de 1954	1.619
— ao parecer 469, de 1954	1.692	— da 80ª sessão, em 12 de julho de 1954	1.649
— ao parecer 470, de 1954	1.639	— da 81ª sessão, em 13 de julho de 1954	1.666
— ao parecer 480, de 1954	1.639	— da 82ª sessão, em 14 de julho de 1954	1.676
— ao parecer 481, de 1954	1.639	— da 83ª sessão, em 15 de julho de 1954 (Extraordinária)	1.685
— ao parecer 482, de 1954	1.639	— da 84ª sessão, em 16 de julho de 1954	1.702
— ao parecer 483, de 1954	1.639	— da 85ª sessão, em 19 de julho de 1954	1.715
— ao parecer 484, de 1954	1.639	— da 86ª sessão, em 20 de julho de 1954	1.727
— ao parecer 485, de 1954	1.639	— da 87ª sessão, em 21 de julho de 1954	1.751
— ao parecer 486, de 1954	1.640	— da 88ª sessão, em 22 de julho de 1954	1.765
— ao parecer 487, de 1954	1.640	— da 89ª sessão, em 23 de julho de 1954	1.781
— ao parecer 488, de 1954	1.640	— da 90ª sessão, em 23 de julho de 1954 (Extraordinária)	1.898
— ao parecer 489, de 1954	1.640	— da 91ª sessão, em 26 de julho de 1954	1.805
— ao parecer 490, de 1954	1.640	— da 92ª sessão, em 28 de julho de 1954	1.817
— ao parecer 491, de 1954	1.640	— da 93ª sessão em 30 de julho de 1954	1.825
— ao parecer 492, de 1954	1.640	ATO	
— ao parecer 493, de 1954	1.640	— do Sr. 1º Secretário	1.661
— ao parecer 507, de 1954	1.545	— da Comissão Diretora — Págs. 1.579, 1.616, 1.661, 1.712 e	1.814
— ao parecer 508, de 1954	1.558	— do Sr. Diretor Geral	1.814
— ao parecer 509, de 1954	1.558	AUTARQUIAS	
— ao parecer 510, de 1954	1.558	As — e a chamada lei dos símbolos; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.602
— ao parecer 511, de 1954	1.558	Projeto que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das —; discursos — Págs. 1.737, 1.770 a	1.772
— ao parecer 512, de 1954	1.559	BANCARIOS	
— ao parecer 513, de 1954	1.559	Projeto que reajusta a aposentadoria e pensões dos —; discursos — Págs. 1.679, 1.680, 1.716 a	1.718
— ao parecer 514, de 1954	1.559	BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA	
— ao parecer 515, de 1954	1.559	Projeto que reajusta as dívidas dos seringalistas financiados pelo —; discurso do Sr. Alvaro Adolpho	1.810
— ao parecer 516, de 1954	1.634	BARRAGEM DA PAMPULHA	
— ao parecer 525, de 1954	1.705	Projeto que abre crédito destinado à reconstrução da —; discurso do Sr. Ivo d'Aquino	1.695
— ao parecer 541, de 1954	1.716		
— ao parecer 544, de 1954	1.769		
— ao parecer 560, de 1954	1.772		
— ao parecer 562, de 1954	1.809		
— ao parecer 572, de 1954			

	Págs.		Págs.
BONFIM		COMISSÃO DIRETORA	
A exploração das jazidas de manganês da região de — e o problema do transporte; discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.783	Atas da —; Págs. 1.557, 1.609 e	1.761
		Pareceres da —; Págs. 1.634, 1.638 e	1.762
CAFÉ		COMPANHIA NACIONAL DE ALCALIS	
Sobre a base de financiamento do — goiano; discurso do Sr. Dario Cardoso	1.708	Sobre as informações prestadas pela — discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.587
CAFEICULTORES		COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA	
Protestando contra a exclusão de — do Paraná como membros da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café; discursos — Págs. 1.687 e	1.688	Projeto que dispõe sobre o plano de unificação da — e do Lóide Brasileiro; discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.739
CARNAÚBA		COMUNISMO INTERNACIONAL	
O financiamento de cêra de —; discurso do Sr. Joaquim Pires	1.653	A vigilância ao — proclamada na Conferência de Caracas; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.667
CEARA		CONFERÊNCIA	
Os problemas agrícolas do Estado do —; discurso do Sr. Onofre Gomes	1.610	— proferida na Escola Superior de Guerra pelo Sr. Café Filho	1.653
Dirigindo apêlo ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda que cabem aos municípios do Estado do —; discurso do Sr. Onofre Gomes	1.728	CONFERÊNCIA DA UNIAO INTERPARLAMENTAR	
CERES		Projeto que autoriza a ida de Senadores à —; discursos	1.707
As informações prestadas pela Prefeitura Municipal de — sobre a existência de petróleo na cidade de Rialma; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.755	CONFERENCIA DE CARACAS	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		A vigilância ao Comunismo Internacional proclamada na —; Discurso do Sr. Hamilton Nagueira	1.667
Atas da —; Págs. 1.540, 1.597, 1.684, 1.765 e	1.824	CONGRESSO PANAMERICANO DE ESTRADAS DE RODAGEM	
Pareceres da —; Págs. 1.559, 8 (supl. ao nº109), 1.584, 1.597, 1.610, 1.635, 1.678, 1.685, 1.686, 1.687, 1.695, 1.707, 1.752, 1.759, 1.765, 1.766, 1.772, 1.791, 1.810, 1.826 e	1.827	Projeto que autoriza dois membros da Comissão de Transporte e Comunicações a participarem do VI —; discurso do Sr. Othon Mäder	1.692
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSULADO DA POLONIA	
Atas da —; Págs. 1.541, 1.649 e	1.824	Protestando contra a propaganda comunista feita pelo — em São Paulo; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.769
Parecer da —;	1.560	CONVENÇÃO ORTOGRÁFICA	
COMISSÃO DE ECONOMIA		O acôrdo e a — entre o Brasil e Portugal; discursos — Págs. 1.710, 1.720 e	1.773
Ata da —;	1.701	CONVENIO CULTURAL	
Pareceres da —; Págs. 1.785, 1.825 e	1.826	Projeto que aprova o — firmado entre o Brasil e a Espanha; discursos — Págs. 1.694, 1.708, 1.715 e	1.744
COMISSÃO DE FINANÇAS		«CORREIO DO DIA»	
Atas da —; Págs. 1.714, 1.726, 1.804, 1.816 e	1.824	Comemorando aniversário do —; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.547
Pareceres da —; Págs. 9 (supl. ao nº 109), 1.687, 1.752, 1.753, 1.766, 1.767 e	1.798	CREDITO	
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL		Projeto que abre crédito para o Ministério da Viação e Obras Públicas; discursos — Págs. 1.695 e	1.696
Pareceres da —; Págs. 1.678, 1.753 e	1.791	CRIDADORES	
COMISSÃO DE REDAÇÃO		Projeto que dispõe sobre dividas dos — de gado bovino; discursos — Págs. 1.743, 1.785 a 1.787, 1.799 e	1.809
Atas da —; Págs. 1.541, 1.701, 1.714, 1.764, 1.781, 1.805 e	1.824	CYLINEU DE ARAUJO	
Pareceres da —; Págs. 1.545, 1.558, 1.559, 1.634,, 1.638, 1.639, 1.640, 1.692, 1.693, 1.694, 1.705, 1.716, 1.769, 1.772, 1.783 e	1.803	Pesar pelo falecimento do Sr. —; discurso do Sr. Dario Cardoso	1.653
COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES		DECLARAÇÃO DE VOTO	
Parecer da —;	1.707	— dos Srs. Ferreira de Souza, Attilio Vivacqua e Joaquim Pires, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.615
COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL		— do Sr. Aloysio de Carvalho ao Projeto que aprova o Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha	1.715
Pareceres da —; Págs. 1.635, 1.752, 1.759, 1.765, 1.767 e	1.773	DINAH SILVEIRA DE QUEIROZ	
COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL		O ingresso da Sra. — na Academia Brasileira de Letras; discurso do Sr. Mozart Lago	1.598
Atas da —; Págs. 1.597, 1.609 e	1.649	DOCUMENTO	
Pareceres da —; Págs. 1.584, 1.679, 1.686, 1.733 e	1.792	— a que se refere em discurso o Sr. Joaquim Pires	1.653
COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS		— a que se refere o Requerimento nº 364, de 1954, do Sr. Hamilton Nogueira	1.721
Atas da —; Págs. 1.676 e	1.702		
Pareceres da —; Págs. 1.687 e	1.825		

EDGARD DO REGO SANTOS

Congratulando-se com a nomeação do Sr. — para Ministro da Educação; discurso do Sr. Walter Franco 1.598

EMENDA

- ao Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal — Págs. 8 a 12 (supl. ao nº 109), 1.574, 1.591, 1.602, 1.603 e 1.612 a 1.615
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, que altera os cargos do serviço público civil que exigem diploma de curso superior — Págs. 1.548 a 1.553, 1.562 a 1.565, 5 a 7 (supl. ao nº 109), 1.634 e 1.669
- ao Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1953, que mantém decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro a contrato que especifica — Págs. 1.685 e 1.686
- ao Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1951, que estende a fiscais de rendas as obrigações constantes da Lei nº 1.325 de 1951 — Págs. 1.686 e 1.687
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952 — Págs. 1.635, 1.670 e 1.690
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários — Págs. 1.679, 1.717 e 1.718
- ao Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo 1.732
- ao Projeto de Resolução nº 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar — 1.707 e 1.742
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias — 1.735, 1.738, 1.739 e 1.771
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1954, que modifica dispositivo do Decreto-lei nº 5.976, de 1.943. — Págs. 1.792 a 1.796
- ao Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual da mulher brasileira 1.800
- ao Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1954, que abre crédito como auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa .. 1.800

ENSINO MEDICO

O — no Brasil; discurso do Sr. Alfredo Neves 1.548

ESCOLAS DE MEDICINA

Projeto que institui nas — o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática; discursos — Págs. 1.546, 1.547, 1.651 e 1.729

ESPAÑHA

Projeto que aprova o convênio cultural firmado entre o Brasil e a —; discursos — Págs. 1.694, 1.708, 1.715 e 1.744

ESTABILIDADE

Projeto que regula a — do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias; discursos — Págs. 1.737, 1.770 e 1.772

ESTADIO DE BASQUETEBOL

A construção do —; notícias da Imprensa; discurso do Sr. Alencastro Guimarães 1.703

ESTADO DA INDIA

O caso do —; notícias da imprensa; discurso do Sr. Ezechias da Rocha 1.807

EXTRANUMERARIO MENSALISTA

Projeto que regula a estabilidade do pessoal — da União e das autarquias; discursos — Págs. 1.737, 1.770 e 1.772

EXPEDIENTE

Págs. 1.542, 1.557, 1.559, 1.583, 1.597, 1.609, 1.619, 1.649, 1.666, 1.670, 1.676, 1.685, 1.702, 1.715, 1.727, 1.751, 1.765, 1.781, 1.805, 1.817 e 1.825

FEB

Projeto que estende aos subtenentes e sargentos, que participaram da —, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952; discursos — Págs. 4 (supl. ao nº 109), 1.571, 1.604, 1.635, 1.636, 1.670, 1.677, 1.678, 1.690 e 1.696

FINANCIAMENTO

Sobre a base de — do café goiano; discurso do Sr. Dario Cardoso 1.708

GADO BOVINO

Projeto que dispõe sobre dívidas dos criadores e recriadores de —; discursos — Págs. 1.743, 1.785 a 1.787, 1.799 e 1.809

GOIANIA

Ocorrências políticas verificadas em —; discurso do Sr. Costa Paranhos 1.704

GOIAS

Dirigindo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda que cabem aos municípios de —; discurso do Sr. Costa Paranhos 1.729

GRATIFICAÇÃO

Projeto que abre crédito para pagamento de — a professores do Magistério Militar; discursos 1.757

HELENA SILVEIRA

O ingresso da Sra — na Academia Brasileira de Letras; discurso do Sr. Mozart Lago 1.598

HERACILITO FONTOURA SOBRAL PINTO

Prestando homenagem ao Sr. —; discurso do Sr. Hamilton Nogueira 1.704

HOMENAGEM

Associando-se à — prestada ao Sr. Pedro da Costa Rego; discurso do Sr. Presidente 1.587

Prestando — ao Sr. Heraclito Fontoura Sobral Pinto; discurso do Sr. Hamilton Nogueira 1.704

IGUAÇU

O aproveitamento das quedas do —; discurso do Sr. Novaes Filho 1.768

INDICAÇÃO

Nº 1, de 1954, sobre o critério adotado pela Comissão Diretora na venda dos automóveis pertencentes ao Senado 1.546

IMPOSTO DE RENDA

Sobre o pagamento das cotas do — destinadas aos municípios; discursos — Págs. 1.728, 1.729 e 1.768

INDÚSTRIA DE MADEIRAS

A situação da — do Paraná; discurso do Sr. Flávio Guimarães 1.602

INTERSTICIO

Requerendo dispensa de — para o Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 1952; discurso do Sr. Aloysio de Carvalho 1.800

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Protestando contra a exclusão de cafeicultores do Paraná como membros da Diretoria do —; discursos — Págs. 1.687 e 1.688

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

Projeto que cria na Justiça do Trabalho —; discurso do Sr. Othon Mäder 1.798

JUSTIÇA DO TRABALHO

Projeto que cria na — Juntas de Conciliação e Julgamento; discurso do Sr. Othon Mäder 1.798

LANTERNAS FOSFORESCENTES

Projeto que estabelece o uso de — nos veículos de carga; discursos 1.758

	Págs.		Págs.
LAVOURA CANAVIEIRA		MINISTRO DA EDUCAÇÃO	
Os problemas da — de Pernambuco; discurso do Sr. Novaes Filho	1.827	Congratulando-se com a nomeação do Sr. Edgard do Rego Santos para —; discurso do Sr. Walter Franco	1.598
LAVRADORES FLUMINENSES		MINISTRO DA FAZENDA	
Dirigindo apelo ao Sr. Presidente da República no sentido de amparar os —; discurso do Sr. Alfredo Neves	1.721	Dirigindo apelo ao Sr. — a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda destinadas aos municípios; discursos — Págs. 1.728, 1.729 e	1.768
LEI DOS SIMBOLOS		A exposição do Sr. — propondo a extinção da COFAP; discurso do Sr. Othon Mäder — Págs. 1.767 e	1.806
As autarquias e a chamada —; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.602	MONTEPIO MILITAR	
LIGA DAS SOCIEDADES DA CRUZ VERMELHA		Projeto que dispõe sobre a contribuição para o —; discursos — Págs. 1.773 e	1.812
Os trabalhos da Delegação Brasileira junto ao Comitê Executivo da —, realizado em Oslo; discurso do Sr. Vivaldo Lima — Págs. 1.808 e	1.818	«O GLOBO»	
LOIDE BRASILEIRO		Comemorando aniversário do vespertino —; discursos — Págs. 1.828 e	1.829
Projeto que dispõe sobre o plano de unificação da Cia. Nacional de Navegação Costeira e do — discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.739	«O POPULAR»	
LUIS RODOLPHO DA ROCHA MIRANDA		Comemorando aniversário do —; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.598
Pesar pelo falecimento do Sr. —; discursos — Págs. 1.547 e	1.548	OFICIAL LEGISLATIVO	
MAGISTÉRIO MILITAR		Projeto que dispõe sobre a carreira de — do Senado; discursos — Págs. 12, 13 (supl. ao nº 109), de 1.573 a 1.578, 1.589 a 1.593, 1.602, 1.603, 1.614 e	1.615
Projeto que abre crédito para pagamento de gratificação a professores do —; discursos	1.757	ONDINA FERREIRA	
MANGANES		O ingresso da Sra. — na Academia Brasileira de Letras; discurso do Sr. Mozart Lago	1.598
A exploração das jazidas de — da região de Bonfim e o problema do transporte; discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.783	ORDEM DO DIA	
MEDICINA PSICO-SOMATICA		Págs. 1.548, 1.553, 1.562, 5, 13, 1.573, 1.578, 1.589, 1.593, 1.603, 1.612, 1.615, 1.635, 1.641, 1.652, 1.654, 1.677, 1.680, 1.688, 1.690, 1.705, 1.708, 1.716, 1.720, 1.731, 1.743, 1.756, 1.760, 1.773, 1.784, 1.809, 1.814, 1.820, 1.891, 1.898 e	1.901
Projeto que institui o ensino de — nas escolas de medicina; discursos — Págs. 1.546, 1.547, 1.651 e	1.729	PARANA	
MENSAGEM		A situação da indústria da madeira do —; discurso do Sr. Flávio Guimarães	1.602
Nº 252, de 1953, do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a corrupção de menores	1.583	Protestando contra a exclusão de cafeicultores do — como membros da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café; discursos — Págs. 1.687 e	1.688
Nº 92, de 1954, do Sr. Presidente da República, que altera o Quadro do Tribunal de Contas, aprovado pela Lei nº 886, de 2-10-49	1.583	Expondo ao Senado as observações que fez durante sua visita ao norte do —; discurso do Sr. Alfredo Neves	1.728
Nº 112, de 1954, do Sr. Presidente da República, que autoriza a abertura de crédito especial pelo Ministério das Relações Exteriores	1.825	PARECER	
Nº 116, de 1954, do Sr. Presidente da República, comunicando ter vetado o Projeto de Lei da Câmara nº 2.846, de 1953 (381, de 1953 do Senado Federal)	1.557	Nº 6, de 1954, da Comissão Mista, para conhecer do veto parcial ao Projeto de Lei nº 3.960, de 1953, da Câmara dos Deputados e nº 75, de 1954, do Senado, que «altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho» — Págs. 1.567, 1.568, 1.673, 1.674 e	1.675
Ns. 117, 119, 121, 122, 126, 127, de 1954, do Sr. Presidente da República, devolvendo autógrafos — Págs. 1.583, 1.805 e	1.825	Nº 7, de 1954, da Comissão Mista, para conhecer do veto total ao Projeto de Lei nº 2.846-B, de 1953, da Câmara dos Deputados, e ns. 381, de 1953, do Senado, que «concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios» — Págs. 1.663 e	1.664
Ns. 124 e 125 de 1954, do Sr. Presidente da República, acusando recebimento de autógrafos	1.817	Nº 8, de 1954, da Comissão Mista, para conhecer do veto total ao Projeto de Lei nº 1.576, de 1952, da Câmara dos Deputados e nº 380, de 1952, do Senado, que «altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho» — Págs. 1.749 e	1.750
Nº 129, de 1954, do Sr. Presidente da República, autoriza a abertura de crédito especial pelo Ministério da Viação	1.825	Nº 507, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 320, de 1953 — Págs. 1.545 e	1.546
Nº 229, de 1954, do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre a importação de tetraetilato de chumbo	1.583	Nº 508, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n. 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.	1.558
Nº 285, de 1954, do Sr. Presidente da República, negando sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 1.575 de 1952 (880, de 1952, do Senado Federal) que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho	1.609		
MINAS GERAIS			
A situação política de —; discurso do Sr. Nestor Massena	1.588		
Apelando pela harmonização política de —; discurso do Sr. Levindo Coelho	1.599		
MINERADORES			
Transmitindo ao Senado os agradecimentos e o apoio da classe dos — nacionais; discurso do Sr. Atílio Vivacqua	1.641		
MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS			
Projeto que abre crédito para o —; discursos — Págs. 1.695 e	1.696		

	Págs.
Nº 509, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Maria Augusta Assunção de Oliveira	1.558
Nº 510, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mathias Olympio de Mello e sua mulher, Marcolina de Arêa Leão Mello	1.558
Nº 511, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior — Págs. 1.558 e	1.559
Nº 512, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia	1.559
Nº 513, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1953, que aprova o acordo e o termo aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo ..	1.559
Nº 514, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira	1.559
Nº 515, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina	1.559
Nº 516, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher	1.559
Ns. 517 e 518, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual da mulher brasileira, concedendo-lhe ampla igualdade jurídica — Págs. 1.559 e	1.560
Ns. 519 e 520, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal — Págs. 8, 9 do Supl. ao DCN de 3-7-1954	
Ns. 521 e 522, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da «Companhia Nacional de Navegação Costeira» e do Lloide Brasileiro (Patrimônio Nacional — Págs. 1.584 e	1.585
Nº 523, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas — Págs. 1.597 e	1.598
Nº 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras	1.610
Nº 525, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n. 366, de 1953, que altera cargos e funções do serviço público federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese	1.634
Nº 526, de 1954, da Comissão Diretora, sobre o ofício nº 3-54, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, concernente ao convite que lhe foi dirigido pelo Comitê Organizador do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, para participar desse certame, a se realizar em Caracas, Venezuela, a partir de 11 de julho — Págs. 1.634 e	1.635

	Págs.
Ns. 527 e 528, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, sobre emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados em curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei nº 1.782, de 24-12-1952	1.635
Ns. 529, 530 e 531, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça, e de Legislação Social e de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários — Págs. 1.678 e	1.679
Nº 532, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher, Raimunda Arlinda Nogueira	1.685
Nº 533, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 93, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas de cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra e outros	1.686
Nº 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1954, que dispõe sobre provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas Instituições de Previdência Social	1.686
Nº 535, de 1954, da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 16, de 1951, que estende a Fiscais de Rendas Federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei nº 1.325, de 23-1-1951 — Págs. 1.686 e	1.687
Ns. 536 e 537, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1954, que denomina «Mello Vianna» o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais	1.687
Nº 538, de 1954, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00, para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar	1.687
Nº 539, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo — Págs. 1.688 e	1.690
Nº 540, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais	1.695
Nº 541, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio	1.705
Ns. 542 e 543, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, sobre o Projeto de Resolução n. 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e providencia sobre o comparecimento de representação do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar	1.707
Nº 544, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da Campanha da Itália, habilitados em curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei nº 1.782, de 24-12-1952	1.716
Nº 545, de 1954, da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954, que regula a estabilidade do Pessoal extranumerário mensalista da União e das Autarquias — Págs. 1.733 e	1.737
Nº 546, de 1954, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1954, que autoriza o Poder	

Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel	Págs. 1.752
Ns. 547, 548, 549 e 550, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional, Legislação Social e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 1952, que modifica o art. 2º da Lei nº 1.050, de 3-1-1950 — Págs. 1.752 e	1.754
Ns. 551 e 552, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23-1-1946, que concedem vantagens aos militares da F.E.B.	1.759
Ns. 553, 554 e 555, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei nº 1.316, de 20-1-1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) — Págs. 1.765 e	1.766
Nº 556, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 1952, que modifica os arts. 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710, do Código de Processo Penal — Págs. 1.766 e	1.767
Nº 557, de 1954, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1954, que abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa	1.767
Ns. 558 e 559, de 1954, das Comissões de Segurança Nacional e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 1.048-B, de 1950, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 24.500.000,00, destinado à fabricação de submetralhadoras «Madsen M-46», calibre 45	1.767
Nº 560, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954, que reajusta a pensão e aposentadoria dos bancários	1.769
Nº 561, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Resolução nº 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a representação do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Congresso da União Interparlamentar — Págs. 1.769 e	1.770
Nº 562, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação para segunda discussão do Projeto de Lei do Senado Federal nº 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional	1.772
Ns. 563 e 564, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o Montepio Militar — Págs. 1.772 e	1.773
Nº 565, de 1954, da Comissão Diretora, apresentando a redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1954, que aposenta o Sr. Alfredo da Silva Neves no cargo de Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal	1.782
Nº 566, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final do Projeto de Lei do Senado Federal nº 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de Técnicos, para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste	1.783
Nº 567, de 1954, da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que modifica a Lei nº 1.728, de 10-11-1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino	1.785
Ns. 568 e 569, de 1954, das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 1951, que altera o § 2º do art. 6º, alínea «a» e a alínea «e» acrescida ao art. 7º da Lei nº 605, de 5-1-1949, que regula o repouso remunerado — Págs. 1.791 e	1.792
Nº 570, de 1954, da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco — Págs. 1.792 e	1.798

Nº 571, de 1954, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5º Congresso Internacional de Hematologia — Págs. 1.798 e	Págs. 1.799
Nº 572, de 1954, da Comissão de Redação, oferecendo a redação final da emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954, que modifica a Lei nº 1.728, de 10-11-1952, que dispõe sobre a forma de pagamento da dívida dos criadores e recriadores de gado bovino	1.808
Nº 573, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1952, que reajusta as dívidas dos seringalistas financiados pelo Banco de Crédito da Borracha	1.810
Nº 574, de 1954, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 1952, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 10-12-1937	1.825
Nº 575, de 1954, da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 317, de 1952, que assegura aos membros da diretoria de sindicato os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos — Págs. 1.825 e	1.826
Nº 576, de 1954, da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 71, de 1954, que regula a venda de vinhos nacionais e estrangeiros	1.826
Nº 577, de 1954, da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1953, que acrescenta mais um parágrafo ao art. 634 do Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-1943 — Consolidação das Leis do Trabalho	1.826
Nº 578, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 340, de 1953, que assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de terefeiros do Serviço Público	1.826
Nº 579, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 1954, que modifica disposições da Lei nº 818, de 18-9-1949, que regula a aquisição a perda e a requisição de nacionalidade e a perda dos direitos políticos — Págs. 1.826 e	1.827
Nº 580, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 288, de 1953, que dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie	1.827
PARLAMENTARES BRITANICOS	
Saudando os —; discursos	1.600
Agradecendo, em nome dos —, as homenagens recebidas; discurso de Lord Cromer	1.600
PEDRO DA COSTA REGO	
Pesar pelo falecimento do Sr. —; discursos — Págs. 1.585 e Associando-se às homenagens prestadas ao Sr. — discurso do Sr. Presidente	1.587
PENSOES	
Projeto que reajusta as — dos bancários; discursos — Págs. 1.679, 1.680, 1.716 e	1.718
PERNAMBUCO	
A situação da lavoura canavieira de —; discurso do Sr. Novaes Filho	1.827
PESAR	
— pelo falecimento do Sr. Luis Rodolpho da Rocha Miranda; discursos — Págs. 1.547 e	1.548
— pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego; discursos — Págs. 1.585, 1.586 e	1.587
— pelo falecimento do Sr. Cylíneu de Araújo; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.687
— pelo falecimento do Sr. Alberto Carneiro da Cunha Nobre; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.807

	Págs.
PETRÓLEO	
Sobre a existência de — na cidade de Rialma; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.755
PROBLEMAS AGRICOLAS	
Os — do País; discurso do Sr. Alfredo Neves	1.799
PROBLEMAS FINANCEIROS	
Os — do País; discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.650
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 83, de 1949. Dispõe sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional	1.765
Nº 1, de 1952. Aprova o texto da Convenção Ortográfica assinada em Lisboa entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943 — Págs. 1.710 a 1.712, 1.720, 1.721, 1.773 a	1.778
Nº 41, de 1952. Aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid entre os Governos do Brasil e Espanha — Págs. 1.671, 1.681, 1.694, 1.695, 1.696, 1.705, 1.706, 1.708 a 1.710, 1.715 e	1.744
Nº 81, de 1952. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre a União Federal e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher — Págs. 1.553, 14 (do Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616, 1.639 e	1.641
Nº 84, de 1952. Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda. — Págs. 1.541, 1.558, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 13, de 1953. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher — Págs. 1.541, 1.685, 1.686, 1.773, 1.798, 1.801, 1.802, 1.812, 1.813 e	1.824
Nº 14, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma A.E.G. — Companhia Sul-Americana de Eletricidade — Págs. 1.553, (Pág. 14 do Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.639
Nº 31, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Telêmaco Gonçalves Pompeu	1.805
Nº 37, de 1953. Concede anistia aos trabalhadores que hajam praticado falta grave ou delito de greve — Págs. 1.765 e	1.784
Nº 42, de 1953. Aprova o contrato e seu termo aditivo, celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A. — Págs. 1.553 (Pág. 14 do Suplemento ao nº 109), 1.578, 1.579, 1.593, 1.603, 1.615, 1.616 e	1.638
Nº 50, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda.	1.805
Nº 52, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Cia. Federal de Eletricidade	1.727
Nº 56, de 1953. Revoga a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher — 1.541, 1.558, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 61, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas (C.N.E.P.A.) e a firma Mesbla S. A. — Págs. 1.597 e	1.714
Nº 64, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Mathias Olympio de Mello e sua mulher — Págs. 1.541, 1.558, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 66, de 1953. Mantém o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior — Págs. 1.541, 1.558, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 67, de 1953. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre a Seção do	

	Págs.
Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura em Cuiabá, Mato Grosso, e Marcelo Miraglia — Págs. 1.541, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 69, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Potier Monteiro	1.805
Nº 73, de 1953. Aprova o acôrdo celebrado entre o Governo da União e o Governo do Estado do Rio de Janeiro — Págs. 14, (do Suplemento ao nº 109), 1.553, 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.639
Nº 77, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima — Págs. 1.553, (Pág. 14 do Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.639
Nº 94, de 1953. Mantém o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato firmado entre o Ministério da Agricultura e Marcelo Miraglia	1.805
Nº 95, de 1953. Aprova o contrato firmado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher, e Décio Teles Cartaxo e sua mulher — Págs. 1.553, 13 e 14 (Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.639
Nº 107, de 1953. Aprova o acôrdo e o termo aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo — Págs. 1.541, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 110, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher	1.805
Nº 111, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher — Págs. 1.553, 14 (Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616, 1.639 e	1.640
Nº 116, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher — Págs. 1.553, 14 (Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.640
Nº 117, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolpho de Melo e sua mulher — Págs. 1.553, 14 (Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.640
Nº 123, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher — Págs. 1.541, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681, 1.693 e	1.694
Nº 125, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeiras e sua mulher	1.726
Nº 126, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Teresioa, Estado do Piauí	1.804
Nº 128, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina — Págs. 1.541, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.694
Nº 130, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raymundo Augusto de Lima e sua mulher — Págs. 1.541, 1.559, 1.642, 1.652, 1.654, 1.655, 1.671, 1.681 e	1.694
Nº 131, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Salvador Ltda.	1.714
Nº 132, de 1953. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolim e sua mulher	1.726
Nº 133, de 1953. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva — Págs. 1.553, 1.554, 14 (Suplemento ao nº 109), 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.640
Nº 1, de 1954. Concede anistia a dispensados ou punidos por motivo de greve — Págs. 1.765 e	1.784

	Págs.
Nº 4, de 1954. Autoriza o Tribunal de Contas a proceder ao registro da despesa de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros), para atender ao pagamento devido a Luiz da Silva Gomes, por serviços prestados em programas do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura	1.727
Nº 6, de 1954. Aprova a revisão e a prorrogação do Acôrdio Internacional do Trigo, firmado pelo Brasil em Washington, em 24 de abril de 1953	1.541
Nº 7, de 1954. Aprova o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada	1.541
Nº 8, de 1954. Aprova o Acôrdio Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho	1.584
Nº 9, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Companhia Marconi Brasileira	1.597
Nº 10, de 1954. Aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e Portugal	1.610
Nº 11, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Ltda.	1.610
Nº 12, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Thornycroft Mecânica e Importadora S.A. — Págs. 1.676 e	1.765
Nº 13, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções S.A. — Págs. 1.676 e	1.765
Nº 14, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Irmãos Galoso e Almendra — Págs. 1.676 e	1.765
Nº 15, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Companhia Importadora e Distribuidora Cldix S. A. — Págs. 1.685 e	1.765
Nº 16, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S.A. — Págs. 1.685 e	1.765
Nº 17, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada — Págs. 1.685 e	1.765
Nº 18, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda. — Págs. 1.685 e	1.765
Nº 19, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangelia Ltda. — Págs. 1.685 e	1.765
Nº 20, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera — Págs. 1.702, 1.765 e	1.824
Nº 21, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e Anibal Villanova Villela — Págs. 1.702 e	1.765
Nº 22, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.	1.727
Nº 23, de 1954. Mantém o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello	1.752
Nº 24, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao termo aditivo do contrato celebrado entre o Governo Federal e Walter Wilhelm Leo Heininger	1.752
Nº 25, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Kórody Marine Corporation	1.752
Nº 26, de 1954. Mantém o ato do Tribunal de Contas, apolado em despacho do Presidente da República, determinando registro, sob reserva, do pagamento das importâncias de Cr\$ 603,30 (seiscentos e três cruzeiros e trinta centavos) à firma Serafim Ferreira & Cia. Ltda.	1.752

	Págs.
Nº 27, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Jorge Aurélio Possa	1.781
Nº 28, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A. — Págs. 1.781 e	1.782
Nº 29, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S.A., no Estado do Ceará	1.782
Nº 30, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto	1.782
Nº 31, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S.A.	1.805
Nº 32, de 1954. Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Ciebra e sua mulher	1.805
Nº 33, de 1954. Mantém o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao termo de renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski ..	1.805
Nº 34, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.	1.805
Nº 35, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.	1.817
Nº 36, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.	1.817
Nº 37, de 1954. Mantém a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato de empreitada celebrado entre o Quartel General da 4ª Região Militar e a firma Construtora Geminiano Góis Limitada	1.817
Nº 38, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções S.A.	1.817
Nº 39, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e o Serviço Social da Indústria — SECAP	1.825
Nº 40, de 1954. Mantém o ato do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato de compra e venda celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carfini e outros	1.825
Nº 41, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e Mário da Silva Leal e sua mulher	1.825
Nº 42, de 1954. Aprova o contrato celebrado entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Geraldo Linhares de Azevedo	1.825
PROJETO DE LEI DA CAMARA	
Nº 365, de 1949. Dispõe sobre os seguros de Renda Imobiliária — Págs. 1.553, 14 (Suplemento nº 109), 1.593, 1.603, 1.615 e	1.637
Nº 496, de 1949. Concede isenção de direitos para materiais necessários para a cultura do fumo e fábricas de empresas que se dediquem à exploração da indústria fumageira — Págs. 1.641, 1.652, 1.671, 1.681 e	1.692
Nº 47, de 1950. Autoriza a abertura de crédito para facilitar o cumprimento da Lei nº 974, de 17-12-49	1.685
Nº 228, de 1950. Autoriza a cobrança, sem multa, da dívida fiscal em atraso — Págs. 1.553, 13 (Suplemento nº 109), 1.578, 1.593, 1.603 e	1.637
Nº 20, de 1951 (referindo-se a 29 de 1951). Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda	1.638
Nº 29, de 1951. Altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda — Págs. 1.553, 14, (Suplemento nº 109), 1.578, 1.593, 1.603, 1.615 e	1.638
Nº 169, de 1951. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 190, de 1951. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	1.784

	Págs.
Nº 282, de 1951. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943	1.784
Nº 319, de 1951. Altera a Lei nº 695, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso remunerado — Págs. 1.760, 1.773, 1.791 e	1.795
Nº 35, de 1952. Institui normas especiais para a aplicação de créditos destinados ao desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	1.805
Nº 45, de 1952. Inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950 — Págs. 1.773, 1.788 e	1.812
Nº 62, de 1952. Reajusta a dívida dos seringueiros financiados pelo Banco de Crédito da Borracha — Págs. 1.761, 1.773, 1.802 e	1.809
Nº 83, de 1952. Autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaguaí — Págs. 1.726, 1.752 e	1.754
Nº 99, de 1952. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 58, de 10 de novembro de 1937	1.825
Nº 121, de 1952. Modifica o parágrafo único do art. 8º do Decreto-lei nº 5.976, de 10 de novembro de 1943 — Págs. 1.761, 1.773, 1.792, 1.798, 1.802 e	1.809
Nº 125, de 1952. Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 278, de 1952. Considera incluídos na locução «serviço público» as autarquias federais, inclusive Caixas Econômicas Federais — Págs. 1.765, 1.800, 1.802 e	1.814
Nº 282, de 1952. Modifica o art. 2º da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950	1.715
Nº 312, de 1952. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 317, de 1952. Modifica o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Págs. 1.784 e	1.825
Nº 19, de 1953. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 75, de 1953. Autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes situadas em Manaus, Belém e Fortaleza — Págs. 1.553, 1.579, 1.593, 1.604, 1.616, 1.639 e	1.654
Nº 83, de 1953. Cria, no Departamento Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, o Serviço Nacional de Endemias Rurais	1.727
Nº 119, de 1953. Cria a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi — Págs. 1.708, 1.720 e	1.742
Nº 123, de 1953. Institui salário adicional para os trabalhadores que estejam em contato permanente com explosivos e em condições de periculosidade — Págs. 1.553, 1.579, 1.593, 1.604, 1.616 e	1.639
Nº 151, de 1953. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Págs. 1.784 e	1.826
Nº 165, de 1953. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 170, de 1953. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 230, de 1953. Autoriza a abertura de crédito para a realização do Concílio Geral da Igreja Metodista do Brasil, em Belo Horizonte — Págs. 1.684 e	1.804
Nº 252, de 1953. Dispõe sobre a corrupção de menores	1.583
Nº 260, de 1953. Altera o Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.784
Nº 280, de 1953. Inclui o Departamento Autônomo do Carvão Mineral do Rio Grande do Sul entre os órgãos importadores que gozam de isenção alfandegária	1.816
Nº 282, de 1953. Dispõe sobre a importação do tetraetilato de chumbo	1.583
Nº 288, de 1953. Dispõe sobre os prazos de contratos de depósitos, regulares e voluntários, de bens de qualquer espécie	1.824
Nº 292, de 1953. Cria cargos de capelães militares na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	1.727

	Págs.
Nº 315, de 1953. Assegura a inclusão na Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério do Trabalho, na função de identificador, os servidores que exerçam o cargo a título precário	1.727
Nº 320, de 1953. Dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda e dá outras providências	1.545
Nº 337, de 1953. Estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei nº 1.782, de 24 de dezembro de 1949 e dá outras providências — Págs. 1.553, 4 e 13 (Suplemento nº 109), 1.570, 1.593, 1.603, 1.615, 1.635, 1.636, 1.641, 1.652, 1.654, 1.670, 1.677, 1.680, 1.690 a 1.692 e	1.716
Nº 340, de 1953. Assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de tarefeiros do Serviço Público	1.824
Nº 348, de 1953. Modifica o art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) — Págs. 14 (Suplemento nº 109), 1.579, 1.604, 1.616 e	1.640
Nº 349, de 1953. Dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional — Págs. 1.641, 1.652, 1.671, 1.681 e	1.692
Nº 353, de 1953. Autoriza a abertura de crédito para as despesas com a fabricação da submetralhadora Madsen, M 46, calibre 45 — Págs. 1.767 e	1.816
Nº 359, de 1953. Dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.749 e 8.795, de 26 de janeiro de 1945, que concedem vantagens aos militares da F.E.B. — Págs. 1.546, 1.554, (Suplemento nº 109, pág. 14), 1.594, 1.604, 1.616, 1.708, 1.720, 1.744, 1.759, 1.760 e	1.824
Nº 364, de 1953. Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Municípios e Distrito Federal	1.540
Nº 366, de 1953. Altera os atuais cargos e pensões do Serviço Público Federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior ou defesa de tese — Págs. 1.548 a 1.553, 1.562 a 1.565, 5 a 8 (Suplemento nº 109), 1.597, 1.669 e	1.670
Nº 370, de 1953. Autoriza a abertura de crédito para reforço da verba constante do Anexo nº 26, do Orçamento Geral da União — Págs. 1.554, 4 (Suplemento nº 109), 1.579, 1.593, 1.604 e	1.640
Nº 376, de 1953. Dispõe sobre a cooperação da União em favor do ensino de grau médio — Págs. 1.553, 1.554, 13 e 14 (Suplemento nº 109), 1.578, 1.579, 1.594, 1.603, 1.604, 1.615, 1.616, 1.636, 1.637, 1.641, 1.654, 1.681, 1.692 e	1.705
Nº 3, de 1954. Cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco — Págs. 1.688, 1.696, 1.708, 1.720, 1.743, 1.761, 1.773, 1.792 a 1.798, 1.800, 1.802 e	1.812
Nº 6, de 1954. Efetiva nos cargos de Tesoureiro auxiliar os ocupantes dos cargos isolados e funções gratificadas de chefe de serviço de caixa, assistente de serviço de caixa, encarregado de caixa e fiel de tesoureiro do I.A.P.I. — Págs. 1.541 e	1.824
Nº 13, de 1953. Dispõe sobre o salário mínimo dos médicos — Págs. 1.684 e	1.685
Nº 17, de 1954. Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar — Págs. 1.649, 1.671, 1.681, 1.694, 1.761, 1.772, 1.798, 1.802 e	1.812
Nº 22, de 1954. Inclui a Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pela União — Págs. 1.553, 14 (Suplemento nº 109), 1.578, 1.603, 1.615 e	1.638
Nº 28, de 1954. Autoriza a abertura de crédito ao Ministério da Fazenda em reforço à Verba 3, Anexo nº 19, do Orçamento Geral da União	1.824
Nº 29, de 1954. Modifica a Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal do Ensino Superior — Págs. 1.554, 14 (Suplemento nº 109), 1.579, 1.594, 1.604, 1.616 e	1.638
Nº 36, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para reforço da verba 1 do Anexo nº 19 do Orçamento Geral da União — Págs. 14 (Suplemento nº 109), 1.579, 1.594, 1.604, 1.616 e	1.640

Págs.	Págs.
Nº 41, de 1954. Modifica o art. 40, da Lei Orgânica do Distrito Federal 1.684	e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimento e Preços — Págs. 1.684, 1.802 e 1.813
Nº 43, de 1954. Reajusta a aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões — Págs. 1.553, 13 (Suplemento nº 109), 1.578, 1.593, 1.597, 1.603, 1.615, 1.637, 1.652, 1.654, 1.670, 1.678, 1.679, 1.708, 1.716, 1.718 e 1.769	Nº 116, de 1954. Autoriza a abertura do crédito de Cr\$ 25.000.000,00 ao Ministério da Educação e Cultura para pagamento de subvenções do país no corrente exercício — Págs. 1.727, 1.798 e 1.802
Nº 52, de 1954. Dispõe sobre a rede ferroviária do Nordeste 1.726	Nº 118, de 1954. Autoriza a abertura do crédito de Cr\$ 1.000.000,00 ao Ministério da Saúde, para despesas com o II Congresso Interamericano de Reumatologia 1.727
Nº 53, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para atender às despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar — Págs. 1.687, 1.715, 1.720, 1.727, 1.743 e 1.757	Nº 119, de 1954. Dispõe sobre o foro dos casos em que as autarquias forem autoras — Págs. 1.541, 1.579, 1.696 e 1.708
Nº 57, de 1954. Revoga o art. 4º da Lei nº 1.397, de 10 de agosto de 1953, que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Págs. 1.553, 13 (Suplemento nº 109), 1.578, 1.593, 1.615 e 1.637	Nº 120, de 1954. Dispõe sobre empréstimos a agricultores que tenham sofrido prejuízos decorrentes dos temporais de granizo — Págs. 1.540 e 1.765
Nº 59, de 1954. Dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, no Distrito Federal — Págs. 1.612, 1.653, 1.655, 1.681 e 1.694	Nº 122, de 1954. Modifica disposições da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, perda e reaquisição de nacionalidade — Págs. 1.541, 1.824 e 1.826
Nº 61, de 1954. Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, os benefícios do auxílio-enfermidade — Págs. 1.642, 1.655, 1.671, 1.681 e 1.694	Nº 123, de 1954. Altera o item 4º do art. 9º do Decreto-lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias 1.726
Nº 63, de 1954. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) 1.784	Nº 124, de 1954. Retifica a Lei nº 2.135, que fixa a despesa e estima a receita da União para o exercício de 1954 1.804
Nº 65, de 1954. Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Serviço de Obras Sociais — Sociedade Civil de Amparo aos necessitados 1.727	Nº 125, de 1954. Altera dispositivos da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos dos Militares) — Págs. 1.540, 1.541, 1.766, 1.783, 1.798, 1.809, 1.810 a 1.812 e 1.816
Nº 67, de 1954. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) 1.784	Nº 126, de 1954. Dispõe sobre o financiamento de operações imobiliárias entre o Clube de Aeronáutica e seus associados, para aquisição da casa própria 1.726
Nº 70, de 1954. Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) 1.784	Nº 127, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa — Págs. 1.727, 1.767, 1.798 e 1.801
Nº 71, de 1954. Estabelece para o comércio atacadista, varejista, hotéis, «boites» e casas de pasto a obrigatoriedade de expor à venda vinhos nacionais 1.826	Nº 128, de 1954. Prorroga o prazo de vigência da Lei nº 1.300, de 28 de setembro de 1950 1.541
Nº 72, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de salários ao engenheiro Edison Medeiros Fonseca — Págs. 1.553, 14, (Suplemento nº 109), 1.578, 1.593, 1.603, 1.615 e 1.637	Nº 129, de 1954. Autoriza a abertura de crédito, pelo Ministério da Viação, para reconstrução da barragem da Pampulha em Belo Horizonte, Minas Gerais — Págs. 1.540, 14 (Suplemento nº 109), 1.594, 1.604, 1.616, 1.641, 1.654, 1.681, 1.692, 1.695, 1.696 e 1.706
Nº 80, de 1954. Fixa a contribuição para o montepio militar 1.726	Nº 130, de 1954. Modifica a Lei nº 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dividas dos criadores e recriadores de gado bovino — Págs. 1.452, 1.708, 1.720, 1.743, 1.756, 1.773, 1.785 a 1.788, 1.805 e 1.806
Nº 87, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para subvencionar o VI Congresso de Veterinária 1.805	Nº 131, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de pensões aos veteranos, viúvas e herdeiros de ex-combatentes da campanha do Uruguay e da Guerra do Paraguay 1.804
Nº 89, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de gratificação de magistério ao professor Luiz Carvalho Araújo 1.805	Nº 132, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento a diaristas do Ministério do Trabalho — Págs. 1.558 e 1.714
Nº 90, de 1954. Concede auxílio à União Nacional dos Estudantes 1.727	Nº 133, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Págs. 1.558 e 1.714
Nº 92, de 1954. Altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei nº 886, de 2-10-949 1.583	Nº 134, de 1954. Concede isenção de imposto para uma imagem destinada à Igreja de N. S. da Ajuda, de Petrópolis 1.558
Nº 93, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento a Pedro Marini Serra e outros — Págs. 1.541, 1.684, 1.686, 1.744 e 1.761	Nº 135, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do Ministério da Viação — Págs. 1.583 e 1.714
Nº 94, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para auxiliar as despesas com a realização do 1º Congresso Nacional de Professores Primários 1.816	Nº 136, de 1954. Dispõe sobre a inscrição, no Registro Público, de emancipação por outorga do pai ou da mãe — Págs. 1.584 e 1.684
Nº 95, de 1954. Cria a Universidade do Ceará, em Fortaleza 1.824	Nº 137, de 1954. Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte — Págs. 1.584 e 1.684
Nº 98, de 1954. Concede as horas de Marechal do Exército ao General Cândido Rondon 1.816	Nº 138, de 1954. Concede isenção de impostos para máquinas e acessórios importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1.584
Nº 105, de 1954. Regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União e das Autarquias — Págs. 1.696, 1.715, 1.720, 1.733 a 1.739, 1.760, 1.770, 1.771, 1.772 e 1.784	Nº 139, de 1954. Fixa em Cr\$ 3,00, por pessoa, a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro 1.597
Nº 112, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mixta Brasileira-Boliviana de Estudos e Aproveitamento do Petróleo — Págs. 1.554, 14 (Suplemento nº 109), 1.579, 1.594, 1.604, 1.616 e 1.641	Nº 140, de 1954. Cria, no quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, três funções gratificadas de secretário da Turma de Julgamento 1.597
Nº 113, de 1954. Torna extensivo o abono de emergência aos Servidores da Comissão Federal de Abastecimentos	

	Págs.
Nº 141, de 1954. Isenta de impostos um conjunto «Struever-Dentz» importado pela Prefeitura de Limoeiro, Pernambuco	1.597
Nº 142, de 1954. Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves e outros — Págs. 1.610 e	1.685
Nº 143, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel — Págs. 1.619, 1.752, 1.798, 1.802, 1.805 e	1.813
Nº 144, de 1954. Concede subvenção à Sociedade Padre Antônio Vieira, de Porto Alegre	1.639
Nº 145, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para aquisição de um navio destinado à navegação lacustre do Rio Grande do Sul — Págs. 1.649 e	1.805
Nº 146, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais — Págs. 1.649, 1.805 e	1.813
Nº 147, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de gratificação adicional a servidores do Ministério da Justiça — Págs. 1.649 e	1.804
Nº 148, de 1954. Reestrutura o Quadro de Oficiais Médicos do Exército — Págs. 1.666 e	1.765
Nº 149, de 1954. Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura	1.666
Nº 150, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para regularização do pagamento do abono de emergência — Págs. 1.666 e	1.804
Nº 151, de 1954. Concede isenção de direitos à Obra Social Redentorista de Campo Grande para importação de aparelhos e medicamentos hospitalares — Págs. 1.666 e	1.765
Nº 152, de 1954. Concede isenção de todos os tributos para material importado pela Igreja N. S. do Brasil	1.676
Nº 153, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5º Congresso Internacional de Hematologia — Págs. 1.676, 1.705, 1.708, 1.743, 1.756, 1.798, 1.804 e	1.824
Nº 154, de 1954. Concede isenção de direitos para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Aimorés Minas — Págs. 1.702 e	1.720
Nº 155, de 1954. Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Horto Florestal da Penha	1.702
Nº 156, de 1954. Modifica o art. 1º do Decreto-lei nº 12.299, de 22 de abril de 1943	1.715
Nº 157, de 1954. Inclui Raimundo Ventura da Costa entre os beneficiários da Lei nº 1.550, de 5 de fevereiro de 1952	1.715
Nº 158, de 1954. Concede isenção de direitos para um conjunto completo de transmissão de televisão importado pela Rádio Record S. A.	1.715
Nº 159, de 1954. Concede isenção de direitos para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás	1.715
Nº 160, de 1954. Concede isenção de direitos para a Prefeitura Municipal de Rio Casca, Minas, importar materiais elétricos e máquinas hidráulicas	1.727
Nº 161, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento da parte restante de uma central telefônica adquirida pelo Departamento dos Correios e Telégrafos	1.727
Nº 162, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento aos concessionários de portos brasileiros das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951	1.727
Nº 163, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para atender a compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro	1.751
Nº 164, de 1954. Prorroga o Decreto-lei nº 347, de 23 de março de 1938	1.751
Nº 165, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de indenização aos proprietários da Fazenda Retiro, em Vassouras	1.805
Nº 166, de 1954. Autoriza a abertura de crédito para pagamento de gratificações pela distribuição do carvão nacional	1.817

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 16, de 1951. Estende a Fiscais de Rendas Federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei nº 1.325, de 23-1-1951 — Págs. 1.649 e	1.686
---	-------

	Págs.
Nº 23, de 1951. Dispõe sobre o plano de unificação da «Companhia Nacional de Navegação Costeira» e o «Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional» — Págs. 4, 14 (Suplemento ao DCN de 3-7-1954), 1.579, 1.584, 1.585, 1.594, 1.597, 1.604, 1.616, 1.642, 1.655, 1.671, 1.681, 1.697, 1.706, 1.720, 1.739 a 1.742, 1.760, 1.772, 1.773, 1.781, 1.784 e	1.785
Nº 49, de 1951. Dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões — Págs. 1.720 e	1.743
Nº 10, de 1952. Considera extinta a Câmara de Reajustamento Econômico, criada pelo Decreto nº 23.981, de 9-3-1945 — Págs. 1.597 e	1.714
Nº 15, de 1952. Modifica o Decreto-lei nº 9.760, de 5-9-1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União	1.714
Nº 43, de 1952. Estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei nº 103, de 23-12-1937 — Págs. 1.641, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.692
Nº 3, de 1953. Altera a Lei nº 1.728, de 10-11-1952	1.805
Nº 8, de 1953. Regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas — Págs. 1.540, 1.597, 1.598, 1.708, 1.719, 1.720, 1.743, 1.757 e	1.824
Nº 11, de 1953. Estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros — Págs. 1.720, 1.743 e	1.758
Nº 20, de 1953. Atualiza os arts. 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do art. 156 e parágrafos da Constituição Federal (referentes ao usucapião) — Págs. 1.708, 1.719, 1.720, 1.743 e	1.756
Nº 23, de 1953. Revoga o Capítulo 3º do Título V do Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho)	1.824
Nº 24, de 1953. Autoriza o Poder Executivo a pagar, por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os fornecimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais às estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União	1.765
Nº 25, de 1953. Autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste — Págs. 1.655, 1.681, 1.695, 1.696, 1.706, 1.781 e	1.783
Nº 27, de 1953. Revoga os arts. 359 e 362 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 5.452, de 1-5-1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Págs. 14 (Suplemento ao DCN de 3-7-1954), 1.553, 1.579, 1.593, 1.603, 1.616, 1.638 e	1.639
Nº 30, de 1953. Isenta de Contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões o portador de carteira de motorista profissional — Págs. 1.583 e	1.816
Nº 31, de 1953. Modifica os §§ 4º e 5º do art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos — Págs. 1.720, 1.743 e	1.758
Nº 34, de 1953. Concede isenção de todos os impostos a Helvibraz, para material importado e necessário à sua instalação e funcionamento	1.726
Nº 35, de 1953. Regula o serviço de rádio-difusão	1.824
Nº 37, de 1953. Acrescenta um parágrafo ao art. 1.595 do Código Civil Brasileiro	1.765
Nº 2, de 1954. Extingue restrições à capacidade intelectual da mulher brasileira, concedendo-lhe ampla igualdade jurídica — 1.541, 1.559, 1.560, 1.761, 1.773, 1.798 e	1.800
Nº 7, de 1954. Autoriza o Governo Federal a incluir verba própria, no Orçamento da República, à União Nacional dos Estudantes, com sede no Rio de Janeiro, e suas filiais nos Estados	1.714
Nº 9, de 1954. Revoga dispositivos da Lei nº 33, de 13-5-1947	1.714
Nº 18, de 1954. Dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito — Págs. 1.684 e	1.685
Nº 19, de 1954. Dispõe sobre o abandono de partido pelos representantes do povo	1.765
Nº 21, de 1954. Institui o sistema federal do Banco de Estado	1.824
Nº 22, de 1954. Dispõe sobre o mandato do Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado — Págs. 1.798, 1.802, 1.813 e	1.824

Nº 24, de 1954. Dispõe sobre o provimento em cargo de carreira de nível universitário superior nas Instituições de Previdência Social — Págs. 1.684, 1.686, 1.773, 1.798, 1.802 e	1.813
Nº 29, de 1954. Dispõe sobre a aplicação do art. 64 da Constituição Federal	1.765
Nº 33, de 1954. Cria o Instituto Nacional da Carnaúba	1.540
Nº 39, de 1954. Cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco — Págs. 1.649 e	1.714
Nº 40, de 1954. Restaura direitos dos atuais praticantes de pilotos da Marinha Mercante — Págs. 1.770, 1.773, 1.798, 1.802 e	1.813
Nº 42, de 1954. Dispõe sobre a fixação de salário mínimo — Págs. 13, (do Suplemento ao DCN de 3-7-1954), 1.553, 1.578, 1.593, 1.603, 1.615, 1.637, 1.654, 1.670, 1.680, 1.688 a 1.692, 1.701, 1.708, 1.718, 1.719, 1.720, 1.731 a	1.732
Nº 43, de 1954. Acrescenta dispositivos à Lei nº 1.741, de 23-11-1952	1.684
Nº 45, de 1954. Denomina «Mello Vianna» o aeroporto de Três Corações, Estado de Minas Gerais — Págs. 1.597, 1.676, 1.687, 1.773, 1.798 e	1.802
Nº 47, de 1954. Dispõe sobre os exames de segunda época nos cursos superiores	1.541
Nº 49, de 1954. Regula a ação do Ministério Público na fiscalização da observância dos §§ 20, 22 e 32, do art. 141, da Constituição Federal — Págs. 1.541, 1.757 e	1.758
Nº 50, de 1954. Regula a convocação extraordinária do Congresso Nacional	1.541
Nº 51, de 1954. Autoriza a concessão de adicionais aos funcionários que menciona	1.541
Nº 52, de 1954. Dispõe sobre renúncia do mandato eletivo	1.541
Nº 53, de 1954. Dispõe sobre a incompatibilidade para o registro de candidato a eleição	1.541
Nº 54, de 1954. Autoriza a inclusão de elementos femininos em cargos e funções policiais	1.541
Nº 55, de 1954. Dispõe sobre o caso de falecimento de candidato registrado, antes da respectiva eleição	1.685
Nº 56, de 1954. Institui o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática nas Escolas Federais de Medicina ou fiscalizadas pelo Governo Federal — Págs. 1.546, 1.547, 1.684 e	1.824
Nº 57, de 1954. Dispõe sobre condições de elegibilidade — Págs. 1.589 e	1.684
Nº 58, de 1954. Dispõe sobre os direitos de cidadania — Págs. 1.620 a 1.634 e	1.765
Nº 59, de 1954. Dispõe sobre a capacidade eletiva — Págs. 1.666, 1.667 e	1.765
Nº 60, de 1954. Dispõe sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância — Págs. 1.754 e	1.755
Nº 61, de 1954. Regula o Plano de Valorização Econômica do Vale do Piraquê-Assu e do aproveitamento do porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo	1.830
Nº 62, de 1954. Concede anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha	1.830

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 6, de 1952. Dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo da Secretaria do Senado Federal — Págs. 1.553, 1.557, 8 a 13 (do Suplemento nº 109), 1.573 a 1.578, 1.589 a 1.593, 1.594, 1.602, 1.603, 1.604, 1.609, 1.612 a 1.615 e	1.727
Nº 12, de 1952. Concede gratificação aos funcionários da Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares e aos Redatores Revisores do Senado Federal — Págs. 1.726 e	1.727
Nº 7, de 1953. Estende aos funcionários do Senado Federal a aplicação do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União	1.819
Nº 27, de 1953. Autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar — Págs. 1.610, 1.616, 1.641, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681, 1.692, 1.696, 1.707, 1.708, 1.720, 1.742, 1.769, 1.770 e	1.809
Nº 1 de 1954. Altera o Regimento Interno do Senado Federal, com a inclusão de mais um parágrafo (5º) em seu Art. 44 — Págs. 1.553, 14 (do Suplemento ao nº 109), 1.578, 1.593,	

1.603, 1.615 e	1.638
Nº 26, de 1954. Aposenta no cargo de Diretor de Serviço, Padrão PL-2, com os proventos correspondentes ao cargo de Vice-Diretor Geral do Senado Federal, Padrão PL-1, o Sr. Mário Justino Peixoto	1.557
Nº 28, de 1954. Concede exoneração, a pedido, ao Sr. Hércules de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Padrão «O», do Quadro da Secretaria de Senado Federal, suprimindo o respectivo cargo — Págs. 1.557, 1.641, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 29, de 1954. Concede permissão ao Sr. Lauro Portella, Diretor de Serviço do Senado Federal, Padrão PL-2, para aceitar a bolsa de estudos que lhe foi conferida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica, com sede em Madrid, ficando-lhe assegurada a percepção integral dos vencimentos e a respectiva contagem de tempo de serviço — Págs. 1.557, 1.641, 1.652, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.693
Nº 37, de 1954. Concede aposentadoria ao Sr. Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Geral do Senado Federal, Padrão PL-1, no cargo de Diretor Geral do Senado, símbolo PL, incorporando-se aos respectivos proventos da inatividade a gratificação adicional correspondente — Págs. 1.708, 1.719, 1.720, 1.743, 1.756, 1.757, 1.782 e	1.784
Nº 38, de 1954. Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes do Senado — Págs. 1.571, 1.666, 1.667, 1.702 e	1.728
Nº 39, de 1954. Autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações do Senado Federal a participar, por 2 (dois) de seus membros, do VI Congresso Pan-Americano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas, Venezuela — Págs. 1.635, 1.641, 1.654, 1.671, 1.681 e	1.692
Nº 40, de 1954. Dispõe sobre a rejeição de proposição principal após a aprovação de emenda pelo plenário — Págs. 1.649, 1.715, 1.727, 1.728 e	1.751
Nº 41, de 1954. Dispõe sobre a votação de proposição considerada, em parecer, parcialmente inconstitucional — Págs. 1.782, 1.825 e	1.827
Nº 42, de 1954. Provê sobre a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia — Págs. 1.806, 1.825 e	1.827

PROPAGANDA COMUNISTA

Protestando contra a — feita, pelo Consulado da Polónia, em São Paulo; discurso do Sr. Hamilton Nogueira	1.769
--	-------

PSICOLOGIA MÉDICA

Projeto que institui o ensino de — nas escolas de medicina; discursos — Págs. 1.546, 1.547, 1.651 e	1.729
---	-------

RECRIADORES

Projeto que dispõe sobre dívidas dos — de gado bovino; discursos — Págs. 1.743, 1.785 a 1.787, 1.799 e	1.809
--	-------

REDAÇÃO FINAL

Sobre a — do projeto que concede aposentadoria aos trabalhadores; discurso do Sr. Mozart Lago	1.756
---	-------

REPOUSO REMUNERADO

Projeto que modifica a lei que regula o —; discurso do Sr. Ivo d'Aquino	1.792
---	-------

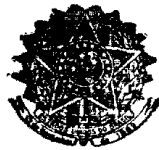
REQUERIMENTO

Nº 338, de 1954, do Sr. Carvalho Guimarães, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1951	1.638
Nº 341, de 1954, do Sr. Joaquim Pires, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, da 1ª sessão ordinária	1.546
Nº 342, de 1954, do Sr. Euclides Vieira e outros, pedindo inserção na ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Luiz Rodolfo Miranda, ex-Senador pelo Estado de São Paulo	1.548
Nº 343, de 1954, do Sr. Onofre Gomes, pedindo preferência para a emenda nº 57, do Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953, a fim de ser votada antes da subemenda	1.548

	Págs.
Nº 344, de 1954, do Sr. Othon Mäder, pedindo preferência para a emenda nº 66 ao Projeto de Lei da Câmara nº 366 de 1953, a fim de ser votada antes das demais emendas referentes ao artigo 10	1.549
Nº 345, de 1954, do Sr. Waldemar Pedrosa, pedindo destaque para a votação em separado do parágrafo único ao artigo constante da emenda nº 85, do Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953	1.563
Nº 346, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo destaque para rejeição de expressões da emenda 86 ao Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953	1.563
Nº 347, de 1954, do Sr. Alfredo Neves, pedindo destaque para rejeição de palavras da subemenda à emenda nº 90, ao Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953	1.564
Nº 348, de 1954, do Sr. Carlos Lindemberg, pedindo destaque para rejeição de expressões da subemenda à emenda nº 90 ao Projeto de Lei da Câmara nº 366, de 1953	1.565
Nº 349, de 1954, do Sr. Luiz Tinoco e outros, pedindo urgência para que tenha andamento o Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1951 — Pág. 4 do Suplemento ao nº 109.	
Nº 350, de 1954, do Sr. Plínio Pompeu, pedindo seja criada uma comissão para representar o Senado no desembarque dos parlamentares britânicos, que visitarão o Brasil — Pág. 4 do Suplemento ao nº 109.	
Nº 351, de 1954, do Sr. Alfredo Neves, pedindo seja retirado da Ordem do Dia o Projeto de Resolução nº 6, de 1952 — Págs. 13 do Suplemento ao nº 109.	
Nº 352, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo seja ouvida a Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Resolução nº 6, de 1952 — Pág. 13 do Suplemento.	
Nº 353, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo informações ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio	1.571
Nº 354, de 1954, do Sr. Alfredo Neves, pedindo preferência para o Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.576
Nº 355, de 1954, do Sr. Durval Cruz, pedindo preferência para subemenda nº 3, da Comissão de Finanças à emenda nº 1, para ser votada antes das subemendas da Comissão Diretora à emenda 23, do Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.577
Nº 356, de 1954, do Sr. Georgino Avelino, e outros, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro da Costa Rego, ex-Senador Federal	1.585
Nº 357, de 1954, do Sr. Esperidião de Faria, pedindo que o Senado se faça representar nos funerais do Sr. Pedro da Costa Rego	1.587
Nº 358, de 1954, do Sr. Atílio Vivacqua, pedindo destaque do parágrafo 2º do art. 7 da emenda nº 23, ao Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.591
Nº 359, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo destaque do art. 14 e seu parágrafo único à emenda 23 do Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.592
Nº 360, de 1954, do Sr. Alfredo Neves, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 27, de 1953	1.610
Nº 361, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo informações ao Sr. Ministro do Trabalho	1.610
Nº 362, de 1954, do Sr. Dario Cardoso, pedindo votação em globo das emendas e subemendas ao Projeto de Resolução nº 6, de 1952	1.612
Nº 363, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti, pedindo dispensa de interstício para o Projeto de Resolução nº 39, de 1954	1.635
Nº 364, de 1954, do Sr. Flávio Guimarães, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular	1.635
Nº 365, de 1954, do Sr. Ferreira de Souza, pedindo diligência para publicação em avulso da Legislação e portarias citadas no Projeto-lei da Câmara nº 337, de 1953	1.636
Nº 366, de 1954, do Sr. Atílio Vivacqua, pedindo preferência para votação do Projeto de Lei da Câmara nº 376, de 1953	1.636
Nº 367, de 1954, do Sr. Draudt Ernany, pedindo audiência da Comissão de Economia para o Projeto de Lei da Câmara nº 228, de 1950	1.637
Nº 368, de 1954, do Sr. Alfredo Simch, pedindo retirada do Requerimento nº 321, de 1954	1.637
Nº 369, de 1954, do Sr. Cicero de Vasconcelos, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara, nº 17, de 1954	1.649

	Págs.
Nº 370, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo informações ao Sr. Presidente da República	1.677
Nº 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros, pedindo que tenha andamento o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1954 — Págs. 1.688 e	1.802
Nº 372, de 1954, do Sr. Djair Brindeiro, pedindo inclusão, na Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1954 — Págs. 1.688 e	1.802
Nº 373, de 1954, do Sr. Dario Cardoso e outros, pedindo destaque para votação, em separado, do artigo 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 337, de 1953	1.690
Nº 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros, pedindo andamento para o Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 1954	1.705
Nº 375, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti e outros, pedindo urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara nº 153, de 1954	1.705
Nº 376, de 1954, do Sr. Dario Cardoso, pedindo dispensa de publicação para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 376, de 1954	1.705
Nº 377, de 1954, do Sr. Plínio Pompeu, pedindo noventa e cinco dias de licença para se afastar dos trabalhos do Senado Federal	1.705
Nº 378, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo seja apreciado em último lugar, na Ordem do Dia, o Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1954	1.707
Nº 379, de 1954, do Sr. Olavo de Oliveira, pedindo destaque de palavra do artigo 7º parágrafo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1954	1.718
Nº 380, de 1954, do Sr. Esperidião de Farias, pedindo designação de uma comissão para visitar, em nome do Senado Federal, o General Pedro Aurélio de Góes Monteiro que se acha enfermo	1.731
Nº 381, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti, pedindo votação global do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 23, de 1951	1.742
Nº 382, de 1954, do Sr. Dario Cardoso, pedindo inversão da Ordem do Dia	1.742
Nº 383, de 1954, do Sr. Flávio Guimarães, pedindo seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1953	1.742
Nº 384, de 1954, do Sr. João Villasbôas, pedindo licença para se afastar dos trabalhos do Senado durante 95 dias	1.756
Nº 385, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo adiamento de votação do Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1953	1.756
Nº 386, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo seja votado em último lugar, na Ordem do Dia, o Projeto de Reforma Constitucional nº 1, de 1954	1.759
Nº 387, de 1954, do Sr. Aloysio de Carvalho, pedindo destaque para votação em separado, do art. 9º e seu parágrafo único do Projeto de Lei da Câmara nº 359, de 1953	1.759
Nº 388, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo seja nomeada uma comissão para visitar, em nome do Senado, o Ministro Tavares de Lima, que fora acidentado	1.767
Nº 389, de 1954, do Sr. Alfredo Neves, pedindo dispensa de publicação da redação final do Projeto de Resolução nº 27 de 1953	1.770
Nº 390, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1954	1.770
Nº 391, de 1954, do Sr. Alfredo Simch, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 1954	1.783
Nº 392, de 1954, do Sr. Costa Pereira, pedindo dispensa de publicação e votação imediata, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1953	1.783
Nº 393, de 1954, do Sr. Pinto Aleixo, pedindo dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1954	1.783
Nº 394, de 1954, do Sr. Othon Mäder, pedindo sejam remetidos à Comissão Especial de Revisão da Consolidação de Leis do Trabalho Projetos de Lei	1.784
Nº 395, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti, pedindo que o Senado se faça representar por uma comissão de três membros na reunião da Conferência Mundial de Energia, a realizar-se em Petrópolis	1.784

	Págs.		Págs.
Nº 396, de 1954, do Sr. Costa Pereira, pedindo dispensa de publicação para imediata discussão e aprovação da redação final do Projeto de Resolução nº 37, de 1954	1.784	SAPS	
Nº 397, de 1954, do Sr. Othon Mäder, pedindo audiência da Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 1951	1.792	Analisando a situação e as atividades do —; discurso do Sr. Othon Mäder — Págs. 1.767, 1.806 e	1.818
Nº 398, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara nº 3.841-D, de 1953	1.800	SARGENTOS	
Nº 399, de 1954, do Sr. Alvaro Adolpho, pedindo seja apreciado em primeiro lugar, na Ordem do Dia, o Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1954	1.809	Projeto que estende aos —, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952; discursos — Págs. 4, (suplemento ao nº 109), 1.571, 1.604, 1.635, 1.670, 1.677, 1.678, 1.690 e	1.696
Nº 400, de 1954, do Sr. Othon Mäder, pedindo audiência da Comissão de Economia, para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 1952	1.812	SENADO FEDERAL	
Nº 401, de 1954, do Sr. Ezechias da Rocha, pedindo adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1952	1.812	Projeto que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do —; discursos — Págs. 12, 13 (suplemento ao nº 109), 1.573, 1.589 a 1.593, 1.602, 1.603, 1.614 e	1.615
Nº 402, de 1954, do Sr. Aloysio de Carvalho, pedindo preferência para votação do Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 1952	1.813	SERINGALISTAS	
Nº 403, de 1954, do Sr. Waldemar Pedrosa, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Resolução nº 7, de 1953	1.819	Projeto que reajusta as dívidas dos — financiados pelo Banco de Crédito da Borracha; discurso do Sr. Alvaro Adolpho	1.810
Nº 404, de 1954, do Sr. Mozart Lago, pedindo inclusão, na Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 1, de 1954	1.819	SERVIÇO PÚBLICO CIVIL	
Nº 405, de 1954, do Sr. Othon Mäder, pedindo informações ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio	1.819	Projeto que altera os cargos do — que exigem diploma de curso superior; discursos — Págs. 1.548 a 1.552, 1.562 a 1.565, 5 a 7 (suplemento ao nº 109),	1.634
RESENHA		SUBTENENTES	
— das matérias votadas no mês de junho	1.744	Projeto que estende aos —, que participaram da FEB, os benefícios da Lei nº 1.782, de 1952; discursos — Págs. 4 (suplemento ao nº 109), 1.571, 1.604, 1.635, 1.670, 1.677, 1.678, 1.690 e	1.696
— dos discursos pronunciados no Senado Federal no mês de junho	1.746	TRABALHADORES	
RIALMA		Sobre a redação final do projeto que concede aposentadoria aos —; discurso do Sr. Mozart Lago	1.756
Sobre a existência de petróleo na cidade de —; discurso do Sr. Costa Paranhos	1.755	TRANSPORTE	
RIO GRANDE DO NORTE		A exploração das jazidas de manganês da região de Bonfim e o problema do —; discurso do Sr. Alencastro Guimarães	1.783
A situação da indústria do sal do —; discurso do Sr. Georgino Avelino	1.703	VALE DO PIRAQUE	
RIO GRANDE DO SUL		Projeto que regula o plano de valorização econômica do —; discurso do Sr. Attilio Vivacqua	1.829
A situação política do —; notícias da imprensa; discurso do Sr. Alfredo Simch	1.729	VEÍCULOS DE CARGA	
SAL		Projeto que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos —; discursos	1.758
A situação da indústria do — do Rio Grande do Norte; discurso do Sr. Georgino Avelino	1.703	VINTE E TRÊS DE JULHO	
SALÁRIO MÍNIMO		A data de —; discurso do Sr. Waldemar Pedrosa	1.782
Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre a fixação do —; discursos — Págs. 1.691, 1.692, 1.719, 1.731 e	1.732	VOTO EM SEPARADO	
		— do Sr. Joaquim Pires, ao Parecer nº 517, de 1954, sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 2, de 1954	1.559



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 108

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhu-

cerem do *veto* presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954
JOÃO CARÉ FILHO

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — **Presidente**
Landulpho Alves — **Vice-Presidente**
Sá Tinoco
Julio Leite
Costa Pereira (*)
Plínio Pompeu (**)
Euclides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo
Secretário — Aroldo Moreira
Reuniões às quintas-feiras

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — **Presidente**.
2 — Cicero de Vasconcelos — **Vice-Presidente**.

3 — Area Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclides Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — **Presidente**.
2 — Ismar de Góis — **Vice-Presidente** (*).
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (****).
5 — Apolônio Sales.
6 — Carlos Lindemberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (**).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclides Vieira.
11 — Ferreira de Sousa.
12 — Mathias Olympio.
13 — Pinco Aleixo.
14 — Plínio Pompeu.
15 — Veloso Borges (****).
16 — Victorino Freire (****).
17 — Walter Franco (****).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Espiridião de Farias.
(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Paranhos.
(***) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.
(****) Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.
(*****) Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.
(*****) Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.
Secretário — Evandro Viana, Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — **Presidente**.
2 — Luiz Tinoco — **Vice-Presidente**.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — **Presidente**.
Aloysio de Carvalho — **Vice-Presidente**.
Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Camilo Mercio.
Ferreira de Souza.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Olavo Oliveira.
Waldemar Pedrosa.
Secretário — Luis Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amando.
Reuniões — Quartas-feiras às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — **Presidente**.
2 — Luis Tinoco — **Vice-Presidente**.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — **Presidente**.
2 — Hamilton Nogueira — **Vice-Presidente**.
3 — Novaes Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mathias Olympio.
7 — Assis Chateaubriand.
8 — João Villasboas.
Secretário — J. B. Castejon Branco.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — **Presidente**.
2 — Waldemar Pedrosa — **Vice-Presidente**.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — *Presidente*.
 Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.
 Prisco dos Santos,
 Vivaldo Lima,
 Durval Cruz,
 Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
 Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

— Prisco dos Santos — *Presidente*.
 2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.
 3 — Nestor Massena.
 4 — Vivaldo Lima.
 5 — Djair Brindeiro.
 6 — Mozart Lago.
 7 — Júlio Leite.
 Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclydes Vieira — *Presidente*.
 Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
 Alencastro Guimarães.
 Othon Mäder.
 Antônio Bayma.
 Secretário — Francisco Soares Arruda.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.
 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
 3 — Magalhães Barata.
 4 — Ismar de Góes.
 5 — Sílvio Curvo.
 6 — Walter Franco.
 7 — Roberto Glasser.
 Secretário — Ary Kerner Velga Castro.
 Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
 Dario Cardoso.
 Francisco Gallotti.
 Camilo Mercio.
 Carlos Lindemberg.
 Antônio Bayma.
 Bernardes Filho.
 Marcondes Filho.
 Olavo Oliveira.
 Domingos Velasco.
 João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.
 Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
 Othon Mäder.
 Rui Carneiro.
 Kerginaldo Cavalcanti.
 Secretário — Italina Cruz Alves.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
 ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.
 Mozart Lago — *Vice-Presidente*.
 Júlio Leite.
 Landulpho Alves.
 Mário Motta.
 Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*.
 Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.
 Dario Cardoso — *Relator*.
 Secretário — José da Silva Lisboa.
 Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.
 Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*.
 João Villasbôas.
 Gomes de Oliveira.
 Atílio Vivacqua.
 Domingos Velasco.
 Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.
 2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.
 3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.
 4 — Vivaldo Lima.
 5 — Novaes Filho.
 Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.
 2 — Ivo d'Aquino.
 3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral (*)*.
 4 — Atílio Vivacqua.
 5 — Victorino Freire.
 Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.
 2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
 3 — Anísio Jobim.
 4 — Atílio Vivacqua.
 5 — Camilo Mercio.
 6 — Ferreira de Souza.
 7 — Flavio Guimarães.

8 — Gomes de Oliveira.
 9 — Joaquim Pires.
 10 — Olavo Oliveira.
 11 — Waldemar Pedrosa.
 12 — Mozart Lago.
 13 — Hamilton Nogueira.
 14 — Guilherme Malaquias.
 15 — Nestor Massena.
 16 — Francisco Fôrto.
 Secretário — Glória Fernandina Quintela.
 Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.
 2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
 3 — Kerginaldo Cavalcanti.
 4 — Othon Mäder.
 5 — Rui Carneiro.
 Secretário — Italina Cruz Alves.

Atas das Comissões**Comissão de Constituição e Justiça**

23.ª REUNIAO, EM 30 DE JUNHO DE 1954

Aos trinta dias do mês de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às dez horas, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça sob a presidência do Senhor Dario Cardoso, Presidente. Compareceram os Senhores Camilo Mercio, Gomes de Oliveira, Flavio Guimarães, Joaquim Pires e Anísio Jobim, ausentes, por motivo justificado, os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, Atílio Vivacqua e Mozart Lago.

Lida e aprovada sem ratificação a ata da reunião anterior, o Senhor Presidente anuncia a distribuição que vai publicada ao pé desta, após a Sr. Gomes de Oliveira associar-se às homenagens prestadas na oportunidade ao Sr. Waldemar Pedrosa.

Passando-se ao exame da pauta são lidos e aprovados os seguintes pareceres:

— do Sr. Anísio Jobim, pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1954, que cria o Instituto Nacional da Carneína e dá outras providências;
 do Sr. Gomes de Oliveira, pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 364, de 1953, que dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

— do Sr. Joaquim Pires, pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 26 de janeiro de 1951, (Código de Vencimentos dos Militares).
 São, ainda, lidos e aprovados extrapauta os seguintes pareceres:

— relator o Sr. Gomes de Oliveira, pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas, na parte referente à emenda da Comissão de Finanças.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião. Para constar, eu, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Secretário, lavrei a presente ata. Esta, de que é aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

DISTRIBUIÇÃO REALIZADA PELO SR. PRESIDENTE

Em 1.º de julho de 1954

— ao Sr. Alcides de Carvalho, o Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 1954, que modifica disposições da Lei n.º 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a requisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos; e o Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1954, que regula a ação do Ministério Público na fiscalização da observância dos §§ 20, 22 e 32, do artigo 141, da Constituição Federal;

— ao Sr. Ferreira de Sousa, o Projeto de Lei n.º 128, de 1954, que prorroga o prazo da vigência da Lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950; e o Projeto de Lei do Senado n.º 52, de 1954, que dispõe sobre renúncia do mandato eletivo;

— ao Sr. Camilo Mérico, o Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 334.787,00, para atender às despesas resultantes de cumprimento da segurança imposta em favor de Pedro Mariani Serra e outros; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1954, que aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada;

— ao Sr. Gomes de Oliveira, o Projeto de Lei da Câmara n.º 203, de 1953, que modifica o artigo 19 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família; o Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1954, de candidato a eleição; e o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para a verba que a especifica;

— ao Sr. Flávio Guimarães, o Projeto de Lei do Senado n.º 51, de 1954, que autoriza a concessão de adicionais aos funcionários que mencionam; o Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias foram autoras; e o Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 1954, que autoriza a inclusão do elemento feminino em cargos e funções policiais e dá outras providências;

— ao Sr. Afílio Vivacqua, o Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1954, que efetiva nos cargos de tesoureiro-auxiliar os ocupantes de cargos isolados e funções gratificadas de chefe de serviço de caixa, assistente de serviço de caixa, encarregado de caixa e fiel de tesoureiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários; e o Projeto de Lei do Senado n.º 59, de 1954, que regula a convocação extraordinária do Congresso Nacional;

— ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos dos Militares);

— ao Sr. Anísio Jobim, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Airlinda Nogueira; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1954, que aprova o Acordo assinado pelo Brasil na cidade de Washington;

— ao Sr. Mozart Lago, o Projeto de Lei da Câmara n.º 120, de 1954, que dispõe sobre empréstimos a agricultores, que tenham sofrido prejuízos decorrentes de temporais de granizo.

Comissão de Educação e Cultura**11.ª REUNTAÇÃO, REALIZADA EM 1 DE JULHO DE 1954**

Ao 1 de julho de 1954, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Flávio Guimarães, Presidente, Cícero de Vasconcelos, Levindo Coelho, Hamilton Nogueira, Eulides Vieira e Bernardes Filho, deixando de comparecer, com causa justificada o Sr. Senador Arêa Leão, reúne-se esta Comissão Permanente.

É lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior.

Não houve expediente a despachar. O Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

— Ao Sr. Senador Cícero de Vasconcelos, o Projeto de Lei da Câmara n.º 296, de 1953, que "dá o nome de Presidente Epitácio Pessoa à Rodovia Transnordestina (BR-13)";

— Ao Sr. Senador Hamilton Nogueira, o Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1954, que "dispõe sobre os exames de segunda época nos cursos superiores";

O Sr. Senador Flávio Guimarães oferece parecer contrário ao Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de rascalsos que é aprovado e assinado.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão Mista para conhecer do veto parcial oposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências"

1.ª REUNIAÇÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 1.º DE JULHO DE 1954

Ao 1.º de julho de 1954, às 15,00 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Flávio Guimarães, Presidente, Cícero de Vasconcelos, Levindo Coelho, Hamilton Nogueira, Eulides Vieira e Bernardes Filho, deixando de comparecer, com causa justificada, os Srs. Tasso Dutra e Arruda Câmara, reúne-se esta Comissão Mista para conhecer do veto parcial do Sr. Presidente da República a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências".

Na forma do art. 32 do Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Waldemar Pedrosa, que após declarar instalada a Comissão e a finalidade da união, procede a eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Waldemar Pedrosa	3
Parsifal Barroso	1

Para Vice-Presidente:

Gomes de Oliveira	3
Othon Mäder	1

O Sr. Presidente em seu nome e no do Sr. Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus pares, sufragando seus nomes para os postos a que vem de ser eleitos, designa o Sr. Parsifal Barroso para Relator do veto e o Oficial Legislativo João Alfredo

Ravasco de Andrade, para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Srs. membros, para a segunda reunião, que se realizará na segunda-feira, 5 do corrente, às 15,30 horas, no Palácio Mourão, para leitura, discussão e aprovação do relatório do Sr. Relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Redação**20.ª REUNIAÇÃO, EM 30 DE JUNHO DE 1954**

As dezesseis horas e cinquenta minutos, do dia trinta de junho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, Presidente, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, Costa Pereira e Carvalho Guimarães, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Alcides de Carvalho.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

Expediente:

Ofício do Dr. Café Filho, encaminhando ao reexame da Comissão o Projeto de Lei da Câmara n.º 220, de 1953, que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda, uma vez que se tornou necessário alterar a redação final do referido projeto, já aprovado pelo Plenário;

— Carta do Sr. José Brioschi e outros, solicitando o interesse da Comissão para a Lei do Inquilinato.

A Comissão aprova a redação final dos seguintes pareceres:

— Do Sr. Waldemar Pedrosa, "ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de novembro de 1952, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Curitiba, Capital do Estado de Mato Grosso e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, bem como instalação de máquinas no Posto de Leverger naquele Estado";

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Curitiba, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalações no Posto Agro-Pecuário de Rosário — Oeste, naquele Estado;

— Ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320, de 1953, que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda, e dá outras providências;

— Do Sr. Costa Pereira, ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1952, com emenda da Comissão de Finanças, que aprova o contrato de empreitada, celebrado em 14 de junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernando e Cia. Ltda., para execução de obras de conservação da sede do Serviço de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.364,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros);

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, que aprova o contrato celebrado a 14 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e José Bezerria da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Pe-

nha, no Município de Iguatu, Estado do Ceará;

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado em 14 de outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando a preservação das safras de cereais;

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 139, de 1953, que aprova o contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação agrícola em terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-Lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1953;

— Do Sr. Carvalho Guimarães, ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas, de 25 de dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 13 de agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941;

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado a 17 de novembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa leão Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas na fazenda direita do rio Paranaíba, no Município de Teresina, Estado do Piauí;

— Ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova o acordo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de maio e 29 de julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

As dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente, após agradecer o comparecimento de seus pares, encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Matins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

73.ª SESSÃO EM 2 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães
- 2.º — Senador Othon Mäder
- 3.º — Senador Gomes de Oliveira
- 4.º — Senador Onofre Gomes

ATA DA 72.ª SESSÃO EM 1 DE JULHO DE 1954

PRESENCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO, ALFREDO NEVES, VESPASIANO MARTINS E CAFÉ FILHO.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Anísio Jobim — Antônio Eayna — Mathias Olimpio — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Francisco Porto — Norval Filho — Cícero Vasconcelos — Esperidião de Farias — Júlio Leite — Alfredo Neves — Pereira Pinto — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Coelho — Nestor Massena — Levindo

clides Vieira — Costa Paranhos —
Dario Cardoso — Costa Pereira —
Sívio Curvo — Vespasiano Martins —
Flávio Guimarães — Gomes de Oli-
veira — Ivo d'Aquino — Francisco
Gallotti — Camilo Mercio — (30).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 30 Srs. Sena-
dores. Havendo número legal, está
aberta a sessão. Vai-se proceder à
leitura da ata.

O SR. 2.º SECRETÁRIO:

Procede à leitura da ata da sessão
anterior, que, posta em discussão, e
sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofícios:

Do Sr. Ministro da Educação e
Saúde, solicitando a devolução do pro-
cesso referente ao Prof. João Dela-
mare São Paulo.

Ao Expediente, para providenciar,
— Dois da Câmara dos Deputados,
comunicando a aprovação das emen-
das desta Casa aos Projetos de Leis
da Câmara ns. 209-50 e 15-53.

— Dois, da mesma Casa, sob ns.
1.020 e 1.022, encaminhando autógra-
fos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara
n.º 130, de 1954

(2.896-E — 53)

Modifica a lei n.º 1.728, de 10
de novembro de 1952, que dispõe
sobre a forma de pagamento das
dívidas dos criadores e recriadores
de gado bovino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos devedores, nos termos do artigo 2.º da lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, é reduzido na importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o artigo 4.º da mesma lei.

§ 1.º A importância de 50% (cinquenta por cento), a cargo da União, fixada no mesmo artigo 4.º, será acrescida dos juros vencidos e vincendos, pagos ou não, desde a data da constituição das dívidas até 30 de dezembro de 1954.

§ 2.º Incluem-se no passivo reajustável as despesas judiciais ou extra-judiciais feitas pelos credores e devedores e devidamente comprovadas. Tratando-se de honorários de advogado, na falta de contrato devidamente legalizado, o preço não poderá ser superior a 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito.

§ 3.º O passivo reajustável que não ultrapassar o valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) será pago, na sua totalidade, pela União, na forma deste artigo, quitados os devedores, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4.º da lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952.

§ 4.º Nos casos de pagamento antecipado de todas as prestações a cargo dos devedores, e, quando provado perante o juiz competente, por documento público, ou particular, constante de registro público, ou escrita bancária, que a liquidação foi feita com produto de empréstimo obtido de terceiros, o pagamento da indenização correspondente às aludidas prestações será diretamente efetuado aos devedores nos termos já estabelecidos neste artigo.

§ 5.º Aplica-se à redução feita neste artigo o disposto no parágrafo 3.º

do artigo 2.º da citada lei número 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 2.º As prestações a que se refere o parágrafo 1.º do artigo 2.º da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, são as que se tornaram devidas a partir da lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948.

Parágrafo único — O pagamento de tais prestações será efetuado a 30 de dezembro de cada ano.

Art. 3.º Quando se tratar de homologação judicial, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, a concessão dos favores desta lei dependerá da decisão proferida no pedido de extensão dos benefícios daquela lei.

Art. 4.º Nos processos de reajuste já deferidos, mesmo com a respectiva sentença transitada em julgado, assiste aos devedores o direito de requerer, dentro do prazo estabelecido nesta lei, a revisão do cálculo, para efeito da redução prevista do artigo 1.º

Art. 5.º Fica elevado para Cr\$ 1,50 (um cruzeiro e cinquenta centavos) o selo criado pelo artigo 11 da lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 6.º Os criadores e recriadores de gado bovino que satisficam uma das condições das alíneas a, b ou c do artigo 17, da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, gozarão dos benefícios desta lei, em relação às suas dívidas de 19 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1951, desde que, em tempo hábil, hajam requerido os benefícios da referida lei e não incidam na proibição do parágrafo 1.º do citado artigo 17.

Art. 7.º É assegurado às firmas ou empresas comerciais que tenham escrita regular e sejam credoras de criadores e recriadores, nos termos das leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949, e 1.728, de 10 de novembro de 1952, de importância superior a 80% (oitenta por cento) de seu capital social, o direito de, com as apólices de que trata esta lei, caucionar empréstimo em estabelecimento bancário.

Art. 8.º O prazo para requerimento dos favores da presente lei será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 9.º Continuam em vigor no que forem aplicáveis, em face desta lei ou por ela não contratados, os dispositivos das leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949 e 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 10 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 1.728, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

O Presidente da República:
Pelo que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Será liquidado na forma e sob as condições estabelecidas nesta Lei o valor do capital e juros das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, pessoas físicas, ou jurídicas, inclusive sociedades de fato, para as quais os responsáveis tenham obtido ou venham a obter, em processos pendentes de julgamento, os benefícios previstos nas leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948 e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 2.º O valor de cinquenta por cento (50%) do débito a que se refere

o art. 4.º, § 1.º da Lei n.º 1.002, excluídos os juros vencidos e vincendos desde a data da constituição da dívida e até 30 de dezembro de 1954, será liquidado pelos próprios devedores no prazo de 10 (dez) anos em prestações vencíveis até 30 de dezembro de cada ano, na conformidade do § 1.º deste artigo.

§ 1.º — Nos anos de 1954 e 1955 as prestações serão de cinco por cento (5%) cada uma; nos anos de 1956 a 1961 de dez por cento (10%) cada uma; nos anos de 1962 e 1963 de quinze por cento (15%) cada uma.

§ 2.º — A falta de pagamento na época própria de qualquer das prestações a cargo dos devedores, implicará na perda dos prazos estabelecidos nesta lei e consequente exigibilidade de todo o débito restante acrescido da pena de dez por cento (10%) sobre o principal e acessórios, em caso de cobrança judicial, se o devedor não purgar a mora em relação ao débito vencido.

§ 3.º O valor das deduções feitas, nos termos desta lei não será computado para efeito de pagamento do imposto sobre a renda dos devedores reajustados.

Art. 3.º Serão liberados os bens não necessários à garantia do débito reduzido, acrescido de vinte por cento (20%).

§ 1.º — A garantia do débito reduzido será constituída por imóveis indicados pelo devedor ou por terceiros, desde que estes os possuam livres e desembaraçados de qualquer ônus, podendo, ainda, ser integrada de outros bens, se aqueles forem insuficiente ou não existirem, respeitadas as preferências e privilégios prestabelecidos.

§ 2.º — Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo anterior e for inscrita a garantia real outorgada pelo devedor ou judicialmente especializada, dar-se-á automaticamente tanto a liberação do rebanho e as duas cens que excederem ao valor da cobertura fixado neste artigo, como a exoneração de quaisquer coobrigados.

§ 3.º — O penhor pecuniário resultante da forma de liquidação prevista nesta lei terá validade e vigência independentemente de reconstituição, além dos prazos fixados no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937 com a redação que lhe deu o artigo 2.º do Decreto-lei n.º 4360, de 5 de junho de 1942.

Art. 4.º A União pagará de uma só vez em apólices da Dívida Pública Federal, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) ou de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) cada uma ou juro de cinco por cento (5%) ao ano a importância de cinquenta por cento (50%) do débito que lhe compete por força do artigo 5.º da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, acrescida dos juros relativos às dívidas mencionadas no artigo 1.º desta lei, vencidos e vincendos desde a constituição de tais obrigações e até 30 de dezembro de 1954, contados na forma do artigo 2.º da Lei n.º 209 de 2 de janeiro de 1948, e capitalizado quando assim se houver estipulado em cláusula contratual do débito originário.

Parágrafo único — As frações inferiores a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) não serão computadas a União cabendo aos devedores efetuar o respectivo pagamento, juntamente com a primeira prestação.

Art. 5.º É o Poder Executivo autorizado a emitir as apólices de que trata o artigo 4.º até o limite necessário ao cumprimento desta lei, devendo as mesmas serem resgatadas no prazo de trinta anos por meio de sorteios anuais realizados em dezembro de cada ano, na base percentual estabelecida no artigo 5.º § 5.º da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

§ 1.º — Os juros das apólices serão pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.º — As apólices são isentas de quaisquer impostos federais, salvo o imposto de renda.

§ 3.º — As apólices referidas neste artigo serão recebidas e sempre a par.

I — Nas repartições públicas, para efeito de caução;

II — Na Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, nos seguintes casos:

a) em pagamento dos débitos contrai-
dos por bancos com caução nos
termos do Decreto-lei n.º 9.201, de 26
de abril de 1946, e leis subsequentes,
até 50% do valor dos respectivos títulos
caucionados;

b) em garantia de empréstimos aos
bancos desde que feita a comprova-
ção de que foram elas incorporadas
aos seus patrimônios por força desta
lei.

Art. 6.º Os benefícios desta lei são
extensivos aos avalistas, endossantes
ou quaisquer coobrigados, no que se
refere às obrigações de criadores ou
recriadores de gado bovino, ainda
quando em virtude de obrigação nova,
hajam assumido a responsabilidade
de dívida prevista no artigo 7.º da
Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de
1949.

Art. 7.º Os benefícios estabelecidos
nesta lei não compreendem os débitos
já liquidados, em cumprimento
de ajustes amigáveis ou judiciais,
feitos nos termos das Leis números
290, de 2 de janeiro de 1948, 457, de
29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24
de dezembro de 1949.

Art. 7.º Os benefícios estabelecidos
nesta lei não compreendem os débitos
já liquidados em cumprimento de
ajustes amigáveis ou judiciais feitos
nos termos das Leis números 209, de
2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de
outubro de 1948, e 1.002, de 24 de
dezembro de 1949.

§ 1.º — As prestações satisfeitas do
principal e juros relativos a débitos,
ainda existentes, serão deduzidas da
parte que couber ao devedor nos termos
do artigo 2.º desta lei para efeito
de se fixar a responsabilidade deste
e da União.

§ 2.º — Nos casos de pagamento
antecipado de todas as prestações a
cargo dos devedores efetuados de
acordo com o § 1.º do artigo 5.º da
Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de
1949, a responsabilidade da União se
limitará a cinquenta por cento (50%)
da dívida inicial acrescidos dos juros
apenas sobre essa parte.

§ 3.º — Estão também excluídos dos
favores desta lei os devedores que
não houverem requerido o benefício
de qualquer das Leis números 209, de
2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de
outubro de 1948, e 1.002, de 24 de
dezembro de 1949.

Art. 8.º Servirão de base aos re-
ajustes, para aplicação desta lei, as
avaliações já feitas ou processadas
judicialmente, sendo que nas avalia-
ções do gado, ainda não realizadas,
serão mantidos os valores básicos
adotados nos financiamentos da Car-
teira de Crédito Agrícola e Industrial
do Banco do Brasil até 10 de novem-
bro de 1945.

Art. 9.º A Carteira de Crédito
Agrícola e Industrial do Banco do
Brasil adotará as providências neces-
sárias à concessão de novos finan-
ciamentos aos criadores e recriadores
de gado bovino, salvo os casos de dolo
comprovado e observadas as condi-
ções do seu regulamento.

Art. 10. Os benefícios da presente
presão extensivos ao cônjuge su-
brevivente e herdeiro do criador ou
recriador falecidos depois de 30 de
agosto de 1945 sem as restrições pre-
vistas no artigo 8.º da Lei n.º 209 de
2 de janeiro de 1948, bem como aos
sucessores de sociedades dissolvidas
de acordo com o disposto no art. 18
da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro
de 1949.

Art. 11. Aplicam-se igualmente os
favores desta lei às dívidas dos cria-
dores ou recriadores de gado bovino
anteriores a 19 de dezembro de 1946,
a respeito das quais tenham os deve-

dores feito transação ou composição com os credores na vigência das Leis ns. 1.002, de 24 de dezembro de 1949, 457, de 29 de outubro de 1949, ou 209, de 2 de janeiro de 1948, quando já efetivada essas composições mediante homologação judicial.

Art. 12. Os títulos pecuaristas vendidos e não pagos em virtude dos favores concedidos pelas Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, em poder dos Bancos Cooperativistas e Cooperativas Agro-Pecuárias, poderão ser levados a redesconto independentemente dos limites dos respectivos capitais-reservas na Carteira de Redesconto do Banco do Brasil S. A. pelo prazo de 12 meses, com direito à renovação.

Art. 13. São suspensos quaisquer procedimentos judiciais porventura intentados contra os devedores por falta de pagamento das prestações vencidas.

Parágrafo único. — São sobrestados todos os processos de penhora em andamento, até que as dívidas devidamente descritas, nos processos de reajustamento, obtenham decisão definitiva.

Art. 14. São canceladas as multas fiscais a que estejam sujeitos os beneficiários da presente lei, em razão do não pagamento das respectivas dívidas, relativas às atividades pecuárias, até a data desta lei.

Parágrafo único. Consideram-se também, na mesma data, extintos os efeitos da ação civil, decretada contra criadores e recriadores de gado bovino.

Art. 15. O prazo para requerimento, dos favores da presente lei, será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

§ 1.º — O requerimento deverá ser anexado ao processo referente aos pedidos de benefícios das leis referidas no art. 1.º, quando estes estiverem pendentes de julgamento ou definitivamente julgados.

§ 2.º — Quando o processo estiver pendente de julgamento em superior instância, o requerimento deverá ser autuado e sobrestado no seu julgamento até a decisão definitiva.

§ 3.º — Sobre o requerimento em qualquer dos casos dos parágrafos anteriores, será ouvido o interessado, e, depois de que, no prazo de 48 horas, o juiz despachará facultando ao devedor a constituição de garantias, em substituição às existentes, nos termos desta lei.

§ 4.º — Especificadas ou não garantias, o juiz, em 48 horas, decidirá do pedido, mandando, em caso de deferimento, os autos ao contador do Juízo para que proceda ao cálculo decorrente dos benefícios desta lei.

Art. 16. Continuará em vigor no que forem aplicáveis, em face da presente lei, ou por ela não contrariados, os dispositivos das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1949, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 17. Terão direito aos favores desta lei e aos benefícios das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1949, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, os fazendeiros, cujos imóveis rurais ou rebanhos estavam localizados dentro do Polígono das Secas e que, no período de 19 de dezembro de 1945, até 31 de dezembro de 1951, caracterizavam-se em qualquer dos seguintes casos:

a) insolvibilidade judicialmente verificada;

b) sofrerem execução judicial ou protesto de títulos;

c) incorrerem em processo de concordata ou concurso de credores.

§ 1.º — Excluem-se do benefício deste artigo os que forem convencidos de fraude ou crimes contra o crédito ou a boa fé por sentença passada em julgado.

§ 2.º — Para gozo dos favores deste dispositivo, o fazendeiro deverá provar a existência de suas terras dentro do Polígono das Secas, exibindo certidão de registro de imóveis ou conhecimentos de imposto territorial

de todos os exercícios indicados no artigo, ou registro como fazendeiro ou criador do Ministério da Agricultura.

§ 3.º — Esse dispositivo só se aplicará aos avalistas e fiadores se também forem fazendeiros com terras e rebanhos dentro do Polígono das Secas.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República. — *Getúlio Vargas* — *Horácio Lafer* — *José Cleofas*.

LEI N.º 457 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1949

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e reprodutores de gado bovino.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes modificações na Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948:

I — O parágrafo único do artigo 1.º é substituído por este:

Parágrafo único. — Se o devedor especializar bens imóveis em garantia real, cujo valor exceda em mais de 30% (trinta por cento) o total da dívida, esta será paga dentro de doze (12) anos, em prestações iguais, exigíveis a partir de 31 de dezembro de 1949, ao juro da tabela e, como consequência disso, ficará liberado o rebanho dado em penhor.

II — Ao artigo 9.º acrescenta-se a seguinte letra:

c) Os bens não especializados em garantia real, na forma do parágrafo único do artigo 1.º.

III — Ao artigo 18 acrescenta-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. A falta dos animais apenados, desde que não dolosa, não impedirá que o devedor pecuarista goze dos benefícios desta lei, uma vez que ofereça garantia em bens imóveis, na forma do parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 2.º E' revogado por sessenta dias, a partir da publicação desta lei, o prazo a que se refere o artigo 22 da mencionada Lei n.º 209.

Parágrafo único. Os devedores que hajam renunciado os favores da Lei n.º 209, citada, poderão requerer, dentro de sessenta dias, seja a renúncia cancelada, a fim de lhes serem aplicáveis as disposições anteriores.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1949, 127.º da Independência e 60.º da República. — *Euro G. Dutra* — *Ovidio Xavier de Abreu*.

LEI N.º 209 — DE 2 DE JANEIRO DE 1948

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Aos criadores e recriadores de gado bovino é assegurado o direito de pagarem seus débitos civis, comerciais e fiscais, anteriores a 19 de dezembro de 1946, ou posteriores, desde que se trate de suas novações ou reformas, pela maneira seguinte:

50% em seis prestações anuais iguais exigíveis a partir de 31 de dezembro de 1949, juros incluídos e calculados segundo o sistema da Tabela Price;

50% em duas prestações anuais, iguais, exigíveis, respectivamente, com seus juros, em 31 de dezembro de 1955 e 31 de dezembro de 1956.

Parágrafo único. — Especializando o devedor bens imóveis em garantia real e excedendo eles, em mais de 30% o total da dívida, esta se pagará em 12 anos, em prestações iguais, ex-

igíveis desde 31 de dezembro de 1949, juros na forma daquela Tabela.

Art. 2.º — Os juros das operações beneficiadas por esta Lei serão reduzidos a 1% ao ano e não poderão exceder a taxa anual de 8%.

Art. 3.º — Serão contemplados com o favor legal:

a) os criadores e recriadores de gado bovino que exerciam a profissão em 19 de dezembro de 1946, em caráter efetivo, ainda que tivessem, também outra atividade;

b) os inventistas uma vez que na mesma data exercessem ou ainda exerçam, de modo principal, a profissão de criadores e recriadores de gado bovino;

c) as parcerias e sociedades pastorais, desde que se enquadrem como organização ou pessoas coletivas, não disposto pelas alíneas a e b deste artigo.

Art. 4.º — Provar-se-á a qualidade de criador ou recriador de gado bovino com um dos seguintes documentos:

a) certidão de registro no Ministério da Agricultura, nas Secretarias de Agricultura dos Estados, Distrito Federal e Territórios, ou repartições equivalentes;

b) contrato de penhor pecuário ainda em vigor;

c) certidão de um coleto de renda da situação do imóvel pastoril ou do domicílio do devedor.

Parágrafo único. — Contra a prova documental a que se refere este artigo admitir-se-ão os meios de prova autorizados pelo artigo 208 do Código de Processo Civil.

Art. 5.º — Não serão extensivos os benefícios desta Lei:

a) aos industriais de carne, assim considerados os que exploram frigoríficos, charqueadas ou estabelecimentos similares, ainda que sob a forma de cooperativas;

b) aos devedores que segundo provado em juízo, hajam praticado atos ilícitos prejudiciais aos direitos do credor; e

c) aos criadores e recriadores, pessoas físicas ou coletivas, que, além dos imóveis rurais e do gado de criar e recriar, tiverem bens patrimoniais que avaliados separadamente, correspondam quatro vezes, ou mais, ao valor do referido gado.

Art. 6.º — Os benefícios desta Lei são extensivos aos avalistas, endossantes, fiadores ou quaisquer cobrigados no que se referir às obrigações de criadores e recriadores.

Parágrafo único. — Se um desses cobrigados for executado por obrigação não referente à dívida de criadores ou recriadores, cessará quanto a essa sua cobrigação, a moratória, para efeitos de concorrência de credores ou de falência.

Art. 7.º — Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo único do artigo 1.º dar-se-á a exoneração do cobrigado, que a poderá requerer ao Juiz, à vista de certidão das dívidas habilitadas e das avaliações a que se procedeu.

Art. 8.º — São igualmente extensivos os benefícios desta Lei aos sucessores hereditários do criador ou recriador falecido depois de 30 de agosto de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco), desde que possam os herdeiros ajustar-se à atividade pastoril e administrar, in solidum, com idoneidade, o acervo comum, ou a herança partilhada.

Art. 9.º — Enquanto gozarem dos favores aqui previstos, os devedores não poderão alienar ou gravar quaisquer bens existentes na data desta Lei, sem expresso consentimento dos credores.

§ 1.º — Não se compreendem na proibição deste artigo:

a) a oneração de bens para garantia de novos empréstimos incluídos nas finalidades da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., assim como a que resultar de penhor rural constituída a favor de outras entidades jurídicas para

fins de financiamento de produção agro-pastoril;

b) a venda de bens imóveis, autorizada pelo juiz do domicílio do devedor, a requerimento deste, com citação dos credores, discriminando-se ditos bens com o preço conveniado e fixando-se prazo para as impugnações. Deferido o pedido, mandará o juiz que o preço seja rateado entre os credores, salvo os privilégios existentes;

c) a oneração ou venda de produção agrícola, pecuária, e industrial, assim como de quaisquer outros bens de comércio habitual do criador ou recriador;

d) a alienação de bens gravados de penhor rural, realizada com consentimento expresso do credor, para liquidação ou amortização da dívida penhoratícia ou para aquisição de outros bens em substituição total ou parcial de garantia.

§ 2.º — A infração do disposto neste artigo acarretará para o devedor a perda do direito aos benefícios desta Lei.

Art. 10. — E' facultada, a qualquer tempo, a renúncia aos benefícios previstos nesta Lei, mediante:

a) declaração expressa do interessado, dirigida a qualquer de seus credores, e transcrita no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do renunciante; ou

b) petição do devedor ao juiz, que, neste caso, homologará a renúncia depois de ouvir o requerente.

Art. 11. — Ao credor incluído no ajuste, mesmo quirografário, como aos seus sucessores a qualquer título, fica assegurada a preferência equivalente à garantia real, em face das obrigações contraídas, pelo devedor, a partir de 19 de dezembro de 1946, ressalvadas as de subsistência pessoal e de família, as de origem fiscal e as de custeio agro-pastoril da propriedade.

Art. 12. — O débito ajustado constituir-se-á à base das garantias reais de fiduciárias existentes e se parará anualmente pena de vencimentos, em prestações iguais aos credores em solidariedade ativa rateadas em proporção ao crédito de cada um.

Parágrafo único. — Para os casos de execução judicial é a cláusula penal de 10% sobre o principal e acessórios da dívida.

Art. 13. — O penhor pecuário sujeito ao regime de liquidação prevista nesta Lei independentemente de reconstituição para a sua validade e vigência além dos termos prefixados no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, e no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 4.360, de 5 de junho de 1942.

Art. 14. — Aos estabelecimentos bancários que, por força desta Lei tiverem de fazer ajuste de dívidas ativas, é assegurado o direito de recorrerem à Caixa de Mobilização Bancária, nos termos do Decreto-lei n.º 9.201, de 26 de abril de 1946, ficando para esse efeito, modificada para 31 de dezembro de 1946 a data fixada pelo artigo 1.º do referido Decreto-lei n.º 9.201 e prorrogada para 31 de dezembro de 1954 o prazo a que se refere o artigo 3.º do Decreto-lei número 9.493, de 28 de dezembro de 1945.

Art. 15. — E' assegurada ao devedor penhoratício a liberação das crías desde 1945, inclusive, ressalvadas as substituições necessárias à recomposição do rebanho.

Art. 16. — São declarados insubstentados os protestos cambiais, como as execuções ou quaisquer medidas judiciais intentadas contra o devedor com infração do disposto pelo Decreto-lei n.º 9.886, de 30 de agosto de 1946 e pela Lei n.º 8, de 19 de dezembro do mesmo ano, assim como ficam de nenhum efeito as garantias que sob a vigência daqueles diplomas legais, hajam os devedores constituído em fraude de credores, que a partir em 30 de agosto de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco).

Art. 17. — As obrigações garantidas com penhor pecuário cujos devedores não sejam beneficiados pela presente Lei, terão o seu vencimento prorrogado pelo prazo de um ano desde a data em que ela entrar em vigor.

Parágrafo único. — Não se aplica o disposto neste artigo aos devedores inscritos na sanção prevista pelo artigo 5.º letra b.

Art. 18. — Nas garantias anteriormente oferecidas ao Banco do Brasil Sociedade Anônima e que serão objeto de nova especialização, por força da composição aqui prevista, será tolerada, desde que não dolosa, uma falta máxima de 20% dos indivíduos apenados.

Art. 19. — Na avaliação do gado de criar e recriar, para os efeitos da presente Lei, serão mantidos os valores básicos adotados nos financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A., até 10 de novembro de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco).

Art. 20. — Caso os criadores e recriadores de gado bovino não cheguem a composição amigável com os seus credores, nos termos desta Lei, poderão realizá-la judicialmente, observado o processo aqui estabelecido.

Art. 21. — É competente a justiça comum do domicílio do devedor para aplicar e executar esta Lei.

Art. 22. — Os devedores, os seus coobrigados, deverão requerer ao juiz competente, dentro de 120 dias da publicação desta Lei, a concessão dos benefícios aqui assegurados, pena de caducidade.

Parágrafo único. O requerimento será assinado de próprio punho, firma reconhecida, ou por procurador com poderes especiais.

Art. 23. O requerimento deverá expor a exata situação econômica do devedor e será instruído com os seguintes documentos:

a) prova da qualidade de criador ou recriador de gado bovino;
b) relação de todos os bens e direitos do devedor, contendo a estimativa do valor de cada um e a indicação precisa dos que porventura se achem em poder de terceiros a título de guarda, depósito, penhor ou retenção;

c) lista nominativa de todos os credores, com o domicílio, a residência de cada um, natureza e importância de seus créditos e, se for o caso, das garantias que os asseguram;

d) relação de bens de terceiros em poder do devedor com indicação minuciosa das circunstâncias que para isso concorrem;

e) estimativa do custeio anual da propriedade, assim como dos encargos essenciais à subsistência do devedor e da família; e

f) garantias oferecidas.

Art. 24. Se o devedor não instruir desde logo o pedido nos termos do art. 23, marcará o juiz um prazo nunca inferior a cinco nem superior a quinze dias, para cumprimento das aquelas formalidades.

Parágrafo único. Se, porém, o requerimento estiver regular e em termos de ser deferido o juiz:

a) mandará tornar público por edital afixado no fóro e, também, por uma vez publicado no órgão oficial do Estado e num dos jornais de maior circulação da região, um aviso referente ao pedido do devedor para que os interessados possam reclamar o que lhes parecer de direito;

b) fará expedir uma carta-notificação sob registro postal a cada credor indicado;

c) marcará o prazo de 30 dias e, no máximo, improrrogável, de 90 dias, para os credores apresentarem declarações de seus créditos.

Art. 25. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores do requerente, por qualquer título, inclusive os parcelares dos sócios, no caso de sociedade, serão obrigados a apresentar em cartório uma declaração es-

crita, com firmas reconhecidas, mencionando a profissão, domicílio e residência, a importância, exata do crédito e sua origem; as hipotecas que lhes foram outorgadas, especificando minuciosamente os bens e títulos do devedor em seu poder, os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo acrescido dos juros vencidos no dia de entrada do pedido de convocação dos credores.

§ 1.º — A declaração será acompanhada dos títulos ou de quaisquer documentos em que o credor possa fundar o seu direito.

§ 2.º — Os títulos poderão ser apresentados em cópias fotostáticas devidamente conferidas e autenticadas.

§ 3.º — Os escritórios darão recibo das declarações de crédito e dos documentos recebidos.

Art. 26. Findo o prazo a que se refere o art. 25 o juiz nomeará um perito para proceder à avaliação, podendo as partes indicar assistentes.

§ 1.º — O avaliador observará rigorosamente o critério do justo valor dos bens, ressalvado o disposto no artigo 19.

§ 2.º — Para outros bens que não os rurais, será apurada a renda líquida que os mesmos produzam, computados todos os elementos que possibilitem uma conclusão positiva.

Art. 27. Concluída a avaliação os credores e o devedor terão o prazo comum de 10 dias que correrá em cartório, para provar ou impugnar o auto, os créditos declarados, oferecendo documentos ou requerendo diligências para justificar o alegado.

§ 1.º — Poderá ainda o juiz ordenar quaisquer diligências que se realizarem dentro em 15 dias, decidindo nos 15 dias subsequentes, as questões suscitadas.

§ 2.º — Preparado o processo e ouvido o Ministério Público, decidirá sobre o pedido dentro de 10 dias.

Art. 28. Dentro do prazo de 48 horas seguintes à decisão, o qual poderá ser prorrogado por igual tempo, organizará o contador do Juízo a relação dos créditos conforme o julgado.

Art. 29. Da decisão, proferida, como do despacho que indeferir inicialmente o requerimento, caberá recurso de agravo de petição que será interposto no prazo de 5 dias, contado conforme o caso, da data do indeferimento ou da publicação da sentença.

Parágrafo único. Este agravo, em qualquer das hipóteses, terá preferência para julgamento.

Art. 30. Sempre que o credor regularmente citado não fizer a declaração de seu crédito, na forma prevista pelo artigo 24, letra c, só poderá exigir a satisfação da obrigação depois que o devedor houver pago aos demais credores o total do passivo ajustado.

Art. 31. O processo de convocação dos credores, nos termos desta Lei, não se suspende em férias e só admite o recurso expressamente mencionado no texto desta Lei.

Art. 32. Todos os atos processuais, assim como as certidões, os traslados e as peças necessárias a instrução do processo, ou dele extraídos para observância desta Lei serão isentos do selo federal.

Parágrafo único. Serão igualmente isentos de selos federais, bem como de quaisquer impostos ou taxas devidas à Fazenda Nacional, os atos e contratos derivados do ajuste aqui previsto.

Art. 33. O Banco do Brasil S. A. e demais credores poderão transferir aos Estados, que o desejarem, os créditos provenientes dos empréstimos beneficiados por esta Lei, assinando, nos atos criadores e recriadores, para esse efeito, os acordos necessários.

Art. 34. (vetado).

Art. 35. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas, como ficam, as disposições que lhe forem contrárias.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1954, 127.ª da Independência e 60.ª da República. — Eurico G. Dutra.

— Corrêa e Castro.

LEI N.º 1.002, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1949

Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

O Presidente da República: Pago saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O valor do capital e juros na data da publicação desta Lei, das dívidas, excluídas as oriundas de financiamentos estranhos às atividades agropastoris, contraídas por criadores e recriadores de gado bovino, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive sociedades de fato, anteriores a 19 de dezembro de 1946, a respeito das quais os devedores hajam requerido, nos prazos respectivos os benefícios a que se referem as Leis ns. 209 e 457, de 2 de janeiro de 1948 e 28 de outubro do mesmo ano e estes lhes tenham sido concedidos ou venham a ser, no caso de estar o processo pendente do julgamento, será liquidado pelos próprios devedores e pela União Federal, na forma e segundo as condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Cabe e é facultado, a quem impugnar, oferecer todos os meios de prova admitidos em direito.

Art. 2.º Aplica-se também o disposto no artigo 1.º:

I — As dívidas de criadores ou recriadores de gado bovino, anteriores a 19 de dezembro de 1946, a respeito das quais tenham os devedores firmado acordo com os seus credores, desde a vigência da Lei n.º 209, de 1948, até 29 de dezembro do mesmo ano, renovando ou reformando a obrigação anterior ou, até a mesma data, haviam proposto tais acordos, ainda que "transidos" posteriormente ou pendentes de lavratura.

Parágrafo único. Não se consideram acordos para os efeitos deste número as novações ou reformas de dívidas sem garantia pignoratícia, por prazo não superior a doze meses.

II — As dívidas daqueles que, por insolventes, em face das Leis números 209 e 457, citadas, não hajam obtido ou requerido os benefícios a que elas se referem e ofereçam, ainda, bens que valham o débito reduzido.

Parágrafo único. Para o efeito de concessão de restabelecimento ao criador ou recriador insolvente, não serão considerados intervinientes do patrimônio respectivo os bens do coobrigado.

II — As dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, contraídas antes de 19 de dezembro de 1946, embora não tenham os devedores a respeito delas requerido os favores das Leis ns. 209 e 457, de 1948, nem efetuado acordos ou acordos com os respectivos credores contando que, vencidos, não tenham sido renovados ou reformados os títulos originais.

Parágrafo único. Salvo os títulos de créditos emitidos em favor de estabelecimentos bancários ou de firmas comerciais, com escrituração mercantil regular, os demais, referidos neste inciso para serem admitidos aos benefícios da presente Lei, deverão ter sido protestados ou anotados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em data anterior à Lei n.º 300, de 2 de janeiro de 1948, e cujo produto tenha sido aplicado na criação e recriação do gado bovino.

Art. 3.º Gozará, igualmente, dos benefícios desta Lei, os criadores ou recriadores de gado bovino que:

a) Vetado;

b) Preencham as condições previstas nas aludidas Leis ns. 209 e 457, mas não hajam requerido os benefícios a que elas se referem e cujos débitos tenham sido objeto de ação judicial, concordatas ou falência, até a vigência da presente Lei.

Art. 4.º Ficarão exonerados de 50% (cinquenta por cento) das dívidas mencionadas nos artigos anteriores, os devedores que efetuarem o pagamento das prestações que lhes incumbem, estabelecidas nesta Lei.

§ 1.º O pagamento que compete aos devedores, de 50% (cinquenta por cento), será feito em prestações, acrescidas dos juros fixados no artigo 2.º, da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, durante 10 (dez) anos.

§ 2.º A exigibilidade dessas obrigações correrá no ano de 1951, como nos subsequentes, nos mesmos dias e meses em que tiverem sido apurados nos títulos, contratos ou documentos originários.

§ 3.º Nos anos de 1951 e 1952, as prestações serão de 5% (cinco por cento), cada uma; nos anos de 1953 a 1958, serão de 10% (dez por cento), cada uma; e nos anos de 1959 a 1960, serão de 15% (quinze por cento), cada uma.

Art. 5.º A medida que o devedor pagar, as prestações a seu cargo, caberá à União Federal o pagamento da parte equivalente da dívida.

§ 1.º O devedor, que fizer pagamentos antecipados, fica exonerado da parte equivalente, que será liquidada pela União nas mesmas bases estabelecidas no artigo 4.º e seus parágrafos.

§ 2.º Perderá o direito aos benefícios desta Lei, tornando-se-lhe extinto, desde logo, o saldo da dívida, o devedor que deixar de pagar, ao vencimento, qualquer das prestações a seu cargo.

§ 3.º O pagamento das prestações que incumbir à União Federal será efetuado em apólices mediante prova de liquidação da prestação correspondente, por parte do devedor, acrescidas de juros de 6% (seis por cento), ao ano, desde a data da publicação desta Lei.

§ 4.º As apólices emitidas por União Federal não farão igual a um número exato de apólices, serão desdobradas as frações inferiores a Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) que constituirão a carga do devedor.

§ 5.º As apólices emitidas por força desta Lei, poderão de juro de 5% (cinco por cento) e serão amortizadas por sorteio, na base de 2% (dois por cento) do total delas, cada ano, até o décimo. A partir do décimo ano, a amortização será de 4% (quatro por cento) cada ano, sobre o total de emissão.

Art. 6.º Serão liberados os bens não necessários à garantia do débito remanescente.

§ 1.º Essa liberação se fará de forma que possibilite a vinculação dos bens imóveis que, indicados pelo devedor, valham o referido débito, acrescido de 30 (trinta por cento).

§ 2.º Sempre que se verificar a hipótese do parágrafo anterior, dar-se-á, automaticamente, a exoneração de qualquer co-obrigados.

Art. 7.º Deverão os interessados requerer, em juízo, sob pena de caducidade, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta Lei, a liquidação estabelecida no seu artigo 1.º.

§ 1.º Quando se verificar que o processo de ajuste está pendente de julgamento, ou nos casos previstos nos artigos 2.º, 3.º e 21 desta Lei, o requerimento deverá ser instruído com a certidão narrativa da ocorrência e guardar, em cartório, a apresentação de documentação hábil para decisão do pedido.

§ 2.º A assinatura de qualquer dos beneficiários, no requerimento inicial, importa a de seus co-obrigados, salvo impugnação dos não signatários.

Art. 8.º Para ocorrer aos pagamentos a cargo da União, nos termos desta Lei, é o Ministro da Fazenda autorizado a efetuar emissão de apólices de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) e de Cr\$ 1.000.00 (um mil cruzeiros), ao juro de 5% (cinco por cento), ao ano, sendo, em cada um dos anos de 1951 a 1952, Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros); em cada um dos anos de 1953 a 1958, Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros); em cada um dos anos de 1959 e 1960, Cr\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Art. 9.º As apólices serão resgatadas dentro do prazo de 30 (trinta) anos, a partir da publicação desta Lei, por mês de sorteios que serão realizados em dezembro de cada ano.

§ 1.º Os juros serão pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.º — As apólices, cuja emissão é autorizada nesta Lei, são isentas de quaisquer impostos e taxas federais, sobre o imposto de renda, e serão recebidas em caução, ao par, nas repartições públicas.

Art. 10 — Para a prestação anual, prevista no § 1.º do artigo 4.º, o devedor ou o credor solicitará ao Banco do Brasil S.A. a inscrição, a favor do credor, da correspondente responsabilidade do Governo, comprovando o seu pedido com a quitação firmada pelo credor, reconhecida a firma deste por notário.

Parágrafo único — O certificado de inscrição fornecido pelo Banco do Brasil S.A., que envia segunda via ao credor, valerá como prova da redução correspondente na responsabilidade do devedor.

Art. 11.º — Para ocorrer ao serviço de juros e amortização das apólices, a que se refere o artigo 8.º, será criado um selo do valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), para ser aplicado sobre cada mil cruzeiros ou fração, incluindo proporcionalmente sobre os títulos cambiais, contratos e escrituras de empréstimos e locações de imóveis rurais, todos referentes à exploração pecuária.

§ 1.º — O produto da arrecadação proveniente da emissão do selo criado por este artigo, será recolhido em conta especial ao Banco do Brasil S.A.

§ 2.º — O excedente, que porventura for apurado para a exploração prevista neste artigo, será destinado ao fomento da economia rural, por intermédio do Banco Rural.

§ 3.º — Enquanto o Banco Rural não for criado e instalado, e iniciar as suas operações, e parcela que lhe couber por força do disposto no parágrafo anterior, ficará em poder do Banco do Brasil S.A. para ser aplicada pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e, exclusivamente, para os fins a que é destinada.

§ 4.º — O Banco do Brasil S.A. e posteriormente o Banco Rural, contabilizarão esses recursos sob a rubrica "Fundo de Recuperação Pecuária e de Fomento Rural", assim devendo figurar nos seus balancetes e balanços.

§ 5.º — As repartições fiscais arrecadoras deverão recolher mensalmente, ao Banco, o produto da venda dos selos.

§ 6.º — O selo do "Fundo de Recuperação Pecuária e de Fomento Rural", criado por esta Lei, será levado até findar o prazo do restante das apólices a que se refere o artigo 8.º desta Lei.

Art. 12. — Nos orçamentos de 1951 a 1960, serão consignadas verbas para a despesa a cargo da União, em virtude desta Lei, ficando desde já autorizada a abertura dos respectivos créditos.

Art. 13. — É o Poder Executivo autorizado a contratar, com o Banco do Brasil S.A., os serviços necessários à execução desta Lei, inclusive os que se referem ao recebimento das

apólices, no Tesouro Nacional, para pagamento dos interessados.

Art. 14. — A Caixa de Mobilização Bancária realizará operações com os Bancos, que sejam titulares de créditos abrangidos por esta Lei.

Parágrafo único — É revigorada a autorização concedida à Caixa de Mobilização Bancária, para efetuar as operações de emergência de que trata o Decreto-lei n.º 3.493, de 28 de dezembro de 1945.

Art. 15. — Uma vez passada em julgado a sentença que conceder os benefícios desta Lei aos criadores ou recriadores de gado bovino, poderão os credores requerer à autoridade judicial a expedição de certificado que contenha:

a) a especificação do total do seu crédito;

b) — o número de apólices a que têm direito para cobertura de 50% (cinquenta por cento) ao seu crédito indicando-se as datas em que deverão elas ser omitidas, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. — Vetado.

Art. 16. — Vetado.

Art. 17. — Todo e qualquer procedimento doloso, tendente a frustrar os efeitos desta Lei, importará, para o devedor, a perda dos benefícios nela estabelecidos e, para o credor, o retardamento de indenização, que só será paga, neste caso, no vencimento da última prestação.

Art. 18. — As sociedades ou parcerias que se valeram dos benefícios desta Lei poderão dissolver-se, se assim o desejarem, assumindo cada um dos seus sócios, de per si, os encargos das obrigações reajustadas, na proporção da sua quota social, sem prejuízo da solidariedade passiva, se antes convenionada ou imane a obrigação social.

Art. 19. — Os benefícios desta Lei são extensivos aos avalistas, endossantes, fiadores ou quaisquer co-obrigados, no que se refere às obrigações de criadores ou recriadores de gado bovino, quando, ainda que em virtude da obrigação nova, hajam assumido ou venham a assumir a responsabilidade da dívida.

Parágrafo único. — Estendem-se, igualmente, a esses co-obrigados os prazos a que se refere esta Lei.

Art. 20. — Não se aplica o disposto nesta Lei às dívidas da sociedade para com o sócio, e vice-versa, que tenham sido originadas de fornecimento de dinheiro para ocorrer a suprimentos de caixa, bem como às dívidas do criador para com seus colonos e empregados, por serviços prestados na exploração agropecuária.

Art. 21. — Vetado.

Art. 22. — Os meios de prova de inscrição do pedido, mencionado no artigo 4.º da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, podem ser supridos pelo que institui o Código de Processo Civil e Comercial.

Art. 23. — O devedor, que haja requerido os benefícios da presente Lei, não poderá ser executado enquanto não houver decisão final do pedido suspensos quaisquer procedimentos judiciais contra ele tentados.

Art. 24. — Vetado.

Art. 25. — Os benefícios criados por esta Lei não se estendem aos débitos já liquidados, nem a quaisquer prestações já satisfeitas da obrigação no seu principal e juros.

Art. 26. — São declarados competentes os órgãos de Ministério Público dos Estados, para representar a União em Juízo, nas comarcas onde não se fizer presente o Procurador da República, ou representantes especialmente habilitados, quanto aos feitos judiciais que derivarem da aplicação desta Lei.

Art. 27. — Das decisões que concederem ou negarem os benefícios desta Lei, caberá recurso, no efeito suspensivo, para o Tribunal Federal de Recurso.

Art. 28. — Continuam em vigor, no que forem aplicáveis ao estabelecido na presente Lei e por esta não forem

contrariadas, as disposições das Leis n.ºs 209, de 2 de janeiro, e 457, de 2 de outubro de 1948.

Art. 29. — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1949, 128.ª da Independência e 61.ª da República. — Eurico G. Dutra — Guilherme da Silveira — Daniel de Carvalho.

Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 194

(4.193-D-1954)

Autoria o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00, para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai.
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) a fim de ocorrer ao pagamento das pensões devidas e vencidas, bem como as que forem concedidas aos veteranos, às viúvas e às filhas dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai, beneficiados pelo decreto-lei n.º 1.544, de 25 de agosto de 1939, e pelas leis números 488, 628 e 1.031, respectivamente, de 15 de novembro de 1948, 20 de fevereiro de 1949 e 30 de dezembro de 1949.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será utilizado, na medida das necessidades, em parcelas de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), ficando as mesmas "em ser" na Diretoria de Finanças do Exército, à disposição do presidente da Comissão de Habilitação das Pensões Vitalícias, após o competente registro.

Art. 2.º O presidente da Comissão autorizará os pagamentos por intermédio dos órgãos do Exército, podendo ser feitos a procuradores, quando os interessados comprovadamente estiverem ausentes, e tendo de moléstia contagiosa ou não se puderem locomover.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.
— Do Sr. Ministro da Guerra, encaminhando as seguintes

INFORMAÇÕES

Senhor Primeiro Secretário:
Em atenção ao ofício n.º 210, de 4 de maio de 1954, em que essa Secretaria transmite o teor do requerimento n.º 182, de 1954, do Senador Mozart Lago, tenho a honra de prestar os seguintes esclarecimentos:

a) ao ser promulgada a lei n.º 1.892 citada no referido requerimento, este Ministério houve por bem ouvir a sua Consultoria Jurídica, de vez que considerava os efeitos da lei em apreço, atingindo apenas aos dois generais citados em seu texto;

b) a Consultoria, em parecer número 530, de 13-11-1953, manifestou-se nas seguintes condições:

"Relativamente a consulta constante do despacho anexo, quanto à extensão da Lei n.º 1.892, de 11 de setembro de 1953, cumpre esclarecer que em face ao artigo 1.º, in verbis:

São revigorados, para todos os efeitos dos direitos a que se referem os decretos de 19 de março de 1937, que melhoraram as reformas dos Generais Francisco Cabral de Silveira e José Cândido da Silva Barrey, só se pode admitir a mesma com relação à situação dos oficiais ali referidos. Trata-se de uma lei de caráter pessoal, cujos efeitos não podem ser tornados extensivos a casos outros, por simples ato administrativo".

c) o primeiro requerimento solicitando os benefícios dessa lei, deu entrada neste Gabinete em 27 de janeiro de 1954, feito pelo Senhor Coronel Veterinário Volney de Barros Castro, sendo o mesmo encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República com a Exposição de Motivos número 36, de 10 fevereiro de 1954, na qual se sugeria que fosse enviada a Consultoria Geral da República;

d) aquela Consultoria, em parecer n.º 393-T-54, publicado no *Diário Oficial*, de 29 de abril de 1954, concluiu contrariamente à pretensão do requerente, com os mesmos fundamentos da Consultoria Jurídica deste Ministério, o que motivou o meu despacho indeferindo aquela pretensão;

e) quanto ao item dois do requerimento de informações em tela, esclareço que até agora somente deram entrada neste Gabinete, cinco (5) requerimentos de oficiais pedindo transferência para a reserva e invocando o amparo da lei 1.892-33 em questão, os quais aguardavam, como o daquela oficial, o pronunciamento da Consultoria Geral da República.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de alto apreço e distinta consideração. — General Zenóbio da Costa.

Ao Requerente.
— Duís, do Secretário da Presidência da República, restituindo os autos referentes nos seguintes projetos, sobre os quais não se manifestou o Sr. Presidente da República no prazo constitucional:

— Projeto de Lei da Câmara número 311, de 1953, que concede isenção de todos os tributos para seis cinos de bronze, seus pertences e acessórios, destacados à Igreja de São Bento do Rio de Janeiro.

— Projeto de Lei da Câmara número 378, de 1953, que isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.

— Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1951, que assegura subvensão e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas e das outras providências.

A promulgação.
Fido e vai a imprimir o seguinte

Parecer n.º 507, de 1954

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 330, de 1953.
Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão, atendendo às considerações expendidas em Plenário pelo Senador Costa Pereira sobre a redação final da emenda do Senado, de número 2, ao Projeto de Lei n.º 330, de iniciativa da Câmara dos Deputados, e a declaração da Mesa sobre a matéria, na Sessão de 29 último, ao examinar o assunto houve por bem manifestar-se favorável a que fosse feita, no final do § 1.º do art. 7.º, o acréscimo das seguintes palavras:

"... atribuído-se aos servidores do Tesouro Nacional e Divisões Fiscais a mesma percentagem atribuída aos servidores das Recebedorias Federais".

Acrescenta, pois, em anexo, novo texto para a redação final da emenda n.º 2.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 507, DE 1954

EMENDA N.º 2

Ao art. 7.º, seus parágrafos (Emenda n.º 12).

1) Substitua-se:
no corpo do artigo e no § 2.º o vocabulo "funcionários" por "servidores".

2) Acrescente-se:

a) no corpo do artigo, depois do termo "lotados" as expressões:

"... no Tesouro Nacional e nas Delegacias Fiscais..."

b) no § 1.º, antes de "Recbedorias Federais" as expressões:

"... ao Tesouro Nacional, Delegacias Fiscais e..."

c) no § 1.º, depois da palavra "lei" as expressões:

"... e atribuindo-se aos servidores do Tesouro Nacional e Delegacias Fiscais a mesma percentagem adjudicada aos servidores das Recbedorias Federais..."

3) Substitua-se o § 3.º pelo seguinte:

"§ 3.º Os decretos de nomeação e as portarias de admissão dos servidores de que trata este artigo, lotados na data da vigência desta lei, nas repartições mencionadas, serão apostiladas pelo Serviço de Pessoal do Ministério da Fazenda."

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedroso. — Carvalho Guimarães. — Georgino Avelino. — Duraldo Cruz. — Alencastro Guimarães. — Othon Mader. — Alberto Pasqualini.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Arde Lido. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Ferreira de Souza. — Ruy Carneiro. — Drauldy Ernany. — Apolônio Sales. — Djair Brindeiro. — Ezequias da Rocha. — Walter Franco. — Landulpho Alves. — Aloyso de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Carlos Lindemberg. — Luiz Tinoco. — Atílio Vinacua. — Sá Tinoco. — Cesar Vergueiro. — João Villalobos. — Roberto Glasser. — Alfredo Simch. (25)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e apolado o seguinte

Requerimento n.º 341, de 1954

Sr. Presidente:
O projeto de lei n.º 359, de 1953 originário da Câmara dos Deputados em virtude de Mensagem do Presidente da República enviado aquela Casa do Parlamento em 1950, beneficia aos incapacitados que integravam as Forças Expedicionárias brasileiras, bem como aos herdeiros dos mortos em operações de guerra na Itália.
Esse projeto não é mais que a regulamentação de uma lei de 1946. Foi por mim relatado na Comissão de Finanças onde se encontra a mais de 6 meses; razão por que
Requiro sua inclusão na Ordem do Dia, sendo possível da 1.ª Sessão ordinária, visto já terem sobre o mesmo se pronunciado favoravelmente as Comissões chamadas pela Mesa a opinarem. — Joaquim Pires.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será oportunamente submetido à discussão e votação. Sobre a mesa indicação, que vai ser lida.

O SR. PRESIDENTE:

E' lida, apolada e enviada à Comissão Diretora a seguinte

Indicação n.º 1, de 1954

Indico, com fundamento nos artigos 104 e 106 do Regimento Interno, manifestar-se a Comissão Diretora do Senado Federal, para conhecimento do plenário, sobre o critério que resolver adotar para a venda dos automóveis usados pertencentes ao patrimônio da casa, esclarecendo:

1. — Se além da concorrência, considerou, também, a conveniência de confiar a venda referida ao Sindicato dos Leiloeiros do Rio de Janeiro, com sede à Avenida Almirante Barroso n.º 91, sala 801, mediante leilão público.

2. — Se não considera justo e possível que seja qual for o critério adotado para a venda, tenham preferência, em igualdade de preços, por adjudicação requerida dentro de 24 horas, os funcionários do Senado Federal que desejem adquirir quaisquer dos automóveis referidos, mediante pagamento à vista ou desconto parcelado nas folhas dos respectivos vencimentos.

Sala das Sessões do Senado Federal Rio de Janeiro, 1 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, primeiro orador inscrito. (Pausa)

Não se achando S. Ex.ª na Casa, tem a palavra o nobre Sr. Senador Costa Paranhos, segundo orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, terceiro orador inscrito. (Pausa)

Não estando presente S. Ex.ª, dou a palavra ao nobre Senador Onofre Gomes, quarto orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, quinto orador inscrito.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, também desisto da palavra.

O Sr. Marcondes Filho, detra a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Marcondes Filho, sexto orador inscrito.

O SR. MARCONDES FILHO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, tenho sido procurado ultimamente em São Paulo, por diversos ilustres professores, muito dedicados ao problema do ensino médico, que chamam minha atenção para uma falha existente no "currículo" de muitas Escolas de medicina. Refiro-me ao estado e à investigação no campo da psicologia médica e à formação psicológica do profissional. E' o resultado dessas conferências e do exame da sua razão, que desejo trazer ao conhecimento do Senado Federal, como justificativa de um projeto de lei que vou enviar à Mesa, procurando resolver o assunto e esperando, para isso a colaboração dos meus ilustres colegas, sobretudo daqueles que tanto dignificam a nobre profissão.

No campo da saúde como no da doença, não da higiene como na medicina, são de extrema importância as estreitas interdependências dos fenômenos psicológicos e dos corporais ou somáticos. Nada ocorre em qualquer desses campos que, em certo sentido, não manifeste a influência de um fenômeno sobre o outro.

Reconhecida e investigada, desde longos tempos, essa íntima relação dos dois fatores, e sendo já sem número os conhecimentos científicos adquiridos a esse respeito, a psicologia médica e a medicina psico-somática têm hoje uma decisiva atualidade no campo do ensino médico. Em molé-

culas orgânicas anteriormente interpretadas como oriundas de causas apenas materiais, se reconhecem, hoje, causas psíquicas importantes, senão decisivas, cujo desconhecimento determina tratamentos incompletos, quando não inteiramente ineficazes.

Tudo isso indica que a boa formação profissional médica exige, com igual empenho o conhecimento do corpo e do espírito, no que se refere às condições normais e anormais de funcionamento, aos desvios e influências que ambos podem sofrer e aos métodos de investigação e de tratamento peculiares a um e a outro. Para essa concepção integral de medicina, que abrange problemas e fenômenos corporais e psíquicos em um só conjunto, que é a personalidade humana, criou-se uma denominação que faz fortuna, a de "medicina psico-somática". E parece evidente que só com esse conhecimento integral do ser humano e esta integral visão dos problemas poderá o médico dar-lhe adequada assistência.

Em que pese, entretanto, a importância da concepção psico-somática da medicina, o ensino médico no Brasil a ela tem se mantido quase alheio. Na sua organização, apenas de duas maneiras, uma escassa, outra fortuita é o estudante posto em contato com o campo psicológico. A primeira, é o curso de psiquiatria. Pela extensão dos problemas a que atende, a que se referem às perturbações mentais em sua expressão mais grave, não poderia, no breve tempo de que dispõe no currículo escolar, fornecer conhecimentos satisfatórios a respeito de toda a imensa extensão e complexidade do universo normal e anormal e de suas relações com todos os setores da patologia corporal. Ademais, colocado na parte final do curso, os alunos o atizam com o espírito já excessivamente consolidado na concepção organicista da medicina e, por isso, menos acessíveis a compreensão e à assimilação dos conhecimentos relativos ao componente psíquico das doenças orgânicas.

A segunda, diz respeito à eventual orientação de um ou outro professor de clínica que, por feito pessoal, é mais sensível ao fenômeno psicológico e o incline na maneira porque interpreta os problemas médicos e lhes ensina a solução. Mas esta inclinação nem é de todos os professores e nem é, nos que a possuem, igualmente acentuada. Esses dois tipos de contacto do estudante com o fenômeno psicológico não têm, portanto a duração, a continuidade e a sistematização necessárias para que se forme, em seu espírito, um fundo permanente de pensamento e de conduta.

Em contraposição a essa pobreza, quase diria indigência, de ensino relativo aos problemas psicológicos, existem três dezenas de cadeiras dedicadas aos problemas corporais. Em consequência, segundo aquelas doutrinas professadas, o médico se forma insuficientemente aparelhado espiritual e tecnicamente, para a percepção, compreensão e a resolução dos componentes psicológicos dos sofrimentos que ele deve prevenir ou combater.

A importância desse problema já foi sentida pelas Universidades do Brasil e de São Paulo, — esta por suas escolas médicas da capital e de Ribeirão Preto — que incluíram no currículo escolar o ensino relativo aos problemas psicológicos de natureza médica, superando, assim, a orientação tradicional e apenas organicista. A oportuna iniciativa está, pois, sancionada por duas Congregações, nos dois Colégios Conselhos Universitários, pelo Exército Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, entidades de que dependem a idealização e a realização desse aperfeiçoamento.

Nada justifica, entretanto, que esse benefício se restrinja às escolas médicas da Universidade do Brasil e de

São Paulo. E' indispensável a sua extensão a todas as escolas médicas do País.

Ao ver dos que estudam o assunto mais de perto, tal ensino deve ser instituído como disciplina anexa à cadeira de clínica Psiquiátrica e não como cadeira autônoma, por diversos e ponderosos motivos: 1.º porque a tendência geral, hoje em dia, é a fusão de cadeiras e não o seu desdobramento, a fim de estabelecer maior unidade de ensino e atenuar as dificuldades de administração; 2.º porque no regime atual, é no campo da Clínica Psiquiátrica que se têm realizado maiores conquistas com relação ao ensino do fenômeno psicológico, nascendo assim que a ampliação deste deva ser feita no mesmo quadro; 3.º porque a psiquiatria está perdendo a sua antiga significação de estudo apenas das formas extremas das perturbações mentais e passa a abranger o exame de todas as formas de funcionamento normal e anormal do psiquismo, tanto assim que nos Estados Unidos ele se estende, com essa amplitude, a todas as séries do curso médico; 4.º porque em vista de divergências doutrinárias ainda existentes nos estudos psicológicos, a existência de duas cadeiras autônomas poderia dar origem a conflitos perturbadores no ensino da matéria.

Instituído como disciplina da Cadeira de Clínica Psiquiátrica, sua finalidade será contribuir para ampliação do significado e do campo de ação da Psiquiatria e contribuir para a integral formação técnica e psicológica do futuro médico, habilitando-o a aprender enfrentar os problemas psicológicos em todos os setores da medicina preventiva e curativa.

Poder-se-ia, entretanto, objetar que instituído apenas como disciplina e visando todo o âmbito e complexidade do fenômeno psicológico, o ensino seria insuficiente para suprir tão grande necessidade. Este aspecto do problema também foi objeto de exame.

Tratando-se de inovação em um tradicional sistema de ensino, pareceu prudente realizá-lo inicialmente em proporções mais modestas, confiando-se em que pelos seus méritos, pelo valor da contribuição que prestar ao ensino das várias clínicas, pela contribuição que oferecer à manutenção da saúde e aos mais rápidos alívios dos sofrimentos nas doenças, pelo valor das investigações científicas que realizar, a disciplina se imponha e se afirme, conquistando, no currículo, a situação realmente proporcional à sua importância. Por outro lado, a opinião corrente é a de que esta situação só será atingida quando a nova orientação tiver formado elementos humanos bastantes para o preenchimento dos quadros docentes.

E' necessário considerar, finalmente, que não basta realizar a inclusão, no currículo médico, o estudo dos problemas psicológicos. O seu valor e os resultados podem variar conforme a respectiva colocação no programa escolar. A conclusão a que se chegou é a de que o ensino da Psicologia Médica e de Medicina Psico-Somática deve ser iniciado juntamente com o ensino de Clínica Médica. Neste o aluno realiza o seu primeiro contacto com o ser humano necessitado de compreensão e de assistência. E' o batismo do estudante na função de aliviar o sofrimento do seu semelhante. E' preciso, pois, que desde o começo a exerce já sob o duplo aspecto dos sofrimentos orgânicos e psíquicos que se constituam para integrar o sofrimento humano. Se o ensino no campo psicológico preceder o de Clínica Médica, será meramente teórico e especulativo, sem o contraste vivificante da realidade, se vier depois do início de Clínica Médica, o aluno já estará possivelmente imbuído do vício educacional que se procura corrigir, isto é, terá seu espírito já conformado a con-

cepção apenas organicista das doenças.

Procurando colaborar para a resolução desse importante capítulo do ensino médico em nosso país, e provocar o seu melhor exame pelos meus ilustres pares, é que ofereço à consideração e às luzes do Senado o anteprojeto, para o qual estas minhas considerações servirão de justificativa. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Sobre a mesa Projeto de Lei que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido, apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e de Finanças o seguinte

Projeto de Lei do Senado n.º 56, de 1954

Art. 1.º Nas Escolas federais de medicina ou fiscalizadas pelo Governo Federal fica instituído o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática, como disciplina anexa à cadeira de Clínica Psiquiátrica.

Art. 2.º O início do curso coincidirá com o da Clínica Médica e terá a duração mínima de um ano letivo.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor no ano letivo subsequente ao da sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1-7-54. — Marcondes Filho.

Justificação feita da tribuna.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Não há mais oradores inscritos.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

Sr. Presidente, transcorre hoje o primeiro aniversário do "Correio do Dia", que se edita na cidade de Belo Horizonte.

Por diversos motivos, esta data é muito cara a quantos defendem os ideais democráticos, em nossa terra, e, de modo particular, à União Democrática Nacional.

Jornal que se colocou no plano da renovação política brasileira, merece, realmente, nosso apoio, por diversas razões.

Desejo, assim, Sr. Presidente, deixar aqui minhas felicitações ao ilustre Diretor do "Correio do Dia", Senhor Orlando de Carvalho (Pausa).

Sr. Presidente, não pretendo demorar-me na tribuna. Entretanto, ouvi com muito prazer a justificativa feita pelo nobre Vice-Presidente desta Casa, Senador Marcondes Filho, do Projeto que acaba de apresentar à Mesa, instituindo o ensino da psicologia médica nas Faculdades Médicas do Brasil.

Lá, há muitos anos, num dos romances de Dostoiévski, essas palavras, proferidas por um de seus personagens: "É um prazer conversar com um homem inteligente". Maior prazer, porém, é ouvir um homem inteligente.

Tirei essa conclusão do discurso que acabo de ouvir. Na qualidade de médico e Professor da Faculdade de Medicina — e estou certo de que os médicos aqui presentes comigo não discordam — louvo o Projeto que acaba de ser apresentado.

Sr. Presidente, é necessário afastar do terreno da Medicina o dualismo introduzido na concepção do homem por Descartes, na sua grande revolução no terreno da Filosofia, quando afirmando "Cogito ergo sum". Penso, logo existo — estabeleceu, entretanto, na lógica do seu sistema, o paralelismo psicológico, colocando de um lado a ideia, o pensamento, e de outro a extensão. E no terreno da Filosofia, houve a corrente idealista, que acompanhando Descartes, chegou aos maiores erros contemporâneos. Descartes deu origem a Kant, Kant

a Hegel, Hegel a Marx, Marx a Lenine e Lenine a Staline. Na sua obra perfeita sobre os três reformadores, Jacques Maritain estuda a origem de todos esses sistemas — o erro cartesiano.

O ponto de vista de Descartes era contrário à concepção aristotélica tomista do homem, considerado como um todo, como união substancial de corpo e alma. E, de fato, vimos que de um lado esses erros do idealismo tiveram consequências tremendas na vida social, política e econômica do mundo contemporâneo.

Mas o mais grave é que num setor do terreno científico, no das pesquisas fisiológicas e médicas, ficou-se apenas com a extensão cartesiana, com a parte orgânica, e daí as consequências desastrosas no terreno da psicologia, como, por exemplo, o sensismo de Condillat, que, apresentando uma concepção materialista dos fenômenos psíquicos, estabeleceu as bases da escola de Broca. Afastados alguns erros de ordem psicológica, e indiscutível o valor desta escola no sentido de haver introduzido no mundo contemporâneo, o método experimental no estudo da medicina.

Broca veio confirmar, com sua técnica, o que já fora afirmado no Século XIII por um dos maiores cientistas daquela época — Alberto Magno — professor de Thomaz de Aquino, que já fora não só o precursor da chamada teoria da bio-tipologia, como responsável pela afirmativa, de acordo com as ideias de Broca, de que a inteligência do homem está situada na parte anterior do cérebro, e a memória na parte posterior. E' verdade afirmada há seis séculos.

E Broca então deu novo nome ao estudo da medicina, tendo sido realmente, no século passado, o ponto de partida da fisiopsicologia moderna, dando um grande desenvolvimento ao método anatomo-clínico, que consiste em estabelecer um cotejo entre os sintomas nervosos e mentais apresentados pelos doentes, com as lesões porventura encontradas após sua morte.

Essa orientação de Broca assentava, simplesmente, em bases materialistas. Entretanto, o conceito organicista puro não pôde perdurar na medicina. Começa a desaparecer quando surge a figura gigantesca de Sigmund Freud. E o curioso é que, no Brasil, certos assuntos científicos têm sido inicialmente abordados mais pelos literatos do que propriamente pelos cientistas.

O primeiro trabalho que surgiu no Brasil sobre a doutrina de Freud foi o do grande escritor Medeiros de Albuquerque. E' verdade que, sendo materialista, e não acreditando, absolutamente, nos valores espirituais, aceitou de Freud precisamente o que constitui a parte secundária da teoria psicanalista — o pan-sexualismo. Daí a aversão, entre nós, à doutrina da psicanálise.

Entretanto, com o correr do tempo, com aquela triagem necessária realizada pelos pesquisadores, filósofos e críticos da psicologia, evidenciou-se o que havia de grandioso, de verdadeiro, na doutrina do psicólogo vienense, e o que havia de errado no seu sistema metafísico. Mas, é preciso ver que Freud começou seu trabalho de anatomia patológica ao lado de dois professores vienenses, Meynert e Brillker, que estavam apegados àquela concepção organicista da neurologia, psicologia e da psiquiatria. Entretanto, no fim de algum tempo, chegou a um ceticismo absoluto, porque, examinando cadáveres de diversos indivíduos falecidos de doenças mentais, não encontrara lesões no sistema nervoso. Tão impressionado ficou Freud com as experiências que Charcot fazia no Hospital de Salpêtrière, estudando o histerismo e dando, pela primeira vez, noção de histerismo no homem — porque aquele tempo muita gente pensava que o histerismo era exclusivamente doença do sexo feminino,

quando em certas regiões da terra há mais homens histericos do que mulheres — que ôde ver, então, que um trauma psíquico era capaz de determinar paralisias. Estava-se assim no itinerário da medicina psico-somática. Freud voltou à Viena e começou a trabalhar com Breuer, empregando a "catarsis" no tratamento da histeria. Mais tarde, ao assistir as impressionantes demonstrações de sugestão mental feitas por Bernheim, em Nancy, teve a intuição do inconsciente dinâmico e do conhecimento inconsciente. Não é este o momento de ver quais as razões que levaram Freud a admitir o pré-consciente e o inconsciente. Mas, na verdade, não mais havia cisão entre a alma e o corpo; teria que haver uma união. E' por isso que houve retorno à chamada medicina psico-somática, que teve, também, uma grande contribuição nas obras de Leriche, ao estudar a doença operatória e pre-operatória.

Leriche mostra que o médico pode não ter sutileza psicológica, sendo capaz, por isso, de determinar uma doença no seu paciente.

Lembr-me, Sr. Presidente, de que, há vinte anos, fui procurado por um advogado que chegou ao meu consultório e disse: "Doutor, estou morrendo há três meses. Quando o senhor for colocar o aparelho de pressão arterial vou desmaiar e posso morrer". Ao colocar eu o aparelho, realmente, o doente perdeu os sentidos, teve uma vertigem, mas, eu pensei que fosse uma "blague". Disse o paciente ao recobrar os sentidos: "Não estou morrendo?". Perguntei-lhe: "Que aconteceu anteriormente com o senhor?". — "Estava com uma dor na região esternal, chamei um médico de uma determinada cidade, e ele disse que eu iria morrer um dia de hemorragia cerebral, edema agudo do pulmão, ou de angina do peito".

Hoje, o médico que usa esse processo, que não conhece psicologia, fica na impossibilidade de entrar em contacto com a alma do seu doente.

O médico que assim agir pode até determinar uma doença no seu paciente.

Leriche dava, então, este conselho aos cirurgiões. "Nunca dizer logo ao doente: você vai ser operado". A palavra "operação" deixa a qualquer de nós num estado de terror, em maior ou menor escala. A emoção excita o sistema simpático este, muitas vezes, e grandemente antipático (Riso): este excita a sução renal, que por sua vez excita o fígado, e este ocasiona derrame de açúcar no sangue e coloca o doente em condições de não poder ser operado.

Assim, também, os estudos feitos pelo médico canadense "Segle", sobre as doenças de adaptação, vêm demonstrar a necessidade de uma volta à concepção unitária, totalitária do homem, em que as doenças corporais se refletem sobre a vida psíquica, como também os distúrbios da vida psíquica agem sobre o soma, isto é, sobre o corpo humano.

O Sr. Marcondes Filho — Permite V. Ex.ª uma aparte? (Assentimento do orador). Verifico, desde logo, a oportunidade do projeto que tive a honra de apresentar ao Senado como simples contribuição para o estudo dessa tão importante matéria. E resulta o meu julgamento dessa oportunidade pelo fato de, desde logo, ter o Senado a oportunidade de ouvir essa aula magistral que V. Ex.ª acaba de nos ministrar...

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Muita bondade de V. Ex.ª.

O Sr. Marcondes Filho — ...através da qual V. Ex.ª acaba de, brilhantemente, elucidar o problema. Por tudo isto, felicito-me de haver oferecido a preposição à Casa.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Extrema bondade de V. Ex.ª.

Sr. Presidente, todos reconhecem a verdade que acaba de dizer o nobre Senador por São Paulo.

De fato, na cadeira de Psiquiatria da Faculdade Nacional de Medicina, o ilustrado Professor Maurício de Medeiros faz um curso prévio da parte de Psicologia Médica.

Entretanto, como diz muito bem o nobre Senador Marcondes Filho, é preciso que seja, antecipada ou concomitantemente, conhecida da Clínica Médica.

Assim, estamos voltando às coisas antigas, às afirmações dos grandes sábios que vêm no homem um todo, evidenciando-se, destarte, uma unidade perfeita.

Desejo, portanto, emprestar o meu apoio e ajudarei meu ilustre colega Senador Marcondes Filho a defender este projeto, que, sei, irá receber desta Casa a melhor acolhida. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. (Pausa).

O SR. EUCLIDES VIEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, ontem pela manhã, São Paulo teve a dolorosa notícia do falecimento de um dos seus mais prestigiosos filhos: o Dr. Luis Rodolfo da Rocha Miranda.

Descendente de antiga família paulista — a qual São Paulo ficou devendo grandes serviços — era filho do ex-Senador estadual Rodolfo Miranda, que também ocupou o lugar de Ministro da Agricultura num dos quadriênios da República.

Luis Rodolfo da Rocha Miranda era homem de fina educação, de honestidade sempre muito comprovada; trabalhador inteligente, ocupou diversos cargos públicos, tendo sido Deputado estadual em São Paulo em diversas legislaturas.

Membro da Comissão Diretora do Partido Republicano Paulista, foi Diretor do velho "Correio Paulistano", Presidente do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, membro fundador do Partido Social Democrático, Vice-Presidente do Banco do Estado de São Paulo e, na última legislatura, sucedeu ao nosso saudoso companheiro Senador Roberto Simonsen. Aqui no Senado Rodolfo Miranda sempre se destacou pela sua vontade de bem servir à nação, dedicando-lhe o melhor de seu esforço, e demonstrando sua inteligência e probidade como homem público.

Merece, pois, as homenagens desta Casa.

O Sr. Marcondes Filho — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador). Desejava trazer ao meu eminente colega a minha solidariedade a essas formosas palavras proferidas em louvor e à memória de Luis Rodolfo Miranda porque foi realmente, na vida de São Paulo, uma das figuras mais expressivas do nosso temperamento e da nossa formação.

O SR. EUCLIDES VIEIRA — Agradeço a V. Ex.ª.

Sr. Presidente, vejo agora que já posso falar em nome da bancada de São Paulo.

O Sr. Marcondes Filho — Muito bem.

O SR. EUCLIDES VIEIRA — Se o nosso colega Cesar Versuero estivesse presente, ele, que foi companheiro de Rodolfo Miranda na política paulista durante a República Velha e membro do Partido Social Democrático, estaria ao meu lado lamentando o falecimento de Rodolfo Miranda, que foi, mais ainda, um desbravador dos sertões. Com outros seguiu o passado paulista, como bandeirante, auxiliando a fundação das cidades de Marília e Pompeia.

Pronto, pois, Rodolfo Miranda relevava serviços a São Paulo e ferrou-se, como Senador da República, digno das homenagens desta Casa.

Solicito, portanto, ao Senado um voto de pesar por seu falecimento a que se transmitam a sua excelentíssima família os nossos sentimentos.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti.

Durante o discurso do Sr. Euclides Vieira, o Sr. Alfredo Neves deixa a cadeira da presidência e ocupa a cadeira do Sr. Vespasiano Martins.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, achando-me ausente desta Casa os nossos líderes e vice-líder, Senadores Álvaro Adolfo e Dário Cardoso, em nome do Partido Social Democrático, a que pertencio, venho trazer ao Senado minha solidariedade às palavras proferidas pelo nobre Senador representante de São Paulo e o profundo sentimento do P. S. D., que perdeu em Rodolfo Miranda um dos seus fundadores e entusiásticos partidários.

São Paulo e o Brasil estão de luto com a perda do grande líder e o Partido Social Democrático dá seu inteiro apoio a todas as manifestações requeridas pelo nobre colega Senador Euclides Vieira, certo de que estas homenagens são pagadas a um dos seus grandes soldados, ou seja, um dos grandes elementos do Partido Social Democrático.

Durante o discurso do Senhor Francisco Gallotti, o Sr. Vespasiano Martins, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, não quero perder esta oportunidade em que V. Ex.ª traz para o estudo do Senado um projeto de alta relevância para o ensino médico.

Escusamo-nos de fazer maiores comentários em torno da proposição, porque acabamos de ouvir a aula magistral sobre o assunto aqui ministrada pelo nobre Senador pelo Distrito Federal, o meu eminente colega Professor Hamilton Nogueira.

O Sr. Hamilton Nogueira — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ALFREDO NEVES — Deleito, entretanto, aproveitar a oportunidade para proferir algumas palavras sobre o ensino médico no Brasil. Sr. Presidente, V. Ex.ª, no projeto, tratou muito bem não criando mais cadeiras no ensino e, sim, anexando a uma seção, pode-se ver, ao estudo da fisiologia. Não, de fato, se compreende o estudo da medicina somática: não se enquadra, perfeitamente esta série de conhecimentos indispensáveis ao clínico.

No Brasil, porém, atravessamos ainda uma fase de ensino em que as faculdades sobrecarregam os alunos sem, no entanto, dilatar-se o ciclo escolar.

No sexto ano médico, por exemplo — e aludo a este período porque tenho a honra de lecionar, justamente, uma cadeira deste curso — estudam-se nada menos de nove disciplinas. E para acomodar-se dentro de apenas um ano, o ensino de nove disciplinas, que aconteceu?

O legislador sem ponderar na validação da matéria, dividiu as nove cadeiras em períodos.

Temos no sexto ano médico, a clínica neurológica, das mais amplias e importantes, colocada num lapso de tempo de três meses de estudo! Como, via de regra, o professor dá três aulas por semana, teremos — salvo algum feriado ou outro motivo — 36 aulas de matéria. Ora, lecionar neurologia em apenas 36 aulas é uma utopia!

Sr. Presidente, o médico tem absoluta necessidade de conhecer neurologia, no menos nos seus princípios. Basta dizer que, quando exa-

mina um doente de clínica médica, só através dela pode chegar aos mais sérios diagnósticos.

Cito um caso: pelo exame do fundo do olho, chega-se ao diagnóstico de tabes dorsalis, enfermidade gravíssima. Se o clínico não tiver conhecimento de neurologia e não souber fazer um rápido exame de fundo de olho, jamais chegará a este diagnóstico.

Que acontece, em tal hipótese?

O enfermo, que se curaria radicalmente se tratado no início desta entidade mórbida, só é medicado convenientemente quando os sintomas se multiplicam e se agravam.

Sr. Presidente, a importância da neurologia exigirá não um período escolar de três meses, mas pelo menos, um ano completo.

O mesmo acontece com a psiquiatria, com a obstetrícia e com a oftalmologia. A própria dermatologia, de campo tão vasto, de diagnóstico e tratamento tão extensos, tem que ser lecionada na Faculdade num único período!

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Ex.ª, permita-me um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Pois não.

O Sr. Hamilton Nogueira — É a cadeira de higiene, que é lecionada em dois meses, num curso intensivo; no Brasil, onde temos tantos problemas a resolver, não é possível dar-se formação técnica a médicos higienistas num curso de apenas dois meses!

O SR. ALFREDO NEVES — Notamos, Sr. Presidente, a precisidade do aparte do nobre Senador Hamilton Nogueira. O rápido comentário de S. Ex.ª atraiu a atenção do Congresso para a necessidade urgente da reforma do ensino médico brasileiro. Suprimamos, se quisermos, o pré-médico, dando aos dois anos iniciais a aos dois finais distribuição melhor de matérias, de modo a que realmente, o aluno possa, ao sair da Faculdade, com conhecimentos gerais indispensáveis ao exercício da clínica no país.

Consideramos o médico, no Rio de Janeiro, São Paulo e nas outras grandes capitais, mas esquecemo-nos de que ele tem de ser polivalente, tem de atender a todas as moléstias pois não pode formar-se e ficar no Distrito Federal; precisa ir para o interior, onde se verá a braços com as mais variadas entidades mórbidas. Precisa, conhecer e fazer certos exames de laboratório, muitas vezes, no próprio consultório.

É a este ensino apertado, que quase se destina à expedição de um diploma, que vai dar como habilitado o médico. Ora, este por maior boa vontade que tenha de exercer a profissão com estorbo é provisto para os doentes sentir-se a inúmeras vezes impedido de bem atuar.

Aproveitando, Sr. Presidente, este breve momento, pela leitura de projeto tão necessário ao ensino médico e também, a felicidade de ouvir uma aula magistral sobre o que se propõe criar quero lembrar ao Senado que precisamos adotar a providência mas, antes de tudo, é indispensável examinarmos o problema com um pouco mais de zelo e interesse, porque aos médicos é confiada toda a população do interior que vive sem recursos, entretanto, muitas vezes, os cuidados do farmacêutico, substituto eventual do clínico.

E como se poderá aplicar o Código Sanitário, que impede ao farmacêutico receitar, se ele é a única esperança dos que sofrem e não encontram quem lhes aplique tratamento condigno?

Sabemos todos que o farmacêutico, em regra, é um médico de oitava; mas não o podemos condenar. Certamente, ele colabora com a melhor vontade não raro — copiando receitas do médico para outros clientes. E por que? Porque ainda não temos suficiente número de médicos para a clínica no *hinterland* brasileiro. As faculdades têm-se multiplicado; os alunos formam-se em número

maior cada ano, e, mesmo assim, ainda não temos profissionais suficientes para atenderem às necessidades urgentes das mais longínquas regiões do país.

O projeto do honrado Vice-Presidente desta Casa vai, sobretudo, fazer um grande bem ao ensino médico, porque trará ao debate do Plenário assunto bastante sugestivo, e estou certo de que todos os Senadores médicos aproveitarão a oportunidade para colaborar em prol do ensino da Medicina em nossa Pátria. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido. (Pausa)

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 342, de 1954

Nos termos do art. 124, parágrafo único, letra b, do Regimento Interno, requeremos a inserção na ata dos nossos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Luis Rodolfo Miranda, brasileiro ilustre, que na legislatura passada exerceu o mandato de Senador, honrando a representação do Estado de São Paulo nesta Casa.

Sala das Sessões, 1 de julho de 1954. — Euclides Vieira. — Marcondes Filho. — Camilo Mercio. — Moisés Lago. — Francisco Gallotti. — Antônio Jobim. — Dário Cardoso. — Othon Mader. — Levidio Coelho. — Mathias Olympio. — Bernardes Filho. — Plínio Pompeu. — Novais Filho. — Júlio Leite. — Esperidião de Farias. — Gomes Vieira. — Vivaldo Lima. — Flavio Guimarães.

O SR. PRESIDENTE:

Finda a hora do expediente, passo

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 386, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 306, de 1954 do Sr. Hamilton Nogueira e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 21-6-1954); tendo Pa-receres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 1.579, de 1953, favorável; da Comissão de Saúde (proferido oralmente na sessão extraordinária de 11-12-53), declarando escapar a matéria à competência da Comissão; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão extraordinária de 12-12-53) favorável, com as emendas que oferece (ns. 1-C e 2-C); II — Sobre as emendas (a serem lidas em Plenário): da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Serviço Público Civil; da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de ontem, encontrava-se em votação a emenda n.º 109 quando, tendo sido pedida verificação de votação, constatou-se não haver número regimental para a mesma, razão pela qual foi adiada para hoje. A Mesa vai, proceder à votação da emenda n.º 109, de plenário, aditiva, com pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça de Serviço Público Civil e de Finanças. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa). Está aprovada.

O SR. OTHON MADER:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador Othon Mader.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor da emenda. (Pausa)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra. (Pausa)

Manifestaram-se pela aprovação da emenda 11 Srs. Senadores e contra, 14.

Não há número. Val-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES.

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedroza. — Antônio Jobim. — Antônio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Mathias Olympio. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Novais Filho. — Cícero de Vasconcelos. — Júlio Leite. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Bernardes Filho. — Levidio Coelho. — Marcondes Filho. — Euclides Vieira. — Dário Cardoso. — Costa Pereira. — Sílvio Curro. — Vespasiano Martins. — Othon Mader. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Camila Marcia.

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 33 senhores senadores.

Há número.

Na forma do Regimento, vai-se renovar toda a votação.

Os senhores Senadores que aprovam a emenda n.º 109, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

O SR. OTHON MADER:

Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Othon Mader requer verificação da votação.

A Mesa solicita aos senhores senadores que responderam à chamada permaneçam no recinto.

Val-se proceder à verificação de votação da Emenda n.º 109.

Os Senhores Senadores que votam a favor da emenda, queiram levantar-se. (Pausa)

Queiram sentar-se os senhores Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra. (Pausa)

Votaram a favor da Emenda 15 Senhores Senadores, e contra, 16.

O total de votos é 31; com o Presidente, completa-se o "quorum" regimental para a votação.

É rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 109

Acrescente-se onde convier:

Art. O regime da gratificação por quinquênio, instituído no art. 5.º é extensivo a todos os servidores civis da União, nas condições previstas nesta lei.

O SR. PRESIDENTE:

Val ser votada a emenda n.º 34.

Sobre a Mesa um Requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 343, de 1954

Nos termos do art. 125, letra f, do Regimento Interno, requiro preferência para a emenda n.º 57 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de

1953 a fim de ser votada antes da subemenda.

Sala das Sessões, 1.º de julho de 1954. — *Onofre Gomes*.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 57, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil favorável, com subemenda, e parecer contrário da Comissão de Finanças.

A aprovação da Emenda n.º 57 prejudica a subemenda.

Os senhores Senadores que aprovam a emenda n.º 57, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está rejeitada.

Em consequência, está prejudicada a subemenda.

Em virtude da rejeição da Emenda n.º 57, ficam prejudicadas, igualmente, as de n.ºs 59, 60 e 61, que são substitutivas e idênticas.

EMENDA REJEITADA

N.º 57

O art. 6.º do projeto, ficará assim redigido:

Art. 6.º Os cargos e funções referidos no art. 1.º, privativos de servidores portadores de diplomas de curso superior, e que atualmente estejam escalonados em carreiras ou séries atingindo o padrão "O" ou referência "31", terão vencimento correspondente ao maior padrão previsto no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único. Será respeitada a situação dos servidores cujo vencimento ou salário atual seja superior ao valor do padrão "N" ou referência "30".

EMENDAS PREJUDICADAS

Subemenda

A emenda n.º 57
Art. 6.º Onde se diz padrão N diga-se padrão O; e onde se diz referência 30, diga-se referência 31.

N.º 59

O art. 6.º do projeto, ficará assim redigido:

Art. 6.º Os cargos e funções referidos no art. 1.º, privativos de servidores portadores de diplomas de curso superior, e que atualmente estejam escalonados em carreiras ou séries atingindo o padrão O ou referência 31, terão vencimento correspondente ao maior padrão previsto no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único. Será respeitada a situação dos servidores cujo vencimento ou salário atual seja superior ao valor do padrão N ou referência 31.

N.º 60

O art. 6.º do projeto, ficará assim redigido:

Art. 6.º Os cargos e funções referidos no artigo 1.º, privativos de servidores portadores de diplomas de curso superior, e que atualmente estejam escalonados em carreiras ou séries atingindo o padrão "O" ou referência "31", terão vencimentos correspondente ao maior padrão previsto no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único. Será respeitada a situação dos servidores cujo vencimento ou salário atual seja superior ao valor do padrão "N" ou referência "30".

N.º 61

Emenda substitutiva ao art. 6.º do projeto, que ficará assim redigido:

Art. 6.º Os cargos e funções referidos no art. 1.º, privativos de servidores portadores de diploma de curso superior, e que atualmente estejam escalonados em carreiras ou séries atingindo o padrão "O" ou referência "31", terão vencimentos correspondentes ao maior padrão previsto no art. 2.º desta Lei.

Parágrafo único. Será respeitada a situação dos servidores cujo vencimento ou salário atual seja superior ao valor do padrão "N" ou referência "30".

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da emenda n.º 58. Esta emenda fica dividida em duas partes — a primeira, está prejudicada em virtude da rejeição da emenda n.º 57. A segunda parte — que não está prejudicada — manda acrescentar, no art. 6.º da Lei, o seguinte:

"Os beneficiários de que trata o artigo 6.º se estendem, igualmente, aos tecnólogos do Ministério da Fazenda, portadores de diploma de curso superior".

Vai-se proceder à votação desta parte que tem parecer contrário da Comissão de Finanças.

Queiram conservar-se sentados os Senhores que a aprovam. (Pausa)

Está rejeitada a 2.ª parte.

EMENDA PREJUDICADA

N.º 58

(1.ª Parte)

O art. 6.º do projeto, ficará assim redigido:

Art. 6.º Os cargos e funções referidos no art. 1.º, privativos de servidores portadores de diplomas de curso superior, e que atualmente estejam escalonados em carreiras ou séries atingindo o padrão "O" ou referência "31", terão vencimentos correspondente ao maior padrão previsto no art. 2.º desta Lei.

Parágrafo único. Será respeitada a situação dos servidores cujo o vencimento ou salário atual seja superior ao valor do padrão "N" ou referência "30".

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da terceira parte da emenda n.º 9, que diz respeito ao art. 6.º. E', como a emenda, modificativa e manda substituir no art. 6.º as expressões "N" e "30" por "O" e "31".

Esta parte da emenda n.º 9 tem parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Serviço Público Civil e contrário da de Finanças.

Queiram permanecer sentados os Senhores que aprovam a terceira parte da emenda n.º 9.

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem). Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Mozart Lago requer verificação da votação.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tenho impressão de que esta segunda parte da emenda está prejudicada pela de número 16. Gostaria, por isso, de ouvir a opinião da Mesa.

O SR. PRESIDENTE:

Esclarecendo a questão da ordem levantada pelo nobre Senador Hamilton Nogueira, à Mesa parece que não está prejudicada a segunda parte da emenda n.º 9 com a aprovação da de número 16. Declara esta:

"Os cargos e funções, de que trata o artigo, são transformados em cargos ou funções isoladas do padrão "O" ou referência "31", quando exigido para seu aproveitamento diploma de curso superior de duração igual ou maior de 3 (três) anos."

Trata-se de cargos e funções do serviço público federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior; ao passo que a emenda n.º 9 manda substituir-se as letras "N" por "O" e as referências "30" por "31". A emenda n.º 61 manda respeitar a situação dos servidores com vencimentos de padrão "N" ou referência "30", sem nenhuma alusão aos títulos.

Por este motivo, a Mesa vai proceder à verificação da votação requerida pelo nobre senador Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação da terceira parte da emenda n.º 9, que tem pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil, e contrário da de Finanças.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor da terceira parte da emenda n.º 9. (Pausa)

Votaram a favor da emenda 8 Senhores Senadores e contra, 24.

A emenda foi rejeitada.

E' rejeitada a seguinte parte da Emenda n.º 9.

Art. 6.º — Substitua-se: "N" e "30" respectivamente por "O" e "31".

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da emenda n.º 62, de plenário, mandando acrescentar um parágrafo único ao art. 6.º. Esta emenda tem pareceres contrários das Comissões.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte emenda.

N.º 62

Modifique-se nestes termos:

Art. 6.º

Parágrafo único: Os vencimentos dos servidores públicos, titulares de cargo ou em exercício de funções de fiscalização e de orientação técnica, serão do padrão imediatamente superior ao que couber a seu inferior hierárquico de maior categoria.

O SR. PRESIDENTE:

A Emenda n.º 63 tem subemenda apresentada pela Comissão de Serviço Público Civil. Vai-se proceder à votação da subemenda que, se aprovada, prejudicará a emenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, eu desejava saber o teor da subemenda, porque não consta do aviso.

O SR. PRESIDENTE:

A emenda diz o seguinte:

"Substitua-se o art. 8.º, da lei".

Enquanto a subemenda manda suprimir o art. 8.º a que se refere a emenda 63.

Por esse motivo a aprovação da subemenda prejudicará a emenda.

Os Senhores Senadores que aprovam a subemenda da Comissão de Serviço Público Civil à emenda número 63, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' aprovada a seguinte

SUBEMENDA A EMENDA N.º 63.

Suprima-se o art. 8.º, a que se refere a emenda 63.

Fica prejudicada a seguinte

N.º 63

Substitua-se o art. 8.º pelo seguinte:

Artigo. Os horários de serviços de todos os servidores compreendidos nesta lei serão estabelecidos tendo em vista as peculiaridades de cada profissão, fixando-se, de modo geral, em trinta e três horas semanais, admitindo-se para casos especiais a divisão do horário diário em dois turnos, respeitadas as exceções constantes de lei.

O SR. PRESIDENTE:

Deveria ser submetida à votação a Emenda n.º 65; entretanto, há sobre a mesa Requerimento de preferência que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido, e aprovada o seguinte

Requerimento n.º 344, de 1954

Nos termos do art. 123, letra f, do Regulamento Interno, requerer preferência para a emenda n.º 65 ao Projeto

de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, a fim de ser votada antes das demais referentes ao art. 10.

Sala das Sessões, em 1.º de julho de 1954. — *Othon Mader*.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 66. Aprovada, prejudicará a de n.º 65.

A Emenda n.º 66, tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da de Serviço Público Civil, favorável, e da de Finanças, contrário.

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador). Sr. Presidente, a Emenda n.º 65, de minha autoria, manda suprimir o art. 10.º do Projeto, que regula a situação dos funcionários inativos. Apresentei-a por já prever o Estatuto dos Funcionários Públicos — Lei n.º 1.711, de 23 de outubro de 1952 — a revisão dos vencimentos dos inativos, sempre que o Governo, em face da situação econômica, proceder ao reajustamento dos funcionários da ativa.

Ofercida a Emenda n.º 66, pelo nobre Senador Aloísio de Carvalho, julguei poderia ela substituir a minha, porque confirma o estipulado pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Entretanto, assim, a inovação, que modificaria profundamente a situação dos funcionários inativos. Acresce salientar que, pela Constituição, os inativos não têm direito a equiparações, e sim a revisão de vencimentos, o que é muito diferente.

A emenda do nobre Senador Aloísio de Carvalho satisfaz aos nossos desejos — mantém, a esse respeito, o nodmo do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Solicito do Senado a aprovação da Emenda n.º 66. (Muito bem!)

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador). Sr. Presidente, é perfeitamente lógico o raciocínio do meu nobre colega Othon Mader, na linha em que S. Ex.ª vem discutido esse Projeto. Eu, porém, coloquei-me em posição diferente. Entendi, bem como outros Senhores Senadores, melhorar os vencimentos dos funcionários portadores de diplomas universitários superiores, em virtude da situação tremenda que pesa sobre esses profissionais.

Na hora atual, se, na verdade, dificuldades já se tem os servidores em atividade, muito maiores são as dos aposentados, principalmente daqueles que não mais podem trabalhar. Os servidores em exercício de suas funções podem sacrificar algumas horas do repouso, por melhorar a vida de suas famílias.

Se nos colocássemos na linha do nobre Senador Othon Mader, teríamos que rejeitar, *ab initio*, o Projeto. Se S. Ex.ª está coerente com seu ponto de vista, não menos coerente estou eu. Se houve exceção, atribuída a letra "O" e quinquênios, deveria haver essa mesma exceção para os diplomados por universidades ou cursos superiores.

O Sr. Othon Mader — Permite V Ex.ª um aparte?

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Othon Mader — Pediria a atenção de V. Ex.ª para uma circunstância: a Constituição Federal, ao determinar, em certos casos, a revisão dos vencimentos dos inativos, não estabelece o que em lhes deve ser atribuído; mas o Estatuto dos Funcionários Públicos já fixou que os seus salários não poderão ser inferiores a dos terços dos correspondentes aos funcionários da ativa. Não serão, portanto, prejudicados. Já está amparado. O inativo não é obrigado a descer das do que está em atividade. E', assim, razoável, lógico, justo, que o funcionário em atividade perca mais um pouco.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Discordo inteiramente de V. Ex.^a, mesmo do ponto de vista constitucional. Aceitaria seu argumento se se estendesse a vantagem a todos os servidores, inclusive aos das Classes Arvidores, Advogados, e Vantagens dos Militares, fixamos o que deveria ser dado aos inativos, cujas condições são reguladas pela Lei de Inatividades Militares.

Sr. Presidente, peço ao Senado, coerente com o que tem votado para os funcionários civis e militares, mantenha o art. 10 do Projeto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação da Emenda n.º 66. Tem pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, favorável da de Serviço Público Civil e contrário da de Finanças.

A aprovação da emenda n.º 66, prejudicará a de n.º 65.

Em votação a Emenda 66. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. A Mesa considera prejudicada, também, a Emenda n.º 67, em virtude da aprovação da Emenda n.º 66.

EMENDA APROVADA
N.º 66

Ao art. 10: Redija-se: Os servidores aposentados ou em disponibilidade, nos cargos ou funções referidos no art. 1.º desta lei, terão os seus proventos, revistos na forma da letra a, in fine, do artigo 182 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

EMENDAS PREJUDICADAS
N.º 67

Art. 10. Acrescente-se depois da palavra — lei a seguinte expressão: — menos o estabelecido no artigo 5.º.

N.º 65

Ao Projeto de Lei n.º 366 de 1953. Suprima-se o art. 10.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 68, com subemenda da Comissão de Serviço Público Civil, subemenda com parecer favorável da Comissão de Finanças e que tem preferência.

O SR. COSTA PEREIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 68 está assim redigida:

“Os padrões ou referência a que alude o art. 2.º são extensivos aos possuidores de curso superior que prestam serviços mediante acordos entre a União e os Estados”.

De autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho, assim a justificou S. Ex.^a:

“Trata-se de Emenda de redação, com efeito de tornar mais explícita a situação dos profissionais que prestam serviços mediante acordos entre a União e os Estados, devem merecer os benefícios do Projeto.

Como está no art. 11 do Projeto, qualquer profissional poderia ter direito a esses benefícios, enquanto a Emenda estende apenas aos possuidores de diplomas de curso superiores, o que está conforme os propósitos do projeto”.

A essa emenda, foi oferecida pelo nobre Senador Prisco dos Santos, na Comissão de Serviço Público Civil, subemenda nos seguintes termos:

“Os padrões ou referências a que alude o art. 2.º são extensivos aos funcionários federais que prestem serviços mediante acordos entre a União e os Estados e para os quais se exige diploma de curso superior”.

Sr. Presidente, a subemenda, se aprovada, prejudicará a maior parte dos profissionais que se encontram no

interior do Brasil, principalmente à frente dos postos agro-pecuários. São agricultores, veterinários que, quotidianamente, prestam serviços úteis à pátria, em contato com lavradores, ali sofrendo ao sol e à chuva, e que não são funcionários, mas profissionais.

E' pois, de justiça recuse o Senado a subemenda, para aprovar a Emenda n.º 68. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Costa Pereira, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação dasubemenda à Emenda n.º 68. Oferecida pela Comissão de Serviço Público Civil, obtive parecer favorável da Comissão de Finanças. Aprovada, prejudicará a Emenda.

Em votação a subemenda. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte.

SUBEMENDA A EMENDA N.º 68

Redija-se assim a emenda n.º 68: “Os padrões ou referência a que se alude no art. 2.º são extensivos aos funcionários federais que prestam serviços mediante acordos entre a União e os Estados e para os quais se exige diploma de curso superior”.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA

N.º 68

Ao artigo 11: Redija-se: Os padrões ou referências a que se alude no artigo 2.º são extensivos aos possuidores de diploma de curso superior que prestem serviços mediante acordos entre a União e os Estados.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação da Emenda n.º 70, de plenário, editiva, oferecida ao artigo 11, e que obteve parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, por considerá-la contida no art. 11.

A emenda é de autoria do nobre Senador Francisco Gallotti, e teve pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa). E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 70

Ao artigo 11, após as palavras “entre a União e os Estados”, acrescente-se:

“e nos engenhos das estradas de ferro da União arrendadas aos Estados e de cujos resultados de exploração participa”.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 92, com pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e contrário da Comissão de Finanças esta por considerar a matéria compreendida na

Emenda n.º 66, já aprovada.

A distinção entre as duas emendas é muito ligeira. A de n.º 66 manda atribuir as vantagens aos aposentados, e a de n.º 92 aos aposentados compulsoriamente. E' a única distinção que a Mesa encontra. Considera, assim, prejudicada a Emenda n.º 92, salvo deliberação em contrário do plenário.

O SR. WALDEMAR PEDROSA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 92 de minha autoria reza:

“Terão também os mesmos direitos conferidos nesta lei os servidores aposentados compulsoriamente, uma vez que possuem diploma de curso superior de duração de cinco ou mais anos e que já tenham exercido o magistério superior no País”.

A Emenda tem preceito favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. Não representa qualquer repercussão financeira no Orçamento e atingirá, no máximo, dois ou três funcionários, que perfazem os requisitos exigidos.

Solicito assim ao Senado que aprove a Emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa vai consultar o Plenário sobre os efeitos da Emenda n.º 92.

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, parece-me que a Emenda número 92 já está prejudicada por deliberação do plenário. V. Ex.^a tomou essa resolução em nome da Mesa, e se o plenário não se opusesse, estaria a questão definitivamente encerrada.

Parece-me, assim, que a Emenda n.º 92, está prejudicada, não havendo razão para submetê-la novamente à apreciação do plenário.

Entendo que a Mesa agiu acertadamente, pois a Emenda n.º 66 manda aplicar o dispositivo a todos os aposentados, inclusive, é claro, aos aposentados compulsoriamente. Portanto, não havendo exceção, nenhum destes poderá invocar lei em seu favor, visto como a referida Emenda n.º 66 determina que todos os aposentados terão vencimentos revistos na forma do artigo 182 do Estatuto dos Funcionários Públicos.

Nestas condições, quer-me parecer que nada mais há a submeter à deliberação da Casa. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa, apoiada no parecer da Comissão de Serviço Público Civil, entende que a Emenda n.º 92 estava prejudicada com a aprovação da de n.º 66. Após essa declaração, falou o nobre Senador Valdemar Pedrosa, autor da Emenda n.º 92.

Melhor examinando o parecer, considerou a Mesa que a decisão definitiva caberia ao plenário, visto como jamais considerou prejudicada uma emenda, limitando-se apenas a anunciar o resultado da votação.

A Mesa esclarece, assim, que, as Emendas ns. 92 e 66 têm redação diferente, havendo naquela condição inexistente na de n.º 66 — a do curso de cinco anos.

Assim, será ouvido o plenário sobre se considera ou não prejudicada a Emenda 92 com a aprovação da de n.º 66.

Os Senhores Senadores que consideram a Emenda 92 prejudicada pela aprovação da Emenda n.º 66, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Não está prejudicada a Emenda número 92.

Em votação a emenda. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte

EMENDA

N.º 92

Acrescente-se, onde convier:

Artigo — Terão, também, os mesmos direitos conferidos nesta lei os servidores aposentados compulsoriamente, uma vez que possuem diploma de curso superior de duração de 5 ou mais anos, e que já tenham exercido o magistério superior no País.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda aditiva número 72, de plenário, de autoria do nobre Senador Mozart Lago. Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Serviço Público Civil consideram-na prejudicada pela Emenda n.º 13. O parecer da Comissão de Finanças é contrário.

Como Emenda n.º 13 foi rejeitada, considera a Mesa que desapare-

ceu o motivo alegado nos pareceres daqueles órgãos técnicos.

Nestas condições, a Mesa submete a votos a Emenda n.º 72, que manda acrescentar no fim do art. 11:

“... e aos que exercem por determinação superior cargos ou funções para os quais é exigido o diploma, mas estão de outro modo lotados, ficando, em consequência, extintas nas respectivas lotações as vagas correspondentes”.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação solicitada pelo nobre Senador Mozart Lago.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor da emenda n.º 72. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra. (Pausa).

Manifestaram pela aprovação 6 Senhores Senadores e contra, 23.

Está confirmada a rejeição.

EMENDA REJEITADA
N.º 72

Acrescente-se, no fim do art. 11: “... e aos que exercem por determinação superior cargos ou funções para os quais é exigido o diploma, mas estão de outro modo lotados, ficando, em consequência, extintas nas respectivas lotações as vagas correspondentes”.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, perdoo-me V. Ex.^a mas não há 28 Senadores contra a emenda. Penso que houve equívoco e solicito a V. Ex.^a mande proceder novamente à contagem.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Mozart Lago pôs em dúvida a contagem procedida pelos Srs. Secretários.

A Mesa vai repetir a votação. Devo, entretanto, informar ao nobre Senador Mozart Lago que alguns Srs. Senadores se retiraram do recinto após a verificação da votação.

O SR. MOZART LAGO — Sr.

Presidente, diante do esclarecimento de V. Ex.^a refiro meu requerimento de nova verificação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa só retirará o requerimento se V. Ex.^a aceitar, como exato, o resultado por ela proclamado.

O SR. MOZART LAGO — Aceito-o.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Senador Mozart Lago aceita como exato o resultado proclamado pela Mesa.

Em votação a Emenda n.º 75, do Plenário, substitutiva. Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil considerando-a prejudicada pela emenda n.º 173; da Comissão de Finanças, contrário.

Portanto, prejudicada.

Emenda n.º 74, do Plenário, supressiva.

Está prejudicada pela emenda número 73.

EMENDAS PREJUDICADAS
N.º 75

Dê-se a seguinte redação ao artigo 12:

Estenda-se, também, no que couber, o disposto nesta Lei, aos cargos e funções do Serviço Público Federal para cujo provimento foi exigido diploma de Curso Superior e posteriormente, com a transformação dos mesmos, dispensada essa exigência.

N.º 74

Suprima-se do art. 12 a expressão: "por força do parágrafo único do artigo 3.º do Regulamento a que se refere o Decreto n.º 2.307, de 3 de fevereiro de 1938, expedido para execução do Decreto-lei n.º 26, de 30 de novembro de 1937".

O SR. PRESIDENTE:

Emenda n.º 76, do Plenário, supressiva. Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, considera a prejudicada pela emenda n.º 77; da Comissão de Finanças, contrário. Em votação.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a emenda n.º 76 manda suprimir o artigo 13 do projeto em debate.

Trata-se, no entanto, de disposição fundamental, que atende, precisamente, ao setor da classe médica que mais trabalha, num esforço contínuo e diário.

Eis por que não alongarei minha permanência na tribuna. Não há novos argumentos a aduzir: retratado o artigo 13, a proposição estará mutilada em grande parte de sua finalidade.

Estou certo, portanto, de que o Senado rejeitará a Emenda número 76. (Muito bem).

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 76, que manda suprimir o artigo 13 do Projeto em discussão, merece ser aprovada. Explico por que.

Manda o artigo 13 que as disposições do Projeto sejam extensivas as autarquias.

As autarquias são entidades autônomas, descentralizadas, criadas exatamente para que suas administrações possam elaborar, com autonomia e independência, o quadro de funcionários e fixar-lhes os proventos, as prerrogativas, os deveres e as atribuições.

Assim, se a todo momento elaborarmos projetos visando a equiparar os funcionários autônomos as funcionários públicos, deixará de haver razão para a existência das autarquias, visto como estas foram criadas, exatamente, independentes das repartições públicas.

Não deve nem poder, pois, o Poder Legislativo invadir atribuições privativas das administrações daquelas entidades.

Sr. Presidente, em favor do meu ponto de vista tenho citado, por várias vezes — e vou repetir — um parecer elaborado, nesta Casa, pelo ex-Senador Arthur Santos quando aqui se discutiu o projeto sobre os Procuradores da República.

Disse, então, aquele membro Ilustre, meu conterrâneo e também professor de Direito da Faculdade de Direito do Estado do Paraná, que o Poder Legislativo não poderia nem deveria intervir na economia interna das autarquias e que as suas medidas constantes, organizando quadros e estabelecendo proventos para os funcionários daquelas entidades eram um absurdo.

Esse parecer, Sr. Presidente, foi acolhido por grande número de membros da Comissão de Constituição e Justiça. Inclusive pelo nobre Senador Ivo d'Aquino, que concordou inteiramente com o ponto de vista do ex-Senador Arthur Santos, dizendo apenas que, nesse caso do projeto dos procuradores das autarquias, votava a favor porque o mesmo continha um artigo que declarava ressalvado o direito das autarquias de fazerem o reajustamento dos seus funcionários de acordo com suas possibilidades econômicas. O nobre Senador Ivo d'Aquino não achava, então, perfeitamente co-

bível essas expressões, quer dizer, a independência e a autonomia das autarquias estava ressalvada. Não haveria invasão de atribuições.

Já vê, Sr. Presidente, que a opinião do nobre Senador Ivo d'Aquino concordava com a do Sr. Arthur Santos.

O Sr. Ivo d'Aquino — O nobre Senador me permite um aparte?

O SR. OTHON MADER — Perfeitamente.

O Sr. Ivo d'Aquino — O Senado, ao votar o projeto a respeito dos procuradores autárquicos, deu interpretação diferente aos fundamentos do parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Não é a primeira vez que tal acontece. O que o projeto estabelecia era o mesmo princípio do atual: uma garantia para os médicos das autarquias e outros profissionais que ali servem, esse mesmo princípio aplicável aos demais funcionários. Assim, não só o Senado como o Congresso já aceitaram essa interpretação e seria injustiça negá-la aos médicos e a mesma regra que mandamos aplicar aos procuradores.

O SR. OTHON MADER — Lamento, Sr. Presidente, não ter à mão o voto do nobre Senador Ivo d'Aquino. Gostaria de ler aquele parecer na íntegra porque S. Ex.ª, na ocasião, declarou também que as autarquias eram entidades autônomas e independentes e que, naquele caso dos procuradores autárquicos, o artigo livrava do vício da interferência do Poder Legislativo no reajustamento seria feito de acordo com as possibilidades econômicas de cada uma. Por causa dessa ressalva, S. Ex.ª votava a favor.

Ora, Sr. Presidente, o projeto atual não diz que as autarquias deverão reajustar os vencimentos dos funcionários de acordo com as suas possibilidades econômicas, — quer dizer, — terá de fazer o reajustamento, quer possa ou não, dos proventos dos seus funcionários.

Sabemos que inúmeras autarquias são pobres e fracas estão sobrecarregadas pelos ônus que o Congresso votou, mandando equiparar os procuradores autárquicos aos procuradores gerais da República. E se vamos sobrecarregá-las com mais esse ônus, está visto que se tornará cada vez mais fracas e deficitárias. Acontecerá com elas o mesmo que com os Institutos de Previdência que, devido à falta de recursos, não podem dar aos pensionistas e aposentados pensão condigna sendo, por outro lado, constantemente obrigados a elevar a verbas dos funcionários. Estes aborrecem quase toda a renda dessas entidades, destinadas, precipuamente, a auxiliar os aposentados. Está sendo, portanto, negada a finalidade dos Institutos. E nós, também, lhes estamos contrariando a finalidade.

Não é possível, Sr. Presidente, que o Senado continue nesse caminho, estabelecendo, por qualquer motivo e a todo instante, benefícios para os servidores das autarquias, com o sacrifício cada vez maior, dos aposentados e pensionistas.

Como disse, desde que o artigo não ressalve as possibilidades econômicas das autarquias, o Poder Legislativo não deferirá aprovar semelhante disposição, e, se o fizer, interferirá na economia interna das entidades para-estatais. (Muito bem).

O SR. IVO D'AQUINO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, peço ao Senado prestar atenção em que não se trata de acrescentar novo texto ao projeto em curso.

O art. 13, aprovado pela Câmara dos Deputados, foi que estendeu aos médicos, cirurgiões-dentistas e outros profissionais da mesma categoria, aos autarquias, o princípio que lhes rege as atividades nos demais serviços públicos.

Assim, não se está propriamente fixando vencimentos, senão adotando regra extensiva a esses funcionários,

os quais, sem dúvida alguma, são servidores públicos.

Cumprir, agora, uma palavra a respeito do texto em boa hora aprovado pela outra Casa do Congresso.

A socialização da Medicina, no Brasil, estende-se cada vez mais em todos os setores e alcança todas as profissões.

O Sr. Othon Mader — Contrariando o bom senso e a Constituição.

O SR. IVO D'AQUINO — Não contraria, em absoluto, a Constituição, pode contrariar uma regra melhor de socialização, como por exemplo, a adotada na Inglaterra.

Sr. Presidente, o sistema vigente no Brasil e configurado pela própria Constituição e que os Institutos prestam serviços de assistência médica a todas as classes a eles pertencentes.

Se examinarmos a jurisdição e o âmbito desses órgãos, veremos que nenhuma classe é hoje excluída.

A socialização da Medicina, portanto, obriga os médicos e outros profissionais dos Institutos e prestarem serviços da mesma forma, quer a ricos quer a pobres.

Nos Institutos dos Comerciantes e dos Industriários, por exemplo, não são associados apenas os empregados mas todos os empregadores, e estes últimos, por mais recursos que possuam, têm direito à assistência gratuita dos profissionais que ali exercem atividades.

Hoje em dia, os médicos e cirurgiões-dentistas dos Institutos de Previdência estão cada vez mais asseverados de serviço, atendem diariamente a centenas de pessoas, embora o Regulamento estabeleça horário.

O Sr. Othon Mader — Atendem a centenas, mas deixam de atender a outras centenas.

SR. IVO D'AQUINO — Esses funcionários prestam serviços a qualquer hora do dia ou da noite.

Sou testemunha desse fato.

O Sr. Othon Mader — São casos isolados.

O SR. IVO D'AQUINO — ... em todas as cidades do meu Estado onde os Institutos prestam assistência, por intermédio de seus profissionais.

E quanto recebem os médicos e cirurgiões-dentistas das autarquias?

Ninguém deles percebe acima de Cr\$ 4.000,00. Muitos prestaram concurso para o exercício do cargo e, no entanto, a remuneração está aquém das suas necessidades.

O Sr. Othon Mader — Quando prestaram o concurso, não sabiam que os vencimentos eram de Cr\$ 4.000,00?

O SR. IVO D'AQUINO — Pelo aumento de V. Ex.ª não aumentariam os vencimentos de funcionários algum. Todos eles, quando prestam concurso, sabem quais os proventos que irão receber.

O Sr. Mozart Lago — São os vencimentos correspondentes ao padrão de vida no momento.

O SR. IVO D'AQUINO — E não têm culpa de que as condições de vida e o encarecimento da subsistência estejam a exigir, a cada passo, o aumento dos vencimentos ou salários.

O Sr. Othon Mader — Concorremos para o encarecimento de vida exatamente com esses projetos que estamos votando.

O SR. IVO D'AQUINO — Se o Congresso negar o seu voto a justa remuneração dos servidores públicos, ficaremos num círculo vicioso, qual o d. não poder impedir o encarecimento de vida e, ao mesmo tempo, obrigam os funcionários públicos a deixarem de se alimentar devidamente e de prover as necessidades mais amplas das famílias.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.ª não mesmo levantou a tese das possibilidades econômicas de cada autarquia.

O SR. IVO D'AQUINO — Não! V. Ex.ª está iludido. O projeto votado pela Câmara. No meu parecer perante a Comissão de Constituição e Justiça, sustentei que não devíamos fixar

os vencimentos dos funcionários das autarquias.

O Sr. Othon Mader — E neste projeto os fixamos.

O SR. IVO D'AQUINO — ... podendo, antes, adotar uma regra correlativa aos benefícios recebidos pelos demais funcionários.

Ora, Sr. Presidente, ao que visa a emenda em votação?

Não apenas fixação de vencimentos, mas o estabelecimento de critério, a fim de que os profissionais de determinadas categorias não percebam menos do que os atribuídos aos contemplados pelo artigo 1.º do projeto.

De todos os profissionais que servem à União, certamente os das autarquias não são os que prestam menores serviços, estes na pior das hipóteses, são equivalentes aos dos demais funcionários.

O Sr. Othon Mader — Vê V. Ex.ª, então, a desnecessidade das autarquias. Suprimindo-las ou as equiparando às repartições públicas.

O SR. IVO D'AQUINO — Não fui eu quem estabeleceu ou criou as autarquias. Estou, apenas, defendendo um princípio. Julgaria profundamente injusto subtrair-se dos profissionais servidores das autarquias o direito a um benefício que se estende a todos os servidores de categoria igual.

Lamento, assim, divergir do empenho Senador Othon Mader, votando contra sua emenda supressiva, não só pelos motivos expostos como, sobretudo, por consagrar norma adotada pela Câmara dos Deputados, que é a Câmara popular, e a qual não temos maiores argumentos para negar apoio.

O Sr. Othon Mader — Recorde, agora, as expressões do Ilustre colega no parecer relativo aos procuradores das autarquias: "O presente projeto escapa ao vício da interferência do Legislativo nas autarquias, visto que elas farão a reestruturação na medida das suas possibilidades econômicas".

V. Ex.ª mesmo asseverou que o Legislativo não deve interferir nas autarquias.

O SR. IVO D'AQUINO — Não deve, interferir fixando vencimentos, mas pode fazê-lo estabelecendo garantias e benefícios, desde que resulte de regra geral, aplicável a todos os servidores públicos.

Assim, Sr. Presidente, como disse, voto contra a emenda supressiva apresentada pelo nobre Senador Othon Mader. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Ivo d'Aquino, o Sr. Café Filho deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, estou de inteiro acordo com o Senador Ivo d'Aquino, tanto mais que o Senado não ignora que este projeto de lei foi solicitado do Congresso por mensagem do governo.

O Sr. Othon Mader — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. MOZART LAGO — Pois não. O Sr. Othon Mader — V. Ex.ª sabe que a mensagem do Governo não se refere a autarquias e empresas, mas apenas à reestruturação de médicos e técnicos de laboratório do Ministério da Educação. A custa de emendas e anulações, foi que se chegou ao monstruoso que aí está.

O SR. MOZART LAGO — V. Ex.ª tem razão, mas está esquecido de que o projeto ficou quase três meses na Câmara dos Deputados, e várias vezes o Governo, através do próprio DASP, nele interferiu.

Se o artigo 13 veio como está expresso, o Senado deve mantê-lo.

Estabelece o referido artigo:

"As disposições desta lei aplicam-se igualmente aos servidores autárquicos, para-estatais e das empresas de propriedade da União e por esta administrados".

Se não houvesse recursos, os Institutos ter-se-iam manifestado a respeito na ocasião.

Se o texto veio da Câmara, depois da grande discussão que lá sofreu, com esta redação, deve o Senado aprová-lo (Muito bem).

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na Comissão de Constituição e Justiça, votei também contra esta emenda, porque ela contraria o sistema do projeto, que só prevê no serviço público federal, os funcionários que tenham diploma de curso superior.

O artigo 13 do projeto, porém, estende as vantagens aos médicos de autarquias.

Ora, as autarquias, pela própria palavra com que se identificam, têm vida autônoma, recursos próprios, regulamentação especial; são dirigidas aparte dos serviços federais. Seus quadros funcionais não se conjugam, não se adaptam aos dos serviços da União.

Temos regulamentado as autarquias no sentido de deixar que elas orientem autonomamente seus serviços, com recursos próprios e dentro das suas necessidades.

Não vejo, Sr. Presidente, como projeto desta natureza, que se refere aos médicos da União, possa abranger também os das autarquias em geral. Não existe elemento o aspecto dos recursos com que possam eles contar para atender às despesas das decorrentes; não vemos como seletar um artigo destes, quando é sabido que, entre os servidores médicos, sobretudo das autarquias, não se prevê a acumulação.

Os médicos de autarquias servem a várias dessas instituições; acumulam — acredito mesmo que regularmente — de toda maneira, servindo a uma e outra, mesmo porque, nas cidades do interior, não sempre há médicos em número suficiente para que cada entidade conte com profissional próprio. Esses prestam, às vezes, reais serviços, atendendo a várias autarquias.

Um dispositivo desta natureza permitiria, pois, inconvenientes.

Já votamos nesta Casa vencimentos para os procuradores das várias autarquias, o que considero erro e grave inconveniente, porque se atenda apenas à situação de funcionários de categoria mais elevada, e não se levava em conta a dos demais funcionários delas.

Verificaram-se, então, fatos chocantes: os procuradores passaram a receber vencimentos maiores do que os dos próprios diretores a que são subordinados.

O mesmo acontecerá agora em relação aos médicos, cujos vencimentos seriam mais elevados que o dos diretores das autarquias.

Por essas razões, Sr. Presidente, deveríamos deixar a solução ao critério da direção de cada autarquia. Dentro de suas possibilidades, elas poderão, e deverão, atender aos justos reclamos de seus servidores médicos.

Eis por que, Sr. Presidente, voto pela emenda que manda suprimir esse artigo do projeto. (Muito bem).

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Senado é testemunha da minha atitude ante determinadas proposições aqui discutidas. Em regra acompanho meu nobre e querido amigo Senador Othon Mader.

O Sr. Othon Mader — Obrigado a V. Ex.ª

O SR. ALFREDO NEVES — E o faço perfeitamente consciente, porque o ilustre representante do Paraná é, dentre os membros desta Casa do Congresso, dos que mais cultiva o espírito público.

Essa a razão por que me enfileiro ao lado daqueles que, nas votações desta Casa, se manifestam sempre dentro desse magnífico critério.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Com muito prazer.

O Sr. Hamilton Nogueira — Estou de pleno acordo com V. Ex.ª. Embora muitas vezes divirja do nobre Senador Othon Mader, considero S. Ex.ª uma das figuras que mais honram o Senado, pela sua correção, espírito público e vigilância permanente em todos os projetos aqui votados.

O Sr. Joaquim Pires — Apoiado! E com prazer que faço meus todos esses conceitos.

O Sr. Othon Mader — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ALFREDO NEVES — Senhor Presidente, a supressão do artigo 13 não satisfaz à minha consciência. O precedente aberto recentemente pelo Senado colocaria os médicos de autarquias — chefes de Serviço — em situação de chirante superioridade sobre seus colegas, assistentes ou adjuntos, se o dispositivo aludido fosse retirado.

Apreciamos, há pouco, o chamado Projeto dos Símbolos, contra o qual votei, acompanhando o Senador Othon Mader. O Senado, entretanto, na sua alta sabedoria, o aprovou.

Esta proposição modificava os padrões CCI, CC2, CC3 e CC4, referentes à gratificação de chefes de Serviço, em comissão.

Embora visasse o projeto ao pagamento de funcionários que exercem cargos de chefias, em comissão, resolveu o Senado modificá-lo para estender o benefício até mesmo aos chefes de Serviço em caráter definitivo.

Como o "projeto dos símbolos" incluiu entre seus beneficiários os médicos das autarquias, originou-se a situação desagradável, carecedora de remédio, que o artigo 13 pretende modificar.

Estou de pleno acordo com o nobre Senador Othon Mader em que o Congresso não deve legislar para as autarquias; mas o fato concreto e frequente é que temos cotado leis para essas entidades.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Poderíamos legislar para autarquias, beneficiando, porém, o quadro todo do seu funcionalismo e não apenas determinadas classes.

O SR. ALFREDO NEVES — O nobre colega Senador Gomes de Oliveira — a quem me ligam laços de estima cada vez mais caros...

O Sr. Gomes de Oliveira — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ALFREDO NEVES — ... sabe perfeitamente que, no caso, não estamos legislando de modo geral. Quando vier a esta Casa a reestruturação dos quadros dos funcionários públicos...

O Sr. Othon Mader — Encontrará dificuldades quase insuperáveis, devido ao Projeto, que estamos votando.

O SR. ALFREDO NEVES — ... reestruturação quase ultimada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, pela qual se separam os funcionários propriamente administrativos dos que exercem cargos científicos.

O Sr. Othon Mader — Então, o trabalho já realizado pelos técnicos do Serviço Público ficará completamente perdido, diante da aprovação do Projeto em debate.

O SR. ALFREDO NEVES — Tenho informações de que, nessa reestruturação, o decantado padrão "O" será aplicado de maneira mais ampla, mais equitativa.

No caso, se me inclino pelo projeto, é porque acontece a seguinte disparidade: enquanto um médico de autarquia percebe vencimentos de 4 ou 5 mil cruzeiros...

O Sr. Ivo d'Aquino — Até de dois mil cruzeiros.

O SR. ALFREDO NEVES — ... os chefes dos serviços, que antes do aumento dos símbolos, ganhavam 6 e 7 mil cruzeiros, passarão a perceber 12, 13, 14 ou 15 mil cruzeiros, conforme sua categoria nos hospitais. Seus subordinados permanecerão dentro daqueles limites exíguos de 4 e 5 mil cruzeiros.

Esta, Sr. Presidente, a razão que me fez quebrar a linha de conduta seguida nesta Casa, para votar pela conservação do art. 13 do projeto.

O Sr. Gomes de Oliveira — Essas anomalias são consequência das providências e medidas parciais.

O Sr. Othon Mader — A legislação fragmentária que temos votando causa grandes prejuízos.

O SR. ALFREDO NEVES — Estou de acordo com VV. Ex.ªs.

O Sr. Gomes de Oliveira — O mesmo acontecerá com o projeto em pauta e referente ao funcionalismo do Senado. V. Ex.ª melhor do que ninguém sabe o que representam medidas parciais, satisfazendo a este ou aquele grupo, sem atender ao conjunto, sem uma reestruturação geral dos serviços, como o fez, em relação a esta Casa, a Comissão Diretora no seu bem elaborado trabalho.

O SR. ALFREDO NEVES — Meu nobre e eminente colega, o projeto em debate uniformiza os vencimentos dos médicos, que deixarão de ser classificados em categorias para constituir cargos isolados. Todos os médicos, advogados e engenheiros passarão à letra "O", com oito mil e quatrocentos cruzeiros mensais.

O Sr. Othon Mader — Estamos cansados de saber o que é esta balança de cargos isolados: de ano em ano são elevados os vencimentos. Não é, portanto, verdade que o funcionário de cargo isolado tem sempre o mesmo vencimento.

O SR. ALFREDO NEVES — O projeto que vamos aprovar — indiscutivelmente será aprovado — transforma a carreira de médico, engenheiro e advogado, em todas as repartições, em cargo isolado, padrão "O".

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Pondero ao nobre orador que está findo o tempo de que dispunha.

O SR. ALFREDO NEVES — Senhor Presidente, permita-me um segundo mais.

No caso presente, se os médicos das autarquias passarem a "O", estabelecer-se-á certa equidistância de vencimentos para os chefes, os assistentes e os adjuntos. Teremos, então, realmente, a medida justa. E os profissionais de nível universitário ficarão todos no mesmo nível.

O Sr. Othon Mader — Pode Vossa Excelência garantir que as autarquias estão em condições de pagar aos funcionários médicos nesses níveis?

O SR. ALFREDO NEVES — Estão em condições de pagar esses níveis de vencimentos, porque constantemente aumentam o número de seus funcionários.

O Sr. Joaquim Pires — O mal é este.

O Sr. Othon Mader — Pagam mas à custa de empréstimos, emissões, adiantamentos do Banco do Brasil. Por isso a inflação é cada vez maior e mais se afunda o país.

O SR. ALFREDO NEVES — Tomemos o exemplo do Hospital dos Servidores Públicos, estabelecimento com excepcionais características técnicas. Ainda há pouco para lá foram nomeados muitos funcionários, para todos os cargos, inclusive médicos.

Se os nomeou, é porque tem verba. Não acredito que o diretor de um Instituto continue a admitir funcionários sem que haja verba para o respectivo pagamento.

O Sr. Othon Mader — Para esses pode ter verba; mas é possível não

dispor de meios para aumentar toda o corpo de servidores.

O SR. ALFREDO NEVES — Não é justo que, enquanto o médico percebe de quatro a cinco mil cruzeiros, seu chefe ganhe doze e até quinze mil cruzeiros.

Por este motivo, Sr. Presidente, embora contrariando minha linha de conduta nesta Casa, voto favoravelmente à manutenção do disposto no projeto em debate. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da emenda n.º 76, que manda retirar do projeto o artigo 13. A Comissão de Constituição e Justiça opinou pela constitucionalidade da emenda; a de Serviço Público considera-a prejudicada pela de n.º 77; a de Finanças manifestou-se contrariamente à sua aprovação.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda n.º 76, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 76

Suprima-se o art. 13.

Justificação

O Poder Legislativo não pode invadir atribuições de autarquias e empresas de economia mista. A característica destas é exatamente a sua independência e autonomia, no que tange à fixação de proventos, deveres e organização interna.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 77, que tem suzerania apresentada pela Comissão de Finanças e vai ser votada em primeiro lugar. Se aprovada, a emenda n.º 77 ficará prejudicada.

Os Srs. Senadores que aprovam a subemenda n.º 77, queiram conservar-se sentados.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, a subemenda a emenda n.º 77 modifica substancialmente o texto do artigo 13 do projeto.

A referida subemenda, pretendo corrigir, entretanto se a aceitamos surgirão interpretações pois quando se trata de institutos autarquias, ou organizações paraestatais, há sempre confusão e as interpretações são as mais diversas.

Por isso, peço ao Senado a rejeição da subemenda à emenda n.º 77 e, como consequência a rejeição da respectiva emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder a votação da subemenda da Comissão de Finanças à emenda n.º 77.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovada.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação solicitada pelo Sr. Senador Hamilton Nogueira.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que votam a favor da subemenda à emenda n.º 77. (Pausa)

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que votaram a favor, e levantar-se os que votam contra. (Pausa). Votaram a favor, 7 Senhores Senadores e contra, 10.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SENHORES SENADORES.

Waldemar Pedrosa — Matias Olympio — Joaquim Pires — Osnor Go-

mes — Plínio Pompeu — Novas Fílias — Cícero de Vasconcelos — Espedito de Farias — Júlio Leite — Alfredo Neves — Pereira Pinto — Hamilton Nogueira — Marcondes Filho — Euclides Vieira — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mader — Flávio Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Galotti — (22).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 22 Senhores Senadores.

Não há número para a votação. Passa-se às matérias em discussão constantes da Ordem do Dia.

O item 33 refere-se à primeira discussão do projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que exige quorum especial.

As discussões dos itens 34, 35 e 36 devem ser feitas em sessão secreta.

Discussão única do Requerimento n.º 341, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra c, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis números 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1954, que concedem vantagens aos militares da FEB.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa).

Se nenhum Senador pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Adiada a votação por falta de número.

Não há nenhum orador inscrito para falar depois da ordem do dia.

Se nenhum Senador pedir a palavra, vou encerrar a sessão, designando para amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 368, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 306, de 1954, do Senhor Hamilton Nogueira e outros Senhores Senadores, aprovado na sessão de 21-6-1954); tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 1.579, de 1953, favorável; da Comissão de Saúde (proferido oralmente na sessão extraordinária de 11-12-53), declarando escapar a matéria à competência da Comissão; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão extraordinária de 12-12-53), favorável, com as emendas que oferece (ns. 1-C e 2-C); II — Sobre as emendas (a serem lidas em Plenário): da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Serviço Público Civil; da Comissão de Finanças.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954, do Senhor Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15-6-1954); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18 de junho de 1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954), oferecendo substitutivo; e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 55, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-3-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1-5-54, que reajusta a aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências, pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 778, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407, de 1954, pelo destaque da 1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953 (que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal, Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 449, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954).

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 320, de 1954, do Senhor Valdemar Pedrosa e outros Senhores Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Senhor Café Filho na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 385, de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,00, para pagamento de salários ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido na sessão de 29-6-54).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, sob ns. 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 328, de 1954, do Senhor Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 461 de 1954) do Projeto de Resolução número 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 462, de 1954) ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco-este entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 463, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exibição da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pelas empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 468, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 466, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 470, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Pecúria e Hebe de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para

finis de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 480, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hil-da Cordero Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras às margens do Rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 482, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima, para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher e Dêcio Teles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda palmotinha, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 486, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Pereira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Pombal", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronilla Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade, no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Projeto Legislativo n.º 122, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato ce-

lebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cluêdo de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 489, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 1.º do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1949 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer número 493, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1949, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre, ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de dotações do Anexo n.º 28 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara

n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.334, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 38, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão da Reforma Constitucional.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudanesia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Deota Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 341, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei ad

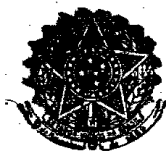
Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.784 e 8.795, de 23 de Janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Requerimentos de urgência cuja votação esta condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzelros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339 do Sr. Senador Atilio Viçacua e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 30 minutos.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 109

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 3 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Republica-se por ter saído com incorreções.

Comissão Mista para conhecer do veto parcial oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências"

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 1.º DE JULHO DE 1954

Ao 1.º de julho de 1954, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Gomes da Oliveira, Othon Mäder, Parsifal Barroso e Waldemar Pedrosa, deixando de comparecer, com causa justificada, os Srs. Tasso Dutra e Airuda Câmara, reúne-se esta Comissão Mista para conhecer do veto parcial do Sr. Presidente da República a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências".

Na forma do art. 32 do Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Waldemar Pedrosa, que após declarar instalada a Comissão e a validade da reunião, procede à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultados:

Para Presidente		Votos
Waldemar Pedrosa	3
Parsifal Barroso	1
Para Vice-Presidente		Votos
Gomes da Oliveira	3
Othon Mäder	1

O Sr. Presidente em seu nome e no do Sr. Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus pares, sufragando seus nomes para os postos a que vem de ser eleitos, designa o Sr. Parsifal Barroso para Relator do

veto e o Oficial Legislativo João Alfredo Ravasco de Andrade, para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convida os Srs. membros, para a segunda reunião, que se realizará na segunda-feira, 5 do corrente, às 15,00 horas, no Palácio Mourão, para leitura, discussão e aprovação do relatório do Senhor Relator.

Nada mais havendo a tratar levanta-se a reunião, lavrando-se, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidência

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.816, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 13 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretori

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landulpho Alves — Vice-Presidente
Sá Tiboco
Júlio Leite
Costa Pereira (*)
Plínio Pompeu (**)
Eulides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djalma Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira
Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Azeite Leão.
4 — Hannington Norueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Eulides Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Honima Caratecenti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Jomar de Góis — Vice-Presidente.
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (*).
5 — Apolônio Sales.
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (**).

- 9 - Durval Cruz.
10 - Euclides Vieira.
11 - Ferreira de Sousa.
12 - Mathias Olympio.
13 - Pinto Aleixo.
14 - Plínio Pompeu.
15 - Veloso Borges (****).
16 - Victorino Freire (*****).
17 - Walter Franco (****).

- (*) Substituto Interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.
(**) Substituto Interinamente pelo Senador Costa Paes.
(***) Substituto Interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*****) Substituto Interinamente pelo Senador Nêstor Massena.
(****) Substituto Interinamente pelo Senador Joaquim Pires.
(*****) Substituto Interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.
(*****) Substituto Interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário - Eyandro Viana, Diretor de Organização.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - Presidente.
2 - Luiz Tinoco - Vice-Presidente.
3 - Nêstor Massena.
4 - Vivaldo Lima.
5 - Djair Brindeiro.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Constituição e Justiça

- Dario Cardoso - Presidente.
Aloysio de Carvalho - Vice-Presidente.
Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Camilo Meicio.
Ferreira de Souza.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Olavo Oliveira.
Waldemar Pedrosa.
Secretário - Luis Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar - Marília Pinto Amândio.
Reuniões - Quartas-feiras às 16 horas.

Legislação Social

- 1 - Gomes de Oliveira - Presidente.
2 - Luis Tinoco - Vice-Presidente.
3 - Hamilton Nogueira.
4 - Rui Carneiro.
5 - Othon Mäder.
6 - Kerginaldo Cavalcanti.
7 - Cicero de Vasconcelos.
Secretário - Pedro de Carvalho Müller.
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 38,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - Presidente.
2 - Hamilton Nogueira - Vice-Presidente.
3 - Novais Filho.
4 - Bernabes Filho.
5 - Djair Brindeiro.
6 - Mathias Olympio.
7 - Assis Chateaubriand.
8 - João Villasbôas.

Secretário - J. B. Castejon Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - Presidente.
2 - Waldemar Pedrosa - Vice-Presidente.
3 - Aloysio de Carvalho.
4 - Carvalho Guimarães.
5 - Costa Pereira.

Secretário - Cecília de Rezende Martins.

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

- Levindo Coelho - Presidente.
Alfredo Simch - Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário - Aurea de Barros Rêgo.

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - Presidente.
2 - Luiz Tinoco - Vice-Presidente.

- 3 - Nestor Massena.
4 - Vivaldo Lima.
5 - Djair Brindeiro.
6 - Mozart Lago.
7 - Julio Leite.

Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclides Vieira - Presidente.
Onofre Gomes - Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Othon Mäder.
Antônio Bayma.
Secretário - Francisco Soares Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - Presidente.
2 - Onofre Gomes - Vice-Presidente.
3 - Magalhães Barata.
4 - Ismar de Góes.
5 - Silvio Curvo.
6 - Walter Franco.
7 - Roberto Giasser.

Secretário - Ary Kerner Veiga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - Presidente.
Dario Cardoso.

Francisco Gallotti.
Camilo Meicio.
Carlos Lindenberg.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- Luiz Tinoco - Presidente.
Gomes de Oliveira - Vice-Presidente e Relator Geral.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário - Itallina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gallotti - Presidente.
Mozart Lago - Vice-Presidente.
Julio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código do Processo Civil

- João Villasbôas - Presidente.
Atílio Vivacqua - Vice-Presidente.
Dario Cardoso - Relator.
Secretário - José da Silva Lisboa.
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

- Mozart Lago - Presidente.
Avaro Adolpho - Vice-Presidente.
João Villasbôas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góes - Presidente.
2 - Prisco dos Santos - Vice-Presidente.
3 - Kerginaldo Cavalcanti - Relator Geral.
4 - Vivaldo Lima.
5 - Novais Filho.

Secretário - J. A. Ravasco Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - Presidente.

2 — Ivo d'Aquino.
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral* (*)
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dário Cardoso — *Presidente*.
2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
3 — Anísio Jobim.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flavio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Nogueira.
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.
2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mader.
5 — Ruy Carneiro.
Secretário — Itallina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

14.ª REUNIAO REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1954

Sob a presidência do Sr. Marcondes Filho, Presidente, presentes os Senhores Alfredo Neves, Vespasiano Martins, Francisco Gallotti, Ezequias da Rocha, Prisco dos Santos e Costa Pereira, respectivamente, 1.º, 2.º, 3.º, 4.º Secretários e 1.º e 2.º Suplentes, reúne-se a Comissão Diretora.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações aprovada.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. 1.º Secretário que passa a relatar o processo que lhe haviam sido distribuídos.

A Comissão aprova os seguintes pareceres emitidos por S. Exa.

Dando ração final aos Projetos de Resolução n.ºs 26, 28 e 29 de 1954. O primeiro referente a aposentadoria de Mário Justino Peixoto, no cargo de Vice-Diretor Geral; o segundo, concedendo exoneração a pedido de Hércules de Macedo Rocha do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares; e o último, permitindo a Lauro Portella aceitar bolsa de estudos, oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Elip n.º 122-54, de Marcos José da Silva Lisboa, desistindo de seu pedido de aposentadoria.

Favorável ao Requerimento n.º 182-54, de Marcos José da Silva Lisboa, desistindo de seu pedido de aposentadoria.

Segue-se com a palavra o Sr. 2.º Secretário, que apresenta os seguintes pareceres, igualmente aceitos pela Comissão:

Pelo indeferimento do pedido de re-exame de contagem de tempo de serviço, formulado por Sebastião Miguel da Silva, (Requerimento n.º 118-54); e Favorável ao Requerimento n.º 11-54 em que João Batista Castejon Branco solicita contagem de tempo de serviço prestado na Coletoria de Monte Santo, no Estado de Minas Gerais.

No Requerimento n.º 170-54, em que Alfredo da Silva Neves solicita aposentadoria, o Sr. 3.º Secretário se manifesta favoravelmente e propõe, em Projeto de Resolução, seja a mesma concedida no cargo de Diretor Geral, com o que concordam todos os membros presentes.

O Sr. Presidente solicita dos seus colegas que estudem o edital de concorrência para a construção do novo edifício sede do Senado, a fim de que possa o mesmo ser debatido em reunião próxima.

O Sr. 1.º Secretário passa a ler o parecer que emitirá em plenário, sobre as emendas apresentadas ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que reestrutura o quadro de pessoal da Secretaria do Senado.

Em seguida, o Sr. 3.º Secretário lê o ofício da Comissão de Promoções formulando proposta para o provimento das duas vagas existentes na classe "M" da carreira de Taquígrafo.

Para a primeira, por antiguidade, a Comissão Diretora promove Dalys Ribeiro Viana, ficando adiada a de merecimento, por aver o Sr. 1.º Secretário solicitado vista.

Por último, a Comissão Diretora resolve exonerar do cargo de Oficial Legislativo classe "J", interino, Fernando Jorge da Rocha, e nomeá-lo interinamente Redator de Anais e Documentos Parlamentares, padrão "O", durante a licença concedida a Murilo Marroquim de Souza para tratar de interesses particulares.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luiz Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral da Secretaria, a presente ata.

ATA DA 73.ª SESSÃO EM 2 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO — ALFREDO NEVES — CAPE FILHO E FRANCISCO GALLOTTI.

As 14.30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Valdemar Pedrosa — Anísio Jobim — Antônio Bayma — Carvalho Guimarães — Arêa Leão — Mathias Olimpio — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Novais Filho — Djalir Brindeiro — Cícero de Vasconcelos — Espíndola de Farias — Júlio Leite — Luiz Tinoco — Atílio Vivacqua — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Leônidas Coelho — Marcondes Filho — Euclydes Vieira — Costa Paranhos — Dário Cardoso — Costa Pereira — Silvio Curvo — Vespasiano Martins — Othon Mader — Flávio Guimarães — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti — Camilo Mercio — (34).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 34 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SECRETÁRIO

Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata.
Se nenhum dos senadores deseja fazer retificação à Ata, dá-lhe-lhe como aprovada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, desejo levantar uma questão de ordem e o faço neste momento porque, conforme a solução que V. Ex.ª se dignar dar-me, a ata terá de ser ratificada ou retificada.

Na votação de ontem, da emenda n.º 109, ao chamado projeto dos médicos, pedida a última verificação de votação, constatou-se que 15 senadores aprovaram a emenda e 16 votaram contra. V. Ex.ª declarou que a emenda estava rejeitada, porque a soma das duas parcelas dava o total de 31 votos e com o do Presidente, 32. Não obstante ter eu entendido que V. Ex.ª acompanhou o grupo de senadores que se manifestou contra, poderia também se ter pronunciado a favor, ficando, assim, empatada a votação; assim, eu me explicasse, resolvendo a questão de ordem, como votou V. Ex.ª em relação à emenda n.º 109.

Sendo o Regimento omissivo no particular, gostaria que V. Ex.ª me esclarecesse. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE — Esclarecendo a questão de ordem levantada pelo nobre Senador Mozart Lago, desejo dar uma explicação fundada no Regimento, para que fique bem claro que a solução anunciada pela Mesa é perfeitamente regular e regimental. O artigo 81 do Regimento declara:

"Art. 81. As deliberações do Senado serão tomadas por maioria de votos, presentes, pelo menos, 32 senadores, salvo nos casos em que a Constituição exige "quorum" especial e nos de votação de matéria compreendida no parágrafo único do artigo 72 deste Regimento."

O dispositivo do artigo estabelece logo duas condições: se estiverem presentes no recinto 31 senadores e na presidência o Presidente do Senado e Vice-Presidente da República, que não é senador, não estarão presentes 32 senadores; se na presidência da Mesa se encontrar o Vice-Presidente do Senado, então estarão presentes 32 senadores, porque o Vice-Presidente do Senado também é senador.

Isto relativamente ao número que o Regimento exige para a processamento da votação. Estando eu na presidência da mesa e presentes no recinto 31 senadores havia o "quorum" legal. Por outro lado, o artigo 28, § 2.º do Regimento declara:

"Sempre que, como senador quiser o Vice-Presidente com exercício na presidência oferecer qualquer proposição, bem como discutir e votar, deixará a direção dos trabalhos enquanto se tratar do assunto em que intervier."

Nestas condições, o Vice-Presidente do Senado, quando na presidência da mesa, só poderá votar se deixar a Mesa e tomar assento nas bancadas, junto aos demais senadores, o que não ocorreu, porque durante a votação me mantive na presidência.

De maneira que, na votação de ontem, o Presidente se absteve de votar.

Mas há ainda no Regimento dispositivo que completa o esclarecimento da matéria e se refere a uma parte da questão de ordem levantada pelo nobre Senador Mozart Lago, quanto ao empate:

"Dando-se empate numa votação será ela repetida na sessão seguinte, se o empate se reproduzir, o Presidente desempatará."

O único caso em que o Vice-Presidente do Senado, na presidência da Mesa, pode exercer o direito do voto: quando por empate num dia a matéria seja adiada para o outro, e nesta também ocorrer empate. Só então ele poderá votar como desempassador.

Por esta razão, ao anunciar o resultado da votação de ontem, declarei que haviam votado a favor 15 Senhores Senadores e contra 16, ou sejam 31 votos, mas que estando eu, Senador, na presidência da Mesa, completava o número mínimo regimental exigido pelo artigo 81 para as votações, isto é, a presença de 32 Senadores no recinto, fato aliás, que já muitas vezes tem ocorrido no Senado.

Assim o resultado da votação foi exato: 15 Srs. Senadores votaram a favor e 16 votaram contra a emenda. Quer dizer, foi rejeitada quanto ao número de votos e a votação foi válida, repetida, estando o Vice-Presidente da Casa, que é senador, na presidência da Mesa, ele completava o número exigido pelo Regimento para que a votação se processasse, embora sem o seu voto.

O SR. MOZART LAGO — Vale dizer Sr. Presidente, que o voto de V. Ex.ª é considerado em branco. Nem é a favor, nem contra.

O SR. PRESIDENTE — Não é em branco, porque o Regimento aceita expressamente a votação de 31 Senadores, quando além deles na presidência da Mesa se encontrar o Vice-Presidente do Senado, que é Senador. A emenda foi rejeitada por 16 Senadores que se encontravam no recinto, e aprovada por outros 15 Srs. Senadores, que votaram a seu favor. O Presidente da Mesa em exercício não teve a menor intervenção na votação; apenas cumpriu seu dever de registrar o resultado.

Continua em discussão. (Pausa)
Não havendo mais quem peça a palavra, da-la-ei por aprovada.
Está aprovado.

O SR. 1.º SECRETÁRIO

Lê o seguinte

Expediente

Mensagem n.º 116, de 1954

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso da atribuição que me conferem os artigos 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar o Projeto de Lei da Câmara n.º 2.846, de 1953 (381, de 1953, do Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

2. Pretende o Projeto assegurar ao pessoal pro pelas Verbas 3 e 4, de Obras e de Serviços e Encargos, respectivamente, o abono de emergência concedido pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, uma vez que essa Lei não lhes estendeu, em caráter geral, a concessão desse abono.

3. De fato, em nenhum dispositivo da Lei n.º 1.765 se encontra essa extensão generalizada. Ao contrário, a referida lei contém regras especiais para a fixação dos salários do Pessoal de Obras e para o Pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos.

4 — Quanto ao Pessoal de Obras estabelecer a Lei n.º 1.765:

"Art. 12. O salário mínimo do pessoal de obras a que se refere o Decreto n.º 240, de 4 de fevereiro de 1938, será fixado de acordo com o salário mínimo da região; e o salário em geral de acordo com o valor atribuído no mercado de trabalho local ao tipo da atividade a ser desempenhada."

Art. 22. O pessoal de obras fixará o seu salário mínimo na Consolidação das Leis do Trabalho para

efeito de férias e repouso semanal remunerado.

Art. 14. O pessoal de obras é destinado à execução de trabalho de natureza caracteristicamente temporária.

Parágrafo único. É vedado, sob pena de responsabilidade funcional e financeira, desviar pessoal de obras para serviços que não se relacionem diretamente, com a execução das obras para que foi admitido.

5. Por sua vez, a mesma Lei dispõe a respeito do pessoal pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos:

Art. 15. A retribuição do pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos será estabelecida de acordo com o salário mínimo da região e o valor atribuído, no mercado de trabalho local, ao tipo de atividade a ser desempenhada.

Art. 16. O pessoal pago à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos fica sujeito ao regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho para efeito de férias e repouso remunerado.

Art. 17. O Diretor ou Chefe de Serviço que destinar a pagamentos de pessoal parte dos recursos à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos, deverá submeter anualmente ao Ministro de Estado, ou ao dirigente do órgão subordinado diretamente ao Presidente da República, o plano de sua aplicação do qual constem a classificação e a retribuição do trabalho, respeitadas as normas fixadas no cargo ou função análoga do servidor público federal.

Parágrafo único. Aprovadas as tabelas e publicadas no Diário Oficial, serão submetidas, mediante cópia, ao Tribunal de Contas para efeito de comprovação das despesas realizadas à conta da respectiva rubrica orçamentária.

6. Resulta dos textos legais acima transcritos que a natureza jurídica do vínculo desse pessoal com a administração pública tem configuração própria diversa da que rege as relações dos funcionários e extranumerários da União com o Poder Público Federal.

7. Por força dessa situação especial, a admissão do pessoal de obras e do pessoal de serviços e encargos obedece a regras que levam em conta não só o salário mínimo em vigor como também a retribuição paga ao tipo de atividade a ser desempenhada no próprio mercado de trabalho local.

8. Assim, a partir da vigência da Lei n.º 1.765, as admissões do pessoal de obras e do pessoal de serviços e encargos têm obedecido às normas acima transcritas.

9. O paradigma para a fixação do salário do pessoal de obras e de serviços e encargos é o salário mínimo vigente para a região onde tem exercício o empregado. Não se justifica, portanto, que se acrescente o abono de emergência a esse salário, concedido de acordo com um critério legal genérico diverso do que preside a fixação do regime de pagamento dos servidores públicos.

10. É de ressaltar-se, outrossim, que a Administração, na medida de suas possibilidades orçamentárias, tem proporcionado ao pessoal a que se destina o projeto o reajustamento do respectivo nível salarial, tendo em vista as condições peculiares a cada atividade e o mercado de trabalho local.

São estas as razões que me levaram a votar o projeto em causa e que ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 1.º de julho de 1954. — *Getúlio Vargas*

A Comissão Mista incumbida de emitir parecer.

PROJETO A QUE SE REFERE O VOTO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 381 — 1953

Modifica o art. 18 da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e da União e dos Territórios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. O pessoal pago pela Verba 3 (Serviços e Encargos) cujos trabalhos de obras, terá direito ao abono de emergência e ao salário-família, e bem assim ao repouso semanal remunerado.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de junho de 1952. — *Café Filho*. — *Alfredo Neves*. — *Vespasiano Martins*.

Ofícios:

— Do Ministro da Fazenda, comunicando estar enviando todos os esforços no sentido de serem ultimados os esclarecimentos a que se refere o requerimento n.º 253-54, da autoria do Sr. Senador Mozart Lago.

De-se conhecimento ao requerente.

— Três, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.023, 1.024, e 1.025, encaminhando autógrafos dos seguintes:

Projeto de Lei da Câmara n.º 132, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00, para pagamento de diaristas do mesmo Ministério.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), para pagamento dos diaristas do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 133, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00, para pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00 (dois milhões quinhentos e setenta mil e oitocentos cruzeiros), para atender ao pagamento do abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 134, de 1954

Concede isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, impostos de consumo e taxas aduaneiras, exclusivas

de previdência social, para uma imagem de Nossa Senhora da Ajuda, com duas corças de prata que a adornam, procedente de Portugal, despachada para o porto do Rio de Janeiro e destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Pareceres

Parecer n.º 508, de 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, de iniciativa da Câmara dos Deputados, considerando como de redação a emenda apresentada pela Comissão de Finanças e feita a alteração no nome do Ministério que, passará a ser "Educação e Cultura" e não "Educação e Saúde" como consta do projeto.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires*, Presidente. — *Costa Pereira*, Relator. — *Waldemar Pedrosa*. — *Carvalho Guimarães*.

ANEXO AO PARECER N.º 508-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Direção de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato de empreitada, celebrado em 14 de junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda., para execução de obras de conservação da sede do Serviço de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.364,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 509, de 1954

Da Comissão de Redação Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires*, Presidente. — *Carvalho Guimarães*, Relator. — *Waldemar Pedrosa*. — *Costa Pereira*.

ANEXO AO PARECER N.º 509-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' revogada a decisão do Tribunal de Contas, de 28 de dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 15 de agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos Decretos-leis n.ºs. 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 510, de 1954

Da Comissão de Redação Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires*, Presidente. — *Carvalho Guimarães*, Relator. — *Costa Pereira*. — *Waldemar Pedrosa*.

ANEXO AO PARECER N.º 510-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leo Melo.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 17 de novembro de 1932, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leo Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado de Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 511, de 1954

Da Comissão de Redação Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 66, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires*, Presidente. — *Waldemar Pedrosa*, Relator. — *Carvalho Guimarães*. — *Costa Pereira*.

ANEXO AO PARECER N.º 511-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Secção de Fomento Agrícola em Curitiba, Capital do Estado

do de Mato Grosso, e José Bernardino Junior.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de novembro de 1952, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardino Junior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de serra elétrica e abastecimento d'água no Posto Agropecuário de Cáceres, bem como instalação de máquinas de Leverger naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 512, de 1954

Da Comissão de Redação
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente; — Waldemar Pedrosa, Relator; — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 512-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas de recusar o registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso e Marcelo Miraglia.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalação de obras, no Posto Agropecuário de Rosário Oeste, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 513, de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953
Relator: Sr. Carvalho Guimarães

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente; — Carvalho Guimarães, Relator; — Waldemar Pedrosa; — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 513-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova o acordo e o termo auditivo celebrados entre o Minis-

tério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º São aprovados o acordo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de maio e 29 de julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 514, de 1954

Da Comissão de Redação
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente; — Costa Pereira, Relator; — Carvalho Guimarães; — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 514-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 14 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Pechão, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 515, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953.
Relator: Sr. Costa Pereira

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente; — Costa Pereira, Relator; — Carvalho Guimarães; — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 515-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 14 de outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando à preservação das safras de cereais.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parecer n.º 516, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO
Redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 130, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente; — Costa Pereira, Relator; — Waldemar Pedrosa; — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 516-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher.

Faço saber que o Conselho Nacional decreta nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1953.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pareceres ns. 517 e 518, de 1954

N.º 517, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de brasileiros.

Relator: Sr. Plávio Guimarães.

O projeto de lei apresentado pelo eminente Senador Aloysio Lago objetiva a que as associações de caráter científico, literário, artístico, suprimam quaisquer restrições estatutárias que vedem a mulher ampla igualdade jurídica. E o art. 2.º da proposição determina que, "dentro de seis meses, a contar da promulgação desta lei, as associações referidas, com personalidade jurídica, inclusive as fundadas e mantidas para o fim especial de estimular e aperfeiçoar a cultura da raça, da língua, da religião, do caráter e dos costumes nacionais, rejustarão os estatutos e regimentos que as presidem as disposições desta lei".

A justificação é altamente fundamentada, porque é incontestável que a Academia Brasileira de Letras não havia permitido que a mulher fizesse parte dos seus quadros acadêmicos. Deve sempre ser citada Júlia Lopes

de Almeida, que não só estava à altura dos maiores mestres da época, como também pela natureza de alguns trabalhos literários para exemplificar "O Livro das Noivas", que exerceu considerável influência na formação moral da família brasileira. O nome de Júlia Lopes de Almeida não ficara no âmbito da Academia, mas penetrou o interior brasileiro, dos campos do ensino.

Citamos a grande escritora para lembrar que estamos de acordo em que a mulher faça parte dos quadros acadêmicos, e que nas associações científicas como a Senhora Curie, sejam literárias e escritoras como as citadas na prorrogação da mentação. Todavia, a existência de lei para obrigar a que sejam mantidas as disposições regimentais e estatutárias das Academias, na hipótese da Academia Brasileira de Letras, as associações artísticas, científicas e outras, e tão violadora dos cânones constitucionais que asseguram a garantia a essas personalidades jurídicas, a sua livre movimentação dentro dos quadros legais, como obrigatoriamente absurdo a entrada da mulher por meio de rígidas e odiosas imposições, quando tem ela o direito soberano a, ativamente, tomar parte nos conclaves das elevadas manifestações superiores do espírito humano, dentro do reconhecimento dos seus direitos.

No Brasil, a mulher tem direito a todos os cargos eletivos, do que se infere que tem direito a todas as homenagens no seu alto e delicado espírito. O "que contestamos e que chegue à justiça de suas pretensões, ao conhecimento de sua valiosa colaboração humana e artística, por meio de lei que obrigue a modificar cláusulas estatutárias da vida interna dessas associações.

Somos, assim, pela inconstitucionalidade do projeto.

Sala Ruy Barbosa, em 4 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente; — Plávio Guimarães, Relator; — Joaquim Pires, com restrições justificadas pelo voto em separado; — Aloysio de Carvalho, pela conclusão; — Waldemar Pedrosa, pela conclusão; — Gomes de Oliveira.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR JOAQUIM PIRES

Ao parecer que conclui pela inconstitucionalidade do projeto de lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de brasileiros.

Somos pela constitucionalidade do projeto em apreço, com fundamento no 1.º do artigo 141 da Magna Carta que assim se expressa:

"Todos são iguais perante a Lei".

O que nos conduz a repelir toda e qualquer restrição à mulher dos direitos assegurados ao homem. De resto se é dever do Estado o amparo à cultura (art. 179) como possível será tolher à mulher culta ao acesso a funções ou encargos exercidos por homens com iguais habilitações e preparo?

A restrição de direitos à mulher alenta ainda contra o que dispõe o art. 184, de vez que por ele são acessíveis a todos os brasileiros os cargos públicos, não podendo portanto a lei estabelecer como requisito negativo a tal acesso o fato do candidato ser do sexo feminino. Os requisitos a que se refere o texto constitucional são os de habilitação e outros de caráter funcional. Nos concursos a que tem sido submetidos os concorrentes dos dois sexos, a mulher tem conquistado a privação, classificando-se nos primeiros lugares.

Nos séculos de povos livres vemos a ilustrar os Catarina da Rússia, de Medeiros Izabel, vitoriosa da Inglaterra e tanta outras que muito concorreram para a felicidade e grandeza das

Mações. Na diplomacia são inúmeros os casos de mulheres na chefia de Embaixadas enobrecendo-as. Recentemente os Estados Unidos despacharam para Itália chefiando uma Embaixada uma mulher que se houve com prudência e galhardia em um meio quase revolucionário e adverso à sua delicada missão.

Por estas razões e outras exemplos significativos, somos pela aprovação do Projeto do Senado n.º 2, de 1954. Sala Ruy Barbosa, 4 de junho de 1954. — Joaquim Pires.

N.º 518 — 54

Da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei n.º 2-54.

Relator: Sr. Flávio Guimarães.

O Senador Mozart Lago nosso ilustre professor, apresentou o projeto de lei tendente a abolir em todas as associações ou entidades científicas literárias ou artísticas quaisquer restrições concernentes ao sexo e que importem em impedimento de admissão as diversas categorias dos respectivos sócios ou membros.

Marca o prazo de seis meses para que as entidades especificadas, reajustem os estatutos e regimentos às disposições contidas na proposição.

A vida interna dessas associações artísticas, científicas, ou literárias, está plenamente garantida pela Constituição no parágrafo 12 do artigo 141 da Constituição; E' garantida a liberdade de associação para fins lícitos.

Uma associação qualquer, como a de pintores, músicos, escultores ou literatos, pode estabelecer que os membros componentes da mesma sejam exclusivamente do sexo masculino sem que haja a menor violação constitucional. Portanto, não há meios legais de obrigar a que determinada entidade científica ou literária inscreva nos estatutos a admissão da mulher em seus quadros sociais de modo coercitivo.

O arcaico preconceito da inferioridade da mulher vem da afirmação de que não sendo inferior biologicamente ao homem loadava o e ou o tipo dissimilante sociologicamente pela vida doméstica que leva, secularmente através de costumes mais ou menos da vida do lar, cheia de nobreza e, raramente ou por exceção se colocava à testa das grandes empresas financeiras industriais ou comerciais.

O hábito contínuo dos mesmos usos e costumes tornou de rotina a vida em família quando as responsabilidades maiores e maiores encargos pesavam sobre o chamado sexo forte. A mulher goza de amplos direitos políticos, por força do artigo 131 da Constituição: "São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei".

E o artigo 133 da Constituição: "O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei". Atente-se, ainda à lícida disposição constitucional do parágrafo 8.º do artigo 141: "Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política ninguém será privado de nenhum dos seus direitos".

A mulher solteira é civilmente igual ou em face dos direitos civis equiparada ao homem, mas pelo casamento annula-se-lhe a capacidade civil, embora também se restrinja a do homem pois não pode vender bens imóveis, sem autorização do outro cônjuge.

Vê-se assim, que o projeto deve ser rejeitado.

Senado Federal, em 1.º de junho de 1954 — Flávio Guimarães, Presidente e Relator. — Hamilton Nogueira — Clelio Coelho — Bernardes Filho — Clelio de Vasconcelos — Euclides Vieira.

DECLAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Victorino Freire — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Drauet Ernani — Apolônio Sales — Ezechias da Rocha — Walter Franco — Landulpho Alves — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleiro — Sá Tinoco — Cesar Verqueiro — João Villasboas — Roberto Glasser — Alberto Pasquali — Alfredo Simch.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vitaldo Lima — Plínio Pompeu — Georgino Avelino — Veloso Borges — Durval Cruz — Carlos Lindenberg — Pereira Pinto — Bernardes Filho —

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o Senador Othon Mäder, primeiro orador inscrito.

O OTHON MÄDER PRONUNCIANDO DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Athlon Mäder, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi registado pelo orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, assunto da maior atualidade e o que se refere ao decreto que fixou os salários mínimos para os trabalhadores.

Não viria eu debater essa questão de tribuna do Senado dependente que está de decisão do Supremo Tribunal Federal, se não a houvesse discutido, com pontos de vista diferentes do meu, o nobre Senador Othon Mäder e se não me tivesse sido cometido o projeto de lei do nobre Senador Nestor Massena, sobre matéria idêntica.

Eis por que entendi de ventilar a questão da tribuna, antes mesmo de completar o parecer escrito que me cabe formular sobre o projeto aludido.

Sr. Presidente, o mandado em exame no Supremo Tribunal Federal, visando a invalidar o Decreto que fixou os salários mínimos no território nacional — versa, ao que tenho lido nos jornais, sobre dúvidas relativamente ao diploma que outorgou ao Poder Executivo a atribuição de fixar salários mínimos. Alega-se que tal permissão implica numa delegação de poderes e que esta lei deve ser considerada inconstitucional.

Sustento, no entanto, ponto de vista diverso. Entendo que tal lei não é, em absoluto, inconstitucional. Trata-se da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabeleceu a forma pela qual os salários mínimos devem ser fixados, e determinou fossem eles estipulados, em todo o país, através de Decreto do Poder Executivo.

Esta a razão do procedimento do Sr. Presidente da República.

Além, um dos princípios constitucionais é o da indelegabilidade dos poderes. O regime constitucional vigente no mundo ocidental — e, portanto, entre nós — instituiu como um dos postulados do Direito Constitucional a separação dos poderes. Daí decorreria o outro princípio de que cada poder deve manter e sustentar os poderes que lhe forem inerentes — ao Poder Legislativo caberia elaborar as leis; ao Executivo, executá-las. Não poderia o primeiro atribuir ao segundo função que lhe é própria, qual a de regular a vida jurídica, econômica e social do país através de leis, como me determina, inclusive, o art. 5.º da Constituição Federal.

Acontece, entretanto, que este princípio não tem sido considerado intangível, imune de exceções.

No próprio Direito Americano, na interpretação de sua doutrina e de sua jurisprudência, através de votos dos mais altos e categorizados juizes da Suprema Corte daquele país, se tem entendido de maneira diversa.

Com abundância de argumentos se tem decidido que, quando conveniente ao interesse coletivo, admite-se a delegação de poderes, porém resguardada, itz-umhde modo a evitar abusos que o Poder Executivo ou os órgãos criados por lei, possam cometer. Em tais casos não se discute se aquela delegação pode ou não ser ampla, ou se a indelegabilidade de poderes pode ou não ir tão longe. Visa-se, apenas, maleabilizar a lei, interpretando-a de forma a que os interesses gerais sejam melhor atendidos pelas entidades governamentais, pelo órgão designado ou pelo próprio Poder Executivo, mas em condições outras, com elementos dotados de maior maleabilidade para atender aos reclamos do interesse coletivo.

Nernard Schwartz, professor da Universidade de Nova York, na sua "American Administrative Law", sustentando a admissão de delegação de poderes, em certos casos, invoca o parecer de John Lock: "is used to be said that Congress may not delegate its powers, unless it is convenient to do so". E depois de citar várias opiniões de Juizes da Suprema Corte, favoráveis à delegação de poderes em certos casos, submetidos àquela Corte, inclusive quanto à Nacional Industrial Recovery Act of 1933, pelo qual o presidente americano foi autorizado a baixar códigos de competição ao mercado do comércio, estabeleceu o seguinte silogismo:

"Major premise: Legislative power cannot be constitutionally delegated by Congress."

Minor premise: It is essential that certain powers be delegated to administrative officers and regulatory commissions.

Conclusion: Therefore the powers thus delegated are not legislative powers."

Desta forma Sr. Presidente, admito aquilo que foi comum no Direito americano: a regulamentação dos contratos, a das próprias concessões, a dos serviços de concessão outras, a de concessão de contratos pelo Poder Público.

"O essencial na função legislativa, disse a Corte Suprema no caso Yakus v. United States em 1944, precisamente definindo os limites da ação do Congresso na fixação de preços, o essencial é a determinação da política geral e das normas que devem orientar os órgãos competentes — "the essentials of the legislative function are the determination of the legislative policy and its formulation and promulgation as of defined and hindring rule of conduct."

Nada impede que atribua a um órgão próprio a execução dessas normas e a aplicação aos casos particulares — nor does the doctrine of separation of powers deny to Congress power to direct that an administrative officer properly designated for the purpose have ample latitude within which he is to ascertain the conditions which Congress has made prerequisite to the operation of its legislative command."

Pela própria natureza da tarefa a matéria escapa à ação direta do Congresso. Somente um órgão constituído de técnicos especializados poderia executar a medida legislativa.

Não há ânito delegação de funções, mas apenas o exercício de funções próprias a cada órgão, atendendo à sua natureza e estrutura.

O caráter flexível, mutável, do regime de preços exige, além do mais,

um ajustamento permanente, impossível de ser exercido pelo Congresso."

"Além do mais, exige um ajustamento permanente impossível de ser exercido pelo Congresso."

Eis, Sr. Presidente, como, em caso de necessidade ou conveniência pública, em face das dificuldades técnicas que os assuntos possam oferecer, tem-se admitido uma chamada técnica que os assuntos possam oferecer, tem-se admitido uma chamada técnica de delegação de poderes. E isso, realmente, não afeta o princípio da indelegabilidade, porque — frizam também os autores — a lei deve estabelecer as condições em que um órgão administrativo, o próprio Poder Executivo possa exercer uma determinada função, que, originalmente, deveria ser desempenhada pelo Congresso.

Sr. Presidente, essa doutrina não é novidade em nosso país, porquanto foi sustentada por Clovis Bevilacqua em o nosso Direito Administrativo e Constitucional e por Themistocles Cavalcanti, cuja erudição, clareza e argúcia transparecem na defesa de seus pontos de vista. Também não é nova no Direito Americano no qual nos temos apegado para suprir nossas deficiências: encontrando-a, ainda no Direito positivo, em essa legislação, nas leis que o próprio Congresso tem elaborado.

Vemos, assim, que essa delegação, e meritos casos, é imperativo imposto pelas exigências dos interesses que não possam ser atendidos diretamente pelo Parlamento.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) Lembra, ao nobre orador que faltam dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero a V. Exa. consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente para que o nobre Senador Gomes de Oliveira possa concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Nestor Massena.

Os Senhores que o renovam, queriam conservar-se sentados (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, muito grato ao nobre Senador Nestor Massena pela iniciativa, e ao Senado, pela concessão que acaba de fazer-me permitindo continue nestas considerações.

Dizia que, em o nosso mundo legislativo são frequentes, em casos excepcionais, as delegações de poderes semelhantes à que temos em vista.

No campo administrativo essa orientação começou na América do Norte, com a delegação de poderes as rail roads e outras concessões destinadas a controlar e regulamentar os serviços públicos, mesmo quando a exploração tivesse sido concedida a empresas particulares, com direitos adquiridos, inclusive tarifas, assegurados em contratos.

Numerosas foram as comissões criadas nos Estados Unidos. Poderia citar, baseado nos compêndios que tenho em mãos, aquelas às quais o Congresso norte-americano conferiu faculdades amplíssimas no sentido de regulamentar a atividade dessas empresas no serviço público, sobretudo fixando tarifas.

Que é o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica entre nós, se não um órgão instituído pelo poder público, a fim de permitir a fixação, controle e regulamentação das tarifas das empresas concessionárias de serviços de energia elétrica?

O Sr. Nestor Massena — Permite-me V. Ex.^a uma observação. (Assentimento do orador). Estou ouvindo com acatamento a brilhante e erudita oração de V. Ex.^a sobre o caso do salário mínimo e quero acentuar que não fundamentei o meu projeto na delegabilidade de poderes. Condeno, isto sim, a usurpação de atribuições do Legislativo pelo Executivo, situação completamente diferente.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Chegarei até lá, para examinar, embora rapidamente, o projeto de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, não só no campo administrativo, mas também no econômico, no Direito Norte-americano e na própria legislação brasileira colhem argumentos abundantes em favor de nossa tese.

Que é a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, criada pela Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951? De que faculdades goza ela, se não as delegadas pelo Poder Legislativo de modo a permitir-lhe o tabelamento dos preços, o estabelecimento de condições de venda de mercadorias ou serviços essenciais, a fim de impedir lucros excessivos, inclusive quanto a diversas públicas e populares?

Estabeleceu ainda a lei que, somente depois de autorizada pela COFAP, entrarão em vigor aumentos de preços de gêneros e mercadorias cuja produção seja regulada pelas autarquias, órgãos federais ou estaduais. Como se vê, ninguém argumenta inconstitucional o projeto criador da Comissão de Controle de Abastecimento e Preços, só porque lhe foi atribuída a faculdade de estabelecer e regular preços.

Nada mais seria preciso dizer sobre este aspecto econômico. Basta citar essa lei amplíssima, que é a produção de outras leis e decretos-leis e decretos-leis, e que foi a última elaborada nesta legislatura.

Que vemos, porém, no setor social? Que nos ofereceu as convenções coletivas de trabalho? Repreendeu, quando postas em prática, a facilidade, que a lei concedeu aos sindicatos, de assinarem convenções coletivas de trabalho, em nome dos trabalhadores ou os empregadores.

Que é a convenção coletiva do trabalho se não uma lei que obriga os associados dos sindicatos, na sua categoria, a cumprirem o convencionalizado?

A convenção tem força de lei, porque obriga mesmo os que não estejam de acordo com as condições de trabalho. É a própria Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que a convenção tem essa obrigatoriedade.

Já nos lembramos de dizer que as leis só podem ser feitas pelo Congresso; ninguém é obrigado a fazer senão aquilo que a lei determina.

Já nos lembramos de discutir, constitucionalmente, se uma convenção coletiva do trabalho não tem a força obrigatória que a Consolidação das Leis do Trabalho lhe atribui.

O que é isto se não delegação de poderes do legislador em favor do sindicato, para que ele possa contratar, em nome dos seus associados, obrigando-os por um contrato de sentido coletivo?

Senhor Presidente, havemos de admitir e o temos feito abundantemente — as delegações de poder em casos realmente excepcionais, quando as exigências de uma pesquisa, de um estudo técnico ou a própria oportunidade das medidas a serem tomadas, a impõem. Mesmo os autores que debateram a questão exigem que o Poder Legislativo, quando confere essas faculdades a um órgão estabelecido sob condições em que ela possa ser exercida — rotacionando os requisitos — não atribua ao árbitro o exercício do poder Executivo ou do Poder Judiciário, mas cumpra apenas suas funções.

Quanto ao salário mínimo, fixado em decreto pelo Executivo, que vimos?

A Consolidação das Leis do Trabalho discriminando, em cerca de quarenta artigos, os casos em que o salário mínimo pode ou deve ser estabelecido. Tais disposições cercam o Poder Executivo das mais estreitas e rigorosas condições, para evitar-lhe o arbítrio, o excesso, o abuso.

Está a Consolidação das Leis do Trabalho precisamente dentro daqueles princípios sustentados na doutrina de que as delegações, em casos excepcionais como estes, devem ser revestidos de requisitos que realmente possam deixar ao Poder Legislativo a faculdade máxima, que lhe é inerente, de legislar e revogar, mesmo os atos de um poder, quando este se tenha excedido.

Admite-se — aliás é da doutrina — se possa discutir, nos tribunais, para corrigir, medidas excessivas tomadas pelo Executivo, nunca, entretanto, impedir uma delegação nos termos em que o faz ao mesmo Poder Executivo a Consolidação das Leis do Trabalho.

O salário-mínimo está regulado em quarenta artigos da Consolidação das Leis do Trabalho. Nêles se trata do conceito do salário-mínimo, das regiões e zonas que abrange e das Comissões incumbidas de o estabelecerem. Estabelece-se também as atribuições desses órgãos e a competência do Sr. Presidente da República para fixar o salário-mínimo, mediante elementos técnicos coligidos pelas referidas Comissões.

El por que eu não aceitaria a atribuição de inconstitucionalidade da lei. E não estaria longe de concordar com o nobre Senador Nestor Massena quando elaborou seu projeto, atribuindo e não chamando, ao Congresso Nacional a faculdade de legislar sobre salário-mínimo.

Não procurei S. Ex.^a ilidir o decreto que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, pelo qual se atribuiu ao Poder Executivo essa prerrogativa. Longe disso. O Senador Nestor Massena, com seu equilíbrio e conhecimentos jurídicos, sentindo a impossibilidade de reservar ao Congresso a iniciativa de medida tão complexa, que exige oportunidade e flexibilidade do incumbido de formá-la, deslocou a atribuição do Ministério do Trabalho para o Conselho Nacional de Economia.

O SR. NESTOR MASSENA — Permite-me V. Ex.^a explicar meu aparte anterior a V. Ex.^a Justifica plenamente o projeto que apresentei. Não combaterei, absolutamente, a teoria, por V. Ex.^a sustentada com tanto brilho, da possibilidade, até da conveniência da delegação de poderes. Sustento, entretanto, a tese de que não é possível atribuir ao Executivo competência expressa de outro Poder. A Consolidação das Leis do Trabalho foi expedida no regime anterior e, para mim, deixou de ter vigor jurídico, em face das disposições da atual Constituição, que dá ao Poder Legislativo competência para legislar sobre o trabalho. Este, e meu ponto de vista. Não discordo de Vossa Ex.^a, no particular; contrário, acho que V. Ex.^a desenvolve, com muito brilho e razão, a teoria da delegabilidade. A meu ver, entretanto, não se trata de delegabilidade mas de usurpação — coisa bem diferente.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Discordo do ponto de vista de Vossa Ex.^a. Não se trata de usurpação, porque há um decreto lei atribuindo tal faculdade ao Poder Executivo.

O SR. NESTOR MASSENA — Anterior à Constituição atual, que o revogou. É o meu ponto de vista.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Esse decreto só deixará de existir se for considerado inconstitucional. Foi baixado por um poder discricionário mas, enquanto não o revogarem ou o considerarem inconstitucional, terá

plena execução. Sustento a tese de que o decreto, nessa parte, é constitucional. A delegação de poderes dada por esse decreto, por muitos inquinada de inconstitucional, não fere a Constituição, de modo nenhum.

O SR. NESTOR MASSENA — Estou em desacordo com V. Ex.^a. No regime atual, essa atribuição é do Congresso Nacional, que não delegou ao Executivo, expressamente, a faculdade de decretar a medida. Se este o fez, evidentemente, usurpou faculdade do Poder Legislativo.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — É uma sutileza. Sustento que todas as leis em vigor, baixadas pelo Poder Executivo no período discricionário.

O SR. NESTOR MASSENA — Contrariam a atual Constituição, portanto, não prevalecem.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Mas o que sustento, até agora, é que o decreto em apreço não contraria a Constituição. A delegação que nele se evidencia é admissível, aceitável e não é inconstitucional.

O SR. NESTOR MASSENA — É uma delegação de poder que produziria efeito no regime passado, sob a Carta de 1937, nunca no atual, com a Constituição ora vigente.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, honram-me muito os apertes do nobre Senador Nestor Massena. Todavia, insisto em afirmar que pela Consolidação das Leis do Trabalho, no que se refere à fixação do salário mínimo, a atribuição dada ao Poder Executivo não é inconstitucional; não pode essa delegação de poderes ser inquinada de inconstitucional em face da Carta Magna de 1946.

O SR. NESTOR MASSENA — Meu ponto de vista é diferente; entendo que não haver delegação de poderes por parte Congresso.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Mas há uma lei em vigor. Se invalidássemos todas as leis baixadas pelo Governo discricionário, cairíamos no tumulto, no caso. Todas os atos do poder discricionário são válidos enquanto não contrariarem a Constituição ou não forem revogados pelo Legislativo.

O SR. NESTOR MASSENA — Neste ponto concordo com V. Ex.^a meu caro Senador Gomes de Oliveira; mas entendo que aquele decreto contraria a Constituição. Estamos, portanto, em campos opostos.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Vejo agora que, realmente, estamos em posições opostas. V. Ex.^a sustenta o mesmo ponto de vista do Senador Othom Mader, quando discorreu nisto do Supremo Tribunal mandando a respeito da orientação de um Mido sustar a execução do ato fixando o novo salário mínimo. É precisamente contra esse ponto que afirmo ser válida na Consolidação das Leis do Trabalho, a leve delegação de poderes ao Executivo para fixar apenas a *quantum* do salário mínimo, reservando, todavia, a atribuição do Poder Legislativo de estabelecer as condições em que isso se fará.

Essas razões, Sr. Presidente, por que defendo a tese da constitucionalidade do ato do Poder Executivo. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa uma comunicação, que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

É lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Sr. Presidente: Lido o encaminhamento de Vossa Excelência para os devidos efeitos que deliberar reanunciar, nesta data, o exercício do meu mandato de Se-

nador pelo Estado da Paraíba, do qual me achava licenciado desde 1.º de abril do corrente ano. Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954. — Velloso Borges.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo sido lida no expediente da sessão de hoje a Mensagem do Senhor Presidente da República contendo as razões do veto ao projeto que modifica o art. 18 da Lei número 1.785, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, convoco as duas Casas do Congresso para uma sessão conjunta, a realizar-se no dia 27 do mês em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, para conhecimento do veto, na forma do disposto no art. 17, § 3.º da Constituição Federal e no art. 45 do Regimento Comum.

Para a Comissão mista que sobre a matéria deve emitir parecer, designo os Senhores Senadores Djair Brindeiro, Joaquim Pires e Bernardes Filho. (Pausa)

Na sessão de 29 de junho a Mesa teve oportunidade de se manifestar sobre questão de ordem suscitada na véspera pelo Sr. Senador Costa Pereira, com referência à redação final da emenda n.º 12 ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320, de 1953, que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda.

Exposera Sua Excelência a sua opinião, de que a referida redação final, não tendo incorporado ao texto do § 1.º do art. 7.º do projeto o acréscimo que a emenda mandara fazer, isso daria em resultado, se prevalescesse, não poder ser aplicado o benefício da lei em elaboração aos servidores do Tesouro Nacional e das Delegações Fiscais, porque não haveria como acicular a percentagem que a lei devia obter e que, segundo a cláusula constante de tal acréscimo, deveria ser a mesma adjudicada aos servidores das Recebedorias Federais.

A Mesa, tendo estudado o assunto, teve a impressão de que procediam as dúvidas formuladas. E, assim, haveria que aplicar-se o remédio previsto no § 5.º do art. 148 do Regimento, que permite a retificação de lapsos ou erros manifestos ocorridos nas redações finais, desde que com ela concorde o Plenário. Mas, dada a relevância da matéria, a Mesa julgou prudente não fosse o caso posto à deliberação do Plenário de plano, mas depois do seu exame pela Comissão de Redação, à qual encaminhou o processo.

Tendo examinado a matéria, a referida Comissão emitiu o Parecer número 507, de 1954, em que reconhece a procedência das dúvidas suscitadas e da necessidade de se fazer no texto do § 1.º do art. 7.º do projeto o acréscimo da cláusula constante da emenda aprovada, nos seguintes termos:

“... atribuindo-se aos servidores do Tesouro Nacional e Delegações Fiscais a mesma percentagem adjudicada aos servidores das Recebedorias Federais”.

Em consequência, propõe a Comissão novo texto para a redação final da emenda n.º 12.

O parecer em apreço foi publicado no Diário do Congresso posto hoje em circulação. Os Senhores Senadores têm assim possibilidade de consultá-lo em seus exatos termos.

Afigura-se à Mesa que, nessas condições, o Plenário já se acha em condições de deliberar sobre o assunto e se não houver manifestação em contrário, pedirá o seu pronunciamento nesta oportunidade.

Se, todavia, algum dos Srs. Senadores não se sentir habilitado a deliberar, a Mesa incluirá o novo parecer da Comissão de Redação em Ordem do Dia.

Não havendo reclamações, a Mesa submeterá ao plenário o novo texto da redação final, em caso contrário, para melhor conhecimento, o novo

parecer será incluído na Ordem do Dia.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, estou de acordo com a sugestão que V. Ex.^a acaba de propor.

Parece-me que não precisa o plenário manifestar-se a respeito da matéria sobre que já se pronunciou.

Não há dúvida de que houve omissão, mas já está corrigida; pode, portanto, V. Ex.^a deliberar sem o pronunciamento do plenário. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a nova redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

Havendo várias matérias na Ordem do Dia para serem apreciadas em regime de urgência, convoco uma sessão extraordinária para às 21 horas de hoje. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Finda a matéria do expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 386, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 306, de 1954, do Sr. Hamilton Nogueira e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 21-6-1954); tendo pareceres: 1.º Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 1.579 de 1954, favorável; da Comissão de Saúde, proferido oralmente na sessão extraordinária de 11-12-53), declarando escapar a matéria incompetência da Comissão, da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão extraordinária de 12-12-53), favorável, com as emendas que oferece (nas 1.ª e 2.ª); 11.º Sobre as emendas (a serem lidas em plenário); da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Serviço Público Civil; da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A discussão do projeto anunciado foi interrompida na sessão de ontem, ao ser apreciada a subemenda à emenda n.º 77, da Comissão de Finanças, ao artigo 13 do Projeto.

A Emenda n.º 77 é do plenário, supressiva e aditiva. Tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; a Comissão de Serviço Público Civil opinou pela rejeição, sendo vencido o relator; a Comissão de Finanças é favorável à Emenda, tendo, porém, apresentado subemenda, que, se aprovada, prejudicará a emenda.

Em votação a subemenda à emenda n.º 77.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na sessão de ontem, o plenário rejeitou a emenda n.º 75, que era supressiva do Artigo 13. E, se assim procedeu, foi porque reconheceu que

o Artigo 13 deve ser mantido no projeto tal como está. Portanto, para ser coerente, deve rejeitar não só a subemenda à emenda n.º 77, como a própria emenda.

Sua aprovação traria modificação ao projeto, umavez que daria lugar a interpretação diferente no que diz respeito às autarquias e organizações paraestatais.

O Senado já está perfeitamente insubordinado a respeito do projeto. Por isso, peço aos nobres colegas rejeitem a emenda 77 e, bem assim, a subemenda.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a subemenda à emenda n.º 77.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

Em votação a emenda n.º 77.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

EMENDAS REJEITADAS

Subemenda à Emenda n.º 77

Dá-se a seguinte redação ao artigo 13:

As disposições desta lei aplicam-se igualmente aos cargos e funções das entidades autárquicas e das entidades ou empresas de propriedade da União e por ela administradas, observando o disposto no art. 1.º.

EMENDA
N.º 77

Ao art. 13:

1) Suprima-se o termo "igualmente".
2) Acrescente-se, in fine, que sejam possuidores de diploma de cursos superior.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda supressiva n.º 2-C ao Art. 14 do projeto, de autoria da Comissão de Finanças, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e contrário da de Serviço Público, que suprime o Artigo 14 do projeto.

A emenda n.º 2-C é igual a de número 78; portanto, se aprovada aquela, prejudicará a última.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é indispensável a rejeição dessa emenda porque se não houver crédito não haverá vantagem na votação do projeto. O Senado, por coerência, deve rejeitá-la.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 2-C.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

O SR. OTHON MADER:

Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Othon Mader, referente à Emenda n.º 2-C.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Othon Mader.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam a Emenda n.º 2-C. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que a aprovaram e levantaram-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram pela aprovação da Emenda 3 Senhores Senadores, e pela rejeição, 29.

E' rejeitada a seguinte

EMENDA
N.º 2-C

Suprima-se o artigo 14.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA
N.º 78

Ao artigo 14:

Suprima-se.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da Emenda n.º 9, 4.ª parte, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça; contrário da Comissão de Finanças, e da Comissão de Serviço Público Civil, no sentido de que a matéria escapa à sua competência.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a Emenda n.º 9, 4.ª parte, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte parte da emenda n.º 9.

Art. 14. Aumente-se o valor do crédito a ser aberto para Cr\$ 631.000.000,00.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da Emenda n.º 9, 5.ª parte, de plenário, substituída do art. 15 do Projeto.

Os pareceres são: da Comissão de Constituição e Justiça, favorável; da Comissão de Serviço Público Civil, contrário; e da Comissão de Finanças, ofereceu subemenda, que será votada antes da Emenda.

Em votação a subemenda à Emenda n.º 9, 5.ª parte.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tenho votado com imensa simpatia várias disposições do Projeto; outras não têm merecido meu voto fundado eu em razões que, em regra, trago à consideração do plenário.

E' o caso da Emenda supressiva do art. 15, assim redigida:

"Os benefícios de que trata a presente lei passarão a vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1954 revogadas as disposições em contrário".

Sr. Presidente, meu voto tem sido coerente neste sentido a todas as disposições que visam a fazer retroagir a lei que se está votando. Não me parece concessão mais sem propósito, mais descabida, o permitir-se retroagir uma lei em vários meses. Já houve caso em que a vigência atingiu um ano antes.

Os precedentes legislativos têm sido no sentido de que a lei entra em vigor na data da sua publicação.

Nos últimos tempos, essa praxe que já vem de longe, está sendo modificada pelo Senado, muita vez por questão puramente sentimental.

O Projeto em votação recebeu inúmeras emendas na Câmara dos Deputados e está sendo examinado, com colaboração abundante, pelo Senado Federal. Pretende-se, no entanto, introduzir disposição que me parece não encontra base alguma, nem mesmo no princípio de equidade.

O Sr. Othon Mader — Muito bem.

O SR. ALFREDO NEVES — Como pode o Projeto retroagir a janeiro de 1954 se ainda se encontra no Senado e terá que voltar à Câmara dos Deputados? Não vejo razão. Quem esperou até agora pode esperar um pouco mais.

Não modifiquemos um hábito inveterado, útil, regular, para estabelecer exceção que, no final, refletirá no erário, o responsável pela nossa generosidade.

O Sr. Mozart Lago — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Com todo o prazer.

O Sr. Mozart Lago — Sou o autor da emenda que V. Ex.^a combate pleiteei a retroação, porque muitos amigos, especialmente médicos, pediram que não emendassem o Projeto. Estudando, porém, o projeto, verifiquei que não podia deixar de emendá-lo, o que implicaria retardamento da proposição. Apresentei então a emenda com o intuito de não prejudicar os médicos, pois o projeto se arrasta há cerca de três anos, pelas Casas do Congresso. Essa a minha intenção.

O Sr. Othon Mader — Estamos aqui não para defender o interesse dos médicos, e sim do Erário.

O Sr. Mozart Lago — Não. Os médicos são funcionários da Nação e temos de zelar por eles.

O Sr. Othon Mader — Neste caso, o interesse dos médicos é contrário ao do Erário.

O Sr. Mozart Lago — Os médicos trabalham e devem ser pagos.

O Sr. Othon Mader — Seria favorecer um grupo, uma classe contra os interesses da União.

O Sr. Mozart Lago — Não. V. Ex.^a, me desculpe, está sendo muito "pão-duro". (Riso).

O SR. ALFREDO NEVES — Sr. Presidente, tenho nesta emergência, como em todas as outras, opinião formada. Não compreendo lei de vencimentos com efeito retroativo.

O Sr. Othon Mader — Perfeitamente.

O SR. ALFREDO NEVES — Lei de vencimentos tem que vigorar da data da sua publicação.

O Sr. Mozart Lago — Este ano já votamos duas leis de vencimentos: a dos Procuradores da Autarquia e a das Chefes de Serviço.

O Sr. Othon Mader — Um erro não justifica outro.

O SR. ALFREDO NEVES — Eletivamente, um erro não justifica outro, embora haja precedentes.

O Sr. Othon Mader — Maus precedentes.

O SR. ALFREDO NEVES — Votou-as o Senado, mas não com o meu assentimento, por inconveniente precedente. Temos por dever precioso resguardar o interesse público.

O Sr. Othon Mader — Perfeitamente.

O SR. ALFREDO NEVES — É justo, é necessário, é indispensável que votemos uma lei que ampare a classe dos profissionais com curso universitário.

O Senado tem-se mostrado neste sentido perfeitamente coerente, equalizando situações profundamente desagradáveis, em que funcionários diplomados por Institutos de Ensino Superior têm vencimentos iguais a servidores, para cujos serviços apenas se exigem o título de nomeação.

Tenho, nesta Casa, procurado com o meu voto contribuir, de algum modo para que se uniformizem vencimentos de funcionários com funções idênticas. Ontem mesmo, desta tribuna, defendi no caso das Autarquias, a necessidade de dar-lhes a faculdade de reajustar os vencimentos de seus médicos. Por que? Porque os chefes desses médicos vieram, pela chamada "Lei dos Simbolos", seus vencimentos sensivelmente elevados. Pareceu-me, então, de justiça, e por equidade deveríamos votar emenda no sentido de proporcionar melhoria; e o Senado compreendendo perfeitamente o alcance da medida, aprovou-a.

Agora, porém, por melhor que seja minha disposição em favor do projeto, por mais que eu queira ir ao encontro dos ilustres colegas, trabalhadores incansáveis, não posso concordar em votar emenda que "az-retroagrar" os benefícios do projeto a 1 de janeiro do corrente ano. E se a Câmara dos Deputados levar dois ou quatro anos ainda para ultimar a lei? Os beneficiários estariam fazendo do Tesouro uma sucursal da Caixa Econômica.

Sr. Presidente, não concordo com a emenda e voto contra ela, por entender que, embora existam alguns precedentes, o Senado não mais deve acompanhar tais precedentes, que resultariam em efeitos danosos para o Tesouro Nacional. (Muito bem; muito bem).

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tenho defendido o projeto em tela no sentido de ser conservado, tanto quanto possível, o original da Câmara, votando apenas as emendas que reparem algumas omissões e, naturalmente, façam justiça a alguns colegas universitários não contemplados.

Compreendo, perfeitamente, e lamento até o propósito do nobre Senador Mozart Lago, ao apresentar a emenda.

Estou certo, Sr. Presidente, de representar aqui o pensamento do classe médica brasileira. Aliás, digamos de passagem, que o projeto atende menos à classe médica que aqueles outros grupos universitários perseguidores também de diplomas.

O Sr. Mozart Lago — Já agora V. Ex.^a tem razão.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — No que respeita à classe médica, esta jamais pleitearia o que quer que fosse contrário às tradições da classe.

Por estas razões voto contra a subemenda e contra todas as emendas que visem a alterar o texto do projeto tal como foi aprovado pela Câmara dos Deputados. (Muito bem).

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, se bem entendi a subemenda, pretende ela suprimir o artigo 15, que diz:

"Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Em relação a esta lei "entrar em vigor na data de sua publicação" a substituição do artigo não tem maior importância, porque não entrando em vigor na data de sua publicação entraria a vigor na forma estabelecida pelo Código Civil, isto é, 3 dias após sua publicação no "Diário Oficial". Mas em relação à expressão "... revogadas as disposições em contrário" não sei como a Comissão de Finanças pudesse suprimir o artigo todo, não mantendo esse dispositivo que consta de todos os projetos. E há realmente disposições contrárias às que estamos aqui votando para o projeto n.º 369.

Sou contrário à subemenda por este motivo. Não já pela referência a que daria a minha emenda n.º 2 a quinta parte, cuja origem já expliquei. E já agora penso que não haveria maior inconveniente em que a mesma fosse até retirada por mim, visto o projeto ter andado mais rápido do que se esperava: em relação, porém, à aprovação da subemenda da Comissão, tenho dúvidas. Eis porque sou contrário à sua aprovação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a subemenda à Emenda n.º 9 — quinta parte.

Os Senhores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa). Está rejeitada.

O SR. ALFREDO NEVES: (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Alfredo Neves requeiro verificação da votação.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Pela ordem) Sr. Presidente, desisto da verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Alfredo Neves desiste da verificação da votação.

Em votação a emenda.

O SR. OTHON MADER:

(Pela ordem) Sr. Presidente, pediria a V. Ex.^a informasse a Casa se no caso de ser rejeitada a subemenda, a emenda estará prejudicada.

O SR. PRESIDENTE:

Não estará prejudicada. A emenda manda que os benefícios, de que trata o presente projeto, passem a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1954. A subemenda à emenda manda suprimir o art. 15.

Se rejeitada a emenda n.º 9, prevalecerá o art. 15 do projeto tal como está.

O SR. OTHON MADER:

(Pela ordem) Sr. Presidente, a Mesa submeterá à votação a emenda depois da subemenda?

O SR. PRESIDENTE:

A subemenda já foi rejeitada. A emenda manda vigorar a lei a partir de 1 de janeiro de 1954. Se rejeitada, a vigência será da data da publicação.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, se a Mesa consentir, requererei a retirada dessa parte da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex.^a por escrito.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, desisto do requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Mozart Lago desiste do requerimento.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

PARTE DA EMENDA N.º 9, REJEITADA

Art. 15. Redija-se da seguinte forma: "Os benefícios de que trata o presente lei passarão a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1954, revogadas as disposições em contrário".

SUBEMENDA PREJUDICADA

A emenda n.º 9 (5.ª parte)

Substitua-se pelo seguinte:

"Ao art. 15 — Suprima-se"

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 107 do plenário, aditiva. Pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça e Serviço Público Civil. Considerada prejudicada pela última parte da emenda n.º 9.

Entende a Mesa que a emenda n.º 107 está prejudicada com a votação da 5.ª parte da emenda n.º 9 (Pausa). Não havendo reclamação, a emenda está prejudicada.

EMENDA PREJUDICADA

N.º 107

Acrescente-se onde convier: Art. Seja que for a data em que entre em vigor esta lei, os aumentos de vencimentos e melhorias por ela prescritos deverão ser pagos a partir de 1.º de janeiro de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 83 de plenário, aditiva. Pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Serviço Público Civil. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

É rejeitada a seguinte

EMENDAS N.º 83

"Acrescente-se onde convier:

Art. Os atuais ocupantes de cargos ou funções, isolados ou de carreira geral ou especializada, do Serviço Público Civil que já se encontram no padrão "O", portadores de diplomas de médicos com exercício nos Serviços Sociais dos Ministérios, por mais de 2 anos ininterruptos, serão transferidos de carreira, a requerimento, no prazo de 30 dias, para os quadros de médicos dos Serviços Sociais dos Ministérios, onde se acham lotados no padrão "O" com os mesmos benefícios do Substitutivo do Projeto número 1.082-1950.

§ 1.º Para efeito de contagem dos quinquênios, será considerado todo o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal.

§ 2.º Serão extintos os cargos e funções que se vagarem como decorrência constante da reestruturação desta lei.

§ 3.º Os títulos desses funcionários serão devidamente apostilados pelos competentes órgãos do Serviço de Pessoal dos Ministérios".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 84 de plenário, aditiva. Considerada prejudicada pela Comissão de Constituição e Justiça e com pareceres contrários das Comissões de Finanças e Serviço Público Civil.

A Emenda n.º 84, é de autoria do nobre Senador Mozart Lago e tem pareceres contrários de todas as Comissões. Manda acrescentar, onde convier, o seguinte artigo:

"Art. Os dispositivos desta lei ficam extensivos a todos aqueles que exercem, atualmente, função, cargo ou atividade de médico, estejam classificados de outra forma".

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

Antes, porém, desejava que V. Ex.^a me esclarecesse se a votação da emenda n.º 84 prejudica a emenda número 85.

O SR. PRESIDENTE:

Entende a Mesa que a emenda número 85 não ficará prejudicada pela votação da emenda n.º 84, embora acompanhe a matéria constante desta última.

O SR. MOZART LAGO:

Diante do esclarecimento de Vossa Excelência, Sr. Presidente, desisto da verificação requerida.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Mozart Lago desiste da verificação da votação.

EMENDA REJEITADA

N.º 84

Acrescente-se, onde convier: Art.: Os dispositivos desta Lei ficam extensivos a todos aqueles que exercendo, atualmente, função, cargo ou atividade de médico, estejam classificados de outra forma.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 85, de plenário, aditiva.

Sobre a Mesa requerimento de destaque do nobre Senador Waldemar Pedrosa, que vai ser lido pelo Senhor 1.º Secretário.

É lido e sem debate aprovado o seguinte

Requerimento n.º 345, de 1954

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 4.º do art. 157, requeiro destaque, para a votação em separado, do parágrafo único ao artigo constante da emenda n.º 85. Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954. — Waldemar Pedrosa.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o artigo da emenda destacado o parágrafo único, para votação posterior.

O SR. EUCLYDES VIEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador). Sr. Presidente, reza a Emenda n.º 85:

"Art. — Os servidores de outras carreiras ou séries funcionais, portadores de diploma de curso superior e que tenham estado no efetivo exercício das profissões em que são diplomados, no ano de 1953, nos serviços das repartições a que pertencem, serão incluídos nos cargos ou funções de que trata o artigo 1.º desta lei para os efeitos do seu art. 2.º"

Parece-me bastante justa, porquanto não se pode admitir que, para serviços iguais, existam remunerações diferentes. Cuida de funcionários públicos nomeados para cargos diferentes daqueles exercidos pelos portadores de títulos de curso superior mas também possuidores de diplomas, apesar de desempenharem funções com outra denominação, como sucede com os oficiais administrativos. É, por tanto, necessário que tenham a mesma classificação.

Inconcebível é a situação, nas repartições públicas, dos funcionários aproveitados em serviços para os quais adquiriram real capacidade, com o curso que fizeram.

A emenda deve, pois, ser aprovada, corrigindo esse erro: espero que o Senado, assim compreendendo, a aceite.

O SR. PRESIDENTE:

Foi enviado a Mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 346, de 1954

Requeiro destaque, para rejeição, das expressões "de outras carreiras ou serviços funcionais" — que se encontram depois das palavras "os servidores", no início da emenda n.º 86, do Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, a fim de que o texto da emenda seja votado sem as referidas expressões.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o artigo da Emenda n.º 85, sem as expressões acima.

O SR. ALFREDO NEVES

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, este Projeto de lei visa a beneficiar todo funcionário que possuir diploma universitário. Na administração

ção pública federal entretanto, dá-se uma anomalia, constantemente aumentada. Refiro-me aos funcionários administrativos, em regra escuturários, oficiais e servidores de outras classes, que conquistam, quando já o diploma universitário. Então, quando o serviço público carece de mais um profissional, em vez de buscá-lo fora, muito razoavelmente aproveita o funcionário diplomado nos serviços médicos, odontológicos, etc.

Assim, se estabelece disparidade de vencimentos para o médico, o dentista ou o engenheiro, que, com esforço dobrado, conseguiu um título universitário e vai trabalhar não com a remuneração correspondente ao cargo profissional, mas com os proventos da carreira administrativa.

Segundo se ou informado, Sr. Presidente, encontram-se em vários serviços médicos no Distrito Federal e Estados profissionais percebendo ainda dois mil cruzeiros mensais enquanto os médicos que servem na mesma função e já exercem a profissão como funcionários, são remunerados com importância muito maior.

No caso do presente projeto, a anomalia tornar-se-ia mais chocante, porque, nos serviços médicos, odontológicos e mesmo de engenharia, o profissional efetivo passa à letra "O", enquanto o profissional que vem trabalhando com idêntica leicificação, e proficiência bem cumprindo seus deveres, ficará com os vencimentos da função administrativa.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. ALFREDO NEVES — Com todo o prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Estou de acordo com o espírito da emenda, mas — de antemão o declaro — não compreendo que no seu bôjo seja previsto "no ano de 1953". Isso se refere aos diplomados de 1953, ou a todos os funcionários que venham exercendo a função, embora pertencendo a outra carreira?

O Sr. ALFREDO NEVES — Minha interpretação, no caso, é esta: todos os funcionários que venham exercendo as funções da profissão até o ano de 1953, serão beneficiados pela emenda, isto é, passarão para o quadro profissional, com a circunstância de que outra emenda de erradicação a supressão desses cargos administrativos.

O Sr. Vivaldo Lima — Como está na emenda — "no ano de 1953", — poderia, até, ser prejudicial. E' questão de redação, que deve ser corrigida.

O Sr. ALFREDO NEVES — Realmente, pela aprovação da emenda, pode parecer que são só os diplomados em 1953.

O Sr. Nestor Massena — Esclareça-se: os que tenham estado em exercício no ano de 1953.

O Sr. ALFREDO NEVES — Justamente essa interpretação é que desejo, jáamos ficou fixada no debate.

O Sr. Francisco Gallotti — Perfeitamente.

O Sr. ALFREDO NEVES — ... para que a Comissão de Redação, na hipótese de encontrar algum defeito, o elimine, dando à disposição da lei o espírito com o qual o Congresso a votou.

O Sr. Flávio Guimarães — Deve ser — até o ano de 1953.

O Sr. ALFREDO NEVES — Desejo, apenas, salientar a justiça da aprovação da emenda, que vem corrigir anomalia seguida há longos anos. Não é justo que a administração pública, precisando de mais funcionários, vá buscar no quadro administrativo os títulos em certas especialidades e não lhes dê vencimentos correspondentes às funções que desempenham no serviço público.

Sr. Presidente, espero que o Senado aprove a emenda n.º 85 (Muito bem).

O Sr. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo Sr. Presidente, acabamos de ouvir a pala-

vra ponderada do eminente Senador Alfredo Neves...

O Sr. Alfredo Neves — Obrigado a V. Ex.ª.

O Sr. FRANCISCO GALLOTTI — ... aliás, com alguma surpresa.

O Sr. Flávio Guimarães — Com muita surpresa.

O Sr. FRANCISCO GALLOTTI — ... porque S. Ex.ª, e mgeral, combate os aumentos de vencimentos concedidos pelo Congresso.

Assim, estou certo de que não precisaria tomar a atenção do Senado, porque bastariam as palavras do ilustre representante do Estado do Rio para que o Plenário se convencesse da justiça da aprovação da emenda. Entretanto, por alguns momentos apenas, quero reforçar os argumentos de S. Ex.ª e manifestar o meu voto favorável à emenda, pelos motivos que exponho. Eu, também, como chefe de repartições oficiais que tenho sido, em sabendo que oficiais administrativos, escuturários e até datilógrafos completaram seus cursos superiores, julguei por bem dar-lhes tarefa de acordo com os diplomas que possuíam. E Sr. Presidente, com grande satisfação sempre vi a melhor e a maior correspondência desses funcionários nas novas funções.

Conheço, pois, pessoalmente, muitos portadores de títulos de escolas superiores que, sendo oficiais burocratas, exercem há muitos anos as profissões como técnicos nas repartições em que servem, principalmente na Estrada de Ferro Central do Brasil, na Chefatura de Polícia e em muitos outros órgãos.

Tenho, em mãos, a ficha de um servidor lotado no Departamento Federal de Segurança Pública, que é apenas escriturário naquela repartição, com vencimentos de Cr \$2.400,00, conforme cheque do mês de abril indo e, ao mesmo tempo, a carteira fornecida por aquele Departamento, que atribui a esse autêntico "Barnabé", função de médico. Exerce ele o cargo há algum tempo, preenchendo uma lacuna.

Como, pois, negar-se a aquele que, como diplomado de médico, é mandado pelo seu superior a exercer a respectiva função, o direito reconhecido aos médicos do chamado "Quadro Permanente"?

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª permite um aparte?

O Sr. FRANCISCO GALLOTTI — Com prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Não obstante o respeito que me merece a classe médica, entendo que tais casos não se deviam verificar, pois há, por este Brasil a fora, necessidade de médicos. O fato é que quem está no Rio de Janeiro dificilmente quer ir para o interior. E' verdadeiramente chocante o que V. Ex.ª traz ao conhecimento do Senado; mas não devia acontecer.

O Sr. Vivaldo Lima — No particular, está provado que havia necessidade de médico. O Governo devia mobilizar o serviço e o pessoal médico em vez de recorrer a funcionários em outro cargo para exercer a função. A emenda procura corrigir a anomalia.

O Sr. Mozart Lago — Daqui por diante, o caso não se reproduzirá, porque a lei foi melhor.

O Sr. FRANCISCO GALLOTTI — Obrigado pelos aportes dos meus nobres colegas — o senador Vivaldo Lima, não só pelo que me dá, e o senador Gomes de Oliveira, pela oportunidade que me oferece de contrariá-lo. Ninguém disse aqui que não há falta de médicos pelo Brasil a fora. O que não se terá coragem de negar é que o Departamento Federal de Segurança Pública, na Capital Federal, não necessita de um grande número de médicos. Se não tem essa necessidade, muito menos tem o direito de explorar os serviços de funcionários de outras repartições e lhe atribuir as responsabilidades do alto cargo de médico da repartição.

Sr. Presidente, estou certo de que o Senado ao aprovar a emenda n.º 85, fazendo, assim, justiça aos seridores nela contemplados. Dessa forma, o Goernoprodenciário para dilatar os seus quadros ou ficará inibido de explorar seus funcionários da maneira por que em fazendo. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

E votação a primeira parte da Emenda n.º 85, excluída a parte destacada.

Os senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa)

Está aprovada.

Em votação a segunda parte da emenda, ou seja o seu parágrafo único.

SR. EUCLYDES VIEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Nvo foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, é justo que o parágrafo único também seja aprovado.

Diz ele:

"Os atuais engenheiros do Plano Postal Telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos, serão incluídos em cargos de Engenheiros do Quadro III. Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas".

Sr. Presidente, estou informado de que o ilustre Senador Waldemar Pedrosa requereu destaque, mas não com a finalidade de combater o dispositivo, pois, pessoalmente, acha-o muitíssimo justo. Entendeu S. Ex.ª a emenda que devia ser aprovado o parágrafo único separadamente da primeira parte.

Não se compreende que os atuais engenheiros do Plano Postal Telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos, que vêm prestando serviços úteis, deixem de ser aproveitados nesse momento, com a inclusão em cargos de engenheiros do quadro.

Pouco ao Senado que atente bem para o parágrafo único e, reconhecendo sua justiça, lhe dê aprovação. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação do parágrafo único constante da Emenda n.º 85.

Os pareceres são todos contrários.

Os senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

EMENDA APROVADA

N.º 85

Onde convier:

Art. Os servidores de outras carreiras ou séries funcionais, portadores de diploma decurso superior e que tenham estado no efetivo exercício das profissões em que são diplomados, no ano de 1953, nos serviços das repartições a que pertencem, serão incluídos nos cargos ou funções de que trata o art. 1.º desta lei para os efeitos do seu art. 2.º.

Parágrafo único. Os atuais engenheiros do Plano Postal Telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos, serão incluídos em cargos de Engenheiros do Quadro III, Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O Sr. Café Filho deixa a cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Gallotti.

C SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 38, aditiva, com pareceres, pela constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça, e contrários das de Serviço Público Civil e de Finanças.

queiram conservar-se sentados os Srs. Senadores que a aprovam. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 88

Artigo — Os portadores dos diplomas referidos no art. 1.º desta lei, ocupantes da função de Assessor Técnico de qualquer Ministério, terão os vencimentos correspondentes ao maior padrão previsto no art. 2.º.

O Sr. Francisco Gallotti deixa a cadeira de presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 104. Os pareceres das Comissões são contrários.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 104

Acrescente-se onde couber:

As atuais funções e cargos de Assistente de Administração e Assessor Técnico do Serviço Público Federal, ficam transformadas em cargo isolado do padrão N.º

§ 1.º São extensivos aos cargos os quinquênios de que trata o artigo 5.º os quais serão concedidos nas bases e condições gerais estabelecidas.

§ 2.º Os movimentos dos cargos e funções transformados em virtude do disposto neste artigo continuarão a ser feitos mediante concurso de provas, na forma da legislação vigente.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 90, com parecer, considerando-a prejudicada, da Comissão de Constituição e Justiça; com parecer contrário da Comissão de Serviço Público Civil e favorável da de Finanças com subemenda, que, votada em primeiro lugar, prejudicará a emenda se for aprovada.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 347, de 1954

Requerio destaque, para serem rejeitados, das palavras: "assim escalonados e para os estabelecimentos... até estabelecimentos". S. S. em 2-7-54. — Alfredo Neves

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa vai submeter a votação o pedido de destaque do nobre Senador Alfredo Neves, para rejeição das várias expressões ali assinaladas. Se aprovado, ficará a subemenda assim redigida:

"Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os cargos de professor, catedrático, domagistério superior e do Colégio Pedro II terão vencimentos mensais de 14 mil cruzeiros".

Tudo o mais desaparecerá se aprovado o destaque. O Senador Alfredo Neves pede destaque para serem rejeitadas as palavras:

"assim escalonados: 14 mil cruzeiros para os estabelecimentos do Distrito Federal, São Paulo, Recife e Salvador; 13 mil cruzeiros para os estabelecimentos de Belo Horizonte, Porto Alegre, Belem, Fortaleza; e 12 mil cruzeiros para os demais estabelecimentos".

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, na redação da Emenda n.º 90 não encontram-se expressões a que V. Ex.ª se refere.

O SR. PRESIDENTE:

As expressões estão na subemenda apresentada pela Comissão de Finanças, que, no parecer, diz o seguinte:

Art. Acrescente-se "sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os cargos de professor catedrático do magistério superior e o Colégio Pedro II terão os vencimentos mensais assim escalonados: 14 mil cruzeiros para os estabelecimentos do Distrito Federal, São Paulo, Recife e Salvador; 13 mil cruzeiros para os estabelecimentos de Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Fortaleza; e 12 mil cruzeiros para os demais estabelecimentos".

O pedido de destaque do Senador Alfredo Neves, que sera submetido a votação, é pela exclusão das expressões várias constantes da emenda. De tal forma, se for o mesmo aprovado, a emenda ficará assim redigida:

"Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, os cargos de Professores catedráticos do magistério superior e do Colégio Pedro II, terão os vencimentos mensais de 14 mil cruzeiros".

O SR. MOZART LAGO:

Muito obrigado a V. Ex.ª, Sr. Presidente.

Esse destaque estabelece, pois, a igualdade de vencimentos entre os professores do magistério superior, fato que o nobre Senador Ferreira de Souza havia obtido, com a subemenda que apresentou. Estou de acordo com o destaque.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovado.

Requerimento n.º 348, de 1954

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 4.º do art. 137, requerido destaque, para rejeição das seguintes expressões da subemenda 2.ª emenda n.º 90: "assim escalonados" e "para os esta-ecimentos de Belo Horizonte, Porto Alegre, Belém e Fortaleza; e padrão "O" para os demais estabelecimentos".

Sala das Sessões em 2 de julho de 1954. — Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa considera prejudicado o requerimento de destaque porque retira apenas parte do todo já eliminado pela votação do requerimento anterior.

Em votação a subemenda que, em face do requerimento de destaque, aprovado, fica assim redigida:

"Acrescente-se: sem prejuízo do disposto no art. 5.º, os cargos de professores catedráticos do magistério superior e do Colégio Pedro II terão os vencimentos mensais de 14 mil cruzeiros".

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

EMENDA PREJUDICADA
N.º 90

Artigo — São extensivas aos membros do magistério federal, não incluídos no art. 1.º da presente lei, as gratificações quinzenais estabelecidas no art. 5.º com seus parágrafos. Parágrafo único. Os professores catedráticos terão como vencimentos a importância correspondente ao padrão "O" acrescida de duas vezes o salário mínimo da cidade, onde se encontrar localizado o respectivo estabelecimento de ensino.

O SR. PRESIDENTE:

Votação da emenda n.º 89, com subemenda substitutiva apresentada pela Comissão de Finanças. Está assim redigida a subemenda:

"Acrescente-se ao art. 5.º o seguinte parágrafo:

Aos professores catedráticos de estabelecimentos de ensino da União quando afastados do magistério, em virtude do exercício de cargo eletivo ou de outro cargo em comissão, ou temporário, incompatível com o exercício da cátedra, é assegurado o disposto neste artigo."

Este substitutivo da Comissão de Finanças, se aprovado, prejudica a emenda.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA

N.º 89

Aos professores catedráticos de nível universitário, quando afastados do magistério para exercício de cargo em comissão relacionado com o ensino, é assegurado o disposto no artigo 5.º.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à votação da emenda n.º 98, a qual foi oferecida subemenda substitutiva pela Comissão de Constituição e Justiça.

Se aprovada a subemenda, ficará prejudicada a emenda, mas esta subemenda, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, teve parecer contrário da Comissão de Serviço Público, vencido o relator; a Comissão de Finanças opinou contrariamente.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, gostaria conhecer a redação da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

A subemenda está assim redigida: "Substitua-se a redação da emenda pelo seguinte:

São extensivas aos membros do Magistério superior da União, não incluídos no artigo 1.º da presente lei, as gratificações quinzenais estabelecidas no artigo 5.º, com a ressalva de seus parágrafos, calculadas sobre os atuais vencimentos".

O SR. MOZART LAGO:

Agradecido a V. Ex.ª

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à votação da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, que tem parecer contrário das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação da votação requerida pelo Sr. Senador Alfredo Neves.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor da subemenda da Comissão de Constituição e Justiça a emenda n.º 98 (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor da subemenda e levantar-se os que votam contra. (Pausa.)

Votaram a favor da subemenda, 7 Srs. Senadores e contra, 9.

Não há número.

Val-se feita a chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS: ENADORES:

Vivaldo Lima.
Waldemar Pedrosa.
Antonio Bayma.
Carvalho Guimarães.
Joaquim Pires.
Onofre Gomes.
Djair Brindeiro.
Cícero de Vasconcelos.
Espiridão de Farias.
Alfredo Neves.
Ferreira Pinto.
Hamilton Nogueira.
Nestor Massena.
Costa Paranhos.
Dario Cardoso.
Costa Pereira.
Silvio Curvo.
Flávio Guimarães.
Camilo Mello (19).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 19 Senhores Senadores.
Está confirmada a falta de número.

Não havendo número para votação, fica a mesma adiada para a sessão extraordinária de hoje.

Dever-se-ia passar agora à matéria em discussão, o que não é possível, porque os cinco projetos dos itens 33, 34, 35, 36 e 37, dependem de quorum regimental.

Não há orador inscrito para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. DARIO CARDOSO:

Pego a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Dario Cardoso.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Não foi revisto pelo orador). Senhor Presidente, pedi a palavra apenas para fazer uma retificação ao discurso ontem pronunciado nesta Casa pelo ilustre Senador Francisco Gallotti, em homenagem ao ex-Senador por São Paulo, Sr. Rodolpho Miranda.

Disse S. Ex.ª que usava da palavra por estarem ausentes naquela sessão os Senadores Alvaro Adolpho e Dario Cardoso, respectivamente, e vice-líder da maioria.

Retificando a afirmativa do meu discurso, devo dizer que eu não me esqueci, absolutamente, a quem, tanto assim que, se V. Ex.ª, Sr. Presidente, verificar nas listas da Portaria e da chamada para verificação de votação, verá que estive sempre presente no plenário. Conquanto não estivesse no recinto no momento em que se prestavam as justas homenagens ao falecido Senador paulista, eu não estava ausente da Casa, de vez que me encontrava no Gabinete da Heliografia. Esta, Sr. Presidente, a retificação que queria fazer, servindo-me da oportunidade para, mais uma vez, apresentar ao Estado de São Paulo e à família do ilustre morto meus sentimentos de pesar pelo seu desaparecimento.

O Sr. Alfredo Neves — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador). Quando se diz ausente, está entendido que é do plenário.

O Sr. Francisco Gallotti — Aliás já dei esta explicação ao ilustre orador.

O SR. DARIO CARDOSO — Senhor Presidente, desejo dar esta explicação porque para nós, conforme afirmam os nobres apartantes, estar ausente significa fora do plenário. Mas o povo assim não compreende; e como costume, mesmo com sacrifício pessoal e político, estar sempre presente ao Senado, faço a retificação agradecendo em nome da maioria ao nobre Senador Francisco Gallotti o ter falado pelo PSD. Aliás, S. Ex.ª esta mais do que autoriza para representar nossa homenagem.

O Sr. Mozart Lago — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador). Aliás, V. Ex.ª podia fazer todos os dias ao plenário, porque seu trabalho na Comissão de Constituição e Justiça é vinte vezes maior do que poderia ser neste recinto.

O SR. DARIO CARDOSO — Agradeço o aparte do nobre colega.

Era esta, Sr. Presidente, a retificação que queria fazer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, encerrarei a sessão, designando para a extraordinária das 21 horas, a mesma matéria da sessão de hoje.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.

ATA DA 74.ª SESSÃO EM 2 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

Seu publicado em suplemento a esta edição.

PREÇO DO NOMEIO DE HOJE CR\$ 0.13



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 110

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 13 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

João Café Filho

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho

Presidente

PARECER N.º 6, DE 1954

Da Comissão Mista para conhecer o veto parcial ao Projeto de Lei (número 3.960, de 1953, da Câmara dos Deputados e número 15, de 1954, do Senado), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Relator: — Sr. Parcifal Barroso. Com a Mensagem 547, o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, e do Trabalho, Indústria e Comércio, ante-projeto de Lei alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, visando ao desfogo dos julgamentos na justiça trabalhista, que deve ter, entre suas características fundamentais, a da presteza na apreciação dos conflitos surgidos nas relações de tra-

balho, entre empregados e empregadores.

Dai, esclarece a Mensagem presidencial, a necessidade de reorganizar o Superior Tribunal do Trabalho, de modo a dar-lhes a necessária flexibilidade para a execução de sua elevada tarefa. Foi, assim, proposto o aumento de 11 para 17 dos juizes daquela Corte, introduzindo-se, ainda, tal como acontece com outros altos tribunais do País, o sistema de divisão em turmas, criando-se, também, a figura do Corregedor. Pela organização e de recursos de revista, inovações, aliás, em sua maior parte, extraídas do Esboço do Código Processual do Trabalho.

Tratou, ainda a Mensagem de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento em São Paulo e na Capital Federal, tudo dentro da orientação de colocar a Justiça do Trabalho em condições de funcionar em ritmo mais acelerado e regular, a bem da segurança jurídica das classes trabalha-

doras e da paz social, como esclarece a Exposição de Motivos do Ministério do Trabalho.

A Câmara dos Deputados, ao examinar a Mensagem, aprovou três emendas de autoria do Sr. Lúcio Biatencourt, tendentes a:

1) permitir a recondução por mais de dois períodos dos vogais e seus suplentes nas juntas de Conciliação e Julgamento e dos representantes classistas no Superior Tribunal do Trabalho;

2) ampliar de dois para três anos a investidura dos vogais e seus suplentes de Conciliação e Julgamento;

3) conservar nas suas funções os representantes classistas das Juntas de Conciliação e demais órgãos trabalhistas que completarem ou tenham completado dez anos de exercício, enquanto permanecerem em suas categorias econômicas, ou profissionais, mediante prova feita, trienalmente, e constante de declaração da entidade sindical do grupo correspondente.

Encaminhada a Mensagem ao Senado, já transformada no Projeto n.º 3.960-53, com as sugestões propostas na Câmara dos Deputados, surgiram na Câmara revisora novas emendas que visavam: a) a transformação, fica o Tribunal Superior do Trabalho composto de 17 Juizes, sendo 6 classistas (3 representantes dos empregados e 3 dos empregadores), e 11 togados de livre nomeação. Dentre os últimos, dos quais nove, pelo menos, bachareis em Direito, serão escolhidos o Presidente e o Corregedor, constituindo os 15 restantes três turmas com igual número de juizes togados e de classistas.

A Mensagem propôs, ainda, outras medidas tendentes à rápida tramitação dos recursos na justiça trabalhista, inclusive disciplinando os casos de:

1) diminuir de Cr\$ 20.000,00 para Cr\$ 10.000,00 o limite da condenação para a prévia exigência de depósito em caso de recurso, inclusive o extraordinário.

2) suprimir os parágrafos 3.º e 4.º propostos na mensagem, ao artigo 884 da Consolidação das Leis do Trabalho e cujas redações são as seguintes:

“§ 3.º — Somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito e no mesmo prazo.

§ 4.º — Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e a impropriedade de liquidação.”

3) retirar da competência do Tribunal Pleno em única instância a decisão sobre matéria constitucional, quando arguida para invalidar lei ou ato do poder público — artigo 102, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, proposto pelo projeto no artigo 1.º ainda sobre o citado dispositivo ficou proposto no inciso II — “em ‘última instância’ — a supressão do vocábulo ‘última’ e nas alíneas a e b do parágrafo 2.º, supressão respectivamente dos vocábulos ‘única’; mandar contar os juros de mora de que trata o artigo 883 da Consolidação das Leis do Trabalho a partir da data em que sentença foi transitada em julgado, e não da data em que foi ajuizada a reclamação inicial, como se continha no projeto;

5) alterar, para menos, o valor da reclamação para propositura de embargos das sentenças definitivas das Juntas e Juizes nos dissídios individuais (artigo 894 da Consolidação das Leis do Trabalho);

6) suprimir no texto proposto pela Mensagem ao artigo 896, letras a e b e parágrafos 4.º da Consolidação das Leis do Trabalho, cuja redação é a seguinte:

“Art. 896 — Cabe recurso de revista das decisões de última instância quando:

a) derem ao mesmo dispositivo legal interpretação diversa da que tiver sido dada pelo mesmo ou por parte de outro Tribunal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho, na plenitude de sua composição;

b) proferidas com violação de literal disposição da lei, ou de sentença normativa.”

Entretanto, as emendas apontadas, do Senado Federal, não logram aceitação por parte dos Srs. Deputados.

O dispositivo vetado, que constituiria o parágrafo 4.º do artigo 693 da Consolidação das Leis do Trabalho, tem a seguinte redação:

“§ 4.º — Os representantes classistas das juntas e demais órgãos trabalhistas que já tiverem completado 10 (dez) anos ininterruptos de desempenho das respectivas funções, serão conservados nas mesmas, enquanto permanecerem no exercício efetivo de suas categorias econômicas ou profissionais, cuja prova será feita, trienalmente, mediante declaração da entidade sindical do grupo correspondente.”

Na justificação da emenda que originou o parágrafo vetado, o Sr. Lúcio Bittencourt esclareceu que a medida se destinava a evitar, tanto quanto possível, as constantes mutações dos representantes classistas nos órgãos especializados, como são a Justiça do Trabalho.

O Sr. Presidente da República nas razões do veto declara necessário que a representação classista, a fim de permanecer legítima, deva ter suas investidas temporárias, com o que se evita a perda de contacto dos representantes com as atividades que determinam a representação.

Afirma ainda Sua Excelência seria contraditório a conservação indefinida em investidura de natureza temporária, além de que o benefício de que cogita o veto introduziria na organização existente uma forma nova de permanência no cargo, sem equiparação e, portanto, sem as regras que regem a vitaliciedade e a estabilidade, de onde o perigo dos direitos correspondentes, que não são definidos.

Sala das Comissões, em 5 de julho de 1954.

Waldemar Pedrosa, Presidente.

Parsifal Barroso, Relator.

Carlos Gomes de Oliveira.

Othon Mäder.

Comissão Mista para conhecer do veto parcial oposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 3.963, de 1953, na Câmara dos Deputados e 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências"

2.ª REUNIAO, REALIZADA EM 5 DE JULHO DE 1954

Aos cinco dias do mês de julho de 1954, às 15,00 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Waldemar Pedrosa, Presidente; Parsifal Barroso, Relator; Gomes de Oliveira e Othon Mäder, deixando de comparecer, com causa justificada os Srs. Arruda Câmara e Tasso Dutra, reúne-se esta Comissão Mista para conhecer do veto parcial oposto pelo Sr. Presidente da República, ao Projeto de Lei (n.º 3.963, de 1953, e 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências".

O Sr. Parsifal Barroso lê seu Relatório expositivo do histórico do projeto em seu aspecto formal e das razões do veto, que é aprovado e assinado.

O Sr. Presidente, antes de encerrar os trabalhos agradece a presença de seus Pares, e, em particular ao Sr. Relator, pela clareza, comissão que lhe é peculiar, fazendo ressaltar no relatório, os motivos, a repercussão e consequências do veto.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião lavrando eu, João Alfredo Ravasoa de Andrade, Secretário, a presente ata que, depois de lida e achada conforme, é assinada pelo Sr. Presidente.

Waldemar Pedrosa
Presidente

EXPEDIENTE DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretoria

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor

Gerai da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Sá Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (*)

Plínio Pompeu (**)

Euclides Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasoa de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*)

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alvaro Adolfo (*****).

5 — Apolônio Sales.

6 — Carlos Lindenberg

7 — Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco (**)

9 — Durval Cruz.

10 — Euclides Vieira.

11 — Ferreira de Sousa.

12 — Mathias Olympio.

13 — Pinto Aleixo.

14 — Plínio Pompeu.

15 — Veloso Borges (****)

16 — Victorino Freire (*****)

17 — Walter Franco (****).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Paranhos.

(***) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário — Evandro Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.

2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Nestor Massena.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Djair Brindeiro.

Reuniões às quartas e sextas-feiras às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Mercio.

Ferreira de Souza.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Olavo Oliveira.

Waldemar Pedrosa.

Secretário — Luis Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Martha Pinto Amando.

Reuniões — Quartas-feiras às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.

2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mäder.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

7 — Cicero de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.

2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.

3 — Novais Filho.

4 — Bernardes Filho.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mathias Olympio.

7 — Assis Chateaubriand

8 — João Villasboas.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.

2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.

3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.
Alfredo Simch — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mozart Lago.
7 — Júlio Leite.
Secretário — Julietta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Eucides Vieira — Presidente.
Onofre Gomes — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Othon Mäder.
Antônio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.
2 — Onofre Gomes — Vice-Presidente.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góis.
5 — Sílvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949
Aloysio de Carvalho — Presidente.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindenberg.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.

dente e Relator Geral.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — Presidente.
Mozart Lago — Vice-Presidente.
Júlio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — Presidente.
Atílio Vivacqua — Vice-Presidente.
Dario Cardoso — Relator.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente.
Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.
João Villasbôas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góis — Presidente.
2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — Relator Geral.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novais Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
2 — Ivo d'Aquino.
3 — Ferreira de Souza — Relator Geral (*).
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

3 — Anísio Jobim.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flávio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Nogueira.
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Pôrto.
Secretário — Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — Presidente.
2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mäder.
5 — Rui Carneiro.
Secretário — Italina Cruz Alves.

75.ª SESSÃO EM 5 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

1.º — Senador Onofre Gomes.
2.º — Senador Gomes de Oliveira.
3.º — Senador Alencastro Guimarães.
4.º — Senador Dario Cardoso.

76.ª SESSÃO EM 6 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

1.º — Sen. Alencastro Guimarães
2.º — Sen. Onofre Gomes
3.º — Sen. Othon Mäder
4.º — Sen. Dario Cardoso
5.º — Sen. Costa Paranhos
6.º — Sen. Flávio Guimarães

ATA DA 75.ª SESSÃO EM 5 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CAFÉ FILHO, MARCONDES FILHO E FRANCISCO GALLOTTI.

As 14,30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa. — Antônio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Mathias Olympio. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Novais Filho. — Djair Brindeiro. — Cleber de Vasconcelos. — Espiridino de Farias. — Luiz Tinoco. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Nestor Massena. — Levindo Coelho. — Marcondes Filho. — Eucides Vieira. — Costa Paranhos. — Dario Cardoso. — Costa Pereira. — Vespasiano Martins. — Othon Mäder. — Flávio Guimarães. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Alfredo Simch. — Camilo Mercio.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. No recinto, entretanto, não há número para a abertura dos trabalhos. Vai ser feita a chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES.

Waldemar Pedrosa. — Carvalho Guimarães. — Onofre Gomes. — Novais Filho. — Djair Brindeiro. — Espiridino de Farias. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Levindo Coelho. — Marcondes Filho. — Eucides Vieira. — Costa Paranhos. — Costa Pereira. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Alfredo Simch. — (10).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 19 senhores Senadores. Está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofício do Secretário da Presidência da República, de 3 do mês em curso, restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia, visto não se haver manifestado sobre a matéria o Sr. Presidente da República.

A promulgação.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

DIPLOMA

De: Suplente de Senador Federal. O Desembargador Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Pernambuco, nos termos do Código Eleitoral vigente, concede o presente diploma de Suplente de Senador Federal ao Sr. Martiniano José Fernandes eleito na lista registrada do partido Social Democrático para a representação de Pernambuco no Senado Federal, segundo a proclamação feita na sessão de 18 de janeiro de 1951, do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, baseada nos seguintes dados oficiais: Votação Geral Apurada 324.314

Votação Nominal do Diplomado 198.833

E para que o Suplente eleito possa provar sua qualidade perante quem de direito, mandei fazer o presente diploma que assino com o diplomado. Recife, 23 de janeiro de 1951. — Orlando Anselmo de Aguiar, Presidente. — Martiniano José Fernandes, Suplente eleito. — Vinícius Soares de Almeida, Diretor da Secretaria.

O SR. PRESIDENTE:

Encontro-se na Casa o suplente do Senador Apolônio Sales, Sr. Martiniano José Fernandes, membro do Partido Social Democrático.

Designo os Senadores Djalir Brindeiro, Hamilton Nogueira e Gomes de Oliveira para constituírem a Comissão que acompanhará S. Ex.^a até à Mesa, a fim de prestar o compromisso regimental.

(Acompanhado da Comissão, entra no recinto, presta o compromisso regimental e toma assento nas bancadas, o Sr. Amriniiano José Fernandes (Paimas)).

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Nestor Massena enviou à Mesa discurso que será publicado na forma do disposto no artigo 97, § 2º do Regimento Interno.

Discurso supra referido:

Senhor Presidente:

Seja-me permitido, desde que, nominalmente, convocada, a proposta de projeto de minha autoria, nesta alta Casa do Congresso Nacional, por crítica pretentivamente fundamentada em larga dissertação jurídica, a antecipar a discussão da minha proposição legislativa, aduzir conceitos e argumentos a seu favor, a fim de que se me não acome de haver feito obra apressada ao tomar a iniciativa ora referida.

Ao expor da tribuna do Senado as razões com que pretendi estabelecer normas para a fixação do salário mínimo em projeto de lei regulador do texto da vigente Constituição da República, formulei raciocínios baseados sobretudo no referido texto, tendo, porém, examinado o problema também em face do direito constitucional ao regime político a que sucedeu o atual. Apreciando, na última sessão ordinária do Senado, o problema de ponto de vista alto, o nobre senador Carlos Gomes de Oliveira não desceu à planície em que o mesmo está situado e preferiu estabelecer premissas diversas das por mim apresentadas a fim de colocar sobre a verdade um manto de bela fantasia.

Volto ao assunto na linguagem chula e terra a terra das minhas anteriores orações, às quais, embora sem brilho e sem erudição, se fundam em sã razão, como a seguir se verá mais uma vez.

O artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937 teve esta redação: "Enquanto não se reunir o Parlamento Nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias de competência legislativa da União". E, como aconteceu, o Presidente da República expediu, na vigência do citado artigo 180, decreto-lei regulando o salário mínimo e o fez com fundamento nessa disposição constitucional, reconheceu, ele próprio, que a matéria, como nela se dispõe, é "de competência legislativa", não o sendo de atribuição do Poder Executivo. Assim procedendo, o Presidente da República nada mais fez, aliás, no que cingiu-se ao artigo 16, n.º XVI, da Constituição então vigente pelo qual a elaboração de lei sobre o Trabalho, sobre direito operário, era da competência do Parlamento Nacional.

Já em fevereiro de 1950, um outro Presidente da República, o Senhor Marechal Eurico Gaspar Dutra, subcreveu mensagem dirigida ao Congresso Nacional, de que resultou projeto de lei que ora se encontra na ordem do dia da Câmara dos Deputados, propondo modificações do salário mínimo, o que mostra ter sido pacífico, até 1.º de maio último, por parte do Poder Executivo, o reconhecimento de que lhe não compete, e sim ao Poder Legislativo, a atribuição constitucional para fixar salário mínimo.

Ao expedir, pois, o decreto n.º 35.450, de 1.º de maio de 1954, regulando o

salário mínimo em todo o país, sabia o Senhor Presidente da República, por uma reiterada manifestação do Poder Executivo, sua e de seu sucessor, não ser da sua competência legislar sobre essa matéria. Por isso mesmo, o decreto de 1.º de maio de 1954 não se fundou, nem se poderia fundar, no artigo 180 da Constituição de 1937, nem no artigo 65, n.º IX, in fine, na sua remissão final ao artigo 5.º, XV, a, da atual Constituição da República. Este decreto foi, por isso, expedido com fundamento no artigo 87, inciso I, da Constituição de 1946, assim concebido: "Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República: I — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução". Fiel execução "sua", isto é, da lei.

Fundamentando, assim, o referido decreto, o Poder Executivo ha de ser o primeiro a reconhecer que o mesmo não é lei, norma geral do direito positivo, regra de direito, de situação jurídica, mas, apenas, consequência a essa lei, expedido para a sua fiel execução. E a que lei pretendeu executar o decreto? Evidentemente, não pretendeu regular a execução da Consolidação das Leis do Trabalho, que não era, em seu todo, lei, mas decreto executivo sobre as leis do Trabalho, embora abusivamente acrescida, aditadas, com disposições legais, prática essa que se explica com o então vigente regime de confusão dos poderes governamentais e de predominância do Poder Executivo sobre o inexistente Poder Legislativo, como ocorreu durante toda a vigência da Constituição de 1937.

Pretende-se basear o atual decreto executivo, pois que expedido com fundamento na disposição constitucional que prevê a essa espécie de decreto, como decorrente do decreto-lei que consolidou, no regime de 1937, as leis do Trabalho. Argumenta-se, pois, que o aludido decreto-lei foi, na verdade, ato legislativo, e que lei, sendo, só se revoga por outra lei, de onde concluir-se que o decreto-lei em apreço só deixará de ser lei depois de expressamente revogado por outra lei, o que até agora não se verificou.

E' certo que uma lei se revoga por outra lei; mas não e menos exato que uma lei (de regime fundido, de umido por outro regime, ambos de Constituição rígida), que se encontra em oposição às normas e princípios constitucionais vigentes, que conarram o regime anterior, é lei que não pode ser usada, nem invocada, contra a ordem jurídica que sucedeu a condenada e a substituiu, de forma expressa, ou por contrariar implicitamente a nova organização política. Se uma lei revoga outra, que lhe é anterior, à qual se refere expressamente, ou que implicitamente a ela contraria, porque pretender que uma Constituição não anula aquela a que sucedeu e porque argumentar que uma lei contraria a Constituição que a sucedeu deve produzir efeitos, enquanto outra lei ordinária a ela não aludir expressa e inequivocamente, revogando-a?

Se a Constituição atual não revoga, com o seu texto infindível, expresso, todas as leis anteriores que a ele se oponham, que dele diverjam, que dele abrem, então vivemos no regime de constituição rígida à qual se submete, à qual domina, lei ordinária anterior. Não se obedece, assim, à parêntese — *leges posteriores derogant contrarias priores* — Se a lei ordinária posterior deroga, ou revoga, a lei ordinária anterior que lhe é contrária com mais forte razão a lei constitucional, a Constituição, anula qualquer lei a ela anterior, que a ela se oponha. Quando se muda uma Constituição, "contam de pé as leis ordinárias, que se não opõem aos seus

princípios expressos" (Bandeira de Melo, *A Teoria das Constituições Rígidas*, página 60).

Já a Constituição Política do Império do Brasil estabeleceu, no artigo n.º 178, que matéria constitucional — ou seja a relativa aos limites e atribuições dos poderes políticos — não é alterável por lei ordinária. E a Constituição de 1891 inscrevera, no artigo n.º 78, a norma — "a especificação das garantias e direitos expressos na Constituição não exclui outras garantias e direitos não enumerados, mas resultantes da forma do governo que ela estabelece e dos princípios que ela consigna". E a Constituição de 1934 dispôs, no artigo 187, que "continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis que, explicita ou implicitamente, não contrariarem as disposições desta Constituição". A própria Constituição de 1937 consigna esta disposição: "Art. 183. Continuam em vigor, enquanto não revogadas, as leis que, explicita ou implicitamente, não contrariarem as disposições desta Constituição. Daí, a contrária", ficaram revogado todas as leis que contrariarem a Constituição. O que, porém, é novo no direito público dos regimes de Constituição rígida é pretender que evigorem contra a Constituição as leis a ela anteriores que a contrariam expressa ou implicitamente, enquanto uma lei ordinária não as revogar expressamente, redundando, pleonasticamente, de vez que se acham abrogadas pela lei suprema, pela lei das leis, pela lei emanada de poder constituinte, que deu organização ao aparelho político da República.

"No regime constitucional rígido a constituição está acima dos leis ordinárias. Toda e qualquer regra inscrita no texto constitucional denega positivamente" (Alípio Silveira).

Invocar uma lei, que não é inconstitucional porque não elaborada na vigência da atual Constituição, mas não subsiste e, portanto, não existe, juridicamente, em face da magna lei do país, que a não admite por lhe ter anulado a eficiência, é agir com menosprezo pela nossa organização constitucional, é atitude que não recomenda a quem prometeu defender e cumprir a Constituição da República (Constituição, art. 83, parágrafo único) e que, revés disso, contra ela atenta flagrante e inequivocamente.

A delegação de poderes, que se tem reconhecido e proclamado verificarse na prática legislativa de alguns países, inclusive o nosso, e entre nós, no regime constitucional vigente, abusivamente, é a que respeita a iniciativa do poder ao qual compete o exercício de determinada atribuição e, após essa iniciativa, suplementa, ou complementa, o ato originário do poder competente, privativamente, para expedir-lo. Admitir, porém, que o poder sem competência constitucional para exercer determinada atribuição avoque a para exercê-la originariamente e em toda a extensão, sem o delegação expressa, ou implícita, do poder competente para o seu exercício, é admitir não essa suposta delegação, mas evidente, condenável e imperdoável usurpação de poder. A tanto não chegam os que reconhecem, proclamam e explicam, de boa fé, a referida prática.

A transcrição, feita a seguir, de trabalho do ilustre jurista já falecido, filho, no *Jornal do Comércio* de 4 do corrente mês, sobre *O mandado de segurança sobre o salário mínimo*, esclarece, com grande segurança, o problema da delegação de poderes, tirando-o do caos em que o colocam os menos versados na matéria e fixando o diagrama dos seus contornos de modo a evitar as confusões, propositalmente, ou não, dos que se nele emaranham e se acrescentam deveras esclarecidos a respeito:

"A lei pode estabelecer o modo pelo qual sejam conseguidos determinados elementos para o seu contexto. Não pode, porém, estabelecer que sob pura discreção ou juízo do Presidente da República qualquer modificação se faça nos pressupostos legais para seu resultado se tornar obrigatório por meio de decreto do Presidente da República. Seria delegar atribuições, o que é proibido pela Constituição, art. 36 § 2º — "é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições". Da mesma forma que a lei não pode designar que mdeva ser nomeado para determinado cargo, que ele crie, pois essa nomeação é atribuição do Presidente da República e, embora ele acesse dando sua sanção a tal lei, nula é essa designação, por inconstitucional, assim também nula, por inconstitucional, é a atribuição dada pela lei ao Presidente da República para, por decreto, tornar obrigatório no país o salário mínimo fixado, sem os pressupostos legais, pelas Comissões de Salário Mínimo, visto como ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

Não se trata de uma disposição suplementar, isto é, para completar os detalhes, caso em que a Suprema Corte dos Estados Unidos não tem achado implicante com a separação dos Poderes. ("Cons. of the United States of America", mandada imprimir pelo Senado, 1953, p. 73).

Autorizar poderes para criar norma de acordo com normas preestabelecidas é delegar poderes não para completar detalhes, mas para estabelecer a essência da norma. E' o que nos diz Kelsen em seu "General Theory of Law and State", 1949, p. 113: — "The norms of a dynamic system have to be created norms by some higher norms. This authorization is a delegation: Norm creating power is delegated from one authority to another authority: the former is the higher, the latter the lower authority".

INDICAÇÃO N.º 1, DE 1954

Não constitui delegação de poderes o fato de uma lei estabelecer que certa lei centrará em vigor quando determinado fato ou situação venha a ser acertada pelo executivo ou por alguma autoridade administrativa. Uma lei proíbe a importação de mercadorias de certo país estrangeiro, permitindo-a, porém, no caso em que o Presidente da República, por proclamação, declarasse que tal país não estava mais "previne on the sea-borne commerce of the United States" (Mathews, "The American Const. System", p. 118. Nesse caso, o Presidente não fazia lei. Ele era mero agente do poder legislativo para acertar o momento em que a lei entraria em vigor, decidiu a Suprema Corte, no caso Field v. Clark, 148, U. S. 649 (1892), conforme se vê em Mathews, op. cit., p. 119: "He was the mere agent of the law-making department to ascertain and declare the event upon which its expressed will was to take effect".

É preciso, sobretudo, que o fato não fique sob independente juízo ou discreção do poder executivo. Se tal independente discreção está envolvida, é difícil de distinguir esta situação de uma delegação de poderes. As Cortes, porém, sob a pressão da política, tentam fazer essa distinção "it should be added, however, that the facts which the executive action depends should be clearly described in the law and should be capable of definitive ascertainment by the executive without the exercise of independent judgement or discretion on his part. It such independent discretion is involved it is difficult to distinguish the situation from a delegation of legislative power. The courts, however, for the sake of policy, endea-

vor to make such a distinction". (Mathews, op. cit. p. 119).

No caso atual do decreto sobre o salário mínimo o Presidente da República arrogou-se o exercício de juízo independente de toda e qualquer lei, para decretar o salário mínimo.

Suposto que o decreto fôsse o ato que a lei do salário mínimo dava como início da obrigatoriedade da tabela apurada na forma da lei, seria necessário que o Presidente ficasse sem possibilidade de exercer, nesse caso, ato de juízo independente de lei, ou de sua pura discreção.

No caso atendeu o Sr. Presidente da República ser de premente necessidade a expedição, por decreto, da nova tabela de salário mínimo. A lei, porém, não lhe deu poder para ajustar da necessidade da modificação da tabela, nem lhe deu discreção para fazer isso quando bem lhe aprouvesse.

Se a premente das necessidades fazia com que a lei do salário mínimo se tornasse inexpressiva, se tornasse obsoleta, se tornasse inoperante, o que o Poder Executivo tinha a fazer era se dirigir ao Congresso e não exercer seu juízo próprio sobre o assunto, julgamento esse que a lei não deu quando lhe deu o poder de instituir, por decreto, o salário mínimo nas diversas zonas do país.

Excluída, assim, na espécie, a delegação, a que se arvorou o Presidente da República, pois se delegação havia era somente para, por decreto, marcar a data em que o salário mínimo, apurado na forma da lei, entraria em vigor, e não para a revelia da lei, por pura sua discreção, mediante seu único juízo sobre a premente das necessidades, instituir novo salário mínimo, vemos que fica em tela o ato do Presidente da República como abuso de poder.

Atribuir ao Conselho de Economia competência para sugerir ao Poder Legislativo as medidas que consideram necessárias quanto à função do salário mínimo não é delegar poderes, pois que é uma denúncia do art. 205, § 2.º da Constituição da República. Nessa hipótese não se lhe delega, mas se reconhece e proclama, poderes constitucionais. Fixar esse salário, no regime de 1937, sem essa sugestão, é que foi ato inconstitucional, em face do artigo 61, d e II, da respectiva Constituição.

A Constituição de 1937 autorizava o Presidente da República a expedir, enquanto não se reunisse o Parlamento, em caráter transitório, "decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União". Essas matérias eram as relacionadas no seu artigo 15. Nessas não se abrangia emenda à Constituição, regida no seu artigo 174, nem modificação à Constituição por meio de decreto-lei.

Se a Constituição de 1937 autorizava o Presidente da República, depois de reunião do Parlamento, a só expedir decreto-lei com a sua autorização (art. 12), não se compreende — primeiro, que o Presidente se atribuisse competência para, depois de reunião do Parlamento, expedir decreto-lei sem a indispensável autorização dele; e segundo, que o Presidente, ainda mesmo antes da reunião do Parlamento, se atribuisse, por decreto-lei, atribuição constitucional privativa do Parlamento, usurpando-a assim, de modo tão desabastado.

Alis, a Consolidação das Leis do Trabalho, sendo "consolidação" — reunião de leis dispostas segundo o sistema, ou ordem, adotada pelo autor (Cândido Figueiredo, *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*) — não pode ser lei nova, ou decreto legislativo; deve ser apenas decreto executivo. Se assim é, se a Constituição é decreto executivo, não podia e não pode delegar poder, ou função, que não pertença ao Poder Executivo, mas ao Poder Legislativo.

É verdade que o decreto com que foi publicada a consolidação declarou que a ela se aditam disposições legislativas, novas lei, portanto; mas, evidentemente, nessa parte, o Poder Executivo, foi além das suas atribuições e usurpou competência legislativa. E o fez incluindo em decreto executivo o que não cabe em decreto dessa natureza, tornando de natureza mista, ambígua — executivo e legislativo, simultaneamente — ato que não deve e não pode ser assim elaborado, com flagrante atentado à técnica de elaboração legislativa.

Em face destes princípios de direito público não se compreende como se considere delegação de poder a usurpação dele não permitida, nem tolerada, pela atual Constituição, e que não deve e não pode convalescer, quando realizada, e com a qual o Poder Executivo se investe na competência legislativa, que é exclusiva do Poder Legislativo, por ele indelegável e que, com mais forte razão, não lhe pode ser usurpada.

A delegação de poderes é expressa e taxativamente proibida pela nossa atual Constituição Política, no artigo 36, § 2.º. Pretender-se advogar essa delegação de modo a transferir-se do Poder Legislativo para o Poder Executivo a atribuição de legislar de modo amplo, que nem sequer foi objeto de disposição legal, quando essa faculdade não tem essa amplitude mesmo nos regimes constitucionais que silenciam sobre tal delegação, ou não a vedam por insofismável determinação constitucional e nos quais se tolera a delegação que segue à elaboração da lei, na prática da sua regulamentação, reconhecendo-se ao poder discricionário para essa regulamentação punitiva legal, à lei regulamentada, a fazer-se paladino de franca e desabastada usurcação de poderes, ostensiva e sem disfarces, que só nos regimes ditatoriais é admissível.

A tarefa de defender, no nosso regime constitucional, esse abuso não é fácil mesmo às inteligências privilegiadas como a do, sem favor, grandioso de Oliveira, de tão peregrinos dotes de espírito, de tão profunda e sólida erudição e de tão lidima vocação para a crítica e a prática da lei. A mim se me afigura, *data venia* o declaro com o maior respeito pelo excepcional valor do marcante parlamentar, haver Sua Excelência sido alcançado no afã de defender o ato do Poder Executivo que expediu decreto legislativo sobre o salário mínimo, quando a esse Poder compete, neste particular, expedir decreto executivo, se o fizesse tempestivamente. A oração fulgurante do grande parlamentar é obra de pura ficção, que se não lastreia com a sã razão jurídica e não pode perdurar como ilusão de bom direito. Até porque não é possível transmutar em verdade assertoria, e muito menos, apodictica, o que é, apenas, mnhir nh.

Rogo ao meu conspícuo colega excusar-me a divergência com a sua orientação no estudo deste assunto, no qual o *fácil credimus quod volumus* determina, de boa fé, proposições que maior ponderação julgaria improcedentes, desde que apreciadas no cadinho do senso lógico, embora desataviado das loucas de estilo e dos enfeites com que são adornadas pela inevitável cultura de um príncipe das letras jurídicas, como é, inequivocamente, o assim justamente festejado senador por Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE: Sobre a Mesa projeto que vai ser lido.

E lido e apoiado o seguinte Projeto de Resolução n.º 38, de 1954

Sobre a composição das Comissões Permanentes.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. Fundir-se-ão assim os § 2.º e 3.º do artigo 35 do Regimento Interno do Senado:

§ 2.º E' defeso participar, simultaneamente, das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ou de uma delas e de mais de uma das outras Comissões Permanentes.

Justificação

Os parágrafos a que se refere este projeto de resolução acham-se assim redigidos:

§ 2.º O Senador não terá exercício simultâneo nas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

§ 3.º O Senador não será eleito para mais de duas comissões permanentes, se uma delas for a de Constituição e Justiça ou a de Finanças.

A matéria dos dois parágrafos é, como se vê, correlata, pois em ambos se dispõe sobre impedimento aos membros das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças para figurarem em outras Comissões Permanentes. Assim, enfeixando a matéria em um só artigo dá-se-lhe unidade, com redução do texto e economia de palavras, sem prejuízo do texto regimental.

Sala das Sessões do Senado, em 5 de julho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto de Resolução que acaba de ser lido, depois de publicado com avisos, ficará sobre a mesa durante três sessões, para o eventual recebimento de emendas. (Pausa)

Vai ser lido um requerimento enviado à Mesa.

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n.º 353, de 1954

Requeiro, com fundamento na letra C, do art. 121 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as seguintes informações:

1 — Por que motivos não terá, até hoje, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (I. A. P. C.) atendido a solicitação coletiva dos moradores do Conjunto Residencial de "Coelho Neto" — Processo n.º A. C. 116.330-31 — no sentido de ali ser instalada usina própria para o fornecimento de gás combustível às respectivas casas?

2 — Não terá conhecimento a referida autarquia, de que o Governo Federal já fez instalar, com proveito, usina semelhante na Escola de Agronomia, situada no quilômetro 47 da Estrada, Rio-São Paulo, e que a mesma empresa construtora da citada usina já se prontificou a, imediatamente, satisfazer a justíssima aspiração dos moradores de "Coelho Neto", todos contribuintes do I. A. P. C.?

3 — Terá ainda, o Instituto dos Comerciantes, alguma dúvida sobre a excelência, a comodidade e a economia que representa, para uso das famílias, o consumo do gás combustível, sabido como é que o Governo Federal, além da Escola de Agronomia, já fez instalar e já inaugurou, na "Cidade Universitária", outra usina fornecedora do mesmo gás?

4 — Por que o atual e dinâmico Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Hugo de Faria, sem prejuízo, nem maior demora, não atendendo os moradores do Conjunto Residencial de "Coelho Neto", enquanto providenciarem para satisfazê-los, não determina que o dos "Comerciantes", bem como os demais Institutos, ouçam os moradores de todas os respectivos grupos residenciais, planejem e organizem para todos que desejarem o fornecimento do gás combustível? Não será esse um empreendimento notável, capaz de deixar gravado o seu nome, e ainda os nomes de todos os presidentes de nossas autarquias federais, no coração do povo carioca?

Justificação

Atividade e descontentamento não faltam ao atual presidente dos Comerciantes, para o empreendimento a que se refere o requerimento. Falta de recursos financeiros? Não é crível; o Senhor Presidente Getúlio Vargas não trepidou em ordenar a instalação das usinas de gás combustível na "Cidade Universitária" e na "Escola de Agronomia". Por que não realizar, imediatamente, a solicitada pelos esforçados moradores do Conjunto Residencial de "Coelho Neto"? Essa usina serviria de experiência e modelo para as demais que se viessem a construir nos outros grupos residenciais do mesmo e dos demais institutos, e seriam, todas elas, o melhor e o mais urgente serviço de beneficência aos numerosos lares ali erigidos.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, primeiro orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicio minhas considerações solicitando ao Senado a boa vontade que o caracteriza para, mais uma vez, conceder-me a honra de ouvir minha argumentação em defesa do Projeto n.º 337, de 1953, constante da ordem do dia de hoje.

Penso, Sr. Presidente, que não haverá necessidade de rememorar, em minúcias, as arguições por mim proferidas em vários discursos, de vez que, certamente, elas estão bem presentes no pensamento dos meus caros colegas. Todavia, seja-me permitido fazer ligeiro resumo da marcha do projeto na Câmara Federal e no Senado.

A matéria é oficialmente governamental, visto como tudo que nela se contém, é da autoria do próprio ministro da guerra de então, ou de Ildefonso do Parado Trabalhoista na Cúria Casa do Congresso, na época, deputado Brochado da Rocha, que me autorizou a utilizar sua declaração no sentido de que as emendas que ofereceu ao projeto na Câmara dos Deputados, e foram aprovadas, eram do conhecimento e tinham o beneplácito do Sr. Presidente da República. Repetidas vezes tenho o airmado da tribuna, com o intuito de que não parem dúvidas a respeito da posição da presidência da República quanto ao projeto.

Vista a proposição a recomendar serviços de guerra prestados pelos suboficiais e sargentos da Aeronáutica e subtenentes e sargentos do Exército, quer no teatro de Guerra Italiano, quer no brasileiro, melhorando-lhes as condições e bem assim amparar os funcionários civis que prestaram, durante a última guerra, serviços de natureza militar, ou que, nos locais em que permaneceram no exercício das funções ficaram sujeitos a ataques do inimigo.

Como relator do projeto na Comissão de Segurança Nacional, cujo parecer tive a satisfação de ver apoiado por todos os membros presentes a sessão, limitei-me a encerrar a matéria sob o aspecto da segurança. Para bem fundamentar as razões em que me baseava, sustentei a tese da necessidade de conservar e, se possível, melhorar, a escala de oficiais e de suboficiais e sargentos e praças. E isto, Sr. Presidente, pela razão muito simples, de serem as forças armadas um dos principais esteios da segurança nacional. Torna-se, pois, necessário estejam sempre cegos, para bem desempenhar a grave e nobre missão que lhes foi confiada. Se ela evidentemente não fosse, a si

urança que a nação espera das Forças Armadas.

Numa série de discursos, alguns um pouco longos, no cumprimento do dever de esclarecer o Senado e de justificar o parecer da Comissão de Segurança Nacional, tive que examinar com serenidade, mas com franqueza e paciência, os documentos de informações dos Srs. Ministros Militares, mandados a esta Casa em consequência de solicitação do Senado.

Estudei-os e analisei-os, item a item, pormenorizadamente; e tenho a impressão de que trouxe ao Senado argumentos e fatos que me deixaram a convicção de haver invalidado, um a um, todos os parágrafos das informações prestadas.

Sr. Presidente, mostrei a razão dos argumentos de S. Ex.^a o Senhor Ministro da Aeronáutica de que a aprovação do Projeto implicaria crise de suboficiais e sargentos naquele Ministério, o que poderia, talvez, comprometer a segurança de voo.

S. Ex.^a raciocinava na base da existência de seis mil sargentos, dos quais, possivelmente, seriam promovidos mil. Restariam, consequentemente, após executado o Projeto cinco mil sargentos na Aeronáutica.

Os dados fornecidos por S. Ex.^a, no particular, são incontestavelmente, equivocados, de vez que o mínimo de sargentos do efetivo da Aeronáutica é de 12 mil e sete mil e duzentos; portanto mil e sete mil e duzentos, a mais da base comandada por S. Ex.^a, no desenvolvimento da promoção decorrente do Projeto, admitiu a probabilidade de uma crise geradora de caos.

Se S. Ex.^a argumentava com seis mil sargentos, e depois das promoções permanecerão seis mil, de vez que o efetivo daquele Ministério, é de sete mil e duzentos, argumento invocado por S. Ex.^a cai pela base.

Há mais, Sr. Presidente. Num dos itens do Ofício informativo 3, Ex.^a esclarece ao Senado que, por iniciativa do próprio Ministério, está em andamento, na Câmara dos Deputados, Projeto, se não me falha a memória, da autoria do Ilustre Deputado Ponticiano dos Santos elevando o efetivo de Sargentos da Aeronáutica a mais de nove mil.

O Sr. Flávio Guimarães — Poderia V. Ex.^a informar quantos sargentos serão promovidos? Falam em mil e duzentos.

O SR. ONOFRE GOMES — Segundo informação do Ministro, as promoções serão da ordem de mil.

O Sr. Flávio Guimarães — Essa é informação oficial.

O SR. ONOFRE GOMES — Perfeitamente.

Chegou-se, assim, à conclusão de que a promoção de mil Sargentos ou Suboficiais à categoria de segundos Sargentos especialistas, determinaria uma clara equivalente no Quadro de Suboficiais e Sargentos.

Faço essa demonstração porque arqueei equivocadamente o Sr. Ministro da Aeronáutica, partindo da base de seis mil sargentos. Não tem S. Ex.^a nenhuma razão. Admitida a promoção de mil, na Aeronáutica, ainda continuará essa força militar com seis mil Sargentos, conforme argumentação do Sr. Ministro, pois, em vez de existirem os seis mil Sargentos que Sua Excelência admitiu como efetivo base há, realmente, mais de sete mil.

Como esse efetivo vai ser elevado a mais de nove mil, dentro em pouco.

O Sr. Flávio Guimarães — Serão, então, resolvidas as dificuldades apontadas.

O SR. ONOFRE GOMES — Perfeitamente. Fico muito agradecido ao aparte de V. Ex.^a, que completou o desenvolvimento de minha argumentação.

Sr. Presidente, esses mil Sargentos e Suboficiais beneficiados pelo Projeto, não se ausentarão, do serviço de

Aeronáutica, visto como não darão baixa. Certamente não morrerão tentos de repêto, os promovidos em consequência do amparo que o Projeto lhes dá. Ao contrário do que invoca S. Ex.^a, eles permanecerão no serviço, melhorando as condições de trabalho de que são executores, como especialistas, de vez que servirão como Oficiais auxiliares, função para a qual deverão ser designados, como intermediários entre os Oficiais aviadores — não especialistas, a não ser em seu ramo de voo e combate — e o quadro de Suboficiais e Sargentos, realmente especialistas.

No momento presente, há um hiato, porque se passa da chefia de um Oficial aviador — 1.º Tenente, Capitão ou Major — apenas supervisor da seção de trabalho correspondente, para as graduações de Suboficiais e de Sargentos, que são, verdadeiramente, os especialistas, encarregados e responsáveis, como executores, do verdadeiro trabalho que mantém a eficiência dos aviões; e não só destes, mas de todos os serviços correlatos à segurança de voo, como serviço de meteorologia de rádio-comunicações, e outros, visto como os especialistas, mais diretamente ocupados em assegurar as boas condições de voo são, naturalmente, os mecânicos de várias categorias.

Promovidos os Sargentos e Suboficiais, existirão elementos intermediários entre os Oficiais aviadores que chefiarão as respectivas seções dos parques e bases aéreas e o corpo de Suboficiais e Sargentos especialistas.

Parece-me, Sr. Presidente, não se pode tergiversar entre esses dois critérios: um não ir buscar os Oficiais especialistas entre os Sargentos e Suboficiais da Aeronáutica, especialistas já consumados, conceito há muito pouco tempo corroborado pela Comissão de técnicos ingleses que vieram montar os aviões a jato no Galeão.

Tive oportunidade de ler ao Senado o juízo que expressaram tais técnicos a respeito dos especialistas da Aeronáutica. Quem diz especialista Aeronáutica ainda diz quase exclusivamente Suboficial e Sargento.

O outro critério é recrutar Sargentos que ainda não são especialistas, que se matricularão em cursos de especialidades, com embasamento muito mais teórico que prático, guiados pelo conhecimento desses Sargentos e Suboficiais especialistas, monitores de instrução, para depois ultrapassá-los na carreira, promovendo-os a Oficiais, enquanto que aqueles que colaboraram para sua formação, especialistas há muitos anos e com serviço de guerra, permanecerão no posto de Suboficial e Sargento, embora satisficam as condições legais em vigor para serem promovidos a Segundo Tenente, como possuidores do curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente.

A situação prática, consequentemente, é esta: existem na Aeronáutica Suboficiais e Sargentos especializados nas diferentes técnicas que satisfazem às condições dadas vigentes para promoção a 2.º Tenente para serviços de guerra, e cujo acesso se pretende obter, enquanto se vai recrutar, no Corpo de Sargentos ainda não especializados, ou mesmo entre civis, candidatos a sargento que, após os necessários estudos, serão os 2.ºs Tenentes especialistas.

Tão clara é a situação, que não terá o Senado dificuldade em compreender que tendiam, os que se opõem à aprovação do projeto, fazer injustas, flagrantes, decepções, talvez definitivamente, aos bons brasileiros que, chamados pela Pátria, em momentos de risco, atenderam ao apelo, desempenhando patriótica e eficientemente as suas funções.

Não houvesse, Sr. Presidente, suboficiais e sargentos especialistas, na aeronáutica, satisfazendo as condiç

da lei atual, para promoção a 2.º tenente, e, sem dúvida, estaria o Senhor Ministro da Aeronáutica com as mãos livres para recrutar, inclusive no meio civil, futuros segundos-tenentes especialistas. Mas, se há suboficiais e sargentos especialistas, com serviços de guerra, preferi-los será um ato inadmissível, cuja repercussão psicológica e moral causará profunda decepção nos bons servidores, que foram e continuam sendo os suboficiais e sargentos especialistas da Aeronáutica.

Fizel bem ao Senado a situação realmente caprichosa de não poderem ser aqueles militares que colaboraram na formação de especialistas, enquanto que seus instrutores, depois de saírem de suas mãos, mas sem experiência por que novatos, vão colher os frutos da promoção a Segundos Tenentes.

Não há obscuridade, no meu entender, quanto à situação da Aeronáutica.

Rebatendo as informações prestadas por S. Ex.^a o Sr. Brigadeiro Ministro da Aeronáutica, tive ocasião de focalizar, no Senado, a decepção contradição entre os seus dois julgamentos, quanto aos seus subordinados, muitos deles seus comandados no 1.º Grupo de Caça das operações da Itália: o relatório sobre as operações de guerra realizadas pela unidade sob seu comando, e o juízo constante das informações que S. Ex.^a enviou ao Senado.

Por estas últimas, S. Ex.^a é contra a promoção desses suboficiais e sargentos.

Vejam, então, as próprias palavras de S. Ex.^a, quando Comandante, ainda sob a impressão de haver sido o Chefe desses rapazes que cumpriram serena e bravamente seu dever, as quais constituem realmente o conceito legítimo que se tem de fazer sobre os suboficiais e sargentos especialistas da Aeronáutica.

Diz S. Ex.^a, referindo-se aos oficiais aviadores, que são os chefes de seções de especialidades nos Parques e Bases aéreas:

“Uma vez que sua pequena experiência em comandar...”

— era esse o juízo de S. Ex.^a:

“... uma vez que sua pequena experiência em comandar...”

refere-se aos oficiais aviadores, por serem ainda muito jovens...

“... e ao fato de serem ainda muito jovens não infundiram a necessária confiança aos suboficiais e sargentos dessas seções, homens geralmente com mais de 10 anos de serviço.”

E conclui:

“Parece-me bem indicado aproveitar o nosso pessoal subalterno especialista...”

— que nesse caso são os suboficiais e sargentos especialistas...

“e fazê-los oficiais, pois sua longa experiência militar, conhecimento muito bem o mérito e a mentalidade de seus auxiliares e a grande capacidade técnica indiscutível fazem-nos chefes acatados por seus subordinados e de inteira confiança do Comando.”

Penso que, em face dessa demonstração, os Senhores Senadores e a Mesa não terão nenhuma dúvida em compreender e admitir que a situação certa e justa é a consubstanciada no Projeto n.º 337, de 1953.

Quanto aos subtenentes e sargentos do Exército, todos igualmente satisfazendo os requisitos da lei vigente para promoção a 2.º tenente do Q. A. A., tive ocasião de, refutando as informações de S. Ex.^a o Sr. Ministro da Guerra, que se permitiu admitir que não teria ocupação para os novos promovidos.

Com a devida venia de S. Ex.^a, informo desta tribuna, que o número de promovidos talvez ainda fosse insuficiente para as necessidades que o Ministério sob sua dire-

ção sente apenas em dois Serviços: o de Recrutamento e o de Registro, datilografia e arquivamento de documentos sigilosos, que reclamam a cooperação de pessoas seguramente conhecidas, o que só poderá conseguir através de observações e meditação tempo, ou seja o caso dos sargentos e suboficiais.

Não posso, como oficial-general, embora no plenário do Senado falar de público, sobre a verdadeira situação a este respeito, mas posso afirmar que não há chefe militar que não deseje a colaboração de companheiros experientes, discretos e patriotas, no setor do Serviço de assuntos e documentos sigilosos.

E como ao Exército não sobram recursos que lhe permitam dar a essa função oficial de formação cara, como os diplomados na Academia Militar das Agulhas Negras, é nesse contingente que se há de buscar os coadjuvantes desse trabalho, como sempre fez o velho Exército, até o instante...

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os tímpanos) — Lembra ao nobre orador faltarem apenas dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. EUCLIDES VIEIRA.

(Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Onofre Gomes conclua sua oração.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Euclides Vieira.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. ONOFRE GOMES:

O Sr. Presidente, agradeço ao Ilustre colega Senador Euclides Vieira, a Mesa e ao plenário a concessão que me fazem para concluir minha argumentação.

Dizia eu: Até o instante em que, inadvertidamente, se extinguiu o velho quadro de sargentos-escriventes do Exército, substituído por funcionários civis, em grande maioria do sexo feminino, criando-se uma situação delicada de, nas proximidades, nos sobrevizos, defrontar com grandes dificuldades, visto como os funcionários — principalmente do sexo feminino — além de trabalharem em regime regular de horas de serviço, estão impossibilitados, por condições facilmente compreensíveis, de permanecerem até alta madrugada ou noites a fio, fora de suas casas.

Quando os escreventes eram sargentos de tarimba, não existiam tais preocupações, bem como tornavam-se sensivelmente atenuadas quaisquer possibilidades de indiscrição.

Sr. Presidente, no serviço de Elaboração, Registro e Arquivo de documentos sigilosos, por exemplo, muitos sargentos e suboficiais que foram promovidos em consequência da aprovação do projeto n.º 377, poderão ser aproveitados.

O Serviço de Recrutamento, entretanto, é o que mais se ressentirá com a situação atual. Cerca de 2-3 dos municípios brasileiros não possuem delegados do Exército incumbidos de elucidar as respectivas populações no sentido de cumprirem o seu dever relativamente à Lei do Serviço Militar. É sabido que o crime de insubmissão decorre, frequentemente, da ignorância dessa obrigação.

Compreende-se, perfeitamente, que cidadãos de pouca cultura — na maioria dos casos sequer alfabetizados — vivendo tão distantes dos grandes centros, desconhecem as determinações legais e jamais tenham visto um "Diário Oficial" ou um "Diário do Congresso".

O Delegado Militar, portanto, torna-se uma imperiosa necessidade, sob pena de o Exército realizar com grandes falhas, como o tem feito o Serviço de Recrutamento, trazendo para os quartéis inúmeros arrimos de família que, justamente, por essa prerrogativa de isenção que a lei lhes garante, não teriam necessidade de se locomoverem de seus municípios para as sedes das unidades onde se deveriam apresentar para receberem destino de incorporação.

Com o esforço que o Exército faz atualmente, realiza-se de maneira imperfeita esse trabalho porque não é normal um delegado de recrutamento encarregar-se de 3 e 4 municípios nos quais não pode atender em boa forma e no devido tempo.

Assim, Sr. Presidente, fica também claro e pronto que se refere à possibilidade de promoção dos subtenentes e sargentos que o Projeto visa beneficiar e com justiça, por terem cumprido dignamente seu dever para com a nação.

Voltando, Sr. Presidente, numa rápida digressão, ao caso da Aeronáutica, pareço-me mais simples aproveitar uma pessoa já especializada — sargento ou suboficial — o prático e eficiente — e matriculá-lo em cursos de extensão, de preparação intelectual, do que tomar um recruta, entre os totalmente leigos, matriculando-o no curso e, a par da preparação intelectual, dar-lhe paralelamente, a formação profissional. E' inconcebivelmente muito mais simples e fácil a primeira solução.

Dirá, talvez, o Sr. Ministro da Aeronáutica que indo esses sargentos e suboficiais para a escola, fazer o curso, ficar-se-á sem mão de obra para os Parques e Bases aéreas. Ora, isto só se fará gradativamente. Enquanto por muito melhor esta solução, de vez que, no referente a especialidades, assumindo estes a responsabilidade das suas especialidades, na execução — cuja deficiência acarretaria morte de outros — haveria muito mais segurança. Levar os já especializados ao aperfeiçoamento intelectual do curso será mais racional do que formar concomitantemente, intelectual e profissionalmente o especialista.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex. um aparte?

O Sr. ONOFRE GOMES — Com todo prazer.

O Sr. Hamilton Nogueira — Venha acompanhando o andamento deste projeto desde sua chegada ao Senado. Antes de ouvir os vários discursos que V. Ex. pronunciou nesta Casa, já tinha minha opinião formada, como leigo, no sentido de fazer um ato de justiça, reconhecendo o valor daqueles que serviram na Grande Guerra, correndo todos os riscos — como acentuou muito bem o nobre orador — em frente do campo de batalha, que é quase toda a superfície do globo.

O Sr. ONOFRE GOMES — Felizmente porque é isto que vai colaborar para que a paz seja imposta um dia.

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Ex. tem toda razão. No mesmo instante eu me comprometi a votar a favor desse projeto, por um ditame de minha consciência, e porque, lendo o parecer brilhante de V. Ex. não tive mais dúvida sobre o projeto, por várias razões. Primeiro, porque V. Ex. desde o tempo de Tenente, e muito sei de sua vida dedicada ao Exército e à Nação.

O Sr. ONOFRE GOMES — Obrigado a V. Ex.

O Sr. Hamilton Nogueira — O nobre colega é um General com um passado brilhante, que tem prestado grandes serviços à Pátria, dá seu depoimento e não teria nenhum entusiasmo pro esse projeto se ele fosse contrário aos interesses da nação e das Classes Armadas. Sob o ponto de vista técnico V. Ex. acaba de fazer uma exposição que não deixa margem a dúvidas.

O Sr. ONOFRE GOMES — Perfeitamente.

O Sr. Hamilton Nogueira — E' fato evidente, para mim, e estou cada vez mais convencido da justiça deste projeto e da votação favorável que deve receber.

O Sr. Mozart Lago — Como V. Ex., Senador Hamilton Nogueira, todo o Senado estaria favorável a este projeto se prestasse atenção aos discursos do nobre colega, Senador Onofre Gomes.

O Sr. ONOFRE GOMES — Agradeço os apertados dos nobres colegas Senadores Hamilton Nogueira e Mozart Lago. Todavia, pediria ao Senador Mozart Lago me permitisse admitir que tenho tido a satisfação de gozar da benevolência do Senado ouvindo-me nas arguições em defesa do projeto.

Um ponto, Sr. Presidente, também interessante, de arguição contra um dispositivo do projeto, que é o artigo 3.º que manda promover os Suboficiais e sargentos que estiveram no teatro brasileiro, contra o qual se formulam objeções, sendo a central, a de que o teatro italiano era o verdadeiro teatro principal. E' um equívoco, Sr. Presidente. Já expliquei ao Senado porque fomos à Itália. Não tivéssemos conjugasdas as circunstâncias e condições favoráveis, decorrentes de estarmos em companhia de duas nações ricas e poderosas como os Estados Unidos e Inglaterra, e jamais teríamos cometido a ousadia da destacar tropas para o território europeu.

Esta não é, porém, a razão principal; o que predomina na arguição contra o argumento, é que o verdadeiro teatro principal, por essencial, é este, onde vive a Nação.

Lançou-se a primeira posição de ofensiva-defensiva na Itália, como cobertura do teatro vital — que era o território em que habita a Nação.

Debaixo do ponto de vista operacional, pode-se cometer o equívoco de considerar principal aquele campo de batalha. O que se procurava defender, porém, não era o território italiano e sim o brasileiro. Num melhor conceito de estratégia, este, devido à sua essencialidade — uma vez que perdido tudo o mais também o estaria — é que era, e será se as circunstâncias se repetirem, o teatro de guerra principal.

Não há, consequentemente, razão para tentar pôr de parte o ato governamental, o ato estatal, o decreto que equiparou os dois cenários da guerra, para invocar motivos contra a promoção dos suboficiais e sargentos que desempenharam missões no território nacional.

Se aqui as desempenharam foi porque, devido à sua situação hierárquica, não gozavam da autonomia ou da iniciativa de se engajarem onde quisessem. Cumpriram ordens emanadas do poder legitimamente constituído. Não podem ser responsabilizados por não terem embarcado; primeiro, porque o contingente que para lá destacamos, naturalmente prevendo ficar com os depósitos de alimentação em caso de necessidade, como se prepararam — era o suficiente; e, segundo, porque estavam eles no exato cumprimento de ordens recebidas das auto-

ridades legítimas, constituídas delegadas do Estado.

Para bem focalizarmos este assunto que, realmente, pode ser um tanto controvertido, na doutrina da estratégia; para mostrarmos que este era, de fato, o teatro essencial da guerra, porque nele habita a Nação — e não há argumento mais forte — figurarei hegeira hipótese.

Não houvessem sido suficientes os meios de colaboração que recebemos, sobretudo dos Estados Unidos, na cobertura marítima e aérea, e uma divisão, ou mesmo um simples combatedor da Wehrmacht, ou das SS alemãs, conseguiria desembarcar e incursionar neste território, então que teria acontecido em face da extraordinária organização de sabotagem e de espionagem estabelecida neste país?

Imaginem VV. EEx. o que poderia ter ocorrido, recordando-se que não estamos mais na época de 1624 a 1654, quando enfrentamos as melhores tropas aguerridas da Europa — os holandeses — e as batemos!

Aquela época, embora fossem marcantes as desproporções dos meios de luta entre holandeses e brasileiros e portugueses, havia relativamente pequena diferença no principal material de combate, que era o armamento do infante. Com tais armas não se dava, talvez, um tiro de dois em dois minutos, sendo bom soldado e bom atirador. Assim, se um holandês perdia o tiro da sua arma de fogo, frequentemente não tinha tempo de preparar o imediato para abater o brasileiro indio ou mestiço, u o português, que ia defrontá-lo no corpo a corpo e trespassá-lo com lança de taboca.

Que ocorria aqui? Um desembarque e uma incursão, cujo caminho seria aberto por uma cortina, que não teríamos meios de enfrentar, de fogo das armas automáticas, com uma cobertura aérea que nos tornaria afezados ao terreno a fim de sermos abordados nas melhores condições para o inimigo.

Vejam V. Ex. Sr. Presidente, como são distintas as situações — a daquela época e a da atual.

Hoje, o Brasil está relativamente muito mais exposto a ataques vitoriosos de um povo poderoso, desde que obtenha consentimento de outras potências, do que na época em que nos contrapusemos aos holandeses e os vencemos. Naquele tempo, o fator era o único e preponderante na organização. Hoje, não. Embora o homem nunca deixe de ser, como elemento ativo, o essencial de qualquer organização combatente, a influência do armamento é de tal natureza que uma diferença acentuada entre os usados pelos partidos contendores pesa extraordinariamente a favor daqueles mais bem armados.

Esta é uma das circunstâncias para a qual o Brasil deve acudir muito bem os olhos, a fim de continuar na sã política internacional que tem desenvolvido desde antes da sua independência, de se integrar em coligações de nações, particularmente continentais, capaz de lhe proporcionar os elementos que lhe faleçam para, isoladamente, se opor à agressão de uma nação realmente poderosa.

A projeção do panamericanismo sobre o mundo, a que a Europa continua ainda resistindo, não querendo organizar-se de modo mais ou menos como as nações americanas, nos dava a esperança de que havíamos saído daquela época da Santa Aliança, em que os notáveis monarcas da Europa, consanguíneos, em entendimentos, decidiam da sorte dos povos, como muito bem lhes apossava.

Parece que mau signo permanença ainda orientando, para manter, as tradições dos países do continente, a ideia que a excelência tem mostrado não serem boas.

Se percurarmos com certa malícia e agudeza, talvez consigamos reunir argumentos e dados comprovantes de que realmente não se quer a harmonia entre as nações, para que se possa continuar a política de exploração dos povos fracos da África, da Ásia e da América, quando for possível. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

Durante o discurso do senhor Onofre Gomes, o Sr. Café Filho, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima — Olavo Oliveira — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Draul Ernani — Martiniano Fernandes — Durval Cruz — Walter Franco — Carlos Lindenberg — Altílio Vivacqua — Pereira Pinto — Bernardes Filho — (12).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Zenísio Jobim — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Victorino Freire — Arão Lino — Reginaldo Cavalcanti — Ruy Carneiro — Francisco Porto — Ezequias da Rocha — Julio Leite — Landulpho Alves — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Sá Tinoco — César Verqueiro — Sílvio Curvo — João Villasboas — Roberto Glasser — Alberto Pasqualini — (20).

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a hora do expediente, passo à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954, do Sr. Senador Ivo de Aquino e outros Senhores Senadores, aprovado na sessão de 13 de junho de 1954; tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18 de junho de 1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 13, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954), oferecendo substituição e dependendo do pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto depende do parecer da Comissão de Serviço Público Civil. Tem a palavra o nobre Senador Luiz Tinoco, para emití-lo, na qualidade de relator.

O SR. LUIZ TINOCO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Resolução n.º 6, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do quadro da Secretaria do Senado Federal, foi, a requerimento do eminente Senador Mozart Lago, deferido pelo Plenário, encaminhado à Comissão de Serviço Público Civil.

Na qualidade de presidente, em exercício, desse órgão técnico, procurei, hoje, ouvir seus membros sobre as emendas e subemendas apresentadas ao seu julgamento.

A Comissão, há pouco reunida, considerou o precedente verificado durante a apreciação do Projeto de Resolução n.º 2, quando o Plenário lhe negou audiência, sob a alegação de

que a matéria era da competência privativa da Comissão Diretora. Para tanto, baseou-se no Regulamento Interno da Casa o qual, no item 7 do art. 61, subtrai ao exame das demais Comissões os assuntos que digam respeito ao serviço e ao pessoal da Secretaria.

Assim interpretando, julgou-se a Comissão de Serviço Público Civil incompetente para emitir parecer a respeito do caso, considerando-o da alçada exclusiva da Comissão Diretora.

Esse o parecer, aprovado por maioria, contra o voto do Senador Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Emittido o parecer faltante da Comissão de Serviço Público Civil, está aberta a discussão especial das emendas, para a qual dispõe cada Senador de meia hora, nos termos do Regulamento.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, no parecer da Comissão Diretora, lido neste plenário, na sessão de sexta-feira última, justificava o orador várias subemendas, remetidas à Mesa.

Na publicação do "Diário do Congresso Nacional", entretanto, houve omissão de duas emendas, razão pela qual levanto, preliminarmente, questão de ordem, indagando se, ainda posso remeter à Mesa os originais, porque as subemendas estão justificadas no parecer.

Dizila eu no parecer, depois de várias considerações:

"Dai a necessidade imperiosa de que o seu ingresso no quadro taquígrafico do Congresso seja feito exclusivamente por concurso e que até mesmo a sua promoção se faça por prova interna, por onde se possa constatar que o profissional ainda está em boa forma. Esta consideração aconselha, portanto, que se altere pelo menos o critério atual, para permitir que as promoções se façam — uma por antiguidade e duas por merecimento. Critério este que deverá tornar-se exclusivo para promoção da classe "O" e de Taquígrafo-Revisor".

Justifico também plenamente no parecer da Comissão Diretora a necessidade de ter a Taquígrafia dois redatores revisores das provas taquígraficas dactilografadas. Essa necessidade é patente quando consideramos que o diretor do corpo taquígrafico permanece no recinto durante toda a sessão, e, terminada ela, esse operário funcionário ainda vai para o seu posto, e lê todas as folhas já traduzidas e dactilografadas pelos taquígrafos, destinadas à publicação no "Diário do Congresso".

Como deve V. Ex.^a estar lembrado, Sr. Presidente, na reunião da Comissão, ponderei que se resolveria a situação com o aumento de dois taquígrafos-revisores; em vez de o quadro ser composto de seis, só-lo-ia de oito cabendo ao Diretor a incumbência de designar quais deveriam exercer os novos cargos.

Esta subemenda não foi publicada no corpo do parecer da Comissão Diretora, de modo que vou renová-la.

Outra subemenda que também não consta da publicação é a relativa à Emenda n.º 16, pela qual os redatores revisores são enquadrados no limite dos símbolos que irão designar os cargos. Assim, em vez de constarem como PL-3 ou PL-4, propõe a Comissão Diretora, a classificação em PL-7, limite normal de vencimentos de todos os funcionários favorecidos nesta resolução.

E a consulta que faço, remetendo à Mesa as duas subemendas não publicadas.

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Alfredo Neves, declaro que já existiam na mesa sete emendas apresentadas por S. Ex.^a, como consequência de um parecer da Comissão Diretora.

A Mesa acaba de verificar que realmente do parecer constam também como subemendas apresentadas pela Comissão Diretora, as duas ora remetidas. Por isso, resolve aceitá-las para que sejam discutidas e votadas.

SUBEMENDAS CONSTANTES DO PARECER DA COMISSÃO DIRETORA.

(Omitidas na publicação)

Subemenda n.º 8

(Da Comissão Diretora)

Substitua-se o Art. 12 pelo seguinte: Art. 12. A carreira de Taquígrafo passa a ter a seguinte classificação:

Cargos	N.º de cargos	Classe
Taquígrafo Revisor	8	PL 4
Taquígrafo	6	O
Taquígrafo	6	N
Taquígrafo	6	M
Taquígrafo	6	L

§ 1.º O Diretor da Taquígrafia designará, entre os Taquígrafos revisores, dois que se incumbirão da revisão definitiva das notas taquígraficas dactilografadas destinadas à publicação dos discursos dos Srs. Senadores em alta imprensa.

§ 2.º Os atuais cargos de taquígrafos L serão extintos à medida que se vagerem, bem como os cargos excedentes.

§ 3.º As promoções na Diretoria da Taquígrafia passarão a ser feitas uma por antiguidade e duas por merecimento. O acesso a qualquer das classes por merecimento far-se-á mediante concurso de provas de taquígrafia e redação.

Artigo — Onde convier:

Os cargos de Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e de Assessores técnicos terão o padrão PL 7 e os assistentes da Ata, PL 8.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954.

Subemenda n.º 9

(Da Comissão Diretora)

Subemenda à emenda n.º 16, da Comissão de Finanças.

Substitua-se no parágrafo único as expressões — corresponderá ao padrão ou classe imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço, pela seguinte: — corresponderá ao padrão PL-7.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954.

Durante o discurso do Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Gallotti.

Continua a discussão especial.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador). Senhor Presidente, quero afirmar meu ponto de vista na votação do Projeto de Resolução n.º 6 e suas emendas. Tenho para mim que, da forma por que foi apresentado, ele é inteiramente contrário não só ao interesse público como do próprio Senado.

Assim, se tivesse que votá-lo quer na sua origem, quer como agora, com as inúmeras emendas que apresentei, eu me manifestaria contrariamente, porque, temos que defender, antes de tudo, o prestígio do Senado perante a Nação.

Aprovado o projeto, a repercussão será desfavorável à mais alta CA-

mara do país, uma vez que, nele se ariam numerosos cargos de padrão elevadíssimo.

Numa hora em que a Câmara dos Deputados reagiu energicamente, não introduzindo no seu quadro nada além dos símbolos, numa hora em que a Câmara dos Vereadores desta cidade procura conter outras reestruturações, não é concebível que o Senado da República faça radical modificação no quadro de seus funcionários.

Afirmarão, entretanto, alguns signatários das emendas que nele se procura reparar desigualdades, injustiças, uma vez que resoluções anteriormente votadas estabeleceram tratamento diferente entre o funcionalismo da Casa. Quanto a isto, estou de pleno acordo. Procurando corrigir tal disparidade a Comissão Diretora, que tão eficiente e corretamente vem orientando a administração do Senado, apresentou substitutivo, a meu ver capaz de sanar injustiça e falhas existentes no escalonamento dos funcionários.

Por essa razão, acompanharei integralmente o parecer da Comissão Diretora desta Casa.

O Sr. Alfredo Neves — Antecipo meus agradecimentos a V. Ex.^a, em nome da Comissão Diretora.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Nada mais fiz do que prestar minha homenagem à Comissão Diretora do Senado. (Muito bem).

O SR. MOZART LAGO:

(Não foi revisto pelo orador). Senhor Presidente, quando, anteontem aqui solicitei fosse o Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, enviado à Comissão de Serviço Público Civil, tinha em mira dois objetivos: primeiro, examiná-lo minuciosamente, e, segundo, ter a oportunidade de apresentar-lhe um substitutivo, caso a Comissão de Serviço Público não se houvesse julgado incompetente para conhecer da matéria.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador). Não pude participar dessa reunião por motivo de força maior. Se estivesse presente, teria dado meu voto a favor da competência da Comissão de Serviço Público. Não posso compreender por que essa Comissão não pode apreciar projeto de resolução que reestrutura o quadro do funcionalismo do Senado. A Comissão de Serviço Público Civil,

com maiores razões, deveria apreciar tal projeto, porquanto seria a mais habilitada a esclarecer o plenário sobre a situação das emendas propostas, de acordo com o critério adotado pelo serviço público em geral. Não é admissível que a referida Comissão não tenha competência para apreciar, devidamente, o projeto para ver se o mesmo se harmoniza com o serviço público da União. Era o depoimento que desejava prestar ao Senado, aproveitando-me da oportunidade deste aparte.

O SR. MOZART LAGO — Agradeço a V. Ex.^a a gentileza do aparte.

Senhor Presidente, se a Comissão de Serviço Público Civil não se houvesse julgado incompetente, eu teria oferecido ao projeto um substitutivo, que seria precisamente o resultado do anteprojeto apresentado ao Senado, já distribuído em avulso a todos os Senadores, e do elaborado pela Comissão Especial designada pela Mesa para reestruturar os serviços da nossa Secretaria.

Proporia também apensásemos ao referido anteprojeto todas as emendas oferecidas e em discussão, para que pudéssemos, então, apresentar projeto de resolução capaz de atender às necessidades dos nossos serviços.

Senhor Presidente, tenho pelo funcionalismo do Senado a mais profunda admiração. Conheço-os um a um, e recordo-me que, quando a revolução de 1937 triunfou, foi no corpo de funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal que o Governo encontrou alguns dos mais altos e prestigiosos colaboradores para a obra que lá empreender.

Não tenho, portanto, qualquer restrição a fazer aos funcionários, quer do Senado, quer da Câmara. O que oorre, porém, ninguém melhor do que eu poderia explicar, porque não tenho preguiça de trabalhar. Trabalho o máximo que me é possível. No entanto, sinto nesta Casa as maiores dificuldades para executar qualquer serviço.

Ainda no ano passado, a Mesa do Senado tomou a deliberação de designar um secretário para cada uma das nossas bancadas. Para atendê-las foram destacados funcionários distintíssimos, os quais, no entanto, presos como ficaram aos afazeres da secretaria, não podiam atender a nenhuma bancada como era de desejar.

Há mais. Diariamente trago de casa meu Projeto e outros trabalhos já dactilografados. E se assim o faço é porque é comum — apesar da boa vontade dos funcionários que me atendem — não dispor, nos momentos mais necessários, de dactilógrafos que me possam ajudar, pois os que existem, conquanto capazes, não bastam ao serviço.

O ano passado, nosso nobre colega, Senador Marcondes Filho, acompanhado do Dr. Isaac Brown, foram à Europa e se deram ao trabalho de estudar a organização das Secretarias de vários Parlamentos do Velho Mundo. O nosso Presidente ofereceu mesmo sobre a sua pesquisa na Europa alentado trabalho, dando-nos impressão da excelência dos serviços das Secretarias daquelas Casas Legislativas.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador). Porventura essas sugestões do Senador Marcondes Filho teriam sido aproveitadas na elaboração do Projeto que vamos votar?

O SR. MOZART LAGO — Estão sapientíssimamente aproveitadas no trabalho elaborado pela Comissão de Reestruturação, e é pena que o Senado tenha que votar a atual Resolução sem tomar conhecimento desse estudo de fôlego, realmente magni-

fico, e que, se aproveitado, estou certo, os serviços desta Casa passariam a marchar como é de desejar.

Dizia eu, Sr. Presidente, que lamento não possa o anteprojeto, elaborado pela Comissão de Reestruturação, ser aproveitado neste instante. Admira-me mesmo não tenha a Mesa do Senado tomado a iniciativa de apresentá-lo, como substitutivo, quando a Resolução nº 6 foi submetida ao regime de urgência.

O Sr. Alfredo Neves — Dentro em pouco responderei a V. Ex.ª, esclarecendo esse ponto. Aliás, se o nobre colega fizer um confronto desse trabalho com a emenda substitutiva, oferecida pela Comissão Diretora, verá que ele foi aproveitado tanto quanto possível. Não era, porém, aconselhável se apresentasse neste momento aquele trabalho tal como está, por uma série de circunstâncias, que, oportunamente, explicarei a V. Ex.ª.

O Sr. MOZART LAGO — Agradeço o aparte; mas continuo lamentando não houvesse a Mesa tomado tal iniciativa, pedindo mesmo ao Senado que sustasse a discussão do Projeto e das emendas até que a Comissão Diretora pudesse considerar todas as sugestões e enfeixá-las num Projeto.

Este meu ponto de vista é o de um Senador que trabalha e sente dificuldade pela desorganização e deficiência dos serviços da Secretaria do Senado.

Nesta altura dos acontecimentos, tenho que opinar sobre o Projeto. Acompanharei o parecer da Comissão de Finanças, elaborado pelo nobre colega Senador Ivo d'Aquino. (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Mozart Lago o Senhor Francisco Gallotti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, estou interessado sobremaneira em que o Senado resolva a situação criada com a vinda ao Plenário do Projeto de Resolução que modifica o quadro da Secretaria; e estou interessado porque toda vez que aflora neste recinto qualquer proposição nesse sentido, a Casa inteira movimentava-se, os serviços interrompiam-se, e os funcionários, num direito de defesa, procuram os Srs. Senadores para lhes dizer da justiça das sugestões que apresentam.

A maneira de voltar à tranquilidade é, sem dúvida, resolver o assunto em Plenário.

Desejo dizer ao nobre Senador Mozart Lago que a Comissão Diretora examinou detidamente o Projeto da Comissão Especial; e paraceu-lhe que, aprovado o quadro proposto, não teria onde localizar os novos Serviços criados.

Há uma série de sugestões úteis que precisam ser adotadas; mas em outra oportunidade, quando tivermos edifício que permita a melhoria dos Serviços.

O anteprojeto apresentado aumenta o quadro da Secretaria de cento e cinquenta e oito funcionários; e já somos criticados pelo excesso de Senadores, mesmo restringindo o seu número com a supressão de cargos que se vagam.

Dir-se-á, talvez, que o Senado está acima de comentários; mas ao lermos as críticas, nos sentimos contrariados.

Os Serviços, como estão organizados, dentro das possibilidades do edi-

fício, podem ser desempenhados com eficiência e a tempo, desde que cada setor seja lotado apenas com os funcionários necessários.

Embora não negue razão aos nobres Pares, a Comissão Diretora nem sempre encontra acolhida quando pretende transferir funcionários de uma sessão para outra, a fim de prestar melhor colaboração, quer como datilógrafos quer como oficiais legislativos.

A questão de serviço datilográfico no Senado é antiga. Também o anteprojeto da Comissão Especial cogita de sua solução. A Comissão Diretora do seu Substitutivo, incluindo as sugestões nele contidas, passíveis de adoção no momento, restabelece o Quadro de Datilógrafos, condicionando o ingresso ao concurso de provas. De outra forma, continuarão as constantes reclamações dos Srs. Senadores.

A Comissão Diretora não apresentou o anteprojeto da Comissão Especial por inoportuno no momento; mas dele aproveitou tudo quanto podia ser agora adotado.

Não se diga que a criação do Quadro de Datilógrafos elevará a despesa do Senado. Não! De início, criamos apenas 12 cargos, e para eles já existe verba com a supressão sistemática, há dois anos, dos cargos vagos de serviços do Senado, alguns de alto padrão de vencimentos, como os de Redator e Revisor de Anais. A economia resultante dá oportunidade a atendermos, de algum modo, desde logo, as reclamações sobre datilografia.

Das doze datilógrafos que propomos — consta do substitutivo — serão lotados da Diretoria da Taquigrafia. Já expliquei que esse Serviço exige assiduidade e sacrifício. O funcionário não pode sair sem terminar seu trabalho. Por essa razão, destinamos novos datilógrafos para a Taquigrafia a fim de atender, a tempo e a hora, aos trabalhos da sessão.

No momento — repito — servem na Taquigrafia apenas seis oficiais legislativos, o que leva os Taquigrafas a datilografarem eles mesmos, seus "quartos".

Como vê o Senado é precário o número de auxiliares lotado na Diretoria da Taquigrafia, a dos mais importantes e mais úteis da Casa, o que de certo modo, prejudica o bom andamento das suas atividades.

Dois outros datilógrafos eu os proponho para a Diretoria da Ata. Por quê?

O Serviço da Ata precisa, no mínimo, de dois datilógrafos. Constantemente os jornalistas desejam cópias de documentos lidos no expediente; e a Ata não os pode atender; e as reclamações são então feitas.

E não os pode atender por quê? Pela falta de datilógrafos em número suficiente.

Considero essa reclamação procedente. A divulgação de certos documentos é do próprio interesse do Senado. Procuro, destarte, lotar dois dos novos datilógrafos naquele Serviço.

Sr. Presidente, o tempo é pouco. O Substitutivo da Comissão de Finanças já foi publicado. Os Srs. Senadores já o leram. Se confrontarem o que nele se contém com o proposto no anteprojeto da Comissão Especial, verificarão que a Comissão Diretora aproveitou suas sugestões para redação do Substitutivo.

Espero aprove o Senado o Substitutivo da Comissão Diretora, para o qual vou pedir preferência. Procurou, ele, atender as necessidades dos Serviços que superintende nesta Casa. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, nada tenho a opor às considerações do Sr. 1.º Secretário da Casa. S. Ex.ª passou por todos os cargos desta Casa. Conhece, portanto, e muito bem os serviços do Senado. O seu juízo, a esse respeito, é perfeito.

Estranho, no entanto, deseje S. Ex.ª criar oito cargos de taquígrafos, quando há cinquenta e oito oficiais legislativos, que entraram para o Senado como datilógrafos...

O Sr. Alfredo Neves — Permite V. Ex.ª um aparte. V. Ex.ª está equivocado. Não criou oito cargos de taquígrafos.

O Sr. JOAQUIM PIRES — Enganei-me; de datilógrafos.

O Sr. Alfredo Neves — De datilógrafos, sim; não oito, mas doze.

O Sr. JOAQUIM PIRES — Há, no entanto, cinquenta e oito Oficiais Legislativos letra "J", classificados até há 2 anos, como datilógrafos; e ainda servem todos eles, apenas de Oficiais Legislativos, como datilógrafos. Para que mais doze cargos de datilógrafos?

O Sr. Alfredo Neves — V. Ex.ª propõe elevá-los a tal nível que o Regulamento não mais lhes permitirá exercerem a função de datilógrafo.

O Sr. JOAQUIM PIRES — Não quero se constitua um quadro microcefalo. Esse quadro tem 8 cargos na letra "O", 9 na letra "N", 10 na "M", 11 na "L", 13 na "K" e 58 na letra "J".

Sr. Presidente, não foi eu, mas, sim o ex-Presidente desta Casa, o notável e saudoso Senador Mello Vianna quem distribuiu esses 58 lugares por todas as graduações para a organização de um quadro mais harmônico.

Isto não quer dizer porém, que o Oficial Legislativo letra "L" ou "M" não faça serviço de datilografia.

O Sr. Alfredo Neves — V. Ex.ª sabe que muitos deles não são hábeis datilógrafos.

O Sr. JOAQUIM PIRES — Na sua maior parte são hábeis datilógrafos; necessitam como datilógrafos, no Serviço desta Casa, e fizeram concurso para Oficial Legislativo.

Se o nobre Senador Alfredo Neves julga que além dos funcionários já existentes no quadro são necessários mais 12, não deve deixar que há excesso de servidores na Secretaria do Senado que ficam de braços cruzados e se recusam a fazer o serviço de datilografia, quando, na realidade, são rigorosos cumpridores dos seus deveres.

O Sr. Alfredo Neves — Não se recusam, mas a prova de que são insuficientes é que a Taquigrafia retarda muitas vezes o serviço, por falta de datilógrafos.

O Sr. JOAQUIM PIRES — Servem na Taquigrafia 12 oficiais legislativos com a função de datilógrafo.

Fiz estas considerações, não para combatero que a Comissão Diretora achou necessário mas para mostrar que S. Ex.ª não tem razão quando diz que a despesa é vultuosíssima, tanto assim, que se compromete a reduzir esse número, à proporção que forem vagando os cargos.

Ora, Sr. Presidente, a Comissão Diretora não pode assumir essa responsabilidade, quando estamos às portas de novas eleições. Dois terços do Senado serão completamente renovados, e como assumir esse compromisso dentro dos seis meses que nos restam, no exercício do mandato que recebemos seremos fatalmente substituídos, salvo aqueles que desfrutaram de

prestígio nos seus Estados para conseguirem a reeleição. Penso que já se fez estudo a respeito, constando-se que a quase totalidade desses 2/3 será renovada. Não há compromisso possível portanto.

O nobre Senador pelo Estado do Rio, a quem todos nós desejamos continue a brilhar, como sempre o fez no Senado da República, não tem certeza se será reeleito. Assim, o compromisso de S. Ex.ª não tem, absolutamente, base concreta.

Sr. Presidente, entendo que o estudo elaborado pela Comissão de Finanças — consubstanciado no substitutivo Ivo d'Aquino — corresponde às necessidades do Senado e deve ser aprovado. Além de não ocasionar aumento de despesa, distribui melhor o pessoal. O Sr. 1.º Secretário e o Diretor Geral da Secretaria têm autoridade para compilar cada um desses funcionários a cumprir com o seu dever e a executar os serviços que lhe forem confiados, visto que todos possuem a competência indispensável ao satisfatório desempenho de suas funções.

Sou, portanto, repito, favorável ao substitutivo da Comissão de Finanças, calcado no parecer que apresentei sobre o Projeto de Resolução formulado pelo saudoso Senador Mello Vianna. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, viveamos numa época em que existe matéria nova de estudos denominada "Organização Científica do Trabalho" através da qual a atividade coletiva é examinada dentro de critérios racionais e científicos.

Não se compreende, assim, que um organismo como o Senado Federal modifique os serviços e quadros de sua Secretaria de maneira substancial — conforme verificamos no Projeto de Resolução em debate — sem atender ao princípio racional da organização do trabalho.

Constitui, portanto, honra para a Mesa e para a Comissão Diretora desta Casa a orientação adotada no examinar a necessidade de reestruturação do funcionalismo de sua Secretaria.

Vimos como o eminente Senador Marcondes Filho estudou a organização dos Parlaamentos estrangeiros e a contribuição que nos trouxe no sentido de melhorarmos nossos serviços.

Vimos o critério da Comissão Diretora ao nomear uma Comissão Especial incumbida de estudar a estrutura desses serviços.

Temos em mãos o trabalho desta Comissão, elaborado por elementos do corpo funcional do Senado — Senhores Plávio Goulart de Andrade, José Vicente de Oliveira Martins e Isaac Brown — o qual honra aqueles que o levaram a efeito. E' trabalho dos mais completos que se poderia desejar.

Esta Comissão, antes de mais nada antes mesmo de prever o quadro do funcionalismo procurou reestruturar os serviços do Senado planejou esses serviços para depois então ser previsto o quadro de funcionários necessários às experiências desses serviços.

Nem se compreendia o contrário, Sr. Presidente e se procurasse reorganizar o quadro do funcionalismo pensando apenas na melhoria da situação dos seus componentes, aspecto inevitavelmente relevante e ao qual não podemos ser indiferentes mas que não poderia ser tratado antes de se contar da organização de serviços.

Tenho sido dos que mais se têm batido, nesta Casa, por uma reorga-

lização dos serviços do Senado de modo a atender os reclamos das nossas funções. Apresentei mesmo há tempos, projeto de resolução criando um serviço de mecanografia.

O Sr. Alfredo Neves — Realmente.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — ... desejo de que pudessemos ter um serviço eficiente, principalmente quanto à datilografia. Quando temos um trabalho que deve ser datilografado com urgência ficamos, na maioria dos casos sujeitos aos favores de funcionários que o queiram fazer.

Também tenho defendido, para os serviços técnicos, que as Comissões sejam providas de assistentes capazes de cooperar com os Senadores no sentido do melhor desempenho das suas funções.

O Sr. Alfredo Neves — Mas para essas funções seriam necessárias pessoas com conhecimentos especializados e a indispensável cultura.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Evidentemente. Isso é essencial.

O Sr. Alfredo Neves — Não é qualquer funcionário que pode exercer essas funções.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Mas esta é que seria a solução ideal. Deveríamos, realmente buscar elementos capazes, mesmo fora do Senado, que pudessem servir às Comissões técnicas com a habilitação e capacidade que seus serviços exigem.

O Sr. Alfredo Neves — E o Senado tem exemplo disso na Comissão de Finanças, que foi buscar fora três técnicos capazes e de alta eficiência na sua especialidade.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Houve-me sobornado o aparte do nobre Senador Alfredo Neves, concordante com o ponto de vista que tenho defendido no sentido de melhor prover os nossos Comissões de elementos técnicos e especializados.

Mas, Sr. Presidente tudo isso apenas demonstra o desejo que tenho de contribuir para que possamos melhorar os serviços desta Casa, provendo-a dos recursos indispensáveis a uma conveniente e esclarecida orientação dos nossos serviços, que são os mais complexos, como, por exemplo a elaboração de leis que interessam a coletividade e que abrangem os problemas mais amplos e mais diversos da vida nacional.

E ainda, Sr. Presidente, mesmo por uma questão de esterilidade não posso compreender que tomemos um organismo como o corpo de funcionários da Secretaria do Senado Federal, e procuremos melhorá-lo aumentando-lhe um pedaço aqui, um pedaço ali, neste ou naquele setor, atendendo apenas a este ou aquele aspecto das exigências dos serviços. Dessa forma criaremos afinal um mostro que se continuarmos nesse afã de legislar para atender a solicitações desta ou daquela procedência, de grupos de funcionários cujos componentes são pessoas simpáticas que nos procuram e a quem, na verdade, desejamos atender. Porém, assim, criaremos, repito um mostro em lugar de um quadro racional dos serviços do Senado determinando injustiças, aumentando mais a uns do que a outros, e deixando, por fim o Senado na dependência de um quadro que, realmente, não poderá, atender às exigências de um serviço homogêneo, que demanda uma estruturação regida pelos princípios da harmonia e da justiça.

E outra coisa não faremos aprovando o projeto ora em discussão com as inúmeras emendas que lhe foram apresentadas, para atender a determinações grupais de funcionários aliás muito merecedores da nossa atenção,

mas sem antevisto do serviço no sentido de reorganizá-lo.

Sr. Presidente, temos em mãos um estudo apurado, inteligente e completo para reorganização dos nossos serviços e não posso compreender que legitemos apenas no sentido de provimento do quadro de funcionários.

O Sr. Alfredo Neves — Posso informar a V. Ex.^a que estou examinando essa parte do trabalho da Comissão Especial, a fim de dentro de pouco tempo, apresentar um projeto de indicação, regulando e organizando dentro das bases as propostas e adaptadas ao que a Comissão Diretora propôs, para que os serviços funcionem com lotação suficiente de servidores sobretudo evitando que certas seções tenham funcionários em demasia e outras estejam deficientes. V. Ex.^a que já conhece esta Casa e é homem que trabalha, sabe que os serviços mais suaves estão superlotados enquanto que os mais penosos accusam falta de funcionários. E isso nem sempre depende do Diretor Geral nem do Primeiro Secretário.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Está aí um exemplo do mostro que, com este projeto, iríamos criar. Com uma regulamentação racional do trabalho, criaremos um organograma dos serviços do Senado. Não temos ainda um panorama da verdadeira organização dos nossos trabalhos. É a falta de funcionários é que nos leva a essa situação uns setores cada vez mais bem providos; outros, carentes de pessoal suficiente.

Ora, Sr. Presidente, o que vejo aqui é um organograma da estruturação dos serviços desta Casa. O que mais precisamos, com esta organização, é criar um quadro de funcionários que seja consequência das nossas verdadeiras necessidades.

O Sr. Alfredo Neves — V. Ex.^a sabe que isto seria possível e justo. No Congresso, porém, quer na Câmara quer no Senado jamais se conseguiu uma organização desta natureza.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Pois se não fizemos isto no Congresso, se não procuramos fazê-lo, como defendemos ponto de vista semelhante para a organização dos serviços, em geral, do país, nós que somos a fonte originária dessas organizações pelas leis que elaboramos?

Temos que começar por casa organizando nossos serviços para depois imprimirmos eficiência e inspirarmos confiança em nossos trabalhos.

O Sr. Alfredo Neves — Assim deveria ser; mas o nosso tema — falei em tese, de modo geral — inteiramente é "faça o que digo e não o que faço".

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Para contrariar o aforismo lembrado pelo nobre Senador Alfredo Neves, de minha parte, declaro que não digo o que não posso fazer, mas procuro fazer o que digo.

Preferiria rejeitar todos os projetos e emendas em andamento e empreendermos novo trabalho, mais racional e completo, do Plano que a própria Comissão Diretora elaborou e temos aqui presente.

Não se concebe que, havendo um trabalho feito para a organização dos nossos serviços pela forma aqui apresentada, não o aproveitemos, dêmos mais abstratismo para adotar um plano fragmentário, de interesse razoável e justo somente no tocante ao funcionalismo desta Casa, porém, proporemos quanto aos elementos precípuos e básicos para reestruturação do quadro.

O Sr. Flávio Guimarães — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Para isto, precisamos de tempo. Um projeto em regime de urgência tem que sofrer dos males apontados por V. Ex.^a, visto que a escassez de tempo não permite estudos mais cuidados.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Não sei por que a urgência! Poderíamos, se é assim, estabelecer o mesmo regime para o anteprojeto de reestruturação dos nossos Serviços, já pronto e impresso, dependendo, apenas, de alinharmos a sua elaboração e aprovação para que, realmente, o funcionalismo desta Casa, o dos demais departamentos e do trabalhador em geral do país, seja atendido, como merece, nos seus reclamos de melhores vencimentos e maior justiça, sob o ponto de vista social.

Sei que todos estão desajustados nos seus ganhos em face do aumento crescente do custo de vida; mas os interesses razoáveis, humanos e justos não devem impedir de se fazer obra completa, com base racional e atendendo, realmente, aos objetivos preceitos de reestruturação.

Preferiria, Sr. Presidente, recusarmos todos estes projetos e emendas e começar novo trabalho que pudessem ser definitivo.

O Sr. Alfredo Neves — Se V. Ex.^a conseguir o voto do Senado, neste particular, poderá contar também com o meu.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Apelar, então, para o Senado. Recusamos todos esses projetos e intimamos a Comissão Diretora a, dentro de uma semana, nos apresentar um projeto de reestruturação dos nossos Serviços, com o quadro respectivo.

Esta seria a solução mais razoável. Acredito e espero que o Senado aceite esta sugestão.

O meu voto, portanto, Sr. Presidente, será no sentido de rejeitar todas as emendas e projetos para elaborarmos trabalho definitivo e mais completo.

Se não for vitorioso este meu ponto de vista, preferirei, em último caso, ainda ficar com o substitutivo da Comissão Diretora (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Gomes de Oliveira, o Sr. Café Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.

O SR. OTHON MADER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto n.º 5, ora em discussão, nasceu de proposição do Senador Mello Vianna, que tinha em vista reestruturar e melhorar de certa forma o quadro dos oficiais legislativos da Secretaria do Senado Federal. Era, por assim dizer, um proposição inofensiva, diante da qual hoje temos para votar. Tratava de melhorar a situação do Oficial Legislativo, que alegava não ter promoções há muitos anos. Mas, com o decorrer da discussão, tantas foram as emendas e os substitutivos apresentados, que estamos hoje diante de verdadeiro pandemônio. A situação concolheu-se de tal forma que, realmente, é difícil, neste momento, sabermos quais as emendas e os substitutivos merecedores de nossa aprovação. Daí fulgar que a solução mais acertada será acompanharmos os pareceres da Comissão Diretora.

A Comissão Diretora do Senado, eleita por unanimidade de votos deste plenário, tem-se mantido dentro de linha tão severa de prudência, que merece louvação por todos nós.

O Sr. Alfredo Neves — Muito obrigado.

O SR. OTHON MADER — Até hoje essa Comissão não desmarcou em nada do voto de confiança que lhe propiciamos no investida de seus poderes. Daí pensar, — como aliás já declarou o meu eminente colega, Senador Hamilton Nogueira — que,

diante das dificuldades encontradas, das complicações surgidas, o nosso dever é prestigiar a Comissão Diretora. Se não a prestigiarmos, e fizermos, com relação a este projeto, como se tem feito com os demais, em que os pareceres da Comissão Diretora têm sido sistematicamente derrotados no plenário, não vejo outra solução, senão a de destituir essa Comissão. Mas, se não há motivo para tal, se esse órgão se tem portado e conduzido com acerto e austeridade, julgo que o nosso dever é dar-lhe o maior prestígio possível e cercá-la de todo o nosso apoio.

O Sr. Hamilton Nogueira — Muito bem.

O SR. OTHON MADER — Assim, nesse caso, apoiemos os pareceres da Comissão Diretora, quer no projeto, nas emendas ou no substitutivo.

Este o voto que darei, em face da situação de verdadeira calamidade criada pela apresentação de tantas emendas e substitutivos que vêm favorecer, talvez, funcionários mercedores, mas não deixa de ser verdadeiro escândalo. Não querendo que o Senado participe deste escândalo que compromete seu prestígio e seu decoro, vou, nos meus votos, acompanhar os pareceres da Comissão Diretora (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.

O SR. BERNARDES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente apenas para anteceder: o meu voto será, realmente, no sentido da orientação da Comissão Diretora, pelos mesmos motivos apontados pelo Senador Othon Mader.

O Sr. Alfredo Neves — Muito obrigado.

O SR. BERNARDES FILHO — Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial.
O SR. ATÍLIO VIVACQUA
PRONUNCIA DISCURSO QUE
SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão especial (Parabéns).

Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, encerro a discussão.

A Mesa acaba de receber vários requerimentos de preferência e de destaque. Para colocá-los na devida ordem, e a fim de evitar dificuldade na votação, suspendo a sessão por 20 minutos.

A sessão é suspensa às 17 horas e 20 minutos e reaberta às 17 horas e 55 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.
Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.
É lido o seguinte:

Requerimento n.º 354, de 1954

Nos termos do art. 125, letra f do Regimento Interno, requeremos preferência, no projeto de Resolução número 5 de 1952:

a) para a 1.ª subemenda à emenda n.º 1-C (Substitutivo da Comissão de Finanças;

b) para a emenda n.º 23, da Comissão Diretora, logo após a votação da anterior.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1954. — Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento independe de apoio e discussão. Em votação. Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

Em virtude da aprovação do requerimento do nobre Senador Alfredo Neves, ficam prejudicados os requerimentos dos nobres Senadores Ivo d'Aquino e Joaquim Pires.

REQUERIMENTOS PREJUDICADOS

Nos termos do art. 125, letra f, do Regimento Interno, requerio preferência para o substitutivo da Comissão de Finanças, sem prejuízo das respectivas subemendas e das emendas que sejam compatíveis com o que nele se dispõe.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1954. — Joaquim Pires.

Nos termos do art. 125, letra f, do Regimento Interno, requerio preferência para a emenda n.º 1, em relação às demais emendas, sendo, porém, mantida, em referência a ela, a precedência regimental das respectivas subemendas, sendo dentre estas, apreciadas as da Comissão de Finanças antes das demais.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1954. — Ivo d'Aquino.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 355, de 1954

Nos termos do art. 125, letra f, do Regimento Interno, requerio preferência para a subemenda n.º 3 da Comissão de Finanças à emenda n.º 1, a fim de ser votada antes das subemendas da Comissão Diretora à emenda n.º 23.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1954. — Dural Cruz.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento independe de apoio e discussão. Em votação (Pausa).

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi retido pelo orador) — Sr. Presidente, o requerimento de urgência propõe preferência sobre preferência concedida, e, se aprovado, retrograda voto do Senado. Não são esses os antecedentes.

Não vejo como se pretenda agora inutilizar parte do voto desta Casa, há pouco emitido, para dar-se preferência a outra emenda que não pode nem deve tê-la. A emenda em causa eleva o padrão de vencimentos dos assessores técnicos de Cr\$ 8.400,00 para Cr\$ 15.000,00!

A emenda pode ser muito justa; mas houve combinação no sentido de se estabelecer um teto de vencimentos.

Deseja-se agora quebrar essa combinação, a fim de abrir preferência para determinada emenda. Acerta, não vejo como poderá o Senado negar outras preferências a emendas que vão além do teto combinado.

O Sr. Dural Cruz — V. Ex.ª terá razão quando se refere a combinações; mas a essas combinações não estiveram presentes os membros da Comissão de Finanças, que, finalmente, aceitaram a subemenda a que V. Ex.ª se refere.

O SR. ALFREDO NEVES — As combinações que fiz foram com o Presidente da Comissão de Finanças, o honrado Senador Ivo d'Aquino.

O Sr. Dural Cruz — Sei que V. Ex.ª se entendeu com o Presidente da Comissão de Finanças.

O SR. ALFREDO NEVES — Consultando o eminente líder desta Casa, desde logo declarou que concordaria com o teto de vencimentos, se houvesse uniformidade nas votações.

Sr. Presidente, se vamos quebrar o que já acertamos, como evitar que também os Redatores de Anais, os Redatores-Revisores saiam de PL-1 para PL-3, isto é, que passem de Cr\$ 12.000,00 para Cr\$ 16.000,00?

Não é possível estejamos votando de modo a cada vez mais comprometer o conceito do Senado.

Os Assessores da Comissão de Finanças são cumpridores de seus deveres, mas no Senado existiu uma escola de funcionários, em número muitíssimo superior, também competentes em suas funções, que as desempenham com amor e dedicação, sem horas de refeições e que aqui permanecem até tarde. E' o caso, por exemplo da Diretoria de Contabilidade. Muitos dos oficiais Legislativos nela lotados, chegam às dez horas e meia ou 11 horas, sem gratificação especial. Saem apenas para o almoço e ficam, por vezes, muito além da hora do expediente.

Sr. Presidente, não é possível dois pesos e duas medidas.

Se um ou outro funcionário do Senado não cumpre seu dever, a maioria, a grande maioria é constituída de servidores devotados aos serviços.

O voto que se pretende do Senado será injustiça, constituirá desestímulo; será convite a que os mais não cumpram com seus deveres.

Os funcionários do Senado trabalham por espírito público, por amor a esta Casa; igual ao que tenho, há mais de quarenta anos nesta Casa.

Sr. Presidente, falo com autoridade. Fui nesta Casa, muitos anos, enfileirado entre aqueles funcionários mais dedicados ao serviço.

Peço ao Senado deixe essa subemenda para ocasião mais oportuna. Aprovada, agora, com que autoridade poderá rejeitar as outras em igual sentido?

Não é possível continuarmos cada vez mais a desmerecer na opinião pública.

Tenho em meu poder — e posso ler ao Senado — artigo vibrante e tremendo contra nós, publicado no "O Estado de São Paulo", que V. Ex.ª, Sr. Presidente, sabe que é um dos jornais de maior autoridade no Brasil.

Recabi comentário de um articulista, publicado no "Correio Paulistano", censurando, o projeto, já classificado, pela imprensa de "trem da alegria". O "Correio da Manhã", "O Globo", o "Diário de Notícias", e outros jornais desta Capital, constantemente a ele se referem.

Srs. Senadores, poupemos a nós mesmos. Aumentemos e melhoraremos nossos funcionários, mas dentro da justa medida; acolhamos seus anseios, que não devam ser acolhidos.

Não serão apenas três os Assessores da Comissão de Finanças. Há emendas que elevam esse número. A da Comissão Diretora aumentou para 9, e a da Comissão de Constituição e Justiça cria mais doze. Passam, portanto, a ser vinte e um. E qual não será o volume de despesa para satisfazer à aspiração de apenas três funcionários?

Pediria aos nobres colegas meditassem bem. Se forçado, requererei verificação da votação; e talvez não haja número. O travesseiro é bom conselheiro. Amanhã votarão melhor. Não tenho nenhum interesse. Cumpro apenas meu dever. Assumo a responsabilidade. Sou 1.º Secretário.

Não ficaria satisfeito comigo mesmo se não demonstrasse ao Senado que a Comissão Diretora tudo tem feito e faz em defesa do crédito e do bom nome do Senado Federal.

O Sr. Gomes de Oliveira — Muito bem.

O SR. ALFREDO NEVES — Meus colegas muito me honrarão apoiando meu ponto de vista. (Muito bem; muito bem).

O SR. DARIO CARDOSO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi retido pelo orador) — Sr. Presidente, não era desejo meu ocupar a tribuna para externar-me sobre o Projeto; entretanto, o nobre Senador Alfredo Neves referiu-se ao líder da maioria, o que me obriga a fazê-lo.

Quando esta proposição transitava pela Comissão de Finanças, procurei-me o honrado Senador Alfredo Neves a fim de comunicar-me um teto máximo para os cargos isolados e para o último posto da carreira de Oficial Legislativo. Eu, imediatamente, concordei com S. Ex.ª. Julgava necessário se estabelecesse um teto não só para os postos mais elevados — de carreira — como para os isolados.

A Comissão de Finanças, entretanto, após a combinação, votou padrão diferente para os técnicos daquela entidade. Desde esse momento considere-me desligado do compromisso assumido. O teto máximo que era de, e se não me falha a memória — PL-7 foi quebrada. Estabeleceu-se o padrão PL-4 para os assessores da Comissão de Finanças.

O Sr. Alfredo Neves — A palavra de V. Ex.ª mantendo a combinação.

O SR. DARIO CARDOSO — Respondendo ao aparte do nobre Senador Alfredo Neves. Não tenho preferências por este ou aquele padrão. Desejo apenas — e o afirmo a V. Ex.ª — que, Sr. Presidente, — se fixe o teto máximo, a fim de evitar injustiças comuns em todas as repartições públicas e também no Senado Federal e vou dizer por que.

Se a emenda a que acaba de se referir o Sr. 1.º Secretário for aprovada, pleitearei, imediatamente, a elevação do padrão dos Redatores de Anais e Documentos Parlamentares.

Concordo quando a Comissão de Finanças estabeleceu o teto PL-7 para os aludidos funcionários. Posteriormente, entretanto, fixou-se padrão mais elevado para os Técnicos de Organismos. Declarei, incontinenti, que pleitearia a equiparação dos Redatores de Anais e Documentos Parlamentares a esses Técnicos.

A razão é muito simples. Mostrarei à Casa, em duas palavras, por que assim agi.

O cargo de Redator Revisor foi criado pela antiga Comissão Diretora com a denominação de Revisores de Processos, padrão L. Posteriormente, através de Resolução, pleitearam os respectivos funcionários a mudança de designação para Redatores Revisores. Em seguida, solicitaram equiparação aos Redatores de Anais, e foram atendidos.

A última das Resoluções a que me refiro determinava:

"Os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e os Redatores Revisores passarão a ter o mesmo padrão ou símbolo de vencimentos que venham a ter

os Assessores Técnicos de Organismos".

Antes, porém, em 1951, os Assessores da Comissão de Finanças, que pertenciam ao padrão M, obtiveram a equiparação aos Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, pela Resolução n.º 17, de 13 de novembro d. 1951, assim redigida:

"Fica equiparado o padrão de vencimentos dos cargos de Assessor Técnico de Organismo ao de Redator de Anais e Documentos Parlamentares".

Sr. Presidente, o cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares serviu de guia para os Redatores Revisores e, bem assim, para os Técnicos de Organismo. Ambas estas classes equipararam-se a de Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, que tinha padrão mais elevado.

Não é justo, portanto, elevar o Senado, neste momento, o padrão dos Técnicos de Organismo — que o merecem, por se tratar de funcionários competentes e cumpridores dos seus deveres — e deixar para trás os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, que lhes serviram de guia.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem.

O SR. DARIO CARDOSO — Esta a razão por que declarei não ter preferências. Desejo apenas se est.ª eleger o dr.º teto — PL-7 ou PL-4 — a fim de que não se verifiquem injustiças com a presente, em que funcionários se servem de determinada classe para atingir a um padrão e, depois, deixam para trás aqueles a que se nivelaram, conseguindo símbolo mais elevado.

Foi o que ocorreu com o parecer da Comissão de Finanças. Continue a manter a palavra empenhada com o Sr. 1.º Secretário.

O Sr. Alfredo Neves — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. DARIO CARDOSO — Estabelecido o padrão teto, estarei de acordo com ele, qualquer que seja o símbolo desse padrão. O que, entretanto, pleitearei em todas as minhas forças é o nivelamento daqueles que serviram para nivelar os técnicos de Organismo aos redatores-revisores.

Errei estas Sr. Presidente, as palavras que queria dizer ao Senado, a fim de que fique bem ciente sobre o meu procedimento, porque pleitearei essa equiparação caso o Senado resolva dar padrão maior aos técnicos de Organismo. (Muito bem. Muito bem).

O SR. DURAL CRUZ:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, a subemenda n.º 3 à Emenda n.º 1, da Comissão de Finanças, está intimamente ligada à estrutura da Emenda. Não se justifica, pois, seja ela votada depois da emenda n.º 23, conforme se inferiu do requerimento formulado pelos Senadores Alfredo Neves e Ivo d'Aquino. Seria prejudicar a votação, segundo a ordem natural da matéria em discussão, determinando o abandono provisório de parte da emenda e respectivas subemendas em favor de matéria tratada por outra emenda.

Devemos esclarecer, ainda, Senhor Presidente, que o nosso requerimento mais se justifica quando temos em vista defendermos a posição da Comissão de Finanças em relação ao projeto. A este a Comissão ofereceu emenda substitutiva e, depois no reexame que fez da matéria, ofereceu subemendas substitutivas, todas segundo critério que lhe pareceram justos, pois adequados a cada caso. Como ser possível, portanto, a esta altura que a Comissão veja, algumas das subemendas que formulou abandonadas em favor de emenda sobre a qual se pronunciou com parecer contrário?

O que desejamos, pois, Senhor Presidente, com o nosso requerimento, é que seja mantida a coerência do parecer da Comissão e que esse parecer seja votado na ordem, sem que preferências curas venham a prejudicar de modo frontal o ponto de vista que ali externamos.

O Sr. Alfredo Neves — O nobre orador me permite um aparte?

O SR. DURVAL CRUZ — Pois não.

O Sr. Alfredo Neves — O requerimento que tive a honra de formular foi feito nestes termos porque desejava cumprir o compromisso assumido, e só o poderia fazer se quebrasse um pouco a linha normal das subemendas, sem prejuízo daquela cuja votação será encaminhada oportunamente. E isso era bem possível porque existem ainda duas emendas favorecendo os técnicos da Comissão de Finanças. Vale dizer que na hipótese do meu requerimento de urgência prejudicar a subemenda da Comissão de Finanças...

O SR. DURVAL CRUZ — Prejudicariaportanto.

O Sr. Alfredo Neves — ...os técnicos teriam ainda duas oportunidades de pleitear, uma vez PL-4, outra, PL-3 e não sei se por outra, PL-1.

O SR. DURVAL CRUZ — Mas V. Ex.^a, apresentando o requerimento, pretendeu encerrar a possibilidade da discussão da subemenda n.º 3.

O Sr. Alfredo Neves — V. Ex.^a está equivocado.

O SR. DURVAL CRUZ — Diante de duas subemendas, apresentadas pela Comissão Diretora à Emenda n.º 23, se aprovada esta, o Senado não terá mais oportunidade de examinar as subemendas referidas.

O Sr. Alfredo Neves — Não terá nesta oportunidade, mas em outras.

O SR. DURVAL CRUZ — A subemenda n.º 3 estará definitivamente prejudicada.

O Sr. Alfredo Neves — Aliás, na subemenda à emenda da Comissão Diretora, há realmente uma disposição neste sentido, em virtude do acordo estabelecido. Se não tivesse havido o acordo, eu não teria apresentado a subemenda; mas uma vez que havia acordo, dando oportunidade a debate em torno do projeto, achei muito interessante se evitassem que ainda por dois, três, oito ou mais dias continuasse a discussão, provocando comentários pouco afeiçoados da imprensa carioca. Essa foi a minha intenção. Evidentemente, o Senado aceitará ou não, mas V. Ex.^a está vendo a consequência disso no discurso do nosso eminente colega Senador Carlos Cardoso, que expôs sua opinião, com a qual estou de pleno acordo.

O SR. DURVAL CRUZ — Vê assim, o Senador, que o nobre Senador Alfredo Neves não pretendeu, com o seu requerimento, encerrar a ronda a debate da emenda n.º 3. E assim, aparentemente, é grande a nossa divergência.

Entendi que S. Ex.^a, através da preferência requerida para a emenda n.º 23, impedia a votação posterior da subemenda n.º 3. Mas, já que requer e que o nobre Senador Alfredo Neves não teve a intenção de impedir a votação antecipada da subemenda aliás como eu presumia, não vejo por que retirar as palavras aqui proferidas.

Visa a subemenda n.º 3 criar para três funcionários especializados situação destacada dentro do funcionalismo da Casa.

Esta subemenda foi apoiada pela unanimidade dos Senadores presentes à reunião da Comissão de Finanças em que a matéria foi apreciada.

Convém lembrar que dentre os três funcionários da Comissão de Finanças o Chefe do Poder Executivo veio recentemente buscar o Dr. José Vicente de Oliveira Martins para confiar-lhe um dos cargos de Diretor do Banco do Nordeste.

A Comissão de Finanças não pode e não deve abrir mão da colaboração de seus Assessores, e a qualidade do que foi requisitado e dos outros dois que continuam a prestar-lhe serviços podem os seus membros atestar que é a mesma.

O Sr. Alfredo Neves — Estou de acordo, quanto a esse ponto, que o Senado dispõe de funcionários à altura do cargo, mas para melhorar a sua situação, teremos que atender a nada menos de 21 funcionários.

O SR. DURVAL CRUZ — Não tenho razão para negar meu voto à emenda, com objetivo a que V. Ex.^a se refere, de melhorar a situação de outros funcionários. Mas no momento, o que estou fazendo — e que aliás, é do meu dever — é defender os auxiliares que prestam colaboração, à vista de todo o Senado, fora do comum, principalmente na Comissão de Finanças.

O Sr. Dário Cardoso — Deixei bem claro o que pleiteio.

O Sr. Alfredo Neves — V. Ex.^a, porém, Senador Durval Cruz, está fazendo grande injustiça ao funcionalismo do Senado. Outros funcionários em diferentes setores, também prestam serviços inestimáveis a esta Casa.

O SR. DURVAL CRUZ — Estarei de pleno acordo com V. Ex.^a se se resolver a defendê-los em oportunidade semelhante a esta, em que defendendo os três Assessores Técnicos da Comissão de Finanças.

Não nos devemos afeitar a critérios restritos quando exigimos conhecimentos especializados, cultura, experiência e dedicação, qualidades essenciais do trabalho de alto nível.

Vivemos em um país em que os técnicos são escassos e o mercado de trabalho é o mais propício ao aproveitamento daqueles que se dedicam ao estudo especializado. Não os estimular, por conseguinte, é conscientemente perdê-los sem que daí decorram benefícios para ninguém.

A Comissão de Finanças e o Senado Federal estarão certamente atendidos em seus serviços especializados se aprovada esta subemenda, que foi unanimemente aprovada pela Comissão de Finanças. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de preferência.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

O SR. DURVAL CRUZ:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Durval Cruz requer verificação da votação.

Vai-se proceder à verificação requerida.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que aprovam o requerimento. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram o requerimento e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor do requerimento 13 Senhores Senadores e contra 15. Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE À CHAMADA À QUE RES-ONDEM OS SRS. SENADORES

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedrosa. — Antônio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Georgino Arelino. — Ferreira de Souza. — Cícero de Vasconcelos. — Espereiro de Farias. — Durval Cruz.

Walter Franco. — Carlos Lindenberg. — Luiz Tinoco. — Atílio Vivacqua. — Alfredo Neves. — Pereira Pinto. — Bernardes Filho. — Nestor Massena. — Marcondes Filho. — Euclides Vieira. — Costa Paranhos. — Dário Cardoso. — Costa Pereira. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Alfredo Simch (30).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada apenas 30 Senhores Senadores.

Está confirmada a falta de número. Dever-se-ia passar a matéria em discussão, mas a constante do avulso exige o número de 32 Srs. Senadores para votar. Assim, não havendo orador inscrito para falar depois da ordem do dia e ninguém pedindo a palavra, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 201, de 1954, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15 de junho de 1954); tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18 junho de 1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954), oferecendo substitutivo; e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 208, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: I — Sobre o projeto; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário; da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1-3-54, que reajusta o aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, do dívida fiscal em atraso e dá outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 778, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407, de 1954, pelo destaque da

1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othion Mader e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei número 1.937, de 10 de agosto de 1953 (que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 449, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 330, de 1954, do Senhor Valdemar Pedrosa e outros Senhores Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Sr. Café Filho na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 385, de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para pagamento de salário ao engenheiro Edison Medeiros da Fonseca; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 29 de junho de 1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, sob números 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Sr. Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 89, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, do redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 461, de 1954) do Projeto de Resolução número 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 462, de 1954) do Projeto de De-

creto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco-este entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 465, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.462, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exigência da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento atual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pela empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei do Senado n.º 468, de 1954, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 468, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 470, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 480, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher, Hilda Cordeiro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 482, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wenderley da Costa Lima, para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Décio Teles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda Palmelinho, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 486, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Penha", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronília Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade agrícola, no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 489, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara

n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 8.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 490, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre, ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de despesas do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 38, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 341, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudonésia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre

a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Requerimentos de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 326, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Afílio Viveiros e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação do Requerimento n.º 343, de 1954 do Sr. Luis Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileira" (Patrimônio Nacional).

Levanta-se a sessão às 18 horas 4 e 30 minutos.

SENADO FEDERAL

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora em reunião de 2 de julho corrente, resolveu:

— promover, por merecimento, Celina Ferreira Franco, ao cargo da classe "M" da carreira de Taquígrafo, vago em virtude da promoção de Irene Stella Homem da Costa;

— conceder salário-espécies ao Julio Barbosa de Maltos Corrêa de acordo com a Resolução n.º 1, de 1953;

Resolveu, ainda, a Comissão deferir os seguintes requerimentos:

— de Armando Henriques solicitando o contagem de tempo de serviço prestado no Ministério da Justiça;

— de Maria de Maracajá Daltro solicitando 3 meses de licença especial, a partir de 8 de junho do corrente ano.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 411

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 13 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martin

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

5.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Perelra Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Isa Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (**)

Plínio Pompeu (**)

Euchides Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djau Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente.

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euchides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 11 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*)

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alvaro Adolfo (*****).

5 — Apolônio Sales.

6 — Carlos Lindemberg.

7 — Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco (**)

9 — Durval Cruz.

10 — Euchides Vieira.

11 — Ferreira de Sousa.

12 — Mathias Olympio

13 — Plínio Pompeu

14 — Plínio Pompeu

15 — Veloso Borges (*****).

16 — Victorino Frede (*****).

17 — Walter Franco (****).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Paranhos.

(***) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.

(****) Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário — Evandro Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras às 16 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Alfino Vivacqua.

Camilo Meicio.

Renê de Souza.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Olavo Oliveira.

Waldemar Pedrosa.

Secretário — Luis Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amando.

Reuniões — Quartas-feiras às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.

2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mäder.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

7 — Cicero de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho

Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.

2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.

3 — Novaes Filho.

- 4 — Bernardes Filho.
- 5 — Djair Brindeiro.
- 6 — Mathias Olympio.
- 7 — Assis Chateaubriand.
- 8 — João Villasboas.

Secretário — J. B. Castelon Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 — Joaquim Pires — Presidente.
- 2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.
- 3 — Aloysio de Carvalho.
- 4 — Carvalho Guimarães.
- 5 — Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rozende Martins.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 13 horas.

Saúde Pública

- Levindo Coelho — Presidente.
 Alfredo Simch — Vice-Presidente.
 Prisco dos Santos.
 Vivaldo Lima.
 Durval Cruz.
 Secretário — Auren de Barros Rêgo.

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 — Prisco dos Santos — Presidente.
- 2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
- 3 — Nestor Massena.
- 4 — Vivaldo Lima.
- 5 — Djair Brindeiro.
- 6 — Mozart Lago.
- 7 — Júlio Leite.

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclydes Vieira — Presidente.
 Onofre Gomes — Vice-Presidente.
 Alencastro Guimarães.
 Othon Mäder.
 Antônio Bayma.
 Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 — Pinto Azeite — Presidente.
 - 2 — Onofre Gomes — Vice-Presidente.
 - 3 — Magalhães Barata.
 - 4 — Ismar de Góes.
 - 5 — Sílvio Curvo.
 - 6 — Walter Franco.
 - 7 — Roberto Glasser.
- Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
 ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
 MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
 HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
 AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho — Presidente.
 Dario Cardoso.
 Francisco Gallotti.
 Camilo Mercio.
 Carlos Lindenberg.
 Antônio Bayma.
 Bernardes Filho.
 Marcondes Filho.
 Olavo Oliveira.
 Domingos Velasco.
 João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- Luiz Tinoco — Presidente.
 Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
 Othon Mäder.
 Rui Carneiro.
 Kerginaldo Cavalcanti.
 Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gallotti — Presidente.
 Mozart Lago — Vice-Presidente.
 Júlio Leite.
 Landulpho Alves.
 Mário Motta.
 Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

- João Villasboas — Presidente.
 Atílio Vivacqua — Vice-Presidente.
 Dario Cardoso — Relator.
 Secretário — José da Silva Lisboa.
 Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Civis à Mulher Brasileira

- Mozart Lago — Presidente.
 Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.
 João Villasboas.
 Gomes de Oliveira.
 Atílio Vivacqua.
 Domingos Velasco.
 Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 — Ismar de Góes — Presidente.
 2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
 3 — Kerginaldo Cavalcanti — Relator Geral.
 4 — Vivaldo Lima.
 5 — Novaes Filho.
 Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
 2 — Ivo d'Aquino.
 3 — Ferreira de Souza — Relator Geral (*).
 4 — Atílio Vivacqua.
 5 — Victorino Freire.
 Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 — Dario Cardoso — Presidente.
 2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
 3 — Anísio Jobim.
 4 — Atílio Vivacqua.
 5 — Camilo Mercio.
 6 — Ferreira de Souza.
 7 — Flávio Guimarães.
 8 — Gomes de Oliveira.
 9 — Joaquim Pires.
 10 — Olavo Oliveira.
 11 — Waldemar Pedrosa.
 12 — Mozart Lago.
 13 — Hamilton Nogueira.
 14 — Guilherme Malaquias.
 15 — Nestor Massena.
 16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória FERNANDES Quintela.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 — Luiz Tinoco — Presidente.
 2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
 3 — Kerginaldo Cavalcanti.
 4 — Othon Mäder.
 5 — Rui Carneiro.
 Secretário — Italina Cruz Alves.

77.ª SESSÃO EM 7 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Dario Cardoso.
 2.º — Senador Costa Paranhos.
 3.º — Senador Onofre Góes.
 4.º — Senador Mozart Lago.
 5.º — Senador Flávio Guimarães.

ATA DA 76.ª SESSÃO EM 6 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO, ALFREDO NEVES E CAFÉ FILHO.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa. — Anísio Jobim. — Antônio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Georgino Avelino. — Martiniano Fernandes. — Novaes Filho. — Djair Brindeiro. — Esperidião de Farias. — Walter Franco. — Luiz Tinoco. — Atílio Vivacqua. — Alfredo Neves. — Pereira Pinto. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Nestor Massena. — Levindo Coelho. — Marcondes Filho. — Eucly-

des Vieira. — Dario Cardoso. — Costa Pereira. — Othon Mader. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gollotti. — Alfredo Simch. — Camilo Mércio.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 33 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SECRETÁRIO:

(servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Mensagens:

De números 117 a 119-54, do Sr. Presidente da República, devolvendo autógrafos dos seguintes Projetos de Leis da Câmara, já sancionados, números:

252-53, que dispõe sobre a corrupção de menores;

82-54, que altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei n. 886, de 2-10-49;

229-54, que dispõe sobre a importação de tetraetilto de chumbo.

Ofícios:

Do Sr. Ministro do Trabalho, encaminhando as seguintes

INFORMAÇÕES

Em 2 de julho de 1954

Sr. Secretário:

1. Em atenção do Ofício número CTPS-1, de 15 de fevereiro último, tendo a honra de encaminhar a V. Ex.ª em anexo, os pronunciamentos emitidos pelo Departamento Nacional da Previdência Social (D.N.P.S.) e Serviço Atuarial (S. At.), deste Ministério, e, bem assim, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (I.A.P.E.T.C.), com referência ao Projeto de Lei n. 30-53, apresentado a essa Casa do Congresso pelo Senhor Senador Ezequias da Rocha.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração — Hugo de Araújo Faria, Ministro interino.

Pronunciamento sobre o Projeto de Lei n. 30-53, do Senado Federal, de autoria do Senador Ezequias da Rocha.

1. Em atenção ao Projeto de Lei n. 30-53, do Senado Federal, solicito-se o pronunciamento do Serviço Atuarial e do IAP em Transportes e Cargas, que se manifestaram conforme documentos de fls. 8 a 10 e 11 a 13, respectivamente, e cópias anexas.

2. Este Departamento ao se pronunciar sobre a matéria ratifica os termos do parecer do Serviço Atuarial, citado no item anterior.

Nessa conformidade, parece-lhe que sob o aspecto social não deve ser aceita a tese da opção. Entretanto, se o Congresso julgar pela conversão do Projeto em Lei este Departamento observa a necessidade de ser adotado o critério de caráter geral, e dessa forma o diploma legal se referirá a todas as classes de segurados, pois não é admissível, dentro da legislação de Previdência — que é eminentemente social, conforme a sua própria designação indica —, a diversidade de tratamento aos associados de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, criando privilégios ou vantagens para qualquer grupo de segurados.

4. Devidamente informado, à consideração do Sr. Ministro, juntando minuta de expediente, em anexo.

DNPS, 1 de junho de 1954. — Antônio Ribetto Duarte — Diretor Geral substituto.

Assunto: Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1953, que isenta de contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Somos de parecer que se alguém exerce duas atividades percebendo proventos de ambas tem, logicamente, um padrão de vida decorrente do conjunto e, quando aposentado, deve poder manter uma situação econômica senão igual, pelo menos compatível com a existente na atividade. Assim deve ter duas aposentadorias quem tem dois empregos.

E' o que a lei consagrou permitindo a acumulação de benefícios (Decretos-leis ns. 2.004, de 7-2-940 e 8.821, de 24-1-1946). Analogamente, para o caso da pensão e a situação de família por morte do segurado.

Parece-nos, outrossim, que é mais fácil pagar duas contribuições para quem tem dois empregos do que pagar uma só para quem tem um único.

Essa é a nossa opinião olhando o problema do ponto de vista social. Do ponto de vista técnico atuarial não há, porém, inconveniente em que se permita ao segurado a opção de contribuição e a consequente percepção de benefícios por uma das instituições de que deva fazer parte obrigatoriamente.

Assim o presente projeto poderia ser aprovado se tal for a orientação que se queira seguir aceitando-se as razões da justificativa.

Nessas condições pediríamos venia para sugerir uma redação conjunta para os arts. 1.º e 2.º entre os quais parece existir certa oposição, ou, pelo menos, uma discriminação sem motivo com relação ao IAPTEC.

No art. 2.º se permite a opção por qualquer das duas aos passo que no art. 1.º se elimina apenas a obrigatoriedade para com o IAPTEC. Além disso, o art. 2.º permite o que já é uma obrigação constante de outras leis, ou seja, contribuir para as duas.

Parece-nos ser suficiente que o decreto cogite de permitir a opção com a consequente eliminação da outra instituição. Além disso o art. 1.º da isenção a quem "já contribuiu obrigatoriamente para outra..." o que dá a entender que se o indivíduo fizer parte inicialmente do IAPTEC e só posteriormente entrar para outra instituição, não teria direito a essa isenção. Creio não ser esse, entretanto, o espírito do projeto de lei.

Assim no art. 1.º teria a seguinte redação passando a ter os três parágrafos existentes e suprimindo-se o art. 2.º.

"Art. 1.º Pica facultado a quem exercer a profissão de motorista profissional cumulativamente com outra qualquer, optar por uma das entidades previdenciárias a que pertencer obrigatoriamente".

A expressão original "de portador de carteira de motorista profissional" foi, na nossa sugestão, substituída por "exercer a profissão de motorista profissional" porque muitos engenheiros são portadores de carteiras de motorista profissional em vista de certas vantagens que já tiveram os possuidores desse tipo de carteira, não pertencem nem devem pertencer ao IAPTEC por aquele motivo.

Esta sugestão que apresentamos é para o caso que queira o Congresso fazer lei que atinja apenas os profissionais do volante para o que aliás, não vemos razão plausível.

A nosso ver o problema é geral e de uma forma geral deve ser resolvido.

Explicamos de início as razões pelas quais achamos desaconselhável a permissão de opção e louvamos a permissão de acumulação já consagrada, porém se se quiser permitir opção, esta facilidade deve ser dada a qualquer segurado da previdência que pretenda ou venha pertencer a duas

quaisquer instituições, pois uma discriminação envolvendo determinado instituto não parece ter nenhuma justificativa.

Em conclusão: Não achamos necessária a aprovação da presente lei, se, porém, o Congresso achar aconselhável orientação oposta à que esposamos, o presente projeto deve ser substituído por outro de caráter geral.

Em 10 de março de 1954. — Eduardo Guidão da Cruz, Atuarial.

EGC/TS.

Sc.P. 23-3-954.

De acordo.

Sugiro que se ouça também a respeito, o IAPTEC, não sendo porém necessário voltar o processo à Sc.P.

Ao Sr. Diretor do S. At.

De acordo. Ao restituir o processo ao DNPS sugerimos a audiência do IAPTEC, também.

Em 3-4-54. — Carlos Jourdan, Diretor.

Senhor Diretor Geral:

1 — Ao restituir a V. S., para os devidos fins, o incluso processo MTIC 120.980-54, que trata do Projeto de Lei do Senado n.º 30, que isenta de contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões o portador de carteira de motorista profissional, repositivo-me aos pareceres do Departamento de Benefícios e do Serviço Atuarial desta Autarquia constantes, respectivamente, de fls. 10 verso e 11-12.

2 — Valho-me do ensejo para apresentar a V. S. minhas atenciosas saudações. — Yván R. Serzedello, Presidente.

SERVIÇO ATUARIAL

MTIC 120.980-54.

Senhor Presidente:

O projeto de Lei do Senado de n.º 30, de 1953, isenta da contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões o portador de carteira de motorista profissional.

Justificando o projeto, o autor qualifica de injusta e perversa a "dualidade de encargos" dos motoristas profissionais que, por exercerem outras atividades são obrigados a contribuir para mais de uma Instituição de Previdência.

Tal duplicidade não nos parece injusta, porquanto se é duplice a contribuição, também se superpõem os benefícios concedidos pelas instituições arrecadadoras; e também não nos parece perversa, porque a quem acumula proventos de mais de uma atividade, figura-se mais fácil separar de seus rendimentos a parcela indispensável para garantia de continuidade de seu padrão de vida, que lhe deverá ser proporcional.

Definindo, como objetivo do projeto, estabelecer direitos para motoristas, que os eximam de contribuir na proporção de seus vencimentos globais, para a Previdência Social, o projeto reage radicalmente contra a orientação que a lei vem imprimindo à estruturação do seguro social brasileiro, seja a da preservação econômica do grupo familiar do segurado, pela irrestrita proporcionalidade entre o salário global e a contribuição; é o que se observa, por exemplo, quando o recente Decreto n.º 35.448, de 1-5-54 suprime o limite máximo do salário de contribuição, confinado de forma antinatural em Cr\$ 2.000,00.

Em face do exposto, os motivos aduzidos na justificativa do projeto não parecem suficientemente relevantes para perturbar o programa de nosso regime previdenciário: é um aspecto que bem ressaltou o douto atuário do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio no parecer de fls. 8-10.

Acresce que não nos parece indelicado a medida, ao ponto de vista técnico-atuarial, quando se tem em apreoço que vem ocasionar não pe-

quena redução na receita do Instituto. Se é verdade que proporcional redução se verificaria nos contribuintes, não é possível, por outro lado, deixar de reconhecer que se eleva, e torçosamente o ônus administrativo unitário; com efeito, os encargos gerais de qualquer instituição crescem com o número de associados, mas não lhe é proporcional, verificando-se o abatimento progressivo da taxa de crescimento; a curva de crescimento das despesas em função da arrecadação é ascendente, mas volta para baixo sua concavidade, de sorte que a declividade indicativa da taxa de encargos administrativos e cada vez menor. Logo, qualquer redução na receita implicará necessariamente a inercimentação de tal taxa. Assim, também do ponto de vista técnico-atuarial, o projeto não se recomenda, como sendo prejudicial à economia da massa associada do IAPTEC.

A superior consideração de Vossa Excelência.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1954. — Rio Nogueira.

Ao Requerente.

Do Sr. Secretário da Presidência da República, de 5 de maio em curso, restituindo os autógrafos referentes aos seguintes Projetos de Leis da Câmara, sobre os quais o Sr. Presidente da República não se manifestou no prazo constitucional:

N.º 46, de 1954, que concede isenção de direitos, imposto de consumo e taxas, para importação de uma imagem de Santo Antônio, destinada à Igreja Externado Madre Clélia, em Adamantina.

N.º 62, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 103.222,10, para pagamento de despesas ocorridas nos exercícios de 1943 a 1952.

N.º 64, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 52.070,00, para pagamento do abono de emergência.

A promulgação.

Cinco, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.029, 1.032, 1.034, 1.035 e 1.027, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50 (cinquenta e dois mil setecentos e sete cruzeiros e cinquenta centavos) para regularizar o pagamento da gratificação a que se refere a lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, efetuado, no exercício de 1953, aos seguintes servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério, na forma dos artigos 240 e 241 do Regulamento de Contabilidade Pública:

Cr\$

Romualdo José de Carvalho, médico, classe K (período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro)	20 683,00
Luís Alberto de Sousa Medeiros, dentista, referência 20 (período de 1.º de janeiro a 31 de dezembro)	29.184,00

Neide Mont'Alverne, operador de Rolo X, referência 23 (período de 1.º de janeiro a 8 de abril) 2.835,50

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1954

Dispõe sobre a inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A inscrição no Registro Público da emancipação por outorga do pai ou da mãe (Código Civil, artigo 12, n.º 2) não depende de homologação judicial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o § 2.º do art. 16 do decreto número 4.857, de 9 de novembro de 1939.

A Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1954

Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte passa a ser o do Grupo B-1 constante da lei n.º 1.975, de 4 de setembro de 1953.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito suplementar de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros) ao Orçamento Geral da União vigente, em reforço da seguinte dotação:

Verba 1 — Pessoal.

Consignação 1 — Pessoal Permanente.

Subconsignação 04 — Tribunais Regionais Eleitorais.

17 — Rio Grande do Norte — ... Cr\$ 60.000,00.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 138, de 1954

Concede isenção de imposto do consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, para máquinas e acessórios a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam isentos do imposto de consumo, direitos de importação e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, os seguintes materiais a serem importados pela Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul:

a) um turbo-escorador, "Stal-asea" de 800 ks. com todos os acessórios; e b) diversas peças de reserva e acessórios para motor Diesel, marca "Wumag".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1954

Aprova o Acordo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o Acordo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho, firmado no Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 1953.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Relações Exteriores.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Pareceres ns. 521 e 522,
de 1954

N.º 521, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 23-51, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do Lóide Brasileiro (Patrimônio Nacional).

(Relator: Sr. Joaquim Pires)

Por iniciativa do operoso Senador Francisco Gallotti, conhecedor experimentado do assunto que objetiva o projeto em apreço, aliás de sua autoria, o Senado, por suas Comissões de Constituição e Justiça, Viação e Obras Públicas e Finanças, aprovou o projeto, tendo sido ouvido, a requerimento da última destas Comissões, o Sr. Ministro José Américo de Almeida, que se pronunciou favoravelmente à sua aprovação.

O plenário do Senado, em tempo útil, aprovou-o quanto a sua constitucionalidade, tendo, porém, a Comissão de Viação e Obras Públicas adotado o substitutivo formulado pelo ilustre e competendíssimo Senador Alencastro Guimarães, com uma justificação empolpante pelos seus conceitos: o nobre jurista e abalizado constitucionalista Senador Dario Cardoso requereu e o Senado consentiu fôrse ouvida esta Comissão sobre a constitucionalidade do Substituto acima aludido.

O substitutivo altera profunda e radicalmente o projeto, pois, em vez de unificar as duas Empresas, as torna subordinadas à Comissão da Marinha Mercante, quer quanto à parte administrativa quer quanto à orientação.

Outras medidas são sugeridas e que importarão em desmembramento de parte do patrimônio, dando-lhes, em certos casos, autonomia.

Compete à União (art. 5.º item XV letra a e j) "legistar sobre o regime de portos e da navegação de cabotagem bem como sobre o tráfego internacional". O que nos leva a considerar constitucional o substitutivo e aprovado sob esse aspecto.

Sala Ruy Barbosa, em 12 de maio de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Joaquim Pires, Relator. — Anísio Jobim. — Gomes de Oliveira. — Olavo Oliveira. — Atílio Vivacqua. — Waldemar Pedrosa.

N.º 522, de 1954

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951.

Relator: Sr. Julio Leite

O ilustre Senador Francisco Gallotti em 10 de maio de 1951, apresentou o projeto de lei, que levou o número 23, dispondo sobre a criação de uma comissão de técnicos para estudar em

todos os seus detalhes o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N. e do Lóide Brasileiro P. N. Essa comissão constituiu de 5 membros, três, representando os Ministérios da Fazenda, da Viação e Obras Públicas e o Ministério da Marinha, e dois, as companhias interessadas, no prazo de 180 dias deveria sobre a pretendida unificação apresentar circunstanciado relatório que serviria para nortear, no caso, a ação do Governo Federal.

Submetido o projeto n.º 23 à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, seu relator, o ilustre Senador Ivo d'Aquino ressaltando a constitucionalidade da proposição fez ver a sua expletividade, vez que o Executivo já estava a cuidar do problema, havendo designado comissão de técnicos para proceder os necessários estudos acerca da matéria.

Dando curso ao projeto de lei número 23, em 16 de abril de 1953, o eminente Senador Alencastro Guimarães relatou-o na Comissão de Viação e Obras Públicas, e fê-lo, apresentando substitutivo acompanhado, a guisa de justificação, por um proficiente estudo dos transportes marítimos no País. O substitutivo afastou-se radicalmente do projeto. Não prevê mais a organização de uma comissão de técnicos, porém, apoiado nos estudos procedidos por comissões designadas pelo governo, dita as normas para a pretendida unificação subordinando todas as empresas de navegação governamentais à Comissão de Marinha Mercante.

O nobre Senador Durval Cruz, a quem coube relatar o projeto n.º 23 na Comissão de Finanças julgou indispensável que aquele órgão técnico, antes de emitir parecer consultasse sobre o assunto o Ministro da Viação e Obras Públicas. Assim foi feito. E com o ofício de 5 de agosto de 1950 o titular daquela pasta informou em sucinta resposta, "na da haver a opor a aprovação do aludido projeto".

Pautando-se por este pronunciamento o nobre Senador Durval Cruz manifestou-se favoravelmente à sua aprovação, dando parecer contrário à emenda substitutiva sob o fundamento de que "muito alterava os propósitos do projeto inicial".

Entretanto a Comissão de Constituição e Justiça solicitada a pronunciarse, manifestou-se pela constitucionalidade da emenda substitutiva. Atendendo a requerimento aprovado pelo plenário cabe agora à Comissão de Serviço Público emitir parecer acerca do projeto número 23 e de substitutivo que foi a ele apresentado.

Por sua própria disposição geográfica — País dotado de enorme faixa litorânea — e pela razão de que seu desenvolvimento econômico se processou e si fixou às margens do oceano, o Brasil necessita, fundamentalmente, de transporte marítimo.

Paradoxalmente, contudo, de longo tempo vimos sofrendo de precariedade de nossos serviços de cabotagem. E hoje encontramos-nos, por motivos que não vale precisar, à beira do colapso de nosso sistema de navegação comercial.

E' de franca obsolescência o estado do material flutuante da frota mercante nacional. Atendemos à situação do Lóide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Das 84 unidades que integram a frota do Lóide Brasileiro, trinta e três, vistoriadas por peritos internacionais, foram consideradas para sucata.

Das 25 unidades da Companhia Nacional de Navegação Costeira, dezesseis, pelos mesmos peritos, foram consideradas, também como navios a converter em sucata.

Por outro lado, a idade dos navios de cabotagem do Lóide, em média, é trinta anos. E dois terços da sua frota, que representa 70% da

tonelagem total, já há mais de trinta anos encontram-se em serviço.

A idade média dos navios da Costeira, por sua vez, é de trinta e seis anos.

Como se percebe é ruinosa a posição dessas duas empresas governamentais.

E elas operam com mais de 50% do tráfego marítimo de cabotagem. Urge uma política de reaparelhamento dessas duas empresas. Não só para resguardo das situações contábeis respectivas, uma vez que a obsolescência do material conduz inevitavelmente ao regime deficitário, — regime em que se encontram as duas companhias, mas, precipuamente, para que possa o País contar com veículos econômicos e em bom número para circulação de seus produtos.

Aponta-se, e com muita razão, que o artificioso desenvolvimento do nosso tráfego aéreo e rodoviário, tráfego muito mais dispendioso à Nação, é direta consequência da insuficiência de nossa frota mercante.

Aliada à necessidade do reaparelhamento da marinha mercante nacional está aquela que importa em nova extruturação do sistema governamental de navegação.

Exige-se um sincronismo maior entre as empresas constituintes deste sistema, no sentido de que se evite entre elas a concorrência comercial. Acertado também seria o desmembramento dos serviços de estaleiros das duas grandes Companhias oficiais para que constituíssem um organismo novo, com diretoria autônoma, o que viria sobremaneira aliviar os encargos daquelas autarquias marítimas.

A Comissão Mista "Brasil-Estados Unidos, que em boa hora foi constituída para realizar completo levantamento das necessidades básicas de que padece a nossa estruturação econômica e apontar os meios executáveis para sua satisfação, em seu projeto n.º 26 cuida, exhaustivamente, e com a maior competência, do problema da navegação mercante no Brasil e das medidas que devem ser postas em prática para o aparelhamento da frota governamental de cabotagem.

Em resumo o plano de reequipamento é o seguinte: 1.º carga geral — aquisição e modernização de oito cargueiros CE-M- AVI da frota de reserva da Maritime Administration; construção de novos cargueiros de duas mil toneladas deadweight em estaleiros estrangeiros e de cinco cargueiros de cinco mil toneladas dwi no estaleiro a ser fundado pela junção dos serviços de estaleiros do Lóide e da Costeira; 2.º serviço de passageiros: aproveitamento do seis navios mixtos da Costeira e cinco do Lóide Brasileiro, já existentes, e aquisição de três navios velozes exclusivamente para passageiros, de acordo com características elaboradas pelo Lóide, em 1950.

As fontes de financiamento para atender as despesas com tal programa constituem-se de empréstimos a serem tomados nos seguintes organismos:

	US\$
Tesouro dos Estados Unidos	3.200.000,00
Export Import Bank ..	2.800.000,00
Banco Industrial	11.400.000,00
Banco de Desenvolvimento Econômico ..	215.000,00

De acordo com a política de colaboração entre os governos americano e brasileiro, política de tal resultou a própria Comissão Mista, cabe, no programa acima exposto, ao Governo Americano, empregar seus bons ofícios no sentido de que as entidades de crédito internacional concedam os pedidos que ora em cifra acima e, ao governo brasileiro, fica reservado oferecer as garantias necessárias à concretização dos empréstimos, em moeda estrangeira, assim como o financiamento das despesas, em moeda nacional.

Deste notável trabalho, que é o projeto n.º 26 da Comissão Mista, cuja elaboração terminou em Março de 1953, ressalta dentre as providências imediatas a ser tomada pelo Governo Federal a fusão dos serviços de cabotagem oficiais em uma única empresa estatal — Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N., deixando a outra grande companhia de navegação governamental — o Lloyd Brasileiro P. N. o alto mister de efetuar o comércio marítimo do Brasil com o exterior.

É de se entender que o estudo da Comissão Mista é um estudo definitivo. Não se trata de um simples ensaio. É, este sim, o mais perfeito planejamento realizado, até então, sobre a navegação mercante brasileira.

Por isto mesmo deve ser seguido e as suas sugestões acolhidas. Nem se justifica que se proceda a tarefa tão ingente, para que os frutos desse trabalho durmitem no sono dos arquivos.

Isto posto, passemos a considerar o projeto de lei n.º 23 de 1951, de autoria do Senador Francisco Gallotti e o substitutivo da Comissão de Viação e Obras Públicas, à lavra do Senador Alencastro Guimarães.

O projeto apresentado em 1951, tem como se disse, por fim a designação, por parte do Executivo, de uma comissão de técnicos, para estudar a união do Lloyd da Costeira. A isso vem o intuito do projeto já foi alcançado. Os estudos procedidos pela Comissão Mista Brasil Estados Unidos, tal o seu valor, atende a intenção autor do projeto de lei n.º 23 e constitui base suficiente para que sobre ele sejam alicerçadas as novas diretrizes do governo sobre o problema. Assim, seria redundante a criação de um novo corpo de técnicos para se manifestar sobre assunto já exaustivamente estudado.

O substitutivo do Senador Alencastro Guimarães nos merece maior cuidado. Nêle se estrutura toda uma série de providências adotadas pela referida Comissão Mista. Em primeiro lugar torna a Comissão de Marinha Mercante o órgão efetivamente responsável pela política marítima do País, fazendo com que as empresas de navegação pertencentes à União, sejam a ela subordinadas e tenham as suas atividades, quer quanto a parte administrativa quer quanto a orientação, por ela reguladas. Em segundo lugar, consagra a emenda substitutiva no art. 4.º o princípio de que as empresas governamentais devem exercer suas atividades no comércio marítimo de modo a que não façam concorrência uma com as outras. Deste princípio é que se infere dever a navegação governamental distinguir as atividades de suas duas grandes empresas, consagrando a uma delas, a navegação de cabotagem, e a outra, a navegação de longo curso. Por fim, no art. 6.º do substitutivo reside uma outra providência de longo alcance e sugerida também, pelo projeto n.º 26 da Comissão Mista. É a transformação dos estaleiros e oficinas a cargo do Lloyd e da Costeira numa entidade única e autônoma.

Todas essas designações atendem ao louvável critério de se unificar os serviços oficiais de navegação conservando relativa autonomia às empresas e evitando, destarte, os malefícios da fusão de quadros de pessoal, que gera inevitavelmente desentendimentos extremamente prejudiciais. Há grande número de funcionários etáveis quer numa Companhia quer noutra. Só a Companhia Costeira os tem em número de 4.000! A junção pura e simples do Lloyd e da Costeira em um só organismo, viria criar dificuldades insuperáveis no que diz respeito ao quadro de funcionários. A melhor providência, é aproveitar organizações já existentes, tradicionais, em setores diferentes.

A diretiva escolhida pelo substitutivo da Comissão de Viação e Obras Públicas, pois é a mais acertada. Mereceria nossa integral aprovação a emenda, ora em estudo, não fora a necessidade, que julgamos haver, de que se estabeleça as esferências do princípio esposto no seu artigo 4.º, cometendo-se à Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N., os serviços governamentais de navegação de cabotagem e ao Lloyd Brasileiro P. N., os serviços governamentais de longo curso. Dever-se-á também, tornar explícito a fim de que se alcance o enunciado acima, que os navios atualmente pertencentes ao Lloyd e empregados no transporte de cabotagem, de verão ser transferidos e incorporados à Costeira. De outro modo é proveitoso que a futura lei contenha dispositivo pelo qual o Poder Executivo estará autorizado a tomar as necessárias providências no sentido de aparelhamento das duas autarquias marítimas.

Pelo exposto a Comissão de Serviço Público manifesta-se contrariamente ao projeto de lei n.º 23 de 1951, opinando favoravelmente ao substitutivo a ele apresentado com as seguintes subemendas:

Subemenda n.º 1.
Acrescente-se ao art. 5.º do Substitutivo os seguintes parágrafos:

§ 1.º — O serviço governamental de cabotagem, ressalvos os serviços de navegação do Rio Amazonas e a Navegação do Rio da Prata, será realizado pela Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N.

§ 2.º — O serviço governamental de longo curso será realizado pelo Lloyd Brasileiro P. N.

§ 3.º — Dentro de 90 dias, a partir da publicação desta lei serão transferidos e incorporados à frota da Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N. os navios atualmente pertencentes ao Lloyd Brasileiro P. N. e empregados no transporte de cabotagem.

Subemenda n.º 2.
Acrescente-se ao substitutivo, onde couvier:

Artigo — O Poder Executivo tomará as necessárias providências no sentido de aparelhar o Lloyd Brasileiro P. N. e a Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N. para os respectivos serviços de cabotagem e de longo curso.

Este é o nosso parecer.
Sala das Comissões, 2 de julho de 1954. — Luiz Tinoco, Presidente. — Julio Leite, Relator. — Djair Brindeiro. — Vivaldo Lima. — Nestor Massena.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º As empresas de navegação pertencentes à União terão suas atividades reguladas pela Comissão de Marinha Mercante a quem ficarão subordinadas, quer quanto a parte administrativa, quer quanto a orientação.

Art. 2.º A Comissão de Marinha Mercante será constituída por um Presidente, a quem caberá a parte executiva e assistido por um Conselho deliberativo composto de representantes das empresas subordinadas de um representante da Construção Naval Oficial.

Art. 3.º O poder executivo expedirá os regulamentos necessários e consequentes da presente lei.

Art. 4.º As empresas de que trata a presente lei exercerão as suas atividades no comércio marítimo de modo a que não façam concorrência umas com as outras.

Art. 5.º O tráfego mútuo entre as empresas será a regra. Os agentes e representantes comerciais serão sempre os mesmos nos portos frequentados em comum.

Art. 6.º Os estaleiros e oficinas a cargo do Lloyd e da Costeira serão destacados dessas empresas, consti-

tuindo uma entidade autônoma, para cuja organização o poder executivo expedirá o respectivo regulamento.

Art. 7.º As obras de reparação, manutenção e construção naval, necessárias às empresas federais de navegação, serão obrigatoriamente encomendadas à empresa resultante do disposto no art. 6.º, e só poderão ser dadas a terceiros, no caso da referida empresa declarar sua impossibilidade.

Art. 8.º O pessoal das empresas em causa será garantido em seus direitos.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMPARECEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Arêa Leão — Ferreira de Souza — Draulit Ernani — Cicero de Vasconcelos — Durval Cruz — Costa Paranhos (7).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata. — Victorino Freire — Mathias Olimpio — Olavo Oliveira. — Kerolaindo Cavalcanti — Ruy Carneiro — Francisco Porto — Ezequiel da Rocha — Julio Leite — Landulho Alves — Aloisio de Carvalho — Pinho Aleixo — Carlos Lindemba — Sá Tinoco — Bernardes Filho — Cesar Veravelho — Silvin Curvo — João Villalobos — Vespertino Martins — Roberto Glasser — Alberto Pasquellini (93).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido. (Pausa).

É lido o seguinte

Requerimento n.º 356, de 1954

Requeremos, nos termos do art. 124, letra b e d, a inserção nos anais do Senado de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. Pedro da Costa Régio, ex-Senador Federal pela representação de Alagoas, de cujo Estado foi Governador, enviando-se condolências à família e ao governo daquele Estado.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1954. — Georgino Avelino. — Francisco Gallotti. — Marcandês Filho. — Mozart Laga. — Alencastro Guimarães. — Othon Mäder. — Adílio Vinagre. — Camilo Maria. — Alfredo Simão. — Onofre Gomes. — Neves Filho. — Espiridião de Farias. — Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento que acaba de ser lido.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, surpreendido pela dolorosa notícia do falecimento do meu velho colega de imprensa, Costa Régio, venho a esta tribuna cumprir um dever, não só de colega mas, principalmente, de amigo, lamentando a grande perda que, para as Alagoas e os outros Estados do Brasil, representa o desaparecimento deste jornalista modelo, *legitimo self made man*.

Costa Régio, que começou trabalhando como simples revisor de provas, aos poucos com esforço, inteligência e suas qualidades de companheiro e amigo foi escalando todos os degraus da vida da imprensa, atingindo o máximo num dos principais órgãos da imprensa brasileira, o "Correio da Manhã", do qual era, sem dúvida alguma, um dos ornamentos mais brilhantes e a mais cintilante das suas penas, na atualidade.

Conheci Costa Régio há mais de quarenta anos, já na imprensa embora eu fosse loco e menos experiente. Poder depois desse conhecimento reconhecer que Costa Régio, pelo seu talento, pelas suas qualidades de espírito e sobretudo, pela sua capacidade de trabalho não ficaria, — como não

ficou, — apenas adstrito às lides jornalísticas. Através da política foi deputado, governador de Alagoas e Senador, não deixando nunca de ser o jornalista que todos admiravam e a cuja leitura o Brasil inteiro se afeiçoou.

Lamento o seu desaparecimento de entre os vivos em idade que ainda não se pode qualificar de avançada. Quem conversou com Costa Régio, mesmo nestes últimos anos, tem de reconhecer que seu espírito ainda estava jovem como seu coração, e que a preocupação de acompanhar os progressos da ciência e das letras, no Brasil e no estrangeiro, lhe permitia manter-se em dia com os conhecimentos humanos mais recentes e necessários a demonstração de sua cultura, do que os seus artigos diários são prova.

Colado de surpresa pelo infatigável acontecimento, é a custo que profiro estas palavras justificando o requerimento de pesar pela perda que o Brasil acaba de sofrer.

O SR. ESPIRIDÃO FARIAS:

(Para encaminhar a votação) (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, o Brasil acaba de perder um de seus grandes filhos, o falecimento do jornalista Costa Régio, nascido na cidade de Póvoa em Alagoas, donde emigrou em tenra idade; legrou tornar-se por seu talento e virtudes pessoais um dos homens mais distinguidos de sua geração. Falar de um dos mais eminentes, representou seu Estado natal em várias legislaturas na Câmara Federal, e nesta Casa. Foi governador de Alagoas onde realizou a administração das mais brilhantes e fecundas, iniciando ali fase nova na compreensão do conceito da moderna administração da coisa pública. Em toda sua longa vida, no entanto, foi sobretudo jornalista nos maiores que o Brasil já possuiu, perfeito estilista e conhecedor de todos os segredos da profissão que sempre praticou com honestidade de propósitos e forma construtiva. Está, assim, enlutada a imprensa nacional e o Estado de Alagoas, que tenho a honra de representar nesta Casa, chorando um grande filho que ali deixou de sua administração marcas memoráveis e inesquecíveis. Requeiro, pois, que o Senado, manifestando e apesar do falecimento de seu antigo membro se faça representar no seu sequelemento e envie pêsames à sua família e ao "Correio da Manhã", onde empoe exerceu sua profissão.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, nestes últimos meses, o Brasil tem perdido grande parte de sua elite intelectual, e, por estranha coincidência, membros de uma mesma família sucessivamente desapareceram. No ano passado, eram os dois cientistas Osório de Almeida; este ano, três irmãos Raja Gabaglia e dois irmãos Costa Régio — o Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e, agora, o jornalista, cronista, político e conversador cheio de charme.

Há poucos dias, os admiradores e amigos de Costa Régio desolaram-se com a notícia de que grave enfermidade o afastara da banca de jornalista, que há tantos anos vinha enobrecendo no "Correio da Manhã". Até hoje, quando lemos aquele matutino, sentimos falta do nome de Costa Régio nas duas colunas que ele encheu com a malícia do homem do interior e a cultura do civilizado.

As "Cartas da Manhã" eram realmente deliciosas: viam-nas nelas a análise sutil do cronista marfítico, sobre o variado acontecimentos da vida brasileira. Costa Régio, na imprensa, não foi só o cronista, o político defensor das idéias democráticas; foi, essencialmente, o homem de letras, na suas

legítima aceção do termo. A ele poderíamos dar a designação que o escritor francês Julian Bendalt atribuía ao defensor dos ideais — o nome de clérigo, que ele honrou em todos os instantes da vida, sem o jamais trair. Não poderia estar entre aqueles a quem o mesmo publicista denominou traidores, isto é, os intelectuais que desertavam do povo, aqueles que não defendiam o primado dos valores espirituais no mundo contemporâneo. Foi um clérigo na mais alta, legítima e completa significação da palavra.

Na vida política, sua atuação foi sempre orientada para a defesa da democracia, nos vários mandatos que desempenhou, quer como deputado, quer como senador do Estado de Alagoas. Pertencendo ao Partido da União Democrática Nacional. Candidato por duas vezes, a despeito de excelente votação, não conseguiu eleger-se, ficando entre os primeiros suplentes. Não nutria, todavia, a menor mágoa, não era homem recalado, porque tinha duas evasões em outras esferas da atividade do espírito.

Sr. Presidente, perdem o Brasil e o Estado de Alagoas um grande filho; perde a União Democrática Nacional um dos seus membros mais valiosos e que conosco se manteve desde a sua fundação; perde a inteligência brasileira uma das mais legítimas expressões.

A União Democrática Nacional associa-se às manifestações de pesar requeridas pelo nobre Senador Mozart Lago.

Durante o discurso de Sr. Hamilton Nogueira, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Atílio Neves.

O SR. GEORGINO AVELINO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, foi um grande golpe para os amigos e para a imprensa, a notícia do desaparecimento, hoje pela manhã, do grande jornalista e — por que não dizer também? — do grande homem público que foi Pedro da Costa Régio.

Consubstanciou-se nessa figura excepcional de batalhador e de intelectual, aquilo que é uma constante na vida profissional brasileira, para a afirmação dos seus valores.

Pedro da Costa Régio foi um homem que se realizou sozinho e trouxe para a sua atividade jornalística, como era interpretada e crítica dos problemas brasileiros, um raro cabedal de exemplos e de capacidade.

Filho de pequeno Estado do Nordeste, emigrado, como todos os jovens das elites, para meios maiores, aqui chegando realizou o milagre da sua afirmação, ainda adolescente quando, entrando para o "Correio da Manhã", chamava a atenção dos leitores e dos mestres da imprensa para uma precocidade verdadeiramente surpreendente.

Na profissão, ninguém o excedeu. Havia nele, aliado ao jornalista, o temperamento e a vocação do homem público e, durante a vida inteira, pôde associar com felicidade nas lutas e nos êxitos, essa identificação harmônica da atividade jornalística, com a sua vocação afirmativa no mundo político.

Foi tudo no jornalismo: revisor, redator, simples reporter, articulista e, por fim, diretor da opinião de um dos maiores órgãos da imprensa brasileira, o "Correio da Manhã", afirmando, junto a Edmundo Bittencourt, numa fase crucial de lutas e opções, aquilo que o calor do homem do Nordeste trouxe para o seu trabalho e para as demonstrações e definições do seu pensamento.

Pedro da Costa Régio ao contrário do que predizia o crítico francês — Le journalisme mène tout à la condition de sortir — foi jornalista ao

lado do combatente político. Nem uma vez só se divorciou da profissão para ser político; foi, sempre, jornalista dentro da política e, como jornalista, cresceu no seu Estado, onde foi para uma secretaria, pelo qual foi deputado, senador e, por fim, governador; diplomata, representando o Brasil nos grandes congressos internacionais com impecável linha de conduta, com extraordinária sobriedade de apresentação pessoal, ele, que era dos maiores entre os maiores da sua profissão, um dos mais capazes da nova geração intelectual com que surgiu.

Sr. Presidente, digo essas palavras transito pelo sentimento mais profundo, porque era esse o óleo que nos ligava desde a adolescência. Começamos juntos e eu o vi ascender com esforço extraordinário no jornalismo, que, como V. Ex. sabe, não tem pena daqueles que a ele se dedicam porque não há dia nem noite para o homem da banca do jornal. Eu o vi crescer dentro desse quadro de restrições e exigências, da sua profissão para chegar ao ápice de uma carreira que nenhum outro, com tanto apego ao seu exercício constante, pôde atingir.

Tivemos grandes jornalistas que vêm do Império, tais como os Quintino, os Ferreira de Araújo, os Salamonde, para só citar aqueles que foram na nossa corte e da nossa casa doméstica. Em nenhum deles o sentimento profissional foi uma tônica da atividade. Todos eles chegaram à imprensa desfraldando a bandeira de combate, mas, não eram profissionais, salvo Salamonde que foi um dos sustentáculos, no país, dos primeiros governos de 1889, ele se dedicou à sua profissão, ele viveu para sua profissão. Em Costa Régio, porém, o fenômeno foi diverso. Ele se realizou na sua trajetória. E quer como intelectual, quer como político e homem de combate, foi a pena a sua arma predileta. Era um bom orador, mas não superava na palavra falada aquilo que escrevia com calor excepcional defendendo seu ideal, suas teses, seus pontos de vista.

Apesar e homem fulgado ríspido, foi uma pena que sempre combateu, mas que pouco atassalhou.

O Sr. Hamilton Nogueira — Muito bem.

O Sr. GEORGINO AVELINO — Costa Régio era um primor de retidão e foi por isso que, dentro do grande órgão, o Correio da Manhã, Edmundo Bittencourt deu-lhe a mão para levá-lo para caminhos melhores. E lá dentro, somente lá ele se fez.

A fuga rápida para um vespertino de sua fundação não fez com que se separasse do "Correio da Manhã". Lá ficou até hoje, com o nome no cabeçalho do grande órgão, como um dos remanescentes da época em que agüela matutino pode-se dizer, batilhava sozinho na imprensa brasileira.

Como homem público, foi de excepcional envergadura. Governador de Alagoas, numa época em que os governos estaduais eram escravos das ditaduras oligárquicas que se implantavam a despeito de ser ele um renovador à sombra do prestígio de Clódoaldo da Fonseca, Costa Régio levou para seu governo problemas novos a realizar em Alagoas. E a despeito das restrições dos meios financeiros da aquela unidade da Federação, naquela época, ele realizou obras que abriam sulcos na história administrativa de Alagoas para seguimento de seu exemplo pelos seus sucessores.

Examinando a atividade diplomática de Costa Régio, vemos que ele representou o Brasil, com a máxima eficiência, na categoria de embaixador, em vários Congressos Internacionais, e em diversas Conferências Pan-Americanas. Em todas essas missões ele se houve tão admiravelmente, pelo apuro do seu espírito, pela articu-

lação sedutora da sua conversa, enfim, pela sua personalidade nos meios diplomáticos, que daí em diante — podemos afirmar — o Governo se sentia no dever de convidá-lo para tomar parte nas novas missões enviadas ao estrangeiro.

Ninguém podia dizer perfeitamente o que era seu coração, e seu caráter, senão os que de perto conviviam com o querido e grande amigo. Dava a impressão de uma ríspidez selvagem, mas no seu íntimo, na sua alma, nos seus sentimentos nada havia de ríspido. Convia sinceramente com os amigos e com ele se abria, dando-lhes sempre muito mais do que recebia. As defesas que lhes fazia, ostensiva ou velada, eram diárias e sucessivas e disso tenho provas pessoais. Costa Régio foi meu amigo dileto e defensor constante da minha personalidade, numa época em que os apócos convergiam para destruir minha emergente atividade política.

É uma perda muito grande, Sr. Presidente, a deste homem de talento, a deste operário infatigável da pena, deste espírito vocacional às teses do mundo político e social brasileiro; é uma grande pena vê-lo desaparecer ainda relativamente moço; Costa Régio não tinha mais de sessenta e quatro anos de idade. Foi precoce em tudo; revelou-se muito cedo; realizou grandes coisas no curso de uma vida agitada e de trabalho; daí surge pelo romantismo de trabalhar criando uma espécie de mundo encantado das aves que constroem o ninho voltado para o nascente para ver, primeiro, a púrpura do raiar de sol, para primeiro divisar a forma das coisas e a filosofia dos seres.

Foi a vida de um Costa Régio um esforço constante; pela sua inteligência, pelo espírito crítico e analítico e ao mesmo tempo renovador da sua pena, foi o sustentáculo do grande órgão, que lamentará, por muito tempo, a substituição difícil do grande, extraordinário elemento de defesa, de propositura e do seu prestígio.

Em nome do PSD dirijo estas palavras e homenagem ao jornalista extinto, ao homem público, ao amigo incomparável, porque a despeito das divergências partidárias, ele não tinha amargura, separações, preconceitos nem tendenciosidades com quem quem não pensasse exatamente como ele.

Costa Régio é uma grande figura e, para homens que, como nós, se fizeram na imprensa, constitui um exemplo a seguir e uma personalidade a admirar e a evocar sempre, nos nossos momentos cruciais.

Eram as palavras, Sr. Presidente, que desejava proferir, em homenagem à memória do grande jornalista e do inesquecível amigo.

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, com Costa Régio, não desaparece apenas um jornalista insigne, mas também um dos mais ilustres brasileiros. Sua vida de imprensa confunde-se com sua vida de cidadão. O jornalismo foi, para ele, o campo do seu idealismo, de suas convicções democráticas, de seu acendrado patriotismo. Como profissional da imprensa, foi um padrão. Ascendeu dos postos humildes até chegar ao ápice da hierarquia, de sua classe, qual seja a direção de um dos mais importantes, prestigiosos e combativos órgãos de opinião de nossos tempos, que é o "Correio da Manhã".

Sua personalidade de homem público acudia aos nossos olhos na grandeza moral e cívica de sua existência, devotada ao estudo dos problemas básicos do país e do mundo moderno. Sua inteligência e cultura foram postas a prova também nos setores da política, do parlamento, da administração, da literatura e da diplomacia. Todos nós, que tivemos a felicidade de nos aproximarmos do seu coração,

pudemos conhecer os tesouros de sua afetuabilidade. Um lúcido guia da opinião pública brasileira nos momentos mais difíceis e atribulados. Através de suas marcantes atitudes, conquistou a mais alta autoridade moral e tornou-se no jornalismo, uma das forças construtivas da nacionalidade.

Sr. Presidente, o Partido Republicano associa-se com profunda emoção às homenagens prestadas a esse grande cidadão e expressão máxima da imprensa brasileira; e dirige suas condolências, mescladas com o mais vivo sentimento de saudade, ao "Correio da Manhã", à imprensa e ao Estado natal de Costa Régio.

O SR. MARCONDES FILHO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, é com uma profunda emoção que venho à tribuna falar sobre Costa Régio.

Desde muitos anos acompanhei de perto, como amigo sincero, a sua trajetória magnífica de jornalista e de político. Acompanhei desde aquela longa tempo em que, vindo de São Paulo, advogado provinciano, e pouco depois Deputado Federal, teve a ventura de frequentar um dos grupos intelectuais mais fulgurantes que já existiram no Rio de Janeiro. Isto foi no ano de 23, e daí por diante constituiu para mim um deslumbramento que jamais se me apagará da memória.

Ali se reuniam Antônio Torres, Gastão Cruls, Gilberto Amado, Georgino Avelino...

O Sr. Georgino Avelino — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. MARCONDES FILHO — ... Joaquim Sales, Julio Prestes, Carlos de Campos e entre eles fugiam a inteligência, a cultura e o espírito de Costa Régio, sempre acordado diante dos problemas contemporâneos.

Gastão Cruls, no seu livro sobre Antonio Torres, descreveu essa gente de escola e o êxito das suas palestras. E por isso que podemos ouvir agora essa página luminosa que foi o discurso do nobre Senador Georgino Avelino...

O Sr. Georgino Avelino — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. MARCONDES FILHO — ... evocando tão vivamente a figura de Costa Régio e traçando comovidamente o perfil do grande jornalista.

Depois do que ele disse tão belamente, depois da história dessa carreira cheia de lutas e de vitórias, de tantos ramos de atividade espiritual, já quase nada se poderá dizer de Costa Régio.

Não estou falando, apenas, em meu nome, mas em nome do Partido Trabalhista Brasileiro e, de um modo especial, da bancada do Distrito Federal do meu Partido, por incumbência do nobre Senador Alencastro Guimarães. Há uma grande conspiciência nessa homenagem do meu Partido ao nome de Costa Régio, apesar de divergências que terão existido entre os respectivos pontos de vista.

Bem me recordo, porém, Sr. Presidente, que quando era Ministro do Trabalho e elaborava a Consolidação das Leis do Trabalho, presidindo um grupo de técnicos, Costa Régio, na sua colaboração quotidiana do grande jornal brasileiro que é o "Correio da Manhã", acompanhava de perto os trabalhos desenvolvidos no Ministério. Durante esse tempo, com sua crítica superior, e com seu espírito público contribuiu muitas vezes para que a comissão de técnicos alterasse certos conceitos e modificasse o texto do esboço do projeto.

É que Costa Régio era uma cultura multifforme que abordava todas as matérias com o pleno conhecimento resultante de estudos de observação pessoal e da realidade brasileira.

Quem acompanhou a vida intelectual de Costa Rego naquele famoso canto da quarta página do *Correio da Manhã* não reconhece essa verdade, porque ali havia sempre ensinamentos de história, finanças, legislação, política e literatura, versatoc com prosciência, elegância e serenidade.

Dele se poderia divergir, mas na verdade, havia sempre algum provecto a ser extraído de sua contrariedade aos temas que combatia. Inspirava-o, sem dúvida, um grande patriotismo porque, ainda há poucos meses, escreveu um admirável estudo sobre a nossa Marinha numa série de artigos que despertaram profundo interesse. E a Marinha reconheceu esse mérito porque, ainda há 15 ou 20 dias, o Sr. Ministro da Marinha, acompanhado de seu Estado-Maior, compareceu junto ao leito onde agonizava Costa Rego para colocá-lo no peito a medalha do Mérito Naval.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem.

O SR. MARCONDES FILHO — Costa Rego trabalhou desde muito moço; viveu para o jornal e do jornal; morreu trabalhando consagrado pela admiração e o respeito de seus contemporâneos.

Muito haveria que dizer de uma individualidade que esteve presente durante tantos anos nos acontecimentos mais expressivos da nossa vida política e social, mas a emoção que nos traz a surpresa dessa triste notícia não permite toda a expansão de um estudo mais demorado sobre a personalidade de Costa Rego.

Certamente esse trabalho será feito para dar-lhe o justo relevo com que se alinha na história do nosso jornalismo.

Em nome do Partido Trabalhista Brasileiro deixo aqui consignada a nossa solidariedade a todas as homenagens aqui prestadas e o nosso sentimento de profundo pesar pela grande perda.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — *(Não foi revisto pelo orador)* — Senhor Presidente, não me surpreendeu a morte de Costa Rego. Seu amigo de longos anos, vinha, através de minhas visitas, acompanhando de perto a precariedade do seu estado de saúde. Confesso, porém, ao Senado que, hoje ao chegar se me encheu o coração de tristeza e de saudade ao receber a infame notícia do seu desaparecimento por um amigo que ligou toda a sua vida à vida do *Correio da Manhã*, transbordante de entusiasmo nos dias de glórias daquele grande órgão e assistindo-o, mesmo, através das barreiras de que aquele jornal por vezes transformou as suas varandas na defesa da liberdade de imprensa — o alto funcionário desta Casa, o digno jornalista Aderson Magalhães.

Sr. Presidente, Costa Rego concretizou tudo quanto pregava através dos lampejos flamejantes de sua grande pena de jornalista, no Parlamento e no Poder Executivo. Governador do Estado das Alagoas, soube e pôde Costa Rego, dar execução às idéias mestras de toda sua pregação jornalística, realizando administração profunda, de alto sentido patriótico e de grandes empreendimentos, naquele tempo de tão escassos recursos. Sua obra lá está desafiando confrontos.

O Sr. Georgino Avelino — Muito bem.

O SR. NOVAES FILHO — Bem imaginei, Sr. Presidente, como hoje de emoção está cheio o glorioso Estado das Alagoas, vizinho e sem fronteiras para nossa terra, e também a minha gente pernambucana acompanhando emocionada o desenlace que tivemos hoje notícia. Costa Rego era para Pernambuco como se fora próprio filho da minha terra, tão grande a amizade e tão imensa a admiração que sempre despertou em todos nós,

pela clareza da sua inteligência, pelo brilhantismo da sua cultura, mas sobretudo e além de tudo pela sua coragem cívica e pela sua grande coragem pessoal.

Sr. Presidente, perde hoje o Brasil um homem que sob diferentes aspectos serviu à nossa Pátria, ilustrou a sua inteligência e encheu de exemplos as novas gerações brasileiras.

No jornalismo, na política, no Parlamento, na administração, Costa Rego foi sempre o mesmo: vibrante, combativo, elegante nas atitudes e decisivo nas ações.

Sr. Presidente, o Partido Libertador, que tenho a honra de representar nesta Casa, incorpora-se ao grande cortejo de saudade, de admiração que hoje acompanha a memória do eminente alagoano desaparecido; e eu, pessoalmente, como seu velho amigo, deploro sua morte e rendo-lhe as homenagens mais sentidas da minha amizade e da minha admiração.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder a votação do Requerimento. (Pausa).

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Aprovado.

A Mesa adotará as providências determinadas pelo plenário.

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido, apolado e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 357, de 1954

Em aditamento a deliberação, que o plenário acaba de adotar, em homenagem a memória do Dr. Pedro da Costa Rego, requerio que o Senado se faça representar nos funerais desse ilustre brasileiro.

Sala das Sessões, em 6-7-54. — Esperidião de Farias.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o deliberado pelo plenário, designo os Srs. Senadores Georgino Avelino, Novaes Filho, Esperidião de Farias, Marcondes Filho, Atílio Vivacqua e Francisco Gallotti para, em comissão, representarem o Senado. (Pausa).

A Mesa na minha presidência eventual, associa-se a todas as homenagens que se prestam no momento à figura excepcional de Pedro da Costa Rego.

Todos os oradores puseram em evidência essa figura admirável de brasileiro que no jornalismo foi estrela de primeira grandeza.

Na literatura foi encontro para quantos tiveram a felicidade de manusear seus trabalhos; na política, um dos maiores parlamentares, daqueles que mais souberam dar ao Congresso Nacional, numa e noutra de suas Casas, o brilho inextinguível da sua inteligência, da sua cultura, do seu amor às coisas públicas, na administração exerceu-se, não se descurou de atos essenciais e ino a um tempo em que administrar era sobretudo tarefa penosa, porque os Tesouros viviam sempre desprovidos de recursos, na diplomacia, um dos que mais souberam representar e defender os interesses do Brasil nos outros Continentes.

Em todos os Congressos em que Costa Rego compareceu o nosso País ali se houve bem alto, em virtude de sua palavra eloquente, persuasiva, patriótica.

Foi, sem dúvida, um grande jornalista e um grande homem público. (Pausa).

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, primeiro orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, traz-me à tribuna a resposta recebida ao meu requerimento de informações sobre a Companhia Nacional de Alcalis.

Nos comentários que aqui tenho feito sobre intervencionismo estatal, tive oportunidade de assinalar-lhe os inconvenientes, verificados através da experiência que se vem fazendo há vinte anos, no Brasil.

Não se trata, no caso brasileiro, de adotar-se esta ou aquela doutrina e, sim, de acurando-se os fatos, concluir-se pelo melhor caminho a seguir na marcha para o progresso de nossa terra.

A Companhia Nacional de Alcalis, pelas informações que envia, confirma o que acentuei. Criada, em 1943, pelos propósitos otimistas, iniciaria seu funcionamento em fins de 1955 ou, provavelmente, em 1956, ou seja, nada mais nada menos do que treze anos entre o começo e o fim da instalação.

Ninguém contestará que empreendimento levado a efeito nessas condições representa grave encargo, qual o dos juros dos capitais aplicados durante tão longo período.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo notar os fatos) — Pondero ao nobre orador achar-se esgotada a hora destinada ao expediente.

O SR. GEORGINO AVELINO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio a V. Ex.ª consulte a Casa sobre se concorda com a prorrogação realimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Alencastro Guimarães possa concluir suas considerações.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Georgino Avelino.

Os Srs. Senadores que concedem a prorrogação solicitada, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está concedida.

Continua com a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

Sr. Presidente, agradeço ao Ilustre Senador Georgino Avelino o requerimento e ao Senado a gentileza da concessão.

Prossiguo, esclareço que apresentei quesitos visando a saber: as quantias investidas, a qualquer título, na Companhia Nacional de Alcalis. Aliás, embora a redação desses quesitos não fosse perfeita, a resposta é completa. Não foi perfeita porque eu desejava conhecer o numerário investido na empresa, viesse de onde viesse. Isto é que era o importante, e, no particular, a Companhia respondeu cabalmente:

	Cr\$
de 1943 a 1948	50.000.000,00
Primeiro aumento de capital	50.000.000,00
Segundo aumento de capital	100.000.000,00
Total	200.000.000,00

Se adotarmos o conceito geralmente aceito de que um capital dobra em dez anos, os primeiros cinqüenta milhões de cruzeiros estão gravados de cinqüenta milhões de cruzeiros de juros capitalizados. Os cinqüenta milhões de 1949 a 1953 deverão estar gravados de quantia idêntica. Assim, aos duzentos milhões de cruzeiros, realmente desembolsados, somar-se-ão juros que totalizarão, aproximadamente, cem milhões de cruzeiros.

Verifica-se, portanto, que foram investidos, até esta data, trezentos mil-

hões de cruzeiros, sem que se tenha produzido uma grama de alcali.

Não vai, nesta minha afirmativa, censura a quem quer que seja das administrações ou dos governos, quer da primeira gestão do Sr. Getúlio Vargas, quer do governo do Senhor General Eurico Dutra, quer do atual governo — o segundo do Sr. Getúlio Vargas.

O que desejo acentuar é o fato de que a toda boa vontade, todo o esforço e a abundância de recursos não foram capazes de, com 300 milhões de cruzeiros, em dez anos, produzir um só grama de alcali.

Enquanto isto, Sr. Presidente, fábricas menores, de iniciativa privada, sem favores de espécie alguma, conseguem produzir álcalis pagando impostos, sobretudo o de Renda. Isto me parece definitivo.

Em que pé estão as obras? Afirma a informação:

"... pode-se afirmar que, praticamente, 100% das instalações estão terminadas".

Não, Sr. Presidente. Escritórios, oficinas mecânicas, carpintarias, eletricidade, central elétrica Diesel, captação d'água, redes de energia, etc., não são fábricas de álcalis: são acessórios de uma fábrica que, instalada num centro qualquer, d'êles não obter vantagens sem ser obrigada a dispendir dinheiro para tal.

As fábricas de álcalis estão encomendadas, e, acredito, Sr. Presidente, plenamente, que desta vez estejam em marcha para funcionar.

E' o que se deduz da informação.

Há, ainda, um contrato de financiamento no valor de 12 milhões de dólares, um contrato de garantia com o Tesouro e um outro contrato, de assistência técnica, todos com firmas estrangeiras.

Vêm bem os nobres Senadores que fomos buscar assistência técnica privada alienígena; fomos buscar dinheiro e assistência técnica fora do Brasil, e, em ambos os casos, privada.

O Sr. Othon Mäder — O nobre orador permite um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Othon Mäder — Isto vem, exatamente, desmoralizar o estatismo e o nacionalismo.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente. E' esta a minha conclusão.

Finalmente, há um contrato de crédito de 180 milhões de cruzeiros, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. E a quanto totalizaram, no fim, êstes capitais? Ao fim, saíram quantias não anacoretas, a título de aumento de preço, diferenças de câmbio, — um infinita variedade de possibilidades —, terá a economia brasileira dispendido 462 milhões de cruzeiros para produzir, segundo a informação da fábrica, apenas 20% do consumo brasileiro.

Ora, se o que pretendemos com esta fábrica é tornar a indústria nacional autônoma quanto ao aproveitamento de álcalis, com a produção de 20% continuaremos à mercê da produção estrangeira.

Qualquer um sabe, ou chega à compreensão de que, produzindo apenas 20%, estará sempre a indústria brasileira submetida, em 80%, ao capital e à produção estrangeiras.

Todo esse imenso sacrifício financeiro, todo esse enorme dispêndio de energia, não terá conseguido dar ao parque industrial brasileiro a autonomia desejada, num setor básico, como o da produção do Alcali.

O Sr. Othon Mäder — E' uma indústria de laboratório; mas nunca será uma grande indústria.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente.

Por aí podemos concluir, seguramente, pelo fracasso do intervencionismo, que, entretanto, não trouxe nenhuma desgracia, nem demérito para os que o atentaram, com tanta energia,

hom tanta boa vontade, e, sobretudo, com tanta sinceridade.

Este fracasso representa apenas, a verificação da impossibilidade prática de uma teoria que os fatos desmentiram. Não se aplica só ao nosso caso, muito menos ao de uma fabricação de álcalis; verifica-se, notadamente, num país que o levou às últimas consequências — a Rússia.

Pouco conhecemos da produção russa. A cortina de ferro nos esconde a realidade do panorama interno da União Soviética, no setor econômico; mas, há uma verdade que podemos concluir e deduzir: Se as maravilhas de estatismo russo são aquelas com que nos acentuam os seus defensores por escondê-las do resto da humanidade? Por que impedir que o mundo inteiro veja, apalpe, sinta e se convença com a realidade à vista, das excelências do processo adotado? Por que, durante a guerra, só foi possível ao enorme esforço, à bravura admirável do soldado russo, realizar os feitos que o encorajaram, mediante a tremenda formidável e massiva operação industrial anglo-saxônica?

Porque está mais do que provado que não se pode tirar do fator produção o valor individual, o espírito de aventura e o pioneirismo — os únicos fatores de construir e levar a bom termo o progresso de qualquer país.

Temos o exemplo da economia alemã. Dentro da rígida forma de controle que herdou quer da ocupação aliada, quer do Estado totalitário, a produção econômica alemã apenas sobreviveu e se manteve através das fortes auxílios do Tesouro americano.

Quando aquela país entregou no caminho sua liberdade de iniciativa — em que o Estado veio amarrar o capitalismo privado — operou-se ali, em poucos anos, esse milagre que espanta a humanidade: a economia de restrição econômica alemã, colocando-se entre os países de moeda mais forte e de economia mais sã.

Talvez, na atualidade, ocupe, mesmo o segundo ou terceiro lugar nas reservas ouro para sua moeda.

Como foi feito isto? Exclusivamente através de política econômica inteligente e hábil e, — com isso bem a caracterizar o seu Ministro da Economia, — pela desburocratização da produção e exportação, restituindo-lhe a atividade, a capacidade de buscar por si própria saídas para os seus produtos, criando, e multiplicando a riqueza.

Há um exemplo esplêndido para o Brasil na economia alemã e na sua iniciativa privada amparada pelo governo, a qual ainda ontem ou anteontem o "Correio da Manhã" assinava numa de suas páginas — o da construção da Casa Popular.

Sabemos todos da tremenda devastação que a aviação aliada fez sobre a Alemanha — Berlim, oitava por cento destruída e outras cidades totalmente arrasadas e demolidas.

Pois bem, a reconstrução e construção de casas para habitação supera percentualmente, o que foi realizado nos Estados Unidos depois da guerra no que diz respeito ao seu programa de construção de casas.

E como foi realizada? Pela ação direta do governo alemão, como no caso americano? Não. Foi realizada sobretudo, através da atuação da iniciativa privada.

O Sr. Otho Müller — Por capitais, em grande parte, retirados de bancos e outras instituições de crédito que forneceram o dinheiro para a construção de casas na Alemanha.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente. O nobre colega tem razão no que afirma. Mas qual o processo, a maneira de estimular esse capital para a construção de casas populares? Tratava-se da construção de casas para habitação de uma população cuja metade se encontrava ao desabrigo e não propriamente de casas populares.

O Estado alemão acenou aos capitalistas com certas vantagens: o di-

nhelo investido na construção de casas sofreu redução de impostos que ia até à total isenção do imposto de renda. Concedeu-lhes favores de toda a natureza; e assim, estimulava a construção de prédios, fazendo que os capitais privados se dirigissem para esse objetivo.

Se fizermos um exame de quanto poderíamos investir, o Estado brasileiro representando nos seus três aspectos: Federal, Estadual e Municipal e depois comparemos com as disponibilidades existentes entre particulares, veríamos, que essa desproporção, mesmo à custa de emissões de que o Tesouro é privilegiado, seria de uma dezena ou mais de vezes a vantagem que o capital particular leva sobre os capitais governamentais porventura disponíveis.

Pergunto: mas por que não se dirigem eles à construção de casas no Brasil, a não ser na especulação imobiliária existente no Rio de Janeiro, em São Paulo e outras cidades? Por que fora da especulação que atrai somente os especuladores da construção de prédios, como negócio, como renda, deixa de ser um atrativo ao capital privado? Pelos pesados encargos que sobre eles pesam.

Abandonasse o governo brasileiro o intervencionismo direto como e prática na atualidade para a construção de casas, e estimulasse através de favores, isenções e vantagens, o capital privado a canalizar-se para construções populares e a Capital da República não sofreria mais essa vergonha inominável: nos bairros luxuosos, instaladas favélas imundas, indignas de serem habitadas por seres humanos. E quando não nesses bairros, no coração da própria cidade.

Temos aqui, no caso da Fábrica de Alcalis, sem dúvida alguma, um dos melhores e mais bem estudados projetos de construção de uma usina. Mas, perguntemos voltando ao nosso tema: valerá a pena prosseguir nesse programa, depois de tantos favores e vantagens, para chegarmos a uma conclusão, como a que foi sinceramente declarada nestes documentos, uma confissão que, depois de enumerar os favores que ainda há três ou quatro anos se tornavam necessários, e que depois de sete ou oito anos ainda se pedem ao governo para poder levar adiante a fábrica, termina singelamente: "sem esses favores não podemos reencetar as negociações de empréstimo".

Ora, Sr. Presidente, se quisermos trazer os capitais privados para uma indústria que não se apresenta em condições satisfatórias, o que é preciso fazer? Segundo, o roteiro marcado pela Constituição da República, é verificar quais as dificuldades apresentadas a esses capitais, tentar saná-las e corrigi-las, e só depois, se a produção que se quer obter for essencial à economia e à autonomia nacionais, envolver pelo intervencionismo do Estado. Mas, não! Que se fez em matéria de álcalis? Para qualquer concorrente se apresentava uma economia mista, largamente favorecida pelo Tesouro Nacional, pelas entidades estatais e para-estatais; para o capital privado, que se oferecia? Nada. Enquanto um pagaria todos os impostos e não gozaria de favor algum, o outro teria todas as isenções, favores e facilidades de crédito. Pode-se dizer, sinceramente, que não se tenha desenvolvido a indústria de álcalis, quando um mercado abundante ali está e cada vez maior?

E' claro que nessas condições, nenhum elemento particular nacional ou estrangeiro se arriscaria a investir seus recursos numa indústria que, embora promissora, se apresentava, entretanto, com uma concorrência de difícil competição. — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex. faz muito bem em

acentuar essa particularidade. Enquanto as empresas estatais exigem capitais, ao governo — isto é, impostos arrancados ao povo — e concessão de favores, não pagando impostos nem taxas, as empresas privadas não impõem sacrifícios ao povo e ainda contribuem para o erário com quantias elevadas, correspondentes aos impostos e taxas que pagam. E' neste ponto que convém insistir.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Muito agradecido pelo aparte de V. Ex. Ainda há poucos dias, em confirmação ao que V. Ex. acaba de declarar, a Companhia Belgo-Mineira, desdobrando o seu capital, recolheu aos cofres do Tesouro Nacional como imposto de renda, mais de cinquenta milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, este simples fato dos impostos pagos direta e indiretamente, deve tornar-se ponto de atenção e meditação para os que advogam o intervencionismo do Estado, suas vantagens e pretensas precos mais baratos, a fim de verificar se são reais ou não.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os sinos) — Peço licença para lembrar ao nobre orador que dispõe de dois minutos para concluir sua oração.

Sr. Presidente, para concluir, deixo à meditação dos Senadores e da opinião pública brasileira o seguinte: em 1943, foi fundada a Fábrica de Alcalis. Se funcionar — e queira — o Deus — em fins de 1955 ou princípios de 1956, o investimento total terá sido de 662 milhões de cruzeiros, fora os juros compostos, acumulados sobre o capital e não computados, como nunca o são nos investimentos estatais, mas que nem por isso deixam de existir e pesar na economia nacional. Seiscentos e sessenta e dois milhões de cruzeiros na Fábrica de Alcalis, não são quantias centenas de milhões de cruzeiros na Fábrica de Motores, um bilhão em Rio Doce, bilhão e meio a dois bilhões em Volta Redonda, dezenas de bilhões em centenas de empreendimentos por esse país em fora, explicam, mais do que qualquer outro argumento, a falência do intervencionismo e a base, a razão de ser da espiral inflacionária em que nos debatemos e continuaremos a debater enquanto permanecermos nessa política errônea, cujo único fim é a deterioração da nossa vitalidade econômica.

E' só, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem).

Durante o discurso do Senhor Alencastro Guimarães, o Senhor Alfredo Neves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Marcondes Filho e, posteriormente, pelo Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lida uma comunicação enviada à Mesa.

E' lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente:

Rogo se digne Vossa Excelência de receber e transmitir ao Senado a minha renúncia ao lugar que ocupava na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 6 de julho de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa fica inteirada.

O nobre Senador Nestor Massena enviou à Mesa, nos termos do Regulamento, discurso para ser publicado na forma do art. 97, § 2.º.

Discurso supra referido.

O SR. NESTOR MASSENA:

Sr. Presidente, na brilhante oração em que, falando sobre a fixação do

salário mínimo, reforça-se ao projeto de lei, de minha autoria, sobre essa matéria, o nobre Senador de Santa Catarina Senhor Carlos Gomes de Oliveira, cujo nome declino sempre com o maior prazer ao defender o ato do Poder Executivo sobre o assunto como o exercício de uma delegação legislativa, alegou que eu mesmo, no referido projeto, delegara, de certo modo, a atribuição de legislar sobre o salário mínimo no Conselho Nacional de Economia.

Parece-me, e o afirmo com o devido acatamento, ao eminente parlamentar catarinense, haver equívoco nessa sua assertiva. Com efeito, o que se contém no meu projeto de lei, no artigo 2.º, é que "a legislação sobre o salário mínimo será de iniciativa do Conselho Nacional de Economia (Constituição, art. 205, § 2.º)", em exposição ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados". Dois parágrafos deste artigo e os artigos subsequentes ainda negam atribuições conferidas ao Conselho de Economia, por esta forma:

"§ 1.º Para a exposição neste artigo, o Conselho Nacional de Economia requisitará do Poder Executivo, pelos seus ministérios, os dados de que tiver necessidade.

"§ 2.º O Conselho Nacional de Economia poderá realizar em qualquer parte do país os inquéritos convenientes à tarefa que lhe incumbi por esta lei.

Art. 3.º Independentemente das medidas necessárias aos fins desta lei, apresentadas, quando julgadas oportunas ao Congresso Nacional pelo Conselho Nacional de Economia, esse Conselho fará quinquenalmente, ao poder legislativo, exposição devidamente fundamentada sobre a conveniência de manter, ou modificar, o salário mínimo nas diversas regiões econômicas do país.

Art. 4.º A tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo, que não seja de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, dependerá de informação prévia desse Conselho".

Como se vê dessas disposições do meu projeto de lei, não se delega, ao Conselho Nacional de Economia a atribuição privativa do Congresso Nacional de legislar, mas, apenas, presta-se obediência ao preceito constitucional, a que se faz remissão no transcrito artigo 1.º, preceito que é assim concebido: "Incumbe ao Conselho (Nacional de Economia) estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias".

No meu projeto, não atribuo competência ao Conselho Nacional de Economia para legislar sobre o salário mínimo. Não despojo o Congresso Nacional dessa competência. Ao contrário eu lhe resguardo essa atribuição, apenas confirmando a atribuição constitucional do Conselho de sugerir ao poder legislativo as medidas necessárias ao estudo da vida econômica do país, a fim de que esse poder atenda às suas necessidades com os convenientes diplomas legislativos.

Não me parece, pois, que haja inconveniência entre a minha atitude ao condenar a usurpação de atribuições privativas do Poder Legislativo e ao recomendar que esse poder, para tem exercer essas atribuições, invoque de outro órgão de aparelho governamental, sem abdicar de sua competência, os subsídios que lhe possa fornecer para esse fim.

E', neste particular, o que desejava assinalar.

Em matéria de delegação de poderes presumo que se não pode desertar a esta conclusão:

Não se concede delegação "permanente", de poder, mesmo nos regimes políticos em que se pode verificar essa delegação, só para caso singular, isto é, um de cada vez e, desde que usada, exaurida, e com caráter assim efêmero, é ela realizável. Do contrário, estar-se-ia, entre nós, transfor-

do, de modo permanente, de um para outro poder, atribuição constitucional, modificando-se, assim, definitivamente a Constituição, sem o fazer por emenda, e atentando-se, por essa forma, contra a prática do regime que se nela assenta.

Passo, agora, a outra ordem de consideração.

Ainda há porém dois, o meu nobre e brilhante colega da representação do Estado de Minas Gerais nesta alta Casa de Congresso Nacional, Senhor Bernardes Filho conclamava os mineiros a uma imediata união em defesa dos interesses e das aspirações do povo de nossa terra, em benefício dela e de todo o país. Em aparte, que então me foi dado oferecer à oração de S. Ex.^a, declarei, em meu nome e de meu venerável companheiro e illustre correligionário Senador Levindo Coelho, que os dissídios na vida pública de Minas era mais aparentes do que reais, porque os homens públicos dali colocaram sempre as aspirações do Estado acima de quaisquer competições de natureza política ou partidária. Referir-me, então, à orientação do Governador do Estado, que tinha altamente preocupação de criar na nossa terra em clima de confiança que permitia a colaboração de toda a gente mineira na tarefa do nosso grande crescimento no conceito da nossa federação.

Ao se dirigir à Assembleia Legislativa do Estado, por ocasião da solene instalação atual sessão legislativa, o Sr. Juscelino Kubitschek teve oportunidade de, em Moção que lhe dirigiu, assinalar a sua permanente atração em benefício da paz da família política mineira. Assim se manifestou, então, S. Ex.^a.

Por mais de uma vez, na Mensagem à Assembleia Legislativa e em outras oportunidades, enho, interpretando os anseios inequívocos do povo mineiro, formulando sinceros apelos para o desarmamento dos espíritos e para a harmonia e concórdia dos novos estaduanos em torno das mesmas aspirações e ideais. A posição que Minas ocupou, tradicionalmente, no cenário nacional, sem reivindicações de ordens regionalistas porque inspirada no propósito de trabalhar pela grandeza da Pátria e pelo bem-estar e tranquilidade da família brasileira, não deve obscurecer-se ou perder-se de todo na esterilidade das divergências internas, quando essas divergências podem ser facilmente superadas no plano da compreensão recíproca e do franco entendimento. Através das vicissitudes de nossa vida pública e dos problemas políticos com que temos defrontado, o ideal de enaltecer a posição de Minas nos Conselhos da República tem permanecido inelutável, avultando em contornos cada vez mais nitidos e definidos do remoto horizonte a que demandam os nossos passos. E com uma luz forte e vívida que as brumas passageiras não conseguiram ofuscar e cujo brilho irradiante vence as distâncias, a apontar um rumo e sugerir um caminho. Minas é, na verdade, o farol insubstituível de nossas preocupações e de nosso entusiasmo. Procuendo servi-la e engrandecê-la estamos servindo e engrandecendo o Brasil.

Para a consecução dos anseios do povo mineiro no sentido de pacificação dos espíritos de toda a população do nosso Estado, o nosso governador assim informa quais as providências que adotou.

O Governo estima como o mais alto e essencial de seus deveres assegurar os direitos e prerrogativas dos cidadãos e do Partido no prelo que se aproxima, de modo que esses direitos e prerrogativas se manifestem em toda a sua pureza e legitimidade, em ambiente de ordem, moderação, segurança e garantias amplas e completas. Trata-se de um grande objetivo, que nos vimos dedicando com afincado e severidade, através da ação pronta e vigilância constante, sinceramente convencidos de que, agindo

por essa forma, exercemos o poder na sua acepção lidma em regime democrático e rendemos estrita justiça ao Povo mineiro, que atingiu elevado grau de cultura política e tanto se tem distinguido na defesa e manutenção dos direitos de cidadania.

No lidar dos trabalhos da quarta sessão ordinária da Assembleia, a última da present. legislatura, eu não poderia deixar de reiterar aos representantes do povo esta declaração dos princípios que norteiam e continuarão a norteiar a ação do Governo em face das eleições de outubro próximo. A luta cívica, que é requisito de vitalidade das democracias, e tomada eventual de posições antagônicas, a compreensível disputa das preferências do eleitorado não devem constituir motivo de dissensão irreparável, mas, ao contrário, podem resolver-se na convergência de esforços em prol dos interesses mais altos do Estado e do País, quando a prevalência desses interesses pessoais e superiores exija a aconselhar ou exigir a união geral. O que é imperioso ter em vista, e que a disputa normal nos regimes democráticos não se abstrai na sua prática dos seus meios e nos seus objetivos seja pela manifesta injustiça e desaprovação na conduta perante o adversário, seja pela exploração insidiosa e emigração a contrindir multissimamente a opinião pública sob o exercício do arbítrio, da violência e do abuso do poder.

Não me fur o prazer de mais uma transcrição da Mensagem do Governador do meu Estado, e que ora me reporto e que é a seguinte:

"Nem por estarmos a vésperas de uma eleição que se prenuncia vai ser ardorosamente disputada, deixa de se oportuna a reafirmação destes princípios de concordância que centenas de anos nos corações mineiros e amadurecer no espírito lúcido dos líderes partidários mais autorizados e dos homens com responsabilidade na evolução do nosso destino cívico. Depois de encerrado o pleito de outubro abrir-se-á campanha mais intensa, mais ampla de significação bem mais profunda para a sucessão presidencial da República e para a sucessão do Governo do Estado. A Minas se oferecerá então o ensino de, mais uma vez, por o serviço do Brasil as reservas de seu patriotismo, seu espírito de moderação e equilíbrio, sua tradicional vocação para a ordem, procurando desinteressadamente contribuir para uma solução alta e nobre, dentro das condições do sistema partidário nacional e do funcionamento dos órgãos da conciliação, mas disposta igualmente aos riscos da luta cívica para a defesa dos sagrados ideais a que se devota".

Acredito Sr. Presidente, que o pensamento, as palavras e os conceitos a que me refiro, neste momento, mostram que me assistia toda a razão ao me pronunciar em aparte ao meu velho amigo e eminent. colega Senador Bernardes Filho, com a afirmação de que Minas é coisa em prol dos interesses de Minas e do Brasil.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre senador Pereira Pinto solicita a designação de substituto em nome para o Sr. Landulpho Alves na Comissão de Economia.

Atendendo à solicitação de S. Ex.^a designo o Sr. Senador Gomes de Oliveira (Pausa).

Pelo nobre Senador Ivo D'Aquino, foi solicitada a nomeação de um substituto, na Comissão de Finanças, para o Sr. Apolônio Sales.

Em atenção ao pedido de S. Ex.^a designo o Sr. Senador Martiniano Fernandes (Pausa).

Atendendo, ainda, a uma solicitação do nobre Senador Dario Cardoso, para o preenchimento de vaga aberta na Comissão de Constituição e Justiça, em virtude da renúncia do Sr. Senador Valdemar Pedrosa nomeo seu substituto o Sr. Senador Luiz Tinoco (Pausa).

Sobre a mesa projeto que vai ser lido.

É lido, apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o seguinte

Projeto de Lei do Senado n.º 57, de 1954

Sobre condições de elegibilidade

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As condições de elegibilidade para cargos ou funções públicas — federais, estaduais e municipais — são prefixadas (Constituição, art. 38 parágrafo único e 39), ou prefixáveis em relação à nacionalidade, aos direitos de cidadania e à idade dos indivíduos candidatos aos mesmos.

Art. 2.º Cabe aos Estados, privativamente, prefixar as condições de elegibilidade para os cargos eletivos estaduais e municipais.

Art. 3.º A prefixação de condições de elegibilidade para os cargos eletivos do Distrito Federal é da exclusiva competência do Congresso Nacional.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição Federal prefixa as condições de elegibilidade para os cargos eletivos federais (artigos 38, parágrafo único e 39). Não o faz, porém, para os cargos eletivos estaduais, para os do Distrito Federal e para os dos municípios, salvo por disposições transitórias já caducas (art. 19 e 20).

Este projeto de lei regula a matéria da prefixação de condições de elegibilidade para os casos não previstos na Constituição Federal deferindo essa atribuição aos órgãos aos quais cabe elaborar as Constituições das unidades federais do Brasil, e a Lei Orgânica do Distrito Federal.

Visto-se o projeto com este projeto de lei, evita-se as controvérsias sobre a competência para prover a respeito de condições de elegibilidade.

Sala dos Sessos em 6 de julho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

Finda a prorrogação da hora do expediente, passo à

ORDEM DO DIA

Continuação a votação em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155 § 3.º do Regimento Interno em virtude do Requerimento n.º 291 de 1954, do Sr. Senador Ivo D'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15-6-1952, tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18-6-54) e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas).

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão de ontem a votação ficou interrompida em virtude de pedido de verificação ao ser anunciada a rejeição do Requerimento n.º 355, da autoria do Senador Durval Cruz solicitando preferência para a subemenda n.º 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.º 1, a fim de ser votada pela subemenda da Comissão Diretora à Emenda 23.

Em votação o requerimento (Pausa)

O SR. ALFREDO NEVES:

Para encaminhar a votação (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presi-

dente, o requerimento que se vai votar

arula, em parte, outro, também, de preferência, já aprovado pelo Senado. Não se diga que este último modificou a estrutura da Emenda n.º 1 a que foi oferecida, pela Comissão de Finanças subemenda, com a qual concorda. Tanto não modificou, que incluiu, no requerimento, que tive a honra de assinar, preferência para aquela subemenda, e, a seguir, para a Emenda n.º 23 da Comissão Diretora. Esta é uma emenda longa, meditada, calçada em elementos do projeto organizado por uma comissão de funcionários.

A Comissão não a aprovou devido ao grande aumento de custos que estabelecida e ao desdobramento de vários serviços que não caberiam dentro das atuais dependências da Casa.

Examinando o anteprojeto, Sr. Presidente, sugeri à Comissão Diretora a organização de projeto menor aplicável às necessidades do Senado, que corrigisse lacunas e reparasse injustiças, dando-se à Secretaria a organização permitida pelas atuais circunstâncias.

Vindo o assunto, com urgência, a plenário, a Comissão Diretora, através do 1.º Secretário não pôde fazer concomitantemente com o projeto de reestruturação a regulamentação aconselhada, evitando o número excessivo de funcionários nos serviços, em detrimento de outros.

A Comissão examinou o assunto com cuidado zeloso de servir e cumprir o seu dever, e, oferecendo a emenda, deixou em suspenso a oportunidade de estudar as demais emendas apresentadas em plenário, para que, colhidas novas sugestões, as pudesse reunir em subemenda, tanto quanto possível.

O Sr. Otton Mader V. Ex.^a referiu-se à Emenda n.º 23?

O SR. ALFREDO NEVES — Perfeitamente.

Sr. Presidente, a Comissão Diretora procedeu dentro daquele espírito rotariano, em que os homens deixam muitas vezes os próprios afazeres e se entregam à coletividade, colaborando em instituições de caridade em estabelecimentos de educação, etc.

Quando regei a preferência de-me o trabalho de observar o efeito do meu requerimento em face das disposições regimentais, e nenhuma incorreção que contrariasse os meus interesses.

Não foi quebrada a sistemática da Emenda n.º 1, porque as subemendas que he foram apresentadas não obedecem a plano coordenado. Seus artigos são diferentes, enquanto uma trata dos Oficiais Legislativos, outra refere ao Corpo Taquígrafico e ainda outra trata os vencimentos dos Assessores Técnicos da Comissão de Finanças.

Como vê o Senado, os assuntos completamente diversos. Na Emenda n.º 23, entretanto, há conexão entre os artigos e parágrafos sucessivos, encaixado de tal modo as modificações propostas que, rejeitada uma, estará prejudicada outra.

Sr. Presidente, concordei com a subemenda da Comissão de Finanças relativamente aos Oficiais Legislativos, por ter verificado que traduzia o pensamento da maioria dos Srs. Senadores e que o art. 2 da Emenda n.º 23 não correspondia bem ao desejo dos nobres colegas. Foi por esse motivo que, desde logo, aceitei a subemenda à Emenda n.º 1, tal como está editada, porque modifica o quadro dos oficiais legislativos para 17, que encaixa a série dos padrões FL do Senado.

Além do mais, como não pretensesse contribuir de modo algum para que uns tivessem maior acesso e outros se sentissem prejudicados, acedi a que todos os ocupantes de cargos, soldados, porteiros, etc., fossem para a mesma mais elevada embora alguns oficiais legislativos possam ser a ser denominados assistentes de diretor.

Sr. Presidente, se me fizeram justiça os nobres colegas, verão que não

pode haver espírito mais conciliador, razoável e justo que o meu.

Não desejo, não quero, não pretendo mesmo prejudicar a ninguém; mas também não concordo em que, por um voto isolado neste momento, possa ser completamente destruído o que nós tínhamos construído, no afã de a todos atender.

Pediria a V. Ex.^a o grande favor de não mandar trazer uma folha de papel contendo agarrismos datilografados que se encontra dentro da minha pasta, a fim de lê-lo ao Senado. (O orador é atendido).

Vou demonstrar Sr. Presidente que o padrão PL mesmo aplicado aos assessores técnicos da Comissão de Finanças, é perfeitamente justo.

Sem citar nomes — o que só farei se os Srs. Senadores o determinarem — refiro-me ao primeiro caso de um dos ilustres assessores técnicos, letra "O" que percebe Cr\$ 8.400,00. Com o abono provisório de Cr\$ 800,00 a gratificação adicional de Cr\$ 1.680,00 correspondente a 20% dos vencimentos, sêric família de Cr\$ 800,00; e gratificação extraordinária pela Comissão de Finanças de Cr\$ 800,00. Ele percebe, atualmente, Cr\$ 12.000,00.

O Sr. PRESIDENTE *(fazendo som os timpanos)* — Lembra a V. Ex.^a que restam apenas dois minutos do tempo regimental para encaminhamento da votação.

O Sr. ALFREDO NEVES — Vou terminar Sr. Presidente.

Se ascender a PL-4, esse funcionário receberá Cr\$ 19.400,00, enquanto se for enquadrado no padrão PL-7 que é o proposto de modo gera, passará a receber Cr\$ 15.800,00.

Vê V. Ex.^a Sr. Presidente que, mesmo classificado como PL-7, o funcionário não ficará em situação financeira precária.

Alida possui em mãos os cálculos relativos aos demais funcionários, mas infelizmente o tempo não vai permitir que eu conclua a leitura. Mesmo se eu quiser enquadrar meu requerimento no artigo 138, parágrafo 6.^o, ou no artigo 113, verificaremos que até o substitutivo para o qual pedi preferência regimentalmente não permite nenhum outro requerimento de preferência porque o iria modificar.

Pego a meus ilustres colegas, a bem do serviço desta Casa que reitem esse requerimento, atendendo àquele que dá preferência na a submissão à Emenda n.^o 1 da Comissão de Finanças apresentada pela Comissão Diretora. É o apelo que faço aos Senhores Senadores. (Muito bem).

O Sr. DURVAL CRUZ:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ao pedirmos preferência, a Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1, o fizemos não só pelos motivos que alegamos ao encaminharmos a votação do requerimento como também porque tivemos em vista que tanto a Comissão Especial, encarregada pela Comissão Diretora para elaborar anteprojeto de resolução relativa à reorganização da Secretaria do Senado Federal, como o Sr. 1.^o Secretário, estavam para os assessores técnicos padrão de vencimentos na base do projeto pela submissão da Comissão de Finanças.

Sr. Presidente, a página 5 do relatório de um anteprojeto de resolução, encontro proposto pela Comissão composta dos Srs. Isaac Brown, Fausto Goulart e José Vicente Martins, a criação de 18 cargos de Assessor Técnico, sob o símbolo de PL-3. Na página 79, do trabalho do Ilustre Senador Alfredo Neves, digno primeiro Secretário da Casa, está proposto o padrão PL-4, para três Assessores Técnicos da Comissão de Finanças, três da Comissão de Constituição e Justiça e um da Comissão de Economia.

De forma que a submissão n.^o 3 constancia sustinente o ponto de vista defendido pelo Ilustre Primeiro Secretário, quando sugere a criação de sete cargos de Assessores Técnicos das Comissões sob o padrão PL-4.

Sr. Presidente — Parecerá que defendendo ponto de vista meu, quando a rigor, sustento o anteriormente esposado pelo nobre Senador Alfredo Neves.

O Sr. Alfredo Neves — Quando elaborei o projeto, o teto que regulava o aumento na Secretaria do Senado, era o padrão PL-4. Mas, como a diferença de vencimentos entre a classe O e o PL-4 era elevada, chegamos a preferir que o padrão teto ficasse em PL-7. Esse acordo pareceu-nos atender aos dois objetivos: melhorar os vencimentos do funcionário, sem o exa, ero da diferença entre Cr\$ 8.400,00 e Cr\$ 15.000,00.

O Sr. DURVAL CRUZ — Como V. Ex.^a próprio reconhece ambas as sugestões são de V. Ex.^a O Senado que escolha entre as duas. (Muito bem).

O Sr. ALFREDO NEVES:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, volto a tribuna, chamado nominalmente, pelo meu nobre colega, o Sr. Durval Cruz.

Sr. Presidente, quando organizei para a Comissão Diretora um projeto cujos elementos foram colhidos, tanto quanto possível nos estudos procedidos pela Comissão de funcionários admtl o PL-4 para os assessores técnicos da Comissão de Finanças, para os Redatores-Revizores, para os Redatores de Anais e de Documentos Parlamentares. Procurávamos, então, um meio de elevar o teto dos oficiais legislativos, pois que os funcionários de cargos isolados, como os Redatores de Anais e Documentos, Parlamentares, Redatores-Revizores e Assessores Técnicos da Comissão de Finanças, todos sem exceção, estavam na classe O, e repugnava a mim, como a muitos outros Senadores, elevar o padrão de uns, deixando outros em nível mais baixo.

Sr. Presidente, foi com o intuito de colocar, como sempre faço, o Senado acima de qualquer suspeita que procurei entender-me com o honrado Presidente da Comissão de Finanças numa das suas reuniões, para chegarmos a um acordo que satisfizesse, plenamente, a todas as correntes.

Esse entendimento leal e sincero tinha como propósito conseguir melhoria de vencimentos para os funcionários sem desprestígiar esta Casa do Congresso que, como funcionário e respeito, como Senador.

Estamos, entretanto em situação especial. Nós convivemos nesta Casa que somos amigos que nos fazemos estimados e estimamos nossos companheiros de trabalho, colocamos por vezes o coação em plano superior do que resulta até curtas condenações.

O Sr. NOVAES FILHO — V. Ex.^a está exteriorizando seu ponto de vista com alta dignidade.

O Sr. ALFREDO NEVES — Nesta conjuntura Sr. Presidente, apenas conciliei. Essa a melhor forma de se ter vitória na vida. E se conciliei foi primeiramente para ir ao encontro da vontade dos senhores senadores, daqueles que me confia em alta missão de 1.^o Secretário desta Casa; e também para amainar um pouco os comentários, principalmente da imprensa, contra esta Casa, contra o Senado, que tanto quero, e todos nós, honrados em dele fazer parte, tanto queremos. (Muito bem).

O Sr. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação.

O Sr. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Senado está passando por momentos constrangedores. Lamentavelmente sinto que, o nível das discussões está baixando de tal maneira que devemos reagir, a fim de resti-

tuir a esta Casa a majestade de sua posição.

Nossos nobres colegas encontram-se em situação de mal estar, verdadeiramente desagradável, porque o Projeto está engasgado.

Este o verdadeiro termo a aplicar. Sr. Presidente, não há ao meu ver outra solução senão, para o bem e prestígio do Senado, rejeitarmos o Projeto de Resolução n.^o 6.

Quando ontem se discutia esta Casa as emendas a ele oferecidas, o nobre Senador Gomes de Oliveira declarou que a rejeição do projeto seria a única solução honrosa. Ouvi, a esse respeito os nobres colegas, e todos realçaram a situação de constrangimento em que se encontram.

Havendo a Comissão Diretora, por intermédio do seu ilustre representante Senador Alfredo Neves se comprometido a apresentar no prazo máximo de uma semana, projeto que atenda a todas as necessidades dos serviços do Senado, e não somente aos interesses dos funcionários aproveitando as emendas razoáveis do Projeto de Resolução em causa, penso chegarmos a fim satisfatório se rejeitarmos a Proposição n.^o 6.

Esta a sugestão que faço com o apelo aos nobres pares no sentido de ressaltar a dignidade e a majestade desta Casa. (Muito bem).

O Sr. ATTILIO VIVACQUA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ouvi as considerações do eminente Senador pelo Paraná a respeito da situação do Senado face ao projeto em votação.

Figurei sempre entre aqueles que entendem indispensável reorganização dos Serviços do Senado, a fim de que esta Casa atenda às complexas tarefas que lhe incumbem na vida parlamentar. Foi e sou obstinado autor de proposição nesse sentido. Ontem ao me referir aos trabalhos da Ilustre Comissão Especial, convidados por um dos mais ilustres funcionários desta Casa, o Sr. Isaac Brown, dei-lhe meu anáus, naturalmente e com as restrições dentro de pontos de vista especiais.

Apelo, então, no sentido de aproveitarmos a oportunidade para o reaparelhamento dos nossos serviços técnicos os objetivos a que alud.

Discordo do nobre colega, Senador Othon Mader quando julga terem os nossos debates perdido a elevação que devia guardar. Não me parece assim tenha acontecido.

Nossos eminentes colegas expuseram e sustentaram seus pensamentos, com ardor, vendo nesta reforma não simplesmente mero aumento do Quadro do funcionalismo; também, a ocasião de dotarmos o Senado de elementos mais convenientes para o desempenho da sua alta missão.

Seria de desleal pudéssemos entrar em entendimento, a fim de que o Senado, atendendo às justas reivindicações de funcionários, reparando injustiças, remodelasse os seus serviços administrativos e técnicos, de acordo com o desejo manifestado pelo nobre Senador pelo Paraná.

Neste momento, Sr. Presidente, da rel — e creio que todos os meus colegas — colaboração a fim de alcançarmos o esboço que sempre constituiu minha preocupação.

Não posso, entretanto, deixar de fazer ressalva às observações melancólicas do nobre ilustre companheiro, no tocante a atitude do Senado.

Por motivo que as opiniões aqui se extremam, jamais deixaram de guardar a linha de serenidade e a alta dignidade que sempre nos tem guiado. Faço, porém, justiça à sinceridade do que oferecemos emendas melhorando a situação do nosso funcionalismo. Não tiveram em vista favores pessoais, ao contrário, aumentaram o nível de remuneração, a fim de que criando novos estímulos, melhor desempenho o Senado suas atividades. (Muito bem).

O Sr. JOAQUIM PIRES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, fui o relator do projeto na Comissão de Finanças.

A proposta do nobre Senador pelo Paraná envolve injúria ao Senado. Perdoe-me S. Ex.^a em dizer que no Senado todos temos nossas opiniões e a coragem de exprimí-las.

Não há, no momento, senão recuo. Ontem S. Ex.^a outros Senadores, como o Senador Hamilton Nogueira, diziam que devíamos prestigiar a Comissão Diretora.

Foi bem, nós da Comissão de Finanças fizemos um acordo com a Comissão Diretora para prestigiar-la. Como decorrência desse acordo, foi afastado o parecer que proferi em nome da Comissão de Finanças.

O nobre Senador Othon Mader passou uma esponja em tudo isso. Pensa devemos aguardar o projeto da Comissão Especial.

Não haverá tempo. O nosso mandato expira em 31 de dezembro do próximo ano. O projeto em causa nasceu da ideia do nobre Senador Melo Viana; em 1950; arrastou-se pelas Comissões do Senado desde aquela época; não pôde, até agora, ser votado.

Como quer V. Ex.^a que um projeto, organizado em oito dias, seja votado até 3 de outubro, quando a 1.^a de agosto, neste recinto, não haverá maioria para deliberar? O Senado terá de ser renovado em dois terços de seus membros e só poderá estar com número regimental. Logo, este projeto não passará de utopia.

Sr. Presidente, não é segredo para quem quer que seja não estamos atendendo a solicitações de funcionários desta Casa, pois o que se pretende é fazer justiça e isto só se consegue traçando uma linha reta entre os dois termos da questão, porque ninguém poderá agradar a todos.

Há um ditado que diz: "Todo mundo tem pai".

O patrono do Ex.^{to} Duque de Caxias, Senador do Império e Presidente do Conselho de Ministros uma ocasião, no Senado — era eu mesmo e assisti ao fato — deu uma moeda de duzentos réis a todos. Desta maneira, Sr. Presidente, qualquer que seja o projeto apresentado, terá de ser modificado, ou por outra, há de receber solicitações dos interessados.

Apelo para esta Casa a fim de que prestigie a Comissão Diretora, aceitando o seu projeto com a modificação sugerida pela Comissão de Finanças.

Era o que tinha a dizer (Muito bem).

O Sr. NOVAES FILHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, indistintamente encontra-se o Senado em face de matéria das mais complexas, de vez que não estamos muito familiarizados com os princípios que regem a organização dos quadros de funcionários públicos.

Sabem V. Ex.^a e o Senado que a minha disposição, por questão de índole e, mesmo, de educação, é sempre para o atendimento. Constrange-me láda vez que sou forçado a uma recusa, a um não mesmo quando o assunto não é a condizente com os meus pontos de vista.

Neste caso, por exemplo, meu grande interesse, ao melhor, minha maior satisfação, seria ver todos os funcionários contemplados nos seus desejos e aspirações.

Sr. Presidente, estamos vivendo, indiscutivelmente uma hora terrível nos quadros da vida brasileira — a hora da reforma. Reforma para todos e para tudo, mesmo para o que não é anunciado, através das atitudes, do comportamento e das orientações de cada um, e assim, nesta hora de reforma não poderia deixar de atender também aos quadros de funcionários desta Casa e os desejos dos Srs. Senadores.

Portanto confesso a V. Ex.^a que me situo em grande dificuldade diante da matéria que terei de votar, sobretudo porque até verifico que os padrões mais ambicionados são aqueles que fazem, sem o pretender, o reclame do partido a que pertencem — PL-8, PL-10, PL-12, PL-15 (Riso).

Nunca vi, portanto, um Partido Libertador tão querido e tão disputado quanto o que no momento estamos vivendo no Senado da República (Riso).

Mas, Sr. Presidente, é preciso que esta Casa, austera, de tradições tão brilhantes da Monarquia até hoje não ceda em concessões exageradas e descompensadas.

O Sr. Anísio Jobim. — Muito bem. O SR. NOVAES FILHO — Deve conceder aquilo que seja realmente justo, visto como, conforme salientei, numa hora de tantas reformas, também não poderia o Senado deixar de reformar sua Secretaria.

O Sr. Gomes de Oliveira. — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. NOVAES FILHO — E' sempre com prazer que ouço o nobre colega.

O Sr. Gomes de Oliveira. — O que se pretende é reformar apenas o quadro do funcionalismo. Não existe, no entanto, qualquer Projeto de reforma dos serviços do Senado, o que seria básico e importante para servir de orientação à reforma do quadro.

O SR. NOVAES FILHO — A advertência de V. Ex.^a parece-me, data certa, vai com vistas à Comissão Diretora. Aliás, não compete a mim, neste instante, fazer qualquer censura sobre tão elevado e delicado setor.

Devo declarar ao Senado que não somente inspirei a minha admiração, mas, até, a minha emotividade, a maneira pela qual o nobre Senador Alfredo Neves se dispôs às antipáticas.

O Sr. Alfredo Neves. — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. NOVAES FILHO — E' sempre antipático recusar aos que pedem. S. Ex.^a, entretanto, pelo ao plenário debater o assunto com riqueza de detalhes, como afirmou há pouco, disposto a transigir para evitar o pior.

O Sr. Alfredo Neves. — Afianço a V. Ex.^a que transigi o máximo, de modo a não deixar mal o Senado, e a não prejudicar, em parte, as aspirações justas do funcionalismo da Casa. Quanto à minha atitude, cumpro com o meu dever. V. Ex.^a e os demais Senadores deram-me a honra de sufragar meu nome para ocupar o cargo de 1.^o Secretário. Tenho, portanto, que aceitar as compensações e os ônus decorrentes dessa função.

O Sr. Ivo d'Aquino. — Permite-me V. Ex.^a lhe fazer justiça no particular. O nobre colega prestou colaboração preciosa à Comissão de Finanças.

O Sr. Alfredo Neves. — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Ivo d'Aquino. — ...da qual constitui prova o requerimento de preferência formulado por V. Ex.^a.

O SR. NOVAES FILHO — Sr. Presidente, dizia eu que o nobre Senador Alfredo Neves debateu exaustivamente o assunto. E' S. Ex.^a, além de 1.^o Secretário desta Casa — responsável direto pelo encaminhamento e fiscalização dos trabalhos de sua Secretaria — alto e antigo funcionário. Dispõe, portanto, mais do que os outros Senhores Senadores, de aptidões, elementos e tirocínio para melhor qualificar das reformas a serem processadas nos quadros do funcionalismo.

Declarou-me S. Ex.^a que, através das subemendas apresentadas já tendeu, tanto quanto possível, à média das aspirações dos funcionários, aspirações que eu também não condeno nem repilo, porque bem conheço as dificuldades de vida nos dias que atravessamos. Consequentemente, é justo e lógico que cada qual procure melhorar suas remunerações.

De outro lado também exteriorizando meu ponto de vista, não tenho qualquer reserva à atitude dos colegas que pensam diferentemente de mim: ao contrário, só me têm dado motivos

para respeitar-lhes os pontos de vista e acatar-lhes as opiniões, e, dentre estes, o que ocupava a tribuna, ainda há pouco, o nobre Senador Durval Cruz, meu dileto amigo e, sem favor, uma alta figura desta Casa, pela maneira digna, correta e honesta com que sempre vota e se conduz na Comissão de Finanças.

O Sr. Ivo d'Aquino. — Muito bem.

O Sr. Alfredo Neves. — E' ato de Justiça de V. Ex.^a.

O Sr. Durval Cruz. — Muito obrigado a V. Ex.^a, e à gentileza da sua amizade.

O SR. NOVAES FILHO — Se devemos, hoje, fazer concessões, façamos apenas as que a Comissão Diretora, pela voz do nobre Senador 1.^o Secretário, já reputou suficientes para esta hora de apelos e reivindicações e não concessões exageradas. Não abramos as porteiças dos favores, porque isto viria diminuir o Senado da República aos olhos do povo brasileiro. (Muito bem).

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, em face deste Projeto de Resolução, três posições foram firmadas nesta Casa: em favor do projeto, com o substitutivo da Comissão de Finanças e apresentação de emendas que, realmente, não podemos aceitar; no sentido de acompanhar a Comissão Diretora, que tem procurado assegurar o equilíbrio no quadro do funcionalismo com o decurso do Senado e a terceira posição, pleiteada hoje nesta Casa, que seria o rejeição do projeto, ou a sua retirada do plenário a fim de, daqui a alguns dias, ser apresentado projeto mais completo.

Sr. Presidente, na altura em que estamos, tenho para mim que devemos acompanhar a Comissão Diretora, reagindo contra todos os excessos, porque não acredito que o novo projeto fique isento da propaganda do partido do meu nobre colega Senador Durval Cruz. Todas essas emendas de PL-4 PL-1, PL-X, todas elas, voltarão, ficarão na mesma situação.

Assim, só temos duas posições: rejeitar o projeto totalmente, ou acompanhar a Comissão Diretora nos pontos em que tem reagido contra os excessos destas emendas. O Senado, agora, não pode, em hipótese alguma, criar esse quadro de padrões elevadíssimos. E' um acinte à opinião pública, um desrespeito ao voto do povo brasileiro: será a desmoralização do Poder Legislativo do país.

Nestas condições, mantenho meu ponto de vista contrário ao projeto, contrário a essas emendas e votarei de acordo com a Comissão Diretora (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de preferência do nobre Senador Durval Cruz, para a subemenda n.^o 3 à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

A situação do projeto é a seguinte: foi aprovado o requerimento do nobre Senador Alfredo Neves, solicitando preferência para votação da subemenda à Emenda número 1-C, substitutiva da Comissão de Finanças. Em seguida, foi aprovado, ainda, requerimento pedindo preferência para a Emenda n.^o 23 da Comissão Diretora, a fim de ser votada após a subemenda à Emenda n.^o 1-C.

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o requerimento do nobre Senador Durval Cruz a Mesa, então, submetterá, em seguida à votação da Emenda n.^o 23, e as respectivas subemendas, na ordem de coordenação organizada pela Mesa. Aprovado, porém, o requerimento, estará concedida a preferência para a subemenda n.^o 3 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Pela ordem). — Sr. Presidente, parece-me que, rejeitado o destaque solicitado pelo nobre Senador Durval Cruz, teríamos que seguir a ordem de preferência pedida pelo requerimento do ilustre Senador Alfredo Neves. Seria apreciada, primeiro, a subemenda n.^o 1 e, depois, a Emenda n.^o 23.

O SR. PRESIDENTE:

Foi esta a declaração da Mesa. Há outros requerimentos, dependendo de voto do plenário. Nestas condições, rejeitado o requerimento do Senador Durval Cruz, a Mesa seguirá a ordem regimental. Submeterá a votos a Emenda n.^o 23, após a subemenda à Emenda n.^o 1, e respectivas subemendas, salvo qualquer preferência concedida pela aprovação dos demais requerimentos enviados à Mesa.

Em votação o requerimento do nobre Senador Durval Cruz.

Quem permanecer sentados os Srs. que o aprovam. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Rejeitado o seguinte

REQUERIMENTO N.^o 355, DE 1954

Nos termos do art. 125, letra f, de Regimento Interno, requerio preferência para a subemenda n.^o 2 da Comissão de Finanças à Emenda n.^o 1, a fim de ser votada antes das subemendas da Comissão Diretora à Emenda n.^o 23.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1954. — Durval Cruz.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Dario Cardoso, pedindo preferência para a Emenda n.^o 8 para ser votada em seguida à subemenda n.^o 3.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Este requerimento está prejudicado pela rejeição do requerimento do nobre Senador Durval Cruz. Nas mesmas condições se encontram os requerimentos do nobre Senador Atílio Viraqua, referentes à Emenda n.^o 14 e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda n.^o 1, da Comissão de Finanças.

meros 2, 14 e 19. Todavia, essas emendas serão votadas separadamente, independentemente da aprovação desses requerimentos que a Mesa considera prejudicados.

REQUERIMENTOS PREJUDICADOS

REQUERIMENTO S/N

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.^o do art. 157 do Regimento Interno, requerio destaque da emenda n.^o 2, a fim de ser votada separadamente.

Sala das Sessões, em julho de 1954. — Euclydes Vieira.

REQUERIMENTO S/N

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.^o do art. 157 do Regimento Interno, requerio destaque da emenda n.^o 14, a fim de ser votada separadamente.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1954. — Alfredo Simch.

REQUERIMENTO S/N

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.^o do art. 157 do Regimento Interno, requerio destaque da emenda n.^o 19, a fim de ser votada separadamente.

Sala das Sessões, 5 de julho de 1954. — Alfredo Simch.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a primeira subemenda à emenda 1-C, da Comissão de Finanças, para a qual o nobre Senador Alfredo Neves, requereu preferência.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

E' aprovada a seguinte

1.^a Subemenda à Emenda n.^o 1 (Substitutiva da Comissão de Finanças)

Substituem-se os artigos 1.^o e 2.^o pelos seguintes:

"Art. 1.^o E' criada no quadro de funcionários da Secretaria do Senado, a carreira de "Assistente de Diretor", intermediária entre a de "Diretor" e a de "Oficial Legislativo", constante de:

Classe Número de cargos

PL-7 — Assistente de Diretor 8

PL-7 — Assistente de Diretor 9

Parágrafo único. Ao símbolo PL-7 correspondem os vencimentos do símbolo CC-7 constante da Lei n.^o 2.188, de 3 de março de 1954, e ao símbolo PL-8 os de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 2.^o A carreira de Oficial Legislativo fica assim constituída:

Classe Número de cargos

O 16

N 21

M 24

L 30

Art. 3.^o E' privativo dos "Oficiais Legislativos", obedecida a sua classificação nos termos do art. 2.^o o acesso ao cargo de "Assistente de Diretor".

Parágrafo único. As promoções de carreira desta Resolução serão feitas sucessivamente, obedecida e mantida a antiguidade na classe anterior, independente de interstício.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.^o 23, nos termos da preferência concedida pelo plenário.

A essa emenda foi apresentado requerimento de destaque que vai lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

O SR. PRESIDENTE:

E' lido o seguinte

Requerimento n.^o 358, de 1954

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.^o do art. 157,

requerido destaque, para a rejeição do § 2º do art. 7º da emenda n.º 23. Sala das Sessões, 16 de julho de 1954. — **Atílio Vivacqua.**

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisado pelo orador) Sr. Presidente, estamos diante de um destaque para rejeição do § 2º do art. 7º. Os atuais cargos de redatores de atas e documentos parlamentares e redatores-revisores serão suprimidos à proporção que se vagarem.

Srs. Senadores, a Comissão Diretora, dentro do enquadramento que fez dos serviços à Secretaria do Senado, examinou cada um deles e verificou que a existência atual de 4 redatores de atas e documentos parlamentares era demais. O serviço não exige a presença de tão grande número de funcionários de alto padrão. Assim, a Comissão Diretora, depois de verificar as atividades desse serviço, chegou à conclusão de que apenas oito redatores de atas e documentos parlamentares seriam suficientes para trazer toda aquela variedade de atividade em dia.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) V. Ex. já conhece o meu ponto de vista nesta matéria. Entendo que os cargos devem ser criados agora, para organização dos serviços a que aludi. Considero que na parte referente à redação de atas temos enorme deficiência. Julgo devemos dar a maior irradiação possível e amplitude a toda publicação dos trabalhos da Casa. Daí a razão pela qual apresentei esse destaque, entendendo que a redução do número de funcionários dessas atividades prejudicaria o plano de reaparelhamento por que me tenho batido.

O SR. ALFREDO NEVES — Sr. Presidente, respondendo ao aparte do nobre senador Atílio Vivacqua, informo a V. Ex. que a irradiação, e distribuição de volumes de atas, independentemente do número de funcionários. A coleção de páginas do "Diário do Congresso Nacional" para a fatura dos atas, a sua consequente revisão e a irradiação dos índices, não exigem grande número de funcionários. Esse é o serviço máximo da redação de atas e, nos trabalhos do Senado, pelas nossas atividades normais, verifica-se que ainda agora se poderia ter o que esta Casa teve até 1930 — um redator de atas e dois auxiliares. Posso assim afirmar a V. Ex. — porque nessa época chefiava o serviço — que não há anterior ao da revolução, que se encontravam no "Diário do Congresso Nacional" os originais relativos ao volume de atas até setembro daquele ano.

O Sr. Gomes de Oliveira — Os Atas, quase sempre, são distribuídos depois de anos e anos. Não se explica, pois, que o serviço tenha tantos funcionários.

O SR. ALFREDO NEVES — Sr. Presidente, a Imprensa Nacional, pode imprimir mil, dez mil ou cem mil volumes de Atas. O que a emenda pretende é justamente melhorar o trabalho de divulgação e distribuição e aumento do número de funcionários não contribuirá de modo algum para isso.

O Sr. Atílio Vivacqua — V. Ex. limite o debate à redação de atas, quando existe outra função importante — a revisão dos nossos discursos, para serem publicados. É outra falha que tenho notado. Após uma sessão como esta, cujos discursos contém matéria importante, somos obrigados a retirar-nos. Esses revisores então poderiam também executar esse trabalho. Não há, portanto, excesso de funcionários. Além do mais, tenho um plano de publicação muito mais amplo que o do meu nobre colega. Acho que os assuntos do Congresso estão sendo suplantados dentro do sistema atual, em que os Atas, praticamente,

já não são editados. Precisamos de outras publicações ao lado dessa, como seja a resenha de nossas atividades, conforme já está fazendo o DASP e, pareça-me, também a Fundação Getúlio Vargas.

O SR. ALFREDO NEVES — A resenha dos nossos trabalhos está sendo feita pela Agência Nacional, e a si-nopse, o que se contém de um ano para outro para orientar o serviço, já está quase em dia. Estou informado de que ainda este mês será publicada, a parte de sinopse no Diário do Congresso, a exemplo das vezes anteriores.

Sr. Presidente, infelizmente o tempo é pouco, e os apertes me impediram de desenvolver o raciocínio, para provar que a Comissão Diretora, quando propôs a fixação de 8 desses funcionários, o fez depois de conhecimento dos trabalhos do Senado. Fiz mais; para evitar falta de funcionários, propôs a fusão da carreira de Redator de Atas e Documentos Parlamentares com a de Redatores Revisores, de modo que o Chefe da Seção em vez de oito, contará com 14 elementos — número mais que suficiente para o bom andamento do serviço de informações desta Casa de Congresso.

Peço, portanto, ao Senado que rejeite o requerimento de destaque. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de destaque formulado pelo nobre Senador Atílio Vivacqua, para rejeição do § 2º do art. 7º da Emenda n.º 23.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitado.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido outro requerimento de destaque.

E lido o seguinte

Requerimento n.º 359, de 1954

Requerio, nos termos do art. 25, letra m, do Regimento Interno, destaque, para rejeição, do art. 14 e seu parágrafo único e emenda n.º 23. Sala das Sessões, 5 de julho de 1954 — **Mozart Lago.**

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, julguei-me na obrigação de formular o requerimento, por não compreender o art. 41 do substitutivo.

Manda esse artigo suprimir "cargos vagos resultantes da Resolução n.º 15, de 1954". A esta resolução se incorporou emenda de minha autoria beneficiando o pessoal mais humilde do Senado. Aprovada a medida, até hoje não foi executada, e, agora, pede-se a extinção desses cargos!

A emenda parece-me injusta, e, sobretudo, inconveniente.

Na hora precisa em que o Senado inaugura seis rotundas no edifício, esse pessoal será necessário.

Assim, Sr. Presidente, espero que os nobres colegas aprovem meu requerimento, para rejeição do art. 14. (Muito bem)

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, a primeira arguição do nobre representante do Distrito Federal, Senador Mozart Lago, de que a Comissão do Senado em relação à Resolução n.º 15, é profundamente injusta. Depois de examinar convenientemente a Emenda n.º 10 e equacionar todos os casos, verificou a Comissão a desnecessidade de mais 32 cargos na Portaria. Antes, todavia, procedera a apostila dos títulos respectivos, promoveu — uma vez — os funcionários favorecidos e, se não fez a segunda promoção, foi para não infringir o Regulamento da Secretaria.

O autor da proposição deveria ter sido incluído o que se insere sistematicamente nas emendas, a projetos de resolução desta natureza — dispensa de interstício para promoções. Uma vez que não existia a disposição, a Comissão Diretora não poderia a deliberação do Senado. Fez a primeira promoção e fará a segunda logo que o Plenário approve o Projeto de Resolução em debate e a Emenda n.º 13, a qual dispensa o interstício.

O Sr. Mozart Lago — Mas V. Excelência propõe a extinção dos cargos.

O SR. ALFREDO NEVES — Porque os 32 cargos que excedem ao número de funcionários lotados na Portaria.

Desculpe-me o nobre colega; mas quem tem obrigação de conhecer essa necessidade é a Comissão Diretora. O Sr. Mozart Lago — Não apoiado. Também nós, Senadores, verificamos as deficiências, porque não somos atendidos na devida forma. Trabalhamos aqui com a maior dificuldade para o exercício de nossas funções e, como V. Ex.ª, sentimos as necessidades da Casa.

O SR. ALFREDO NEVES — Sr. Presidente, ouço dizer, por mais de uma vez, que temos excesso de funcionários. Não estou de acordo com a invectiva, mas, se assim é, ou se temos os funcionários, não é preciso aumentar-se-lhes o número para melhorar o serviço. Demos à Casa melhores instalações e condições de atendimento das necessidades dos Srs. Senadores.

O Sr. Gomes de Oliveira — Façam melhor distribuição de funcionários.

O SR. ALFREDO NEVES — Distribuímos acertadamente os funcionários, e, por certo, os Srs. Senadores não terão oportunidade de reclamar contra a deficiência dos serviços.

Sr. Presidente, procuramos da melhor maneira atender aos Srs. Senadores. Se não o logramos, nos cabe a culpa e a prova é que estamos fazendo uma reforma para dar mais 600 metros quadrados de área ao edifício, a fim de que os representantes do povo tenham um pouco mais de espaço para o exercício de suas atividades. É o que a Comissão Diretora pode fazer. Está impossibilitada de construir andares superiores, porque, provavelmente, a estrutura do edifício não os suportaria; não poderá fazer acomodações laterais, porque, com certeza, quebriam a estética do conjunto, e teríamos reclamações constantes.

Não será com o aumento do número de funcionários que os serviços melhorarão.

O Sr. Mozart Lago — Não aumentando, mas mantendo-se o que o Senado já aprovou.

O SR. ALFREDO NEVES — Sr. Presidente, mantivemos vários funcionários, inclusive dois porteiros para uma porta, de modo que vamos chegar à situação de, em dias alternados, trabalharem estes funcionários. A Comissão Diretora respeitou a medida porque se tivesse proposto a supressão do cargo, prejudicaria um servidor da Casa, não lhe dando promoção. Até esse pormenor foi examinado pela Comissão. Por isso, alguns cargos não estão incluídos na proposta de supressão. Quanto aos demais, entretanto, para os quais nos foi dada a faculdade de nomeação, preferimos abrir

mão da prerrogativa, propondo a supressão.

Seria muito agradável, para nós, e para os Srs. Senadores, a oportunidade de nomear alguns funcionários para estes 32 cargos cuja supressão propusemos.

O Sr. Mozart Lago — Quero ver se o Senado não vai mais nomear funcionários.

O SR. ALFREDO NEVES — Era o que tinha a dizer. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento de destaque do nobre Senador Mozart Lago, para rejeição do artigo 14 e parágrafo único da Emenda número 23.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está rejeitado.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder a verificação da votação solicitada pelo Sr. Senador Mozart Lago.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor do destaque — (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra o destaque — (Pausa).

Votou a favor 1 Sr. Senador e contra, 19.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A' CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Carvalho Guimarães — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Georgino Avelino — Martiniano Fernandes — Dair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Ismar de Góes — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Pereira Pinto — Alencastro Guimarães — Nestor Massena — Eulides Vieira — Dario Cardoso — Costa Pereira — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco Galloji — Camilo Mérico (22).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 22 Srs. Senadores.

Está confirmada a falta de número. No avulso da Ordem do Dia não há matéria cuja discussão não exija o quorum regimental.

Tem a palavra o nobre senador Flávio Guimarães, inscrito para falar depois da ordem do dia (Pausa).

Não se achando presente S. Ex.ª, hem a palavra o nobre senador Alfredo Neves.

O SR. ALFREDO NEVES:

Sr. Presidente, o nobre e ilustre colega Senador Otton Mäder, tratou, há dias, nesta Casa, da questão que se prendia ao chamado caso de "Arapoti".

A propósito do discurso pronunciado por S. Ex.ª, o eminente Governador do Estado do Rio, Sr. Amaral Peixoto, interpelado por um jornalista, manifestou-se da seguinte maneira:

"Não li ainda no Diário do Congresso o discurso do Senador Mäder. Não acredito tenha feito S. Ex.ª as declarações que me comunica nesse momento. Enfim aguardemos a publicação do discurso no Diário do Congresso. Quanto à minha intervenção no caso de Arapoti, posso des-elo e dizer que está perfeitamente justificada a minha posição de presidente do PSD, partido ao qual

pertence o Sr. Moyses Lupion. Não é exato, entretanto, que minha esposa tenha tido qualquer interferência no assunto. Desafio o Sr. Othon Mäder, a provar que ela tenha feito pedido de voto, no Congresso, a quem quer que seja. O Sr. Othon Mäder, pelo que li nos jornais, teria dito que procuramos transformar o caso em questão política. Não é bem assim. O caso, realmente, foi transformado em questão política, mas pelos adversários do Sr. Moyses Lupion, adversários com o prestígio de que ele goza atualmente no Estado. Tentaram incapacitá-lo, dessa forma, com a opinião pública. Terão a devida resposta, dada pelo povo paraense, que elegerá o Sr. Moyses Lupion, Senador em outubro e Governador no próximo ano".

Sr. Presidente, como tivesse ficado nos Anais do Senado o discurso do Sr. Othon Mäder, acho conveniente transcrever, também, as poucas palavras pronunciadas pelo eminente Presidente do Partido Social Democrático, em resposta a um jornalista, quando ainda não estava perfeitamente inteirado do discurso do nobre colega.

Era que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais orador inscrito para falar depois da Ordem do Dia. Vo uencerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 201, de 1954, do Sr. Senador Ivo de Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15 de junho de 1954); tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18 de junho de 1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 459, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954), oferecendo substitutivos; e pareceres das mesmas Comissões sobre as emendas.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegurando promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 215, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência,

nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1-3-54, que reajusta o aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, do dívida fiscal em atraso e dá outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 773, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407, de 1954, pelo destaque da 1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953 (que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 449, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 322, de 1954, do Senador Valdemar Pedrosa e outros Senhores Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Sr. Café Filho na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 365, de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,50, para pagamento de salário ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca, tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 29 de junho de 1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres: da Comissão de Finanças, sob n.º 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Sr. Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, do redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 461,

de 1954) do Projeto de Resolução número 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 462, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco-este entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 463, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.462, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exigência da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pela empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, do Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 468, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 483, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 470, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 1933, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Hércilio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 480, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher, Hilda Cordeiro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras nas margens do rio São Francisco, no Município de Carobá, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Cesa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número

482, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura e Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wenderley da Costa Lima, para desempenhar a função de Assistente Edifolologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Teles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda Palmeirinho, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 485, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Penha", situada no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo do Melo e sua mulher, Petronilla Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade agrícola, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 489, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 8.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 490, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 270, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 251, de 25 de fevereiro de 1918, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e, além, ao Poder Judiciário — Justica Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 577.930,00, em razão de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas ao

Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954, da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954, do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.093.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 341, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1943, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudoeste.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvaes para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Délio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Requerimentos de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno.

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardino Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Atilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação do Requerimento n.º 342, de 1954, do Sr. Luis Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Lote Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 40 minutos.

Trêcho da Ata da 75.ª Sessão que se republica por ter sido com incorreções no "D. C. N.", 2.ª Seção, de 6-7-54 (Página 1.574 — 1.ª e 2.ª colunas).

O SR. PRESIDENTE:

Emitido o parecer faltante da Comissão de Serviço Público Civil, está aberta a discussão especial das emendas, para a qual dispõe cada Senador de meia hora, nos termos do Regimento.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Pela ordem) Não foi revisto pelo orador Sr. Presidente, no parecer da Comissão Diretora, lido nesta plenária, na sessão de sexta-feira última, justificava o orador várias subemendas, remetidas à Mesa.

Na publicação do "Diário do Congresso Nacional", entretanto, houve omissão de duas emendas, razão pela qual levanto, preliminarmente, questão de ordem, indagando se, ainda posso remeter à Mesa os originais, porque as subemendas estão justificadas no parecer.

Dizia eu no parecer, depois de várias considerações:

"Dai a necessidade imperiosa de que o seu ingresso no quadro taquigráfico do Congresso seja feito exclusivamente por concurso e até mesmo a sua promoção se faça por prova interna, por onde se possa constatar que o profissional ainda está em boa forma. Esta consideração aconselha, portanto, que se altere pelo menos o cri-

tério atual, para permitir que as promoções se façam — uma por antiguidade e duas por merecimento. Critério este que deverá tornar-se exclusivo para promoção da classe "O" a de Taquígrafo-Revisor".

Justifico também plenamente no parecer da Comissão Diretora a necessidade de ter a Taquígrafia dois redatores revisores das provas taquígrafas datilografadas. Essa necessidade é patente quando consideramos que o diretor do corpo taquígrafico permanece no recinto durante toda a sessão, e, terminada ela, esse operoso funcionário ainda vai para o seu posto e lê todas as folhas já traduzidas e datilografadas pelos taquígrafos, destinadas à publicação no "Diário do Congresso".

Como deve V. Ex.ª estar lembrado, Sr. Presidente, na reunião da Comissão, ponderei que se resolvesse a redução com o aumento de dois taquígrafos-revisores: em vez de o quadro ser composto de seis, sei-lo-ia de oito, cabendo ao Diretor a incumbência de designar quais deveriam exercer os novos cargos.

Esta subemenda não foi publicada no corpo do parecer da Comissão Diretora, de modo que vou renová-la.

Outra subemenda que também não consta da publicação é a relativa à Emenda n.º 16, pela qual os redutores revisores são enquadrados no limite dos símbolos que irão designar os cargos. Assim, em vez de constarem co-

mo PL-3 ou PL-4, propõe a Comissão Diretora, a classificação em PL-7, limite normal de vencimentos de todos os funcionários favorecidos nesta resolução.

E' a consulta que faço, remetendo à Mesa as duas subemendas não publicadas.

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Alfredo Neves, declaro que já existiam na mesa sete emendas apresentadas por S. Ex.ª, como consequência de um parecer da Comissão Diretora.

A Mesa acaba de verificar que realmente do parecer constam também como subemendas apresentadas pela Comissão Diretora, as duas ora remetidas. Por isso, resolve aceitá-las para que sejam discutidas e votadas.

SUBEMENDAS CONSTANTES DO PARECER DA COMISSÃO DIRETORA.

(Omitidas na publicação)

Subemenda n.º 8

(Da Comissão Diretora)

Substitua-se o Art. 12 pelo seguinte: Art. 12. A carreira de Taquígrafo passa a ter a seguinte classificação:

Cargos	N.º de cargos	Classe
Taquígrafo Revisor	8	PL 4
Taquígrafo	6	O
Taquígrafo	6	N
Taquígrafo	6	M
Taquígrafo	6	I

§ 1.º O Diretor da Taquígrafia designará, entre os Taquígrafos revisores, dois que se incumbirão da revisão definitiva das notas taquígrafas datilografadas destinadas à publicação dos discursos dos Srs. Senadores em ata impressa.

§ 2.º Os atuais cargos de taquígrafos L serão extintos à medida que se vagem, bem como os cargos excedentes.

§ 3.º As promoções na Diretoria da Taquígrafia passarão a ser feitas unicamente por antiguidade e duas por merecimento. O acesso a qualquer das classes por merecimento far-se-á mediante concurso de provas de taquígrafia e redação.

Artigo — Onde convier:

Os cargos de Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, de Reda-

tores-revisores e de Assessores técnicos terão o Padrão PL 7 e os assis-

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954.

Subemenda n.º 1

(Da Comissão Diretora)

Subemenda à emenda n.º 15, da Comissão de Finanças.

Substitua-se no parágrafo único as expressões — corresponderá ao padrão ou classe imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço pela seguinte: — corresponderá ao padrão PL-7.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX - N. 112

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 8 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3 960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e da outras providências

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2 846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1952 no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1 765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

Comissão Mista Especial para emitir parecer sobre o veto oposto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953 na Câmara e 381, de 1953, no Senado), "que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18-12-52, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios"

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA EM 7 DE JULHO DE 1954.

Aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Joaquim Pires, Djalir Brindeiro e Bernardes Filho e os Srs. Deputados Benjamin Farah e Pessoa de Araújo, e ausente com causa justificada o Sr. Deputado Nestor José, reuniu-se esta Comissão Especial para emitir parecer sobre o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2 846, de 1953 na Câmara e 381, de 1953, no Senado) que "modifica o art. 18 da Lei número 18-12-52, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios."

De acordo com o art. 22 do Regimento Comum, assiste a presidência o Sr. Senador Joaquim Pires.

A seguir, procede-se a eleição para Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:	Votos
Senador Joaquim Pires	4
Deputado Benjamin Farah	1
Total	5
Para Vice-Presidente:	Votos
Deputado Benjamin Farah	4
Senador Djalir Brindeiro	1
Total	5

O Sr. Presidente em seu nome e no do Sr. Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus pares, sufragando seus nomes para os postos a que vêm de ser eleitos, designa o Sr. Deputado Pessoa de Araújo para relator do veto e o Oficial Legislativo do Senado Federal Odenegus Gonçalves Leite, para secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Srs. membros para a segunda reunião, que se realizará na sexta-feira, 9 do corrente, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, para leitura e aprovação do relatório do Sr. relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, arrando eu, Odenegus Gonçalves Leite, secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente - Marcondes Filho
1.º Secretário - Alfredo Neves
2.º Secretário - Vespasiano Martins
3.º Secretário - Francisco Galotti
4.º Secretário - Ezequias da Rocha
1.º Suplente - Prisco dos Santos
2.º Suplente - Costa Pereira
Secretário - Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto - Presidente
Landuipno Alves - Vice-Presidente
Sá Pinuco
Julio Leite
Costa Pereira (*)
Plínio Pompeu (**)
Euclides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djalir Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Syllio Curvo
Secretário - Arlindo Moreira
Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 - Flavio Guimarães - Presidente.
2 - Cicero de Vasconcelos - Vice-Presidente.
3 - Area Leão.
4 - Hamilton Nogueira
5 - Levindo Coelho.
6 - Bernardes Filho.
7 - Euclides Vieira
Secretário - João Alfredo Barbosa.
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Carneiro.
Reuniões - As quintas-feiras às 15 horas.

Finanças

1 - Ivo d'Aquino - Presidente.
2 - Ismar de Góis - Vice-Presidente (*).
3 - Alberto Pasqualini.
4 - Alvaro Adolfo (*****).
5 - Apolônio Sales.
6 - Carlos Lindenberg.
7 - Cesar Vergueiro.
8 - Domingos Velasco (**).
9 - Durval Cruz.
10 - Euclides Vieira.
11 - Ferreira de Sousa.
12 - Mathias Olympio.
13 - Pinto Aleixo.
14 - Plínio Pompeu.
15 - Veloso Borges (*****).
16 - Vilfredo Freire (*****).

- 17 - Walter Franco (****).
 (**) Substituto Interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.
 (***) Substituto Interinamente pelo Senador Costa Paes.
 (****) Substituto Interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.
 (*****) Substituto Interinamente pelo Senador Nestor Massena.
 (*****) Substituto Interinamente pelo Senador Joaquim Pires.
 (*****) Substituto Interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.
 (*****) Substituto Interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.
 Secretário - Evandro Viana, Diretor de Orçamento.
 Reuniões às quartas e sextas-feiras às 16 horas.

Constituição e Justiça

- Dario Cardoso - *Presidente*.
 Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*.
 Anísio Jobim.
 Atílio Vivacqua.
 Camilo Mercio.
 Ferreira de Souza.
 Gomes de Oliveira.
 Joaquim Pires.
 Olavo Oliveira.
 Waldemar Pedrosa.
 Secretário - Luis Carlos Vieira da Fonseca.
 Auxiliar - Marília Pinto Amendo.
 Reuniões - Quartas-feiras às 5 horas.

Legislação Social

- 1 - Gomes de Oliveira - *Presidente*.
 2 - Luis Tinoco - *Vice-Presidente*.
 3 - Hamilton Nogueira.
 4 - Rui Carneiro.
 5 - Othon Mäder.
 6 - Kerginaldo Cavalcanti.
 7 - Cicero de Vasconcelos.
 Secretário - Pedro de Carvalho Müller.
 Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - *Presidente*.
 2 - Hamilton Nogueira - *Vice-Presidente*.
 3 - Novaes Filho.
 4 - Bernardes Filho.
 5 - Djair Brindeiro.
 6 - Mathias Olympio.
 7 - Assis Chateaubriand.
 8 - João Villasbôas.
 Secretário - J. B. Castor Branco.
 Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*.
 2 - Waldemar Pedrosa - *Vice-Presidente*.
 3 - Aloysio de Carvalho.
 4 - Carvalho Guimarães.
 5 - Costa Pereira.
 Secretário - Cecília de Rezende Martins.
 Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.
 Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONALDIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES.

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Saúde Pública

- Lévi do Coelho - *Presidente*.
 Alfredo Sunch - *Vice-Presidente*.
 Prisco dos Santos.
 Vivaldo Lima.
 Durval Cruz.
 Secretário - Aurca de Barros Rêgo.
 Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*.
 2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*.
 3 - Nestor Massena.
 4 - Vivaldo Lima.
 5 - Djair Brindeiro.
 6 - Mozart Lago.
 7 - Julio Leite.
 Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Eulides Vieira - *Presidente*.
 Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
 Alencastro Guimarães.
 Othon Mäder.
 Antônio Bayma.
 Secretário - Francisco Soares Arruda.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*.
 2 - Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
 3 - Magalhães Barata.
 4 - Ismar de Góis.
 5 - Silvio Cirvo.
 6 - Walter Franco.
 7 - Roberto Glasser.
 Secretário - Ary Kerner Veiga de Castro.
 Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*.
 Dario Cardoso.
 Francisco Gallotti.
 Camilo Mercio.
 Carlos Lindenberg.
 Antônio Bayma.
 Bernardes Filho.
 Marcondes Filho.
 Olavo Oliveira.
 Domingos Velasco.
 João Villasbôas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis de Trabalho

- Luiz Tinoco - *Presidente*.
 Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*.
 Othon Mäder.
 Rui Carneiro.
 Kerginaldo Cavalcanti.
 Secretário - Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gallotti - *Presidente*.
 Mozart Lago - *Vice-Presidente*.
 Julio Leite.

Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

- João Villasbôas - *Presidente*.
 Atílio Vivacqua - *Vice-Presidente*.
 Dario Cardoso - *Relator*.
 Secretário - José da Silva Lisboa.
 Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Civis à Mulher Brasileira

- Mozart Lago - *Presidente*.
 Alvaro Adolpho - *Vice-Presidente*.
 João Villasbôas.
 Gomes de Oliveira.
 Atílio Vivacqua.
 Domingos Velasco.
 Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góes - *Presidente*.
 2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*.
 3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Relator Geral*.
 4 - Vivaldo Lima.
 5 - Novaes Filho.
 Secretário - J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*.
 2 - Ivo d'Aquino.
 3 - Ferreira de Souza - *Relator Geral*.
 4 - Atílio Vivacqua.
 5 - Victorino Freire.
 Secretário - João Alfredo Ratassio de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*.
 2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*.
 3 - Anísio Jobim.
 4 - Atílio Vivacqua.
 5 - Camilo Mercio.
 6 - Ferreira de Souza.
 7 - Flavio Guimarães.
 8 - Gomes de Oliveira.
 9 - Joaquim Pires.
 10 - Olavo Oliveira.
 11 - Waldemar Pedrosa.
 12 - Mozart Lago.
 13 - Hamilton Nogueira.
 14 - Guilherme Malaquias.
 15 - Nestor Massena.
 16 - Francisco Porto.
 Secretário - Glória Fernandina Quintela.
 Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luiz Tinoco - *Presidente*.
 2 - Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*.
 3 - Kerginaldo Cavalcanti.
 4 - Othon Mäder.
 5 - Rui Carneiro.
 Secretário - Italina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

24.ª REUNIAO, EM 7 DE JULHO DE 1954

Aos sete dias do mês de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, às nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, realizando a sua vigésima quarta reunião, sob a presidência do Sr. Dário Cardoso, Presidente. Compareceram os Srs. Anísio Jobim, Camilo Mércio, Flávio Guimarães, Joaquim Pires e Gomes de Oliveira, ausentes, por motivo justificado, os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, e Atilio Vivacqua.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior, sem que haja observações, é lida e aprovado parecer do Sr. Camilo Mércio, favorável, do ponto de vista constitucional, ao Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina *Melo Vianna* o aeroporto de Três Corações.

Do mesmo Relator é aprovado, ainda, parecer pela constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo número 61, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e a firma Mesbria S. A.

A seguir, com o consenso da Comissão, aprova-se, extra-pauta, parecer do Sr. Flávio Guimarães, pela constitucionalidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias foram autoras.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luiz Carlos Vieira da Fonseca, Secretário, para constar, a presente ata. Esta, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

14.ª REUNIAO, EM 2 DE JULHO DE 1954

As quinze horas do dia dois de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, em sala do Senado Federal, reuniu-se a Comissão de Serviço Público Civil sob a presidência do Sr. Luiz Tinoco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Vivaldo Lima, Djair Brindello, Julio Leite e Nestor Massena, deixando de comparecer os Senhores Prisco dos Santos e Mozart Lago.

Lida e sem alteração aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente declara haver distribuído ao Sr. Nestor Massena o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários.

São lidos e aprovados os seguintes pareceres:

- do Sr. Djair Brindello, favorável, com subemenda, ao Projeto de Lei do Senado n.º 10, de 1952, que considera extinta a Câmara de Reajustamento Econômico criada pelo Decreto n.º 23.381, de 9 de março de 1945; e

- do Sr. Julio Leite, favorável, com subemenda, ao Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lloyd Brasileiro (Patrimônio Nacional).

Sobre esta última proposição, por proposta do Sr. Vivaldo Lima decide a Comissão requerer urgência em plenário, atendendo à relevância da matéria.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião às

dezessete horas, lavrando eu, Julieta Ribeiro dos Santos, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão de Redação

21.ª REUNIAO, EM 7 DE JULHO DE 1954

As quinze horas e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, Presidente, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, Costa Pereira e Carvalho Guimarães, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

A Comissão aprova a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior ou defesa de tese, e dá outras providências.

As dezesseis horas e quinze minutos, nada mais havendo que tratar o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

78.ª SESSÃO EM 8 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Hamilton Nogueira
- 2.º — Senador Onofre Gomes
- 3.º — Senador Alencastro Guimarães
- 4.º — Senador Mozart Lago
- 5.º — Senador Flávio Guimarães
- 6.º — Senador Dário Cardoso
- 7.º — Senador Costa Paranhos

ATA DA 77.ª SESSÃO EM 7 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS.: FIANCISCO GALLOTTI, MARCONDES FILHO, CAPE FILHO E ALFREDO NEVES.

As 14.30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedrosa. — Anísio Jobim. — Antonio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Arêa Leão. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Ferreira de Souza. — Martiniano Fernandes. — Esperidiao de Farias. — Walter Franco. — Luiz Tinoco. — Atilio Vivacqua. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Bernardes Filho. — Nestor Massena. — Leirides Coelho. — Cesar Vergueiro. — Marcondes Filho. — Euclides Vieira. — Costa Paranhos. — Dário Cardoso. — Costa Pereira. — Olhon Múder. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Alfredo Simch. — Camilo Mércio. (34).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 34 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. ALFREDO SIMCH:

(Servindo de 2.º Secretário), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, e sem debates aprovada

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 1.º Secretário), lê o seguinte

Expediente

Ofícios: — Quatro, da Câmara dos Deputados, sob números 1.019, 1.038, 1.039 e 1.037, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 139, de 1954

(3.756-B-53, DA CAMARA)

Fixa em Cr\$ 3,00 por pessoa a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É fixada em Cr\$ 3,00 (três cruzeiros) por pessoa a contribuição de que trata a Lei n.º 209, de 20 de maio de 1936.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 140, de 1954

(901-B-51, NA CAMARA)

Cria no quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal três funções gratificadas de secretário de Turma de Julgamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São criadas no quadro da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal 3 (três) funções gratificadas de secretário de Turma de Julgamento — PG-6.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo devem ser exercidas por oficial ou auxiliar judiciário e nos termos da tabela D, anexa à Lei número 973, de 16 de dezembro de 1949.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal de Justiça do Distrito Federal — o crédito especial de Cr\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da presente lei, no corrente exercício.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 141, de 1954

(3.102-B-53, NA CAMARA)

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um conjunto "Struer-Deutz", adquirido na Alemanha pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um conjunto "Struer-Deutz", de 300 KVA, composto de 2 geradores trifásicos de 250 KVA cada um, adquirido da firma Ad. Struer, Azgretebuhl Nie.dorferwerell (Gross Borst) Hamburg, Alemanha, pela Prefeitura do município de Limoeiro, Estado de Pernambuco, para força e luz da cidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 9, de 1954

(4.261-A-54, NA CAMARA)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Companhia Marconi Brasileira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 30 de dezembro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Companhia Marconi Brasileira, para fornecimento de vinte e quatro equipamentos de rádio recepção telegráfica, pelo preço total de Cr\$ 8.353.952,00 (oito milhões, trezentos e cinquenta e três mil novecentos e cinquenta e dois cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

É lida e vai a imprimir o seguinte

Parecer n.º 523, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 8-53, que regula o embarque e o frete da madeira própria para a construção de jangadas.

Relator: Sr. Anísio Jobim

1. O Projeto de Lei acima, que nos vem, de novo, para emitir parecer, recebeu um substitutivo na douta Comissão de Finanças pelo órgão de relator, o nobre Senador Carlos Lindenberg.

Na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas mereceu o primitivo projeto parecer favorável de acordo com o desta Comissão de Constituição e Justiça, pelo seu relator o digno Senador General Onofre Gomes.

Dêle divergiu, porém, como ficou notado, o de Finanças, ampliou-o, de modo a alcançar, não só as jangadas, senão também pequenos barcos de pesca, e instalações assistenciais dos pescadores.

2. O projeto do nobre Senador Olavo Oliveira visa somente às jangadas do nordeste; a madeira própria para essas jangadas e o seu transporte e respectivo frete.

As causas que levaram aquele professor o Senador a formular a sua proposição foram: a carência do produto; a demora excessiva no cais do Pará (Belém), que só traz dispendiosos que da madeira precisam, bem como a demorar tempo excessivo naquela cidade; o frete, objeto de especulação dos transportadores.

Enquanto isto se dá, perdem os pescadores e as populações do Nordeste com as graves faltas apontadas na justificativa.

Os pescadores, por não disporem desses barcos ligeiros, em número que possam abastecer o mercado, e as praças dos Estados do setor nordestino por não poderem contar com o pescado em suficiente quantidade para seu sustento.

O peixe é um fator importante na dieta daqueles povos, o mais acessível talvez.

Com as dificuldades apontadas tornou-se caro aos ricos e principalmente aos pobres, cuja vida hoje é uma constante preocupação e inquietação por seus preços altos.

Dizia José Veríssimo que o peixe foi um dos fatores da exploração do Amazonas, pela facilidade com que era adquirido, tendo os exploradores o alimento certo.

Lá a pesca era feita, como ainda hoje, em canoa, e com os diversos utensílios de que se socorrem os "pescadores", amarrados às cascas de pau

do índio, conhecedor das águas e dos costumes dos peixes.

3. No Nordeste a coisa muda de figura: a pesca é no mar, na amplitude do Oceano. O instrumento de que se servem os pescadores é a jangada que José de Alencar introduziu nos seus romances, dando-lhes uma nota lírica e tradutora da força, da energia e da coragem daqueles homens simples que afrontam as iras do Oceano em tão frágeis barcos, cinco toros de madeira leve e flutuante com pequenas travessas e mais ligeiros apêndices.

Com as jangadas trazem o peixe, proleção aliás pouco rendosa, e com essa profissão vivem com a família, criam e educam os filhos.

4. Os pescadores estão desamparados, e todos os pedidos, apelos e reclamações têm se perdido no vácuo, mesmo os formulados pelos seus sindicatos.

O projeto visa esse objetivo humanitário. Remova ou procure remover os obstáculos, não só facilitando o transporte, como reduzindo os fretes em 50% do seu valor, desde que a maioria se destina às jangadas, acostumadas ao rugir do mar infinito. Ven em socorro do pobre. Ven em auxílio das populações.

5. A douta Comissão de Finanças entendeu de ampliá-lo, dar-lhe elasticidade com o substitutivo, abrangendo não só as leves jangadas, mas também outros barcos e escolas de pesca.

Pergunta-se — os homens do mar ficaram atendidos?

6. Não há dúvida que se deve disciplinar o madeirame, para que a fraude não campe e desvirtue o favor: a impostura dos fraudadores.

No Amazonas, donde vem a madeira e do Pará onde também é extraída de suas matas, há diversas espécies de paus com este destino pacatamente conhecidos. Uma inspeção bastaria, desde que criteriosa.

A lembrança de reduzir a carga para 30% também não é má.

O que é indiscutível é que o projeto substitutivo muda de feição e traz inovações.

7. Todavia os seus propósitos visam a proteção aos pescadores daqui e dali, do Espírito Santo e dos Estados do Nordeste já todos e com a sua economia devastada.

Sobre o ponto de vista constitucional nada a opor.

Sala "Ruy Barbosa", em 30 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Anísio Jobim, Relator. — Joaquim Pires. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Camilo Mercio.

EMENDA 1-C (Substitutiva)

Art. 1.º Nos navios de cabotagem entre os portos do extremo norte e os do nordeste, terão prioridade para embarque as madeiras denominadas "paú de jangada", "balsa", "jangadeira" e "embira branca", "Afêba Oybalanea, do gênero das tiláceas" e destinadas à construção de jangadas.

1.º A prioridade a que se refere o artigo será dada até o máximo de 30% da carga do navio.

2.º As madeiras a que se refere o artigo só poderão ser empregadas na construção de jangadas.

3.º A infração do disposto no parágrafo anterior importará em multa, que variará entre o mínimo de Cr\$ 3.000,00 (cinco mil cruzeiros) e o máximo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), imposta ao infrator pela fiscalização da Capitania dos Portos do Estado onde se der a infração.

4.º No caso de reincidência a multa será paga em dobro e apreendida a madeira cujo emprego estiver sendo desvirtuado.

Art. 2.º As madeiras mencionadas no artigo 1.º gozarão o abatimento de 50% (cinquenta por cento), de frete, nos navios do Patrimônio Na-

cional e naquelas que participarem de favores financeiros da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Este é o nosso parecer e o substitutivo que oferecemos.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES

Georgino Avelino. — Draut Ernani. — Novas Filho. — Djair Brindeiro. — Cicero de Vasconcelos. — Durval Cruz. — Ivo d'Aquino.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES

Prisco dos Santos. — Alvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Mathias Olympio. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Ruy Carneiro. — Francisco Porto. — Ezequias da Rocha. — João Leite. — Landulpho Alves. — Aloysio de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Carlos Lindenberg. — Sá Tinoco. — Pereira Pinto. — Silvio Curvo. — João Villasbôas. — Vespasiano Martins. — Roberto Glasser. — Alberto Pasqualini.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Dario Cardoso, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não se achando presente S. Ex.ª, dou a palavra ao nobre Senador Walter Franco, em permuta com o nobre Senador Costa Paranhos, segundo orador inscrito.

O SR. WALTER FRANCO:

(Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, acaba de tomar posse das altas funções de Ministro da Educação o Sr. Professor Edgard do Rego Santos, Magnífico Reitor da Universidade da Bahia.

Dejoço congratular-me com o Governo da República por convidar tão ilustre lente da velha Escola de Medicina da Bahia, para orientar a educação nacional.

Baseado na vida anterior do Professor Edgard Santos, renovo minhas congratulações ao Sr. Presidente da República.

O ilustre catedrático foi eleito Diretor da Faculdade de Medicina da Bahia em 1936, posto para o qual foi eleito, desde então, constantemente reconduzido pela quase unanimidade dos seus colegas. Com a criação da Universidade da Bahia, em 1945, foi nomeado seu primeiro reitor, tendo sido seu mandato renovado em 1949 e em 1952, e o seu nome figurava sempre, em primeiro lugar, na lista tripartite de indicação pelo Conselho Universitário.

São inúmeras as obras promovidas pelo Professor Edgard Santos: As construções dos grandes edifícios para receber o Pronto Socorro, o Hospital das Clínicas, somente iguais ao seu homônimo em São Paulo, a Escola de Enfermagem, instalação da Universidade da Bahia, Edifício da Reitoria, amparo a universitários pobres com criação da Casa do Universitário, enfim, uma série de realizações, bastando uma delas para deixar o seu nome gravado para sempre na memória dos patriotas daquela região.

Tenho, Sr. Presidente, nos Orçamentos destes últimos anos procurado ajudar o eficiente trabalho deste Magnífico Reitor. Para isto, concorri com emendas que vieram aumentar as verbas da Universidade da Bahia bem empregadas na região que serve aos Estados da Bahia, Sergipe e Alagoas.

A Universidade da Bahia conta com número elevado de estudantes estrangeiros e mais por esse motivo procuro sempre ajudar ao Professor Edgard

Santos nas suas pretensões no sentido de atender às necessidades daquela universidade.

Assim, congratulo-me com o Professor Edgard Santos pela sua nomeação, que não descuidará do ensino do povo do nordeste e do norte do Brasil. (Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Mozart Lago, por cessão do nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. MOZART LAGO:

Senhor Presidente, A Academia Brasileira de Letras recebeu antontem à tarde, em sessão solene, para conferir-lhes as laureas conquistadas, três das insígnias brasileiras que, na atualidade nacional, brilham, maravilhosamente nos cimões sublimados da nossa literatura. Refiro-me Senhor Presidente a recepção que a Casa de Machado de Assis promoveu, para fazer entrega a Sra. Dinah Silveira de Queiroz, do prêmio "Machado de Assis", o mais alto daquele cenáculo de beltristas, a Sra. Helena Silveira, do prêmio "Afonso Arinos", e a Sra. Ondina Ferreira do prêmio "Júlia Lopes de Almeida", aquele destinado a novelas e contos, e este, a romances, especificamente.

Verifique V. Ex.ª, Sr. Presidente, pela formosa e significativa ocorrência, que a Academia Brasileira, mesmo com as portas fechadas estatutariamente, às mulheres, logo que programou concursos livres e provas públicas para estimular, selecionar e premiar os melhores escritores e compositores da língua nacional, não pôde manter-se no carnicismo, vêgo que lhe denigre os Estatutos e deslustra as cadeiras e, cedendo aos imperativos do espírito de justiça e da consciência da unanimidade de seus "imortais", viu-se forçada a não considerar o sexo dos candidatos, e a reconhecer o maior merecimento não apenas de uma, mas de três mulheres, que ao mesmo tempo, no mesmo ano de 1953, disputaram a honra eminentes, também beltristas de escola, as honrosas insígnias com que foram distinguidas e estavam no alicerce de todos sem distinção deprimentes.

O arrastado cinto do concurso de letras, Sr. Presidente, que a solenidade de ontem, na Academia Brasileira, ofereceu aos olhos e à reflexão da sociedade em que vivemos, é um convite à compreensão nacional e ao tino dos homens do Governo e do Poder Legislativo, para que eliminemos, sem mais tardança, as restrições obsoletas e injustas que os preconceitos, menos que o espírito de nossas leis, ainda opõem à capacidade da mulher brasileira em nossa pátria. A mulher brasileira, em número e qualidade notáveis, Senhor Presidente, já esta amadurecida, já se encontra apta, para todas as atividades humanas e para o exercício de todos os direitos fundamentais do homem. Já chegou a hora de não apenas lhe propiciarmos, mas até de lhe suplicarmos a sua ajuda plena, o seu concurso integral nas responsabilidades e encargos maiores de que dependem a vida melhor e a existência digna que o nosso povo aspira e já começa a reclamar com evidentes sinais de cansaço e de perda de paciência!

Ainda agora, Sr. Presidente, vamos aqui na Capital da República, sem alardes benevolentes, modestos como em regra todas as brasileiras, mas insuperáveis propugnando pelas belas artes como desde Pedro II, no império, ninguém mais se viu interessado, também duas patriotas insígnias, Níomar Muniz Sodré e Luiza Elza Massena, a primeira fundando o Museu de Arte Moderna, preocupada e já até habilitada à realização de

seus sonhos pela construção de uma

sede monumental para abrigá-lo, como os primeiros mestres que a América do Norte, em Washington, soube imprimir à custódia magestosa que erigiu para colecionar as obras primas da pintura universal; e a segunda, escoteiramente, confiando apenas na própria força mental, e na beleza e na magnitude da obra, atrevendo-se ao lançamento de uma revista nova, novíssima, e original, incrível em nossos meios sociais tão apáticos às manifestações da cultura e do sublime, a revista "Forma", que surgiu em socorro e defesa e para animação dos artistas brasileiros que organizaram o "Terceiro Salão de Arte Moderna".

Pergunto aos homens de nos, a terra e especialmente aos seus dirigentes: Que mais quereis exigir da mulher brasileira? Que mais provas quereis de seus talentos, dessa capacidade, de seu espírito de iniciativa e de seu gênio criador? A incursão fulminante que a mulher brasileira está aprofundando em todo País, no difícil mundo das letras, da ciência e das artes, onde a inteligência prima e pontifica, não bastará para demonstrar que elas já nos podem olhar de iguais para iguais? Senhores Senadores, Senhor Presidente: Sursum Corda! (Muito bem; muito bem!)

Durante o discurso do Senhor Mozart Lago, o Senhor Francisco Gallotti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, quarto orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Pela Ordem). — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Flávio Guimarães, quinto orador inscrito. (Pausa).

Não se achando presente S. Ex.ª, dou a palavra ao nobre Senador Costa Paranhos, sexto orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, devia eu ocupar a tribuna na semana passada, para dizer algumas palavras sobre o aniversário do jornal "O Popular" que se edita nesta capital, fundado pelo eminente Senador Domingos Velasco, que completa agora o seu terceiro aniversário.

Este jornal, pela linha que vem mantendo na defesa dos direitos do homem, do regime democrático e dos interesses dos trabalhadores, merece, de minha parte, algumas palavras neste momento.

A prova do apêro e alto conceito que desfruta esse órgão da imprensa, no seio das classes trabalhadoras do Brasil, verifica-se através de suas colunas pelas carinhosas homenagens que lhe foram prestadas por essas classes do Distrito Federal.

Na edição que tenho em mãos estão publicados votos de congratulação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados; Sindicato Nacional dos Aeronáuticos; Sindicato Nacional dos Aeroviários; Sindicato Nacional dos Tatuadores, Culinários e na Indústria de Calçados; Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânica e de Material Elétrico do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Carris Urbanos do Rio de Janeiro; Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do Rio de Janeiro; Federação Nacional dos Marítimos; Sindicato Nacional dos Eletricistas da Marinha Mercante; Sindicato Nacional dos Mestres de Pequena Cabotagem da Marinha Mercante; Sindicato dos

Motoristas da Marinha Mercante e Sindicato Nacional dos Oficiais de Arqueiros da Marinha Mercante.

Outro, Sr. Presidente, do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversão do Rio de Janeiro, está assim redigido:

"A data em que se comemora o aparecimento de 'O Popular' é profundamente grata aos trabalhadores que não se deixam iludir na trama traçoira da má fé ideológica morskovita, nem se curvam diante da ambição do capitalismo desonesto e explorador do trabalho humano.

Desde seu primeiro número, 'O Popular' colocou-se ao lado das justas causas dos trabalhadores, com eles marchando em busca da justa recompensa devida ao trabalhador e na luta pela extirpação da escravidão do homem pelo homem.

Em nome dos empregados em casas de diversão e da entidade de classe em que se integram, apresento a este jornal independente e amigo, as felicitações que faz jus e os votos de prosperidade para que continue a ser um legítimo defensor da justiça social e do trabalhador brasileiro.

Rio de Janeiro, 3 de julho de 1954. — **Reginaldo Norato da Costa Rocha**, Presidente do Sindicato dos Empregados em Casas de Diversões do Rio de Janeiro."

A leitura dessas cartas e telegramas demonstra, Sr. Presidente, que "O Popular" está mesmo na linha que eu propus desde o início da sua fundação. Assim, da minha parte, apresento minhas felicitações ao seu diretor, Sr. Domingos Velasco, ao Senhor João Mangabeira, ao seu corpo redatores e a todos quantos trabalham no jornal.

Aproveitando-me ainda da tribuna, Sr. Presidente, congratulo-me com a família do meu prezado colega Senador Domingos Velasco, pela sua chegada a esta Capital, na tarde de hoje. *Muito bem! Muito bem!*

O SR. PRESIDENTE.

O nobre Senador Levído Coelho viria à Mesa, para ser publicado no *Diário do Congresso Nacional*, nos termos do § 2.º do art. 97 do Regimento, um discurso de sua autoria.

Discurso supra referido

Sr. Presidente,

Srs. Senadores:

Aproximando-se o regular término de meu mandato de senador, maduramente, tenho deliberado fazer coincidir com esse fato o encerramento de minha atividade política. Por isso e com a consciência de honroso fim de peçoja, escuso-me de candidatar-me em mais funções públicas.

O posto eletivo que o Partido Social Democrático, a agremiação que ajudei a fundar e a que venho servindo nesta alta Casa Legislativa, por deferência de seus mais atuantes dirigentes da seção de Minas, estaria à minha disposição mas de bem grande e confiante, restituí-o ao meu Partido para que dele se utilize do melhor modo.

Meus prezados e distintos Colegas:

Os homens do meu tempo, já rareiam no trato da coisa pública e bem poucos ainda sobrevivem. Nesta altura, dentro do quadro político nacional, fica-me a impressão de sentinela esquecida em seu velho posto. A renúncia, no caso, é providência natural e desejada pelo pejeador prestes a recolher-se para descanso. A renúncia que estou a sugerir com a naturalidade de quem conhece e não força a vida, representará a oportunidade para o advento de um valor novo, do qual possam a sociedade em geral e o Partido e em particular exigir serviços e resultados mais eficientes.

A convicção de que me retiro com as contas prestadas e inteiramente livre de ônus pod'á aconselhar-me desde já, repousante comodismo. Mas não me sentiria à vontade e tranqüilo e não poderia julgar satisfatoriamente concluída minha longa e intensa empreitada de homem público, se não empreendesse um esforço a mais e último no sentido de assegurar a Minas uma condição mais conveniente aos seus destinos de Estado, que não pode e não deve omitir-se ou faltar no conjunto da Federação Nacional.

Os interesses de Minas e a sorte do Brasil constituíram sempre, e de maneira solícita, o motivo e o objetivo da minha carreira política e de minhas manifestações cívicas.

Permitam-me VV. Exccas. uma reminiscência de ordem pessoal.

Ha 40 anos entreguei-me a atividades públicas em meu Estado. Iniciadas pelo exercício do mandato de senador estadual, lugar a que me convenceu o meu inesquecível amigo e esclarecido líder Raul Soares, tão cedo suboube a Minas e ao Brasil.

Tive essa representação renovada. No curso dos 16 anos de Senado Estadual, recebi do povo amigo de Ubá a eleição para Presidente da Câmara Municipal e agente executivo, função que exercia durante as férias legislativas, segundo permissão a legislação do tempo.

Em 1930 recebi eu o meu primeiro mandato federal, pois que fora eleito para a Câmara Federal. Menos de seis meses depois, renunciava essa representação para servir à administração de meu Estado, no cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública do Governo do proclamo e saudoso Presidente Olegário Maciel. Nesse trabalhoso setor, abri justificável exceção ao pacifismo que sempre norteou minha atuação sob todos os aspectos para, com a responsabilidade de membro de um governo que resolveu apelar para as armas, participar do movimento de Outubro de 1930, que viria implantar no país um regime que almejavamos fosse um definitivo acerto de rumos e a oportunidade para promissora renovação dos processos políticos, conforme os intuitos do grande catalizador de opinião, que foi a Aliança Liberal. Mas não me demorei nessa alta função administrativa.

Em abril de 1931, discordando da imprópria orientação que o Governo do Estado acabava de esboçar quando transigiu politicamente com a Legião de Outubro, dei-lhe esse cargo e voltei à minha faina de médico e professor na cidade de Ubá.

Quinze, entretanto, o generoso povo mineiro conferiu-me mais um mandato, o que me fez constituinte federal no memorável pleito de 1934. No ano seguinte, de novo eleito à representação por Minas, cumprí meu mandato de representante à Câmara Federal até 10 de novembro de 1937.

Pretendia eu ter encontrado no ato de dissolução do Parlamento e instituição de um regime novo a completa desvinculação dos compromissos assumidos para com o bom e cativante povo Ubaiense que me deu a honra e glória de fazer-me seu representante e líder em tantas oportunidades e por tanto tempo. Mas os fatos determinaram e falaram mais alto do que eu, quebrantando-se meus propósitos, ante a imposição de amigos e velhos companheiros de faina política. Desse modo, em 1938, voltei a exercer a administração municipal, atendendo ao apelo que me fizera o meu eminente amigo Governador Benedito Valadarez, que houve por bem nomear-me Prefeito de Ubá, no regime inaugurado em 1937.

Em 1945, empolgado como toda a nação pela perspectiva da constituinte nacionalização do país, cheio de entusiasmo, ajudei a fundar, em Minas, o núcleo do Partido Social Democrático, de cuja comissão executiva também fui membro.

ra de fazer parte na seção de Minas. Sob o Governo provisório dos Magalhães fui surpreendido com a inclusão de meu nome na chapa de candidatos ao Senado, tendo como companheiro a grande figura de Fernando de Melo Viana, cujo desaparecimento Minas e esta Casa lamentam com justificado sentimento de perda irreparável.

Mais uma vez a providência Divina, tão dadivosa comigo, iria exaltar um humilde através de minha pessoa. Mais uma vez ser-me-ia exigidas responsabilidades e esforços que eu não usaria aceitar se não estivesse certo de contar com a graça de Deus e com o apoio estimulante de meus generosos conataduanos.

Assim, foi-me dada a glória de participar da feitura da Constituição de 1946, como antes tivera a ventura de contribuir como constituinte para o advento da carreira democrática de 1934.

Egrégio Senado: Nesta augusta Casa Legislativa quase oito anos estive a marcar a grata convivência com os ilustres colegas de representação e aos quais dedico uma amizade, que constitui prazer e honra.

Neste período e oportunidade não realizei o que eu imaginava de bom e grandioso, já porque faltaram-se os predicamentos indispensáveis, já porque não consegui superar como desejava o retraimento que corre à conta de meu temperamento de mineiro antigo. Procurei, todavia, — e essa é a razão de minha tranqüilidade, — procurei fazer do mandato a mim confiado um contínuo instrumento do interesse coletivo, sensível a todas as causas impositivas e a tudo que tivesse o toque de civismo e de catolicismo.

O esforço a mais e último que me proponho a emprender para assegurar ao meu amado Estado natal condição que lhe permita retomar sua destinação e seu prestígio consistirá no apelo ardente e no sacrifício que a mim couber para que sobrevenham harmonização dos mineiros, com o que Minas retomará sua posição de sustentáculo forte da nacionalidade e do regime democrático e encontrará o ambiente de sua prosperidade.

É contraditório o espetáculo de improprio devotismo que de há muito pesa sobre a formosa província centrada por Francisco Otaviano. E com isto resente-se o Estado em seus vitais interesses e a própria nação, que acompanha o declínio de uma força que em todas as épocas, esteve indefectivelmente ao serviço do aperfeiçoamento das instituições nacionais e do progresso do país.

A nação sempre se beneficiou da presença atuante de Minas e esta é agora uma quase ausente no conjunto da Federação. Minas aí está como um valor pouco considerado. Minas omite-se, quando deve atuar e cala-se, quando seu pronunciamento muito valeria ou muito evitaria. E que lhe faltam a consciência de unidade e o ímpeto que só a coesão costuma imprimir.

Seria simplíssimo e injusta atribuir-se a pessoas determinadas a causação desse esterilizante ambiente de dissensões improdutivas se na pesquisa de causas fosse possível caracterizar responsável, em consciência, diríamos que a culpa deve recair em cada mineiro e principalmente nos que estando em posição de resolver e determinar tornam-se indiferentes ou se deixam enleiar nas malhas do divismo.

Convenhamos que os partidos de âmbito nacional com a finalidade de aglutinar a nação em torno de diretrizes gerais, em Minas, paradoxalmente, constituem fator de desunidade e barreiras contra o entendimento geral.

Com a atração dessas entidades na clonias, implantou-se o espírito de discórdia na terra mineira, o que causou o retraimento e o constrangimento de elementos úteis à coletividade e no lugar destes, o advento de muitos agitados da opinião pública. A tal ponto chegou a situação que a candidatura de um mineiro às diretas, esclarecido, com todos os requisitos e cheio de serviços, candidaturas levantadas com o propósito de congregar os conterrâneos não logrou retirar das trincheiras partidárias os dispersos agrupamentos políticos que fazem do Estado um inferno ressonador das lutas providenciais e trançadas fora de nossas pacíficas montanhas.

Por tudo isto, temos errado e continuamos a faltar momentaneamente se bitolarmos as eleições eleitorais pelo critério exclusivamente partidário.

Extraindo a lição dos acontecimentos e procurando sanar práticas prejudiciais cuja repetição pode trazer a maldição das gerações vindouras, que terão o direito de nos classificar de ineptos, egoístas e presentistas cegos, urge a união e mais que isto a harmonização dos mineiros.

Que esta união surja, os meus partidos se possível, fora destes se necessário.

Unamo-nos os mineiros, antes de cuidarmos dos problemas alheios ou estranhos. Unamo-nos com bem do Estado, que necessita daquela coesão que emo passado lhe assegurava para autoridade de liderança e segurança de diretrizes.

Afortunadamente vezes de irreversível valor vão-se levantando em prol dessa harmonização necessária. Há pouco, em memorável mensagem, serenamente proclamou o esclarecido Governador Juscelino Kubitschek o concurso de todos os conataduanos para, reunidos e esclarecidos de dissensões partidárias, acatarmos os vitais interesses do Estado. Já os ilustres e honrados presidentes do Partido Republicano e do Partido Trabalhista Brasileiro tiveram a mesma louável iniciativa. E recentemente os nossos distintos e nobres colegas senador Artur Bernardes Filho e senador Nestor Massena dirigiram aos conterrâneos vivo apelo pela harmonização, pela pacificação do glorioso Estado de Minas.

Vê-se que a ideia está madura e o diagnóstico da necessidade da união já confirmado.

Receio que as chamadas aspirações do orden partidário desviem ou perturbem o plano dessa harmonização quando as agremiações tiverem de auscultar os correligionários.

Compreendo as divergências e entrechoques no âmbito do município, pois que este é mais sujeito às intranquilidades pessoais ou trabalhadas por articulações nascidas de problemas locais.

No círculo estadual ou nacional, os interessados gerais e as aspirações de todo podem e devem prevalecer, podem e devem vencer as razões particularistas. É o que desejamos pelo bem geral.

Eis o apelo que, nesta hora de despedida voluntária, com o pensamento nos mais altos níveis patrióticos e de coração aberto à mais pura solidariedade humana, ouso dirigir aos meus conterrâneos de todos os partidos, de todos os partidos, de todas as classes, de todas as classes, de todos os credos, de todas as localidades.

Que o Brasil possa verificar e dizer que em Minas o civismo, a compreensão e a cordialidade acompanham as suas montanhas, na verticalidade e na altitude.

O Sr. Marcondes Filho deixa cadeira de presidência, que ocupará o Sr. Costa Filho.

O SR. PRESIDENTE:

De conformidade com o art. 94 do Regimento Interno, suspendo os nossos trabalhos por alguns momentos para, em sessão especial, o Senado recepcionar os parlamentares britânicos que visitam o Brasil.

Encontram-se no gabinete do Presidente do Senado os ilustres visitantes. Para introduzi-los S. Ex.^{as} no recinto, designo os Srs. Senadores Dario Cardoso, Alípio Vivacqua, Bernardino Filho, Euclides Vieira, Gomes de Oliveira e Novais Filho.

(Acompanhados pela comissão e sob prolongada salva de palmas entram no recinto e tomam assento na primeira bancada à direita os Srs. Cte. J. F. Maitland, Lord Cromer, Srs. James Carmichael, Douglas Jay, Stephen Mc Adden, Harold Neal, Kenneth Thompson.)

O SR. PRESIDENTE:

O Senado brasileiro faz uma pausa na sua atividade do dia, para ter a grata satisfação de acolher, no recinto das suas deliberações, os ilustres parlamentares britânicos que ora lhe dão a honra da sua visita.

Há dois anos, eram congressistas brasileiros, dentre os quais três pertencentes a esta Casa, que nos tradicionais salões do Palácio de Westminster recebiam com emoção, as demonstrações de simpatia dos seus colegas da nação arca.

Hoje, cabe-nos o privilégio de receber a retribuição da visita, completando com isso mais um elo da cadeia de amizade que desde os albores da nossa vida como nação independente liga os dois povos.

A presença dos honres visitantes nos evoca recordações que sempre não de ser muito gratas para quantos amam a democracia.

Ela nos traz à lembrança a imagem da sua velha pátria, tão rica de tradições e tão pujante de vitalidade; o seu passado glorioso; o seu espírito empreendedor, que levou a sua bandeira a tremular em todos os continentes; o seu amor à ordem, à disciplina, ao trabalho; a sua vocação de liberdade; a sua fidelidade aos ideais democráticos; o seu respeito pela dignidade da pessoa humana; o seu sacrifício de ontem, para que a civilização não perecesse; a sua bravura indomável no enfrentar os perigos; o seu ânimo inquebrantável diante das ruínas fumegantes da sua metrópole e de centenas de suas cidades, reerguendo-se das suas vicissitudes para dar ao mundo os mais eloquentes exemplos de fé e perseverança; o seu respeito pelos grandes vultos da sua história passada e presente; o prestígio de que cerca as suas instituições políticas; a sua veneração pelos seus dirigentes; a ternura que devota à sua graciosa e admirável soberana.

Membros do parlamento que serviu de inspiração a todos os parlamentares do universo, são para nós como que expressões de mais de sete séculos de aperfeiçoamento das instituições representativas, plasmada com sabedoria e segurança, pelos seus antepassados, desde as cortes dos reis normandos, os conselhos de nobres, as assembleias de bispos e de barões dos tempos feudais, até a magnífica realidade de hoje, em que o espírito tradicionalista da Casa dos Lordes se casa à perfeição com a altivez e a independência da Câmara dos Comuns, sempre tão consciente do seu papel no destino do país como foi magnífica no estoicismo e na serena intrepidez com que, ainda há pouco, arrostando as catarratas de fogo contra ela derramadas das céus pelas forças da destruição, e lutava, na história do universo, as páginas mais fulgurantes de vitalidade das instituições democráticas.

Eis por que tanto se rejubila o Senado brasileiro com a visita que ora recebe.

Para saudar os ilustres visitantes dou a palavra ao Sr. Hamilton Nogueira.

Versão

The Brazilian Senate will now suspend its proceedings, in order to have the agreeable satisfaction of receiving in its debating chamber the distinguished Members of the British Parliament who are, at this moment, honouring it by their visit.

It was two years ago that Members of the Brazilian Congress, among whom three belonging to this House received in the traditional halls of Westminster Palace a touching demonstration of cordiality from their colleagues of your friendly nation.

Today, it is our privilege to receive the return of that visit, which thus completes another link of the chain of friendship which has joined our two peoples since the beginning of our life as an independent nation.

The presence of the Honourable Members brings to our minds recollections that will always be gratifying to all who love democracy.

It recalls the image of your ancient land, so rich in tradition and so exuberant in vitality; its glorious past; its enterprising spirit, which caused its flag to fly in every continent; its love of order, of discipline, of work; its inclination for freedom; its faith in democratic ideals; its respect for human dignity; its sacrifice of yesterday, in order that civilization might not perish; its unyielding bravery in the "rescue of danger"; its unflinching will in face of the smoking debris of its Capital and of hundreds of its cities, emerging from its ruins to give the world the most eloquent examples of faith and of perseverance; its veneration of the great figures of its past and present history; the prestige it imparts to its political institutions; its regard for its rulers; the love it devotes to its gracious and fair Queen.

Members of a Parliament that has served as an inspiration to all the parliaments of the world, to us you personify the expression of more than seven centuries of development of the representative institutions, shaped by wisdom and confidence by your ancestors from the time of the courts of the Norman kings, the councils of earls, the assemblies of bishops and barons of the feudal period, until the magnificent reality of today, in which the spirit of tradition of the House of Lords matches perfectly the stateliness and the independence of the House of Commons. It is this House of Commons ever conscious of its rôle in the management of the affairs of the country as it was equally remarkable in the stoicism and the sober courage with which, not so long ago, it defied the torrents of fire poured upon it from the skies by the forces of destruction, that has left in the history of the universe the most brilliant pages of the vitality of the democratic institutions.

That is the reason why the Brazilian Senate rejoices at the visit which it is now receiving.

To greet the distinguished visitors, I call upon Senator Hamilton Nogueira.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

O Senado brasileiro tem a honra e a satisfação de receber nesta tarde a visita de ilustres Representantes do mais perfeito Parlamento do mundo.

Não estão representadas todas as forças espirituais do Reino Unido que sustentam esse admirável edifício de moral e política, que é a "Commonwealth".

Sua história é a história da própria Inglaterra, sua vida é o reflexo da vida gloriosa de uma Nação que realizou o seu destino, e é o centro de equilíbrio entre o Ocidente e o Oriente.

Quando um brasileiro pisa pela primeira vez o solo da Inglaterra, não tem a impressão de estar em país desconhecido. É que desde a sua mocidade, através das obras do maior admirador da cultura inglesa o nosso Ruy Barbosa, ele pôde conhecer a grandeza de uma Nação que se tornou admirada pelo seu espírito de liberdade, de ordem e a lei, permitindo assim, ao País, uma vida verdadeiramente democrática.

Ruy Barbosa conheceu a Inglaterra no apogeu da era vitoriana. A gigantesca figura de Gladstone marcou-lhe o roteiro político, e a visão da excelência Rainha, como coroa de diamantes a glorificar um País no momento mais belo da sua civilização, exercem sobre a sua alma uma influência por assim dizer mística.

Os homens da nossa geração dessa geração que tem, paradoxalmente nostalgia de uma época de tranquilidade que não conheceu, dessa geração que testemunhou os mais terríveis acontecimentos políticos e sociais dessa geração que contemplou os horrores de duas guerras e, angustiado, prevê um futuro sombrio, os homens da nossa geração participam intensamente do sofrimento do povo inglês, da sua luta heróica da sua resistência inquebrantável na hora trágica em que se definiria o destino da civilização ocidental.

Se às Nações democráticas devemos a vitória da liberdade do espírito sobre a mística do sangue da fé e da violência, é inegável que foi a bravura do povo inglês, simbolizada nesse homem de aço que é Winston Churchill, que permitiu a congregação dos esforços das Nações aliadas para o vitorioso desfecho.

De onde procede a resistência da Inglaterra contra todas as forças desagregadoras? Que laços mantém a sua unidade, seja com um Ministério Conservador ou com um Ministério Trabalhista?

A vitalidade do Reino Unido é sustentada pelo espírito cristão, inseparável das suas instituições políticas. Lembremo-nos de algumas palavras pronunciadas por Clemente Attlee, na véspera de uma viagem aos Estados Unidos, em novembro de 1945.

Contemplando a cúpula da Catedral de São Paulo, dizia o eminente Líder Trabalhista aos seus correligionários ser inabalável a sua confiança no futuro da Inglaterra, sempre orientada pelas únicas virtudes capazes de salvar o mundo: a Fé, a Esperança e a Caridade.

Senhores Parlamentares do Reino Unido, o Senado brasileiro, nas pessoas de Vossas Excelências, manifesta o seu grande apreço às Casas do Parlamento inglês, e solicita aos ilustres Representantes do povo aceitar a missão de transmitir à Sua Magestade, a Rainha Elizabeth II, tão admirada no Brasil, os votos sinceros para que o seu reinado permaneça na História, como uma época de prosperidade e de paz!

(Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)

Versão

The Brazilian Senate has the honour and satisfaction of this afternoon receiving the visit of illustrious representatives of the world's most perfect Parliament.

In it there are represented all the spiritual forces of the United Kingdom which support that admirable moral and political entity that is the Commonwealth.

Its history is the history of England itself; its life is the reflex of the glorious life of a nation that has fulfilled its destiny and which is the center of balance between East and West.

When a Brazilian steps for the first time on English soil, he does not have the impression of being in a strange land. This is because since his youth he has come to learn of the might of a nation through the works of the greatest admirer of British culture — our own Ruy Barbosa — of a nation that has been regarded for its respect for liberty, for law and order.

When Ruy Barbosa knew England at the peak of the Victorian Era, the gigantic figure of Gladstone left its mark in his spirit, outlining for him his political course, and the image of the exalted Queen, with her crown of diamonds defining, as it were, a country at the most brilliant moment of its civilization, exercised an almost mystic influence upon his soul.

The men of our generation, of this generation that paradoxically yearns for a period of peace it did not know, of this generation that has witnessed the most terrible political and social events, of this generation that has seen the horrors of two world wars and is gloomily anticipating a dark future, these same men of our generation earnestly shared the suffering of the British people in their heroic struggle in the hour in which the destiny of Western civilization was to be decided.

If it is to the democratic nations that we owe the victory of the freedom of mind over mystic of blood of force and of violence it is undeniable that it was the bravery of the British people, symbolized by this man of steel that is Winston Churchill, that permitted the combined efforts of the allied nations to bring about a victorious conclusion.

Where does the resistance of England against all dividing forces come from? What ties keep together her unity, whether a Conservative or whether a Labour Ministry is in power? The vitality of the United Kingdom is sustained by its Christian spirit which is inseparable from its political institutions.

I still recall some words spoken by Clement Attlee on the eve of a voyage to the United States, in November 1945. Looking at the dome of St. Paul's, the distinguished Labour leader told his colleagues that his faith in the future of England was unshaken — an England guided by the only virtues capable of saving the world: Faith, Hope and Charity.

Honourable Members of Parliament of the United Kingdom, the Brazilian Senate, in the persons of Your Excellencies, reaffirms its great esteem towards the two Houses of the British Parliament and requests the illustrious representatives of the people to accept the mission of conveying to Her Majesty Queen Elizabeth II, who commands such high respect in Brazil, our sincere wishes that her reign may go down in History as a period of prosperity and of peace.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXMO. SENHOR LORD CROMER

The President and members of the Senate:

It is a very real pleasure to me to have the honour of accepting, on behalf of the House of Lords, your invitation to address this House today. I had the good fortune to visit this magnificent country of yours in 1938 as Private Secretary to that great Englishman, Lord Willington. When therefore I received this invitation to become a member of this Delegation I accepted with alacrity as I knew that I would be visiting friends I think that the spirit of friendliness with which you in this country greet my fellow countrymen is one of the outstanding impressions that an Englishman receives on coming here.

The friendship of our two countries is of very long standing, going back even a long way beyond your birth as a Sovereign State. In fact the first known visitor from Brazil to the United Kingdom was, I am told, a Chieftain whom William Hawkins brought back and presented to King Henry VIII. The Munro doctrine under which Brazil grew and prospered without fear of unwelcome visitors was largely made effective by the Royal Navy. The Royal Navy also played a not inconsiderable part during the Napoleonic War when Rio de Janeiro held the unique honour of being with New World the Metropolis of a world-wide Empire. The role played by Lord Cochrane at the time of your assertion of independence is part of Brazilian history and that of Georges Canning and Sir Charles Stewart in ensuring the recognition by the European Powers of your Statehood is a source of considerable pride to us and I am glad to think that this early friendship based on mutual respect and common interest has continued down to the present day. No more dramatic proof could be shown of this friendship than the great played by the Brazilian Division in Italy during the Second World War and the equally vital role taken on by the Brazilian Navy and Air Force in the Atlantic Ocean. We are very cognisant of what this decision must have meant to such a peace-loving country as Brazil. Brazil has, throughout her history, set an example to the world as to how to live peace with her neighbours. The active participation of your country in coming to the defence of the Old World against aggression shows in a unique manner that Brazil has set an example of a sense of responsibility and leadership in international affairs second to none. This comes as no surprise to us in England who have a vivid recollection of Ruy Barbosa that eminent Brazilian Statesman jurist and man of letters who became one of the Judges at the permanent International Court at The Hague, the only Judge to be elected unanimously. He was a true friend to my country and his memory is kept ever before us by a Commemorative plaque which has been set up on the house where he lived in London.

I and the other members of this Delegation are particularly delighted to have this opportunity to gain first hand knowledge of this great land of yours and our only regret is that time does not allow us to see a great deal more. The potentialities of this country are almost of a legendary nature to us in England and we are most anxious to play what part we may in the great developments which are taking place now and which will grow in ever increasing tempo with the years.

Senhor Costa Rego, editor in Chief of the "Correio da Manhã" was buried this morning.

He was at one time a senator and yesterday the Senate rendered him very special tribute.

As you may want to render him a tribute yourself his name might be pronounced: "Costa Rego". The British Banker and Businessman have always been keen to play a part in the development of Brazil and I think it would be fair to say that they have played a not inconsiderable part from the earliest days. By 1913 one thousand million pounds of British capital had been invested in the development of Brazil and had it not been for the two great wars the figure would be many times that today. Unfortunately Anglo-Brazilian trade is not flourishing to anything like the extent that any of us would like to see. This arises largely out of bilateralism and other controls born out of wartime necessity. Happily there now seems to be a worldwide

trend towards greater liberalization of trade and freer use of all currencies and this we many reasonably hope will lead to conditions under which the trade between our two countries may again flourish and prosper. I am glad to learn that a number of leading British Industrialists are coming here to attend the World Power Conference at the end of this month when they will I hope have an opportunity of judging for themselves the tremendous opportunity which exists. Opportunities to increase our trade with you and to develop still further this land so that Brazil may become an ever more important factor in World trade. We also hope to welcome a delegation of Brazilian exporters to England with the same aims in view.

The coming of the aeroplane into commonplace use opens up new vistas in this land of vast distances. Santos Dumont played a conspicuous part in the development of aviation and I am glad to say that today my country is in the lead in producing the finest aircraft in the world, some of which I hope may be put to the purpose on the further development of Brazil. The great advance in technology which has taken place in the last twenty years or so, also makes feasible projects which at one time would have been considered impossible, and it may well be that the advances which have been made of recent years, enormous though they may be, will be considered very small compared with what may take place in Brazil in the next half of this century.

The culture of Brazil is well known and deeply admired in the United Kingdom. Last year we were fortunate enough to have in London an Exhibition of Modern Brazilian Architecture. This aroused wide public interest and evoked many favourable comments in the Press and elsewhere. At this very moment the people of London are enjoying a collection of masterpieces from the São Paulo Museum of Art brought together by the energetic efforts of that distinguished member of this House, Senator Assis de Chateaubriand, and we would also most readily welcome further examples of modern Brazilian Sculptors and Painters.

The English have a fruit of which I am not proud but must recognise, which is a marked reluctance to learn languages other than their own and I am afraid that I am no exception and so I hope that you will accept my apology for addressing you in English. It is for this reason we are less well informed on Brazilian literature than we should be, although recently I am glad to say translations of some of your leading authors have met with wide approval and appreciation in England.

I am glad to say that contacts between Brazil and the United Kingdom are today probably more numerous perhaps than they ever have been and as a member of the Inter-Parliamentary Union I should like to say on behalf of my British colleagues how much we welcome Brazil into this body. Both our countries are inspired by the long tradition of political liberty, economic freedom and the same culture. The mutual understanding which develops from this is the basis of a world-wide friendship and if this much as this can make for the continuance of such understanding they will serve a great purpose.

Tradução

LORD CROMER: — Sr. Presidente e Senhores Senadores: É uma verdadeira alegria para mim ter a honra de falar aqui, em nome da Câmara dos Lordes, o seu convite para eu vir visitar este seu magnífico país em

1938, como Secretário particular daquele grande inglês, Lord Wellington. Quando, portanto, recebi este convite para participar desta Delegação, aceitei-o, sem vacilar, porque sabia que viria visitar amigos. Acho que o espírito de amizade com que V. Exas. neste País, acolhem os meus compatriotas é uma das impressões marcantes que qualquer inglês recebe ao aportar aqui. A amizade entre os nossos dois países vem de longa data, indo muito além dos albos de sua Pátria como Estado soberano. Na verdade, o primeiro visitante conhecido do Brasil ao Reino Unido foi, segundo me informaram, um cunhado que William Hawkins levou e apresentou ao Rei Henrique VIII.

A Doutrina de Monroe, sob a qual cresceu e prosperou o Brasil, sem recelo de visitantes inoportunos, foi, em grande parte, tornada possível pela Marinha Real. A Marinha Real, também, desempenhou papel não pequeno durante as guerras Napoleônicas, quando o Rio de Janeiro tinha a honra excepcional de ser, no Novo Mundo, a Metrópole de um Império Mundial. A parte representada pelo Lord Cochrane, a época de sua declaração de independência, a parte da História Brasileira, e a de George Canning, ao assegurar o reconhecimento de sua soberania pelas potências européias, constitui uma fonte de grande orgulho para nós e tenho satisfação de verificar que esta velha amizade, baseada no respeito mútuo e nos interesses comuns, vem continuando até agora. Nenhuma prova mais dramática desta amizade poderia ser demonstrada do que o grande papel desempenhado pela Divisão Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, e o papel, igualmente vital, assumido pela Marinha de Guerra e Força Aérea Brasileira, no Atlântico Sul. Bem compreendemos o que teria significado esta decisão a um país amante da paz, como é o Brasil. O Brasil tem, em toda a sua história, dado o exemplo ao mundo de como viver em paz com seus vizinhos. A participação ativa da sua Pátria, no fim da guerra do Velho Mundo, contra a agressão, demonstra, de modo inequívoco, que o Brasil, como nenhum outro país, tem dado um exemplo de senso de responsabilidade e de liderança nos assuntos mundiais. Isto, para nós, na Inglaterra, não constitui nenhuma surpresa, pois temos uma viva recordação de Ruy Barbosa, aquele eminente estadista, jurista e homem de letras brasileiros, que tornou um dos Juizes da Corte Internacional Permanente, em Haia, o primeiro a ser eleito por unanimidade. Ele foi um verdadeiro amigo da minha Pátria e a sua memória é sempre reverenciada por nós, na forma de uma Placa Comemorativa, colocada na casa onde residia em Londres.

Desejo, aqui, render homenagem ao Senhor Costa Rego, Redator-Chefe do "Correio da Manhã", que foi sepultado hoje. Foi, na época, Senador e ontem o Senado prestou-lhe um tributo muito especial.

Eu e os outros componentes desta Delegação nos sentimos particularmente satisfeitos por ter esta oportunidade de adegum conhecimento em primeira mão sobre este grande País e os seus habitantes. É impossível não nos permitir ver muito mais. A partir quando gostarás e de natureza quase londrina para nós, na Inglaterra, e estamos realmente ansiosos para desempenhar o papel que nos foi conveniente nos grandes empreendimentos que ora estão sendo realizados e que aumentarão, com crescente intensidade, no decorrer dos anos. O comércio e o homem os negócios britânicos sempre foram entusiastas em participar do desenvolvimento do Brasil e esta vez seria justo, dizer que eles, desde o princípio, têm estado aqui, e aqui na parte da. Até 1913, um bilhão de libras de

capitais britânicos haviam sido investidos no desenvolvimento do Brasil e, não fossem duas grandes guerras, esta cifra, hoje, seria muitas vezes maior. Infelizmente, o comércio anglo-brasileiro não está prosperando, em absoluto, até o ponto que desejariamos ver. Isto, em grande parte, resulta do bilateralismo e de outros controles surgidos das necessidades de tempo de guerra. Agora, felizmente, parece existir uma tendência mundial para maior liberalização do comércio e o mais livre emprego de todas as moedas; e isto, podemos esperar razoavelmente, levará a condições sob as quais o comércio entre os nossos dois países venha, novamente, a florescer e prosperar.

Tive satisfação ao saber que aqui virá certo número de proeminentes industriais britânicos para assistirem à Conferência de Potências Mundiais, no fim deste mês, ocasião em que, espero, terão a oportunidade de verificar por si mesmos as imensas possibilidades existentes, oportunidades para incrementar o nosso comércio com este país e para, ainda mais, desenvolver esta terra, de modo que o Brasil possa tornar-se um fator cada vez mais importante no comércio mundial. Esperamos, também, dar as boas vindas a uma delegação de exportadores brasileiros na Inglaterra com os mesmos propósitos.

O advento do avião, em uso cotidiano, abre novos horizontes nesta terra de enormes distâncias. Santos Dumont desempenhou papel marcante no desenvolvimento da aviação e tenho alegria em dizer que, hoje, o meu país se acha na vanguarda da produção dos melhores aviões do mundo, alguns dos quais, espero, venham a ser colocados com a finalidade do maior desenvolvimento do Brasil.

O grande progresso na tecnologia, que se verificou nos últimos vinte e tantos anos, também, torna praticáveis os projetos que em determinada época teriam sido julgados impossíveis e bem pode ser que os progressos realizados nos anos recentes, por maiores que sejam, serão julgados muito pequenos com o que venha a acontecer no Brasil no próxima metade deste século.

A cultura do Brasil é bem conhecida e profundamente admirada, no Reino Unido. No ano passado, tivemos a satisfação de ver realizada, em Londres, uma Exposição de Arquitetura Moderna Brasileira. Isto despertou grande interesse público, obtendo muitos comentários favoráveis da imprensa. Neste mesmo momento, o povo de Londres está se deleitando com uma coleção de obras primas do Museu de Arte Moderna, de São Paulo, reunida, através dos grandes esforços daquele ilustre membro desta Casa, o Senador Assis Chateaubriand, e com muita satisfação recebemos, também, outros exemplos de modernos Escultores e Pintores brasileiros.

Os ingleses possuem uma característica da qual não tenho orgulho, porém, devo reconhecer, que é com extraordinária relutância que aprendem idiomas estrangeiros. Sinto não ser exceção do modo que (como que V. Exas. aceitem as minhas desculpas por estar falando em inglês, e por este motivo que estamos menos informados a respeito da literatura portuguesa do que seria o nosso desejo, embora recentemente, através de várias traduções de alguns de seus melhores autores tenhamos recebido grandes encomendas, sendo particularmente recedidos na Inglaterra.

É com satisfação que digo que os contatos entre o Brasil e o Reino Unido, hoje, são provavelmente mais numerosos do que nunca e, como membro da União Interparlamentar, desejo acrescentar, em nome de meus colegas britânicos, quanto agraço a da receber o Brasil neste Congresso. Am-

hos os países se acham inspirados pela longa tradição de liberdade política, de liberalismo econômico e da mesma cultura. A compreensão mútua que daí nasce constitui a base da amizade anglo-brasileira, e se vistas como esta puderem contribuir para a continuação desse entendimento, servirão a uma grande finalidade. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

O Senado Federal do Brasil agradece a visita dos Ilustres Parlamentares britânicos, e está certo de que a presença de Srs. Ex.^{as} em nosso País contribuirá para maior aproximação entre as duas Nações tradicionalmente amigas.

Pego à Comissão designada para receber os eminentes Parlamentares que os acompanha o Gabinete do Presidente do Senado, a fim de que Srs. Ex.^{as} ali recebam os cumprimentos dos Senhores Senadores.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

A sessão é suspensa às 15 horas e 30 minutos e recabida às 15 horas e 55 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Reiniciados os trabalhos, dou a palavra ao nobre Senador Flávio Guimarães, inscrito para falar na hora do expediente. Dispõe S. Ex.^a de trinta minutos.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a indústria de madeiras do Paraná, das mais necessárias exportações brasileiras está em crise.

Reunidos ontem em memorável sessão, os madeireiros de pinho resolveram apelar para os poderes públicos do União, no sentido de que lhes seja dada melhor financiamento. Sr. Presidente, enquanto as indústrias lutam, em consequência das chuvas contínuas, com a falta de transporte e acumulam-se os estoques de madeira, o Banco do Brasil não os ampara, financeiramente, como deveria amparar.

É a razão por que desejo ler ao Senado e aos Poderes da Nação o telegrama a mim enviado em que se solicita atenção para a necessidade do sofrimento dos industriais de pinho do Sul do Paraná.

Para demonstrar quanto essa indústria deve merecer melhor amparo da Nação brasileira, basta lembrar que enviamos centenas de milhares de caixas de lanternas para a Indonésia. Falta-se o pinho para sua embalagem e muito dificultaria essa exportação. Talvez mesmo cessasse, atingindo dezenas de outros produtos que necessitam da embalagem do pinho do Paraná para alcançar os mercados estrangeiros.

Sr. Presidente, é natural que a produção do pinho seja — e precisa ser — mais intensamente financiada pelos Poderes públicos. A classe é numerosa e vive a anelar para o Governo no sentido de que volte sua atenção para a grande massa de produtos e mercadorias em geral que ficam expostos ao tempo, inutilizados, pela falta de maiores recursos.

É assim Sr. Presidente, que acabo de receber o seguinte telegrama:

"Permitimo-nos comunicar ao dinâmico representante do povo do Paraná que, em situação de verdadeira catástrofe que atingiu o sul do país, com chuvas quase sem interrupção, há no décimo mês consecutivo, destruindo estradas e pontes e paralisando o tráfego ferroviário, a assembléia de ontem resolveu apresentar ao Governo Federal memorial pedindo amparo e — anclamento urgente para o estoque nas serrarias e fábricas. No próximo dia seis de julho,

às vinte horas, haverá reunião para apreciar o memorial que apresentaremos às autoridades. A presença de V. Ex.^a à mesma reunião será mais uma prova do seu interesse pelos vitais problemas do nosso Estado e também nacionais. Mui atentamente, as) Annibal Sevalho, Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná".

Eis, Sr. Presidente, o apelo que acabo de receber dos industriais de madeira, apelo de angústia, para lembrar ao Presidente do Banco do Brasil e ao Governo Federal a necessidade da produção ser amparada.

Estamos num regime em que o cruzado perde o seu poder aquisitivo e mais ainda perderá, se os vários produtos dos diversos setores da vida nacional não forem amparados. Consequentemente, a grande reunião dos industriais de madeira do Paraná chega a comover-me, não só pelo grito que me vem como pelo valor social dessa importante classe e pela necessidade desse produto.

O Sr. Walter Franco — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Com muito prazer.

O Sr. Walter Franco — Poderia informar-me V. Ex.^a se o estoque atual de madeira, no Estado do Paraná, é devido à falta de exportação ou de transporte?

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Invariavelmente, é devido à falta de transporte ocasionada pelas chuvas torrenciais e pela impossibilidade em que se encontra a indústria de reter os estoques pelo desamparo financeiro dos poderes públicos. Tenho, assim, respondido ao aparte de V. Ex.^a

O Sr. Costa Pereira — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Com muito prazer.

O Sr. Costa Pereira — Não há problema do produto?

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — O produto é extremamente procurado. Há necessidade vital para as construções e os aranha-zeus, que não podem erguer-se sem o pinho brasileiro. Falta, justamente, o transporte.

O Sr. Costa Pereira — Veja V. Ex.^a o Paraná carece de transportes para sua madeira e ora recebe telegramas de Goiás informando-me que os investidores necessitam de condução para os seus rebanhos.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — V. Ex.^a tem toda a razão. Ao que se vê, toda a crise do Brasil não é senão de transporte. Não é possível manter a riqueza nacional sem maior atenção para os transportes. Não é admissível que no norte do Estado fiquem milhões e milhões de sacos de feijão, produto exportável, sem meios de condução, desanimando o trabalho do agricultor, e mostrando que no Brasil caminhamos para uma orientação inteiramente diferente da que é necessária ao problema financeiro e econômico da nação, que é a circulação rápida das riquezas. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Flávio Guimarães, o Sr. Café Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, terceiro orador inscrito.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, em abril deste ano, o Senado votou a chamada Lei dos Símbolos, que concede uma gratificação especial aos chefes de serviços das diversas repartições públicas e estendia o benefício às autarquias, desde

que suas condições econômicas permitissem a inclusão desses chefes nos benefícios da lei.

Estou informado de que em todas as autarquias houve um estudo muito cuidadoso para aplicação da lei, estando todas elas em condições econômicas de executá-la. Entretanto até hoje, a lei não foi cumprida. Não se diga que não houve ainda uma autarquia que não o fizesse, porquanto o DASP, que é também entidade autárquica, onde as nomeações são feitas pela própria administração, já aplicou a Lei dos Símbolos, e não pode haver qualquer argumento em contrário, porquanto os chefes de serviço do DASP já homenagearam até o Congresso Nacional.

Assim, essa autarquia já aplicou a lei dando aos funcionários que estão na chefia as vantagens que lhes são asseguradas.

Acontece, porém, que o IAPETC, o IAPC e vários outros órgãos autárquicos, ainda não quiseram cumprir a lei.

Fui identificado de que o Ministério do Trabalho pretende aplicar esta lei apenas daqui a quarenta dias, depois de uma reforma a ser feita nas diversas autarquias.

Ora, Sr. Presidente, tais reformas são sempre contrárias ao interesse público, visto serem feitas para colocar nessas autarquias indivíduos preferidos pelo governo, que venham a se beneficiar das vantagens que a lei lhes assegura, mesmo sem esse direito.

Enquanto isso acontece, os que estão na chefia não foram ainda beneficiados com as vantagens referidas.

Sr. Presidente, por essa razão que desta tribuna, apelo para o Sr. Ministro do Trabalho, isto é, para o ministro aparente, — o real é o Sr. João Goulart, ministro político, do qual, evidentemente, não tomo conhecimento — de quem faço o melhor conceito no sentido da honorabilidade, pois pelo menos até hoje, nada sei que possa ser criticado no sentido de se encontrar a serviço desta ou daquela tendência política. Estando, entretanto, Sr. Ex.^a envolvido, espero que as acusações não permaneçam, para que fique livre de qualquer responsabilidade futura, a fim de que faça cumprir a lei e respeite a deliberação do Congresso Nacional em lei sancionada pela Presidência da República.

Não pode haver diferença de tratamento entre os funcionários das autarquias e os das repartições públicas, desde que todos estão liquidados na mesma lei. É uma advertência que, faço à Nação, a sepra dessa reforma; é mais um panamá que surge, nessa onda de imoralidade, que está atualmente, invadindo o Brasil.

Para que S. Ex.^a o Sr. Ministro do Trabalho fique a cavaleiro de qualquer acusação, é preciso que essas autarquias, antes de qualquer reforma em benefício de protegidos do Sr. Presidente da República, façam com que a lei seja respeitada e cumprida. Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Hamilton Nogueira, o Sr. Alfredo Neves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Não há mais oradores inscritos.

Se nenhum dos Senhores Senadores quiser fazer uso da palavra, passo à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 8, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal em regime de urgência, nos termos do art. 175,

§ 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15-6-54; tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18-6-54), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob o n.º 468, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21-6-54), oferecendo substitutivo; e pareceres das mesmas Comissões sobre as emendas. Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1953, que institui o aldrão.

O SR. JOAQUIM PIPES:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, a Emenda n.º 1, apresentada em substituição ao meu parecer, na Comissão de Constituição e Justiça, compreende duas partes: a primeira, relativa ao quadro de Oficiais Legislativos, e a segunda ao de Taquígrafos.

Entretanto, qual não foi a minha surpresa, lendo o Diário do Congresso, ao verificar que só a primeira parte da emenda fora aprovada. Equivale a dizer que a segunda parte, integrante da primeira, por passe de magia, o desaparecera.

A emenda foi assinada, em primeiro lugar, pelo eminente Senhor Ivo d'Aquino e subscrita por mim e vários outros membros da Comissão de Finanças; manifestou-se de acordo com a mesma o Ilustre Senador Alfredo Neves, meu amigo 1.º Secreário desta Casa.

Descorria, Sr. Presidente, que V. Ex.^a explicasse por que a emenda, que compreendia duas partes, foi apreciada apenas na primeira, e não foi votada na segunda. (Muito bem!).

O SR. ALFREDO NEVES

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, devo, na verdade, explicações ao Senado e, especialmente, ao nobre Senador Joaquim Pipes. Realmente, no corpo do parecer que emiti neste recinto, em nome da Comissão Diretora, ao concluir meu discurso, remeti à Mesa uma série de subemendas que encerravam algumas sugestões contidas no parecer. As subemendas, entretanto, não foram publicadas com o parecer. Mas como a maioria delas, constava, já redigidas no parecer, não foi difícil à Secretaria da Presidência coordenar seu trabalho. Neste recinto, tendo eu recebido reclamações de interessados e verificando a sua procedência, declarei, numa questão de ordem, que não obstante me haver referido ao assunto no corpo do parecer, deixara, contudo, de concretizá-lo em subemendas. A Secretaria da Presidência, ou a Taquígrafia, não estou bem lembrado, trouxe-me realmente as copias das subemendas que eu havia remetido à Mesa. Perguntei então à Mesa — uma vez que me havia referido ao assunto no parecer e possuindo a documentação necessária, provando que realmente as subemendas existiam — se receberia as subemendas, a fim de serem publicadas e votadas. Respondida afirmativamente a questão de ordem, remeti à Mesa duas das subemendas. No momento, porém, involuntariamente, porque já encobria uma emenda relativa aos oficiais legislativos, não foi também o original da subemenda. Tenho-o aqui, escrito com a minha própria letra, para comprovar que realmente existia.

Nesta altura do debate, quando se está votando o substitutivo, confesso que desejaria atender a esse taquígrafico. Infelizmente, porém, já não depende somente do orador.

Vai depender de aceitar a Mesa a subemenda ou, se assim entender, consultar o Plenário se deve ou não fazê-lo.

O Sr. Mozart Lago — V. Ex.^a também pode ser favorável à emenda número 22.

O SR. ALFREDO NEVES — A emenda n.º 22 quebra o feio acertado com o Plenário. Ademais a Comissão Diretora já se manifestou contra a mesma porque, ao invés de criar os dois cargos de taquígrafo revisor, cria seis cargos de taquígrafo supervisor. E está, Sr. Presidente, a questão de ordem que levanto, podendo comprovar a veracidade de minhas afirmativas com a documentação de que disponho.

A primeira parte da subemenda estava prejudicada, porque se referia a oficiais legislativos, mas o artigo 3.º desta subemenda não seria prejudicada com a votação da subemenda da Comissão de Finanças, de n.º 1, porque se referia aos taquígrafos da Casa.

Sr. Presidente, é uma situação que terá que ser resolvida, mas no sentido da boa vontade, de conciliação, de atendimento, porque, se quisermos agir rigorosamente, é evidente que a subemenda está prejudicada, por culpa involuntária do relator.

É a questão de ordem que levanto e solicitação de V. Ex.^a uma interpretação liberal a respeito. (Muito bem).

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, toda a questão gira em torno do seguinte: a emenda continua duas partes, sendo que a primeira se referia aos Oficiais Legislativos e a segunda, aos Taquígrafos.

Ora, se essa emenda, na sua integral, foi aprovada, não há como afirmar-se agora que só foi aprovada a primeira parte.

A emenda não podia ser aprovada por partes, portanto, ninguém requereu qualquer destaque.

A votação tinha resultado de entendimento com o Sr. Senador Alfredo Neves. S. Ex.^a declarou que houve equívoco de sua parte, mas não é possível que a emenda que trunfou.

Ela está assinada, em primeiro lugar, pelo Senador Ivo d'Aquino, em seguida por mim, que era relator e por todos os membros da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Relativamente à questão de ordem levantada pelo nobre senador Joaquim Pires, a Mesa deve informar que foi apresentado, na sessão de 5 do corrente, um pedido de preferência, assinado pelo Sr. Senador Alfredo Neves, que objetivava as seguintes fins:

Preferência:

a) — para a primeira subemenda à emenda n.º 1-C, do substitutivo da Comissão de Finanças;

b) — para a emenda n.º 13, da Comissão Diretora, logo após a votação da anterior.

Apresentado este pedido de preferência pelo plenário, a Mesa submeteu à votação a primeira subemenda à Emenda n.º 1-C, e, em seguida, submeteu a votos a emenda n.º 23, da Comissão Diretora, cujos nos expressos termos do que foi resolvido e aprovado pelo plenário.

Em relação à questão de ordem levantada pelo nobre Senador Alfredo Neves, a Mesa pede licença para declarar que, em sessão anterior, Sua Ex.^a, alegando que no corpo do seu parecer havia referência a várias emendas, pediu que as subemendas fossem aceitas pela Mesa e publicadas no Diário do Congresso, pois que, somente por falta de redação no momento, não tinham sido oferecidas.

A Mesa, pelo presidente que então ocupava esta cadeira, Senador Francisco Gallotti, aceitou a apresentação da subemenda.

A questão de ordem agora formulada pelo Senador Alfredo Neves é,

em certo sentido, uma renovação do mesmo pedido, pelo fato de, quando enviadas as subemendas aceitas pela Mesa, não ter sido remetida esta a que S. Ex.^a agora se refere e que diz respeito aos Taquígrafos.

Tendo a Mesa já uma vez deliberado sobre a matéria, consulta agora o plenário sobre se deve receber, pela segunda vez a subemenda, em face da alegação de equívoco por parte do nobre Senador Alfredo Neves.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, conforme já declarei, a subemenda n.º 1, que foi aprovada, constava de duas partes: uma referente aos Oficiais Legislativos e outra referente aos Taquígrafos.

A explicação dada pelo Senador Alfredo Neves não se refere à emenda n.º 1, porque essa foi aprovada tal e qual foi apresentada. Se depois disso criaram outras emendas ou subemendas que não foram exibidas, isso é outro assunto.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa vai deferir ao Plenário a solução da questão de ordem formulada pelo nobre Senador Alfredo Neves.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Pela ordem) Sr. Presidente, parece que não há número na Casa para continuação da sessão.

O SR. PRESIDENTE — No recinto, acham-se presentes 16 Srs. Senadores; há, portanto, número para o prosseguimento da sessão. V. Ex.^a poderá requerer o portunamente verificação da votação, a fim de averiguar se estão na Casa trinta e dois Senadores. (Pausa).

Os Senhores Senadores que aprovam o recebimento da subemenda pela Mesa, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação. Querida pelo nobre Senador Mozart Lago.

Queriam levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o requerimento. (Pausa).

Queriam sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram o requerimento e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor 14 Senhores Senadores, e contra, 2.

Não há número para votação.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDER-SE À CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Waldemar Pedrosa. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Novais Filho. — Cícero de Vasconcelos. — Esperidião de Farias. — Luiz Tinoco. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Nestor Massena. — Levindo Coelho. — Cesar Verqueren. — Marcondes Filho. — Euclydes Vieira. — Costa Paranhos. — Dário Cardoso. — Costa Pereira. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti (22).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 21 Senhores Senadores. Está confirmada a falta de número.

As matérias a serem submetidas à discussão, dependem, todas, do quorum regimental de 32 Senadores.

Está esgotada a ordem do dia.

Não há orador inscrito para esta oportunidade.

Nenhum Senhor Senador pedindo a palavra, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte.

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 201, de 1954, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros, e Srs. Senadores, aprovado na sessão de 13 de junho de 1954); tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, proferido oralmente na sessão de 18 junho de 1954, pela constituição da Comissão do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954, oferecendo substitutivos; e pareceres das mesmas Comissões sobre as emendas.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 357, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, o que ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.132, de 14 de dezembro de 1952, assegura promoção, no serm. aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 208, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: 1 — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 83, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças, proferido oralmente na sessão de 18-5-54, contrário; 2 — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1-3-54, que reajusta o aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 778, de 1952, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407 de 1951, pelo destaque da 1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo. Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 316, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino do grau médio; tendo Pareceres da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de

1954, que revoga o art. 4.º da Lei número 1.937, de 13 de agosto de 1953 (que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 449, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 320, de 1954, do Senhor Valdemar Pedrosa e outros Senhores Senadores, solicitando intervenção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Sr. Café Filho na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Simen, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 80, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 365, de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Involuntária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,50, para pagamento de salário ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 23 de junho de 1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22 de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, sob números 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Sr. Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 467, de 1954) do Projeto de Resolução número 1, de 1953, que altera o Regimento Interno do Senado com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 462, de 1951) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 465, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.462, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exibição da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas a empregados, pela sempre que

explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 468, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestam serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 470, de 1954), do Projeto de Lei da Câmara n.º 193, que autoriza o Poder Executivo a promover o repatriamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e de outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Fátima Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 480, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher, Hilda Cordeiro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras às margens do rio São Francisco, no Município de Caracol, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para construção de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 482, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima, para desempenhar a função de Assistente Edafológico no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher, Dócio Teles Carliano e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda Palmitinho, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 485, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Penna", situada no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronilha Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade agrícola, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954), do Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 489, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 8.948, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 490, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 470, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1946, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254 de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954), do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 241, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 339, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis n.ºs 8.791 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vanta-

gens aos militares de F. E. B.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Suécia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Requerimento de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 6.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Afílio Vivacqua e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação do Requerimento n.º 340, de 1954, do Sr. Luis Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Levanta-se a Sessão às 16 horas e 40 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOAQUIM PIRES NA SESSÃO DE 6 DE JULHO DE 1954.

QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, fui o relator do projeto na Comissão de Finanças.

A proposta do nobre Senador pelo qual se envolve injúria ao Senado, porque me S. Ex.ª em dizer que o Senado toma tempo, nossas opiniões não há, no momento não recuo.

O Sr. Senador Farnesito Nogueira, quando me levanta o prestígio a Comissão Diretora.

Os meus votos a Comissão de Finanças devem um voto do com a Comissão Diretora para prestá-la. Co-

mo decorreria desse acordo, foi afastado o parecer que profere em nome da Comissão de Finanças.

O nobre Senador Othon Mader passou uma esponja em tudo isso. Pensa devemos aguardar o projeto da Comissão Especial.

Não haverá tempo. O nosso mandato expira em 31 de dezembro do próximo ano. O projeto em causa nasceu da ideia do nobre Senador Melo Viana; em 1950; arrastou-se pelas Comissões do Senado desde aquela época; não pôde, até agora, ser votado.

Como quer V. Ex.ª que um projeto, organizado em oito dias, seja votado até 3 de outubro, quando a 1.ª de agosto, neste recinto, não haverá maioria para deliberar? O Senado terá de ser renovado em dois terços de seus membros e só poderá votar com número regimental. Logo, este projeto não passará de utopia.

Sr. Presidente, não é segredo para quem quer que seja não estamos atendendo a solicitações de funcionários desta Casa, pois o que se pretende é fazer justiça e isto só se consegue traçando uma linha reta entre os dois termos da questão, porque ninguém poderá agradar a todos.

Há um ditado que diz: "Não se pode agradar a todo o mundo e a seu pai".

O patrono do Exército, Duque de Jaxias, Senador do Império e Presidente do Conselho de Ministros, numa ocasião, no Senado — era eu menino e assisti ao fato — disse: mesmo a moeda de ouro de 20 réis não agrada a todo mundo porque uns fazem abotadura com a cara do Imperador e outros, com a crosta. Desta maneira, Sr. Presidente, qualquer que seja o projeto apresentado, terá de ser modificado, ou por outra, não de receber solicitações dos interessados.

Apelo para esta Casa a fim de que prestigie a Comissão Diretora, aceitando o seu projeto com a modificação sugerida pela Comissão de Finanças.

Era o que tinha a dizer (Muito bem).

Discurso pronunciado pelo Sr. Senador Othon Mader na sessão de 2 de julho de 1954.

O SR. OTHON MADER:

Sr. Presidente, várias vezes tenho ocupado a tribuna para externar minha opinião a respeito do Projeto de Lei n.º 365, de 1954, em votação no Senado.

Procurei demonstrar, inicialmente, ser a proposição altamente inconveniente ao interesse coletivo, inconveniente porque objetiva a elevação de vencimentos praticada repetidas vezes para o funcionalismo público, onera o tesouro público, aumenta a despesa sem alcançar o fim desejado, que é melhorar a vida do servidor do Estado. Pela maneira por que se está procurando resolver o problema, só acarretará maiores malefícios. A vida tornar-se-á mais cara para todos.

O meio de que deveríamos lançar mão para fazer com que o custo da vida baixasse, ou pelo menos se estabilizasse, seria o de praticar uma política econômica e financeira a longo e a curto prazo, visando principalmente, o equilíbrio orçamentário, o equilíbrio cambial, o saneamento da moeda, a contenção das despesas públicas, o aumento da produção, a melhoria do transporte, maior produtividade, enfim, todas as medidas que, conjugadas, combatessem, eficientemente, a inflação. Estamos lo entanto, realizando justamente o contrário, agravando a inflação, encarecendo a vida. Todos os aumentos empíricos e desordenados que vimos fazendo, quer a certas classes de funcionários, quer aos servidores em geral, só redundam em ilustro per estar, de pouca duração. Dentro de breve, seus vencimentos não mais suportarão o custo da vida e novas solicitações serão en-

dereçadas ao Poder Público, que se verá outra vez na contingência de elevar os salários e vencimentos. E o círculo vicioso, que só terminará com a exaustão econômica do país.

A solução da angústia por que passa o funcionalismo público não está na concessão de sucessivos aumentos de vencimento, como erradamente vem se fazendo.

Já tive, aliás, oportunidade de demonstrar a inconveniência do projeto do ponto de vista administrativo, e dos seus maus reflexos na organização do serviço público, afirmando que e intempetivamente. O Poder Legislativo, quando votou o Estatuto dos Funcionários Públicos que se tornou lei em 28 de outubro de 1952, estabeleceu, no artigo 239, que o Governo enviaria ao Congresso, dentro do prazo de dois anos, o Plano de Classificação de Cargos e de Revisão dos Níveis de Vencimentos, para que uma lei fosse votada corrigindo os erros e restaurando a justiça.

Sr. Presidente, se esse prazo ainda está longe de ser esgotado — faltam quatro meses para o dia 23 de outubro de 1954 — não podia nem devia o Congresso Nacional votar qualquer outro projeto, sem conhecer o Plano que o Governo está obrigado a enviar ao Poder Legislativo.

Todos os atos praticados pelo Congresso, antes de findar aquele prazo, serão precipitados e não se coadunam com a serenidade e com a moderação que deve presidir aos atos do Parlamento. Deveríamos aguardar a extinção do prazo; e se o Governo não apresentasse o seu Plano, então poderíamos tomar as providências que julgássemos oportunas e acertadas.

Que vemos, entretanto? Antes de terminado o prazo, o Senado votar um projeto de lei que, conforme foi demonstrado, criará situações difíceis e anômalas para várias classes e grupos de funcionários e ocasionará entraves à Comissão Técnica encarregada de apresentar o Plano do Governo capaz de resolver o intrincado e complexo problema do funcionalismo público, talvez o mais sério com que se defronta a administração pública no Brasil.

Sr. Presidente, até agora, nada se pode dizer contra a Comissão Técnica, nomeada pelo Presidente da República para o desempenho dessa função. Constituída dos homens mais capazes, das técnicas mais eficientes em administração pública do Brasil, seu trabalho, já se disse, está muito adiantado. Conhece-mo-lo através de publicações e sabemos que, dentro de pouco tempo, a Comissão poderá apresentar o resultado do seu esforço. Nesse caso — é de justiça se proclame — o Poder Executivo cumpriu rigorosamente as determinações da Lei n.º 1.711, de 1952. Nomeou imediatamente a Comissão Técnica, que iniciou os trabalhos com afinco, estando quase terminadas.

Se votarmos novo projeto de lei, criando diferentes situações para o funcionalismo público, que estaremos fazendo, Sr. Presidente? Nada mais nada menos vem tumultuando um grande trabalho quase terminado. inutilizando completamente, a obra já elaborada por uma vez que novas situações e novos casos vão surgir evidentemente o trabalho dos técnicos está. Se não perdido, pelo menos em grande parte destruído. Terão eles que começar de novo ou na melhor hipótese fazer uma revisão demorada e cuidadosa do que já estava pronto e quem o culpado das imperfeições e da demora senão o Congresso Nacional, com sua impetividade e seu desrespeito ao que ele próprio determinou.

Além desse aspecto do problema, relativo ao Projeto n.º 366, há outro, que reputo o mais importante de todos e que pretendo dele hoje tratar. Refiro-me à inconstitucionalidade da Proposição: e para prová-la vou ler a decisão do Egrégio Supremo Tribu-

nal Federal, em Acórdão proferido em 18 de junho de 1952, nos seguintes termos:

"Acórdão em sessão plenária do Supremo Tribunal Federal unanimemente votar ante a representação formulada pelo digno Promotor Geral da República, para efeito de declarar como declarada, na conformidade das 'Notas Investigativas que ficam incorporadas a este Acórdão a inconstitucionalidade da Lei n.º 22, promulgada pelo Presidente da Assembleia do Estado de Santa Catarina e publicada no Diário Oficial daquele Estado no dia 8 de outubro de 1951. Rio de Janeiro 16 de junho de 1952. José Linhares, Presidente. Mário Guimarães, Relator.

Sr. Presidente, lembra-se o Senado da famosa questão em torno da Lei n.º 22 votada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, veto esse rejeitado pela Assembleia Catarinense, contra cuja decisão o Governo daquele Estado representou através do Procurador Geral da República, ao Supremo Tribunal Federal. E esta Suprema corte de justiça por unanimidade julgou inconstitucional a lei catarinense porque ela infringia o parágrafo 2.º do Art. 67 da Constituição Federal. Aquele lei é exatamente igual a que vai resultar da aprovação do atual Projeto n.º 366 de 1954.

Examinando a causa através do parecer autorizado do eminente Ministro Mário Guimarães aquele órgão não teve dúvida em proclamar, por unanimidade de votos a inconstitucionalidade da lei e a essa conclusão chegou porque havendo o Governador catarinense em Mensagem à Assembleia Legislativa solicitado aumento de vencimentos para a magistratura estadual a Assembleia ampliou de tal forma a solicitação criando cargos e elevando vencimentos outros providências que a lei se tornou completamente diferente do que propôs o Governador na sua mensagem. O Executivo propunha uma coisa, a Assembleia Legislativa votou outra muito mais ampla e dispendiosa.

O Governador catarinense fundamentou seu recurso ao Supremo Tribunal Federal no parágrafo 2.º do artigo 67 da Constituição Federal determinando que criação dos cargos como os aumentos de vencimentos dos funcionários públicos só podem ser realizadas através da lei provocada por Mensagem do Poder Executivo. E matéria cuja iniciativa cabe ao Executivo o Legislativo só pode emendar a proposta do primeiro para corrigir ou reduzir e nunca para modificar ou aumentar. Essa foi a interpretação que o Supremo Tribunal deu ao parágrafo 2.º do Artigo 67, da Carta Magna.

Diz o Supremo Tribunal Federal: Não pode o Poder Legislativo por meio de emendas a projeto governamental, majorar as tabelas propostas ou estendê-las a outros funcionários. Dessa decisão do Supremo Tribunal Federal farei rápido comentário com citações para que o Senado bem se capacite de que o caso catarinense se iguala ao em votação no Senado. É perfeitamente idêntico. Logo se aquela lei catarinense foi julgada inconstitucional o Projeto 366-54, ora em votação não o é menos. Vamos historicar para que se veja que é absolutamente idêntico.

Quando na Presidência da República em 1950 o Marechal Eurico Dutra enviou Mensagem ao Poder Legislativo propondo a alteração das carreiras de médicos e técnicos de laboratório do quadro permanente e foi isso tudo o que propunha o Executivo o Legislativo em vez de se cingir ao pedido do Executivo como manda o Art. 67 da Constituição e prescreve o princípio de independência e harmonia dos Poderes, entendeu de ampliar a proposta, conceder favores, fazer liberalidades muito

além da proposta. E disso resultou o projeto de lei que ora os senhores votando como todos sabem, um verdadeiro "panamá". Aqui encontramos guardada pretensões e favores de todas as classes e grupos de funcionários públicos. O atual projeto de mensagem primitiva foi desvirtuado de tal forma que hoje, nem se parece com o original. O projeto 366 não se assemelha e mudou ao pédo do texto da Presidência da República. Esse projeto altera a carreira de médicos e técnicos de laboratório do Ministério da Educação e Saúde. O que o Legislativo vai lhe dar e com aumento geral no funcionalismo diplomado, aumento dos inativos, extensão as autarquias etc etc.

Já se vê V. Ex.ª Sr. Presidente que os casos são perfeitamente idênticos. Já o Governador havia solicitado aumento de vencimentos para a Magistratura estadual, e a Assembleia resolveu ampliá-lo a todo o funcionalismo. Aqui, o Poder Executivo pretendeu as carreiras de médicos e técnicos de laboratórios, e o Congresso o que fez foi estender favores de aumentos, reestruturações, quinquênos, percentagens para todos, ativos e inativos inclusive autarquias abrangendo uma classe enorme de funcionários e indo a extremos difíceis de serem avaliados.

Em Santa Catarina a despesa prevista em cerca de três milhões de cruzeros, foi elevada pela Assembleia para sessenta milhões de cruzeros aqui é bem possível que ao final da votação do projeto a despesa que deveria atingir a mesma quantia ascendia a algumas centenas de milhões de cruzeros, não sendo de admirar que passe de um bilhão de cruzeros anuais. Ora francamente Sr. Presidente, o que o Congresso Nacional está fazendo é um abuso de poder ultrapassando os limites do razoável e do bom senso. O Senado não pode ser cúmplice em semelhante atentado à Constituição e nesse assalto ao tesouro público. O projeto deve ser rejeitado e com isso daremos uma prova do nosso espírito público e do respeito à independência e harmonia dos três poderes constitucionais. Se aprovarmos teremos desrespeitado o Poder Executivo invadindo suas atribuições privativas e desacatado o Poder Judiciário, calcando aos pés uma decisão sua tomada por unanimidade de votos e bem conhecida de nos todos como é o Acórdão citado.

Há, assim, perfeita identidade entre o caso catarinense e o do Projeto de Lei n.º 366 ora em discussão nesta Casa. A inconstitucionalidade deste é evidente. Seria impertinência do Senado por em dúvida um julgado do mais alto tribunal do país o interprete máximo da Constituição o que temos a fazer é respeitá-lo para que nos respeitou também.

Sr. Presidente vou ler o que disse o Ministro Mário Guimarães, ao proferir seu voto, como Relator da Representação do Procurador Geral da República. Dr. Plínio de Freitas Travassos, fazendo ressaltar que concedia o que solicitava o Procurador Geral da Justiça, isto é, declarava a lei inconstitucional porque nenhum encargo oncrará o Tesouro do Estado, sem atribuições de recursos para lhe custear as despesas.

Efetivamente a lei votada pela Assembleia catarinense estendeu favores a não previu recursos com que o res a grande número de funcionários, Tesouro pudesse suportar os encargos da despesa.

Além disso diz o Ministro Relator, em um trecho de seu voto:

"Examinemos a primeira questão: ter a Assembleia, com a emenda ampliativa, invadido os limites de ação do Governador a quem cabia a iniciativa de propor a majoração de vencimentos dos funcionários públicos.

O Poder de emendar é corolário do poder de iniciativa. A emenda, diz

Corre de Malberg, não é senão "uma nova iniciativa, que se injetou sobre uma iniciativa anterior". — J. Vieira, na Câmara do Estado, 1944, exp. p. 354.

"Outros autores com palavras diversas, secundam esta opinião. Tendo em mente a forma de iniciativa — Alcega, Direito Constitucional, página 791. E Ezequiel Pinheiro: 'Le droit d'initiative est le corollaire du droit général d'initiative. L'amendement se distingue de la proposition en ce qu'il n'a pas comme celle-ci, le pouvoir de faire naître une question nouvelle.' V. Droit Politique Electoral et Parlementaire n.º 636.

Se a emenda é "uma forma de iniciativa" um "corolário" da iniciativa, o próprio direito de iniciativa" se vê que não falta a competência para a iniciativa falta competência para emendar. E se acaso a reconhecermos, há de ser em limites que não desvirtuem o poder privativo.

E mais adiante diz o Ministro Mário Guimarães:

"Nem a emenda da Assembleia se ateve aos inativos de iguais classes — juizes, promotores — procuradores, o que seria, talvez, defensável, mas ampliou os favores aos ativos e inativos de todas as classes e carreiras.

Sustenta todavia, a ilustre Assembleia, que tendo o Governo tomado a iniciativa de propor alteração de vencimentos, não estava mais a Assembleia adstrita aos termos do projeto governamental podendo alterá-lo modificá-lo ou anulá-lo. "O privilégio da competência exclusiva constitucionalmente atribuída ao Governador diz respeito tão somente à iniciativa do projeto, o que significa que na ausência dessa iniciativa, a Assembleia não poderá comitar da matéria ou procurar regulá-la em projeto originado de seu próprio seio. Tomada, porém, a iniciativa pelo Governador, restauram-se em toda a sua plenitude, quanto à matéria em questão, as funções legislativas da Assembleia, cujo exercício a Constituição limitou tão somente e de modo exclusivo ao seu termo inicial".

A prevalecer esta exegese, não poderia nunca o Executivo propor aumento de vencimentos de qualquer funcionário, ainda que o ocupante de modesto lugar na escala burocrática porque com essa só medida, daria ensejo ao Legislativo para, a seu talante, tocar nos vencimentos gerais dos funcionários e uma despesa de alguns cruzeros se iria converter num excesso de muitos milhões".

Foi exatamente o que se deu no caso catarinense.

Ainda em outro trecho do seu voto, falando sobre a porfia entre o Senado e a Câmara, na França e na Itália, ao ressaltar que lá se tratava de discutir prioridade, diz S. Ex.ª o Sr. Ministro Mário Guimarães:

"Aqui, não. Não é prioridade que se disputa. É a violação de uma prerrogativa de que dependem as boas finanças da Nação".

Com tal pressuposto foram na França publicadas várias leis tendentes a reprimir a liberdade da Assembleia, neste particular, despertando gerais aplausos".

E meconclusão diz o Ministro Mário Guimarães:

"Tendo por fundadas as duas primeiras arguições, posto haja revelado a última, entendendo que a lei n.º 22, do Estado de Santa Catarina violou o princípio da independência e harmonia dos poderes, prescrito no art. 1.º n.º VII, letra b, da Constituição Federal e, por isso, de ofício a representação do Sr. Dr. Procurador Geral da República".

Sr. Presidente, esse voto, brilhantíssimo e jurídico, foi acompanhado pelos demais Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Em certo trecho do seu voto di, o
Mansao Affonso Costa:

-A previsão da receita e da despesa cabe ao Poder Executivo... e acerto inconstitucional a lei'.

"Com estas ligeiras considerações, estou de perfeito acordo com o eminentemente ~~maestro~~ maestro Acaster".

O Ministro Nelson Hungria ilustrou seu voto com as seguintes citações:

"Concede-se a razão desse dispositi-
vo, que a Constituição de Santa Ca-
tarina copiou da Constituição Federal:

evitar o jubileu de indulgências a que, por vezes, no passado, se entregava o Poder Legislativo, sem cul-

lar das possibilidades do Tesouro, sem indagar das condições financeiras, ainda quando desfavoráveis, em que

se achasse o Estado. E, então, se
cuidou de criar esse entrave, esse
contra-peso à autonomia do legisla-

livo. O Executivo, que conhece de perto quais as possibilidades do Tesouro e as necessidades reais da Administração,

ministração, que conhece o que se pode dar, em face da situação do erário ou dos algarismos possíveis de arrecadação, da receita.

...dação da receita da capacidade
de tal ou qual imposto ou de tal ou
qual verba, o Executivo que, para usar-

nos uma linguagem pitoresca, sabe, ade do o calo, e que se pode fazer o limite da realidade, para remediar, mal foi criada, esta realidade.

mal foi erigido, neste particular, em
controlador do legislativo. Ora, essa
inalidade, esse objetivo do preceito
constitucional, esse fundamento

Constitucional, que não pode deixar
de ser interpretado dentro da sua
função teleológica, estaria inquestiona-
velmente estabelecido.

...mente cancelado, se fôsse permi-
do ao poder legislativo entregar-se,
e novo, aos excessos de liberalidade
em sacrifício de outras liberdades.

ma saciedade do erário público. De cada teria valido o impedimento criado pela Constituição, que atendeu a uma

Sr. Presidente, são verdadeiras e

zoáveis as palavras do Ministro
elson Hungria. A experiência brasi-
ra foi que fez com que os consti-
ntes de 1916 estabelecessem a

antes de 1946 estabelecessem esse m
trave, esse freio nas liberalidades do m
legislativo, e determinou então, de m
ndo, categorias e definições para a

do categórico e definitivo, que tõe as despesas relativas a aumentos de vencimentos de funcionários só poria ser feita através de outro

Podr que dispõe dos dados da Re-
ita e da Despesa e consequente

da e da Desposa, e consequente- | o

mente, conhece das possibilidades do
erário público.

E termina o Ministro Nelson Hungria:

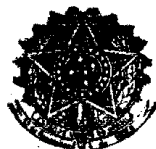
"Por essa razão e tão somente por essa razão, estou de acordo com a conclusão do eminente Sr. Ministro Relator".

O Ministro Rocha Lagoa da mesma forma conclui seu voto, dizendo:

"Acobardado este ambiente, os cultores dois estão prejudicados. A lei se aproveitou de uma mão formal porquanto a natureza de um outro e o outro."

to o número de votantes que repeli-
am o voto não foi suficiente para
que se verificasse o pronunciamento

...a conclusão do eminente Senhor
Ministro Relator".



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 413

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3.980, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e da outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

João Café Filho

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de

Julho do ano em curso às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e da outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

João Café Filho

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Dirétora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezechias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Sá Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (*)

Pompeu (**)

Euclides Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Leivindo Coelho.

6 — Bernardes Filho

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alirado Raravaco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*)

3 — Alberto Pasqualini

4 — Alvaro Adolfo (*****)

5 — Apolônio Sales.

6 — Carlos Lindenberg.

7 — Cesar Vergueiro

8 — Domingos Velasco (**)

9 — Duryal Cruz.

10 — Euclides Vieira.

11 — Ferreira de Sousa.

12 — Mathias Olympio.

13 — Pinto Aleixo.

14 — Plínio Pompeu.

15 — Veloso Borges (*****)

16 — Victorino Freire (*****)

17 — Walter Franco (*****)

(*) Substituído interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Fariños

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário — Brandão Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Mercio.

Ferreira de Souza.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Olavo Oliveira.

Waldemar Pedrosa.

Sec. - Luis Carlos Vieira da
Fonseca.Auxiliar - Maria Pinto Amendo
Reuniões - Quartas-feiras, às 16
horas.

Legislação Social

1 - Gomes de Oliveira - Presi
dente

2 - Luis Tinoco - Vice-Presidente

3 - Hamilton Nogueira

4 - Rui Carneiro.

5 - Othon Mader.

6 - Kerginaldo Cavalcanti.

7 - Cleo de Vasconcelos.

Secretário - Pedro de Carvalho
Múner.Auxiliar - Carmen Lúcia de Ho
landa Cavalcanti.Reuniões às segundas-feiras, às 16,30
horas.

Relações Exteriores

1 - Georgino Avenno - Presidente

2 - Hamilton Nogueira - Vice-
Presidente.

3 - Novas Filho

4 - Bernardes Filho.

5 - Djair Brindeiro.

6 - Mathus Olympio.

7 - Assis Chateaubriand. (*)

8 - João Villasboas.

(*) Substituído, interinamente, pelo
Sr. Cleo de Vasconcelos.

Secretário - J. B. Castenjo Branco

Reuniões às segundas-feiras, às
16,30 horas.

Redação

1 - Joaquim Pires - Presidente.

2 - Waldemar Pedrosa - Vice-
Presidente.

3 - Aloysio de Carvalho.

4 - Carvalho Guimarães.

5 - Costa Pereira.

Secretário - Cecília de Rezende
Martins.

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 15
horas.EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONALDIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRACHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE APLICAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 30,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qual-
quer dia do exercício em que forem registradas.O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do
recebimento.Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do
tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos
aos assinantes somente mediante solicitação.O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por
exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Saúde Pública

Levindo Coelho - Presidente.

Alfredo Satch - Vice-Presidente.

Prisco dos Santos.

Vivaldo Lima.

Durval Cruz.

Secretário - Aurora de Barros Rêgo

Reuniões às quintas-feiras, às 16
horas.

Serviço Público Civil

1 - Prisco dos Santos - Presidente

2 - Luiz Tinoco - Vice-Presidente

3 - Nestor Massena.

4 - Vivaldo Lima.

5 - Djair Brindeiro.

6 - Mozart Lago.

7 - Julio Leite.

Secretário - Julieta Múner dos
Santos.Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.Transportes, Comunicações
e Obras Públicas

Enclides Vieira - Presidente.

Othon Gomes - Vice-Presidente.

Alencastro Guimarães.

Othon Mader.

Antonio Bayma

Secretário - Francisco Soares
Arruda.Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.

Segurança Nacional

1 - Pinto Aleixo - Presidente.

2 - Othon Gomes - Vice-Presi-
dente.

3 - Magalhães Barata.

4 - Ismar de Góes.

5 - Silvio Curvo.

6 - Walter Franco.

7 - Roberto Glasser.

Secretário - Ary Kerner Veiga de
Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o
Projeto de Reforma Constitu-
cional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho - Presidente

Dario Cardoso.

Francisco Gallotti.

Camilo Mercio.

Carlos Lindemberg.

Antonio Bayma.

Bernardes Filho.

Mário da Silva.

Olavo Oliveira.

Domingos Velasco.

João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão
da Consolidação das Leis do
Trabalho

Luiz Tinoco - Presidente.

Gomes de Oliveira - Vice-Presi-
dente e Relator Geral.

Othon Mader.

Rui Carneiro.

Kerginaldo Cavalcanti.

Secretário - Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre
o cimento

Francisco Gallotti - Presidente.

Mozart Lago - Vice-Presidente.

Julio Leite.

Landulpho Alves.

Mario Motta.

Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código de
Processo Civil

João Villasboas - Presidente.

Atílio Vivacqua - Vice-Presidente.

Dario Cardoso - Relator.

Secretário - José da Silva Lisboa.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.Reuniões às sextas-feiras, às 16
horas.Para estudo da concessão dos
Direitos Cíveis à Mulher Bra-
sileira

Mozart Lago - Presidente.

Alvaro Adolpho - Vice-Presi-
dente.

João Villasboas.

Gomes de Oliveira.

Atílio Vivacqua.

Domingos Velasco.

Victorino Freire.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Reuniões às segundas-feiras.

Atas das Comissões

Comissão Diretora

13.ª REUNIAO REALIZADA EM 2 DE JULHO DE 1954

Sob a Presidência do Sr. Marcondes Filho, Presidente, presentes os Srs. Alfredo Neves, Vespasiano Martins, Francisco Gallotti e Costa Pereira, respectivamente, 1.º, 2.º, 3.º Secretários e 2.º Suplente, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Ezechias da Rocha, 4.º Secretário e Prisco dos Santos, 1.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

Tendo o Sr. 1.º Secretário devolvido o ofício da Comissão de Promoções, referente às propostas para o provimento de vagas na Taquigrafia e do qual pedira vista na reunião anterior, a Comissão resolve, por 3 votos, promover Celina Ferreira Franco a Taquigrafo, classe "M", na vaga de Irene Stela Homem da Costa.

Deliberou a Comissão Diretora, com referência ao Edifício-sede do Senado:

a) autorizar a realização do concurso de anteprojeto;

b) aprovar a minuta do edital a ser publicado e o plano do novo edifício, trabalhos elaborados pela Comissão nomeada em 1951 e presidida pelo Senhor Senador Vespasiano Martins, alterada, no edital, a redação do item 24, a qual passará a ser a seguinte:

"24. Para quaisquer esclarecimentos ou dúvidas que surjam sobre o presente edital, devem os interessados dirigir-se ao Diretor Geral da Secretaria do Senado, que submeterá o assunto à decisão do Presidente da Comissão Diretora.

Da consulta e da resposta que deverão ser formuladas em cartas registradas, ou entregues mediante recibo, serão remetidas cópias, por igual via, a todos os candidatos inscritos.

c) designar os Srs. Senadores Vespasiano Martins, Francisco Gallotti, Othon Mäder, Waldemar Pedrosa e Euclydes Vieira para participarem da Comissão Julgadora do concurso, sob a presidência do Presidente da Comissão Diretora;

d) autorizar a expedição de ofícios ao Instituto de Arquitetos do Brasil, ao Clube de Engenharia e ao Conselho Nacional de Belas Artes, pedindo a indicação de representantes para integrarem a Comissão Julgadora (três do primeiro, um do segundo e um do terceiro);

e) designar os Srs. Luís Nabuco, Flávio Amorim Goulart de Andrade e Isaac Brown para funcionarem como assessores da Comissão Julgadora.

Deliberou ainda, a Comissão, por proposta do Sr. Presidente, consignar em ata o seu agradecimento aos membros da Comissão que elaborou os estudos preliminares para o novo edifício, Srs. Senadores Vespasiano Martins, Waldemar Pedrosa, Francisco Gallotti e Othon Mäder, e Arquitetos Drs. Jorge Machado Moreira e Mário Henrique Glicério Torres, pela magnífica colaboração que prestaram ao Senado, devendo o agradecimento ser também transmitido, em ofício, aos referidos arquitetos e ao Instituto de Arquitetos do Brasil.

Em seguida, o Sr. Presidente informa à Comissão haver aprovado as seguintes sugestões do Diretor Geral da Secretaria:

— Venda das atuais mesas de madeira da Diretoria da Taquigrafia, adquirindo-se outras de aço; e

— Conserto das calhas e bocas de condutores que se acham em estado precaríssimo, na importância de R\$ 66.240,00, conforme proposta da firma Joaquim Neves dos Santos.

No processo n.º 130-54, em que o Diretor Geral propõe a construção, na antiga dependência do Almoarifado,

um vestiário para o pessoal da Portaria, o Sr. Alfredo Neves concorda com a construção dos aluidos armários, de preferência noutro local, a fim de possibilitar a adaptação daquela dependência em consultório médico, tendo a Comissão concordado com Sua Excelência.

Ainda com a palavra, o Sr. 1.º Secretário manifesta-se de acordo com as conclusões do parecer da Diretoria da Contabilidade, pela concessão do salário-espósa a Júlio Barbosa de Matos Correia, aposentado no cargo de Diretor Geral. (Requerimento número 132-54). O parecer é aprovado pela Comissão.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. 2.º Secretário que emite parecer favorável ao Requerimento n.º 213-54, de Armando Henriques solicitando contagem de tempo de serviço prestado no Ministério da Justiça, que é aprovado.

Por último, o Sr. 3.º Secretário manifesta-se favorável ao pedido de licença especial, por 3 meses formulado por Maria de Maracá Dalto.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luís Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

Comissão de Serviço Público Civil

15.ª REUNIAO EM CINCO DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

As quatorze horas do dia cinco de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviço Público Civil, sob a presidência do Sr. Luiz Tinoco, Vice-Presidente, presentes os Senhores Nestor Massena, Diáir Brindeiro e Mozart Lago, deixando de comparecer os Senhores Prisco dos Santos, Vivaldo Lima e Julio Leite.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente diz das finalidades desta reunião extraordinária: apreciação do Requerimento aprovado pelo plenário, de audiência desta Comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 8, de 1952, que altera a carreira do Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, sob regime de urgência.

Considerando o precedente verificado na apreciação do Projeto de Resolução n.º 2, de 1952, quando foi, pelo voto do plenário, afirmada a incompetência desta Comissão para apreciar a matéria, por envolver assunto privativo da Comissão Diretora, nos termos do art. 61, alínea 4, do Regulamento Interno, julgou-se a Comissão de Serviço Público Civil preliminarmente incompetente para opinar a respeito do Projeto em apreço. Essa preliminar é aprovada por maioria, contra o voto do Sr. Mozart Lago.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Julieta Ribeiro dos Santos, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Sala das Comissões, em 5 de julho de 1954.

79.ª SESSÃO EM 9 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º Senador Dario Cardoso.
- 2.º Senador Aencastro Guimarães.
- 3.º Senador Costa Paranhos.
- 4.º Senador Flávio Guimarães.

ATA DA 78.ª SESSÃO, EM 8 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO, ALFREDO NEVES, FRANCISCO GALLOTTI E CAPE FILHO

As 14.30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Antônio Bayma — Carvalho Guimarães — Joaquim Pires — Ochope Gomes — Plínio Pompa — Lucenei Ernani — Norval Filho — Diáir Brindeiro — Cícero de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Valtier Franco — Luiz Tinoco — Atilio Vazquez — Alfredo Neves — Pereira Pinto — Aencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Leandro Coelho — Marcondes Filho — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Flavio Guimarães — Gomes de Oliveira — Juo d'Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio. (34).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 34 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Mensagem n.º 285, de 1954

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que no uso da atribuição que me confere os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 1.575, de 1952 (380, de 1952, do Senado Federal) que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e das outras dependências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais.

O Projeto teve origem com a Mensagem n.º 1, de 1952, do Senhor Presidente do referido Tribunal, nos termos do art. 97, n.º II da Constituição.

A alteração proposta tinha por objetivo modificar o Quadro de Pessoal aprovado pela Lei n.º 1.388-A, de 19 de junho de 1951, para o fim de reclassificar os cargos isolados de Chefes de Portaria e Motorista, e reestruturar a carreira de Contínko, além de extinguir todos os cargos de Servente e criar cargos novos, respectivamente, 1 de Zelador padrão K, 2 de Ajudante de Porteiro padrão K, 1 de Motorista padrão J, 1 de Motorista Auxiliar padrão I e 1 de Ascensorista padrão I.

Sobre a proposição, esclarecia, ainda, o Tribunal, em sua Mensagem.

Tais medidas, consubstanciadas no aludido anteprojeto de lei, visam não só atender às necessidades do serviço deste Tribunal, possibilitando melhor organização e maior eficiência na execução dos encargos de portaria, senão também assegurar ao respectivo pessoal situação compatível com a dos que exercem cargos semelhantes nos demais órgãos judiciários Federais.

Para mais perfeito esclarecimento do assunto basta considerar que a providência sugerida

resultará, em última análise, na organização de uma carreira única para o pessoal da portaria (contínuos e eventuais), mas dos os atos e cargos isolados de Chefes de Portaria e Motorista e criando para estes cargos isolados.

Relva pontuar que as alterações propostas, embora importem em pequeno aumento de despesa, não acarretam necessidade de suplementação de crédito uma vez que poderão ser atendidas pelo saldo da própria dotação orgânica.

A iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, correspondendo a simples medida complementar das providências anteriormente consubstanciadas na Lei n.º 1.388-A, de 19 de junho de 1951, permanecendo inalterável, em seus demais aspectos, o Quadro do Pessoal daquele alto Órgão do Poder Judiciário.

A Câmara dos Deputados aprovou, no entanto, substitutivo que importa em completa reestruturação do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, excetuando, por essa forma, o âmbito da proposta e afetando o direito de iniciativa exclusiva que a Constituição reserva, na hipótese, ao Órgão próprio do Poder Judiciário.

Confrontando-se o projeto original com o autógrafo ora submetido a sanção, verifica-se a sua diversidade substancial. Enquanto o primeiro se referia, exclusivamente, ao pessoal da Portaria do Tribunal em apreço, cogita este último de alterar o respectivo Quadro do Pessoal, transformando os cargos, transmutando-lhes a denominação, determinando novas formas de provimento e, finalmente, aumentando vencimentos.

Os quadros que acompanham o autógrafo ora submetido à sanção reestruturam todas as carreiras do Quadro do Pessoal do Tribunal, com elevação dos níveis iniciais e finais respectivamente transformam cargos isolados em cargos de carreira e majoram vencimentos de Chefes de Seção à inteira revelia do mesmo Tribunal. A faculdade da emenda excede, assim, ao conteúdo da iniciativa o que importa, segundo já decidiu o Supremo Tribunal Federal, na representação n.º 164, em sua inconstitucionalidade.

Transformar o cargo de Contínko em padrão J em Contador padrão O, os cargos isolados de Taquigrafo padrão M em uma carreira com a mesma denominação estruturada com as classes M, N e O, fundir nas classes H e I atual carreira de Auxiliar Judiciário estruturada de E e A, cargos e carreiras que não foram objeto da referência na Mensagem do Senhor Presidente daquele órgão judiciário, representa a criação de cargos e o aumento de vencimentos, sem a indispensável iniciativa prevista no item II do artigo 97 da Constituição Federal.

Assim, o entendido o Senado Federal, ao restabelecer o Projeto primitivo, com a redação proposta pelo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por lhe parecer que o projeto emendado pela Câmara dos Deputados estava em desacordo com os preceitos constitucionais.

Torna-se, portanto, manifesta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei, por não se haver verificado a condição essencial da iniciativa, prevista no artigo 97 da Constituição Federal, segundo expressamente no item II do artigo o qual "compete aos tribunais elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provido-lhes os cargos na forma da lei, e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos".

Por outro lado, impõe-se a conclusão de ser inaceitável o Projeto de Lei, do ponto de vista dos interesses nacionais, uma vez que estabelecerá disparidade de tratamento legal com

outros quadros de pessoal administrativo do Poder Judiciário.

São essas as razões que me levam a pedir a sanção ao Projeto de Lei em anexo, e que tenho a honra de submeter à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1954. — *Getúlio Vargas*.

A Comissão Mista incumbida de emitir parecer.

Offícios:

Três, da Câmara dos Deputados, nos ns 1.032, 1.043 e 1.057, encaminhando, respeitivamente, os autógrafos dos seguintes:

Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1954

(2.191-B-52, na Câmara)

Autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves, Edna Iná de Oliveira Vaz e Clélia Inaya de Oliveira Lobo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Tribunal de Contas autoriza a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila de Oliveira Neves, Edna Iná de Oliveira Vaz e Clélia Inaya de Oliveira Lobo, filhas do veterano da guerra do Paraguai, general Antônio Serafim de Oliveira Melo, na forma do que dispõe o artigo 2.º do decreto n.º 89.900, de 24 de maio de 1952.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954

(4.183-A-54, na Câmara)

Aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E é aprovado o Tratado de Amizade e Consulta firmado ao Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953, entre os Governos do Brasil e de Portugal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1954

(3.589-B-53, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E é mantida a decisão do Tribunal de Contas que recusou o registro ao contrato celebrado, em 29 de dezembro de 1952, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Ltda., para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade à margem esquerda do rio Parnaíba, município de Aralótes, Estado do Maranhão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Em 1 de julho de 1954

Senhor Presidente:

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos efeitos, que este Tribunal Superior Eleitoral, em sessão desta data, tomou conhecimento do Recurso de Diplomação n.º 4, interposto contra a diplomação do Senador Antônio Carvalho Guimarães e o seu suplente Francisco Moreira de Sousa, para reformando a decisão recorrida, anulando a expedição dos referidos diplomas, determinando ao Tribunal Eleitoral do Maranhão que, obedecendo os preceitos do Código Eleitoral e ultimada a apuração do respectivo pleito, expeda novos diplomas a quem de direito. Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. — *Edgard Costa, Presidente.*

Publique-se e dê-se conhecimento ao Sr. Senador Carvalho Guimarães.

Dois, do Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes aos seguintes projetos de leis da Câmara, sobre os quais o Sr. Presidente da República não se manifestou no prazo constitucional:

— N.º 236, de 1953, que concede a pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva Juheta Alencar;

— N.º 48, de 1954, que concede a pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 à viúva de Dorval Luiz, ex-coletor federal;

— N.º 88, de 1954, que revoga o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 8.440, de 24 de dezembro de 1945 (que estabelece normas para a aquisição, pelo Banco do Crédito da Amazônia, do acervo das concessões de Belterra e Fordlândia, que pertenceram à antiga Companhia Ford Industrial do Brasil).

E lido e vai a imprimir o seguinte

Parecer n.º 524, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 119-54, que dispõe sobre o foro das causas em que as autoras forem autoras.

Relator: Sr. Flávio Guimarães

O presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, dispõe sobre o foro das causas em que as autoras forem autoras.

Consta, apenas, de três artigos. No 1.º estabelece que as causas em que forem autoras as autoras serão ajuizadas no foro do domicílio do réu e nisso se consubstancia um princípio universal de direito.

No artigo 2.º estatui que, nas comarcas do Interior dos Estados e territórios, a representação das autoras incumba aos seus procuradores ou a mandatários especialmente constituídos. Com essa medida muito se facilitará a solução de casos de interesse dos Institutos de Previdência Social.

O artigo 3.º revoga as disposições em contrário.

Como se vê, trata-se de um projeto cujo mérito é evidente, não havendo, quanto ao seu aspecto constitucional, nada a objetar, somos pela sua aprovação.

Sala Rui Barbosa, em 7 de julho de 1954. — *Dario Cardoso, Presidente.* — *Flávio Guimarães, Relator.* — *Gomes de Oliveira.* — *Anísio Jobim.* — *Camilo Melo.* — *Joaquim Pires.*

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES.

Vivaldo Lima — Georgino Avelino — Ferreira de Souza. — Dural Cruz — Carlos Lindenberg. (5).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Prisco dos Santos. — Alvaro Avelino. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Arêa Leão. — Malthus Olympio. — Olavo Oliveira. — Keiginaldo Cavalcanti. — Ray Carneiro. — Francisco Porto. — Martiniano Fernandes. — Ezequias da Rocha. — João Leite. — Landulpho Alves. — Alcides de Carvalho. — Pinto Alencar. — Sá Tenório. — Cesar Verneiro. — Euclides Vieira. — Sílcio Curro. — João Villasboas. — Vespasiano Martins. — Roberto Glasser. — Alberto Pasqualini (24).

Tendo sido lida no Expediente da presente sessão a Mensagem contendo as razões do veto presidencial no Projeto de Lei que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, convoco as duas Casas do Congresso para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 do mês em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, dele conhecerem, na forma do disposto no art. 70, § 3.º, da Constituição Federal.

Para a Comissão Mista que sobre esse veto deverá emitir parecer designo os Srs. Senadores Bernardes Pinho, Hamilton Nogueira e Luis Tinoco. (Pausa).

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E lido e apoiado o seguinte:

Requerimento n.º 360, de 1954

Na forma do Regulamento, requero a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que se encontra na Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1954. — *Alfredo Neves.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será discutido e votado em seguida à última matéria constante da Ordem do Dia.

Pelo nobre Senador Mozart Lago foi enviado à Mesa um requerimento. (Pausa)

E lido e deferido o seguinte

Requerimento n.º 361, de 1954

Requero, com fundamento na letra "a" do art. 121 do Regulamento Interno, sejam solicitadas ao Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as seguintes informações:

1. Se não será possível, na revisão determinada pelo Sr. Presidente da República, no decreto que instituiu os novos salários-mínimos a vigorarem no País, decreto cuja constitucionalidade o Supremo Tribunal Federal acaba de proclamar — definir com clareza e precisão o direito dos barbeiros e garçons dos restaurantes, dos bares, dos hotéis, das "boltes" e congêneres, a fim de que os mesmos, pelo menos enquanto não for promulgada a lei de participação dos empregados nos lucros das empresas tenham alguma melhoria de vida, usufruindo alguma vantagem dos periódicos aumentos dos preços das serventias e dos serviços dos mencionados estabelecimentos comerciais.

2. Se já não constitui verdadeira declaração de direito ao novo salário-mínimo instituído pelo citado decreto governamental, para os barbeiros e para os garçons, a obrigação em que os mesmos foram colhidos, de contribuírem com maiores percentagens para os Institutos de aposentadoria e pensões, consoante as prescrições do Decreto n.º 35.448, de 1.º de maio de 1954, publicado no "Diário Oficial" do dia 5 do mesmo mês e ano.

Sala das Sessões, 8 de julho de 1954. — *Mozart Lago.*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, primeiro orador inscrito.

Não se achando S. Ex.ª na Casa do a palavra ao nobre Senador Onofre Gomes, segundo orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Não foi revisado pelo orador) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, há poucos dias, um conterrâneo meu, Suplente de Deputado Federal, pelo Estado do Ceará, Dr. Ernesto Gurgel Valente, moço culto e inteligente, dinâmico, conhecedor dos problemas carenses e candidato no próximo pleito à deputação estadual, concedeu a "O Globo" interessante entrevista, que muito diz respeito aos problemas do nosso Estado.

Focaliza o Dr. Ernesto Gurgel Valente, as apreciáveis colheitas, sobretudo as de cereais, em particular milho e feijão, e a muito promissora de algodão. Mostra que a quase totalidade da safra corre o risco de perder-se pela carência ao Estado de possibilidades de defesa do produto colhido.

Os agricultores, geralmente sem capital, plantadores de meação, colhem apenas o milho e o feijão necessário à sua alimentação e os acondicionam em latas de gasolina e querosene, que fecham hermeticamente, uma vez que as dificuldades de transporte não lhes permite levar para os mercados consumidores o restante da produção.

Não tendo como preservar toda a colheita, deixam o excedente nos roçados. Se têm alguma criação, utilizam-no como forragem. E desolador que assim seja, mas incontestavelmente é a realidade no meu Estado, que nunca poderá, por si próprio, estabelecer bases seguras de economia, sobretudo para enfrentar não só os problemas da preservação dos frutos do trabalho, como também conseguir facilidades de escoamento da produção e ao mesmo tempo a possibilidade de aumentar sua defesa com o resguardo, em armazéns capazes de conservar, por algum tempo, o fruto da colheita.

Sr. Presidente, o problema é nacional, talvez inenunciado no grande Estado de V. Ex.ª — mas é problema de uma das maiores nações do Continente, não só do ponto de vista demográfico, senão também econômico, financeiro ou cultural.

Agora mesmo sabemos, através de notícias verídicas, da ameaça que pesa sobre os Estados do Paraná, de Santa Catarina e de Goiás, da perda da quase totalidade das grandes colheitas, pela impossibilidade de armazenar a produção em silos apropriados, e de escoá-la, num tempo razoável, para os mercados consumidores.

Pode-se focalizar, com singularidade, o que ocorre precisamente no Ceará no que diz respeito a esses dois cereais, alimentos fundamentais da população. Por esta forma o feijão — que chegou à quase não existir no meu Estado — era importado no alto preço de Cr\$ 8,00 o quilo, e o nacional, vendido enquanto houve, ao preço mais ou menos de Cr\$ 4,00. A carência, entretanto, era grande, e chegou à quase inexistência. Vieram as chuvas, porém, e a terra, descansada durante três anos pelas secas compensou os amplos plantios, e as colheitas, além de compensadoras, acarretaram a queda dos preços do feijão plantado no Estado, para Cr\$ Cr\$ 0,80.

Nestas condições, os plantadores, com o feijão a esse preço, assim como o milho, só colhem, como inicialmente expus, o indispensável às suas necessidades durante o ano, por um processo primário de enlatamento em vasilhas, que, em geral, são latas de querosene, de gasolina ou de alguns óleos, bem limpas.

Ninguém ignora que o problema econômico nacional, no qual se inclui um tanto agravado o carense, pelas condições climáticas inseguras, se consubstancia principalmente no fomento da produção. Na base deste fomento existe outro problema preliminar, básico, que é o da produtividade, podendo-me que se deve compreender por este conceito, não

apenas o aumento, através do fomento, mas, igualmente, o melhoramento da qualidade da produção, de forma a que o rendimento da melhor qualidade, aliado à maior quantidade, permita preços compensadores, não esmerilhantes para o consumidor.

O problema fundamental pode resumir-se dizendo: produzir bem, ou seja, melhorar a produtividade. Só se pode, porém, melhorá-la, trabalhando bem. Temos aí, a tarefa antecipada ao problema preliminar da produtividade, de deixar os produtores em condições de realmente bem trabalharem, o que só se pode conseguir — em vista do nível baixo de possibilidades de capitais, das poucas luzes de quem se ocupa dos afazeres agro-pecuários no Brasil, particularmente no nordeste, onde campeia o analfabetismo — proporcionando-lhes recursos financeiros mais amplos. Com o ensino realmente ministrado por numeroso corpo de professores, que talvez se tenha de formar, será possível ensinar a bem trabalhar.

Em síntese, é problema de verdadeira criação da economia em moldes mais racionais do que aqueles que têm credulidade à nossa maneira de conceber. Não é de esperar que, do pé para a mão, de um instante para outro, possamos dar solução razoável a tal conjunto de assuntos econômicos. Pode-se, entretanto, cogitar de, quanto possível, melhor atender às necessidades do trabalhador no setor agro-pecuário.

Das observações do meu inteligente contemporâneo conclui-se haver possibilidade de, com medida relativamente simples e que exija pequeno recurso financeiro, preservar o desperdício de cerca de 12 mil toneladas de cereais — milho e feijão. E, com a sugestão apresentada, os lucros resultantes da defesa dessa 12 mil toneladas de cereais, numa base aproximada de 50 a 60%, serão levados diretamente aos verdadeiros criadores da produção, aos plantadores agro-pecuários.

Não é possível, Sr. Presidente, chegarmos ao absurdo de querer eliminar o intermediário do produtor e dos mercados consumidores, porque nada mais significaria do que banir-se o comércio.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. ONOFRE GOMES — Com muito prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — A não ser que se fizesse o comércio através de cooperativas, seria a única maneira de eliminar-se o intermediário.

O SR. ONOFRE GOMES — V. Ex. apresenta uma solução boa porém complementar, porque, no dia em que a produção for vendida pelas cooperativas, sendo os respectivos lucros distribuídos pelos cooperativados, surgirá um problema de gravidade talvez maior do que o apresentado no momento, e que se poderá resumir na pergunta: onde irá o Estado buscar recursos financeiros para pagar suas despesas, se abre mão do comércio, sobre o qual lança os impostos e taxas que revertem ao Tesouro, para fazer face às despesas públicas? Só há uma solução, mesmo com a medida ótima, inteligente, que V. Ex. apresenta, o lançamento de impostos sobre as cooperativas.

O Sr. Gomes de Oliveira — Ou sobre a propriedade, como querem os georgistas, caminhando para a grande espoliação do imposto único sobre a terra.

O SR. ONOFRE GOMES — Meu caro colega, o georgismo é medida encarada pelos povos evoluídos, com alta consciência dos problemas da terra disposta de capitais para investir na sua solução. No Brasil, o caso é diferente, pela inexistência de recursos a serem investidos em grande escala na organização e fomento da produção, através do melhoramento da produtividade, sob o aspecto que focalizei: aumento da produção e melhoria de qualidade, sem o que não

será possível comparecermos aos mercados em um regime de concorrência. Embora se deseje caminhar na direção do georgismo e do cooperativismo o intercâmbio de interesses no mundo se encontra no comércio, a meu ver o único poder real existente, de vez que o próprio Estado, mesmo sob seu aspecto político, está absolutamente subordinado às atividades comerciais. Podemos prever, talvez para dentro de dois séculos, quando todas as nações atingirem um grau de progresso comparável ao atual dos Estados Unidos, melhores soluções técnicas para os problemas básicos da produção, diminuindo extraordinariamente o preço de venda aos consumidores sem que, entretanto, os lucros cresçam a um grau que comprometa as próprias empresas produtoras; porque, se tal ocorrer, fatalmente virá o desastre.

Todos os governos se preocupam em buscar solução aliás já encontrada por vários povos, inclusive os Estados Unidos — para esse problema, e adotá-la o mais cedo possível. Não quer dizer, entretanto, que seja amanha ou depois. No caso do Brasil, por exemplo, poderá advir, com grande dose de boa vontade, dentro de cinquenta a sessenta anos, por meio de menor período, não se dará ao país uma rede rodoviária e ferroviária, do porte de vanguarda, de 30% (normalmente existentes nos Estados Unidos) assegurando giro rápido à produção. Sem que se possa assegurar à produção esse giro rápido, que representa capital, das fontes produtoras aos mercados consumidores nacionais ou estrangeiros, ainda que se possa melhorar relativamente a situação do momento, quanto à economia, a solução não será definitiva.

Sem esses meios de transporte rápidos, tecnicamente explorados e devidamente administrados, de forma a acelerar-se o ciclo da produção, isto é, fonte produtiva e mercados consumidores — os rendimentos financeiros das decorrentes não permitirão aos governos angariar fundos para, com segurança, aumentarem gradativamente estes dois elementos, e nem se alcançará o objetivo visado.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex. um aparte. No transcorrer do seu discurso, V. Ex. comparou o progresso do Brasil com o dos Estados Unidos, calculando cinquenta anos para que possamos equiparar-nos a aquele país.

O SR. ONOFRE GOMES — Tenho essa impressão; ainda assim, se trabalharmos ativamente e honestamente.

O Sr. Gomes de Oliveira — Reporto-me à opinião do escritor Roy Nash, velada numa obra de título um tanto agressivo: "Conquista do Brasil", sendo, no entanto, o autor muito simpático à nossa terra. Comparando o progresso dos dois países, disse que o Brasil precisaria de cem anos, trabalhando bem, para chegar ao nível de progresso dos Estados Unidos. Devo haver enganado, pois, com a técnica moderna, acredito possamos atingir esse nível de progresso em menor tempo.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte do ilustre colega.

O Sr. Flávio Guimarães — Atente bem V. Ex. Tanto a previsão de um século do escritor americano como a do nobre colega, de 50 anos, são um pouco precárias porque tudo está em função da riqueza nacional. Se tivermos petróleo e este for largamente explorado no Brasil, a riqueza aumentará e, consequentemente, diminuirá o prazo previsto.

O SR. ONOFRE GOMES — Não acredito que o prazo possa baixar em cinquenta anos, porque — permitam-me o meu nobre colega Senador Gomes de Oliveira responder depois o seu aparte — pouco afiança o progresso técnico quando, por isso, não há o elemento humano, trabalhador, recebendo a preparação necessária e segura para empregar jus-

tamente o progresso dessa técnica. Não adianta entregarmos máquinas agrícolas a quem não as sabe manejar. E é o que está acontecendo em grande parte do Brasil.

Númerosas máquinas são encostadas por se quebrarem, muitas vezes com 30 dias de uso. Como não há artífices em condições de reparar a maquinaria deteriorada grande porcentagem dela fica definitivamente encostada. Ainda há essa agravante do problema: os países altamente evoluídos aplicam, consequentemente, seus conhecimentos científicos no processo técnico, particularmente os Estados Unidos e o Canadá que são dois grandes empórios fornecedores de máquinas operatrizes para todas as atividades industriais e agrícolas. No seu anseio de perfeição, de ano para ano, lançam tipos diferentes e mais aperfeiçoados. Há, muitas vezes, diferenciações sensíveis em órgãos essenciais dessas máquinas; e sendo a colocação da produção quase que total em seus próprios mercados, eles não se preocupam em conservar as linhas dos modelos anteriores aos já aperfeiçoados.

Compra-se, hoje, certa máquina agrícola, — vamos dizer na base de 300 mil cruzeiros — de determinado modelo; se for preciso adquirir peças de substituição para essa máquina após 24 meses de uso, hipótese possivelmente exagerada, talvez não as encontrem, por não serem mais fabricadas. A empresa vendedora só se compromete a fornecer peças essenciais até doze meses depois de adquiridas as máquinas. Não interessa mais aos povos evoluídos, que mudam quase que anualmente de modelo, manter capital numa linha de produção de peças desatualizadas, cujo fabrico exigiria preços de custo talvez incompatíveis com a colocação do produto nos mercados.

Agora permita-me o nobre Senador Gomes de Oliveira focalizar um ponto do seu aparte. S. Ex.^a referiu-se a Roy Nash, adido cultural norte-americano no Rio de Janeiro, que aqui lançou a edição em português do seu livro "A Conquista do Brasil". Lido, anotando-o minuciosamente, talvez em condições de apresentar estudo analítico, correspondente a um fêcho das suas páginas, que devem andar entre quatrocentos e oitenta a quinhentas. Adquiri A Conquista do Brasil na Livraria do A. Globo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Incontestavelmente, por ocasião do lançamento da obra, as teses de Roy Nash eram integralmente verdadeiras; apenas o cômputo do tempo para a solução dos problemas focalizados era um tanto otimista, pois, em virtude da sua mentalidade norte-americana, o autor o calculara em estalão reduzido.

Ante a leitura do livro, nós, brasileiros, mais ou menos conhecedores do nosso país e das dificuldades para a solução de vários problemas, — à medida que tomávamos conhecimento dos prazos pelo publicista norte-americano atribuídos à conclusão dos problemas, aconselhando-nos a inteligência a ampliar os prazos, porque tínhamos a convicção de que, dentro de período, só poderíamos concluir a tarefa orientados por magníficos esquemas de professores de numerosíssimos ramos de ensino, de instrutores que aplicassem à espécie todos os seus conhecimentos práticos.

Ora, sabemos, pela experiência própria, o quanto isto tem sido difícil, quase impossível, entre nós. Despertamos, como nação, num mundo cuja cultura se caracterizava, particularmente, por preocupações intelectualistas de ciência, filosofia e letras. Mas o mundo se transformou e dos conhecimentos científicos, embora baseados e assentados naquela cultura anterior, apossaram-se os povos novos, sobretudo os norte-americanos; daí presenciarmos a diferença de situação dos homens em menos de um século.

Consiste essa diferenciação no aperfeiçoamento e no rápido progresso de todas técnicas, iniciados com a revolução industrialista inglesa, mas, realmente, impulsionados e desenvolvidos, moderadamente, nos Estados Unidos e no Canadá.

Entrou-se, assim, numa fase de industrialização ampla e acelerada. Quem diz indústria, automaticamente está dizendo ciência aplicada, através da técnica. Indústria não é mais do que a realização dos conhecimentos científicos através de uma técnica que ela intermediariamente cria, para chegar ao campo prático das realizações, em todos os ramos de atividade, inclusive na aplicação dos princípios pedagógicos, encarando o ensino, não só como fonte de aperfeiçoamento e embelezamento da inteligência, mas também como instrumentação da orientação racional do que existe de fundamental nas sociedades, ou seja a preparação do homem para bem trabalhar.

Sr. Presidente, fui um tanto desviado do meu objetivo, que era focalizar a entrevista do meu contemporâneo Gurgel Valente, a respeito da possibilidade de, com recursos relativamente pequenos, evitarmos a perda de cerca de doze mil toneladas de cereais, milho e feijão, apenas no Ceará.

Como disse de início, os preços desses cereais caíram verticamente desde que choveu no Nordeste. O feijão baixou, o da terra, como se diz, caiu de Cr\$ 4,00 para Cr\$ 0,80. Mas, calculadas doze mil toneladas de cereais poupados na base de 80 centavos o quilo, perfazem parcela vultosa para um Estado de poucos recursos como o Ceará.

Para atingir-se tal objetivo, bastaria a construção até novembro do ano em curso, porque as colheitas se prolongam até fins de outubro — de cerca de doze mil silos, os quais poderiam ser fabricados com folhas produzidas em Volta Redonda e nos próprios municípios cearenses. A operação seria financiada pelo Banco do Nordeste, em parcelas insignificantes, retiradas das 3 ou 4 bilhões de cruzeiros que o Conselho de Administração dos ágio determinasse fossem aplicados na agricultura.

Desse montante tiraríamos, apenas, 12 milhões de cruzeiros para, num crédito rotativo à disposição do Banco do Nordeste, permitir-se o fornecimento aos agricultores cearenses.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os timpanos) — Permite-me lembrar ao nobre Senador que faltam dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. WALDEMAR PEDROSA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a consulte o Senado sobre a prorrogação da hora do expediente pelo prazo regimental, a fim de que o nobre Senador Onofre Gomes possa prosseguir nas suas considerações.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Waldemar Pedrosa.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Waldemar Pedrosa a iniciativa de solicitar a prorrogação da hora do expediente, e ao Senado, havé-la concedido.

Como se vê, a operação reclama financiamento módico e seria efetuada através de estabelecimento bancário do Estado, já em funcionamento, com critério rotativo, de forma a, no primeiro ano, se distribuírem aos agricultores e plantadores do Ceará doze

mil silos, pagáveis em doze meses. Em quatro anos, seriam construídos quarenta e oito mil silos de uma tonelada, e, consequentemente, quarenta e oito mil toneladas de cereais poupadas ao desperdício, sem nenhum ônus para o Tesouro, porque inclusive os juros de dois por cento, com que o Conselho de Aplicação dos Agios faz girar os fundos de três a quatro bilhões de cruzeiros, seriam indenizados pelos agricultores no prazo de doze meses.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a solução parcial, vantajosa e segura na sua realização. Garante o aproveitamento da produção que sobra das necessidades de cada plantador, até então obrigado a utilizá-la como forragem para as pequenas criações, de vez que não dispunha de meios para armazená-la, preservando-a.

Sendo a operação realizada por meio de financiamento de órgão competente estatal de órgão bancário regional — O Banco do Nordeste — que tem atribuição precípua para enfrentar tais problemas, e constituindo o financiamento um crédito rotativo, renovado de doze em doze meses, incluídos os juros de 2% ao ano, a solução, embora não sendo o ovo de Colombo, e a que a todos os apreciata como de absoluta conveniência.

Assim, Sr. Presidente, apelo desta tribuna ao Sr. Ministro da Fazenda para que, atendendo à nossa exposição, atue junto ao órgão competente que acaba de ser criado — o Conselho de Aplicação dos Agios da Licitação Cambial às Atividades Agrícolas, no sentido de, através do Banco do Nordeste, facilitar a aquisição de silos de uma tonelada aos agricultores, cearenses no momento, que se encontram ameaçados de perder a quase totalidade dos frutos do seu trabalho aplicado na agricultura, na fase de chuvas ultimamente caídas com certa regularidade e abundância no Nordeste, mesmo no Ceará.

A solução é perfeitamente viável, prática e, ampliada, talvez servisse de ponto de partida para, resolver temporariamente, enquanto não for possível ao Governo Federal, aliado aos governos estaduais e municipais, construir os grandes armazéns, em condições técnicas para guarda e defesa do excesso da produção das safras. Regulando o ritmo de escoamento da produção das suas fontes aos mercados consumidores, e levando em conta a precariedade dos meios de transporte, seria possível cooperar com os agricultores, em particular, para que não desanimem, nem abandonem as atividades da agricultura e da pecuária. (Muito bem; muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Onofre Gomes, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Alfredo Neves, Francisco Galloiti e Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa acaba de receber solicitação, formulada por um dos nobres membros desta Casa, no sentido de ser realizada hoje uma sessão secreta.

Atendendo ao solicitado, e nos termos do artigo 27, letra c, combinado com o artigo 92, do Regimento Interno, transformo em secreta a presente sessão, que voltará a tornar-se pública oportunamente, para apreciação da matéria da Ordem do Dia.

A sessão transforma-se em secreta às 15 horas e 45 minutos e volta a ser pública às 17 horas e 15 minutos, sob a presidência do Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão pública. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 135, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954, do Sr. Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15-6-1954); tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18-6-54), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21-6-1954), oferecendo substitutivo; e pareceres das mesmas Comissões sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

A votação deste projeto foi interrompida na sessão de ontem quando a Mesa consultava o plenário sobre uma questão de ordem formulada pelo nobre Senador Alfredo Neves. Vai ser renovada a consulta.

O SR. ALFREDO NEVES

(Pela ordem) — Sr. Presidente, deixo da questão de ordem que ontem formulei.

O SR. PRESIDENTE — Tendo o Sr. Senador Alfredo Neves desistido da questão de ordem, prosseguirá a votação das emendas.

Há sobre a mesa requerimento de destaque do nobre Senador Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se sobre a mesa vários requerimentos de destaque e de urgência que vão ser submetidos à consideração do Plenário.

O SR. MOZART LAGO:

Sr. Presidente, existindo entre esses requerimentos dois de minha autoria, solicito de V. Ex.ª a retirada de ambos.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Senador Mozart Lago retira os requerimentos de sua autoria.

O SR. DARIO CARDOSO:

Sr. Presidente, também solicito a retirada dos requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa deferiu o pedido do nobre Senador Dario Cardoso.

O SR. WALDEMAR PEDROSA:

Sr. Presidente, solicito a retirada, igualmente, dos requerimentos de destaque e preferência por mim apresentados.

O SR. PRESIDENTE:

Deferida a solicitação do nobre Senador Waldemar Pedrosa.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Dario Cardoso, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 362, de 1954

Nos termos do art. 125, letra h, do Regimento Interno, requeremos votação em globo das emendas e subemendas que aguardam pronunciamento do Plenário, ao Projeto de Resolução número 6, de 1952.

Sala das Sessões, em 8 de julho de 1954. — Dario Cardoso.

Em votação o requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O requerimento que acaba de ser aprovado, e pela votação em globo das emendas e subemendas ao Projeto.

Em votação as emendas.

Os Senhores Senadores que as aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

São rejeitadas as seguintes

EMENDA N.º 1

SUBSTITUTIVA

Art. 1.º As atuais carreiras de "Oficial Legislativo" e "Taquiografia" passam a vigorar de acordo com as tabelas que acompanham a presente emenda substitutiva:

Padrão	N.º de cargos
PL-3 — Oficiais Legislativos	
Assistentes	8
O —	14
N —	21
M —	24
L — (6 que passam para a taquiografia)	22

Art. 2.º O acesso decorrente da presente alteração será feito automaticamente apostilados os títulos dos funcionários ora beneficiados, independente de interstício.

Art. 3.º A carreira de Taquiógrafo do Senado Federal terá a seguinte classificação:

Padrão	N.º de cargos
PL-3 — Taquiografos superiores	6
PL-4 — Taquiografos revisores	6
O — Taquiografos	6
N — Taquiografos	6
M — Taquiografos	6
L — Auxiliares de Taquiografos	6

Art. 4.º Os antigos taquiografos auxiliares, reclassificados na classe L, em virtude da Resolução n.º 2, de 1952, serão promovidos à classe M, que será a inicial da carreira.

Art. 5.º A classe L da carreira de Taquiógrafo será preenchida pela promoção de todos os seus atuais oficiais legislativos que servem como auxiliares da taquiografia há mais de 3 anos.

Art. 6.º O cargo isolado de provimento efetivo, de Assessor Técnico de Orçamento, passa a denominar-se Assessor Técnico de Finanças.

Parágrafo único. Padrão de vencimentos do referido cargo corresponderá ao do 1.º ou classe imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço.

Art. 7.º Esta Resolução entrará em vigor no dia de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 1 (Substitutivo da Comissão de Finanças)

Primeira

Acrescente-se, na Emenda n.º 1, após o art. 6.º, um artigo com a seguinte redação:

"Art. Ficam criados, no Quadro da Secretaria do Senado Federal, e com exercício na Comissão de Constituição e Justiça, três (3) cargos isolados de provimento efetivo de Assessor Técnico de Legislação, cujo padrão de vencimentos será igual ao dos Assessores Técnicos da Comissão de Finanças."

§ 1.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará por

indicação da Comissão de Constituição e Justiça dentre os funcionários da Secretaria do Senado, portadores de diploma de bacharel em Direito.

§ 2.º Os Assessores Técnicos de Legislação terão horário de trabalho fixado de acordo com as conveniências do serviço da Comissão de Constituição e Justiça, a juízo de seu Presidente. — Gomes de Oliveira.

2.ª Subemenda à Emenda n.º 1 (Substitutivo da Comissão de Finanças)

Substituem-se os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Emenda n.º 1 pelos seguintes:

Art. 4.º A carreira de Taquiógrafo fica assim constituída:

Classe	N.º de Cargos
PL-1 — Taquiógrafo Revisor	2
PL-3 — Taquiógrafo Supervisor	2
O — Taquiógrafo	5
N — Taquiógrafo	6
M — Taquiógrafo	6 (4 excedentes)

§ 1.º Os atuais taquiografos "L" passarão a integrar, como excedentes, a classe "M".

Art. 5.º Os Oficiais Legislativos lotados na Diretoria de Taquiografia, a data da publicação desta Resolução, que o requerem no prazo de um mês, serão aproveitados como Auxiliares de Taquiografos, classe "L", sendo restabelecidos os cargos para esse fim necessários.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 1 Segunda

Art. Ficam criados 2 (dois) cargos isolados, de provimento efetivo, padrão "O", de Contador, que serão providos por funcionários da Secretaria do Senado portadores de diploma de graduação em registrado no Ministério da Educação.

3.ª Subemenda à Emenda n.º 1 (Substitutivo da Comissão de Finanças)

Acrescente-se onde convier:

Art. E' criado no Quadro da Secretaria do Senado Federal, 1 (um) cargo de Auxiliar de Zelador do Arquivo padrão "J" isolado.

Diga-se "PL-4".

A Comissão, a seguir, passa a apreciar as 23 emendas de plenário e subemendas da Comissão de Constituição e Justiça:

EMENDA N.º 2

Acrescente-se onde convier:

Art. E' criado no Quadro da Secretaria do Senado Federal, 1 (um) cargo de Auxiliar de Zelador do Arquivo padrão "J" isolado.

Parágrafo único. Para a vaga decorrente da criação do cargo de que trata o artigo acima, será aproveitada, de preferência, um dos atuais contínuos ou servidores em serviço no Senado.

EMENDA N.º 3

Acrescente-se onde convier:

Art. Ficam criados 15 cargos isolados de provimento efetivo, símbolo PL-3, de Assessor Técnico das Comissões Permanentes, 1 Assessor Jurídico do Pessoal, Símbolo PL-3 e 3 Assistentes da Ata, Símbolo PL-4.

Parágrafo único. Os cargos de Assessores Técnicos e de Assessor Jurídico a que se refere o artigo anterior, serão preenchidos pelos atuais funcionários efetivos da Secretaria do Senado, portadores de diploma de curso superior universitário, que satisficam os requisitos exigidos pelas instruções a ser m batadas pela Comissão Diretora.

seguinte sub-emenda:

Onde se diz:
Assessor técnico e assessor jurídico — PL-3, diga-se PL-4 (12.000,00) e assistente a ata, em vez de PL-1, diga-se: — PL-8 (10.000,00).

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 3

Onde se diz, "A Assessor Técnico e assessor jurídico do pessoal PL-3", diga-se "Assessor Técnico e Assessor Jurídico do pessoal PL-8".

EMENDA N.º 4

Acrescente-se onde convier.
Art. Fica criado — (n.º) cargo isolado de provimento efetivo, Símbolo PL-4 de Assessor Técnico da Comissão de Educação e Cultura.
Parágrafo único. O cargo a que se refere o artigo anterior será provido mediante indicação da Comissão de Educação e Cultura.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 4

Onde se diz, "Símbolo PL-4, diga-se: Padrão P. L. 8".

EMENDA N.º 5

Emenda ao Substituto da omissão de Finanças

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952.

Substitua-se os arts. 1.º e 2.º do substitutivo pelos seguintes, mantendo-se os demais artigos:

Art. 1.º É criada, no quadro de funcionários da Secretaria do Senado, a carreira de "Assistentes de Diretores", intermediária entre a de "Diretores" e a de "Oficial Legislativo", constituída de:

Classe PL-3 — 8 cargos
Classe PL-4 — 9 cargos.

Art. 2.º A carreira de "Oficial Legislativo" fica assim constituída:

Classe "O" — 12 cargos.
Classe "N" — 24 cargos.
Classe "M" — 24 cargos.
Classe "L" — 32 cargos.

Art. 3.º É privativa dos "Oficiais Legislativos" obedecida a sua classificação nos termos do art. 2.º, o provimento sucessivo dos cargos das classes previstas no art. 1.º.
Parágrafo único. Para o acesso, é dispensável a exigência de interstício.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 5

Substitua-se o art. 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º São criados no quadro de funcionários da Secretaria do Senado, oito (8) cargos de "Assistente de Diretor", padrão P. L. 7, um para cada uma das atuais Diretorias e a Secretaria da Presidência.

EMENDA N.º 6

Acrescente-se onde convier.

Art. — Os cargos de Redator de Anais e Documentos Parlamentares e os de Redator Revisor são classificados no Padrão PL-4.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 6

Onde se diz, "P. L. 4, diga-se: "P. L. 8".

2.ª SUB-EMENDA À EMENDA 6

Onde se diz: "PL-4" diga-se: "PL-7".

EMENDA N.º 7

Ao artigo: Onde se diz: "PL-4", diga-se: "PL-3".

EMENDA N.º 8

Ao Substituto ao ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952.

Acrescente-se onde convier:
Art. — Os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e os Redatores Revisores, passarão a ter o mesmo padrão ou símbolo de vencimentos que venham ter os Assessores Técnicos de Orçamento.

EMENDA N.º 9

Ao Projeto de Resolução do Senado n.º 6, de 1952.

Acrescente-se onde convier:

"Fica criado, no Senado Federal, o cargo isolado de provimento efetivo, padrão L, de mimeografista".

EMENDA N.º 10

Acrescente-se, onde convier, no Projeto ou Substituto:

Art. É assegurado ao Taquígrafo-Revisor símbolo imediatamente superior ao que for atribuído aos atuais oficiais legislativos padrão "O".

Art. Aos cargos de Taquígrafos-Supervisores, que forem criados, corresponderá o símbolo imediatamente superior ao do Taquígrafo-Revisor.

EMENDA N.º 11

Acrescente-se onde couber:

Fica ampliado para cinco, o número de assessores técnicos da Comissão de Finanças, que passará a denominar-se "Assessores Técnicos de Finanças".

1.º — Os cargos a que se referem esse artigo terão padrão de vencimentos imediatamente inferior ao do Diretor de Serviço.

2.º — Os dois novos cargos criados serão preenchidos por candidatos indicados pela Comissão de Finanças, escolhidos entre pessoas de notório saber sobre assuntos monetários, de crédito e cambiais, que comprovem experiência adquirida no exercício de funções de chefia em órgãos orientadores da política monetária e de crédito.

EMENDA N.º 12

Ficam dispensadas de interstício as promoções resultantes da Resolução número 12, de 1954.

EMENDA N.º 13

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1954.

Acrescente-se:

Art. Para atender às necessidades do policiamento do edifício-sede do Senado e suas dependências, é criada a carreira de Agente de Segurança, constituída da forma abaixo:

Classe	N.º de cargos
Classe N	2
Classe M	2
Classe L	2
Classe K	3
Classe J	3

Art. O primeiro provimento dos cargos a que se refere o artigo anterior será feito com aproveitamento dos servidores do Departamento Federal de Segurança Pública que, à data da publicação desta Resolução, estiverem à disposição do Senado Federal, observada, para o seu enquadramento nas classes dessa carreira, a partir da de nível mais elevado, a classificação hierárquica que atualmente têm, no quadro a que pertencem, e, entre os de igual situação, os critérios para desempate em antiguidade.

Art. O cargo de Chefe de Segurança, padrão "N", fica transformado em função gratificada, correspondente ao símbolo PG-3, a ser exercida por funcionário do Senado possuidor de diploma de Bacharel em Direito.

EMENDA N.º 14

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, ou aos substitutivos que lhe forem oferecidos.

Inclua-se onde convier:

Art. Ficam criados, no Quadro da Secretaria e com exercício na Diretoria da Ata, três (3) cargos isolados de provimento efetivo, de Redator da Ata, com o padrão equivalente aos dos Redatores-Revisores e Redatores de Anais.

Parágrafo único. Os Redatores de Ata serão nomeados pela Comissão Diretora dentre os Oficiais Legislativos do Senado, atendido o exercício em funções de redação da ata impressa publicada no "Diário do Congresso Nacional".

EMENDA N.º 15

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952.

Acrescente-se:

Art. Os cargos de Conservador da Biblioteca e Auxiliar de Conservador da Biblioteca terão os vencimentos correspondentes aos padrões "M" e "L", respectivamente.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 15

Onde se diz: "correspondentes aos padrões M e L", diga-se: "correspondentes às classes K e J".

EMENDA N.º 16

(Subemenda à emenda substitutiva apresentada perante a Comissão de Finanças)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo:

Artigo. O cargo isolado, de provimento efetivo, de Assessor Técnico de Orçamento, passa a denominar-se Assessor Técnico de Finanças.

Parágrafo único. O padrão de vencimento do referido cargo corresponderá ao padrão ou classe imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 16

Substitua-se o parágrafo pelo seguinte:

Parágrafo único. O padrão de vencimentos do referido cargo será o do "PL-4".

EMENDA N.º 17

Acrescente-se onde convier:

a) Criação do Cargo de Contador.

EMENDA N.º 18

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, ou aos substitutivos.

Acrescente-se:

Art. Para as promoções que se devam fazer em consequência desta Resolução e da de n.º 15, de 1954, é dispensada a exigência regulamentar de interstício.

EMENDA N.º 19

Art. Ficam efetivados os ocupantes interinos de cargos isolados ou de carreira, observada a existência de vagas nos respectivos quadros.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 19

Dê-se à Emenda n.º 19 a seguinte redação:

"Art. Ficam efetivados os atuais ocupantes interinos de cargos de carreira, desde que se submetam a prova de habilitação ou concurso de títulos".

EMENDA N.º 20

Acrescente-se onde convier:

"Art. É equiparado ao cargo de Ajudante de Zelador, padrão N, o cargo de electricista-chefe".

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 20

Acrescente-se no artigo, a emenda n.º 20 após a palavra "electricista-chefe", o seguinte:

"atribuindo-se ao electricista o padrão L". — Waldemir Pedrosa.

EMENDA N.º 21

Ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1953, ou aos substitutivos que lhe forem apresentados.

Acrescente-se:

O Ajudante do Zelador do Patrimônio terá os vencimentos do padrão N.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 21

Onde se diz, Padrão N, diga-se: "classe M".

EMENDA N.º 22

(Substitutiva)

Art. 1.º As atuais carreiras de "Oficial Legislativo" e "Taquígrafo"

passam a vigorar de acordo com as tabelas que acompanham a presente emenda substitutiva:

Padrão	N.º de cargos
PL-3 — Oficiais Legislativos Assistentes de Diretor	8
PL-4 — Oficiais Legislativos Assistentes de Diretor	9
O — Taquígrafos	14
N — Taquígrafos	21
M — Taquígrafos	24
L — Taquígrafos	32

Art. 2.º O acesso decorrente da presente alteração será feito automaticamente, aposados os títulos dos funcionários ora beneficiados, independente de interstício.

Art. 3.º A carreira de Taquígrafo do Senado Federal terá a seguinte classificação:

Padrão	N.º de cargos
PL-3 — Taquígrafos supervisores	6
PL-4 — Taquígrafos revisores	6
O — Taquígrafos	6
N — Taquígrafos	6
M — Taquígrafos	6

Art. 4.º Os antigos auxiliares de Taquígrafia, reclassificados na classe L, em virtude da Resolução n.º 2, de 1952, só poderão ser promovidos à classe M, que será a inicial da carreira.

Art. 5.º A classe L da carreira de Taquígrafo será extinta após a promoção de todos os seus atuais ocupantes à classe imediatamente superior, de conformidade com que dispõe o artigo anterior.

Art. 1.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 22, um artigo com a seguinte redação:

Art. 1.º Ficam criados os nove (9) cargos de Assessor Técnico, com a seguinte distribuição: três (3) para a Comissão de Constituição e Justiça; um (1) para a de Economia; um (1) para a de Serviço Público Civil; um (1) para a de Legislação Social; um (1) para a de Educação e Cultura; um (1) para a de Relações Exteriores; e um (1) para a de Redação.

§ 1.º Os Assessores Técnicos terão padrão de vencimentos igual aos dos Assessores Técnicos da Comissão de Finanças.

§ 2.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará mediante indicação das respectivas Comissões, dentre os funcionários da Secretaria do Senado, atendida quanto às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social a exigência do diploma de bacharel em Direito.

§ 3.º No exercício de suas funções, os Assessores Técnicos ficarão subordinados aos Presidentes das respectivas Comissões, os quais lhe fixarão a forma e o horário de trabalho.

EMENDA N.º 23

(Substitutiva)

Substitua-se o projeto pelo seguinte O Senado Federal resolve:

Art. 1.º O quadro de sua Secretaria passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. A carreira de Oficial Legislativo passa a ter a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
10	O
20	N
20	M
25	L
30	K

§ 1.º Os cargos iniciais da carreira de Oficial Legislativo, classe K, serão extintos à proporção que se vagem.

§ 2.º O provimento da classe inicial da carreira de Oficial Legislativo, classe L, se fará mediante concurso interno de títulos e provas, a que concorrerão preferencialmente os dactilógrafos, classe K.

Art. 3.º Fica restabelecida a carreira de dactilógrafo, com a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
14	K
26	J

§ 1.º Inicialmente só serão preenchidos 12 (doze) dos cargos ora criados, os quais deverão ser lotados nas Diretorias da Ata e da Taquígrafia.

§ 2.º O preenchimento dos demais cargos será feito à medida que se derem vagas na classe K da carreira de Oficial Legislativo, obedecida a ordem de classificação em concurso de provas.

§ 3.º Os dactilógrafos só poderão exercer a função que lhes é própria, não se lhes contando o tempo para antiguidade quando delas afastados.

Art. 4.º O número atual de Assessores Técnicos fica elevado a 8 (oito), com a seguinte distribuição: 3 (três) para a Comissão de Finanças; 3 (três) para a Comissão de Constituição e Justiça; 1 (um) para a de Economia e 1 (um) para a de Serviço Público Civil.

Art. 5.º Fica criada a carreira de Oficial Bibliotecário, com a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
1	O
2	N
3	M

Parágrafo único. Um dos cargos de classe N da carreira de que trata este artigo só poderá ser preenchido após vagar 1 (um) cargo classe O, exceto quando se tratar de extinto.

Art. 6.º Fica, igualmente, criada a carreira de Arquivologista, com a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
1	O
2	N
2	M

§ 1.º Os cargos de Oficial Bibliotecário e Oficial Arquivologista serão preenchidos mediante concurso de provas e títulos.

§ 2.º O cargo de Zelador de Arquivo, padrão O, será extinto quando vagar.

Art. 7.º A atual Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares passa a denominar-se Diretoria das Publicações e os Redatores Revisores e Redatores de Anais e Documentos Parlamentares integrarão esta Diretoria, com a denominação de Redatores, mantidos no padrão O.

§ 1.º Os Redatores passarão a constituir carreira, com a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
3	O
5	N
6	M

§ 2.º Os atuais cargos de Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e Redatores Revisores serão suprimidos à proporção que se vagem.

§ 3.º Aos Redatores caberão a revisão de provas de discursos, pareceres, avisos e relatórios, a redação e revisão dos índices dos Anais, quer se trate da Coletânea Mensal da Seção II do Diário do Congresso Nacional, quer dos Anais propriamente ditos.

Art. 8.º O atual cargo de Ajudante de Zelador do Patrimônio passará ao padrão M, cabendo-lhe a função de Administrador do Edifício logo se aposente o atual ocupante.

Art. 9.º Os cargos de médico e enfermeiro ficam, respectivamente, classificados nos padrões O e K.

Art. 10. São criados, em Comissão, 2 (dois) cargos de Assistente de Diretor da Ata, padrão O, escolhidos dentre oficiais legislativos, sem prejuízo de acesso na respectiva carreira.

Art. 11. Ficam suprimidos, quando vagarem, os cargos de oficial legislativo, classe K; de Zelador do Arquivo, padrão O; de Ajudante de Zelador do Patrimônio, padrão J; de Ajudante de Almoxarife, padrão J.

Art. 12. A carreira de Taquígrafo passa a ter a seguinte classificação:

N.º	Cl.
2 Taquígrafo Assistente	PL-4
6 Taquígrafos Revisor	PL-4

Quadro Atual

O - 3
N - 9
M - 10
L - 11
K - 13
J - 57
108

Quadro Proposto

Oficial Legislativo Assistente do Diretor	PL-3 - 8
Oficial Legislativo Assistente do Diretor	PL-4 - 9
	O - 14
	O - 21
	M - 24
	L - 32
	108

Subemenda à Emenda n.º 23.

Substitua-se, na Emenda n.º 23, o art. 4.º pelo seguinte:

"Art. 4.º Ficam criados mais nove (9) cargos de Assessores Técnicos, assim distribuídos: três (3) para a Comissão de Constituição e Justiça; um (1) para a de Economia; um (1) para a de Serviço Público Civil; um (1) para a de Legislação Social; um (1) para a de Educação e Cultura; um (1) para a de Relações Exteriores; e um (1) para a de Redação.

§ 1.º Os Assessores Técnicos terão padrão de vencimentos igual ao padrão dos assessores técnico da Comissão de Finanças.

§ 2.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará mediante indicação das respectivas Comissões, dentre os funcionários da Secretaria do Senado, atendida, quanto às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, a exigência do diploma de bacharel em Direito.

§ 3.º No exercício de suas funções, os Assessores Técnicos ficarão diretamente subordinados aos Presidentes das respectivas Comissões, os quais lhes darão a forma e o horário de trabalho.

Subemenda à Emenda n.º 23

Substitua-se o art. 2.º pelo seguinte:

Art. 2.º A carreira de Oficial Legislativo passa a ter a seguinte classificação:

6 Taquígrafo	O
6 Taquígrafo	N
6 Taquígrafo	M
6 Taquígrafo	L

§ 1.º Compete aos Taquígrafos Assistentes a revisão definitiva das notas taquígrafadas que se destinam à publicação na ata impressa.

§ 2.º Os atuais cargos de Taquígrafos, classe L, serão extintos à medida que se vagem.

Art. 13. As promoções resultantes das vagas que ocorrem em virtude da adoção da presente Resolução independentemente de interstício, desde que não ultrapassem duas e obedeam aos requisitos regulamentares.

Art. 14. Ficam extintos os seguintes cargos vagos, resultantes da Resolução n.º 15, de 1954: 2 Ajudante de Porteiro, padrão L; 7 de Auxiliar de Portaria, classe K; 12 de Auxiliar de Limpeza, padrão H; 1 de motorista, classe L; 1 de motorista, classe K; 3 de motorista, classe J, e 3 de Artífice, padrão K.

Parágrafo único. Os cargos que se vagarem em consequência do aproveitamento de Auxiliares da Portaria no quadro da garage, serão, também, extintos.

Art. 15. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Quadro Atual

O - 3
N - 9
M - 10
L - 11
K - 13
J - 57
108

Quadro Proposto

Oficial Legislativo Assistente do Diretor	PL-3 - 8
Oficial Legislativo Assistente do Diretor	PL-4 - 9
	O - 14
	O - 21
	M - 24
	L - 32
	108

Subemenda n.º 8

(Da Comissão Diretora)

Substitua-se o art. 12 pelo seguinte:

Art. 12. A carreira de Taquígrafo passa a ter a seguinte classificação:

N.º de cargos	Classe
3	PL-4
6	O
6	N
6	M
6	L

Artigo — Onde convier: Os cargos de Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, de Redatores-revisores e de Assessores Técnicos terão o Padrão PL-7 e os assistentes da Ata PL-8.

Subemenda n.º 9

(Da Comissão Diretora)

Subemenda à emenda n.º 16 da Comissão de Finanças:

Substitua-se no parágrafo único as expressões — "corresponderá ao padrão ou classe imediatamente inferior ao do Diretor de Serviço" — pela seguinte: — "corresponderá ao padrão PL-7".

O SR. PRESIDENTE.

Em votação o projeto. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' rejeitado o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 6, de 1952

Da nova classificação à carreira de Oficial Legislativo, do Quadro do Senado Federal.

O Senado Federal decreta:

Art. 1.º A carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal passa a ter a seguinte classificação:

Número de Cargos	Classe
15	O
16	N
17	M
18	L
20	K
23	J

Art. 2.º O provimento às classes ou padrões imediatamente superiores a que se refere a presente Resolução obedecerá aos requisitos exigidos para as promoções, respeitada a antiguidade na Casa.

Art. 3.º As promoções resultantes das vagas que ocorrerem em virtude da adoção dessas classificações independentemente de interstício.

Art. 4.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Ao Arquivo.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Pela ordem) — Não foi revisto pelo orador — Sr. Presidente, o Senado acaba de rejeitar o Projeto e todas as emendas e subemendas que dependem de sua aprovação.

Minha questão de ordem é a seguinte: não obstante haver sido aprovada pelo plenário em sessão anterior uma emenda, ela está prejudicada pela rejeição do Projeto, porquanto, no meu modo de pensar, a aceitação de emendas está condicionada à aprovação do Projeto a que se referem.

E nem se compreende de outra maneira, porquanto não se pode admitir a existência do acessório sem o principal.

Assim, Sr. Presidente, a emenda aprovada pelo plenário, evidentemente condicionada ao Projeto, está prejudicada.

Era a questão de ordem que desejava levantar, para que a Mesa declare prejudicada a emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Dario Cardoso argumenta que, rejeitado o Projeto, se deve considerar prejudicada a subemenda da Comissão de Finanças à emenda n.º 1-C.

A Mesa vai ouvir o plenário sobre a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Dario Cardoso.

Os Senhores Senadores que consideram a subemenda à emenda n.º 1-C prejudicada, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Fica prejudicada a seguinte

1.ª Subemenda à Emenda n.º 1: (Substitutivo da Comissão de Finanças)

Substitua-se os arts. 1.º e 2.º pelos seguintes:

"Art. 1.º É criada no quadro de funcionários da Secretaria do Senado, a carreira de "Assistente de Diretor".

intermediária entre a de "Diretor" e a de "Oficial Legislativo", constante de:

Classe — Número de cargos
PL-7 — Assistente de Diretor ... 8
PL-8 — Assistente de Diretor ... 9
Parágrafo único. Ao símbolo PL-7 correspondem os vencimentos do símbolo CC-7 constante da Lei número 2.188, de 3 de março de 1954, e ao símbolo PL-8 os de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 2.º A carreira de Oficial Legislativo fica assim constituída:

Classe — Número de Cargos
O 16
N 22
L 24
M 30

Art. 3.º É privativo dos "Oficiais Legislativos", obedecida a sua classificação nos termos do art. 2.º, o acesso ao cargo de "Assistente de Diretor".

Parágrafo único. As promoções decorrentes desta Resolução serão feitas sucessivamente, obedecida e mantida a antiguidade na classe anterior, independente de interstício.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Para declaração de voto) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero ficar registrado na ata as razões por que votei no sentido da rejeição do Projeto.

Tenho-me abetido ultimamente no Senado de discutir projetos referentes aos serviços da Secretaria da Casa.

Muitos outros, cupações diversas, preocupações de natureza diferente têm evitado a minha participação mais direta em assuntos dessa ordem, dando lugar, mesmo, a reparo de eminentes colegas, que sempre me vêm na lida, quando se trata de defender o Tesouro Público de evitar exageros nas remunerações, mesmo correndo o risco, que sempre corre, de ser atacado como inimigo do funcionalismo.

No caso, Sr. Presidente, tinha perfeita simpatia por um projeto qualquer que viesse modificar a situação dos Oficiais Legislativos da Casa, não no sentido absoluto, mas em face da injustiça resultante de outros aumentos, de outras reestruturações, de outros, perdemos-me, exageros que o Senado tem praticado em relação a servidores diversos, contra o meu voto. No caso, porém, eu, me votaria possivelmente pelo projeto, aqueles, de muito boa vontade, na sua rejeição, tendo em vista as emendas apresentadas. Lamento que, ao se tratar de atender a esta ou àquela classe, todos se preocupem em arrumar emendas para mont-las no projeto, cada qual querendo atender o seu caso.

Sou dos que sustentam que, pela Constituição Federal, seja no caso ao projeto, seja nos casos de projeto em revisão, a emenda deve referir-se apenas à matéria do projeto. Penso que a própria Mesa deveria tomar atitude de rejeitar emendas que não tratem a matéria da proposição a que foram apresentadas.

Na hipótese, lamento que um projeto, que tratava exclusivamente dos Oficiais Legislativos fosse pejado de emendas anti-regimentais e referentes a outros funcionários, a outras categorias.

Mantendo a minha orientação, é esta a razão pela qual, em princípio, sem analisar a matéria nas suas minúcias, votei contra o projeto porque, se ser aprovado juntamente com inúmeras emendas anti-regimentais seria criar uma situação à meu ver profundamente lesiva ao Tesouro Nacional e à necessária hierarquia, que, também decorre dos vencimentos entre os servidores da Casa. (Muito bem).

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA:

(Para declaração de voto) — Senhor Presidente, quero dar as razões pelas quais votei contra as emendas. Por diversas vezes ocupei a tribuna

durante a discussão do projeto, assinalando sempre que não compreendia criação de cargos senão visando ao reaparelhamento dos serviços auxiliares do Senado para melhor adaptá-los às suas finalidades. Foi debaixo desta ordem de ideias que procurei examinar a matéria nesta fase final do projeto.

Não me impressionaram as críticas que considero, sob muitos aspectos, injustas, feitas ao Senado a propósito do projeto.

Pode a proposição ser considerada, na verdade, desordenada e tumultuada, principalmente quando já tínhamos, em mãos, para estudos mais aprofundados, ante-projeto organizado pelos funcionários designados pela Comissão Diretora e de autoria, principalmente, do Ilustre Secretário da Presidência desta Casa, Dr. Isaac Brown.

As emendas formuladas, muitas delas, objetivavam a instituição de órgãos técnicos para o Senado: e eu próprio, que não apresentei qualquer emenda, acolhi diversas das iniciativas, tendo em vista que sou autor de Projeto de Resolução criando o Serviço de Documentação e Pesquisa. Não se trata, portanto, de projeto a que se possa emprestar uma nota de escândalo. Bem examinado, ele contém disposições que poderão ser consideradas liberais.

Por outro lado, se as diversas emendas pudessem ser coordenadas numa só sistemática, demonstrariam um bom aproveitamento das mais aproveitáveis e meritórias durante a discussão da matéria.

Sr. Presidente, quando já temos em mãos — e isto ocorreu quando o projeto estava em regime de urgência — o ante-projeto de resolução a que aludi, será realmente de toda conveniência que a Ilustre Comissão Diretora, reexaminando o assunto de acordo com o debate aqui travado e acolhendo as sugestões, formule projeto de resolução que possa merecer o aplauso da Casa, com a instituição de serviços capazes de nos preparar para os trabalhos legislativos.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Para declaração de voto) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, votei a favor do projeto, porque resultou do acordo entre as Comissões de Finanças e Diretora.

Votei contra a emenda considerada prejudicial porque era um substitutivo autônomo, em virtude da aprovação do Senado. Se fosse emenda, teria votada a favor.

Faço essa declaração para que conste de ata, porque é um precedente perigoso para o dia de amanhã.

As declarações de Vossa Excelência constarão da Ata.

Passa-se à matéria seguinte do aulso da Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 387, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Sessão ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.728, de 24 de dezembro de 1952, assegurando promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: I — Sobre o projeto da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 12-5-54).

contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Plínio Pompeu, relator da matéria na Comissão de Finanças, para dar parecer sobre as emendas.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, parece não haver no plenário número regimental para prosseguimento da sessão.

Pediria à Mesa verificasse a procedência ou não da minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE:

Atendendo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Ferreira de Souza, vai ser feita a chamada.

PROCEDE-SE À CHAMADA, A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Ferreira de Souza — Durval Cruz — Atílio Vivacqua — Hamilton Nogueira — Dario Cardoso — Costa Pereira — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — 13.

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 13 Senhores Senadores. Não há número para o prosseguimento dos trabalhos.

Vou levantar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Sessão ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.728, de 24 de dezembro de 1952, assegurando promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1-3-54, que reajusta o aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, do divida fiscal em atraso e dá outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça,

sob n.º 778, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407, de 1954, pelo destaque da 1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que retoga o art. 4.º da Lei número 1.937, de 10 de agosto de 1953, que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 440, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 320, de 1954, do Senhor Valdemar Pedrosa e outros Senhores Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência proferida em 24-6-54, pelo Sr. Café Filho na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia nos termos do artigo 96, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 365, de 1949, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para pagamento de salário ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 22 de junho de 1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, sob números 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Sr. Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 462, de 1954, do Projeto de Resolução número 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (6.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comis-

são de Redação em seu Parecer número 462, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco-este entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 465, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 5.462, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exclusão da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pela empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 468, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 468, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 470, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e de outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 480, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo número 61, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher, Hilda Cordolro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água, necessária à irrigação de terras às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moda e a firma AEG Com-

panhia Sul Americana de Eletrodomésticos, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 482, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wenderley da Costa Lima, para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Décio Telles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda Palmeirinho, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 486, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Penha", situada no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronilla Maria da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade agrícola, no Município de Iguatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nú-

mero 489, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 8.818, de 7 de dezembro de 1946 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 490, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1918, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre, ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba 1 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 74.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 341, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudonésia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre

a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Algrença para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Diólio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Requerimentos de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 153 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 3, de 1954, do Sr. Barão de Fátima e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado a reconstrução da barragem de Pampulha em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Afílio Viveiros e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação do Requerimento n.º 340, de 1954, do Sr. Luis Pinco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileira" (Patrimônio Nacional).

Discussão única do Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953 que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, e das outras providências.

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 40 minutos.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR

Portaria n.º 36, de 8 de Julho de 1954
O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar o Oficial Legislativo, classe 1.º, Cirene de Freitas Ferreira, para chefiar a Seção de Sinopse da Diretoria da Ata, durante o impedimento de Dulce Barbosa da Cruz, a partir da data em que a mesma entrou em licença.
Em, 8 de Julho de 1954. — Luis Nabuco, Diretor Geral



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX - N. 114

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 10 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 15 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

João Café Filho

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de

Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 384, de 1952, no Senado Federal), que modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de Julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

João Café Filho

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente - Marcondes Filho

1.º Secretário - Alfredo Neves

2.º Secretário - Vespasiano Martins

3.º Secretário - Francisco Galotti

4.º Secretário - Ezequias da Rocha

1.º Suplente - Prisco dos Santos

2.º Suplente - Costa Pereira

Secretário - Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado,

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto - Presidente

Landulpho Alves - Vice-Presidente

Ba Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (*)

Plínio Pompeu (**)

Euclydes Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário - Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 - Flávio Guimarães - Presidente.

2 - Cicero de Vasconcelos - Vice-Presidente.

3 - Azeite Leão.

4 - Hamilton Nogueira

5 - Levingo Coelho.

6 - Bernardes Filho

7 - Euclydes Vieira.

Secretário - João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões - As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 - Ivo d'Aquino - Presidente.

2 - Ismar de Góis - Vice-Presidente (*)

3 - Alberto Pasqualini.

4 - Alvaro Adolfo (*****).

5 - Apolônio Sales.

6 - Carlos Lindenberg.

7 - Cesar Vergueiro.

8 - Domingos Velasco (*)

9 - Durval Cruz.

10 - Euclydes Vieira.

11 - Ferreira de Sousa.

12 - Mathias Olympio.

13 - Pinto Aleixo.

14 - Plínio Pompeu.

15 - Veloso Borges (*****).

16 - Victorino Freire (*****).

17 - Walter Franco (*****).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Paranhos.

(***) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.

(***** Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.

(***** Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.

(***** Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário - Evandro Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 18 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso - Presidente.

Aloysio de Carvalho - Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Mércio.

Ferreira de Souza.

Flávio Guimarães.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Luiz Tinoco.

Olavo Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Senador Mózar Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — *Presidente*.

2 — Luis Tinoco — *Vice-Presidente*.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mäder.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

7 — Clecro de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — *Presidente*.

2 — Hamilton Nogueira — *Vice-Presidente*.

3 — Novais Filho.

4 — Bernardes Filho.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mathias Olympio.

7 — Assis Chateaubriand. (*)

8 — João Villasboas.

(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Clecro de Vasconcelos.

Secretário — J. B. Castejon Branco.

Reuniões às segundas-feiras às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — *Presidente*.

2 — Waldemar Pedrosa — *Vice-Presidente*.

3 — Aloysio de Carvalho.

4 — Carvalho Guimarães.

5 — Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rezende Martins.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 13 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Semestre Cr\$ 38,00

Ano Cr\$ 96,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro das assinaturas é feito a vista do comprovante de recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Saúde Pública

Levído Coelho — *Presidente*.

Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.

Prisco dos Santos.

Vivaldo Lima.

Durval Cruz.

Secretário — Aurca de Barros Mago.

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — *Presidente*.

2 — Luis Tinoco — *Vice-Presidente*.

3 — Nestor Massena.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mozart Lago.

7 — Juba Leite.

Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — *Presidente*.

Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.

Alencastro Guimarães.

Othon Mäder.

Antônio Baym.

Secretário — Francisco Soares Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.

2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.

3 — Magalhães Barata.

4 — Ismar de Góes.

5 — Silvio Curvo.

6 — Walter Franco.

7 — Roberto Glasser.

Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.

Dario Cardoso.

Francisco Gallotti.

Camilo Mercio.

Carlos Lindenberg.

Antônio Bayma.

Bernardes Filho.

Marcondes Filho.

Olavo Oliveira.

Dominos Velasco.

João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luis Tinoco — *Presidente*.

Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente*.

Othon Mäder.

Rui Carneiro.

Kerginaldo Cavalcanti.

Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento.

Francisco Gallotti — *Presidente*.

Mozart Lago — *Vice-Presidente*.

Julio Leite.

Landulpho Alves.

Mario Motia.

Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — *Presidente*.

Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.

Dario Cardoso — *Relator*.

Secretário — José da Silva Lisboa.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.

Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*.

João Villasboas.

Gomes de Oliveira.

Atílio Vivacqua.

Domingos Velasco.

Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.

2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.

3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Novais Filho.

Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.

2 — Ivo d'Aquino.

3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral*.

4 — Atílio Vivacqua.

5 — Victorino Freire.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.

2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.

3 — Anísio Jobim.

4 — Atílio Vivacqua.

5 — Camilo Mercio.

6 — Ferreira de Souza.

7 — Flavio Guimarães.

8 — Gomes de Oliveira.

9 — Joaquim Pires.

10 — Olavo Oliveira.

11 — Waldemar Pedrosa.

12 — Mozart Lago.

13 — Hamilton Nogueira.

14 — Guilherme Malaquias.

15 — Nestor Massena.

16 — Francisco Pôrto.

Secretário — Glória Fernandina Quintela.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luis Tinoco — *Presidente*.

2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.

3 — Kerginaldo Cavalcanti.

4 — Othon Mäder.

5 — Rui Carneiro.

Secretário — Italina Cruz Alves.

80.ª SESSÃO EM 12 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães;
2.º — Senador Flávio Guimarães;
3.º — Senador Gomes de Oliveira;
4.º — Senador Hamilton Nogueira.

ATA DA 79.ª SESSÃO EM 9 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO E FRANCISCO GALLOTTI.

As 14,30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima — Valdemar Pedrosa — Anísio Jobim — Antônio Bayma — Arde Lado — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Flávio Pompeu — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Novas Filho — Djair Brindeiro — Eschias da Rocha — Clecio de Vasconcelos — Walter Franco — Carlos Lindenberg — Luis Tinoco — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Levindo Coelho — Marcondes Filho — Dario Cardoso — Costa Pereira — Flávio Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco GalloTTi — Camilo Mérico (39).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º), lê o seguinte Expediente

Ofícios:

— Dois, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.049 e 1.050, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1954 (4.329-B — 1954)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), a título de auxílio ao Instituto Princesa Isabel, no Distrito Federal, para reconstrução do seu edifício escolar sinistrado em virtude do incêndio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças:

Projeto de Lei da Câmara n.º 144, de 1954 (3.036-B — 53, da Câmara)

Concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00 à Sociedade de Alfabetização Padre Antônio Vieira, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida à Sociedade de Alfabetização Padre Antônio Vieira, de

Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, proprietária e mantenedora do Colégio Anchieta, a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil cruzeiros), durante 10 (dez) anos consecutivos, para ser aplicada nas despesas com a construção de novo prédio destinado ao mesmo estabelecimento de ensino.

Art. 2.º O Orçamento Geral da União consignará, no anexo do Ministério da Educação e Cultura, o crédito destinado ao pagamento da subvenção de que trata esta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— Do Secretário da Presidência da República, de 8 do mês em curso, restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara n.º 120, de 1951, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 365.978,80, para atender as despesas com a indenização, ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942, pela mesma Secretaria de Estado, matéria sobre a qual não se manifestou o Sr. Presidente da República no prazo constitucional.

A Promulgação.

— Do Sr. Ministro da Fazenda, encaminhando as seguintes

INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Aviso n.º 290
Rio de Janeiro, D. F., — Em 7 de julho de 1954.

Senhor 1.º Secretário:
Em referência ao Ofício n.º 429 de 22 de junho findo, no qual V. Ex.ª pede informações a respeito do requerimento n.º 307, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, sobre a fixação de preços de venda, no varejo, de cigarros, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª cópias dos esclarecimentos prestados a respeito pela Diretoria das Rendas Internas e pela Diretoria Geral da Fazenda Nacional.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Osvaldo Aranha.

Proc. n.º 145.900-54
Parecer A. T. n.º 232-54
Assunto: cigarros — Remarcação de invólucros — Pedido de informação do Senado.

O Ilustre parlamentar — Senador Mozart Lago, formulou a este Ministério as indagações contidas no requerimento de fls. 2-3 (cópia), as quais podem ser assim resumidas:

a) se o Ministro da Fazenda teve conhecimento de que o Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de Janeiro manifestara a esta D. R. I. a necessidade em que se encontram os fabricantes de cigarros do país de aumentarem o preço dos respectivos produtos, a fim de enfrentarem a situação criada pelo decreto que instituiu os novos níveis do "Salário-mínimo";

b) se é certo que a D. R. I. com a expedição da sua Circular n.º 53-1954 (cópia anexa), "concordou em permitir que os cigarros dos aludidos fabricantes, se elevem a certa categoria, uma relativa ao aumento do próprio preço dos maços de cigarros, e outra, consequente do aumento do selo devido ao Tesouro e relativo a cada maço";

c) se o Sr. Ministro não acha que tal aumento nos preços dos cigarros irá onerar mais ainda o custo da vida;

d) se o Congresso não alterou, no orçamento em vigor, o imposto de consumo sobre os cigarros, como "justificar-se, legalmente, a liberalidade da Diretoria das Rendas Internas".

2. Para melhor possibilitar à Superior Autoridade uma resposta sobre os quesitos formulados, juntamos a este processo cópia integral do n.º 120.474-54, do qual se originou a Circular desta D. R. I., objeto das indagações em apêço.

3. Esclarecendo a matéria na ordem dos quesitos formulados, cumpri-nos dizer, quanto ao primeiro, que a necessidade alegada para a solicitação dirigida a esta D. R. I. não se relacionou declaradamente com os níveis do "Salário-mínimo" e nem se prendeu a uma permissão para aumentar preços de cigarros, cuja fiscalização nos escapa.

4. O pedido alegou a ocorrência de uma situação que iria obrigar os fabricantes de cigarros a elevarem aqueles preços e, quando o Sindicato se dirigiu a esta D. R. I., não o fez a fim de lograr licença para uma medida que já estava deliberada e que a Lei não confere a esta Diretoria competência para impedir. Fê-lo apenas para obter permissão que possibilitasse o uso dos antigos invólucros, com os preços remarcados, o que, isto sim, cabe a esta D. R. I. controlar, como adiante demonstraremos.

5. De referência ao segundo quesito, reportamo-nos, data vênha, ao que afirmamos nos itens 4 e 5 do parecer A. T. n.º 175-54, anexo por cópia, isto é, a C. L. I. C. não exige que o custo de determinado cigarro esteja em função da sua qualidade e nem faz limitação do seu custo ao consumidor. O que ela prescreve é que o tributo obedeça ao preço marcado para a sua venda no varejo de acordo com a tabela respectiva.

6. Aliás, em se tratando de cigarros, que não são artigo de primeira necessidade, cremos que nem mesmo a C. O. F. A. P. possui atribuição legal para controlar os seus preços.

7. Se a medida autorizada pela Circular n.º 53-54 — aproveitamento dos antigos invólucros desde que remarcados — importou em utilização dos vultuosos estoques por parte dos fabricantes, estoques esses que, uma vez negada a permissão, estariam de todo perdidos acarretando-lhes prejuízos, é evidente que a providência referida, em última análise, redundou em produto o qual, por certo, seria maior caso os mesmos fabricantes arcassem com o ônus da inutilização daquele material.

8. Assim, se o custo de vida veio a sofrer mais esse aumento, o motivo não pode ser atribuído à licença deferida no expediente desta Diretoria.

9. Quanto à alegada majoração do imposto de consumo feita através simples circular da D. R. I., cabe-nos salientar, novamente, que ela não se verificou, absolutamente.

10. O que esta Diretoria fez, foi declarar, para o conhecimento das repartições subordinadas e consequentemente da fiscalização respectiva, que, em virtude do aumento "já resolvido pelos industriais de fumo, este poderiam usar invólucros remarcados, observados as tabelas constantes da Lei n.º 1.748, de 28 de novembro de 1952", cuja tributação, assim não sofreu qualquer alteração, como realmente não poderia sofrer através uma simples circular esclarecedora, destinada a funcionários do Fisco.

11. Quanto à competência legal da D. R. I. para baixar esse expediente, ela está consubstanciada nos Artigos 180 e 207, Normas Gerais, da mencionada Consolidação (Decreto n.º 26.119 de 5-1-1949).

12. Com estes esclarecimentos parecem-nos perfeitamente satisfetis as indagações do Senador Mozart Lago.

13. A consideração do Senhor Diretor

D. R. I. em 1 de julho de 1954. — (na) Cesar Pinheiro de Oliveira, Antônio Carlos Barcellos, Assistentes Técnicos.

De acordo com o parecer.

2. A consideração do Sr. Diretor Geral.

D. R. I. 1 de julho de 1954. — (a) Orlando B. Villela, Diretor. — Confere com o original — Paulo Gouveia Lobão, Auxiliar de Gabinete.

Proc. n.º SC — 120.474-54.

Parecer A. T. n.º 175-54.

Assunto: Cigarros — Alteração nos invólucros da marcação do preço no varejo.

Pretende o Sindicato da Indústria do Fumo do Rio de Janeiro, que esta Diretoria, à semelhança do que já resolveu através suas Circulares ns. 83, de 1952 e 17 e 47, de 1953, permita aos fabricantes de cigarros a utilização dos atuais invólucros mediante aposição de etiquetas ou carimbos que os remarcuem de acordo com os novos preços por que irão ser vendidos no varejo.

2. Esclarece o Sindicato requerente que, "por contingências do momento, vêm-se os seus associados na necessidade de estabelecer novo escalonamento para os preços de cigarros, de maneira que os tipos fabricados deverão subir uma categoria na tabela a que se refere o inciso II da Circular número 93, de 5 de dezembro de 1952".

3. E como ditos associados possuem ainda vultuosos estoques de maços e cartelas com os preços atuais, pretendem a concessão de 180 dias, de prazo para remarcá-los pela maneira referida.

4. A vigente Consolidação das Leis do Imposto de Consumo não exige que o custo de determinado cigarro esteja em função da sua qualidade nem faz limitação de preços para esse produto.

5. O que ela estabelece é que o imposto obedeça a uma tabela, em conformidade com o custo do artigo no varejo.

6. Assim, desde que tenham a ser obedecidas as normas das Notas 6.ª, letra b, e 7.ª, da Alínea XXIV, Tabela d, da referida Consolidação, não vemos impedimento de ordem legal que vede o atendimento do pedido.

A consideração do Sr. Diretor.

DRI em de 195 — Cesar Pinheiro de Oliveira Lima. — Antônio Carlos Barcellos, Assistentes Técnicos.

Deferido, de acordo com o parecer.

2. Espeça-se Circular e, em seguida, archive-se.

DRI, de 95. — Orlando B. Villela, Diretor. — Confere com o original. — Antonio Carlos Barcellos, Assistente Técnico.

Confere com a cópia constante do processo n.º 145.900-54. — Paulo Gouveia Lobão, Aux. de Gab.

Ao Requerente.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Durval Cruz. — Atílio Vivacqua. — Pereira Pinto. — Othon Mader. — Ivo d'Aquino. (5).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Prisco dos Santos. — Álvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Mathias Olympio. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Ruy Carneiro. — Francisco Porto. — Draut Ernani. — Martiniano Fernandes. — Esperidião de Farias. — Landulpho Alves. — Aloysio de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Sá Tinoco. — Alfredo Neves. — Bernardes Filho. — Cesar Veroneiro. — Euclides Vieira. — Costa Paranhos. — Silvio Curvo. — João Vilebros. — Roberto Glaser. — Alberto Pasquini. — Alireto Simão. — (28).

O SR. PRESIDENTE:

Foi enviado à Mesa um projeto de autoria do nobre Senador Nestor Menezes.

E' lido, apolado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o seguinte:

**Projeto de Lei do Senado
n.º 58, de 1954**

Sobre direitos de cidadania.

Art. 1.º E' brasileiro nato todo indivíduo humano nascido no Brasil.

Art. 2.º E' cidadão brasileiro: I — nato (Constituição Federal, artigos 129, I e II, 38, parágrafo único, I, 80, I, 90, parágrafo único, I, 99, 103, 124, 141, 9; 143, 155, parágrafo único e 160);

a) o nascido brasileiro que não perder a nacionalidade (Constituição Federal, artigos 129, I e 130, I); b) o nascido no estrangeiro, filho de pai ou mãe brasileiros (Constituição Federal, artigo 129, II);

1.º estando qualquer dos pais a serviço do país;

2.º, se vier a residir no Brasil e, atingida a maioridade, optar, dentro em quatro anos, pela nacionalidade brasileira;

II — nacionalizado: a) o que o for nos termos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 (Constituição Federal, artigo 129, III);

b) o que o for na forma da lei (Constituição Federal, artigo 129, IV); § 1.º A expressão "brasileiro" significa sempre, na legislação ordinária, brasileiro nato, desde que seguida de indicação que a restrinja, exclusivamente, ao expresso nos dispositivos dos ns. I e II do artigo 129 da Constituição da República, ou não seguida da discriminação de naturalização nacionalizada, ou equivalente (Constituição da República, artigos 129, I e II; 38, parágrafo único, n.º I; 80, n.º I; 90, parágrafo único, I; 99, 103, 126; 141, § 9.º; 155, parágrafo único e 160).

§ 2.º A expressão "cidadão brasileiro" abrangará, na legislação ordinária, todo indivíduo humano de nacionalidade brasileira, por nascimento ou por naturalização (Constituição da República, artigos 129 e números 130, 131).

§ 3.º Para a nacionalização de portugueses é exigido, apenas (Constituição Federal, artigo 129, IV, in fine):

I — residência no país por um ano ininterrupto;

II — idoneidade moral;

III — sanidade física.

Art. 3.º Constitui direito de soberania votar e ser votado para cargo eletivo dos poderes do Estado.

§ 1.º E' inato para o exercício dos direitos de soberania o cidadão que, declarado, ou notoriamente, partícipe de partido político, ou associação de programa, ou ação, contrária ao regime democrático baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem, e de registro cassado por infração deste princípio constitucional (Constituição, artigos 5.º, VI, letra a; 88, IX; 19, I; 131, 132, VII; 135, § 2.º, II; e 141, §§ 8.º e 13.º).

§ 2.º Compete à Justiça Eleitoral a declaração da capacidade ou da incapacidade para o exercício dos direitos de soberania, na conformidade do parágrafo anterior, sempre que nesse sentido for representada, em processo devidamente fundamentado, pelo Procurador Geral da Justiça Eleitoral ou partido político, ou por assembleia eletiva de que partícipe o acusado.

§ 3.º Qualquer eleitor poderá requerer ao juiz eleitoral, com fundamento no artigo 41, n.º 2, do C. Eleitoral e em petição devidamente documentada, não seja permitido o exercício do direito de soberania a

cidadão que o tenha prejudicado nos termos deste artigo (Constituição, artigos 131, Código Eleitoral, artigo 41, §§ 1.º e 3.º).

Art. 4.º A todo cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, cabe o gozo dos direitos de cidadania, salvo restrição constitucional.

Parágrafo único. A incapacidade para o exercício dos direitos de cidadania não importa a incapacidade para o gozo de outros direitos assegurados pela Constituição e pelas leis.

Art. 5.º Perder-se-á a cidadania brasileira (Constituição Federal, artigo 130) por:

I — aquisição, voluntariamente, de outra nacionalidade (Constituição Federal, artigo 130, I);

II — aceitação, sem licença do Presidente da República de comissão, cargo ou função de governo estrangeiro (Constituição, artigo 130, II);

III — cancelamento por sentença judicial, da naturalização, pelo exercício de atividade nociva ao interesse nacional (Constituição, art. 130, III).

Art. 6.º Reverteram-se as disposições, em contrário.

Justificação

Do cidadão — O problema "Do cidadão", "Da cidadania", ou "Da nacionalidade" preocupa os que versam assuntos de direito público, pois sempre se suscitaram dúvidas até sobre a definição, e o conceito, desses vocábulos. Já no Oráculo, Aristóteles procurou elucidá-lo. Em Roma, o quarto imperador, Tiberio Cláudio Nero Druso, escreveu trabalho sobre o direito de cidade, do qual apenas parte foi conservada. Na França além de juristas, o examinaram historiadores da corte de Fustel de Coulanges. Na Alemanha, filósofos do tempo de Savigny e filósofos, como Kant, o deploraram.

No Brasil, desde a Constituição de 1823, foi o assunto largamente debatido. Mais tarde, Pimenta Bueno Teixeira de Freitas, Soriano de Sousa e João Barbosa entre outros incluíam Rui Barbosa, no estudo sobre o gozo e o exercício dos direitos políticos, que discutiu com a sua excepcional mestria na "Contestação às eleições presidenciais", em 1910, trouxeram e contingente dos seus conhecimentos sobre a matéria. Na Argentina, Estrada se preocupou com a questão, da mesma forma que, nos Estados Unidos, Manners, entre outros examinou aspectos seus. E, ultimamente, entre nós, por ocasião da elaboração da última Constituição da República, Haroldo Valadão, que lá antes escrevera a respeito, manifestou-se na imprensa nesse sentido.

O que, a seguir, se vai ler, é uma tese em que se procura, apenas, fixar o conceito exato e nítido do que é "cidadão", de modo a evitar confusões, que espíritos escorregadios possam ainda ter sobre o valor dessa expressão.

Da naturalidade — Sob a epígrafe — Dos cidadãos brasileiros — a sub-epígrafe — O artigo 72 da Constituição da República — e a ementa — Naturalidade, assim iniciei o meu Direito Político:

"Fato jurídico é o fato natural de que nasce, ou de que se extingue, direito, independentemente da ação jurídica do homem. Savigny definiu-o no *Direito romano*, § 104, o acontecimento em virtude do qual as relações de direito nascem e se extinguem. Essa definição não é completa, porque o ato jurídico é, também, acontecimento em virtude do qual nascem, ou se extinguem, relações de direito. O que distingue, essencialmente, o fato jurídico do ato jurídico não é, apenas, a circunstância de ser o primeiro natural, não sendo o segundo, mas o resultar esse de sujeito de direito, enquanto aquele se verifica independentemente desse sujeito. E' o fato jurídico o objeto natural de que, em relação a sujeito de direito,

resulta e o ato jurídico ou se extinguem efeitos desse ato.

Evolutivamente, o ato jurídico precede o ato jurídico, porque todo ato jurídico decorre, imediatamente ou indiretamente, de fato jurídico, uma vez que não pode haver ato jurídico sem relação com o sujeito de direito e o objeto de direito, tem sempre por base, mais ou menos remotamente, o objeto material.

No *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*, comentado, Clóvis Beviláqua distingue os fatos jurídicos dos atos jurídicos, considerando os primeiros "acontecimentos de ordem natural, que independem da vontade humana, ou para os quais ela concorre apenas indiretamente", no passo que segundos "são ações humanas".

Na esfera natural de que resultam os fatos jurídicos, direitos, que independem em absoluto da vontade humana, como, por exemplo, o decorrer do tempo; outros há que dependem da vontade humana, mas não dependem da ação jurídica do homem e apenas dependem da própria natureza como o nascimento dos indivíduos humanos.

O nascimento de qualquer indivíduo animal e fato natural, que se torna jurídico porque com ele nascem, igualmente, direitos e obrigações. É o nascimento — e até antes do nascimento — objeto de direito. E' fato natural a reprodução da espécie e é fato jurídico o nascimento do indivíduo humano, considerado este e todo indivíduo humano membro da sociedade jurídica.

O nascimento, fato natural, como a filiação, e verificam-se em determinado local, que é o local natural de fato, do nascimento. A naturalidade, no nascimento, é, pois, de ascendência (paternidade e maternidade) de que resulta o *ius sanguinis*, e de localidade, em que se assenta o *ius soli* do nascimento. Ninguém pode escolher os próprios pais, ou o local em que nasce.

A organização jurídica da sociedade humana estabeleceu direitos para os indivíduos humanos não, apenas desde o nascimento, mas até desde a concepção; neste estudo, porém nos interessa, particularmente a situação jurídica dos indivíduos natos.

O indivíduo humano não adquire pelo nascimento a plena capacidade jurídica. Ele goza, a princípio, a capacidade passiva, e só mais tarde é-lhe atribuída a capacidade ativa. A evolução do indivíduo humano de objeto para sujeito de direito se faz segundo regras de direito, que lhe reconhecem o desenvolvimento da capacidade jurídica.

A capacidade evolui com a idade, fixando a lei a época em que o indivíduo se habilita para os atos da vida jurídica; mas, a lei estabelece, além da idade, outras condições para a apuração da capacidade jurídica. As leis de direito privado estabelecem as condições de capacidade civil e as de direito público as de capacidade política.

Que é cidadão? — Nem todos os que estudam os problemas de direito constitucional focalizam devidamente o da cidadania, o do cidadão. Ainda há pouco, o eminente professor Haroldo Valadão, meu mestre e meu amigo, escrevendo sobre *A nacionalidade no projeto da Constituição*, asseverou: "A nacionalidade não pode entrar na *Declaração dos direitos*, segundo fez o projeto. Diz respeito à formação do corpo social, do elemento pessoal do Brasil, a vir, pois, anteriormente".

Há uma certa nebulosidade nestas proposições. E' a nacionalidade, como aí se pretende, a que "diz respeito à formação do corpo social, do elemento pessoal do Brasil"? Dito privativo, ou concorrentemente? Trata-se, no caso, de nacionalidade, conjunto de

nacionais, corpo social nacional ou de nacionalidade, capacidade política do nacional?

O que determina a formação de corpo social nacional e a residência dos natos e dos adventícios em determinada região, constituindo nação. Daí a necessidade de considerar-se, no caso, em primeiro lugar, a naturalidade dos membros deste corpo social, assim heterogêneo, quanto à origem dos componentes.

Dos que têm a naturalidade em determinada região e no respectivo corpo social se integram podem diferenciar-se dois ramos: os que não desejam e os que desejam mudar de corpo social. Os primeiros não abrem mão da proteção do corpo social em que nasceram e que constitui, politicamente, a sua nacionalidade e lhes assegura, por isso, os direitos de cidadania — direitos de proteção do corpo social nacional; os segundos abrem mão da proteção do corpo social em que nasceram, da sua nacionalidade, para se colocarem sob a proteção de outro corpo social nacional, nele se nacionalizando, a ele aderindo.

Não se pode confundir o problema da naturalidade com o problema de nacionalidade. A naturalidade do indivíduo é objetiva, é fato jurídico, independente da vontade desse indivíduo. A nacionalidade, porém é ato, fenômeno subjetivo, dependente dessa vontade. O corpo social forma-se pelo elemento nacional, constituído, porém na sua grande maioria, pelo elemento natural, do qual só se excluem os indivíduos que nele mudam de nacionalidade.

Evidentemente, na seriação ramável dos fenômenos, por *Juridus ordo* de sua sucessão, o da naturalidade precede o da nacionalidade, pois só depois que alguém é natural poderá vir a ter nacionalidade diversa da naturalidade.

No artigo 14 referido do projeto do Professor Haroldo Valadão S. F. V. a asseverou sobre o projeto da Constituição da República, em elaboração: "Observa-se inicialmente que a *Sessão*, com dois artigos, apenas, sobre *Nacionalidade*, se intitula, também, *Da cidadania*, assunto de que não trata, e muito diverso do precedente. Mais cidadão é o eleitor, é o nacional no gozo dos direitos políticos".

Parece-nos, salvo melhor juízo, que, sendo a definição, quando não definitiva, a origem de dúvidas e erros infinitos, não é, cientificamente, precisa a definição de que "cidadão é o eleitor, é o nacional no gozo dos direitos políticos". Cientificamente, cidadão é o indivíduo humano com direito à cidadania, isto é, à proteção política. A segurança que o Estado garante aos seus nacionais. Não é só o eleitor que é cidadão. Não é cidadão apenas o nacional no gozo dos direitos políticos. A divisão dos membros de um corpo social nacional em eleitores e não eleitores não exclui do direito ao gozo (ao gozo e não ao exercício) dos direitos de cidadania aos menores, aos inválidos e a quantos não se acham inscritos nos registros eleitorais. E surge aí o problema do gozo e do exercício de direitos, tão intimamente relacionado pelo Senador Rui Barbosa no contestar as eleições presidenciais de 1910 e que se entorta com o problema da capacidade ativa ou passiva dos titulares de direitos.

No direito privado, o menor, e até o nascituro, por que não podem exercer certos direitos, não os gozam, não têm direito à proteção do corpo social do Estado? Também, no direito público, os que não são eleitores, não que não exercem e não podem exercer os direitos de cidadania, não podem gozá-los, não os gozam, de fato? O Estado não protege além dos habilitados ao exercício do voto, os que não acham, ou não podem estar, habilitados a esse exercício?

A cidadania, a nacionalidade, o Estado, afinal, não são formados, exclusivamente, de eleitores, mas de quan-

tos, eleitores ou não, nele se radicam pela residencialidade, decorrente de naturalidade e de nacionalidade. São cidadãos brasileiros não apenas os brasileiros eleitores, mas todos os brasileiros, os que não perderam e os que conquistaram a nossa nacionalidade. Do que aduzimos, não nos parece assustar razão ao preclaro Professor Haroldo Valadão ao escrever que "em 1934 a técnica foi melhor, quando se definiu-se a nacionalidade brasileira se disse: 'são brasileiros', art. 106, apenas, e não 'são cidadãos brasileiros' qual em 1891, art. 69, e agora, no Projeto, art. 147. Por ter erroneamente sacrificado a cidadania, em vez de o fazer a brasileiros, quando tratou das simples condições da nacionalidade, teve a Constituição de 1934, art. 69, e, posteriormente, ao tratar dos eleitores, da denominação *cidadãos ativos*, art. 99, e a de 1891, por isso repetido no art. 69, chegou ao absurdo de prever no art. 71, § 1.º, a suspensão (2) da nacionalidade por incapacidade física, ou moral, ou condenação criminal".

O erudito Professor Haroldo Valadão equivocou-se nessa referência. O art. 71 da Constituição de 1891 não alude à "suspensão da nacionalidade", mas, simplesmente — "Os direitos de cidadão brasileiro só se suspendem ou perdem, nos casos aqui particularizados: § 1.º — Suspensão-se: a) incapacidade física ou moral". Aliás essa redação divergiu da do projeto do Governo Provisório, por amor à forma, com o sacrifício da linguagem técnica, pelo o troceto estabelecido, no "Art. 83. Suspensão-se o exercício dos direitos de um cidadão brasileiro: 1.º. Por incapacidade física ou moral".

Com efeito, o que se suspende, por incapacidade física ou moral, ou por condenação criminal, enquanto durar o seu efeito, não é o gozo pelos cidadãos dos direitos que o Estado assegura, indistintamente, até a estrangeiros, relativos à liberdade, à segurança individual e à propriedade: o que se suspende, em tal hipótese, é o exercício, é a atividade dos direitos ligados à nacionalidade. A cidadania, nos direitos chamados políticos, que têm por base a inscrição do cidadão como eleitor.

A Constituição do Império foi corretamente redigida no "Art. 8 — Suspensão-se o exercício dos direitos políticos: I — Por incapacidade física ou moral. II — Por sentença condenatória à prisão ou degrading, enquanto durarem os seus efeitos". A legislação imperial subsequente, o foi igual, como se pode ver na lei de 3 de dezembro de 1341, art. 4, no Regulamento de 31 de janeiro de 1842, art. 293 § 2.º, e no Aviso n.º 70, de 8 de agosto de 1946. Da incorreção da redação da Constituição de 1891 resultaram as incorreções da Constituição de 1934 (art. 110), da Constituição de 1937 (art. 118) e do atual projeto, que estabelece — "Art. 158. Os direitos políticos só se suspendem ou se perdem nos casos aqui particularizados" — em vez de — "o exercício dos direitos políticos só se suspende ou se perde nos casos aqui particularizados". A expressão dos direitos políticos" equivale, pois, a uma elipse — os direitos políticos, quanto ao seu exercício...

Essas observações parecem conduzir-se com este exerto do brilhante trabalho do conspícuo Professor Haroldo Valadão, do qual nos permitimos divergir em pormenores: "Daí a crítica dos comentaristas e especialistas, condenando o emprego da palavra *cidadão* quando se trata de simples aquisição da nacionalidade". Pelas considerações que vimos de fazer, não se deve, na verdade, empregar a palavra *cidadão* quando se trata de simples aquisição da nacionalidade, mas, apenas em todos os casos em que o nacional não perde a sua nacionalidade, pois que, em tais hipóteses, continua ele cidadão do Estado de que é natural.

Quem deseja conhecer desenvolvimento este assunto poderá ler os debates que a respeito ocorreram na Assembleia Constituinte de 1823. Aliás transcritos sob a epígrafe — *Os que são cidadãos* —, às páginas 30 a 85 do meu *Direito Político*, publicação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, em 1939, quando a prestidia o meu saudoso amigo, o grande e culto Afrânio de Melo Franco, onde iniciei o meu estudo com esta definição: "Cidadão é o indivíduo humano com capacidade para gozar os direitos assegurados pelas leis políticas de determinado Estado nos seus nacionais".

Se, pois, a Seção I do projeto da Constituição fosse — *Da cidadania e da nacionalidade* (da cidadania sobre as condições na sua coletividade, o artigo 14) — e sobre nacionalidade (qualidade de nacional, individualmente, o art. 148) — estaria certo, embora fosse preferível sintetizar a matéria, na expressão *Da nacionalidade*, que abrangeria, então, as suas duas significações — nacionalidade, capacidade nacional e nacionalidade, corpo social político do membro do corpo social nacional. Que a matéria deve por-se a declaração de direitos é fora de dúvida, assistindo, nesse ponto, toda a razão, ao douto Professor Haroldo Valadão, a cujos altos merecimentos deixo aqui as minhas desavalhas homenagens.

Os "Políticos". — José Maria Estrela, no *Curso de direito constitucional, federal e administrativo*, pretende que "concorre para estabelecer a diferença entre nacionalidade e soberania dar a essas palavras a definição que atribui o exemplo da maior parte das nações do mundo e a doutrina dos mais graves pensadores", sendo que "nenhuma autoridade dos tempos antigos é tão forte na matéria como Aristóteles, que a estabeleceu categoricamente". Acrescenta Estrada que "entre as antigas sociedades, a cidadania tinha por origem a iniciação litúrgica nos ritos urbanos, e, se podia, ser estendida os direitos que ela envolvia aos estrangeiros por meio de naturalização, jamais, porém, os estrangeiros naturalizados, segundo concordam todos os historiadores gregos, adquiriram direitos idênticos aos que desfrutavam os *politas*, muito embora não se possa precisar no que consistia essa diferença".

Em *A Política*, Aristóteles escreveu o livro terceiro sobre a cidade e o cidadão. A cidade, em grego *polis*, corresponde, com a evolução do tempo, sociedade civil, ou política, as expressões República e Estado. No capítulo inicial desse livro Aristóteles começa o parágrafo primeiro com esta questão: que é cidade? E depois de acentuar que ainda não se chegou a um acordo para defini-la, acrescenta que — "a atividade do homem político e do legislador tem a cidade por objeto" — pois — "o governo, ou a constituição política, não passa de certa ordem estabelecida entre os que habitam a cidade". E, no parágrafo segundo, assim prossegue: Mas, sendo a cidade algo de complexo, assim como qualquer outro sistema composto de elementos, ou de partes, é preciso, evidentemente, procurar antes de tudo saber que é cidadão. Porque a cidade é multidão de cidadãos e é, por isso necessário examinar o que é cidadão e a que se deve assim denominar". Para Aristóteles, "nem sempre se está de acordo nesse ponto, uma vez que nem todos acordam, quanto ao mesmo indivíduo, seja ele cidadão", pois "é possível que seja cidadão na democracia o que o não é na oligarquia".

Aristóteles recomenda, a seguir, que se ponha de lado os que obtêm o título de cidadão sem participar da constituição política da cidade, como aqueles que o conseguem por se lher

ter concedido o direito de cidade, o que corresponde, no direito moderno, a naturalização, ou à nacionalização. E, então, adverte o estagirita: "o cidadão não é pelo fato de se ter estabelecido em algum lugar, pois os estrangeiros e os escravos são, também, aí estabelecidos. Nem se é cidadão por se poder, judicialmente, levar, ou ser levado, aos mesmos tribunais", assinalando o caso dos estrangeiros, que gozam de direitos civis e comerciais e não possuem os de natureza política.

Para Aristóteles, no parágrafo quarto do capítulo, "até certo ponto, que não é o sentido geral de expressão, pode-se denominar cidadãos os indivíduos ali não registrados, pela sua tenra idade, nos registros públicos, e aos velhos isentos de qualquer serviço. "mas, é mister acentuar que uns e outros são cidadãos, embora imperfeitamente", pois, de modo restrito, cidadão "é aquele que pode ser juiz ou magistrado" sendo magistrado, como explica, em acepção lata, quem exerce funções públicas por período determinado, ou por tempo limitado, ainda que "não tenha parte alguma de autoridade", e cidadão quem "participa, legalmente, na autoridade deliberativa e na autoridade judiciária".

Continua Aristóteles, no parágrafo nono do capítulo inicial do livro terceiro de *A Política*, por consignar que, "no sentido comum, define-se o cidadão aquele que é filho de pai e mãe cidadãos, e que o não seja apenas de um dos dois", para, depois, declarar que "cidadão é o homem investido de cargo poder". Mas, no capítulo 1.º do livro terceiro de *A Política*, Aristóteles escreve que "pode-se dizer do cidadão o que se diz de qualquer dos indivíduos que vivem em navio: ele é membro de uma sociedade". E, no capítulo III, alarga o conceito sobre os cidadãos: "as crianças não são cidadãos do mesmo modo do que os homens feitos; estes o são em sentido absoluto, enquanto elas o são de modo relativo. *Sem dívida elas são cidadãos*", afirma, "mas de modo imperfeito". E ainda: "Por aí se vê, portanto, que há várias espécies de cidadãos, pertencendo esse título, principalmente, aos que tomam parte nas funções públicas", sendo que, em certas cidades, o cidadão e o homem são constituídos por uma só pessoa.

Para que tenha ideia do que era os magistrados e a magistratura grega e mister invocar Aristóteles, em *A República ateniense*, onde informa que "a antiga constituição, tal como existia nos tempos de Draco, estava organizada da seguinte maneira: os magistrados eram escolhidos entre as pessoas da alta sociedade e de opulência. Embora o governo não fosse vitalício, estendia-se por período de dez anos. Os primeiros magistrados eram, hierarquicamente, os seguintes: o rei, o polemarcha e o arconte". "Os tesmofetores foram instituídos muitos anos mais tarde, quando os cargos acima mencionados foram convertidos em anuais, com o fim de poderem inscrever todas as decisões legais e atuarem como zeladores das mesmas, com o objetivo de determinar as decisões entre os litigantes". Mais adiante, o estagirita informa que Draco pôz em vigor suas medidas, na época em que Aristóteles desempenhou o papel de arconte. Sua constituição apresentava as seguintes características: concedia privilégios a todos os que pudessem possuir, às próprias expensas, a equipamento militar; os nove arcontes e os tesoureiros eram escolhidos entre as pessoas que possuíam propriedades de dez minas, enquanto os cargos mais importantes eram dados aos que possuíam equipamento militar e a de generais (estrategas) e de chefes de cavalaria (hyparchos) aos que pusessem declarar propriedade sujeitas a impostos não inferiores a cem minas e tivessem filhos maiores de dez anos, nascidos

de matrimônio legal". "Havia, também, um conselho formado de quatrocentos e um membros, que eram nomeados por sorteio entre os privilegiados".

Assim foi até ser confiada a Solon a modificação dessa constituição e a expedição de novas leis. Solon "dividiu a população em quatro classes, de acordo com a propriedade, como já havia sido dividida anteriormente, isto é, em pentacosiomédinos, calíacos, zeugitas e tetos. As várias magistraturas passaram a ser os nove arcontes, os tesoureiros, os encarregados dos contratos públicos, os *poleíades*, os onze e os alarhos na fazenda, os *colocretes*, (corresponsáveis pelos pentacosiomédinos), caratíneos e zeugitas, confiados a cada classe cargos proporcionalmente ao valor de suas propriedades. Aos que figuravam entre os tetos deu apenas um lugar na assembleia e no tribunal dos jurados. Consideravam-se pertencentes aos pentacosiomédinos os que conseguiram de suas terras quinhentos mediminos, de azeite ou de grão. Eram considerados cavalheiros os que conseguiram trezentas medidas, ou, como dizem alguns, podiam manter um cavalo".

Ainda segundo Aristóteles, "as nomeações para as várias funções instituídas por Solon eram realizadas por sorteios entre os candidatos selecionados de cada uma das tribos", designando cada tribu dez candidatos para os nove arcontes. A organização de Solon permaneceu, com uma ou outra modificação, até Cleítenes, que instituiu um conselho de quinhentos membros e o lugar de demarca, com os deveres dos antigos nautarcas, para democratizar-se com Péricles e retrogradar após a sua morte, verificando-se, posteriormente, sem número de transformações. Mas, os magistrados em Atenas, o que Aristóteles assim denomina, eram quantos participavam do poder público, eleitos, escolhidos designados, sorteados para o exercício dessas funções, e não os eleitores dessas magistrados, os que os elegiam. E não fez o estagirita qualquer distinção entre nacionalidade e cidadania não defrontando o problema dessa distinção, ou indistinção.

Os "civis". — "Tácio elogia a generosidade com que Rômulo concedeu a cidadania romana aos estrangeiros a cidadania romana. Rômulo era o fundador religioso da sociedade e era um colonizador; necessitava atrair massas de população mas, obstante a influência de Numa a medida que a sociedade romana se desenvolvia, o direito de cidadania ia se restringindo; e pode-se estabelecer como causa certa que, até o ano 267, a cidadania não envolvia sempre o direito de intervir no exercício do poder político". José Maria Estrada, no *Curso de direito constitucional, federal e administrativo*, assim inicia as suas considerações sobre o problema da nacionalidade, ou cidadania, na Roma antiga, contradizendo, aliás, o seu conceito de cidadania, antes exposto, ou seja, a condição jurídica em virtude da qual os indivíduos intervêm no exercício do poder político de determinada sociedade. Segundo agora reconhece o escritor platino, "a cidadania não envolvia sempre o direito de intervir no exercício do poder político".

Proseguindo na exposição desta matéria, Estrada assevera que por outra parte sabe-se que em tempos posteriores existia grande diversidade de direitos na massa que formava a sociedade romana ampliada por meio da conquista. Assim, existiam os cidadãos ingenuos e munições; existiam os direitos do LACIO; os direitos itálicos; os direitos provinciais. Época houve em que a cidadania foi matéria de negócio (grangeia) para os governantes locais. O tribuno romano que mandou aporlar São Paulo

declarou que este a havia comprado. Caracalla facilitou mais do que qualquer dos seus predecessores a aquisição da cidadania; o seu propósito era, porém, antes financeiro do que político, pois estendeu os direitos de cidadania para aumentar o número de contribuintes de determinados impostos. Na decadência do Império Romano, não havia apenas esta diferença entre a nacionalidade e a cidadania, sendo que a havia no grau de poder político de que se investiam determinadas classes de cidadãos. Assim, o direito municipal envolvia-se sempre no direito político; e a degeneração das instituições municipais proveu, provavelmente, de modo principal, dessa circunstância. Finalmente, Savigny estabeleceu (tomando em conjunto todos os antecedentes da matéria e estudando a questão no momento em que o direito romano afetava a mais consistente estrutura) que existiam duas classes de cidadãos: o *cives optimo iure* e o *cives non optimo iure*. Os *cives non optimo iure*, os *cives minuto iure*, eram, segundo Savigny, os que não tinham o *ius suffragii* (Enrico Serafini, *O direito público romano*, 1896, vol. I).

Convém, a respeito da cidadania romana, recordar estes conceitos de José Maria da Silva Lisboa, Visconde de Cayrã, na sessão da Assembléa Constituinte do Império do Brasil, em 30 de setembro de 1823, transcritos à página 74 do meu *Direito Político*:

"Os juriscônultos romanos de mais saber e patriotismo reconheceram bem a verdade do princípio — *natura omnes homines aequales sunt; verum servi sunt iure gentium*. E, suposto, pela jurisprudência antiga, o servo fosse considerado somente como coisa, e não como pessoa, e, por isso, nada pudesse adquirir, por qualquer via, que não recaísse, instantaneamente, na, e não como pessoa, e, por isso, nada sequência, nunca se podendo ver-se o caso de ter o escravo um valor, que o fizesse pela sua liberdade. Os mesmos juriscônultos introduziram na prática a equidade dos pretores contra o rigor do princípio, autorizando o pedido do servo. E, quando, pelas sutilezas forenses, se arguia a inconsequência da prática à regra legal, eles davam a resposta de que se devia olhar para a lei — *conventiuntibus oculis* — sem os óbices do direito civil".

"Ter o direito de cidadão brasileiro", acrescentava Silva Lisboa, "não é ter o direito de cidadão romano, do tempo em que floresceu o célebre povo latino, cujo governo aspirou ao império universal. Este título dava grandes privilégios aos que nasciam em Roma, ou haviam adquirido o seu fêro. Os súditos das diversas províncias só tinham os direitos inferiores de *município, colônia e prefectura*, conforme a graduação política do direito e dos escravos manumissos. Depois, porém, de estender-se o império e terem-se, como diz Tacito, *nações nas famílias* vários imperadores foram abolindo tais diferenças. O imperador Justiniano excitou a observância da lei do imperador Antonio Pio, o qual havia estabelecido a regra que se vê na lei 17, *Digesto De Status Hominum*: todos os homens livres que habitarem na órbita do império serão cidadãos. O mesmo Antonio Pio, em outra lei, havia dito — *é de nosso interesse ter libertos e libertas carcerados de manumissos*. O ditto Justiniano, para excluir toda a escravidão, declarou, autenticamente, em a *Novela 78*, capítulo 5º, que ficassem compreendidas na lei, com geral largueza, todos os que merecessem a liberdade dos senhores, como em restituição da ingenuidade da natureza. Se bem me lembro, eis aqui alguns dos termos dessa legislação liberal: — *Faciunt novum nihil, sed erigunt ante nos Imperatoris seminum. Restituimus enim Naturae ingenuitatem illis, qui libertatem a dominis meruerunt: ut hunc magnam quan-*

dam et generalem largitatem nostris subjectis adjiciamus".

Mais tarde, em *Considerações políticas sobre a Constituição do Império do Brasil*, escreveu França Leite que "entre os romanos, desde o princípio, o nascimento só prova a condição de cidadão romano" (página 41) e "a lei de Antonino Caracalla declarou que todos aqueles que viviam no império e debaixo da proteção das leis romanas eram considerados cidadãos romanos" (página 44), acrescentando que "os nossos legisladores foram, nessa parte, tão sábios quanto, declararam cidadãos os nascidos no país onde residem" (página n.º 49).

Deve-se assinalar, para *lucida ordo* da sucessão cronológica, Antonino Pio reinou de 138 a 161 e Antonino Caracalla de 193 a 217, tendo Justiniano Imperador de 527 a 565. O edito de Caracalla sobre a cidadania é do ano 212.

Quanto à alegação de que "o tribuno romano, que mandou aporitar São Paulo declarou que este a havia comprado", é mister recordar que São Paulo advertiu ao centurião encarregado desse aporitar que era cidadão romano e que o era pelo nascimento, ou seja, desde haver nascido, não importando, portanto, outro fato para a conquista da cidadania, ou da nacionalidade. O *Edito perpetuo* do imperador Adriano, compilação judiciária redigida por Sílio Juliano, promulgado no ano 131, vigente até Justiniano, considerou cidadão romano a criança nascida do matrimônio de latino e romana e a concebida antes e nascida depois da naturalização dos pais. (Declaração, *Roma e a organização do direito*).

De tudo o que expõe Estrada, nada se pode concluir de modo a diferenciar a nacionalidade da cidadania, sendo que há graduação no direito dos cidadãos, sejam eles nacionais-naturais, sejam eles nacionalizados. Os cidadãos sejam indígenas, ou municipais, que tenham existido os direitos do Lácio, os Itálicos e os provinciais, que a cidadania adquirida houvesse sido matéria de especulação para os governantes imorais, seja por venda dela, seja para aumentar o número de contribuintes de impostos, daí não se concluir, em são raciocínio, que haja tanta diferença entre a nacionalidade e a cidadania. Qual é essa diferença?

Que haja grão no poder político de que se investem determinados cidadãos é ocorrência de todos os tempos e em todos os países. Que a graduação do poder municipal possa ter decorrido do seu envolvimento pelo poder político não é motivo para se distinguir a nacionalidade da cidadania. Que haja graduação entre os cidadãos, como assinalou Savigny, não é, também, argumento para se declarar a cidadania oposta, ou diversa, da nacionalidade. Theodor Mommsen, no *Direito Público Romano*, conforme a tradução Girard, 1889, tomo VI, vol. 8, nota 2, advertiu que, em Roma, "a privação dos direitos políticos absolutamente não exclui o direito de cidade", observando, ainda, que as mulheres, tendo o direito de cidade, não tinham direitos políticos.

O apelo à Roma antiga, como o que antes fizera ao mundo grego o escritor argentino, não o socorre na sua pretensão de distinguir a nacionalidade da cidadania. E ver-se-á que o não socorre, igualmente, o apelo que faz, nesse sentido, às nações modernas, para fundamentar o seu ponto de vista. Estrada confunde os direitos de cidadania com os direitos de naturalização, quando são distintos. Em certos pontos, os direitos políticos de nacionalidade, ou de cidadania, dos de naturalidade.

O fato de ter havido na Espanha quatro classes distintas de naturalização não significa que a nacionalidade e a cidadania fossem, ali, ou-

tas absolutamente diversas. Por outro lado, a circunstância de desfrutarem, na França, os nacionais três categorias de direito — civis, civicos e políticos — sendo os civis exclusivos dos nacionais, não contribui, também, para a diferenciação da nacionalidade e da cidadania, se essa distinção não é feita expressa, nem tacitamente, pelas leis que asseguram o exercício e o gozo daqueles direitos. Na verdade, o princípio fundamental da nacionalidade, no Código Civil francês, é o nascimento; as outras disposições relativas a esta condição são exceções, tal qual no nosso direito. O Código Civil francês estabelece: "Art. 7.º O exercício dos direitos civis é independente da qualidade de cidadãos, a qual não se adquire e não se conserva senão na conformidade da lei constitucional". O fato de, na Inglaterra, onde, em todos os tempos, o nascimento foi a base de nacionalidade, da cidadania, haver duas classes de naturalização, uma outorgada pela coroa e outra pelo parlamento, não afeta, em coisa alguma, o problema da nacionalidade, ou da cidadania. E na Bélgica, a Constituição, no título 2.º, art. 4.º declara que "a Constituição e as outras leis relativas aos direitos políticos determinam quais são, além da qualidade de cidadão belga, as condições necessárias para o exercício desses direitos".

Estrada conclui as suas considerações sobre a não sinonímia de nacionalidade e de cidadania, no direito político, com o atribuir a KANT, a definição de que "o cidadão é o eleitor". Mas, essa definição não é exata, porque se todo o eleitor é cidadão, nem todo o cidadão é eleitor, de vez que a lei estabelece as condições para que o cidadão seja eleitor e, até, estabelece, também, vedações, impedindo que certos cidadãos o sejam. Ao demais, KANT, no seu *Direito Político* § 50, admite que cidadãos são todos os habitantes do território que constituem a pátria.

Depois de aludir aos Estados Unidos, onde, pela organização federal, os direitos políticos se regem por leis estaduais e os de naturalização por leis federais, pretende Estrada concluir dessa situação que a nacionalidade e a cidadania são coisas diferentes em face da organização federativa norteamericana. O mais interessante, porém, é que, tratando da República Argentina, observa que "a Constituição estabelece que o congresso deve elaborar leis uniformes de cidadania e naturalização sob o princípio da cidadania natural", acrescentando que "mais corretamente teria procedido o legislador se houvesse dito *nacionalidade natural*", o que demonstra haver o constituinte argentino considerado sinônimos as expressões nacionalidade e cidadania. Estrada adverte, porém, que se não deve reparar que assim seja, pois é esta "uma das multissimas incorreções de forma da Constituição".

Os argumentos de natureza histórica não bastam para destruir argumentos de ordem jurídica. Sob o ponto de vista jurídico, se naturalidade é o fato jurídico atestado pelo lugar do nascimento de indivíduo humano, nacionalidade, ou cidadania, é o ato jurídico que denota a vontade do indivíduo humano de pertencer a determinada sociedade política, latina no mundo antigo e estatal na vida moderna e na contemporânea. A cidadania é a situação jurídico-política do cidadão, ou do nacional, na cidade antiga, correspondendo, no Estado moderno, a nacionalidade como a nacionalidade é essa mesma situação do nacional, ou do cidadão, no Estado moderno, que representa, na vida política com contemporânea, a cidade antiga. Por isso, se equivaler, no direito político, os vocábulos cidade e Estado, cidadão e nacional, cidadania e nacionalidade, cidade e estatal.

Claro é nacional — Quem desce-

alta antiguidade, já o cidadão era o nóciano, o habitante da cidade, o que tinha o mesmo culto dos seus concidadãos, daqueles que eram da mesma nação, em oposição ao estrangeiro, o que não tinha a sua região, não participava dos seus cultos, não sacrificava aos seus deuses e não era como ele nacional, leia Fustel de Coulanges, e verá, em *A cidade antiga*, como na verdade, assim era.

No capítulo XI, A lei, do livro II, A cidade, de Coulanges assim o termina: "A origem religiosa do direito antigo nos explica ainda uma das principais características desse direito. A religião era puramente *civil*, isto é, especial em cada cidade; daí não podia promanar também senão um direito *civil*. Mas importa attingir o sentido que essa palavra tinha entre os antigos. Quando eles diziam que o direito era civil, *ius civile*, *nomos politikos*, não entendiam somente que cada cidade tinha o seu código, como em nossos dias cada Estado tem o seu. Eles queriam dizer que as suas leis só tinham valor e ação entre os membros de uma mesma cidade. Não bastava habitar uma cidade para ser submetido às suas leis e ser por elas protegido; era necessário ser cidadão dela. A lei não existia para o escravo; ela não existia principalmente para o estrangeiro. Veremos, mais longe, que o estrangeiro, domiciliado em uma cidade, não podia ser nela proprietário, nem nela herdar, nem testar, nem fazer contrato de qualquer espécie, nem comparecer perante os tribunais ordinários dos cidadãos. Em Atenas, se ali se encontrasse credor de um cidadão, não podia demandá-lo na justiça para o pagamento de sua dívida, de vez que a lei não reconhecia valioso o contrato para ele.

Essas disposições do antigo direito eram de uma lógica perfeita. O direito não nascera da ideia de justiça, mas da religião, e não era concebido fora dela. Para que houvesse uma relação de direito entre dois homens, era necessário que houvesse entre eles uma relação religiosa, isto é, que tivessem o culto de um mesmo fogo e os mesmos sacrifícios. Tanto entre esses dois homens não existia essa comunidade religiosa, não parecia que pudesse existir qualquer relação de direito. Ora, nem o escravo nem o estrangeiro tinham parte na religião da cidade. Um estrangeiro e um cidadão podiam viver lado a lado longos anos sem que se concedesse a possibilidade de estabelecer um laço de direito entre eles. O direito era apenas uma das faces da religião. Ausência de religião comum, ausência de lei comum".

A seguir, Fustel de Coulanges, no capítulo seguinte, O cidadão e o estrangeiro, observa que "reconhecia-se o cidadão naquele que tinha parte no culto da cidade, e era dessa participação que lhe advinhavam todos os seus direitos civis e políticos. Falamos anteriormente das refeições públicas, que eram a principal cerimônia do culto nacional", empregada aqui a expressão nacional como sinônimo de cidadania, ou da cidade, ou seja do cidadão, evidenciando a sinonímia das duas palavras. "Se se quiser definir o cidadão dos tempos antigos pelo seu atributo mais essencial, é preciso dizer que é o homem que possui a religião da cidade. É o que venera os mesmos deuses". De outro lado, "o estrangeiro é, ao contrário, o que não tem acesso ao culto e o que os deuses não protegem e nem sequer tem direito de invocá-los. Porque os deuses nacionais" (o adjetivo é de Coulanges) "só querem receber as orações e as oferendas do cidadão; eles repelem os estrangeiros; a entrada de seus templos lhes é interdita e a sua presença durante as cerimônias é sacrilégio".

"E assim, como possuem de Coulanges, que a religião estabeleceu entre o cidadão e o estrangeiro distinção profunda e indissolúvel. Essa mesma religião, enquanto con-

nasse as almas, proibiu de admitirem-se aos estrangeiros o direito de cidadania. E, mais adiante, escreve que "admitir um estrangeiro entre os cidadãos e dar-lhe parte na religião e nos sacrifícios". Ora, para um tal ato, o povo não se sentia inteiramente livre, e era impróprio de escrúpulo religioso; porque sabia que as densas nacionais eram levadas a repellar os estrangeiros e que os sacrifícios poderiam ser alterados pela presença de um recém-vindo. A concessão do direito de cidade aos estrangeiros era verdadeira violação dos princípios fundamentais do auto nacional, e é por isso que a cidade, em sua origem, era disso tão aversa".

O estrangeiro não tendo qualquer parte na religião nacional, na religião da cidade, não tinha qualquer direito. "Se ele entrasse no recinto sagrado, que os sacerdotes tinham designado para reunião, era punido de morte. As leis da cidade não existiam para ele. Se cometesse delito era tratado como escravo e punido sem favor de processo, a cidade não lhe devendo qualquer justiça. Quando se chegou a sentir a necessidade de justiça para o estrangeiro, julgou-se conveniente estabelecer um tribunal excepcional. Roma tinha um pretor para julgar o estrangeiro, o pretor peregrino. Em Atenas, o juiz dos estrangeiros foi o pólmago. Isto é o mesmo magistrado encarregado dos negócios da guerra e de todas as relações com o inimigo".

Na cidade antiga, quem não era nacional não era cidadão. E quem não fosse cidadão, "os deuses não existiam para ele". Ele não tinha qualquer direito civil; não comparava aos tribunais nem mesmo como simples testemunha; lesado, não podia queixar-se; podia-se bater-lhe imprudentemente; as leis da cidade não o protegiam. O estrangeiro não tinha direitos políticos, nem civis, nem direito à religião, pois que só nos cidadãos se reconhecia e se asseguravam esses direitos.

Vê-se dessa exposição que, enquanto na cidade antiga cidadão e estrangeiro eram expressões antônimas, de significado oposto, cidadão e nacional eram uma mesma expressão em duas palavras de grafia diversa. Os direitos de nacionalidade eram, então, os de cidadania, embora não fossem usadas essas expressões. Mas, a invasão da cidade antiga tem aqui toda a oportunidade para desfazer a confusão que possa decorrer da distinção entre cidadão e nacional, ou entre direito de cidadania e direito de nacionalidade.

Na cidade antiga, o que diferenciava o cidadão do estrangeiro não era o fato de ser o primeiro eleito e o último não o ser. O que caracterizava o cidadão era o ser nacional, era ter os mesmos deuses, o mesmo culto, o mesmo lar, a mesma nacionalidade, a marca ascendente, os mesmos pais — de onde promanava a expressão pátria — e, assim, a proteção das leis da cidade. Então, como hoje, não se excluíam da nacionalidade, da cidadania, as pessoas do sexo feminino, os menores, os velhos, os enfermos, os inválidos e todos os que não votam, sendo, porém, extensivas a essas pessoas e a esses indivíduos os direitos de cidade, muito embora certos deles só fossem atribuídos a determinadas categorias e não a todos os cidadãos.

Nacional ou cidadão — O conceito do que seja, precisamente, nacional, ou cidadão, e, consequentemente, nacionalidade, ou cidadania, foi sempre objeto de dúvidas, desde os primeiros que se preocupavam em fixá-lo; mas, acha-se, modernamente, nitidamente estabelecido pelo direito político, que considera o Estado a organização jurídico-política da nação.

Exato que Aristóteles restringia

mo, os inválidos e todos os que não são membros verdadeiros do Estado, nem o diferenciava do de nacionalidade, e se bem que considerasse a cidadania perfeita a exclusão de qualquer magistratura, admitia a mesma para os menores e os velhos como cidadania relativa, ou imperfeita. Dela excluía os menores, os velhos, os artesãos, os escravos, os que trabalhavam na marinha e os estrangeiros, admitia que esses últimos, em determinadas condições, pudessem possuí-la. Para Aristóteles, o Estado, então, a cidade, era o objeto da atividade do homem político e do legislador, acrescentando, como se lê em *A Política*, que "o governo, ou a constituição política, não passa de certa ordem estabelecida entre os que habitam a cidade", cidade que "é multidão de cidadãos", o que não dá à residência garantia de direitos à ordem estatal, que era, então, cidadania.

Aristóteles, definindo cidadão, começava por admitir que não o seja na oligarquia quem o é na democracia, mas admitia que advém de adquirir o direito de cidade, muito embora estrangeiros, com direitos civis e comerciais, não possuíam os de natureza política, prosseguindo com a afirmação de que "pode-se dizer do cidadão o que se diz de qualquer dos indivíduos que vivem em navio: ele é o membro de uma sociedade", para concluir que "há várias espécies de cidadão, pertencendo esse título, principalmente, aos que tomam parte nas funções públicas". Como se vê, o grande categorizador nunca estabeleceu, nem categoricamente, nem mesmo tacitamente, a distinção entre nacionalidade e cidadania, de vez que, ao tratar, apenas, da cidadania, nunca fez paralelo entre cidadania e nacionalidade, nem para as distinguir e nem para as confundir. Não obstante assim ser, os que desejam estabelecer distinções entre os conceitos de nacionalidade e de cidadania acreditam encontrar nos ensinamentos aristotélicos o que se não depara nêles.

Não distinguindo os direitos de nacionalidade dos direitos de naturalidade, que são decorrência, no primeiro caso, de ato jurídico, e, no segundo, de fato jurídico, os que acreditam distinguir os direitos de nacionalidade dos direitos de cidadania não levam em conta que a cidadania é, também, ato jurídico, que atribui ao indivíduo as condições do nacional, assegurando-lhe a nacionalidade constitucional-natural. Direitos de nacionalidade, ou direito à proteção do Estado, e direitos de cidadania, ou direito de cidade, são expressões tão equivalentes como o são as palavras cidade — pólis, — de que promanam as expressões políticas e políticas, da antiguidade grega e do Estado, na vida moderna. Direitos de nacionalidade e direitos de cidade são, na verdade, uns e outros, direitos políticos, os direitos à proteção do Estado e de participação na organização e no funcionamento do poder público.

O fato de não se conceder ao estrangeiro todos os direitos políticos assegurados aos nacionais não é bastante para distinguir a nacionalidade da cidadania, porque mesmo entre os nacionais se diferenciavam os que têm, ou podem, exercer e gozar todos aqueles direitos e os que não devem, ou não podem, exercê-los e gozá-los. Não deixa de ser cidadão e não deixa de ser nacional o indivíduo humano que nasceu nacional, ou cidadão, de um Estado, ou se tornou cidadão, ou nacional dele, pelo fato de não possuir todas as condições imprescindíveis ao exercício do gozo de todos os direitos políticos, ou pela circunstância de, possuindo essas condições, não se habilitar a esse exercício, ou não se encontrar nesse caso. As constituições políticas e as leis não cominam tal sanção para essas situações.

Nacionalidade, ou cidadania, é, pois, decorrência do mesmo ato jurídico, expresso, ou tácito, enquanto naturalidade fato jurídico, expresso, ou tácito, enquanto naturalidade e fato jurídico. Será, talvez, possível que ocorram da circunstância de denominar-se naturalização o que se deveria, com propriedade, denominar-se nacionalização, as confusões e os equívocos que se registram no conceito do que sejam cidadania e nacionalidade.

O conceito do que é cidadão modificou-se com a evolução ao direito público, do direito político e das formas de governo e com a cada vez maior distensão de direitos e, consequentemente, de deveres, a todos os membros das sociedades políticas humanas. A concepção do cidadão, mesmo na pólis grega, foi se distendendo cada vez mais. Não se incluíam, então, como cidadãos, os menores, os velhos, os artesãos, os escravos, os homens empregados na marinha e os estrangeiros, pois os homens nasciam com direitos diversos, ao contrário do que ocorre no regime moderno da igualdade de todos os indivíduos humanos perante a lei. Hoje, nacional, ou cidadão, do Estado, é todo indivíduo humano que participa da organização desse determinado Estado e subordina-se, assim, à sua proteção, embora não goze e não exerça todos os direitos políticos que certos cidadãos gozam e exercem.

Por ocasião da proclamação da República fez-se, entre nós, certa confusão quanto ao exato valor dos vocábulos cidadão, nacional e estrangeiro. E assim que se depara no anteprojeto de Constituição da República de Magalhães Castro: "Art. 14. — O gozo dos direitos civis se individualiza e estende a todos os cidadãos, sem distinção de nacionalidade".

A palavra "cidadão" abrangia, neste artigo, tanto a brasileiros como a estrangeiros. Também no anteprojeto de Constituição de Brasilio Rodrigues depara-se esta disposição: "O seu artigo 15, em que se admite possa ser o "cidadão" — nacional ou estrangeiro: "§ 1.º — É inviolável a pessoa de todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, sem outra limitação além das que se legitimarem pela proteção social e memorística e à incapacidade de, pela assistência e socorro à invalidez, pela conexão ao trabalho e ao serviço militar, e pela prevenção e repressão dos crimes". Em anteprojeto não oficial da Constituição de 1891, do Sr. João Coelho Gomes Ribeiro, havia disposições com expressões idênticas: "Art. 19. — Todo o cidadão, nacional ou estrangeiro, residente no território da República, tem garantidos, por esta Constituição, os seguintes direitos": "Art. 44. — Em qualquer parte da União, onde residam ou se achem temporariamente, os cidadãos estrangeiros gozarão de todos os seus direitos individuais, civis e os cidadãos brasileiros de todos os direitos individuais, civis e políticos". Foi devido a essas fontes que o anteprojeto de Constituição da Comissão encarregada de elaborá-lo pelo Governo Provisório apresentou este dispositivo: "Art. 39. — A presente Constituição garante a todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros a inviolabilidade dos direitos individuais e civis, que têm por base a liberdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes".

Se Magalhães Castro, Basílio dos Santos e Gomes Ribeiro consideraram, como vimos, cidadãos não só os nacionais como os estrangeiros, tornando o cidadão gênero de que seriam espécies nacional e estrangeiro, Americano Brasileiro, no seu anteprojeto da Constituição de 1901, considerou coisas diferentes: a) estrangeiros; b) brasileiros naturalizados; c) cidadãos brasileiros. Excluiu, assim, da cidadania aos naturalizados. E o que

se depreende desta disposição: "Art. 72. — A presente Constituição garante a todos — estrangeiros, brasileiros naturalizados e cidadãos brasileiros — a inviolabilidade dos direitos individuais e civis, que têm por base a liberdade, a segurança e a propriedade, nos termos seguintes". E verdade que, no artigo 71, Brasileiro incluiu entre os brasileiros — "V. — O estrangeiro que possuir seus imóveis no Brasil e for casado com brasileira, ou tiver filhos brasileiros, salvo se manifestar, perante a autoridade que a lei designar, a intenção de conservar a sua nacionalidade". VI. — O estrangeiro naturalizado". Esses estrangeiros naturalizados eram, nos apenas, brasileiros e não cidadãos brasileiros. E verdade, porém, que pelo artigo 68, considerava cidadão brasileiro "quem for brasileiro e estiver alistado eleitor".

Por outro lado, o anteprojeto da Constituição de 1891 elaborado por Santos Werneck e Rangel Pestana apresentava disposição da qual se poderia deprender a existência de cidadania dos Estados membros da Federação: "Art. 43. — Nenhum Estado pode estabelecer diferença entre o nascido nos seus territórios e outros cidadãos brasileiros".

Comentando o artigo 71 da Constituição de 1891, João Barbalho, nos seus clássicos *Comentários*, adverte, às páginas 293-294, que — "O art. 71, § 2º, continua a perda dos direitos parágrafo 2º, trata da perda dos direitos de cidadão e o art. 72, § 2º, continua a perda dos direitos políticos, o que não é a mesma coisa, sem nisso irem-se as qualidades de cidadão, a nacionalidade do brasileiro, os direitos de que os nacionais gozam além dos de ordem política".

A essa advertência, em que se consideram sinônimos "cidadãos", "nacionalidade de brasileiro" e "nacionais", nota o douto comentarista a lição de H. Flanders, em *Uma Exposição sobre a Constituição dos Estados Unidos*, quarta edição, página 253, assim concebida, conforme o texto inglês, em segunda tradução: "Uma pessoa pode ser cidadão, isto é, dever lealdade ao governo e estar habilitado à proteção dele e, todavia, não possuir os requisitos exigidos por lei para praticar certos atos que outros cidadãos realizam. Por exemplo, o simples fato de gozar os direitos de cidadão não habilita qualquer pessoa a exercer o direito de sufrágio. Ela precisa, em complemento a tal fato, apresentar os requisitos exigidos por lei como a condição para esses exercícios". Eis o original dessa tradução: "A person may be a citizen, that is, owe allegiance to the government and be entitled to protection from it, and yet not possess the qualifications required by law to do certain things that other citizens do. For example, the mere fact of citizenship not entitle any person to exercise the right of suffrage. He must in addition to such fact possess the qualifications required by law as the condition of such exercise". (H. Flanders, *An Exposition on the Constitution of the United States*, 4ª ed., p. 253). Transcrevendo esse excerpto, João Barbalho acrescenta-lhe: "O que o autor diz quanto ao voto, aplica-se, em geral, aos direitos políticos".

Em *Constituição dos Estados Unidos anotada*, página 4, nota 2, registrou A. J. Baker: "Eleitores não são, necessariamente, cidadãos. Os Estados podem conferir a estrangeiros o direito de voto, mas não podem fazê-lo cidadãos dos Estados Unidos. Fred Scott v. Sandford, 19, How 404-414". E a página 159, nota 21: "A palavra 'cidadão' é usada para representar a ideia de membro da nação. Nesse sentido, as mulheres nascidas de pais que se acham nos Estados Unidos foram sempre consideradas cidadãs, não só antes como depois da adoção da 14ª emenda. Minor v. Happerset, 21 Wall. 162".

At fica a lição aos que se obstinam em considerar cidadão apenas quem

Figuravam, ainda, na Constituição do Império do Brasil estas disposições:

"Art. 92 — São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

1.º — Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados, e os clérigos da Ordem Sacerdotal; 2.º — Os filhos-famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem officios publicos; 3.º — Os criados de servidão, em cuja classe não entram os guardas de honra, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fábricas; 4.º — Os religiosos, e quaisquer que vivam em comunidade claustral; 5.º — Os que não tiverem de renda líquida anual nem mil réis por bem de raiz, indústria, comércio, ou empregos".

"Art. 93 — Os que não podem votar nas assembleias primárias de paróquias não podem ser membros, nem votar na nomeação de alguma autoridade eletiva nacional ou local".

"Art. 94 — Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província todos os que podem votar na assembleia paroquial. Exceptuam-se: 1.º — Os que não tiverem de renda líquida anual duzentos mil réis por bem de raiz, indústria, comércio ou emprego; 2.º — Os libertos; 3.º — Os criminosos pronunciados em quebra ou devassa".

"Art. 95 — Todos os que podem ser eleitores são hábels para serem nomeados deputados. Exceptuam-se: 1.º — Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida, na forma dos artigos 92 e 24; 2.º — Os estrangeiros naturalizados; 3.º — Os que não professarem a religião do Estado".

"Art. 96 — Os cidadãos brasileiros em qualquer parte que existam, são elegíveis em cada distrito eleitoral para deputados ou senadores, ainda quando ali não sejam nascidos, residentes ou domiciliados".

Além dos excluídos de votar pelo artigo 62 da Constituição do Império do Brasil, também o foram, pelo artigo 18 da lei de 19 de agosto de 1846, as praças de pret do exercito, da armada e da força policial paga e os marinheiros dos navios de guerra.

Como se vê, a Constituição do Império do Brasil ao se referir aos cidadãos ativos o fazia aqueles que se achavam no exercício do direito do voto, ou seja aos eleitores, porque só esses podem exercer esse direito. Não era mister que assim se estabelecesse expressamente para que assim fosse. No regime atual, da Constituição de 1946, embora nela não se aluda a cidadãos ativos e se tenha suprimido do artigo 129 a palavra cidadãos, sob o recho de que se houvesse de distinguir os cidadãos, em ativos e não ativos, só podem votar os cidadãos alistados eleitores, isto é, os cidadãos com capacidade política ativa, os cidadãos ativos, não obstante a mesma Constituição declarar que o alistamento e voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos.

Convém recordar que a Constituição suíça estabeleceu, no artigo 74 que "tem o direito de tomar parte nas eleições e nas votações todo suíço de vinte anos completos que não estiver excluído do direito de cidadania ativo pela legislação do cantão onde tem seu domicilio", acrescentando que "todavia a legislação federal poderá regular o exercício deste direito de modo uniforme"; e, no artigo 75, declara que "é elegível como membro do Conselho Nacional todo o cidadão suíço leigo e tendo direito de votar". Na Constituição do Chile, vigente em 1926, encontravam-se estas dis-

posições: "Art. 7.º — São cidadãos ativos com direito de sufrágio os cidadãos que tenham vinte e um anos de idade, que saibam ler e escrever e estejam inscritos nos registros eleitorais. Art. 8.º — Suspende-se a qualidade de cidadão ativo com direito de sufrágio" (segue-se enumeração). "Art. 9.º — Perde-se a qualidade de cidadão ativo com direito de sufrágio" (segue a enumeração).

Condenar a distinção dos cidadãos em ativos e não ativos, em perfeitos e não perfeitos, em *quos optimo jure* e *quos non optimo jure*, é ignorar que os cidadãos são as pessoas do direito político e que, em direito, todas as pessoas podem gozar de capacidade ativa e de capacidade passiva, sendo que todos os indivíduos humanos, até antes do nascimento, gozam, no campo do direito civil, essa última. Da mesma forma, no direito público, só é cidadão ativo e exerce o direito do voto o eleitor, mas todo o nacional, que não é eleitor, é cidadão, tendo, como tal, pela sua capacidade política passiva, a proteção do Estado.

CIDADÃO ATIVO, OU NÃO ATIVO. — No *Direito Público Brasileiro*, página 444, n.º 612, Pimenta Bueno aludia "aos simples nacionais, ou simples cidadãos, para distinguí-los dos cidadãos ativos", os únicos que têm a faculdade, ou prerrogativa, "de participar na formação do poder público". A Constituição da República estabelece:

Art. 36. "§ 1.º O cidadão investido na função de um deles (poderes) não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição".

Art. 38. "Parágrafo único. — São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

I — ser brasileiro (artigo 129, números I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos";

"Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República:

I — ser brasileiro (artigo 129, números I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos".

Art. 87. "Parágrafo único. — São condições essenciais para a investidura no cargo de Ministro de Estado:

I — ser brasileiro (artigo 129, números I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos".

"Art. 99. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (artigo 129, números I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada".

"Art. 110. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República, compor-se-á:

II — por nomeação do Presidente da República, de dois entre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Supremo Tribunal Federal".

"Art. 12. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça".

"Art. 129. O Ministério Público Federal tem por chefe o Procurador Geral da República. O Procurador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 99, é admissível *ad nutum*".

Art. 141. "§ 38 — Qualquer parte legítima para pleitear a declaração de

nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista".

"Art. 143. O Governo Federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, a se tiver filho brasileiro (art. 129, números I e II) dependente da economia paterna".

Art. 155. "Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, bem como dois tripulantes, pelo menos, de seus tripulantes, devem ser brasileiros (art. 129, ns. I e II)".

Art. 160. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas...

A brasileiros (art. 129, ns. I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa".

Os ns. I e II do artigo 129 da Constituição declaram brasileiros os cidadãos brasileiros natos por naturalidade (I), ou por nacionalidade (II), pois os números III e IV declaram brasileiros os que adquirirem a nacionalidade brasileira diversa da de sua naturalidade. Seria mais simples, sempre que se pretendesse exigir ao brasileiro o requisito da nacionalidade decorrente da naturalidade, da nacionalidade de nascimento, referir-se ao cidadão brasileiro nato, em lugar de fazer-se a referência aos números I e II do art. 129 da Constituição.

As disposições constitucionais, que exigem requisitos, simultaneamente, de nacionalidade brasileira, pelo nascimento, e de exercício dos direitos políticos, estão distinguindo os simples cidadãos dos cidadãos ativos — porque os primeiros, são brasileiros pela nacionalidade decorrente da naturalidade, que se não acham no exercício dos direitos políticos, e os segundos são cidadãos, que se acham no exercício desses direitos. Essa é a distinção que decorre, fatalmente, das disposições dos artigos 36, I e II, 80, I e II, 90, parágrafo único, 99, 143, 155 e 160 da Constituição de 1946.

Qual a distinção feita pela Constituição entre os simples cidadãos dos arts. 36, § 1.º, 110, II, 112, II e 141, § 38, e os brasileiros no exercício dos direitos políticos? Trata-se de uma e mesma coisa, ou trata-se, num caso, de simples cidadão e, em outro, de cidadão ativo? Parece-nos que a Constituição não distinguia entre os cidadãos dos artigos por último referidos e os brasileiros do art. 129, ns. I e II. Mas, é evidente que essa distinção é feita sempre que, além de se exigir o requisito de brasileiro para o exercício de qualquer função pública, se exige, simultaneamente, o exercício dos direitos políticos.

Se cidadão só fosse, como há quem pretenda, eleitor, a Constituição, aludindo ao requisito de exercício dos direitos políticos, não precisaria solicitar, ao mesmo tempo, o requisito de ser brasileiro, porque o cidadão eleitor, o que exerce os direitos políticos, deve ser, necessariamente, brasileiro, ainda que o não seja nato, mas naturalizado. O cidadão, que se não acha no exercício dos direitos políticos, não é eleitor, podendo, porém, ser cidadão, por naturalidade, ou por nacionalidade, sem se achar habilitado ao exercício do voto, ainda que capaz para, em certos casos, ser votado.

Concebe-se que se queira impugnar a distinção entre simples cidadão e cidadão ativo. Não se compreende, porém, que se pretenda ser cidadão apenas, somente, o eleitor. O direito político caracteriza nitidamente o cidadão que é eleitor do que o não é, o cidadão de capacidade política ativa, o cidadão ativo, de que a não possui, do que não pode exercer, por isso, os direitos políticos. A Constituição de 1946 nem sempre confunde a situação desses cidadãos, embora o seu capítulo *Da nacionalidade e da cidadania* se deixasse inspirar pelos que confundem coisas tão distintas.

Cidadão e eleitor. — Direito político é gênero de que o direito eleitoral é espécie. Direito político, no grego *politica*, é o direito do cidadão, *polites*, ou seja do que reside na cidade, *pólis*, cidade, que constituía, na Grécia, o Estado, a República, emprestando-se essa mesma palavra *pólis* para, por extensão, designar-se o país.

Se, como indicado, ser cidadão, na Grécia, era particular da cidade e gozar dos direitos que a cidade, como Estado, atribuía aos seus habitantes, habitantes que essa organização política protegia, também em Roma o *civis* era o que tinha os direitos de cidade, *civitas*, considerada a cidade como reunião de cidadãos, constituindo nação, tendo governo próprio, que regava direitos, governo capaz de, na frase do CICERO, *honore aliquid civitate*, isto é, dar a alguém o direito de cidadania.

Quando se votou a Constituição francesa de 1791, se estabeleceu, no título 3.º, capítulo 1.º, Seção 2.ª, artigo 7.º, que ninguém poderia ser eleitor se não reunisse as condições necessárias para ser cidadão ativo, mais as que então enumerava. Os cidadãos ativos, a que se referia essa Constituição, eram os contribuintes que, em virtude de sua situação econômica, formavam as assembleias primárias, de onde se excluía o cidadão passivo, assim considerado o que não pagava ao fisco três diárias de trabalho. A Constituição espanhola de 1812, uma das fontes da nossa Constituição do Império, estabeleceu, no artigo 45, que para ser alistado (*nombrado*) eleitor paroquial era mister ser cidadão maior de vinte e cinco anos.

Vê-se por essa exposição, a diferença nítida que existe entre direito político e direito eleitoral. Direito político é o direito do cidadão, dos cidadãos de um Estado, ou seja de quantos residem nesse Estado e nele usufruem os direitos de cidadania, de nacionalidade. Entre esses cidadãos se incluem os que não abrem mão, pela circunstância eventual de se acharem, temporariamente, afastados de seu país, do direito de sua cidadania, de sua nacionalidade, de seu Estado. O direito eleitoral é, porém, o direito do eleitor, quer dizer daquele que, pelo sufrágio, pelo voto, colabora na organização do governo da cidade, ou do Estado formado pela sua nacionalidade. Não é, portanto, metos nítida, menos precisa, do que a distinção entre direito político e direito eleitoral a que, necessariamente, se faz entre cidadão e eleitor, coisas que se não confundem.

A capacidade do cidadão pode ser ativa, ou passiva. A capacidade ativa do cidadão é a capacidade de exercer atividades políticas, enquanto a sua capacidade passiva é a capacidade para gozar dos direitos da cidadania, embora não seja apto para exercê-los. Exemplificando: o cidadão que se acha inscrito nos registros de alistamento eleitoral e exerce o direito de sufrágio, o cidadão que é eleitor, possui a capacidade política ativa; por outro lado, o cidadão que se não acha alistado eleitor, pode ser votado e tem a proteção do Estado pela sua naturalidade, ou pela sua nacionalidade nata, ou adquirida, gozando, assim, apenas a capacidade política, política passiva.

Decorre do que assermos que todo o eleitor é cidadão, mas nem todo o cidadão é eleitor. E a prova disso pode ser feita em face da nossa própria legislação eleitoral: pelo Decreto-lei número 7.586, de 28 de maio de 1945, artigo 3.º "não podem alistar-se eleitores: a) os que não saibam ler e escrever; b) os militares em serviço ativo, salvo os oficiais; c) os mendigos; d) os que estiverem temporária ou definitivamente privados dos direitos políticos". Quem dirá que, por não poderem alistar-se eleitores, não são cidadãos os incluídos nessas letras do artigo 3.º da vigente lei eleitoral? Não serão cidadãos os que não sabem ler e escrever, mas são brasileiros natos,

maiores, casados, de alta potencialidade econômica, pais de cidadãos brasileiros? Não serão cidadãos os militares em serviço ativo, nos quais prevalece a defesa da pátria e das suas instituições políticas? Não se referiu o saudoso general Manuel Rabelo, quando interveio em São Paulo, aos "cidadãos mendigos"?

A lei eleitoral vigente estabelece, ainda, no artigo 4.º, que "o alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros, de um e outro sexo, salvo a) os inválidos; b) os maiores de 65 anos; c) os brasileiros a serviço do país no estrangeiro; d) os oficiais das forças armadas em serviço ativo; e) os funcionários públicos em gozo de licença, ou férias, fora do seu domicílio; f) os magistrados; g) as mulheres que não exerçam profissão lucrativa". Dar-se-á o caso de ser cidadão o inválido que seja eleitor e não ser cidadão o que eleitor não é? O maior de 65 anos, que já tenha sido eleitor e que deixe espontaneamente de sê-lo, perde, por essa circunstância, a sua cidadania, a sua capacidade política passiva? Não será cidadão o brasileiro a serviço do país no estrangeiro pelo fato de não se achar, no momento, em que desempenhe esse serviço, alistado eleitor? O oficial da força armada, a quem cumpre a defesa do Estado, da República, da nação e do povo brasileiro, nascido brasileiro, não será cidadão brasileiro na hipótese de não se alistar eleitor como lhe facultam a lei? Não será cidadão o funcionário público que não seja eleitor? E os magistrados, os que exercem as funções de guardiães da cidade — polícias phylax, como se chamavam os magistrados de Larissa — não serão, aesso cidadãos só por não se alistarem eleitores, como lhes facultam a lei? E a cidadã mulher eleitora e não o é a que tem todas as qualidades para ser eleitora só pelo fato de não o ser? Pretender que só seja cidadão brasileiro o cidadão alistado eleitor é fugir de toda a nossa tradição política, ao contrariar a consignação na Constituição de 1824, que no artigo 1.º estabelece ser o Império do Brasil associação política de todos os cidadãos brasileiros, ou sejam os que formaram, então, "uma nação livre e independente".

Se cidadão é, apenas, o nacional eleitor, se há de concluir que, no regime da chamada Constituição de 1937, que não permitiu a existência de eleitores no país, abolidas que foram, na sua vigência as manifestações das urnas, os perigos democráticos das eleições, não não havia, então um só cidadão na República, no Brasil. Eramos, então, Estado sem pessoas políticas, sem eleitores e, portanto, sem cidadãos.

Tem, pois, noção de todo inexacto do que seja cidadão quem pretende que só cidadão o cidadão eleitor. Evidentemente, todo eleitor é cidadão; mas nem todo cidadão é eleitor e nem todo cidadão pode ser eleitor. Porque para sê-lo são exigidos requisitos especiais aos cidadãos, com os de idade, de saber ler e escrever e de capacidade econômica, que nem todos os cidadãos possuem.

Quanto tem direito a proteção de um Estado, gozando-a, ainda que não exerçam os direitos de cidadania, são cidadãos desse Estado. Pretender que só seja cidadão quem é eleitor, é confundir, lamentavelmente, o direito político na sua maior amplitude, com o direito eleitoral, que, embora circunscrito no diagrama daquele, não tem a sua extensão, não ocupa toda a área por aquele dominada.

Cidadão é o que goza do direito de cidade, de direitos políticos: eleitor é o que exerce o direito de eleger, o direito eleitoral, o direito do sufrágio, o direito do voto. Ora, esse direito, eminentemente político, não é o único direito político, pois esse direito estrangeiro, além do direito propriamente eleitoral, o direito de dispor dos poderes políticos, o direito de ser elei-

to, o direito de representação política, o direito parlamentar, o direito internacional público, o direito de livre crítica ao governo e o direito administrativo, quando discricionário.

Se partirmos da premissa de que só o eleitor é cidadão, excluirmos da cidadania o maior número dos cidadãos de um Estado e chegaremos, por isso, a conclusões estapafúrdias. E mister, pois, concluir que cidadão é todo aquele que goza, em um Estado, da cidadania, direito de cidade, direito político, enquanto eleitor é o cidadão que se inscreveu no alistamento eleitoral. O primeiro é o cidadão sem qualquer restrição, ao passo que o último é o cidadão eleitor, denominado, também o cidadão ativo, pela circunstância de possuir capacidade política ativa, que não possui o cidadão que não o eleitor, o cidadão de simples capacidade política passiva.

Quem desvirtua dessas noções propriedades, primeiras, da cidadania, poderá chegar a mais disparatadas conclusões em direito político, argumentando com premissa evidentemente errada, sem nenhuma base sólida, firme, segura. Estas noções não podem ser alteradas por quem quer que tenha valor de mestre, pois é esse um dos casos em que não prevalece o *magister dixit*. Nesse caso, não prevalece o chamado argumento de autoridade, porque o argumento contrário ao que resulta do conhecimento exato do problema não é de autoridade, mas o de ausência completa de autoridade para resolvê-lo convenientemente.

Cidadão eleitor não são vocábulos sinônimos, não são uma e a mesma coisa. Pelo decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889, o Governo Provisório declarou eleitores "todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, sabendo ler e escrever".

Artides Milton, em *A Constituição do Brasil*, 2.ª edição, 1896, escreve sobre o artigo 26 da Constituição de 1891: "Para se estar na posse do direito de eleitor, o art. 70 quer não só que o cidadão reúna os requisitos exigidos para ser alistado, mas que efetivamente fique no alistamento eleitoral". E o que, na verdade se conclui do citado art. 70, quando ele diz: "21 anos, que se alistaram na forma da lei". Por conseguinte, está patente, que, para o cidadão achar-se na posse do direito de eleitor, torna-se indispensável a condição do alistamento.

Nem sempre o cidadão é eleitor e nem sempre o eleitor é cidadão. Veja-se, neste sentido, o que dispunham duas Constituições estaduais no regime de 1891: — "Art. 127. *in fine*: Nas eleições municipais serão eleitores os estrangeiros que tiverem um ano de residência, pelo menos, e forem contribuintes do município. (Constituição da Bahia de 24 de maio de 1915); — "Art. 53. 2.º — Os estrangeiros com residência de três anos no município e que forem contribuintes do cofre municipal serão alistados em qualificação especial feita pela Câmara Municipal, desde que o requeram, contanto que sejam maiores de 21 anos e saibam ler e escrever. Os que forem assim qualificados poderão votar e ser votados na eleição para Vereadores e intendente. 6.º — A todo cidadão, alistado ou não, será permitido o direito de fiscalizar o processo eleitoral que nela se deram. (Constituição de Mato Grosso de 1891). Concluem disposições idênticas as primeiras Constituições de Minas Gerais (art. 82, parágrafo único), de Pernambuco (art. 82), do Piauí (artigo 81 e de Sergipe, não obstante haver o Congresso Constituinte de 1891 recusado o direito de voto aos estrangeiros.

Rui Barbosa escreveu na Contestação à eleição do marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República, apresentada ao Congresso Nacional, em 1910: "A naturalização é

o ato pelo qual uma pessoa adquire em um Estado, onde não nasceu, a qualidade de nacional, ou cidadão. (Weiss, *Traité de droit international privé*, 1892, pág. 281; Rodrigo Otávio, *Direito do estrangeiro no Brasil*, 1909, pág. 107). "A seguir, assentou que os direitos de cidade são os direitos de cidadão. Nesse sentido, pois, que é o técnico, são expressões equivalentes as de cidadão e nacional. (Weiss, *id.*, pág. 180). "Após outras considerações, em que assinalou serem cidadãos a mulher e o menor, concluiu com a assertiva de que "se todos os direitos políticos são reservados aos cidadãos, nem todos os direitos reservados aos cidadãos são direitos políticos." E, posteriormente, Rui proclamou, que, "entre nós, todos os nacionais são cidadãos" e que "seis vastas categorias há de cidadãos, que não gozam dos direitos políticos, visto como as cinco particularizadas no artigo 70 da Constituição, menores, mendigos, analfabetos, soldados e religiosos, acresce a das mulheres. Esta, por si só representa metade, pelo menos, dos cidadãos brasileiros. Somando-as a outras cinco, temos, por consequência, que dos direitos políticos estão privados os cidadãos brasileiros na sua grande maioria".

Respondendo a Rui Barbosa, na parte em que ele alegara a inelegibilidade do marechal Hermes da Fonseca para as eleições presidenciais de 1910, Germano Hassocher declarou, na sessão do Congresso Nacional de 28 de julho de 1910: "A nossa Constituição garante ao indivíduo a liberdade de exercer o seu direito de voto, pois que o exercício do direito político é uma faculdade concedida ao cidadão", acrescentando que "o maior dos nossos presidentes, o Sr. Campos Sales, não era eleitor". Replicando a Germano Hassocher, Irineu Machado assinalou: "Desde que é princípio de direito que um cidadão, para exercer a função social do sufrágio precisa, em primeiro lugar, inscrever-se, ou alistar-se, pois, ninguém nasce eleitor, nenhuma importância tem a objeção do honrado representante do Rio Grande do Sul quando diz que todo o cidadão brasileiro, sendo alistável, tem o exercício dos direitos políticos e o direito de participar da direção dos negócios públicos.

Na Itália, segundo Paviani, em *Direito eleitoral nas leis e na jurisprudência*, capítulo 7.º, pág. 146, o cidadão para ser eleitor, para gozar e exercer o direito de voto, precisa de requisitos dos quais é número 1 — "gozar, por nascimento, ou por origem, dos direitos civis e políticos do Reino".

Em Portugal, segundo Sá e Albuquerque, no *Direito Eleitoral Português*, são diversas as qualidades "de simples cidadão e de cidadão ativo: aquele gozando dos direitos civis e tendo capacidade para vir a gozar dos políticos; este gozando de uns e de outros direitos. O menor está na primeira categoria, tem capacidade para vir a gozar dos direitos políticos".

Cidadão o eleitor. — O fenômeno da organização de sociedade política, do homem em cidade, na antiguidade, em Estado, posteriormente, sendo esse ampliação daquele apenas em volume, tanto em território como no elemento pessoal. Quanto a esse último elemento, senão na quantidade. O que era ali Nação, conjunto do elemento pessoal da cidade, Nação continuou a ser como elemento pessoal da organização estatal. O que, na cidade, era o nacional — seu cidadão, manteve-se, no Estado, o nacional seu cidadão, porque não se criou substantivo correspondente a Estado para designar o membro da associação política estatal, sem dúvida por não haver necessidade, uma vez que a palavra cidadão preenche todos os requisitos para essa denominação. Na verdade, é maior a derivação de vocá-

bulo de cidade — *cidu*, *ciudad*, *ciudadela*, *ciudadino*, *ciudadano*, — não levando em conta as originações do vocábulo grego *polis*; — política, político, e seus derivados — do que de Estado — *estadual*, *estatal*, *estaduano*, *estadista*. Por isso mesmo, o único vocábulo, correspondente a cidadão, de uso vulgar, *nacional*, deriva de *Nação*, como *nacionalidade*.

Pretender dar a nacional significação diversa da de cidadão, reservando essa última denominação para o nacional com capacidade política, é reconhecer que o cidadão é, também, nacional. Considerando-se o nacional, nas condições assinaladas, cidadão, pretende-se abstrair o nacional da qualificação de cidadão antes de adquirir essa qualificação. Por que? Por não participar ele dos direitos políticos? Não, uma vez que, embora os exerça, os possui, os goza. Não é ele sujeito de direito político, mas é objeto. Não tem ele a capacidade política ativa, mas possui a passiva. Não exerce o direito do sufrágio, mas tem o direito à proteção que o Estado dispensa aos menores, aos enfermos, aos seus súditos em face de outro Estado. E com a denominação de nacional, ou de cidadão, não se modifica a situação do indivíduo em relação à associação política, à Nação, à cidade, ao Estado.

A manutenção da sinonímia existente entre cidadão e nacional, ou a diferenciação do significado técnico desses dois vocábulos, impõe aos cidadãos na sua aplicação, conforme se admita, uma ou outra hipótese. Não poderá, porém, determinar confusão entre nacional e eleitor, ou eleitor e cidadão, porque, pelo menos na totalidade dos Estados contemporâneos, só é eleitor o nacional, ou cidadão, ou mesmo o estrangeiro, com os requisitos legais, devidamente alegados, reconhecidos e proclamados no processo de inscrição eleitoral.

É verdade que o cidadão eleitor, o cidadão ativo, que se reduziria ao simples cidadão, se se considerasse apenas nacional o cidadão não eleitor, o cidadão não ativo, poderia, nessa hipótese, ser admitido a cidadania, automaticamente, desde que atingisse determinada idade e não incidisse em vedações legais. Limitar-se-ia, assim, e muito, o número dos cidadãos, não aumentando o dos nacionais. E que vantagens de natureza contrinária, ou de ordem prática, adviriam daí? E porque, admitida a hipótese, não se dar ao nacional tornado eleitor esse nome, suprimindo-se o de cidadão no rigorismo da nomenclatura técnica do direito político?

Como, porém, afastar do direito político a palavra cidadão, substituída por eleitor, quando essas palavras têm no direito político e, principalmente, no eleitoral, significações que não coincidem, em todas as municipalidades? Não importaria essa solução do problema em facilitá-lo na sua prática. Provavelmente o complicaria mais do que o complicam, atualmente, os que se insurgem contra a sinonímia entre nacional e cidadão e preferem considerar o nacional o membro da sociedade política de modo geral e cidadão, de modo particular, esse membro que seja eleitor.

A Constituição Suíça estabelece, no artigo 43, que "todo cidadão de um Cantão é cidadão suíço", acrescentando que "com este título pode, no lugar de seu domicílio, tomar parte em todas as eleições e votações em matéria federal, tendo previamente justificada a sua qualidade de eleitor". Vê-se, pelo que dispõe a Constituição Suíça, que o cidadão suíço nem sempre é eleitor, pois precisa habilitar-se previamente como tal para poder tomar parte em eleições e votações.

Pela 14.ª emenda à Constituição dos Estados Unidos, proposta, a 1 de fevereiro de 1865, pelo 38.º Congresso, e ratificada em 18 de dezem-

tero do mesmo ano, em seu "n.º 3". O número dos representantes será repartido entre os diferentes Estados proporcionalmente à sua população respectiva, nela compreendido o número total dos habitantes de cada Estado, com exceção dos índios que não pagam impostos; quando, porém, o direito do voto em qualquer eleição para a escolha dos eleitores para a presidência e a vice-presidência dos Estados Unidos, para os representantes no Congresso, funcionários do poder executivo ou judicial de um Estado, ou membros de sua legislatura, for recusado a qualquer varão habitante desse Estado, maior de 21 anos, e cidadão dos Estados Unidos, ou seja essa ditto restringido de qualquer modo, a menos que o seja por tomar parte em rebelião, ou outro crime, a base da representação respectiva será reduzida na proporção que essas classes representarem em relação à totalidade dos cidadãos masculinos do Estado, maiores de 21 anos. De onde a diferença entre cidadãos e eleitores, entre cidadãos masculinos e femininos, entre cidadãos maiores e menores de 21 anos. *Willoughby em Os direitos e deveres dos cidadãos americanos*, pág. 203, assinala que o direito do voto não é consequência necessária da cidadania. De onde resultou que a décima terceira emenda constitucional, outorgando a emancipação aos negros, e a décima quarta, conferindo-lhes a cidadania, não lhes atribuíram o direito de sufrágio". Em *Enciclopédia americana e inglesa de direito*, 2.ª ed., vol. VI, 1898, pág. 15, se lê que "a posse dos direitos políticos não é essencial à cidadania".

Pelo projeto de Constituição do Império do Brasil, "art. 122. As eleições são indiretas, elegendo-se a massa dos cidadãos aos eleitores e os eleitores deputados igualmente aos senadores nesta primeira organização do Senado". Pelo "art. 123. São cidadãos ativos para votar nas assembleias primárias ou de paróquias: I — Todos os brasileiros ingênuos e os libertos nascidos no Brasil. II — Os estrangeiros naturalizados. Mas tanto uns como outros devem estar no gozo dos direitos políticos, na conformidade dos arts. 31 e 32, e ter o rendimento líquido anual o valor de cento e cinquenta alqueires de farinha de mandioca regulado pelo preço médio da sua respectiva frequência, e proveniente de bens de raiz próprios ou foreiros ou arrendados por longo termo, como de nove anos e mais. Os alqueires serão regulados pelo padrão da capital do Império". E, pelo "art. 124. Excetuam-se: I. Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e oficiais militares que tiverem 21 anos, os bacharéis formados, e os clérigos de ordens sacras. II — Os filhos-famílias que estiverem no poder em companhia de seus pais, salvo se servirem em empregos públicos. III — Os criados de servir, não entrando nesta classe os fideiússos. IV — Os libertos que não forem nascidos no Brasil, exceto se tiverem patentes militares ou ordens sacras. V — Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral, não se compreendendo, porém, nesta exceção os religiosos das ordens militares nem os secularizados. VI — Os católicos, nos quais se não compreendem os guardas-livros. VII — Os for. alieiros". Esta adiante dissona o me. no projeto de Constituição: "art. 126 — Podem ser eleitores e votar: I. Os eleitores e votar na eleição dos deputados todos os que podem votar nas assembleias de paróquias, contanto que tenham rendimentos líquidos anuais o valor de duzentos e cinquenta alqueires de farinha de mandioca, regulado pelo preço médio do lugar do seu domicílio e provenientes de bens

rurais e urbanos de raiz ou próprios, ou foreiros, ou arrendados por longo termo, ou de comércio, indústria, ou artes, sendo os alqueires regulados na forma já dita no art. 123, parágrafo III. Art. 127 — Não podem ser eleitores os libertos em qualquer parte nascidos, embora tenham patentes militares, ou ordens sacras. Art. 130 — Apesar de terem as qualidades do art. 129 (para serem eleitos deputados nacionais) são excluídos de ser eleitor: I — Os estrangeiros naturalizados. II — Os criados da casa imperial. III — Os apresentados por falidos, enquanto não se justificar o que são de boa fé. IV — Os pronunciados por qualquer crime a que as leis imponham pena maior que seis meses de prisão, ou degozo para fora da comarca. V — Os cidadãos brasileiros nascidos em Portugal se não tiverem 12 anos de domicílio no Brasil e não forem casados ou viúvos de mulher nativa brasileira.

A Constituição do Império do Brasil estabelece no capítulo 1º Das eleições, no título Do Poder Legislativo, "Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a assembleia geral e dos membros dos conselhos gerais das províncias serão feitas por eleições indiretas, elegendo-se a massa dos cidadãos ativos em assembleias paróquias os eleitores de província e estes os representantes da nação e das províncias. Art. 91 — Têm voto nestas eleições primárias: 1.º Os cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos. 2.º Os estrangeiros naturalizados. Art. 92 — São excluídos de votar nas assembleias paróquias: 1.º Os menores de 25 anos, nos quais se não compreendem os casados e os oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras. 2.º Os filhos família, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem em empregos públicos. 3.º Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros e primeiros-caixeiros das casas comerciais ou criados da casa imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas. 4.º Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral. 5.º Os que não tiverem de renda líquida anual 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Art. 94. — Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província todos os cidadãos da casa imperial, que não paróquia. Excetuam-se: 1.º — Os que não tiverem de renda líquida anual 100\$ por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. 2.º — Os libertos 3.º — Os criminosos pronunciados em quebra ou devassa.

A Constituição de 1891 dispunha sob a epígrafe Dos cidadãos brasileiros e a ementa Das qualidades dos cidadãos brasileiros: Art. 70 — São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. Parágrafo 1.º — Não podem alistar-se eleitores para eleições federais ou para as dos Estados: 1.º os mendigos; 2.º os analfabetos; 3.º as praças de pré-exceções os alunos das escolas militares de ensino superior; 4.º os religiosos de ordens monásticas, concretamente sujeitos a voto de obediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual.

O projeto da Constituição da República de 1934 estabelecia sob a epígrafe Dos cidadãos: "Art. 98 — São cidadãos os brasileiros alistáveis como eleitores, ou que desempenhem ou tenham desempenhado legalmente funções públicas. Parágrafo 1.º São eleitores os brasileiros de qualquer sexo, maiores de 18 anos alistados na forma da lei. A Constituição de 1937 excluiu do respectivo projeto a definição de cidadãos e reproduziu no artigo 108, parágrafo 1.º do artigo 2º do seu projeto.

A Constituição de 1937 apresentava esta disposição no capítulo Da nacionalidade e da cidadania: Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei. Essa disposição foi assim modificada pela lei constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945: Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei e estiverem no gozo dos direitos políticos. Os militares em serviço ativo, salvo os oficiais não podem ser eleitores.

Da Constituição de 1946, ob a epígrafe — Da nacionalidade e da cidadania: Art. 131 — São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei.

Como se vê se todo o eleitor é sempre cidadão nem todo cidadão foi ou é igualmente eleitor só pelo fato de ser cidadão.

Eleitor e Cidadão — Os nossos textos constitucionais jamais confundiram eleitor e cidadão distinguindo-os aliás com muita nitidez. Pelo projeto da Constituição do Império, em 1823, se estabelecia no "Art. 122 — As eleições são indiretas, elegendo-se a massa dos cidadãos ativos aos eleitores, e os eleitores aos deputados, igualmente aos senadores nesta primeira organização do Senado. Os artigos seguintes enumeravam os requisitos necessários para ser eleitor. Na Constituição do Império de 1824, os artigos 6.º e 7.º relacionaram os que — são cidadãos brasileiros. Os artigos 90 e seguintes fixavam as condições imprescindíveis ao cidadão para ser eleitor.

O ante-projeto da Constituição da República, em 1890, de autoria de Antônio Luís dos Santos Wernick e Francisco Rangel Pestana, dispôs no artigo 38, sobre quem "é cidadão brasileiro" prevendo, no artigo 48, a legislação sobre a capacidade eleitoral. No ante-projeto da Constituição de 1891, elaborado por Magalhães Castro o artigo 13 aludiu a "os cidadãos brasileiros" prevendo "o estabelecimento da capacidade eleitoral ativa ou passiva. O ante-projeto Basílio Rodrigues dos Santos, enumerou no artigo 17 os que "são cidadãos brasileiros", e, também o elaborado por Miguel de Lemos e Teixeira Mendes, estabeleceu no artigo 6.º os que "são cidadãos brasileiros", declarando, no artigo 25, que "todo o cidadão eleitor poderá delegar em outrem seu voto, com ou sem faculdade para esse outrem de substituir outro formulado pelo senhor João Coelho Gomes Ribeiro, relacionou-se no artigo 32, os que — "são cidadãos brasileiros" — e, no artigo 37, ficou disposto que "são eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, ou casados, que subscubem ler e escrever e se alistarem na forma da lei".

Segundo adverte João Barbalho, ao comentar o artigo 70 da Constituição de 1891, "pelo Decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889, já o governo provisório declarava eleitores para as câmaras gerais e locais "todos os cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos, sabendo ler e escrever". Esta extensão do direito de sufrágio à generalidade dos cidadãos impunha-se como essencial ao novo regime político. Consagraram-na os projetos preliminares, dos quais o de Américo Brasiliense a estabeleceu com limitações deduzidas da natureza e fim do voto, no artigo 68, que sob número 85 passou para o projeto do governo provisório. A disposição Brasiliense teve esta redação: "Art. 68 — E' cidadão brasileiro todo aquele que, possuindo qualquer das qualidades do artigo 67, tenha a idade de 21 anos completos e esteja alistado eleitoral". Mantida essa disposição no ante-projeto da Comissão incumbida de elaborá-la, tendo, então, o artigo o n.º 85, e sujeito o mesmo à revisão de As correções de Rui Barbosa, foi

arradada do projeto expedido pelo Decreto n.º 510, de 22 de junho de 1890, em cujo Título IV — Dos cidadãos brasileiros, distinguiram-se, no artigo 70, — "são cidadãos brasileiros" — e, no artigo 71, que — "são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei", dando ao eleitor o seu verdadeiro conceito, que não é o de abstrair com essa denominação o que é cidadão. Aliás, anotando o trabalho de que resultaria o projeto expedido pelo Decreto n.º 510, o Marechal Deodoro da Fonseca escreveu ao lado do artigo 48, sobre a eleição presidencial: "Deve ser o número de eleitores igual em cada Estado". Evidenciava-se, assim, que se não admitia que eleitor fosse todo e qualquer cidadão, sem outros requisitos exigíveis para o exercício do sufrágio.

Já no Congresso Constituinte no parecer sobre o projeto da Constituição, em 3 de dezembro de 1890, assentou-se: "Da mais alta importância é a medida consagrada na emenda substituída aos artigos 14 e seguintes da Constituição e aceita pela maioria da Comissão. Segundo essa emenda, o presidente e o vice-presidente da República serão eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, tendo cada um deles somente um voto. Esse voto será o da maioria dos respectivos eleitores alistados para as eleições de deputados ao Congresso Nacional". Julho de Castilho subscubem esse parecer com declaração de voto, na qual se lê: "Entendo que o supremo funcionário nacional deve ser eleito pela Nação, representada pela maioria do eleitorado, que se compõe de todos os cidadãos ativos". Admitindo que o eleitorado compõe-se de todos os "cidadãos ativos", o representante do Rio Grande do Sul admite, tacitamente, a existência de cidadãos não ativos, que não são eleitores. A Constituição de 1891 mostra, pela redação de vários dos seus dispositivos, a distinção entre cidadão e eleitor. "Art. 25 — São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional: 1.º — Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistado como eleitor"; "Art. 69 — São cidadãos brasileiros"; "Art. 70 — São eleitores". A Constituição de 1926 não modificou, neste particular, a de 1891.

Pelo projeto de Constituição de 11 de novembro de 1933, estabeleceu-se: "Art. 98 — São cidadãos brasileiros"; "Art. 98, § 1.º — São eleitores os brasileiros de qualquer sexo, maiores de 18 anos, alistados na forma da lei". A Constituição de 1934, com a eleição dos representantes do povo, ao lado da eleição dos representantes de classe, essas "por sufrágio indireto das associações profissionais" (artigo 23, § 3.º), não considerou eleitor o mesmo que cidadão, sendo elegíveis os brasileiros maiores de 25 anos, devidamente alistados eleitores (artigo 24) e eleitores "os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei" (artigo 108).

A chamada Constituição de 1937 estabeleceu: "Art. 47. São eleitores os vereadores às Câmaras Municipais e, em cada Município, dez cidadãos eleitos por sufrágio direto no mesmo ato da eleição da Câmara Municipal". No capítulo Da nacionalidade e da cidadania, estabeleceu a Constituição de 1937, "Art. 115. São brasileiros" e, no "Art. 116. Perde a nacionalidade o brasileiro". Vê-se, pois, pela ementa do capítulo e pelo que dispõe o artigo 116, que "os brasileiros" a que se refere o artigo 13, são os nacionais brasileiros, os cidadãos brasileiros. E assim deve ser compreendido o seguinte — "Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da lei". A lei Constitucional n.º 9, de 28 de fevereiro de 1945, dispõe no "Art. 117 — São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de dezoito anos, que se alistarem na forma da

lei e estiverem no gozo dos direitos políticos. Os militares do serviço ativo não podem ser eleitores".

Finalmente, a Constituição atual, de 18 de setembro de 1946, apresenta, no Título IV, com o Capítulo I — *Da nacionalidade e da cidadania* —, com os artigos 129 — "São brasileiros" —, 130 — "Perde a nacionalidade brasileira" — e 131 — "São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei" —, capítulo que tem a sua ementa e os seus artigos com defeitos técnicos de redação por não terem assim propagado os que se acreditaram concededores profundos do assunto, não o sendo, como pretendemos ter demonstrado nos artigos com que quisemos esclarecer esse problema de direito constitucional.

O *Eleitor na Lei* — Não sabemos como um professor de direito avançou a proposição de que cidadão é apenas, o nacional alistado eleitor, o cidadão ativo, o que tem direito ao exercício do sufrágio. O eleitor é o cidadão alistado como tal, mas por isso mesmo que assim é, o cidadão não deixa de ser-lo por não se achar incluído no alistamento eleitoral.

Toda a nossa legislação eleitoral comprova as asserções que temos feito nesse sentido. E estas disposições do Decreto-lei n.º 7.856, de 28 de maio de 1946, corroboram os argumentos que já aduzimos neste sentido. E assim que, por esse decreto-lei — "Art. 2.º — São eleitores os brasileiros, de um e outro sexo, maiores de 18 anos, alistados na conformidade desta lei". Disposto sobre o alistamento dos eleitores, esse decreto-lei estabelece, no artigo 25, — "§ 1.º — Declarados qualificados os cidadãos constantes da relação referida neste artigo, a Secretaria do Tribunal remetê-la a quem, de direito as fórmulas de títulos eleitorais para os fins do art. 24 e seus parágrafos — e, no — "Art. 26 — Os cidadãos que não estiverem compreendidos nas relações acima referidas requererão ao Juiz Eleitoral do seu domicílio a sua inscrição, preenchendo a fórmula com o modelo anexo n.º 1 e assinando-a de seu próprio punho".

Se assim é, no último diploma legislativo sobre a matéria, assim igualmente, na Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935, que expediu o segundo Código Eleitoral da República. Com efeito, nessa lei se refere, no artigo 6.º, "a" — "o cidadão alistável" — e, no seu § 2.º, se declara que "não estão compreendidos na disposição deste artigo os cidadãos residentes no estrangeiro". Posteriormente, a mesma lei define, no — "Artigo 68 — Domicílio eleitoral é o lugar onde o cidadão se inscreve como eleitor e deve coincidir com o domicílio civil".

Anteriormente, o primeiro Código Eleitoral da República, expedido pelo Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, estabeleceu: "Art. 2.º — É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código — Art. 3.º — As condições da cidadania, e os casos em que se suspendem ou perdem os direitos de cidadão, regulam-se pelas leis atualmente em vigor, nos termos do Decreto n.º 19.398 de 11 de novembro de 1930, artigo 4.º, entendendo-se, porém, que: a) o precatório firmado no art. 89, n.º 5, da Constituição de 1891, rege igualmente a nacionalidade da mulher estrangeira casada com brasileiro; b) a mulher brasileira não perde sua cidadania pelo casamento com estrangeiro". E, ainda, no — "Art. 36 — Faz-se a qualificação ex-officio ou por iniciativa do cidadão".

Se apelarmos para a nossa legislação eleitoral anterior a 1930, não se modificaria a situação. E assim que o Decreto n.º 17.516, de 10 de novembro de 1926, estabeleceu: "Artigo 60 — São condições de elegibilidade: I — Para o Congresso Nacional:

1.º, estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistável como eleitor". Essa disposição era reprodução idêntica das dos arts. 60, do Decreto n.º 14.631, de 19 de janeiro de 1921, 34, da Lei n.º 3.208, de 27 de dezembro de 1916, 105, da Lei n.º 1.260, de 15 de novembro de 1914, e 29, da Lei n.º 35, de 25 de janeiro de 1892. O Decreto número 4.226, de 30 de dezembro de 1920, assim se inicia: "Art. 1.º — O cidadão, uma vez alistado eleitor de conformidade com a presente lei, por decisão do competente juiz de direito, só poderá ser excluído do alistamento..." O Decreto n.º 12.193, de 6 de setembro de 1916, contém estas disposições: "Art. 2.º — Podem estar-se eleitores os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos..." "Artigo 3.º — O cidadão pode requerer, em qualquer dia útil do ano, a sua inclusão na lista dos eleitores..." "Art. 5.º — Nenhum requerimento poderá ser deferido sem que acompanhe prova: 3.º, d) de ter a qualidade de cidadão brasileiro, para os nascidos no estrangeiro..." "Art. 17 — Salvo o caso de recurso (artigo 12, b), em que se prove que o cidadão alistado não preencheu os requisitos do art. 5.º e seus parágrafos, a sua exclusão do alistamento pelo respectivo juiz de direito só poderá ter lugar..." "A Lei n.º 3.139, de 2 de agosto de 1916, além de disposições idênticas às transcritas dos arts. 5.º e 17, do Decreto n.º 12.193, de 6 de setembro de 1916, apresentava, também, estas: "Art. 2.º — Podem alistar-se eleitores, no município ou circunscrição de sua residência, os cidadãos brasileiros, maiores de 21 anos (Constituição, art. 71), exceto": "Art. 3.º — O cidadão pode requerer a sua inclusão na lista de eleitores em qualquer dia útil do ano. Parágrafo único — Não terão, porém, direito de voto nas eleições, ficando suspensa a cidadania dos respectivos títulos, os cidadãos que se alistarem dentro de trinta dias anteriores a elas".

O Projeto de Lei n.º 2, de 1946, do Senado Federal, de autoria dos Senhores Ivo de Aquino, Ferreira de Sousa, Adílio Vivacqua, Leivindo Coelho, Roberto Glasser, João Vilasboas e Dario Cardoso, estabelece, no — "Art. 2.º — São eleitores os brasileiros maiores de 18 anos que se alistarem na forma da lei"; mas, os não alistados são cidadãos, conforme se infere destas suas disposições — Art. 29, — "§ 1.º — Declarados qualificados os cidadãos cujos nomes constam das relações referidas neste artigo" — e — "Art. 30 — Os cidadãos cujos nomes não constarem das eleições referidas nos artigos anteriores, requererão qualificação e inscrição ao Juiz Eleitoral do seu domicílio..."

Como se vê, entre nós, em todos os tempos, cidadão, ou nacional, foi e é uma coisa, e outra é eleitor.

CIDADÃO NATO — SORIANO DE SOUZA escreveu sobre nacionalização nos *Princípios Gerais de Direito Público e Constitucional*: "No direito público romano, aquisição de nacionalidade ou, para melhor dizer, do *direito de cidadão*, se operava, principalmente, por nascimento, ou por naturalização. Nascia-se cidadão, ou fazia-se. *Ut sit civis quis, aut natus sit oportet, aut factus*. A naturalização, *civilitatis donatio, dos peregrinos*, era concedida pelo povo, ou pelo senado, ou por magistrado se uma lei especial lhe delegava poder". Quando, aliás, **SÃO PAULO** proclamou-se cidadão romano — *civis romanus sum* — para obter, no ano 60 a proteção de César, que era **DOMINGOS CLAUDIO NERO**, filho e o "friso" como cidadão nato de Roma, pois nascera, no ano 2, sob o domínio de **OTÁVIO** em Tarso, que gozava, o estando — *status civitatis* — e o *direito* — *jus civitatis* — de cidade romana.

Na República Argentina, a Constituição Federal, no artigo 40, determina que "para ser eleito deputado requer-se ter completado a idade de vinte e cinco anos, ser há quatro anos cidadão em exercício e ser natural da província que o elegeu ou ter dois anos de residência permanente nela", admitindo, assim, a existência de cidadãos que se não acham no exercício dos direitos de cidadania, mas, apenas no gozo deles. Mas, o que, nesse sentido, há de mais interessante, na Constituição argentina, é o artigo 76, pelo qual "para ser eleito Presidente ou Vice-Presidente ou Nacion se exige haver nascido no território argentino, ou ser filho de cidadão nato havendo nascido em país estrangeiro", o que evidencia terem os cidadãos essa qualidade, a cidadania desde o momento do nascimento, como argentino, nato como nacional — natural do país o que demonstra a sinonímia da expressão cidadão com a palavra nacional. Ninguém admitirá que o *cidadão nato* (que corresponde à expressão "brasileiros" do art. 1.º, I e II, da nossa atual Constituição e à expressão *nato* dos artigos 39 e 3.º, 1.º do decreto n.º 510, de 20 de junho de 1890, 39 e 3.º, 1.º do decreto n.º 914 de 13 de outubro de 1890, 41, e 3.º, 1.º, de nossa Constituição de 1891, 24 52, e 5.º, 59 parágrafo único, 74, 80 89 e 136 da nossa Constituição de 1934, 51 52, 81, 88 parágrafo único, 78, 122 número 15, e 150 da nossa Constituição de 1937 51 e 79 da lei constitucional n.º 9 de 28 de fevereiro de 1945, e 8, parágrafo único, 1, 52, I, 63 parágrafo único, I 75 e 101 do projeto da nossa atual Constituição), possa ser eleitor no instante em que nasce de modo a que se possa considerar, no texto constitucional argentino, *cidadão como significando eleitor*. Aliás, a Constituição do Estado da Paraíba de 10 de março de 1891, estabeleceu no artigo 60: "São cidadãos paraibanos todos os que tiverem nascido no Estado da Paraíba do Norte".

Se, na Argentina assim é, não é menos interessante o que se depara sobre esta matéria nos Estados Unidos, cuja Constituição, no artigo II, seção I, n.º 5, declara que "nenhum indivíduo será elegível para o cargo de presidente se não for *"cidadão nato dos Estados Unidos*, ou se não for cidadão ao tempo da adoção desta Constituição". No artigo IV, seção II, n.º 1, a Constituição dos Estados Unidos estabelece que "os cidadãos de cada Estado terão direito a todos os privilégios e imunidades que gozam os cidadãos nos outros Estados Unidos", referindo-se, evidentemente, com o vocábulo "cidadãos" aos nacionais norteamericanos, e não, apenas, aos alistados eleitoralmente para o exercício do sufrágio político, aos eleitores.

Depois de adotada a Constituição dos Estados Unidos, em várias de suas emendas, posteriormente aprovadas e dela complementares, encontra-se o vocábulo "cidadão" com a significação de nacional. Na 5.ª emenda, por exemplo, se dispõe que "nenhum cidadão será obrigado a responder por crime capital ou qualquer outro crime infamante"; na 9.ª emenda, se estabeleceu que "a enumeração de certos direitos na Constituição não deverá ser interpretada como anulando outros direitos conservados pelos cidadãos"; na 11.ª emenda se declara que "o poder judiciário dos Estados Unidos não poderá ser interpretado como podendo estender qualquer demanda de direito, ou equidade, iniciada, ou prosseguida, contra um dos Estados Unidos a cidadãos de outro Estado ou a cidadãos, ou súditos, de qualquer potência estrangeira". A analogia a sinonímia entre cidadãos e nacionais, ressalta nítida nas disposições invocadas, ao mesmo tempo que se verifica que nunca se sou-

param, quanto à sua significação, as palavras cidadão e eleitor.

Para liquidar, em definitivo, os que, como o professor HAROLD VALADAO, pretendem que "cidadão é uma coisa e nacional é outra, enquanto cidadão e eleitor representam uma e a mesma coisa, a emenda 14.ª A Constituição dos Estados Unidos vale por um *coup de grâce* nesta questão. Essa emenda, no seu n.º 1, dissipa toda e qualquer dúvida que fosse possível neste assunto, pois esse número tem esta redação: "Todo o indivíduo nascido, ou naturalizado e submetido à sua jurisdição, é cidadão dos Estados Unidos e do Estado onde tiver a sua residência". Isso é uma definição perfeita do que é cidadão, que, como sempre consideramos é o indivíduo humano, sem nenhum requisito especial de sexo, ou de idade, que tem a proteção de seu Estado. Para evidenciar o caráter de comprovada desnecessidade, de determinação de *onde* para se tornar cidadão com o se aludir ao "cidadão nato" no texto do artigo 111 seção I, n.º 5, da Constituição que não há exigência de sexo para esse fim, a referida emenda 14.ª, em seu número II, alude, na parte final, aos "cidadãos masculinos do Estado, maiores de 21 anos", o que mostra que se distinguem os cidadãos em masculinos e femininos.

Convém, ainda, recordar que a nossa Constituição de 1891, evidenciando que uma coisa é cidadão e outra eleitor, dispunha, no art. 26. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional: 1.º — Estar na posse dos direitos de cidadão brasileiro e ser alistável como eleitor". Antes, o decreto n.º 58 A, de 14 de dezembro de 1889 dispôs, no artigo 3.º: "Os estrangeiros naturalizados por este decreto gozarão de todos os direitos civis e políticos dos cidadãos natos podendo desempenhar todos os cargos públicos, exceto o de Chefe de Estado".

O decreto n.º 6 de 19 de novembro de 1889, estabeleceu:

"Art. 1.º — Consideram-se eleitores, para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever". Art. 2.º — O Ministério do Interior, em tempo, expedirá as instruções e organizará os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral". E o decreto n.º 448, de 9 de agosto de 1890, "providência para que possam exercer o direito de voto os cidadãos qualificados eleitores em virtude da lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que não tenham sido incluídos no presente alistamento eleitoral", enquanto o decreto número 663, de 14 de agosto de 1890, determinou, no artigo 1.º, § 4.º, que "Só poderão ser nomeados fiscais cidadãos que sejam eleitores..."

E, escrevendo sobre a Constituição de 1934, assim se manifestou o Sr. JOÃO MANGABEIRA, aludindo a *brasileiros natos*: "O que o substitutivo visou modificar foi a condição de brasileiro nato, que o anteprojeto exige para a eleição de Deputado ou Presidente da República, e para a nomeação de Ministro do Supremo Tribunal Federal, de Ministro de Estado, ou de membros do Conselho Supremo. Não me parece, porém, por isso, a alteração, com a volta ao regime da Constituição de 1891. Tudo aconselha que os grandes cargos políticos ou administrativos sejam desempenhados por *brasileiros natos*" (JOÃO MANGABEIRA, *Em torno da Constituição*, pág. 71).

Depois da demonstração que fizemos comprando, a verdade, que, tanto na antiguidade, como nos tempos modernos, na Grécia, os cidadãos não perfeitos e os *neofitos*, em Roma, os *cives non optimi* e os *cives*

optimo iure, na França, os cidadãos não ativos e os ativos, na Argentina, os cidadãos que se não acham e os que se acham em exercício, nos Estados Unidos, e entre nós, desde os primórdios da independência até as dias correntes, os cidadãos são os nacionais, distinguindo-se os cidadãos de capacidade política ativa, os que gozam e exercem os direitos políticos, entre os quais se destaca o do sufrágio, e os de capacidade apenas passiva, por gozarem direitos políticos, não podendo, porém, exercê-los; depois dessa demorada, mas irretorquível demonstração de que todo eleitor é cidadão no exercício de seus direitos políticos (Constituição da República, art. 131), não o sendo os que têm esse exercício por lhes faltar a capacidade política ativa (Constituição da República, artigos 132 e 133), pois só gozam da passiva; depois disso, não é mais admissível que se obste na sustentação de tese contrária àquela que sustentamos sobre o que é cidadão.

Cidadão de um Estado é o indivíduo humano, desde que nasce, até mudar, ou perder, a cidadania, ou nacionalidade originária, de nascimento. Cidadão nato é, assim, o que mantém a nacionalidade, a cidadania, com que nasceu.

CIDADÃO BRASILEIRO — Há duas espécies do gênero cidadão de determinada nacionalidade, como a brasileira: o cidadão nato e o que, não sendo nato, é como se o fosse, por naturalização, ou melhor, por nacionalização. É a nacionalização que assegura ao estrangeiro a situação — direitos e deveres em sua generalidade, — de cidadão, embora, às vezes, não igual a modo absoluto sem restrições, em relação aos nacionais natos, esses direitos.

Nem todo o indivíduo humano, nascido no Brasil, brasileiro, portanto, pela naturalidade, é cidadão brasileiro. Da mesma forma, nem todo o indivíduo humano nascido fora do Brasil, e que não é, por isso, de naturalidade brasileira, deixa, só por esse fato de ser cidadão brasileiro, isto é, de ter a cidadania, a nacionalidade brasileira. Os filhos de pais brasileiros, nascidos no estrangeiro quando os pais estão a serviço do governo brasileiro, qualquer que seja a sua naturalidade, são cidadãos brasileiros, pertencem à nacionalidade brasileira.

Quando se procurou dar à nacionalidade brasileira, em 1823, um Código Político, estabeleceu-se no projeto da Constituição do Império esta disposição:

“Art. 5.º — São brasileiros: § 1.º Todos os homens livres habitantes no Brasil, e nêles nascidos. § 1.º Todos os portugueses residentes no Brasil antes de 12 de outubro de 1822.”

§ 3.º Os filhos de pais brasileiros nascidos em países estrangeiros que vierem estabelecer domicílio no Império.

§ 4.º Os filhos de pais brasileiros, que estiverem em país estrangeiro em serviço da nação, embora não viessem estabelecer domicílio no Império.

§ 5.º Os filhos ilegítimos de mãe brasileira, que tendo nascido em país estrangeiro, vierem estabelecer domicílio no Império.

§ 6.º Os escravos que obtiverem carta de alforria.

§ 7.º Os filhos de estrangeiros nascidos no Império, contanto que seus pais não estejam em serviço de suas respectivas nações.

§ 8.º Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.”

Evidentemente, embora, em sua cabeça, essa disposição aluda a — “brasileiros”, — ela se não refere, apenas, a naturais do Brasil e a brasileiros natos, pois que abrange como “brasileiros” a — “portugueses” (§ 2.º), a “nascidos em países estrangeiros” (parágrafos 3.º, 4.º, 5.º e 6.º) ao mesmo

tempo que considera como não brasileiros, ou seja, como não pertencendo à nacionalidade brasileira, indivíduos humanos nascidos no Brasil (parágrafo 8.º). O art. 5.º do projeto da Constituição do Império ao se referir, pois, a “brasileiros”, reportava-se, inequivocamente, não a brasileiros, nem exceção, a todos os brasileiros, a todos os nascidos no Brasil, e apenas aos aqui nascidos, mas aludia, exclusivamente, a cidadãos, isto é, a quanto nascidos no Brasil, ou fora dele, deveriam gozar a cidadania, a nacionalidade, ou a proteção do Estado do Brasil.

A confusão entre naturalidade e nacionalidade determina muitas vezes confusão sobre o problema da cidadania. A naturalidade é fato jurídico, imutável, enquanto a nacionalidade resulta da vontade do seu titular, surgindo, ou não, simultaneamente, com aquele fato, e mantendo-se em decorrência dele. O nascimento de qualquer indivíduo animal é fato natural que se torna jurídico se com ele nascem, igualmente, direitos. A nacionalidade do indivíduo humano não depende, porém, exclusivamente da sua naturalidade, quanto ao local do nascimento, mas, em certos casos, da sua ascendência, ou da sua vontade, cabendo-lhe, por ato jurídico de que é agente, mantê-la com o *fus soli*, ou o *fus sanguinis*, ou alterá-la com o abandono quer de um quer de outro desses direitos, de que seja titular.

Desde o direito romano, que o direito da cidade (atual direito da nacionalidade), podia, pela *civitas donatio*, resultar do local do nascimento do indivíduo, ou da vontade dos peregrinos; *ut sit civis quis, aut natur sit oportet, aut actus*. A nacionalidade, segundo já ensina o velho Flori, no *Direito internacional público*, não deve, e não pode ser, atribuída, apenas, pelo *fus soli* ou seja pelo fato do nascimento em determinado local. A atribuição da qualidade de cidadão apenas pela naturalidade é contrária aos direitos internacionais do homem, acenando o referido publicista que a soberania do Estado tem o direito de estabelecer regras relativas à aquisição e à perda da qualidade de cidadão, embora obtendo a harmonizar nas suas leis o direito individual com o internacional.

Entre nós, a Constituição do Império já considerava, pelo art. 6.º “cidadãos brasileiros” e não, apenas, “brasileiros” os nascidos fora do Brasil nas condições nela previstas (n.ºs II, III, IV e V). O decreto de 14 de agosto de 1827 mandou cumprir a Resolução da Assembleia Geral Legislativa do Império determinando fosse cidadão todo estrangeiro naturalizado português antes da nossa independência, sendo residente então e depois entre nós e tendo jurado a Constituição de 1824. Mais tarde, o decreto de 13 de agosto de 1831 mandou examinar a situação dos portugueses aqui residentes para verificar se eram, ou não, regularmente nacionalizados brasileiros, tendo-se, ainda, pelo Aviso n.º 206, de 21 de abril de 1837, declarado que o degredado pelo governo português para o Brasil não podia invocar a sua residência como fundamento para nova nacionalidade uma vez que essa residência não havia sido espontânea.

Apesar da resultante falácia da evidência em que incidem quantos não examinam com cuidado o problema da aquisição da nacionalidade, pela distinção que não logram alcançar, entre as expressões “brasileiro” — e — cidadão brasileiro” — é evidente que as nossas Constituições, ao se referirem à cidadania e à nacionalidade brasileira, não podem referir-se, apenas, a brasileiros, devendo, necessariamente, aludir a — “cidadãos brasileiros”.

O projeto da Constituição da República de 1946 dispõe, no seu art. 147, com toda a correção, sobre os “cidadãos brasileiros”. O projeto substitui-

tivo, votado pela Assembleia Constituinte, no entanto, atendendo a sugestão de quem não conhecia convenientemente o assunto, eliminou da expressão — “são cidadãos brasileiros” — relativa aos nacionais (e não exclusivamente, aos naturais) do Brasil, a palavra — “cidadãos”. Cumpria, pois, restaurar no texto constitucional essa palavra.

São cidadãos brasileiros — A Constituição da República de 18 de setembro de 1946 subordinou o seu título IV à ementa *Da declaração de direitos*, e o capítulo I desse título à epígrafe *Da nacionalidade e da cidadania*. Tudo, portanto, que se encontrar nas disposições desse capítulo refere-se quando não expressamente, implícita, ou tacitamente, por ellipse, ou por compreensão, à nacionalidade e cidadania, ou à nacionalidade, ou cidadania, mas que não admittem a perfeita significação desses vocábulos. Assim, logo no artigo inicial do do n.º 129, ao se declarar ai que “são brasileiros” os a seguir enumerados, trata-se evidentemente, por lógica evidência, de brasileiros pela nacionalidade e cidadania ou pela nacionalidade, ou pela cidadania, mas nunca pela simples naturalidade.

Na verdade, a enumeração do artigo 129 mostra que se não corta aí de naturais do Brasil, pois que aparece o n.º I refere a “os nascidos no Brasil”, sendo que o n.º II alude aos “nascidos no estrangeiro”, e o n.º III a “os que adquiriram a nacionalidade brasileira”, e o n.º IV a “os naturalizados pela forma que a lei estabelecer” e “aos portugueses”. Aliás, o art. 130, que nodaria ser parágrafo do anterior, declarando que “perde a nacionalidade o brasileiro na conformidade da enumeração seguinte”, mostra que o artigo antecedente reporta-se apenas aos brasileiros pela nacionalidade, ou seja, pela cidadania, para os que equivalem esses dois vocábulos como tratamos os brasileiros por naturalidade, mas aos brasileiros por nacionalidade, ou cidadania, e de assinalar-se que declara brasileiros, nessas últimas condições, pelo seu n.º I, os nascidos no Brasil, sem fazer depender essa nacionalidade, ou essa cidadania, de qualquer restrição, de sexo, de idade, ou de qualquer outra natureza. Assim, pela Constituição, são nacionais, ou cidadãos brasileiros, todos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país. Essa única restrição aos nascidos no Brasil a fim de que sejam brasileiros é mais um elemento do convicção de que o artigo se refere à nacionalidade e à cidadania dos brasileiros, e não a naturalidade deles, porque os nascidos no Brasil, desde que de pais estrangeiros, residindo estes a serviço do seu país, têm nacionalidade diversa da naturalidade — naturalidade brasileira e nacionalidade dos pais. A emenda 14.ª à Constituição dos Estados Unidos, proposta em 1 de fevereiro de 1865 e ratificada em 18 de dezembro do mesmo ano, assim se inicia: “1. — Todo o indivíduo, nascido ou naturalizado e submetido à sua jurisdição, é cidadão dos Estados Unidos e do Estado onde tiver a sua residência”.

Por outro lado, os filhos de brasileiros ou brasileiras, nascidos no estrangeiro, apesar dessa naturalidade são de nacionalidade brasileira, são nacionais, ou cidadãos do Brasil, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou não o estando, se vierem eles residir no país e, neste caso, atingida a maioria, optarem pela “nacionalidade”, brasileira, dentro em quatro anos.

Os ns. III e IV do artigo 129 são de molde a dissipar quaisquer dúvidas sobre a nacionalidade, ou a cidadania, dos brasileiros a que se refere o artigo: “Art. 129. São brasileiros: III — os que adquirirem a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, nú-

meros IV e V da Constituição de 24 de fevereiro de 1891; IV — os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física”.

O artigo 130 da Constituição de 18 de setembro de 1946 declara que “perde a nacionalidade o brasileiro I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade; II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar de governo estrangeiro comissão, emprego ou pensão; III — que, por sentença judiciária, em processo que a lei estabelecer, tiver cancelado a sua naturalização, por exercer atividade notória no interesse nacional”.

Só de ois de tratar na nacionalidade dos brasileiros — nacionalidade nata e nacionalidade adquirida — e de dispor sobre a sua perda, dispõe a Constituição de 1946 sobre eleitores: “Art. 131 — São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei”. Ainda aqui se trata de cidadãos brasileiros, cidadãos maiores de dezoito anos, com a capacidade política ativa, ou cidadãos ativos, porque os cidadãos brasileiros menores de dezoito anos não podem ser eleitores e não são, por isso, cidadãos ativos. E, como já vimos, pelo n.º I do art. 129, cidadãos brasileiros são todos os nascidos no Brasil, sem restrição quanto à idade, nem distinção quanto ao sexo, desde que não sejam nascidos de pais estrangeiros aqui residindo a serviço do seu país.

Convém observar que a Constituição de 1946 estabelecendo, no art. 129, n.º II, que são cidadãos brasileiros os filhos de brasileiros, ou estrangeiros, nascidos no estrangeiro, não estancam os pais a serviço do Brasil, se vierem residir no país e se atingida a maioria, optarem pela nacionalidade brasileira dentro em quatro anos, não estabelecem disposição idêntica com respectiva para os filhos de pais estrangeiros aqui residentes sem o ser o serviço do seu país.

A Constituição de 1946 distingue a perda da nacionalidade (art. 130 e 137) da perda dos direitos políticos (arts. 135 e 137). Essa distinção decorre do fato de os cidadãos poderem perder o direito ao exercício dos direitos políticos sem perder a nacionalidade se forem nacionais-natos. A perda de nacionalidade do nacional-nato pode decorrer da aquisição de outra nacionalidade, ou da aceitação, sem licença do Presidente da República, de comissão, emprego ou pensão de governo estrangeiro, ao passo que a do nacional por naturalização pode ser dada nos mesmos casos do artigo 129, apenas acrescidos do caso de motivo de convicção religiosa, filosófica, ou política, prevista nos artigos 135 e 2.º, II e 141, § 8.º. Ainda, pois, quanto a sua perda, os direitos de nacionalidade estão equiparados aos direitos políticos, pois que o art. 11, § 8.º, se reporta a “encargo ou serviços impostos pela lei aos brasileiros em geral”, sem os distinguir em natos ou naturalizados.

Por tudo o que foi exposto há de concluir-se que nacional brasileiro ou cidadão brasileiro são uma e a mesma coisa, da mesma forma que nacionalidade brasileira e cidadania brasileira. E mais, ainda, que o artigo 129 da Constituição, mesmo não acenando expressamente, que se refere aos brasileiros pela sua nacionalidade, pela sua cidadania, não aludindo, também, expressamente aos nacionais brasileiros, ou aos cidadãos brasileiros, e como se assim o fizesse, pois por conhecida regra de interpretação jurídica, que de absoluta lógica, há de aduzir-se como expresso o que o não sendo se pode

mo se expressa fora, pois há de ser fatalmente subentendida, queiram, e não, os menos avisados no assunto.

Sobre nacionalidade — Comentando a Constituição do Império, Pimenta Bueno escreveu sobre o uso que a Constituição fez, no artigo 5.º, da palavra cidadão, que "um pequeno estudo basta para fazer reconhecer que algumas constituições fizeram, como a nossa, essa palavra sinônima de nacional". E acrescentou que "com efeito, a Constituição francesa de 1791, assim como a portuguesa e a nossa, denominaram todos os seus nacionais por cidadãos, e, para, discriminá-los, que gozavam ou não dos direitos políticos, distinguiram os cidadãos em ativos ou simples cidadãos, como se vê do artigo 90 da nossa lei política". Depois de assinalar que "outras constituições, como a belga, estabeleceram essa distinção entre as expressões simples nacionais e cidadãos, considerando este como os membros da ordem política, assinalou que Coelho da Rocha, Correia Teles e Luís Teixeira dizem que a Constituição portuguesa (bem como a nossa) confundiu o termo nacional com a palavra cidadãos, que no direito romano designava os *jus civitatis*, e o distinguia dos que eram puramente romanos, ou de *jus quiritium*".

Na primeira edição dos seus *Comentários à Constituição de 1891*, João Barbalho advertiu que, divergindo do ponto de vista de Pimenta Bueno, Teixeira de Freitas, na *Consolidação das leis civis*, introdução da nota número 226, e no *Código Civil*, Edição, nota ao art. 38, observou que a lei constitucional é a primeira lei de onde todas as outras devem dimanar. Constituição uma associação política, a consequência é logo a designação de quem dela faz parte. A nacionalidade é condição primordial dos direitos políticos, porque ninguém deve exercer direitos políticos sem ser nacional; mas não é essa qualidade o fundamento dos direitos individuais e dos direitos civis em particular, isto é, dos regimes pela legislação civil, porquanto destes, com algumas restrições, ou, por outro modo, de quase todos estes, gozam os estrangeiros. A perda da nacionalidade envolve, necessariamente, a dos direitos políticos, mas não se perde isoladamente os direitos políticos, ficando a nacionalidade. Eis porque a Constituição muito sabidamente se designa, no art. 7.º, os casos de perda da nacionalidade e quanto a direitos políticos (artigos 8.º) se trata dos casos de suspensão. Na ordem política, a linha de separação entre reinóis e estrangeiros é indestrutível; na ordem civil, não há linha de separação, há restrições, e por muito que fossem, longe estariam de uma supressão completa. Se a perda da nacionalidade produz sempre a dos direitos políticos, ao mesmo tempo que pouco influem no direitos civis, é bem evidente que a qualificação da nacionalidade pertence ao direito constitucional e não ao direito civil. Não seremos de exemplo as legislações de outros países, que fazem depender o gozo dos direitos civis da qualidade de nacional e não o caso está o Código francês, o Código belga e todos os outros que os imitaram. A Ordenação, livro 2.º, título 55, trata da nacionalidade, mas todos sabem que a compilação filipina é um código geral e só o seu livro 4.º contém o direito civil propriamente dito. Na opinião contrária se vê uma preocupação de falsas idéias bebidas nas teorias do direito francês e nas tradições do direito romano, de onde resultam graves erros.

Em torno dessa divergência, estudando a em *Direito Político*, e mostrando a sinonímia das palavras nacional e cidadão, escrevi que o nascimento de um indivíduo humano em determinada localidade dá-lhe a naturalidade; a subordinação desse indivíduo à organização política de um Estado, de uma nação, dá-lhe a nacionalidade. A naturalidade é imutável, ao passo que a nacionalidade é eleável. Pimenta Bueno escreveu que "a qualidade de nacional ou estrangeiro

é uma das relações mais importantes do estado civil", quando a qualidade de nacional, ou de estrangeiro, não é relação de estado civil, mas de estado político. Os direitos consequentes ao nascimento, ou à naturalidade, são de ordem civil, mas os relativos à nacionalização são de ordem pública e de natureza essencialmente política. Não poderia haver nacionalidade sem a existência de nações, que são entidades eminentemente políticas dos homens organizados em sociedade e constituindo Estados. Pimenta Bueno escreveu que "o estado ou condições das pessoas é da alçada exclusiva da lei civil" e assim é com relação às pessoas de direito privado, não em referência às de direito político. Ele concluiu que "sem isso a fixação do estado em condições das pessoas, ela (a lei civil) não teria meio de atribuir ou negar o gozo dos respectivos direitos" e a lei civil só prevê aos direitos e não aos direitos de ordem pública. Pimenta Bueno apela para o estado em condições das pessoas, ela (a lei civil) não teria meio de atribuir ou negar o gozo dos respectivos direitos" e a lei civil só prevê aos direitos e não aos direitos de ordem pública. Pimenta Bueno apela para o estado em condições das pessoas, ela (a lei civil) não teria meio de atribuir ou negar o gozo dos respectivos direitos" e a lei civil só prevê aos direitos e não aos direitos de ordem pública.

Acrescentávamos, então, não nos parecer feliz o apelo que Pimenta Bueno fez à Constituição belga, pois que ela, apenas, exigia, para o exercício dos direitos de belga, que, além da naturalidade, os indivíduos se achassem habilitados para o exercício de direitos políticos, de acordo com a Constituição e leis correlatas. Logo, é a própria Constituição que exige, além da qualidade de belga, de natural da Bélgica, outras condições aos que quiserem ter direitos semelhantes aos nacionais da Bélgica. O apelo às Ordenações é por sua vez impróprio. Pimenta Bueno, no § 2.º, título 55, em que se lê — Não será *habeido por natural* deste reino o cidadão não de pai estrangeiro, salvo se o pai estrangeiro viver doente e bens não e nele viver por dez anos contínuos — e conclui que aí se qualificam "naturais ou nacionais". As Ordenações dispuseram aí, literalmente, sobre naturalidade, mas, como bem observou Teixeira de Freitas, a compilação filipina não é um código apenas de direito civil, mas de direito de todo geral.

Da naturalidade decorrem, segundo as leis civis, os direitos civis, mas os direitos políticos não são consequências obrigatórias ao estado civil dos naturais de um país. Não há direito político, direito de nacionais, sem nacionalidade; sem Estado, pois esse é o pressuposto, fático, a existência de nações — Estados, uma vez que são inerentes à soberania dos povos. Por isso, os judeus, considerados como uma nacionalidade sem Estado, não têm direitos políticos próprios, peculiares, mas os das nacionalidades — Estado a que pertencem.

Paulo Despagnet ensinou em *Précis de Droit International Privé*, 5.ª ed., págs. 356, que, "sob seu aspecto jurídico, a nacionalidade designa o laço que une o indivíduo a um Estado determinado. A teoria da nacionalidade é, portanto, aquela que tem por objeto indicar o Estado de que depende cada um". Pode haver, e os há, direitos civis onde não haja soberania, porque os direitos civis não pressupõem obrigatoriamente a nacionalidade e são assegurados pelas nações — Estado a que as constituem, mas os direitos políticos são a existência de direitos civis, que são a base daqueles. A qualidade natural é inerente aos indivíduos que nascem em um país, qualquer que eles sejam, e é inextinguível; mas a de nacional não é inerente aos indivíduos forçada e irremovivelmente, sendo certo que,

enquanto não há indivíduos sem naturalidade, há os sem nacionalidade, os chamados sem pátria, os apátridas, *heimatlos*.

As leis de ordem pública são consequentes às de ordem privada, no sentido evolutivo, e, por isso, a capacidade das pessoas individuais de direito público se baseia na das pessoas de direito privado. É certo, porém, que nem todos os capazes de direito privado o são de direito público, sendo, ainda, exato que os indivíduos não capazes de direito privado o são, igualmente, em direito público. Os princípios de ordem privada se subordinam aos de ordem pública, pelo que se, às vezes, se refere às leis civis o que é de natureza pública, esse é o não modifica a natureza do que é de ordem pública, dando-lhe o caráter de privado. E, para concluir, observamos, com Von Holtzendorf, que "a origem dos direitos políticos não é a natureza humana", sendo que "entre a liberdade civil e a liberdade política existe a óbvia diferença que aquela reclama das leis uma ação negativa, ao passo que essa pressupõe a influência positiva do indivíduo na formação do Estado".

Com esta exposição, chega-se à conclusão de que os indivíduos humanos existentes em um país são: I) naturais; II) não naturais. Os naturais podem ser:

- a) nacionais;
- b) estrangeiros. Os não naturais podem ser:
- c) nacionais;
- d) estrangeiros.

Às vezes se referiu Cícero ao aludir a *quum Tusculanus esset, Aulus romanus*. Todos os indivíduos nascidos em um país são dele naturais e os nascidos fora do país são dele não naturais. São nacionais os indivíduos assim nascidos, ou os que adquirem, posteriormente, por naturalização, que melhor se diria nacionalização, nacionalidade diversa da sua naturalidade. Naturais nacionais são os indivíduos nascidos no país e não nacionalizados estrangeiros por qualquer modo. Os não naturais podem nacionalizar-se conforme as condições estabelecidas pela legislação dos Estados em que não nasceram.

Esses apontamentos não deviam ter sido olvidados ao se dispor na Constituição da República sobre nacionalidade — referido-se aos nacionais qualquer que seja a sua naturalidade — sem que se considerem os nacionais, e não naturais do país, como seus cidadãos, não se aludindo, a estes, os brasileiros, ou sejam exclusivos os nascidos no país, ou naturais do Brasil, excluindo-se, assim, os nacionais brasileiros de naturalidade estrangeira dos direitos de cidadania, que lhes não queremos recusar.

Nacionalidade Brasileira — O substitutivo, em votação na Assembleia Constituinte, ao projeto da Constituição da República de 1946, apresentou esta disposição:

"Art. 129 — São brasileiros:

- I — os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país;
- II — os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro;
- a) quando o país estiverem a serviço do governo do Brasil;
- b) se fixarem residência no Brasil e, até quatro anos após a maioridade brasileira, optarem pela nacionalidade brasileira, optarem pela nacionalidade de brasileira;
- III — os que adquirirem a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;
- IV — os estrangeiros naturalizados por outra forma".

O primeiro projeto da atual Constituição da República estabeleceu:

"Art. 147. São cidadãos brasileiros:

- I) Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país;
- II) Os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro;
- a) quando o país estiverem a serviço do governo do Brasil;
- b) se fixarem residência no Brasil e, até quatro anos após a maioridade brasileira, optarem pela nacionalidade brasileira, optarem pela nacionalidade de brasileira;
- III — os que adquirirem a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;
- IV — os estrangeiros naturalizados por outra forma".

O primeiro projeto da atual Constituição da República estabeleceu:

"Art. 147. São cidadãos brasileiros:

- I) Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país;
- II) Os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro;
- a) quando o país estiverem a serviço do governo do Brasil;
- b) se fixarem residência no Brasil e, até quatro anos após a maioridade brasileira, optarem pela nacionalidade brasileira, optarem pela nacionalidade de brasileira;
- III — os que adquirirem a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;
- IV — os estrangeiros naturalizados por outra forma".

O primeiro projeto da atual Constituição da República estabeleceu:

"Art. 147. São cidadãos brasileiros:

- I) Os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país;
- II) Os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro;
- a) quando o país estiverem a serviço do governo do Brasil;
- b) se fixarem residência no Brasil e, até quatro anos após a maioridade brasileira, optarem pela nacionalidade brasileira, optarem pela nacionalidade de brasileira;
- III — os que adquirirem a nacionalidade brasileira, nos termos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;
- IV — os estrangeiros naturalizados por outra forma".

leira, nascidos em país estrangeiro, estando os seus pais a serviço do Brasil, e, fora deste caso, se, atendida a maioria política, optarem pela nacionalidade brasileira.

III) O ses estrangeiros naturalizados pela forma que a lei estabelecer.

Pelo decreto de 10 de novembro de 1937, "Art. 115. — São brasileiros:

- a) os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país;
- b) os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos em país estrangeiro, estando os pais a serviço do Brasil e, fora deste caso, se, atendida a maioria política, optarem pela nacionalidade brasileira;
- c) os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, ns. 4 e 6, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;
- d) os estrangeiros por outro modo naturalizados".

Foi fonte dessa disposição a do artigo 106 da Constituição de 1891, da qual se se diferencia na letra b, onde a expressão "serviço do Brasil", era "serviço público". O projeto da Constituição de 1934 apresentava-se com o artigo 136 tendo a redação do transcrito artigo 115, apenas acrescentando, na letra c, entre as iniciais "os que", a palavra "estrangeiros". O referido artigo 136 provinha desta disposição do anteprojeto da Constituição:

"Artigo 86. São brasileiros:

- a) os nascidos no Brasil;
- b) os filhos de brasileiros ou brasileira, nascidos fora do Brasil, se não estabelecerem domicílio;
- c) os filhos de brasileiros, ou brasileira, noutro país a serviço do Brasil, embora neste não venham domiciliar-se;
- d) os estrangeiros que, achando-se no Brasil a 15 de novembro de 1889, não declararam, seis meses depois de ter entrado em vigor a Constituição de 1891, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
- e) os estrangeiros por outro modo naturalizados".

O anteprojeto da Constituição de 1934 teve por fonte, quanto ao artigo 115, a Constituição de 1891, nesta disposição:

"Art. 69. São cidadãos brasileiros:

- 1.º os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço de sua nação;
- 2.º os filhos de pai brasileiro e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, se estabelecerem domicílio na República;
- 3.º os filhos de pai brasileiro, que estiver noutro país a serviço da República, embora nela não tenham domiciliar-se;
- 4.º os estrangeiros que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararam, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;
- 5.º os estrangeiros que possuírem bens imóveis no Brasil, e tiverem casados com brasileiros ou tiveram filhos brasileiros, contando que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
- 6.º os estrangeiros por outro modo naturalizados".

Na Constituição do Império havia esta disposição:

"Art. 6.º — São cidadãos brasileiros:

- Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam indígenas, ou ibertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não residir por serviço de sua nação.
- II — Os filhos do pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III — Os filhos de pai brasileiro, que estiverem em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não tenham esabelecer domicílio no Brasil.
- IV — Todos os nascidos em Portugal, e suas possessões, que sendo residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência nas

provincias, onde habitavam, aderiram a esta expressão ou tacitamente pela continuação da sua residência.

— Os estrangeiros naturalizados. A lei determinará as qualidades precisas para se obter carta de naturalização. (O decreto legislativo n.º 1.590, de 12 de julho de 1871, estabeleceu regras para a concessão de cartas de naturalização, e a lei n.º 2.140, de 30 de outubro de 1882, isentou de todo e qualquer imposto as cartas de naturalização e determinou que os presidentes de província eram competentes para concedê-las).

O projeto da Constituição do Império estabelecia:

Art. 5.º São brasileiros:

1.º Todos os homens livres habitantes no Brasil, e não assumidos

2.º Todos os portugueses residentes no Brasil antes de 12 de outubro de 1822.

3.º — Os filhos de pais brasileiros nascidos em países estrangeiros, que vierem estabelecer domicílio no Império.

4.º — Os filhos de pais brasileiros, que estiverem em país estrangeiro em serviço da nação, embora não viessem estabelecer domicílio no Império.

5.º — Os filhos ilegítimos de mãe brasileira, que, tendo nascido em país estrangeiro, vierem estabelecer domicílio no Império.

6.º — Os escravos que obtiveram carta de alforria.

7.º — Os filhos de estrangeiros nascidos no Império, contanto que seus pais não estejam em serviço das suas respectivas nações.

8.º — Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.

A naturalidade o fato singular e imutável em relação a cada indivíduo. Quem nasce em determinado lugar não pode mudar o lugar do seu nascimento. A nacionalidade é ato consequente, ou não, à naturalidade, mas mutável segundo a vontade do titular do seu direito. O *jus soli* e o direito decorrente da naturalidade. O *jus civitatis*, o direito político, é o decorrente da nacionalidade.

Quando se diz "são brasileiros" não se distingue se esses brasileiros são por naturalidade ou pela nacionalidade. Suorranhada a expressão — *da nacionalidade e da cidadania* — a expressão "são brasileiros" refere-se à nacionalidade e, portanto, à cidadania. A enumeração dos que "são brasileiros" no artigo 129 do substitutivo do projeto da Constituição da República de 1946 evidenciava que a disposição se referia a cidadãos brasileiros e não, apenas, a brasileiros, pois que, excetuado o n.º I, os demais números aludem aos que não nasceram no Brasil e que são, pela nacionalidade, cidadãos brasileiros, embora não sejam brasileiros pela naturalidade. Não se compreende, pois, que se diga que "não brasileiros" os que não são pela naturalidade (n.º II, III e IV), como os brasileiros nascidos no estrangeiro, nem pela nacionalidade — os brasileiros nascidos no Brasil e de nacionalidade posteriormente adquirida.

Comentando o artigo n.º 106 da Constituição de 1934 escreveu Pontes de Miranda sobre — "a) Os nascidos no Brasil." — Quem nasce no Brasil brasileiro é. É o princípio simplista do *jus soli*. Se se lhe abra uma exceção, se o pai estrangeiro reside no Brasil, ou no Brasil é domiciliado, a serviço do governo do seu país. Dissemos domiciliado, porque casos há em que o estrangeiro se pode domiciliar no Brasil, posto que esteja a serviço do governo do Estado a que pertence.

Nem sempre "quem nasce no Brasil brasileiro é". O próprio Pontes de Miranda reconhece esta exceção: "se o pai estrangeiro reside no Brasil, ou no Brasil é domiciliado, a serviço do governo do seu país" e nascido no Brasil não é brasileiro. E in-

divíduo brasileiro por naturalidade, não sendo pela nacionalidade. Mas, há outra exceção: o nascido no Brasil, brasileiro, portanto, pela naturalidade, que adquire a nacionalidade de outro Estado, deixa de ser brasileiro pela nacionalidade, mas continua a ser naturalidade brasileira. O indivíduo humano não pode perder a nacionalidade, nem possuir mais de uma, ao passo que pode mudar de nacionalidade, pode perdê-la (os apátridas, *heimatlos*) e pode ter mais de uma (daí os chamados problemas da dupla nacionalidade).

A se admitir que quem nasceu no Brasil brasileiro é ter-se-á que admitir que são brasileiros natos todos os que nasceram no Brasil. Ora, quem nasce no Brasil sem nascer cidadão brasileiro, por ter nacionalidade diversa do brasileiro, não é cidadão brasileiro nato, pois nem é cidadão brasileiro pela nacionalidade, desde o seu nascimento.

Porque nem todo natural do Brasil é brasileiro — nacional e nem todo o nacional do Brasil é dele natural, não se devia, no texto da Constituição, declarar que "são brasileiros" os que o não são, tal os natos nascidos e nacionalizados como de outro Estado, que não são, aliás, enumerados no artigo 129 do projeto substitutivo da Constituição. Era mister dizer, aí, que "são cidadãos brasileiros" os que o são, hajam, ou não, nascido no Brasil, pois que se não trata, no caso, apenas, da naturalidade do nascimento, mas da nacionalidade.

No título *Da declaração de direitos* o projeto substitutivo da atual Constituição da República manteve, sem razão, a expressão do capítulo *Da nacionalidade e da cidadania* em relação ao *Dos direitos e das garantias individuais* e modificou, para por no art. 129, a disposição sobre o que "são cidadãos brasileiros", surtindo a palavra "cidadãos". Nesse mesmo artigo insistiu em referir-se a — "estrangeiros naturalizados" — a — "por naturalização voluntária adquirida outra nacionalidade" — "cancelada a sua naturalização" — confundindo-se a naturalidade e a nacionalidade, naturalizado e nacionalizado, como se fosse possível a alguém mudar de naturalidade, ou seja, nascer de novo em lugar diferente daquele em que, de fato, voluntariamente nasceu. É verdade que as expressões naturalizado e naturalização introduziram-se na nomenclatura do direito público com a significação de nacionalizado e nacionalização; mas, é mister, para evitar as confusões errôneas daí decorrentes, corrigir esse defeito do uso de palavras sem o rigor técnico exigível em uma Constituição. Não se pode confundir fato jurídico e ato jurídico, fenômeno objetivo e ação subjetiva, que distinguem a naturalidade e a nacionalidade.

Nacionalidade e cidadania. — O professor Haroldo Valadão, a página 3 de *A nacionalidade e o serviço militar*, publicada pelo Gabinete Fotocartográfico do Exército, em 1945, escreveu: "A nacionalidade, que já concebíamos o laço jurídico que prende o indivíduo a um Estado determinado, difere da naturalidade, que corresponde ao lugar do nascimento, e da cidadania, vínculo político, apropriado ao nacional no exercício dos direitos políticos". A verdade é que, no Estado de direito, a naturalidade é o fato jurídico assinalado pelo lugar do nascimento do indivíduo humano, ao passo que a nacionalidade, ou cidadania, é a situação política do nacional, de qualquer naturalidade, que decorre da vontade, tácita, ou expressa, do indivíduo. A cidadania, ou nacionalidade, não é, somente, vínculo político, apropriado ao nacional "no exercício" dos direitos políticos, porque é, apenas, a situação política do nacional, que só exerce direitos po-

líticos quando possui capacidade política ativa e se habilita, pela lei, a exercê-los, não os podendo exercer, embora com direito a gozá-los, os nacionais, ou cidadãos, de capacidade política passiva, que também gozam, como os que se acham no exercício dos direitos políticos, da proteção do Estado.

Souza Leão (*Novo incidentes constitucionais*, 1925) assim se manifestou na sessão de 30 de outubro de 1920 na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: "E, por certo, defeito ao Estado legislar sobre a cidadania, que, entre nós, sempre a mesma em todo o país, se confunde com a nacionalidade, e, como esta, é regulada, uniformemente, pela Constituição Federal." E, na sessão de 12 de novembro seguinte, ainda observou: "E, que, entre nós, a nacionalidade não se distingue da cidadania; esta é aquela que regulam sob a ação uniforme e sã da do Poder Público Federal."

O professor Haroldo Valadão observa, no seu já citado trabalho, que "na tradição francesa de 1789 e da nossa Constituição Imperial de 1824, art. 90, o que hoje chamamos cidadão correspondia a *cidadão ativo* e o que denominamos *nacional* ao *simples cidadão*". A distinção entre *cidadão* e *nacional* não se justifica, porque todo nacional é cidadão e todo cidadão é nacional. Com o considerar *cidadão ativo* os nacionais capazes para o exercício dos direitos políticos não deixaram as constituições francesas, de 1789, e brasileira, de 1824, de considerar cidadãos a todos os nacionais. O que elas fizeram foi distinguir por essa forma os cidadãos de capacidade política ativa dos que não a têm, dos que possuem, apenas, a capacidade política passiva, entre os quais se incluem os que, não podendo votar, por não se acharem alistados eleitores, podem, porém, às vezes, ser votados e eleitos, desde que alistáveis eleitores.

De como ao professor Haroldo Valadão não assiste razão em diferenciar a nacionalidade, laço apenas jurídico da cidadania, vínculo somente jurídico apropriado ao nacional no exercício dos direitos políticos, pode-se verificar com o seu próprio aserto, a página 2 do seu já citado trabalho, de que "o diploma regulador da nacionalidade, sua aquisição e perda, deve ser a Constituição e logo nos seus primeiros artigos, pois trata-se de definir os membros da associação política, e nada mais natural que os Estatutos, a Carta Magna de um país, comece declarando os seus componentes, disciplinando a formação do seu corpo social". E mais adiante, recorda o mesmo professor, que a matéria de nacionalidade evoluiu do campo do direito privado até se tornar "instituição de direito público". Ora, como os cidadãos, tal qual afirma depois o professor Valadão, se caracterizam pelo vínculo político que os prende ao Estado, os nacionais, se membros da associação política, que é o Estado, acham-se, portanto, a ele vinculados, de igual forma, e, politicamente, E, se os nacionais se prendem ao Estado por laços jurídicos, também a ele assim se ligam os cidadãos, até porque cidadão de um Estado, na nossa técnica jurídico-política, nada mais é, hoje em dia, do que o seu nacional — nato ou naturalizado, — que melhor se diria nacionalizado, — muito embora se possa, na linguagem vulgar, empregar as duas palavras com conceitos diferentes.

Posteriormente aos conceitos que emitiu em 1945, em *A nacionalidade e o serviço militar*, o professor Haroldo Valadão, por ocasião da elaboração da atual Constituição da República, escrevendo sobre *A nacionalidade no projeto da Constituição*, insistiu na tese de que nacionalidade e cidadania são coisas, juridicamente, diferentes, asserindo que, no capítu-

lo *Da declaração de direitos*, do projeto da atual lei magna do país, "observa-se inicialmente que a Seção, com dois artigos, apenas, sobre *Nacionalidade*, se intitula, também, *Da cidadania, assunto de que não trata*, e, muito diverso do precedente, pois cidadão é o eleitor, e o nacional no gozo dos direitos políticos". Por esse conceito, cidadão é "o nacional no gozo dos direitos políticos" e não no exercício desses direitos, quando eleitor não é quem se acha, apenas, no gozo, mas quem está no exercício, ou com o direito ao exercício, desses direitos, conforme a lição de Rui Barbosa na Contestação às eleições presidenciais, em 1910.

Até porque os alistáveis eleitores têm, entre nós, direito à elegibilidade e têm, consequentemente, a capacidade política passiva, ou seja a capacidade para o gozo de direitos políticos, embora não sendo alistados eleitores, não tenham a capacidade política, ativa para exercer o direito do voto. É esta a lição de H. Flanders, em *Uma Exposição sobre a Constituição dos Estados Unidos*, quarta edição, página 255 ao advertir que há cidadãos que podem ter condições para merecer a proteção do governo de um Estado e não ter os requisitos exigidos por lei para o exercício do direito do sufrágio. E João Barbalho acrescentou, ao transcrever os conceitos desse escritor, ao comentar o artigo 71 da Constituição de 1891: "O que o autor diz quanto ao voto, aplica-se, em geral, aos direitos políticos".

Seria, por acaso, cidadão o eleitor previsto no artigo 127, *in fine*, da Constituição da Bahia, de 2 de julho de 1891: "Nas eleições municipais serão eleitores os estrangeiros que tiverem um ano de residência, pelo menos, e forem contribuintes do município"? Aliás, a Constituição de Mato Grosso, de 15 de agosto de 1891 estabelecia no artigo 53: "2. Os estrangeiros com residência de três anos no município e que forem contribuintes do cofre municipal, serão eleitores em qualificação especial feita pela câmara municipal, desde que o requerimento, contanto que sejam maiores de vinte e um anos se saibam ler e escrever". Serão esses eleitores cidadãos? Evidentemente não o são, porque continuam estrangeiros, desde que se não achem naturalizados. Logo, nem o eleitor é sempre cidadão, nem o cidadão é sempre eleitor.

Ex, na Grécia, o nacional, ou cidadão, era *polites*, no singular, *politai*, no plural, e o estrangeiro *barbaros*, no singular, e *barbaroi*, no plural, e se, em Roma, o cidadão ou nacional, era *civis*, em oposição a *hostis*, o estrangeiro, também, entre nós, nacional e cidadão são sinônimos, em antinomia a estrangeiro. Nunca se pretendeu que só fosse *polites*, ou *civis*, o eleitor, não merecendo aquelas qualificações, e os direitos decorrentes dos que por elas fossem qualificados, somente os que tivessem o direito ao sufrágio nos comícios eleitorais. Nem por não votarem as mulheres, em Atenas, deixou T. RENCIO de a elas referir-se, às "*ci e Atticum*". E, reconhecendo-se estrangeiro no exílio, Ovídio lamentou — *Barbarus hic sum, quia non intelligor ulli*. Se, na Grécia, havia cidadãos perfeitos e cidadãos não perfeitos, ou seja, que não exerciam todos os direitos políticos, e se, em Roma, os nacionais eram *cives non optimo iure* e *cives optimo iure*, nem por isso os que não eram eleitores deixavam de ser *politai* e *polites*. Pode-se afirmar, pois, com segurança, que o nacional, ou cidadão, é gênero de que o eleitor e o não eleitor, o cidadão de capacidade ativa, ou o cidadão ativo, e o cidadão de capacidade apenas passiva, são espécies.

Conforme a lição de R. von Ihering, em *A hospitalidade ao nas-*

sado, tradução de Cloris Bevilacqua, em *Lções de legislação comparada*, 1891. "A nacionalidade influe somente sobre a determinação dos direitos políticos", enquanto a igualdade perante a lei de direito privado de nacionais e estrangeiros seja o traço fundamental de todo o direito atual. Os direitos políticos, segundo Holtzendorf, em *Princípios de política*, são os que se vinculam à qualidade do cidadão, ou nacional, não sendo comuns aos estrangeiros, referindo-se às relações entre o indivíduo e a coletividade nacional, ou estatal, e baseando-se nas constituições de cada Estado. A coletividade estatal, ou nacional, constitui a sociedade nacional, a cidadania, a nacionalidade. São sinônimos, assim, têm o mesmo valor, as expressões nacionalidade e cidadania, porque representam organizações de homens de uma mesma cidade, no mundo antigo, no mundo grego, e de uma mesma nação, de um mesmo Estado, no mundo moderno, na vida contemporânea.

Há manifesto equívoco, como evidentemente demonstrado, no conceituar diferentemente nacionalidade e cidadania para só considerar cidadania a situação do nacional eleito. O nacional, eleito, ou não, é cidadão. Cidadão é o nacional, qualquer que seja a sua situação de alistável, alistado, ou não alistado, ou de inalistável, ou não alistado, eleito. A qualidade implica a de cidadão, ou nacional; mas a recíproca não é verdadeira.

Em conclusão: si cidadão é nacional, e si eleito é nacional, ou cidadão, nacionalidade é cidadania; não é, porém, cidadão, ou nacional, apenas quem é eleito, quem exerce direitos políticos, mas quantos os gozam e os exercem, sendo, ou não sendo eleito.

CIDADANIA E NATURALIZAÇÃO
— O escritor argentino José Manuel Estrada, escrevendo *Curso de direito constitucional, federal e administrativo*, dedicou um dos seus capítulos a *Cidadania e naturalização*. Esse capítulo compõe-se de três seções, a primeira delas destinada a distinguir os conceitos de cidadania e da nacionalidade.

Para ESTRADA, "a revolução francesa, ao despertar nas mesmas intensas o apetite de igualdade política para abalar os antigos privilegiados ao nível comum, privando-lhes de seus títulos, deu à palavra cidadania extensão exagerada, que mais tarde passou à linguagem comum em todos os povos que lhe sentiram a influência". Para o escritor argentino, "essa extensão é, por completo, sem razão de ser, porque é linguisticamente, desnecessária, e, tecnicamente, falsa", pois "fez-se cidadania sinônimo de nacionalidade", o que "sem dúvida, não é, uma vez que estas palavras expressam duas condições jurídicas distintas, que se deve começar por definir".

No título 2.º, artigo 2.º, a Constituição francesa de 1791, estabelecia: "São cidadãos franceses: 1.º — os nascidos em França de um pai francês. 2.º — Os que, nascidos em França, de um pai estrangeiro, fixaram sua residência no reino; os que, nascidos em país estrangeiro de um pai francês, vieram estabelecer-se na França e prestaram o juramento cívico; enfim, os que, nascidos em país estrangeiro, e descendentes, em qualquer grau, de um francês ou de uma francesa, expatriados por causa de religião, venham residir em França e prestem o juramento cívico. 3.º — Os que, nascidos fora do reino de pais estrangeiros, residem em França, tornam-se cidadãos franceses após cinco anos de domicílio contínuo no reino, se eles, além disso, adquirirem imóveis, ou casarem-se com uma francesa; ou organizarem um estabelecimento de agricultura, ou de comércio".

do, prestaram o juramento cívico. 4.º — O poder legislativo poderá, por considerações importantes, conceder a um estrangeiro um ato de naturalização sem outras condições além das de fixar o seu domicílio em França e al prestar o juramento cívico".

Na Constituição francesa de 1791, dispunha-se, também, no título 3.º, capítulo 1.º, seção 2.ª, artigo 2.º: "Para ser cidadão ativo é necessário: — ser nato ou naturalizado francês; ter vinte e cinco anos completos; ser domiciliado na cidade ou no cantão pelo tempo determinado pela lei; pagar, em qualquer lugar do reino, contribuição igual pelo menos ao valor de três diárias de trabalho, e dela apresentar quitação; não se encontrar em estado de domesticidade, quer dizer do servidor por salário ser inferior na municipalidade do seu domicílio, ao de dois guardas nacionais; ter prestado o juramento cívico".

E, no artigo 3.º: "De seis em seis anos, o corpo legislativo fixará o mínimo e o máximo do valor de diária de trabalho, e os administradores dos departamentos farão a mesma determinação local para cada distrito". A Constituição francesa de 1791 estabelecia, ainda, no título 3.º, capítulo 1.º, seção 2.ª, artigo 1.º: "Para formar a Assembleia Nacional Legislativa, os cidadãos ativos reunirão-se todos os dois anos em assembleias primárias nas cidades e nos cantões".

E, nos mesmos título, capítulo e seção, dispunha, no artigo 1.º: "Ninguém poderá ser alistado eleito se não reune as condições necessárias para ser cidadão ativo, a saber: nas cidades de mais de seis mil almas, as de ser proprietário ou usufrutuário de um bem avaliado nos lançamentos de contribuição a um imposto igual ao valor local de duzentas diárias de trabalho, ou de ser locatário de uma habitação avaliada nos mesmos lançamentos para um imposto igual ao valor de cento e cinquenta diárias de trabalho; nas cidades de menos de seis mil almas, as de ser proprietário ou usufrutuário de um bem avaliado nos lançamentos de contribuição a um imposto igual ao valor local de cento e cinquenta diárias de trabalho, ou de ser locatário de uma habitação avaliada nos mesmos lançamentos para um imposto igual ao valor de cem diárias de trabalho; e no campo as de ser proprietário ou usufrutuário de um bem avaliado nos lançamentos de contribuição para um imposto igual ao valor local de cento e cinquenta diárias de trabalho, ou administrador de bens avaliados nos mesmos lançamentos no valor de quatrocentas diárias de trabalho. Deante dos que sejam ao mesmo tempo proprietários ou usufrutuários de uma parte, e, de outra parte, locatário, rendeiro ou administrador, suas facilidades em relação a essas diversas títulos serão acumuladas até a taxa necessária para estabelecer a sua elegibilidade". Antes, no artigo 3.º, a mesma Constituição dispõe que "todos os cidadãos ativos, qualquer que seja o seu estado, profissão ou contribuição, poderão ser eleitos representantes da nação".

Como se vê das transcrições feitas, a Constituição francesa de 1791 não deu à palavra cidadania extensão exagerada, pois que nem mesmo a empregou. E ao considerar os que seriam, então cidadãos franceses, nada dispõe sobre a sinonímia mais ou menos perfeita das expressões nacionalidade e cidadania, pois que de nenhuma delas faz uso. Ao fixar as condições para ser cidadão ativo, que não definiu literalmente, mas de modo tácito, e ao dar-lhe o direito — dever de alistar-se eleito e exercer o sufrágio eleitoral, — apenas distinguíu, implicitamente, os cidadãos de capacidade ativa dos que, por não terem certos requisitos, não o são.

Definindo nacionalidade e cidadania, ESTRADA escreveu que "a nacionalidade é a condição jurídica em virtude da qual os indivíduos são pacientes de certos deveres, agentes de determinados direitos e beneficiários de certas garantias particulares dos súditos de uma soberania". A cidadania é a condição jurídica, em virtude da qual os indivíduos intervêm no exercício do poder político de determinada sociedade". Assim, para o escritor latino, a nacionalidade se atribui da cidadania por não assegurar a primeira o direito ao exercício do poder político, ao passo que a segunda o assegura. A cidadania seria, assim, sob esse ponto de vista, em síntese, o exercício do poder político, ao passo que a nacionalidade seria, ao contrário disso, o não exercício do poder político.

Ora, não só a nacionalidade não priva os súditos de uma soberania do exercício do poder político, como esse exercício, depende, em geral, dessa condição, que não é, apenas, jurídica mas jurídico-política. Por outro lado não é exato que a cidadania assegure aos indivíduos o exercício do poder político, porque, mesmo nos países em que é obrigatório o exercício do voto que é a fórmula mais usual do exercício do direito político, não se extingue a cidadania dos nacionais e dos estrangeiros isentos desse exercício, ou que deixam de exercer esse munus.

Todo o mundo sabe, aliás, que se sou a revolução, na França, a denominação de cidadão — *citoyen* — começou a ser empregada, e generalizou-se, após, por todo o mundo, em substituição a de senhor — *monseigneur* — e conseqüente, por essa forma, todos os indivíduos nacionais. Nunca ela foi usada, porém, para distinguir os que tinham, ou não, exercer a atividade política, motivo pelo qual a Constituição de 1791 os distinguia em cidadãos ativos e não ativos. Também, entre nós, por ocasião da proclamação da República, em 1889, pretendeu-se universalizar o tratamento oficial de cidadão a todos os nacionais.

Em conclusão: I — "natural" é o nato, ou nascido, em determinado lugar;

II — "naturalidade" é o nascimento em determinado lugar;

III — "nacional", ou "cidadão" é o pertencente a determinado Estado;

IV — "nacionalidade", ou "cidadania", é o estado político do súdito do Estado;

— Naturalização ou nacionalização é a adoção do natural de um país da nacionalidade, ou cidadania, de outro;

VI — "eleitor" ou "cidadão ativo" é o apto para o exercício do direito político.

Fontes de estudo. — America Brasileira — Ante-projecto da Constituição de 1891.

Anais da Assembleia Constituinte do Império.

Anais do Congresso Constituinte de 1890-1891.

Aristides Milhon — *A Constituição do Brasil*.

Aristoteles — *A Política*.

A República Atencense.

Tullio Vivacqua — *Projecto de Lei número 2, de 1946, no Senado Federal*.

Baker (A. J.) — *Constituição dos Estados Unidos anotada*.

Boletim Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, 1924.

Basílio dos Santos — *Ante-projecto de Constituição de 1891*.

Carlos Maximiliano — *Comentários à Constituição de 1891*.

Castro Nunes — *As Constituições estaduais do Brasil*.

Cloris Bevilacqua — *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil comentado*.

Tradução de A hereditidade ao passado de Rudolf von Ihering.

Código Civil.

Código Civil Francês.

Constituição da Bélgica.

Constituição da Rep. Argentina.

Constituição da Suíça.

Constituição da República de 1891.

Constituição da República de 1836.

Constituição da República de 1834.

Constituição da República de 1837.

Constituição da República de 1845.

Constituição do Chile.

Constituição do Império do Brasil.

Constituição do Estado da Bahia, de 1891.

Constituição do Estado de Mato Grosso, de 1891.

Constituição dos Estados Unidos.

Constituição espanhola de 1812.

Constituição francesa de 1791.

Constituição portuguesa de 1821.

Dario Cardoso — *Projecto de Lei número 2, de 1946, no Senado Federal*.

Declarat. (J.) — *Roma e a organização do direito*.

Decreto-lei n.º 1.836, de 28 de maio de 1945.

Decreto n.º 6, de 19 de novembro de 1889.

Decreto n.º 58-A, de 11 de dezembro de 1889.

Decreto n.º 79-B, de 21 de dezembro de 1889.

Decreto n.º 510, de 22 de junho de 1890.

Decreto n.º 348, de 9 de agosto de 1930.

Decreto n.º 663, de 14 de agosto de 1890.

Decreto n.º 914, de 13 de outubro de 1890.

Decreto n.º 12.193, de 6 de setembro de 1916.

Decreto n.º 4.226, de 30 de dezembro de 1920.

Decreto n.º 14.631, de 19 de janeiro de 1921.

Decreto n.º 17.526, de 10 de novembro de 1926.

Decreto n.º 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1933.

Enrique Kant — *Direito Político*.

Emenda 14.ª à *Constituição dos Estados Unidos*.

Enciclopédia americana e inglesa de direito.

Flanders (H.) — *Uma exposição sobre a Constituição dos Estados Unidos*.

Berrelra de Souza — *Projecto de Lei número 2, de 1946, no Senado Federal*.

Ficri — *Direito internacional público*.

França Leite — *Considerações políticas sobre a Constituição do Império do Brasil*.

Francisco Rangel Pestana — *Vida Rangel Pestana*.

Fustel de Coulanges — *A Cidade Antiga*.

Gomes Ribeiro — *Vide João Coelho*.

Congresso Nacional de 28 de julho de 1900.

Gomes Ribeiro — *Vide João Gomes*.

Gomes Ribeiro.

Haroldo Valedão — *A Nacionalidade e o serviço militar*.

A nacionalidade no projecto da Constituição.

Lei n.º 35, de 26 de janeiro de 1932.
Lei n.º 1.269, de 15 de novembro de 1914.
Lei n.º 3.139, de 2 de agosto de 1.16.
Lei n.º 3.208, de 27 de dezembro de 1918.
Lei n.º 48, de 4 de maio de 1935.
Levído Coelho — Projeto de lei n.º 2, de 1946, no Senado Federal.
Miguel de Lemos (a Teixeira Mendes) — Projeto de Constituição, 1890.
Nestor Massena — Direito Político.

Manual do Deputado

Ordemações:
Parecer sobre o projeto da Constituição de 1891.
Paul Despagne — Noções de Direito Internacional Privado.
Payani — Direito eleitoral nas leis e na jurisprudência.
Pimenta Bueno — Constituição do Império.
Pontes de Miranda — Comentários à Constituição de 1934.
Projeto da Constituição do Império do Brasil, 1823.
Projeto de Constituição da República de 1891.
Projeto de Constituição da República de 1934.
Projeto de Constituição da República de 1946.
Projeto de Lei n.º 2, de 1946, do Senado Federal.
Rangel Pestana e Santos Werneck — Anteprojeto da Constituição de 1891.
Redação do Projeto da Constituição de 1946 do Sr. Gustavo Capanema.
Rodrigo Otávio — Constituições Federais.
Roberto Glasser — Projeto de Lei n.º 2, de 1946, no Senado Federal.
Rudolph Von Ihering — A hospitalidade do passado.
Rui Barbosa — Contestação à eleição presidencial, 1916.
Sá e Albuquerque — Direito eleitoral português.
Santos Werneck (e Rangel Pestana) — Anteprojeto da Constituição de 1891.
Savigny (R.) — Direito Romano.
Soriano de Sousa — Principios Gerais de Direito Público e Constitucional.
Souza Leão — Novos incidentes constitucionais.
Substituto ao projeto da Constituição de 1946.
Tálio (Cornélio) — Anais.
Teixeira de Freitas — Consolidação das leis civis.
Teixeira Mendes (e Miguel Lemos) — Projeto de Constituição, 1890.
Theodor Mommsen — O Direito Público Romano.
Tibério Cláudio Nero Druso — Direito de cidade.
Westel Willoughby — Os direitos e os deveres dos cidadãos americanos.
Sala das Sessões, em 9 de julho de 1954. — Nestor Massena

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.
Está finda a leitura do expediente.
Dario Cardoso, primeiro orador inscrito.

O SR. DARIO CARDOSO PRO-NUNCIAR DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS

Durante o discurso do senhor Dario Cardoso, o Sr. Marcondes Filho deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo senhor Francisco Gallotti.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um parecer que vai ser lido.

É lido o seguinte

Parecer n.º 525, de 1954

Redação final das emendas ao Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953.
Relator: Sr. Costa Pereira.
A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do

Senado ao Projeto de Lei n.º 366, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.
Sala da Comissão de Redação, em 7 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 525, DE 1954

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências.

Emenda n.º 1

Ao artigo 1.º (Emenda n.º 4).
Suprima-se, neste artigo, a palavra: "... atuais..."

Emenda n.º 2

Ao artigo 1.º e seu § 2.º (Emenda número 6).
Suprimam-se, no corpo do artigo, as seguintes palavras:
"... ou defesa de tese..."
Suprima-se o § 2.º.

Emenda n.º 3

Ao artigo 2.º (Emenda n.º 15).
Substitua-se este artigo pelo seguinte:

"Art. 2.º Os cargos e funções de que trata o artigo anterior são transformados em cargos ou funções isoladas do padrão "O", ou referência 31, quando exigido para seu provimento diploma de curso superior de duração igual ou maior de 3 (três) anos."

Emenda n.º 4

Ao artigo 2.º (Emenda n.º 17).
Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:
"Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos ou funções com situação regulada por lei especial, cujos vencimentos correspondentes sejam iguais ou superiores aos consignados nesta lei."

Emenda n.º 5

Ao artigo 3.º (Subemenda à Emenda número 21).
Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:
"§ 1.º Os atuais funcionários inaturnos que ocupam, ininterruptamente, há mais de 2 (dois) anos, cargos a que se refere o artigo 1.º da presente lei, serão efetivados mediante a prestação de concurso de títulos."

Emenda n.º 6

Ao artigo 3.º (Subemenda à Emenda número 23).
Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:
"§ 2.º Os cargos ou funções de técnicos de laboratório especializados para os quais se exige o diploma de curso superior e que estiverem oriundos pelos mesmos ocupantes há mais de 3 (três) anos em caráter interino, serão preenchidos por concurso de provas ou de títulos, realizado na própria repartição."

Emenda n.º 7

Ao artigo 4.º (Subemenda às emendas ns. 24 e 25).
Dê-se a este artigo a seguinte redação:
"Art. 4.º Estendem-se aos Biologistas e Pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, portadores de diploma de cursos superiores, os benefícios desta lei."

Emenda n.º 8

Ao artigo 5.º, § 2.º (Subemenda à Emenda n.º 23).
No § 2.º, onde se diz:
"... ou mais concedidas no artigo 1.º, itens II e XI..."

Diga-se:
"... com as concedidas no artigo 145, item II..."

Emenda n.º 9

Ao artigo 5.º (Subemenda à Emenda número 39).
Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:
"§ 3.º Aos professores catedráticos de estabelecimento de ensino da União, quando afastados do magistério, em virtude do exercício de cargo eletivo ou de outro cargo em comissão ou temporário, incompatível com o exercício da cátedra, é assegurado o disposto neste artigo."

Emenda n.º 10

Ao artigo 8.º (Subemenda à Emenda número 63).
Suprima-se este artigo.

Emenda n.º 11

Ao artigo 9.º (Emenda n.º 64).
Suprima-se este artigo.

Emenda n.º 12

Ao artigo 13 (Emenda n.º 66).
Dê-se a este artigo a seguinte redação:
"Art. 10. Os servidores aposentados ou em disponibilidade, nos cargos ou funções referidas no artigo 1.º desta lei, terão os seus proventos revistos, na forma da letra a, in fine, do artigo 182 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952."

Emenda n.º 13

Ao artigo 11 (Subemenda à Emenda número 68).
Dê-se a este artigo a seguinte redação:
"Art. 11. Os padrões ou referências, aludidos no artigo 2.º, são extensivos aos funcionários federais que prestam serviços mediante acordo entre a União e os Estados e para os quais se exija diploma de curso superior."

EMENDA N.º 14

Ao art. 12 (Emenda n.º 73).
Suprima-se este artigo.

EMENDA N.º 15

Ao art. 14 (Emenda n.º 9 — 4.ª parte).
Onde se diz:
"Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros)..."

Diga-se:
"Cr\$ 631.000.000,00 (seiscentos e trinta e um milhões de cruzeiros)..."

EMENDA N.º 16

Onde convier (Emenda n.º 33).
Acrescente-se este artigo:
"Art. ... Os servidores portadores de diploma de curso superior e que tenham estado no efetivo exercício das profissões em que são diplomados no ano de 1953, nos serviços das repartições a que pertenciam, serão incluídos nos cargos ou funções de que trata o art. 1.º desta lei para os efeitos do seu art. 2.º.
Parágrafo único. Os atuais engenheiros do Plano Postal Telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos serão incluídos em cargos de Engenheiros do Quadro III, Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas."

EMENDA N.º 17

Onde convier (Subemenda à emenda n.º 90).
Acrescente-se o seguinte artigo:
"Art. ... Sem prejuízo do disposto no art. 5.º, os cargos de professores catedráticos do magistério superior e do Colégio Pedro II terão os vencimentos mensais de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros)."

EMENDA N.º 18

Onde convier (Emenda n.º 92).
Acrescente-se o seguinte artigo:
"Art. ... Terão, também, os mesmos direitos conferidos por esta lei os servidores aposentados compulsoriamente, uma vez que possuam diploma de curso superior de duração de 5 ou mais anos e que já tenham exercido o magistério superior do País."

EMENDA N.º 19

Onde convier (Subemenda à emenda n.º 98).

Acrescente-se o seguinte artigo:
"Art. ... São extensivos aos membros do magistério superior da União não incluídos no art. 1.º da presente lei, as gratificações quinzenais estabelecidas no art. 5.º, com a ressalva de seus parágrafos, calculados sobre os atuais vencimentos."

O SR. PRESIDENTE:

O parecer que acaba de ser lido refere-se a projeto votado em regime de urgência. Entretanto, dada a relevância da matéria, alva-se o plenário se manifestar em contrário, a votação da redação final será feita depois de publicado. (Pausa).

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente indagado de V. Ex.ª se, estando em regime de urgência, a redação final, uma vez publicada, será votada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE — Publicada, será votada na sessão do mesmo dia.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo indagar da Mesa se a Redação Final do aludido Projeto recebeu emendas e se estas serão publicadas juntamente com a mesma.

O SR. PRESIDENTE — A publicação será feita de acordo com o parecer apresentado pela Comissão de Redação. As emendas deverão ser apresentadas quando anunciada a discussão da redação final e serão imediatamente votadas, salvo se a Comissão de Redação solicitar audiência sobre as mesmas.

O SR. MOZART LAGO — Obrigado a V. Ex.ª, Sr. Presidente, pelo esclarecimento.

O Sr. Francisco Gallotti deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lido mais um parecer enviado à Mesa.

É lido o seguinte

Parecer n.º 526, de 1954

Da Comissão Diretora, sobre o Ofício n.º 3-54, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.
Relator: Sr. Francisco Gallotti.

Pelo ofício n.º 3, de 1954, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas dá conhecimento a Comissão Diretora do convite que recebeu do Comitê Organizador do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, no sentido de participar desse certame, que se realizará em Caracas, Venezuela, a partir de 11 do corrente mês e, manifestando o desejo de aceitá-lo, por intermédio de dois de seus membros (os Srs. Senadores Alencastro Guimarães e Othon Mader), pede-lhes seja concedida a necessária ajuda de custo.

O Regimento Interno prevê a nomeação de Comissões externas para representar o Senado em conferências, congressos, solenidades e outros atos públicos. É disposto sobre elas, no § 2.º do art. 37 que:

"As externas, com a incumbência de representação em confe-

rências, congressos, solenidades e outros atos públicos, constituir-se-ão por designação do Presidente, não podendo ser inferior a três o número de seus membros, nem superior ao dos partidos com assento no Senado".

Não é, porém, disso que se trata. Fosse essa a hipótese e a Comissão, no caso de concordar o Senado com a sua criação, teria que ser de três membros, no mínimo, designados pelo Presidente da Casa.

Trata-se, sim, da participação de uma das Comissões Técnicas do Senado em congresso internacional pertinente a assunto de sua finalidade específica. Com esse caráter, não se compreendem que a representação fosse outra que não a de membros da Comissão interessada.

A hipótese não está prevista no Regulamento, no qual, entretanto, nada há que se oponha a que a proposta seja recebida, para consideração do Plenário.

Caso o Senado, em sua altíssima dignidade, resolva aprová-la, a ajuda de custo poderia ser abonada na mesma base adotada para os casos de representação do Senado em congressos e conferências internacionais.

Nessas condições, a Comissão Diretora oferece à consideração do Senado o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 39, de 1954

Artigo único. É autorizada a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas a participar, por dois de seus membros, por ela indicados e designados na forma do artigo 37 § 2.º do Regulamento, do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas, Venezuela, no mês em curso.

Sala da Comissão Diretora, 3 de julho de 1954. — *Marcondes Filho*, Presidente. — *Francisco Gallotti*, Relator. — *Ezequias da Rocha* — *Costa Pereira*.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer que acaba de ser lido refere-se à ofício da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e conclui apresentando projeto de Resolução. (Pausa).

Val ser lido um requerimento sobre a mesa.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 363, de 1954

Requerimento dispensa de interstício para o Projeto de Resolução número 39/54 oferecido pela Comissão Diretora, a fim de ser incluído na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, 9 de julho de 1954. — *Francisco Gallotti*.

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do deliberado pelo plenário, o projeto em apreço figurará na Ordem do Dia da próxima sessão (Pausa).

Sobre a Mesa outro requerimento que val ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e apolado o seguinte

Requerimento n.º 364, de 1954

Nos termos do art. 126, letra b, do Regulamento Interno, requerer inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional, do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1954. — *Flávio Guimarães*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será submetido à discussão e votação no fim da Ordem do Dia.

Esgotada a hora do expediente, passo à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 337, de 1953, que estende aos subtenente e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional já se acham apensos ao Projeto e vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

O Sr. 1.º Secretário procede à leitura das seguintes

Pareceres ns. 527 e 528, de 1954

N.º 527, de 1954

— *Comissão de Constituição e Justiça sobre emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da lei n.º 1.782, de 24-12-52, etc.*

Relator: Sr. Valdemar Pedrosa.

Volta o Projeto n.º 337, de 1953, a esta Comissão para apreciação de 4 emendas que lhe foram oferecidas em plenário pelo eminente Senador Othon Mader.

EMENDA N.º 1

Manda a emenda n.º 1 que a lei após a data da sua publicação.

Argumenta o seu nobre autor que somente na Aeronáutica, segundo fontes bem informadas, serão promovidos cerca de 800 suboficiais e sargentos que passarão à categoria de oficiais. Esses técnicos e especialistas nos seus serviços e tarefa não têm quem o substitua nos quadros da Aeronáutica. E nunca em menos de 10 anos terá a Aeronáutica formado 800 suboficiais para substituí-los.

EMENDA N.º 2

A emenda manda suprimir o artigo 4.º e seu parágrafo.

O artigo cuja supressão propõe a emenda estabelece que serão promovidos à classe imediatamente superio-

rior, ao serem aposentados, os funcionários civis da União e entidades autárquicas que prestarem serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, bem como aqueles que serviram em países beligerantes durante aquele conflito mundial.

O autor da emenda estranha e censura a inclusão dessa matéria num Projeto de Lei que trata de promoções de suboficiais, subtenentes e sargentos das Forças Armadas.

O Projeto prevê benefícios e vantagens para militares em decorrência de serviços prestados à Nação na última guerra.

Nada há demais que os estenda a funcionários civis que prestaram serviço militar às Forças Armadas na mesma época.

Não são se impugnaram nem a juridicidade do Projeto nem a constitucionalidade da emenda.

EMENDA N.º 3

Por esta emenda se propõe, no artigo 3.º a substituição das expressões "até o fim do ano de 1945, término da guerra..."

pelas seguintes: "até o fim do mês de março de 1937".

A emenda visa a tornar extensivos os benefícios e vantagens do Projeto a outros suboficiais, subtenentes e sargentos que não foram nele abrangidos. Pela constitucionalidade da emenda.

EMENDA N.º 4

Dispõe sobre as medidas e formas de promoções dos inferiores a que se refere o Projeto, à entrada da sua vigência, três anos após a publicação da lei.

A emenda é uma consequência da de n.º 1 e nada há opor à sua constitucionalidade.

Sala "Ruy Barbosa", em 2 de junho de 1954. — *Aloysio de Carvalho*, Presidente em exercício. — *Valdemar Pedrosa*, Relator. — *Joaquim Pires*, vencido quanto à emenda n.º 3. — *Ferreira de Souza*, vencido quanto à emenda n.º 3. — *Olavo Oliveira*. — *Gomes de Oliveira*. — *Flávio Guimarães*. — *Atílio Viacava*.

N.º 528, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337-53.

Relator: Sr. Onofre Gomes.

A Emenda n.º 1 transfere a vigência da Lei em que se transformará o Projeto, se aprovado, sancionado e promulgado, para três anos depois da respectiva publicação.

A disposição choca-se com espírito do Projeto e com a da Lei n.º 1.782, que lhe serve de base.

Parecer contrário.

A n.º 2 suprime o art. 4.º e seu parágrafo, abandonando, assim, a oportunidade de fortalecer a coesão nacional com o estreitamento dos laços entre civis e militares, indispensável à Unidade da Nação.

Tudo aconselha considerar ultrapassada dita distinção, de vez que nos grandes conflitos internacionais da atualidade o esforço é global e nele a cooperação entre militares e civis é tão estreita e solidária, em face dos mesmos interesses e riscos, que já se deve ir cogitando de apagar tal diferenciação, admitindo nas lutas limitadas do passado, não, porém, nas de hoje.

A n.º 3 estende o termo do tempo das promoções, dos contemplados no art. 3.º do Projeto, de "até o fim do ano de 1945, término da guerra" para "até o fim do mês de março de 1947".

Com o "término da guerra", encerra-se um ciclo perfeitamente definido, que permite tratar com perfeita equidade os militares não compreendidos. Esta certamente a razão por que o Projeto o estabeleceu, a fim de limitar, em cada fase, as promoções a um número razoável de militares em igual situação.

Ampliado o limite, como propõe a Emenda, não será mais possível delimitar de estender a promoção a todos que tendo prestado serviços de guerra no teatro brasileiro já se habilitaram com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, independentemente de data, o que aumentará muito o número dos promovidos e os claros nas graduações que tinham. Sendo conveniente atender os que completaram o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, posteriormente ao término da guerra", em uma segunda fase, a Comissão de Segurança opina que a Emenda seja destacada para constituir Projeto em separado, para não atrasar o andamento do 337-54.

A n.º 4 estabelece que as promoções de Subtenentes, Suboficiais e Sargentos beneficiados pelo Projeto se processem dentro de três anos, à medida que os postos, serviços e vagas delas resultantes tenham garantia de preenchimento imediato.

Choca-se com o espírito do Projeto e com o da Lei n.º 1.732, que lhe serve ao Projeto de base. Mas se conjuga bem com a de n.º 3.

Por isso a Comissão de Segurança Nacional opina por que, com ela, constitua Projeto em separado, a fim de não prejudicar a marcha do Projeto n.º 337-54.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1954. — *Pinto Aleixo*, Presidente. — *Onofre Gomes*, Relator. — *Silveira Curvo*. — *Magalhães Barata*. — *Walter Franco*. — *Espírito de Farias*.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, o art. 1.º do Projeto anunciado pela Mesa declara extensivos aos sargentos e subtenentes, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952.

O art. 2.º, tratando ainda do mesmo assunto e referindo-se aos integrantes da Força Expedicionária Brasileira, quer que sejam aqueles compreendidos na Portaria n.º 34, de 1.º de fevereiro de 1947 do Ministério de Aeronáutica e publicada no Diário Oficial de 14 de fevereiro de 1947.

E o art. 3.º estabelece ainda que os benefícios se estendem a subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa do Exército e da Aeronáutica que tenham servido na zona de guerra definida pelo Decreto n.º 10.490-A, de 25 de novembro de 1942 e possuíam, até o fim do ano de 1945, término da guerra, o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente.

O Regulamento Interno quer, que toda a vez que houver votação no Senado de um projeto qualquer, com referência a leis, decretos, ou outros atos oficiais, deverão eles ser transcritos nos autos, por forma que o Senado, no momento da votação, tenha ciência integral, completa do que vai votar.

O Sr. Mozart Lago — V. Ex.ª tem toda razão. Mas quando o Projeto é originário da Câmara dos Deputados como é o caso, o Regulamento dispensa essa formalidade.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

Sr. Presidente, não vejo nos autos qualquer referência a esses atos oficiais. Não sei, pois, como votar o projeto. A proposição em apreço faz referências a leis. Quando se trata de uma lei, está certo, mas, no caso, há uma portaria do Ministro da Aeronáutica. Incorporou-se no texto de uma lei, não um decreto comum nem instrução sobre ato de natureza legislativa, mas, sim, uma Portaria do Ministro que não conhecemos e nem seria possível conhecê-la.

Por esta razão, levanto a questão de ordem, para que a Mesa resolva se considera o Senado devidamente instruído para votar um projeto dessa ordem; se considera que as remissões feitas na lei satisfazem às necessidades do plenário para que tenha conhecimento da matéria que vai votar.

O Sr. Gomes de Oliveira — É preciso que se tenha conhecimento, não somente da Portaria, mas até das informações dos Ministros.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Por outro lado, o Senado pediu informações aos Ministros militares, informações importantíssimas, que, certas ou erradas, não é o momento de apreciá-las. Sei que foram remetidos cálculos sobre alterações que porventura venham a surgir com a aprovação desse projeto.

Sr. Presidente, penso que o Senado não está convenientemente preparado para votar a matéria. A urgência, não há dúvida, dispensa certas exigências regimentais quanto a prazos e parecez mas não dispensa os elementos que concorram para um conhecimento integral por parte do Senado da matéria que se vai votar.

O Sr. Mozart Lago — Dispensa tudo, menos os pareceres.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, confesso minha ignorância quanto a essa Portaria do Senhor Ministro da Aeronáutica. Tratando-se de leis, como disse, ainda se pode exigir que os conheçamos, mas uma Portaria do Ministro, não somos obrigados. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A matéria consta de artigo 107 do Regimento Interno, que diz:

"Qualquer proposição oferecida será sempre acompanhada de transcrição, na íntegra ou em resumo, das disposições de lei invocadas e seu texto".

Desde que se trate do projeto com o qual o Senado, tem servido de norma uniforme, em face da disposição que acaba de ler. Quando se trata, porém, de matéria oriunda da Câmara dos Deputados, a publicação das disposições de leis invocadas não consta dos avisos, porque a matéria já consta do Diário do Congresso Nacional na parte referente ao expediente da Câmara dos Deputados. Assim o aviso está em ordem. A Mesa, entretanto tem adotado o critério de nunca dificultar aos Srs. Senadores melhor exame da matéria. Tratando-se, porém, de matéria em regime de urgência, ela só poderá ser retirada da Ordem do Dia se V. Ex.^a enviar à Mesa requerimento solicitando, nos termos do Regimento, a diligência da Junta do aviso da publicação dessas leis, diligência essa que não poderá ser excedente de 48 horas.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, com o devido respeito à resolução de Vossa Excelência, declaro que as portarias e leis constam dos avisos remetidos pela Câmara dos Deputados e se encontram anexados ao projeto, cuja matéria o Senado está estudando. Quanto aos pareceres dos Srs. Ministros, há néles informações tão horrorosas que levaram alguns Senadores a ficar contrários à causa dos saqueiros. Tais informações, não só ficaram lidas, como publicadas no Diário do Congresso Nacional. E mais do que isso: o nobre Senador Onofre Gomes, depois de comentá-las, destruiu-as completamente sem que até hoje ninguém as contestasse. Não vejo por que retardar projeto que está esplendidamente instruído e documentado. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa pede licença para entender que não está querendo retardar o projeto. Decidindo a questão de ordem ela apenas comunicou ao nobre Senador Ferreira de Souza o recurso que poderia ter perante o Regimento. Esse recurso não será submetido à aprovação do plenário que decidiu. A Mesa, está, apenas, encaminhando a discussão do projeto nos termos do

disposto pelo Regimento. Comunicar que cabe aos Srs. Senadores o direito de requerer diligência não importa, de maneira alguma, em querer retardar o projeto, mas sim, cumprir o Regimento e esclarecer aos Senhores Senadores a respeito da matéria.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, escute o dizer que não uso desses métodos na minha ação parlamentar. Não pretendo, com a questão levantada, atrasar o andamento a votação de qualquer projeto. Quando examino uma preliminar que entendo necessária à boa instrução do Senado quanto à matéria a votar, faço-o sem examinar o mérito do projeto. Posso até aceitá-lo, e até mesmo querer dar mais do que ele concede. No momento, porém, — e talvez o meu hábito de jurista me origine as essas sutilezas — o que desejo é saber se o Senado deve votar um projeto sem estar devidamente instruído quanto ao seu alcance. Pode esta Casa deliberar sobre proposição que lhe vem da Câmara dos Deputados com referência a diversos fatos que não constam do aviso, que não lhe foram trazidos ao conhecimento imediato? Pode ela votar sem o exame da matéria? E o que nego e já tenho levantado essa tese aqui em assuntos diferentes. Divulgo dessa orientação instrumental; sou contrário, pois não constitui incoerência essa norma que aqui se tem procurado firmar.

Trata-se de projeto apresentado pela Câmara dos Deputados e não pelo Senado, por que seja revisto, nos termos da Constituição. Sr. Presidente, o Regimento — e nesse particular, eu, pelo menos, que fui o autor do primeiro Regimento da Casa, digo que essa é sua intenção — quer que os Senadores sejam seguramente informados de todos os elementos necessários à votação de qualquer projeto, venha ele de onde vier. No caso, também se aplicaria essa interpretação extensiva da Mesa quanto às proposições da Câmara dos Deputados, porque essas proposições, naturalmente, se referem apenas a questões de leis. No projeto em debate, porém, há referência a uma Portaria do Ministro da Aeronáutica como condicionar da necessidade de adotar. Preciso conhecer essa Portaria sem o que estaria votando no vácuo. Nunca a li, nem sou obrigado a ler. É um ato de pura autoridade.

Por estas razões, embora divergindo da interpretação de Vossa Excelência, mas optando a explicação dada e a comunicação como recurso que me cabe por que eu seja bem informado para votar o projeto, manifesto à Mesa o requerimento que Vossa Excelência sugeriu no sentido de o Senado conceder um adiamento, não sei se de 12, 24 ou mais horas para que sejam oferecidos nos avisos elementos, sem os quais qualquer decisão do Senado é perniciosa, porque é uma decisão de quem desconhece o assunto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

O assunto a que a Mesa se referiu consta do § 10 do artigo 55 do Regimento, que diz: "O regime de urgência, exceto em se tratando de assuntos de ordem pública ou de calamidade pública, não prejudica a realização de diligência no prazo máximo de 48 horas que o Senado, a requerimento de qualquer de seus membros, considere essencial à elucidação da matéria em debate".

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, parece-me que, antes de V. Ex.^a resolver a questão de ordem do Senador Ferreira de Souza e aconselhá-lo a remeter à Mesa o requerimento, o relator da Comissão de Finanças deveria dar

parecer sobre as emendas, o que ainda não foi feito.

Pode acontecer que o próprio relator precise de prazo para pronunciarse sobre as emendas, e, então, aí se faria a diligência a que se refere meu nobre colega Ferreira de Souza.

Peco, porém, a atenção de V. Ex.^a. Sr. Presidente, para o seguinte: Mesmo que não constem dos avisos da Câmara dos Deputados as leis e portarias que o Sr. Ferreira de Souza quer conhecer, toda essa documentação faz parte do discurso do Senador Onofre Gomes, que não só leu como destruiu as alegações nelas emitidas.

Assim, não vejo razão para essa diligência. Não sou contrário quando necessários, mas, no caso, não é. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

As questões de ordem nos termos do Regimento, são preliminares. Levantada uma questão de ordem, deve ela ser decidida.

Nestas condições, a Mesa reconheceu, nos termos do art. 133, § 10, que acabou de ler, que há, da parte de qualquer Senador, o direito de requerer ao Senado a concessão de diligência que considere essencial à elucidação da matéria em debate.

Vai ser lido o requerimento enviado a Mesa pelo Senador Ferreira de Souza.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 365, de 1954

Requero a diligência prevista no art. 155 § 10 do Regimento Interno para a publicação em aviso da Legislação e das portarias e leis no arts. 2.º e 3.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, bem como das informações prestadas pelos Senhores Ministros da Guerra da Marinha e da Aeronáutica.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1954. — Ferreira de Souza

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento. Os senhores que o aprovam, qualram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeriro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Mozart Lago.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, retiro meu requerimento de verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Mozart Lago retira o pedido de verificação da votação.

Em face do deliberado, pelo Senado, o projeto vai da Ordem do Dia para realização da diligência solicitada.

Dever-se-ia passar, agora, ao item 2 da Ordem do Dia — Votação do Requerimento n.º 315, de 1954, de autoria do nobre Senador Mozart Lago e outros Srs. Senadores. Há, porém, sobre a mesa Requerimento formulado pelo Senador Atílio Vivacqua que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 366, de 1954

Nos termos do art. 125, letra i, do Regimento Interno, requiro preferência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, a fim de

ser votado em seguida à matéria constante do item n.º 1, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1954. — Atílio Vivacqua.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, desconheço o assunto, solicitaria de V. Ex.^a a gentileza de mandar ler a emenda do Projeto a que se refere o requerimento.

O SR. PRESIDENTE:

Trata-se do item 5 do avulso, relativo à votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União, em favor de ensino de grau médio, tendo Pareceres da Comissão de Educação e Cultura, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, de 1954, favorável ao substitutivo.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Agradeço a V. Ex.^a Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento de preferência que acaba de ser lido.

Os senhores que o aprovam, qualram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Em face do deliberado pelo Senado, passa-se a

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo Pareceres da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

A Comissão de Educação e Cultura ofereceu um substitutivo que teve parecer favorável na Comissão de Finanças.

A Mesa vai submeter a votos, o substitutivo, artigo por artigo.

São sucessivamente aprovados os seguintes artigos do substitutivo

Art. 1.º Fica instituído o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar do ensino de grau médio país, que será constituído, sem prejuízo dos auxílios e subvenções admitidos em lei, dos seguintes recursos:

a) dotação orçamentária nunca inferior a um décimo (0,1) da cota destinada à educação e cultura;

b) renda proveniente dos tribunais federais que para este fim vierem a ser criados;

c) juros dos depósitos bancários do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Art. 2.º O Fundo Nacional do Ensino Médio será aplicado na cooperação em favor do ensino de grau médio, que se fará através da concessão de:

I — bolsa de estudos aos alunos mais aptos dentre os necessitados;

II — contribuição, mediante convênio, a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do ensino de grau médio.

Parágrafo único. Além das exigências regulamentares e das estabelecidas em convênios a execução desta lei observará as seguintes condições:

a) Na aplicação da dotação orçamentária prevista na letra a do artigo 1.º, a despesa com bolsas de estudo aos alunos não deverá exceder de 60% (sessenta por cento).

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Es-

tado, Território e do Distrito Federal, obedecendo-se, porém, aos estritos limites das deficiências locais;

c) o aluno que obtiver a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino escolhido, que ficar mais próximo da localidade, onde residir, e só em hipóteses excepcionais, poderá fazê-lo em estabelecimento de outras localidades;

II — no caso do inciso II:

a) quando se tratar de auxílio para construção de obras, ou para manutenção, o estabelecimento particular, o convênio fixará cláusulas que, na primeira hipótese, impeçam, sob pena de nulidade, a efetivação de locupletamento indebito por parte do proprietário ou de terceiro e, na segunda hipótese, obriguem a instituição beneficiada a destinar parte do auxílio à melhoria dos salários dos seus professores;

b) no caso do estabelecimento sem objetivo lucrativo a subvenção para construção de obras não estará sujeita às condições estabelecidas na letra a deste inciso, desde que os Estatutos garantam, no caso de extinção, a sua transferência a outras instituições de ensino sem objetivo de lucro;

Art. 3.º Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Os recursos destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão depositados no Banco do Brasil ou na Caixa Econômica Federal, em conta especial à disposição do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5.º E o Poder Executivo autorizado a expedir os atos que se tornem necessários para execução desta lei e fiel observância de seus preceitos.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fica prejudicando o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 376, DE 1953

Dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Sem prejuízo das subvenções admitidas em lei, o orçamento da União consignará, anualmente, para cooperação em favor do ensino de grau médio, dotação nunca inferior a 0,1 (um décimo) da cota destinada à educação.

Art. 2.º Essa cooperação consistirá na concessão de:

I — bolsas de estudo aos alunos mais aptos dentre os necessitados;

II — subvenções, mediante convênios, a estabelecimentos de ensino de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamento.

§ 1.º Além das exigências regulamentares e das estabelecidas em convênios, a execução desta lei observará as seguintes condições:

I — no caso do inciso I:

a) a despesa não deverá exceder de 60% (sessenta por cento) da dotação;

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Estado, Território e do Distrito Federal, obedecendo-se, porém, aos estritos limites das deficiências locais;

c) o aluno, que obtiver a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino escolhido, que ficar mais próximo da localidade, onde residir, e só em hipóteses excepcionais, poderá fazê-lo em estabelecimento de outra localidade;

II — no caso do inciso II:

a) a despesa não deverá exceder de 40% (quarenta por cento) da dotação;

b) a cooperação não se estenderá aos estabelecimentos localizados nas capitais;

c) quando se tratar de auxílio para construção de obras, ou para manutenção, o estabelecimento particular, o convênio fixará cláusulas que, na primeira hipótese, impeçam, sob pena de nulidade, a efetivação de locupletamento indebito por parte do proprietário ou de terceiro e, na segunda hipótese, obriguem a instituição beneficiada a destinar parte do auxílio à melhoria dos salários dos seus professores;

d) no caso de estabelecimento sem objetivo lucrativo a subvenção para construção de obras não estará sujeita às condições estabelecidas na letra a deste inciso desde que os Estatutos garantam, no caso de extinção, a sua transferência a outras instituições de ensino sem objetivo de lucro.

§ 2.º Em favor do ensino secundário, não se dependerá mais da metade da cota destinada a bolsas, nem mais da metade da cota para subvenções.

Art. 3.º E o Poder Executivo autorizado a expedir os atos que se tornem necessários para execução desta lei e fiel observância de seus preceitos.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria vai à Comissão de Redação.

Votação do Requerimento número 315 de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Senhores Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1.º de março de 1954, que reajusta a aposentadoria ordinária dos senadores dos Institutos e Casas de Aposentadoria e Pensões.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 315, DE 1954

Requeremos urgência, com fundamento no § 3.º do art. 155 do Regimento Interno para imediata discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 1.146, de 1949, que o Senado temou o n.º 43, de 1954 — que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários, ou mais precisamente, dos trabalhadores em geral.

Sala das Sessões, 21 de junho de 1954. — *Mozart Lago. — Antonio Bayma. — Alencastro Guimarães. — Costa Paranhos. — Alfredo Simch. — Francisco Gallotti. — Sá Tinoco. — Onofre Gomes. — Leônido Coelho.*

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa cumprirá a decisão do plenário incluindo o Projeto na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

Votação em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 228-50 que autoriza a cobrança, sem multa, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 778, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças sob número 407, de 1954, pelo destaque da primeira parte do substitutivo para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposta principal.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 367, de 1954

Nos termos do art. 154, letra a, do Regimento Interno, requero a audiência da Comissão de Economia sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950.

Sala das Sessões, 9 de julho de 1954. — *David Ernanny.*

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto vai à Comissão de Economia.

Votação do Requerimento número 335 de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Senhores Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42 de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (vão ler revista pelo orador) — Sr. Presidente, estou propenso a votar a favor da urgência requerida pelo nobre Senador Othon Mäder; mas depois que o Supremo Tribunal Federal se manifestou sobre a matéria, penso talvez seja mais prudente estudar o Senado com mais calma o assunto. Neste sentido não faria um anelo ao nobre Senador Othon Mäder, mas 3 Ex.ª não se encontra na Casa.

Penso realmente melhor seria darmos a urgência para que o Projeto dessa espécie com mais calma. Em todo caso submeter-me-ei à decisão da maioria.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. Pausa

E' aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 335, de 1954

Requeremos que o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, de autoria do Senador Nestor Massena, dispondo sobre a fixação de novos níveis de salário mínimo para todo o país, tenha processamento de urgência previsto no § 3.º do Art. 155 do Regimento Interno desta casa legislativa.

Sala das Sessões, 28 de junho de 1954. — *Othon Mäder. — Bernardino Filho. — Vespasiano Martins. — Luis Tinoco. — Norais Filho. — Phyllis Pompeu. — Antônio Rayma. — Júlio Leite. — Onofre Gomes. — Leônido Coelho.*

O SR. PRESIDENTE:

O projeto entrará na Ordem do Dia da próxima terça-feira.

Votação em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1935, (que reajusta os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal; Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 449, de 1954 da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' aprovado e remetido à sanção o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 57, de 1954

Revoga-se o art. 4.º da lei número 1.937, de 10 de agosto de 1935, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' revogado o art. 4.º da lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1933.

Art. 2.º As vagas de sargentos músicos não preenchidas por efeito do dispositivo acima referido, passarão a ser preenchidas, a partir da publicação da presente lei, de acordo com os mesmos critérios que vinham sendo adotados a respeito na Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 32, de 1954, do Sr. Valdemar Pedrosa e outros Srs. Senadores, solicitando inserção nos Anais do Senado da Conferência realizada em 24-2-54, pelo Sr. Café Filho na Escola Superior de Guerra.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' aprovado o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 32, de 1954

Requeremos, nos termos do Regimento Interno, inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal pelo Estado de Goiás e ex-Governador desse Estado, Dr. Alfredo Lemes de Moraes, e ainda que se comunique ao governo do mesmo Estado e à Família do ilustre extinto, essa homenagem.

Sala das Sessões, 23 de junho de 1954. — *Dario Cardoso. — Costa Pereira. — Costa Paranhos. — Filinto Guimarães. — Silvio Goino. — Onofre Gomes. — Mozart Lago. — Nestor Massena. — Cicero de Vasconcelos. — Pereira Pinto. — Alfredo Simch.*

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954 do Sr. Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 1.º da Lei n.º 1.937, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 228 de 1950, que dispõe sobre seguros de Renda Imobiliária.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n.º 368, de 1954

Requero a retirada do requerimento n.º 321, de 1954, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 9 de julho de 1954. — *Alfredo Simch.*

E' retirado o seguinte

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.512,90, para pagamento de salários ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca, sendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 29-6-54).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

É aprovado e remetido à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 72, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90, para pagamento de salários ao Engenheiro Edison Medeiros, da Fonseca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,90 (quarenta e oito mil seiscentos e doze cruzeiros e noventa centavos), para ocorrer ao pagamento de salários, no período de 19 de agosto a 31 de dezembro de 1952, ao Engenheiro Edison Medeiros da Fonseca, como administrador da Estrada de Ferro Mossoró-Souza.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Volução, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 72, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, som números 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças

3 SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e enviado à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 22, de 1954

Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida a inclusão nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mesma lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento da subvenção ordinária prevista nesta lei, no exercício de 1954.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Volução, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, Sr. Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 20, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

0 SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Pela ordem — Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o nobre Senador Carvalho Guimarães requer ao Senado incluir na Ordem do

Dia, por esgotado o prazo das Comissões, o projeto que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Pediria a V. Ex.ª, preliminarmente, informasse em qual Comissão se encontra o projeto; e, segundo, qual o seu teor, de vez que não consta do Aulso.

Ao meu ver, a expressão "dá outras providências" é matéria muito geral. Desejaria, por isso, saber o assunto da proposição. O hábito de mandar incluir em Ordem do Dia qualquer projeto, por estar esgotado o prazo das Comissões, é um tanto perigoso. As vezes, a Comissão precisa de prazo mais dilatado, por estudar a matéria a ela pertinente.

O PRESIDENTE — O projeto está na Comissão de Finanças, com prazo esgotado. Vou enviar a V. Ex.ª o Aulso do projeto, para que dele tome conhecimento. (Pausa).

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Agradeço a gentileza, Sr. Presidente.

Pediria, inicialmente, informasse V. Ex.ª há quanto tempo se encontra o projeto na Comissão de Finanças e, se possível, o seu relator.

O SR. PRESIDENTE — Desde 27 de agosto de 1953.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, quero pedir a atenção do Senado para o seguinte:

A Comissão de Finanças, evidentemente, já esgotou o prazo, mas sabe V. Ex.ª que o fato não é incomum em nenhum parlamento do mundo, muito menos no nosso, sobretudo nessa época em que os senadores têm outras atividades políticas a desenvolver. Nem sempre o próprio plenário pode deliberar, dada a falta de número, quando até as comissões, sobretudo a de Finanças, bastante numerosa, tem dificuldade em se reunir.

Sr. Presidente, nem por isso a mim me parece que o projeto leve vir a plenário sem o estudo da Comissão de Finanças. O Regimento, a meu ver, deveria ter uma norma qualquer que concedesse prazo maior às comissões, uma vez requerida a vinda de um projeto a plenário.

Pego aos meus nobres colegas que meditem bem sobre o assunto. Trata-se de projeto que eleva à classe "J" os atuais oficiais administrativos classe "I" do Ministério da Fazenda; promove os atuais funcionários do Ministério da Fazenda, que contêm mais de 20 anos de serviço público e aqueles nomeados antes da vigência da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, ou que hajam prestado concurso de primeira ou segunda entrada, antes daquela data; estendo os benefícios do Art. 1.º aos atuais fiscais aduaneiros do Ministério da Fazenda e aos oficiais administrativos e escrivães do Ministério da Fazenda que tenham prestado concurso de primeira entrada; trata ainda dos atuais tesoureiros de todos os Ministérios compreendidos ou lotados na primeira categoria e os conferentes de valores e conferentes do Ministério da Fazenda estende favores aos tesoureiros auxiliares interinos, substitutos do Artigo 10 de Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948. Chega mesmo a estabelecer uma nova forma de apostila, assim redigida:

"Os decretos dos funcionários atingidos pela presente Lei, serão apostilados pelo respectivo Serviço do Pessoal".

Sr. Presidente, o assunto faz-me lembrar a célebre lei, a seloberina Lei n.º 200, que o Senado votou pensando beneficiar apenas quatro ou cinco funcionários de Delegacias Fiscais não compreendidos na legislação vigente, e que buscavam restabelecimento de contas, resultando num dos mais terríveis saques que o Tesouro Nacional já sofreu por causa de lei referente a funcionários.

Até ao momento, Sr. Presidente, ninguém sabe dizer quantos milhões

de cruzeiros, talvez mesmo quantas centenas de milhões custou a Lei número 200, que o Congresso votou pensando tratar-se de cinco ou seis funcionários, que se queixavam de injustiça e iniquidade em relação à sua situação.

Este projeto, agora, Sr. Presidente, é do mesmo teor, e talvez muito mais importante. A Comissão de Finanças não está sendo pontual a respeito, mas o mundo administrativo brasileiro não está sendo prejudicado. É preferível que se estude, que se vote devagar um projeto dessa importância, a votar-se às pressas, sem tempo para conhecimento da matéria, e sem que os órgãos técnicos a tenham estudado ampla e profundamente, e emitindo opinião.

O Sr. Gomes de Oliveira — E numa hora em que o Poder Executivo, por sugestão do Senado, está elaborando um projeto de reforma do serviço público brasileiro.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Exatamente, V. Ex.ª vem mesmo em meu apoio.

Sr. Presidente, vivemos um dia brilhante, como o de ontem, em que o Senado, atendendo à opinião de muitos dos seus membros e ao clamor geral, reagiu, voltou atrás, numa deliberação talvez de efeito menos drástico, por que referente, apenas, ao pessoal da sua secretaria.

Pego, assim, ao Senado, Sr. Presidente, não obstante as homenagens queando ao nosso colega, hoje afastado desta Casa, mas autor do Requerimento, que rejeite a proposição, a fim de que a Comissão de Finanças, dispondo de mais tempo examine a hipótese, que me parece profundamente séria. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Vai-se proceder à votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Rejeitado o seguinte

REQUERIMENTO
N.º 338, de 1954

Requeiro, nos termos do art. 126, letra c, do Regimento Interno do Senado Federal, inclusão em Ordem do Dia para o Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Sala das Sessões, em 23 de junho de 1954. — Carvalho Guimarães.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, concordei com a rejeição do requerimento que o Senado acabou de votar, mas como gosto muito de saber das consequências dos meus atos, pergunto a V. Ex.ª: rejeitado o requerimento que permitia a inclusão do Projeto na ordem do dia, e o Senado não concedendo essa inclusão, qual será a sorte do Projeto? Ficará congelado, ou novos prazos lhe serão assegurados?

O SR. PRESIDENTE — O Projeto continuará na Comissão de Finanças...

O SR. MOZART LAGO — Por tempo indefinido?

O SR. PRESIDENTE — ...para ser redigido parecer e até que seja requerida, por um Senador, sua inclusão na Ordem do Dia.

O SR. MOZART LAGO — Dou-me por satisfeito e muito agradeço o esclarecimento de V. Ex.ª.

SÃO APROVADAS, SEM DEBATES, AS REDAÇÕES FINAIS CONSTANTES DOS SEQUENTES PARECERES:

PARECER

N.º 461, de 1954

Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1954, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal.

Relator: Sr. Alfredo Neves.

A Comissão Diretora apresenta, em folha anexa, a redação final do Projeto de Resolução n.º 1, de 1954, resultante da emenda substitutiva aprovada pelo Senado em reunião de 1.º do corrente mês.

Sala da Comissão Diretora, em 18 de junho de 1954. — *Marcondes Filho, Presidente. — Alfredo Neves, Relator. — Francisco Galvão. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos. — Costa Pereira.*

Redação final do Projeto de Resolução n.º 1, de 1954.

RESOLUÇÃO N.º ...

O Senado Federal resolve:

Artigo único — Acrescente-se ao art. 44 do Regimento Interno, o seguinte parágrafo:

§ 5.º — O prazo a que se refere este artigo, interrompido com a superveniência das férias parlamentares, continuará a correr na sessão imediatamente, salvo se outro for o relator designado para o projeto. Caso, porém, esteja esgotado o prazo, poderá o projeto ser incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra "a" do Regimento".

A promulgação

PARECER

N.º 462, de 1954

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão de apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.*

ANEXO AO PARECER N.º 462-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 53, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústrias S. A.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º — São aprovados o contrato e o termo aditivo celebrado, respectivamente, em 21 de dezembro de 1950 e 2 de janeiro de 1951 entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea Tronco Oeste, entre a Capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas, no mesmo Estado, na importância de Cr\$ 3.082.000,00 (três milhões e oitenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A promulgação.

PARECER

N.º 465, de 1954

(Da Comissão de Redação)

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexa) do Projeto de Lei nú-

nero 27, de 1953, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 465-54

Redação Final do Projeto de Lei do Senado, n.º 27, de 1953, que revoga os artigos de ns. 359, a 362 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. (Consolidação das Leis do Trabalho).

Jongresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam revogados os artigos de números 359 e 362 e seus respectivos parágrafos, compreendendo a Seção I, do Capítulo II, do Título III, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943. (Consolidação das Leis do Trabalho).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Câmara dos Deputados

PARECER

N.º 466, de 1954

(Da Comissão de Redação.)

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei n.º 123, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 468-54

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1953, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestam serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

do Projeto.

Substitui-se pelo seguinte:

Art. 1.º Aos trabalhadores que mantiverem atividades em contato perigoso, em condições de periculosidade, será assegurado, em dobro, a indenização prevista na legislação em vigor para os casos de acidente no trabalho.

Parágrafo único. Para atender a este novo encargo, a Comissão Central de Tarifas fará o necessário reajustamento das respectivas taxas de seguro.

Art. 2.º Consideram-se condições de periculosidade os riscos, a que estão sujeitos os trabalhadores, decorrentes do transporte de carga e descarga de aviões, caminhões-tanques e de postos de serviço; do enchimento de latas e de tambores; dos serviços de manutenção e operação em que o trabalhador esteja em contato no recinto onde sejam armazenados permanentemente com inflamáveis, quer nos veículos onde sejam transportados, bem como os decorrentes do trabalho em contato com explosivos.

Art. 3.º Os benefícios da presente lei serão somente devidos ao trabalhador enquanto executar serviços nas condições previstas no artigo anterior, e acumulados a cota de insalubridade que lhe seja devida.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Câmara dos Deputados.

PARECER

N.º 470, de 1954

(Da Comissão de Redação.)

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 175, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 175, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 470-54

Redação Final da Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 175, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o repatriamento das Hordas de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e das outras providências.

Aos arts. 1.º, 2.º, 3.º e 4.º (Emenda n.º 1-C).

Substitui-se pelo seguinte: "Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) destinado ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, para obras de reconstrução, ampliação e reforma, inclusive repatriamento das Hordas de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza".

A Câmara dos Deputados

PARECER

N.º 480, de 1954

Redação Final da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1952.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1952, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 480 DE 1954

Redação Final da Emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo do contrato celebrado entre a União e Antônio Brando Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brando.

Art. 1.º (Emenda n.º 1-C).

Onde se diz: "E mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao termo do contrato..."

Diga-se:

"E aprovado o contrato..."

A Câmara dos Deputados

PARECER

N.º 481, de 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 481 DE 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º ..., de 1954

Art. 1.º E aprovado o contrato, celebrado em 15 de março de 1950, entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Câmara dos Deputados

PARECER

N.º 482, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 482 DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º E aprovado o contrato celebrado, em 1.º de fevereiro de 1952, entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegar a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado, as atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A promulgação.

PARECER

N.º 483, de 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 483 DE 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Vanderlei da Costa Lima.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º E aprovado o contrato celebrado, em 27 de maio de 1952, entre o Ministério da Agricultura e João Vanderlei da Costa Lima para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A promulgação.

N.º 484, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados com a necessária retificação de nome no artigo 1.º de acordo com a documentação anexa.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 484-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Décio Teles Cartazo e sua mulher.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º E aprovado o contrato celebrado a 8 de dezembro de 1952 entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Décio Teles Cartazo e sua mulher para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na fazenda Palmeirinha Município de Crato, Estado de Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A promulgação.

PARECER

N.º 485, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo número 111, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 485-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte:

parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, a 8 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado para fins de irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, situados no local denominado Coronel Lucas, ilha das Batatas, Município de Parauapebas, Estado do Piauí.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A promulgação.

PARECER
N.º 486, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953
Relator: Sr. Costa Pereira

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente, em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 486-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher Maria da Conceição Passos.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 16 de abril de 1947, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher Maria da Conceição Passos, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, situado no município de Igatuá, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A promulgação.

PARECER
N.º 487, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953
Relator: Sr. Carvalho Guimarães

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente, em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 487-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher Petronilla Maria da Conceição.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 15 de abril de 1947, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de

Melo e sua mulher, Petronilla Maria da Conceição, para irrigação em terras de sua propriedade, no município de Igatuá, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A promulgação

PARECER
N.º 488, de 1954

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 1953
Relator: Sr. Costa Pereira

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente, em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 488-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de novembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado em 16 de outubro do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para desempenhar, naquele Ministério, as funções de Técnico Especializado em Mecânica.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— A promulgação

PARECER
N.º 489, de 1954

Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953.
Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 348, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Carvalho Guimarães, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 489-54

Redação Final das Emendas ao Senado do Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o art. 180, do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal.

Art. 1.º (Emenda n.º 1-C).
Dê-se a este artigo a seguinte redação:

Art. 1.º O art. 180 do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 — Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte; Pena — reclusão de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)."

Art. 2.º O art. 180, do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte; Pena — reclusão de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos e multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros)."

Art. 2.º O art. 180, do Decreto-lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigorar com a seguinte redação:

bro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 180. Adquirir, receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte; Pena — reclusão de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos."

Art. 3.º O art. 20 do Decreto-lei n.º 6.227, de 24 de janeiro de 1944, Código Penal Militar, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 208. Adquirir, receber, ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, ou influir para que terceiro, de boa fé, a adquira, receba ou oculte; Pena — reclusão de 1 (um) ano a 4 (quatro) anos."

A Câmara dos Deputados.

PARECER
N.º 490, de 1954

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953.
Relator Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 370, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 490-54

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953, que altera a redação do art. 1.º da Lei número 264, de 25 de fevereiro de 1948, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal e abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00 em reforço de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Art. 4.º (Emenda n.º 1-C).
Substitua-se pelo seguinte:

Art. 4.º É aberto ao Poder Judiciário — Justiça Militar — Superior Tribunal Militar, o crédito especial de Cr\$ 537.930,00 (quinhentos e trinta e sete mil, novecentos e trinta e sete cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de diferença de vencimentos e gratificações adicionais, relativas ao exercício de 1953, de acordo com a Lei n.º 1.675, de 25 de setembro de 1952.

A Câmara dos Deputados.

PARECER
N.º 491, de 1954

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954.
Relator Sr. Carvalho Guimarães

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 29, de 1954, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Carvalho Guimarães, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 491-54

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino.

Aos arts. 1.º e 2.º (Emenda número 3-C).

Substitua-se estes artigos pelo seguinte:

Art. Consideram-se criados, no Quadro Permanente do Ministério da

Educação e Cultura, e providos a partir de 8 de dezembro de 1950, na Universidade de Recife, os seguintes cargos padrão "O":

Na Escola de Belas Artes, 37 (trinta e sete) de Professor Catedrático; Na Faculdade de Ciências Econômicas, 30 (trinta) de Professor Catedrático; Na Escola de Química, 4 (um) de Professor Catedrático.

Ao art. 3.º (Emenda n.º 2-C)

Onde se diz:

"... de Cr\$ 6.919.200,00 (seis milhões, novecentos e dezanove mil e duzentos cruzeiros) para atender a despesa com o provimento..."

Diga-se:

"... 13.133.400,00 (treze milhões, trezentos e trinta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros) para atender as despesas nos exercícios de 1953 e 1954 com o provimento..."

Ao projeto (Emenda n.º 1-C)

Inclua-se onde convier:

Art. A Universidade de Recife promoverá, oportunamente, o desmembramento do "Curso de Arquitetura" da Escola de Belas Artes daquela Universidade, para constituir a Faculdade de Arquitetura, como unidade universitária distinta.

A Câmara dos Deputados.

PARECER
N.º 492, de 1954

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 36, de 1954.
Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a relação final (fl. anexo) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 36, de 1954, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 492-54

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 36, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00 em reforço da Verba 1.º do Anexo número 19, do Orçamento Geral da União.

Ao artigo 1.º — (Emenda n.º 1-C)

Substitua-se pelo seguinte

"Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento de indenizações devidas a funcionários da Divisão do Imposto de Renda e Delegacias, relativas ao exercício de 1953, sendo Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) destinados a "ajuda de custo", e Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros) a "diárias".

A Câmara dos Deputados.

PARECER
N.º 493, de 1954

Redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954.
Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a relação final do Projeto de Lei n.º 112, de 1954, de iniciativa da Câmara dos Deputados, com a necessária retificação do nome, no parágrafo único, de acordo com a documentação anexa.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de junho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Carvalho Guimarães, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 403-54

Redação Final do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil das despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.095.264,30 (setenta e oito milhões noventa e cinco mil duzentos e sessenta e quatro cruzeiros e trinta centavos), destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil das despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo, de acordo com o que foi estabelecido nas Reversais trocadas com o Governo da Bolívia em 12 de agosto de 1953, e como decorrência do Tratado sobre a saída e aproveitamento do petróleo boliviano, de 25 do fevereiro de 1938.

Parágrafo único — O crédito especial, de que trata este artigo, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional à disposição da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo, para atender aos seus "Serviços e Encargos".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Sanção.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da exigência do quorum constitucional, vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SENHORES SENADORES.

Valdemar Pedrosa. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Ferreira da Souza. — Djalir Brindeiro. — Eschell da Rocha. — Cleto de Vasconcelos. — Durval Cruz. — Carlos Lindenberg. — Luiz Pinco. — Atílio Vivacqua. — Mozart Lago. — Leônido Coelho. — Marcondes Filho. — Dário Cardoso. — Costa Pereira. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Camilo Mércio. — (20).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 20 Senhores Senadores.

Não há número para votação. Dever-se-ia passar à discussão da matéria constante dos itens 33 a 36, entretanto, também esses, pela praxe do Senado, terão de ser apreciados em sessão secreta, que só se efetiva com a existência de número necessário à votação.

Delizam também de ser votados os requerimentos de urgência constantes do final da Ordem do Dia, sob os ns. 1, 2 e 3, porque já foram votados hoje dois requerimento de urgência, e o Regimento só permite a votação de dois, em uma sessão.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa põe em discussão o requerimento n.º 364, de 1954, lido e apoiado na hora do expediente e que pede a inserção do programa do Partido da Aliança Popular nos Anais da Casa. Em discussão.

Se nenhum Senador pedir a palavra encerrarei a discussão. Pausa. Está encerrada.

Adiada a votação por falta de número.

Nos termos do art. 39, § 1.º do Regulamento Interno, designo os Srs. Senadores que deverão acompanhar na Câmara dos Senhores Deputados o estudo das emendas do Senado há pouco aprovadas, a projetos daquela casa:

— Projeto de Lei da Câmara número 348, de 1953, o Senador Aloísio de Carvalho;

— Projeto de Lei da Câmara n.º 29 de 1954, o Senador Noster Massena;

— Projeto de Lei da Câmara número 36, de 1954, o Senador Durval Cruz;

— Projeto de Lei da Câmara n.º 23 de 1954, o Senador Luiz Tinoco;

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 19.2, o Senador Anísio Jobim;

— Projeto de Lei da Câmara número 175, de 1953, o Senador Joaquim Pires.

Não há orador inscrito para depois da Ordem do Dia. (Pausa).

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

Pego a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua.

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, tive ocasião de proferir, desta tribuna, discurso sobre a situação dos landários, toalheiros e garimpeiros, estudando a solução do problema sob seus aspectos econômicos e sociais.

Acabo de receber de numerosas representantes dessas laboriosas classes que tanto carecem do amparo dos poderes públicos, um abaixo assinado com o nome de J. Peltu Burros, abnegado servidor de causa da mineração nacional, o agradecimento ao apoio que procuramos dar as reivindicações das classes em muitas outras ações interesses fundamentais da economia nacional.

O agradecimento constante do documento em apreço não deve ser diluído ao humilde orador, mas, ao Senado, onde os assuntos de mineração e de landação de toalheiro têm sempre encontrado a mais viva ressonância. Passo a ler o referido documento para conhecimento dos nobres Pares: "Os abaixo assinados, residentes em Belo Horizonte, Minas Gerais, Landários, Joalheiros e Garimpeiros, enviam seus agradecimentos ao defensor de nossa classe, Senador Atílio Vivacqua, pelo brilhante discurso pronunciado no Senado Federal, em 5 de março de 1953. — Geraldo Moreira dos Santos — Racihi Saliba — Constantino Vasconcelos — José Almeida da Silva — Pedro Guimarães — Josué Tuffi — José Geraldo Machado — Adolfo Mateus da Silva — José Grimaldi — Antônio Américo Ferreira — Antenor José da Rocha — Antônio Alves da Silva — Alvaro Lemos — José Gomes — Júlio de Carvalho — Agenor Ferreira de Figueiredo — João Goulart Filho — Boleslon Worzealis — João André dos Santos — João Batista José de Sá — José Emílio Duarte Pereira — Henrique Miranda — Geraldo Machado Pereira — Ermindo Montessor — João Alves Godinho — Wilson Anelas — Júlio Balbo — Estac Assur Teffi — Selva Costa — Antônio Ferreira da Silva — Dirceu Moreira Leite — Terezinha Teles Leite — João de Sá — Ivan de Sá — Valtier Pereira Byrro — Valmi Costa Oliveira — Eril Vaz Silva — José dos Santos Madureira — Valtier Pereira dos Santos — José Dias da Silva — Manoel Wilário Santos — Armandinho Tibirigá Filho — Jonathan Ferreira de Paula — João Evangelista dos Santos — Dalvino Antônio dos

Santos — Antônio Carlos Ludovico Bossi — Maurício da Silva — Orfacelino Henrique de Oliveira — Jesus Ravis — Euseu Climaco — Papagio M. Gerais — Ernes José Radvit — José Dias da Silva — Raymundo Rodrigues Chaves — Ciro de Oliveira Campos — Gilberto Josio Fonseca — José Maria Rachil — Francisco Raymundo de Freitas — Sebastião Pereira de Souza — Irineu Duarte Adroato — Abel Duarte Modrudo — Lucas Duarte Machado — Raimundo Duarte Silva — José Moreira dos Santos — Vicente Duarte Lima — Ladário Antunes — Homero Silva — Pittaqui Minas Gerais — P. Recardini Ltda — Haroldo Waf.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão designando para a de segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo Pareceres: I — Sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 88, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente no sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas do Plenário; da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Atílio Vivacqua e outros Srs. Senadores pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 364, de 1954, do Senhor Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Triguero de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudonésia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 85, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Délio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Discussão única do Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, e dá outras providências.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagens, a realizar-se em Caracas oferecido pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 526, sobre o ofício n.º 3-54, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interesse, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti.

Discussão única da Redação Final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 466, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 163, de 23 de dezembro de 1937.

Discussão única da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 467, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Discussão única da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 469, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 96 de 1949, que concede as empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira licença de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro.

Discussão única da redação final, oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 502, de 1954, ao Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede permissão ao Diretor do Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Iluminada.

lítico-administrativo, e influência do fator geográfico, embora não sempre ostensiva, tem sido permanentemente fundamental e decisiva, pelo menos até o surgimento de novos fatores que teriam oportunidade de focalizar no curso desta conferência. Todas as tentativas de estruturação até agora levadas a efeito, ou que ainda se venham a processar, deixando de lado o fator especial, foram e serão sempre inúteis, além de significar erro fatal. Não é possível organizar os poderes públicos sem ter em conta as peculiaridades do meio físico, até hoje mais influentes entre nós do que as próprias forças do homem e os recursos da técnica e da ciência. Qualquer sistema institucional que não se basear nessa e peculiaridades, redundará em artifício e em fracasso. Eis porque o cuidado de nossos homens públicos, desde a Colômbia até a República, através da Regência e do Império, girou sempre em torno da necessidade de uma aparelhagem governamental, capaz de neutralizar a ação desintegradora de um território tão grande, sem meios eficientes de circulação, e com uma população de baixo teor de densidade, resultando numa dispersão social exorbitante, raramente no "hinterland", a par de uma concentração de mo-nômica em alguns núcleos ilotários.

Período Colonial.

o problema estava colocado nos seguintes termos: como povoa, explorar e manter íntegro, sob o domínio da metrópole portuguesa, território tão vasto? Como estrutura as suas instituições políticas, tendo em vista os problemas da administração, da defesa, do fisco, e da ordem legal? Houve desde o princípio a idéia de resolver esta questão básica dentro de um critério centralizador.

geográficas e sociais. As condições econômicas e sociais do meio, entretanto, não influenciaram-se no debate proposto pelo autor. Seria talvez impossível estabelecer funcionar um poder central e unitário, a que ficassem inteiramente subordinados os demais órgãos políticos e administrativos de toda a Colômbia. Tal impossibilidade resultava da extensão territorial, agravada pela falta de transporte e comunicação. Convém, portanto, atenção a este aspecto, que ajuda hoje a explicar uma das causas da realidade brasileira, considerando, portanto, uma das chaves para a decifração do enigma nacional.

Pouco a pouco, através de sucessivas experiências, os políticos coloniais foram percebendo que só havia um meio de administrar e governar terras aglomeradas de regiões tão diversas e separadas por distâncias tão enormes, que não se podia um sistema de poder descentralizado, através de parênteses regionais e locais, com autonomia e adaptação às particularidades dos respectivos núcleos humanos. Foi assim que, no curso de sua vida colonial o Brasil teve um mecanismo institucional semelhante a um mosaico. Nas várias regiões, fossem de expansão agrícola, de atividades pastoris, ou onde predominava a mineração, os órgãos de governo amoldavam-se, como era natural, às peculiaridades do meio. A verdade é que esta fragmentação do poder acabou permitindo a sobrevivência do Brasil e de sua unidade durante a colônia. Se os dirigentes de então não tivessem transgido no sentido daquele descentralização, provavelmente teriam emergido surtos separatistas de maiores intensidades e proporções.

Período Imperial:
Pode-se dizer que, desde as guerras holandesas, os brasileiros começaram a adquirir, a par com o sentimento de independência e nacionalidade, a consciência de sua própria força. Mais tarde, ao influxo das idéias liberais e revolucionárias, que chegavam à Europa, essas tendências de emancipação foram ganhando

vigor. O Brasil passou a viver então num estado quase permanente de insurreição. Succediam-se as revoltas, as conjurações, as reivindicações de liberdade. A independência e o desmembramento da Colômbia pareciam iminentes. Foi então que um *incidente histórico* deu margem a um *feito novo* que emudou o rumo dos acontecimentos no Brasil. O incidente foi a invasão de Portugal por Napoleão. O fato novo foi a viagem de D. João VI para o Rio de Janeiro com todo o seu rosário de consequências. A presença do rei, a instalação da corte no Brasil, a nova organização do mecanismo institucional, e o ato de abertura dos portos introduziram imprevisíveis e profundas mudanças na vida colonial. E' de admitir-se que as transformações, nascidas daquelas acontecimentos, se compunham no sentido de fortalecer a unidade brasileira, então periclitante.

A partir da Maioridade, aceita-se a tendência centralizadora. Com a monarquia, hereditária e unitária, enalçamos, à margem da Constituição de 1824, uma sorte de parlamentarismo original, resultante do embate do pensamento político de nossas elites de então, divididas entre o parlamentarismo clássico inglês, o federalismo hamiltoniano, o racionalismo dos enciclopedistas e o liberalismo fraterno e igualitário dos convencionais franceses. Na Inglaterra, de acordo com o modelo clássico "a realeza, mas não o governo". No Brasil do Segundo Reinado, o "rei reina, mas não governa". Dentro do quadro das instituições políticas, o imperador é tudo e faz tudo, e em torno dele gravitam todas as forças políticas dissociadas pela contínua ação dispersiva do espaço imenso onde a circulação incidente acarretará o isolamento e a separação dos núcleos sociais. A peça principal desse mecanismo é o chamado Poder Modelador, através do qual o rei controla, ao mesmo tempo, o Executivo o Judiciário, e o Legislativo. O imperador chega a ser mesmo, dentro desse modo, o intérprete da Constituição através do Conselho de Estado cujos membros são escolhidos por ele. A intervenção pessoal do monarca se opera desde a criação, com a organização dos ministérios e a composição do Senado, até os mais distantes ângulos de base no conjunto das instituições. Assim, as nomeações dos Presidentes de Províncias, bem como de seus Chefes de Polícia, Juizes de Direito, Promotores, são atribuições do rei. Os chefes de Polícia, escolhidos pela confiança do monarca, exerciam os deveres de quartéis, os carcereiros. Desse modo, o rei estendia sua mão até as mais remotas vilas. Estava presente em toda parte inclusive através de outras instituições, como o recrutamento, a Guarda Nacional, e o Exército, então em franca evolução e cujas guarnições se espalhavam por todo o país, como símbolos de um poder central e único. Entre tantos exemplos de extraordinária penetração do poder real, basta lembrar que lhe cabia até a faculdade de anular eleições de vereadores e juizes de paz nos municípios.

Mas nunca deixou de haver uma reação crescente das forças regionais, provinciais e até municipais, contra aquele poder central. Tal reação se desenvolveu à medida que as novas idéias e teorias surgidas no Velho Mundo foram adquirindo adeptos no Brasil. A democracia, o liberalismo, o federalismo e o racionalismo, se iam transformando em bandeiras de novos movimentos, por detrás de uma aristocracia intelectual que detinha todo o controle da vida política do país. Entre outros exemplos as federações americana e suíça influíram como fontes de inspiração. O "Luz do Processo" e o Ato Adicional surgiram como tentativas e concessões descentralizadoras pelos confusos do municipalismo do mu-

nicipalismo e do provincialismo. Simultaneamente rebentavam, aqui e ali, revoltas armadas, suscitadas sempre pelo sentimento de hostilidade ao poder central revigorado pela reação conservadora de 1840, e projetado até a República, não obstante a constância doutrinária dos programas liberais e do Manifesto de 7.

Período Republicano: Mas chegou um momento em que, sob a influência dos fatores sociais, ideológicos e econômicos e, sobretudo, como decorrência da abolição dos escravos, o edifício das instituições monárquicas ruíu. Surgiu então a República Federativa. Era, mais uma vez, a resposta política dos estadistas ao desafio secular do determinismo geográfico, o qual continuava a fornecer, em sua ação desintegradora e diferenciadora, não só a diversificação dos núcleos sociais, como a regionalização dos espaços nacionais.

Oliveira Viana, em síntese admirável, retrata essa luta perene que os nossos maiores travaram pela integração, procurando transigir e acomodar o quadro institucional aos imperativos geopolíticos, quando diz: "Eliminada a peça mestra do sistema, extinta a sua poderosa influência magnética e centrípeta, a federação impõe-se, como meio único de impedir a secessão do país. Os estadistas coloniais haviam chegado à fórmula: *integridade da colônia pela fragmentação do poder*. Os estadistas imperiais são levados a uma conclusão contrária: *integridade do país pela unificação do poder*. Os estadistas republicanos voltam à conclusão colonial: *integridade da Nação pela fragmentação do Poder*".

Com a República Federativa, cessou o, pelo menos, diminuído muito a onipotência do poder central. Verdade é que ao Presidente se conferiu grande soma de atribuições. Mas os Estados obtiveram autonomia completa. Cada Estado tem a sua Constituição e organiza os seus poderes como bem entende, desde que não entre em choque com a União. Essa descentralização, em certas ocasiões, chegou a tal ponto que o Presidente da República pareceu um prisioneiro político das situações estaduais. Esse fenômeno teve a sua expressão aguda no quartelão de Campos Sales, com a chamada "Política dos Governadores". No quadro das instituições políticas, os dirigentes estaduais tornaram-se então praticamente os senhores da República, exercendo o seu domínio especialmente através dos abusos do poder central. Em grande parte, a Revolução de 1930 foi um movimento contra os males do presidencialismo. Com o Estado Novo, implantado em 1937, houve nova tentativa de organizar um forte poder central. Atualmente, com a Constituição de 1946 a República Federativa está reiterada nos seus cânones, através de uma organização de poderes, apenas teoricamente descentralizadas, consoante tememos oportunidade de sentir no decorrer das apreciações que se seguirão.

Eis aí, em rápidos traços, o quadro da evolução de nossas instituições políticas. E' curioso assinalar mais uma vez a seguinte alternância relativa: período colonial, *descentralização*; período imperial, *centralização*; primeiro período republicano, *descentralização*; Estado Novo, *centralização*; período atual, *descentralização*. Isso dá bem uma idéia do verdadeiro malabarismo desenvolvido pelas elites dirigentes para governar e manter unido um país como o nosso, de tão desmoldada base física, e com um desenvolvimento social tão irregular. Em toda essa evolução, o que se percebe é um extraordinário esforço humano para vencer o meio geográfico, exacerbando não só pelas dificuldades de comunicação e transporte, mas também pela baixa densidade de população. E' fácil imaginar o trabalho dos organi-

zadores do Brasil colonial para superar as distâncias, o isolamento e o deserto, numa era em que o principal meio de transporte era o cavalo. Somente na fase imperial é que surgiram as primeiras linhas telegráficas, os primeiros navios de cabotagem e as primeiras estradas de ferro e de rodagem, como elementos ativadores de uma circulação, anemada, cujo fortalecimento, ontem como hoje, é fundamental, quer para a integração de nossos grupos regionais diferenciados social e economicamente, quer para a preservação e articulação dos nossos espaços marítimos e continentais, dissociados e insulados em suas projeções geoeconômica e geopolítica.

Fatores econômicos e sociais: Os meios modernos de comunicação, especialmente o avião e o rádio, permitem uma sincronização imediata e permanente entre os poderes, da organização federativa, desde o centro, nos mais longínquos províncias do interior. Um intercâmbio que nos tempos da Colônia, do Império e mesmo no início da República, exigia dias, semanas e meses, sendo às vezes até impossível de realizar-se, efetua-se hoje em horas e minutos. Não quero dizer com isto que o problema das distâncias tenha desaparecido, ele existe ainda. Mas deixou de ser *fundamental* político para se tornar *essencialmente econômico*. Até porque o conteúdo dos grandes problemas da nacionalidade, atualmente, é mais econômico do que político. Temos uma Federação política, mas não temos uma Federação econômica. O que prevalece, economicamente, é o *centralismo*, acarretando o desequilíbrio entre as regiões habitadas do país. Temos a unidade política, mas não temos a unidade econômica. Há regiões ricas em contraste com regiões extremamente pobres. Também do ponto de vista social, estão surgindo problemas novos. Verdade é que ainda não existem entre nós condições econômicas geradoras de um anticolonismo de classes, mas não se pode negar que, no lado de grupos humanos que dispõe de todas as comodidades, há outros em que predomina o pauperismo. Pode-se já considerar como sólida a unidade nacional, num país em que há regiões tão diferenciadas, como, por exemplo, o Amazonas e São Paulo, e populações de nível de vida tão diverso, registrando-se lucros excessivos ao lado da mais chocante miséria?

Os políticos da Colônia e do Império tiveram de organizar e manter o Brasil politicamente unido. Para eles o grande problema resultava sempre da presença ou da influência do fator geográfico em sua ação dispersiva, diferenciadora e mesmo pulverizadora da autoridade central. Tratava-se, porém, de um problema puramente político, de estruturação de ordem legal e dos serviços de administração ou defesa. Hoje existem outros fatores, não de surgimento recente, porém mais agudos, mais sensíveis, mais complexos, impondo pela realidade dos "tempos novos" a sua crítica consideração na configuração do quadro institucional brasileiro. São, como sabemos, os fatores econômicos e sociais. Permanece, sem dúvida, o problema determinado pela nossa grandeza territorial, mas já agora com outra feição e outros reflexos. A insolação dos políticos de hoje não é apenas organizar o Brasil politicamente, mas também, e principalmente, um Brasil econômico e socialmente unido. Será que para essa tarefa dispomos de instituições políticas suficientemente adequadas? Eis a grande questão de nossos dias.

Descompasso entre o direito constitucional e o direito natural escrito — Disparidade entre as elites e a zona massiva. O esforço de adaptação do mecanismo institucional às peculiaridades

geográficas e sociais do meio, conforme acabamos de examinar, tem sido satisfatório, desde que se considere apenas o lado positivo da obra das classes dirigentes. Mas um olhar sobre o lado negativo deixa ver muitos erros e falhas. Os fundadores da nacionalidade e seus continuadores não conseguiram até agora plasmar um regime estável capaz de realizar as aspirações das elites e estudar as necessidades do povo. Basta ver aquele revezamento entre centralização e descentralização, traduzindo inquietude e instabilidade. As múltiplas constitucionais se sucedem e o país está sempre empilhado em campanhas de reforma. Sente-se que os políticos estão sempre insatisfeitos, em busca de uma novidade salvadora. Sob este aspecto, tem-se a impressão de que o Brasil ainda não foi descoberto pelas suas classes dirigentes. Através de quase cinco séculos de História, tem-se procurado organizar este país, como já ressaltamos, olhando mais e quase exclusivamente, para a experiência e a realidade de outros povos do que para a nossa própria experiência e para a nossa própria realidade. A influência das nações mais cultas e mais adiantadas não é, em si, um mal. Pelo contrário, pode ser benéfica e até necessária. Entre outras, tem permitido, no terreno das instituições políticas um esplêndido e fecundo debate de idéias, bem como a estruturação dos sistemas teóricos, nem sempre admiráveis. Os textos de todas as nossas Constituições são obras notáveis. Percebem-se, através delas, o talento fértil e a sólida erudição dos políticos e intelectuais brasileiros. Mas, do ponto de vista prático, todos sentem ainda hoje que estão por vir o regime de seus sonhos. Sempre faltou e continua faltando alguma coisa que muitos não sabem definir. Que será? De minha parte, acho que está faltando uma *política mais objetiva e menos doutrinária*, mais *nossa e menos alheia*, um sistema realmente de acordo com a realidade brasileira, diversa da realidade francesa, inglesa ou norte-americana. Não nos idealismo utópico, conduzindo àquela política silogística, concebida ironicamente por Nabuco, como: "uma pura arte de construção no vácuo, onde a base são as teses e não os fatos; o material — idéias — e não homens; a situação — o muro — e não o país; os habitantes, as gerações futuras — e não as atuais" e mais "idealismo realista", "idealismo orgânico", fundado na experiência, na nossa realidade cultural e especial, de maneira a constituir "uma força moral inspirada em el desejo de incorporar o real, y no uma simples doutrina metafísica constructiva", no dizer de J. Endara.

Sempre debruçados sobre outras nações, os nossos dirigentes esquecem frequentemente as verdadeiras realidades da vida e os traços característicos que compõem a fisionomia, as condições orgânicas, enfim o verdadeiro complexo cultural do povo brasileiro. Daí uma tendência que se nota sempre para fazer "o carro andar diante dos bois". Basta, em alguns exemplos de nossos dias. Ainda não temos uma grande riqueza nacional, e já pensamos em solução de coloridos socializantes. Não existe entre nós um capitalismo industrial definido, e já se fala em luta de classes. Não temos uma opinião organizada, nem sequer alfabetizados a metade do povo, e já sonhamos com sistema eleitoral perfeito. Não se estruturou ainda a economia, e já se exerce, no seu âmbito, a intervenção do Estado, de modo cada vez mais sensível. Ainda não completamos a última Constituição, e já cogitamos de reformá-la. Não resolvemos ainda os problemas de base, e já discutimos altas ramifica-

Faça-se uma análise de nossas leis. São sábias e justas, em seu conjunto e na aparência. Mas foram feitas, na maioria, como se tivéssemos, de norte a sul, de leste a oeste, um espaço físico homogêneo dotado das mesmas características, uma população igual, nas mesmas condições sociais e econômicas, com elevado grau de adiantamento cultural, cívico e material, o que absolutamente não é verdade. Pretende-se que as mesmas leis possam ser identicamente aplicadas em Estados tão diferentes, como o Piauí e São Paulo, ou a Bahia e o Paraná, para só citar alguns exemplos.

O fenômeno não ocorre apenas com a legislação federal. Também os legisladores estaduais executam a mesma tarefa, muitas vezes, sem olhar as particularidades de suas regiões. Velam-se as Constituições dos Estados. São todos mais ou menos iguais, quase copiadas uma das outras. O princípio federativo repousa no princípio da autonomia dos Estados. Os dirigentes de cada unidade federada poderiam e deveriam tirar partido dessa autonomia, adaptando ao máximo as suas instituições locais às características do meio. Na verdade, não é isto o que se verifica e na prática vemos o cerceamento indireto da autonomia de certos Estados pelo centralismo político do poder central. Assim, do ponto de vista político, temos duas Federações: a *Federação teórica*, que consta do texto constitucional, e a *Federação real*, que propriamente não atinge em toda sua extensão o dualismo brasileiro do regime federativo: União Soberana e Estados autônomos.

Bem longe tiramos se quiséssemos analisar outros aspectos desse fenômeno. É um típico de nosso país, isto é, o descompasso e a distância entre o idealismo e a realidade social do novo brasileiro. Esse descompasso se traduz na diversidade entre as instituições teóricas e as instituições reais e no pouco rendimento de nossas leis.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NACIONAL

No segundo capítulo do sumário, a matéria está distribuída na seguinte ordem:

— **Organização Política Nacional** — Características gerais das instituições políticas vigentes: a organização geral: consunção e desconunção com as realidades demográficas, econômicas, sociais e geográficas. Funcionamento: aspectos positivos, aspectos negativos. — Adequação à realidade brasileira.

As atuais instituições políticas do Brasil têm sua base estrutural na Constituição de 1946 e num conjunto de leis ou simples decretos, normas e regulamentos. É curioso assinalar, por exemplo, que por falta de legislação complementar ou substitutiva, uma das principais inovações do novo mecanismo institucional — a série de leis trabalhistas — se rege, ainda hoje, por um decreto-lei que aprovou a sua consolidação, oriundo do regime disciplinar da Carta de 37, muito embora os princípios básicos dessa consolidação tenham sido incluídos na atual Lei Magna, especialmente o artigo 157 e seus dezessete parágrafos. Não é possível negar as influências e os resquícios que os oito anos de interrupção do governo representativo deixaram em nossas instituições. A democracia no Brasil ainda é um regime em fase de clarificação. Mesmo porque a obra constitucional de 1946, como já dissemos, ainda não está concluída, de vez que lhe faltam várias leis complementares.

Um dos traços característicos das instituições vigentes é a tendência para ampliar e dividir o poder e a técnica de legislar, sob a forma de funções normativas ou regulamentares através de vários órgãos que agem à sombra do Estado. Simultaneamente, com a clássica e legítima elaboração

legislativa das Câmaras e das Assembléias, diversas entidades estatais e autárquicas funcionam criando práticas que se vão incorporando ao direito público. A esse respeito, são suficientes os exemplos do DASP e da SUMOC. Ambos desempenham várias funções que os originais legítimos ou substitutos do Poder Legislativo.

Trata-se de um fenômeno que não é privativo de nosso país. Não se pode deixar de reconhecer que a complexidade dos problemas contemporâneos vai determinando a necessidade de órgãos que possam suprir a demora inevitável do processo legislativo dos Parlamentos. Já problemas as soluções não precisam ou não podem esperar dos estudos e debates através do mecanismo do Poder Legislativo. Daí a tendência para ir substituindo a lei por vários tipos de prescrições e normas que vão criando raízes na esfera cada vez mais larga do direito administrativo. O sistema administrativo, hoje em dia, é de tal maneira complexo que o seu funcionamento já não pode prescindir de órgãos, aos quais se atribuem funções normativas, exercidas a cada passo, sob pena de colapso no serviço público. Mas é preciso muito cuidado para evitar o abuso desse terreno, a fim de que não se produza uma situação em que não faltaríamos voz para proclamar o Parlamento como instituição dispendiosa e inútil, como já tem acontecido, sobretudo no período de crise da democracia.

Atualmente, as instituições parlamentares no Brasil, por circunstâncias cuja análise não cabe aqui, estão num fase de excepcional prestígio político e psicológico. Mas talvez lhes conviesse vigiar mais um pouco o exercício de suas atribuições legislativas, para evitar que estas venham a ser arrebatadas, numa usurpação paulatina, quase insensível. Para isso, antes de tudo, é necessário que o Poder Legislativo esteja tecnicamente aparelhado para cumprir a contento a sua missão.

Em consequência das novas condições políticas, sociais e econômicas motivando indolência e mesmo rebeldia das massas pela falta de exemplaridade das elites, vem aumentando cada vez mais a tendência para serem eleitos candidatos oriundos das camadas populares. São geralmente homens bastante ligados aos diversos setores da vida nacional, com um senso altamente político dos problemas da vida comum. Chegando ao Congresso Nacional, esses representantes não dispõem diretamente de nenhum órgão de assistência técnica para a realização dos estudos e investigações que se tornam indispensáveis para a boa confecção das leis, tanto mais quanto os problemas a regular se vão tornando cada vez mais complexos. A esse respeito, o Parlamento está completamente desprovido. O Executivo, por exemplo, dispõe de todo um conjunto de entidades, além de várias equipes de técnicos, que realizam um largo, profundo e permanente trabalho de assessoria nos vários ramos de especialização. Dir-se-ia que esses serviços poderiam também ser aproveitados pelo Parlamento. Entretanto, isso não é possível, pois nem sempre os pontos de vista e a orientação do Legislativo e do Executivo coincidem. Muita gente não imagina o esforço e o sacrifício que, por vezes, se exigem dos deputados e senadores para o estudo e a elaboração de certos projetos que envolvem árduos e trabalhosos problemas técnicos. Cria-se, não raro, a seguinte alternativa: ou o engastamento, ou a votação sem maior conhecimento do assunto, dando margem a leis cuja qualidade deixa a desejar. Somente aparelhados com seus próprios meios de investigação e estudo é que o Parlamento poderá realizar, de modo plenamente satisfatório, a obra legislativa que dele esperam o povo e os outros Po-

deres, na solução dos problemas nacionais e na consolidação de nossas instituições políticas.

De um ângulo meramente político, as instituições vigentes repousam sobre os seguintes fundamentos: federação, república e democracia representativa. Estes são os princípios invioláveis da Constituição. Ele mesma estabelece como intangíveis a Federação e a República. Não há possibilidade de qualquer reforma atingindo esses dois alicerces do regime. Qualquer modificação estrutural de nossa forma republicana e federativa de governo exigiria uma revolução ou um golpe de Estado.

Mas as constituições modernas, como a nossa, já não são obras meramente políticas. A partir do período posterior à primeira grande guerra começaram a surgir as primeiras constituições, em que se cogitava os problemas econômicos e sociais, como aconteceu, por exemplo, na Alemanha e no México mais tarde em outros países, inclusive no Brasil, em 1934. A nossa atual lei magna possui um capítulo especial, dedicado a *ordem econômica e social*, no qual se procura orientar, no âmbito de Tróia, os Cavalcanti, a evolução dos sistemas sociais e econômicos, evitando soluções radicais que só nos poderiam conduzir à bancarrota financeira e ao caos. A meu ver, é talvez um dos capítulos mais importantes, tendo em vista a crise em que vivemos e os problemas presentemente sentidos pelo povo brasileiro. A ninguém, no momento, pode interessar a discussão ou modificação do regime, no que ele possui de republicano, democrático ou federativo. Pelos menos não parece que haja condições materiais e espirituais, internas e externas para uma alteração nesse sentido, que teria de ser violenta. As bases políticas de nossas instituições não estão, pois, em causa em nossos dias como estiveram tantas vezes no passado.

Verdade é que existe um movimento cada vez maior, tendente a substituir o sistema presidencial pelo parlamentarismo. Trata-se, porém, de um movimento absolutamente pacífico ideológico e susceptível de concretizar-se através do Poder Legislativo. Na minha opinião, a solução dos graves problemas que hoje tanto preocupam as elites e o povo-braça em nosso país, não depende fundamentalmente da mudança do regime de governo. Não se pode negar a necessidade de melhorar a nossa máquina política e administrativa. Mas encerrar somente esse aspecto da questão parece-me um erro. No Brasil, quando está precisando de reforma. Entretanto, a parte viva e dinâmica, o verdadeiro centro de gravitação de nossas instituições já não é, como na Colômbia, no Império e nos primeiros tempos da República, unilateralmente, a organização política, mas também, a organização social e econômica. Aí, sim, é que cumpre ver a positividade e a vulnerabilidade do atual funcionamento de nossas instituições. Aí é que se torna preciso verificar até onde os poderes públicos estão constituídos de acordo com a realidade nacional.

A tarefa das elites contemporâneas é, sem dúvida, mais complexa do que a daquelas que as precederam. Muito mais difícil do que a conquista da independência política, está sendo a obra de *emancipação econômica e social*. Um mundo de problemas nos cercam. Os nossos antepassados não conheciam, desafia hoje a capacidade das classes dirigentes. Os homens de minha geração eram meninos, e o Brasil tinha cerca de 20 milhões de habitantes. Hoje tem quase 60 milhões. Não obstante o rápido aumento de população, a nossa densidade demográfica ainda é uma das mais baixas do mundo, originando grandes vazios em quase toda a extensão territorial, e a faixa profunda de 400 a 500 quilômetros da orla marítima.

Em meio a este cenário, as elites parecem desorientadas e atônitas, tanto mais quanto vão surgindo desafios cada vez mais complexos ao seu poder criador. Mesmo inquiete, a industrialização do país já vem produzindo várias consequências, inclusive a formação de um proletariado, cuja influência na vida nacional é um fato cada vez mais notório.

Um exame bastante resumido de nossa realidade é suficiente para demonstrar a necessidade de métodos de ação mais rápidos e mais eficientes por parte das elites políticas e intelectuais, métodos ajustáveis ao surpreendente ritmo de crescimento que se verifica no Brasil de hoje, possibilitando maior eficácia ao seu aparelhamento institucional.

Para isto, a meu ver, torna-se fundamental, antes de tudo, uma revolução que não exige tiro nem efusão de sangue, mas também não pode ser feita apenas com decretos. Uma das manifestações mais típicas da mentalidade nacional é colocar tudo o país na dependência do poder público. Dir-se-ia que ninguém é responsável por nada e só o governo é responsável por tudo. A boa ou má sorte dos milhões de brasileiros não estaria nas mãos de cada uma, mas na vontade dessa entidade todo-poderosa que é o governo.

Orn, nada mais errôneo nem mais perigoso do que esse modo de encarar o funcionamento das instituições políticas. Entre outras, duas consequências, aliás antagônicas, estão aí, a vista de todos: de um lado, é a tendência do governo para se converter cada vez mais em patríon único e árbitro absoluto da vida nacional, e de outro é uma inclinação anárquica para não acreditar nos governantes embora, contraditoriamente, se espere tudo deles.

Longe de mim a idéia de absolver os maus governantes. Nem pretendo negar que existem problemas de governo. Entretanto, quando se trata de uma nação não deve fiar nessa eterna expectativa em face do poder público. A grande força de progresso do mundo tem sido a iniciativa particular. Não é outro o segredo do poderio e da prosperidade, por exemplo, da América do Norte. Existem nações em que, não obstante o alto grau de adiantamento material e espiritual, foram levadas a experiências no terreno das fórmulas do socialismo ou de totalitarismo, camuflado ou ostensivo. Em outras nações, esse mesmo regime se instituiu em virtude do declínio das elites — com perda do controle do curso físico e humano — levando as massas a se orientarem por ideologias mistas e estranhas aos seus complexos culturais tradicionais, como foi o caso da Rússia.

E' que a distribuição da riqueza nesse país chegou a tal desequilíbrio que, face a exacerbação dos interesses individualistas, pode originar choantes situações de grave injustiça social. Tais situações poderosamente agravadas por abalos psicológicos — oriundos da insatisfação generalizada das massas — motivaram a reação, através do fortalecimento e da intervenção estatal, aliás nem sempre de modo feliz.

O Brasil, porém, está numa fase em que os problemas resultam, não do excesso de riqueza, mas de sua quase inexistência, do ponto de vista social. O que importa, pois, é claro e incentivar a riqueza, e não entravá-la. Como promover o enriquecimento nacional, sem a contribuição da iniciativa particular, isto é, sem a participação harmoniosa das forças do capital e do trabalho?

Não é de governos onipotentes e taumaturgos que o Brasil precisa, mas sim, de governos à cuja sombra as forças da iniciativa particular possam realizar amplamente a sua missão de desenvolvimento social e econômico. Devemos, pois, substituir essa mística secular que põe os

destinos do país exclusivamente nas mãos do governo por uma nova lei, que faça o povo brasileiro confiar em si mesmo, especialmente no poder criador da iniciativa privada, pois a esta é que se deve a grandeza das nações mais adiantadas do mundo.

Na análise de nossas instituições políticas, o que importa saber hoje, mais do que tudo, é até que ponto elas estão adequadas a permitir a expansão do capital e do trabalho, bem como assegurar as boas relações entre esses dois grandes estímulos do progresso moderno.

Dai a importância fundamental do capítulo de nossa Constituição sobre a ordem social e econômica. Os dispositivos aí incluídos estarão aquém ou além de nossas realidades, ou de acordo com elas? Seja qual for a conclusão a que se chegue a esse respeito, a verdade é que mesmo sem modificações, muito se pode fazer para que de fato prevaleça no país uma ordem econômica e social, capaz de favorecer a integração, a prosperidade e a auto-determinação do nosso grupo nacional.

A diferença entre as leis e as realidades é somente um dos traços marcantes da vida nacional. Não é uma exclusividade brasileira. Mas em nós o fenômeno se manifesta de modo especialmente sensível, por motivos históricos, geográficos, educacionais ou de outra natureza cuja análise não cabe aqui realizar. A crescente importância dos problemas econômicos torna a complicar mais ainda esse fenômeno.

Pode-se dizer, por exemplo, que do ponto de vista econômico, hoje dominante, a Federação no Brasil acha-se também, de certo modo, comprometida embora em conceitos básicos com a estrutura política. A situação de dependência econômica dos Estados para com a União, em nossos dias, é um fato que ninguém pode mais negar. Os governadores vivem na capital da República, pessoalmente ou através de representantes, em busca de recursos financeiros, que dependem do poder central e, especialmente, através do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, ou mesmo do Dasp, por ocasião da organização do Orçamento. Assim, a descentralização política e administrativa, instituída pelo regime federativo, pouco a pouco se vai esmaecendo, em face de um centralismo bem mais atuante e poderoso, que é a centralização econômica.

Os aspectos que acabo de abordar e cuja maior explanação seria impossível nos limites desta conferência, são suficientes para demonstrar que já está superada a fase em que a organização meramente política era o nosso grande problema. O que nos importa hoje, também, e de maneira fundamental, é a organização social e econômica. As instituições políticas e administrativas conservam naturalmente a sua importância. Mas essa importância só se torna prática e objetiva na medida em que o poder público esteja em condições de ser um fator de progresso, no lado do capital e do trabalho, a fim de que, juntos, como colaboradores e não como rivais — o governo e a iniciativa privada — possam promover a unidade e favorecer o bem-estar espiritual, social e econômico da coletividade brasileira.

Cumpre ressaltar, finalmente, que mesmo quando pela limitação de recursos e multiplicidade dos empreendimentos a realizar, se imponha a bem do interesse geral, uma ordenação do processo econômico — caso típico das países subdesenvolvidas e das áreas devastadas pela guerra em suas atividades de desenvolvimento e recuperação, respectivamente — mister se torna que o poder público não crie embaraços à expansão da iniciativa privada, cabendo-lhe então orientá-la sem perturbá-la, discipliná-la sem dominá-la, incentivá-la sem compulsá-la, dentro de uma pla-

nificação adequada e da qual ela participará, voluntariamente, mediante estímulos e comparações razoáveis.

O SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

Para o terceiro e último capítulo desta conferência, os organizadores do sumário propuseram o seguinte tema:

“O Sistema Eleitoral Brasileiro — fases diversas de sua evolução — características gerais e funcionamento do sistema atual — Aspectos básicos da reforma eleitoral.”

Se é verdade, como acabamos de ver, que em nossos dias o mecanismo social e econômico é o principal centro de gravitação dos poderes públicos, não menos certo é que as instituições governamentais não podem deixar de manter a sua estrutura política, que é a base de todo o seu funcionamento. Sendo o Brasil uma democracia representativa, o sistema eleitoral é o eixo em torno do qual giram todas as peças do regime. Não precisamos recorrer a argumentos técnicos: a própria prática rotineira está aí para nos advertir da importância decisiva dos pleitos eleitorais, que abalam o país com vários meses de antecedência. Não há exagero em dizer que a política nacional vive praticamente em função das eleições. Pouco tempo depois de terminada uma campanha, as vezes mesmo no dia seguinte, já se começa a pensar em outra. Não tanto nos camadas populares, cuja educação cívica e política ainda se ressentem de muitas falhas, mas, pelo menos, nas elites não se pode negar a existência de um vivo sentimento eleitoral, com raízes tais que jamais poderá virar no Brasil, por muito tempo, qualquer sistema baseado na supressão das eleições. Todos se recordam da verdadeira ansiedade com que a nação marchou para as urnas em 1945, depois do repêido excepcional em que esteve privada de seus direitos políticos. Não se trata apenas de um vago e literário senso de legalidade. É que as eleições no Brasil, através de 130 anos de prática, já estão profundamente enraizadas em nossas tradições e em nossos hábitos. Mais do que a força teórica do direito público escrito elas têm a seu favor a força viva do direito costumeiro. Por conseguinte, nada, nem ninguém, terá poder suficiente para extirpar uma tradição e um hábito que contam mais de um século e já estão na massa do sangue dos brasileiros, pelo menos das classes dirigentes e da população votante, cujo número hoje em dia já se aproxima de 12 milhões de eleitores.

Por tudo isso é fácil compreender o empenho com que sempre se tem procurado elaborar um bom sistema de eleições. Isto constitui mesmo um dos sonhos das elites brasileiras, um problema básico e permanente. Na agenda de nossos homens públicos, podem faltar outros assuntos, mas não sempre uma reforma eleitoral em pauta. Mal se concretiza uma dessas reformas, imediatamente se começa a cogitar de outra. Muitas lutas já se travaram com esse objetivo, desde os primórdios do período imperial. A história de nossas instituições, nesse terreno, é bem interessante, porque mostra, de um lado, uma ânsia de aperfeiçoamento, jamais saciada, e de outro lado uma evolução gradual e ininterrupta.

As primeiras eleições no Brasil realizaram-se de acordo com o decreto de D. João VI em 1821. Foram eleições então, os deputados brasileiros às cortes constituintes de Portugal. Aquela lei inspirou-se na constituição espanhola de 1812, a qual, por sua vez, fora influenciada pela constituição francesa de 1791. Seguiram-se dois decretos eleitorais do príncipe regente D. Pedro I, inclusive para a eleição da primeira constituinte brasileira. A lei magna de 1824 adotou mais ou menos os princípios eleitorais

então em voga. Como se sabe, o sufrágio era indireto, restrito e descoberto. Em consequência dos movimentos reformistas, a legislação eleitoral passou a sofrer sucessivas alterações. As mais importantes foram as que culminaram nas três primeiras leis eleitorais do segundo reinado, respectivamente em 1846, 1855 e 1880. Nenhuma dessas reformas, entretanto, foi satisfatória, porque as modificações não tinham maior profundidade, não atingindo o cerne do sistema, que era o voto indireto. Daí a grande campanha que se desenvolveu, em favor do voto direto, durante quase toda a monarquia. Foi uma das batalhas políticas mais longas e mais empolgantes, nela participando as figuras mais expressivas das elites dirigentes. Finalmente em 1831, por conseguinte, já na década em que iria ser proclamada a República, foi adotado o voto direto. Através da chamada Lei Saraiva, cuja elaboração se deve, sobretudo, a Rui Barbosa.

Desde então o voto passou a ser direto, mas continuou descoberto e restrito. Só eram eleitores os brasileiros que tivessem renda líquida anual não inferior a duzentos mil réis, con-vindo notar que, naquela época, essa importância significava pequena fortuna.

Com o advento do regime republicano, continuou o sistema eleitoral a ser modificado quase incessantemente, embora a Constituição de 1891 mantivesse, mais ou menos, os princípios até então em vigor. Pode-se dizer que o período iniciado com a revolução de 1930, as novas leis e os novos costumes eleitorais não fizeram grande progresso, com relação ao segundo império. Sob certos aspectos, é possível mesmo que tenham pirado. A fraude e a violência se tornaram racionais, provocando queixas e revoltas. As irregularidades começavam no alistamento, estendiam-se ao dia da votação e atingiam o auge durante a apuração dos resultados. A cada eleição correspondia uma temporada de confusão nacional, entremeadas de episódios que todos nós conhecemos muito bem, até mesmo porque muitas dessas cenas ainda hoje se repetem. Para neutralizar os males e vícios do sistema, sugeriram-se vários remédios, entre os quais sobressaía a instituição do voto secreto. A abolição do sufrágio descoberto foi a bandeira de uma campanha que se prolongou através dos anos. Finalmente, o Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934 estabeleceram no país o sigilo do voto já adotado desde 1925 e 1927 nos Estados do Ceará e Minas. Também resultou de um movimento da opinião pública a extensão do direito de voto às mulheres, a partir de 1932. Outra inovação bem típica de uma época e introduzida no sistema eleitoral brasileiro, durante a curta vida da Constituição de 1934, foi a admissão, ao lado da representação política, de uma representação profissional. A Constituição de 1937 voltou a adotar, em parte, o sistema do voto indireto. Mas durante a sua vigência, nem mesmo eleições indiretas se realizaram, de modo que esse é um capítulo que não comporta maior referência. A partir de 1945, retomamos a tradição de fecunda e ininterrupta legislação eleitoral. As primeiras eleições depois do regime discricionário, realizaram-se de acordo com um sistema provisório. Em 1950 foi sancionado novo Código Eleitoral baseado nos alicerces da Constituição de 1946. Sobrelevaram novas e variadas tentativas de reforma, algumas das quais perambulam até o momento.

Em toda essa trajetória de mais de um século, é evidente o avanço de nossas instituições eleitorais. O sufrágio, que era restrito, indireto e descoberto, passou a ser universal, direto e secreto. Foi organizada uma Justiça Eleitoral à qual compete resolver as questões que outrora ficavam entregues ao arbítrio das forças políticas. Não se trata apenas de um conjunto de tri-

bunais ou órgãos judicantes, mas, sim, de um vasto organismo com numerosas atribuições, abrangendo a estruturação partidária e todo o mecanismo das eleições desde a inscrição até a apuração dos resultados, inclusive uma função normativa que se illimitada. Sem exagerar, a Justiça Eleitoral confere à Justiça Eleitoral uma competência tão ampla que a denomina, por assim dizer, a essência de um poder eleitoral, funcionando em harmonia ao lado dos três poderes clássicos.

Outra característica moderna do regime eleitoral brasileiro é o sistema proporcional, que hoje substitui os antigos critérios de representação das minorias. Os resultados do sistema proporcional em cada país variam de acordo com as condições históricas e do meio, e, especialmente no tocante à organização partidária. No Brasil, a experiência nesse terreno já nos forneceu vários ensinamentos. Em virtude não só da grande extensão territorial, mas também das tradições de vida partidária, outrora de bases regionais, e em consequência das falhas de educação cívica e política, bem como da escassa organização da opinião pública, a instituição dos partidos nacionais se prescreve de uma grande tendência fragmentária. Nas últimas eleições participaram nada menos de 13 partidos, e esse número propõe a aumentar. A lei fixa o mínimo de cinquenta mil votos para a concessão do registro da cada partido. Num eleitorado de 15 milhões como é hoje o do Brasil, poderiam existir legalmente nada menos de 340 partidos nacionais. Elevar a contagem de eleitores para a fundação de um partido, seria impedir a formação das pequenas correntes de opinião e, portanto, seria uma fórmula anti-democrática. Entretanto, a fragmentação partidária, dentro do sistema proporcional, cria um problema político bastante difícil, que vem preocupando, como se sabe, as nossas elites. É que os governantes, eleitos para os postos executivos pelo princípio majoritário, estão sempre correndo o risco de ficar sem apoio suficiente nos órgãos legislativos. Ocorre, então, o enfraquecimento político e administrativo dos poderes executivos. O retrato dos acordos inter-partidários e das alianças parlamentares desmanteia os governos e debilita o espírito de partido, aliás, quase inexistente entre nós. De resto, esses ensinamentos, não têm, na prática, dados resultados satisfatórios. Como se vê, a representação proporcional gerou um “mal-estar”, cujas causas, na maioria, são privadas do meio brasileiro. Para resolver esse problema, várias formulações têm sido sugeridas. É evidente que não podemos, nem devemos retroceder, suprimindo a representação proporcional. A solução tem de ser encontrada de outro modo.

Mas esse é apenas um dos aspectos políticos do problema eleitoral em seus reflexos. Há outros aspectos puramente técnicos, relacionados com o funcionamento do mecanismo das eleições, desde o alistamento até a apuração dos resultados. A esse respeito, hoje como ontem, prevalece a mesma ânsia de aperfeiçoamento, a mesma luta contra a fraude. Para isso têm sido apresentados vários projetos de reforma, alguns contendo modificações profundas que exigem revisão constitucional, outros da alçada da legislação ordinária, como o que acaba de ser votado no Senado Federal.

Uma análise mais detida da reforma eleitoral, tendo em vista as condições da atualidade, demandará um tempo de que já não disponho. A verdade é que, relativamente ao passado, o sistema de eleições no Brasil, já mudou muito, naquilo que depende das leis. O sufrágio universal e direto, o voto obrigatório e secreto, a instituição da Justiça Eleitoral e o sigilo da representação proporcional, tudo isto são os pilares de um regime que chegou a um ponto além do qual não

tiamente já não é possível avançar muito. É natural que as lições de experiência continuem sugerindo, aqui e ali, pequenas mudanças para melhor. São alterações com que se busca uma perfeição impossível em qualquer obra política. Lembremo-nos de que só existem tres modalidades de preenchimento dos poderes públicos: a eleição, a hereditariedade e a violência através da revolução ou do golpe de Estado. Evidentemente, a eleição, como todos os seus métodos imperfeitos, é o método melhor. As irregularidades a que ela possa dar margem, não restam do sistema, mas dos homens que o executam.

CONCLUSÕES

Faz a grande reforma, indispensável ao sistema eleitoral e as instituições

políticas em seu conjunto, não é apenas a reforma contida nas leis e formulada escritas. É a reforma que depende dos costumes, da educação, da mentalidade de uma consciência moral e cívica por parte das elites e da massa. De nada servem as leis, por melhores que sejam, se não existem as condições necessárias à sua execução com rendimento satisfatório. Devemos nos convencer de que o bem público, a prosperidade e a grandeza de uma nação não se implantam com decretos. Nem depende só das leis ou das instituições a eliminação de certos males da vida política, como a corrupção, a fraude, o derrotismo e outras tendências negativas. É pela catetese, pelo exemplo, pela cultura, que devemos remover os obstáculos que tanto tem entravado o progresso

do país. Em lugar deles devemos criar misticas novas tais como a mística do trabalho, a mística da produtividade, a mística do dever, a mística do enriquecimento nacional, a mística da organização e a mística da poupança. Cumpre substituir a luta em torno de honras pela luta em torno de idéias, a disputa em torno de cargos pela disputa em torno de problemas, a política do personalismo pela política do espírito público, a crença dos gênios individuais pela formação de equipes, o fetichismo do poder público pela fé na livre empresa. Para essa obra de renovação espiritual e material, a Escola Superior de Guerra, que é hoje o maior centro de altos estudos, debates e de investigações do país, está fadada a desempenhar um papel fundamental e decisivo. O curso de

altos estudos que aqui se ministra possui o mérito de conciliar a especialização com as idéias gerais, num propósito a que não falta o sopro de um patriotismo de novo estilo, exercido num sentido prático e objetivo. Tem assim as elites brasileiras através de sucessivas turnos que frequentam este estabelecimento, a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos, num saudável clima de convívio entre civis e militares, capaz de produzir efeitos psicológicos da maior importância, no sentido de um espírito de maior unidade nas classes dirigentes. Estou convencido de que se as forças vivas do país quizerem levar a cabo a grande revolução de mentalidade, de que o Brasil tanto precisa, a sua bandeira poderá ser desfraldada por esta Escola Superior de Guerra.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 115

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18, da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

5.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 15 de Julho de 1951, às 14,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências; (tendo Parecer, sob n.º 6, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum).

DISPOSITIVO VETADO:

Art. 693. ...

§ 4.º. Os representantes classistas das juntas e demais órgãos trabalhistas que já tiverem completado 10 (dez) anos ininterruptos de desempenho das respectivas funções, serão conservados nas mesmas, enquanto permanecerem no exercício efetivo de suas categorias econômicas ou profissionais, cuja prova será feita, trienalmente, mediante declaração de entidade sindical do grupo correspondente".

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Sá Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (*)

Plínio Pompeu (**)

Euclides Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djair Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levidio Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*).

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alvaro Adolfo (**).

5 — Apolonio Sales (***).

6 — Carlos Lindenberg.

7 — Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco (****).

9 — Durval Cruz.

10 — Euclides Vieira.

11 — Ferreira de Souza.

12 — Mathias Olympio (*****).

13 — Pinto Aleixo.

14 — Plínio Pompeu.

15 — Veloso Borges.

16 — Vitorino Freire (*****).

17 — Walter Franco (*****).

(*) Substituído pelo Sen. Espertião de Farias.

(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.

(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.

(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.

(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Evandro Vianna.

Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.

Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Melo.

Ferreira de Souza.

Flávio Guimarães.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Luiz Tinoco.

Olavo Oliveira. (**)

(*) Substituído pelo Senador Mozer Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira de
Fonseca.

Auxiliar — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 ho-

ras.

horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — **Presi-**
dente.

2 — Luis Tinoco — **Vice-Presidente.**

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mäder.

6 — Kerginaldo Cavalcanti.

7 — Cicero de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho
Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões as segundas-feiras, às 16,30
horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — **Presidente.**

2 — Hamilton Nogueira — **Vice-**
Presidente.

3 — Novaes Filho.

4 — Bernardes Filho.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mathias Olympio.

7 — Assis Chateaubriand. (*)

8 — João Villasboas.

(*) Substituído, interinamente, pelo

Sr. Cicero de Vasconcelos

Secretário — J. B. Castojo Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às
16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — **Presidente.**

2 — Waldemar Pedrosa — **Vice-**
Presidente.

3 — Aloysio de Carvalho.

4 — Carvalho Guimarães.

5 — Costa Pereira.

Secretário — Cecília de Rezende
Martins.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 15
horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qual-
quer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do
recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do
tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos
aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por
exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Saúde Pública

Levindo Coelho — **Presidente.**

Alfredo Simch — **Vice-Presidente.**

Prisco dos Santos.

Vivaldo Lima.

Durval Cruz.

Secretário — Aurea de Barros Rêgo.

Reuniões às quintas-feiras, às 16
horas

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — **Presidente.**

2 — Luis Tinoco — **Vice-Presidente.**

3 — Nestor Massena.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Djair Brindeiro.

6 — Mozart Lago.

7 — Júlio Leite.

Secretário — Julieta Ribeiro dos
Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — **Presidente.**

Othon Mäder — **Vice-Presidente.**

Alencastro Guimarães.

Othon Mäder.

Antônio Bayma.

Secretário — Francisco Soares
Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16
horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — **Presidente.**

2 — Othon Mäder — **Vice-Presi-**
dente.

3 — Magalhães Barata.

4 — Ismar de Góes.

5 — Silvio Curvo.

6 — Walter Franco.

7 — Roberto Glasser.

Secretário — Ary Kerner Veiga de
Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o
Projeto de Reforma Constitu-
cional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — **Presidente.**

Dario Cardoso.

Francisco Gallotti.

Camilo Mercio.

Carlos Lindenberg.

Antônio Bayma.

Bernardes Filho.

Marcondes Filho.

Olavo Oliveira.

Domingos Velasco.

João Villasboas.

**Comissão Especial de Revisão
da Consolidação das Leis do
Trabalho**

Luis Tinoco — **Presidente.**

Gomes de Oliveira — **Vice-Presi-**
dente e Relator Geral.

Othon Mäder.

Rui Carneiro.

Kerginaldo Cavalcanti.

Secretário — Italina Cruz Alves.

**Parlamentar de Inquérito sobre
o cimento**

Francisco Gallotti — **Presidente.**

Mozart Lago — **Vice-Presidente.**

Júlio Leite.

Landulpho Alves.

Mário Motta.

Secretário — Lauro Portela.

De Reforma do Código da Processo Civil

João Villasboas — **Presidente.**

Atílio Vivacqua — **Vice-Presidente.**

Dario Cardoso — **Relator.**

Secretário — José da Silva Lisboa.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-
landa Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 10
horas.

**Para estudo da concessão dos
Direitos Cíveis à Mulher Bra-
sileira**

Mozart Lago — **Presidente.**

Alvaro Adolpho — **Vice-Presidente.**

João Villasboas.

Gomes de Oliveira.

Atílio Vivacqua.

Domingos Velasco.

Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogo- de Azar

1 — Ismar de Góes — **Presidente.**

2 — Prisco dos Santos — **Vice-Presi-**
dente.

3 — Kerginaldo Cavalcanti — **Rela-**
tor Geral.

4 — Vivaldo Lima.

5 — Novaes Filho.

Secretário — J. A. Ravasco de
Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho —
Presidente.

2 — Ivo d'Aquino.

3 — Ferreira de Souza — **Relator**
Geral (*)

4 — Atílio Vivacqua.

5 — Victorino Freire.

Secretário — João Alfredo Ravasco
de Andrade.

**Para emitir parecer sobre o
Projeto de Reforma Consti-
tucional n.º 1, de 1954**

1 — Dario Cardoso — **Presidente.**

2 — Aloysio de Carvalho — **Vice-**
Presidente.

3 — Anísio Jobim.

4 — Atílio Vivacqua.

5 — Camilo Mercio.

6 — Ferreira de Souza.

7 — Flávio Guimarães.

8 — Gomes de Oliveira.

9 — Joaquim Pires.

10 — Olavo Oliveira.

11 — Waldemar Pedrosa.

12 — Mozart Lago.

13 — Hamilton Nogueira.

14 — Guilherme Malaquias.

15 — Nestor Massena.

16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória Fernandino
Quintela.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

**De Revisão da Consolidação
das Leis do Trabalho**

1 — Luis Tinoco — **Presidente.**

2 — Gomes de Oliveira — **Vice-Presi-**
dente e Relator Geral.

3 — Kerginaldo Cavalcanti.

4 — Othon Mäder.

5 — Rui Carneiro.

Secretário — Italina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Educação e Cultura

12.ª REUNIAO REALIZADA EM 9 DE JULHO DE 1954

Aos nove dias do mês de julho de 1954, as 15,00 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Flávio Guimarães, Presidente, Cícero de Vasconcelos, Levindo Coelho e Hamilton Nogueira, deixando de comparecer, com causa justificada, os Srs. Senadores Bernardes Filho, Arêa Leão e Euclydes Vieira, reúne-se esta Comissão Permanente.

É lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior.

Não houve expediente a despachar nem matéria a distribuir.

O Sr. Senador Levindo Coelho, afece parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado n.º 39, de 1954, que cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, que é aprovado e assinado.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

6.ª REUNIAO EM 9 DE JULHO DE 1954

As quinze horas do dia nove de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil, sob a presidência, sucessivamente, dos Senhores Luis Tinoco, Vice-Presidente e Nestor Massena, presentes os Senhores Djair Brindeiro, Vivaldo Lima e Mozart Lago, deixando de comparecer, com causa justificada, os Senhores Prisco dos Santos e Júlio Leite.

É lida e sem alteração aprovada a ata da reunião anterior.

Apresentando a matéria em pauta, a Comissão aprova, inicialmente, dois pareceres do Senhor Nestor Massena: um favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários, outro solicitando informações ao DASP, e audiência da Comissão de Educação e Cultura, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 11, de 1954, que dá normas ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

De acordo com o Regimento Interno, após passar a presidência ao Senhor Nestor Massena, o Sr. Luis Tinoco lê seus pareceres sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1951, que Estende a Fiscais de Rendimentos Federais lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.326, de 23 de janeiro de 1951, e ao Projeto de Lei da Câmara n.º 96, de 1954, que cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Economistas e dá outras providências.

A Comissão aprova o primeiro parecer, favorável, com suacemenda, ficando adiado o pronunciamento quanto ao segundo, em virtude de haver pedido e obtido vista da matéria o Senhor Mozart Lago.

Atendendo a solicitação do Senhor Mozart Lago, o Senhor Presidente redistribui ao Sr. Nestor Massena o Projeto de Lei da Câmara n.º 372, de 1953, que reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda, consolida suas atribuições e fazenda Pública do Ministério da Fazenda sobre o pessoal que a compõe.

Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião lavrando eu, Julietta Ribeiro dos Santos, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Presidente.

Sala das Comissões, em 9 de julho de 1954.

81.ª SESSÃO EM 13 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para Expediente

- 1.º Senador Gomes de Oliveira.
- 2.º Senador Hamilton Nogueira.
- 3.º Senador Flávio Guimarães.
- 4.º Senador Joaquim Pires.
- 5.º Senador Onofre Gomes.

ATA DA 80.ª SESSÃO EM 12 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DO SR. FRANCISCO PALLOTTI.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Antônio Bayma — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Georgino Avelino — Draul Brant — Ezequias da Rocha — Cícero de Vasconcelos — Luis Tinoco — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Dario Cardoso — Costa Pereira — Flávio Guimarães — Roberto Glaser — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco Pallotti — Alfredo Simch — Camilo Mércio (27).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder a leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

O SR. BERNARDES FILHO:

(Sobre a Ata) — Sr. Presidente, ausente da sessão de sexta-feira, quando o nobre Senador Dario Cardoso pronunciou discurso em resposta ao meu de dias atrás, procuro, no "Diário do Congresso" de sábado, a aludida oração e não a encontro. Vejo, apenas, a nota de que o discurso lido por S. Ex.ª teria publicação posterior.

Aguarda a publicação anunciada a fim de verificar se merecem ser tomados em consideração os dados fornecidos a S. Ex.ª pelo Governo da República e que naturalmente se limitaram a ser aqui repetidos pelo ilustre representante do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Ex.ª constará da Ata.

Continua em discussão a Ata. (Pausa).

Não havendo mais quem faça observações, dou-a por aprovada.

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O SR. 1.º SUPLENTE:

(servindo de 1.º Secretário) segue

Expediente

Oncios:

Da Câmara dos Deputados, comunicando a rejeição da emenda desta Casa, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 190-52.

Três, da mesma Casa, sob números 1.038, 1.036 e 1.050, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 145, de 1954

(3.604-B — 53)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 destinado à aquisição de um navio para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), destinado à aquisição de um navio, para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul, em substituição ao de nome "Rio Grande" que, por impréstável, foi retirado do tráfego pelo Lorde Brasileiro.

A Comissão de Finanças,

Projeto de Lei da Câmara n.º 146, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros) para pagamento das despesas decorrentes da participação do Brasil, no exercício de 1953, nas Feiras Internacionais de Milão, Pádua, Trieste, Bari, na Itália; Lausann, na Suíça e Feira da América, República Argentina.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças,

Projeto de Lei da Câmara n.º 147, de 1954

(4.017-B — 54)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.860,00, para pagamento de gratificação adicional a servidores do mesmo Ministério.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.860,00 (duzentos e cinco mil seiscientos e sessenta cruzeiros e oitenta centavos), para atender, de acordo com o disposto na

lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, ao pagamento de gratificação adicional de 40% sobre os salários, no período de 17 de novembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951, nos servidores abaixo relacionados:

José da Costa Moreira ..	45.248,00
Dirceu Correia de Menezes ..	32.750,00
Tales Miranda da Costa ..	32.750,00
Moreira ..	27.795,20
Lúcio Glaucio Pinto ..	27.795,20
Hélio Andrade de Carvalho ..	27.795,20
Aderbal Pereira de Melo ..	23.216,40
Zely Arêas Cochiarale ..	16.106,40
Total ..	205.690,80

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças,

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Ferreira de Souza. — Djair Brindeiro. — Carlos Lindenberg.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Arêa Leão. — Mathias Olympio. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Rui Carneiro. — Francisco Porto. — Martiniano Fernandes. — Novais Filho. — Esperidião de Farias. — Julio Leite. — Durval Cruz. — Walter Franco. — Landulpho Alves. — Afonso de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Altívio Vinacua. — Sá Tiboco. — Alfredo Neves. — Pereira Pinto. — Levindo Coelho. — Cesar Vergueiro. — Marcondes Filho. — Euclydes Vieira. — Costa Paranhos. — Silvio Curvo. — João Villasboas. — Vespasiano Martins. — Othon Mäder. — Alberto Pasqualini.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 369, de 1954

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Sessão de 12 de julho de 1954. — Cícero de Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser apolado será discutido e votado depois da ordem do dia. (Pausa).

Pelo nobre Senador Nestor Massena foi enviado à Mesa um projeto de lei. (Pausa).

É lido e apolado o seguinte

Projeto de Resolução n.º 40, de 1954

Sobre a rejeição de proposição principal após aprovação de emenda.

O Senado Federal resolve:

Artigo único Será incorporada ao Regimento Interno do Senado esta disposição:

Art. Sempre que, na elaboração de qualquer proposição, o Senado, depois de aprovar emenda que não seja substitutiva à proposição, deixar de aprovar a proposição principal originária, ou substitutivo geral à mesma, a emenda será considerada prejudicada, salvo se, a requerimento aprovado de qualquer senador, ou pela Mesa, de ofício, for submetida, afinal,

a votação, sendo novamente aprovada, caso em que será remetida à Comissão específica, que lhe tenha dado parecer, a fim de ser convenientemente redigida para posterior andamento.

Justificação

A hipótese prevista neste projeto de resolução n.º 6, de 1952, na sessão de dia 8 do corrente mês. Visa, pois, este projeto de resolução, a atender ocorrência futura de caso semelhante, uma vez que se não acha prevista no Regimento Interno do Senado.

Sala das Sessões em 12 de julho de 1954. — *Nestor Massena*.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto que acaba de ser lido, depois de publicado em avulsos, ficará sobre a mesa para eventual recebimento de emendas, no prazo de três sessões.

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, primeiro orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, sou daqueles que acompanham com a maior boa vontade e reconhecendo publicamente os esforços praticados pela atual organização financeira, no sentido de encontrar, pelo menos, o equilíbrio na balança de pagamentos internacionais do Brasil, pelo menos com o fito de restituir parcialmente um valor estável para o cruzado no mercado internacional.

Chegamos, depois de três anos da mais dura — não há outro termo — administração financeira, se se pode denominar administração financeira, que este país sofreu em 100 anos de existência, a acumular, como se sabe, um déficit na balança de pagamento de mais de dois bilhões de dólares em diversas moedas, desde as convertíveis em ouro até as inconvertíveis!

Da nossa balança comercial coisa alguma se pode extrair, a não ser o tóxico de compressão nas compras aliás difícil de efetuar-se, pois é quase impraticável discriminar o mais necessário ao país e o dispensável. Uma soma considerável das disponibilidades, em moedas estrangeiras, destinadas ao abastecimento de combustíveis, de trigo e de equipamentos, sem os quais o país sofreria economicamente muito mais a falta de peças e sobressalentes, por exemplo, para veículos, quer de estradas de rodagem, quer de estradas de ferro, ou mesmo, de marinha mercante, falta essa que tem provocado algumas vezes a paralisação do tráfego desse material e reduzido, digo, reduzindo, consequentemente, a capacidade de transportes, já de si mesma precária neste país.

Há poucos meses, fomos informados de que milhares de tratores estavam paralisados em São Paulo por falta de peças sobressalentes.

Sabem todos muito bem das enormes dificuldades existentes e quanto pouco se pode obter na redução das nossas compras no exterior. Em geral, os espíritos observadores, superficiais, deixam-se levar pelos automóveis de luxo que perambulam pelo Rio de Janeiro, por São Paulo, e outras capitais, gastando inutilmente gasolina. A realidade, porém, é que se somarmos o total dos dólares ou libras gastos com tais veículos e combustíveis, encontraremos quantia tão ridícula e insignificante que não chega a merecer o tempo nele perdido pela alta administração econômica e financeira de um país como o Brasil.

A realidade é outra: temos que passar, resolutamente, de uma economia dependente 70% do café para a exportação de outros produtos capazes de refazer os dólares obtidos

com o café; e mesmo constituir como que um resguardo, um escudo a possível e inevitável concorrência de outras Nações na produção daquela rubiacea.

Já não somos o fornecedor mundial de 50% do consumo; e a tendência, embora não desça a nossa produção, é a de que, mais e mais, venhamos a cair na porcentagem do abastecimento mundial. O Brasil, entretanto, oferece oportunidades raras para o desenvolvimento do seu comércio exterior, a fim de conseguirmos os dólares indispensáveis ao nosso equipamento.

A política atualmente seguida — como disse — em breve, salda-se os débitos, proporcionará disponibilidades para atender aos reclamos do país. Se tomarmos um período, já não digo de dez anos, mas de cinco, dentro de quatro ou cinco anos, possivelmente teremos liquidado os atrasados comerciais se não sobrevier outro fenômeno como a queda do café ou a praga do cacau na África, o que nos proporcionou elevação de preços que contribuiu para minorar as nossas dificuldades, mas o crescimento natural do país terá absorvido totalmente as disponibilidades liberadas e estaremos ainda e sempre nas mesmas condições atuais.

Uma Nação de 55 milhões de habitantes que, pelo próprio desenvolvimento da sua cultura, da sua civilização e da sua educação, aspira a um melhor padrão de vida, e por isso requer mais utilidades, essa Nação, engrandecida por uma população que cresce vertiginosamente e, mais ainda, cresce geometricamente, nas suas necessidades, não terá como atender ao mínimo do que precisa.

Não se afogue que a industrialização, em alguns casos forçada, que se realiza no país, venha a suprir parte das necessidades em moeda estrangeira. Basta um exemplo: Volta Redonda, só por si, pouca cinquenta milhões de dólares anualmente ao Brasil. Quando da sua criação, parecia atender às necessidades totais do nosso país, em matéria de ferro e de aço. Estão elas, porém, tão largamente ultrapassadas que, apesar de outras indústrias particulares terem desenvolvido, também, a sua produção, as exigências de importação desses minérios são hoje muito maiores que antes da construção daquela usina siderúrgica.

Há vinte anos, nossa produção de cimento não alcançava cem mil toneladas; a importação andava pelas duzentas mil. Creio já transpuzemos a produção de dois milhões de toneladas, ou seja, vinte vezes mais. As necessidades, entretanto, de importação orçam a mais de oitocentas mil toneladas; e se houvesse facilidades cambiais, talvez estivessemos importando, não oitocentas mil toneladas, mas um milhão ou dois milhões de toneladas de cimento! O desenvolvimento e o melhor padrão de vida de um país aumentam em todos os produtos o consumo per capita.

Abastecia-se o Rio de Janeiro, há dez anos, com duzentas toneladas de carne, diariamente; hoje, setecentas toneladas não são suficientes para atender ao consumo carioca. Para um aumento de 25% de habitantes não é atendido satisfatoriamente o abastecimento por um aumento de 350%. Temos, inevitavelmente, uma só solução: criar novos elementos de exportação; ativar a produção, a fim de criar mais dólares e mais libras do que as que precisamos.

A primeira vista, parecerá que, se quisermos materializar, a conclusão se tornará difícil, mesmo num prazo longo, para obtenção desse resultado. O objetivo principal da minha vinda a esta tribuna — apenas para, dando conhecimento aos Senhores Senadores e ao povo de fato ocorrido no estrangeiro, lembrar aquilo que, inicialmente, numa das primeiras vezes que assomei à tribuna, em 1951-1952, reclamei e clamei fosse

executado, a fim de criarmos os elementos de exportação fornecedores de dólares tão necessários à vinda e ao desenvolvimento do Brasil.

Possuimos três produtos minerais com que Deus brindou o Brasil de maneira generosa, pela sua localização, facilidades de extração e de transporte.

Minas Gerais, região ferrífera, dispõe de 25% do total das reservas de minério de ferro conhecidas no mundo; e estão elas sendo exploradas, apenas, entre o consumo nacional e a precária exportação, num total de menos de dois e meio milhões de toneladas, aí incluído, repito, todo o consumo nacional, sem exceção de usina alguma, e a pouca exportação. Possui ainda Minas Gerais reservas de manganês exploráveis e em exploração, em admiráveis e excelentes condições econômicas, praticamente à flor da terra. Há na zona de Bonfim, na Bahia, extensas jazidas de manganês, nas mesmas condições de exploração. No sul da Bahia, próximo à fronteira mineira, em Contendas, existe uma das mais ricas jazidas de magnetita do mundo. Com ela rivalizam, apenas, duas outras, na Europa. Dessas jazidas extraem-se algumas centenas de toneladas, transportadas incrivelmente, muitas vezes, em sacos e levadas em caminhão, porque a estrada de ferro que liga Contendas a Belo Horizonte, mercado consumidor, não dispõe, no trecho Monte Azul-Contendas, de vagões e locomotivas suficientes para efetuar esse transporte.

Essa estrada de ferro, recentemente posta em tráfego, em 1949, custou ao Tesouro Nacional mais de oitocentos milhões de cruzados, e seu tráfego creio que não passa de um ou outro trem esporádico e das turmas de conservação.

Em matéria de abastecimento de ferro, a indústria americana abastece-se nas famosas jazidas do Mesabi, as quais, como é sabido, estão praticamente esgotadas, além de o minério ser de qualidade muito inferior ao nosso.

O consumo da indústria americana chegou a alcançar em milhões de toneladas, anualmente. Tendo pelo problema do abastecimento de suas usinas e esgotamento das jazidas, grande número de usinas americanas estão se transportando para a borda do Atlântico. Capitais imensos foram investidos na República da Venezuela, na da Libéria e no Labrador.

O Brasil, apesar de maior distância, oferece condições especiais de produção sobre esses três países, que o tornam capaz de fornecer o minério de ferro, muitas vezes mais barato, competindo, preço por preço nos mercados consumidores americanos e europeus.

Do Governo passado herdou o atual uma proposição de um sindicato que desejava financiar a Central do Brasil, eletrificando o trecho Mangaratiba-Itacurua, até Japeri, antiga Belém, equipando locomotivas e vagões para ter, em compensação, assegurado o transporte, anual de cinco milhões de toneladas de ferro.

A este projeto sequer foi dado andamento e exame. Mergulhamos, nestes três anos, numa série de estudos e reestudos, despachos, providências, enfim, numa infinita burocracia de papelada, num verdadeiro — para aplicar um termo carioca — futebol, a chutar processos e projetos de um para outro lado, sem jamais se chegar a uma solução qualquer.

Votou o Congresso Nacional autorização para mais de quinhentos milhões de dólares de empréstimo para reequipamento econômico do Brasil, notadamente das estradas de ferro. Autorizamos taxas e impostos que proporcionalmente ao Tesouro Federal mais de vinte bilhões de cruzados.

Há poucos dias, a República da Venezuela iniciava suas exportações de ferro para os Estados Unidos; e o

primeiro carregamento chegava ao nosso país. Breve, a República da Libéria, na África, também enviará o seu minério para os Estados Unidos, ou para as usinas famintas da velha Europa.

Da região do Labrador — seis meses do ano fechada pelo gelo e pela neve, — parte o primeiro carregamento e chega ao destino.

Esta a notícia, Sr. Presidente, que desejo ler perante o Senado, suplantando como brasileiro que meditem diante de fatos como esse, que menos prejudicam materialmente a Nação e o povo, do que demonstram incapacidade de organizar-se e de viver independentemente.

Diz o "News-Week", de 5 de julho de 1954:

"Um carregamento do primeiro minério de ferro extraído do Labrador alcançou seu destino, nas pequenas Ilhas Seth, em Quebec, no Rio São Lourenço, 350 milhas ao sul dos campos de minério".

Quatrocentos e sessenta quilômetros, exatamente a distância entre Lafayette e Rio de Janeiro.

"O iniciador do Plano dos 250 milhões de dólares de mineração é a firma Hanna Co., of Cleveland, de há muito conhecida por George M. Humphrey, Secretário-Tesoureiro. A produção, este ano, será de um milhão e meio de toneladas".

Esta produção, Sr. Presidente, somente depois de 10 anos conseguirá a Rio Doce exportar.

"Espera-se alcançar a média anual de 10 milhões de toneladas. O minério será dividido entre a firma Hanna e as 5 companhias associadas de aço".

Gastaram as usinas americanas, neste projeto, 250 milhões de dólares. O investimento requerido para exportar 10 milhões de toneladas de ferro, pela Central do Brasil não alcançará entre dólares e cruzados, cem milhões de dólares. Mas, equipada a nossa principal ferrovia ou a Leste Brasileira para transportar magnetita ou manganês, essas estradas estarão em condições de conduzir outras mercadorias, bem como cereais e produtos industriais, evitando o escoamento dos produtos pelas rodovias, à custa de muitos dólares, em caminhões desgastados em gasolina e pneus.

Por que, Sr. Presidente, foram buscar minério em uma região, que durante seis meses permanece coberta de neve, portanto, com seu trabalho paralizado? Por que buscou-se na África, mais distante do Rio de Janeiro, em região em que talvez se repita o episódio trágico da Madeira-Mamoré, onde cada dormente custou a cuidar de um homem? Simplesmente porque, no Brasil — mercado natural para a América do Norte, mercado onde a América teria e tem interesse em criar dólares com os quais iremos comprar seus produtos — encontra-se uma oposição inexplicável, incompreensível, porque para admitir-se incompetência, incapacidade é preciso levar muito longe esse julgamento.

Aqui fica, Sr. Presidente, esta lembrança, à meditação, como fiz no caso da Venezuela, para que se veja quão menos difícil do que parecemos os nossos problemas, porque todas as dificuldades se podem situar em uma só condição: a nossa inação. Digo nossa porque todos somos responsáveis mesmo aqueles que, como eu, clamam.

O Sr. Gomes de Oliveira — Talvez com a providência de um pedido de informações, V. Ex.ª pudesse desmentir essa máquina parada.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Ex.ª diz muito bem fala em pedido de informações. Eu as pedi

ao Banco de Desenvolvimento Econômico, sobre a aplicação de seus fundos; chamou a atenção pública para o famoso empréstimo de um bilhão e cem milhões de cruzeiros, anunciado pelo Sr. Presidente da República para a Central do Brasil, e destinado ao reaparelhamento do ramal mineiro, para a linha do centro, para a Juiz de Minas e V. Ex.^a viu que, na resposta dada pelo banco se dizia que do total de um bilhão e cem milhões de cruzeiros apenas foram aplicados duzentos milhões. Chamei e continuei clamando; mas, que se pode fazer para apurar a responsabilidade de um organismo ou de um governo que apenas obra por inação ou omissão? Qual o crime em que se pode capturar o não ter dado andamento à execução do reequipamento da Central do Brasil, quando de lá vem negativamente as informações que justificam a inação e a omissão?

Sr. Presidente, é preciso uma rigorosa concorrência pública; e preciso estabelecer novos cadernos de encargos; é preciso fiscalizar e, sobretudo, mostrar que se está fazendo alguma coisa, e controlando o que já existe. Para isto não há outra sanção, na democracia, do que a do voto, a da opinião pública, que estigmatiza, e acompanha vigilante a ação dos governantes e colaboradores.

O Sr. Gomes de Oliveira — E aí estão representantes como V. Ex.^a, que clamam contra a inércia, realmente o nosso grande mal.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Ex.^a, meu caro líder, acaba de me dar grande alento nessa luta porque, um dos mais vigilantes combatentes do trabalhismo brasileiro, um dos mais sinceros, honestos e capazes, também começa a sentir a necessidade de reagir contra esse estado de coisas. Isto vale mais do que tudo quanto possa ter acontecido até agora.

O SR. BERNARDES FILHO — Muito bem.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Sr. Presidente, não quero por mais tempo prender a atenção do Senado. Deixo, nessas minhas palavras algo para meditar, algo como uma advertência, como um aviso menos como senador, do que, como simples brasileiro, no sentido de que os novos componentes do Congresso Nacional desenvolvam uma ação benéfica aos interesses do país. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Flávio Guimarães, segundo orador inscrito.

O SR. FLÁVIO GUIMARAES:

Sr. Presidente, o nobre Senador Marcondes Filho apresentou, há dias, projeto de lei mandando criar nas escolas federais de medicina ou fiscalizadas pelo Governo Federal, o ensino de psiquiatria médica e a medicina psico-somática, como disciplina anexa à cadeira de clínica psiquiátrica. No mesmo dia, o Senador Hamilton Nogueira fez elogios sobre a ideia do eminente parlamentar, em brilhante discurso. Chega, agora, telegrama da Faculdade Médica de Porto Alegre, por intermédio da Comissão de Educação e Cultura do Senado, que vem trazer a S. Ex.^a a solidariedade pelo acontecimento ou pela ideia que encerra em sua essência um dos capítulos mais interessantes da vida do homem, no que concerne ao estudo das moléstias psico-somáticas. Há, um capítulo da psicotenia, que vai adquirindo, modernamente, autonomia científica: é a ciência que estuda os desajustamentos do homem em relação à vida, os dramas do indivíduo em busca

duma profissão diferente, estudo dos mais necessários, na hora atual.

Estuda-se, por exemplo, Sr. Presidente, a vida do Parlamento através da psicotenia, por meio da técnica aplicada ao trabalho e às investigações chegaram a uma conclusão neurológica, de que 50% dos discursos dos parlamentares sul-americanos eram mais ou menos em pura perda, porque havia desajustamento do homem em relação ao sentido da vida, e falta de objetivo, de ideia concreta da visão dos acontecimentos do drama atual do mundo.

Para evitar as fugas de memória procuramos, em assunto tão vasto, tão interessante e esquecido entre nós, alinhar algumas palavras para melhor segurança da memória dos que não a podem conservar em toda a plenitude. Consequentemente, permita-me, Senhor Presidente, que leia:

A importância do assunto não passou despercebida à Comissão de Educação e Cultura do Senado que já ressaltara na Medicina Psicosomática o estudo da criatura em seu todo — alma e físico — unidade inseparável e harmônica, que reúne, para as conclusões científicas mais acertadas, a vida psíquica e a vida física e de cujos estudos sobreleva-se a psicotenia que se vai emancipando para formar ciência autônoma, distinta, pelas pesquisas que concretizam e formam conjunto de conhecimentos certos, ou regras mais ou menos invariáveis na aplicação da técnica do trabalho humano, com o aspecto ambiente social da civilização. Seria o homem a mover-se no ciclo de sua atividade profissional.

Já Sócrates dizia que não era possível curar o corpo sem tratar da alma e que era inacreditável o espetáculo do que só tratavam do corpo e desprezavam a alma, a consciência individual e suas leis. A psicotenia estuda o drama das aptidões erradas, das tendências contrariadas, dos que seguiram caminhos opostos, que são legiões de seres desajustados entre o que aspiram e a dura realidade da existência. Inclinações contrariadas dos melhores sonhos da vida que fazem o turbilhão desesperado da marcha do indivíduo na conquista do pão e nutrica mais adquirem tranquilidade no trabalho bem há mais descanso para a vida. E a psicotenia, por meio de técnicas novas, conduz a criatura humana à maior harmonia na vida e procura colocá-la na trilha de suas aptidões próprias.

No meio da confusão moderna do universo, do incalculável número de indivíduos desajustados, que erram no destino de suas profissões, de suas atividades ou do seu trabalho, em luta às tendências individuais com a capacidade física, as quais formam o anjuntante clamor de revoltas incompreendidas, que saturam o mundo de recalçados inocentes e contumazes a psicotenia vai buscar os remédios reajustadores dos melhores destinos do homem, de sua melhor capacidade às profissões: ao trabalho e mais seguramente para lhe dar o senso de equilíbrio da vida.

Enquanto a psiquiatria trata das doenças mentais, estuda as psicoses modernas independentes do corpo, como forças externas profundamente emotivas, a medicina psicosomática une o corpo e o espírito, e a psicotenia aplica técnicas novas às tendências individuais.

Com a vida moderna, com a batalha da hora atual, aumenta, no mundo civilizado os desequilíbrios nervosos pelas psicoses imaginárias, ou pela psicose das guerras, ou ainda, pelas sucessões das nacionalidades a que também se denomina de hipnose gerada pelas batalhas, pelo combate, pela luta.

O que se busca, neste momento, nas sociedades civilizadas que aspiram ao ideal de melhores padrões culturais, de melhores padrões de vida, é a vontade científica dos melhores ensinamentos da sociologia em procurar formar determinado nível de conhecimentos médicos populares, ou de conhe-

cimentos de medicina prática como, por exemplo, as lições de higiene que se vão cristalizando na mente popular, as quais se realizam através da alimentação, do vestir, do estilo da vida, de medidas profiláticas que se vão elevando e compreensão popular.

Também se procura deixar à compreensão popular várias noções de medicina psicosomática, com demonstrações e repetições continuadas da influência das emoções, do medo, das angústias sobre o corpo, sobre o físico, cujos sentimentos negros podem levar a criatura humana à morte ou a doenças irreversíveis.

Para corrigir o desequilíbrio das profissões, a psicotenia apresenta fórmulas de estudo de vários desajustamentos no trabalho, princípios gerais de medicina popular às vocações duramente contrariadas em ensinamentos práticos que orientarão o indivíduo para melhor destino sobre a face da Terra.

Para se ter ideia do inavaliável papel que os trabalhos psicotécnicos representam nas sociedades modernas vamos transcrever, apenas, os títulos dos artigos que encontramos nos Arquivos Brasileiros de Psicotécnica porque o nosso intuito é o de aplaudir o projeto e não entrar em análise dos grandes problemas que estão sendo agitados e resolvidos.

Estudo comparativo dos interesses dos adolescentes de diferentes meios sociais, pela senhora Aneli Meyer Ginsberg; Experiência sobre o nível intelectual dos vendedores, pelos senhores Pierre Weil, Jacir Maia, Osvaldo Ferreira da Costa e Maria Aparecida do Vale Pereira; O Exame Psicotécnico dos motoristas no Distrito Federal, pelos senhores Marcus Machado Vieira, Alfredo de Oliveira Pereira e Armando Vaz de Carvalho.

Preste-se atenção à gravidade do problema. Do exame de centenas de motoristas candidatos à renovação de matrículas, o resultado foi surpreendente: bom, 6, normal 123, sofrível 433, inaptos parcialmente para ônibus e lotações 432. Cumpre assinalar, diz a nota esclarecedora: "os exames médicos realizados em 1951 e 1953 assinalaram um número apreciável de epilépticos, alcoolistas, etc."

E à página 47 vem a relação dos motoristas totalmente inaptos para ônibus e lotação no total de 102 cujo número treze por cento sofre de hiperemotividade, nove de hiperagressividade, sete por cento de hiperemotividade e hiperagressividade. (Arquivos Brasileiros de Psicotécnica, volume 4).

Vê-se, assim, a extensão e a importância dos problemas e o intuito da Comissão de Educação e Cultura é ressaltar o objetivo do projeto do Senador Marcondes Filho e animar os estudos da maior importância social para os destinos da nacionalidade brasileira, aplaudindo e avivando os conhecimentos que traçarão rumos à própria segurança pública nas sociedades policialmente constituídas.

Sr. Presidente, é o grande trabalho da era moderna, em que havendo mudança de estrutura na vida social, não podemos ficar aquém das modernas ciências dos movimentos, em afastada rotina. Se há reajustamento do homem, nessa vida social, é preciso recorrer às técnicas necessárias, aos estudos psicológicos aplicáveis.

A inclusão dessas matérias no curso médico é imprescindível, a fim de daí surgirem conhecimentos populares, que ensinam o homem a viver na conformidade imposta pelo presente, de acordo com o destino e não nesta luta, neste drama terrível, com as tendências opostas ao sonho que tiveram sobre a terra, no mais tremendo e impressionante desequilíbrio espiritual da vida. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, orador inscrito em permuta com o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, muito agradeço ao nobre colega, Senador Gomes de Oliveira, ceder-me a vez, nas breves aguardar a ordem da inscrição.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, quarto orador inscrito.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

Sr. Presidente, deixo da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, Senhores Senadores, há dias, o nobre colega, Senador Nestor Massena, enviou à Mesa discurso contestando o ponto de vista em que me colocara, nesta Casa, quando defendi a tese da competência do Poder Executivo para decretar o Salário Mínimo, nos termos em que a Consolidação das Leis do Trabalho orientava.

S. Ex.^a apesar dos zambos, dos elogios, das gentilezas a mim dirigidas em expressões realmente generosas e não merecidas, avançou num conceito cuja apreciação me traz hoje à tribuna. Não merecia a expressão de S. Ex.^a, quando disse que eu "fôra precipitado, no afã de defender o Governo".

Ora, Sr. Presidente, não houve como vimos, precipitação de minha parte no expender conceitos favoráveis à tese de que ao Poder Executivo cabia, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, baixar o decreto fixando o Salário Mínimo.

Já é do conhecimento público a decisão do Supremo Tribunal que, por maioria expressiva, também, sutragou este ponto de vista.

Mas, Sr. Presidente, a expressão com que, ao lado de outras elogiosas, me brindou meu nobre amigo e colega Nestor Massena, não podia deixar de me surpreender. Nunca tive muita vocação para governista, pois a maior parte da minha vida política, eu a fiz na oposição, e quando ao lado do governo, procurei ser dos que guardam a justa medida, sem condicionalismo, sem ansia, pressa ou afã em defender governos, o que seria sempre perigoso para a linha, a dignidade, mesmo, sobretudo de um Senador que se não é por si um poder, é, pelo menos, representante de um dos poderes da República.

E mesmo, quando o Executivo é representado pelo Sr. Getúlio Vargas, Presidente do meu Partido, não me tenho sentido obrigado a ficar na estacada, para defender o seu governo.

O Sr. Vivaldo Lima — Aliás, é posição adotada por toda a bancada trabalhista. É fato que V. Ex.^a poderá confirmar ou não.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — ...mesmo porque não sou aqui o líder da maioria, chamado também do governo.

Tem a, mesmo, divergido em certas orientações do Governo, pois, é do conhecimento de todos que, a maioria ou a quase totalidade dos Ministros, não pertence ao meu Partido e muitas vezes, não comungam com as nossas ideias.

Não seria possível a nós, trabalhistas, apoiar incondicionalmente a orientação que o Governo, neste ou naquele setor, haja tomado; mesmo no Senado, divergimos já da política econômico-financeira do Sr. Ministro da Fazenda, quando S. Ex.^a nos pediu novos poderes para continuar sua política de flutuação de moedas estrangeiras e absorção dos ágio pelo poder público.

Sr. Presidente, ainda abordei essa tese, continuando, infelizmente, a minha divergência.

Não partilho do Governo, nem vivo a intimidade dos problemas que ao Governo cabia enfrentar.

E de certo que isso seria dispensável como tem sido até agora.

Podendo, assim, guardar a minha liberdade pessoal sem quebra, naturalmente das atenções recíprocas que nos devemos na vida social e política, não tenho procurado, aqui, senão manter-me na posição trabalhista, isto é, de homem que se imbuía de ideais, que considerava do seu partido na defesa do maior bem para o maior número, sem ver pessoas, e contra, mesmo o personalismo atroficiente e tão comum na nossa vida pública.

A esta altura dos anos e num cargo em que posso e devo assumir posição de independência, modesta e simples nos hábitos da minha vida pessoal e familiar, mas sem pelas, quaisquer que se possam tirar a liberdade de ação que devo e preciso ter, sobretudo no exercício de um cargo como o que ocupo nesta Casa cuido-me a defender princípios e naturalmente aos interesses gerais de não deixar as medidas propostas não colidirem com os pontos de vista de meu partido.

O SR. PRESIDENTE: *(fazendo soar a campainha)* — Convém ao nobre orador que fale um pouco mais de minutos para término da hora do expediente.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Fala ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Gomes de Oliveira conclua sua oração.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Flávio Guimarães.

Os Srs. Senadores que o aprovam, levantem-se para permanecer sentados (Pausa). Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Muito grato ao Senado e ao nobre colega, Senador Flávio Guimarães, pela prorrogação da hora do Expediente, proporcionando-me, assim, continuar na tribuna.

Sr. Presidente, esses princípios não interessam a ninguém pessoalmente nem aos grandes, que nos pudessem ficar devendo benefícios e favores, pois dizem mais de perto com os pequenos, com a massa de trabalhadores que muitas vezes não compreende, ou não acompanha as atitudes que tomamos em seu favor.

Entendo que só assim poderemos enfrentar uma sociedade que se constitui, sem dívida, pelo esforço de muitos, no dia a dia da luta pela vida, mas que se firmou no poder do mais forte, política e economicamente, inornada de prerrogativas e privilégios de poucos, contra as aspirações e o reclamo de muitos, pela implantação de novo direito e maior igualdade social.

Não quero, pois, ser aqui mais do que o representante de um Partido que sustenta essa orientação.

E se me tenho ultimamente salientado na defesa, antes de um ex-Ministro, Presidente em exercício do meu Partido, quando acabava de deixar o Ministério, e dos atos do Governo na questão dos salários mínimos, não o fiz senão por imperativo mesmo da minha posição de trabalhista.

Um Ministro que saiu porque havia tomado posição a favor do salário mínimo, e um ato do Presidente da República que o instituiu em benefício dos trabalhadores, estavam dentro do esquema trabalhista.

Seria preferível que não se aumentassem salários, mas, na situação atual, não vejo como poderíamos evitá-lo, e não só para os operários ou empregados nas atividades particulares mas também para os que vivem de vencimentos, nos serviços públicos.

Nessa posição trabalhista não poderíamos ser confundidos com um governista, aqodado na defesa do governo.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Com todo o prazer.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Qual o mal que existe em defender-se o Governo? O Governo existe e, como tudo que existe, terá quem o defenda e quem se lhe oponha. A posição excessiva também é uma falta.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Também é condenável.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — Não condenável quanto a defesa excessiva.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — V. Ex.^a, que acompanhou meu discurso, ouviu que fui acusado de uma ansia ou preocupação de defender o governo.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES — O nobre colega pode estar tranqüilo a este respeito pois eu, por exemplo, poderia ser muito mais governista do que V. Ex.^a e não vejo nem um mal em seguir determinada política, quer do governo, quer da oposição.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Fui dessas situações para poder continuar aqui, e com autoridade exclusivamente trabalhista, que vê acima dos homens e, até contra eles, princípios, ideais, o que, aliás, tem sido uma constante na minha vida pública, pois no meu Partido mesmo, costumava dizer que não compreendo tem-nhamos chefes, mas tão somente líderes.

Em verdade, não vejo homens no meu Partido ou no Senado, mas ideais e programas. *(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)*

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a prorrogação da hora do expediente, passa-se a

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subalternos e servidores que participaram da campanha da tripla, habitada com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 208, de 1953, aprovado na sessão de 22 de Junho de 1954). Tendão Pareceres: I — Sobre o projeto; da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob número 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plínio Pompeu; da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto depende de parecer da douta Comissão de Finanças, pelo que

a Mesa solicita do nobre relator, Senador Plínio Pompeu, emiti-lo.

O SR. PLÍNIO POMPEU:

(Não foi revisito pelo orador) — Sr. Presidente a Comissão de Finanças já se pronunciou quanto ao mérito do projeto. As emendas não o modificam na substância, razão por que a Comissão opina contrariamente a todas.

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de apenas 29 Srs. Senadores.

Não havendo número para votação, passo às matérias em fase de discussão.

SEM DEBATES, SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES POR FALTA DE NÚMERO DAS SEGUINTE MATÉRIAS:

Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências.

Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecido pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 126, sobre o ofício n.º 3-54, da mesma Comissão e incluído na Ordem do dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Galotti).

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 468, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 497, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 469, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 496, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capelo.

Redação final, oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 502, de 1954, ao Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede permissão ao Diretor do Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica.

Redação final, oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 503, de 1954, do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede

exoneração a Hercules de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 508, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 509, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Lúvia Augusta Assunção de Oliveira, para fins de irrigação.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 510, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Arêa Leão Melo, para regular a execução e o parâmetro das obras necessárias a irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Terezina, Estado do Piauí.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 511, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Guaiabá, Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 512, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Guaiabá, Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuário de Rosário-Oeste, no mesmo Estado.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 513, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova os termos de acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 514, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira, para o fim de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Penha", situada no Município de Iguaçu, Estado do Ceará.

Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer

ser n.º 515, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

— Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 516, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução de obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei número 1.498, de 9 de agosto de 1953.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-Lei número 5.462, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 499, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 500, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa).

O SR. MOZART LAGO, PROPUNHA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Não havendo mais quem peça a palavra encerrá-la-ei. (Pausa). Encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

SEM DEBATES, SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES DOS SEGUINTE PROJETO.

Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 475, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pela rejeição, visto já haver perdido a sua finalidade.

Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

No hora do expediente foi não requerimento do nobre Senador Cícero de Vasconcelos, cuja discussão cabe neste momento.

Em discussão o Requerimento.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, da-la-ei como encerrada. (Pausa).

Encerrada.

Adiada a votação por falta de número.

Agotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Dario Cardoso.

O SR. DARIO CARDOSO:

Sr. Presidente, acabo de receber telegrama do Diretor da Faculdade de Direito de Goiás, dando-me conhecimento do falecimento, na capital do Estado, do Professor Cylimeu de Araújo. Esse infestado acontecimento representa perda muito grande para o Estado, porque era Cylimeu de Araújo um dos seus mais brilhantes filhos, não só como cidadão mas ainda, como intelectual e homem público.

O ilustre morto foi um dos poetas mais primorosos de minha terra. Seus versos transpuseram as linhas do Estado, propagando seu nome por todos os rincões do Brasil central.

Exerceu na vida pública atividade muito relevante no grande Estado central. Magistrado, durante anos exerceu, com brilhantismo e integridade exemplar, o cargo de Juiz de Direito da Comarca de Pires do Rio. Exerceu igualmente, com grande proficiência, mandato parlamentar como deputado estadual. Era jornalista brilhante e professor de invulgar merecimento.

Uma vez aposentado, como magistrado, transferiu seu domicílio para Goiânia, onde continuou a desempenhar as atividades de jornalista e a enriquecer a literatura goiana com os seus primorosos versos. Nomeado professor da Faculdade de Direito do Estado, prestou na cátedra os melhores e mais relevantes serviços à mocidade estudiosa do meu Estado.

O seu desaparecimento, que se deu poucos dias após haver deixado o exercício do cargo de professor, por aposentadoria, não podia passar sem registro por parte dos representantes do Estado de Goiás nesta Casa, porque, conforme afirmei, esse desaparecimento abre um claro muito sensível nas fileiras dos homens públicos e intelectuais do meu Estado.

Transmito ao povo goiano o meu pesar, que estendo à família do ilustre morto, com o que acredito estar interpretado sentimentos de todos os representantes de Goiás.

Ficam, pois, nestas simples palavras, expressos os meus sentimentos de mais profundo pesar pelo desaparecimento do professor Cylimeu de Araújo.

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores inscritos.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, de há muito venho pleiteando o financiamento da cêra de carnaúba. Tenho-me dirigido ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil. Todos se manifestam do modo mais ilsonjeiro sobre o comércio e a indústria da minha terra. Ultimamente, o Sr. Pedro Freitas enviou-me carta nos seguintes termos:

"Exmo. Sr. Senador Joaquim Pires: Mando-lhe junta, para seu conhecimento, uma cópia do ofício que recebi do Sr. Joviano Jardim, Gerente do Banco do Brasil, no Distrito Federal, sobre o malogrado financiamento da cêra de carnaúba.

A respeito esclareço-lhe que a medida adotada "Penhor Mercantil" apenas servirá para amenizar um pouco a nossa situação, sendo de notar que o que nos convinha seria o financiamento com *garantia mínima*, como, segundo consta, acaba de ser feito para com o café.

Abraça-o, cordialmente, — Pedro Freitas."

O Sr. Pedro Freitas transmitiu cópia do ofício dirigido ao Senador ao Estado do Piauí e à Carteira de

Crédito Agrícola do Banco do Brasil. Essa missiva nada mais é do que a reprodução de outra anteriormente também a mim dirigida pelo Governador do Estado do Piauí. Na segunda, fiz acompanhar de um ofício dirigido pelo Governador do Ceará Sr. Raul Barbosa, que desejo fazer parte integrante do meu pequeno discurso.

Sr. Presidente, com estas palavras não tenho outro intuito senão fazer um apelo ao Sr. Presidente da República, ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco do Brasil para que cumpram os compromissos assumidos em favor dos reexportadores de cêra de carnaúba, que constitui economia vital para o meu Estado.

Existe um truque que é aplicado pelos exportadores americanos, em combinação com os compradores do produto no sentido de forçar a baixa da mercadoria.

A cêra de carnaúba, que era vendida à razão de Cr\$ 1.200,00 por arroba de 15 quilos, está hoje sendo vendida por menos da metade e, às vezes, até, por 300 cruzeiros. O americano se defende comprando o produto por preço baixo. Só com o financiamento do produto é que pode ser evitada tal manobra. V. Ex. sabe que é uma operação mercantil. Daí o preço cair fragorosamente.

Acredito que o Sr. Presidente da República e o Sr. Ministro da Fazenda da medida trará uma solução favorável ao Estado, mas o Governador apela para mim no sentido de que, por vias governamentais, eu transmita o apelo ao Sr. Getúlio Vargas e ao Sr. Osvaldo Aranha.

Sr. Presidente, não quero encerrar minhas considerações sem relatar o fato que se passou comigo em 1914. Naquela ocasião o Brasil foi chamado à guerra, contrariamente ao que dispunha a Constituição Federal. Não podia entrar na guerra de conquista e muito menos se aliar a Nações estrangeiras para fazer guerra. Foi, então, apresentado um projeto na Câmara dos Deputados, pelo qual se declarava guerra à Alemanha.

Eu, como brasileiro, — somente como brasileiro — dei meu voto contrário à entrada do Brasil na guerra. Primeiro, porque não tinha sido atingida a nossa soberania; segundo, porque não fora o desrespeito ao nosso pavilhão. O Congresso, entretanto, outorgou a declaração de guerra.

Ultimamente, discutiu-se nesta Casa um projeto de resolução, ao qual havia sido apresentado substitutivo pela Comissão de Finanças. Esse substitutivo foi submetido à consideração da Casa, que o aprovou sem discussão de um voto.

No dia seguinte, em virtude de acordo entre as bancadas o referido substitutivo foi considerado prejudicado, sob a alegação de que, calando o principal, não poderia permanecer de pé o acessório.

E o Senado acabou rejeitando o projeto.

Faço estas considerações para mostrar a V. Ex. que estou recebendo aplausos pela minha atitude, isto é, quando afirmo que o substitutivo, de maneira alguma, podia ter sido rejeitado.

Ele permanece intacto. As emendas, estas, sim, foram rejeitadas, mas o substitutivo, não.

Vejo que muitos adotam esse meu modo de pensar. Ontem, como hoje, continuo coerente nas minhas atitudes.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE EM SEU DISCURSO O SR. SENADOR JOAQUIM PIRES.

Estado do Piauí, Palácio do Governo, Gabinete do Governador Teresina, 3 de julho de 1934

Exmo. Sr. Senador Joaquim Pires:

Mando-lhe junta, para seu conhecimento, uma cópia do ofício que recebi do Sr. Joviano Jardim, Gerente do Banco do Brasil, no Distrito Federal, sobre o malogrado financiamento da cêra de carnaúba.

A respeito esclareço-lhe que a medida adotada "Penhor Mercantil" apenas servirá para amenizar um pouco a nossa situação, sendo de notar que o que nos convinha seria o financiamento com *garantia mínima*, como, segundo consta, acaba de ser feito para com o café.

Abraça-o, cordialmente — Pedro Freitas.

Cópia autenticada de Ofício. Banco do Brasil S. A. Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.

Ref.: Geral-54-94.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1954 Exmo. Sr. Governador do Estado do Piauí:

Referimo-nos ao telegrama que Vossa Excelência dirigiu ao Sr. Presidente, em 27 de abril próximo passado, e propósito do financiamento da cêra de carnaúba com a garantia de preço mínimo.

2. A esse respeito, cumpre-nos informar a V. Ex. de ordem do Senhor Presidente, que, em conformidade com a Lei n.º 1.506, de 19-12-51, e com o Decreto n.º 31.487, de 19 de setembro de 1952, e de acordo com o aditivo ao contrato de 16-6-52, firmado entre o Ministério da Fazenda e este Banco, em 13-10-52, a aquisição e o financiamento sob penhor mercantil da cêra de carnaúba ficaram adstritos à produção relativa à safra do período de 1952-1953.

3. Assim, a extensão dos benefícios dos citados diplomas legais à safra de 1953-1954 escapa à alçada deste Banco, para se enquadrar, nos termos da supracitada Lei n.º 1.506, nas atribuições da Comissão de Financiamento da Produção.

4. Outrossim, aprez-nos informar que, apreciando solicitação de mesma natureza, a mencionada Comissão de Financiamento da Produção nos esclareceu que o Exmo. Sr. Ministro da Fazenda já se pronunciou sobre o assunto, tendo recomendado a este Banco a adoção de normas permanentes de financiamento, em termos apenas bancários, inclusive no que diz respeito às possibilidades de melhoria dos seus preços ou cotações, nas transações dos exportadores com o exterior. Isso porém, independentemente das garantias de preços mínimos de que trata o referido Decreto n.º 31.487, por desnecessárias.

5. Aprez-nos informar, ainda, que, da recomendação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, a que aludimos no item anterior, resultou a recente viagem de um funcionário da Carteira de Crédito Geral ao Nordeste, tendo a Superior Administração, em face das observações colhidas "in loco", resolvido determinar que se reexaminassem não só as bases dos empréstimos garantidos por penhor mercantil, operações da alçada da referida Carteira de Crédito Geral, mas também a que procedesse esta Carteira de Crédito Agrícola e Indústria ao reexame das bases dos financiamentos relativos à extração da cêra de carnaúba. Do que afinal fôr resolvido, será dado conhecimento a V. Ex.ª.

6. Valem-nos do ensejo para apresentar a V. Ex.ª os nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Pelo Banco do Brasil S. A. — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial. — Joviano Jardim, Gerente. Teresina, 12 de abril de 1954. Eminente amigo Senador Joaquim Pires — Palácio Monroe — Rio de Janeiro — D.F.

Remeto-lhe, para seu conhecimento a cópia anexa de ofício que dirigi aos Governadores do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte, a respeito do financiamento da obra de carnaúba, sobre o que conto com a sua imprescindível colaboração.

Atenciosamente. — *Pedro de Almeida Freitas*, Governador do Piauí. Terezina, 16 de abril de 1954. Cópia autêntica da. Ilmo Sr. Dr. Raul Barbosa — DD Governador do Estado do Ceará — Fortaleza.

Tem este a finalidade especial de beneficiar do prezado amigo sua valiosa cooperação no sentido de conseguirmos novo financiamento da obra de carnaúba.

Na safra passada, apesar do tipo 4 haver sido financiado a 102 cents, por libra FOB (com garantia deste preço mínimo), quando entrou em vigor a Portaria n.º 70, já se comprava o produto até a 105 cents.

Logo que os importadores estrangeiros sublevarão que a Portaria determinava uma bonificação de Cr\$ 10,00, por dólar, aos exportadores, forçaram a baixa para 80 cents e, segundo informações, uns americanos que visitaram Parnaíba e Fortaleza, em janeiro, com o Dr. Joaquim Beirão, declararam que o preço devia ser fixado em 65 cents, segundo vigorou durante a guerra.

Esta base foi fixada pelo Governo Americano, de acordo com o nosso, como uma cooperação ao aliado. Tanto assim que, uma vez liberado, o produto atingiu o preço de 160 cents, em julho de 1946. Depois das visitas acima, houve uma reunião, no Rio com a presença de representantes dos Governadores do Ceará, Maranhão e Piauí, na qual ficou resolvido que o preço mínimo deveria ser 80 cents, para o tipo 4, porém, sem garantia e com financiamento precário. Continua, assim, a pressão externa.

Atendendo a apelos dos produtores e exportadores piauienses, solicitei do Senhor Presidente da República, o financiamento nas condições anteriores. Isto é, com garantia do preço mínimo — único meio de firmar os negócios daqueles interessados. Como o Chefe da Nação, recomendasse, a respeito, ao Presidente do Banco do Brasil, estabelecido em Parnaíba, no dia 6, o Doutor Luís Figueira, Chefe do Gabinete do Diretor da Carteira de Crédito Geral, que fez, apenas, uma promessa vaga de financiar, sem a garantia mínima de 30 cents.

Como sabe o prezado amigo, desde 1947 o Banco vem fazendo o referido financiamento, sem prejuízo, e quando não recebia algo algum, o qual deve atingir valor superior ao pago aos exportadores.

Nestas condições, peço-lhe que, com a máxima urgência recomende à banca federal, desse Estado, para, em ação conjunta com as bancadas do Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, pleitear o financiamento, nas seguintes bases mínimas:

- Tipo 4 — 80 cents de dólar
- Tipo 3 — 84 cents
- Tipo 2 — 112 cents

Tipo 1 — 115 cents. FOB pórtio brasileiro (menos as despesas para por FOB).

Convém salientar, que mais de 90% da produção é consumida no exterior e, talvez, 80% seja vendida na área do dólar.

Quando o tipo 4 atingiu Cr\$ 1.000,00, por 15 quilos, em 1946, o saço de café, tipo 7, era negociado a Cr\$ 400,00. Hoje, como se trata de interesse do sul, recebe toda sorte de amparo e já pedem Cr\$ 2.400,00 pela mesma quantidade de café. Finalmente, nenhum produto é mais vendido naquelas bases de 1946.

A vista do exposto, confio no seu franco e decidido apoio, e lhe antepo os melhores agradecimentos pela atenção dispensada.

Aproveito o ensejo para renovar-lhe protestos de consideração e apreço. Atenciosas Saudações. — *Pedro de Almeida Freitas*, Governador do Piauí.

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão, designo para a amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1954, que estende aos subalternos e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelota, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 7 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e da outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, 808, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças contrário (proferido oralmente na sessão de 12-7-54).

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários (e também dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954; tendo pareceres (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e dependente de pronunciamento das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54), dependente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Legislação Social; Economia.

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Atílio Vivacqua e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 364, de 1954, do Senhor Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 360, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra d, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e da outras providências.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecida pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 126, sobre o ofício n.º 3-54, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti).

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 466, ode 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 163, de 23 de dezembro de 1937.

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 467, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomatas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 469, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 496, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capeiro.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 502, de 1954, ao Projeto de Resolução número 29, de 1954, que concede permissão ao Diretor de Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 503, de 1954, do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede exoneração a Hercules de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 508, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão

são de Redação em seu Parecer número 509, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Maria Augusta Assunção de Oliveira, para fins de irrigação.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 510, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Arêa Leão Melo, para regular a execução e o pagamento das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Terezina, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 511, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 512, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuário de Rosário-Oeste, no mesmo Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 513, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova os termos de acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 514, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira, para o fim de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Penha", situada no Município de Iguçu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 515, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número

mero 516, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução de obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1943.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 499, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 500, de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 475, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pela rejeição, visto já haver perdido a sua finalidade.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Calças de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 369, de 1954, do Senhor Senador Cícero de Vasconcelos, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudonésia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Pre-

sidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Segunda discussão do Projeto de Lei n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste (aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

Requerimento de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luís Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Lóide Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Encerra-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR DARIO CARDOSO NA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 1954.

O SR. DARIO CARDOSO.

Sr. Presidente: — O nobre representante de Minas Gerais nesta Casa, senador Bernardes Filho, a cuja inteligência e cultura rendo minhas homenagens e cuja ausência, neste momento, lamento sinceramente, proferiu, dias atrás, apaixonado e injusto requisição contra o Presidente Getúlio Vargas. Retirei-me, Sr. Ex.ª, e sedes acusações, em estilo caloroso e irado. Advertiu, no início do seu libelo, que iria dosar as suas palavras para não parecer excessivo, nem dar a impressão de descambar para o ataque pessoal.

Consequi, não há dúvida, impor certa contenção à linguagem usada, o que não o impediu, entretanto, de descer, por vezes, a uma deslocada rudeza e desnecessária agressividade. O sentido de sua peça oratória, posto que brilhante, perdeu-se em cerrada investida contra a administração e a orientação do Presidente Vargas, atribuindo-lhe intuítos sempre perversos e propósitos sempre negativos.

Duas increpações sobrelevam no conjunto das acusações perfilhadas pelo ilustre orador, que, além da responsabilidade do nome insigne que herdou, e a que não deslustra, teria também a das tradições de serena objetividade da fina e culta gente mineira.

Reditou Sr. Ex.ª a provocação dos exaltados adversários do Presidente Getúlio Vargas, quando o pintam como inimigo impenitente do regime constitucional, procurando ver sistematicamente em suas atitudes mais simples e despreconcebidas o prenúncio de uma conspiração e os prolegômenos de um golpe contra o sistema democrático. No entanto, o Presidente Getúlio Vargas vem limpando em exercer com o maior equilíbrio e isenção o seu mandato constitucional. As franquias, garantias e regalias são asseguradas em sua plenitude. A liberdade não sofre pelas ou limitações, salvo a sua natural regulamentação, própria a toda sociedade organizada. Os Poderes em que se fraciona a soberania nacional funcionam normalmente, repellidos e prestigiados. O Presidente em ocasiões solenes e os

seus porta-vozes autorizados, como o sr. Ministro da Justiça, em mais de uma oportunidade, vêm sempre frisando a determinação do governo de cumprir o seu dever e exercer a sua missão nos limites das leis em vigor e sob a inspiração do sistema democrático que nos rege.

Sem dúvida, o regime político da liberdade é a democracia, porque a democracia realiza o equilíbrio, que é a própria imagem da vida e da existência universal. A democracia supõe a existência social, impedindo que o indivíduo se torne um agente perturbador e anárquico e que a sociedade se converta em mole compacta e arrasadora e assinalando, como limite ao poder do Estado o círculo onde se situa a dignidade da criatura humana, a inviolabilidade da consciência ou a integridade da pessoa.

O governo do presidente Getúlio Vargas vem mantendo a mais fiel e scrupulosa observância dos princípios que constituem a essência da democracia e tem considerado o respeito e o acatamento à lei, de um modo geral, e às normas constitucionais em particular, como um dever inelutável e sagrado. A vontade e a soberania da nação estão consubstanciadas na Constituição e nas leis e, durante o exercício de seu mandato, ou será feito nem contra elas nem fora delas.

O nobre senador por Minas Gerais vislumbra ainda na atuação do presidente Getúlio Vargas preferências regionais que Sr. Ex.ª nunca manifestou. A verdade é que não alimenta nem nunca alimentou tais preferências e encara o Brasil como um conjunto e uma unidade sem quaisquer discriminações, examinando com a mesma simpatia os problemas e as necessidades de qualquer trato do nosso território e de qualquer dos seus núcleos populacionais. Se essas necessidades e esses problemas se disciplinam em uma hierarquia ou se submisso a prioridades, isso acontece e obediência naturalmente ao interesse geral.

Para Sr. Ex.ª como governante, o que existe é a grande pátria brasileira, de extensão continental, com perto de 60 milhões de patricios nossos, mas capaz de abrigar um número de habitantes muitas vezes maior e cujos recursos precisam ser explorados para se transformarem em utilidades, em valores, em riqueza real, em instrumentos do bem-estar, em fontes de elevação do padrão de vida a fim de que o nosso povo possa viver próspero e feliz e se torne cada vez mais querido, admirado e respeitado pela contribuição que está fadado a fazer, em obra de novas conquistas e civilização e do bem-estar material e aperfeiçoamento cultural da humanidade.

Pretende o nobre senador por Minas Gerais que o presidente Vargas tenha cindido e desarticulado o eixo Minas-São Paulo, através do qual se operava o rotativismo do Poder entre os dois grandes Estados, com vantagem para a estabilidade do regime e benefício para a nação, governada então com gravidade, prudência, dignidade e firmeza.

Não desejo dissertar sobre temas ou entrar em controvérsia a respeito de nossa história política, mas a verdade é que se o chamado eixo Minas-São Paulo, deixou de funcionar, não terá sido por culpa do presidente Vargas, pois, em primeiro lugar, esse eixo ter-se-ia rompido antes mesmo que Sr. Ex.ª subisse ao Poder. Em segundo lugar, a simples e isolada vontade de um homem não desmonta nem desmantela um sistema ou melhor, um processo de governo que os fatos sociais condicionam e imponham.

Seria mais acertado, talvez, dizer que o eixo Minas-São Paulo se desarticulou porque a sua missão estaria cumprida e o seu papel encerrado. A modificação da realidade social teria determinado o fenômeno. Um ilustre mineiro, o presidente Antônio Carlos, um dos homens mais fundos que este país já possuiu, entrava a mutação que se operava no panorama político-social do seu tempo e antecipou-se a nova conjuntura que ia se desenhando, quando lançou aquele famoso "slogan": "Façamos a revolução antes que o povo a faça".

Sr. Presidente, o nobre senador por Minas Gerais pretende sem razão atribuir todos os males reais ou imaginários de que padece seu glorioso Estado natal ao presidente Getúlio Vargas.

Tese tão injusta e insustentável tinha mesmo de levá-lo a contradições flagrantes. O falso ponto de vista em que se colocou, amarrando inapelavelmente tais cidades, é assim que ao mesmo tempo em que entende que o presidente Getúlio Vargas, com a sua ojeriza a gente e terra montanhosa e que é o responsável pela estagnação da economia mineira, reconhece que "Minas é uma província, por condições geográficas, prejudicada no seu desenvolvimento econômico". E assim ainda que, ao mesmo tempo em que inculca ao presidente Getúlio Vargas, mal assumiu o poder, começou a aplicar a Minas o mais duro e implacável tratamento procurando arrasar esse Estado, tratando-o como terra conquistada, objetivando mantê-lo na pobreza e na submissão, em condições de incapacidade para reagir e readquirir sua influência e prestígio admite, no entanto, que, pelo menos nos sete primeiros anos do governo do presidente Getúlio Vargas, isso não poderia ter se dado, pois "Minas vinha prosperando com a aceleração normal (sic) e em segurança (sic) até que caiu sobre o país a sombra do Estado Novo".

Redita o nobre senador por Minas Gerais a irrogação de que a instalação da siderúrgica em Volta Redonda, no Estado do Rio, obedeceu a uma preferência pessoal e descabida do presidente Getúlio Vargas, contrária aos interesses nacionais e em prejuízo do próprio êxito do empreendimento. Mas os resultados aí está a demonstrar o acerto da localização da usina. Essa localização não obedeceu absolutamente a uma escolha arbitrária do presidente Getúlio Vargas, pois é sabido que este limitou-se a aprovar o parecer emitido a esse respeito pelos órgãos técnicos encarregados de estudar o assunto, os quais não puderam perder de vista entre outros fatores, o fácil acesso dos produtos da futura usina aos mercados consumidores.

Trago aqui para demonstrar ao Senado e à Nação quão injusta foi a acusação formulada pelo eminente Senador Bernardes Filho, o relatório da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional apresentado ao Senhor Presidente da República pelo Sr. Guilherme Guinle presidente do referido órgão no qual se lê o seguinte (lé):

Consoante recomendação expressa de V. Ex.ª.

Refere-se o autor do Relatório ao sr. Getúlio Vargas.

"Ésse importante problema da localização da usina foi encarado pela Comissão com inteira liberdade e isenção unicamente do ponto de vista nacional, obedecendo ao critério seguinte, como está expresso na Memória anexa:

Escolher um local onde as matérias primas cheguem pr um preço razoável e de onde partam os produtos acabados para os mercados consumidores em condições que sejam as melhores.

b) Evitar grandes despesas que se tenham de somar às da construção da usina.

De acordo com esse critério, nem a localização da usina em Vitória ou em Antonina, nem tampouco a sua localização na região de Lafaiete, no Estado de Minas Gerais satisfaria as condições ditadas por um imperativo de ordem nacional.

O melhor centro para localização da usina, dentro desse critério seria o Distrito Federal. Mas essa localização acarretaria a construção de um porto em Santa Cruz, de elevado custo, trabalhos de dragagem, construção de uma adutora de água doce para suprir refrigeração, e a reconstrução do ramal de Santa Cruz e Austri (40 km.).

Além disso, ter-se-ia de despendere importante soma para organizar a defesa militar da usina instalada em Santa Cruz.

Dando preferência à localização da usina no Vale do Paraíba no trecho Barra do Pirai — Barra Mansa, considerou a Comissão que os operários terão ali a 400 ms. de altitude melhores condições de vida; que a media do preço da mão de obra é muito mais baixa do que no Rio de Janeiro, que a água doce existe em abundância e que a Estrada de Ferro Central do Brasil encontrará a compensação de um bom frete de retorno.

Colocada atrás da Serra do Mar, a usina necessitará a apenas de defesa anti-aérea, ficando inteiramente ao abrigo da artilharia naval.

E na parte especial do Relatório relativa à localização da usina de autoria do General Edmundo.

Em outro trecho de Macedo Soares encontramos o seguinte:

Somando os custos dos trabalhos de transportes, teremos:

Custo de transporte para a usina em Volta Redonda — Cr\$ 42.970.685,00.

Custo do transporte para a usina em João Ribeiro — Cr\$ 53.245.809,00.

Diferença a favor de Volta Redonda Cr\$ 10.275.124,00.

Do confronto resulta, pois, uma economia anual de transporte favorável à localização da usina no km. 145 do ramal de São Paulo da E. F. C. B. de 10.275.124,00, que representam a juros de 5% um capital de mais de 200.000.000,00.

VII. O objetivo da presente exposição foi deixar bem claro o ponto de vista desta Comissão no problema essencial da escolha do local para a construção de primeira usina brasileira com coque metalúrgico.

Nossa Memória passou pelo crivo dos técnicos da firma McKee, de Cleveland, e do Export-Import Bank, de Washington. Tivemos a honra de ver nossas conclusões aprovadas e serviram de base à concessão do crédito dólares com que será adquirida maquinaria nos Estados Unidos.

Em todos nossos trabalhos só uma preocupação nos guiou: conceder para que o Governo de V. Ex.ª possa resolver em bases sãs exclusivamente técnicas um dos problemas básicos de nossa economia — o siderúrgico.

Sr. Presidente. Nada mais é preciso acrescentar para deixar clara a improcedência e a injustiça das afirmações do nobre Senador Bernardino Filho neste particular. Isto é no tocante à localização da Usina Siderúrgica Nacional em Volta Redonda.

O Presidente Getúlio Vargas sempre reconheceu e estimulou o papel que Minas deve desempenhar na in-

dústria siderúrgica. O indiscutível e indiscutido apoio com que favoreceu a instalação da Manesmann nos arredores da capital mineira, na chamada cidade industrial, e a montagem da notável empresa siderúrgica de Acesita, dedicada à laminação de aços finos, foi decisivo e é sabido que esses dois empreendimentos asseguraram a Minas uma posição de vanguarda e preeminência na fabricação dos produtos de aço.

Mas já é tempo de se afirmar que, muito ao contrário do que dá a entender o nobre representante de Minas Gerais, esta unidade da federação não tem regredido em nenhum dos setores da atividade produtora, quer se trate da agricultura, da pecuária, da indústria ou do comércio.

Senão vejamos:

Produtos	Censo de 1940	Estimativa para 1953
Algodão (t)	26.725	55.722
Arroz (t)	229.333	729.780
Banana (1.000 cachos)	12.108	28.408
Batata Inglesa (t)	9.799	81.882
Café em grão (t)	218.829	236.632
Cana de açúcar (t)	1.840.533	4.984.380
Felão (t)	121.191	281.192
Laranja (cento)	3.594.092	10.650.370
Mandioca — alvim (t)	291.795	1.393.507
Milho (t)	1.291.668	1.383.595

A área ocupada por pastagens passou de 1.875.550 hectares em 1940, para 2.288.810 hectares em 1950 e o número de cabeças de gado bovino subiu de 7.772.513 em 1940, para 10.818.171, em 1950, segundo os dados dos respectivos censos.

Quanto à indústria, igualmente de acordo com os dados censitários oficiais Minas Gerais contava em 1940 com 6.224 estabelecimentos, representando 12,5% sobre o Brasil e, em 1950, com 11.346 estabelecimentos, representando 12,7% sobre o Brasil.

Tais estabelecimentos correspondiam em 1940 a um capital aplicado de Cr\$ 978.245.000,00, representando 7,5% sobre o Brasil, e em 1950 a um capital aplicado de Cr\$ 4.072.673.000,00, representando 7,8% em relação ao Brasil. Como se vê, houve crescimento em número de estabelecimentos bem como no montante do capital aplicado e até nas percentagens de ambos os dados comparativamente a todo o país.

Quanto ao comércio, distinguindo-se dois grupos, o varejista, de um lado, e o atacadista e misto, de outro lado, apura-se que Minas Gerais dispunha no primeiro, em 1940, de 21.453 estabelecimentos, cujo pessoal era representado pelo total de 37.783, e, em 1950, de 30.482 estabelecimentos, cujo pessoal ascendia ao total de 58.735; e dispunha no segundo grupo, em 1940, de 2.501 estabelecimentos, cujo pessoal era representado pelo total de 10.541 e, em 1950, de 2.319 estabelecimentos, cujo pessoal atingia a cifra de 14.587.

Veamos agora, em apertada e incompleta síntese, as contribuições positivas da administração do Presidente Getúlio Vargas para o progresso e a prosperidade do grande Estado central, onde habita uma população tão laboriosa e tão capaz,

A área cultivada, segundo os dados dos respectivos censos, não sofreu redução, mas passou de 283.660 hectares em 1940 para 301.280 hectares em 1950. E o crescimento da área cultivada não foi maior, porque na área ocupada por pastagens é que esse crescimento foi mais sensível, como veremos daqui a pouco, e em consequência do qual como também indicaremos, fortemente se expandiu a criação bovina.

Comparando-se os dados do censo de 1940 com os dados da estimativa do Serviço da Estatística da Produção para 1953, sobre os dez produtos básicos da agricultura em Minas Gerais, verifica-se aumento em todos os quantitativos, sendo alguns bem consideráveis, como se vê do quadro seguinte:

Produtos	Censo de 1940	Estimativa para 1953
Algodão (t)	26.725	55.722
Arroz (t)	229.333	729.780
Banana (1.000 cachos)	12.108	28.408
Batata Inglesa (t)	9.799	81.882
Café em grão (t)	218.829	236.632
Cana de açúcar (t)	1.840.533	4.984.380
Felão (t)	121.191	281.192
Laranja (cento)	3.594.092	10.650.370
Mandioca — alvim (t)	291.795	1.393.507
Milho (t)	1.291.668	1.383.595

bem merecedora desse auxílio que o governo federal lhe tem facultado.

No setor rodoviário, para não nos perdemos em detalhes desnecessários, basta assinalarmos que o Governo Federal empregou ou vem empregando em construção, pavimentação e conservação de estrada de rodagem, no Estado de Minas, no período 1951-1954, uma soma respeitável, representada pelo total de Cr\$ 1.129.250.714,40, assim discriminados: Cr\$ 122.447.000,00 em conservação, Cr\$ 169.400.000,00 em pavimentação e Cr\$ 837.403.714,40 em construção (obras delegadas e obras diretamente a cargo do D.N.E.R.). Não podemos deixar também que um dos maiores empreendimentos rodoviários do Presidente Getúlio Vargas é a Rio-Bahia, de que o grande beneficiário é o Estado de Minas, pois que a maior parte do seu percurso se situa dentro do território mineiro e a cogitação do surto de progresso que iria propiciar como de fato propiciou à região através da, notavelmente a zona do Vale do Rio Doce, não foi das menores causas determinantes da realização de tão larga envergadura.

As realizações do governo do Presidente Vargas na região mineira do Vale do São Francisco são também impressionantes.

Só no levantamento aerofotogramétrico e no levantamento pedológico que aí procedeu, já dispendeu a Comissão do Vale de São Francisco respectivamente as importâncias de Cr\$ 24.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00.

Estudos e empreendimentos estão sendo realizados pela Comissão do Vale do São Francisco, tanto no setor da regularização do regime fluvial e produção de energia elétrica e no setor dos transportes fluviais, rodoviários e aéreos, como no setor de urbanismo, saneamento urbano, saúde e assistência, trabalhos esses em que

já foram ou estão sendo consumidas verbas colossais. Relacionemos esses trabalhos:

— as preliminares do representamento do São Francisco Superior, entre as barras dos rios Indaia e Abaeté (represa das Três Marias), para uma retenção de vórtice e um bilhão de metros cúbicos, com todas as vantagens técnicas e econômicas daí resultantes, inclusive produção de energia elétrica, controle das cheias, irrigação etc., trabalhos em que já foram despendidos Cr\$ 9.000.000,00;

— as preliminares da regularização do rio das Velhas, obra de natureza e fins idênticos à anterior e na qual está sendo despendida a importância de Cr\$ 10.000.000,00;

— a construção do reservatório estacional do Cajuari, no rio Pará, que armazenará cem milhões de metros cúbicos e permitirá o pleno aproveitamento da potência das máquinas da Central Elétrica do Gafanhoto, obra em que a Comissão do Vale do S. Francisco investiu Cr\$ 45.000.000,00, dos quais Cr\$ 30.000.000,00 já foram pagos;

— construção da Central hidrelétrica de Pandeiros, com capacidade de 6.000 CV, obra orçada em Cr\$ 52.000.000,00, dos quais já foram gastos Cr\$ 12.000.000,00 e no corrente exercício ainda serão aplicados Cr\$ 8.000.000,00;

— montagem, já em andamento da central diesel-elétrica de Pirapora, orçada em Cr\$ 10.000.000,00.

— usina hidrelétrica de Samburá, para cuja instalação está prevista despesa no montante de Cr\$ 4.500.000,00;

— usina hidrelétrica de S. Gotardo, no Rio Abaeté, na qual serão aplicados no corrente exercício Cr\$ 7.000.000,00 do montante de Cr\$ 11.000.000,00 do seu custo;

— ampliação da usina hidrelétrica de Pium, em convênio com a Prefeitura local, já tendo nessa obra sido despendidos, no corrente exercício Cr\$ 1.075.000,00;

— usina hidrelétrica do Paraíso, para cuja construção a Comissão do Vale do S. Francisco contribuirá com Cr\$ 2.500.000,00;

— ampliação da usina hidrelétrica Ribeirão das Lajes, em que será despendida a importância de Cr\$ 3.000.000,00;

— auxílio a outras usinas menores, no montante de Cr\$ 3.000.000,00; — emprego projetado de Cr\$ 40.000.000,00 em o estudo do sistema de transmissão da usina do Gafanhoto e instalação de linhas do mesmo para várias cidades mineiras;

— organização da sociedade de economia mista "Navegação do S. Francisco S. A.", para o que já foi despendida com a desapropriação da Companhia Indústria e Viação de Pirapora e da Empresa Fluvial Ltda. a importância de Cr\$ 23.000.000,00;

— obras de proteção e acostagem dos portos de Pirapora, S. Romão, S. Francisco, Januária e Manga, no que já foram empregados Cr\$ 25.000.000,00 e serão ainda despendidos nestes e no próximo exercício Cr\$ 6.000.000,00;

— as rodovias Pirapora e Patos, Coração de Jesus a Sítio de Abadia e Januária a Bocaiuva, em cuja construção já foram empregados Cr\$ 19.500.000,00 e deverão ainda ser gastos no corrente exercício mais Cr\$ 11.000.000,00;

— estradas de serviço saindo do porto de Pirapora em demanda das regiões interiores dos vales dos rios Paracatu e Urucua, em cuja construção será invertida a importância de Cr\$ 10.000.000,00.

— aeroportos de Pirapora e Januária bem como de S. Francisco e Mangá, sendo que naquele já estão sendo invertidos Cr\$ 10.000.000,00;

— trabalhos de colonização e mecanização da lavoura, em que vem sendo empregada anualmente importância não inferior a Cr\$ 8.000.000,00;

— serviços de abastecimento d'água em numerosas cidades, em que o dispêndio monta a Cr\$ 16.000.000,00;

— serviços de profilaxia da malária e custeio de unidades hospitalares em várias cidades, em que vem sendo anualmente empregada quantia não inferior a Cr\$ 12.500.000,00.

Ess, pois, como a região mineira do Vale do São Francisco vem sendo beneficiada pelo atual governo.

Também o Banco do Brasil não tem faltado com o seu apoio a Minas Gerais.

O montante das responsabilidades diretas que assumiu para financiamento ao governo do Estado, vai, desde que o Presidente Getúlio Vargas entrou em exercício do seu atual mandato, a Cr\$ 930.000.000,00 e o das responsabilidades indiretas, Cr\$ 873.667.059,60. Sem falar em Cr\$ 45.000.000,00 com que ajudou a Prefeitura de Belo Horizonte.

E, para lidarmos apenas com cifras globais, notemos que os empréstimos nas diversas cartilhas do Banco do Brasil passaram, em Minas Gerais, de Cr\$ 2.182.311.000,00 em 30 de junho de 1951 a Cr\$ 4.698.661.000,00 em 31 de dezembro de 1953.

Não esqueçamos ainda que um dos maiores cometimentos do Presidente Getúlio Vargas é a Companhia Vale do Rio Doce, através do qual vasta região do Estado de Minas recebeu forte impacto de progresso e dinamização e uma das suas maiores riquezas está podendo ser aproveitada.

Essa empresa, de há muito vitoriosa, cuja finalidade é produzir e exportar minério, transportar mercadorias para o consumo interno e ainda estimular o desenvolvimento industrial da rica região do Vale do Rio Doce, tem sua atividade quase que circunscrita ao Estado de Minas. O Governo Federal subscreveu 85% do capital da Companhia, que é de Cr\$ 650.000.000,00, mas as inversões do ativo fixo já haviam atingido, em 31 de dezembro de 1953, a Cr\$ 1.737.168.963,00.

Bastam essas cifras para que se veja como, por influência e atuação do Governo Federal, através da Companhia Vale do Rio Doce, Minas vem recebendo considerável contribuição ao seu enriquecimento, com a incorporação de uma vasta região à sua economia e com a "mise en value" de recursos potenciais de um dos trechos mais ricos do seu território.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Peço licença para lembrar ao nobre orador que dispõe de apenas dois minutos para concluir seu discurso.

O SR. PLÍNIO POMPEU:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiero a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se concede a prorrogação da hora do Expediente e a fim de que o nobre Senador Dário Cardoso possa prosseguir em suas considerações.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Plínio Pompeu.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Dário Cardoso.

O SR. DÁRIO CARDOSO:

Sr. Presidente, agradeço a gentileza do nobre colega e amigo, Senador Plínio Pompeu, requerendo a prorrogação da hora do Expediente e à Casa de havê-la concedido.

Continuando nas minhas considerações, devo acrescentar que Minas Gerais tem ainda encontrado da parte do Governo Federal, ou seja, do atual Governo do Presidente Vargas, decisivo apoio para iniciativas de grande repercussão na atividade produtiva e na elevação do padrão de vida de sua gente, através de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

A administração central do país não tem faltado com a sua cooperação para a execução do programa traçado pelo Governador Juscelino Kubitschek, de elevação do potencial de energia elétrica. Só a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, empresa estadual de economia mista, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu um empréstimo de Cr\$ 200.000.000,00, de que adiantou, antes da assinatura do respectivo contrato, mais de cem milhões. O mesmo Banco facultou ainda um financiamento de Cr\$ 80.000.000,00 a Companhia Fôrça e Luz Cataguazes-Leopoldina e está estudando diversos projetos de elevação do potencial de energia elétrica em Minas para lhes conceder os necessários financiamentos, que ascenderão a Cr\$ 450.000.000,00.

O reparelamento da Central do Brasil, em virtude de recursos monetários provenientes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico no montante talvez de mais de Cr\$ 700.000.000,00, virá beneficiar sobretudo a Minas Gerais, pois a maior parte desses recursos será investida ali.

Cumprir frisar mais que o financiamento de cerca de Cr\$ 250.000.000,00 concedido à Estrada de Ferro Goiás constitui um benefício indireto a Minas Gerais, sabido quanto essa Estrada serve à economia triangular.

Benefícios ainda maiores redundarão para Minas, evidentemente, depois que se concretizar a concessão de outros financiamentos a ferrovias, já em fase final de estudos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Somente a Rede Mineira de Viação e a chamada linha mineira da Central do Brasil absorverão perto de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros.

A importância de igual magnitude deverão ascender os financiamentos que beneficiarão as Estradas de Ferro Leopoldina, Mogiana e Vale do Rio Doce, cuja linhas cortam, também, o Estado de Minas.

O Tesouro Nacional deu o seu indispensável aval para a obtenção de dois vultosos empréstimos em dólares em favor da economia mineira, sendo um de 7.300.000 dólares concedido pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento à Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande, empresa mista controlada pelo Governo do Estado, e outro de 5.000.000 de dólares concedido pelo Banco de Importação e Exportação, de Washington, ao próprio Governo do Estado e destinado à aquisição de equipamento agrícola a ser entregue, mediante revenda, aos agricultores mineiros.

É sabido como pesa na economia mineira a atividade pecuarista, sendo o rebanho bovino existente no Estado de Minas avaliado em cerca de onze milhões de cabeças. Se essa atividade se desorganizasse ou entrasse em colapso a economia mineira sofreria tremendo golpe e seria atingida a própria estrutura social. O novo reajustamento dos compromissos dos pecuaristas, liberalizado no atual Governo, compreendendo o perdão de uma parte da dívida existente na mo-

eda e a moratória da outra parte, veio desafogar a situação, de uma classe cujo trabalho e esforço criador são vitais para a riqueza e a pujança de Minas Gerais.

Por fim, a reversão da Rede Mineira de Viação ao Governo Federal libertou o Estado de Minas de uma sobrecarga anual de Cr\$ 150.000.000,00, que onerava pesadamente o seu orçamento.

Não pôde ser esquecido também o recente ato do Presidente Getúlio Vargas, enviando mensagem ao Congresso Nacional, na qual solicita a abertura de um crédito de Cr\$ 30.000.000,00 como auxílio do governo federal para a reconstrução da represa da Pampulha. O projeto de lei resultante dessa mensagem já se encontra no Senado com urgência requerida, urgência a que o líder do governo empresta o seu apoio. Este fato demonstra, mais uma vez, a boa vontade e o inextinguível apreço do Presidente Getúlio Vargas à gente mineira.

Ess, Sr. Presidente, em definitiva e breve resenha, uma relação das vantagens e concessões que o Presidente Getúlio Vargas, reconhecendo a inegável importância de Minas Gerais para o engrandecimento nacional e o seu destacado papel no seio da Federação, tem propiciado ao grande Estado Central.

Diante disso, será possível que alguém em sã consciência e boa fé venha acusar o Presidente Getúlio Vargas de prevenção e hostilidade contra Minas Gerais?

Não devemos esquecer, por outro lado, que o Ilustre Governador de Minas Gerais, cuja autoridade para falar a respeito ninguém pode pôr em dúvida ou contestar, tem reconhecido e proclamado, sempre que se lhe oferece oportunidade, a contribuição inestimável e cheia de solicitude com que o Presidente Getúlio Vargas jamais faltou para a solução de problemas e dificuldades do povo, da economia ou da administração mineira, sempre que essa contribuição dependeu do seu esforço e boa vontade.

Sr. Presidente:

O ataque dirigido ao Presidente Getúlio Vargas pelo nobre senador Bernardes Filho foi, pois, apalxonado e injusto.

Os dados concretos que alinhel, os fatos positivos que mencionel desafiaram contestação e são por demais eloquentes.

Estou convencido de que forneci esmagadora prova da absoluta improcedência da acusação que se levantou contra o Presidente Getúlio Vargas, cujo patriotismo foi posto em dúvida com essa acusação, pois, prejudicar, de caso pensado, a Minas, conscientemente ferir a sua economia ou enterrar o seu progresso, seria praticar um ato de lesa-Pátria.

Por isso mesmo, lamento, muito sinceramente, que S. Ex.^a não esteja presente, e devo declarar ao Senado, como prova desse meu sentimento, que este discurso deveria ser proferido na próxima segunda-feira, pelo motivo de haver recebido honroso convite do Sr. Vice-Presidente da República para acompanhá-lo na sua excursão ao Estado do Paraná. Declinei, entretanto, do convite, porque soube que naquele dia não compareceria ao Senado o nobre Senador Bernardes Filho. Deixei, assim, de acompanhar o Sr. Vice-Presidente da República, enviando minha oração, a fim de que fosse proferida na presença do Ilustre representante de Minas Gerais, dando-lhe oportunidade de oferecer-lhe a contestação que julgasse conveniente.

Porque acioei de injustas e apalxonadas as acusações de S. Ex.^a ao

Sr. Getúlio Vargas, desejava ardentemente a presença do acusado, a fim de que pudesse, em apertes, opor os seus embargos à minha oração de defesa.

Sr. Presidente, uma das acusações formuladas contra o Presidente da República, de outra feita, pelo nobre Senador Bernardes Filho, versou sobre a fixação do salário mínimo para o Estado de Minas Gerais.

Mas, Sr. Presidente, o Sr. Getúlio Vargas não visou, de maneira alguma, a prejudicar a economia do glorioso Estado montanhês. Ao baixar o ato de fixação do salário mínimo para esse Estado, o Sr. Presidente da República louvou-se nos estudos da Comissão Técnica para esse fim nomeada.

Tanto assim, que, desde o momento em que verificou não estarem os níveis de salários de acordo com as possibilidades e os interesses da indústria mineira, e que tais salários estariam ocasionando transtornos à economia do grande Estado, imediatamente providenciou no sentido de fazer-se a revisão dos referidos níveis, ordenando que a Comissão respectiva resolvesse de vez a questão, tendo em vista os interesses assim da classe operária, como dos empregadores. Esse procedimento bem demonstra as boas intenções do Sr. Getúlio Vargas, a sua seriedade, ante os ataques injustos de que foi alvo, e o apreço por Minas Gerais.

A verdade, Sr. Presidente, é que se acusa sem razão o Governo de estar prejudicando os interesses da classe patronal e os que pretendem defender esses interesses, limitam-se a atacar pessoalmente o Presidente da República. A atitude dos líderes das classes conservadoras não deveria ser esta, de vez que o Sr. Getúlio Vargas não delibera sem primeiramente ouvir os órgãos técnicos competentes, mas, sim, a de colaborar com o Governo que é trabalhista e disso não faz mistério, — na defesa dos empregadores, pugnando ao lado dos representantes dos trabalhadores, no sentido de conseguir a harmonização dos interesses e inspirações de ambas as classes. Não resolveremos nunca os problemas da economia brasileira com ataques pessoais ao Sr. Presidente da República.

Obedeci, vindo à tribuna, a incoercível impulso de sinceridade, à imposição do meu amor à justiça e a um imperioso apelo da minha consciência.

A verdade precisava ser restabelecida, não tanto como um preito ao Presidente Getúlio Vargas, mas como uma satisfação à opinião pública, que sempre viu no Senado uma instituição em cujo seio as paixões partidárias são menos exacerbadas e que funciona sob a égide da moderação, do equilíbrio e do discernimento.

Estas as palavras que, como líder da Maioria desta Casa, me incumbia dizer em defesa do Sr. Presidente da República, tão injustamente acusado pelo nobre Senador Bernardes Filho. — (Muito bem; muito bem! O orador é cumprimentado).

O SR. DÁRIO CARDOSO — Sr. Presidente, não estando ainda esgotada a prorrogação da hora do expediente, que me foi concedida, peço permissão para focalizar outro assunto.

O SR. PRESIDENTE — Continua com a palavra o nobre Senador Dário Cardoso.

O SR. DÁRIO CARDOSO — Devo ainda trazer ao conhecimento do Senado, e solicitar que fique consignado nos Anais da Casa, o editorial intitulado "Honrando o Brasil e a Democracia", publicado no "O Globo"

que hoje circulou. A manobra por que está redigido esse notável editorial, a atitude em que coloca o Senado e as justas referências que faz à decisão por nós tomada na sessão de ontem, fazem-no merecedor do registro especial, o mesmo ocorrendo em relação ao tópico do "O Correio da Manhã" de hoje sob a epígrafe "O Senado ficou bem".

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Estou de pleno acordo com V. Ex.ª. O resultado da votação de ontem, como também a posição da imprensa carioca, nesta questão, vêm demonstrar ser indispensável a colaboração entre o Parlamento livre e a imprensa livre.

O Sr. Ferreira de Souza — Muito bem.

O Sr. Hamilton Nogueira — ... para reafirmar o valor do regime democrático. O editorial de "O Globo" concorda com o nobre orador e um desses que honram a imprensa brasileira.

O SR. DARIO CARDOSO — Agradeço o aparte com que me honra V. Ex.ª. Quando, ontem, alguns colegas se mostravam contrariados com as manifestações e críticas da imprensa sobre o projeto então em curso, visando à reorganização parcial da Secretaria do Senado, tive ocasião de afirmar que não podíamos absolutamente ser infensos a tais críticas visto como eram justas. E acrescentei: as críticas injustas ou infundadas naturalmente não devem impressionar o Senado. Quando, entretanto, como no caso corrente, têm por alvo um trabalho falho ou defeituoso, encontrando pontos vulneráveis na condução deste elevado órgão do Poder Legislativo, não podemos f. ar indiferente a elas. O Senado é uma instituição essencialmente democrática e, como tal há de ser sempre sensível aos conceitos e opiniões da imprensa, que é o mais lúcido órgão da opinião pública nacional.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. DARIO CARDOSO — Com todo prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Realmente, a decisão de ontem do Senado foi uma vitória do bom-senso e da imprensa, que tanto insistiu neste ponto.

O SR. DARIO CARDOSO — Estou de pleno acordo com V. Ex.ª e agradeço o aparte reputo indispensável a colaboração da imprensa para o perfeito funcionamento da Democracia. Sem aquela, esta não poderia existir.

Sr. Presidente, encontro-me há muito na tribuna e, para não mais me alongar, passo à leitura do editorial a que me venho referindo. Lê: "Honrando o Brasil e a Democracia".

Desfez-se por fim a alarmada inquietação que há algumas semanas vem assaltando a opinião pública em face do projeto de reestruturação dos quadros do funcionalismo do Senado. E é justamente esse desfogo, esse restabelecimento da tranquilidade, essa renovação da confiança que tornam mais meritória e louvável a decisão dos senadores de estanciar em tempo a corrupção dos favores pessoais e das liberalidades, injustificadas as custas dos contribuintes.

Na subversão generalizada de valores e princípios que de alguns anos a esta parte vem desfilando e desorganizando a vida nacional, sempre houve instituições que se incumbiram, pela força ou em virtude de um mandato tácito e conscientemente assumido, de guardar as tradições e manter a continuidade da vida

administrativa, como baluartes da ordem e do bom senso em meio ao tumulto da irresponsabilidade e da anarquia.

O Senado é uma delas. As interrupções a que o forçaram os acontecimentos não lhe quebraram a altíssima tradição de seriedade e de devoção à causa pública. Sempre se confiou em que as tempestades das paixões partidárias e das ambições pessoais desenfreadas se viriam quebrar e amainar de encontro àquelas bancadas veneráveis, sucessores dos maiores estadistas que já tem produzido esta Nação, lhas continuavam a obra e segulam o exemplo. E justamente porque era grande essa confiança e porque foi desastroso o abalo por ela sofrido com as notícias que circulavam do processamento de um escândalo no seio de um corpo que tinha a missão de combater abusos e reprimir escândalos, é maior a satisfação geral ao ver-se que o Senado se manteve à altura das suas tradições e do patriotismo dos homens que o compõem, continuando, portanto, a bem merecer do País.

Reestruturação tornou-se no Brasil sinônimo de aumento de vencimentos para certos cargos do funcionalismo ou, melhor de golpes de enriquecimento rápido na função pública. O conceito e o termo são de cunhagem recente. Nasceram quando se procurou pela primeira vez sistematizar e ordenar a função pública, pois uma legislação caótica e caprichosa, formada ao sabor das necessidades, ao capricho de reformas isoladas ou sob a influência dos interesses privados, gerava uma confusão babilônica em que era impossível algum administrador tomar pé e sancionava tremendas injustiças.

As reestruturações foram e devem ser primariamente uma providência de interesse público. Mas como todas as boas intenções vêm tendo no Brasil uma infeliz tendência a degenerar no seu contrário, a medida de ordem se transformou em desordem e num meio de gerar mais abusos, ilegalidades e injustiças do que se propunha eliminar. Dessas reestruturações calamitosas é que surgiram os barões da Prefeitura, os milionários do serviço público e esse peso morto que carrega o País na esfera municipal, estadual ou federal de um funcionalismo cada vez mais numeroso e dono de uma fatia cada vez maior dos orçamentos para um serviço de dia para dia mais falho e incompleto.

O voto decidido do Senado pondo termo à monstruosa reestruturação que ali se processava é um sintoma de reação salutar. E só por isso, quando por mais não fosse, merece o Senado os louvores que não lhe regateiam a opinião pública e a imprensa que desde o primeiro momento contra o absurdo projeto se bateu.

O Sr. Mozart Lago — V. Ex.ª foi felicíssimo em ler esse artigo para o Senado.

O SR. DARIO CARDOSO — Agradeço a V. Ex.ª. Sinto-me jubiloso com a acolhida que a minha iniciativa, de trazer para os nossos olhos este notável editorial, recebeu dos meus ilustres pares, que me honram com as suas manifestações de aplauso pela mesma.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ONOFRE GOMES NA SESSÃO DE 8 DE JULHO DE 1954

QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, um confratão meu, Suplente de Deputado Federal, pelo Estado do Ceará, Dr. Ernesto Gurgel Valente, moço culto e inteligente, dinâmico, conhecedor dos problemas cearenses e candidato no próximo pleito à deputação estadual, concedeu a "O Globo" interessante entrevista, que muito diz respeito aos problemas do nosso Estado.

Focaliza o Dr. Ernesto Gurgel Valente, as apreciáveis colheitas, sobretudo as de cereais, em particular milho e feijão e a muito promissora de algodão. Mostra que a quase totalidade da safra corre o risco de perder-se pela carência ao Estado de possibilidades de defesa do produto colhido.

Os agricultores, geralmente sem capital, plantadores de meação, colhem apenas parte da produção de milho e feijão, que é em seguida comercializada, aguardando o necessário à sua alimentação, nos meses subsequentes, em latas de gasolina e querosene, que fecham herméticamente, uma vez que as dificuldades de transporte e a queda dos preços não lhes permite levar para os mercados consumidores o restante da produção. Não tendo como preservar toda a colheita, deixam o excedente nos roçados. Se têm alguma criação, utilizam-no como forragem. É desolador que assim seja, mas incontestavelmente é a realidade no meu Estado, que nunca poderá, por si próprio, estabelecer bases seguras de economia, sobretudo para enfrentar não só o problema do armazenamento da produção e de seu escoamento em condições normais.

Sr. Presidente, o problema é nacional, talvez menos observado no grande Estado de V. Ex.ª — que pode ser considerado uma das maiores nações do Continente, não só do ponto de vista demográfico, senão também econômico, financeiro ou cultural.

Agora mesmo sabemos, através de notícias verdadeiras, da ameaça que pesa sobre os Estados do Paraná, de Santa Catarina e de Goiás, da perda de grande parte das excepcionais colheitas, pela impossibilidade de armazenar a produção em silos apropriados e de escoá-la, num tempo razoável, para os mercados consumidores.

Pode-se focalizar, com singeleza, o que ocorre presentemente no Ceará, no que diz respeito à produção de milho e feijão, alimentos fundamentais da população. Por esta forma o feijão — que chegou a quase não existir no meu Estado — era importado ao alto preço de Cr\$ 8,00 o quilo, e o colhido no Estado, vendido enquanto houve ao preço mais ou menos de Cr\$ 4,00. A carência, entretanto, era grande, e chegou à quase inexistência. Vieram as chuvas, porém, e a terra, descansada durante três anos pelas secas, compensou os amplos plantios e as colheitas de tão abundantes acarretaram a queda dos preços do feijão plantado no Estado, para Cr\$ 0,80, o quilo.

Nestas condições, os agricultores, com o feijão a esse preço, assim como o milho, só colhem, como inicialmente expus o indispensável às suas necessidades durante o ano, adotando um processo primário de enlatamento em vasilhas, que, em geral, são latas de querosene, de gasolina ou tambores de óleo, bem limpos.

Ninguém ignora que o problema econômico nacional, no qual se inclui, um tanto agravado, o cearense, pelas condições climáticas inseguras, se consubstancia principalmente no fomento da produção. Na base deste,

entretanto, existe outro problema preliminar, básico, que é o da produtividade, parecendo-me que se deve compreender por este conceito, não apenas o aumento, através do fomento, mas, igualmente, o melhoramento da qualidade da produção, de forma a que o rendimento da melhor qualidade, aliado à maior quantidade, permita preços compensadores, não escorchantes para o consumidor.

O problema fundamental pode resumir-se dizendo: produzir bem, ou seja, melhorar a produtividade. Só se pode, porém, melhorá-la trabalhando bem. Temos aí, a tarefa antecipada ao problema preliminar da produtividade, de deixar os produtores em condições de realmente bem trabalharem, o que só se pode conseguir — em vista do nível baixo de possibilidades de capitais, das poucas luzes de quem se ocupa dos afazeres agro-pecuários no Brasil, particularmente no nordeste, onde campeia o analfabetismo — proporcionando-lhes recursos financeiros mais amplos. Com o ensino realmente ministrado por numeroso corpo de professores, que talvez se tenha de formar, será possível ensinar a bem trabalhar.

Em síntese, é problema de verdadeira criação da economia em vendas mais racionais do que aquelas que têm crescido, à nossa maneira de produzir. Não é de esperar que, do pé para a mão, em um instante para outro, possamos dar solução razoável a tal conjunto de assuntos econômicos. Pode-se, entretanto, cogitar de quanto possível, melhor atender às necessidades do trabalhador no setor agro-pecuário.

Das observações do meu inteligente confratão conclui-se haver possibilidade de, com medida relativamente simples e que exija pequeno recurso financeiro, preservar o desperdício de cerca de 12 mil toneladas de cereais — milho e feijão. E, com a sugestão apresentada, os lucros resultantes da defesa dessas 12 mil toneladas de cereais, serão auferidos diretamente pelos agricultores, como também pelos comerciantes, que terão maior volume de negócios.

Não é possível, Sr. Presidente, chegarmos ao absurdo de querer eliminar o intermediário do produtor e dos mercados consumidores, porque nada mais significaria do que banir-se o comércio.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ONOFRE GOMES — Com muito prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — A não ser que se fizesse o comércio através de cooperativas; seria a única maneira de eliminar-se o intermediário.

O SR. ONOFRE GOMES — V. Ex.ª apresenta uma solução boa porém complementar, porque, no dia em que a produção for vendida pelas cooperativas, isentas de impostos, sendo os respectivos lucros distribuídos pelos cooperativados, surgirá um problema de gravidade talvez maior do que o apresentado até o momento, e que se poderá resumir na pergunta: onde irá o Estado buscar recursos financeiros para pagar suas despesas, se abre mão da receita oriunda das operações mercantis, arrecadada do comércio, sobre o qual lança os impostos e taxas que reverterem ao Tesouro, para fazer face às despesas públicas? Só há uma solução, mesmo com a medida ótima, inteligente, que V. Ex.ª apresenta — lançamento de impostos, também, sobre as cooperativas.

O Sr. Gomes de Oliveira — Ou sobre a propriedade, como querem os georgistas, caminhando para a grande aspiração do imposto único sobre a terra.

O SR. ONOFRE GOMES — Meu caro colega, o georgismo é medida encarada pelos povos evoluídos, com

alta consciência dos problemas da terra, dispondo de técnica e capitais para aplicar na sua solução. No Brasil, o caso é diferente, pela inexistência de recursos a serem invertidos em grande escala na organização e fomento da produção, através do melhoramento de produtividade, sob o aspecto que focalizei: aumento da produção e melhoria de qualidade, sem o que não será possível compararmos os mercados em um regime de concorrência. Embora se deseje caminhar na direção do georgismo e do cooperativismo o intercâmbio de interesses no mundo se encontra no comércio, a saber o único poder real existente, de vez que o próprio Estado, mesmo sob seu aspecto político, está absolutamente subordinado às atividades comerciais. Podemos prever, talvez para dentro de dois séculos, quando todas as nações atingirem um grau de progresso comparável ao atual dos Estados Unidos, melhores soluções técnicas para os problemas básicos da produção, diminuindo extraordinariamente o preço de venda aos consumidores, sem que, entretanto, os lucros cresçam a um grau que comprometa as próprias entidades produtoras: porque se tal ocorrer, fatalmente virá o desastre.

Todos os governos se preocupam em buscar a solução — aliás já encontrada por vários povos, inclusive os Estados Unidos — para esse problema, e adotá-la o mais cedo possível. Não quer dizer, entretanto, que seja amanhã ou depois. No caso do Brasil, por exemplo, poderá advir, com grande dose de boa vontade, dentro de cinquenta a sessenta anos, porque, em menor período, não se dará ao país uma rede rodoviária e ferroviária, do porte, vamos dizer, de 30% das atualmente existentes nos Estados Unidos, assegurando escoamento rápido à produção. Sem que se possa assegurar à produção esse giro rápido, que represente capital das fontes produtoras aos mercados consumidores nacionais ou estrangeiros, ainda que se possa melhorar relativamente a situação do momento, quanto à economia, a solução não será definitiva. Sem esses meios de transporte rápidos, tecnicamente explorados e seriamente administrados, de forma a acelerar o ciclo de produção, a fonte produtiva, os mercados consumidores — os rendimentos financeiros dos decorrentes não permitirão aos governos angariar fundos para, com segurança, aumentarem gradativamente estes dois elementos, e nem se alcançará o objetivo visado.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.^a um aparte. No transcorrer do seu discurso, V. Ex.^a comparou o progresso do Brasil com o dos Estados Unidos, calculando cinquenta anos para que possamos equiparar-nos a aquele país.

O SR. ONOFRE GOMES — Tenho essa impressão; ainda assim, se trabalharmos ativamente e honestamente.

O Sr. Gomes de Oliveira — Reporto-me à opinião do escritor Roy Nash veiculada numa obra de título um tanto agressivo: "Conquista do Brasil", sendo, no entanto, o autor muito simpático à nossa terra. Comparando o progresso dos dois países, disse que o Brasil precisaria de cem anos, trabalhando bem, para chegar ao nível de progresso dos Estados Unidos. Deve haver engano, pois, com a técnica moderna, acredito possamos atingir esse nível de progresso em menor tempo.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte do Ilustre colega.

O Sr. Flavio Guimarães — Atente bem V. Ex.^a. Tanto a previsão de um século do escritor americano como a do nobre colega, de 50 anos, são um pouco precárias porque tudo está em função da riqueza nacional. Se tivermos petróleo e este for largamente explorado no Brasil, a riqueza aumentará e, consequentemente, diminuirá o prazo previsto.

O SR. ONOFRE GOMES — Não acredito que o prazo possa ser inferior a cinquenta anos, porque — permitam-me o meu nobre colega Senador Gomes de Oliveira responder depois o seu aparte — pouco adianta o progresso técnico quando, *pari passu*, não há o do elemento humano, trabalhador, recebendo a preparação necessária e segura para empregar justamente o progresso dessa técnica. Não adianta entregarmos máquinas agrícolas a quem não as sabe manejar. É o que está acontecendo em grande parte do Brasil.

Númerosas máquinas são encostadas por se quebrirem, às vezes, com 30 dias de uso. Como não há mecânicos em condições de reparar a maquinaria deteriorada grande parte fica definitivamente encostada. Ainda há outra agravante do problema. Os países altamente evoluídos aplicam, consequentemente, seus conhecimentos científicos no processo técnico, particularmente os Estados Unidos e Canadá, que são dois grandes impérios fornecedores de máquinas operatrizes para todas as atividades industriais e agrícolas. No seu anseio de perfeição, de ano para ano, lançam tipos diferentes e mais aperfeiçoados. Há, muitas vezes, diferenças sensíveis em órgãos essenciais dessas máquinas; e sendo a colocação da produção quase que total em seus próprios mercados, eles não se preocupam em conservar as linhas dos modelos anteriores aos já aperfeiçoados.

Compra-se, hoje, certa máquina agrícola, vamos dizer na base de 300 cruzeiros de determinado modelo; se for preciso adquirir peças de substituição para essa máquina após 24 meses de uso, hipótese possivelmente exagerada, talvez se não as tenhamos, a empresa vendedora, quando muito, só se compromete a fornecer peças essenciais até doze meses depois de adquiridas as máquinas. Não interessa mais aos fabricantes, que mudam quase que anualmente de modelo, investir capitais numa linha de produção de peças desatualizadas, cujo fabrico exigiria preços de custo talvez incompatíveis com a colocação do produto nos mercados.

Agora permita-me o nobre Senador Gomes de Oliveira focalizar um ponto do seu aparte. S. Ex.^a referiu-se a Roy Nash, adido cultural norte-americano no Rio de Janeiro, que aqui lançou a edição em português do seu livro "A Conquista do Brasil". Li-o, penso que em 1927, anotando-o minuciosamente, talvez em condições de apresentar estudo analítico, correspondente a um terço das suas páginas, que devem andar entre quatrocentas e oitenta a quinhentas. Adquiri "A Conquista do Brasil", na Livraria Globo, de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Incontestavelmente, por ocasião do lançamento da obra, as teses de Roy Nash eram integralmente verdadeiras; apenas o cômputo do tempo para a solução dos problemas focalizados era um tanto otimista, pois, em virtude da sua mentalidade norte-americana, o autor o calculara em estágios reduzido.

Ante a leitura do livro, nós, brasileiros, mais ou menos conhecedores do nosso país e das dificuldades para a solução de vários problemas — à medida que tomávamos conhecimento dos prazos pelo publicista norte-americano atribuídos à conclusão do trabalho reagíamos, aconselhando-nos a inteligência a ampliar os prazos, por finhamos a convicção de que, dentro de determinado período, só poderíamos concluir a tarefa orientados por magníficas equipes de professores de numerosíssimos ramos de ensino, de instrutores que aplicassem à espécie todos os seus conhecimentos práticos.

Ora, sabemos, pela experiência própria, o quanto isto tem sido difícil, quase impossível, entre nós.

Despertamos, como nação, num mundo cuja cultura se caracterizava, particularmente, por preocupações intelectualistas de ciência, filosofia e letras. Mas o mundo se transformou e dos conhecimentos científicos, embora baseados e assentados naquela cultura anterior, apossaram-se os povos novos, sobretudo os norte-americanos; daí presenciarmos a diferença de situação dos homens, em menos de um século.

Consiste essa diferenciação no aperfeiçoamento e no rápido progresso de todas as técnicas, iniciados com a revolução industrialista inglesa, mas realmente, impulsionados e desenvolvidos, modernamente, nos Estados Unidos e no Canadá.

Entrou-se, assim, numa fase de industrialização ampla e acelerada. Quem diz indústria, automaticamente está dizendo ciência aplicada, através da técnica. Indústria não é mais do que a realização dos conhecimentos científicos através de uma técnica que ela intermediariamente cria, para chegar ao campo prático das realizações, em todos os ramos de atividade. Inclusive na aplicação dos princípios pedagógicos, encarando o ensino, não só como fonte de aperfeiçoamento e embelezamento da inteligência, mas também como instrumentação da orientação racional do que existe de fundamental nas sociedades, ou seja a preparação do homem para bem trabalhar.

Sr. Presidente, fui um tanto desviado do meu objetivo, que era focalizar a entrevista do meu confratão Gurgel Valente, a respeito da possibilidade de, com recursos relativamente pequenos, evitarmos a perda de cerca de doze mil toneladas de cereais, milho e feijão, apenas no Ceará, na atual safra.

Como disse de início, os preços desses cereais caíram verticamente desde que choveu no Nordeste. O feijão baixou o da terra, como se diz, caiu de Cr\$ 4,00 para Cr\$ 0,80. Mas, calculadas doze mil toneladas de feijão poupanças na base de 80 centavos o quilo, que em breve atingirá a Cr\$ 4,00 novamente, perfazem parcela vistosa para o Estado de parcos recursos como o Ceará.

Para atingir-se tal objetivo, bastaria a construção até novembro de ano em curso — porque as colheitas se prolongam até fins de outubro — de cerca de doze mil silos, os quais poderiam ser confeccionados com chapas produzidas em Volta Redonda e fabricadas nos próprios municípios cearenses. A operação seria financiada pelo Banco do Nordeste, em parcela insignificante, retirada dos 3 ou 4 bilhões de cruzeiros que o Conselho de Administração dos Empréstimos Rurais determinasse fossem aplicados na agricultura.

Dêsse montante tiraríamos, apenas, 12 milhões de cruzeiros para, num crédito rotativo à disposição do Banco do Nordeste, permitir-se o fornecimento de pequenos silos metálicos aos agricultores cearenses.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os sinos) — Permito-me lembrar ao nobre Senador que faltam dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. WALDEMAR PEDROSA: (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a consulte o Senado sobre a prorrogação da hora do expediente pelo prazo regimental, a fim de que o nobre Senador Onofre Gomes possa prosseguir nas suas considerações.

O SR. PRESIDENTE: O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Waldemar Pedrosa. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Waldemar Pedrosa a iniciativa de solicitar a prorrogação da hora do expediente, e ao Senado, havê-la concedido.

Como se vê, a operação reclama financiamento módico e seria efetuada através de estabelecimento bancário do Estado, já em funcionamento, através de um crédito rotativo, de forma a, no primeiro ano, se distribuírem aos agricultores e plantadores do Ceará doze mil silos, do valor de mil cruzeiros cada um, pagáveis em doze meses. Em quatro anos, seriam construídos quarenta e oito mil silos de uma tonelada, e, consequentemente, quarenta e oito mil toneladas de cereais em condições de serem noupanadas ao desperdício, sem nenhuma ônus para o Tesouro, porque inclusive os juros de dois por cento, com que o Conselho de Administração dos Empréstimos Rurais, vai fazer girar os fundos de três a quatro bilhões de cruzeiros, seriam indenizados pelos agricultores no prazo de doze meses.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é solução parcial, vantajosa e segura na sua realização. Garante o aproveitamento da produção que sobra das necessidades de cada plantador, até então obrigado a utilizá-la como forragem para as pequenas criações, de vez que não dispõe de meios para armazená-la, preservando-a.

Sendo a operação realizada por meio de financiamento de órgão competente estatal, de estabelecimento bancário regional — o Banco do Nordeste — que tem atribuição precisa para enfrentar tais problemas, e constituindo o financiamento um crédito rotativo, renovado de doze em doze meses, incluídos os juros de 2%, ao ano, a solução, embora não sendo o ovo de Colombo, é a que a todos se apresenta, como de absoluta conveniência, agora.

Assim, Sr. Presidente, apelo desta tribuna ao Sr. Ministro da Fazenda para que, atendendo à nossa exportação, atue junto ao órgão competente que acaba de ser criado — o Conselho de Administração dos Empréstimos Rurais — no sentido de, através do Banco do Nordeste, facilitar a aquisição de silos de uma tonelada aos agricultores cearenses no momento, em que se encontram ameaçados de perder a quase totalidade dos frutos do seu trabalho aplicado na agricultura, na fase de chuvas ultimamente caídas com certa regularidade e abundância no Nordeste, mesmo no Ceará.

A solução é perfeitamente viável, prática e, ampliada, talvez servisse de ponto de partida para, resolver temporariamente, enquanto não for possível ao Governo Federal, aliado aos governos estaduais e municipais, construir a rede de grandes armazéns, em condições técnicas para guarda e defesa do excesso da produção das safras. Regulando o ritmo de escoamento da produção das suas fontes aos mercados consumidores, e levando em conta a precariedade dos meios de transporte, seria possível cooperar com os agricultores, em particular, para que não desanimem, nem abandonem as atividades da agricultura. (Muito bem; muito bem).

Trêcho da Ata da 77.^a Sessão, de 7-7-1954, que se republica por ter saído com incorreções.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO EXMO. SENHOR LORD CROMER
The President and members of the Senate:

It is a very real pleasure to me to have the honour of accepting, on

behalf of the House of Lords, your invitation to address this House today. I had the good fortune to visit this magnificent country of yours in 1938 as private secretary to that great Englishman, Lord Willington. When, therefore, I received this invitation to become a member of this Delegation I accepted with alacrity as I knew that I would be visiting friends. I think that the spirit of friendship with which you in this country greet my fellow countrymen is one of the outstanding impressions that any Englishman receives on coming here. The friendship of our two countries is of very long standing, going back even a long way beyond your birth as a Sovereign State. In fact the first known visitor from Brazil to the United Kingdom was, I am told, a Chieftain whom William Hawkins brought back and presented to King Henry VIII. The Monroe Doctrine under which Brazil grew and prospered without fear of un welcome visitors was largely made effective by the Royal Navy. The Royal Navy also played a not inconsiderable part during the Napoleonic Wars when Rio de Janeiro held the unique honour of being, in the New World, the Metropolis of a world-wide Empire. The role played by Lord Cochrane at the time of your assertion of independence is part of Brazilian history and that of George Canning and Sir Charles Stewart in ensuring the recognition by the European Powers of your Statehood is a source of considerable pride to us and I am glad to think that this early friendship based on mutual respect and common interest has continued down to the present day. No more dramatic proof could be shown of this friendship than the great part played by the Brazilian Division in Italy during the Second World War and the equally vital role taken on by the Brazilian Navy and Air Force in the South Atlantic Ocean. We are very cognisant of that this decision must have meant to such a peace-loving country as Brazil. Brazil has, throughout her history, set an example to the world as to how to live at peace with her neighbours. The active participation of your country in coming to the defence of the Old World against aggression shows in a unique manner that Brazil has set an example of a sense of responsibility and leadership in international affairs second to none. This comes as no surprise to us in England who have a vivid recollection of Ruy Barbosa, that eminent Brazilian Statesman, jurist and man of letters who became one of the Judges at the permanent International Court at The Hague, the only judge to be elected unanimously. He was a true friend to my country and his memory is kept ever before us by a Commemorative plaque which has been set up on the house where he lived in London.

I and the other members of this Delegation are particularly delighted to have this opportunity to gain first hand knowledge of this great land of yours and our only regret is that time does not allow us to see a great deal more. The potentialities of this country are almost of a legendary nature to us in England and we are most anxious to play what part we may in the great developments which are taking place now and which will grow in ever increasing tempo with the years.

Senhor Costa Rego, editor in Chief of the "Correio da Manhã" was buried this morning.

The was at one time a senator and yesterday the Senate rendered him very special tribute. The British Banker and Businessman have always been keen to play a part in the development of Brazil and I think it would be fair to say that they have played a not inconsiderable

part from the earliest days. By 1913 one thousand million pounds of British capital had been invested in the development of Brazil and had it not been for the two great wars, the figure would be many times that today. Unfortunately, Anglo-Brazilian trade is not flourishing to anything like the extent that any of us would like to see. This arises largely out of bilateralism and other controls born out of wartime necessity. Happily there now seems to be a worldwide trend towards greater liberalization of trade and freer use of all currencies and this we may reasonably hope will lead to conditions under which the trade between our two countries may again flourish and prosper. I am glad to learn that a number of leading British Industrialists are coming here to attend the World Power Conference at the end of this month when they will, I hope, have an opportunity of judging for themselves the tremendous opportunities which exist. Opportunities to increase our trade with you and to develop still further this land so that Brazil may become an ever more important factor in World trade. We also hope to welcome a delegation of Brazilian exporters to England which the same aims in view.

The coming of the aeroplane into commonplace use opens up new vistas in this land of vast distances. Santos Dumont played a conspicuous part in the development of aviation and I am glad to say that today my country is in the lead in producing the finest aircraft in the world, some of which I hope may be put to the purpose of the further development of Brazil. The great advance in technology which has taken place in the last twenty years or so, also makes feasible projects which at one time would have been considered impossible, and it may well be that the advances which have been made of recent years, enormous though they may be, will be considered very small compared with what may take place in Brazil in the next half of this century.

The culture of Brazil is well known and deeply admired in the United Kingdom. Last year we were fortunate enough to have in London an Exhibition of Modern Brazilian Architecture. This aroused wide public interest and evoked many favourable comments in the Press. At this very moment the people of London are enjoying a collection of masterpieces from the São Paulo Museum of Art brought together by the energetic efforts of that distinguished member of this House, Senator Assis de Chateaubriand, and we would also most readily welcome further examples of modern Brazilian Sculptors and Painters.

The English have a trait, of which I am not proud but must recognize, which is a marked reluctance to learn languages other than their own and I am afraid that I am no exception and so I hope that you will accept my apology for addressing you in English. It is for this reason we are less well informed on Brazilian literature than we should be, although recently, I am glad to say, translations of some of your leading authors have met with wide approbation and appreciation in England.

I am glad to say that contacts between Brazil and the United Kingdom are today probably more numerous perhaps than they ever have been and as a member of the Inter-parliamentary Union I should to say, on behalf of my British colleagues, how much we welcome Brazil into this body. Both our countries are inspired by the long tradition of political liberty, economic liberalism and the same culture. The mutual understanding which derives from this is the basis of Anglo-Brazilian

friendship and if visits such as this can make for the continuance of such understanding they will serve a great purpose.

Tradução

LORD CROMER: — Sr. Presidente e Senhores Senadores: é para mim um verdadeiro prazer ter a honra de aceitar, em nome do Câmara dos Lordes, o seu convite para me dirigir a esta Casa, hoje. Tive a felicidade de visitar este seu magnífico país em 1938, como Secretário particular daquele grande inglês, Lord Willington. Quando, portanto, recebi este convite para participar desta Delegação, aceitei-o, sem vacilar, porque sabia que viria visitar amigos. Acho que o espírito de amizade com que V. Exas. neste País, acolhem os meus compatriotas é uma das impressões marcantes que qualquer inglês recebe ao aportar aqui. A amizade entre os nossos dois países vem de longa data, indo muito além dos albos de sua Pátria como Estado soberano. Na verdade, o primeiro visitante conhecido do Brasil ao Reino Unido foi, segundo me informaram, um cacique que William Hawkins levou e apresentou ao Rei Henrique VIII.

A Doutrina de Monroe, sob a qual cresceu e prosperou o Brasil, sem receio de visitantes inoportunos, foi, em grande parte, tornada possível pela Marinha Real. A Marinha Real, também, desempenhou papel não pequeno durante as guerras Napoleônicas, quando o Rio de Janeiro tinha a honra excepcional de ser, no Novo Mundo, a Metrópole de um Império Mundial. A parte representada pelo Lord Cochrane, à época de sua declaração de independência, é parte da História Brasileira, e a de George Canning, ao assegurar o reconhecimento de sua soberania pelas potências europeias, constitui uma fonte de grande orgulho para nós e tenho satisfação de verificar que esta velha amizade, baseada no respeito mútuo e nos interesses comuns, vem continuando até agora. Nenhuma prova mais dramática desta amizade poderia ser demonstrada do que o grande papel desempenhado pela Divisão Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, e o papel, igualmente vital, assumido pela Marinha de Guerra e Força Aérea Brasileiras, no Atlântico Sul. Bem compreendemos o que teria significado esta decisão a um país amante da paz, como é o Brasil. O Brasil tem, em toda a sua história, dado o exemplo ao mundo de como viver em paz com seus vizinhos. A participação ativa de sua Pátria, ao ir em defesa do Velho Mundo, contra a agressão, demonstra, de modo inequívoco, que o Brasil, como nenhum outro país, tem dado um exemplo de senso de responsabilidade e de liderança nos assuntos internacionais. Isto, para nós, na Inglaterra, não constitui nenhuma surpresa, pois temos uma viva recordação de Ruy Barbosa, aquele eminente estadista, jurista e homem de letras brasileiros, que se tornou um dos Juizes da Corte Internacional Permanente, em Haia, o único Juiz a ser eleito por unanimidade. Ele foi um verdadeiro amigo da minha Pátria e a sua memória é sempre reverenciada por nós, na forma de uma Placa Comemorativa, colocada na casa onde residiu em Londres.

Desejo, aqui, render homenagem ao Senhor Costa Rego, Redator-Chefe do Correio da Manhã, que foi sepultado hoje. Foi, há tempos, Senador e ontem o Senado prestou-lhe um tributo muito especial.

Eu e os outros componentes desta Delegação nos sentimos particularmente satisfeitos por ter esta oportunidade de adquirir conhecimentos em primeira mão sobre este grande

País e o nosso único pesar é de o tempo não nos permitir ver muito mais. A potencialidade deste país é de natureza quase lendária para nós, na Inglaterra, e estamos realmente ansiosos para desempenhar o papel que nos for conveniente nos grandes empreendimentos que ora estão sendo realizados e que aumentarão, com crescente intensidade, no decorrer dos anos. O banqueiro e o homem de negócios britânicos sempre foram entusiastas em participar do desenvolvimento do Brasil e acho que seria justo dizer que eles, desde os primeiros tempos, desempenharam não pequena parcela. Até 1913, um milhão de libras de capitais britânicos haviam sido invertidos no desenvolvimento do Brasil e, não fossem duas grandes guerras, esta cifra, hoje, seria muitas vezes maior. Infelizmente, o comércio anglo-brasileiro não está prosperando, em absoluto, até o ponto que desejáramos ver. Isto, em grande parte, resulta do bilateralismo e de outros controles surgidos das necessidades de tempo de guerra. Agora, felizmente, parece existir uma tendência mundial para maior liberalização do comércio e o mais livre emprego de todas as moedas; e isto, podemos esperar razoavelmente, levará a condições sob as quais o comércio entre os nossos dois países venha, novamente, a florescer e prosperar.

Tive satisfação no saber que aqui virá certo número de proeminentes industriais britânicos para assistirem à Conferência Mundial de Energia, no fim deste mês, ocasião em que, espero, terão a oportunidade de verificar por si mesmos as imensas possibilidades existentes, oportunidades para incrementar o nosso comércio com este país e para, ainda mais, desenvolver esta terra, de modo que o Brasil possa tornar-se um fator cada vez mais importante no comércio mundial. Esperamos, também, dar as boas vindas a uma delegação de exportadores brasileiros na Inglaterra com os mesmos propósitos.

O advento do avião, em uso cotidiano, abre novos horizontes nesta terra de enormes distâncias. Santos Dumont desempenhou papel marcante no desenvolvimento da aviação e tenho alegria em dizer que, hoje, o meu país se acha na vanguarda da produção dos melhores aviões do mundo, alguns dos quais, espero, venham a ser colocados com a finalidade do maior desenvolvimento do Brasil.

O grande progresso na tecnologia, que se verificou nos últimos vinte e tantos anos, também, torna praticáveis os projetos que em determinada época teriam sido julgados impossíveis e bem pode ser que os progressos realizados nos anos recentes, por maiores que sejam, serão julgados muito pequenos com o que venha a acontecer no Brasil na próxima metade deste século.

A cultura do Brasil é bem conhecida e profundamente admirada, no Reino Unido. No ano passado, tivemos a satisfação de ver realizada, em Londres, uma Exposição de Arquitetura Moderna Brasileira. Isto despertou grande interesse público, obtendo muitos comentários favoráveis da imprensa. Neste mesmo momento, o povo de Londres está se deleitando com uma coleção de obras primas do Museu de Arte Moderna, de São Paulo, reunida, através das grandes esforços daquele ilustre membro desta Casa, o Senador Assis Chateaubriand, e com grata satisfação recebemos, também, outros exemplos de modernos Escultores e Pintores brasileiros.

Os ingleses possuem uma característica da qual não tenho orgulho, porém, devo reconhecer, que é com extraordinária relutância que aprendem idiomas estrangeiros. Sinto não ser

exceção, de modo que espero que VV. Exas. aceitem as minhas desculpas por estar falando em inglês. E por este motivo que estamos menos informados a respeito da literatura brasileira do que seria o nosso desejo, embora recentemente, aprez-me acrescentar, traduções de alguns de seus melhores autores tenham recebido grandes encômios, sendo largamente apreciadas na Inglaterra.

E com satisfação que digo que os contratos entre o Brasil e o Reino

Unido, hoje, são provavelmente mais numerosos do que nunca e, como membro da União Interparlamentar, desejaria acrescentar, em nome de meus colegas britânicos, quanta alegria nos dá receber o Brasil neste órgão. Ambos os países se acham inspirados pela longa tradição de liberdade política, de liberalismo econômico e da mesma cultura. A compreensão mútua que daí nasce constitui a base da amizade anglo-brasileira, e se visitas como esta puderem contribuir para a

continuação de ~~seu~~ entendimento, servirão a uma grande finalidade. (Palmas prolongadas).

SENADO FEDERAL

ATO DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora em reunião de 8 de julho corrente ceteriu o requerimento em que Paulo de Araújo Silva, Auxiliar de Portaria, "I", soli-

cita 30 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 9 de julho corrente

ATO DO 1.º SECRETARIO

O Sr. 1.º Secretário deferiu o requerimento em que Durvalino Barbosa, Auxiliar de Limpeza "H" solicita 30 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 25 de junho p. passado.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 116

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso as 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381 de 1952 no Senado Federal), que modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios. Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, as 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.570, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e das outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

João Café Filho

Parecer n.º 7, de 1954

Da Comissão Mista para conhecer o Veto Total ao projeto de Lei (n.º 2.846-B, de 1953, da Câmara dos Deputados, e número 381, de 1953, do Senado) que "concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios".

1. O Ilustre deputado Fernando Ferrari, com o intuito de preencher lacunas verificadas pelo próprio Darp (Departamento Administrativo do Serviço Público) no texto da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1952, conforme exposição de motivos aprovada pelo Sr. Presidente da República, apresentou à Câmara dos Deputados projeto de lei alterando as disposições do artigo 18 da citada Lei, visando conceder ao pessoal pago pela Verba 3 (Serviços e Encargos) ou pela verba de Obras, abono de emergência, salário família e repouso remunerado.

2. A Lei n.º 1.765 de 1952 concede realmente esses benefícios aos servidores Civis do Poder Executivo da União e dos Territórios, estando excluído o pessoal pago pelas Verbas de Obras e Serviços e Encargos (Verbas 3 e 4) que não exerce função de caráter permanente, acentuando o DASP, no parecer aludido, que a ex-

clusão é expressa no art. 18 da Lei número 1.765, cit., não se encontrando, contudo, em qualquer das disposições da Lei, extensão generalizada do abono a esses servidores cujos salários são, no entanto, fixados pelas regras especiais dos artigos 12 a 17.

3. A concessão do abono de emergência ao pessoal civil da União foi decorrência de uma Mensagem Governamental, dando-se ao servidor público os meios para os mesmos enfrentarem o encarecimento extraordinário do custo de vida, até que seja aprovado o plano de classificação de cargos e funções e revistos os níveis de retribuição correspondente de conformidade com o Estatuto dos funcionários Civis Federais.

4. Daí a justificação ao projeto apresentado, sob a fundamente, ainda, da equidade social, pois "não deveria interessar ao Estado aquilhoar a uns e não a outros, visto que as necessidades são idênticas". Esclarece o eficiente Deputado Fernando Ferrari, ainda, que na discussão do Projeto Governamental, que resultou afinal, na promulgação da Lei n.º 1.765 transitou junto às Comissões Técnicas e ao Plenário, através de emendas na exclusão das palavras "ocupando funções de caráter permanente", constante de um dos seus artigos mas não conseguiu aceitação para o seu ponto de vista, ficando o pessoal de obras, e bem assim o de serviços e encargos, com a inclusão daquelas

palavras no texto do artigo 18, sem direito ao abono de emergência, em decorrência de condições, portanto, com os demais servidores civis da União e Territórios.

5. Somenta-se, ainda, na justificativa, o texto do artigo 14 da Lei número 1.765, assim redigido:

"O pessoal de obras e destinado a execução de trabalhos de natureza caracteristicamente temporária".

para demonstrar que o artigo 18 não tem aplicação quanto a esse pessoal tese, aliás adotada pelo DASP, com aprovação do Sr. Presidente da República.

6. Na Câmara dos Deputados o projeto tomou o n.º 2.846-B-33 recebendo pareceres nas Comissões de Serviço Público e de Finanças.

7. A Comissão de Serviço Público emitiu parecer favorável ao projeto, por entender que todos os servidores de obras devem gozar dos benefícios da legislação citada (Lei n.º 1.765, de 1952), consultando o projeto, destarte, "aos reais interesses de milhares de abnegados brasileiros" (Parecer de 23 de fevereiro de 1953 — Relator: Benjamin Farah).

8. A Comissão de Finanças, antes de atender ao mérito, fez considerações genéricas em torno da Lei número 1.765, para demonstrar que o seu artigo 18 "pode e deve ser aplicado a numerosos servidores do De-

partamento Nacional de Obras Contra as Secas", ou, por força de lei, "na, em ponderável proporção, pessoal que, ocupando funções de caráter permanente, e pago pela Verba 3 ou pela Verba de Obras" concluindo que "o citado artigo 18, se não tem amplitude limitada, preconiza e pede pelo Ilustre deputado Fernando Ferrari, não é tão desprovido de utilidade e sentido, ou tão inextinguível, como parece ao DASP".

9. Nesta fase do processo, a Comissão solicitou do Senhor Ministro da Fazenda informações "sobre e contante, ao menos aproximado ou provável, da despesa que "resultaria" da aprovação do projeto e sobre a disponibilidade, por parte do Tesouro Nacional, de recursos para enfrentá-la". A resposta chegou com atraso apreciável, e isto mesmo após reiteradas reclamações, desaconselhando a aprovação do projeto, "dada a perspectiva de vultoso déficit na execução orçamentária", sendo "a situação do erário de molde a recomendar a maior parcimônia possível nos gastos", ainda com a ressalva de não dispor o Ministério, nem o DASP, de elementos "que possibilitem o cálculo, mesmo aproximado ou provável, do montante das despesas em apêço".

10. Outras diligências não foram feitas, por isso que, já então, quando chegaram esses elementos que, por sua imprecisão, nada esclareciam, e

5.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 15 de Julho de 1954, às 14,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 70, de 1954, no Senado) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e das outras providências; tendo Parecer sob n.º 6, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum)

DISPOSITIVO VETADO:

Art. 693. ...

§ 4.º Os representantes classistas das juntas e demais órgãos trabalhistas que já tiverem completado 10 (dez) anos ininterruptos de desempenho das respectivas funções, serão conservados nas mesmas, enquanto permanecerem no exercício efetivo de suas categorias econômicas ou profissionais, cuja prova será feita, trienalmente, mediante declaração de entidade sindical do grupo correspondente.

projeto estava em regime de urgência.

11. O parecer da Comissão de Finanças não foi inteiramente favorável ao projeto, embora reconhecendo a "alta generosidade e limpa nobreza dos desígnios que o inspiraram. Depois de apresentar cálculos aproximados de despesa que decorreria da sua aprovação, aproveitou-se o elemento de uma entrevista do próprio autor da proposição, publicada em "O Globo", despesa que andaria "pela ordem dos seiscentos milhões de Cruzeiros", a Comissão de Finanças aconselha a rejeição do projeto, nos termos que foi apresentado, com duas outras razões:

a) "Criando e impondo novos encargos para o Tesouro, não assegura os recursos necessários à sua satisfação, tornando assim, incerta e inequívoca a lei proposta".

b) "A situação do pessoal de obras propriamente dito já está atendida, e de maneira perfeitamente razoável e satisfatória na Lei n.º 1.765, que, em seu artigo 12, além de dar a garantia do salário mínimo — não há muito aumentado, por sinal — ainda assegura, formalmente, dever ele obedecer ao valor atribuído no mercado de trabalho local".

12. Conclui a Comissão de Finanças pela aprovação de um Substitutivo, dando ao artigo 18 "uma redação que não permita qualquer pretexto ou escusa para a sua inobservância, e, até, estender a sua incidência ao pessoal de obras que, mesmo sem, rigor, exercer funções de caráter permanente, tenha a seu crédito um apreciável tempo de serviço (Relator: Lameira Rittencourt)".

13. O substitutivo foi rejeitado pelo plenário da Câmara que, por apreciável maioria, aprovou o projeto com a seguinte redação:

Art. 1.º O art. 13 da Lei número 1.765, de 18 de dezembro de 1953, passa a ter a seguinte redação:

Art. 18. O pessoal pago pela Verba 3 (Serviços e Encargos) ou pela Verba de Obras, terá direito ao abono de emergência e ao salário-família, e bem assim ao repouso semanal remunerado em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário,

o qual foi encaminhando ao Senado, onde recebeu o n.º 381-53.

14. No Senado foram as Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças, concluindo a primeira pela inconstitucionalidade do projeto, sob a alegação de que "A providência legislativa em apreço é fútil de aumento de vencimentos a que a Constituição Federal, no seu artigo 67, § 2.º, in fine, impõe a limitativa exclusiva do Presidente da República".

Este parecer foi aprovado com o voto divergente do ilustre Senador Joaquim Pires, que apresentou suas razões em separado, notando-se que o parecer a assinatura de não mereceu ilustres Senadores Atílio Vivacqua e Gomes de Oliveira com votos positivos (Relator: — Senador Alberto de Carvalho).

15. Os argumentos oferecidos pelo Senador Joaquim Pires são os seguintes: "No sentido de prova contrária às conclusões do Parecer, demonstrando que o aumento de vencimentos a que a Constituição de emprego público ou particular, ou ainda o próprio de um cargo e emprego", ao contrário do abono que "A adiantamento feito a título precatório ao servidor para minorar eventualmente os seus encargos pela insuficiência dos proventos que sofre de uma profissão ou emprego".

16. A Comissão de Serviço Público Civil continua favoravelmente ao projeto, que "pretende atingir o objetivo justo e humilde de estender a todos os servidores de obras os benefícios concedidos pela Lei n.º 1.765 aos demais servidores públicos do Poder

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 76,00
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Executivo da União e dos Territórios, salientando que "o mais elementar senso de equidade social manda que não se beneficie a uns excluindo outros..." (Relator: — Senador Djair Brindeiro).

17. A Comissão de Finanças foi também favorável à aprovação do projeto, salientando que é "praticamente impossível caracterizar-se funções de caráter permanente entre as custeadas à conta dos créditos das verbas serviços e encargos e obras públicas" não se justificando, "por uma questão de equidade, a distinção estabelecida no art. 18 cuja redação se pretende modificar" (Relator: — Senador Alberto Pasqualini).

18. Com a mesma redação adotada pela Câmara dos Deputados (Projeto n.º 2.846-B-53), foi o projeto, sob número 381-53 aprovado no Senado e encaminhado ao Senhor Presidente da República que, no uso da atribuição que lhe conferem os arts. 70 e 1.º e 2.º do art. 11 da Constituição Federal, não lhe deu sanção pelos motivos expostos na mensagem dirigida ao Senhor Presidente do Senado, "por considerá-lo contrário aos interesses nacionais".

19. O artigo 18 da Lei n.º 1.765, que se pretendia corrigir, tem a seguinte redação:

"Art. 18. O pessoal que, ocupando funções de caráter permanente, é pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos ou pela Verba de Obras, terá direito ao abono de emergência e ao salário-família de acordo com esta lei e bem assim ao repouso semanal remunerado". Não tendo o Senhor Presidente da República, portanto, concordado com a exclusão do texto ora transcrito, das palavras que ocupando funções de caráter permanente, é e das seguintes de acordo com esta lei, as quais constituem um embargo à generalização do abono de emergência ao pessoal pago pelas Verbas 3 e 4, de Serviços e Encargos e de Obras. E o que sugere o confronto das disposições acima transcritas.

20. O Senhor Presidente da República declara, nas razões do veto que "Pretende o Projeto assegurar" o abono de emergência ao pessoal de Obras e de Serviços e Encargos, nos moldes da Lei n.º 1.765, "uma vez que essa Lei não lhes estendeu, em caráter geral, a concessão desse abono" contendo a referida Lei, ao contrário, regras especiais para a fixação dos seus respectivos salários conforme as circunstâncias, transcritas na Mensagem dos artigos 12, 13 e 14, sobre o pessoal de Obras e 15, 16 e 17, sobre o pessoal de Serviços e Encargos, cujos textos resalta "que a natureza jurídica do vínculo desse pessoal com a administração pública tem configuração própria diversa da que regula as relações dos funcionários e empregados da União com o Poder Público Federal".

21. Acrescenta sua excelência que "Por força dessa situação especial a admissão do pessoal de obras e do pessoal de serviços e encargos obedecerá a regras que levem em conta não só o salário-mínimo em vigor como também a retribuição paga ao tipo de atividade a ser desempenhada no referido mercado de trabalho local" para concluir que "Não se justificam, portanto, que se acrescenta o abono de emergência a esse salário concedido de acordo com um critério local, gerando diverso do que prevalece a fixação de regime de pagamento dos empregados públicos" tanto mais quanto tem a Administração, na medida de suas possibilidades orçamentárias, proporcionado ao pessoal a que se destinam a prática o reajustamento de respectivo nível salarial, tendo em vista as condições econômicas e sociais da atividade e do mercado de trabalho local".

E o nro. Relatório.

Sala das Comissões em 13 de julho de 1954. — Joaquim Pires Presidente. — Pádua de Araújo, Relator. — Djair Brindeiro. — Bernardes Filho.

Comissão Mista Especial para emitir parecer sobre o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953 na Câmara e 381 de 1953, no Senado); que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18-12-1952, que concede o abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios"

2.ª REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1954

Aos treze dias do mês de julho de 1954, às 15.30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senador Joaquim Pires, Presidente, Senador Djair Brindeiro, e Senador Bernardes Filho, e Deputado Pessoa de Araújo, Relator, e ausentes com causa justificada os Srs. Deputado Nestor José e Benjamim Farah, reuniu-se esta Comissão Mista Especial, para emitir parecer sobre o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953 na Câmara e 381, de 1953, no Senado), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios".

E lida e aprovada sem alterações, a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Pessoa de Araújo, relator do veto, que lê seu relatório expositivo do histórico do projeto, seu andamento nas Comissões da Câmara e do Senado Federal e as razões do veto do Sr. Presidente da República, sendo o relatório aprovado e assinado pelos membros presentes.

O Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião agradece a presença de seus pares e, em particular ao trabalho apresentado pelo Sr. Pessoa de Araújo, relator do veto.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião lavrando-se, Odeon Gonçalves Leite, Secretário, a presente ata que, depois de lida e achada conforme, é assinada pelo Senhor Presidente. — Joaquim Pires, Presidente.

Comissão Mista encarregada de conhecer do veto presidencial oposto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.575, de 1952 (n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o quadro do pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências

1.ª Sessão (DE INSTALAÇÃO). REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1954

Aos treze dias do mês de julho de 1954, às 15 horas, reuniu-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre o veto do Sr. Presidente da República oposto ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, da Câmara dos Deputados e n.º 380, de 1952, no Senado), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, estando presentes os Srs. Senadores Dias Tinoco, Hamilton Nogueira e Bernardes Filho e os Srs. Deputados Lopo Coelho e Fernando Nóbrega, deixando de comparecer com causa justificada, o Sr. Deputado Osvaldo Trigueiro.

De conformidade com o art. 22 do Regimento Comum, assume a presidência o Sr. Senador Luiz Tinoco.

É procedida, em seguida, a eleição para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, tendo sido eleito para Presidente o Sr. Senador Luiz Tinoco e

para Vice-Presidente o Sr. Senador Hamilton Nogueira.

Os Srs. Presidente e Vice-Presidente agradecem a distinção de seus pares, tendo o Sr. Presidente designado o Sr. Deputado Lopo Coelho

para relatar o veto e o Oficial Legislativo Francisco Soares Arruda para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca, ainda, nova reunião da Comissão para o dia 20 do corrente, às mesmas horas, a fim de ser apreciado o parecer do

Sr. Relator.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, Secretário, lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Gaiotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landulpho Alves — Vice-Presidente
Sa. Tinoco
Julio Leite
Costa Pereira (*)
Pinto Pompeu (**)
Euclydes Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djal Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo
Secretário — Aroldo Moreira
Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Area Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclydes Vieira
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*).
3 — Augusto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (**).
5 — Apolônio Sales (**).
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Varguier.
8 — Domingos Velasco (***)
9 — Durval Cruz.
10 — Euclydes Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio (****)
13 — Pinto Aleixo.
14 — Pinto Pompeu.
15 — Vitorino Freire.
16 — Vitorino Freire (*****).
17 — Walter Franco (*****).
(*) Substituído pelo Sen. Espiridão de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituído pelo Sen. Alencastro Guimarães.
(*****) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.
(*****) Substituído pelo Senado.
Joaquim Pires.
Secretário — Evaristo Vianna, Diretor de Registro.
Reuniões às quintas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Anísio Jobim
Attílio Vivacqua.
Camilo Mercio.
Ferreira de Souza.
Flavio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mader.
6 — Keremaldo Cavalcanti
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Miller.
Auxiliar — Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georjano Avelino — Presidente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.
3 — Novais Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djal Brindeiro
6 — Mathias Olympio
7 — Assis Chateaubriand. (*)
8 — João Villasboas.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.
Secretário — J. P. Castello Branco
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Wanderlei Pedrosa — Vice-Presidente.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carlos Guimarães.
5 — Costa Pereira
Secretário — Cecília de Rezende Brites.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.
Alfredo Simon — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos
Vivado Lima.
Durval Cruz
Secretário — João Gomes de Sá
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente
3 — Nestor Massena.
4 — Vivado Lima.
5 — Djal Brindeiro
6 — Mozart Lago.
7 — Julio Leite.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclydes Vieira — Presidente.
Othon Mader — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Othon Mader.
Antonio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.
2 — Othon Mader — Vice-Presidente.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góis.
5 — Silvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — Presidente
Dario Cardoso
Francisco Gaiotti.
Camilo Mercio
Carlos Lindenberg
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira
Domingos Velasco
João Villasboas

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — Presidente
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
Othon Mader.
Rui Carneiro
Keremaldo Cavalcanti
Secretário — Italina Cruz Alves

Parlamentar de Inquérito sobre o cinento

Francisco Gaiotti — Presidente.
Mozart Lago — Vice-Presidente.
Julio Leite
Landulpho Alves
Mário Motta
Secretário — Laura Portelli

De Reforma do Código do Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Attílio Vivacqua — Vice-Presidente.
Dario Cardoso — Relator.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às sextas-feiras, às 11 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente.
Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Attílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góis — Presidente.
2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
3 — Keremaldo Cavalcanti — Relator Geral.
4 — Vivado Lima.
5 — Novais Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
2 — Ivo d'Aquino
3 — Ferreira de Souza — Relator Geral.
4 — Attílio Vivacqua
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
3 — Anísio Jobim
4 — Attílio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio
6 — Ferreira de Souza
7 — Flavio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires
10 — Olavo Oliveira
11 — Wanderlei Pedrosa.
12 — Mozart Lago
13 — Hamilton Nogueira
14 — Guilherme Moura
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Porto.
Secretário — Gloria Fernandina Brites
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — Presidente
2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
3 — Keremaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mader.
5 — Rui Carneiro
Secretário — Italina Cruz Alves

Atas das Comissões

Comissão de Segurança Nacional

7.ª REUNIAO EM 12 DE JULHO DE 1954

As quinze horas, sob a presidência do Sr. Senador Onofre Gomes, presentes os Srs. Senadores Valtier Franco, Esperidião de Farias e Roberto Glasser, ausentes com causa justificada os Srs. Senadores Pinto Aleixo, Silvio Curvo e Magalhães Barata reunem-se esta Comissão.

Lida a ata da sessão anterior, o Senhor Presidente ratifica a parte em que se refere ao parecer do Senhor Senador Magalhães Barata sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 89, de 1954, esclarecendo que este parecer fora lido por ele Senador Onofre Gomes na reunião, a pedido do relator, que o assinara previamente.

A seguir, ainda com a palavra, o Sr. Senador Onofre Gomes relata favoravelmente o Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da lei n.º 1.316 de 20 de janeiro de 1951 — Código de vencimentos e vantagens.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião deixando eu, Ary Kerner Velga de Castro, Secretário a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão. 7-7-54.

Sobre a Mesa para recebimento de emendas

Nos dias 14, 16 e 19, o Projeto de Resolução n.º 38 de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

82.ª SESSÃO EM 14 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Flavio Guimarães
- 2.º — Senador Joaquim Pires
- 3.º — Senador Onofre Gomes
- 4.º — Senador Gomes de Oliveira

ATA DA 81.ª SESSÃO EM 13 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DO SR. FRANCISCO GALIOTTI.

As 14.30 horas comparecem os Senadores Senhores:

Valério Lima — Valdemar Pedrosa — Arisio Jobim — Antônio Bayma — Alceu Leão — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Fátima de Sousa — Djair Brindeiro — Reschias da Rocha — Clecio de Vasconcelos — Carlos Lindemberg — Fátima Tinoco — Alcides Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Dario Cardoso — Costa Pereira — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Cláudio de Oliveira — Iracema Amato — Francisco Galotti — Alfredo Simch — Carlos Merello.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes Srs. Senadores Senhores. Havendo número legal está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. FLAVIO GUIMARÃES

(Servindo de 2.º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior que, por não em discussão é sem debate aprovada.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 1.º Secretário) lê o seguinte

Expediente

Ofícios:

Quatro da Câmara dos Deputados sob ns. 1.092, 1.093, 1.057 e 1.058, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 148, de 1954

(4.208-B-54, na Câmara)

Reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais-Médicos, do Serviço de Saúde do Exército, passa a ser da seguinte forma:

- 30 Coronéis;
- 100 Tenentes Coronéis;
- 134 Majores;
- 400 Capitães, e
- 100 Primeiros Tenentes.

Art. 2.º O efetivo em oficiais-generais, oriundos do Serviço de Saúde do Exército, obedecerá as disposições da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 3.º As vagas, decorrentes dos efetivos fixados no art. 1.º, serão preenchidas na primeira época de promoção, imediatamente após a data desta lei, respeitadas, contudo, as condições de necessidade exigidas pela Lei de Promoções.

Art. 4.º O interstício e o tempo de arremetimento, exigidos para a promoção, ao posto de capitão-médico, passarão a ser de 1 (um) ano.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 149, de 1954

(4.105-B-54, na Câmara)

Cria cargos nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São criados nos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, em cumprimento à Lei n.º 1.055, de 16 de janeiro de 1950, os seguintes cargos, destinados à Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, a partir de 30 de abril de 1953:

Quadro Permanente

- 1 Diretor, em comissão, padrão CC-5;
- 37 Professores catedráticos, padrão O;
- 2 Professores, padrão K;
- 1 Oficial Administrativo, classe J;
- 1 Almoxarife, classe II;
- 1 Escriturário, classe E;
- 1 Docilógrafo, classe E.

Quadro Suplementar

1 Continuo, classe F.

Art. 2.º É criada no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura 1 (uma) função gratificada de secretário, símbolo FG-6, destinada ao estabelecimento de ensino referido no artigo anterior.

Art. 3.º Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os títulos decorrentes do aproveitamento do pessoal pertencente à Escola de que trata esta lei, com efeito a partir da data do registro do respectivo termo de acordo junto Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Os demais servidores da Escola federalizada, em exercício na data do registro do termo de acordo, serão igualmente aproveitados como extranumerário-mensalista, cabendo ao Poder Executivo providenciar a respeito.

Art. 4.º Para atender às despesas decorrentes desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 12.694.850,00 assim discriminado:

	Cr\$
Pessoal Permanente ...	7.158.420,00
Pessoal Extranumerário ...	5.453.820,00
Função Gratificada ...	12.600,00
Ajuda de custo e diárias ...	70.000,00
Total	12.694.850,00

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 150, de 1954

(3.973-B-53, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.234.206.434,00, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.234.206.434,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta e quatro milhões, duzentos e seis mil e quatrocentos e trinta e quatro cruzeiros), destinada a regularizar as despesas feitas com o pagamento do abono de emergência, concedido pela Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, no exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1954

(4.110-B-54, na Câmara)

Dispõe sobre isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, para importação de aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e mais taxas, exceto a de previdência social, para importação de um aparelho de Raios X, para odontologia, usado, uma equipe para iluminação de gabinete dentário, com 4 lâmpadas, usada, e dois mil quilos de medicamentos diversos, com procedência dos Estados Unidos da América do Norte e destinados à Obra Social Redentorista, com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Os aparelhos e medicamentos de que trata o art. 1.º, com a necessária licença de importação, sem cobertura cambial, sob número 48-53-5-5, usufruirão das vantagens desta lei, ainda que tenham de ser retirados da Alfândega mediante termo de responsabilidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— Ofício S-1, de 1954, do Presidente do Conselho Federal de Economistas Profissionais, comunicando haver o mesmo Conselho deliberado transmitir ao Senado a informação de

que a escolha do Dr. Fernando de Andrade Ramos para membro do Conselho Nacional de Economia não recaiu em bacharel em ciências econômicas, nem em candidato habilitado para o exercício da profissão de economista, na forma do Decreto número 31.794, de 17 de novembro de 1952.

A Comissão de Economia, para a consideração que merecer.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Prisco dos Santos. — Georgino Avelino. — Ruy Carneiro. — Draut Ernani. — Atílio Vivacqua. (3)

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES

Alvaro Avelino. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Mathias Olympio. — Olavo Oliveira. — Kervivaldo Cavalcanti. — Francisco Portela. — Martiniano Fernandes. — Nogueira Filho. — Esperidião de Farias. — Julio Leite. — Durval Cruz. — Walter Franco. — Landulpho Alves. — Aloysio de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Sa Tinoco. — Alfredo Neves. — Pereira Pinto. — Lúcio Coelho. — Cesar Verucio. — Marcenides Filho. — Euclides Vieira. — Costa Paranhos. — Silvio Curvo. — João Vilhobas. — Vespasiano Martins. — Othon Müller. — Alberto Pasqualini. (29)

O SR. PRESIDENTE:

Ontem, após o término da hora expediente chegaram ao Senado três ofícios, datados de 10 de mês em curso do Sr. Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes aos seguintes projetos de leis, sobre os quais não se manifestou o Sr. Presidente da República no prazo constitucional:

— Projeto de Lei da Câmara número 95 de 1950, que concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000 à Associação Brasileira de Municípios;

— Projeto de Lei da Câmara número 339 de 1953 que autoriza o Poder Executivo a adquirir um terreno para construção da Escola Industrial de Aracati, Estado de Sergipe;

— Projeto de Lei da Câmara número 12 de 1954, que modifica os artigos 3.º, 2.º e 3.º do art. 11, revoga a letra d do item 1 de art. 6.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e dá outras providências.

As leis correspondentes a esses projetos foram encaminhadas à promulgação. (Pausa)

Sobre a mesa um projeto de lei de autoria do nobre Senador. (Pausa)

É lido apoiado e enviado à Comissão de Constituição e Justiça o seguinte

Projeto de Lei do Senado n.º 59, de 1954

Dispõe sobre a capacidade eleitoral

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Só poderá ser registrado candidato para qualquer pleito eleitoral quem:

- I — tiver as condições essenciais à elegibilidade;
- II — não for ineleitoral;
- III — não exercer função que o torne incompatível para disputar a eleição;
- IV — tiver direito à atividade política.

Art. 2.º As condições de elegibilidade são as seguintes:

I — na Constituição Federal para os cargos federais (artigos 33, parágrafo único e 80);

II — na Constituição Nacional para os cargos do Distrito Federal (Constituição art. 2.º);

III — pela Constituição, ou lei estadual para os cargos estaduais (Constituição art. 18, § 1.º e municipais (Constituição, art. 28, I e § 1.º).

§ 1.º A ineleitoralidade é profetizada relativamente na Constituição Federal (artigos 138, 139 e 140)

§ 2.º A incompatibilidade de cargos e funções pode ser:

I — de ação (Constituição, arts. 48, 51, 52 e 53 e 185 e 197);

II — de investidura (Constituição, arts. 48, 51, 52 e 197);

III — de exercício (Constituição, arts. 43 II 96 I e III e 197).

§ 3.º Cessa a incompatibilidade eleitoral se removida:

I — até a data do registro do candidato, no caso do n.º I do parágrafo anterior;

II — até a data da posse, no caso do n.º II do mesmo parágrafo.

§ 4.º A atividade política só é reconhecida a quem tiver o exercício pleno dos direitos de soberania por não incidência nas disposições do artigo 141, §§ 8.º e 13.º da Constituição Federal.

Art. 3.º Será cassado o funcionamento do partido que adotar, por qualquer maneira, candidatura de quem não tenha todos os requisitos para o registro como candidato, ou pertença a partido cujo funcionamento haja sido cassado pela Justiça Eleitoral.

§ 1.º A autorização, a que se refere o § 2.º do art. 43 do Código Eleitoral (Lei n.º 1.184, de 24 de julho de 1950), indispensável para o registro de candidato a qualquer cargo de membro dos poderes constitucionais da República, só será aceita se acompanhada de declaração do registrando de que não participa, nem virá a participar, de partido político ou associação de programa ou ação contrária ao regime democrático baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem (Constituição, art. 141 § 13.º).

§ 2.º A arguição, com a simultânea comprovação, na Justiça Eleitoral, de falta de condição de elegibilidade, de incompatibilidade, de incompatibilidade eleitoral, ou de fraude quanto à declaração referida no parágrafo anterior, é admissível até a expedição do diploma na eleição respectiva.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

1) A Constituição Federal de 1946 estabeleceu, no Título IV, da declaração de direitos, Capítulo I, da nacionalidade e da soberania, artigo 131, que os "seletores dos brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei".

No artigo seguinte, enumera os que "não podem alistar-se eleitores", mas não faz a disposição auto-executável, porque, conforme o artigo anterior, subordina o alistamento às exigências que a lei prescreve — "que se alistarem na forma da lei". Trata-se, na hipótese, de direito de cidadania.

Por isso, o Código Eleitoral estabelece, no artigo 33 e § 1.º como se faz a qualificação do candidato ao alistamento e a sua inscrição como eleitor, por meio de requerimento instruído por documento que prove a maioridade do requerente. Esse documento pode ser, pela letra "f" do parágrafo 1.º do referido artigo 33, "documento do qual se infira a nacionalidade brasileira originária ou adquirida do requerente", evidenciando tratar-se, no caso, de direito de cidadania.

Pode e deve a lei, entre os requisitos para o alistamento eleitoral, sempre que impugnados ao alistamento os direitos de cidadania, permitir-lhe a prova de que não está com os mesmos restritos "por exercer atividade nociva ao interesse nacional" por se achar filiado a "partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem" (Constituição, artigo 141, parágrafo 13.º).

Se a Constituição veda, na conformidade do artigo 141, parágrafo 13.º, a organização e o funcionamento de partido ou associação contrários ao regime democrático, não pode, conse-

quentemente, permitir exercem atividade política os filiados e esses partidos ou associações. E a lei, para resguardar desse objetivo constitucional, não pode, pois, assegurar ao cidadão filiado a partido, ou associação, inconstitucional, o exercício da referida atividade, nem muito menos, reconhecê-lo em condições para esse exercício.

2) Convém recordar a distinção que há entre elegibilidade, inelegibilidade e incompatibilidade, como fiz em *Dir. Político*.

A elegibilidade é a situação de indivíduo que tem todas as condições necessárias para que possa ser eleito com a simultânea inexistência de qualquer condição impeditiva de sua eleição.

A inelegibilidade é a existência de todas as condições necessárias para que o indivíduo possa ser eleito e a simultânea existência de condições impeditivas da sua eleição.

A incompatibilidade é a situação do indivíduo em condições que não podem não co-existir, isto é, que não podem existir simultaneamente, embora ele tenha todas as condições de elegibilidade e não seja inelegível.

Enquanto a elegibilidade e a inelegibilidade para a investidura em cargo, ou função pública diz respeito à capacidade, ou à incapacidade de pessoa para essa investidura, a incompatibilidade é de funções, de funções públicas entre si, ou de função pública, com determinada situação de direito, público, ou privado, previamente declarada incompatível com aquela.

A incompatibilidade eleitoral é a que se verifica quando o cidadão encontra-se em situação tal que só pode candidatar-se a determinada função eletiva renunciando, previamente, no prazo que a lei fixar, a condição que não pode co-existir com a eleição.

3) Pela Resolução n.º 4.331, no processo 2.761, do Estado da Paraíba, publicado na sessão de 3 de abril de 1952, o Tribunal Superior Eleitoral estabelece inelegibilidade para Vice-Prefeito, quando a Constituição, que torna a inelegibilidade matéria constitucional, não prevê, por não prever, sobre inelegibilidade do Vice-Prefeito. Já no Acórdão 678, no Recurso n.º 1.625, do Estado de Minas Gerais, publicado em sessão de 27 de dezembro de 1951, o Tribunal Superior Eleitoral admitiu inelegibilidade de Vice-Prefeito, não a proclamando, todavia, por não alegada na ocasião do registro do candidato.

Ora, nem o Poder Legislativo, nem a Justiça Eleitoral, podem criar casos de inelegibilidade, restritos de direito de natureza constitucional e inampliáveis por lei ordinária, ou por decisão judicial.

4) Tratando-se, porém, de inelegibilidade constitucional, não pode desaparecer pelo fato do registrado candidato nela incidente sem a impugnação no momento do registro. O registro do candidato presuppõe ter sido o mesmo feito adstrito às condições legais exigíveis para a sua homologação. A fraude no registro não pode dar legalidade, ou juridicidade, ao que não é legal ou jurídico.

5) Já o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no Acórdão 24.090, no Processo 597, de 12 de março de 1952 (Revista Eleitoral, ano II, volume VII, ns. 3 e 4, página 208), bem considerou:

"Este Tribunal tem entendido reiteradas vezes que o Código Eleitoral abriu exceção à regra da preclusão quando no artigo 170, alínea a, admite que o recurso contra a expedição de diploma versa também a inelegibilidade do candidato. Se a preclusão, pela natureza das palavras manifestação do recurso contra o registro, apaga-se a inelegibilidade, não teria sentido algum o

artigo 102, § 3.º do Código, segundo o qual não se contam votos dados a candidatos inelegíveis, pois o registro os tornaria a todos francamente elegíveis.

Versando a arguição de inelegibilidade em recurso contra a diplomação, alguns arestos, até mesmo do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, têm feito distinção acerca do momento em que a inelegibilidade se positiva, para encerrar apenas os casos de inelegibilidade superveniente ao registro.

Era jurisprudência assente na vigência de lei anterior (v. Resolução 1.533, de 15 de fevereiro de 1947) e reiterada ainda agora a propósito dos candidatos a deputado que aceitaram secretarias de Estado no interregno entre a eleição principal e as eleições suplementares, que as condições de inelegibilidade preexistiam ao pleito. Isto vale dizer, *data venia*, que não há inelegibilidade superveniente.

Outras considerações devem ser apresentadas, de maior relevância.

A inelegibilidade é matéria constitucional e os dispositivos que lhe dizem respeito, como todos os de natureza constitucional, envolvem preceitos inafastáveis, que se não gastam e nem se esauram. Os mandamentos constitucionais estão sempre presentes, a imperar, enquanto a soberania da Nação não determinar de outro modo. As mesmas contidas na Constituição, qualquer que seja a natureza delas — adverte Lúcio Bittencourt — participam indistintamente do seu caráter obrigatório e supremo. (Cir. O Controle Jurisdicional de Constitucionalidade das Leis, pág. 59).

Todo ato inconstitucional com a Constituição, seja emanado do Legislativo, do Executivo e do próprio Judiciário, é ato inconstitucional, ato nulo, ato impotente, que pode ser revogado a qualquer tempo. A presunção da Constituição é a essência do regime político que nos governa de tal sorte que "a longa prática ou o costume tradicional não podem fazer convalescer o ato cuja inconstitucionalidade com a Constituição for manifesta" (Lúcio Bittencourt, pág. 120). Por isso mesmo proclama o citado monografista — a inconstitucionalidade é imprescritível, podendo ser declarada em qualquer tempo.

Vem a pélo as palavras do ilustrado Desembargador Meireles dos Santos, atual Presidente do Tribunal de Justiça deste Estado, no luminoso acórdão que encerrou ação tendente à equiparação de vencimentos dos Desembargadores aos dos Secretários de Estado, por imperativo constitucional. Reafirmando a prescrição argüida pela Fazenda, observou S. Ex.ª:

"Uma vez que a relação de direito que aquele dispositivo consagra é, por sua natureza, permanente, o tempo para o exercício da ação, que a deve assegurar, durará tanto quanto ela. Direito de tal ordem não pode extinguir-se."

As leis que dizem respeito à ordem, à moralidade e à segurança das vantagens, de todo o corpo social, escreve Pontes, têm o caráter elevado e estão acima do interesse privado e impõem-se aos cidadãos como norma absoluta e impreterível. Não se extinguem por transcurso de tempo ou as obrigações que geram. (Revista dos Tribunais, 193-209, ns. 7 e 16).

O que disse sobre prescrição se aplica perfeitamente à preclusão. A inércia de partidos ou de indivíduos que não impugnaram as inelegibilidades não reverteram do respectivo caráter, não tem virtude de que a situação frontalmente contrária e incompatível com a Constituição permaneça o impedimento.

Assim, a desistência do registro não anula a inelegibilidade, que permanece e produzirá os seus efeitos no processo eleitoral, tal

como se procede relativamente a todo o ato inconstitucional."

6) Quanto ao projeto de lei de emergência sobre matéria eleitoral recém-aprovada pelo Senado, dispondo, sobre o não convalescimento de registro de candidato sem os requisitos necessários, que esse registro não prevaleça nem se torna válido quando inelegível, portanto, irreversível o caráter consagrado de fraude comprovada, não foi aceita emenda nesse sentido por se tratar de norma permanente a ser considerada em projeto de lei sem o caráter de emergência daquela.

7) E assim que se justifica este projeto de lei.

Sala das Sessões, em 13 de julho de 1954. — *Nestor Massena*.

O SR. PRESIDENTE:

Fica sobre a mesa, para o eventual recebimento de emendas, nos dias 14, 15 e 16, de acordo com o Regimento Interno, o Projeto de Resolução n.º 38, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes. (Pausa).

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, primeiro orador inscrito.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi registado pelo orador) — Sr. Presidente, entre as conclusões da última Conferência dos Chanceleres, realizada em Caracas, uma há, de real importância que merece ser permanentemente considerada nesta Casa: é aquela que diz respeito à vigilância que deve ser exercida em relação ao chamado Comunismo Internacional.

Nem dos admiráveis artigos publicados semanalmente no Diário de Notícias, o ilustre pensador brasileiro, filósofo e crítico Sr. Tristão de Athayde analisando recentemente essa conclusão e, também, a proposta apresentada pelo Delegado da Guatemala, Sr. Toriello, afirmando: É claro que todos reconhecem a importância do combate ao Comunismo Internacional e, consequentemente, da vigilância que deve ser exercida em relação à atividade constante da Rússia Soviética e, também, dos países comunistas, que estão por trás da cortina de ferro.

Sustentará, entretanto, o brilhante escritor que mais realista era a posição do Delegado da Guatemala, quando, igualmente acentuava a vigilância que se deve ter para com o neo-fascismo e os regimes fascistas, que se estão instalando na América do Sul.

Sr. Presidente, vamos hoje ter considerações sobre a vigilância ao Comunismo Internacional.

Ainda não há a fórmula dos trabalhos da X Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas; conheço apenas as condições de maneira que ignora ter havido uma definição de que seja Comunismo Internacional.

Para mim, o Comunismo Internacional é aquele que se coloca principalmente no plano político, isto é, aquele que se exerce por meios políticos através das legações diplomáticas e, principalmente da espionagem, procurando estabelecer um elo entre os partidos comunistas existentes no Amador do Sul na clandestinidade como é o caso do Partido Comunista Brasileiro, ou na legalidade.

Sr. Presidente, esses votos e essas conclusões não devem ficar apenas no campo das palavras. É indispensável vigilância e mais do que isso: coragem de enfrentar o comunismo internacional e neutralizá-lo a todo o custo.

No Brasil existe indubitavelmente uma ação comunista internacional.

Há dois anos, nesta Casa, o nobre Senador Carlos Lindenberg proferiu discurso mostrando e provando a atividade comunista exercida pela Legação da Tchecoslováquia.

Pronunciou, posteriormente, vários orações fazendo prova da ação coberta, ostensiva, daquela Legação e, também da da Polónia. Exibiu documentos e revistas publicações em polonês, no Estado do Paraná.

Assim, ficou mais que provada a existência da propaganda internacional comunista implantada nas sedes das aludidas legações. Não houve, entretanto, da parte do Poder Público qualquer medida eficiente para colibi-la. A única providência tomada na época, pelo Ministério das Relações Exteriores, foi lamentável, visto como, podendo ser levada a efeito por outra forma, vilou as imunidades das representações diplomáticas credenciadas em nosso País.

Nestas condições, o Governo Brasileiro nada fez em relação ao comunismo internacional. Com o auxílio da imprensa carlosa e paulista, entretanto, conseguimos reduzir a ação do comunismo, pelo menos na parte referente a propaganda. Os boletins oficiais que todos recebíamos passaram a conter, apenas, propaganda comercial. A parte política foi relegada. Certas publicações em língua polonesa como a revista *Siewca*, O Semeador, que se edita em Curitiba suspenderam as atividades durante um ano.

Atualmente, no entanto, verifica-se nova ação do comunismo internacional no Brasil, veiculada pelas mesmas legações dos países atrás da cortina de ferro. Os boletins, que se haviam transformado em instrumento de propaganda comercial, voltaram a pregação do comunismo, tanto em língua portuguesa como no idioma das respectivas nações.

E tudo ocorre com a maior tolerância de nosso Governo. Sabe da existência dessas revistas mas não toma a menor iniciativa no sentido de advertir aquelas repartições diplomáticas de que estão agindo a marem dos preceitos reguladores na vida internacional das relações entre os países.

Verifica-se, entretanto, um paradoxo: o Governo brasileiro, através da política política, não permite — e faz muito bem — a propaganda comunista, quando contrária a nosso regime, tenta destruir a nossa democracia; quando fere a nossa Carta Magna. Por isso, assistimos diariamente a prisão e o crescimento de comunistas militantes.

O comunismo internacional, entretanto, tem toda liberdade em nosso país; pode agir francamente. E é o mais perigoso, porque atua com segurança através da Embaixada russa em Montevideo.

Tenho recebido, de quase todos os Estados do Brasil, publicações comunistas em português emanadas — pelas palavras de uma nota — da Embaixada Soviética na Capital brasileira, a qual supervisiona as Legações da Tchecoslováquia e da Polónia.

Entre o seu pessoal há técnicos em espiagem. Estou informado, por pessoa ligada ao Governo brasileiro mas cujo nome não posso declarar de que as nossas Forças Armadas não temem que os espiões poloneses e tchecos possam ter relação completa de tudo quanto se passa no Exército, na Aeronáutica e na Armada do nosso país; sabem o que temos e o que não temos. Para quê? Precisamente para ir preparando a revolução comunista internacional e, mais tarde, obterem o anelo decisivo dos comunistas brasileiros — se é que podemos denominar brasileiros a cidadãos que colocam a União Soviética e a fidelidade ao atual ditador da Rússia acima do regime democrático em que vivem e da terra que os viu nascer.

Estas considerações são importantes nesta hora gravíssima da política brasileira, em que vemos o Sr. Getúlio Vargas de namoro com o comunismo.

Não há dúvida de que o Sr. Getúlio Vargas, em nenhuma época teve doutrina definida. Adotou sempre e apenas a do chamado *fiquismo* a do *fique, fique e fique*. A maneira de realizá-la é, naturalmente, de acordo com a corrente dominante na época.

Se remontarmos à vida parlamentar de S. Ex.^a, verificaremos coisas fantásticas. A sua posição em face do ensino religioso, por exemplo, mudou com o correr do tempo. Antes no particular, louvo-lhe a mudança. Em 1946, quando se tentava uma reforma da Constituição de 1941, surgiram as chamadas emendas religiosas.

O Sr. Getúlio Vargas, àquela época, era militante no Congresso, política rara nas hostes de S. Ex.^a. Os seus intimos não frequentam o Parlamento, de forma que essa atitude está ligada a clan getulista. S. Ex.^a, como Senador, compareceu apenas 16 vezes; o Sr. João Goulart, quando Deputado à Assembleia Estadual do Rio Grande do Sul, uma só vez esteve presente às sessões; e, agora como Deputado federal, só apenas duas vezes foi à Câmara, segundo me informaram.

Mas, àquela época, fizia eu, o Sr. Getúlio Vargas frequentava o Congresso Nacional, e, então, se notou ardentemente contra a instituição do ensino religioso no Brasil.

Nesse sentido S. Ex.^a evoluiu. Não negamos que foi ao seu governo, quando Ministro da Educação, o Sr. Francisco Campos, que, pela primeira vez, se admitiu o ensino religioso nas escolas brasileiras.

Na órbita política, porém, a mudança é constante. Poderíamos aproveitar, no caso, aquelas palavras de doutrina bergsoniana "vir a ser". A doutrina política do Sr. Getúlio Vargas está sendo *in fieri*; já não é constituída, mas, sim, constituída e com ponto de interrogação.

Em 1937, houve ambiente internacional e nacional para a chamada direita. Era a doutrina da luta da violência, contra o regime democrático, e o Sr. Getúlio Vargas se aproveitou da circunstância.

Mais tarde, depois do regime ditatorial, em que se demonstrou "socialista e germanófilo, passou S. Ex.^a a partidário das Nações Unidas. Todos se recordam de que antes do glorioso 29 de Outubro de 1945, havia a peregrinação dos comunistas e comunistas ao Rio de Janeiro. Pregava-se a "Constituinte com Getúlio Vargas". S. Ex.^a recebia os comunistas e os saudava.

Houve o movimento de 1945; posteriormente, a ordem legal, o povo não constituído, o Congresso livre a liberdade de opinião, através da imprensa, do rádio e da tribuna. Sucedeu-se o governo tranqüilo do Sr. Eurico Gaspar Dutra; e depois, então, a volta do Sr. Getúlio Vargas.

Não cabe mais estudar o que já foi analisado e estudado. Voltou o Sr. Getúlio Vargas e, com ele, a inquietação no país.

No princípio, houve o seu namoro com a esquerda. Verificou-se, porém, reação das classes armadas, com a segunda eleição do Clube Militar, em que a famosa "hora crítica" derrotou a orientação pelo Sr. Estilac Leal, evidentemente um nome da esquerda democrática.

Parecia, então, que o Sr. Getúlio Vargas se voltaria para a direita. Todos temiam que essa força estava se firmando, quando surgiu o Getúlio pequeno — o Sr. João Goulart — com toda a técnica de seu mestre, provocando a transição acalorada que determinou uma revolução em 1964. No Brasil, não era o célebre Manifesto dos Coronéis.

O fato de ter havido um churrasco, já aqui comentado não quer dizer que aquelas idéias não se manifestem.

Correu a nomeação do atual Ministro da Guerra, conhecido como homem direito. Pelo momento, que mais de perto lidavam com S. Ex.^a, diziam que não tinha muito amor a democracia. Minha opinião a respeito de S. Ex.^a é diferente: considero-o um democrata. Tinha também a certeza de que era um desses homens de posição anti-comunista, que aliás não aceito, igual a do General MacArthur e do Senador Mac Carthy, nos Estados Unidos, que tem obsessão pelo comunismo. Vê tudo comunista; vê cada pessoa um comunista.

Ainda recentemente, o Bispo Auxiliar de Chicago, analisando a ação do Senador Mac Carthy, chegou a conclusão de que há exagero naquela ação anti-comunista.

Anti-comunista todos somos; os moldes é que são diferentes. Acentuava então o ilustre prelado que entre 200 pessoas indicadas como comunistas, um inquérito minucioso apontou somente uma. Esta se criticando o que sucedeu no Brasil naquela fase de reação intensa: houve uma série de acusações, e depois vieram as absolvições. Faltaram provas conclusivas de que os indigitados eram realmente comunistas.

Cito estes fatos para demonstrar que houve uma volta do Sr. Getúlio Vargas para a direita; após, com o aparecimento do Sr. João Goulart, uma volta para a esquerda, estabelecendo nova reação. Entretanto, nesta hora, como tenho afirmado várias vezes, está o Governo de mãos dadas com os comunistas para realizar, na prática, a sua doutrina do *fiquismo*. Não tenhamos o menor receio de afirmar os fatos com a clareza necessária, com a clareza com que devem ser afirmados da tribuna do Senado e da Câmara, porque é a tribuna essencialmente política. Se aqui não tratarmos de política, não sei onde iremos fazê-lo. Dête recuento de fatos para a nação inteira. Não resta a menor dúvida, de que, no âmbito do *fiquismo* do Sr. Getúlio Vargas está se verificando a sua tentativa de clivagem de todos os movimentos estaduais, principalmente naquilo que chamamos de esquema *Estelion* Lins em que eu reconheço de minha parte, do ponto de vista pessoal, que esse esquema será a salvação da democracia no Brasil. E é nesse sentido que estão sendo feitos acordos, como aconteceu com a candidatura do General Cordeiro de Farias, em Pernambuco, e como estamos fazendo no Distrito Federal, em que um candidato do PSD, o ilustre coronel Gilberto Marinho é meu aliado no UDN, como o é de outros partidos. Esse sistema foi elaborado para salvar o Brasil dessa onda populista. Estamos vendo, entretanto, a ação do Sr. Getúlio Vargas na clivagem da eleitoração desse esquema nas diversas regiões do país, porque ele pretende fazer um Congresso Nacional. Para quê? Para uma reforma constitucional. Em que sentido? A fim de ser eleito, não diretamente pelo povo e, sim, pelo Congresso Nacional. E é por essa razão que ele disse — estou certo de que S. Ex.^a assistirá a próxima eleição, não somente a outra — ter esperança de que a composição do Congresso seja feita a seu modo. Mas para realizar seu plano só pode contar, realmente, com aqueles que se iludem constantemente com suas promessas.

Antigamente, seus administradores a princípio iam aos comícios de palácio; depois, não tendo mais dinheiro, iam em manga de camisa e grata de dinheiro, já se apresentavam; mais tarde, continuando a falsear gravata, apesar da condução para compreenderem aos comícios. Hoje, eles não mais são feitos assim.

Os omícios são representados por pessoas que vão ao Catete e levam um manifesto com cem mil assinaturas, em vez de irem ao Vassó, pois não têm dinheiro, sequer, para o bônus. É claro que muitos deles estão desiludidos com o "pai dos pobres", que tornou os ricos mais ricos e os pobres pauperíssimos, miseráveis mesmo.

Sempre existe, porém, uma parte da massa que se ilude, tal como que ia ao Coliseu Romano, esqualida, sacrificada e que, não obstante, clamava: *Ave, Caesar moriuri te saluati*. Assim, o Sr. Getúlio Vargas conta com essa massa, colita nas forças anti-democráticas, no sentido de implantar uma democracia mais humanista. Ele quer estabelecer a democracia popular que tem por base a chamada "democracia sindicalista". E é por essa razão que estamos presenciando que a representação de quase todos os partidos populistas e feita pelos presidentes dos sindicatos a por agitadores profissionais, como pôrto, que V. Ex.^a, Senador Gaiotti, o que age atualmente no caso do neste momento na presidência, disordem ali reinante, cujo nome não gii tão bem. O responsável pela dequero declinar desta tribuna, e, hoje, candidato, se não me engano, a deputado.

Do lado dessas forças que procuram destruir o regime democrático estão os elementos populistas e bem assim o apoio financeiro comunista. Sacrificando os altos interesses da nação, o Sr. Getúlio Vargas passa a ficar de namoro com os comunistas, quando não lato não se toierem. O que acontece entre o comunismo e o Sr. Getúlio Vargas é a mesma coisa que se deu entre o peronismo e o Partido Comunista, na Argentina. Em 1946, desta tribuna, manive várias polémicas com o Senador Carlos Prestes e maliciosamente perguntava a S. Ex.^a, por que razão ele, que o fascismo, que encarna o regime de defenda a liberdade não era contra Peron?

E que Peron está ao lado dos trabalhadores, de maneira que o peronismo liderava o comunismo para liquidar a chamada burguesia argentina; por outro lado, os comunistas se apresentavam como trabalhadores de Peron para sua campanha internacional. Possuo um livro, que descrevia trazer hoje ao conhecimento do Senado, mas não me foi possível por não tê-lo encontrado. Noutra oportunidade, trarei esse livro e citarei alguns trechos. Nêle se demonstra que o plano comunista internacional, na América Latina, aproveitava-se da ação delinquente, desviada, feita pelo peronismo, na Argentina e no Brasil, por Getúlio Vargas não reconhece compromissos. Já se utilizam das outras ness destruição lenta e contínuo de burguesia.

Quero, porém, adretrir a Nação precisamente desta tolerância do governo, tolerância realmen e crimiosa. E não se venha aqui dizer, como afirmaram quando denunciámos os compromissos que Peron assumira com Getúlio Vargas e vice-versa, que tudo não passava de fantasia, quando todos sabemos que era realidade.

De repente, ninguém mais falou nesse "affaire" Peron — Getúlio Vargas, porque Getúlio Vargas tem a habilitade de quando atacado de um lado, lança uma cortina de fumacê e escar-se para outro. Para desparar surgiu o salário, mimmo, e todos passaram olhar o novo problema do asento social, econômico e político e esqueceram-se do "affaire" Peron.

Não se venha dizer que não há tolerância do governo para o comunismo internacional. Há tolerância, e até carinho em tratar essa zente porque se o Brasil fosse país em que o governo cuidasse dos interesses fundamentais da Nação, não permitiria a ação intensa dos comunistas internacionais. Não digo, houvesse ruptura

de relações, inicialmente; mas os indivíduos que não cumprem os princípios de ética internacional deveriam ser considerados pessoas não gratas ao nosso governo, proibindo-se-lhes também a publicação de boletins como o que tenho em meu poder.

O ano passado apresentei requerimento ao Senado pedindo algumas informações ao Ministério das Relações Exteriores, e indagava se as legações do Brasil nos países da cortina de ferro, faziam publicações nas línguas daqueles países e em português, nas propagandas do nosso regime democrático. A resposta foi que o Brasil não tem uma só publicação, um só boletim circulando nesses países; mesmo porque, não há permissão para tais publicações, assim como para viagens pelo interior.

No Brasil, Sr. Presidente, não só se goza de franca liberdade, como é facultada a penetração dessas propagandas pelo interior, sobretudo nos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde existem estações clandestinas de rádio, em aividade intensa e permanente, com o conhecimento do governo, através de sua polícia política.

Há dois anos, nest Casa, ao comentar um discurso pronunciado pelo Governador Lucas Garcez, em uma festa oferecida pela *Tribuna da Imprensa*, em que S. Ex.^a se colocava em posição anticomunista, perguntou-lhe desta tribuna — e até hoje não tive resposta — por que razão não permitiu a publicação do material de propaganda comunista apreendido em São Paulo. É possível que agora S. Ex.^a não possa fornecer se não o fez, na ocasião, foi por estar ligado ao Senhor Ademir de Barros, que também mantém seu *flirt* com os comunistas, com o propósito de incorporá-los às suas fileiras políticas.

A situação do Brasil neste momento em que há ação permanente dos comunistas internacionais, com auxílio de militares brasileiros filiados à causa, e em que o próprio Governo os envia a ocupar os mais altos postos de comando, é realmente muito grave. Se o Governo brasileiro não pode estar vigilante, que fiquem o povo e a Nação de sobrelavio, não somente contra a atividade dos comunistas internacionais, mas em face do namoro do Sr. Getúlio Vargas com os comunistas. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE.

Continua a hora do Expediente. Com a palavra o Sr. Flávio Guimarães, segundo orador inscrito.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES, PRONUNCIANDO DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Nestor Massena.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Para explicação pessoal) — (Lá o seguinte discurso): — Sr. Presidente. O nobre Senador Gomes de Oliveira sensibilizou-se, conforme manifestou-se, ontem, da tribuna do Senado, com a expressão de meu uso, em comentário sobre o salário mínimo, a ele referente — "afan de defender o governo".

Não houve de minha parte o mínimo propósito de atribuir ao vocábulo *afan* sentido que pudesse melindrar ao digno embaixador de Santa Catarina e brilhante representante do Partido Trabalhista Brasileiro. Segundo se lê em Cândido de Figueiredo, *afan* significa cuidado, trabalho, como *afanoso* é o que se acha cheio de trabalho. Foi, pois, com a significação de o trabalho de defender o governo que usei o referido vocábulo.

Não creia S. Ex.^a que eu pudesse ter em mente atribuir-lhe propósitos menos confessáveis, o que seria de todo desalmoso, ao me referir, pelo

modo que o fiz, à sua atitude, manifestando-se de acordo com o ato do governo de fixar as novas tabelas do salário mínimo. E, se o declarei "precipitado" nessa manifestação, com o brilhante trabalho a que se entregou sobre o assunto, dei, também, à palavra *precipitado* a significação, que realmente possui, de apressado, no sentido de que, sendo relator de projeto de minha autoria sobre a matéria, antecipei-me, adiantou-se ao seu parecer com o emitir da tribuna do plenário, conceitos que ainda não eram do conhecimento da Comissão que deveria conhecer do parecer de Sua Excelência. Evidentemente, isso não constitui censura, mas, apenas, registrava o fato.

Seja como for, quero manifestar ao ilustre Senador por Santa Catarina as minhas sentidas excusas pela má-gua que, sem intenção de o fazer, com as minhas expressões (talvez, no conceito de S. Ex.^a, mas empregadas, causei a tão distinto colega, pois, repito, jamais me passou pelo pensamento molestá-lo de qualquer forma.

O Sr. Gomes de Oliveira — Muito grato a V. Ex.^a pelas gentis expressões. O nobre colega está interpretando a palavra no sentido mais benigno. Tive, porém, no momento, a impressão de que significava algo menos agradável. Seria, não apenas trabalho, esforço, mas, também, ansia — sentido, aliás, que Cândido Figueiredo lhe empresta.

O SR. NESTOR MASSENA — V. Ex.^a tem toda a razão nesta afirmativa.

Estou apenas esclarecendo o sentido com que empreguei o termo.

O Sr. Gomes de Oliveira — Agradeço a explicação generosa e amável de V. Ex.^a.

O SR. NESTOR MASSENA — É esta, *sans rancune*, a explicação que devo e dou, com sinceridade, ao nobre Senador Gomes de Oliveira, a quem rogo aceita-la cordialmente como homenagem do alto aprego que lhe devo e não lhe posso recusar. — (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Cumprida a diligência assentada na sessão de ontem, quanto à redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, votado em regime de urgência a Mesa vai submetê-la à discussão e votação.

Em discussão (Pausa). Não havendo quem queira usar da palavra, dou-a por encerrada.

Em votação. (Pausa).

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

É aprovada a redação final constante do seguinte

PARECER N.º 525, DE 1954

Redação final das emendas ao Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 366, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 7 de julho de 1954. — Joaquim Pires Presidente. — Costa Pereira Relator. — Waldemar Pedrosa. — Carvalho Guimarães.

ANEXO AO PARECER N.º 525, DE 1954

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil (tese... cujo movimento e exigência de diploma de curso superior ou defesa de tese, e dá outras providências.

Emenda n.º 1

Ao art. 1.º (Emenda n.º 4): Suprima-se, neste artigo, a palavra: "...atuais..."

Emenda n.º 2

Ao art. 1.º e seu § 2.º (Emenda n.º 6): Suprimam-se, no corpo do artigo, as seguintes palavras: "...ou defesa de tese..."

Suprima-se o § 2.º

Emenda n.º 3

Ao art. 2.º (Emenda n.º 18): Substitua-se este artigo pelo seguinte:

"Art. 2.º Os cargos e funções de que trata o artigo anterior são (transmigrados em cargos ou funções isoladas do padrão "O", ou referência 31, quando exigido para seu provimento diploma de curso superior de duração igual ou maior de 3 (três) anos."

Emenda n.º 4

Ao art. 2.º (Emenda n.º 17): Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:

"Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos ou funções com situação regulada por lei especial, cujos vencimentos correspondentes sejam iguais ou superiores aos consignados nesta lei."

Emenda n.º 5

Ao art. 3.º (Subemenda à Emenda n.º 21):

Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:

§ 1.º Os atuais funcionários inteiros que ocupem, ininterruptamente, há mais de 2 (dois) anos, cargos a que se refere o art. 1.º da presente lei, serão efetivados mediante a prestação de concurso de títulos."

Emenda n.º 6

Ao art. 3.º (Subemenda à Emenda n.º 21):

Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:

§ 2.º Os cargos ou funções de técnicos de laboratório especializados para os quais se exige o diploma de curso superior e que estiverem sujeitos dos pelos mesmos ocupantes há mais de 3 (três) anos em caráter interino, serão preenchidos por concurso de provas ou de títulos, realizado na própria repartição."

Emenda n.º 7

Ao art. 4.º (Subemenda às emendas ns. 24 e 25):

De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 4.º Estendem-se aos Bibliotecários e Pesquisadores do Instituto Osvaldo Cruz, portadores de diploma de cursos superiores, os benefícios desta lei."

Emenda n.º 8

Ao art. 5.º, § 2.º (Subemenda à Emenda n.º 23):

No § 2.º, onde se diz: "...com as concedidas no art. 143, itens II e XI..."

Diga-se: "...com as previstas no art. 145, item II..."

Emenda n.º 9

Ao artigo 5.º (Subemenda à Emenda n.º 23):

Acrescente-se a este artigo o seguinte parágrafo:

§ 3.º Aos professores catedráticos de estabelecimento de ensino da União quando afastados do magistério, em virtude do exercício de cargo eletivo ou de outro cargo em comissão ou temporário, incompensável com o exercício do catedra e assegurado o disposto neste artigo."

Emenda n.º 10

Ao art. 5.º (Subemenda à Emenda n.º 23):

Suprima-se este artigo.

Emenda n.º 11

Ao art. 9.º (Emenda n.º 64): Suprima-se este artigo.

Emenda n.º 12

Ao art. 10 (Emenda n.º 65): De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 10. Os servidores aposentados ou em disponibilidade, nos cargos ou funções referidas no art. 1.º desta lei, terão os seus proventos revistos, na forma da letra c, *in fine*, do artigo 182 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952."

Emenda n.º 13

Ao art. 11 (Subemenda à Emenda n.º 68):

De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 11. Os padrões ou referências, aludidos no art. 2.º, são extensivos aos funcionários cujas prestações de serviços mediante acordo entre a União e os Estados e para os quais se exija diploma de curso superior."

Emenda n.º 14

Ao art. 12 (Emenda n.º 73): Suprima-se este artigo.

Emenda n.º 15

Ao art. 14 (Emenda n.º 9 — 4.ª parte):

Onde se diz: "...Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros)..."

Diga-se: "...Cr\$ 631.000.000,00 (seiscentos e trinta e um milhões de cruzeiros)..."

Emenda n.º 16

Onde convier (Emenda n.º 85):

Acrescente-se este artigo:

"Art. ... Os servidores portadores de diploma de curso superior e que tenham estado no efetivo exercício das profissões em que são diplomados no ano de 1953, nos serviços das repartições a que pertenciam, serão incluídos nos cargos ou funções de que trata o art. 1.º desta lei para os efeitos do seu art. 2.º"

Parágrafo único. Os atuais e antigos do Plano Postal Telegráfico do Departamento dos Correios e Telégrafos serão incluídos no quadro de Engenharia do Quadro III. Parte Permanente do Ministério da Viação e Obras Públicas."

Emenda n.º 17

Onde convier (Subemenda à Emenda n.º 90):

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. ... Sem prejuízo do disposto no art. 5.º, os cargos de professores catedráticos do magistério superior e do Colégio Pedro II terão os vencimentos mensais de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros)."

Emenda n.º 18

Onde convier (Emenda n.º 92):

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. ... Terão, também, os mesmos direitos conferidos por esta lei os servidores aposentados ou em disponibilidade, uma vez que possuam diploma de curso superior de duração de 5 ou mais anos e que já tenham exercido o magistério superior do País."

Emenda n.º 19

Onde convier (Subemenda à Emenda n.º 98):

Acrescente-se o seguinte artigo:

"Art. ... São extensivos aos membros do magistério superior do ensino, não incluídos no art. 1.º da presente lei, as gratificações quinzenais estabelecidas no art. 5.º, e na ressalva de seus parágrafos, calculados sobre os atuais vencimentos."

O SR. PRESIDENTE.

As emendas serão encaminhadas à Comissão dos Deputados.

Nos termos do art. 39, § 1.º do Regulamento Interno, designo o Sr. Senador

do Sr. Prisco dos Santos para, naquela Casa do Congresso, acompanhar o estudo das referidas emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotada a prorrogação do expediente, passa-se à

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1954, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, na Itália, o curso de Comandante de Pelotão, Sargento ou equivalente os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e de outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 88, de 1954, favorável; II — Sobre as emendas apresentadas: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário oralmente na sessão de 18-5-54; contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário oralmente na sessão de 12 de julho de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

A votação começará pelas emendas. Em votação a emenda n.º 1. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 1

Acrescente-se onde convier:

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data em que completar três (3) anos de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 2. Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 2

Art. 4.º e seu parágrafo: Suprime-se.

O SR. PRESIDENTE:

Emenda n.º 3. O parecer da Comissão de Segurança Nacional propõe que constitua projeto em separado; o da Comissão de Finanças e contrário; o da Comissão de Constituição e Justiça, favorável. A Mesa vai consultar o plenário sobre a sugestão da Comissão de Segurança Nacional.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, V. Ex.ª declarou que os pareceres a esta emenda são favoráveis ou contrários?

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Finanças é contrário, o da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade, e a Comissão de Segurança Nacional pelo sentido de que a emenda constitua projeto separado. A Mesa irá imediatamente consultar o Plenário sobre esta sugestão.

O SR. DARIO CARDOSO:

Sr. Presidente, desde que a Mesa vai submeter a votos, não a emenda, mas a sugestão da Comissão de Forças Armadas, para que a emenda constitua projeto separado, para a V. Ex.ª, manifestar-me se a Comissão de Forças Armadas se manifestou sobre o mérito da emenda.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Pela ordem) Sr. Presidente, tenho a impressão de que o nome Senador Dario Cardoso está equivocado. Relator do projeto e emendas na Comissão de Segurança Nacional e o meu parecer são que esta emenda constitua projeto separado foi aprovado.

Pediria à Mesa que procedesse à retificação da inscrição do nome de vista da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

Consta do parecer do nobre Relator da Comissão de Segurança Nacional o seguinte:

"Senão conveniente tender-se a que completarem os cursos de Comandante de Pelotão, Sargento ou equivalente, posteriormente ao término da guerra, em sua segunda fase, a Comissão de Segurança Nacional opina que a emenda se destinasse para que constitua projeto em separado, para não atrasar andamento do Projeto n.º 337 de 1954."

Ai está a resposta à questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Dario Cardoso.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Pela ordem) Sr. Presidente, estou satisfeito com a explicação que V. Ex.ª acabou de dar-me. Devo declarar em grandeza que o nobre Senador Onofre Gomes não tem razão quando afirma que houve equívoco. Realmente, não há equívoco de minha parte. O que há é o seguinte: quando uma comissão técnica se mantém sobre determinada emenda opina favorável ou contrária. Quando porém, opina a respeito de que a emenda constitui projeto separado, e porque, no âmbito da comissão, não há acordo com a emenda e foi estabelecido o que V. Ex.ª acabou de demonstrar ao plenário tendo o parecer do eminente colega Senador Onofre Gomes.

Acam a Comissão de Forças Armadas e favorável à emenda; porém, para não atrasar a marcha do Projeto, o seu eminente relator aconselha que ela, embora necessária e útil, constitua projeto separado. Essa é a razão por que levantei a questão de ordem. Eu gostaria, mais que a Mesa me informasse se, baseada na sugestão de constituir projeto separado, a emenda será submetida à apreciação do Senado, para aprovação ou rejeição.

São as explicações que desejo obter de V. Ex.ª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Sendo a Comissão de Forças Armadas favorável à emenda, está posta a votação, para aprovação ou rejeição. Em votação a emenda n.º 3.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, V. Ex.ª anunciou a votação do requerimento para que a emenda constitua projeto separado?

O SR. PRESIDENTE — A sugestão constante do parecer da Comissão de Forças Armadas é no sentido de que a emenda constitua projeto separado. Esse destaque que está em votação no momento.

O SR. MOZART LAGO — Obrigado V. Ex.ª pelo esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores Senadores que aprovam o destaque sugerido pela Comissão de Forças Armadas para que a emenda n.º 3 constitua projeto em separado, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O SR. CARLOS LINDENBERG:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação de votação requerida pelo nobre Senador Carlos Lindenberg.

Queiram levantar-se os senhores Senadores que votam a favor do destaque. (Pausa)

Queiram sentar-se os senhores Senadores que o aprovam e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa)

Votaram a favor do destaque 13 senhores senadores e contra 9.

Não há número. Vai-se proceder à Chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Arca Leao — Joaquim Gues — Onofre Gomes — Georgino Apolinário — Ruy Carneiro — Draulic Jrnani — Ulysses Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Carlos Lindenberg — Luiz Tinoco — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Dario Cardoso — Costa Pereira — Flavio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio — (26).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 26 Senhores Senadores. Está confirmada a falta de número para prosseguimento da votação.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários e também dos demais segurados dos institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954, tendo pareceres (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e dependente de pronunciamento das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se sobre a mesa os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e Serviço Público Civil, que vão ser lidos pelo Sr. 1.º Secretário.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, evidentemente, não há número na Casa para prosseguimento de nossos trabalhos. Pediria a V. Ex.ª, mandasse proceder à chamada, conforme o Regimento.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o requerido por V. Ex.ª, vai-se proceder à chamada para verificação de número.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Onofre Gomes — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Carlos Lindenberg — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Dario Cardoso — Costa Pereira — Flavio Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio — (14).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 14 Senhores Senadores.

Não há número para prosseguimento dos trabalhos.

A Mesa encerra a sessão e designa para a próxima a seguinte.

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1954, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Sargento ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e de outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 88, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças, contrário oralmente na sessão de 18-5-54, contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário oralmente na sessão de 12-7-54.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários e também dos demais segurados dos institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954, tendo pareceres (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e dependente de pronunciamento das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54, dependente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Legislação Social; Economia.

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Pinho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Atílio Vivacqua e outros Srs. Senadores pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 378, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União com o ensino de grau médio.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 364, de 1954, do Senhor Senador Hamilton Nogueira, pedindo inserção, nos Anais do manifesto-programa da Aliança popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional, do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 360, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e das outras providências.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecida pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 125, sobre o ofício n.º 3-54, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti).

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 466, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 467, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 469, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 496, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capreiro.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 503, de 1954, ao Projeto de Resolução n.º 29, de 1954, que concede permissão ao Diretor de Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão

Diretora em seu Parecer n.º 503, de 1954, do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede exoneração a Hercúles de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado).

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 503, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 509, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Maria Augusta Assunção de Oliveira, para fins de irrigação.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 510, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Arca Leão Melo, para regular a execução e o pagamento das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas a margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 511, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 86, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 512, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Cuiabá, Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuário de Rorário-Oeste, no mesmo Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 513, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova os termos de acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 514, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para o fim de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Penha", situada no Município de Iguaçu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 515, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

Votação, em discussão única, da Redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 516, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Ramundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução de obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1943.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 499, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 500, de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 475, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pela rejeição, visto já haver perdido a sua finalidade.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 369, de 1954, do Senhor Senador Cícero de Vasconcelos, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do

Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob número 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luis Pincoff); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferida oralmente na sessão de 3-5-54).

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Frigueiro de Albuquerque Melo para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudanesia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Decio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Segunda discussão do Projeto de Lei n.º 29, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste (aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 264, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

Requerimento de urgência cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luis Pincoff e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Loide Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Encerra-se a Sessão às 16 horas e 30 minutos.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N. 417

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 15 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1952, no Senado Federal), que modifica o art. 16 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios. Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho

Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.573, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

João Café Filho

5.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 15 de Julho de 1954, às 11,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEN DO DIA

Veto presidencial a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960 de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado) que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências; tendo Parecer sob n.º 6, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum).

DISPOSITIVO VETADO:

Art. 693

§ 4.º Os representantes classistas das juntas e demais órgãos trabalhistas que já tiverem completado 10 (dez) anos ininterruptos de desempenho das respectivas funções, serão conservados nas mesmas, enquanto permanecerem no exercício efetivo de suas categorias econômicas ou profissionais, cuja prova será feita, trienalmente, mediante declaração de entidade sindical do grupo correspondente.

(*) PARECER N.º 6, DE 1954

Da Comissão Mista para conhecer o Veto parcial ao Projeto de Lei número 3.960, de 1953, da Câmara dos Deputados e número 75, de 1954, do Senado, que altera disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Relator: Sr. Parisal Barroso.

Com a Mensagem n.º 347-53, o Senhor Presidente da República submeteu ao Congresso Nacional, acompanhado de Exposição de Motivos dos Ministérios da Justiça e Negócios Interiores, e do Trabalho, Indústria e Comércio, anteprojeto de Lei alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, visando ao desatogo dos julgamentos na justiça trabalhista, que deve ter, entre suas características fundamentais, a da presteza na apreciação dos conflitos surgidos nas relações do trabalho, entre empregador e empregados.

Dai, esclarece a Mensagem presidencial, a necessidade de reorganizar o Superior Tribunal do Trabalho, de modo a dar-lhe a necessária flexibilidade para a execução de sua elevada tarefa.

(*) Remetido-se por ter saído com incorreções do D.C.N., de 6 de julho de 1954.

Foi, assim, proposto o aumento de 11 para 17 dos juizes daquela Corte, introduzindo-se, ainda, tal como acontece com outros altos tribunais do País, o sistema de divisão em turmas, criando-se, também, a figura do Corregedor. Pela organização proposta, fica o Tribunal Superior do Trabalho composto de 17 Juizes, sendo 6 classistas (3 representantes dos empregados e 3 dos empregadores), e 11 togados de livre nomeação. Dentre os últimos, dos quais nove, pelo menos, bachareis em Direito, serão escolhidos o Presidente e o Corregedor, constituindo os 15 restantes três turmas com igual número de juizes togados e de classistas.

A Mensagem propõe, ainda, outras medidas tendentes à rápida tramitação dos recursos na justiça trabalhista, inclusive disciplinando os casos de embargo e de recursos da revista, inovações, aliás, em sua maior parte, extraídas dos Estatutos do Código Processual do Trabalho.

Pratou, ainda a Mensagem de criação de Juntas de Conciliação e Julgamento em São Paulo e na Capital Federal, tudo dentro da orientação de colocar a Justiça do Trabalho em condições de funcionar em ritmo mais acelerado e regular, a bem da segurança jurídica das classes trabalhadoras e da paz social, como esclarece

a Exposição de Motivos do Ministério do Trabalho.

A Câmara dos Deputados, ao examinar a Mensagem, aprovou três emendas de autoria do Sr. Lucio Bittencourt, tendentes a:

1) permitir a recondução por mais de dois períodos dos vogais e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento e dos representantes classistas no Superior Tribunal do Trabalho;

2) ampliar de dois para três anos a investidura dos vogais e seus suplentes nas Juntas de Conciliação e Julgamento;

3) conservar nas suas funções os representantes classistas das Juntas de Conciliação e demais órgãos trabalhistas que completarem ou tenham completado dez anos de exercício, enquanto permanecerem em suas categorias econômicas, ou profissionais, mediante prova feita, trienalmente, e constante de declaração da entidade sindical do grupo correspondente.

Encaminhada a Mensagem ao Senado, já transformada no Projeto número 3.960-53, com as sugestões propostas na Câmara dos Deputados, surgiram na Câmara revisora novas emendas que visavam:

1) diminuir de Cr\$ 20.000.000 para Cr\$ 10.000.000 o limite da condenação para a prestação exigência de depósito em caso de recurso, inclusive o extraordinário.

2) suprimir os parágrafos 3.º e 4.º propostos na mensagem ao artigo 84 da Consolidação das Leis do Trabalho e cujas redações são as seguintes:

"§ 3.º Somente nos embargos a penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao executante igual direito e no mesmo prazo.

§ 4.º Julgar-se-ão na mesma sentença os embargos e a impugnação à liquidação".

3) retirar da competência do Tribunal Pleno em única instância a decisão sobre matéria constitucional, quando arguida para invalidar lei ou ato do poder público — artigo 702, inciso I, da Consolidação das Leis do Trabalho, proposto pelo projeto no artigo 1.º ainda sobre o citado dispositivo ficou proposto no inciso II — "em última instância" — a supressão do vocábulo "última", e nas alíneas a e b do parágrafo 2.º, supressão respectivamente dos vocábulos "única" e "última", mandar contar os juros de mora de que trata o artigo 835 da Consolidação das Leis do Trabalho a partir da data em que a sentença foi transitada em julgado, e não da data em que foi ajuizada a reclamação judicial, como se continha no projeto;

4) mandar contar os juros de mora, devidos pelo executado que não tenha pago a execução, a partir da data em que a sentença transitou em julgado e não, como se continha no pro-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Emenda n.º 3

Como o Projeto prevê a divisão do Tribunal Superior do Trabalho em turmas, cuidou ele de definir as atribuições do Tribunal pleno. E entre elas colocou a de decidir sobre matéria constitucional, quando arguida para invalidar lei ou ato do poder público. Dada a gravidade da matéria, ou seja, invalidação de lei ou ato do poder público, deve a mesma ser decidida pelo Tribunal pleno, e não pelas turmas. O aditivo pleno esclarece que a competência única do Tribunal é em face das turmas e não dos Tribunais Regionais do Trabalho.

E instância única aí é instância única trabalhista nada impedindo que a decisão do Tribunal pleno haja o recurso extraordinário constitucional para o Supremo Tribunal Federal.

A nova redação que o projeto dá ao art. 702 da Consolidação das Leis do Trabalho, em face da divisão do Tribunal Superior do Trabalho em turmas é de todo correta. Improcedem, pois, os fundamentos da emenda em exame, que não deve por isso ser aprovada.

Emenda n.º 4

O projeto torna mais claro o que já expresso no art. 833 da Consolidação das Leis do Trabalho e no art. 154 do Código do Processo Civil isto é, que os juros da mora são devidos desde a citação inicial da ação, e não no trânsito em julgado da sentença condenatória.

Nesse sentido, que o projeto esclarece a jurisprudência dos Tribunais, inclusive a do Supremo Tribunal Federal, não padecendo dúvida que os juros da mora são devidos desde a data da citação inicial da ação.

Esse princípio de Direito comum tem maior razão no Direito do Trabalho, pois não se justifica que a parte forte não pague à parte fraca os juros legais durante o tempo em que demandar sem razão.

Os novos §§ 3.º e 4.º introduzidos pelo projeto ao art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, objetivam concentrar os julgamentos de liquidação da sentença e dos embargos à execução numa só decisão, para um só recurso, arquivando o processo e descongestionando os Tribunais, sem nenhum prejuízo às partes, porque, no recurso da decisão final da execução, poder-se-á debater a liquidação do julgado. Somos, pelo contrário, contra a aprovação da emenda.

Emenda n.º 2

O Projeto introduz, no art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, os §§ 2.º e 4.º, que visam a estabelecer que somente nos embargos à execução poderá o executado impugnar a sentença de liquidação e que na mesma sentença que julgar os referidos embargos será julgada a impugnação à liquidação.

A emenda em apreço suprime esses novos parágrafos.

Tais dispositivos são necessários e resultam da experiência dos Juizes do Trabalho.

Em que pese a rapidez necessária ao processo do trabalho, tem acontecido que o processo sobe em recurso até o Tribunal Superior do Trabalho, na fase da ação e depois sobe de novo na fase da liquidação da sentença e ainda sobe, pela terceira vez, na fase do julgamento final da execução. É a eternização do processo do trabalho, que, em essência, deve ser rápido.

Os novos §§ 3.º e 4.º introduzidos pelo projeto ao art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, objetivam concentrar os julgamentos de liquidação da sentença e dos embargos à execução numa só decisão, para um só recurso, arquivando o processo e descongestionando os Tribunais, sem nenhum prejuízo às partes, porque, no recurso da decisão final da execução, poder-se-á debater a liquidação do julgado. Somos, pelo contrário, contra a aprovação da emenda.

Emenda n.º 1

Emenda n.º 1

O art. 899, parágrafo único da Consolidação das Leis do Trabalho, exige o depósito de importância na condenação se for esta inferior a Cr\$ 10.000,00, como condição para recurso à instância superior.

Pelo projeto, pretende o Poder Executivo e já mereceu a aprovação da Câmara dos Deputados, que esse limite seja elevado para Cr\$ 20.000,00.

O Senado Federal aceitou emenda que reafirma o limite legal vigente de Cr\$ 10.000,00, desse modo discordando da elevação pretendida.

Optamos contrariamente à emenda do Senado Federal pelas seguintes razões:

1 - Pela recente elevação do salário mínimo em todas as regiões do Brasil e pelos anteriores aumentos salariais obtidos pelos trabalhadores através de dissídios coletivos de caráter econômico, o valor das reclamações nos dissídios individuais do trabalho, cresceram de maneira sensível, facilmente atingindo o quantum legal de Cr\$ 10.000,00.

2 - Desse modo, não obrigada a parte vencida ao depósito da condenação por esta superior a Cr\$ 10.000,00 facilmente recorrerá para a instância superior assim como medida protelatória do pagamento, sem menção do intuito de retardar a conservação do direito do vencedor.

3 - Se assim ficar facilitado o recurso, ficarão os Tribunais Regionais do Trabalho, sobrecarregados de causas, congestionando sua pauta em prejuízo do andamento de decisões de maior valor que sofrerão retardamento, afetado ainda a garantia do juízo.

4 - O depósito do valor da condenação simplifica o processo da execução, ultimando-se o feito com maior rapidez não delatando o dissídio cujos inconvenientes e consequências sociais devem ser o quanto possível, evitados pela Justiça do Trabalho.

5 - A experiência tem demonstrado ainda que a obrigatoriedade do depósito, muitas vezes leva as partes ao acordo, podendo termo ao dissídio ficando assim atendida a necessária rapidez na solução dos conflitos e satisfeto o maior escopo da Justiça do Trabalho que é a conciliação entre empregadores e empregados.

6 - Não se diga que a execução provisória também oferece garantia ao Juiz e isto porque, nesta, o paralelismo dos recursos cabíveis tanto no processo original como no de

recurso, não impede a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

7 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

8 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

9 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

10 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

11 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

12 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

13 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

14 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

15 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

16 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

17 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

18 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

19 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

20 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

21 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

22 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

23 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

24 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

25 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

26 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

27 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

28 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

29 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

30 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

31 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

32 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

33 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

34 - A elevação do limite para depósito, não só não evita o congestionamento dos Tribunais Regionais do Trabalho, como também não evita o retardamento da execução, pois, o recurso para a instância superior, não é condição para a execução provisória, podendo o Juiz, em qualquer momento, decretar a prisão do devedor, caso não seja pago o valor devido.

A emenda, que visa a obrigar o vencedor ao juízo da mora somente a partir da sentença transitada em julgado, não se apóia, pois, nem no direito nem na justiça, merecendo, por isso rejeição.

Emenda n.º 5

O projeto eleva a alçada, prevista no art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho para duas, três ou seis vezes o salário mínimo conforme a região. A emenda é contrária a essa elevação.

O grande aumento do valor de todas as coisas é público e notório.

Com a elevação do salário mínimo a infima alçada do art. 884 da Consolidação das Leis do Trabalho é atingida e ultrapassada em qualquer processo trabalhista, resultando daí que haverá, se for aprovado a emenda, recurso ordinário na maioria das questões desamparadas, praticamente o recurso de embargos para a própria Junta, que por sua vez não ficaria com excesso de trabalho pelas razões apontadas.

O mal, que urge remediar, é o congestionamento dos Tribunais do Trabalho, de algumas regiões e o possível e abutido acúmulo nos demais regiões pela pleora de recurso.

A elevação da alçada é uma decorrência necessária e direta do aumento dos salários e medida para evitar a acumulação de feitos nos Tribunais Regionais do Trabalho.

A emenda não se justifica, sendo de mister, em razão de ordem pública a sua não aprovação.

Emenda n.º 6

O projeto inclui no art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho o § 4.º que dispõe:

"Não caberá recurso de revista das decisões dos presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho proferidas em execução de sentença".

A emenda é supressiva desse novo parágrafo.

A razão do novo dispositivo é óbvia: na fase da ação já houve, ou poderia ter havido o recurso de revista.

Se se repetir o mencionado recurso, na execução o processo do trabalho perderá a rapidez, que é de sua natureza e o Tribunal Superior do Trabalho terá dificultada a sua missão de justiça em meio à sobrecarga de recursos sobre recursos, muitos dos quais dispensáveis.

Se os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho praticarem erros, irregularidades ou abusos nas decisões de execução, serão passíveis de correção legal.

E se suas decisões em execução violarem Lei Federal, ou conflitarem com jurisprudência de algum Tribunal caberá o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, previsto no art. 101, n.º III, letras a e d, da Constituição Federal.

Assim, rejeitadas as emendas do Senado Federal, foi à sanção do Senhor Presidente da República a Mensagem n.º 547-53 apenas modificadas pelas sugestões anteriormente propostas pelo Deputado Lúcio Bittencourt e aprovadas na Câmara dos Deputados.

Recebendo o projeto de lei onde se consubstanciaram as emendas da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente da República houve por bem vetar a que constituiria o § 4.º do art. 896 da Consolidação das Leis do Trabalho.

O dispositivo vetado tem a seguinte redação:

"§ 4.º Os representantes eleitos das juntas e demais órgãos trabalhistas que já tiverem completado 10 de anos ininterruptos de desempenho das respectivas funções, serão conservados no exercício efetivo de suas categorias econômicas ou profissionais, cuja prova será feita, trienalmente,

mediante declaração da entidade sindical do "grupo correspondente".

Na justificação da emenda que originou o parágrafo vetado, o Sr. Lúcio Bittencourt esclareceu que a medida se destinava a evitar, tanto quanto possível, as constantes mutações dos representantes classistas nos órgãos

especializados, como são ser a Justiça e o Trabalho.

O Sr. Presidente da República nas razões do veto declara necessário que a representação classista, a fim de permanecer legítima, deva ter suas investiduras temporárias, com o que se evita a perda de contacto dos re-

presentantes com as atividades que determinam a representação.

Afirma ainda Sua Excelência seria contraditório a conservação indefinida em investidura de natureza temporária, além de que o benefício de que gozava o veto introduziria na organização existente uma forma nova de

permanência no cargo, sem equiparação e, portanto, sem as regras que regem a vitalidade e a estabilidade, de onde o perigo dos direitos correspondentes, que não são definidos.

Saíram das Comissões, 5 de julho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente. — Pascoal Barroso, Relator. — Gomes de Oliveira. — Othon Mader.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alirio de Azevedo
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Gaiotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Lanquimpo Alves — Vice-Presidente
Luiz Inácio
Julio Leite
Costa Pereira (*)
Plinio Pompeu (**)
Educlides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djalmar Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo
Secretário — Aroldo Moreira
Reuniões as quintas-feiras.

Educação e Cultura

1.º Flávio Guimarães — Presidente
2.º Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente
3.º Áurea Leão
4.º Hamilton Nogueira
5.º Leônidas Coelho
6.º Bernardes Filho
7.º Educlides Vieira
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões — As quintas-feiras, às 16 horas.

Finanças

1.º Ivo d'Aquino — Presidente
2.º Ismar de Góes — Vice-Presidente (*)
3.º Alberto Pasqualini
4.º Alvaro Adolfo (**)
5.º Apolinário Sales (***),
6.º Carlos Lindenberg
7.º Cesar Vergueiro
8.º Domingos Velasco (****)
9.º Durval Cruz
10.º Educlides Vieira
11.º Ferreira de Souza
12.º Mathias Olympio (*****)
13.º Pinto Aleixo
14.º Plinio Pompeu
15.º Veloso Borges
16.º Vitorino Freire (*****)
17.º Walter Franco (*****)
(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*****) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.
(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.
Secretário — Evaristo Vianha, Diretor de Orçamento.
Reuniões as quintas e sextas-feiras, às 16 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente
Antonio Jobim
Attílio Vivasqua
Camilo Meroz
Ferreira de Souza
Flávio Guimarães
Gomes de Oliveira
Joaquim Pires
Luiz Inácio
Olavo Oliveira, (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1.º Gomes de Oliveira — Presidente
2.º Luis Inácio — Vice-Presidente
3.º Hamilton Nogueira
4.º Rui Carneiro
5.º Othon Mader
6.º Reginildo Cavalcanti
7.º Cicero de Vasconcelos
Secretário — Pedro de Carvalho Villier
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões as segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1.º Gasparino Azevedo — Presidente
2.º Hamilton Nogueira — Vice-Presidente
3.º Naves Filho
4.º Bernardes Filho
5.º Djalmar Brindeiro
6.º Mathias Olympio
7.º Assis Chateaubriand, (*)
8.º João Villabona
(*) Substituído, interinamente pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.
Secretário — J. B. Castilho Brandão
Reuniões as segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1.º Joaquim Pires — Presidente
2.º Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente
3.º Aloysio de Carvalho
4.º Carlos Lindenberg
5.º Costa Pereira
Secretário — Cecília de Rezende Martins
Auxiliar — Nethercia Sá Leitão
Reuniões as quintas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

Leônidas Coelho — Presidente
Alfredo Simão — Vice-Presidente
Prisco dos Santos
Vivian de Azevedo
Durval Cruz
Secretário — J. B. Barroso Neto
Reuniões as quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1.º Prisco dos Santos — Presidente
2.º Luiz Inácio — Vice-Presidente
3.º Nestor Massena
4.º Vivaldo Lima
5.º Djalmar Brindeiro
6.º Mozart Lago
7.º Julio Leite
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Educlides Vieira — Presidente
Othon Mader — Vice-Presidente
Alencastro Guimarães
Othon Mader
Antonio Bayma
Secretário — Francisco Soares
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1.º Pinto Aleixo — Presidente
2.º Carlos Lindenberg — Vice-Presidente
3.º Magalhães Barata
4.º Ismar de Góes
5.º Silvio Curvo
6.º Walter Franco
7.º Roberto Glasser
Secretário — Ary Kerner Veloso de Castro
Reuniões as segundas-feiras

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2 de 1949

Aloysio de Carvalho — Presidente
Dario Cardoso
Francisco Gaiotti
Camilo Meroz
Carlos Lindenberg
Antonio Bayma
Bernardes Filho
Marcondes Filho
Olavo Oliveira
Domingos Velasco
João Villabona

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Inácio — Presidente
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente
Othon Mader
Reginildo Cavalcanti
Secretário — Maria Cruz Alves

Parlamentar de Inquérito sobre o cinerito

Francisco Gaiotti — Presidente
Mozart Lago — Vice-Presidente
Julio Leite
Lanquimpo Alves
Mario Motta
Secretário — Maria Cruz Alves

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villabona — Presidente
Attílio Vivasqua — Vice-Presidente
Dario Cardoso — Relator
Secretário — José da Silva Lisboa
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões as sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente
Alvaro Adolfo — Vice-Presidente
João Villabona
Gomes de Oliveira
Attílio Vivasqua
Domingos Velasco
Victorino Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1.º Ismar de Góes — Presidente
2.º Prisco dos Santos — Vice-Presidente
3.º Reginildo Cavalcanti — Relator Geral
4.º Vivaldo Lima
5.º Naves Filho
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade

De Revisão do Código Comercial

1.º Alexandre Marcondes Filho — Presidente
2.º Ivo d'Aquino
3.º Ferreira de Souza — Relator Geral
4.º Attílio Vivasqua
5.º Victorino Freire
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1.º Dario Cardoso — Presidente
2.º Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente
3.º Antonio Jobim
4.º Attílio Vivasqua
5.º Camilo Meroz
6.º Ferreira de Souza
7.º Flávio Guimarães
8.º Gomes de Oliveira
9.º Joaquim Pires
10.º Olavo Oliveira
11.º Waldemar Pedrosa
12.º Mozart Lago
13.º Hamilton Nogueira
14.º Guilherme Mesquita
15.º Nestor Massena
16.º Francisco Porto
Secretário — Glória Fernandina Almeida
Auxiliar — Nethercia Sá Leitão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1.º Luiz Inácio — Presidente
2.º Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral
3.º Reginildo Cavalcanti
4.º Othon Mader
5.º Durval Cruz
Secretário — Maria Cruz Alves

Comissão Mista Especial para emitir parecer sobre o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953 na Câmara e 381, de 1953, no Senado), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18-12-1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios"

2.ª REUNIAO REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 1954

Aos treze dias do mês de julho do ano de 1954, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senador Joaquim Pires, Presidente, Senador Djalir Brindeiro, e Senador Bernardes Filho e Deputado Pessoa de Araújo, Relator, e ausentes com causa justificada os Srs. Deputados Nestor Just e Benjamim Farah, reuniu-se esta Comissão Mista Especial, para emitir parecer sobre o veto oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953 na Câmara e 381, de 1953, no Senado), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

É lida e aprovada sem alterações, a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Deputado Pessoa de Araújo, relator do veto, que lê seu relatório expositivo do histórico do projeto, seu andamento nas Comissões da Câmara e do Senado Federal e as razões de voto do Sr. Presidente da República sendo o relatório aprovado e assinado pelos membros presentes.

O Sr. Presidente, antes de encerrar a reunião agradece a presença de seus pares e, em particular ao trabalho apresentado pelo Sr. Pessoa de Araújo, relator do veto.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Onofre Gonçalves Leite, Secretário, a presente ata que, depois de lida e achada conforme, é assinada pelo Senhor Presidente. — Joaquim Pires Presidente.

Comissão Mista encarregada de conhecer do veto presidencial oposto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 1.575, de 1952 (n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o quadro do pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências

1.ª REUNIAO DE INSTALACAO REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 1954

Aos treze dias do mês de julho de 1954, às 15 horas, reuniu-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre o veto do Sr. Presidente da República oposto ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, da Câmara dos Deputados e n.º 380, de 1952, no Senado), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, estando presentes os Srs. Senadores Ivo Tinoco, Hamilton Nogueira e Bernardes Filho e os Srs. Deputados Lopo Coelho e Fernando Nóbrega, deixando de comparecer, com causa justificada, o Sr. Deputado Osvaldo Triunfo.

Atas das Comissões

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

8.ª REUNIAO, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 1954

Aos quatorze dias do mês de julho de 1954, às 16,00 horas, reuniu-se na Sala de Leitura do Senado Federal a presidência do Sr. Senador Onofre Gomes, presentes os Senhores senadores Alencastro Guimarães, Othon Mäder e Antônio Bayma, estando ausente, com causa justificada, o Presidente do Comissão, Sr. Senador Euclides Vieira.

É lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior.

Em seguida, a Comissão aprova o parecer favorável do Sr. Senador Antônio Bayma ao Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações no Estado de Minas Gerais.

Nada mais havendo que tratar encerra-se a reunião, da qual eu, Francisco Soares Arruda, Secretário lavro a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 82.ª SESSÃO EM 14 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SENHORES ALFREDO NEVES E CAPE FILHO.

A 14,30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Magalhães Barata — Antonio Bayma — Arão Leão — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Ferreira de Souza — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Espiridão de Farias — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardo Filho — Nestor Masena — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo Aquino — Alfredo Simch — Camilo Mercio.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 29 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Está em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. DARIO CARDOSO:

Sobre a Ata — Sr. Presidente, peço a palavra para fazer um reparo ao que declarou o Sr. Senador Bernardes Filho, em relação à ata de 12 do corrente, porquanto não me limitei a reproduzir os dados que me foram fornecidos pelo governo mas fiz um discurso em que procurei, com base em tais dados e em outros que colhi pessoalmente, como líder da maioria defender o Sr. Presidente da República das acusações contra ele formuladas por S. Excia.

O SR. PRESIDENTE:

Continua em discussão a ata.

Não havendo mais retificações, dou a por aprovada.

Vai ser lido o expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Procede à leitura do seguinte.

Expediente

Ofícios: Cinco, da Câmara dos Deputados sob n.ºs 1.055, 1.073, 1.059, 1.060 e 1.062, encaminhando, respectivamente, os seguintes.

Projeto de Lei da Câmara n.º 152, de 1954

(3.000-B-53, na Câmara)

Concede isenção de todos os tributos para material destinado a Igreja Nossa Senhora do Brasil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de todos os tributos, exceto a taxa de previdência social, que recaem sobre as seguintes importações feitas pela Igreja Nossa Senhora do Brasil, de São Paulo, por intermédio da firma Franco e L. Angelus Electro Automático: 5 Aparelhos de lançamento; 6 Aparelhos de badalada; 1 Dispositivo para as 3 Ave-Marias, horas e quartos; 1 Dispositivo de dobre de finados; 1 Quadro de comando.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1954

(4.271-B-54)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer as despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), para ocorrer as despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia, promovido pela Sociedade Internacional de Hematologia, a realizar-se, em Paris, em setembro de 1954.

Art. 2.º A delegação a ser enviada ao Congresso Internacional de Hematologia, além de um observador do Ministério da Saúde, que será seu presidente, deverá ser integrada pelos oito médicos especialistas convidados pela Sociedade promotora do certame.

Art. 3.º Os médicos brasileiros, designados para essa delegação, deverão apresentar ao Ministério da Saúde, depois do Congresso e no prazo máximo de quatro meses, amplo relatório contendo suas observações sobre os temas debatidos no mesmo Congresso e sugestões relativas à aplicação, em nosso país, das novas aquisições no domínio da hematologia.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 1954

(4.248-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Thornycroft Mecânica e Importadora S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 26 de dezembro de 1952,

entre o Departamento Federal de Compra e a firma Thornycroft Mecânica e Importadora S. A., para fornecimento de uma lancha ao Departamento Federal de Segurança Pública, no valor de Cr\$ 767.000,00 (setecentos e sessenta e sete mil cruzeiros).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1954

(4.254-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Americana de Construções S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 24 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Americana de Construções S. A., para construção dos prédios das Agências Postais Telegráficas de Sabará e Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1954

(4.267-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Irmãos Gato e Almeida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas que negou registro ao contrato celebrado, em 16 de outubro de 1953, entre o Ministério da Agricultura e a firma Irmãos Gato e Almeida, para fornecimento de materiais de irrigação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos bancários, encaminhando memorial, com 818 assinaturas em que se pleiteia a rápida aprovação do Projeto de Lei da Câmara número 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e a pensão dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Ao Arquivo.

Dois (2) do Sr. Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes aos seguintes projetos sobre os quais não se manifestou o Sr. Presidente da República no prazo constitucional:

Projeto de Lei do Senado n.º 15, de 1953, que manda computar, como de serviço público da União, o tempo de serviço dos extranumerários da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

Projeto de Lei da Câmara n.º 309, de 1950, que isenta a Fundação para o Livro do Cego no Brasil do pagamento de impostos e taxas federais.

A Promulgação.

Do Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, solicitando retificação na publicação do Orçamento vigente, na parte referente ao Anexo 27, em verba que especifica.

A Comissão de Finanças.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Vitaldo Lima — Georgino Avelino — Ruy Carneiro — Draul Ernani — Djair Brindeiro — Pereira Pinto

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — Magalhães Rá-rata — Victorino Freire — Mathias Olympio — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Francisco Porto — Martiniano Fernandes — Novais Filho — Júlio Leite — Dural Cruz — Walter Franco — Landulpho Alves — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Carlos Lindenberg — Atílio Vivacqua — Sá Tinoco — Leônido Coelho — Cesar Vergueiro — Marcondes Filho — Euclydes Vieira — Sydio Curvo — João Vilasboas — Vespasiano Martins — Francisco Galvotti — Alberto Pasqualini (27).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido o seguinte

Requerimento n.º 370, de 1954

Requeiro, com fundamento na letra c, do art. 121 do Regulamento Interno, sejam solicitadas do Excelentíssimo Senhor Presidente da República as seguintes informações, a serem prestadas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público:

1.º O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União Lei 1.711, de 23 de outubro de 1953 dispõe em seu artigo 251 que o funcionário candidato a cargo eletivo na localidade em que desempenhe sua função, desde que exerça encargo de chefia, de direção, fiscalização ou arrecadação, será afastado, sem vencimentos, a partir da data em que for feita sua inscrição perante a Justiça Eleitoral, até o dia seguinte ao pleito.

2.º Pergunta-se: a) E se o funcionário estiver, no momento de seu registro como candidato, no gozo de férias, de licença a prêmio ou de licença remunerada para tratamento de saúde?

b) As disposições legais do art. 251 citado, abrangem, igualmente, os funcionários ou servidores candidatos, pertencentes aos quadros das autarquias federais e aos serviços dos poderes Judiciário e Legislativo, aos quais o Estatuto dos Funcionários só se aplica no que couber?

c) Aplica-se a mesma sanção legal aos membros do magistério do Ministério Público e da carreira diplomática redigidos por leis especiais?

Sala das Sessões do Senado Federal em 14 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Na forma do Regulamento defiro o pedido do nobre Senador pelo Distrito Federal.

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Flávio Guimarães, primeiro orador inscrito.

O Sr. FLAVIO GUIMARAES pronuncia discurso que será publicado depois.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Joaquim Pires, segundo orador inscrito. (Pausa)

Não se encontrando S. Ex.ª presente, tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, terceiro orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES PRONUNCIANDO DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Costa Paranhos, solicitando substitutos eventuais para os nobres Senadores Sá Tinoco e Euclydes Vieira, membros da Comissão de Economia, que se encontram ausentes.

Atendendo à solicitação de S. Ex.ª, designo os nobres Senadores Nestor Massena e Mozart Lago.

O Sr. Alfredo Neves deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Café Filho.

Esgotada a prorrogação da hora do expediente, passo à matéria constante da

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, dos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas, que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo Pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 95, de 1954, pela constituinte da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 3, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18 de maio de 1954, contrário); II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constituinte da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário (proferido oralmente na sessão de 12 de julho de 1954).

O SR. PRESIDENTE:

A votação deste Projeto foi interrompida na sessão de ontem, quando se anunciava a Emenda n.º 3 que tem parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela constituinte da Comissão de Segurança Nacional para que constitua Projeto separado, e, da de Finanças, contrário.

A Mesa vai ouvir o plenário sobre a preliminar levantada pela Comissão de Segurança Nacional, isto é, para que a matéria da Emenda constitua Projeto separado.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 3, da autoria do nobre Senador Othon Mäder, estende o termo do tempo das promoções, constante art. 3.º do projeto, de até o fim do ano de 1945, — término da guerra — para até o fim de março de 1947.

O parecer da Comissão de Segurança Nacional foi este:

“Com o término da guerra, encerra-se um ciclo perfeitamente definido, que permite tratar, com perfeita equidade, os militares nele compreendidos. Esta, certamente, a razão por que o projeto estabeleceu, a fim de limitar em certa fase as promoções a um número razoável de militares em igual situação.

Ampliado o limite, como propõe a emenda, não será mais possível deixar de estender a promoção a todos que tenham prestado serviço de guerra no teatro brasileiro e já se habilitaram com cursos de comandante de

pelotão, seção ou equivalente independentemente de data, o que aumentará muito o número dos promovidos e os custos nas graduações que tinham.

Sendo conveniente atender os que completaram o curso de comandante de pelotão, seção ou equivalente, posteriormente ao término da guerra, em uma segunda fase, a Comissão de Segurança opina que a emenda seja desatada para constituir projeto em separado, para de não atrasar o andamento do Projeto n.º 337.”

Assim, Sr. Presidente, a intenção da Comissão de Segurança Nacional, em primeiro plano, foi não atrasar a marcha da proposição e, em segundo, dar oportunidade ao nobre e diligente colega Senador Othon Mäder...

O Sr. Othon Mäder — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ONOFRE GOMES — ... de trazer sua contribuição, mediante projeto em que se transformaria sua emenda, recompensando aos suboficiais, subtenentes e sargentos do Exército, que prestaram serviços de guerra, o caminho mais compreensivo e conveniente.

Não parando, conforme faz o projeto, no término da guerra, teremos logicamente de ampliar a proposta de promoção a todos os suboficiais, subtenentes e sargentos que já satisfazem as condições vigentes da lei para promoção ao posto de segundo-tenente, quer no Exército, quer na Aeronáutica.

Assim, solicitamos o apoio do Plenário para o ponto de vista da Comissão de Segurança Nacional. (Muito bem.)

O SR. OTHON MÄDER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 3, cujo destaque ora se discute, para que constitua projeto separado, é de minha autoria. Vejo-me na obrigação de defendê-la, uma vez que a Comissão de Segurança Nacional, entrando no mérito da questão, fêz uma emenda procedente e justo os motivos, em que se baseia.

Quer-me parecer que não há como sairmos deste dilema: ou a emenda é conveniente e justa e merece aprovação, ou, então, deve ser rejeitada pelo Senado, como inoportuna e inconveniente.

Acabamos de ouvir, o pronunciamento da douta Comissão de Segurança Nacional, cujo representante, o nobre e ilustre colega Senador Onofre Gomes, tão bem sabe apelar as nossas portas ao seu estado. S. Ex.ª fêz uma emenda merecedora da aprovação do Senado, porém, com a ressalva de que constitua projeto separado, sob a alegação de que, com isto, apressariam os andamentos do assunto.

Ora, desde que estamos discutindo questão de interesse nacional, não é possível se subordine o Congresso à condição de que a emenda constitua projeto separado, para não se prejudicarem interesses pessoais e o projeto transitar com mais celeridade.

Sr. Presidente esse motivo — já o declarei — não basta para rejeitar-se a emenda, que, sem dúvida, merece a aprovação do Senado.

Quanto ao argumento do ilustre relator, de que a emenda retardaria a marcha da proposição, peço vênia a S. Ex.ª para declarar que nem sempre assim é.

Temos caso concreto, recentemente ocorrido.

O Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1954, aprovado pelo Senado com algumas emendas, voltou àquela Casa do Congresso. As Comissões técnicas tornaram conhecimento imediato das alterações nele introduzidas rejeitaram a maioria e, a seguir, foi a proposição incluída na Ordem do Dia. O Plenário concordou com o relator e a matéria subiu à sanção. E tudo em menos de quinze dias.

Ora, se aquele projeto pôde completar o seu curso em tão curto lapso

de tempo, acredito possa o de n.º 337 também fazê-lo. Dado o interesse das partes em acelerar o andamento da matéria não há razão para desdos Deputados, em igual prazo.

A demora, portanto, seria mínima, e não viria, de modo algum, prejudicar a quem quer que fosse. Os próprios beneficiados com a medida — sargentos, subtenentes e suboficiais — que esperam sua aprovação há cerca de dois anos — não teriam prejuízo com o retardamento de quinze dias. E esse atraso permitiria fossem atendidos com a maior justiça, seus colegas que, embora também tivessem prestado serviço de guerra, foram obrigados, por motivos superiores, independentes de sua vontade, a permanecer fora das sedes dos cursos, somente os concluindo depois de terminado o conflito, isto é, quando regressaram ao Distrito Federal, ou seja, em dezembro de 1945 e em março de 1947.

Sr. Presidente, praticaríamos injustiça se, rotando providência magnânima, liberal, de favor, excluíssemos exatamente os que, junto com os demais, tomaram parte nas operações de guerra no front brasileiro, equiparando-se, portanto, aos que combateram em território italiano.

Unicamente por motivos de interesse do Governo e da segurança nacional, as forças militares conservaram nas respectivas guarnições, nos postos avançados do Nordeste, em Fernando Noronha, no Norte do Brasil e nas praças do Sul, a serviço da Nação.

Eis por que não puderam fazer os cursos. Aqueles que os requeriram, vieram despachados do Ministério da Guerra no intuito de aguardarem oportunidade, visto como não era possível, no momento, dispensá-los das importantes missões que desempenhavam. Uma vez chegados à Capital Federal, no entanto, imediatamente se matricularam nos cursos e os concluíram.

Por que razão excluí-los da liberalidade que daremos a centenas de colegas seus?

Nada mais justo, portanto, que a emenda entre imediatamente em votação e, se aprovada, seja incluída no Projeto, a fim de não demorar, como a matéria principal, dois ou três anos nas Comissões, com evidente prejuízo para os beneficiados.

Desde que os sargentos, subtenentes e suboficiais contemplados com a aludida vantagem a vejam estendida aos colegas, a demora de quinze dias estará plenamente justificada.

Pareu-me: seria de justiça retardar-se a concessão de idêntico favor, por dois ou três anos, simplesmente para evitar uma espera de quinze dias?

Estou certo de que nenhum mal advirá desse retardamento, que possibilitará a justa e rápida concessão dos benefícios concedidos aos que concluíram o curso em 1945 aos que o terminaram em 1946 e 1947.

Sr. Presidente, alegam alguns beneficiários do projeto que a aprovação dessa emenda viria prejudicá-los. Não é verdade: a emenda, num projeto estendendo favores, não restringe, absolutamente, os concedidos a outros dos beneficiados pelos demais artigos.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. OTHON MÄDER — Com prazer.

O Sr. Onofre Gomes — O projeto, limitando o prazo ao término da guerra, está de acordo com a lei de que é extensão, a Lei n.º 1.782. A emenda de V. Ex.ª sai dos termos dessa lei, pois o projeto estende os benefícios de uma lei que limita o prazo, declarando: “até o término da guerra”. O parecer da Comissão de Forças Armadas nos deu oportunidade de uma deferência para com V. Ex.ª.

O SR. OTHON MÄDER — Muito obrigado.

O Sr. Onofre Gomes — Embora não invocasse, não foi simplesmente para não retardar o andamento da matéria, mas porque a emenda se chocava com o elemento básico de que o projeto é extensão, a Lei número 1.782. Não invocamos esse argumento, como homenagem a V. Ex.

O SR. OTHON MADER — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex. Mas, em resposta, Sr. Presidente, eu poderia dizer ao nobre Senador Onofre Gomes que esses sargentos também prestaram serviço de guerra, também concluíram os cursos de Pelotão e equivalentes. Vê V. Ex. que estão em igualdade de condições. E se não terminaram na mesma época, em que foi concedido o benefício, a culpa não é deles. Ficaram impedidos, pelo serviço da Nação, pela segurança nacional, que exigia sua permanência, por mais algum tempo nos postos que ocupavam e das quais não podiam afastar-se. Só depois de deixarem os referidos postos é que puderam concluir.

Por essas razões, considero medida da mais estrita justiça fazer com que essa lei abranja os sargentos, subtenentes e suboficiais que terminaram o curso até março de 1947, tanto mais que ela, absolutamente, não prejudicará seus colegas. Seria, até, medida da mais alta justiça.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os sinos) — Lembro ao nobre orador que dispõe de apenas um minuto para terminar sua oração.

O SR. OTHON MADER — Vou terminar, Sr. Presidente.

Considero da mais alta justiça fôsem também contemplados com os benefícios que serão dados nos demais colegas, sargentos, subtenentes e suboficiais. (Muito bem; muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a preliminar requerendo que a emenda constitua projeto separado, na forma do parecer da Comissão de Forças Armadas.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Forças Armadas para que a emenda n.º 3 constitua matéria de projeto separado, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação requerida pelo nobre Senador Dario Cardoso.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Segurança Nacional para que a emenda n.º 3 constitua matéria de projeto separado, queiram levantar-se. (Pausa) Queiram sentar-se os que aprovaram o parecer e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa)

Votaram pela aprovação 10 senhores Senadores e pela rejeição, 17. Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Antonio Bayma — Arão Leão — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Georgino Avelino — Ferraz de Souza — Draut Ernani — Djalir Brindetto — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Espedito de Farias — Luis Pinco — Alfredo Neves — Alexandre Guimarães — Hamilton Nogueira — Bernardes Filho — Nestor Massena — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mader — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — (27)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 27 senhores Senadores.

Está confirmada a pauta de número para a votação.

Faz-se à matéria em discussão.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários (e também dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões), em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-1954, tendo pareceres (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e dependente de pronunciamento das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura dos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Serviço Público Civil.

São lidos os seguintes pareceres:

Pareceres ns. 529, 530 e 531, de 1954

N.º 529, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários.

Relator: Sr. Joaquim Pires

Por iniciativa do então deputado Munhoz da Rocha, atualmente Governador do Paraná, foi apresentado à Câmara o projeto em apreço, em 7 de dezembro de 1949 tomando o número 1.146. Remetido ao Senado em 26 de janeiro do corrente ano tomando o número 43/1954. Foi lido em 8 de fevereiro pelo Presidente Café Filho despatchando para que fossem ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e Finanças.

Deu entrada na Comissão de Justiça, sendo-me distribuído a 23 de março.

A aposentadoria dos Bancários era regulada pelo Decreto n.º 24.615, de 9 de junho de 1934. O projeto 1.146 de 1949, visava a modificar, reajustando as aposentadorias e pensões a normas mais consentâneas com a situação daqueles servidores de instituições privadas, tendo sido modificado por um substitutivo da Comissão de Legislação Social da Câmara e por emendas apresentadas no tumultuar de várias discussões.

O projeto em apreço cria impostos e taxas em favor do Instituto dos Bancários, por força do que dispõe o artigo 11, que assim se expressa:

“A favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e para custeio dos encargos decorrentes da presente lei, ficam criadas as seguintes taxas:

I — 2% (dois por cento) sobre os juros devedores de empréstimos em geral, a curto e longo prazo, realizados pelos Bancos, Casas Bancárias, Empresas de Investimento e Crédito e Caixas Econômicas, a ser pagas pelos mutuários;

II — 1/1.000 (um por mil) sobre a emissão de títulos de capitalização, que será paga pelos subscritores”.

Continua usufruindo, pelo artigo 12, os benefícios concedidos pela lei n.º 582, de 24 de dezembro de 1943, os segurados a que se refere o artigo 1.º daquela lei.

O projeto cria ônus pesadíssimos ao contribuinte que não é bancário, o que de resto ele faz em favor dos Industriais, Comerciantes, etc.; isso sem uma justificativa plausível, porque os componentes desses Institutos concorrem com contribuições vultuosíssimas.

Sob o ponto de vista constitucional o projeto tem assento no que dispõe o artigo 5.º, item XV, letra b, da Carta Magna.

Somos, por isso, por sua aprovação tão somente sob esse aspecto.

Sala Ruy Barbosa, em 30 de abril de 1954. — Aloysio de Carvalho, Presidente em exercício; Joaquim Pires, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Afonso Vilela. — Gomes de Oliveira. — Olavo Oliveira.

N.º 530, de 1954

Da Comissão de Legislação Social — sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954.

Relator: Sr. Carlos Gomes de Oliveira

Mais ampliativo do que indica a Emenda, o projeto no art. 1.º abrange os segurados de todas as Caixas e Institutos de Aposentadoria e Pensões para conceder-lhes a aposentadoria ordinária, após haverem realizado 60 contribuições mensais e desde que contem mais de 55 anos de idade, e mais de 30 anos de serviço.

Independente do tempo de serviço, poderá, ser, igualmente, aposentado o segurado que contar 70 anos de idade, a seu requerimento ou do empregador tornando-se, neste caso, compulsório.

O art. 2.º prevê o “quantum” do benefício, ou “salário-benefício”, a ser pago, para fixá-lo na média dos salários sobre os quais o aposentado haja realizado as 24 últimas contribuições.

Assim, em dois parágrafos do artigo, procura-se regular o salário-benefício:

a) para que não seja superior a 10 vezes o mais alto salário mínimo vigente no país, nem inferior, em cada localidade, ao salário mínimo;

b) para que o segurado, se pretender aumentar o seu benefício, indenize a instituição de previdência da importância correspondente à diferença de contribuição entre o salário mensal de Cr\$ 2.000,00 e o salário de benefício.

O art. 3.º prevê o “quantum” a ser pago ao assegurado aposentado, também por invalidez, aos que contarem menos de serviço:

a) menos de 30;

b) mais de 30 e menos de 35;

c) mais de 35,

estabelecendo, sobre o “salário de benefício” uma percentagem de 2,666% por ano de serviço no 1.º caso, de 80%, no 2.º e de 100%, no 3.º.

No art. 4.º se determina que o segurado deve continuar pagando a sua contribuição, mesmo depois de aposentado.

Nos arts. 5.º e 6.º, o projeto passa a regular pensões que o segurado deixe à sua família, por morte, para lhes garantir desde que tenha 40 anos 24 contribuições mensais, e na base de 50% do valor da aposentadoria que estivesse percebendo, ou que lhe coubera na data de sua morte, e mais tantas parcelas de 10% daquele valor, quantos forem os dependentes, até o limite do mesmo valor.

Nos arts. 7.º e 8.º, trata dos dependentes para defini-los e estabelecer a ordem em que uns preterem os outros.

Os arts. 9.º e 10.º, se regulam os casos de extensão da pensão deixada.

O art. 11.º prevê recursos para o custeio dos encargos decorrentes do projeto, em favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.

O art. 12.º, ressalva os segurados a que se refere a Lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948, para que continuem percebendo os benefícios nela outorgados.

A lei, pelo art. 13.º, entrará em vigor 60 dias após a sua publicação.

APOSENTADORIA ORDINÁRIA

Pela legislação atual os segurados das instituições de previdência não têm mais do que a aposentadoria por invalidez e por velhice.

E os nossos institutos de assistência social... (IAPC, IAPETEC e IAPI) para concessão de tais aposentadorias auferiam o tempo de serviço do segurado para só contar o tempo da contribuição, numa idade mais avançada — de 60 anos.

A aposentadoria ordinária porém, leva em conta em parte apenas, o tempo da contribuição, para fazer prevalecer o tempo de serviço empregado com o mais favorável.

Muito cedo, portanto, tem sido verificado, no Instituto, dessa aposentadoria ordinária, como passamos a ver.

Assim, a Lei n.º 4.682, de 24 de janeiro de 1923, que criou em cada parte da partícula de estrada de ferro, uma caixa de aposentadoria e pensões para respectivos empregados estabelecidos.

Salário integral aos 30 anos de serviço e 50 de idade, independente de qualquer contribuição para a Caixa.

A Lei n.º 5.109, de 20 de dezembro de 1926, que abrangeu o regime da Lei n.º 4.682, concedia a aposentadoria voluntária aos 30 anos de serviço e com salário integral aos 35 anos de serviço sem contar idade, até o máximo de Cr\$ 3.000,00 ou aos 55 anos de idade e com 20 a 30 anos de serviço, contando tantos anos quantos forem os anos de serviço.

O Decreto número 20.465, de outubro de 1931, concedeu a aposentadoria integral aos 50 anos com tempo de serviço de 30 anos, ou mais de 60 anos com 20 anos de tempo de serviço.

A aposentadoria compulsória seria aos 65 anos.

O Decreto número 21.081, de 1932, elevou para 55 anos e idade exigida, pelo Decreto número 20.081, para os que contarem menos de 30 anos e mais de 20 anos de serviço.

Com faculdade que o Decreto número 20.465, nas suas cautelas, outorgaram ao Conselho Nacional do Trabalho, este reduziu até 50% o valor dos benefícios.

Depois os Institutos de Aposentadoria e Pensões passaram a regular, pela seguinte forma, a aposentadoria ordinária:

IAPM (Marítimos) — (Decreto número 22.872, de 29-6-32) — 55 anos de idade, 30 anos de serviço e 6 de contribuição.

IAPC (Comerciantes) — (Decreto número 24.273, de 22-5-34) — 60 anos de idade e cinco de contribuição.

IAPB (Bancários) — (Decreto número 24.615, de 9-7-34) — 50 anos de idade, 30 de serviço e 5 de contribuição, sendo o valor do benefício proporcional ao número de contribuições pagas até o máximo de 300. O Decreto número 54, de 12 de setembro de 1934, porém, recuando, estabeleceu que a aposentadoria ordinária para os contribuintes deste Instituto seria concedida aos 60 anos de idade com 30 anos de contribuição.

O Decreto número 24.744, de 14 de julho de 1934, restabeleceu o plano de aposentadoria ordinária instituído pela Lei número 5.109, de 20 de dezembro de 1926, mas com uma disposição suspensiva (artigo 3) de modo que só entrasse em vigor depois que uma Comissão, a ser nomeada pelo Ministério do Trabalho, examinasse sua exequibilidade.

O Decreto-lei número 2.474, de 5 de agosto de 1940, suspendeu a concessão pelos Institutos a Caixa, do benefício da aposentadoria que não fosse por invalidez a associado ou segurado que contasse menos de 30 anos de idade.

Como se vê, os planos de aposentadoria ordinária tinham sempre por base a idade de 50 anos, ou 30 de serviço.

Não era de estranhar por isso que as instituições de assistência se viam a braços com dificuldades e que o legislador ficasse exposto aos custos que estamos vendo.

Atualmente, a aposentadoria por velhice em nossas instituições de assistência, salvo o disposto na Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, não é concedida em bases superiores a 60 anos de idade e 30 anos de serviço e 60 meses de contribuição.

E apenas a aposentadoria por velhice que temos consagrada em nossa legislação em geral.

Ela porque, malgrado os insucessos, não cessaram as tentativas no sentido de se introduzir em nossa legislação previdencial, a aposentadoria ordinária.

E já a Lei número 593, de 24 de dezembro de 1948, que abrangiu os ferroviários, os empregados de serviços públicos, de transportes, luz, telefonia, portas águas, concede a aposentadoria, com vencimentos integrais, aos segurados com 55 anos de idade, e com 35 de serviço.

Procurou-se, por essa forma, subir para 55 anos a idade e para 35 anos de serviço, que nas leis anteriores, em geral, se fixava, respectivamente, em 50 e 30.

O Decreto número 35.448, de 1.º de maio de 1954, procurando unificar, não só as contribuições, como os benefícios de aposentadoria aos segurados de todas as instituições de previdência, consagrou a aposentadoria ordinária aos 55 anos e 15 de serviço, mas separa os que trabalhavam em indústrias penosas ou insalubres.

3. E nas águas da Lei n.º 593, referido, que aparece o projeto em tela.

Começou ele com um projeto do então Deputado Munhoz da Rocha, em 1949, no qual se concedia aposentadoria ordinária, com vencimentos integrais, aos bancários que tivessem 50 anos de serviço.

Como estamos vendo, o projeto restringiu aos bancários e estabeleceu uma condição única para aposentadoria ordinária — tempo de serviço que não ia além de 30 anos. Daí a sua ementa, evidentemente, errada, pois que passou ele a abranger todos os segurados em Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Sofreu ele, nas Comissões da Câmara, estudo acurado e resultou da absorção de vários outros projetos sobre a matéria.

O projeto, a nosso ver, passou na Câmara já como um imperativo de circunstâncias várias, deixando claro a desejar, não só na sua redação, como ainda no seu próprio mérito. É certo que aí se atendem, sob certos aspectos, a necessidade de prover recursos para os ónus que inevitavelmente acarrete. Assim, estabelecendo que o segurado continuará pagando a sua contribuição, mesmo depois de aposentado e, reduzindo, por consequência, os custos de aposentadoria por velhice e por invalidez, deixou margem a supréstimos necessários.

Choca, porém, desde logo, se criaram taxas para atender a reclamações do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, sem fazer o quanto os demais Institutos. Não se conclui que também se devia ter previsto recursos para estes.

E a verdade é que, e inúmeras fases da elaboração deste projeto na Câmara, outras taxas foram criadas para atender ónus determinado pelo projeto.

Trata-se, porém, de medida a que não há mais fugir, não só em face

dos precedentes em que vemos o funcionalismo público, em geral, garantido pela Constituição ao direito de aposentadoria integral aos 35 anos, bem como os trabalhadores em estradas, cujos direitos são assegurados pela citada Lei n.º 593, mas também diante de um verdadeiro movimento que se formou em torno do projeto entre as classes trabalhadoras do país.

Entendemos que aprovado o projeto, o Poder Executivo, ou mesmo o Legislativo, poderão sanar as deficiências que ele oferece, promovendo, em novo projeto de lei, a criação de recursos que se façam necessários.

Nem poderá deixar de fazê-lo o Executivo, com elementos que melhor possa orientar a elaboração de um novo projeto, diante de ónus que as instituições tenham que enfrentar.

Assim, seu favorável ao projeto no desejo de que ele passe sem emendas para ser logo transformado em lei, sem entretanto, deixar de reservarmos para oferecê-las se vir que não passará sem elas.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1954. — Luiz Tinoco, Presidente em exercício. — Carlos Gomes de Oliveira, Relator. — Othon Mader. — Cícero de Vasconcelos. — Hamilton Nogueira.

N.º 53, de 1954

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954.

Relator: Sr. Nestor Massena.

A Câmara dos Deputados remeteu ao Senado Federal, por ofício de 29 de janeiro do corrente ano, o projeto de lei, dela originário, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários.

Nesta Casa do Congresso Nacional foi o projeto despatchado às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças. A primeira dessas Comissões ao se manifestar sobre o projeto reconheceu-lhe a constitucionalidade, considerando-o com assento no artigo 5.º, XV, b, da Constituição. A segunda das referidas Comissões manifestou-se favorável ao projeto, reservando-se o direito de se julgar conveniente, vir a emendá-lo posteriormente.

A Comissão de Legislação Social, específica para opinar sobre o projeto, estudou-o em longo e bem justificado parecer do Ilustrado Senador Gomes de Oliveira. A Comissão de Serviço Público Civil nada tem a opor ao parecer da de Legislação Social, sendo, nestes termos, favorável ao projeto.

Sala das Comissões, em 9 de julho de 1954. — Luiz Tinoco, Presidente. — Nestor Massena, Relator. — Epitácio Brindeiro. — Vitaldo Lima.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino, para emitir parecer pela Comissão de Finanças.

O SR. IVO D'AQUINO:

Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, avoco o Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e as pensões dos bancários, a fim de, sobre ele, proferir o parecer da Comissão de Finanças.

O parecer é o seguinte:

"Este projeto de lei da Câmara estabelece que a aposentadoria ordinária a segurado de Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões será concedida após haver agitado realizado sessenta (60) contribuições mensais, bem como contar com idade de cinquenta e cinco (55) anos de idade e trinta (30) de serviço.

O projeto estabelece também as normas e procedimentos relativos

ao respectivo cálculo dos benefícios, o qual terá por base o "salário-benefício", que corresponderá à média dos salários sobre os quais o segurado tenha pago as vinte e quatro (24) últimas contribuições mensais.

Essa média, todavia, na forma do disposto no § 1.º do artigo 2.º, não poderá ser superior a dez (10) vezes o mais alto salário-mínimo vigente no país, nem inferior, em cada localidade, ao salário-mínimo de adulto ou menos.

A renda mensal a que os segurados têm direito, aposentados ou por invalidez, corresponderá, na forma do artigo 3.º, letras a, b e c, ao seguinte:

a) para os que contarem menos de 30 anos de serviço, a uma percentagem sobre o salário de benefício, fixada na base de 2,66% por ano de serviço;

b) para os que contarem mais de 30 e menos de 35 anos de serviço, a 80% do salário de benefício;

c) para os que contarem mais de 35 anos de serviço, a totalidade do "salário de benefício".

Quanto a pensão, assegurada o projeto que será a mesma paga aos dependentes do contribuinte, desde que este tenha realizado vinte e quatro contribuições mensais.

Em consequência do art. 2.º e seus parágrafos, os filiados aos Institutos e Caixas passarão a contribuir a base dos seus salários, desanexando, assim o limite atual de Cr\$ 2.000,00 determinado pela Lei n.º 159, de 30 de dezembro de 1935.

Conveniente observar que quase todas as 35.448 de 1.º de maio último, que unificou o regime de benefícios e de contribuições dos Institutos e Caixas e cuja constitucionalidade depende de ferente a idade, que o decreto de 1.º de maio piorou. Este é muito mais generoso e de agrados dos trabalhadores.

O Sr. Mozart Lago — Salvo numa parte se V. Exa. me permite, a reforçante a idade, que o decreto de 1.º de maio piorou. Este é muito mais generoso e de agrados dos trabalhadores.

O SR. IVO D'AQUINO — Aliás, o parecer da Comissão de Finanças diz: "quase todas as medidas". (Lá)

Um exame apressado da matéria indica que o aumento de contribuições, uma vez revogado o salário base de Cr\$ 2.000,00, proporcionará aos órgãos da Previdência recursos suficientes para ocorrer aos novos encargos.

Não nos parecem justos, entretanto, os tributos criados pelo art. 11, em favor do Instituto dos Bancários, quando as providências determinadas no projeto irão onerar os demais Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto, com a seguinte

EMENDA N.º 1-C

Sustina-se: E' este o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa uma emenda, que vai ser lida pelo Sr. 1.º Secretário.

N.º 2

Acrescente-se, onde convier: "Art. ... — Aos empregados inativos das estradas de ferro em regime especial, que tiverem completado 30 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço na empresa, será atribuída uma gratificação igual, respectivamente a 15 (quinze) e 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento ou salário que era percebido à data da aposentadoria.

Parágrafo único. O pagamento de tais gratificações será efetuado pela União, mediante verba incluída em seu orçamento anual".

Justificação

As gratificações adicionais por tempo de serviço constituíram e constituem o objeto do art. 146 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952. Esse preceito determina a concessão das referidas vantagens ao funcionalismo civil da União.

Quando da greve dos marítimos e para lhe por termo, o Governo Federal resolveu estender aos empregados Loides Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira o direito à percepção do salário-família e das gratificações adicionais, referidas no art. 146 da supracitada lei número 1.711.

A decisão favorável aos marítimos decorreu da interpretação dada ao art. 146 do art. 252 da mesma lei 1.711 (Estatuto dos Funcionários Públicos), que manda estender ao pessoal das autarquias "no que couber, o regime jurídico do Estatuto".

Desse ato, de âmbito limitado, decorreu a necessária inclusão dos empregados das autarquias ferroviárias no gozo da vantagem dos mesmos adicionais por tempo de serviço.

Essa maior extensão do campo de aplicação do direito consignado pelo art. 146 do Estatuto em questão, ainda proveu da observância do art. 252, inciso II, do mesmo Estatuto.

Realmente, o pagamento do salário-família e dos adicionais tem sido feito pelo Ministério da Fazenda, com a inclusão dos ferroviários autárquicos, isto é, dos servidores da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Cf. Exposição de Motivos d. M. da V. Exa. n.º 1.314 — GM. de 19-II-53).

Consoante o art. 146 do mencionado Estatuto, aplicado aos ferroviários autárquicos ex-*vi* do inciso I do art. 252 da lei n.º 1.711, não se tem direito aos adicionais os servidores ativos (*serviço*) como os *aposentados* (§ 2.º), desde que tenham completado, em atividade, o respectivo tempo de serviço.

Desarte, quanto aos marítimos e aos ferroviários autárquicos não há restrição alguma, compreendidos, como estão, os *ativos* e os *inativos*.

Ocorre, porém, que ao tratar da extensão do benefício dos adicionais em favor dos ferroviários, S. Exa. o Senador Ministro da Viação (Cf. Exposição de Motivos n.º 1.314-GM, in *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, de 28 de janeiro de 1954, fls. 234-37) explicitamente observou que de tal direito deviam usufruir os ferroviários autárquicos e os *inativos* das estradas de ferro em regime especial.

Todavia, para os primeiros, os ferroviários autárquicos, o pagamento do benefício em tela dependia apenas da interpretação do referido inciso I da Lei n.º 1.711. Havia amparo legal, bastante à imediata aplicação do benefício. Foi o que efetivamente ocorreu como vimos linhas acima.

Concluiu-se que todos os ferroviários, *ativos* e *inativos*, das estradas sob uma ou outra forma administradas pela União, já gozavam ou irão gozar do direito aos adicionais por tempo de serviço, *menos os inativos* das estradas de ferro administradas pela União, em regime especial.

Quanto aos servidores das estradas de ferro em regime especial, não havia como se lhes estender o conteúdo de um dispositivo expressamente referente as autarquias, nem existia outra norma de direito positivo que os amparasse em tal emergência, muito embora reconhecesse o Ministério da Fazenda que "todos os que trabalham em estradas que o Governo administra, em última análise, *ferroviários* da União, sujeitos embora a regime diversos, decorrentes da forma de administração das estradas" (Exposição de Motivos, sem número de 2-12-53, in *Diário do Congresso Nacional*, n.º e loc. cit.).

Consequentemente, em o fim de sanar a injusta situação, propuseram

os dois Ministérios, o da Viação e o da Fazenda, se fizesse remessa ao Legislativo de Mensagem acompanhada do projeto de lei referente aos servidores das estradas de ferro em regime especial (V. as supracitadas Mensagens dos dois Ministérios, *Diário do Congresso Nacional*, n.º e loc. citados).

A proposição, assim encaminhada, tramitou pelas duas Casas do Congresso, e nesta Câmara Alta foi, sob n.º 88-54, recentemente aprovada, de sorte que está a depender somente de sanção. Após a esta, positivados ficarão os elevados e justos propósitos do Governo, revelados, explicitamente através das supracitadas Mensagens. No gozo dos adicionais estarão incluídos os servidores das ditas ferrovias em regime especial.

Houve, porém, nessa proposição, um lapso, que merece imediato reparo. Vimos que o Estatuto dos Funcionários Públicos concede as gratificações adicionais não só aos servidores ativos como também, explicitamente, aos inativos (§ 2.º do art. 146).

Adotada essa norma, em toda a sua plenitude, para os marítimos e para os servidores das autarquias ferroviárias, por força da interpretação do artigo 252, inciso II, do mesmo Estatuto é claro e insofismável que as vantagens consignadas pelo dito art. 146, aproveitaram os ativos e aos inativos. Assim, os aposentados das estradas de ferro autárquicas estão percebendo os adicionais de 15 e 25%.

Acontece que a finalidade a que se propuseram os Ministérios da Fazenda e da Viação, foi o de igualar situações, de sanar injustiças.

*Será de coerência conceder o mesmo benefício ao pessoal das autarquias portuárias e ferroviárias, e, essa concessão, será justo estendê-la ao pessoal das estradas de ferro em regime especial, para não deixá-los em situação de inferioridade" (Exposições de Motivo do Ministério da Viação n.º 730, de 10-7-53, in *Diário do Congresso Nacional*, n.º e loc. cit.).

Constata-se que esse objetivo foi colimado, sem restrições, para os marítimos e para os ferroviários autárquicos, pois a eles, sem distinção alguma, aproveitou o benefício, tanto os ativos como os inativos.

Opostamente, mantendo aquela situação de inferioridade a que se reporta a Mensagem do Ministro da Viação, de 10-7-53, o projeto n.º 88-54, foi aprovado pelo Senado Federal, e vai à sanção, sem inclusão dos inativos das estradas de ferro em regime especial.

Qual a razão que milita em favor dessa flagrante disparidade de tratamento? Qual o motivo de quebra de um sistema que abrange todos os servidores autárquicos e os das redes em regime especial, ativos e inativos, decorrente da aplicação combinada dos artigos 146 e 252, inciso II, do Estatuto dos Funcionários Públicos?

Alegou-se no plenário desta Casa do Congresso, para sustentar a injuridica exclusão que os inativos são pagos pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões e que estas instituições não suportariam o onus decorrente do pagamento dos adicionais.

Ora, o conceito de gratificação adicional, em nosso direito administrativo e na doutrina, que é pacífica, não permite se atribua a outrem que não o patrão, o empregador ou o Estado, a responsabilidade no pagamento da dita vantagem. Não incumbe em absoluto às instituições de previdência social um onus que lhes é estranho, que se não condiz com as suas atribuições e finalidades, mas que é, originária, declarada e tipicamente um encargo governamental mesmo quando já tenha cessado a atividade do servidor.

Dentro lógica interpretação estão incluídos os inativos das ferrovias autárquicas, que já percebem as gratificações a conta do Tesouro Nacional. Como deixam ver as Mensagens em

apreço, a responsabilidade do pagamento dos adicionais incumbe à União e, nessa conformidade, vê-se que os servidores ferroviários autárquicos foram pagos, de seus adicionais, mediante crédito especial para os atravessados (Exp. de Motivos número 1.314, D. do Cong. Nac. número e local citados).

Nessa modalidade do pagamento estavam e estão incluídos ativos e inativos.

Como acellar, agora, um raciocínio contrário, que destrutiva todo um sistema estabelecido e praticado, com o fito de, atribuindo as Caixas de Previdência uma responsabilidade que lhes não compete, excluir de um benefício e, portanto, tratar de maneira desigual e prejudicial os inativos das estradas de ferro em regime especial?

Se os inativos da Viação Paranaense, Santa Catarina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil percebem os adicionais em questão, por que não podem gozar do mesmo direito os da Rede Ferroviária do Nordeste, da Estrada de Ferro Leopoldina, da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, etc?

Se os das primeiras são pagos pela União, por que aos das últimas há de se atribuir uma fonte pagadora diferente?

A primeira pergunta revela uma injustiça, pois não deve haver diferença de tratamento para a mesma classe de servidores vinculados à União.

A segunda questão evidencia a incoerência de raciocínio, lançando bases diferentes para o cumprimento de uma mesma obrigação, cujo onus incumbe ao mesmo responsável.

É de recordar que a lei n.º 1.765, emergência em favor dos servidores de 13-12-52, quando um abono de civis da União e de determinados servidores ativos e inativos, e dispõe explicitamente que o pagamento do abono inativos será feito por intermédio das Caixas de Aposentadoria e Pensões, que receberam a correspondente indenização, na forma do De

n.º 3.789, de 23 de outubro de 1941. Nessa espécie, depauperamos com uma liberalidade, um abono que a União se propôs a pagar, mesmo aos inativos. Assumiu a responsabilidade de todo o encargo.

Como levantar dúvida quanto a uma obrigação, como a do pagamento de adicionais por tempo de serviço, que respecta inequivocamente à União?

Cumpro, diante do exposto, sanar o erro, a falha que o projeto número 88-54 — lei breves dias — deixou subsistir.

A presente emenda tem esse objetivo.

É incompreensível a manutenção de uma das gualdade tão chocante, prejudicial aos inativos das estradas de ferro em regime especial.

Rio de Janeiro. Equipas da Rocha.

O SR. PRESIDENTE.

Os Senhores que apóiam a emenda assinada pelo nobre Senador Ezequias da Rocha queiram conservar-se sentados (Pausa).

Está apodada.

Em discussão o projeto com as emendas.

O SR. MOZART LAGO.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o direito de emendar um projeto é incontestável. Não obstante, quero recordar, agora, que vai ser enterrada a discussão do projeto com as emendas — pois o projeto terá que ser retirado da Ordem do

Dia, para que as Comissões se pronunciem sobre as emendas — o apelo que desta tribuna já transmiti ao Senado, em nome de todos os cidadãos do Brasil, que falaram pelos trabalhadores.

Este projeto encontra-se em discussão nesta Casa desde 1949.

Sua marcha tem sido uma verdadeira tragédia, e os trabalhadores estão aflitos pela sua aprovação, por que grande número deles, já em idade avançada, com os requisitos necessários à aposentadoria, estão à espera da lei para poderem tranquilamente, descansar em suas casas.

Já agora, com as emendas apresentadas, não podemos fazer nada; mas, no momento oportuno, por ocasião da votação do projeto, hei de renovar aos nobres colegas o pedido que lhes venho transmitindo, em nome dos trabalhadores do Brasil. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não vou discutir o Projeto, mas apenas declarar que estou de acordo com o meu colega, Senador Mozart Lago.

O Senado deve votar o Projeto com certa urgência, para não cair na velha praxe, comum no Brasil, de se dar aposentadoria no fim da vida, apenas para o indivíduo esperar o entêro.

É preciso que se dê a esses homens pelo menos um certo tempo de vida confortável, e o que não se pode admitir é que o indivíduo, no fim da vida, depois de aposentado, ganhe menos do que quando começou a sua carreira, na juventude.

Sr. Presidente, aqui estou para defender o projeto, tal como veio da Câmara dos Deputados. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

Não havendo quem pegue a palavra, dou-a por encerrada.

O Projeto, em regime de urgência, volta às Comissões devendo retornar à Ordem do Dia dentro de 48 horas.

A Mesa verifica que, no plenário não estão presentes 16 Srs. Senadores, o que impede o prosseguimento dos trabalhos.

Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE À CHAMADA À QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Draudt Ernani — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cícero de Vasconcelos — Alfredo Neves — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Costa Paranhos — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Camilo Mercio (13)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada apenas 13 Senhores Senadores.

Não há número para o prosseguimento da sessão.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, de acordo com o nosso Regimento Interno, não pode o Senado funcionar com menos de 16 Senadores no recinto, para a apreciação de qualquer matéria.

Pergunto V. Excia. se pôde a sessão ter prosseguimento, no momento

da abertura ou na hora do Expediente se não estiverem presentes no recinto 16 Senadores.

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem de V. Excia., devo esclarecer que, quando não se encontram no recinto 16 Senhores Senadores, a Mesa, por várias vezes, tem mandado proceder à chamada. Quando não há quorum, encerra a sessão, mas, em regra, respondem à chamada mais de 16 Senhores Senadores.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, assim sendo, o Senador que notar houver menos de 16 Srs. Senadores no plenário, durante a apreciação de um Projeto ou na hora do expediente, poderá levantar questão de ordem nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE:

Exatamente! a Mesa atenderá a questão de ordem, mandando proceder à chamada.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

Obrigado a V. Excia. Serêi, doravante, de uma vigilância permanente da observância do Regimento, aliás tão cuidadosamente defendido por V. Excia.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa congratula-se com a deliberação de V. Excia., porque, assim evitara, muitas vezes, tomar esta iniciativa ex-officio.

Não havendo número para prosseguimento da sessão, vou encerrá-la, convocando para amanhã, uma sessão noturna, à 21 horas em virtude da realização, durante o dia, de sessão conjunta do Congresso.

Designo para a sessão noturna de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados ao Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de Dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e das outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 2.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de Junho de 1954, tendo pareceres: I — Sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18 de Maio de 1954), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças contrário (proferido oralmente na sessão de 12-7-54).

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54, dependente

de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Legislação Social; Economia.

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardino Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Adílio Vianna e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 375, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 364, de 1954, do Senhor Senador Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança popular constituída das seções do Distrito Federal, da União Democrática Nacional do Partido Republicano e do Partido Libertador.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 360, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Torres, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra c, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e das outras providências.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros no VI Congresso Pan-americano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecida pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 126, sobre o ofício n.º 3-54, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 9-7-54, a requerimento do Sr. Senador Francisco Galotti).

Votação, em discussão única, da Redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 466, de 1954, do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Votação, em discussão única, da Redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 467, de 1954, das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 469, de 1954, do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 496, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capreiro.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 502, de 1954, do Projeto de Resolução n.º 20, de 1954, que concede permissão ao Diretor de Serviço do Senado para aceitar bolsa de estudos

que lhe foi concedida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 503, de 1954, do Projeto de Resolução n.º 23, de 1954, que concede exoneração a Herculano de Macedo Rocha, do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares do Senado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 508, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1952, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 509, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olimpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Ará Leão Melo, para regular a execução e o pagamento das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Paranaíba, no Município de Terezina, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 511, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Curitiba, Estado do Mato Grosso, e José Arnaldo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 512, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Curitiba, Estado do Mato Grosso, e Marcelo Miraglia para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuário de Rosário-Oeste, no mesmo Estado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 513, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova os termos de acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 514, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher Adélia

Fernandes de Oliveira, para o fim de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Ponha", situada no Município de Iguaçu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 515, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

Votação, em discussão única, da Redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 516, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Remundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução de obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.498, de 9 de agosto de 1943.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 272 do Decreto-lei n.º 462, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. *Pareceres laborais:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 498 de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 590, de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a renovação de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 476, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pelo rejeição, visto já haver perdido a sua finalidade.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. *Pareceres laborais:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 365, de 1954 do Senhor Senador Clelio de Vasconcelos, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 204, de 1954, pelo arquivamento (com voto em separado do Sr. Senador Luis Pincoff); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 203, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (aprovadamente na sessão de 3-5-54).

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Pareceres laborais:* sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Figueira de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Suíça.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenza para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 98, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Jecio Floriano de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Segunda discussão do Projeto de Lei n.º 23, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste (aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo *Pareceres laborais:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 264, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 355, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 356, de 1954).

Registramento de urgência cuja votação está concluída em 15 de julho de 1954, do art. 155 do Regimento Interno.

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Senador e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Navegação e Navegação do Ceará" e da "Companhia Brasileira de Patrulhamento Nacional".

Encerra-se a Sessão às 17 horas e 5 minutos.

Republica-se por ter saído com incorreções no "D. C. N." de 9 de Julho de 1954.

MENSAGEM N.º 120, DE 1954
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

"Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que no uso da atribuição que me confere os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados n.º 1.575, de 1952 (300, de 1952, do Senado Federal) que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais.

O Projeto teve origem com a Mensagem n.º 1, de 1952, do Senhor Presidente do referido Tribunal, nos termos do art. 97, II, da Constituição. A alteração proposta tinha por objetivo modificar o Quadro de Pessoal aprovado pela Lei n.º 1.393-A, de 19 de junho de 1951, para o fim de reclassificar os cargos isolados de Chefe de Paralelo e Motorista e reestruturar a carreira de Contínuo, além de extinguir todos os cargos de Sorrento.

te e criar cargos novos, respectivamente, 1 de Zelador padrão K, 2 de Ajudante de Porteiro padrão K, 1 de Motorista padrão J, 1 de Motorista Auxiliar padrão I e 1 de Ascensorista padrão I.

Sobre a proposição, esclarecia, ainda, o Tribunal, em sua Mensagem.

"Tais medidas, consubstanciadas no anteprojeto de lei, visam não só atender as necessidades do serviço deste Tribunal, possibilitando melhor organização e maior eficiência na execução dos encargos de portaria, senão também assegurar ao respectivo pessoal situação compatível com a dos que exercem cargos semelhantes nos demais órgãos judiciais Federais".

"Para mais perfeito esclarecimento do assunto basta considerar que a providência sugerida resultará, em última análise, na organização de uma carreira única para o pessoal da portaria (contínuos e serventes) mantidos os atuais cargos isolados de Chefe de Portaria e Motorista e criando seis novos cargos isolados.

Releva ponderar que as alterações propostas, embora importem um pequeno aumento de despesa,

não acarretam necessidade de suplementação de crédito, uma vez que poderão ser atendidas pelo saldo da própria dotação orçamentária".

A iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, correspondia a simples medida complementar das providências anteriormente consubstanciadas na Lei n.º 1.386-A, de 19 de junho de 1951, permanecendo inalterável, em seus demais aspectos, o Quadro do Pessoal daquele alto Órgão do Poder Judiciário.

A Câmara dos Deputados aprovou, no entanto, substitutivo que importa em completa reestruturação do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, excedendo, por essa forma, o âmbito da proposta e afetando o direito de iniciativa exclusiva que a Constituição reservou, na hipótese, ao órgão próprio do Poder Judiciário.

Confrontando-se o projeto original com o autógrafo ora submetido à sanção, verifica-se a sua diversidade substancial. Enquanto o primeiro se referia, exclusivamente, ao pessoal da Portaria do Tribunal em apreço, cogita este último de alterar o respectivo Quadro do Pessoal, transformando cargos, transmutando-lhes a denominação, determinando novas for-

mas de provimento e, finalmente, aumentando vencimentos.

Os quadros que acompanham o autógrafo ora submetido à sanção reestruturam todas as carreiras do Quadro do Pessoal do Tribunal, com elevação dos níveis iniciais e finais respectivos transformam cargos isolados em cargos de carreira e majoram vencimentos de Chefes de Seção à inteira revolta do mesmo Tribunal. A faculdade da emenda excedeu, assim, ao conteúdo da iniciativa o que importa, segundo já decidiu o Supremo Tribunal Federal, na representação n.º 164, em sua inconstitucionalidade.

Transformar o cargo de Contabilista padrão J em Contador padrão O os cargos isolados de Taquígrafo padrão M em uma carreira com a mesma denominação estruturada com as classes M, N e O, fundir nas classes H e I a atual carreira de Auxiliar Judiciário estruturada de E a I, cargos e carreiras que não foram objeto de referência na Mensagem do Senhor Presidente daquele órgão judiciário representa a criação de cargos e o aumento de vencimentos, sem a indispensável iniciativa prevista no item II do artigo 97 da Constituição Federal.

Assim o entendeu o Senado Federal, ao restabelecer o Projeto primitivo,

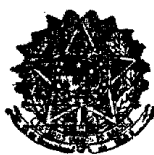
com a redação proposta pelo Senhor Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, por lhe parecer que o projeto emendado pela Câmara dos Deputados estava em desacordo com os preceitos constitucionais.

Torna-se, portanto, manifesta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei, por não se haver verificado a condição essencial da iniciativa, prevista expressamente no item II do artigo 97 da Constituição Federal, segundo o qual "compete aos tribunais elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provido-lhes os cargos na forma da lei, e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos".

Por outro lado, impõe-se a conclusão de ser inaceitável o Projeto de Lei, do ponto de vista dos interesses nacionais, uma vez que estabelecerá disparidade de tratamento legal com outros quadros de pessoal administrativo do Poder Judiciário.

São essas as razões que me levam a negar sanção ao Projeto de Lei em apreço, e que tenho a honra de submeter à elevada consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1954. — *Getúlio Vargas*.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 418

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 16 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1952, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CARL FILHO
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.573, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

JOÃO CARL FILHO

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Gaiotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landolpho Alves — Vice-Presidente
Luiz Tinoco
Júlio Leite
Costa Pereira (**)
Plínio Pompeu (**)
Euclides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djalr Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Azeite Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclides Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Isamar de Góis — Vice-Presidente (*).
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (**).
5 — Apolônio Sales (***).
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (****).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclides Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio (*****).
13 — Pinto Aleixo.
14 — Plínio Pompeu.
15 — Veloso Borges.
16 — Vitorino Freire (*****).
17 — Walter Franco (*****).

(*) Substituído pelo Sen. Espiridiano de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*****) Substituído pelo Sen. Antonio Bayana.
(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.
Secretário — Evandro Vianna, Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Camilo Márcio.

Ferreira de Souza.
Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (**)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 2 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.
3 — Novaes Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djalr Brindeiro.
6 — Mathias Olympio.
7 — Assis Chateaubriand. (*)
8 — João Villasboas.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos

Secretário — J. B. Castejon Branco.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Waidemar Pedrosa — Vice-Presidente.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.
Alfredo Simch — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 14 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djalr Brindeiro.
6 — Mozart Lago.
7 — Júlio Leite.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — *Presidente*.
Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
Alencastro Guimarães.
Othon Mäder.
Antônio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.
2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góes.
5 — Silvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner veiga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mércio.
Carlos Lindenberg.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial da Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.
Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente* e *Relator Geral*.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Itallina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*.
Mozart Lago — *Vice-Presidente*.
Júlio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — *Presidente*.
Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso — *Relator*.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Civis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*.
Nivaldo Adolpho — *Vice-Presidente*.
João Villasboas.
Jornal de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Auxiliar — Ney Garcia da Leão.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 105,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — *Presidente*.
2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novas Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*.
2 — Ivo d'Aquino.
3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral* (*).
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*.
2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
3 — Anísio Jobim.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Camilo Mércio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flávio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Mogueira.
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Porto.
Secretário — Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar — Ney Garcia da Leão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*.
2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente* e *Relator Geral*.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mäder.
5 — Rui Carneiro.
Secretário — Itallina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

25.ª REUNIAO, EM 14 DE JULHO DE 1954

Aos quatorze dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às nove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Dario Cardoso, Presidente. Estão presentes os Srs. Anísio Jobim, Flávio Guimarães, Luiz Tinoco, Joaquim Pires, Gomes de Oliveira, Camilo Mércio, Atílio Vivacqua e Ferreira de Souza, deixando de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, e Mozart Lago.

Lida e aprovada sem observações a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente anuncia ter realizado a distribuição publicada ao pé desta.

Dado início ao exame da matéria constante da pauta, são lidos e aprovados os seguintes pareceres:

— Do Senhor Atílio Vivacqua, pela constitucionalidade, apresentando emenda, do Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1954, que modifica o artigo 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal, com restrições dos Srs. Ferreira de Souza e Joaquim Pires;

— Do Sr. Anísio Jobim, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 6, de 1954, que aprova o Acordo assinado pelo Brasil na cidade de Washington; e pela cons tituição

nalidade do Substitutivo oferecido ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira;

— Do Sr. Camilo Mércio, pela aprovação do Projeto da Lei da Câmara n.º 93, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes de cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra e outros;

— Do Sr. Gomes de Oliveira, pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1954, que acrescenta dispositivos à Lei n.º 1.741, de 23 de novembro de 1952;

— Do Sr. Luiz Tinoco, pela constitucionalidade da emenda n.º 1, oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1954, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e das outras providências;

— Do Sr. Ferreira de Souza, pela inconstitucionalidade:

a) do Projeto de Lei do Senado número 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas Instituições de Previdência Social;

b) do Projeto de Lei da Câmara n.º 230, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio às despesas de organização e realização do Conselho Geral Igreja Metodista do Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com restrições dos Srs. Flávio Guimarães e Atílio Vivacqua;

— Do Sr. Flávio Guimarães, pela constitucionalidade do Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1954, que aprova o Acordo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho; e pela aprovação, no aspecto constitucional, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal.

Adia-se a votação do parecer emitido pelo Sr. Atílio Vivacqua sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1954, que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimentos e Preços, por haver solicitado e obtido vista o Sr. Joaquim Pires.

E igualmente adlada, com vista do respectivo parecer aberto ao Sr. Flávio Guimarães, a votação do parecer do Sr. Luiz Tinoco sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1954, que dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito.

Por força do adiantado da hora, o Sr. Presidente encerra a reunião. Para constar, eu, Luís Carlos Vieira da Fonseca, Secretário, lavrei a presente ata, que, aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

DISTRIBUIÇÃO REALIZADA PELO SR. PRESIDENTE EM 14 DE JULHO DE 1954.

— Ao Sr. Ferreira de Souza, o Projeto de Lei do Senado n.º 56, de 1954, que institui nas Escolas Federais de Medicina o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática; o Projeto de Lei da Câmara n.º 136, de 1954, que dispõe sobre a inscrição do Registro Público da emancipação por outorga do pai e mãe; e o Projeto de Lei do Senado n.º 57, de 1954, que dispõe sobre condições de elegibilidade;

— Ao Sr. Camilo Mércio, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2, de 1954, que aprova o contrato de concessão de uso do Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Companhia de

Brasileira; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 11, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Ltda.;

— Ao Sr. Plávio Guimarães, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 8, de 1954, que aprova o Acordo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal;

— Ao Sr. Atílio Vivacqua, o Projeto de Lei do Senado n.º 55, de 1954, que dispõe sobre o caso de falecimento de candidato registrado antes da respectiva eleição;

— Ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1954, que altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; e o Projeto de Lei da Câmara n.º 139, de 1954, que fixa em Cr\$ 3.000 por pessoa a entrada no Cais do Porto do Rio de Janeiro;

— Ao Sr. Anísio Jobim, o Projeto de Lei da Câmara n.º 142, de 1954, que autoriza o Tribunal de Contas a registrar a pensão vitalícia em favor de Teonila Oliveira Neves, Edna Iná de Oliveira e Clélia de Oliveira Lobo;

— Ao Sr. Luis Tinoco, o Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1954, que dispõe sobre o salário mínimo dos médicos e dá outras providências; e o Projeto de Lei do Senado n.º 18, de 1954, que dispõe sobre o exercício das funções de Prefeito.

Sobre a mesa para recebimento de emendas

Nos dias 18 e 19: Projeto de Resolução n.º 34, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

84.ª SESSÃO, EM 16 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães.
- 2.º — Senador Gomes de Oliveira.
- 3.º — Senador Costa Paranhos.

ATA DA 83.ª SESSÃO, EM 15 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

PRESIDENCIA DOS SRS. CAET FILLHO E ALFREDO NEVES.
As 14.30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Antonio Bayma — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Ray Carneiro — Drauldi Ernany — Djalir Brindeiro — Ezerhins da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidão de Farias — Carlos Lindemberg — Luis Tinoco — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Plávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simas — (32)

O SR. PRESIDENTE: Achem-se presentes 32 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO: (Servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO: Lê o seguinte

Expediente

Ofícios:

— Da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação da emenda desta Casa ao Projeto de Lei da Câmara n.º 47-50.

— Cinco, da mesma Casa, sob os números 1.051, 1.054, 1.114, 1.061 e 1.065, encaminhando os seguintes

Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1954

(4.252-A-54, NA CAMARA)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Companhia Importadora e Distribuidora Cidiz S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado em 22 de dezembro de 1952, entre o Departamento Federal de Compras e a firma Companhia Importadora e Distribuidora Cidiz S. A., para fornecimento de uma lancha a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1954

(4.250-A-54, NA CAMARA)

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 24 de agosto de 1951, entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S. A., para execução do serviço de pagamento dos cupes de juros de apólices, obrigações e títulos de renda federais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1954

(4.395-A-54, NA CAMARA)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eora Limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado, em 19 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eora Limitada, para construção

de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Jaguaribara, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1954

(4.270-A-54, NA CAMARA)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 28 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia. Ltda., para construção do prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Maranhão, no Estado de Minas Gerais, na importância de Cr\$ 839.750,00 — (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta cruzados).

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1954

(4.249-A-54, NA CAMARA)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangeia Limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao contrato celebrado, em 19 de novembro de 1951, entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangeia Limitada, para execução de obras no Museu Histórico.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

— As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Pareceres

Parecer n.º 532, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Decreto Legislativo número 13/53, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.

Relator: Sr. Anísio Jobim:

1. Em virtude do requerimento n.º 318, de 1954, voltou o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, à Comissão de Constituição e Justiça para dar parecer sobre o substitutivo, apresentado na douta Comissão de Finanças, pelo nobre Senador Dr. Apolônio Sales, atual Ministro da Agricultura.

O Projeto teve pareceres favoráveis, mantendo a decisão do Tribunal de

Contas denegatória ao registro do mesmo por falta de formalidades, das Comissões de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados, da Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

Indo à Comissão de Finanças, desta Casa, houve um pedido de diligência do Senador Apolônio Sales, sobre se os serviços previstos no contrato foram realizados. E como as informações do Ministério da Agricultura foram no sentido afirmativo, o mesmo Senador apresentou o Substitutivo, aprovando o dito contrato, contra o decisorio do Tribunal de Contas.

2. Justificando a sua emenda n.º 1-C nestes termos:

“Substitua-se pelo seguinte:

Art. 1.º — É aprovado o termo do contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda de Assis, nos termos da Legislação Federal”, — diz o eminente representante de Pernambuco que estamos em frente de um caso consumado, e que a única saída que tem o Congresso é aprovar o contrato celebrado, a fim de que possa a União beneficiar-se com o recolhimento da taxa d'água estipulada na cláusula 3.ª do contrato.

O douto autor do Substitutivo diz do irrealismo no qual nos colocamos em matéria de administração pública e controle dos seus atos.

3. O Tribunal de Contas, ao julgar a matéria, achou conveniente e mesmo imprescindível, realizar diligências no sentido de elucidar o convênio e o formalismo burocrático — que se fizesse a prova de que o signatário Juvenal Nogueira de Assis está quite com o serviço militar; que se remetesse a certidão do imposto de renda extraída em 1951; e que fosse submetido ao Tribunal o contrato a que alude a cláusula 10.ª do termo em causa”.

Nenhuma dessas formalidades foi respondida, pelo que aquele Tribunal negou o registro.

Mas o autor do Substitutivo declara que no serão essas coisas são difíceis de obter, e que os pontos arguidos não são essenciais à validade do contrato, e na quase certeza de que os serviços contratados foram realizados, dá ao mesmo termo de contrato a juridicidade precisa para os efeitos da lei.

4. O Congresso Nacional tem poderes para arrendando certos formalismos exigidos, o que não são essenciais à formação de contratos desta natureza — a execução de serviços de irrigação agrícola no Município do Crato, Ceará, — tem poderes, dizemos, para lhe emprestar validade porque de sua competência fazê-lo.

No caso em apreço é considerável o válido por isso que já foi executado, já produziu os seus efeitos.

Seria inconsequente o Congresso, face a essa circunstância, mantendo a decisão do Egrégio Tribunal de Contas.

Vários casos ou precedentes têm havido neste sentido.

Pela constitucionalidade e aprovação do Substitutivo.

Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente; Anísio Jobim, Relator; Luis Tinoco. — Joaquim Pires. — Gomes de Oliveira. — Camilo Mercio. — Plávio Guimarães.

Tal justificativa merece, entretanto, um reparo de natureza regimental. As emendas em causa foram oferecidas em segunda discussão ao passo que o Projeto teve sua constitucionalidade reconhecida pelo Senado em

decisão anterior (discussão preliminar, em 20-9-1951).

Ora, tanto na vigência do Regimento antigo como pelo atual (art. 132, § 1.º), "Reconhecida por voto do plenário a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da proposição, não mais poderá ser arguida".

E o caso *data venia*, das emendas em referência.

7. Por esses fundamentos, a Comissão de Serviço Público Civil se manifesta:

a) pela aprovação da Emenda n.º 3 (Substitutiva), oferecida ao Projeto, com subemenda que apresenta:

b) por recomendar ao plenário a rejeição da emenda da Comissão de Constituição e Justiça (entranhada no respectivo parecer), e que se prejudicaria pela aprovação da emenda substitutiva; e

c) pela rejeição das Emendas n.ºs 1 e 2 (numeração original).

E o parecer.

Sala das Comissões, 9 de julho de 1954. — *Nestor Massena*, Presidente, em exercício. — *Luz Tinoco*, Relator. — *Djair Brindeiro*. — *Vitaldo Lima*.

SUBEMENDA — À EMENDA N.º 3

Substitui-se na Emenda n.º 3, a expressão: "as obrigações constantes da" pela seguinte:

"o disposto na" colocando no singular o verbo estender, pôsto no início do artigo.

Luiz Tinoco

EMENDA N.º 1

No artigo 1.º onde se diz "as obrigações constantes da Lei n.º 1.325", diga-se: as obrigações e direitos constantes da Lei n.º 1.325.

Pareceres ns. 536 e 537, de 1954

N.º 536, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 45-54, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações. Relator *Sr. Camilo Mercio*.

Pelo projeto, da autoria do nobre Senador Nestor Massena, denominar-se-á Melo Viana o aeroporto de Três Corações no Estado de Minas Gerais.

Justificando-o transcreve o seu autor um editorial do jornal *o Estado de Minas*, de Belo Horizonte, em que vem demonstrada a brilhante atuação daquela eminente figura de político, recentemente desaparecido, salientando ter sido ele um impulsor da aviação comercial naquele Estado.

Considerando de todo justa e merecida a homenagem que se pretende prestar a quem foi indiscutivelmente uma das mais destacadas figuras de nossa vida política e que tantos serviços prestou ao Brasil, opinou, nada opondo à sua constitucionalidade, pela aprovação do projeto.

Sala Ruy Barbosa, em 7 de junho de 1954. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Camilo Mercio*, Relator. — *Joaquim Pires*. — *Flávio Guimarães*. — *Gomes de Oliveira*. — *Anísio Jobim*.

N.º 537, de 1954

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954.

Relator: *Sr. Antônio Bayma*.

Da autoria do nobre Senador Nestor Massena, tem por objetivo o Projeto de Lei em apreço, dar a denominação de Melo Viana ao aeropor-

to de Três Corações, em Minas Gerais.

Sobre a matéria já se pronunciou favoravelmente a douta Comissão de Justiça desta Casa.

Brasileiro dos mais eminentes, o nosso saudoso colega, que ocupou os mais destacados postos da vida pública nacional, sempre soube emprestar em todos âmbitos, as luzes de sua inteligência e do seu grande patriotismo.

Conheci o eminente Senador mineiro, tendo mesmo privado de sua intimidade.

Dessa intimidade e desse conhecimento posso atestar-lhes as peregrinas qualidades de espírito sempre postas a serviço do Brasil e de sua querida terra.

A homenagem que seus conatados nos lhe desejam prestar é, pois, das mais justas, não só pelos títulos que tanto lhe exalçaram a atividade pública, como, no caso, pelo fato de ter sido ele um grande impulsor da aviação no Estado montanhês.

Como bem assinalou o editorial do "Estado de Minas", que serviu de justificativa ao Senador Nestor Massena para o seu projeto, "foi ao tempo da administração do Sr. Melo Viana, como governador de Minas, que se inaugurou a primeira linha aérea entre Belo Horizonte e o Rio. Essa iniciativa teve da parte dele o incentivo sem o qual não teria sido possível efetivá-la".

Como se vê, foi Melo Viana um verdadeiro pioneiro da aviação em sua terra e a esse preito que se pretende render, em boa hora, não poderá deixar de solidarizar-se o Senado da República a que tão dignificadamente serviu e honrou.

Somos, assim, pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14 de julho de 1954. — *Onofre Gomes*, Presidente em exercício. — *Antônio Bayma*, Relator. — *Alencastro Guimarães*. — *Othon Mäder*.

Parecer n.º 538, de 1954

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

Relator: *Sr. Joaquim Pires*.

Este projeto de lei, oriundo de mensagem do Chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional, autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para pagamento de gratificações devidas aos professores civis do Magistério Militar.

Como no processo relativo ao projeto — e ao mesmo tempo — houvessem pareceres dos órgãos competentes do próprio Executivo, muito discordantes entre si a respeito do direito dos beneficiados de receberem a gratificação estipulada, e, ainda, não houvesse a Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados se manifestado sobre a matéria, esta Comissão achou conveniente que fosse o projeto remetido à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa para dar parecer sobre o mesmo.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi favorável, concluindo não haver, no projeto, vício que possa torná-lo de inconstitucional ou ilegal.

Nessas condições, uma vez que a autorização para abertura de crédito é simples, consequência de direito já reconhecido, a Comissão de Finanças opina favoravelmente, a este projeto de lei.

Sala Joaquim Murinho, 7 de julho de 1954. — *Ivo d'Aquino*, Presidente. — *Joaquim Pires*, Relator. — *Antônio*

Bayma. — *Nestor Massena*. — *Costa Paranhos*. — *Euclides Vieira*. — *Plínio Pompeu*. — *Carvalho Guimarães*. — *Esmeraldo de Faria*.

COMPARECEM MAIS OS SRS.

SENADORES:

Vitaldo Lima — *Anísio Jobim* — *Olavo Oliveira* — *Altílio Vitacqua* — *Pereira Pinto* — (5)

DEIXAM DE COMPARECER OS

SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — *Magalhães Barata* — *Victorino Freire* — *Arêa Leão* — *Mathias Olympio* — *Kerginaldo Caralcanti* — *Velloso Borges* — *Martinião Fernandes* — *Novaes Filho* — *Julio Leite* — *Dural Cruz* — *Walter Franco* — *Landulpho Abreu* — *Aloysio de Carvalho* — *Pinto Aleixo* — *Sil Tinoco* — *Bernardes Filho* — *Leandro Coelho* — *Cesar Verguino* — *Marcondes Filho* — *Euclides Vieira* — *Silvio Curvo* — *João Villasboas* — *Vespasiano Martins* — *Alberto Pasqualini* — (25)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, primeiro orador inscrito.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — *Sr. Presidente*, a cultura brasileira tem sofrido neste ano grandes perdas com o falecimento de ilustres representantes dos diversos ramos da atividade do espírito.

Ainda ontem nos surpreendeu a morte de um dos mais eminentes professores brasileiros, o *Sr. Angioni Costa*.

No ramo da Arqueologia foi, indiscutivelmente, o pioneiro no Brasil. Seus estudos iniciais, suas pesquisas enriqueceram a etnografia e a etnologia; mas o pesquisador transportou o resultado de suas experiências para livros de grande valor, que abriam caminho a bibliografia brasileira nos assuntos de sua especialidade.

Na *Coleção Brasileira* resultam dois trabalhos notáveis: "A Introdução à Arqueologia Brasileira" e outro livro de grande mérito sobre migrações e culturas indígenas.

Posteriormente, publicou sua "Indologia". Não ficaram, porém, as obras do grande mestre apenas no ramo de sua especialidade. Foi também escritor de fato. Dois livros podemos citar que permanecerão como dos melhores da nossa literatura — "Roteiro dos Andes", e o publicado três dias antes de sua morte, "O Espírito e o Nervo do Mundo Latino".

Pesquisador e escritor, era também Angioni Costa professor no Museu Histórico Nacional da especialidade que acolhera: arqueologia. Ali onde nasceu o estudo dessa disciplina.

Na vida civil era encantador de espírito jovem. Ainda ontem, conversando com um de seus filhos, dizia-lhe o professor Dante Costa catrático de Higiene na Faculdade Nacional de Medicina, que nunca tivera a impressão de seu pai ser mais velho que ele, tal a alegria com que sempre conversava com os filhos e amigos.

Em relação aos amigos, era de absoluta lealdade.

Lembro-me, *Sr. Presidente*, ter dito certa vez algumas palavras, um pouco fortes. — É claro que no setor político, porque não intervenho na vida privada de quem quer que seja — a propósito do *Sr. João Mangabeira*. No mesmo dia, recebi telegrama de protesto de Angione Costa.

Ora, *Sr. Presidente*, esses gestos de lealdade para com os amigos, na hora do sofrimento, servem, realmente para valorizar o homem e a lealdade é uma das características desse ilustre representante do Estado de V. Ex.ª, o Rio Grande do Norte.

Como disse, a nossa cultura está sendo desfalçada de valiosos elementos, e quero deixar aqui, neste pequeno discurso, minha homenagem a um dos homens mais nobres dessa estirpe espiritual da minha geração; a um dos homens que tanto a enriqueceram e elevaram a comunidade.

Citei várias vezes, no Senado, o conceito admirável da escritora francesa, Elizabeth Leser. As coisas belas porém, devem ser constantemente repetidas.

A ilustre escritora, no seu livro admirável *Jornal e Pensamento de Cada Dia* e em *Cartas sobre o Sofrimento*, teve este conceito: "toda alma que se eleva, eleva o mundo". Angione Costa elevou a cultura brasileira, porque era uma grande alma, que derramava claridade em torno dos que o cercavam.

Esta a minha homenagem ao ilustre brasileiro ontem falecido.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, segundo orador inscrito.

O SR. OTHON MÄDER:

(Não foi revisto pelo orador) — *Senhor Presidente*, há poucos dias, o *Sr. Presidente* da República baixou decreto nomeando a Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, contendo elementos de todos os Estados Cafeeiros, exceto o Paraná. De lá fazem parte dois representantes do Estado de São Paulo e dois do de Minas Gerais; o Espírito Santo e os demais pequenos Estados produtores de café, têm um representante.

Excluído da direção do I. B. C., não seria possível ao Paraná aceitar, sem protesto situação que tanto o enfraquece e rebaixa. O meu Estado é, hoje, o segundo produtor do café, e apenas no corrente ano sua safra será inferior à de Minas Gerais, porque, como todos sabem, o Paraná foi flagelado por grandes geadas, que destruíram os cafeais e a quase totalidade da safra desta ano. Entretanto, em um ano, porém, o Paraná retomará a posição primitiva, e em dois anos esperamos nivelar nossa produção anual à do Estado de São Paulo, atingindo sete milhões de sacas.

Pois bem, *Sr. Presidente*, a um Estado nessas condições, segundo produtor de café e de divisas para o Brasil, que possui o segundo porto exportador de café — o de Paranaguá, — foi desconsiderado e completamente esquecido na organização da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café.

Não nos conformamos, portanto, com a situação, e desta tribuna lançamos nosso mais veemente protesto contra a depriment exclusão do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, essa notícia causou dano e profunda tristeza no meu Estado, e disso dão testemunho os telegramas que tenho recebido, e dos quais destaco dois, porque representam exatidão a nossa cafeira e ao comércio do café do Estado do Paraná.

Diz o primeiro telegrama, assinado pela Associação Paranaense de Cafeicultores:

"A Associação Paranaense dos cafeicultores, expressando o pensamento dos cafeicultores de todo o Estado, solicita sua colaboração para a luta contra a exclusão do Paraná da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café."

Logo depois, o segundo telegrama, assinado por Gera dois e Espírito Santo, diz:

"A Diretoria do Instituto Brasileiro do Café, na direção do supracitado, do café do Brasil. Esperamos que a sua vez repare tal ato, outra preterição para um cidadão ocupar posto de eminência na administração federal. Tal atitude feriu

fundo o espírito dos cafeicultores paranaenses. Respeitosas saudações. Dr. Francisco Nauffal, Secretário Geral".

O segundo telegrama é do Centro de Comércio de Café de Paranaguá, que representa a totalidade dos comerciantes que negociam com café no meu Estado, e são, também, exportadores do produto.

Esse telegrama: "Transcrevemos o telegrama que encaminhamos ao Sr. Presidente da República: "O Paraná, com seus oitocentos milhões de cafeeiros, demonstra viva da pujança econômica, constituindo uma das vigas mestras onde se assenta a grandeza do nosso país, recebeu com acentuado respeito a preferência na composição da nova Diretoria IBC. Ante tamanha injustiça e labor com acatamento e respeito que V. Ex.ª é merecedor não podemos silenciar mistro por que vimos expressar a nossa magua e o nosso profundo desagrado por essa lamentável exclusão. "Solidários ao apelo do Ilustre representante do Paraná no sentido de difundir o nosso protesto. Saudações do Centro de Comércio de Café de Paranaguá. — João Ferraz Campos, Presidente. — Regis Constantino, Secretário".

Sr. Presidente, aí está expresso o protesto das classes interessadas, lavradores e exportadores de café de meu Estado. Todos reclamam energicamente contra esse ato que não consigo qualificar. Não sei por que o Paraná, sem favor um dos grandes produtores de café do Brasil, se viu excluído do quadro da direção do Instituto Brasileiro do Café! (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, que dispõe dos oito minutos finais da hora do expediente.

OSR. COSTA PARANHOS: (Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para endossar as palavras do nobre Senador Othon Mader, quanto à exclusão do Paraná da Diretoria do Instituto Brasileiro do Café...

O Sr. Othon Mader — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. COSTA PARANHOS: ... É fato esta declaração porque tive a felicidade de ser convidado por Vossa Excelência, Sr. Presidente, para integrar a comitiva que visitou o Paraná na semana passada. Foi, para mim, oportunidade magnífica, porque fiquei conhecendo uma das mais futuras regiões do Brasil, não só pela extensão territorial e riquezas naturais, como pela fertilidade de sua terra prodigiosa.

Sr. Presidente, assim como eu, V. Ex.ª, os nobres Senadores Alfredo Neves e Emérito de Farias e os demais membros da comitiva, ficamos surpreendidos com a riqueza do solo paranaense.

Encantou-me percorrer cidades que virgem de um dia para outro, atestado a pujança e operosidade do paranaense.

Por essa razão endosso, como deurel, as palavras do nobre Senador Othon Mader.

Encontramos no Paraná, o espírito de trabalho de que tanto necessita o Brasil: um modo de grande capacidade realizadora o Governador Pinhoz da Rocha; homens de peito certo e de manguas arregaçadas, que enfrentam corajosamente as maiores dificuldades, confiantes no futuro da nossa Pátria.

Estarei repito, ao lado da bandeira paranaense, eu 100% as suas reivindicações, visto reconhecer que, amparando o Paraná, principalmente através da construção de estradas — o que tanto necessita para o escoamento de sua produção, — estamos prestes a grande serviço ao Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem.)

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, parece-me que ainda não há número para as votações.

Como, entretanto, o quorum necessário possivelmente será alcançado dentro de poucos minutos — e a Secretaria do Senado está providenciando neste sentido — consulto a Vossa Excelência sobre a possibilidade de serem levantados os trabalhos por vinte minutos.

Esclareço, desde já, que, em caso afirmativo, aproveitaria esse lapso de tempo para, como relator designado para o projeto que dispõe sobre o salário mínimo, ouvir meus colegas de Comissão e me preparar para proferir o respectivo parecer, no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo à questão de ordem formulada pelo nobre Senador Mozart Lago, a Mesa informa que, realmente, ainda não há número para as votações.

Como, entretanto, figuram na Ordem do Dia matérias em discussão, não há motivo para a interrupção dos trabalhos.

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

Requerimento n.º 372, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no art. 155 § 3.º, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 103, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal estranumerário da União e das autarquias.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1954. — Alfredo Smith. — Camilo Mérico. — Flávio Guimarães. — Alencastro Guimarães. — Ezequias da Rocha. — Djair Brindeiro. — Roberto Glasser. — Waldemar Pedrosa.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia. Sobre a mesa outro requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 371, de 1954

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em combinação com o art. 126, letra c, do Regimento Interno, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, cujo prazo, na Comissão de Finanças, já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1954. — Djair Brindeiro.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia.

Passa-se à matéria constante da

ORDEM DO DIA

A lista de presença ainda não acusa número para votações. Passa-se, assim, às matérias em discussão.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo, em regime de urgência, nos termos do art. 155 § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senhores, aprovado na sessão de 3-7-54, dependente de pareceres das Comissões de Constituição e Justiça; Legislação Social; Economia.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto.

É lido o seguinte

Parecer n.º 539, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo.

Relator: Sr. Gomes de Oliveira.

1. O Projeto começa, em seu artigo primeiro, reproduzindo os dispositivos da Constituição (art. 157) sobre salário mínimo, quando ao seu conceito, à sua unicidade, em cada região, à sua uniformidade, sem distinguir sexo, idade, nacionalidade, estado civil ou horário, inclusive qualidade ou horário.

A seguir, estabelece que a iniciativa de lei sobre salário mínimo caberá ao Conselho de Economia que encaminhará proposta em fundamentado relatório, à Câmara dos Deputados.

Para esse fim, o Conselho requisitará ao Executivo os elementos de que precise, e promoverá no país, Inquéritos que lhes permitam orientar o seu trabalho.

Independentemente das sugestões necessárias aos fins da lei, diz o artigo 3.º, e sempre que o fulgar oportuno, o Conselho deverá enviar, quinzenalmente, ao Congresso exposição fundamentada no sentido de ser mantido ou modificado o salário mínimo.

No art. 4.º admite que o Congresso tenha iniciativa de projeto sobre esta matéria, mas faz depender a sua tramitação de informação prévia do Conselho de Economia.

Na justificação do projeto, o seu Ilustre autor, Senador Nestor Masena, diz que o seu propósito é regular a matéria referente ao salário mínimo, por entender que ela ainda não foi consante os termos da nova Constituição.

Dessa proposição resultam três questões que haveremos de encerrar e resolver nesta Comissão:

a) Existe lei a respeito do salário mínimo e está ela de conformidade com a Constituição?

b) O Congresso, podendo alterar os termos dessa lei, pode alienar de si a faculdade de iniciar um projeto de lei com essa finalidade, para confiar a iniciativa ao Conselho Nacional de Economia ou a outro órgão do poder público?

c) O Congresso pode subordinar a tramitação de sua iniciativa à audiência prévia do referido Conselho ou de outro órgão?

2. O salário mínimo já havia sido consagrado na Constituição de 1934 (artigo 121, § 1.º, letra c) como matéria a ser fixada em lei.

Voto então a Lei n.º 185, de 14 de janeiro de 1936, e regulou a forma de fixação desse salário.

E o fez começando por criar comissões de salário mínimo, uma em cada Estado no Distrito Federal e no Território do Acre, as quais seriam constituídas de 5 ou 11 componentes e em partes iguais de representantes de empregados e empregadores, indicados pelas respectivas associações de classe, sob a presidência de pessoa que fosse indicada pelo Presidente da República. Depois de longas investigações e publicidade ampla, as comissões deveriam encaminhar ao Ministro do Trabalho as suas conclusões sobre o "quantum" do salário a ser fixado. O Ministro, por sua vez, encaminharia ao Presidente da República o projeto do decreto instituindo o salário mínimo, em cada região do país, o qual, uma vez decretado, entraria em vigor, 60 dias após a sua publicação.

Como se vê, esta lei, elaborada pelo Congresso, em 1936, estabeleceu com abundância de detalhes, as condições

em que o salário mínimo deveria ser fixado. Mas, deixou essa fixação ao Poder Executivo.

3. Tivemos depois, já no regime do chamado Estado Novo, um decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho.

Neste diploma vemos novamente regulado o instituto do salário mínimo, praticamente, nos mesmos termos em que o havia feito aquela lei e a providência final do processo para a fixação do salário, isto é, essa própria fixação, foi também ali, deixada ao Poder Executivo.

E a validade do dispositivo (artigo 115) que outorgou essa faculdade ao Executivo é que constitui a questão a ser dirimida.

Nem outra é a dúvida ora sub-judice, suscitada em mandado de segurança, impetrado ao Supremo Tribunal Federal, para anular o Decreto n.º 35.450, de 1 de maio último, do Sr. Presidente da República, que fixou novos níveis de salário mínimo para os trabalhadores do país.

Emerge daí uma questão sobre delegação de poderes.

Poderia o Poder Legislativo deixar ao Executivo essa faculdade?

Não estaremos aí diante de uma delegação de poderes vedada pela Constituição em seu artigo 36, § 2.º?

4. Preliminarmente, porém, haveremos de tirar as dúvidas implícitas no projeto e expressas na justificação, quanto à validade do referido Decreto-lei que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho.

A Constituição de 1934, no artigo 187, revigorava as leis que não contrariarem as disposições nela contidas, e no artigo 18 das suas Disposições Transitórias, aprovou expressamente, os Atos discricionários do Governo Provisório que presidiu à vida administrativa do país de 1930, até a data em que a Constituição foi promulgada.

Na Constituição de 1946 não vemos dispositivos semelhantes, e isso, naturalmente porque de permoio, vigorou a Constituição de 1937, repudiada pela Constituinte de 1946, mas de qualquer forma, um diploma em que se fundamentou largo período da vida jurídica da nação.

Não podia, por isso, ser dada como inexistente, pois, com a nulidade da rubrica grande parte da estrutura da nossa organização jurídica.

O silêncio, pois, da Constituição de 1946, respeito aos atos, inclusive leis (Decreto-leis) do regime vigente no país até outubro de 1945, não pode deixar de ser entendido como aprovação.

A Constituição de 1946, portanto, calando, os admitiu, mesmo porque nulidades não se subentendem; não de ser expressas.

Nem outro é o entendimento de Tribunais e do Congresso, quando aqueles julgam, e este legisla sobre decretos-leis expedidos pelo governo, desde 10 de novembro de 1937 até 18 de setembro de 1946, data em que foi promulgada a nova Constituição.

Só não se aplica ou não se admite o ato ou parte dele que esteja em conflito com a lei básica.

A própria Consolidação das Leis do Trabalho tem sido emendada por leis elaboradas no Congresso, vencendo o rigor das exigências em que se encaram, nas Comissões de Justiça das duas Casas do Congresso, os aspectos constitucionais de cada projeto.

E, se inválidos fossem os atos praticados durante o Estado Novo, ficariam de pé os que o houvessem sido, o regime da Constituição de 1934.

E então, apareceria a Lei n.º 185, de 1936 referida, com disposição idêntica à da Consolidação das Leis do Trabalho em que se alicerça o Decreto de 1.º de maio último, mantendo a competência do Presidente da República para fixar o salário mínimo.

Mas concluímos afirmando que a Consolidação das Leis do Trabalho,

que ora regula a instituição do salário-mínimo, está de pé.

Existe, pois, lei a respeito. De qualquer forma, caberá então indagar se ela está de acordo com a Constituição, na parte, ao menos, que regula o salário-mínimo.

As dúvidas surgiram do ato (Decreto n.º 35.450, de 1.º de maio) do Sr. Presidente da República que fixou novo salário-mínimo aos trabalhadores.

Neste ponto, apenas, da Consolidação, quando esta confere ao Poder Executivo, como aliás a Lei de 1936, já o fazia competência para fixar o salário, é que ela é inquirida de inconstitucional, porque se pretende haja aí uma delegação de Poderes do Legislativo ao Executivo, vedada pela Constituição.

Como, porém, se há entendido o princípio da indelegabilidade entre nós, e ao estrangeiro, em face de casos tais?

Esse princípio provém de outro — o da separação ou divisão dos poderes na organização política, instituída nas democracias modernas, sob a influência da vitoriosa doutrina de Montesquieu, de modo que Executivo, Legislativo e Judiciário se contenham dentro das funções próprias de cada um.

E, se tem profligado termo "separação" para uma preferência ao termo "divisão", pois que aquelas poderes, em regra, não são separados, mas coexistem dentro de uma harmonia indispensável, como órgãos que são de um mesmo corpo. E dessa harmonia se verificarão contatos e cooperação em que, por vezes, seja necessário um, desempenhar função que, estritamente, seria de outro.

Vemos, por isso, Themistocles Cavalcanti, o Clóvis Beviláqua do nosso Direito Constitucional e Administrativo, pela clareza e precisão dos conceitos, dizer:

"O princípio da independência pressupõe um rigor técnico que leva às vezes a graves consequências, e a uma separação extremada dos poderes, tirando, ao seu funcionamento, uma elasticidade sempre recomendável e que seria melhor atingida, com uma divisão de poderes, que não fechasse a legislação ordinária, o uso de processos de organização mais racionais. Mesmo nos Estados Unidos onde sempre teve aplicação o princípio de separação de poderes, a prática constitucional permitiu maior elástico ao sistema.

Esta racionalização do mecanismo tem se processado principalmente através das delegações legislativas que, em toda a parte, tem vindo a crescer" (A Constituição Federal Comentada, vol. 1.º, 2.ª ed., página 448 — Comentário ao art. 36).

Carlos Maximiliano, por sua vez observa:

"Por atenderem menos a doutrinas abstratas do que à realidade inelutável, os italianos, suíços e alemães, embora reconhecendo serem as delegações contrárias aos princípios de Direito Público, acatam-nas e justificam-nas como necessidade prática.

Entendem que se não opera uma renúncia de funções porque o Congresso autoriza o Presidente a elaborar um decreto e estabelece os moldes em que será vazado o trabalho do Executivo. Limita-se, portanto, a incumbir do desempenho de parte da sua tarefa uma entidade mais apta para produzi-la nos termos das instruções recebidas. Logo a *genesis jurídica* da lei encontra-se ainda na vontade do Poder constitucionalmente competente".

"Da luta, entre correntes diversas, a respeito da incompatibilidade entre Delegação de atribuições e a doutrina de Montesquieu, resultou meio termo razoável: não se admitiria a subordinação a requisitos amplos e ex-pressos. Por exemplo: o Poder Executivo autorizado a reorganizar o

Ensino Superior, sobre as seguintes bases:

Os casos como os da letra a ruíram como inconstitucionais: o Congresso, sob o regime de 1951, os repelia sempre.

Evidentemente, a Constituição de 1946 se inspirou na tradição jurídica, alienígena e brasileira. Em verdade, o art. 36, § 2.º, deve ser interpretado de acordo com o art. 87, n.º 1, que seguiu a regra universal: outorga ao Presidente da República especial competência para regulamentar.

No exemplo sob letra b, toda controvérsia desapareceria ante esta redação: Fica o Poder Executivo autorizado a dar novo Regulamento ao Ensino Superior, sobre as seguintes bases...

De fato, a causa do combate às delegações reside no receio de ampliar o arbítrio do Executivo, aumentando os perigos para a liberdade e o patrimônio dos cidadãos. Fidos, porém, os limites da autorização e expedido o decreto respectivo, resultaria, ao contrário, restringido o campo da atividade discricionária do Presidente e dos Ministros" (Comentários à Constituição Brasileira, vol. I, 5.ª edição, pág. 409-411 — Comentários ao art. 36).

Vejamos ainda a orientação do direito americano. Em 1916, dizia Elihu Root:

"There is one field of law development which manifestly become inevitable. We are entering upon the creation of a body of administrative law quite different in its machinery, its remedies and its necessary safeguards from the old methods of regulation by specific statutes enforced by the courts.

As any community passes from simple to complex conditions, the only in which government can deal with the increased burdens thrown upon it, is by the delegation of power to be exercised in detail by subordinate agents, subject to the control of general directions, prescribed by superior authority. The necessities of our situation have already led to an extensive employment of that method.

The Interstate Commerce Commission, the State Public Service Commission, the Federal Trade Commission, the powers of the Federal Reserve Board, the health department of the States and many others supervisory offices and agencies are familiar illustrations". (Cit. em "American Administrations" p. 8 — de Bernard Schwartz).

The line, diz — John Marshall has not been exactly those (dramatic) which separates those important subjects, which must be entirely regulated by the Legislature itself from those of less interest, in which a general provision may be made and power given to those who are to act under such general provisions to fill up (complete) details". (Ibidem, p. 20).

E não falta quem entenda que, em certos casos, comuns aliás, na jurisprudência americana, não há propriamente delegação de poderes legislativos, mas a "quase" delegação negando-se mesmo haja delegação por força de circunstâncias. E ao notar-se a propósito, o slogismo do professor Cushman: *Major premise: Legislative power cannot be constitutionally delegated by Congress. Minor premise: It is essential that certain powers — be delegated to administrative officers and regulatory commissions conclusion: Therefore the power thus delegated are not legislative powers.* (Ob. cit. p. 20).

E mais decisiva é a orientação dos que entendem ser ato de execução os praticados pelo Executivo, em decorrência de lei que haja estabelecido as condições em que deve ele ser praticado.

Pontes de Miranda, comentando a deliberação da Comissão de Justiça da Câmara, favorável a um projeto que deixava ao Presidente da República a faculdade de fixar a quota mínima de compra de trigo nacional, pelos moinhos, diz:

"A doutrina da Comissão de Constituição e Justiça era verdadeira naqueles casos em que a fixação da percentagem ou quota constituía ato de execução, isto é, em que ao Poder Executivo se concedeu apreciar elementos de fato, dentro de certos critérios estabelecidos, explícitos ou implícitos pela lei.

Ainda quando haja liberdade, não absoluta de determinação de percentagem ou quota, o Executivo não recebe delegação, apenas exerce a sua função específica que é executar a lei. Não assim se, para a fixação da percentagem, não há critério nos textos legais e se deixou ao arbítrio do Executivo; haverá aí delegação". Schwartz aqui citado, concluiu "del garions, of power must be limited ones — limited either by legislative prescription of ends and means or even of details, or by limitation upon the use of the power delegated. The enabling legislation must, in other words, contain a framework within which the executive action must operate". (Ibidem, p. 22).

O Congresso, pois, não viola o princípio da indelegabilidade quando concede ao Executivo certas faculdades, mediante condições que, precisando o objetivo em vista, delimitam ainda a ação do Executivo.

6. Examinemos, entretanto, o princípio dentro das realidades a nossa vida legislativa e judiciária.

Aí, sob três aspectos havemos de encará-lo:

a) no campo administrativo
b) no campo econômico

a) No campo administrativo, vemos como, na América do Norte se constituiu, desde 1839, as "Rail Road Commissions" e depois outras até abrangem, em 1907, todas as formas de serviços públicos, com poderes amplos, inclusive de fixarem tarifas mesmo as empresas concessionárias de als serviços. (Ver Odilon de Andrade "Serviços Públicos e de Utilidade Pública").

Aí onde vai, indaga Odilon de Andrade, a competência dessas condições Comissões no julgamento de fatos?

Em resumo, responde, citando Prendergast, podem elas autorizar operações, mediante justificação de conveniência ou necessidade... fazer composição de tarifas examinando para esse fim, os inventários, ajustes, valiações, determinar a depreciação o capital de operação, o valor de funcionamento as despesas de operação, a percentagem do lucro, aprovar tabelas de preços (Ibidem p. 111).

Entre nós, por forma expressa já a Constituição, no art. 151, previu também a intervenção do poder público no regime das empresas concessionárias de serviço público, de modo a que as tarifas possam ser revistas e adaptadas ao interesse, não só das empresas mas também do público.

E não vemos como se poderá estabelecer essa regulamentação, a não ser através do Executivo ou de órgãos próprios criados em lei.

Nem outra coisa temos feito quando atribuímos no Código de Águas, ao Presidente da República a faculdade de outorgar concessões, para aproveitamento industrial das fontes de energia hidráulica, mediante entre outras condições a fixação de tabelas de preços (tariffes) (Lei número 24.643, de 10 de julho de 1933, arts. 133) (cogit).

No campo econômico temos a Comissão Federal de Abastecimento e Preços, criada por lei nossa e cuja finalidade precípua é impôr controle à vida econômica em toda a sua extensão, e com atribuição de fixar preços às mercadorias de consumo.

No terreno social vemos os sindicatos com faculdade, por atribuição legal, de realizar convenções coletivas de trabalho.

E que são essas convenções senão normas sobre salários e outras condições de contrato do trabalho, ampliadas a todas as categorias profissionais e econômicas, isto é, que sujeitam aos membros dos sindicatos acordantes, com a mesma característica de obrigatoriedade de uma lei, segundo os artigos 616 e 617 da Consolidação das Leis do Trabalho?

Não estará aí também uma delegação do poder feita pelo Legislativo aos sindicatos, para que eles estabeleçam condições de trabalho por forma obrigatória aos seus associados?

No caso do salário mínimo deveria a lei fixá-lo diretamente ou poderia delegar essa função a um órgão administrativo?

Poderia fazê-lo sem dúvida diante dessa tendência do direito, desde que estabelecesse as condições em que deveria ser arbitrado.

Mais do que isso porém, a lei n.º 186, de janeiro de 1936, elaborada pelo Congresso, e, depois, a Consolidação das Leis do Trabalho, cometeram essa função, não a uma Comissão qualquer, mas ao Poder Executivo, depois de, esta última em 40 artigos, estabelecer severamente as condições em que o poderia ele fazer.

E já hoje, temos a notória decisão do Supremo Tribunal Federal considerando constitucional por maioria expressiva o ato do Executivo, que fixou salários mínimos com base na Consolidação.

6. De tudo o que ficou demonstrado acima decorre que entendemos caber ao Poder Legislativo regular as condições do trabalho, isto é, legislar sobre o trabalho (Const. art. 157).

Assim, admitindo que já existe Lei a respeito do salário mínimo, não poderíamos negar a possibilidade constitucional de o Congresso alterar ou revogar essa lei.

O projeto em tela pretende alterá-la ou, praticamente, revogá-la, pois substitui a forma ali estabelecida para a fixação do salário mínimo.

Nada, portanto, há que opor-lhe sob esse aspecto.

Como porém pretende fazê-lo? Regulando logo a forma por que deve ser fixado o salário, ou fixando-o logo?

Não, o projeto estabelece apenas que ao Conselho Nacional de Economia caberá a iniciativa de qualquer lei sobre essa matéria, ou que a iniciativa do projeto a respeito no Congresso só poderá transitar mediante parecer prévio do mesmo Conselho.

Assim, pois, o Congresso será o elaborador da lei, mas só por iniciativa do Conselho ou após manifestação prévia desta.

Por essa forma o Congresso, no 1.º caso, ficaria circunscrito nas atribuições que lhe são próprias de regular, por lei, a matéria. De qualquer modo ele ficaria subordinado sempre a deliberação de um órgão que embora com base na Constituição, é muito menos que um Poder.

Quanto ao artigo 2.º, pois, em que se confere ao referido Conselho, para elaboração de lei sobre salário mínimo, o projeto é inconstitucional, pois fere duplamente o artigo 67 da Constituição: a) quando permite iniciativa de projeto de lei a órgão que não o Presidente da República ou qualquer membro ou Comissão do Senado ou da Câmara; b) quando confere o Poder Legislativo e mesmo o Exe-

cutivo da competência que lhes cabe de iniciar projeto de lei.

O artigo 4.º, ainda que admitindo possa um projeto desse ser de iniciativa do Legislativo ou Executivo restringe-lhes a competência, fazendo depender a tramitação do projeto de parecer do Conselho.

Ora, essa restrição ofende o princípio da independência dos poderes, e é, igualmente, inconstitucional.

7. Respondendo pela negativa, às últimas questões que formulamos, de início, sobre a rejeição do projeto, sob o ponto de vista constitucional.

Sala Ruy Barbosa, em 14 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Flávio Guimarães. — Luiz Pinheiro. — Joaquim Pires. — Anísio Jobim. — Affílio Vianna, de acordo com a minha declaração de voto. — Ferreira de Souza, vencido. Considero inconstitucionais os arts 2 e 4, como sustenta o parecer. Mas, ao meu ver, o projeto deveria ser mantido para possibilitar um substitutivo. Trata-se de assunto importantíssimo, quer do ponto de vista econômico, quer do político e administrativo. Tenho ainda restrições sobre o parecer na parte em que sustenta a constitucionalidade da decretação do salário mínimo pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

Presentes 33 Srs. Senadores, passa-se à votação da matéria constante da ordem do dia.

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei 1.782, de 24 de dezembro de 1952, que assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento n.º 308, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954); tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 35, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (travada oralmente na sessão de 18 de maio de 1954), contrário; II — Sobre as emendas do Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; da Comissão de Finanças, contrário (travada oralmente na sessão de 12-7-1954).

O SR. PRESIDENTE:

A votação do Projeto foi interrompida quando era apreciada a emenda n.º 3, de autoria do nobre Senador Othon Mader, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da de Forças Armadas, no sentido de constituir projeto em separado; e da de Finanças, contrário.

A Mesa vai submeter ao voto do plenário a preliminar: se a matéria deve constituir projeto em separado.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente nas duas últimas sessões em que o Senado considerou a preliminar por V. Ex.ª, como anunciada, manifestei-me contrário à sua rejeição; vale dizer, eu era, como o nome relator do

projeto, Senador Onofre Gomes, favorável a que a emenda fosse desafiada para constituir projeto em separado. Não obstante, tendo estudado melhor o assunto, concordo em que a preliminar da Comissão de Segurança Nacional não seja aprovada pelo Senado e assim votarei. (Muito bem).

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, meu ponto de vista é o do ilustre Senador Mozart Lago. Estudando a emenda, vi que era ampliativa e que aprovada, não estabeleceria injustiça. Não votaria, aliás, qualquer outra que visasse tirar o já concedido pela Câmara dos Deputados.

Assim, voto com o meu distinto colega de representação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a preliminar levantada pela Comissão de Segurança Nacional, no sentido de que a matéria constitua projeto em separado.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer dessa Comissão, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

Vai, assim, ser submetida ao Plenário a Emenda n.º 3, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, e contrário da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. Pausa.

E' aprovada a seguinte

EMENDA N.º 3

No art. 3.º substitua-se as expressões:

"...até o fim do ano de 1945, término da guerra..." pelas seguintes:

"...até o fim do mês de março de 1947..."

O SR. PRESIDENTE:

Emenda n.º 4, com pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, favorável, da de Segurança Nacional, para constituir projeto em separado, e da Comissão de Finanças, contrário.

A Mesa vai ouvir o Plenário sobre a sugestão da primeira dessas Comissões.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Segurança Nacional, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

Em votação a Emenda n.º 4, com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e da Comissão de Finanças, contrário.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente a Emenda n.º 4 visa a ampliar o período de realização das promoções para três anos, consequentemente, chocar-se com o espírito do projeto e da própria Lei n.º 1.782, de que é extensão, e segundo a qual as promoções devem ser feitas imediatamente.

Nestas condições, como relator da Comissão de Segurança Nacional, solicito do plenário que rejeitasse a emenda acompanhando o parecer da Comissão de Finanças. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 4.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 4

Acrescente-se onde convier,

Art. As promoções de subtenentes, suboficiais e Sargentos beneficiados pela presente lei, serão fei-

tas dos decretos executivos, dentro de três anos desta data, à medida que os postos, serviços e vagas delas resultantes tenham garantia de preenchimento imediato por outros Subtenentes, Suboficiais e Sargentos habilitados em cursos ou concursos, obedecendo-se nessas promoções os critérios gerais e tradicionais nas Forças Armadas, quanto a merecimento e antiguidade.

Parágrafo único. Ao fim de três anos de vigência desta lei, serão promovidos todos os Subtenentes, Suboficiais e Sargentos por ela beneficiados, ainda que não haja número suficiente de habilitados para substituí-los.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser votado o Projeto.

Sobre a Mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e sem debates rejeitados o seguinte

Requerimento n.º 373, de 1954

Nos termos do art. 125, letra m, em combinação com o § 1.º do artigo 157 do Regulamento Interno, requerio destaque, para votação em separado, do art. 3.º do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1954. — Dario Cardoso. — Ferreira de Souza.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto, assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovado e remetido à Comissão de Redação Final, o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA N.º 337, de 1953

Estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, aos benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, que assegura promoção, ao serem aposentados, aos funcionários públicos civis da União e de entidade autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas, durante a última guerra, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São extensivos os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, aos atuais subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, e que já se habilitaram com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, ou que venham a fazê-lo.

§ 1.º Os subtenentes e sargentos amparados por esta lei ficarão agregados concorrendo à 50% (cinquenta por cento) do número de vagas dentro das Armas e Serviços que se forem trimestralmente, no QAO, até o absorvimento total, de acordo com as suas graduações e antiguidade.

§ 2.º As vagas de subtenentes e sargentos, resultantes da presente lei, serão preenchidas na medida em que se efetivarem, no posto de segundo tenente do QAO, os subtenentes e sargentos que, pela mesma lei, ficarem agregados como segundo tenente.

Art. 2.º São extensivos os benefícios da presente lei aos suboficiais e sargentos da Aeronáutica (1.º Grupo de Caça) que tomaram parte nas operações de guerra na Itália, como integrantes da Força Expedicionária Brasileira e que estejam compreendidos na Portaria número 34, de 12 de fevereiro de 1947, do Ministério da Aeronáutica, e publicada no D. O. de 14

de fevereiro de 1947, assim como aqueles que concluíram com aproveitamento o estágio de instalação de manutenção, reparação e instrução de material rádio (telefone — teletipo) na Base Aérea de Aguadulce (Panamá), na mesma época em que foram feitos os demais estágios constantes da Portaria n.º 34.

Art. 3.º Os mesmos benefícios são extensivos aos subtenentes, suboficiais e sargentos da ativa do Exército e da Aeronáutica que tenham servido na zona de guerra definida pelo Decreto n.º 10.480-A, de 25 de novembro de 1942, e posuam, até o fim do ano de 1945, término da guerra, o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente.

Art. 4.º Os funcionários públicos civis da União e de entidades autárquicas que prestaram serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, bem como aqueles que serviram em países beligerantes durante aquele conflito mundial, ao serem aposentados serão promovidos à classe imediatamente superior.

Parágrafo único. Se o funcionário estiver na classe final da carreira ou ocupar cargo isolado terá mais 20% (vinte por cento) sobre os vencimentos.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão preliminar do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo, (em regime de urgência).

O SR. PRESIDENTE:

Foram remetidas à Mesa duas emendas. (Pausa).

São lidas e apoiadas as seguintes,

EMENDA N.º 1

Redija-se assim o

Art. 2.º A legislação sobre o salário mínimo, ressalvado o disposto no artigo 4.º (em que se reconhece a competência do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de lei a respeito), poderá ser, em exposição de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º, in fine, do art. 205 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados.

Justificação

A redação dada à disposição acima desafia a sua suposta inconstitucionalidade, arguida pela douta Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Esta emenda abre ensejo à Comissão de Constituição e Justiça para mais demorado exame do projeto, que não deve ser condenado pelo pressuposto de inconstitucionalidade, assentada como premissa exata, mas que exata não é.

Sala das Sessões do Senado Federal, em 15 de julho de 1954. — Nestor Massena.

EMENDA N.º 2

Acrescente-se ao artigo 4.º este parágrafo:

"Parágrafo único — O não recebimento de informações solicitadas ao Conselho de Economia dentro do prazo de 15 dias liberará a tramitação do Projeto."

Justificação

Procura a emenda remover a objeção da Comissão de Constituição e Justiça sobre a inconstitucionalidade do artigo 4.º.

Sala das Sessões, em 15 de julho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

Está aberta a discussão preliminar do projeto.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Lê o seguinte discurso): — Sr. Presidente, relatando o Projeto número 42, de 1954, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, o nobre e brilhante senador Gomes de Oliveira partiu da premissa que o mesmo é inconstitucional e procurou argumentos para demonstrar o seu ponto de vista.

O projeto, como se sabe por ser notório, funda-se nos artigos 5.º XV, letra "a", pelo qual "competem à União legislar sobre direito de trabalho", e 65, n.º IX, pelo qual compete ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República legislar sobre todas as matérias da competência da União.

Essa competência geral do Congresso Nacional para legislar sobre o direito do trabalho é, ainda, de modo particular, reiterada no artigo 157, pelo qual a legislação sobre o trabalho e da previdência social obedecerá, além de outros, aos preceitos que visem à melhoria da condição dos trabalhadores, especialmente os do número I desse artigo, sobre salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador e de sua família.

Essas disposições, e outras, sobre o salário mínimo, constituem o artigo 1.º do projeto, projeto que visa, pois, atender ao citado número I do artigo 157 da Constituição, e que não pode, assim, ser acolhido de inconstitucional pelo digno relator do Projeto.

2) Não podendo condenar o artigo 1.º do projeto, seu brilhante relator investiu de lança em riste contra o artigo 2.º, assim concebido:

"Artigo 2.º A legislação sobre o salário mínimo será de iniciativa do Conselho Nacional de Economia — (Constituição, artigo 206, § 2.º) em exposição ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados".

A disposição constitucional, a que este artigo faz remissão, entre parenteses, é a assim concebida:

"Art. 206. É instituído o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei."

2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias".

Ninguém sustentará que é inconstitucional a atribuição assim conferida pela Constituição ao Conselho Nacional de Economia. Observe-se que o artigo 2.º do projeto não atribui ao Conselho Nacional de Economia a competência para apresentar projeto de lei ao Congresso Nacional, mas, apenas, lhe reconhece o direito, constitucional, sem privatividade, expressa ou tácita, de iniciativa, em exposição — textualmente — e não em projeto de lei, que sugira ao Poder Legislativo, o poder competente para legislar, as medidas que considerar necessárias à legislação sobre o salário mínimo. E aliás, o que decorre da leitura do artigo 3.º, seguinte, no qual se estabelece que "independentemente das medidas necessárias aos fins desta lei, apresentadas, quando julgadas oportunas ao Congresso Nacional, pelo Conselho Nacional de Economia, esse Conselho fará, quinzenalmente, ao Poder Legislativo, exposição devidamente fundamentada sobre a conveniência de manter, ou modificar, o salário mínimo nas diversas regiões econômicas do país".

3) Como é de clareza absolutamente clara, a iniciativa do Conselho de Economia a respeito do salário mínimo é iniciativa que precede a do Congresso Nacional ou a do Presidente da República quanto à apresentação de projeto de lei sobre o assunto, e que não prejudica, de modo

algun, a Iniciativa dos projetos de lei estabelecida na Constituição. Aliás o projeto de minha autoria não cerceia, como se afigurou ao seu conspícuo relator, o direito de iniciativa do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional quanto à apresentação de projeto de lei, antes a resguarda expressamente, no artigo 4.º, ao prever a tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo que se não inicie com exposição do Conselho de Economia sobre a matéria.

4) A inconstitucionalidade, pois, do projeto número 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação do salário mínimo é uma *trouxa* de seu perspicaz relator na Comissão de Constituição e Justiça, que lhe não recomenda os fóros de jurista de merecido renome.

Para desfazer qualquer dúvida nesse sentido, ouso sugerir que se esclareça, em emenda ao artigo 2.º, que "a legislação sobre o salário mínimo (ressalvado o disposto no artigo 4.º) em que se reconhece a competência do Presidente da República e das câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de lei a respeito, poderá ser, em exposição, de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 205 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados".

5) Convém assinalar que a iniciativa para a elaboração de lei não é, pela Constituição, privativa do Presidente da República ou de qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Essa iniciativa é, também, da competência, em certos casos, dos tribunais federais (Constituição, artigo 97, n.º I), de poder estadual (Constituição, artigos 7.º, IV e 11, *in principio*, combinados), e também, do Conselho Nacional de Economia (Constituição, artigo 206, § 2.º).

O que é preciso é não confundir iniciativa concomitante de poderes ou de órgãos desses poderes, com a iniciativa privada de um deles.

O direito constitucional não é ciência de mandarins, defesa aos que o desejam conhecê-lo. Respeitamos muito os nossos mandarins do direito constitucional; mas, não ao ponto de abdicarmos das nossas faculdades de raciocínio e de bom senso, ou de senso comum, que já Rui proclamava ser o menos comum dos sentidos.

6) O que objetivamos com o projeto 42, de 1954, foi regular em lei o texto constitucional sobre o salário mínimo. Ainda quando vigente — o que se nos afigura heresia jurídica — lei sobre a matéria, anterior à atual Constituição e a ela adversa quanto à competência para a elaboração da lei, não há razão que possa impedir ao nosso poder legislativo o direito de legislar a respeito, para estabelecer novas normas para a matéria.

Será, também, inconstitucional essa competência do Poder Legislativo?

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.º um aparte? — (Assentimento do orador) — Aliás, no meu parecer, ressalva este aspecto — que o Poder Legislativo não está impedido de modificar a lei. Primeiro sustentei que havia lei, regulando o salário mínimo, ainda em vigor e constitucional — que, não obstante, o Poder Legislativo não estava impedido de a reformar.

O SR. NESTOR MASSENA — Perfeitamente! Já versamos aqui a matéria e sustentamos, V. Ex.º e eu pontos de vista opostos.

O Sr. Gomes de Oliveira — Apenas quanto à constitucionalidade vigente.

O SR. NESTOR MASSENA — Não sou cego por não querer ver. Não visto tornar verdade apodictica, o que nem assertórico o é. Mas, também, não consigo contrariar o meu raciocínio para, com falência da evidência, admitir como certo o que inconcusa-

mente não o é. Por maior que seja a autoridade do mestre, não me conformo com o *magister dixit*. Quando esse mestre é, como dizia o florentino da cor dos que o são, tem-se pezar por não lhe dizer amem às lições. Mas o meu pezar seria maior se me contrangesse a, insinceramente, apoiar proposições que se me afiguram menos exatas, embora apadrinhadas por quem tem dotes de inteligência e de cultura para nos impressionar na defesa de teses a que não podemos dar o nosso assentimento.

Declarar inconstitucional o projeto 42, de 1954, bradaria aos céus em assembleia exclusivamente jurídica; mas o Senado e uma assembleia eminentemente política... E, se a nossa Suprema Corte julgou constitucional o último decreto executivo sobre o salário mínimo, que posso pôde causar a declaração, aqui, de inconstitucionalidade de um projeto destinado a corrigir a Constituição?

7) O parecer sobre o projeto relativo à fixação do salário mínimo evoca a fábula que de Pedro teria passado a Lafontaine. Ele teria que sucumbir. Estava escrito. Dai o ser acolhido de inconstitucional. Não o é. Tem de se-lo. Se não foi ele que turvou a água em que queria se desdender o lobo, foi qualquer antepassado... O cordeiro, o anho, tem que ser devorado. Isso e que é essencial a lógica do mais forte. E a falta de outro fundamento o de inconstitucionalidade serve para justificar o sacrifício do projeto. Inconstitucional um projeto que regula a aplicação do texto constitucional e que se serve, para esse fim, quasi que exclusivamente, de normas, de disposições do texto da Constituição?

Este parecer, Senhor Presidente, é obra prima de dissimulação da verdade jurídica e honra o princípio que proclama justificaram os fins colimados os meios empregados para os atingir. Para o caso, só a filosofia de Sancho: — esperemos que amanhã domine sobre a suposta verdade de agora a verdade definitiva, dominadora, avassaladora!

Mudai o natural e ele voltará em seguida. A distorsão de pensamento que presidiu à elaboração do meu projeto é evidente. Examinado afoitamente, pelo regime de urgência a que se acha submetido, nem sequer se atendeu às suas expressões literais e muito menos, à sua finalidade.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite-me V. Ex.º mais um aparte para contestar-lhe a expressão de que "*houve distorção*" do pensamento de V. Ex.º. Examinei o Projeto, com a assacção que me é peculiar de homem desapaixonado e, comigo, outros membros da Comissão, inclusive os Senadores Ferreira de Souza e Atílio Viçacua, que debateram longamente a questão, concluíram também por inaceitação do Projeto, tal como está substanciado.

O SR. NESTOR MASSENA — Respondendo a V. Ex.º, esclarecendo que não afirmei que houvesse distorção proposital e nem atribui a V. Ex.º a distorção e sim à Comissão.

O Sr. Gomes de Oliveira — Acrescento que V. Ex.º tencionasse dizer outra coisa.

O SR. NESTOR MASSENA — Se V. Ex.º ouvir todo o meu discurso assim o admitirá.

Assentou-se, por isso, para o seu sacrifício a premissa da inconstitucionalidade por suposta infelicidade na redação de um dos seus artigos e nem se cogitou, caso existisse, de removê-la, aprimorando qualquer expressão inconveniente. Ao invés de aproveitar-se a iniciativa, como imperativo constitucional, atribuiu-se-lhe a carga de inconstitucional para obstar a adito coadunado à prova de que não o é. E como, para dizer-se que é judeu ou mouro quem é legítimo cristão, não se faz mister mais do que palavras e para se provar o contrário se fazem necessárias longas explicações e atalhas, que não con-

tem aos que não têm interesse de ser convencidos, o melhor caminho, no caso, é abandonar o problema à sanha dos que o não desejam solucionado.

A mim só me cabe saudar os que sacrificam o projeto com o *Ave Cesar*...

8) Aliás o parecer, a que era me reporto, não satisfeito em fulminar, por inconstitucional, o projeto, demorou-se em versar a tese da delegação de poderes, para, mais uma vez, defender o recente ato do Poder Executivo que fixou o salário mínimo, assunto não pertinente à proposição de minha autoria e a que só por ociosidade se poderia referir neste momento, pois quando a peça não pode disparar por falta de pólvora não se necessita de outros argumentos para justificar o fato de não poder fazer disparar... salvo quando se presume que aquela afirmação não é suficientemente verdadeira e reclama acesso para a sua credibilidade. Quando, porém, o acessório é ainda mais fraco, sob o ponto de vista da procedência, do que o principal, do que o inicial, não podem persistir nem um nem outro, muito embora se consignem, às vezes, fazer confusão no que é claro e indubitável.

9) No caso em foco, o projeto, indubitavelmente constitucional, só deveria ser examinado pela sua conveniência e pela sua forma, pela sua redação, esta aprimorável pelas luzes dos doutos incumbidos de julgar do seu merecimento. Não se compreende que o dispor sobre norma constitucional, para a sua necessária aplicação, seja matéria inconstitucional e inconveniente, e de vez que imprescindível a essa aplicação. Quando não houvesse sido a proposição de iniciativa individual deveria ter sido da comissão incumbida de zelar pelo resguardo da Constituição, comissão essa que nunca deveria se insurgir contra iniciativa nesse sentido, mas colaborar para a sua tramitação pelo Poder Legislativo.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.º mais um aparte? (Assentimento do orador). Realmente, esta foi, inclusive, uma observação do Senador Ferreira de Souza — de que o assunto era de tal importância que talvez deveríamos apresentar um substitutivo.

O SR. NESTOR MASSENA — Este meu ponto de vista.

O Sr. Gomes de Oliveira — Eu mesmo entendo que sendo o assunto importante e reclamando regulamentação legal, não deveríamos rejeitar, *in limine*, um Projeto que contém disposições úteis e nossa cooperação deve ser prestada no sentido de melhorá-lo. Minha ponderação foi a de que estávamos em regime de urgência, errando mal, aliás, pois me parece que o assunto o mereceria debate e atenção mais demorados. Mal tive tempo, porém, de elaborar um favorável ao longo, no qual sustentasse já por mim defendida desta tribuna e que deveria ser encorada no Parecer, além dos aspectos constitucionais.

O SR. NESTOR MASSENA — Já acentuei esse ponto, pois considero que a urgência, realmente, prevaleceu-lhe um exame mais ponderado.

O requerimento de urgência não foi meu nem lhe ouso ministrar assinalar. Concorro, pois, em que Projeto desta importância não deverá ser traçado em regime de urgência, regime contra o qual sempre me insurgei, não só nesta Casa, como na Câmara dos Deputados.

Nesse ponto, estou, pois, inteiramente de acordo com V. Ex.º e atribuo a esse regime o não ter sido possível a apresentação de um substitutivo que, antes, realmente, aos interesses em vista.

O Sr. Gomes de Oliveira — Assim S. Ex.º pensando dessa forma, não se dispõe a pedir vista do Projeto. Na verdade, não haveria tempo para isso.

O SR. NESTOR MASSENA — Perfeitamente, a urgência não o permissu.

Para concluir, Sr. Presidente: 19) Não percamos o bom humor neste entreviro. Como o poeta latino, exclaimemos:

Durum! Sed lentus fit patientia. Quicquid corrigere est nefas. (Muito bem. Muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Nestor Massena o Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão.

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o plenário já ouviu meu parecer algo longo sobre a matéria. Procurei encerrar-lhe os vários aspectos, não só relativamente à tese, já por mim aqui defendida, de que existia lei, em vigor, regulando o salário mínimo, — e por isso mesmo considerada constitucional — como também outras circunstâncias diretamente previstas na proposição. Primeiro, quando subordina qualquer iniciativa, qualquer providência a respeito do salário mínimo, à iniciativa do Conselho de Economia; e segundo quando mesmo houvesse iniciativa de membros do Congresso, a tramitação de um Projeto, nesse sentido, deveria aguardar um parecer do Conselho de Economia.

O Sr. Nestor Massena — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) A propósito nas duas emendas ao projeto procurei, tanto quanto possível, remover as objeções sobre a inconstitucionalidade; aliás, V. Ex.ª na Comissão, terá oportunidade de conhecê-las e examiná-las com a proficiência que todos lhe reconhecemos.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, foi mesmo a contragosto — e nem podia deixar de ser — que emiti meu parecer, sobretudo na parte que invalida o Projeto, considerando-o inconstitucional.

Acredito que o nobre colega, Senador Nestor Massena, não obstante a inteligência e a cultura que lhe são peculiares no redigir a proposição, não fosse bastante feliz nas expressões usadas; creio mesmo — pelo que acabo de ouvir de S. Ex.ª — que uma nova redação, ou nova emenda, talvez possa corrigir o que me pareceu inaceitável no projeto.

Mas Sr. Presidente não posso deixar de sustentar meu parecer em toda a linha tanto mais que mereceu à da Comissão de Constituição e Justiça aprovação, praticamente unânime.

Assim, já não se trata de meu modesto parecer, Sr. Presidente, mas do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que aqui estou sustentando nestas rápidas considerações, para não tomar mais tempo ao Senado.

Aguardarei as emendas apresentadas pelo nobre Senador Nestor Massena a fim de o adaptar melhor ao ponto de vista em que se colocou a Comissão de Constituição e Justiça, esperando poder então proferir parecer favorável.

Sobre a proposição formulada pela inteligência e cultura do Senador Nestor Massena só podemos esperar perfeita acuidade isto é seja recebida com a simpatia, a atenção e consideração merecidas. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão preliminar do Projeto.

Não havendo mais quem peça a palavra, dou-a por encerrada.

O Projeto volta à Comissão de Constituição e Justiça com as emendas, devendo voltar à Ordem do Dia dentro de quarenta e oito horas.

Votação do Requerimento número 336, de 1954 do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores solicitando urgência, nos termos do art. 153 parágrafo 4.º do Regimento Interno para o Projeto de Lei da Câmara n.º 128, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação (Pausa).

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto n.º 129 será discutido e votado depois da Ordem do Dia.

Votação do Requerimento número 389, do Sr. Senador Afílio Vinacua e outros Senhores Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 153, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

O Projeto n.º 376, será incluído na Ordem do Dia da segunda sessão ordinária.

Votação, em discussão única do Requerimento n.º 384, de 1954, do Sr. Hamilton Nogueira, pedindo inserção nos Anais do manifesto-programa da Aliança Popular constituída das seções do Distrito Federal, do Partido Democrático Nacional, do Partido Republicano e do Partido Libertador.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Votação, em discussão única do Requerimento n.º 390, de 1954, do Senador Alfredo Neves, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Resolução n.º 21, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Queiram conservar-se sentados os Senhores que aprovam o Requerimento. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Resolução n.º 21 será oportunamente incluído em Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, que autoriza a Comissão de Transportes e Comunicações a participar, por dois de seus membros, no VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas (oferecida pela Comissão Diretora em conclusão do seu Parecer n.º 126, sobre o ofício n.º 2-1954, da mesma Comissão e incluído na Ordem do Dia em virtude de dispensa de

interstício, concedida na sessão de 9-7-54, e requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti.)

O SR. OTHON MADER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o Projeto de Resolução n.º 39, de 1954, foi sugerido pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas porque havia recebido convite da Comissão Panamericana de Estradas de Rodagem para se fazer representar no VI Congresso, que era da mais alta importância para o Continente Sulamericano.

Fareceu-lhe acertado mandar uma Comissão a essa reunião a fim de discutir as teses e tomar conhecimento da política rodoviária praticada no continente americano.

Apesar dos esforços do Ilustre Senador Francisco Gallotti, que requereu urgência, dispensa de interstício e outras providências para que o Projeto tramitasse com celeridade, não foi possível aprová-lo no devido tempo, pois da Ordem do Dia constavam projeto em regime de urgência.

Sómente hoje figura em pauta o Projeto, quando o Congresso Panamericano, iniciado no dia 11 do corrente, já está quase a terminar.

Seria, desinteressante para o Brasil, e até desprimoroso, ir uma Comissão do Senado participar de um Congresso quando este praticamente está encerrado.

Nestas condições, Senhor Presidente, estando superado o assunto, não há mais razão de ser do Projeto, pelo que opino no sentido da rejeição da Resolução, por inoportuna. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto de Resolução n.º 39, de 1954.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

É rejeitado o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 39, de 1954

Artigo único. É autorizada a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas a participar, por dois de seus membros, por ela indicados e designados na forma do artigo 38, § 2.º, do Regimento, do VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem, a realizar-se em Caracas, Venezuela, no mês em curso.

AO ARQUIVO.

SÃO SEM DEBATES, APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS AS REDAÇÕES FINAIS OFERECIDAS PELOS SEGUINTE PARECERES:

PARECER N.º 466, DE 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Lei n.º 43, de 1952, de iniciativa do Senado.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 466, DE 1954

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 43, de 1952, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei n.º 103 de 23 de dezembro de 1937.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os oficiais reformados do Exército que, no período de 1932 a 1937, hajam exercido por mais de três anos as funções de "Auxiliar de

Ensino" de disciplina não militar, na antiga Escola Militar do Realengo, têm direito à inclusão e à efetivação no Quadro do Magistério Militar, em igualdade de condições com os professores e auxiliares de ensino amparados pelo art. 15 do Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937.

Parágrafo único. Aos referidos oficiais serão contados a inclusão e a efetivação naquele Quadro, a partir da data do citado Decreto-lei n.º 103, de 23 de dezembro de 1937, com todos os direitos e vantagens decorrentes da inclusão, até o presente, como se as respectivas reformas, nos novos postos que lhe couberem, houvessem ocorrido na data da publicação dessa lei, excluída a percepção de vencimentos atrasados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 467, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) das emendas do Senado ao Projeto de Lei n.º 349, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Aloysio de Carvalho. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 467-54

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 349, de 1953, que dispõe sobre registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e sobre o exercício profissional.

Art. 3.º (Emenda n.º 1-C). De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 3.º Os diplomados por estabelecimentos de ensino, sob a jurisdição do Ministério da Educação e Cultura, quando não existirem órgãos de classe encarregados de autorizar o exercício profissional, poderão requerê-lo, a título precário, pelo prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, independente de registro, desde que apresentem certidão de colação de grau expedida pelo Instituto em que concluíram o curso."

Art. 7.º (Emenda n.º 2-C). Suprima-se este artigo.

PARECER N.º 468, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 469, de 1949.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei número 469, de 1949, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 18 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Aloysio de Carvalho. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 468-54

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 466, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira, isenção de direitos para importação de máquina agrícolas ou industriais, a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo capoteiro.

do Projeto.

Substitua-se pelo seguinte:
"Art. 1.º E' concedida, às empresas ou firmas legalmente constituídas ou a cultivadores idôneos do fumo do tipo comercial conhecido por "capeto", isenção de direitos e taxas aduaneiras, excluída a de previdência social, para a importação do paneto adequado à cobertura das áreas ocupadas com essa cultura.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

SÃO APROVADAS, EM DEBATES, E REMETIDAS À PROMULGAÇÃO AS REDAÇÕES FINAIS OBRIGADAS PELOS SEQUENTES PARECERES:

PARECER N.º 502, DE 1954

Redação final do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede permissão a Lauro Fortela, Diretor de Serviço, padião PL-2, para aceitar a bolsa de estudos que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica para ampliação de conhecimentos sobre administração de Arquivo e Biblioteca.

Relator: Sr. Alfredo Neves.

Art. 1.º E' concedida permissão a Lauro Fortela, Diretor de Serviço, padião PL-2, para aceitar a bolsa de estudos que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica para ampliação de conhecimentos sobre administração de Arquivo e Biblioteca.

Art. 2.º Durante a sua permanência em Madrid, fica-lhe assegurada a percepção integral de vencimentos e a contagem de tempo de serviço, na forma do n.º XI do art. 235 do Regulamento da Secretaria do Senado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de junho de 1954. — *Marcondes Figueira, Presidente. — Alfredo Neves, Relator. — Vespasiano Martins. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos. — Costa Pereira.*

PARECER N.º 503, DE 1954

Redação final do Projeto de Resolução n.º 28, de 1954, que concede a exoneração solicitada por Hércules de Macedo Rocha no cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares.

Relator: Sr. Alfredo Neves.

Artigo único. E' concedida a exoneração solicitada por Hércules de Macedo Rocha no cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares, ficando suprimido o respectivo cargo, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 24 de junho de 1954. — *Marcondes Figueira, Presidente. — Alfredo Neves, Relator. — Vespasiano Martins. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos. — Costa Pereira.*

PARECER N.º 508, DE 1954

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados, considerando como de redação a emenda apresentada pela Comissão de Finanças e feita a alteração no nome do Ministério que passará a ser "Educação e Cultura" e não "Educação e Saúde" como consta do projeto.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Carvalho Guimarães.*

ANEXO AO PARECER N.º 508-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do

contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato de empreitada, celebrado em 14 de junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luiz Fernandes e Cia. Ltda. para execução de obras de conservação da sede do Serviço de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.364,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 509, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.*

ANEXO AO PARECER N.º 509-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 56, de 1953, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' revogada a decisão do Tribunal de Contas, de 28 de dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 13 de agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos Decretos-leis ns. 1.498, de 9 de agosto de 1939 e 3.782, de 30 de outubro de 1941.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 510, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Costa Pereira. — Waldemar Pedrosa.*

ANEXO AO PARECER N.º 510-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 64, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcelina de Arêa Leão Melo.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado em 17 de novembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcelina de Arêa Leão Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Parnaíba, no Município de Teresina, Estado de Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 511, DE 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Costa Pereira.*

ANEXO AO PARECER N.º 511-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 66, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 29 de novembro de 1952, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro Pecuário de Cáceres, bem como instalação de máquinas no Posto de Leverger naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 512 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953.

Relator: Sr. Waldemar Pedrosa.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Waldemar Pedrosa, Relator. — Carvalho Guimarães. — Costa Pereira.*

ANEXO AO PARECER N.º 512-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 67, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalações no posto Agropecuário de Rosário Oeste, naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 513 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953.

Relator: Sr. Carvalho Guimarães.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Carvalho Guimarães, Relator. — Waldemar Pedrosa. — Costa Pereira.*

ANEXO AO PARECER N.º 513-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107, de 1953, que aprova o acordo e o tempo aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º São aprovados o acordo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de maio e 29 de julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 514 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fl. anexo) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — *Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carvalho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.*

ANEXO AO PARECER N.º 514-54

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 123, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º — 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 14 de abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e José Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 515 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953.

Relator. — Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carralho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 515-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º ... — 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 14 de outubro de 1952 entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando à preservação das safras de cereais.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER

N.º 516 — de 1954

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953

Relator. — Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexa) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados Sala da Comissão de Redação, em 30 de junho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carralho Guimarães. — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 516-54

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 130, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77,

parágrafo 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º ... — 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 6 de dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, na forma do Decreto-lei n.º 1.438, de 9 de agosto de 1953.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 58, de 1954, que modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), com referência a reclamações por falta de pagamento de salários. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 499, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 500, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa).

É aprovado e enviado à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 58, de 1954

Modifica o parágrafo único do art. 872 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 872, do Decreto-lei n.º 5.452, das Leis do Trabalho) passa a ter a seguinte redação:

"Art. 872:

Parágrafo único. Quando os empregadores deixarem de satisfazer o pagamento de salários, na conformidade da decisão proferida, poderão os empregados ou seus sindicatos, independente de outorga de poderes de seus associados, juntando certidão de tal decisão, apresentar reclamação à Junta ou Juízo competente, observado o processo previsto no Capítulo II deste Título, sendo vedado, porém, questionar sobre a matéria de fato e de direito já apreciada na decisão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 475, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 476, pela rejeição; visto já haver perdido a sua finalidade.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados (Pausa).

É rejeitado o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 59, de 1954

Dispõe sobre a realização de exames de segunda época nas faculdades oficiais e reconhecidas,

localizadas na capital do Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A segunda época de exames dos alunos do último ano das faculdades oficiais e reconhecidas, localizadas na capital do Estado de São Paulo, poderá ser realizado, excepcionalmente e em caráter facultativo, no ano em curso, fora dos prazos estipulados pela legislação federal ora vigente.

Parágrafo único. A data para realização dos exames em segunda época previstos neste artigo será fixada pela Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1954, que assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose, o benefício do auxílio-enfermidade. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 497, de 1954; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 498, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. (Pausa)

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e enviado à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 61, de 1954

Assegura aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social, atacados de tuberculose o benefício do auxílio-enfermidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos associados dos Institutos e Caixas de Previdência Social atacados de tuberculose, é assegurado o benefício do auxílio-enfermidade, qualquer que seja o número de contribuições feitas para a respectiva instituição.

Art. 2.º O auxílio-doença será devido enquanto durar a incapacidade, até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses, a partir do décimo sexto dia do afastamento da atividade, ou se se tratar de trabalhador autônomo, a partir da data de início da incapacidade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 389, de 1954 do Sr. Senador Cícero de Vasconcelos, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra "a" do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954, a que se refere o Requerimento aprovado, figurará oportunamente na Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitu-

cionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luís Tanzi); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferida oralmente na sessão de 3-5-1954).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi reposto pelo orador) Sr. Presidente, o Convênio celebrado entre o Brasil e a Espanha teve parecer contrário que lhe impugnou o art. 10, alegando diferenças entre o regime constitucional vigente em ambos os países.

A propósito, o Sr. Ministro das Relações Exteriores dirigiu-se, em carta, ao Sr. Presidente da aludida Comissão, o qual, por sua vez, me encaminhou a citada missiva.

Nela o titular do Exterior demonstra que o art. 10 do Convênio é de caráter geral, figura em todos os documentos similares, assinados com outras Nações.

Pego permissão ao Senado para ler as considerações de S. Ex.ª.

(Lendo):

"Rio de Janeiro, 13 de julho de 1954.

Excelentíssimo Senhor Senador Georgino Avelino, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal.

Tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.ª a informação anexa referente ao parecer dessa egrégia Comissão, relativo ao Convênio Cultural Brasil-Espanha, proposto pelo Brasil.

Na mesma informação, poderá ver V. Ex.ª que o art. 10 do mencionado Convênio é, na realidade, um artigo a-r-r-o, incorporado em vários Convênios Culturais assinados pelo Brasil, entre outros com a Argentina e com o México, e também constante dos cânones da UNESCO, a qual acaba de aderir a Espanha, que foi aceita como membro daquele Organismo Internacional.

Acresce que a própria Espanha firmou Convênio semelhante e com idêntica cláusula, com a República Oriental do Uruguai. Parece que não seria lógico excluir de um acórdão bilateral uma cláusula que beneficia as relações daquelas duas partes, quando a mesma cláusula na convenção multilateral da UNESCO.

Por outro lado, conforme salienta a informação anexa, o artigo 10 se refere, exclusivamente, a textos de ensino e não põe em perigo a liberdade de imprensa. Além disso, o artigo 14 do Convênio ora submetido à aprovação do Senado prevê a adoção recíproca de medidas oportunas para tornar efetivas as estipulações do mesmo. Assim sendo, fica o Governo brasileiro perfeitamente habilitado a verificar a priori a existência de garantia para uma estreita reciprocidade de tratamento na execução de todas e de cada uma das cláusulas no referido ato internacional.

Quero dizer que, com êsses esclarecimentos, possa o Senado aprovar o mesmo ato na sua íntegra, evitando, por um lado, uma discriminação inoperante, uma vez que a Espanha como o Brasil são membros da UNESCO, e, por outro lado, um gesto menos amistoso para com um país com o qual mantemos melhores relações.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da alta estima e mais distinta consideração, com que me subscrevo, de Vossa Excelência. — Vicente Ráo".

As considerações que acompanharam a missiva que acabo de ler são do seguinte teor:

Convênio Cultural Brasil-Espanha. A Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal foi de parecer contrário à aprovação do Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, a 23 de junho de 1951 (Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1952), na base das observações apresentadas pelo Senador Ferreira de Sousa, em 12 de fevereiro de 1953. O referido parecer foi lido na sessão de 27 de abril do corrente ano.

Segundo esse parecer, "a igualdade absoluta entre as partes acordantes não se traduz somente na liberdade de estipular ou de consentir em cláusulas desta ou daquela espécie... Está também, e talvez com maior importância, no terreno da execução, exigindo a absoluta equidistância entre os acordantes, por forma a poder cada um reclamar a prestação do outro no desenvolvimento das relações regulares no tratado ou convênio. Se, apesar da sinalmática, certas condições possibilitam quebra de igualdade, está evidentemente quebrada a condição sine qua, ou seja, o equilíbrio entre os dois". Ora, segundo o relator, "há uma profunda diferença entre os que possibilitamos e prometemos a liberdade nos outorga".

Salienta ainda o parecer que existem radicais diferenças entre os regimes constitucionais dos dois países. Os direitos naturais do homem, protegidos pela Constituição de 1946, não são salvaguardados na Espanha. O artigo 10 do Convênio ("Cada uma das Altas Partes Contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações utilizadas em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que, sob qualquer forma, se fale sobre a verdade histórica"), tem caráter acentuadamente totalitário, fere a nossa Constituição e a Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas.

Convém, entretanto, examinar a elaboração do texto do Convênio, que apresenta circunstâncias de ordem especial, e considerar se, de fato, seu conteúdo é contrário aos direitos democráticos do Homem.

Por ocasião das negociações relativas ao Convênio, o Governo espanhol aceitou na íntegra o texto da contra-proposta brasileira. A condição que fossem incluídos dois artigos de sua iniciativa. Uma delas, que dizia respeito à execução do Acordo, foi imediatamente aceita pelo Ministério das Relações Exteriores. A outra, segundo a qual:

"Cada uma das Altas Partes Contratantes empreenderá a revisão de aquellos textos, livros y publicaciones utilizadas en sus establecimientos de enseñanza, adaptándolos a sus fines correspondientes, a fin de que eviten que de ninguna forma se falsee la verdad histórica, o se haga objeción o ataque a sus formas de Gobierno y a sus personalidades directivas";

foi alterada como segue: "Cada uma das Altas Partes Contratantes promoverá a revisão desses textos, livros e publicações utilizadas em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falsee a verdade histórica no que às mesmas se refere".

Pedira a atenção dos nobres pares para a alteração que o Itamaraty fez à proposta espanhola, que continha a seguinte parte do art. 10 impugnando:

"que constitua objeto de difamação ou ataques às forças de Governo e às suas personalidades diretoras".

O Itamaraty suprimiu esta parte do art. 10 (Continuando a leitura). "O texto final do artigo 10 deriva dessa alteração, provocada pelo Itamaraty, da nova cláusula sugerida

pelo Governo espanhol. Vê-se, por conseguinte, que o primeiro teve a preocupação de afastar, por óbvios motivos, a segunda parte da proposta espanhola acerca de ataques ou difamação a formas de governos ou personalidades políticas.

Resta a saber se a atual redação do artigo 10 é de fato anti-constitucional e contrária à Declaração dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas. Deve-se observar, em primeiro lugar, que o referido artigo só diz respeito aos textos escolares e não põe em perigo a liberdade de imprensa. A fiscalização prevista não se estende a qualquer imprensa, mas apenas a publicações utilizadas nos estabelecimentos de ensino.

Observar-se-á que tal fiscalização não constitui uma novidade anti-democrática, pois em quase todos os países, inclusive o Brasil, os manuais escolares devem ser aprovados pela autoridade encarregada dos assuntos de educação, antes de serem adotados nos estabelecimentos de ensino. Boa parte dos esforços do extinto Instituto de Cooperação Intelectual de Paris e, atualmente, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, eram e são consagrados à revisão internacional dos textos escolares, com o fim de evitar que alterações da verdade possam criar prevenções entre os povos.

O Brasil concluiu, outrossim, com a Argentina e o México "Convênios para a revisão dos textos de ensino de história e geografia", no sentido de rever periodicamente os manuais escolares, "expurgando-os daqueles tópicos que sirvam para excitar no ânimo desprevenido da juventude a adversão a qualquer povo americano". Esses instrumentos, em plena vigência, encontram-se na Coleção de Atos Internacionais, n.º 66 e 122. A ausência de um instrumento da mesma natureza permite a publicação, em manuais escolares paraguaios, de informações errôneas ou deformadas acerca do Brasil, que só podem criar prevenções no ânimo da juventude desse povo amigo.

Nada, por conseguinte, parece justificar os ataques de que foi alvo o artigo 10 do Convênio Cultural de 1951.

Como vê o Senado, o Sr. Ministro das Relações Exteriores explica de maneira clara que o Convênio do art. 10 nada tem de anti-democrático; e cita o caso do Paraguai, onde, infelizmente, por falta de Convênio semelhante, se deturpam as verdades históricas em relação ao Brasil, provocando no espírito da mocidade paraguaia, por assim dizer, animosidade contra o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os sinos) — Lembro ao nobre orador que dispõe apenas de dois minutos para terminar suas considerações.

O SR. DARIO CARDOSO — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como dizia, o art. 10 evita essa circunstância desagradável. A revisão dos livros escolares, dos textos destinados ao ensino afasta a deturpação dos fatos históricos, que muito prejudica a boa amizade dos povos.

Pedira ao Senado que aprovasse o Convênio, ainda que se fizesse qualquer observação ao art. 10, porque na realidade não fere nenhum direito do homem.

Louvo o nobre relator da matéria pelo zelo à manutenção do nosso regime democrático; mas nada vejo nessa disposição que possa infringir o texto da nossa Constituição no Capítulo dos Direitos e das Garantias Individuais (Muito bem).

Durante o discurso do Senhor Dario Cardoso, o Senhor Alfredo Neves deu a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação.

O SR. FERREIRA DE SOUZA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto.

O SR. FLAVIO GUIMARAES PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto. Os Senhores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa). Está aprovado.

O SR. LUIS TINOCO:

(Pela ordem) Sr. Presidente. requerida verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Luiz Tinoco.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto. (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto, e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa). Voltaram pela aprovação do projeto 12 Senhores Senadores, e pela rejeição, 13.

Não há número.

Vai-se proceder à chamada.

O Sr. Café Filho deu a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

PROCEDE-SE A CHAMADA QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Plínio Pompeu — Olavo Oliveira — Georgina Avelino — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Draudt Ernani — Djalir Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidito de Farias — Carlos Lindenberg — Luiz Tinoco — Atílio Vizaquia — Alfredo Neves — Hamílton Nogueira — Mozart Lago — Nelson Massena — Dario Cardoso — Costa Paranhos — Costa Pereira — Othon Mader — Flavio Guimarães — Gomes de Oliveira — Ivo de Aquino — Camilo Mercio. (29)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 29 Srs. Senadores. Está confirmada a falta de número.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

A chamada há pouco feita evidenciou falta de número, pelo que fica adiada a apreciação desta matéria.

Fica também adiada, pelo mesmo motivo, a discussão dos pareceres da Comissão de Relações Exteriores sobre as mensagens do Sr. Presidente da República, a que se referem os itens 28, 29, 0 e 31 da Ordem do Dia.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste — aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comu-

nicações e Obras Públicas, sob n.º 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto. (Pausa). Não havendo quem pegue a palavra declaro encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de número.

Submeterel agora à discussão, nos termos do § 4.º do artigo 65 do Regulamento Interno, o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. 1.º SUPLENTE (servindo d 1.º Secretário) lê o seguinte

Parecer n.º 540, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 129-54, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para a verba que especifica.

Relator, Sr. Gomes de Oliveira

1 — Orlundo de Mensagem do Sr. Presidente da República, o Projeto de Lei da Câmara n.º 129-54 autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

As obras da reconstrução da referida barragem serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cooperação com o Governo daquele Estado e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Pelo artigo 3.º do Projeto, a aplicação do crédito nele referido compreenderá os estudos necessários e o projeto da nova obra ou aproveitamento da parte não demolida, demolição da parte que se fizer indispensável e reconstrução da barragem, inclusive equipamento.

2 — O Projeto não apresenta vício de inconstitucionalidade, devendo ser aprovado diante do que dispõe o art. VI, da Constituição da República, que dá competência ao Congresso Nacional para autorizar abertura e operações de crédito. Somos, assim, pela sua constitucionalidade.

Sala Rui Barbosa, em 30 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Flávio Guimarães. — Joaquim Pires. — Antão Jobim. — Camilo Mercio.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino para, na qualidade de presidente da Comissão de Finanças, designar relator.

O SR. IVO D'AQUINO.

(Não foi revisto pela oratoria — Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças avoco o projeto, a fim de emitir parecer, que é o seguinte:

Este projeto de lei da Câmara autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) para atender às obras de reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

O crédito, na forma do artigo 2.º, será aplicado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em

cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A Comissão de Finanças, reconhecendo a necessidade do crédito, é de parecer favorável a este projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE:

Concedo a palavra ao nobre Senador Othon Mäder, para pronunciar-se sobre o projeto, na qualidade de relator da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

O SR. OTHON MÄDER:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, tomando conhecimento do Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério de Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é de parecer que ele merece aprovação.

Trata-se de auxílio do Governo Federal para reconstrução da barragem que, como todos sabemos, ruíu há pouco tempo em virtude do excesso de chuvas caídas em Belo Horizonte.

A verba vai ser aplicada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento, em cooperação com o Governo de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e está condicionada aos estudos necessários, projeto da nova obra, aproveitamento da parte não destruída, demolição da parte que se fizer necessária e reconstrução da barragem, inclusive aquisição de equipamento.

A Comissão de Viação e Obras Públicas nada tem a opor, pelo que emite parecer favorável à concessão do crédito pedido. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto, com pareceres favoráveis das Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, de Finanças, e de Constituição e de Justiça. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Adiada a votação, por falta de número.

Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade. (Pausa)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Desiguo para a de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 203, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luís Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (proferido oralmente na sessão de 3-5-1954).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno, em virtude da

aprovação, na sessão de 15-7-54, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Senhor Bernardes Filho e outros Senhores Senadores), tendo *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 540, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (proferido oralmente na sessão de 15-7-54); da Comissão de Finanças, *idem*.

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luís Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do artigo 155, § 4.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileira" (Patrimônio Nacional).

Votação do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste (aprovado em primeira discussão em 15-6-1954, tendo *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 365, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954).

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parecer favorável*, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 75, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Sudanesia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Discussão única do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra "a", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 360, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15 de julho de 1954), tendo *pareceres favoráveis* (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etimologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. *Pareceres:* da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Senhor Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autores. *Parecer favorável*, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Discussão única do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Encerra-se a sessão às 23 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ONOFRE GOMES NA SESSÃO DE 14 DE JULHO DE 1954.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, encontro-se na ordem do dia de hoje, com votação iniciada ontem, o Projeto de Lei n.º 337, de 1953. No longo parecer relatado na Comissão de Segurança Nacional tenho a impressão de que coloquei o problema nos seus devidos e justos termos, isto é, sob o ponto de vista de segurança a respeito do qual essa comissão deveria pronunciar-se. No meu trabalho focalizei que o projeto era peça que tinha unidade inclusive psicológica, visto como possuía profundos embasamentos em ato legítimo, do poder público — o Decreto n.º 10.490, inicialmente secreto e posteriormente divulgado com alterações perfeitamente compreensíveis, correspondendo, assim, a um ato de honra do Estado que, para satisfazer a compromissos da sua política internacional, inevitavelmente bem aceitos por toda a Nação, havia usado das atribuições que as leis lhe conferiam e procedido à convocação de cidadãos para serem os aludidos compromissos pelas armas.

Como o conflito era de amplitude mundial e a luta, felizmente, ainda se desenrolava longe do território brasileiro, dentro das possibilidades do momento, em vista de nos acharmos em companhia de povos poderosos, lançamos, como era certo, política e estrategicamente, a cobertura do teatro principal — mais que principal, essencial; mais que essencial, vital — que era o território nacional, isto é, o Brasil, lançamos, repito, a cobertura estratégica, ofensiva-defensiva, em terras da Itália, previamente reconquistada pelo grupo aliado anglo-americano.

O Decreto n.º 10.490-A, equiparando os dois teatros, é, consequentemente, um ato de sábia política, visto como se conforma plenamente com o arcabouço dos compromissos assumidos pelo governo brasileiro em nome da Nação. Assim sendo, Sr. Presidente, conforme já disse em discursos anteriores, somente por um complexo psicológico, característico do nosso povo, de extroversão, poderíamos considerar, invertidamente, como teatro principal o italiano.

O que se cobre, resguarda e protege logicamente, deve ser sempre o principal, ou do contrário, afastados da lógica, não estamos em boa sanidade mental.

Assim, o projeto tratando de manciar quanto possível justa os militares e civis brasileiros, que, na obedi-

ência a decisões e ordens do governo prestaram serviços de guerra na Itália ou no Brasil, estavam, como entendeu o governo, em identidade de condições.

Para focalizar objetivamente a importância deste teatro, o que talvez não fosse necessário, levantei a seguinte hipótese: se houvessem sido insuficientes os meios de cobertura marítima e aérea do nosso território, propiciados pelos nossos aliados norte-americanos, e ocorrido aqui um desembarque de uma Divisão de Wehrmacht ou dos SS., que poderia ter havido?

Sr. Presidente, a importância desse teatro é verdadeira inaniência, é inseparável. Ultrapassa a qualificação do principal, do essencial, porque realmente é o vital. Tanto assim é que se comprometido ou dominado esse teatro, perguntaria eu se haveria mais alguma coisa por que lutar.

A Lei n.º 1.782 de que o Projeto número 337, de 1953 é simples extensão, já havia justicadamente recompensado os brasileiros que se haviam batido em defesa da Pátria em território italiano, em terra e no ar. Os elaboradores do projeto, o Sr. Ministro da Guerra como autor do substitutivo da parte principal, e o líder do Partido Trabalhista, consequentemente líder do Partido do Governo na sua elaboração tiveram o senso político de respeitar a unidade jurídica decorrente das atividades dos brasileiros defensores da Pátria na Itália e no Brasil.

Convém, entretanto, recordar, Senhor Presidente, que a importância desse teatro da guerra era tal que nele se encontrava um dos embasamentos da ponte aérea para o transporte, através do Atlântico, dos contingentes aéreos necessários à cobertura das operações de desembarque e ocupação da África do Norte e da Itália.

Além desse aspecto importante, há o da verdadeira vitalidade do teatro visto como a sede em que vive a nacionalidade.

Sr. Presidente, em vários discursos aqui proferidos, com o objetivo de dar resposta integral, item por item, aos esclarecimentos apresentados ao Senado pelos Ministros militares, mostrei a sem razão dos argumentos oferecidos.

Quanto à Marinha, tornou-se clara a desnecessidade de uma composição de argumentos, visto como em nada o projeto a ela se refere; em relação ao Exército, demonstrei minuciosamente a necessidade da sua aprovação, a fim de dispor de oficiais em número aproximado do suficiente, para dar desempenho a uma de suas principais funções — o recrutamento.

Como velho soldado que apenas há dois anos deixou o comando de uma das mais vastas regiões militares do país, abrangendo os territórios de Minas Gerais e Goiás, evidência a perturbação das atividades civis, dos cidadãos com a má execução do Serviço de Recrutamento, pela deficiência de delegados municipais, acarretando o ingresso no Exército de cidadãos legitimamente isentos desse compromisso, nos termos da lei. Salientei igualmente os percalços, aborrecimentos e tribulações a que eram submetidos muitos brasileiros em idade de alistamento que pela falta de esclarecimentos das exigências legais, incorrem no crime de insubmissão; mas submetidos a Conselho, na forma das leis e regulamentos são justicadamente absolvidos, normalizando-se, assim, a sua situação de cidadãos.

Todos esses percalços, Sr. Presidente, com a aprovação do projeto, se não forem corrigidos, serão muito amargos, visto como S. Exa. o Senhor Ministro da Guerra dispõe de suficiente número de oficiais para dotar os dois terços dos municípios brasileiros, onde não há ainda delegado militar de recrutamento, de representantes do serviço militar a fim

de o processamento dos trabalhos marcharem na boa ordem reclamada pelo interesse e pela tranquilidade dos cidadãos. Poderá também atender a outro importantíssimo setor da função militar, — o desempenho do Serviço de Datilografia, Registro e Arquivo de Documentos Sigilosos.

Quanto à Aeronáutica, igualmente examinei, item por item, o documento em que S. Ex.^a o Sr. Ministro prestara esclarecimentos ao Senado, derroando-os um a um a um isto como não passavam de méras virtualidades.

Sr. Presidente, parece-me ter feito o possível para o cumprimento do meu dever, como relator do projeto na Comissão de Segurança Nacional. Del conhecimento ao Senado dos legítimos propósitos que fundamentaram perfeita e seguramente o projeto. Aprovando-o, o Senado praticará ato de acerto e de justiça, como o fez a Câmara dos Srs. Deputados.

O Sr. Mozart Lago — Muito bem. Apoiadíssimo.

O SR. ONOFRE GOMES — Muito obrigado a V. Ex.^a

Na Aeronáutica o problema resume-se na focalização de verdadeiro paradoxo. Pretende-se recrutar segundos Tenentes especialistas da Aviação, não no corpo de especialistas daquele Ministério, mas entre novatos, entre os que iniciam a aprendizagem da futura especialidade, conduzidos pelas mãos de sargentos e sub-oficiais especialistas, com anos de serviço de guerra, negando-se a estes que colaboram na formação de futuros especialistas o legítimo direito à promoção que lhes cabe.

Resulta, assim, claramente, a situação que eu, como chefe de uma empresa, dispondo nas diferentes oficinas da minha indústria, de excelentes especialistas, — que conheço porque acompanhei-lhes a formação, desde a aprendizagem — os abandonaria, para recrutar especialistas em campo estranho, entre desconhecedores do ofício, que iniciarão a aprendizagem sob a orientação dos sub-oficiais e sargentos especializados de que dispõe a Aeronáutica.

Sr. Presidente, não acredito que em nenhuma empresa privada, administrada por quem não esteja louco, se chegue a um procedimento de tal incompreensão. É justamente o contrário do que se faz em toda a parte, particularmente nos países adiantados como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha, para citar os três que se podem apresentar ao mundo como paradigma de organização, notadamente quando se processa a mobilização.

Se se precisa de mecânicos, vai-se buscar os arrolados nas repartições competentes, com os respectivos endereços, para lhes atribuir a função de mecânico, dando-lhes as graduações e os postos que forem necessários para fazer a atividade funcionar.

O SR. PRESIDENTE:

Pondero ao nobre orador faltarem apenas dois minutos para se esgotar a hora do expediente

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro a V. Ex.^a consulte o Senado sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Onofre Gomes possa concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Mozart Lago.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. ONOFRE GOMES:

Muito grato ao nobre Senador Mozart Lago e ao Senado pela gentileza da concessão.

Sr. Presidente, focalizando o caso da Aeronáutica, vi-me obrigado, muito a contragosto — porque para mim seria uma situação bem mais agradável e simpática estar em atitude de entendimento e de compreensão com os meus colegas, Generais da Aeronáutica, da Marinha ou do Exército, do que me encontrar nesta tribuna, no cumprimento de um dever, do qual não me afastarei...

O Sr. Mozart Lago — Permite Vossa Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Não fosse a disciplina, a ser resguardada, sugerida a mesa redonda de V. Ex.^a com os três Ministros militares, para que estes, assim, fossem obrigados a tomar conhecimento do que V. Ex.^a tem dito e comprovado perante a nação sobre a justiça da aprovação desse projeto.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte de V. Ex.^a; entretanto, não creio haja necessidade de mais recorda, porque S. Ex.^as, tanto quando eu, estão a par da realidade.

O Sr. Mozart Lago — Não estão a par, porque se do contrário estariam convencidos, como eu.

O SR. ONOFRE GOMES — Meu caro Senador Mozart Lago, o dinamismo e a trepidação da vida moderna permitem que os responsáveis pela administração do Estado, nos seus diferentes graus de departamentação, por si mesmos, tomem conhecimento do que se publica e do que se escreve.

O Sr. Mozart Lago — Não há tempo para ler o que é do interesse coletivo.

O SR. ONOFRE GOMES — Devemos trabalhar em equipes, perfeitamente entrosadas em esferas, gradativamente em elevação, até o ápice, em que se encontra o setor da decisão, mas é preciso que essas equipes trabalhem realmente dentro do ponto de vista do interesse público, preparando os pareceres, a documentação e as informações para os chefes, de modo a não expô-los a claudicações.

Difícil é hoje a posição do chefe, não só no Brasil, como em toda parte, mas particularmente entre nós, visto como ainda não podemos dispor de um número, mesmo insignificante, de equipes, capazes de constituir um conjunto, onde cada equipe se manifeste sobre determinado problema, e não perturbar o referido conjunto, a fim de que a decisão seja uniforme, tenha o caráter de unidade no todo e seja boa a solução.

Mas, dizia eu, ainda no cumprimento do dever de relatar, vi-me obrigado a contrapor, um a outro, os dois pareceres que S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Aeronáutica se permitiu conceder. Num dos referidos pareceres, S. Ex.^a, conforme li ao Senado, pedia por palavra, opinava claramente pela promoção dos sargentos e suboficiais do 1.º Grupo de Caça, que colaboraram nas operações aéreas do teste de guerra italiano, e no segundo, que S. Ex.^a enviou ao Senado se pronuncia categoricamente contra a aprovação do Projeto, por ser contrário a promoção daqueles suboficiais e sargentos que ele mesmo, como Comandante do 1.º Grupo de Caça...

O Sr. Mozart Lago — Todo o mundo conhece esse fato.

O SR. ONOFRE GOMES — ... no momento de encerramento das operações, apresentado ao Ministro da Aeronáutica, considerou ato certo, justo, criterioso. Sr. Presidente, não é compreensível se vá recrutar especialistas em outros quadros, quando os de que se dispõe são bons, e, para comprová-lo, li desta tribuna o juízo formulado sobre eles pelos técnicos que vieram dirigir a montagem de aviões a jato, no Galeão, com o que muito honra os especialistas da Aeronáutica, por partir de cidadãos pertencentes a um povo cuja experiência no tratamento com outros povos tem demonstrado ser sempre precavido.

Esses depoimentos também constam das páginas do "Diário do Congresso", pois os inclui em vários de meus discursos.

Dispor-se de sargentos e suboficiais especialistas, não há porque recrutar segundos-tenentes especialistas senão entre aqueles. Se se opina que os suboficiais e sargentos da aeronáutica, do 1.º Grupo de Caça, têm todas as qualidades e prerrogativas para merecerem promoção e depois se se contradiz, negando-se-lhes a referida promoção, claro que o Senado estará em face de problema relativamente fácil de ser compreendido, embora, na realidade, não se esteja cogitando de resolvê-lo dentro da única fórmula admissível, a de atender ao interesse público.

Ainda há mais, Sr. Presidente. O Projeto, nos seus diferentes aspectos, está integralmente em concordância com a política anunciada e praticada por S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República. Vários trechos de discursos de S. Ex.^a constam do meu parecer e de discursos que tenho aqui pronunciado, e que podem sintetizar os objetivos do Chefe do Governo nesses termos: levar adiante, com as cautelas

e precauções necessárias e possíveis o melhoramento do nível de vida dos cidadãos menos favorecidos de recursos.

Está no discurso de S. Ex.^a pronunciado a dois de janeiro às Forças Armadas, no Clube da Aeronáutica, no de 1.º de maio, no de Volta Redonda e também no do churrasco dos Generais, onde S. Ex.^a disse, com toda clareza, que ninguém lhe arrebatara das mãos o propósito de solucionar a questão social, nos moldes da prática de métodos justicieiros.

O Senado, realmente, não estará em divergência com S. Ex.^a, o Sr. Presidente da República. Pode-lo estar, sim, os seus Ministros. Aprovando, no entanto, o Projeto, estaremos integralmente dentro das premissas fundamentais do programa político de S. Ex.^a.

Já demonstrei que a capacidade dos suboficiais e sargentos especialistas da Aeronáutica é suficiente para promover-lhes a promoção a segundos-tenentes.

Mesmo, porque eles já têm, por lei, este direito. Aguardam, apenas, a oportunidade pela abertura de vagas.

Para que o Senado não tenha dúvidas do ato de justiça que praticará aprovando o projeto, aproveito-me da oportunidade para, comprovando a reserva da capacidade dos especialistas da Aeronáutica, isto trazer um testemunho material.

Tenho em meu poder um Dicionário de Meteorologia, elaborado e escrito por um sargento e um suboficial especialistas da Aeronáutica, cujos nomes me permito não revelar, para não arretrar-lhe possível má compreensão.

Trata-se de obra, Srs. Senadores, que, na sua modestia, demonstra cabalmente a capacidade intelectual e a eficiência desses militares.

Não há, conseqüentemente, razão alguma para negar-se-lhes a promoção cujo direito legal já lhes assiste: mesmo porque, no que diz respeito ao Exército, os subtenentes e sargentos legalmente satisfazendo as exigências para promoção a 2.º Sargento do Q.A.O., se não for aprovada o Projeto n.º 337, poderão ser demitidos no seu direito a essa promoção legal e legitimamente conquistada de vez que o Projeto n.º 268, em marcha, extinguiu o Q.A.O. — Quadro Auxiliar de Oficiais — para criar o Q.A.A. — Quadro Auxiliar de Administração — faz-lhes novas exigências e o direito conquistado à promoção irá sofrer as conseqüências dessas perdas irreversíveis, se o Senado prudente e sabiamente não lhes amparar o direito incontestado que já têm, aprovando o Projeto n.º 337-53.

São as considerações que, como recordação, me julguei no dever de fazer ao Senado, no instante em que talvez se retomem os trabalhos para votação do aludido Projeto. (Muito bem! Muito bem!)

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE CR\$ 0,40



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX - N.º 119

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 17 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 46 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso as 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.348, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 381 de 1953 no Senado Federal, que modifica o art. 1.º da Lei n.º 1.785, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

João Café Filho
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 46 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 300, de 1952, no Senado Federal, que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e das outras providências.

Senado Federal, 8 de Julho de 1954

João Café Filho

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 20, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 15 de março de 1950, entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown Boveri.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21 de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 1.º de fevereiro de 1952, entre o Governo da Guiné e o Estado do Rio de Janeiro, para delegar à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio daquele Estado as atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 28 de maio de 1952, entre o Ministério da Agricultura e João Wandemley da Costa Lima para desempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 8 de dezembro de 1952, entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher, Pedro Alves de Brito e sua mulher e Decty Feles Carfaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na fazenda Palmeirinha, Município de Crato, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, a 8 de setembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, situados no local denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1954

Art. 1.º São aprovados o contrato e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 21 de dezembro de 1950 e 2 de janeiro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea Franco Oeste, entre a Capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas, no mesmo Estado, na importância de Cr\$ 3.082.000,00 (três milhões e oitenta e dois mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 26, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 16 de abril de 1947, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher Maria da Conceição Passos, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penha, situado no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, de 1954

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 15 de abril de 1947, entre a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Melo e sua mulher, Petronilla Maria da Conceição, para irrigação em terras de sua propriedade, no Município de Iguatú, Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1954

Art. 1.º É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 13 de novembro de 1951, denegou registro ao contrato celebrado em 16 de outubro do mesmo ano, entre o Ministério da Aeronáutica e Cláudio de Sá e Silva, para desempenhar, naquele Ministério, as funções de Técnico Especializado em Mecânica.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

O Senado Federal aprovou e eu promulgo o seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 20, de 1954

Artigo único. Acrescente-se ao artigo 41 do Regulamento Interno, o seguinte parágrafo:

“§ 5.º O prazo a que se refere este artigo, interrompido com a superveniência das férias parlamentares, continuará a correr na sessão imediata, salvo se outro for o relator designado para o projeto. Caso, porém, esteja esgotado o prazo, poderá o projeto ser incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a do Regulamento”.

Senado Federal, em 14 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 50,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 78,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qual quer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante de recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landupho Alves — Vice-Presidente
Sa Linsco
Júlio Leite
Costa Pereira
Plínio Pompeu
Eulides Vieira
(*) Substituído pelo Senador Djan Brindeiro
(**) Substituído pelo Senador Sylvio Curvo
Secretário — Aroldo Moreira
Reuniões As quintas-feiras

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente
3 — Area Leão
4 — Hamilton Nogueira
5 — Levindo Coelho
6 — Bernardes Filho
7 — Eulides Vieira
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade
Auxiliar — Carmem Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões — As quintas-feiras, às 16 horas

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente
3 — Alberto Pasqualini
4 — Álvaro Adolfo
5 — Apolônio Sales
6 — Carlos Lindenberg
7 — Cesar Vergueiro
8 — Domingos Velasco
9 — Durval Cruz
10 — Eulides Vieira
11 — Ferreira de Souza
12 — Mathias Olympio
13 — Pinto Aleixo
14 — Plínio Pompeu
15 — Veloso Borges
16 — Vitorino Freire
17 — Walter Franco
(*) Substituído pelo Sen. Espíridio de Farias
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Mascena
(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães
(******) Substituído pelo Sen. Antonio Dama
(******) Substituído pelo Senador Joaquim Pires

Secretário — Evandro Vianna
Diretor de Organização
Reuniões As quartas e sextas-feiras às 15 horas

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente
Anísio Jobim
Atílio Viracoua
Camilo Mercio
Ferreira de Souza
Flavio Guimarães
Gomes de Oliveira

Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mader.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.
3 — Novais Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Matias Olimpio.
7 — Assis Chateaubriand. (*).
8 — João Villasboas.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.
Secretário — J. B. Castegon Branco.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

Leviado Coelho — Presidente.
Alfredo Simch — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Dival Cruz.
Secretário — Aurora do Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mozart Lago.
7 — Júlio Leite.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Benedes Vieira — Presidente.
Otonio Gomes — Vice-Presidente.
Alencastro Guimarães.
Othon Mader.
Antônio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.
2 — Onofre Gomes — Vice-Presidente.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góes.
5 — Silvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — Presidente.
Dario Cardoso.
Francisco Galotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindenberg.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
Othon Mader.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Galotti — Presidente.
Mozart Lago — Vice-Presidente.
Júlio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Atílio Vivacqua — Vice-Presidente.
Dario Cardoso — Relator.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente.
Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — Presidente.
2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — Relator Geral.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novais Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
2 — Ivo de Aquino.
3 — Ferreira de Souza — Relator Geral. (*).
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
3 — Anísio Joom.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flávio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Nogueira.
14 — Guinéme Maiaquina.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Porto.
Secretário — Gloria Fernandez Junqueira.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — Presidente.
2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mader.
5 — Rui Carneiro.
Secretário — Italina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Economia

6.ª REUNIAO, EM 14 DE JULHO DE 1954

Às 17 horas, reúne-se esta Comissão, numa das salas de reunião sob a presidência do Sr. Senador Pereira Pinto, Presidente, presentes os Srs. Senadores Plínio Pompeu, Costa Pereira, Gomes de Oliveira, Nestor Massena e Mozart Lago, estes três últimos, designados para substituir, respectivamente, os Srs. Senadores Landulpho Alves, Sá Tinoco e Euclydes Vieira, enquanto estiverem ausentes. Deixa ainda de comparecer, com causa justificada, o Sr. Senador Júlio Leite. É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente faz a seguinte distribuição:

— Ao Sr. Senador Nestor Massena as proposições que se seguem:

— Mensagem n.º 84-54, que submete à apreciação do Senado a nomeação do Sr. Fernando de Andrade Ramos para o cargo de membro do Conselho Nacional de Economia;

— Projeto de Lei da Câmara número 44-54, que majora tarifas alfandegárias referentes à 1.ª e seus derivados;

— Projeto de Lei da Câmara número 102-54, que concede isenção de direitos aduaneiros, imposto de consumo e taxas, para um carilhão de quatro sinos, importado da Alemanha e destinado à Igreja S. Pedro de Porto Alegre, Estado do R. G. do Sul;

— Projeto de Lei da Câmara número 103-54, que concede isenção de

impostos e taxas aduaneiras para quatro caixas contendo objetos religiosos doados pelos Franciscanos de Milão ao Convento de São Francisco, em São Paulo;

— Projeto de Lei da Câmara número 131-54, que cria no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, uma Estação de Emologia; e

— Projeto de Lei da Câmara número 134-54, que concede isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras para uma imagem destinada à Igreja de Nossa Senhora da Ajuda de Petrópolis; e

— Ao Sr. Senador Mozart Lago, o Projeto de Lei do Senado n.º 42-54, que dispõe sobre fixação de salário mínimo (em regime de urgência).

O Sr. Senador Costa Pereira, pronunciou seu parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

O Sr. Presidente submete à discussão e votação o citado parecer que é aprovado, com voto vencido do Sr. Senador Gomes de Oliveira.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Aroldo Moreira, Secretário, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Secretário.

Comissão de Redação

22.ª REUNIAO, EM 16 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

As quinze horas, do dia dezessete de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa e Costa Pereira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Aloysio de Carvalho. É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Costa Pereira, apresentando a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

As quinze horas e vinte minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

21.ª REUNIAO, EM 7 DE JULHO DE 1954

(Republica-se por ter saído com incorreções)

As quinze horas e cinquenta minutos, do dia sete de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, Presidente, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, Costa Pereira e Carvalho Guimarães, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Aloysio de Carvalho.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Costa Pereira, apresentando a redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior ou defesa de tese, e dá outras providências.

As dezessete horas e quinze minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secre-

tário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

8.ª REUNIAO, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 1954

(Reproduz-se por haver saído com incorreções, no D. C. N., de 13 de julho de 1954).

Aos quatorze dias do mês de julho de 1954, às 16h30 horas, reuniu-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob a presidência do Sr. Senador Onofre Gomes, presentes os Srs. Senadores Alencastro Guimarães, Othon Mäder e Antônio Bayma, estando ausente, com causa justificada, o Presidente da Comissão, Sr. Senador Euclides Vieira.

Sôbre a mesa para recebimento de emendas

No dia 19: Projeto de Resolução número 38, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

85.ª SESSÃO EM 19 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos:

Para o Expediente:

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães
- 2.º — Senador Gomes de Oliveira
- 3.º — Senador Costa Paranhos
- 4.º — Senador Ezequias da Rocha
- 5.º — Senador Onofre Gomes
- 6.º — Senador Mozart Lago.

ATA DA 84.ª SESSÃO EM 16 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. ALFREDO NEVES, EZEQUIAS DA ROCHA E CALE FILHO.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedroso — Américo Jobim — Priscu da Santos — Áureo Leão — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Paulo Pompeu — Otávio Oliveira — Georgino Avelino — Drauz Ernani — Marimian. Fernandes — Djau Brindeiro — Ezequias da Rocha — Cheri de Vasconcelos — Esperaldo de Faria — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Noronha — Bernardes Filho — Nestor Massena — Costa Pereira — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Ivo de Aguiar — Alfredo Simch — Camilo Mercio.

(30)

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 1.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) prossegue a leitura da ata da sessão anterior, que posto em discussão, e surtos debates apropriados.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) lê o seguinte

Expediente

Ofícios: Quatro, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.053, 1.053, 1.101 e 1.103, encaminhando autógrafos dos seguintes:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 13 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera, para construção de um prédio destinado a servir de sede à Agência Postal de Tomazina, no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1954

Mantém a decisão do Tribunal de Contas da União ao registro do termo de contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e Annibal Villanova Villela.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 17 de julho de 1953, que negou registro ao termo de contrato celebrado, em 30 de junho de 1953, entre o Conselho Nacional de Economia e Annibal Villanova Villela, para exercer a função de auxiliar técnico do mesmo Conselho.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 154, de 1954

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para materiais importados pela Prefeitura Municipal de Amores Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É concedida à Prefeitura Municipal de Amores, Estado de Minas Gerais isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras exclusivas de previdência social para material destinado a montagem de uma unidade hidroelétrica e constante da relação abaixo:

1 — Turbina regulável, com eixo vertical, sistema hélice com regulação interna fabricação B. Maier, Brackwede, Alemanha com as seguintes características:

Queda líquida — 7m.
Vazão — 19000 l-seg.
Potência — 1532 cavs.
Velocidade — 214 Rpm.
Velocidade de disparo.
Velocidade de disparo a queda máxima de 7 m — 470 Rpm.

2 — Dispositivo distribuidor para regulação interna, com palhetas, guias orientáveis de ferro fundido.

Dispositivo distribuidor com buchas de regulação de ferro fundido com engrenagem de regulação consistindo de dentes alavanca, flange, eixo de regulação com mancal de base.

Tampa de ferro fundido para a turbina com mancal de guia para o eixo. Câmara do volante de aço.

Cubo do rotor de ferro fundido com hélices de aço fundido.
3 — Eixo de 200 mm de diâmetro ca. 4m de comprimento de aço SM, com flanges para acoplamento forjado em uma peça com o eixo, inclusive parafusos.

Mancal-guia, com revestimento de metal patente, para lubrificação a graxa com a respectiva prensa.

Válvula de vazamento.
Chaves para montagem com quadro

4 — Dispositivo de ventilação consistindo de válvulas de ventilação, com alavanca ao aro de regulação.
5 — engrenagem cônica de pressão para transmitir uma potência de 1532 cav. com relação de 214-1000 Rpm em caixa de ferro fundido completamente estanque a prova de pó e de óleo com rodas dentadas de liga de aço especial mancais de metal patente, com lubrificação a óleo de pressão inclusive bomba parafusos de ancoragem prolongamento de eixo e mancal externo.

6 — 1 luva elástica entre engrenagem e gerador.

7 — 1 regulador automático de velocidade de 5000mkg consistindo da caixa do regulador servindo como conservador de óleo com servo-motor embutido e dispositivo de comando de precisão montados na mesma.

8 — 1 compressor inclusive motor, montado sobre base comum para o carregamento do grupo de câmara de ar, porém, sem chaves e ligações elétricas.

9 — 1 dispositivo elétrico de ajustamento de velocidade para comando do quadro com motor nêem, sem chave de comando e ligações elétricas.

10 — 1 volante adicional com fundo cheio de aço fundido 1400mm, Peso da coroa 1330 kgs.

Peso líquido da turbina completa — 38760kgs.

Peso bruto da turbina completa — ca. 45.000kgs.

Volume de embarque — ca. 85m3.

11 — 1 gerador trifásico de corrente alternada fabricação AEG, para acoplamento por intermédio de uma engrenagem cônica com a turbina sob 11, com eixo horizontal com as seguintes características:

Potência — 6271-kw.

Tipo — 3250 kva.4

Cos-phi — 0,8.

Velocidade — 1000Rpm.

Velocidade de disparo 2200Rpm.

Tensão a vazio 2400 V.

Frequência 50 ciclos-seg.

Excitação normal — 14kw, 57v.

Momento volante — 650kcm. 2.

12 — 1 excitatriz estabilizada diretamente horizontal. Forma aw 84 pes construída para regulação automática da tensão.

Capacidade contínua — 14 kw 57-v

Capacidade intermitente — 18, kw 66v.

Peso ca. 520kgs.

13 — 1 regulador automático sistema Tivril. Forma TAG 4, para regulação rápida da tensão com uma precisão garantida de 0,5% completo com pertences necessários.

Peso ca. 65kgs.

14 — 1 regulador manual shunt com 150 estágios de regulação, tamanho HP IV af, com acionamento para quadro:

Peso ca. 50kgs.

15 — 1 jóco completo de parafusos de chumbação.

16 — 1 jóco de resistências para termômetros a distância para o controle da temperatura dos mancais.

Art. 2.º O valor do material relacionado é de:

1 — Turbina com pertences — Cr\$ 1.395.000,00.

2 — Gerador com pertences — Cr\$ 400.000,00.

Total — Cr\$ 1.795.000,00.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 155, de 1954

(3912-A-23, DA CAMARA)

Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender a área remanescente do Hórto Frutícola da Penha, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É a Sociedade Nacional de Agricultura, com sede nesta capital, autorizada a vender a área remanescente do Hórto Frutícola da Penha, conforme doação que a mesma fez feita pela Fazenda Nacional por escritura de 3 de abril de 1918, lavrada no 9.º Ofício de Notas desta Capital.

Art. 2.º O produto dessa venda, que poderá ser feita englobadamente ou em lotes, terá obrigatoriamente a seguinte aplicação:

1) aquisição, dentro ou próximo do Distrito Federal, de uma área não inferior de 20 hectares;

2) na construção, no terreno assim adquirido, dos edifícios e mais instalações para a Escola de Horticultura Wenceslau Bello, nos termos do Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946;

3) na instalação e ampliação de laboratórios: museu agrícola, biblioteca especializada, e no aparelhamento de cursos visando a formação de especialistas nos vários ramos da profissão agrícola;

4) na aquisição ou construção de bens imóveis, ou títulos da dívida pública, com cuja renda será atendido o custeio desses serviços.

Parágrafo único. Efetuada a venda e recolhido o produto ao Banco do Brasil, organizará a Sociedade um plano obediente ao que determina o presente artigo, e o submeterá à aprovação do Ministério da Agricultura.

Art. 3.º A fim de que não sofram prejuízo de continuidade as aulas da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, poderá a Sociedade, imediatamente após a venda aplicar na aquisição da área de que trata o artigo 2.º e nas construções respectivas, até 50% do produto, obrigando-se a sua Diretoria a prestar ao Ministério da Agricultura conta da respectiva aplicação.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES.

Ferreira de Souza, ou Carneto, Carlos Lindenberg, Mozart Lago, Othon Mäder (5).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Alvaro Adolpho, Magalhães Barata, Antonio Bayma, Victorino Freire, Mathias Olympio, Kerginaldo Cavalcanti, Francisco Porto, Novais Filho, Julio Leite, Durval Cruz, Walter Franco, Landulino Alves, Alonzo de Carvalho, Pinto Aleixo, Luiz Tinoco, Athílio Vivacqua, Sá Tinoco, Peretia Pinto, Levindo Coelho, Cesar Veroneiro, Marcondes Filho, Euclides Vieira, Silvio Curto, João Villalobos, Vespasiano Martins, Francisco Gallotti, Alberto Pasqualini (27).

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Georjino Avelino, primeiro orador inscrito.

O SR. GEORGINO AVELINO:

(Lê o seguinte discurso). — Sr. Presidente,

A oportunidade da patriótica excursão de alunos militares e civis da Escola Superior de Guerra, sob o comando do eminente General Juarez Távora, ao parque salinheiro do Rio Grande do Norte, leva-me a ocupar a tribuna desta Casa e solicitar alguns momentos de atenção para dois assuntos ligados ao desenvolvimento da nossa indústria do sal.

Como já é do conhecimento do plenário travou-se uma grande batalha para a construção do porto de Areia Branca, assunto pelo qual muito me interessei quando da discussão do Plano Salte durante o governo do grande patriota Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Esse velho sonho dos salinheiros da minha terra, já está em via de concretização, com o encerramento da concorrência aberta pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e lavratura do contrato de construção do porto teleferico, o primeiro a ser construído na América do Sul, constante de um cabo de quinze quilômetros de extensão que levará o sal e outras mercadorias de exportação, da sua estação inicial em Ponta das Pedras ao porão dos navios surtos no Lamerão de Areia Branca.

Pela atuação eficiente do atual presidente do Instituto Nacional do Sal, Sr. Raul de Góes, o Ministério da Viação, pelo parecer do abalizado engenheiro Luís Augusto Vieira, associou a construção do porto à racionalização da indústria salinheira norte rio-grandense, visto aquele empreendimento só encontrar sua justificativa e rentabilidade imediata desde que concentrada a produção salinheira num único ponto. Daí, Sr. Presidente, a iniciativa da Salina Única, em virtude da qual o Instituto Nacional do Sal sugeriu a supressão do primeiro trecho teleferico de oito quilômetros para que, na extensão por ele percorrida, fosse constituída a Salina Única de extração mecanizada, da qual participariam todos os produtores norte rio-grandenses, na proporção de suas respectivas cotas e cuja área de cristalização coincidiria assim com a estação inicial do teleferico.

Essa sugestão foi imediatamente adotada pelo Ilustre Ministro José Américo e calorosamente apoiada por todos os salinheiros norte rio-grandenses que já neste momento estudam a modalidade de organização da entidade de que diria a construção e exploração da Salina Única, com capacidade para mais de um milhão e duzentas mil toneladas anuais.

Pela comparação entre o custo atual das operações de fabrico e embarque, que praticamente serão as mesmas, verifica-se a compensadora economia que se poderá obter com a racionalização dos serviços de extração e embarque:

O custo atual do sal no atêrro é de 90,00 por tonelada,

o frete das barcaças é de Cr\$ 105,00, a rebocagem Cr\$ 20,00, remoção e carregio é de Cr\$ 35,00, perfazendo Cr\$ 250,00 para uma tonelada embarcada. Com a salina única e o transporte efetuado pelo teleferico, o custo do sal virá a ser de Cr\$ 40,00 no atêrro e Cr\$ 30,00 pelo transporte teleferico, importando cada tonelada embarcada em apenas Cr\$ 70,00.

Dessa comparação, Sr. Presidente, entre as despesas pelos métodos atuais e as futuras pelo sistema mecanizado, resultará uma economia de Cr\$ 180,00 por tonelada num montante presumível de Cr\$ 90.000.000,00 anuais.

Foi o próprio Presidente desta Casa, o eminente Vice-Presidente da República, Café Filho, quem pessoalmente se fez portador do memorial do Instituto Nacional do Sal ao Excelentíssimo Sr. Presidente da República, chefian- do uma comissão de salinheiros interessados na construção da Salina Única.

Essa seria construída em terrenos a serem desapropriados amigavelmente, mediante empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, num total de cruzeiros 60.000.000,00, amortizados totalmente em curto prazo e a juros normais em virtude da grande economia que será realizada pelo sistema porto teleferico — salina única — como acabo de salientar.

Chamo a atenção dos nobres Senadores para a revolução econômica-social que se verificará dentro em pouco naqueles adustos rincões do meu estado natal, onde o sal é produzido até hoje, por métodos manuais atarrasados e a custo de muito suor e esforços do pária trabalhador.

A mecanização dos trabalhos de colheita e embarque do sal abolirá esses métodos obsoletos e desumanos, ainda em vigor, proporcionando ao operário das salinas um elevado padrão de vida, a par da economia apreciável que equipara o sal brasileiro aos preços internacionais e poderá transformá-lo em um dos muitos e grandes drenadores da divisa, contribuindo para o equilíbrio de nossa balança de trocas.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, um novo e promissor aspecto econômico-industrial será atendido com o sistema teleferico — Salina Única:

é a recuperação das águas "mães" de salinação, riquíssimas em sais de cálcio, magnésio, bromo e potássio que muito interessam à indústria nacional principalmente nos setores da refinação do petróleo e dos fertilizantes da terra.

Sobre este ponto já aparecem firmas estrangeiras interessadas no aproveitamento e recuperação dessas águas residuais, cujo teor em sais de bromo e potássio, é superior ao das águas do Mar Morto, objeto de uma das divergências entre árabes e judeus.

Entretanto, Sr. Presidente, para que o porto de Areia Branca, passe do plano simples do interesse regional para a órbita do intercâmbio internacional, impõem-se, ainda, duas medidas cuja oportunidade a construção do porto e da Salina Única, vem colocar em excepcional relevo.

O primeiro será o prolongamento até Areia Branca da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco e a outra é o prolongamento da Estrada de Ferro de Mossoró-Souza pela margem direita do Rio Apodi, trazendo diretamente à estação inicial do teleferico os produtos exportáveis da região, como o algodão, óleo, gesso, couros e outros mais.

Deixo aqui consignado, Sr. Presidente, o meu apelo ao Exmo. Sr. Ministro da Viação e ao Presidente da Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, para que se transformem em paladinos na conjugação desses esforços, a fim de que seja realizada uma obra de interesse tão eminentemente nacional.

O Rio Grande do Norte consagra, então, na linha histórica dos grandes pioneiros da indústria do sal, a memória de Vicente Fernandes, Miguel Faustino do Monte, Francisco Solom. Cunha da Mota, Pereira Carneiro e Antônio Ferraz, este continuado na capacidade e nos esforços do seu digno filho e sucessor, Paulo Ferraz.

E a geração moça, que deu propulsão e vitória a esse desideratum de progresso, dignificará homens como o Deputado Mota Neto, Francisco Xavier de Queiroz, Miguel Faustino do Monte Botta, Paulo Fernandes, Ciro Ribeiro de Abreu e tantos outros abnegados operários da grande empresa de renovação dos métodos de extração e racionalização da indústria do sal. A esse conjunto notável do pas-

sado e do presente, veio juntar-se ainda com prestígio e denodo a equipe do Instituto do Sal, onde homens como Raul de Góes e Francisco Menescal, estão empenhando força e convicção para que se resolva a bem do Brasil e da elevação do nosso nível econômico social esse objetivo a que a técnica moderna trará benefícios enormes para bem e riqueza do nosso País.

Que os nobres excursionistas da Escola Superior de Guerra possam utilizar para esses imperativos do desenvolvimento do Rio Grande do Norte, e batalhem também pela sua plena compreensão, coroados exultantemente a missão que os leva à terra potiguar, onde as vicissitudes do clima e as inclemências do trabalho tornam a vida difícil e os homens eternos sacrificados ao furo das necessidades e dos sofrimentos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente, tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, segundo orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, Srs. Senadores, recordo-me de ter ouvido referência ao escrito pelo grande Presidente Epitácio Pessoa, defendendo a obra financeira de seu Governo "economizar não é juntar dinheiro, mas saber gastá-lo".

No próprio Governo Epitácio Pessoa tem-se o exemplo do acerto dessa sentença. Houvesse sido assim no Nordeste os duzentos milhões de cruzeiros — tanto quanto custou naquela época, o Plano de Obras Juntas — as secas — não teriam dezenas de bilhões de cruzeiros teriam sido aproveitados a economia brasileira, pela produtividade das terras recuperadas. A economia mal entendida proibiu a execução das obras e acarretou a Nação danos financeiros talvez irreparáveis e irreversíveis.

Trazendo hoje à tribuna, Sr. Presidente, uma notícia do O Jornal desta cidade, como se dizia, a construção do estado novo e novo tebol.

Sou daqueles que reconhecem e proclamam as vantagens e virtudes do esporte, mas, Sr. Presidente, de bom senso, nevará o quão de importância para o esporte quer no aproveitamento físico, que na moral da vida, pelas qualidades de disciplina, de trabalho, de ordem e ao mesmo tempo, de individualismo que confere a prática judiciosa e apropriada de um esporte, como, por exemplo, o basquetebol.

Essas considerações, entretanto, não são de molde a impedir-me de trazer, da tribuna, reparos, em nome das inúmeras da população da Cidade do Rio de Janeiro, tão seriamente afetada pela deficiência de certos serviços públicos, justificada com a escassez de recursos do Município Municipal.

É sabido e conhecido que, de dois anos para cá, o Município da Prefeitura, até então equilibrado — a economia, depois de volta ao regime democrático, talvez a única entidade federada com aumentos em tais condições — sofreu uma quase privação e acumulou déficit — vez mais acentuado.

Se a Capital da República apresenta déficit tão alto, que em uma ausência de policiamento, as deficiências inírríveis no calçamento, principal e a inominável, inaceitável e ineliminável falta no abastecimento d'água; a incompreensível

insuficiência no aprovisionamento de energia elétrica nos serviços telefônicos, e assim por diante, como admitir-se a dependência nas atuais condições — como o estão fazendo — cerca de certo o vinte milhões de cruzeiros no consumo de luz e a água destinado ao basquetebol?

Mais de quatrocentos milhões de cruzeiros gastou-se a Prefeitura, a fim de termos o mundo.

A quem quer que examine, serenamente, os fatos que ocorrem na Cidade do Rio de Janeiro, sob a tutela do Governo Municipal, portanto também sob a nossa, causará estranheza o modo o contra-senso de possuírmolos luzes e água, e ao mesmo tempo, a água persegue, implacavelmente, o cidadão.

Sr. Presidente, conto a uma milhar de cruzeiros correspondente a sessenta quilômetros de ruas pavimentadas a concreto, com largura máxima de dez metros, ou seja, mais do que o calcamento das ruas das cidades que constituem o sistema de comunicações do Distrito Federal.

Quem anda pelos subúrbios encontrará muitas importantes, e sensíveis habitações, com calçamento que dá vergonha qualquer cidadezinha do interior do país, quanto mais na Capital da República!

Percorro essas ruas há sete ou oito anos e assevero que, na sua maior parte, se encontram nas mesmas condições, notando-se apenas pequenas melhorias, quase todas com a finalidade de atender a caprichos dos fetes eleitorais.

Sabe-se, Sr. Presidente, da crise de cimento com que toda gente luta no país e, principalmente, nesta cidade, cujo preço atinge alturas astronômicas. Entretanto no Município do Maracanã foram até agora empregados 100 mil sacos de cimento, faltando ainda 85.000 para o complemento da construção.

Sabemos como são, em geral, as obras públicas, principalmente estas naturezas, calculadas a preços com o latívio para a maximização do montante a gastar e, portanto, dos resultados dos planos, abrir a dívida pública. Sabemos que o custo das obras em 100 mil cruzeiros não fica a prometer, mas em 400 ou 450 mil cruzeiros, e portanto daí conclui-se, Sr. Presidente, que quanto sairá esta construção, quando no Estádio Municipal, cuja construção foi organizada por 50 milhões de cruzeiros, encontra incompleta, faltando mais de 400 milhões, sem contar os juros do crédito durante o tempo da construção.

Esta cidade vai ter a cidade de cimento mais caro do mundo, mais alto, mais bem feito, quanto ao meu suplente, Senador Guilherme Malheiros, mostrou, com fatos e estatísticas, que, pelas ruas desta cidade perambulam leprosus e não são higienizados. Não há, agora, a insignificância numérica dos leprosus, mas o crescimento, assim de a falta de higiene e dos meios de comunicação. Os habitantes do Rio Douro vivendo amontoados em trens, não como gado mas, pior.

Falta, assim, dinheiro para a construção de hospitais de lepra e de berçários, para a edificação de pré-escolas e para a pavimentação das ruas.

Sonhe hoje, Sr. Presidente, não tem sido nem as subvenções votadas pela Câmara Municipal para o atendimento de obras sociais; deve-se o dinheiro, nem é necessário fazer caixa, mas não falta numerário para obras de higiene pública.

O Sr. Hamilton Nogueira — São Paulo — contraria ao esporte, mas a verdadeiro sentido, o esporte como meio para a formação

da personalidade. Esses estádios, cívicos, incentivam o profissionalismo, que é a deturpação do esporte. Assim, acho que V. Ex.^a diz muito bem, quando afirma que toda essa massa imensa de dinheiro deveria ser aplicada na solução dos problemas maiores, tremendo, do Rio de Janeiro, beneficiando essa gente que vive pior do que animais, porque estão tão irracionais. V. Ex.^a, que conhece tão bem a questão do transporte dessa cidade, ficou muito bem a situação.

C. SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Explico a V. Ex.^a a questão do gado. Um vagão de gado só pode conter 29 cabeças, enquanto que um vagão de estrada de ferro em que devem viajar 45 pessoas, se amontoum duzentas!

O Sr. Hamilton Nogueira — Outra coisa, V. Ex.^a, que conhece admiravelmente os subúrbios da cidade, pelos quais tanto trabalhou, quando Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, possibilitou, naquela época, a eletrificação da ferrovia. Poderá V. Ex.^a imaginar o que seria hoje, sem o trem elétrico? A Prefeitura não cuidou, até agora, do transporte coletivo. Tinha, no entanto, a obrigação de levar a sério essa questão de transporte. Ruas existem, como a 24 de Maio que, há mais de trinta anos, permanece incompleta, apesar de ser rua tronco para a zona sul. Está assim, de pleno acordo com V. Ex.^a.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Ex.^a tem toda a razão e muito agradeço o aparte com que me honrou. De fato, a rua 24 de Maio que V. Ex.^a refere, é, em síntese, a expressão de desleixo e abandono em que vive esta cidade.

Convém salientar, neste aspecto, que a zona norte e os subúrbios representam 75% da população carioca; apenas 25% se acha na zona sul. Não quero com isso dizer que a zona sul está mais bem servida. Sem dúvida, suas ruas estão em melhores condições do que as da zona norte, mas é perfeitamente irracional a zona norte quanto à falta dos serviços mais essenciais, falta que se sente nos aspectos mais elementares dos serviços públicos.

Recibo, neste momento, Sr. Presidente, informação complementar, com sua confirmação. Sobraram 186 mil metros de cimento para o diâmetro da Maracanã, enquanto as obras da Adutora do Guandu, que tem por objetivo completar o abastecimento da água, prosseguem lentamente por falta de cimento!

Sr. Presidente, isso é da responsabilidade da administração municipal e aproximando-se a ocasião em que teremos de prestar contas ao eleitorado da Capital da República, largo um apelo ao Governador da Cidade e ao Sr. Presidente da República para que, ainda em tempo, mostrem que suas promessas não foram vãs e que se não foram cumpridas até agora isso foi devido a razões poderosas que desconhecemos. Há, no entanto, fato evidente, e sem contestação, de que a cidade não pode continuar a dispendar seus recursos em obras luxuosas desnecessárias quando a água, a energia, os transportes, todos os serviços públicos, enfim, estão abaixo de um nível compatível com a dignidade da Capital da República. Era só, Sr. Presidente. (Muito bem; muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, terceiro orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi inscrito pelo orador) — Sr. Presidente, começo pelo conhecimento de Senador uma nota do Partido Socialista Brasileira, ação de Goiás, sobre as arbitrariedades praticadas no meu Estado por um oficial da Polícia. A nota oficial é a seguinte:

*A Secretaria Geral do Diretório Regional do Go. e a Presidência do Diretório Municipal de Goiânia, do Partido Socialista Brasileiro, vem protestar e denunciar ao povo e às autoridades, que, após cerca das 11 horas, foi apreendida em Trindade, pelo Capitão Silveira, o seu carro de alto-falante, quando este fazia propaganda dos candidatos socialistas e uma hora após o começo da difusão do programa do Partido Socialista, na praça referente às liberdades democráticas e à reforma agrária. Assim teve início a série de violências e arbitrariedades que culminou com o espancamento e prisão no centro de Trindade, do Vereador Luis Coutari e mais dois companheiros. A solução só foi conseguida pela interferência energética do candidato a Deputado estadual Alípio da Silva, que, após ter uma hora ficado detido pelo Capitão Silveira e cercado de quinze soldados armados de fuzil e investigações envolvendo revólveres o amercaram também a prisão e espancamento. O motivo alegado pelo Capitão Silveira foi o de que o primeiro disse que não permitia a saída do carro porque o alto-falante do Partido Socialista não estava a serviço da propaganda da candidatura do Sr. José Ludovico de Almeida como deputado com os alto-falantes da Ala Moça do PSD que naquele local tinham livre trânsito e garantia de funcionamento. Depois o Capitão Silveira alegou que os odores do Partido Socialista haviam se referido à reforma agrária e "acabou em coisa de comunista". Assim, a respeito do Diretório Municipal para um problema, em Trindade, sobre a liberdade das liberdades democráticas e a dignidade de um Partido que embora neutro não se intimida com as ameaças, não se curva às intuições, repele as violências e não se acoborda a corrupção.

Goiânia, 4 de julho de 1954. — Alípio da Silva, Secretário Geral do Diretório Regional de Goiás, Presidente do Diretório Municipal de Goiânia.

O Conselho Municipal de Goiânia, também reunido em sessão especial, rejeitou o atentado praticado por aquela autoridade.

O Partido Socialista Brasileiro está, em Goiás, filiado ao PSD por um acordo e o candidato é único, e assim não se compreende a razão por que aquela autoridade vem agindo dessa maneira.

Estamos convencidos eu e o nobre Senador Domingos Velasco, que lá se encontra no Rio de Janeiro, de que essas atos não são endossados pelo eminente Governador Sr. Jonas Ferreira Duarte, porque reconhecemos ao Sr. Ex.^a um homem moderado, de espírito justo e que deseja conduzir o governo do Estado, nesta fase pré-eleitoral, de maneira tranquila, oferecendo garantias a todos.

Esta a impressão que temos de Sua Excelência.

O Sr. Dário Cardoso — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) — Posso assegurar a Vossa Excelência que o Governador do Estado, em absoluto, não endossa o procedimento da autoridade a que Vossa Excelência se refere. Estou certo de que os atos praticados por esse oficial eram desconhecidos do Governador. A esta hora, porém, Sua Excelência já deve ter adotado providências tendentes a evitar a repetição de fatos idênticos.

O SR. COSTA PARANHOS — Muito agradeço o aparte de Vossa Excelência e estou de pleno acordo quanto às medidas que já terão sido tomadas pelo Governador do Estado. Tanto confiamos na energia e serenidade de S. Ex.^a, o Sr. Jonas Ferreira Duarte, que eu e o nobre Senador Domingos Velasco acabamos de encerrar-lhe se seguinte telegrama: "Governador Jonas Duarte — Goiânia. Acabamos de ser informados das violências cometidas pelo Capitão Silveira contra os nossos correligidos

nários do Partido Socialista, no dia 5, em Trindade. Estamos certos de que o prezado amigo tomará providências, a fim de que seja punida aquela autoridade arbitrária, muitas vezes recalcitrante na prática de violências. Saudações. — Senadores Domingos Velasco — Costa Paranhos." Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, 4.º orador inscrito.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(No foi inscrito pelo orador) — Senhor Presidente, quando for escrita a história da resistência democrática durante a fase ditatorial da vida política do Brasil, que recebeu o nome de Estado Novo, vários nomes serão fixados e sempre lembrados, tal o papel decisivo que exerceram na propagação da restauração democrática, enfrentando toda sorte de perigos, correndo, mesmo, o risco da própria vida.

Entre os mortos serão sempre citados dois mineiros ilustres, Virgílio de Melo Franco e Luís Camilo de Oliveira, personalidades incorruptíveis, que trabalharam intensamente para a restauração da democracia, que começou na jornada de 29 de outubro de 1945 e terminou nas eleições presidenciais de 2 de dezembro daquele mesmo ano.

Entre os vivos, Sr. Presidente, entre os homens da minha geração, um está de pé na resistência permanente às tentativas de solapagem do regime. Esse batalhador, esse homem vibrante, por coincidência, é também mineiro — o ilustre Advogado Heracleito Pontoura Sobral Pinto — padrão de dignidade em todos os setores da sua vida e que tem exercido, entre os seus amigos, não só a função de companheiro, mas também a de mestre e conselheiro.

Como advogado, todos conhecem sua ação corajosa, aceitando a defesa de Luís Carlos Prestes, em face da perplexidade geral da Nação, que não compreendia como um advogado católico pudesse ser patrono do secretário do Partido Comunista Brasileiro.

Não haveria contradição entre sua ação anticomunista e a de advogado de Luís Carlos Prestes? Absolutamente, Sr. Presidente. E ele aceitou com o consentimento do ilustre Cardeal D. Leão, por lá, seja qual for o acusado, ele tem direito à defesa. Indicação da Ordem dos Advogados, teve a coragem de enfrentar a incompreensão.

Durante o Estado Novo, várias vezes, desinteressada e gratuitamente, armou as iras do famigerado Tribunal de Segurança, de tão negra memória, durante um período que foi uma nódoa na história política do Brasil. Na advocacia civil, foi sempre o mesmo homem carinhoso, desinteressado, atendendo a todos.

Mas, Sr. Presidente, o que de extraordinário há em Sobral Pinto, é a sua formação genuinamente democrática. E os homens da minha geração, aqueles que fazem parte de um grupo que se reúne sempre, a eles Sobral Pinto serviu de guia. Afirmando que durante a minha mocidade, quando tinha 24 anos de idade — hélas! — fui marcado por aquela influência autoritária da Action Française, que tinha um grande chefe em Charles Maurras. Tive minhas veleidades artísticas, como todos os moços brasileiros na fase romântica das suas vidas.

É verdade que a doutrinação de Charles Maurras deixara certas dúvidas sobre o valor do regime democrático.

Devo, entretanto, ao meu amigo Sobral Pinto, que me beneficiou sobre a minha vida; a convicção de ser o regime democrático o único compatível com a dignidade da pessoa humana. Com o correr dos anos, com

a experiência própria, negativa e dolorosa de um sistema de força, opressão e violência, com minha personalidade em formação, mais a cultura — influências ocidentais como a do eminente Jacques Maritain, o maior filósofo e pensador político da atualidade, as minhas noções de totalitarismo desapareceram diante da convicção democrática com que entrei na luta de 1945, e que ficará — Deus o queira — até a minha morte.

Assim, Sr. Presidente, esse homem exercou na minha vida, como na de tantos outros da minha geração, uma função de mestre, não só pela doutrinação, mas pela ação, sacrifício e proteção constante. Quantas vezes, ao ter de tratar assuntos políticos, destribuna, corri à casa do amigo, consultar sua imensa cultura e experiência, a fim de que pudesse defender aspectos jurídicos de problemas especializados, que não poderia apresentar porque a minha mentalidade para tal não possui a formação jurídica necessária.

É este homem, — exemplo para todos e para o Brasil — é o meu pai na sua família, o chefe da família brasileira que Oliveira Vianna chamava família podrá.

É a essa personalidade, nesta hora, que o Sr. Luthero Vargas, numa demonstração de falta de ética e cortesia, num gesto reprovável sob todos os aspectos, procura atingir com calúnias, deturpando fatos ocorridos na sua existência, e que só tiveram caráter público na sua designação.

Acompanhava Sobral Pinto um colega político do governo de Arthur Bernardes, muito combativo na ocasião, pois que era sacrificado manifestar-se bernardista, uma vez que se tinha de enfrentar quase toda a imprensa da oposição do Rio de Janeiro.

Aconteceu então aquela que poderia ter sucedido na vida de qualquer pessoa e que é próprio, tantas vezes, já o demonstrei com a coragem do homem que se confessa publicamente. É a esse homem que o Sr. Luthero Vargas — não podendo responder politicamente — procura atacar com calúnias.

Sr. Presidente, não vim aqui para fazer a defesa de Sobral Pinto, que dela nunca precisou, pois que é capaz de fazer com o desdobramento e a coragem que o caracterizam, como ainda ante-ontem, o fez na Tribuna da Imprensa, respondendo a carta que Luthero Vargas lhe enviara.

Essa resposta, Sr. Presidente, é realmente o retrato de uma das maiores almas do nosso mundo brasileiro.

E, não fazendo a defesa de Sobral Pinto, que — repito — jamais dela precisou, vim aqui apenas para oferecer-lhe a minha solidariedade, e prestar homenagem a um dos homens mais dignos do Brasil, em todas as épocas. (Muito bem.)

Durante o discurso do Senhor Hamilton Nogueira, o Sr. Alfredo Neves, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves.

O SR. ALFREDO NEVES PRONCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Alfredo Neves, o Sr. Ezequias da Rocha deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos dois telegramas enviados à Mesa. (Pausa).

São lidos os seguintes

Requerimento n.º 374, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no artigo 153, § 3.º do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 130, de 1954, que modifica a lei n.º 1.728, de 10-11-1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dividas dos criadores e recriadores do gado bovino.

Sala das Sessões, 7 de julho de 1954. — Costa Paranhos. — Costa Pereira. — Djair Brindeiro. — Joaquim Pires. — Camilo Mercio. — Plínio Pompeu. — Rui Carneiro. — Draul Elmann. — Pereira Pinto.

Requerimento n.º 375, de 1954

Requeremos, nos termos do artigo 153, § 3.º do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação a Brasil no 5.º Congresso Internacional de Higiene e Saúde.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Francisco Guioiti. — Waldemar Pedrosa. — Djair Brindeiro. — Luiz Tinoco. — Rui Carneiro. — Draul Elmann. — Alfredo Simch. — Hamilton Nogueira.

O SR. PRESIDENTE.

Os requerimentos que acabam de ser lidos serão discutidos e votados depois da ordem do dia. (Pausa).

Sobre a mesa um parecer que vai ser lido.

E' lido o seguinte.

Parecer n.º 541, de 1954

Da Comissão de Redação.

Redação final do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953. Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta a redação final (na anexa) do Substituto do Senado ao Projeto de Lei n.º 376, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão de Redação, em 16 de julho de 1954. — Joaquim Pires, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Waldemar Pedrosa.

ANEXO AO PARECER N.º 541

Redação final do Substituto do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Ao Projeto

Substitua-se pelo seguintes: "Art. 1.º Fica instituído o Fundo Nacional do Ensino Médio, destinado à melhoria e ampliação do sistema escolar do ensino de grau médio do país, e, sem prejuízo dos auxílios e subvenções admitidos em lei, constituído dos seguintes recursos:

a) dotação orçamentária nunca inferior a 0,1 (um décimo) da quota destinada à educação e cultura;

b) renda proveniente dos tributos federais que para esse fim vierem a ser criados;

c) juros dos depósitos bancários do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Art. 2.º O Fundo Nacional do Ensino Médio será aplicado em favor do ensino de grau médio através da concessão de:

I — bolsas de estudo aos alunos mais capazes dentre os necessitados;

II — contribuição, mediante convênio, a estabelecimentos de ensino

de grau médio para sua manutenção, obras de ampliação e equipamento;

III — contribuição, mediante convênios, a entidades públicas ou de direito privado destinadas a promover o aperfeiçoamento e a difusão do ensino de grau médio.

Art. 3.º Além das exigências regulamentares, bem como das estabelecidas em convênios, a execução desta lei observará as seguintes condições:

a) a aplicação da verba orçamentária prevista na letra a, do artigo 1.º, a despesa com as bolsas de estudo não deverá exceder a 60% (sessenta por cento) da dotação;

b) a distribuição das bolsas será proporcional à população de cada Estado, dos Territórios do Distrito Federal, obedecendo-se, porém, estritamente, aos limites das deficiências locais;

c) o aluno que obter a bolsa, será obrigado a estudar no estabelecimento do ramo de ensino de sua escolha, mais próximo da local onde reside, e, em circunstâncias excepcionais, poderá fazê-lo em estabelecimento de outra localidade;

d) para os fins previstos no número II do artigo 2.º os convênios, sob pena de nulidade, contemplarão cláusulas que impeçam o completo isolamento, por parte do proprietário, ou do terceiro, com os auxílios para obras, e obrigam, quando se tratar de auxílios para manutenção a deixar parte deles a suplementar a remuneração de seus professores;

e) quando se tratar de estabelecimento sem fim lucrativo a subvenção para obras não estará subordinada a condições estabelecidas na letra d, deste artigo, desde que os Estados garantam, no caso de extinção, a sua transferência para outros estabelecimentos de ensino, igualmente filantrópicos.

Art. 4.º Os créditos orçamentários adicionais destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão, automaticamente, retirados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5.º Os recursos destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão depositados no Banco do Brasil S.A. ou na Caixa Econômica Federal, e, no Rio de Janeiro, em conta especial, à disposição do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6.º O Poder Executivo exporá os atos necessários à execução desta lei e à fiel observância de seus preceitos.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lido um requerimento enviado à Mesa.

E' lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 376, de 1954

Requeremos dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, a fim de ser imediatamente discutida e votada nos termos do artigo 146, § 1.º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Dario Cardoso.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o deliberado pelo Plenário, está em discussão a redação final do Substituto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953.

Nenhum Sr. Senador usando da palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação. — (Pausa).

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados. Designo, nos termos do Regimento, o nobre Senador Cicero Vasconcelos para acompanhar, na outra Casa do Congresso, o estudo do Substituto oferecido pelo Senado. (Pausa).

Pelo nobre Senador Plínio Pompeu foi enviado à Mesa um requerimento (Pausa).

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 377, de 1954

De acordo com os artigos 24 e 25 do Regimento, requeremos e cinco dias de licença, a fim de ficar afastado nos trabalhos do Senado a partir de 17 do corrente.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1954. — Plínio Pompeu.

O SR. PRESIDENTE.

A Mesa convocará o suplente do Senador Plínio Pompeu nos termos do Regimento.

Fim da hora de expediente, passo a

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo número 41, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 203, de 1954, pela constituição; da Comissão de Educação e Cultura, sob número 204, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luiz Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob n.º 205, de 1954, pela aprovação (com voto em separado do Sr. Senador Luiz Tinoco); da Comissão de Relações Exteriores, sob número 206, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, pela aprovação (projeção oralmente na sessão de 3 de maio de 1954).

O SR. PRESIDENTE.

Em votação o projeto. (Pausa). Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

Está rejeitado.

O SR. FLAVIO GUIMARAES.

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, solicitada pelo nobre Senador Flávio Guimarães.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o Projeto. — (Pausa).

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovam o Projeto, e levantar-se os que o rejeitam. — (Pausa).

Votaram pela aprovação do Projeto 14 Senhores Senadores, e pela rejeição, 18.

E' rejeitado o seguinte

N.º 41, de 1952

Aprova o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, entre o Brasil e a Espanha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — E' aprovado o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, em 23 de junho de 1951, entre o Brasil e a Espanha.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Srs. Membros do Congresso Nacional:

De acordo com o preceito constitucional, submeto à vossa aprovação em cópia devidamente autenticada o texto do Convênio Cultural assinado em Madrid, em 23 de junho de 1951, entre o Brasil e a Espanha, assinado em Madrid, em 23 de junho de 1951.

Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1951. — Getúlio Vargas

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Em, 9 de outubro de 1951 DCI-DAI-042 6084.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República.

Senhor Presidente, Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência as incúrias cópias autenticadas do Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha assinado em Madrid, em 23 de junho de 1951.

2. Segundo determinadas cláusulas do Acordo, as Altas Partes contratantes fomentarão, mediante as instituições culturais dos seus respectivos países, o estudo do conteúdo comum das tradições de ambos e dos seus aspectos históricos; também a difusão de livros, a celebração de concertos, cantatas e exposições, e, em como o intercâmbio de películas cinematográficas e programas de rádio-difusão.

3. Cada uma das Altas Partes contratantes concederá ao nacional da outra as mais amplias facilidades compatíveis com as leis em vigor, para as investigações nos Arquivos e Bibliotecas nacionais, favorecendo os serviços de permuta bibliográfica e de cópias de documentos. Ambas dentro do possível favorecerão o funcionamento em seu território das instituições criadas e que se tenham a criar dentro do espírito do Acordo, e permitirão que outras organizações ou contribuições voluntárias auxiliem o funcionamento daquelas. Com o propósito de facilitar o mútuo entendimento e para confirmar o espírito de colaboração e amizade entre os dois países cada um dos Governos poderá manter, no território do outro, instituições culturais ou de turismo, bibliotecas e centros cinematográficos, que sejam considerados úteis para levar a bom termo os fins do Convênio.

4. Ambos os Governos facilitarão reciprocamente a celebração nas escolas, universidades e demais centros culturais dos seus respectivos países, de cursos e conferências sobre a língua, a literatura, a história e a cultura do outro tendo em conta os regulamentos internos e as leis em vigor, estimulando para tanto as visitas de intelectuais e professores. Estimularão também o intercâmbio de estudantes entre os dois países, facilitando por todos os meios a concessão de bolsas de estudo, ou de viagem com o fim de facilitar-lhes a realização de cursos, investigações e estudos.

5. Cada um das Altas Partes contratantes empregará os maiores esforços no sentido de estender as relações da outra cujas atividades estejam compreendidas no escopo do Convênio, um tratamento tão favorável concernente à entrada, permanência, trânsito e saída, quanto seja possível com as leis em vigor.

6. Cada uma das Altas Partes contratantes utilizará a difusão das obras literárias em edições de autores nacionais da outra, que se referam a qualquer aspecto da sua cultura e promoverá a revisão dos textos livres e publicações utilizadas em seus estabelecimentos de ensino, de modo a

evitar que, sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica.

7. A cooperação prevista no Convênio não prejudicará a atividade de qualquer outro organismo internacional destinado à cooperação cultural e do qual seja membro uma das Altas Partes contratantes, nem afetará o desenvolvimento das relações culturais entre uma delas e um terceiro Estado.

8. Ambos os Governos procurarão estimular o intercâmbio, a circulação e a difusão de publicações de caráter cultural, técnico e administrativo dos dois países.

9. Penso, Senhor Presidente, que o novo ato merece a aprovação do Congresso Nacional, parecendo-me, pois, conveniente que a esse seja o mesmo submetido, de acordo com o artigo 68, alínea I, da Constituição Federal, se com isso concordar Vossa Excelência.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — João Neves da Fontoura.

CONVÊNIO CULTURAL ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A ESPANHA.

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha, desejando estreitar os laços de amizade que regem as relações entre os dois países e com o fim de estimular um maior intercâmbio cultural entre os seus respectivos povos no campo das atividades intelectuais, artísticas, educacionais e literárias, resolveram concluir um Convênio Cultural e para tal fim nomearam Plenipotenciários.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Rubens Ferreira de Melo, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na Espanha.

O Excelentíssimo Senhor Chefe de Estado Espanhol, Sua Excelência o Senhor Alberto Martín Arias, Ministro de Assuntos Exteriores, os quais, após terem trocado seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo 1

As Altas Partes contratantes fomentarão, mediante as instituições culturais dos seus respectivos países, estudo do conteúdo comum das tradições de ambos e dos seus vínculos históricos.

Artigo 2

As Altas Partes contratantes, em seu desejo de fortalecer a mútua compreensão e as relações culturais entre os seus povos, procurarão facilitar a difusão de livros, a celebração de concertos, certames e exposições, assim como o intercâmbio de películas cinematográficas e programas de rádio-difusão.

Artigo 3

Cada uma das Altas Partes contratantes concederá aos nacionais da outra as mais amplas facilidades, compatíveis com as leis em vigor, para as investigações nos Arquivos e Bibliotecas nacionais, favorecendo os serviços de permuta bibliográfica e de cópias de documentos.

Artigo 4

As Altas Partes contratantes favorecerão, dentro do possível, o funcionamento em seu território das instituições criadas e que se venham a criar dentro do espírito deste Convênio e permitirão que outras organizações ou contribuições voluntárias auxiliem o funcionamento daquelas.

Artigo 5

Com o fim de facilitar o mútuo entendimento e para confirmar o espírito

de colaboração e amizade entre as duas nações, os dois Governos poderão manter no território do outro instituições culturais ou de turismo, bibliotecas e centros cinematográficos, que sejam considerados úteis para levar a bom termo os fins deste Convênio.

Artigo 6

Ambos os Governos facilitarão reciprocamente e na medida do possível, pelos meios ao seu alcance, a celebração nas escolas, universidades e demais centros culturais dos seus respectivos países, de cursos e conferências sobre a língua, a literatura e a história e a cultura do outro, tendo em conta os regulamentos internos e as leis em vigor.

Cada uma das Altas Partes contratantes estimulará as visitas de intelectuais e professores por meio dos serviços de intercâmbio intelectual para os cursos e conferências previstos no parágrafo anterior.

Artigo 7

Um e outro Governo estimularão o intercâmbio de estudantes entre os dois países, facilitando por todos os meios a concessão de bolsas de estudo ou de viagens, mediante auxílio de diversas formas aos nacionais de ambos os países, com o fim de facilitar-lhes a realização de cursos, investigações e estudos, seja por intermédio de suas instituições acadêmicas e culturais, seja estimulando outros gêneros de iniciativas, proporcionando, além disso, todas as informações necessárias relativas à assistência concedida.

Artigo 8

Cada uma das Altas Partes contratantes empregará os maiores esforços no sentido de estender aos nacionais da outra, cujas atividades estejam compreendidas no campo deste Convênio, um tratamento tão favorável quanto possível e em permanência transitória e saída, quanto seja compatível com as leis em vigor.

Artigo 9

Cada uma das Altas Partes contratantes ativará a difusão, pelos meios apropriados, das obras literárias ou artísticas de autores nacionais da outra, que se refiram a qualquer aspecto de sua cultura.

Artigo 10

Cada uma das Partes contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações utilizados em seu estabelecimento de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que, sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica.

Artigo 11

A cooperação prevista neste Convênio não prejudicará a atividade de qualquer outro organismo internacional destinado à cooperação cultural e do qual seja membro uma das Altas Partes contratantes, nem afetará o desenvolvimento das relações culturais entre uma das Altas Partes contratantes e um terceiro Estado.

Artigo 12

Ambos os Governos procurarão estimular o intercâmbio, a circulação e a difusão de publicações de caráter cultural, técnico e administrativo de ambos os países, concedendo, para esse fim através de seus organismos competentes, as necessárias facilidades.

Artigo 13

O presente Convênio entrará em vigor imediatamente, depois de efetuar-se a troca de instrumentos de ratificação, que se realizará no Rio de Janeiro no prazo mais breve possível.

Cada uma das Altas Partes contratantes poderá denunciar o presente

Convênio em qualquer momento e seus efeitos cessarão um ano após a denúncia.

Artigo 14

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da Espanha se comprometem a adotar, mediante ulterior troca de notas, as medidas oportunas para tornar efetivas as estipulações deste Convênio.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima indicados firmam o presente Convênio, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, e lhes apõem aos seus selos na cidade de Madrid, aos 23 do mês de junho de 1954, ano mil novecentos e cinquenta e um. — Rubens Ferreira de Melo. — Alberto Martín Arias.

E' cópia autêntica do texto do Convênio Cultural entre os Estados Unidos do Brasil e a Espanha.

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à reconstrução da barragem da Pampulha em Belo Horizonte, em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude da aprovação, na sessão de 15-7-54, do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardes Filho e outros Srs. Senadores, tendo pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 540, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas (projetado oralmente na sessão de 15-7-54); da Comissão de Finanças, idem.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E aprovado e vai a sanção o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 129, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado à reconstrução da barragem da Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º As obras de reconstrução da barragem da Pampulha serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, em cooperação com o Governo do Estado de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Art. 3.º A aplicação do presente crédito compreenderá os estudos necessários e projeto da nova obra ou aproveitamento da parte não destruída, demolição da parte que se fizer necessária e reconstrução da barragem, inclusive aquisição de equipamento.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luiz Tinoco e outros Senhores Senadores,

requisitando urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1954, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira, e do Lode Brasileiro (Patrimônio Nacional.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados.

Está aprovado.

O projeto entrará na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

Votação do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensal da União e das autarquias.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto será incluído na Ordem do Dia da sessão da próxima terça-feira.

Votação, em 2.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de em 15-6-1954, tendo pareceres favoráveis; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 364, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 365, de 1954, da Comissão de Finanças, sob n.º 366, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E aprovado e vai à Câmara dos Deputados o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 25, DE 1953

Autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

Art. 1.º E o Poder Executivo autoriza a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste, e classificá-las na ordem decrescente de seu poder de recuperação econômica.

Art. 2.º Dessa comissão farão parte:

- a) O chefe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
- b) O Chefe do Serviço Agro-Industrial do mesmo Departamento;
- c) Um técnico indicado pelo Ministro da Agricultura;
- d) Um técnico indicado pelo Conselho de Economia;
- e) Um técnico indicado pelo Conselho de Engenharia.

Art. 3.º A Comissão examinará "in loco" as obras iniciadas, e as projetadas, assim como indicará outras que, por seu alto valor econômico, devam ter a preferência na ordem de execução.

Art. 4.º Dentro de seis meses depois de sua designação a Comissão apresentará ao Ministro da Viação um minucioso relatório, discriminando na ordem decrescente, as obras de recuperação econômica, com dados apropriados dos seus custos, a lavou- ra adequada a cada bacia irrigável,

o potencial hidroelétrico que se possa captar, seu aproveitamento. Assim como o tempo provável para os seus autos-financiamentos.

Art. 5.º As construções das grandes barragens serão seguidas, automaticamente, de obras de irrigação que devam terminar ao mesmo tempo das quebras.

Art. 6.º O Departamento Federal de Obras Contra Secas não iniciará outras obras, desse grupo sem a garantia de verbas suficientes para o término das que se acham em execução, no prazo estipulado pela Comissão.

Art. 7.º Pelo menos 50% das verbas orçamentárias de que trata o art. 1.º da Constituição Federal, salvo o torço referente ao § 1.º desse artigo, serão destinados ao custeio dessas obras.

Art. 8.º O Executivo poderá autorizar o contrato das referidas obras com companhias idôneas, nacionais ou estrangeiras e fazer as operações de crédito para financiá-las em curto prazo, garantindo esse financiamento com verbas orçamentárias para os anos subsequentes.

Art. 9.º O Executivo poderá contratar por intermédio do Ministério da Viação técnicos nacionais ou estrangeiros para a elaboração e execução desse programa dando-lhes uma remuneração compatível com suas funções.

Art. 10.º E' o Executivo autorizado a abrir o crédito de cinco milhões de cruzados, para ocorrer às despesas necessárias para a execução desse projeto.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitorias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

O Sr. 1.º Secretário proceda à leitura do seguinte.

Requerimento n.º 378, ed 1954

Requeiro, nos termos do Regulamento Interno, seja apreciado em último lugar, o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954.

Sala das Sessões, em 17 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento do nobre Senador Mozart Lago.

Os Srs. Senadores que o aprovam, quem permanecer sentados. (Pausa). — Está aprovado.

O Projeto será apreciado em 1.º lugar na Ordem do Dia. (Pausa).

As matérias seguintes avulsas, referentes aos itens 7, 8, 9, e 10, referem-se a Mensagem do Sr. Presidente da República, que serão apreciadas em sessão secreta. Para esse fim, solicito dos Srs. funcionários as devidas providências.

A SESSÃO TRANSFORMA-SE EM SECRETA AS 16 HORAS E VOLTA A SER PÚBLICA AS 17 HORAS, SOB A PRESIDÊNCIA DO SR. CAETANO FILHO.

O SR. PRESIDENTE:

Estão reiniciados os trabalhos da sessão pública (Pausa).

Na sessão secreta o Senado apreciou apenas a matéria correspondente ao item 7, da Ordem do Dia, deixando de fazê-lo quanto às outras por falta de número para as votações.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar.

tar e das outras providências (incluindo em Ordem do Dia nos termos do art. 90, item 2, do Regimento Interno, em virtude do requerimento n.º 380, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15-7-1954), tendo pareceres favoráveis (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores e dependente de parecerimento da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

São lidos os seguintes

Pareceres ns. 542 e 57, de 1954

N.º 542, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução n.º 27-53, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida de representantes do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e das outras providências.

Relator: Sr. Anísio Jobim.

1. Como se vê da ementa acima, o Projeto de Resolução do Senado Federal, que tomou o n.º de ordem 21 de 1953, autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida de representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil, no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e das outras providências.

2. A Mesa justifica o referido Projeto de Resolução, dizendo, pelo seu primeiro Secretário o Ilustre Senador Alfredo Neves, relator, que "a providência em apreço procura regular a participação do Senado Federal nas Conferências e no Conselho da União Interparlamentar que se reúnem anualmente e nas quais o Congresso Nacional, por suas duas Câmaras, se tem feito continuamente representar. Com esta medida legislativa também se comete à 1.ª secretária do Senado Federal a incumbência de providenciar verba orçamentária necessária às despesas com essa representação, que se tem tornado permanente. Além, a leitura do próprio projeto, pelos assuntos que versa, mostra o real interesse da "medida proposta".

3. Em poucas palavras, sem longa explanação do assunto, o douto relator reuniu a necessidade e as vantagens que advêm para o Senado da República fazer-se representar, aquele certame a realizar-se em Washington de 9 a 12 de outubro do corrente ano.

A dita Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados debetou o assunto com a visão larva, como demonstrou o seu parecer, que consta de Diário do Congresso Nacional de 18 de setembro do ano em curso.

Além do discurso e da comunicação do Deputado Luís Garcia, o Parecer a que já nos referimos orienta e expulsa a matéria, que merece toda a atenção, e por isso o adotamos, pela viveza do colorido da linguagem e pelas reflexões com que o arvorou.

4. No conclave a realizar-se na cidade de Washington, "serão debatidos importantes temas, como sejam: as necessidades e as incidências da assistência técnica e financeira internacional; o papel dos parlamentares em matéria de política estrangeira; os direitos dos povos de dispor de si mesmos".

Resultadas as conveniências e a utilidade transcendental de tais confe-

rências, não pode o Senado Brasileiro deixar de se fazer representar em tão momentosa reunião, da qual podemos colher os melhores resultados no campo internacional e no âmbito da economia.

Deste modo, é nosso parecer seja autorizada a Mesa a enviar representantes do Senado, nos termos do Projeto de Resolução, às Conferências da União Interparlamentar como Grupo Nacional, ficando o dever de os representantes do Senado apresentarem relatórios minuciosos, que concluem por Projetos de Lei ou de Resolução a serem considerados devidamente pela Câmara Alta do país.

Pela aprovação, pois, do Projeto de Resolução, em apreço, ora submetido ao exame e consideração desta Comissão, com a seguinte

EMENDA N.º 1-C

Acrescente-se ao artigo 1.º, in fine, seguinte:

"observado o princípio constante do parágrafo único do artigo 40 da Constituição Federal".

Sala Rui Barbosa, em 22 de outubro de 1953 — Dário Cardoso, Presidente — Anísio Jobim, Relator — Atílio Vinagreira — Gomes de Oliveira — Manoel de Carvalho — Flavio Guimarães — Joaquim Pires.

EMENDA DO RELATOR APROVADA PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EMENDA N.º 1-C

Ao art. 1.º do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.

Acrescente-se ao artigo 1.º, in fine

o seguinte: "observado o princípio constante do parágrafo único do artigo 40 da Constituição Federal".

A Comissão aprovou a emenda supra.

Em 22 de outubro de 1953. — Dário Cardoso, Presidente.

N.º 543, de 1954

Da Comissão de Relações Exteriores sobre o Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.

Relator: Sr. Novais Filho.

O Projeto de Resolução elaborado pela Comissão Executiva desta Casa traça normas à representação do Senado no Conselho da União Interparlamentar e das providências de ordem efetiva quanto ao comparecimento de Senadores designados à reunião anual da aludida organização.

Não há negar da necessidade das medidas consubstanciadas no projeto em tela. Sendo de toda utilidade o comparecimento do Senado, através de suas delegações, a certames onde se ventilam idéias e preceitos do mais alto interesse para os povos civilizados, acertado é que esta Casa tenha normas fixadas para bem prescrever os meios e indispensáveis a que a que as representações do Senado possam bem desempenhar das missões revidadas.

A Comissão de Relações Exteriores opina favoravelmente ao Projeto.

Sala das Comissões, em 12 de fevereiro de 1954. — Hamilton Nogueira Vice-Presidente em exercício. — Novais Filho, Relator. — Djalir Brindeiro Ferreira de Souza — Georgino Avelino.

O SR. PRESIDENTE:

Peco o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, nomeei o nobre Senador Joaquim Pires para relatar o Projeto de Resolução n.º 27, de 1953.

Ausente, no momento, S. Ex.ª, vou ler o relatório que elaborou, aceito pela Comissão de Finanças. E o seguinte:

"O presente projeto, de iniciativa da Comissão Diretora, regula a participação do Senado Federal à Conferência Anual da União Interparlamentar.

O art. 3.º prevê a inclusão, no Orçamento Federal, anualmente, de Jotação para atender às despesas com o transporte, estada e representação dos componentes do Grupo Nacional do Senado ao referido conclave, bem assim do representante do Senado no Conselho da União Interparlamentar.

Examinando o projeto sob o seu aspecto financeiro, nada tem a opor a sua aprovação, convendo esclarecer que o Orçamento em vigor já consigna os recursos necessários aos encargos a que o mesmo se refere".

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves, relator da matéria na Comissão Diretora.

O SR. ALFREDO NEVES.

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o presente projeto de resolução foi apresentado pela Comissão Diretora em 16 de setembro de 1953, a exemplo do que fez a Câmara dos Deputados, por haver sido convidado o Congresso Nacional a participar da Conferência Interparlamentar que se realizaria em Washington em outubro daquele mesmo ano.

O Projeto seguiu os trâmites regimentais e sómen e hoje veio a plenário, em virtude de requerimento do orador na forma do art. 90, do Regimento.

Envolve medida indispensável, para a nossa Delegação, em geral, comparecer às Conferências sem que o Brasil houvesse preenchido as formalidades para se tornar um dos membros da União Interparlamentar; a representação brasileira era apenas observadora.

Na Conferência de Washington, por iniciativa da Delegação, cujo Vice-Presidente era o nobre Deputado Hélio Cabral, depois de impenso início, entenderam-se, por via telegráfica, as Secretarias da Câmara dos Deputados e do Senado e os representantes brasileiros, entre os quais se encontrava o nobre Senador Domingos Velasco, membro do Conselho da União Interparlamentar, chegando-se a acordo, e imediatamente o Brasil passou a participar da Conferência.

O projeto revêla perfeitamente o assunto. Do Orçamento para o corrente ano já consta a verba referente à adesão do nosso país à União Interparlamentar, cuja sede é em Berna, para que a representação brasileira compareça com ajuda de seus próprios recursos.

A Comissão Diretora aguarda, apenas, a aprovação do projeto para providenciar o de 13.050 francos suíços, pagamento da contribuição, pois já entrou em entendimento com o Ministério das Relações Exteriores e competentes providências foram tomadas. Dependendo, apenas, da aprovação desse Projeto de Resolução o cumprimento, por parte do dos seus deveres para com o Congresso Interparlamentar.

Dispõe o mesmo Projeto que a Delegação Brasileira seja nomeada com prazo suficiente e para os representantes do Senado e da Câmara tomarem conhecimento do teorário, estudá-lo e, se quiserem, apresentarem com a contribuição do Parlamento brasileiro.

Estou certo de que, aprovado o Projeto de Resolução e, logo após, nomeada a nossa Delegação, poderemos, ainda com tempo útil, participar daquela assembléa e oferecer nossos pontos de vista. Dessa forma, daremos

relevo e brilho à nossa representação e exercermos no Congresso interparlamentar uma contribuição atuante.

Peas razões expostas, espero que o Senado aprove a proposição. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a discussão. (Pausa). Não havendo quem pegue a palavra encerra-se a discussão. (Pausa).

Encerrada a votação fica adiada por falta de número.

SAO ENCERRADAS AS DISCUSSOES E ADIADAS AS VOTAÇÕES DAS SEGUINTE MATERIAS:

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que cria a cadeira de etnologia, a língua e a língua lupi em todas as faculdades de Filosofia e Letras do país. *Parceres:* da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe o foro das causas em que as autarquias forem autoras. *Parceres:* favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Senador Djalir Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento, nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e lá outras providências.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem. Tem a palavra o senhor Senador Dario Cardoso.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, recebi de Anápolis, no Estado de Goiás, telegrama de uma das principais firmas exportadoras de café, naquela cidade, concedido nos seguintes termos:

"A crise do financiamento do café goiano, que não é inferior ao paulista, mineiro e paranaense, continua sendo aqui de novecentos cruzados, pela Agência do Banco do Brasil. Os produtores e exportadores deste Município pedem ao Ilustre e prestigioso Senador Dario Cardoso, por nosso intermédio, sua valiosa intervenção junto ao Presidente do Banco do Brasil no sentido de autorizar a Agência local, por telegrama, o financiamento a preço atualizado." — Saudações atenciosas. — Pina & Irmao."

Sr. Presidente, é incompreensível que até hoje a base do financiamento do café, em Goiás, continue a ser de Cr\$ 900.00, quando os demais Estados cafeeiros é superior.

Estranhando esta circunstância, Sr. Presidente, dirijo desta tribuna veemente apelo ao Sr. Presidente do Banco do Brasil no sentido de que autorize as agências desse estabelecimento de crédito, no Estado de Goiás, a dar ao café goiano o mesmo tratamento dispensado aos demais Estados produtores.

O café goiano, considerado dos melhores do Brasil, e do tipo fino. Sua cultura cresce dia a dia, não obstante as dificuldades de toda ordem com que lutam os plantadores no meu Estado — dificuldades de financiamento, falta de técnicos, em agricultura para orientar os deficientes de transporte. No entanto, graças ao labor da gente goiana, a atividade natural do goiano, a fecundidade de suas terras, pode dizer-se que o ciclo do café está

se deslocando para o grande Estado central.

Devo pedir a atenção das autoridades competentes para a injustiça que neste como nos demais setores de atividades agrícolas vem sofrendo Goiás.

A nossa produção cafeeira, Sr. Presidente, figura sempre erroneamente nos dados estatísticos do Instituto Brasileiro do Café, isto porque, devido à falta de transporte e, também, a interesses dos compradores mineiros e paulistas, o nosso café é exportado, na maioria, com mineiro e paulista. Apesar disso devido da nossa produção, enovelada na de outros Estados, as estatísticas ainda arisam uma boa imagem de café goiano.

Informo ao Senado que, ontem, o nome Senador Afílio Vivanco, representante de um Estado cafeeiro e profundo conhecedor do assunto, me deu ciência de que o café goiano, atualmente, ainda não está em condições de ser exportado para o mercado externo. A situação ainda não é satisfatória.

A situação ainda não é satisfatória. A situação ainda não é satisfatória. A situação ainda não é satisfatória.

O Sr. DARIO CARDOSO — Agradeço a intervenção de V. Ex.ª.

Sr. Presidente finalizando, endosso o que o Sr. Senador mais veemente e apelo dos produtores e plantadores de Anápolis e de todo o Estado de Goiás, no sentido de que o Banco do Brasil autorize suas agências a financiar o café nos mesmos moldes em que o faz nos Estados do Paraná, São Paulo e Espírito Santo.

Era o que tinha a dizer (Muito bem muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo a tratar vou encerrar a sessão designando para a de segunda-feira a seguinte

ORDEN DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1954, que reafirma a aposentadoria e a pensão dos bancários e dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 315, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-1954, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 529, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 330, de 1954, favorável; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 531, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 14 de julho de 1954), favorável com a emenda que oferece, sob n.º 1-C, e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre a emenda de Plenário (n.º 2).

Votação, em discussão preliminar, do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 325, de 1954, do Senador Otton Mäder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e dependente de pronunciamento da mesma Comis-

são sobre as emendas oferecidas em Plenário.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvaranga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antonio Brocnau de Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Decio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida do Senadores a Conferência da União Interparlamentar e das outras providências (anexo em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra "a", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves aprovado na sessão extraordinária de 15-7-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. *Parceres:* da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras. *Parceres:* favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 72, de 1954, do Sr. Senador Djalir Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Votação do Requerimento n.º 341, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Votação do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Nota: O projeto foi lido na sessão de 1-7-54, sendo despachado às Comissões de Economia e de Finanças. Está em poder da primeira.

Votação do Requerimento n.º 375, de 1954, do Sr. Francisco Gaiottini e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 459, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000.00, para ocorrer as despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Nota: O projeto foi lido na sessão de 14-7-54. Está na Comissão de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parceres:* favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do art. 156 e parágrafos, da Constituição Federal referentes ao uso do plano. *Parceres:* sob n.º 441, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, quanto ao mérito, pela rejeição.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Presidente Geral da Secretaria do Senado (referido pela Comissão Diretora, como conclusão de seu Parecer n.º 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que reatua o embarque e o frete das madeiras brutas para a construção de fazendas. *Parceres:* da Comissão de Constituição e Justiça (ns. 386, de 1953 e 593, de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 387, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças sob n.º 388, de 1954, oferecendo substitutivo.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FERREIRA DE SOUZA, NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (NOTURNA) DO DIA 15 DE JULHO DE 1954

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, surpreender-me profundamente a discussão do Acordo Cultural entre o Brasil e a Espanha, nesta sessão, e a atitude tomada a respeito por elementos do Parlamento dirigindo-se oficial ou oficiosamente, por via de carta e de crítica mimeografada ao parecer da Comissão de Relações Exteriores, tendo a revelado dos que aqui estudaram o assunto com espírito de justiça e preocupados exclusivamente com o que lhes parece ser o interesse do Brasil.

Essa forma de agir, dissidente das normas habituais, põe em cheque o Senado e fere até o amor próprio de cada um dos seus membros.

Vamos contar a história.

O Acordo Cultural com a Espanha veio ao Senado há cerca de dois anos. Submetido às diversas comissões, teve pareceres contrários, sobretudo da Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Georgino Avelino — Exclusivamente da Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. FERREIRA DE SOUZA — do qual fui relator. Aceito e corrijo o Senador Georgino Avelino, ressaltando ainda o voto contrário do Senador Luiz Tinoco, na Comissão de Educação e Cultura.

Conhecida a manifestação da principal Comissão, e por solicitação não oficial dos interessados ao Ministério das Relações Exteriores, convieram todos em protelar a apreciação no plenário. Há dois meses, ou mais, voltou ele à pauta, concordando eu e o eminente líder da maioria, Senador Alvaro Adolpho, em pedir o adiamento, por atender a solicitações do Itamarati. Poucos dias depois, aqui veio, se me não engano, o Ministro Chermont, que conosco se entendeu.

O Sr. *Georgino Avelino* — Permite V. Ex.^a uma explicação? (Assentimento do orador) — O Itamarati dirigiu-se à Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — O Itamarati não podia fazê-lo, sem quebra da consideração a esta Casa e da atenção devida aos Srs. Senadores. Houve aqui um passe de mágica, muito fora dos métodos de ação da honrada Casa de Rio Branco e que o Senado está no dever de repellar, sem cuidar de lhe identificar os autores.

O Sr. *Georgino Avelino* — A Comissão de Relações Exteriores deu conhecimento ao Senado.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — A Comissão nada mais tinha que ver com o caso. Devolvido o projeto como o seu parecer, cessou a função.

O Sr. *Georgino Avelino* — Mas se trata de uma explicação oficial.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Vou mostrar a V. Ex.^a que não há explicação oficial. Pode V. Ex.^a aceitar, porque não faz parte da Comissão aquele tempo e não foi chamado às confabulações a respeito.

O Sr. *Georgino Avelino* — Realmente, naquela época, não fazia parte da Comissão.

O Sr. *Dario Cardoso* — Tendo eu recebido esse documento do Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, não podia deixar de lê-lo.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — V. Ex.^a fez bem em lê-lo. Vou, agora, explicar ao Senado o que houve.

Dizia eu, Sr. Presidente, que há cerca de dois meses, fomos eu e o nobre Senador Alvaro Adolpho, líder da maioria, gentilmente procurados, por um eminente enviado do Itamarati, homem inteligente e de fino trato, a fim de conversar sobre o assunto. Combinamos os três que o Itamarati promoveria uma troca de notas diplomáticas com a Espanha, visando ou a modificar ou a interpretar o Artigo 10 do Tratado, por forma a afastar as dúvidas do parecer. Daí a surpresa que me causou a carta há poucos momentos lida, e na qual nenhuma referência se faz à matéria desse compromisso. Em vez de atender à opinião desta Casa, já não direi pela sua hierarquia, preferiram os elementos diretos ou indiretamente responsáveis pelo Acordo, aproveitar outros intermediários e tentar o golpe, distribuindo por outro lado, críticas mimeografadas ao parecer da Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. *Georgino Avelino* — V. Ex.^a não poderá estranhar que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores receba uma comunicação oficial do Itamarati.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Não estranho que o Presidente da Comissão de Relações Exteriores receba uma comunicação oficial. Mas estranho que se trate assim o assunto.

O que parece haver, Sr. Presidente, é a pouca ou nenhuma vontade da Espanha em modificar a cláusula e um certo desinteresse dos elementos brasileiros encarregados do caso, talvez mesmo a susceptibilidade dos negociadores primitivos aliado ao natural espírito de tolerância da carreira que eles, inconstitucionalmente, dignificam.

Fui, certa vez, convidado — essas coisas devem agora ser ditas — por eminente deputado, para jantar em sua casa, em companhia do anterior e nobre embaixador da Espanha. Um pretexto genti para se abordar o assunto, que, efetivamente, foi objeto de palestra. Já então, o digno representante da gloriosa nação latina opôs todas as objeções pessoais à troca de notas ou a qualquer outra forma de alterar ou interpretar o artigo 10, que dizia usual em avenças concluídas sob a égide da antiga Liga das Nações.

Dai concluir eu terem agido agora os nossos diplomatas da forma que estamos vendo por nada terem obtido do Governo Ibérico e lhes parecer necessário o Acordo, ainda com o antidemocrático e ditatorial artigo 10, o que lhe é compreensível em homens do mundo internacional, mas não é o nos que aqui vivemos sem brilho, mas cuidadosos da nossa liberdade.

O artigo 10 em causa estipula que cada uma das Altas Partes contratantes promoverá. — Note bem o Senado que não é "Poder promover" ou "poderá promover", pois o uso do verbo no futuro, para nós, juristas, vale por uma obrigação — a revisão dos textos dos livros e publicações de história e de alta cultura, utilizados nos seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, vale dizer, da cultura histórica, política, etc., de modo a evitar a alienação do Senado — que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica.

O Sr. *Georgino Avelino* — Essa já é uma contra-proposta do governo brasileiro.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Al o engano de V. Ex.^a

O Sr. *Georgino Avelino* — A redação do artigo é outra.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Não. A redação do artigo é esta.

Sr. Presidente, V. Ex.^a pode mandar-me o projeto para leitura do artigo? — (O orador é atendido).

O Sr. *Georgino Avelino* — Mas houve contra-proposta.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Sr. Presidente, conheço todos os fatos.

O Sr. *Hamilton Nogueira* — V. Ex.^a permite um aparte esclarecedor? — (Assentimento do orador) — A aprovação desse projeto é uma monstruosidade, porque vamos permitir a um país estrangeiro o que não se permite ao nosso governo, isto é, a liberdade de pensamento. A aprovação desse projeto será uma capitulação do Senado.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Perfeitamente.

Sr. Presidente, o artigo 10 diz:

"Cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão dos textos dos livros e publicações utilizados em seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica".

Essa como não falseia a "verdade histórica" da redação?"

O Sr. *Hamilton Nogueira* — Isto é uma censura internacional estabelecida no Brasil.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Perfeito.

Pego licença ao Senado para ler o que se contém no parecer firmado por unanimidade na Comissão de Relações Exteriores, na anterior composição, assinando-o não somente o saudoso Senador Melo Viana, o relator e os nobres Senadores Alfredo Neves e Novais Filho.

O comentário do parecer, Sr. Presidente, é o seguinte:

"Cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publica-

ções utilizados em seus estabelecimentos de ensino adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica".

Note-se-lhe de início a feição compulsória: "cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão". A versão espanhola usa da expressão "Embranderá". O emprego do futuro do indicativo em leis, contratos, tratados, convenções, etc., traduz sempre norma de execução necessária. Assim a Convenção imbuída ao Brasil a tarefa de rever os livros e publicações adotados ou utilizados nos seus estabelecimentos de ensino. O assunto sai do âmbito das convenções internacionais, às quais só é lícito criar obrigações para as partes contratantes no campo internacional. A vida interna, as conveniências do ensino de cada um, a adoção de livros nas suas escolas, cursos, faculdades e universidades é matéria de sua legislação particular.

Por outro lado, cria-se para os Estados contratantes uma função desconhecida: a de rever livros e publicações alheios.

Essa função do revisor importará necessariamente na de controlador dos "deídas, de ditador de princípios de mestre soberano. Não será mais o *magister dixit* senão o *princeps dixit* ou o melhor "*quod princeps placuit legis et iurum*".

A função de rever acarreta ainda a possibilidade de alterar, de modificar, mesmo de contrariar. E o Estado reservando-se a imposição de uma doutrina oficial.

Essa possibilidade vai de encontro aos artigos 141, parágrafos 13 e 19 e 163, VII, da Constituição. Quanto ao primeiro porque traduz, no final de contas, uma negação da liberdade de pensamento e de palavra escrita, fôra das exceções previstas. Quanto ao segundo, porque permite a alteração, vale dizer, a contrafeição do livro ou da publicação, ferindo o direito autoral. E por fim, porque, limitando o campo dos livros e das publicações nos estabelecimentos de ensino, negada estará a liberdade de cátedra.

Qual o fim da revisão?

"Adaptar-las (os livros e as publicações) aos fins correspondentes, para evitar se falseie, de qualquer forma, a verdade histórica".

Verdadeiro monopólio da verdade histórica. Só é verdade o que o Estado entender o que aos homens dos respectivos governos parecer tal. O mais, seja qual for o fundamento, resulte de indagações pessoais, resulte de documentos, conste de museus de arquivos ou de bibliotecas, tenha raízes na tradição oral, só será verdade se o oficialismo lhe comunicar a pública. Os fatos não terão sido rigorosamente o que foram, mas o que os revisores quiserem que tenham sido. E como neste e nos assuntos sociais em geral, o expositor nem sempre pode calar a sua crítica, ou deixar de opinar em substância, de fazer o julgamento de valor, de manifestar a sua ideia do dever ser, teremos que essas ideias, esses juízos de valor, as críticas só permanecerão se concordar com os pontos de vista oficiais, com a filosofia do Estado, ou melhor, do seu regime político ou simplesmente com os interesses ou com as ideias pessoais dos seus governantes.

No campo internacional, essa possibilidade fere a Declaração dos Direitos do Homem da Carta da ONU.

Essa forma de ação estável pode ter outro valor, menos o valor cultural. A cultura exige liberdade.

Há que salientar ainda o seguinte: a revisão será feita por cada um dos países dentro do respectivo território e em relação aos seus estabelecimentos de ensino. Quais os livros e publicações? Os referentes à sua his-

tória ou os que disserem respeito à história do outro? O Brasil fará a revisão dos seus livros. Isto é, dos seus autores e que tratem da sua história, ou corrigirá os de autores espanhóis, visando ao ensino das coisas espanholas e aceitar o falseamento dos fatos históricos da Espanha?

No primeiro caso, surge uma outra pergunta: que interessa ao Condado a revisão pelo Brasil dos seus livros, para restaurar a verdade quanto à sua história? Evidentemente, nada, pois o problema é interno, e de realização constitucionalidade possível. Trata-se, então, de rever os livros e publicações espanholas? Mas, qual a autoridade do Governo brasileiro neste particular? Se não lhe é possível impor uma certa forma de narrar ou de terminar o conteúdo da sua história ou forçar a respectiva interpretação como poderá rever o livro espanhol?

O Sr. *Hamilton Nogueira* — Admitimos que o autor, em vez de ser com a Espanha, fosse com Portugal. Tomemos um fato histórico discutido aqui e em Portugal: a vinda de D. João VI, para o Brasil. Alguns a interpretam como uma fuga ao exército de Napoleão, comandado por Junot, enquanto Antônio Sardinha e outros a interpretam como a salvação do trono brasileiro. Houvesse a imposição não seria possível completar, com toda a liberdade, a crítica e o julgamento histórico.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Um dos argumentos que os emissários do Itamarati sempre usaram nas conversas comigo e com o Senador Alvaro Adolpho, foi o de que a redação desse artigo partia de uma contra-proposta brasileira. Não a conhecia eu. Agora, porém, a cópia mimeografada a todos distribuída esclarece tudo.

Vejá o Senado o que a Espanha propôs.

"Cada uma das Altas Partes contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações utilizados nos seus estabelecimentos de ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, para evitar sob qualquer forma, se falseie a verdade histórica".

Argumenta o Itamarati que temos convênios dessa natureza com outros países e também aqui fazemos a revisão de livros escolares primários.

O Sr. **PRESIDENTE** — (Fazendo soar os sinos) — Comunique ao nobre orador que faltam dois minutos para o término do tempo de que dispunha.

O Sr. **FERREIRA DE SOUZA** — Obrigado a V. Ex.^a

Sr. Presidente, diante disso, batar-me-la exclamar: "excusez-moi, pen".

Comparar revisão de livros de escola primária com revisão de trabalhos monográficos, cursos sobre história, sociologia, em questões de alta cultura é equívoco. Não se compreende nenhum documento oficial.

Por outro lado, eu não faria questão da cláusula com respeito a determinados países. Num tratado Cultural com a Inglaterra ou com os Estados Unidos — nações de base democrática absoluta — ela não teria significação, pois nele nenhum governo se abalaria em adotar nas suas escolas determinados livros a revê-los.

A cláusula X do Tratado não nos recomenda e deve ser repelida. Só poderia ser compreendida entre dois países de regime idêntico. Não é possível pensar nela entre um país democrático, como o Brasil, e outro totalitário.

Não censuro o regime espanhol. Antes, respeito-o, pois os espanhóis é que devem julgar-lo, aceitá-lo, ou repeli-lo. Time mesmo profundas simpatias pela causa revolucionária de que ele surgiu. Aqui, porém, aponta os fatos, como eles são. Trata-se de regime re-

talitário, e esta é a razão pela qual apelo por que o Senado, defendendo até o seu poder de julgar assuntos desta natureza, recuse aprovação ao Tratado. (Muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLAVIO GUIMARAES NA SESSÃO DE 13 DE DE JULHO DE 1954

O SR. FLAVIO GUIMARAES:

Sr. Presidente, já estamos para terminar aquilo que o eminente mestre Júlio Norueira chama a batalha ortográfica, se bem enquanto houver língua falada e escrita não lhe morrem os problemas e as discussões. Demos parecer na Comissão de Educação e Cultura, porque a matéria interessava, muitíssimo, sob o ponto de vista educacional, e não poderia discutir as regras de gramática ou as regras inseridas no Acórdão Ortográfico em vigor no Brasil e competentemente aprovado pelas autoridades competentes.

O brilhante mestre Sr. Júlio Norueira afirma, diz em artigo publicado no "Jornal do Comércio" que respeita o trabalho do nosso parecer, mas entende, no entanto, que estão as nossas opiniões completamente discordantes.

Diz S. Ex.ª: "Respeitamos o trabalho do Senhor Senador Flávio Guimarães, assim como respeitamos a sua opinião pessoal favorável ao Acórdão Ortográfico que os brasileiros não querem. Devemos porém acentuar que o seu parecer somente poderá prevalecer quanto ao fim legal, isto é, aquilo que foi submetido à decisão do Congresso Nacional: aprovar ou não aprovar a Convenção Ortográfica. As considerações que produziu, procurando atar o destastado sistema de 45 anos destinados do ato internacional e que não podem prevalecer. Por isso, para evitar dúvidas, o parecer que se deve aprovar será o que se limitará ao fim legal, aquilo que pediu o Presidente da República, na sua Mensagem a que nos referimos.

Sr. Presidente. Um dos mestres a quem mais consideramos, pelo seu valor e patriotismo, é o Sr. Júlio Norueira.

O livro A Língua Usual e a Composição trás em seu bôlo os mais sadios ensinamentos do idioma e os mais nobres mandamentos morais. Ensina com alta autoridade aos que escrevem, desde o simples manual de cartas, até aos que procuram melhorar o estilo, ressaltando, dar-lhe vida e necessidade individual e patriótica que tem o brasileiro de se educar na clareza de expressão, na harmonia do estilo, no bôlo cantante da frase a fim de evitar a decadência da linguagem de Rui Barbosa e a formar o cristallino das expressões na defesa do opulento e grandioso tesouro, que temos o dever de preservar carinhosamente.

Julgamos que o tesouro do idioma que escrevemos e falamos no Brasil é o mais poderoso vínculo da unidade nacional e, por essa alta razão principalmente de ordem política, precisamos reagir contra o estilo dissaborido e áspero que lhe contrariam os mais puros ensinamentos da gramática e do bom escrever.

Os ensinamentos do velho e grande mestre Sr. Júlio Norueira formam os rios que marulham na floresta brasileira com docura e maravilhoso encanto e vão fertilizando, por onde passam, a terra venerada sempre em plena exuberância.

Agradeço a oportunidade, desta tribuna, que nos permitiu o destino de prestar as nossas homenagens a quem tão brilhantemente orientou a mocidade brasileira para o conhecimento do idioma, que, como há pouco afirmamos, é o elemento mais poderoso da unidade nacional.

A Comissão de Educação e Cultura tem de estudar o problema sob o aspecto de sua utilidade educacional e aplaude o enorme benefício de padronizar a ortografia para que se evite a secular querela de escritores em torno de preconceitos de grupos ou as paixões inexplicáveis e quase dionísias que não chegam a clarear a beleza do problema e sua alta finalidade pedagógica, mas formar ódios e intensificar malquerenças.

O objetivo é o de evitar as inúteis e estéréis discussões e dar à mocidade das escolas o brevíssimo ortográfico padronizado com a metodologia da palavra escrita do linguajar português.

Passamos, em seguida, a declarar que havia dois atos distintos: O Acórdão Ortográfico, propriamente dito, que é a lei, publicada no Diário Oficial de 30 de maio de 1946, por meio de Decreto-lei (Poderes Executivo e Legislativo), em pleno vigor, ato internacional que não pode ser revogado pelo Congresso, mas por meio de denúncia do Poder Executivo e a Convenção Ortográfica de 1943, objeto da Mensagem Presidencial, a que nos cingimos, com a seguinte conclusão:

Somos, assim, pela aprovação ortográfica firmada entre o Brasil e Portugal em 29 de dezembro de 1943, em todo o seu inteiro teor.

O "Jornal do Comércio" publicou o parecer da Comissão de Educação e Cultura nor onde se verifica que, entre os dois grandes escritores que empregaram a literatura Parlamentar — Rui e o Professor Carneiro Ribeiro — as palavras crafadas são antinômicas: cada um escreve como quer, como entende, no livre alvêrio de suas formosas culturas do vernáculo, mas não serve nenhum dos sistemas — se se pode chamar a isso sistema — para orientar a ortografia das escolas e o modo do escrever dos brasileiros.

Passamos, em seguida, a declarar que havia dois atos distintos do Acórdão Ortográfico, que a lei, que somente pode revogar-se por meio de denúncia internacional feita pelo Governo representado no Decreto-lei número 8.286, de 5 de dezembro de 1945, cuja ementa é a seguinte: Aprova o Acórdão Ortográfico para a Unidade da Língua Portuguesa.

A nova conclusão foi de clareza color, não obstante afirmarmos que o Acórdão Ortográfico está em pleno vigor e a ele nos referimos, apenas, por argumentos, porque o que está em discussão é a Convenção Ortográfica, que investe de poderes a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, de guardas superiores na defesa dos padrões ortográficos estabelecidos e os que vierem a estabelecer-se para o futuro. Normas abstratas de ação futura. E concluímos pela aprovação Ortográfica, firmada entre o Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943, em todo o seu inteiro teor.

Consequentemente, o parecer da Comissão de Educação e Cultura, unanimemente, não objetiva o Acórdão de 1943. Na conclusão lógica e tranquila do parecer, era natural que houvesse referências ao Acórdão em pleno vigor. Tanto o está que o artigo primeiro do Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, declara:

"Fica aprovado o Acórdão Ortográfico para a unidade da língua portuguesa, resultante dos trabalhos da Conferência Interacadêmica de Lisboa e publicado em anexo ao presente Decreto-lei".

Aqui está, Sr. Presidente, um dos grandes mestres da língua portuguesa. O Ilustre Senador Costa Pereira.

O Sr. Costa Pereira — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Quando vamos à Biblioteca fazer consultas para elucidar dos pareceres que temos de estudar nas Comissões, sempre encontramos S. Ex.ª a deliciar-se nas encantadoras leituras de

Camillo Castelo Branco, Alexandre Herculano, Vieira e todos os grandes clássicos portugueses. Toda as vezes que, qualquer regra de sintaxe se nos torne movelada, e ao eminente Senador que nos esclarece e deslha as dúvidas.

O Sr. Costa Pereira — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Prosseguindo, dizíamos que a Convenção Ortográfica dá à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Ciências de Lisboa a faculdade legal de zelar pelo padrão ortográfico da língua portuguesa e das palavras em que houver dúvidas a fim de lhes fixar o exato sentido. O papel das Academias em toda a parte do mundo foi o de zelar pelo patrimônio linguístico. Assim, por meio da literatura se vai polindo o idioma das neologismos inúteis, estrangeirismos, solecismos, arcaísmos e uma série de manchas que o maculam.

O Sr. Costa Pereira — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Costa Pereira — Sou dos que respeitam a inteligência e a cultura de V. Ex.ª.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Bondade do nobre colega.

O Sr. Costa Pereira — Mas quanto à grafia das palavras estamos em pontos diametralmente opostos. Vossa Ex.ª há de convir que seria de sastro a nós brasileiros a execução do Acórdão firmado em Lisboa respeitante a este mesmo assunto gráfico. V. Ex.ª há de convir que nenhum brasileiro pronunciará "ônibus" com acento agudo no O, como queremos os portugueses.

O Sr. Joaquim Pires — E não apenas a palavra ônibus, mas de muitas outras.

O Sr. Costa Pereira — Há incongruência notável, e se admitir "ônibus" com acento agudo sobre o "o", respeitando aquele definido latino que V. Ex.ª muito bem conhece "omnis", teremos que escrever omnibus, omnipotent, com m.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — V. Ex.ª há de me desculpar. Em primeiro lugar a pronúncia em nosso país, é extremamente diferente de um lugar para outro.

O Senador Ferreira de Souza observou que, na Comissão de Constituição e Justiça, oito senadores pronunciavam diferentemente determinado vocábulo.

A pronúncia do gotano é diferente da do carioca, como a do paranaense difere da de outros Estados.

O Sr. Joaquim Pires — Como quer V. Ex.ª adotemos a pronúncia de Portugal, se aqui mesmo há diferenças no dizer as palavras? Responderemos ao aparte de V. Ex.ª. Em primeiro lugar o que caracteriza a eternização dos idiomas é a sintaxe, que se conserva imutável através dos séculos. Está, ainda, viva a sintaxe de Cícero, de Júlio Cesar, os lindos versos de Virgílio, que cantam a homem a arrotear a terra, o agricultor a fecundar os campos e tudo quanto se refere no trabalho do homem sob o sol ou sob os rigores da natureza.

A sintaxe mantém invariável através dos tempos. Acontece, ao contrário, ainda com o latino, em relação à prosódia. Não há uniformidade para a pronúncia.

O som dos vocábulos pronunciado pelo professor francês é diferente do som pronunciado pelo professor italiano e, ainda, difere dos mestres brasileiros e muito mais difere dos professores alemães.

O SR. PRESIDENTE — Lembro ao nobre orador faltarem apenas dois minutos para se esgotar a hora do expediente.

O SR. COSTA PEREIRA (Pela Ordem) — Sr. Presidente, peço a Vossa Ex.ª consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, para que o no-

bre colega, Senador Flávio Guimarães, conclua suas considerações.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores Senadores que aprovam o requerimento do nobre Senador Costa Pereira, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Flávio Guimarães.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Agradeço Sr. Presidente, a Vossa Ex.ª e à Casa, a prorrogação concedida.

O Sr. Joaquim Pires — Permite V. Ex.ª ligeira interrupção? (Assentimento do orador) Sou agora chamado a comparecer à reunião de uma Comissão, composta de Senadores e Deputados, e por esse motivo não poderei demorar-me no plenário; espero no entanto, poder ouvi-lo quando o projeto vier a plenário, para discussão.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Sr. Presidente, relativamente ao aparte do nobre colega Senador Joaquim Pires resumiremos o nosso ponto de vista. S. Ex.ª é um dos Senadores do qual dificilmente se pode divergir, já porque o consideramos um dos grandes Senadores da República, já porque entendemos, sem o menor espírito de lisonja senatorial, que Sua Ex.ª honra qualquer palanete do mundo.

O Sr. Joaquim Pires — Agradeço a V. Ex.ª as expressões elogiosas.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Sr. Presidente, impressiona-nos a resistência de S. Ex.ª, física, moral e intelectual, pois permanece nas discussões das Comissões três, quatro, horas, lucido e vigilante e ainda vem invariavelmente para as batalhas do plenário.

A Convenção Ortográfica nada tem de ilegal ou inconstitucional. E ate rudimentar da vida dos povos cultos, dar à sua Academia maior prestígio para que zele mais continuamente pela manutenção dos padrões ortográficos. Todavia, o que impressiona S. Ex.ª o Senador Joaquim Pires é a proclamação da pronúncia dos portugueses o que nada tem de ver com a ortografia que é a palavra escrita. Veja o eminente Senador a pronúncia do Norte em relação ao Sul ou a pronúncia dos próprios Senadores, como observou o senhor Professor Ferreira de Souza.

Sustentam alguns que a pronúncia poderá ser corrigida ou atenuada, para o futuro com o uso dos sinais diacríticos, com a acentuação das palavras, a qual constitui alergia ou ozeira dos escritores brasileiros. Chegamos, apaixonadamente, a negar o valor dos acentos e houve quem afirmasse que a reforma ortográfica trouxe "verdadeira floresta de acentos".

Avançamos mais um pouco e o brasileiro começa a preocupar-se com a acentuação. Lembramo-nos de que o senhor Antônio Carlos a quem perguntamos de uma feita, porque também era contra a ortografia simplificada. Respondeu-nos, ironicamente o grande parlamentar: Porque me puseram uma chapéla no Antônio. Agora, reclamam os brasileiros que vão tirar o acento circunflexo e colocar uma barrete egípcio, que é o acento agudo.

O Sr. Costa Pereira — Mas V. Ex.ª há de convir que, realmente, não há necessidade do acento.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não desejávamos entrar propriamente na técnica dessa discussão, porque vamos passar as questões gramaticais o que não é o objetivo da Comissão de Educação e Cultura. Em atenção a V. Ex.ª, mestre tranquilo, modesto e silencioso, lembramos que no meio de cinquenta e uma regras, apenas, duas são impugnadas. Uma delas ensina que o acento circunflexo anasala a sílaba anterior em certas palavras, que tem m, ou n. Exemplo: fenômeno, econômico, Antônio, em que o acento circunflexo anasala a sílaba

anterior. Aliás, queremos crer que na discussão travada em Lisboa, com inteira liberdade opinativa, concluiu-se que em Portugal, como no Brasil, a pronúncia é António e não Antônio; econômico e não económico, tanto é assim que dizemos: Caixa Econômica, vida econômica, criatura econômica. Tanto em Portugal como no Brasil, a pronúncia é colônia e não colônia. Ora, se o acento circunflexo não anula a sílaba anterior, vamos colocar o acento agudo.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) pelo menos no Nordeste e no Norte do Brasil, onde o idioma se manteve mais fiel ao que foi trazido de Portugal, não se diz "Antônio", mas "Antônio", diz-se econômico em vez de "econômico".

O Sr. Costa Pereira — Por quê? O Sr. Onofre Gomes — Porque são palavras naturalmente nasadas, uma vez que a vogal está como na palavra "econômico" entre um "m" e um "n".

O Sr. Costa Pereira — Já está um fenômeno de nasalização natural.

O Sr. Gomes de Oliveira — Os portugueses, porém, querem que se pronuncie "Antônio", "econômico", etc., e não é possível concordarmos com essa pronúncia.

O Sr. Flavio Guimarães — Como V. Ex. pronuncia?

O Sr. Onofre Gomes — Eu digo "Antônio".

O Sr. Flavio Guimarães — V. Ex. está pronunciando de acordo com Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — Não. Pronúncia "Antônio", Caixa Econômica e não pode ser de outra maneira, pois são palavras naturalmente nasadas. Portugal, porém, quer subtrair uma vogal que é nasal, e não podemos ceder a imposição do ponto de vista dos portugueses. A verdade é que essa reforma nada tem de científico. Hoje em dia, abusa-se do emprego da palavra "ciência". Tanto nada há de científico, que, no momento, precisa-se por um acento circunflexo no "e" de ele.

Ora, a ciência só tem um aspecto que, se não é o certo, pelo menos deve ser o que se aproxima do mais certo. Preferível seria não se ter feito a reforma ortográfica, simplificando a escrita, dispensando a geminação de letras. Antigamente, escrevia-se "ele com dois 'l'", isto é "elle", muito mais rapidamente do que hoje, pois não se precisava tirar a pena do papel para colocar o acento circunflexo no "e". Logo, não há vantagem; ao contrário, há desvantagem, pois que, anteriormente, pronunciava-se o "elle" com os dois "l". Isso facilitava de certo modo, a aprendizagem do idioma francês aos brasileiros, pelo auxílio extraordinário que prestava a memória. Se, por um lado, o pronome masculino era diferente "il" o feminino era idêntico ao masculino português "elle" de forma que se aprendia mais facilmente. A verdade é que Portugal deseja impor-nos seus pontos de vista.

O Sr. Costa Pereira — É uma convenção caprichosa.

O Sr. Mozart Lano — É incoerente. Em vez de simplificar, veio duplicar letras que, no Brasil, nunca foram duplas.

O Sr. Flavio Guimarães — Pedimos a atenção de V. Ex. para o seguinte: Aqui está a comissão que assinou o acordo, cujo Presidente foi Júlio Dantas; Pedro Calmon, Ruy Ribeiro Couto, Olegário Mariano, Gustavo Cordeiro Ramos, José Maria de Queirós Veloso, Luiz da Cunha Gonçalves, Francisco da Luz Rebelo Gonçalves e José de Sá Nunes, Relator.

São homens de alta reputação, patriotas, dignos, que discutiram o problema com toda a liberdade, com todo o sentido da dignidade humana e aceitaram as bases do acordo Ortográfico, porque o julgam à altura das tradições e da índole da língua portuguesa. As pequenizas divergências po-

derão ser concertadas dignamente, sem ataques, sem afeições, dentro dos quadros onde se movem os homens de educação social e também política.

Mas o que estamos discutindo não é o Acordo que já é lei e será cumprido ou não. Trata-se da Convenção Ortográfica.

O Sr. Onofre Gomes — O Acordo será lei se for aprovado pelo Senado.

O Sr. Flavio Guimarães — Puro engano de V. Ex. Não, o Senado não vai tratar do Acordo Ortográfico. É justamente o engano que indicou o brilhante filólogo Sr. João Norzuela. Não interessa ao Senado nem a Comissão de Educação e Cultura do Senado tratar de lei em pleno vigor. Vamos aprovar, agora, a Convenção Ortográfica de 1943, em cujas cláusulas se determina que a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa estudarão o modo por que se devam grafar determinados vocabúlos. Ficam por guarda da conservação do padrão ortográfico. A própria mensagem do Ministro das Relações Exteriores declara que o Acordo de 1945 está plenamente aprovado.

O Sr. Onofre Gomes — É lamentável que uma comissão douta, como a que V. Ex. acabou de citar, houvesse assinado o Convênio da Reforma Ortográfica de 1943 e de 1945. Tal Comissão parece que não levou na devida conta a incumbência que recebeu do povo brasileiro, através do Governo O que existe na reforma de 1945 é exclusivamente de Júlio Dantas e do grupo português.

O Sr. Flavio Guimarães — V. Ex. me desculpe, mas o Acordo recebeu valiosa colaboração e a influência de Sá Nunes, um dos maiores filólogos e grande brasileiro, dos mais dignos que o Brasil tem tido.

O Sr. Onofre Gomes — Na opinião de V. Ex.

O Sr. Flavio Guimarães — Exatamente, em nossa opinião, muito sincera e muito justa. Não é possível responsabilizá-lo pela aceitação do Acordo, porque este é produto da aprovação da Comissão Brasileira, integrada por brasileiros de alta dignidade e cultura.

O Sr. Onofre Gomes — Mas essa Comissão não aprovou tudo aquilo que já tínhamos conseguido em trinta anos.

O Sr. Flavio Guimarães — O Professor Sá Nunes é um grande brasileiro; filólogo profundo, notável valor, não só moral e intelectual, como padrão de dignidade dos mais elevados que o Brasil possa ter. Não conhecemos nenhum brasileiro mais digno do que o eminente mestre Sá Nunes.

O Sr. Onofre Gomes — Não o conheço e não ser através desse ato pelo qual sacrificou o que já havíamos conseguido em favor da língua falada no Brasil. Ninguém aqui pronuncia Antônio.

O Sr. Flavio Guimarães — O nobre colega está apaixonado pelo assunto. V. Ex. sempre brilhante e tranquilo não pode ter as expressões apaixonadas que transparecem de suas palavras.

V. Ex. é grande valor e somente por paixão pode discutir pequeninas nuanças como Antônio — como pronunciávamos — e Antônio, como V. Ex. pronuncia.

O Sr. Onofre Gomes — A diferença de linguagem é enorme, mas apesar disso quer nos amarrar, por efeito de lei, a princípios com os quais o Brasil jamais deveria concordar.

O Sr. Flavio Guimarães — V. Ex. está enganado, discute o assunto levado pela paixão muito violenta.

O Acordo Ortográfico foi discutido por gente culta e brilhante e os brasileiros é que foram a Lisboa.

O Sr. Onofre Gomes — Não está a paixão da minha parte quando digo

que o Brasil retarda sua emancipação filológica.

O Sr. Flavio Guimarães — A maioria dos técnicos brasileiros é pelo Acordo Ortográfico. Não tenha nenhuma dúvida a esse respeito.

O Sr. Onofre Gomes — Querem-nos escravizar à língua portuguesa.

O Sr. Flavio Guimarães — Não pode haver tal escravização porque as línguas são organismos vivos, que evoluem e não param em sua marcha. E o patrimônio é comum.

O Sr. Onofre Gomes — No momento, o que se verifica é a mesma luta que tivemos que travar para admissão dos neologismos e estrangeirismos. Só há um meio de enriquecer-se uma língua: é adotando, quando necessário, o estrangeirismo.

O Sr. Flavio Guimarães — Os estrangeirismos só devem ser admitidos no menço de qualquer idioma, quando não há de forma absoluta palavras que o substituam, mas quando existem palavras vernáculas, o estrangeirismo é nódoa que mancha, desnacionaliza e deturpa qualquer idioma. Trazer para o idioma português estrangeirismos que substituem palavras de tradição — estas por debulhar — não é só enriquecer a índole e o encanto de um idioma mais ou menos conservado por suas grandes correntes literárias, mas também o deturpar e o desnacionalizar. Neste ponto estamos acordos com V. Ex. O idioma é patrimônio comum. Não pode haver imposição ao que é comum, à língua que todos falamos e escrevemos. Nunca acreditamos que houvesse língua brasileira.

As paixões é que dão o nome às diferentes manifestações do espírito humano.

Nunca existiu língua brasileira. No dia em que houver dialeto brasileiro, este viverá pela eternidade dentro da língua portuguesa, como esta há dois mil anos está na essência com o latim, desde que surgiu o tronco românico e se desgarraram o espanhol, o italiano, o francês e a língua portuguesa, assim como o grego dentro do latim.

O velho Portugal tem raça e conserva o cerne de seu imenso e grande valor.

O Sr. Onofre Gomes — Não há para quem não quer reconhecer a língua brasileira.

O Sr. Flavio Guimarães — Nunca existiu; dá-se-lhe esse nome como que para demonstrar que há tendência a variar a sintaxe no Brasil. Podem decorrer dois mil anos de dialeto brasileiro que, no fundo, a língua será sempre portuguesa, como esta, tem sua origem no latim que, por seu turno, se abeberou nas letras gregas.

O Sr. Onofre Gomes — V. Ex. vai daí e daí. Até os anos 1.200 e 1.300 ou portugueses e o castelhano eram uma só língua. Mantive V. Ex. as "Ordemações Afonsinas" e verificará que as palavras eram escritas da mesma forma. De ano 1.500 para cá é que se diferenciou e são quasi oito séculos.

O Sr. Flavio Guimarães — Mas o português se desartou do tronco românico que, sabemos, era fundamentalmente latim. São coisas corrigíveis da matéria de etimologia, saber que o latim há dois mil anos e até hoje é base do idioma de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — Até o ano 1.200 não havia língua portuguesa; havia universalidade da língua ibérica.

O Sr. Flavio Guimarães — Pura V. Ex. assim e é respeitável o seu ponto de vista. Pode V. Ex. verificar que a língua portuguesa, como a francesa e a espanhola, desgarra-se do tronco românico, que por seu turno, se deriva do latim. A língua portuguesa está fundamentalmente dentro dos textos latinos. Apoi-se no latim e, por conseguinte, um dialeto brasileiro, mesmo depois de dois mil anos de existência, nada mais será em essência, que latina e sangue da língua portuguesa. Não podemos argu-

mentar, como pretende o eminente Senador, com pequeninos nomas.

Devemos penetrar ao valor político, moral e social do problema.

O Sr. Onofre Gomes — Creio, então, não haver alcançado o ponto de vista de V. Ex.

O Sr. Flavio Guimarães — Se a nossa discussão descamba para Antônio ou António, colônia ou colônia, está demasiado vasia e precisa ser aticada ao seu alto nível que preside à organização do Acordo Ortográfico estudado com patriotismo e elevação moral dos seus membros.

O Brasil manteve e mantém a sua unidade política com firmeza no idioma, porque o político brasileiro é por natureza destruidor e se o idioma não for nossa base, já seríamos vinte repúblicas sob a colcha, ou domínio estrangeiro.

O Sr. Onofre Gomes — Permite-me V. Ex. mais um aparte?

O Sr. Flavio Guimarães — Ouço V. Ex., com toda atenção.

O Sr. Onofre Gomes — No próprio Portugal, nação pequena, as diferenças de pronúncia, nas Províncias, são acentuadas. A pronúncia do transmontano não é a do lisboeta.

O Sr. Flavio Guimarães — V. Ex. vem ao encontro do meu argumento quer é impor-nos sua pronúncia. do Rio de Janeiro não é a de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — O que Portugal quer é impor a sua pronúncia.

O Sr. Flavio Guimarães — A pronúncia de Portugal não é a nossa e mesmo no Brasil, a do Norte difere da do Sul.

O Sr. Onofre Gomes — Mas, quer Portugal ou a nossa pronúncia seja igual a dele.

O Sr. Flavio Guimarães — Não é assim. V. Ex. está equivocado. Apelo para o maravilhoso bom senso do nobre colega. No Português brasileiro já houve discussões em torno da matéria, pretendendo-se que o nosso idioma, em vez de língua portuguesa, passasse simplesmente a denominar-se "língua brasileira". Era manifestação de nacionalismo. Carlos de Laet, entretanto, chamava a atenção da Academia de Letras e dizia que a língua é mais de Portugal do que nossa; Portugal não a trouxe e ensinou.

O Sr. Camilo Mercio — Muito bem.

O Sr. Flavio Guimarães — Não podemos criar fantasmas para diminuir o valor de uma língua que sempre foi de Portugal.

O Sr. Onofre Gomes — A língua é tão de Portugal quanto nossa. Agora, a tendência de progresso do idioma é mais acentuada no Brasil porque é nação nova, em desenvolvimento, ao passo que em Portugal, a tendência é a cristalização.

O Sr. Flavio Guimarães — O que entende V. Ex. como tendência de uma língua ao progresso? Que entende V. Ex. por nação nova?

O Sr. Onofre Gomes — O seu enriquecimento, a sua variabilidade de pronúncia.

O Sr. Flavio Guimarães — A pronúncia é eternamente variável. Ninguém imita. Na própria Comissão de Constituição e Justiça, seus outros membros notaram a diversidade de pronúncia.

O Sr. Onofre Gomes — Quer dizer que V. Ex. não nega o rompimento da prosódia?

O Sr. Flavio Guimarães — Não. Cada um de nós tem pronúncia diferente, o que demonstra a variação da prosódia. A variação da prosódia é eterna.

O Sr. Onofre Gomes — Na oportunidade, voltarei ao assunto, expondo meus pontos de vista a V. Ex. de que a prosódia varia ao infinito.

O Sr. Flavio Guimarães — Sr. Presidente, as línguas são organismos vivos, que estão sempre evoluindo. Inalteráveis são as línguas mortas, como o latim e o grego.

Quando trouxemos a esta Casa o debate ainda nos lembramos a paixão com que, no Senado Federal, em 1936, se discutiu profundamente o problema.

A calcemia causada pela Reforma de 1943, que todo o Brasil hoje aceita depois das maiores batalhas sofridas pelos defensores, no Parlamento, das maiores lutas aqui travadas para dar ao Brasil um sentido de vida, para mostrar ao Brasil qual o seu destino, para onde deveria encaminhar a corrente pedagógica dos seus ideais, pois que língua é símbolo, é bandeira, pois idiomas são como os almos; é preciso voltar continuamente por eles para que se não deturpem; para que o solecismo o estrangeirismo, o arcaísmo, os neologismos exóticos não o invadam e que em esse tesouro pulente, e preciso que neles não cresçam as ervas daninhas que stiolam e estrangulam as Patrias. Roma começou a morrer quando a língua começou a decair,

quando não havia mais professores patriotas que defendessem o idioma no alto sentido social e político. Entre nós não se existiu questões que não sejam de alto interesse do Brasil.

As Academias em toda a parte do mundo defendem os idiomas dos seus respectivos países, a literatura dos seus agrupamentos e o fato de a Convenção Ortográfica investir à Academia Brasileira de Letras e à Academia de Ciências de Lisboa da tarefa de ou do direito ao estudo precipuo de qualquer grafia, para assegurar a unidade ortográfica da linguagem comum, é altamente sábio.

Os brasileiros sempre tiveram verdadeiro horror à acentuação gráfica. Todos vivíamos receosos de pronunciar determinados vocábulos. Foi preciso lutar tenaz e constante para que alguma acentuação nos desse a segurança da pronúncia.

Ainda nos lembramos que um dos mais brilhantes sociólogos, senhor

King Hall, em conferência proferida no Instituto de Educação, dizia que os Estados Unidos gastaram na guerra cerca de trezentos bilhões de dólares e que os economistas previam pavor ao desequilíbrio financeiro e econômico. No entanto, havia o fenômeno pressentido e sutil, que não o peros beram os profetas: a educação formou a riqueza e toda a riqueza americana vem de sua técnica, de seu trabalho, de sua educação, disciplina e coragem.

E' esse, o problema de educação o que interessa o estudo e a conclusão a favor da nacionalidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (*fazendo sinais os timpanos*) — Lembro ao nobre orador que faltam apenas dois minutos para o término da prorrogação da hora do expediente.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Vou terminar.

Sabemos que os problemas em relação ao vocabulário apaixonam ao delirio e conduzem a atos que calam pela

violência de expressões, mas estamos continuamente blindados e só temos em vista a defesa dos altos destinos nacionais.

Quando esses problemas começam a ficar esquecidos, como a defesa dos idiomas, nesse dia a nação começa a morrer. (*Muito bem; muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado.*)

SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 37, DE 16 DE JULHO DE 1954

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições e em virtude de deliberação do Senhor 1.º Secretário, resolve designar Mécio dos Santos Andrade, Oficial Legislativo, classe "M", encarregado da elaboração dos serviços da Diretoria da Ata.

Em 16 de julho de 1954. — *Leite Nabuco*, Diretor Geral.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV - N.º 161

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 20 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convocou as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14.30 horas, no Palácio Tiradentes, connexões do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952 que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho.
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convocou as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14.30 horas, no Palácio Tiradentes, connexões do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e da outras providências.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954.

João Café Filho

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho.
1.º Secretário — Aurelio Neves.
2.º Secretário — Vespasiano Martins.
3.º Secretário — Francisco Galotti.
4.º Secretário — Ezequias da Rocha.
1.º Suplente — Prisco dos Santos.
2.º Suplente — Costa Pereira.
Secretário — Luis Nabuco. Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.
Landulpho Alves — Vice-Presidente.
Sá Tinoco. (**)
Júlio Leite.
Costa Pereira.
Pinto Pompeu.
Euclydes Vieira. (**)
(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Ary Leão.
4 — Hamilton Nogueira.

5 — Leovindo Coelho.
6 — Bernardino Filho.
7 — Euclydes Vieira.
Secretário — João Alfredo Rarasse de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras às 14 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente.
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo. (**).
5 — Apolônio Sales. (**).
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco. (****).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclydes Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio. (****).
13 — Pinto Aleixo.
14 — Plínio Pompeu.
15 — Veloso Borges.
16 — Vitorino Freire. (****).
17 — Walter Franco. (****).
(*) Substituído pelo Sen. Esperto de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Mariano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa.

Purificação.
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*****) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.
(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Erandio Vianna.
Diretor de Orçamento.

Reuniões as quartas e sextas-feiras às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Assis Jobim.
Altino Vivacqua.
Cunha Melo.
Ferreira de Souza.
Flavio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olaio Oliveira. (**).
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Cordeiro.
5 — Ottoni Maciel.
6 — Kerzinnio Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões as segundas-feiras às 16.30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.
3 — Novais Filho.
4 — Hernandes Filho.
5 — Diari Bragado.
6 — Mathias Olympio.
7 — Assis Chateaubriand. (**).
8 — João Villalobos.
(*) Substituído internamente pelo Cicero de Vasconcelos.
Secretário — J. B. Castejon Branco.
Reuniões as segundas-feiras, às 16.30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões as quartas-feiras, às 11 horas.

Saúde Pública

Leovindo Coelho — Presidente.
Altino Simch — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário — Amaro de Barros Rego.
Reuniões as quintas-feiras às 11 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*
- 2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*
- 3 - Nestor Massena
- 4 - Vivaldo Lima
- 5 - Diáir Brindeiro
- 6 - Mozart Lago
- 7 - João Leite

Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Eucides Vieira - *Presidente*
Onofre Gomes - *Vice-Presidente*
Alecandro Guimarães
Othon Mader
Antônio Bayma
Secretário - Francisco Soares
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*
 - 2 - Onofre Gomes - *Vice-Presidente*
 - 3 - Magalhães Barata
 - 4 - Ismar de Góes
 - 5 - Sílvio Curvo
 - 6 - Walter Franco
 - 7 - Roberto Glasser
- Secretário - Ary Kerner Veiga d Castro
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*
Dario Cardoso
Francisco Gaiotti
Camilo Mercês
Carlos Lindenberg
Antônio Bayma
Bernardes Filho
Marcundes Filho
Olavo Oliveira
Domingos Vences
João Villasboas

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- Luiz Tinoco - *Presidente*
Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*
Othon Mader
Ruy Carneiro
Kerinaldo Cavalcanti
Secretário - Italina Cruz Alves

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gaiotti - *Presidente*
Mozart Lago - *Vice-Presidente*
Julio Leite
Landuinho Alves
Mario Motta
Secretário - Lauro Portella

De Reforma do Código de Processo Civil

- João Villasboas - *Presidente*
Altino Vivacqua - *Vice-Presidente*
Dario Cardoso - *Relator*
Secretário - José da Silva Lisboa
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti
Reuniões às sextas-feiras, às 11 horas.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Para estudo da concessão dos Direitos Cívicos à Mulher Brasileira

- Mozart Lago - *Presidente*
Alvaro Aguiar - *Vice-Presidente*
João Villasboas
Gomes de Oliveira
Altino Vivacqua
Domingos Vences
Victorino Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góes - *Presidente*
 - 2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*
 - 3 - Kerinaldo Cavalcanti - *Relator Geral*
 - 4 - Vivaldo Lima
 - 5 - Novais Filho
- Secretário - J. A. Ravasco de Andrade

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*
 - 2 - Ivo d'Aquino
 - 3 - Ferreira de Souza - *Relator Geral*
 - 4 - Altino Vivacqua
 - 5 - Victorino Freire
- Secretário - João Alfredo Ravasco de Andrade

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*
- 2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*
- 3 - Anísio Jobim
- 4 - Altino Vivacqua
- 5 - Camilo Mercês

- 6 - Ferreira de Souza
 - 7 - Flavio Guimarães
 - 8 - Gomes de Oliveira
 - 9 - Joaquim Pires
 - 10 - Olavo Oliveira
 - 11 - Waidemar Pedrosa
 - 12 - Mozart Lago
 - 13 - Hamilton Nogueira
 - 14 - Guilherme Motaquias
 - 15 - Nestor Massena
 - 16 - Francisco Porto
- Secretário - Glória Fernandina
Auxiliar - Nathercia Sá Leitão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luiz Tinoco - *Presidente*
 - 2 - Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*
 - 3 - Kerinaldo Cavalcanti
 - 4 - Othon Mader
 - 5 - Ruy Carneiro
- Secretário - Italina Cruz Alves

Atas das Comissões

Comissão de Redação

21.ª REUNIAO, EM 19 DE JULHO DE 1954
(EXTRAORDINARIA)

As quinze horas e dez minutos, no dia dezoito de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Waidemar Pedrosa, Presidente em exercício, presentes os Srs. Aloysio de Carvalho e Costa Pereira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Joaquim Pires.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Costa Pereira apresentando a re-

dação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, em regime de urgência, que estende aos subtenentes e sargentos participantes da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952.

As quinze horas e trinta minutos, nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Finanças

11.ª REUNIAO, EM 7 DE JULHO DE 1954

EXTRAORDINARIA

As 16 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Ivo d'Aquino, presentes os Srs. Antônio Bayma, Nestor Massena, Costa Paranhos, Ruchdas Vieira, Plínio Pompeu, Carvalho Guimarães, Esperidião de Farias, Joaquim Pires, Durval Cruz, Ferreira de Sousa e Alcencastro Guimarães, reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer os Srs. César Verquero, Martiniano Fernandes, Carlos Lindenberg, Alberto Pasqualini e Pinto Aleixo.

É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

1.ª Sessão:

ao Sr. Antônio Bayma, o Projeto de Lei da Câmara número 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.570.800,00 para pagamento de abono de família devido ao pessoal do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

ao Sr. Carlos Lindenberg, o Projeto de Lei da Câmara número 132, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.120.000,00, para pagamento de diáristas do mesmo Ministério; o Projeto de Lei do Senado número 9, de 1954, que revoga disposições da Lei n.º 33, de 13 de maio de 1947;

ao Sr. Durval Cruz, o Projeto de Lei do Senado número 10, de 1952, que considera extinta a Câmara de Reajustamento Econômico, criada pelo Decreto n.º 23.931, de 9 de março de 1945;

ao Sr. Ferreira de Souza, o Projeto de Lei do Senado número 15, de 1952, que modifica o Decreto-lei número 9.760, de 5 de setembro de 1946 que dispõe sobre os bens imóveis da União;

ao Sr. Martiniano Fernandes, o Projeto de Decreto Legislativo número 61, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Aeronômicas e a firma Mesbla S. A.; o Projeto de Lei do Senado número 39, de 1954, que cria o Museu da Abolição, com sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco;

ao Sr. Nestor Massena, o Projeto de Decreto Legislativo número 131, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Salvador Ltda.; o Projeto de Lei da Câmara n.º 135, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério;

ao Sr. Plínio Pompeu, o Projeto de Lei do Senado número 7, de 1954, que

autoriza o Governo Federal a incluir verba própria no Orçamento da República, à União Nacional dos Estudantes, com sede no Rio de Janeiro e suas filiais nos Estados.

O Sr. Presidente redistribui ao Senhor Costa Paranhos, o Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Joaquim Pires que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara número 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 2.506.420,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

O parecer é unanimemente aprovado.

Em seguida, o Sr. Presidente anuncia a discussão do Projeto de Lei da Câmara número 282, de 1952, que modifica o Artigo 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, devolvido sem objeções pelo Sr. Ferreira de Sousa, que do mesmo havia pedido vista.

O Sr. Durval Cruz pede então preferência para o voto favorável emitido pelo Sr. Pinto Aleixo, trabalho que integralmente subscreevo.

A Comissão, com a anuência do relator, Sr. Esperidião de Farias, que oferecera parecer contrário à matéria, concorda com o pedido formulado.

Após breves debates, a Comissão adota o voto do Sr. Pinto Aleixo, contra a opinião do Sr. Esperidião de Farias, que mantém o seu parecer.

O Sr. Presidente designa o Senhor Durval Cruz para redigir o voto.

O Sr. Durval Cruz pede a suspensão da reunião por trinta minutos, a fim de preparar o seu parecer.

Reaberta a reunião é o parecer assinado.

Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a reunião, lembrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor do Orçamento, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

86ª SESSÃO EM 20 DE JULHO DE 1954

Oradores Inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Alfredo Neves
- 2.º Sen. Gomes de Oliveira
- 3.º Sen. Onofre Gomes
- 4.º Sen. Costa Paranhos
- 5.º Sen. Ezequias da Rocha
- 6.º Sen. Othon Mäder

Está sobre a Mesa para recebimento de emendas

Nos dias 20, 21 e 22. O Projeto de Resolução número 40, de 1954, que dispõe sobre proposição principal após aprovação da emenda.

ATA DA 85ª SESSÃO EM 19 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CAFÉ FILHO, MARCONDES FILHO E EZEQUIAS DA ROCHA

As 14,30 horas, comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Georgino Arelino — Novais Filho — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Esperidião de Farias — João Leite — Aloysio de Carvalho — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor

Massena — Marcondes Filho — Euclides Vieira — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mérico.

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 28 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Val-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo do 2.º Secretário), procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

— (Sobre a Ata) — (Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, ausente que estive à sessão cuja Ata acaba de ser lida, quero, nesta oportunidade, fazer a declaração de que teria votado restando o Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha.

Opinei, na Comissão de Constituição e Justiça, como relator da matéria, pela constitucionalidade dessa iniciativa do Poder Executivo, deixando, entretanto, logo, as ressalvas do meu ponto de vista democrático e que foram depois adotadas e ampliadas no brilhante parecer do relator da Comissão de Relações Exteriores.

Tive ocasião de verificar os debates que se travaram nesta Casa, e quero trazer ao meu eminente companheiro, Senador Ferreira de Souza, a palavra da minha estranheza pela maneira como elementos alheios ao Congresso discutiram, em exemplares mimeografados distribuídos pelos Srs. Senadores, matéria que ainda dependia de pronunciamento do plenário.

Também tive ensejo de ler a exposição recente que o Ministro das Relações Exteriores mandou a esta Casa e que não me convenceu em nenhum dos seus itens, sobretudo na parte em que considerava desprovido para com a Espanha se o Senado viesse a rejeitar o Convênio Cultural.

Estranha tese, Sr. Presidente, a de que o Senado, rejeitando um convênio cultural, desconsidera um país estrangeiro.

Estou certo de que o Senado, agindo como agiu, cumpriu com o seu dever, sem que isso representasse ao seu pronunciamento no sentido de que os convênios culturais entre o Brasil e outros países não forcem nenhuma das partes contratantes a corrigir verdades históricas, porque isso — diz bem o Senador Ferreira de Souza — não compete aos governos, mas aos historiadores, no uso pleno da sua liberdade de pensamento. — (Muito bem! Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

As declarações de V. Ex.ª constarão da Ata.

Continua em discussão a Ata. Se mais nenhum Senador pedir a palavra, considera-la aprovada. — (Pausa).

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) procede à leitura do seguinte

Expediente

Ofícios: Quatro, da Câmara dos Deputados sob ns. 1.103, 1.104, 1.105 e 1.108, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 156, de 1954

Modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 12.299, de 22 de abril de 1943.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O art. 1.º do Decreto número 12.299, de 22 de abril de 1943, passa a ter a seguinte redação.

Art. 1.º Ao chefe de família numerosa que, independente da modalidade de trabalho em que se ocupe, perceber remuneração que de nenhum modo basta às necessidades essenciais e mínimas da subsistência de sua prole será concedido, mensalmente, o abono familiar de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), se tiver cinco filhos e de mais Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) por filho excedente a esse número.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo entende-se por insuficiente a remuneração que for inferior ao dobro do salário mínimo em vigor na localidade onde viva o interessado.

§ 2.º O direito ao abono é extensivo:

a) aos chefes de família numerosa, embora em gozo de aposentadoria ou pensão que não trabalhem por incapacidade física ou por qualquer outra circunstância independente de sua vontade;

b) a família numerosa cujo chefe faleceu.

§ 3.º Não se compreendem nas disposições deste artigo, os servidores públicos federais estaduais, municipais inclusive os aposentados e os em disponibilidade, bem assim os servidores de entidades autárquicas ou paraestatais e os militares da ativa, da reserva ou reformados.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 157, de 1954

(2.665-B-52, da Câmara)

Inclui Raimundo Ventura da Costa, ex-contínuo da Delegacia Fiscal, entre os beneficiários da Lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É incluído entre os beneficiários da lei n.º 1.550, de 5 de fevereiro de 1952, e a partir de sua vigência, o ex-contínuo da Delegacia Fiscal, Raimundo Ventura da Costa, cujo nome deixou de figurar na relação que acompanhou aquela lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei n.º 1.550 — DE 5 DE FEVEREIRO DE 1952

Classifica na carreira de contínuo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda classe F, os ex-contínuos da Delegacia Fiscal incluídos no Quadro VII pela Lei número 284 de 23 de outubro de 1938 como servente e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídos na classe F do Quadro de Contínuos do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda como ex-contínuos observada a classificação por antiguidade que tiverem na data da publicação desta

Lei os remanescentes ex-contínuos de Delegacias Fiscais que foram classificados como serventes do Quadro VII pela Lei n.º 284 de 28 de outubro de 1938, e que não se beneficiaram com as determinações do Decreto-lei número 145 de 28 de dezembro de 1937.

Art. 2.º A despesa decorrente será custeada com os recursos da conta corrente do próprio Quadro.

Art. 3.º O Serviço do Pessoal da Fazenda providenciará as indispensáveis apostilas nos títulos dos funcionários lidos na relação que acompanha esta Lei.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 5 de fevereiro de 1954; 131 da Independência e 64.ª da República.

GETÚLIO VARGAS
HORÁCIO LAJEZ

RELAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 3.º DESTA LEI

1. Augusto Fernandes de Sousa.
2. Felisberto Tavernes.
3. Fredolino Pedro de Araújo.
4. Gumerindo Mariano Pereira.
5. Hermínio Raposo.
6. Jefferson de Sousa Penido.
7. João de Deus Nascimento.
8. José Cordeiro dos Santos.
9. Luís Angelo da Silva.
10. Luís de Menezes Godinho.
11. Paulo Anacleto da Silva.
12. Pedro Pereira da Silva.
13. Raimundo Francisco Gomes de Castro.
14. Sebastião Júlio d'Assunção.
15. Severino Dias da Costa.
16. Tertuliano Nogueira da Silva.
17. Virgílio Martins.

Projeto de Lei da Câmara n.º 158, de 1954

(2.747-B-52 da Câmara)

Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras para um conjunto completo de transmissor de televisão destinado à Rádio Record S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida a isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para um conjunto completo de transmissor de televisão, formado por unidades transmissoras amplificadoras, consolas, câmaras e outros materiais acessórios, para instalação de uma estação de televisão de que e concederá a Rádio Record S. A. com sede na cidade de São Paulo capital do Estado do mesmo nome, material adquirido para estúdios particulares e constante ainda de peças sobressalentes, condicionada à Licença de Importação n.º DG-51-5346-81462.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 159, de 1954

(2.608-B-52, da Câmara)

Concede isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, para material importado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, inclusive imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para o material abaixo discriminado importado

pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, constante da Licença de importação n.º DG-52-8994-15233;

1 motor Diesel, marca MAN, de 1.200 H. P.;
1 gerador, marca Lahmeyer, de 1.000 KVA, e
1 armário com os instrumentos de controle.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
As Comissões de Economia e de Finanças.

— Da Câmara Brasileira do Livro formulando considerações contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1932, que modifica o artigo 3.º da Lei n.º 842, de 4-10-1949.

As Comissões competentes para a consideração que merecer.

— Do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização, formulando considerações contra a aprovação do Projeto de Lei do Senado número 31, de 1954, que cria o Instituto Químico Farmacêutico da Previdência Social.

As Comissões competentes para a consideração que merecer.

Telegrama do Prefeito Municipal de Itabuna, Bahia, agradecendo a aprovação do Projeto, que se transformou na Lei n.º 2.256, de 5 de julho de 1946, autorizando a abertura do crédito de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar a reconstrução da Usina Elétrica do Cajueiro, no mesmo município.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima. — Thomaz Rodrigues. — Assis Chateaubriand. — Ferreira de Souza. — Ruy Carneiro. — Pinto Aleixo. — Ivo d'Aquino (7).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Airaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Antônio Bayma. — Victorino Freire. — Arêa Leão. — Mathias Olympio. — Joaquim Pires. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti. — Francisco Porto. — Martiniano Fernandes. — Cicero de Vasconcelos. — Durral Cruz. — Walter Franco. — Landulpho Alves. — Carlos Lindenberg. — Lutz Tinoco. — Atílio Vivacqua. — Sá Tinoco. — Pereira Pinto. — Leão de Coelha. — Cesar Vergueiro. — Euclides Vieira. — Silvio Curvo. — João Villasbôas. — Vespasiano Martins. — Alberto Pasqualini (27).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa uma comunicação do Sr. Senador Assis Chateaubriand. (Pausa).

E lida a seguinte

COMUNICAÇÃO

Senhor Presidente.
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deliberado desistir da licença que me foi concedida em 14 de junho último, resumo hoje o exercício do meu mandato de Senador pelo Estado da Paraíba.
Rio de Janeiro, 19 de julho de 1954.
— Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa diploma de suplente de Senador expedido em favor do Senhor Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues, substituto do nobre Senador Plínio Pompeu. (Pausa).

E lido o seguinte.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

DIPLOMA DE SUPLENTE DE SENADOR

As eleições para Governador, Deputados à Assembleia Legislativa, ter-

ceiro lugar de Senador e seus Suplentes, bem como Suplentes partidários dos Senadores eleitos a 2 de dezembro de 1945, realizadas a 19 de dezembro de 1947, na conformidade do disposto nos artigos 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, 1.º da Lei n.º 5, de 14 de dezembro de 1946, e 1.º da Resolução n.º 1.302, de 3 de dezembro de 1946, concorrer, como candidato a suplente do Senador eleito a 2 de dezembro de 1945, pelo Partido União Democrática Nacional, o Exmo. Sr. Dr. Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues que obteve, de 30.188 votos apurados, 26.638 votos, tendo sido, por isso, proclamado eleito pelo Tribunal Regional Eleitoral, na sessão realizada nesta data.

Não impedindo a interposição de ato da proclamação o exercício, por substituição, do mandato, determinei a expedição do presente Diploma de Suplente de Senador, com fundamento no disposto nos artigos 12, letra j, e 100, § 1.º, letras a e b, do Decreto-lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945, e 36 da Resolução n.º 1.338, de 17 de dezembro de 1946.

Ceará — Fortaleza, 20 de fevereiro de 1947. — Daniel Augusto Lopes, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Encontrando-se na Casa o Sr. Thomaz de Paula Pessoa Rodrigues, nomeado uma comissão composta dos Srs. Senadores Onofre Gomes, Gomes de Oliveira e Plínio Guimarães para o introduzirem no recinto, a fim de que preste o compromisso regimental.

E' introduzido no recinto sob salva de palmas, presta compromisso regimental e toma assento na bancada o Sr. Thomaz Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE:

Continda a hora do Expediente. Tom a palavra o nobre Senador Assis Chateaubriand, primeiro orador inscrito.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa um Parecer que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Parecer n.º 544, de 1954

Comissão de Redação

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953.

Relator: Sr. Costa Pereira.
A Comissão apresenta a redação final (II anexa) da emenda do Senado ao Projeto de Lei n.º 337, de 1953, de iniciativa da Câmara dos Deputados. Sala da Comissão de Redação, em 15 de julho de 1954. — Ivaldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER N.º 544-54

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952.

Do art. 3.º (Emenda n.º 3-C) Onde se diz:

...até o fim do ano de 1943, término da guerra...

diga-se:

...até o fim do mês de março de 1947...

O SR. PRESIDENTE:

O Parecer que acaba de ser lido refere-se a emenda oferecida ao Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, votado em regime de urgência. Em discussão a Redação final (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Onofre Gomes para, na qualidade de relator, acompanhar, na Câmara dos Deputados, na forma do art. 139 § 1.º do Regimento Comum, o Projeto, cuja redação final acaba de ser aprovada.

O SR. PRESIDENTE

Esgotada a prorrogação da hora do expediente passo à

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 43, de 1954, que requisa a aposentadoria e a pensão dos bancários e dos demais segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (em regime de urgência, nos termos do art. 139, § 2.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento número 315, de 1954, do Sr. Mocuri Lago e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 8-7-1954) tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 29, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 590, de 1954, favorável; da Comissão de Serviço Público Civil, sob número 531, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 14 de julho de 1954), favorável, com a emenda que oferece, sob n.º 1-C; e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre a emenda de Plenário n.º 2.

O SR. PRESIDENTE:

Achando-se ausente o nobre Senador Joaquim Pires, Relator do Projeto na Comissão de Constituição e Justiça, dou a palavra ao nobre Senador Dario Cardoso, Presidente daquele órgão, a fim de designar substituto para emitir parecer sobre a Emenda n.º 2, do plenário.

O SR. DARIO CARDOSO.

Sr. Presidente, para substituir o nobre Senador Joaquim Pires, de acordo com a solicitação de V. Ex.ª, designo o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira para, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, emitir parecer sobre a Emenda n.º 2, do plenário.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para emitir parecer) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto n.º 43, visava a princípio, reajustar as aposentadorias e pensões dos bancários, mas hoje procura estender o benefício a todos os trabalhadores. Ao referido projeto foram oferecidas duas Emendas.

O SR. PRESIDENTE: — Permita-me ponderar que V. Ex.ª está com

a palavra para emitir parecer sobre a Emenda n.º 2, do plenário, porque sobre a 1-C, já há pareceres das respectivas Comissões.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA —

Perfeitamente.
A Emenda n.º 2 visa a atribuir aos empregados inativos das estradas de ferro, sujeitos a regime especial de gratificação adicional de 15 e 20%, conforme tenham 15 ou 20 anos de serviço, respectivamente.

Ora, Sr. Presidente, o Projeto só incidentemente dispõe sobre aposentadorias e pensões, estabelecendo as condições em que elas possam processar-se.

Pugnando completamente da matéria, a emenda pretende fixar gratificação adicional aos empregados de determinada estrada de ferro (1.ª e 2.ª).

O SR. PRESIDENTE: — Permita-me para declarar a V. Ex.ª que houve equívoco da Mesa.

Realmente, existem duas Emendas — a de plenário, e a 1-C, oferecida pela Comissão de Finanças Assun. V. Ex.ª, como Relator da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Legislação Social, pode manifestar-se sobre as duas.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: — Sr. Presidente, sou também Relator da Comissão de Legislação Social, neste Projeto.

No momento, porém, falo em nome da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o aspecto jurídico e constitucional da matéria.

Ja agora V. Ex.ª me permite falar também sobre a Emenda n.º 1-C.

Como dizia, a Emenda n.º 2 visa a estabelecer gratificação adicional para funcionários de determinada estrada de ferro do país, assunto inteiramente diferente a matéria de que trata o Projeto.

Segundo orientação invariável da maioria da Comissão de Finanças, considero a emenda contrária ao sistema da proposição, motivo por que lhe dou parecer contrário.

A Emenda n.º 1-C, da Comissão de Finanças, tem em vista suprimir um dos artigos do projeto.

Evidentemente, do ponto de vista constitucional, nada há a opor, razão por que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é favorável a emenda. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa concede agora a palavra a V. Ex.ª como Relator na Comissão de Legislação Social.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, as duas emendas não merecem acolhida por parte da Comissão de Legislação Social.

A primeira propõe a supressão do artigo do Projeto que estabelece recursos para um dos institutos de assistência social, — o dos Bancários, — quando não previa igual medida para os demais. Esta a ponderação da Comissão de Finanças ao justificar a apresentação da emenda.

O que se depreende, entretanto, da justificação é que o art. 11 do Projeto prevê recursos em demasia.

Ora, se são excessivos apenas para determinado Instituto, não me parece o sejam para atender aos encargos que o projeto cria. Daí a dúvida que surgiu no meu espírito. Assim no parecer que ofereço, proponho que se atenda aos ônus criados. Como, porém, poderia acontecer o mesmo em relação ao Instituto dos Bancários isto é, de serem os recursos excessivos em demasia, sou de opinião que deixemos ao Poder Executivo o critério para examinar os encargos que o Projeto inova, de modo a que possa atenda em tempo, propõe ao Poder Legislativo as medidas que lhe parecerem necessárias.

Não vejo por que suprimir o artigo sob a alegação de que atende apenas

a um Instituto. Se ao Poder Executivo parecer desnecessário tal recurso, até mesmo para o Instituto dos Bancários, poderá vetá-lo.

Ela por que, Sr. Presidente, entendendo desnecessário e até, de algum modo inconveniente a emenda da Comissão de Finanças.

Quanto à segunda emenda, levando em consideração que se trata de projeto regulador da aposentadoria ordinária dos trabalhadores, e não de melhoria das suas condições de vida em geral, não vejo por que se esteja agora a estabelecer gratificações adicionais para os trabalhadores de determinada estrada de ferro. Devemos apoiar, por justa e certo ponto, a medida sugerida pelo nobre Senador Ezequias da Rocha; em projeto que abrange não só aqueles trabalhadores, como os de todas as ferrovias do País, que ainda não usufruem das vantagens de que gozam os funcionários públicos, inclusive os desta Casa.

Sr. Presidente, devemos ter muita cautela ao conceder benefícios ao funcionalismo público, porque, no sentido geral e mais alto dessa expressão, todos são trabalhadores todos vivem de salário. Tudo quanto lhes concedermos será aqui considerado em movimentos, a que talvez não possamos resistir por serem vistos, pelos trabalhadores da indústria.

Atender ao ple.ado nessa proposição seria encerrar inadequada e impronunciadamente a questão; seria encerrá-la de forma parcial.

Eis por que, Sr. Presidente, também me manifesto contrariamente à Emenda n.º 2. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE

Tem a palavra o nobre Senador Nestor Massena para como relator na Comissão de Serviço Público Civil emitir parecer.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, a Comissão de Serviço Público Civil, só e o Projeto, manifestou-se inteiramente de acordo com a Comissão de Legislação Social, levando o parecer do ilustre Senador Gomes de Oliveira.

Quanto às emendas oferecidas, a Comissão, ainda agora, espousando os mesmos motivos, acompanha S. Ex.ª e opina contrariamente.

Esta a razão por que deixo de fazer maiores considerações a esse respeito. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE

Tem a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino, relator na Comissão de Finanças, para emitir parecer sobre a Emenda n.º 2, de plenário.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, em nome da Comissão de Finanças, emito parecer sobre a Emenda n.º 2, de plenário, da autoria do Sr. Senador Ezequias da Rocha, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensões dos Bancários.

O exame da proposição poderia ser feito sob dois aspectos: o primeiro, da sua pertinência; o segundo, quanto ao seu mérito.

Lendo-se a emenda do projeto, verifica-se que a emenda não tem pertinência com o assunto da proposição.

Como bem acentuou o nobre Relator na Comissão de Legislação Social, Sr. Senador Gomes de Oliveira, o projeto objetiva reajustar a aposentadoria e a pensão dos bancários, incluindo-se nele outros dispositivos que, no entanto, estão subordinados também à tese do reajustamento da aposentadoria e pensões.

A emenda dispõe:

"Acrescente-se, onde convier:

Art. ... Aos empregados inativos das estradas de ferro em regime especial, que tiverem completado 20 ou 25 anos de serviço na empresa, será atribuída uma gratificação inicial respectivamente a 15 e 25% do vencimento ou salário que era percebido à data da aposentadoria.

Parágrafo único. O pagamento de tais gratificações será efetuado pela União, mediante verba incluída em seu orçamento anual."

Vê-se que a emenda se afastou da regra geral do projeto. Embora contenha providência da mais alta justiça — e aí me refiro ao seu mérito — seria de melhor alvitre fosse ela objeto, posteriormente, de projeto em separado. Desta forma, não só atenderia à justa aspiração desses trabalhadores, como também colimaria o objetivo pretendido pelo seu nobre autor.

Eis por que lamento, Sr. Presidente não ser a Comissão de Finanças favorável à emenda, reservando-se, posteriormente — caso seja ela objeto de projeto em separado — para apreciação do seu mérito. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Ivo d'Aquino, o Sr. Marcondes Filho deixou a cadeira da presidência e foi ocupada pelo Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE

Em votação a Emenda 1-C, da Comissão de Finanças, com os seguintes pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; e contrários das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público Civil. Autora, a Comissão de Finanças.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) Sr. P. sidente, poderia V. Ex.ª fazer a mercê de mandar ler a emenda?

O SR. PRESIDENTE

A Emenda n.º 1-C é supressiva do art. 11 do projeto.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, mais de uma vez tenho assinado a esta tribuna para transmitir ao Senado o apelo, de que fui eu, de todos os sindicatos de trabalhadores do Brasil, no sentido, da aprovação do projeto sem emenda. A razão principal deste apelo firma-se no fato de que a proposição se encontra no Congresso desde 1949. Em face da tramitação demoradíssima, muitos trabalhadores já morreram e, ainda recentemente, na última sexta-feira, faleceu um tecelão, em Petrópolis, que aguardava a aprovação do projeto para aposentar-se a fim de deixar melhor pensão à família. Faleceu sem esse prêmio nem recompensa a aos cinquenta anos de serviço assíduo.

Agora, o nosso eminente colega, Senador Ivo d'Aquino, cheio de razões, pleiteia a supressão do artigo 11, sob o fundamento, justíssimo, de que estabelece a cobrança de taxas onerosíssimas, que recairão sobre todos quantos trabalhar.

A despeito dessa circunstância, os trabalhadores podem que a proposição seja aprovada pelo Senado sem emenda. Estou confiante, de que Sr. Presidente da República, através do veto, não a aprovará. Quanto mais rapidamente for aprovado o projeto mais celeremente corrigirá as deficiências do célebre Decreto de 1.º de Maio, sub judice, dando aos trabalha-

dores o mínimo que pleiteiam, desde 1949.

Solicito do Senado, com todo respeito e simpatia que se pre dedique ao meu nobre colega Ivo d'Aquino, não aprove a emenda. O Sr. Presidente da República corrigirá a lei, se de fato inconveniente nessas particular. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE

Tem a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino, para encaminhar a votação.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente a emenda em votação não é da minha autoria, mas da Comissão de Finanças, que a adotou, unanimemente. Nada mais fui que relator do parecer desse órgão Técnico.

E' supressiva do artigo 11 do Projeto, que diz:

"Art. 1.º A favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e para custeio dos encargos decorrentes da presente lei, ficam criadas as seguintes taxa:

1.º (dois por cento) sobre os juros devedores de empréstimo em geral, a curto e longo prazo, realizados pelos Bancos, Casa Bancárias, Empresas de Investimento e Crédito, e Casas Econômicas, a ser paga pelos mutuários;

II 1/1.000 (um por mil) sobre emissão de título de capitalização, que será paga pelos subscritores."

Sr. Presidente, entendeu a Comissão de Finanças, de suprimir este artigo pelos motivos constantes do meu parecer e que repetirei.

Antes de fazê-lo, entretanto, desejo acentuar que recebi, como muitos outros Senhores Senadores, apelos de Sindicatos e de grande número de trabalhadores no sentido de o Senado não concordar com a supressão do artigo 11 do Projeto em debate.

Agradeço, ainda, as generosas palavras a mim dirigidas pelo nobre Senador Mozart Lago.

Realmente, se dependesse da minha vontade atender ao pedido dos trabalhadores, beneficiando-os, não hesitaria em satisfazê-los. Estou, no entanto, convencido de que o art. 11 da proposição não só representa uma monstruosidade, como, do mesmo passo, uma injustiça para com os industriais e os próprios trabalhadores. A providência atingirá, indistintamente, não só os grandes mutuários — que realizam operações em estabelecimentos de crédito — como os humildes, que fazem empréstimos nas Casas Econômicas.

Por outro lado, não se justifica se criar em favor de um único Instituto — a medida não se estende a mais — taxa que aberra dos objetivos do Projeto, fixada sem exame mais detalhado e sem o menor cálculo.

Declarou ainda há pouco o nobre Senador Mozart Lago que o Sr. Presidente da República, usando da competência que a Constituição lhe confere, poderá corrigir a proposição, vetando-lhe o art. 11.

Se assim é: se tivermos que nos render a semelhante argumento, da mesma forma capitularemos ante o dever e a obrigação de aprovarmos a emenda, antecipando-nos à providência governamental.

De mais a mais, mesmo que estivessemos convencidos da atitude do Executivo, só a despesa acarretada com a aplicação de um "veto" — através da convocação das duas Casas do Congresso e de seus funcionários — nos faria estacar para melhor exame de disposição contra a qual a Comissão de Finanças, com as melhores razões, opõe opinião divergente à sua manutenção no Projeto.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. IVO D'AQUINO — Com todo o prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — As dúvidas levantadas por este projeto, desde sua passagem pela Câmara dos Deputados, referem-se aos recursos que proporciona aos Institutos para atender aos ónus criados. Mas nunca se suscitou qualquer dúvida, nem se entendeu que essa renda, essas taxas, seriam desnecessárias; ao contrário, sempre se teve a impressão de que seriam indispensáveis. A questão estaria apenas em se saber por que seriam dadas aos comerciantes e bancários e não também aos outros Institutos. Aí é que, realmente, poderemos contrariar. Não vejo, porém, razão na impugnação do nobre orador porque os recursos que recorrem deste artigo — acredito — são necessários. E se não o forem, o Executivo fica com essa base e esse arbitrio pois é, realmente, é que tem elementos estatísticos para isso. Nós não dispomos de nenhum. Se não for necessário essa renda, o Poder Executivo poderá vetá-la. Não estou insistindo que a deve vetar e sim lembrando a facilidade de que dispõe o Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE: (Fazendo soar os timpanos) Lembra ao nobre orador que dispõe a emenda de um minuto para terminar a sua oração.

O SR. IVO D'AQUINO — Senhores Presidente, civis, com muita atenção o aparte do nobre Senador Gomes de Oliveira, mas, infelizmente, não me posso conformar com a opinião de S. Ex.ª, primeiro, porque a medida só se aplica a um dos Institutos; e, segundo porque mesmo que incluisse todos, nem assim eu concordaria com o dispositivo, pois entendo que os recursos das autarquias devem provenir dos seus associados — empregados e empregadores. Do contrário, não haveria razão para a sua existência.

Por isso, Sr. Presidente, encaminhando a votação, mantenho o parecer da Comissão de Finanças pela aprovação da emenda supressiva do art. 11 do projeto. (Muito bem).

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND, PARA ENCAMINHAR A VOTAÇÃO, PRONCIANDO DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

O SR. PRESIDENTE

Em votação a Emenda 1-C da autoria da Comissão de Finanças, e em pareceres contrários das Comissões de Legislação Social e da de Serviço Público Civil.

Os Senhores Senadores que a votavam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' aprovada a seguinte

EMENDA N.º 1-C

Suprime-se o art. 11.

O SR. MOZART LAGO:

(Para declaração de voto) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra para declarar que votei contra a emenda, apesar de ter ouvido a argumentação do meu nobre colega, Senador Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE

A declaração de V. Ex.ª constar da Ata.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para declaração de voto) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, desejo declarar igualmente que votei contra a emenda por entender que os recursos que nela se não são de maíslados, teremos que rejeitar todo o projeto, porque, sem recursos, os Institutos não poderão atender aos seus associados.

O SR. PRESIDENTE

A declaração de V. Ex.ª constará da Ata. Em votação a Emenda n.º 2

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, bem ouvi os pareceres proferidos sobre essa emenda, penso que o da Comissão de Finanças foi no sentido de que a mesma constituisse projeto em separado. Se não estou equivocado, pediria a V. Ex.ª preferência para que essa emenda fosse votada de acordo com o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa lá justamente, de acordo com o parecer da Comissão de Finanças, consultar o plenário sobre esta preliminar.

Quando V. Ex.ª pediu a palavra pela ordem. Assim, vai ser ouvido o Plenário sobre o parecer da Comissão de Finanças recomendando o destaque do Projeto em separado.

Em votação o destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' destacada para constituir projeto em separado a seguinte

**EMENDA
N.º 2**

Acrescente-se, onde convier:

"Art. ... Aos empregados inativos das estradas de ferro em regime especial, que tiverem completado 30 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos de serviço na empresa, será atribuída uma gratificação igual, respectivamente, a 15 (quinze) e 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento ou salário que era percebido à data da aposentadoria.

Parágrafo único. O pagamento de tais gratificações será efetuado pela União, mediante verba incluída em seu orçamento anual."

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 379, de 1954

Art. 7.º — § 1.º.

Destaque-se, para votação em separado, a palavra "menor".

Sala das Sessões, em 19 de julho de 1954. — *Gomes de Oliveira.*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto, salvo o destaque.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovado o seguinte

**PROJETO DE LEI DA CAMARA
N.º 43, de 1954**

Reajusta a aposentadoria e pensões dos bancários.

Art. 1.º A aposentadoria ordinária será concedida ao segurado em Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões que, após haver realizado 60 (sessenta) contribuições mensais, seja maior de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e conte mais de 30 (trinta) anos de serviço, e consistirá numa renda mensal calculada na forma de artigos 2.º e 3.º.

Parágrafo único. A aposentadoria ordinária será igualmente concedida, independente de tempo de serviço, ao segurado que completar 70 (setenta) anos de idade, podendo também ser requerida pela empresa e sendo, neste caso, compulsória.

Art. 2.º O cálculo dos benefícios — aposentadoria e pensões — concedidos pela Instituição de previdência social, far-se-á tomando-se por base o "salário de benefício", assim denominado a média dos salários sobre os

quais o segurado haja realizado as últimas 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, contadas até o mês anterior ao do requerimento do benefício.

§ 1.º O "salário de benefício" não poderá ser superior a 10 (dez) vezes o mais alto salário mínimo vigente no País, nem inferior, em cada localidade, ao salário mínimo de adulto ou do menor, conforme o caso, tendo todas as contribuições o caráter obrigatório.

§ 2.º O segurado que computar, para efeito de percepção de benefícios, tempo de serviço durante o qual recebeu salário mensal superior a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), deverá indenizar a respectiva Instituição de previdência da importância correspondente à diferença de contribuição entre aquela quantia e o "salário de benefício", podendo a Instituição receber a indenização em prestações mensais.

Art. 3.º A renda mensal a que têm direito os segurados, aposentados ou por invalidez, corresponderá:

a) para os que contarem menos de 30 (trinta) anos de serviço, a uma percentagem sobre o "salário de benefício", fixada na base de 2,666% por ano de serviço;

b) para os que contarem mais de 30 (trinta) e menos de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, a 30% (trinta por cento) do "salário de benefício";

c) para os que contarem mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, a totalidade do "salário de benefício".

Art. 4.º O aposentado em virtude desta lei e obrigado a continuar o pagamento da contribuição vigente à época da concessão de benefício.

Art. 5.º Será concedida pensão aos dependentes do segurado em Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, aposentado ou não, que falecer após haver realizado 24 (vinte e quatro) contribuições mensais, pensão que lhes garantirá uma importância mensal calculada na forma do artigo seguinte:

a) A importância da pensão devida ao conjunto dos dependentes do segurado será constituída de uma parcela familiar, igual a 50% (cinquenta por cento) do valor de aposentadoria que o segurado estava recebendo, ou daquela a que teria direito se na data de seu falecimento fosse aposentado, e mais tantas parcelas iguais, cada uma, a 10% (dez por cento) do valor da mesma aposentadoria quantos forem os dependentes do segurado.

Parágrafo único. A importância total assim obtida e que em nenhuma hipótese será superior ao valor da aposentadoria será rateada em quotas iguais entre todos os dependentes com direito à pensão.

Art. 7.º Consideram-se dependentes do segurado, para os efeitos desta lei:

a) a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição, quando inválidos ou menos de 18 (dezoito) anos e as filhas solteiras de qualquer condição, quando inválidas ou menores de 21 (vinte e um) anos;

b) o pai inválido e a mãe;

c) os irmãos inválidos ou menores de 18 (dezoito) anos e as irmãs solteiras, quando inválidas ou menores de 21 (vinte e um) anos.

§ 1.º O segurado poderá designar, para fins de percepção de benefícios, uma pessoa menor que viva sob sua dependência econômica ou sua filha ou irmão maior, solteiro, viúva ou desquitada.

§ 2.º A pessoa designada somente fará jus a benefícios na falta dos dependentes enumerados na alínea "a" deste artigo, e se, por motivo de idade, invalidez ou encargos domésticos não puder angariar meios para o sustento.

§ 3.º A dependência econômica das pessoas indicadas na alínea "a" é presumida e a das demais deve ser comprovada.

Art. 8.º A existência de dependentes de qualquer das classes enumeradas nas alíneas do artigo 7.º exclui o direito ao benefício todos os outros das classes subsequentes e a da pessoa designada exclui os indicados nas alíneas "b" e "c" daquele artigo.

Parágrafo único. Mediante declaração escrita do segurado, ou dependentes indicados na alínea "b" do artigo 7.º poderão concorrer com a esposa ou o marido inválido, ou com a pessoa designada na forma do § 1.º do mesmo artigo, salvo se existirem filhos com direito ao benefício.

Art. 9.º A quota de pensão se extinguirá:

a) por morte do pensionista;

b) pelo casamento da pensionista do sexo feminino;

c) para as filhas e irmãs, desde que, não sendo inválidas, completarem 18 (dezoito) anos de idade;

d) para as filhas e irmãos desde que, não sendo inválidas, completarem 21 (vinte e um) anos de idade;

e) para a pessoa designada na forma do § 1.º do artigo 7.º sendo menor de idade, e do sexo masculino, ou 21 (vinte e um) anos e do sexo feminino;

f) para os pensionistas inválidos, se cessar a invalidez.

§ 1.º Não se extinguirá a quota de pensão da pessoa designada na forma do § 1.º do artigo 7.º que, por motivo de idade avançada ou em razão de encargos domésticos, continuar impossibilitada de angariar meios para seu sustento, salvo se ocorrer a hipótese da alínea "b" deste artigo;

§ 2.º Para os efeitos da concessão ou extinção da pensão, a invalidez do dependente deverá ser verificada por meio de exame médico, a cargo da Instituição de previdência.

Art. 10. Toda vez que se extinguir uma quota de pensão proceder-se-á ao novo cálculo e a nova rateio de benefício, na forma do disposto no artigo 6.º e seu parágrafo único, considerando, porém, apenas os pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 11. A favor do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, e para custeio dos encargos decorrentes da presente lei, ficam criadas as seguintes taxas:

I 2% (dois por cento) sobre os juros devedores de empréstimo em geral, a curto e longo prazo, realizados pelos Bancos, Casas Bancárias, Empresas de Investimento e Crédito, e Caixas Econômicas, a ser paga pelos mutuários;

II 1/1.000 (um por mil) sobre emissão de título de capitalização, que será paga pelos subscritores.

Art. 12. Continuam usufruindo os benefícios concedidos pela lei n.º 593, de 24 de dezembro de 1948, os segurados a que se refere o artigo 1.º daquela lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o destaque.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o projeto, no artigo 7.º, define o que são dependentes: a esposa, o marido inválido, os filhos de qualquer condição, o pai inválido, etc.

§ 1.º, estabelece:

"O segurado poderá designar, para fins de percepção de benefício, uma pessoa menor que viva sob sua dependência econômica ou sua filha ou irmão maior, solteiro, viúva ou desquitada."

Há, como se vê, uma restrição. Pode existir pessoa da estirpe do segurado, que não seja menor e mereça a sua assistência.

Eis por que o meu pedido de destaque é no sentido de rejeitar-se a palavra "menor" para que o termo "pessoa" tenha significação mais ampla. (Muito bem).

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o destaque manda retirar do § 1.º do artigo 7.º a palavra "menor". Dispõe ele:

"O segurado poderá designar, para fins de percepção de benefício, uma pessoa menor que viva sob sua dependência econômica ou sua filha ou irmão maior, solteiro, viúva ou desquitada."

Julgo que a intenção do legislador, quando determina uma pessoa menor, é justamente resguardar o direito de quem quer que fique na dependência do segurado.

Se tirarmos a palavra "menor", ficaremos dentro da regra geral — de uma pessoa maior — porque se estabelece — "que viva sob sua dependência econômica ou sua filha ou irmão maior, solteiro, viúva ou desquitada".

A palavra "menor", a meu ver, tem significação muito especial. Evitada o legislador, assim, que o segurado possa, por qualquer circunstância, designar pessoa que viva sob sua dependência, porém não seja sua filha, solteiro, viúva ou desquitada.

O legislador, segundo entendo, muito discretamente, quis evitar que o segurado, depois de certa idade, quando as paixões nem sempre conseguem sopitar os sentimentos naturais de proteção, possa desviar a percepção da pensão de uma pessoa com mais direito em favor de outra não legalmente amparada.

Não sei se, com estas palavras, ficou claro nas entrelinhas o meu pensamento. Não quero positivar o caso, porque teria até acanhamento o referir-lo, mas espero que o Senado compreenda bem a necessidade da restrição.

Assim, tendo votado contra o requerimento de destaque, rotarei pela manutenção da palavra "menor" no projeto, como medida de profilaxia moral, ante a necessidade que temos de cobrir qualquer desregramento futuro.

O legislador deve encarar também esses assuntos, facilitando a prática de certas injustiças, contra os bons preceitos da sociedade.

Espero, portanto, que o Senado mantenha no projeto a palavra "menor". (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o destaque, para exclusão da palavra "menor" no artigo 7.º do projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Foi rejeitado.

O projeto vai à Comissão de Redação.

Votação, em discussão preliminar, do Projeto da Lei do Senado, número 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento número 325, de 1954, do Sr. Othton Múder e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9 de julho de 1954, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e dependente de pronunciamento da mesma Comissão sobre as emendas oferecidas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE:

Na discussão preliminar, foram recebidas emendas ao projeto. Lembramos

palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, para emitir parecer sobre elas, em nome da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, a este projeto, que estabeleça condições novas para a fixação do salário mínimo, e merecedor de parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça, do qual fui relator, foram oferecidas, pelo seu autor, duas emendas, procurando corrigir a clivagem de inconstitucionalidade que lhes encontrarei. Todavia, o ponto de vista que defendi contra o projeto é o mesmo que ora sustento, em face das emendas.

Reza a Emenda n.º 1:

"A legislação sobre salário mínimo, ressalvado o disposto no art. 4.º (em que se reconhece a competência do Presidente da República e das Câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de Lei a respeito) poderá ser, em exposição, da iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º, *in fine*, do art. 205 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados".

Sr. Presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é contrário à emenda, se o projeto dava iniciativa exclusiva ao Conselho Nacional de Economia para fazer o Congresso Nacional promover a elaboração de projeto sobre salário mínimo, a emenda tira esse aspecto de exclusividade, mas mantém a iniciativa do Conselho Nacional de Economia para a tramitação da proposição.

Ora, pela Constituição, os projetos de lei só podem ser iniciados pelo Poder Executivo, por uma das Comissões do Poder Legislativo ou por um dos membros do Congresso Nacional e ainda — aliás sob controvérsia — por órgãos do Poder Judiciário; nunca, porém, por qualquer entidade, por mais autorizada, como seja o Conselho Nacional de Economia. Não há, na Carta Magna, dispositivo que permita aceite o Congresso a iniciativa do Conselho Nacional de Economia na elaboração de uma lei.

Ela por que, Sr. Presidente, meu parecer, em referência à orientação da Comissão de Constituição e Justiça é contrário à Emenda n.º 1.

A Emenda n.º 2 procura corrigir o art. 4.º do projeto, que dispõe:

"A tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo, que não seja de iniciativa do Congresso Nacional de Economia, dependerá de informação prévia desse Conselho".

O parecer da Comissão é no sentido de que o artigo não subsista, porque não pode o Congresso ficar à mercê da manifestação de outro órgão da vida administrativa do País. Pelo artigo, somente poderia o Congresso Nacional continuar a tramitação de um projeto sobre salário mínimo, mesmo quando a iniciativa tenha sido dele, depois da apresentação do parecer do Conselho de Economia. Vem a emenda e cria um parágrafo a este artigo, estabelecendo um prazo de quinze dias, para que o Conselho se manifeste e depois do qual o Congresso poderá continuar a discussão e tramitação do projeto.

Contudo, Sr. Presidente, embora fixando esse prazo, a emenda não corrige de todo a disposição taxativa do art. 4.º, no sentido de que a tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo dependerá de informação prévia do Conselho.

Entretanto, talvez pudéssemos admitir, porque permite continue o Congresso a tramitação, depois de quinze dias, desde que não aja parecer do Conselho.

De sorte que, Sr. Presidente, examinando melhor a emenda, reconheço que poderá corrigir o dispositivo do art. 4.º. Por isso admito sua aceitação.

Neste sentido é o meu parecer.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer de V. Ex.ª é contrário à primeira emenda e no sentido da constitucionalidade da segunda.

As duas emendas apresentadas durante a discussão preliminar visavam a corrigir a inconstitucionalidade do projeto. A Comissão de Constituição e Justiça dá parecer favorável a uma delas e entende que sua aprovação poderá corrigir a inconstitucionalidade do projeto?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Não, Sr. Presidente. A meu ver, o ângulo, o coração do projeto está no art. 2.º, que dá exclusividade ao Conselho para iniciar um projeto de lei sobre salário mínimo. Mantendo o artigo, mesmo com a emenda, entendo que o projeto está realmente prejudicado, pois perderia sua razão de ser principal. Por isso, considero que a matéria continua inconstitucional, porque a inconstitucionalidade vincula um de seus pontos principais, uma de suas disposições essenciais.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 1.

O SR. NESTOR MASSENA:

(*Para encaminhar a votação*) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ouvi, com o acatamento que sempre me merecem as palavras do nobre Senador Gomes de Oliveira, as considerações de V. Ex.ª sobre as emendas que apresentei ao Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, com o objetivo de, atendendo às considerações do nobre representante do Estado de Santa Catarina, torná-lo constitucional.

Em relação à emenda n.º 2, ao artigo 4.º, S. Ex.ª concluiu que esta emenda tira do projeto a clivagem constitucional. Continua, entretanto, o nobre Senador Gomes de Oliveira a insistir em que o artigo 2.º do projeto é inconstitucional, porque da iniciativa do Conselho Nacional de Economia, que só deve caber, constitucionalmente, ao Presidente da República e às Câmaras do Congresso Nacional.

O assunto já foi amplamente debatido, quando da discussão do projeto, e não teria nada mais a aduzir, senão repetir o que, então, disse. O artigo 2.º do meu projeto baseia-se exatamente no parágrafo 2.º do artigo 206 da Constituição que dá ao Conselho Nacional de Economia a incumbência de estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias.

Firmado nessa disposição constitucional, admiti que o Congresso Nacional pudesse tomar conhecimento de uma iniciativa do Conselho Nacional de Economia para legislar sobre salário mínimo.

O eminente relator da Comissão de Constituição e Justiça assim não considera. Entende que, pela Constituição, as iniciativas em matéria de legislação cabem, exclusivamente, ao Presidente da República e às Câmaras do Congresso Nacional. Já admite, porém, que, em certos casos, pudesse caber também ao Poder Judiciário, aos Tribunais.

A verdade é que a Constituição não estabelece, privativamente, essa competência do Poder Executivo e das Câmaras para iniciativa de lei.

Como aconteceu anteriormente, não se trata, no caso, de uma iniciativa de lei. Seria uma exposição preliminar do Conselho Nacional de Economia para que o Congresso Nacional — a Câmara ou o Senado — tomasse a iniciativa.

Considera-se iniciativa, tecnicamente, no Direito Parlamentar, a apresentação de um projeto sobre a matéria, e não a apresentação de sugestões ou informações, que pode caber não só ao Conselho Nacional de Economia

com a qualquer cidadão que as queira fazer.

Em todo o caso, o destino do projeto está selado e não quero mais insistir a seu respeito. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 1. O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela sua inconstitucionalidade.

Queiram conservar-se sentados os Srs. Senadores que a aprovam. Está rejeitada.

O SR. ALFREDO NEVES

(*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requiero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação de votação requerida pelo nobre Senador Alfredo Neves.

A emenda visa a corrigir a inconstitucionalidade do projeto, alegada pelo plenário.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que aprovam a emenda. — (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram a emenda e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor da emenda 7 Senhores Senadores, e contra, 12.

Não há número. Vai-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE À CHAMADA. A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedraza — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Thomaz Rodrigues — Ruy Carneiro — Novais Filho — Ujar Brindeiro — Eschias da Rocha — Espiridão de Farias — Alfredo de Carvalho — Alfredo Neves — Mozart Lago — Nestor Massena — Costa Pereira — Othon Mader — Flávio Guimarães — Gomes de Oliveira — Francisco Gallotti — Alfredo Simões — Camilo Mérico — (21).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada, 21 Senhores Senadores. Está confirmada a falta de número.

Passa-se à matéria em discussão, que corresponde ao item 14.

O item 13 é matéria constituinte geral, para a qual não há quorum.

SAO ENCERRADAS AS DISCUSSOES E ADIADAS AS VOTAÇÕES POR FALTA DE NÚMERO DAS SEGUINTE MATÉRIAS:

Projeto de Lei do Senado número 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça (números 388, de 1953, e 523, de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 367, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças, sob número 368, de 1954, oferecendo substitutivo.

Projeto de Resolução número 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Presidente Geral da Secretaria do Senado (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão do seu Parecer número 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do art. 156 e parágrafos da Constituição Federal referentes ao usucapio. *Parecer*, sob número 444, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, quanto ao mérito, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Não há orador inscrito para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. MOZART LAGO:

Pego a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Senador Mozart Lago.

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, sendo ontem, domingo, não me foi possível ocupar esta tribuna para congratular-me com os meus brilhantes colegas do vespertino *A Noite*, pelo transcurso de mais um aniversário do prestigioso órgão da imprensa carioca.

Sr. Presidente, *A Noite* começou a existência revolucionando os nossos métodos de imprensa.

Fundada por dois notáveis e saudosos jornalistas, Irmão Marinho e Joaquim Marques da Silva, em menos de seis meses havia adquirido, nesta Capital, popularidade tão grande e tal prestígio no meio da massa popular, que logo no primeiro estado de sítio — tão comum naquela época — foi fechada e os redatores, que não conseguiram guarda nas encachoadas da Capital da República, foram cortados do Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, recordo-me dessa fase gloriosa de *A Noite*, porque, na reabertura do vespertino da finem Marinho, o Senador Nestor Massena e eu, então em verdes anos, narramos a dois, ele, no "O País" e eu, no "A Notícia", foram chamados a tomar o encargo de redatores de *A Noite*, junto à Câmara de Deputados.

Sr. Presidente, para que se avalie o método por que era *A Noite* elaborada, naquele tempo, e suficiente para declarar que Nestor Massena e eu, já repórteres treinados nos encargos da imprensa, tínhamos de enviar todos os esforços para que nosso vespertino saísse à hora certa, com o resumo de todos os acontecimentos ocorridos na Câmara dos Deputados.

Dessa época para cá, *A Noite* não decalou no conceito da opinião pública brasileira; ao contrário, com seu prestígio renovou o quadro de redatores sempre magníficos; e hoje, o jornal que Irmão Marinho fundou se encontra sob a orientação brilhantíssima do Dr. André Camarão, sem favor, um dos maiores jornalistas brasileiros da atualidade.

O Sr. Rui Carneiro — Permite Vossa Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Estou acompanhando o brilhante discurso de V. Ex.ª e solidário com as palavras referentes ao magnífico jornal carioca, que é *A Noite*. Esse vespertino, como Vossa Ex.ª disse, tem conquistado cada dia melhor situação perante o público. Quanto ao fato de ser oficioso e por esta circunstância muitos julgarem que tem perdendo o prestígio que desfrutava, disse V. Ex.ª uma verdade, porém, embora *A Noite* hoje pertença ao Patrimônio da União, realmente, não se compreende o Rio de Janeiro sem esse jornal. Daí o brilhante vespertino continuar com uma penetração profunda em todos os círculos. Não há quem não leia *A Noite*. V. Ex.ª está rendendo homenagem muito justa ao brilhante vespertino fundado por Irmão Marinho.

O Sr. Gomes de Oliveira — Inegavelmente, a *A Noite* é uma das grandes tradições da imprensa brasileira.

O SR. MOZART LAGO — Agradeço aos nobres colegas, Senadores Ruy Carneiro e Gomes de Oliveira os apartes com que me honraram. A despeito desse vespertino ter passado para o Patrimônio da União, ainda se conserva com a mesma firmeza, sempre ao lado de todos os fatos populares. Se alguma vez houve bancada de imprensa, é com certeza a que representa, nesta Casa, grande e fiel, esta cultura e correntes de

linguagem, causam inveja a muitos escritores, que já tiveram acesso à Academia Brasileira de Letras.

O Sr. Ruy Carneiro — Sempre foi um órgão honesto e criterioso em suas apreciações e comentários políticos.

O SR. MOZART LAGO — É preciso, ainda, salientar-se que os comentários de Arnaldo Sampaio, sobre os trabalhos desta Casa, revelam cultura geral, pouco comum em nossos meios.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente, não me sentindo suspeito por ter sido, juntamente com o nobre Senador Nestor Massena, um dos fundadores do grande vespertino, profiro estas palavras, para que constem dos Anais do Senado nossas congratulações pela data que ontem transcorreu, festiva para toda a imprensa do Brasil. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos para falar depois da Ordem do Dia. Não havendo mais quem deseje usar da palavra, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão preliminar, do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 325, de 1954, do Sr. Othion Mader e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 9-7-54, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, contrário à emenda n.º 1 e favorável à de n.º 2.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 103, de 1954 (n.º 1.713, de 1953, na Câmara), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Stuchi e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 16-7-54, tendo parecer da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado) e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Litoral Brasileiro (Patrimônio Nacional), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 16-7-1954, do Requerimento n.º 349, de 1954, do Senador Luiz Tinoco e outros Srs. Senadores, tendo Pareceres: I — Sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 319, de 1951, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, oferecendo substitutivo (parecer n.º 284, de 1953); da Comissão de Finanças, sob n.º 20, de 1954, favorável; II — Sobre o substitutivo, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 521, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 522, de 1954, oferecendo subemendas; da Comissão de Finanças, sob n.º 20, de 1954, contrário.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 43, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Mi-

nistro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e das outras providências incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra "a", do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 360, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Neves, aprovado na sessão extraordinária de 15-7-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do país. Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Carvalho Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 460, de 1954, contrário.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras. Parecer favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 772, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra "a", do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Votação do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 120, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dividas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Votação do Requerimento n.º 375, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do art. 156 e parágrafos, da Constituição Federal (referentes ao usucapião). Parecer, sob n.º 441, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Presidente Geral da Secretaria do Senado (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão de seu Parecer n.º 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção dejangadas. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (números 385, de 1953, e 523, de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 367, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças, sob n.º 368, de 1954, oferecendo substitutivo.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.420,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 453, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 536, de 1954.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1951, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (substitutivo aprovado em primeira discussão em 7-6-54), tendo Parecer n.º 463, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1953, que modifica os §§ 4.º e 5.º do art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos (aprovado em primeira discussão, em 11-6-54, de 1.ª discussão).

Parecer n.º 464, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros.

Pareceres favoráveis:

Da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 408, de 1954;

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 466, de 1954.

Encerra-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLÁVIO GUIMARAES NA SESSÃO DE 14 DE JULHO DE 1954.

O SR. FLÁVIO GUIMARAES:

Sr. Presidente. Quando discursávamos, ontem, em torno do Acordo

Ortográfico Brasil-Portugal, pela interpretação dada, nos contencimentos de que não fomos tidos com atenção. Disseramos que o Acordo Ortográfico de 1945, que buscou a uniformidade da língua portuguesa, está palpitante no Decreto-lei n.º 2.286, daquele ano, assinado pelo Presidente Linhares e seus Ministros. Consequentemente, esse Acordo que visa à unidade da ortografia, alto ideal da coletividade brasileira, e lei e lei em pleno vigor, convenção internacional, que envolve o nome e a palavra do Brasil e não pode ser modificado por qualquer ato congressual, mas por meio de protocolo denunciação do Poder Executivo. Deus nos livre que os congressos pudessem revogar tratados aprovados e assinados, porque estariam por terra todos os compromissos e a honra dos tratados e convenções. O que se discute na Mensagem do Presidente Dutra é a Convenção Ortográfica de 1943, que tem objetivos gerais e não trata especificamente do Acordo.

Essa Convenção Ortográfica diz:

"As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer, como regime ortográfico da língua portuguesa, o que resulta do sistema fixado pela Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa para organização do respectivo Vocabulário por acordo entre as duas Academias". O artigo IV estabelece:

"A Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa serão declaradas órgãos consultivos de seus governos, em matéria ortográfica, competindo-lhes, expressamente, estudar as questões que se suscitaram na execução desta Convenção e tudo mais de repente útil para manter a unidade ortográfica da língua portuguesa".

O prestígio que a Convenção Ortográfica da Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa é dos mais justos e mais capazes de por termo à perpetuidade inaceitável do problema. E, sobretudo, o prestígio da língua portuguesa. As Academias estudarão as dificuldades que surgirem em torno da padronização ortográfica, poderão corrigir as regras que se julgarem inadequáveis, os pontos contraditórios e certamente darão ao Brasil a última palavra. Tratado de universalização do idioma que é o maior ideal contemporâneo, assim como o espanhol se universalizou e conquistou o mundo.

Grça Aranha chega a preceituar uma confederação com Portugal e o Brasil teria Lisboa como porto europeu. Não se deve restringir o que se possa ampliar. Somente quatro grandes decidem o destino do mundo. A influência dos povos ou nacionalidades que falam a mesma língua é decisiva para segurança de seus destinos.

As nacionalidades que falam a mesma língua têm entre si profundas ligações espirituais, morais, de ordem econômica, intelectual e até maior afinidade para as alianças guerreiras.

As correntes de língua alemã estiveram sempre ligadas à mãe pátria. Profundas ligações até de ordem política pela prática do mesmo idioma entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha; as Repúblicas da América do Sul através da língua espanhola; e a Áustria e a Alemanha e o Brasil que um notável Afonso declarou que era "um aglomerado de etnias que se formam várias nacionalidades na parte do mundo", em vez de aprounder o laço idiomático, que o une, ainda está no período até certo ponto ingênuo de viver discutindo ortografia eternamente.

Basta dizer que o Brasil segue a corrente de idéias que o julgavam com o destino de formar várias nacionalidades em seu território com vários Magalhães, Bandeira e sobre-

rança, que há muitos anos atrás só lia para as crianças das escolas — e já houve no Congresso Brasileiro — quem desejaria que viesse ser a leitura de crianças, o maravilhoso livro de Edmundo de Amêlis, *O Coração* — o Cuore — Livro precioso lido nas escolas públicas e particulares do Brasil é um livro nitidamente italiano. Todos os motivos do livro eram tipicamente italianos. Foi o livro de Amêlis que forjou a alma da Itália, uniu-a espiritualmente muito mais profunda do que a sua unidade política. Ainda nos lembramos de um dos capítulos desse precioso livro, o qual dizia: Ver Nápoles e depois morrer. Era proclamar oficialmente a desassimilação do alienígena e a incorporação do indígena a outra corrente de cultura por meio da escola brasileira.

Naturalmente que a formação do caráter é de mais importância do que formar somente letrados. Pelo menos foi o problema inglês a que Samuel Smiles deu o maravilhoso tributo dos seus livros que ajudou a consolidar o caráter do inglês sempre preocupado em todo o universo de uma versatilizar o idioma inglês, porque quem sabe um idioma estrangeiro fica um pouco desse nação.

Estas considerações vêm a propósito do livro do eminente mestre João Nogueira — *A Linguagem Usual* — a Composição — em que comenta várias máximas, estudos os provérbios de sentido moral mais profundo, ampla, com sabedoria e clareza, pensamentos que resumem, às vezes, a própria vida.

Assim: "Um grão não enche um celeiro, mas ajuda ao companheiro. Das grandes coisas estão as pequenas cheias."

A educação pertence à energia. A honra é moeda falsa que só tem curso graças à nossa vaidade. Quem o meu filho beija minha boca adora. Errar é próprio do homem. Escreve as injúrias na areia e grava os benefícios no mármore. O tempo que muda todas as coisas, nunca também a nossa disposição do espírito.

Por aí se vê a coleção de preceitos morais e de sabedoria longamente experimentada que deram ao homem a capacidade para suportar a vida. São esses ensinamentos que tantas vezes faltam ao brasileiro e que emérito professor comenta através de lições de clareza e ajuda a formar o verdadeiro sentido da vida em comum e a lutar o destino da nacionalidade brasileira. Os romances tinham uma expressão que se ajusta aos comentários tranquilos do velho mestre: Tudo ali demonstra o anseio do bem humano e de suas páginas se desprende o aroma cívico que serve para ajudar o homem a ser digno para com a coletividade, pra com mundo e para com Deus. *Muito bem; muito bem!*

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALFREDO NEVES NA SESSÃO DE 16 DE JULHO DE 1954.

O SR. ALFREDO NEVES

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tive a oportunidade de apresentar a esta Casa projeto de lei destinado a amparar os agricultores da zona norte fluminense e da Baía da Ilha, vítimas que foram de intensa e prolongada seca, em fins de novembro do ano passado e começo deste.

O projeto foi ampliado de modo a favorecer também as regiões atingidas pela estiagem no sul do Estado do Espírito Santo e norte do de Minas Gerais. Posteriormente, emenda do nobre Senador Olavo Oliveira estendeu os mesmos benefícios às populações igualmente prejudicadas pelo flagelo, no nordeste.

O projeto, que transita na Câmara dos Deputados em regime de urgên-

cia, se torna cada vez mais necessário, porque uma das providências nele contidas — que já deveria ter sido de advertência ao Banco do Brasil — não foi sequer tomada em consideração. Trata-se da moratória para as dívidas dos agricultores, e autorização ao Banco para emprestar, na mesma base, novas importâncias para que eles consigam, mediante novas plantações, resultado capaz de produzir importâncias que lhes permitam saldar tantos os seus compromissos anteriores como os contralidos na oportunidade.

Sr. Presidente, leio no *Diário do Povo*, órgão que se publica na vizinha cidade de Niterói, jornal dirigido por esse incansável fluminense que é José de Matos, telegrama passado por outros jornalistas de grandes merecimentos e culta inteligência que ao regressar da zona Norte do Estado, dirigiu ao eminente Sr. Presidente da República. Vou lê-lo para mostrar quão urgente se torna uma providência da Diretoria do Banco do Brasil no sentido de amparar aqueles lavradores nesta emergência. Talvez não tarde muito — simples questão de número na Câmara dos Deputados — a ser homologada a iniciativa do Senado, a qual, estou certo, o honrado Sr. Presidente da República não negará sanção. Eis o telegrama:

"Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, Palácio do Catete — Distrito Federal.

Levo ao conhecimento de V. Ex. a atitude inconcebível do gerente do Banco do Brasil da Cidade de Padua, pressionando os agricultores mutuos daquela estabecimento, exigindo reforço de garantias em virtude da frustração das colheitas ocasionada pela tremenda estiagem que assolou toda a região. Os agricultores, além de entregues à própria sorte, estão sofrendo perdas totais, com grandes prejuízos para suas já tão sacrificadas economias, quando o Poder Público nenhuma providência tomou, capaz de ir em seu socorro, estão agora atormentados pela conduta do Banco do Brasil, exigindo aquela o que nem mesmo a instituição conseguia levar. É lastimável, profundamente lastimável mesmo, além de criminoso, que a ação do Banco do Brasil queira igualar-se à calamidade da seca nunca vista nas últimas gerações fluminenses. Não sabendo mais a que recorrer, os agricultores perguntam agora que foi feito das promessas governamentais de auxílio à lavoura e que foi feito dos famosos e tão decantados agios recolhidos pelas licenças de importação em favor do homem do campo. E tempo, ainda, Sr. Presidente da República, de V. Ex. impedir que a ação do Banco do Brasil no norte-fluminense leve às suas áreas aquilo que a legislação não pode levar. Atenciosamente, João Batista da Costa.

Sr. Presidente, esse ilustre fluminense e brilhante jornalista dirigiu-se, também, ao honrado Sr. Ministro da Fazenda.

Desta tribuna, segundo a apelo feito ao Sr. Presidente da República, peço que S. Ex. interira junto à Direção do Banco do Brasil, no sentido de obter-se que os dignos diretores do Banco oficial autorizem providências que favoreçam os lavradores fluminenses não só os que transacionam com a agência em Padua, como com os dos demais Municípios do Norte e da Baía da Ilha do meu Estado, amparo que necessitam nesta emergência tão difícil as suas atividades agrícolas. Trata-se de homens de bem, que vivem do seu trabalho no amanho da terra, lavradores que sempre se empenham em cumprir suas obrigações com os estabelecimentos de crédito a que vinham recorrendo, aos quais somente uma calamidade como a que acima me referi poderia levá-los a situação desastrosa em que se encontram. Esse o apelo, que também faço desta tribuna. *Muito bem!*

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O REQUERIMENTO N.º 364, DE 1954, DE AUTORIA DO SR. SENADOR HAMILTON NOGUEIRA E APROVADO EM 15 DE JULHO DE 1954:

UDN, PR E PL SEÇÕES DO DISTRITO FEDERAL, ALIADOS, APRESENTAM O SEU PROGRAMA DE AÇÃO PARLAMENTAR E CONVOCAM OS BRASILEIROS DO RIO PARA AS ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO

Luta contra a corrupção — Nenhuma concessão à Oligarquia — Contra a demagogia — Pela reconstrução nacional

Três pontos de partida:

1. Planejamento democrático
2. Livre iniciativa
3. Municipalismo

Três condições básicas:

1. Moralidade administrativa e restauração da legalidade
2. Fortalecimento do poder aquisitivo do cruzado
3. Segurança social e educação para a vida democrática

Três instrumentos:

1. Produção de alimentos
2. Energia
3. Transporte

Três fins:

1. Bem-estar do povo
2. Prosperidade e Segurança Nacional
3. Aperfeiçoamento da Democracia

A Reforma Agrária Democrática — Separação entre o Banco do Brasil e o Estado — Preferência à iniciativa privada — Luta contra o poder econômico de grupos e do Estado — Seguro contra desemprego — Seguro agrícola — Contra os privilégios de classe — A favor do povo contra os grupos sociais que o dividem.

Este é um programa de ação e vida a unificar para a luta. O programa de cada partido de Aliança Popular é respeitado. O nosso propósito é unir todos os cidadãos consentes para livrar o Brasil da corrupção e da demagogia para propor medidas básicas de reconstrução nacional. Para isto as seções cariocas da UDN, do PR e do PL, unidas na Aliança Popular, convocam o povo.

Há 25 anos um grupo se apossou deste país, transformou o governo numa oligarquia e o país em coisa sua. Utilizou, no correr do tempo, homens de bem e correntes de inegáveis expressão democrática desejosos de servir ao Brasil. Mas sempre os pôs à margem depois de utilizar-se deles; e o que ficou no Poder foi o núcleo da Oligarquia — isto é, o grupo inseparável que quer ser dono do Brasil.

O objetivo imediato da nossa luta é conquistar no Congresso maioria contra a oligarquia.

Não é preciso descrever a situação do Brasil. Não há brasileiro que não a esteja sentindo, hoje, na própria alma — e na própria carne.

As promessas do Sr. Vargas, enganando a maioria do povo brasileiro, deram-lhe o Poder. Mas, no Poder, tais promessas foram desmentidas pelos seus atos. Hoje estes ameaçam, por igual a todos os brasileiros que vivem do seu trabalho, confiar na liberdade e esperar construir com dignidade o futuro de seus filhos.

O Governo está tão familiarizado com a corrupção — que a oficializou — pelo irresponsabilidade do mando. O Sr. Getúlio Vargas associou ao Poder o pior da sua gente. Hoje constitui um perigo nacional — porque a simples falta de que o seu grupo

tenha de trabalhar para viver, com toda gente, horroriza os oligarcas. Por isto a corrupção gera o golpe e alimenta a corrupção.

A Democratização do Brasil é a única saída. Para acabar com a situação econômica que o Governo exerce através do Banco do Brasil e dos organismos parciais ao Orçamento Nacional, das autarquias e dos órgãos auxiliares da corrupção, como o NESI e o SESCO. Para acabar com as irresponsabilidades dos agentes do Poder e a impunidade dos corruptos que a sombra dele prosperam.

Por outro lado, as questões fundamentais de interesse do povo, os próprios problemas do seu bem-estar, a segurança nacional, são tratados pelo Governo em termos exclusivamente emocionais e de propaganda pessoal do Presidente da República.

Quem faz demagogia no Brasil é o Governo. O que a caracteriza é a desonestidade nas palavras e nas promessas; a desonestidade nos fins e desonestidade nos meios.

O Governo do povo pelo povo e para o povo está substituído no Brasil, pelo Governo do golpe, pelo golpe e pelo golpe.

Qualquer solução construtiva, qualquer programa de trabalho, portanto, tem de levar em conta a necessidade de eliminar o Brasil da demagogia e da corrupção.

Atolado nos pantanos da inflação, o Governo aumenta o seu poder mas diminui a sua autoridade. A violência será, para ele, a única saída, se não houver quem, por mandato do povo, indique aos oligarcas, a tempo e a hora, a porta da rua.

Tornar efetiva a autoridade do Congresso é a única forma pacífica constitucional de evitar soluções trágicas para a vida brasileira. Nela o contingente dos fiscais e sentinelas da República deve ser reforçado pelo povo por meio do voto.

Durante os meses que restam entre a posse do futuro Congresso (março de 1955) e o fim do mandato do Sr. Vargas a 31 de janeiro de 1956 o programa da Aliança Popular poderia constituir em obrigá-lo a sair do país marcado e a ajudar o povo a conseguir, da próxima vez, um bom Presidente.

Quando uma oligarquia voraz não só desprezita as leis como usurpa as atribuições do Poder Legislativo, o principal papel do Congresso é dar ao povo assistência cívica, pela fiscalização de seus direitos.

Um verdadeiro programa de ação parlamentar, ainda mais em período de tão grave perigo para a Democracia, hoje entregue à guarda de seu comprovado inimigo, poderia concentrar-se nesta máxima: *legislar pouco e fiscalizar muito.*

Mas esse Governo, felizmente, estará nos seus derradeiros meses quando a futura Câmara se reunir, a partir de março de 1955, depois de eleita em outubro de 54.

Por isto mesmo, apresentamos ao povo um programa de ação parlamentar que inclui providências legislativas para a reconstrução nacional.

Olhamos adiante, com otimismo e entusiasmo. Confiamos no futuro de uma Nação capaz de resistir a tantas calamidades. Um povo que tão duramente aprende, a própria custa, a não confiar nos demagogos e nos desonestos, é um povo que aprende a confiar em si mesmo. E por isto que nunca desesperamos do futuro deste país, que tão amargurado.

Sem jamais perder de vista o flagelo da corrupção e a conspiração dos oligarcas para continuarem no Poder, temos de preparar os dias em que este país seja governado por homens em cuja palavra o povo possa confiar.

Nos meses que faltarem para a saída do atual Governo, comprometemo-nos a não deixar que seja reformada a Constituição em qualquer

ponto que possa aproveitar por um meio da oligarquia.

Combateremos, também, por um meio, o uso do poder econômico pelo Governo, agora também dirigido contra a autonomia dos Estados.

Lutaremos contra a demagogia como arma de Governo, porque a demagogia é a doença da democracia — e nós queremos uma democracia sã.

Os pontos aqui mencionados envolvem um compromisso de todos os candidatos eleitos sob a legenda da Aliança Popular; o de cumprir, com o melhor de suas forças este programa mínimo. Formaremos, assim, um grupo parlamentar, que certamente prosperará, para levar à prática este programa de ação unida.

Três pontos de partida

Nossos pontos de partida para uma ação parlamentar organizada são:

1. Planejamento democrático do desenvolvimento nacional

Planejar não é impedir; ao contrário, é estimular. Planejar é prever para agir. Um órgão permanente de planejamento deve ser criado, suprimindo-se, por isto mesmo, todos os que atualmente fazem "dirigismo" com muitos planos mais de imaginação do que de realidade e nenhuma visão de conjunto e de continuidade. O planejamento indispensável à prosperidade e à segurança nacional deve ter por objetivo a vitalidade do governo local (município) e, por motor, a iniciativa individual.

2. Estimulo à iniciativa individual

Tirar o Estado de tudo quanto o cidadão possa e queira fazer melhor do que ele e sem perigo para a coletividade. Aproveitar ao máximo a capacidade de cada pessoa contribuir para o bem comum com a sua imaginação, a sua energia e a sua legítima aspiração de progredir na vida.

3. Municipalismo

A democracia deve existir na base do governo local. Não só existe quando tem recursos para funcionar. O principal destinatário das receitas de impostos e taxas deve ser o município, que atualmente só recebe 6% do dinheiro cobrado ao povo pelos governos.

A luz desses três princípios lutaremos pela reconstrução nacional.

TRÊS CONDIÇÕES BÁSICAS

1. Moralidade administrativa e restauração da legalidade

A punição exemplar da corrupção é indispensável a qualquer tarefa de reconstrução.

O Brasil desceu ao nível mais baixo das nações em que a administração pública recebe dos superiores o exemplo do desleixo e do suborno.

É por via do ganho fácil e do crédito de favor que a oligarquia corrompe para durar. A moralidade administrativa e a restauração do império da lei não serão possíveis enquanto não se desfizer a subordinação do Banco do Brasil ao Ministério da Fazenda. De tal subordinação provêm as realidades que mais deformam a prática do regime. Temos que simplificar e regular, por maneira aberta à luz da publicidade, as relações do Tesouro com o Banco do Brasil ou Banco Central que o substitua. Temos que reformar o sistema do funcionamento da SUMOC, da Carteira de Redescostos e da Caixa de Mobilização Bancária. Temos que disciplinar a vida de Institutos de crédito, mas por via de uma sã lei bancária. Eis as diretivas da ação necessária para ferir de morte a oligarquia desmontando a sua máquina.

É também essencial restabelecer o respeito à lei, mas à lei científica nascida de fontes científicas.

Da lei, o Governo e, por isto, toda a máquina administrativa, se aplica o que convém à oligarquia. E nelas mãos do Sr. Vargas passou a ser o bloco da legalidade.

A restauração do império da lei exige:

1. **Reforma do Ministério Público**, que deverá estar preparado para defendê-la, onde quer que seja distorcida ou fraudada, inclusive nas autarquias e sociedades de economia mista.

2. **Reaparelhamento do Poder Judiciário**, a fim de que tenhamos afinal a sempre desejada justiça pronta e eficaz.

3. **Resistência e ordens legais**, o que só se conseguirá quando os agentes do Governo tiverem de expender patrimonial e diretamente por danos decorrentes de sua execução.

4. **Emprego habitual da "carta circular"** prevista na Constituição para até agora não regulada pelo Congresso.

2. Fortalecimento do poder econômico do cruzetiro

Sem o saneamento da moeda a Nação não consolidará a sua base econômica e, muito menos, conseguirá manter em sadio equilíbrio os preços, os vencimentos e os salários. O Governo está financiando a vida dos preços. Esta atinge níveis insuportáveis e resulta menos de fatos econômicos do que da diminuição do poder aquisitivo do cruzetiro produzida pela incessante emissão de moeda e para fins de especulação e outro ainda menos benéficas.

Por conseguinte urge fazer parar a desabalada fabricação de moeda sem lastro econômico, com que a oligarquia se enriquece, empobrecendo o povo cada vez mais. A providência básica para esse fim será restituída ao Congresso o efetivo controle das emissões, mesmo das destinadas ao resgate. E, no Congresso resistir à pressão dos grupos que vivem do crédito inflacionário. É assim que se faz baixar o custo da vida e se garante natural escoamento de produtos exportáveis.

3. Segurança Social e educação para a vida democrática

Nos acreditamos numa política social que, em vez de aticar, supere a luta de classes. Por isto propomos um tratamento à questão social fundado na cooperação cristã. Consideramos os direitos do trabalhador parte indispensável à verdadeira segurança da sociedade.

A educação está reduzida no Brasil a simples formação de profissionais. A desordem nos espíritos é em grande parte consequência da desordem na educação.

Estão ainda de pé as leis da ditadura sobre a matéria. Comarcamos-nos a promover a sua substituição por uma lei básica que dê à educação e ao ensino o seu verdadeiro sentido democrático.

TRÊS INSTRUMENTOS

1. Produção de alimentos

Para isto, a Reforma Agrária Democrática. Esta se distingue da de tipo demagógico porque não tem por fim apenas a propriedade da terra e sim o seu aproveitamento para produzir mais e melhor.

A Reforma Agrária que nos comprometemos promover, na medida de nossas forças, é um conjunto de leis e medidas que têm como pontos centrais os seguintes:

a) **Crédito direto**, apolítico e pessoal preferencialmente sob forma cooperativa e em base municipal.
b) **Assistência técnica** — construção de silos, mobilização de transporte, mecanização da lavoura, ensino agrícola, luta contra as pragas, seleção e distribuição de sementes, estímulo e incentivo de toda ordem ao aumento da produção.

c) **Difusão da pequena propriedade** desde logo nos arredores dos núcleos de consumo, para a formação de uma classe média agrária, composta de pequenos proprietários capazes de enfrentar o poder econômico do Estado e dos atravessadores.

d) **Desapropriação, com indenização**, dos latifúndios definidos como grandes extensões de terras desaproveitadas.

e) **Regularização do mercado de trabalho**, fixação das populações rurais ao seu meio, (migrações internas, imigração facilitada).

2. Energia

Desenvolvimento das fontes de energia para a exploração das riquezas. Construção e financiamento de centrais hidroelétricas sem prejuízo da assistência técnica e financeira para aproveitamento das inúmeras pequenas quedas d'água disseminadas pelo País.

Assim, acabará o racionamento de energia nos grandes centros e se facilitará a eletrificação rural, indispensável ao povoamento dos campos e ao aumento da produção de gêneros e utilidades de consumo urbano.

3. Transporte

Lutaremos no Congresso para assegurar prioridade no Orçamento para as seguintes verbas:

I — coordenação e equipamento dos meios de transporte;
II — desenvolvimento da navegação fluvial e ligação das grandes bacias;
III — padronização das bitolas e reequipamento ferroviário;
IV — pavimentação das rodovias;
V — execução imediata do Plano Aeronáutico 1/53 que visa à proteção ao voo e ao desenvolvimento das comunicações aéreas.

TRÊS FINS

1. Bem-estar do povo

A Aliança Popular quer concretizar estas afirmações:

Toda política deve destinar-se a promover o bem-estar do povo. O Estado existe para o indivíduo e não este para o Estado.

2. Prosperidade e segurança nacional

A segurança nacional depende do aparelhamento das forças armadas, do conjunto de providências que facilitem a exploração das riquezas do país e da força espiritual do povo. Não há segurança nacional sem prosperidade nacional e sem espírito nacional. Não há armamento que salve uma Nação espiritualmente vencida. A Aliança Popular defende os objetivos permanentes da Nação brasileira pelo restabelecimento do sentido moral da vida, tendo por base a família.

3. Aperfeiçoamento da Democracia

A execução deste programa completa-se pelo aperfeiçoamento do regime democrático, principalmente pelo exemplo dos homens públicos. É necessário rever e revogar tudo o que há de antidemocrático na legislação da ditadura e dotar o país de algumas leis básicas, simples e claras, que regulem o funcionamento de sua vida.

Hoje, é com o Poder na mão que se procura conquistar o voto popular. Queremos que, de fato, se parta do voto popular, esclarecido e livre, para a conquista do Poder.

EXEMPLOS PRÁTICOS

Os demais pontos deste programa são desenvolvimento ou consequência dos já referidos. Os problemas nacionais estão todos estudados. Não há novidades para sua solução. Novo é o espírito com que nos dispomos a enfrentá-los. Programa, qualquer um pode apresentar. A questão é poder dar ao povo garantia de fidelidade aos compromissos assumidos. E é isto o que nós podemos oferecer.

Eis alguns dos principais pontos que constituem matéria de nossa compromisso com o povo:

1. **Exigir prioridade para debate e votação das leis complementares da Constituição.**

2. **Rever as leis do Estado Novo.**

3. **Alargar a área de fiscalização ao Congresso**, sobretudo dando maiores poderes às Comissões Parlamentares de Inquérito. Criar comissões de controle parlamentar das autarquias e sociedades de economia mista. Equipar o Congresso de meios técnicos para exercer com eficiência a sua missão.

4. **Simplificar e descentralizar a administração pública**, em todos os graus, resguardando os direitos dos seus servidores. Inclusive devolver ao Poder Judiciário a imediata decisão sobre medidas de repressão fiscal. Acabar com a ditadura administrativa do fisco, seus privilégios e iniquidades.

5. **Unificar o Orçamento**, não fazendo entrar, em seção própria, tudo o que atualmente está fora sob a capa de "autarquias", "entidades parastatais", fundos diversos, etc. Um só orçamento e uma só fiscalização para todo o dinheiro que o Governo arrecada do povo.

Luta contra os favores políticos e interesses de grupos que desfigurem o Orçamento.

6. **Atualizar o Código de Contabilidade** para permitir rapidez e eficiência na aplicação das verbas orçamentárias.

7. **Dar maior autoridade ao Tribunal de Contas**. Colocar sob sua fiscalização as contas dos Institutos, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

8. Restringir a expansão do Estado

— industrial em iniciativas que o particular possa tomar com vantagem para a coletividade e sem sacrifício para o contribuinte. Concentrar os recursos do Estado em providências que habilitem os particulares a fazerem tudo que possam com proveito próprio e da coletividade.

9. Apoiar as iniciativas de caráter estatal destinadas a suprir a ausência de interesse do particular para sua concretização. Oposição às iniciativas que, reforçando o poder econômico do Estado, resultem em abuso do seu poder político sobre os cidadãos. Combate à influência de grupos econômicos sobre o Estado.

10. **Extinguir progressivamente certos órgãos de controle estatal da produção e, em geral, da economia.** Por exemplo: extinção da COPAP, pela repressão dos crimes contra a economia popular, pela aplicação rigorosa da legislação existente — e que só é cumprida contra os humildes.

11. **Suprimir a cláusula de obrigatoriedade do pagamento ao Sesi, Senai, Sesc, Senac, e Lba.** Criar meios legítimos para manutenção dos serviços realmente úteis desses órgãos. É indispensável acabar com o privilégio feudal que o Governo dá a certos grupos particulares de cobrar impostos com nomes disfarçados.

12. **Intensificar o ensino técnico agrícola e industrial.**

13. **Substituir o "Plano Aranha"**, sem voltar aos métodos da OCEM, pela proibição de importação dos artigos não-essenciais, enquanto durar a escassez de divisas; e pelas seguintes providências, entre outras:

I — Lei de Investimentos que regule o mercado de capitais.

II — Preferência para importação de capitais e bens de produção, em vez de importação de bens de consumo.

III — Garantir e exigir para aplicação de capitais nacionais e estrangeiros inclusive de entrada e saída de principal e juros.

IV — Seleção e fiscalização de investimentos, tendo em vista os interesses da segurança nacional e dos pequenos subscritores do capital.

14. Promover a aplicação das leis contra "trusts" e combinações entre grupos para forçar a alta de preços, inclusive aquelas promovidas pelo Governo, salvo caso de calamidade pública — quando se impõe a garantia governamental ao produtor; e em cada caso, mediante autorização especial do Congresso.

15. Estabelecer a economia privada para estabelecimento preferencial de indústrias de:

- I — Alimentos, inclusive pesca;
- II — Transporte e comunicações;
- III — Energia e material elétrico;
- IV — Metalurgia;
- V — Material de construção;
- VI — Produtos químicos;
- VII — Peças e sobressalentes em geral.

16. Dar prioridade absoluta nas verbas federais de fomento e obras de todas aquelas destinadas a transporte — energia — e produção de alimentos, capitulando entre os crimes de responsabilidade do Executivo o desrespeito às normas regulamentares que aplicarem tal prioridade.

17. Aperfeiçoar a vigente Legislação do trabalho. Reformar a Justiça do Trabalho para rápida solução dos conflitos trabalhistas.

18. Criar em cada empresa o fundo de indenização por morte do empregado, independente do seguro de acidente do trabalho. Criar o seguro de dispensa de empregado.

19. Libertar o sindicato da tutela do Ministério do Trabalho. Abolir o Imposto Sindical.

20. Tomar iniciativa de medidas visando ao aumento da produtividade e do salário real dos trabalhadores e apoiar aquelas que tenham esse objetivo.

21. Estimular a organização de sindicatos e cooperativas de produção agrícolas.

22. Votar nova lei sobre cooperativas, libertando-as da sua subordinação a órgãos de controle oficial.

23. Criar o Seguro Agrário.

24. Reformar a Previdência Social pela fusão dos Institutos em dois: Um de servidores públicos, outro de

empregados particulares. Aplicação obrigatoriamente proporcional de recursos arrecadados nas próprias contribuições em que os arrecadam. Administração dos Institutos por uma junta constituída de um delegado eleito pelos empregados, outro pelos empregadores e um indicado pelo Governo — desde que o Governo esteja em dia com suas contribuições. Caso contrário, os dois escolherão um terceiro. Em qualquer caso, o terceiro será escolhido obrigatoriamente no quadro de funcionários do Instituto. Facilitar a aquisição de casa própria para os contribuintes que possam amortizar um prazo razoável, o preço da construção.

25. Promover a legislação sobre conservação e recuperação do solo. Instituir a produção de fertilizantes no país.

26. Aprovar o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente está na Câmara há 6 anos. Foi engavetado há mais de dez anos, e o sistema dilatório que rege a educação).

27. Rever as leis da Educação sobre o ensino e o esporte. Entregar o Conselho Nacional de Desportos a representantes eleitos pelos clubes, sob o controle do Estado. Estabelecer a prática dos esportes em escola regular, pela formação de equipes de esporte nos bairros e municípios mediante legislação adequada.

28. Estabelecer um sistema nacional de saúde pública, com a unificação do comando e descentralização da execução. Intensificação ao combate das grandes endemias e prevenção das doenças transmissíveis, com a distribuição apropriada das dotações orçamentárias sob o critério de prioridades e emprego dos modernos recursos profiláticos.

29. Estimular a pesquisa científica tecnológica.

30. Incentivar a construção naval e a marinha mercante. Legislação que conceda créditos e isenções e estabeleça normas gerais e fundamentais.

31. Desconectar a Justiça pela reforma da organização judiciária do Distrito Federal.

Criação dos Juizes de alçada para julgamento de contravenções e delitos de menor importância e decisão mediante processo verbal de pequenas causas.

Descentralizar os serviços judiciários, levando-os aos bairros e subúrbios.

32. Reforma Democrática da Polícia. Separação entre a Polícia Política e Polícia Judiciária, ficando aquela com a segurança do país, em articulação com as forças de defesa nacional. E a outra com a defesa da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio. Criação do Juizado de Instrução.

33. Fiscalizar rigorosamente a política exterior do Governo, de modo a impedir que ele se afaste da conveniência e interesse do Brasil para atender aos interesses de grupos eventuais.

34. Fazer do Município a base da organização nacional, desde logo mediante convênios.

Dar ao Município a maior soma de recursos. Valorizar o poder local como expressão indispensável da Democracia.

35. Tomar iniciativa da Lei Eleitoral, criando a "Lista Única" lista com o nome de todos os candidatos, impressa pelo Justiça Eleitoral e distribuída aos eleitores em lugar de "folhetos"; punir o uso do poder econômico como arma eleitoral; obrigar a liberdade de declaração de bens dos candidatos aos postos eletivos.

NO DISTRITO FEDERAL

A Aliança Popular apresenta candidatos ao Congresso. Grande número de problemas do Distrito Federal escapam à ação da Câmara e do Senado e são da competência dos Vereadores. No âmbito de nossa competência constitucional, nós nos propomos a lutar pelos seguintes itens:

1. Eleição do Prefeito.
2. Apreciação dos vetos do Prefeito pela Câmara dos Vereadores.
3. Modificação da Lei Orgânica, de modo a permitir:

a) reorganização dos serviços administrativos da Prefeitura, que serão distribuídos em menor número de repartições, atribuindo-se a cada uma destas maior competência.

b) ampliação da área de competência do Tribunal de Contas e refração de sua autoridade.

4. Criação de subprefeituras.

5. Criação de Conselhos de Moradores em todos os bairros, com funções não remuneradas, eleitos pelos moradores de cada bairro, para servir de órgão consultivo sobre os pro-

blemas do respectivo bairro junto aos subprefeitos e à Câmara de Vereadores.

AO POVO

Neste compromisso de luta e de ação construtiva, dirigimo-nos a todos os cidadãos.

Precisamos construir maioria na bancada do Distrito Federal, para reverter a prática destes compromissos, de qualquer modo, porém, lutaremos por ele.

Não temos ódios pessoais. Não negaremos apoio ao que for útil ao povo e necessário à Nação. Advertimos o povo contra o perigo de nos desprezar ao adversário e dar campo certo a nossa vitória — por mais provável que ela seja.

A corrupção dispõe de forças consideráveis no Brasil, no Distrito Federal inclusive. Ela sabe que o único meio que tem de continuar impune é continuar no Poder.

Está nas mãos do povo o voto secreto, chave de sua vitória contra as que o corrompem e o exploram. Não se deixe usar o voto para manifestar o descontentamento. Inclusive impedindo a reeleição daqueles que não cumpriram os seus compromissos.

Nada de verdadeiramente útil e duradouro se pode fazer no Brasil enquanto formos governados pela corrupção e pela corrupção.

O primeiro dever, portanto, é dar ao país um ambiente moral compatível com a dignidade dos seus filhos. Só então as conquistas do progresso serão realmente para a liberdade e o bem-estar do povo e não para a escravidão e o seu empobrecimento.

OS CANDIDATOS DA ALIANÇA POPULAR

Ao Senado:

Hamilton Nogueira.

A Câmara:

Adeuto Lúcio Cardoso — Aguiar de Costa — Carlos Lacerda — Ciro de Medeiros Assunção — Dario Bartolomeu — Diógenes Quintanilha — Eulides Figueiredo — Frota Aguiar — Gurgel do Amaral — Heitor Beltrão — Juvenal Greenhalgh — Laura Sodré Neto — Maria Rita Soares de Almeida — Mario Martins — Mauro José de Jesus — Odilon Pinheiro — Paulo Carlos Magno — Xavier d'Ávila.

PRACO DO NCMERO DE HOJE: CR\$ 0,40



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — N. 166

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CARÉ FILHO
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 29 de junho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954.

JOÃO CARÉ FILHO

Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o veto oposto ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, da Câmara dos Deputados e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o quadro do pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

2.ª reunião, realizada em 20 de Julho de 1954

Aos vinte dias do mês de Julho de 1954, às 15 horas, reuniu-se, na Sala de Leitura do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Hamilton Nogueira, Vice-Presidente, a Comissão Mista incumbida de apreciar o veto presidencial oposto ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, da Câmara dos Deputados e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências, presentes o Sr. Senador Bernardes Filho e os Srs. Deputados Lopo Coelho e Fernando Nóbrega, estando ausentes, com causa justificada, o Sr. Senador Luís Tinoco, Presidente da Comissão e o Sr. Deputado Osvaldo Trigueiro.

Após a leitura e aprovação, sem observação, da Ata da reunião anterior, o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Deputado Lopo Coelho, que, na qualidade de Relator do Veto, depois de proceder ao histórico do Projeto e à leitura das razões do Veto presidencial, conclui por submeter à apreciação de seus pares o seu relatório expositivo, sendo o mesmo aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, da qual, eu, Francisco Soares Arruda, Secretário, lavro a presente Ata, que, depois de lida é aprovada pelo Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Caiotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.
Landulpho Alves — Vice-Presidente.
(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
Sé Tinoco. (**)
Júlio Leite.
Costa Pereira.
Plínio Pompeu.
Euclides Vieira. (***)
(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.
2 — Cícero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Áurea Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levído Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclides Vieira
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente.
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (**).

5 — Apolônio Sales (***)
6 — Carlos Lindenberg.
7 — César Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (***)
9 — Durval Cruz.
10 — Euclides Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio (****)
13 — Pinto Aleixo.
14 — Plínio Pompeu.
15 — Veloso Borges.
16 — Vitorino Freire (*****).
17 — Walter Franco (*****).
(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Martiniano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*) Substituído pelo Sen. Antonio Bayma.
(*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.
Secretário — Evandro Vianna.
Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Amisio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Camilo Mercio.
Ferreira de Souza.
Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.

- 5 - Othon Mäder.
6 - Kerginaldo Cavalcanti.
7 - Cicero de Vasconcelos.

Secretário - Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões as segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - *Presidente*.
2 - Hamilton Nogueira - *Vice-Presidente*.
3 - Novaes Filho.
4 - Bernardes Filho.
5 - Djalir Brindeiro.
6 - Matulas Olympio.
7 - Assis Chateaubriand. (*)
8 - João Villasboas.
(*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.

Secretário - J. B. Castejon Branco
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*.
2 - Waldemar Pedrosa - *Vice-Presidente*.
3 - Aloysio de Carvalho.
4 - Carvalho Guimarães.
5 - Costa Pereira.
Secretário - Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.
Reuniões as quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

- Levindo Coelho - *Presidente*.
Aureo Simch - *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário - Assis de Barros Rêgo.
Reuniões as quintas-feiras, às 15 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*.
2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*.
3 - Nestor Massena.
4 - Vivaldo Lima.
5 - Djalir Brindeiro.
6 - Mozart Lago.
7 - Julio Leite.

Secretário - Julietta Ribeiro dos Santos.
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclydes Vieira - *Presidente*.
Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
Alencastro Guimarães.
Othon Mäder.
Antonio Bayma.
Secretário - Francisco Soares Arruda.
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*.
2 - Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
3 - Fagundes Barab.
4 - Ismar de Góis.
5 - Sívio Curvo.
6 - Walter Franco.
7 - Roberto Glasser.
Secretário - Ary Kerner Velga do Castro.
Reuniões as segundas-feiras.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.
O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.
Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.
Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.
O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindemberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- Luiz Tinoco - *Presidente*.
Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário - Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

- Francisco Gallotti - *Presidente*.
Mozart Lago - *Vice-Presidente*.
Julio Leite.
Landulpho Alves.
Mario Motta.
Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

- João Villasboas - *Presidente*.
Artílio Vivacqua - *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso - *Relator*.

Secretário - José da Silva Lisboa.
Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

- Mozart Lago - *Presidente*.
Alvaro Adolpho - *Vice-Presidente*.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Artílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góes - *Presidente*.
2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*.
3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Relator Geral*.
4 - Vivaldo Lima.
5 - Novaes Filho.
Secretário - J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*.
2 - Ivo de Aquino.
3 - Ferreira de Souza - *Relator Geral*. (*)
4 - Artílio Vivacqua.
5 - Victorino Freire.
Secretário - João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*.
2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*.

- 3 - Anísio Jobim.
4 - Artílio Vivacqua.
5 - Camilo Mercio.
6 - Ferreira de Souza.
7 - Flavio Guimarães.
8 - Gomes de Oliveira.
9 - Joaquim Pires.
10 - Olavo Oliveira.
11 - Waldemar Pedrosa.
12 - Mozart Lago.
13 - Hamilton Nogueira.
14 - Guilherme Malaquias.
15 - Nestor Massena.
16 - Francisco Porto.

Secretário - Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luiz Tinoco - *Presidente*.
2 - Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*.
3 - Kerginaldo Cavalcanti.
4 - Othon Mäder.
5 - Rui Carneiro.
Secretário - Italina Cruz Alves.

Ata das Comissões

Comissão de Finanças

10.ª REUNIAO, EM 23 DE JUNHO DE 1954

As 16 horas e 30 minutos, sob a presidência do Senhor Ivo de Aquino, presentes os Senhores Alvaro Adolpho, Antônio Bayma, Carvalho Guimarães, Cesar Vergueiro, Costa Paranhos, Durval Cruz, Esperidião de Farias, Euclydes Vieira, Ferreira de Souza e Joaquim Pires, reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer os Senhores Alberto Pasqualini, Alencastro Guimarães, Apolônio Sales, Carlos Lindemberg, Pinto Aleixo e Plínio Pompeu.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Distribuição
Ao Sr. Alberto Pasqualini, o Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaquí, no Estado do Rio Grande do Sul;

— Ao Sr. Carlos Lindemberg, o Projeto de Lei da Câmara n.º 52, de 1954, que dispõe sobre a Rede Ferroviária do Nordeste;

— Ao Sr. Cesar Vergueiro, o Projeto de Lei da Câmara n.º 126, de 1954, que dispõe sobre financiamento e operações imobiliárias entre o Clube da Aeronáutica e seus associados, para aquisição de casa própria;

— Ao Sr. Costa Paranhos, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeiras e sua mulher Francisca de Souza Cajazeiras; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 132, de 1953, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolim e sua mulher; o Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1954, que fixa a contribuição para o Morfotipo Militar e altera a tabela de mios salários dos oficiais das Forças Armadas;

— Ao Sr. Durval Cruz, o Projeto de Lei da Câmara n.º 123, de 1954, que altera o item 4.º do art. 9.º do Decreto-lei n.º 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, que dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências;

— Ao Sr. Esperidião de Farias, o Projeto de Resolução n.º 12, de 1954, que concede gratificação aos funcio-

hários da Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares e aos Redatores Revisores;

— Ao Sr. Euclides Vieira, o Projeto de Lei da Câmara n. 121, de 1954, que abre o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para concessão de auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa;

— Ao Sr. Ferreira de Souza, o Projeto de Lei do Senado n. 34, de 1953, que concede isenção de todos os impostos a Helvizar, para o material necessário a sua instalação e funcionamento, que foi importado; o Projeto de Lei da Câmara n. 91, de 1954, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a cantora lírica Helena Nobre; o Projeto de Lei da Câmara n. 115, de 1954, que concede pensão especial de Cr\$ 3.000,00 a viúva Tarcília Moraes Dutra; o Projeto de Lei da Câmara n. 117, de 1954, que assegura reversão da pensão concedida às filhas de Clotilde do Vale Ferreira;

— Ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n. 292, de 1953, que cria cargos de capelães militares na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e das outras providências; o Projeto de Lei da Câmara n. 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

— Ao Sr. Nestor Massena, o Projeto de Lei da Câmara n. 315, de 1953, que assegura a inclusão na Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na função de Identificador, dos servidores que exercem aquele cargo a título precário;

— Ao Sr. Plínio Pompeu, o Projeto de Lei da Câmara n. 83, de 1953, que cria, no Departamento Nacional de Saúde, o Serviço Nacional de Endemias Rurais, e das outras providências; o Projeto de Decreto Legislativo n. 4, de 1954, que autoriza o Tribunal de Contas a proceder ao registro da despesa de Cr\$ 25.000,00 para atender ao pagamento devido a Luiz da Silva Gomes por serviços prestados como crítico musical e responsável por programa do Serviço de Radiotusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura; o Projeto de Lei da Câmara n. 90, de 1954, que concede a União Nacional dos Estudantes o auxílio de Cr\$ 200.000,00; o Projeto de Lei da Câmara n. 116, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00 para o fim que especifica; o Projeto de Lei da Câmara n. 118, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.

São ainda redistribuídos pelo Sr. Presidente ao Sr. Antônio Bayma, o Projeto de Decreto Legislativo n. 52, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Cia. Federal de Eletricidade;

— Ao Sr. Plínio Pompeu, o Projeto de Lei da Câmara n. 85, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Serviço de Obras Sociais — Sociedade Civil de Amparo aos Necessitados.

Ao dar início ao estudo dos projetos em pauta declara o Sr. Presidente que vai submeter ao exame da Comissão as emendas oferecidas ao Projeto de Resolução n. 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do

Senado Federal, que se encontra em regime de urgência.

Comunica em seguida aos seus pares o Sr. Ivo de Aquino que, juntamente com o relator, Sr. Joaquim Pires, manteve sobre a matéria entendimentos com o Sr. Alfredo Neves, 1.º Secretário, ficando assentado que a carreira de Oficial Legislativo terá o seu teto fixado em PL-7, o que virá assim reduzir grandemente o âmbito da reestruturação proposta. Para constanciar tal providência o Sr. Joaquim Pires vai oferecer uma subemenda.

Em seguida é dada a palavra ao Sr. Joaquim Pires que lê a subemenda a que se referiu o Sr. Presidente, bem como mais duas que sugere, ainda a emenda substitutiva da Comissão de Finanças. A primeira altera a carreira de taxigrafos; a segunda fixa o padrão dos assessores técnicos de orçamento.

Após ligeiros debates, a Comissão aprova as 3 subemendas.

Passa então o Relator a apreciar as emendas de Plenário. Em votação verifica-se o seguinte resultado:

Parecer favorável às emendas de números: 12 — 13, para constituir projeto em separado e a de n. 21;

Parecer contrário às emendas de número 2, contra os votos dos Srs. Carvalho Guimarães e Antônio Bayma — 3 — 4 — 5 — 7 — 8 — 9, contra os votos dos Srs. Costa Paranhos e Euclides Vieira — 10 — 11 — 14 — 15 — 17 — 18 — 19 — 20 — 22 e 23;

Parecer favorável com sub-emenda às emendas ns. 6 e 16.

Manifesta-se ainda a Comissão:

Favorável às 2 subemendas da Comissão de Constituição e Justiça, apresentadas à emenda n. 1 (Substitutiva) da Comissão de Finanças;

Contrário às sub-emendas também da Comissão de Constituição e Justiça às emendas n. 19 — 20 — 22 e 23.

Dado o adiamento da reunião, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor de Orçamento a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Está sobre a Mesa para recebimento de emendas

Nos dias 21 e 22: Projeto de Resolução n. 40, de 1954, que dispõe sobre proposição principal após aprovação de emenda.

87.ª SESSÃO EM 21 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Costa Paranhos
- 2.º — Senador Ezequias da Rocha
- 3.º — Senador Othon Mäder

AAT DA 86.ª SESSÃO EM 20 DE JULHO DE 1954

PRESENCIA DOS SRS. CAETE FILHO, MARCONDES FILHO E ALFREDO NEVES.

As 14.30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa — Arnaldo J. de Lima — Prisco dos Santos — Arêas Lefo — Otonio Gomes — Thomaz Rodrigues — Rui Carneiro — Nonato Filho — Djair Brindetto — Ezequias da Rocha — João Leite — Espírião de Farias — Plínio Almeida — Carlos Lindemberg — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Mozart Lago — Bernardino Filho — Nestor Massena — Marcondes Filho — Costa Paranhos — Dário Cardoso — Costa Pereira — Sílvio Guimarães — Roberto Glaser — Gomes de Oliveira — Ivo de Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mécro. (30)

de Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mécro. (30)

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da Ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º) procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofícios: Quatro, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.116, 1.100, 1.102 e 1.111, encaminhando autografos dos seguintes

Projeto de Decreto Legislativo n.º 22, de 1954

(4.397-A-954)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado, em 17 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Caucaia, no Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.)

Projeto de Lei da Câmara n.º 160, de 1954

(3.543-B-53, na Câmara)

Concede isenção de impostos e taxas aduaneiras, para materiais elétricos e máquinas hidráulicas importados pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Ficam isentos dos impostos e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, os seguintes materiais elétricos e máquinas hidráulicas, importados pela Prefeitura de Rio Casca, Estado de Minas Gerais, conforme licença de importação n.º 33-53-25-203: 2 turbinas hidráulicas gêmeas, tipo "Francis";

1 grade de ferro chato; 1 comporta de fechamento; 1 comporta de descarga da barragem;

1 grade de ferro chato; 1 comporta de descarga do canal; 2 comportas de fechamento; 2 geradores trifásicos de corrente alternada;

2 transformadores trifásicos elevadores a óleo;

2 equipamentos de proteção para os dois grupos;

2 equipamentos de regulação automática;

1 equipamento de aparelhos de ligação e distribuição;

1 equipamento de aparelhos de ligação para os ramais de saída;

5 quadros de distribuição, manobra e medição para os dois grupos;

1 acionamento de alavanca de estribo para chave automática;

1 lâmpada de sinal;

1 equipamento auxiliar;

2 aparelhos telefônicos de alta tensão;

1 aparelho carregador de baterias; 2 transformadores trifásicos abaixadores a óleo;

1 equipamento de aparelhos de ligação para o ramal de chegada da subestação abaixadora;

1 equipamento de aparelhos de subestação abaixadora;

7 quadros de distribuição, medição e manobras.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Economia e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 161, de 1954

(3.643-B-53, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00, para pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 688.000,00 (seiscentos e oitenta e oito mil cruzeiros), para atender ao pagamento da parte restante da despesa realizada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos com a aquisição de uma central telefônica automática a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 162, de 1954

(4.010-B-54, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70, para atender ao pagamento aos concessionários de portos brasileiros das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70 (noventa e sete milhões, setecentos e vinte e seis mil, oitocentos e noventa cruzeiros e setenta centavos), para atender ao pagamento aos concessionários dos portos brasileiros, com exceção do Rio de Janeiro, das diferenças ocorridas nos exercícios de 1948 a 1951, inclusive, entre as arrecadações efetivas e as restituições então feitas de imposto adicional de 10% (dez por cento) sobre os direitos de importação para consumo, de que tratam o Decreto-lei n.º 2.819, de 24 de setembro de 1940, e a Lei n.º 1.342, de 1 de fevereiro de 1951.

Art. 2.º — O crédito especial de que trata o artigo 1.º será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas do Tesouro Nacional, a fim de se processar o pagamento de acordo com o seguinte quadro:

Portos	Cr\$
Fortaleza	1.873.515,50
Cabedelo	246.330,60
Recife	5.317.886,61
Maceió	199.371,79
Salvador	1.024.181,20
Niterói e Angra dos Reis	1.000,00
Santos	80.645.002,50
Paranaguá	589.967,10
São Francisco do Sul	711.115,49
Rio Grande — Porto Alegre — Pelotas	7.334.655,50
Total	97.726.890,70

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Vitaldo Lima, Georgino Avelino, Ferreira de Souza, Assis Chateaubriand, Aloysio de Carvalho, Hamilton Nogueira e Othon Mäder (7).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES

Altair Adolpho, Magalhães Barata, Antônio Bayma, Victorino Freire, Mathias Olympio, Joaquim Pires, Olegário Oliveira, Kerginaldo Cavalcanti, Francisco Porto, Martiniano Fernandes, Cícero de Vasconcelos, Durval Cruz, Walter Franco, Luiz Tinoco, Atílio Viracapa, Sá Tinoco, Pereira Pinto, Levidino Coelho, Cesar Vergueiro Euclydes Vieira, Sílrio Garro, João Villasbôas, Vespasiano Martins e Alberto Pasqualini (25).

O SR. PRESIDENTE:

Tendo terminado, ontem, o prazo de três sessões, durante o qual, nos termos do Regulamento Interno ficou sobre a mesa para eventual recebimento de emendas, vai à Comissão Diretora o Projeto de Resolução número 38, de 1954, que dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes.

Fica sobre a mesa, para eventual recebimento de emendas, durante três sessões, o Projeto de Resolução número 40, de 1954, que dispõe sobre a rejeição de proposição principal após aprovação de emenda.

Na sessão de 16 do corrente mês, foi aprovado, em segunda discussão, o Projeto de Lei do Senado nº 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos para elaborar o plano de Obras de Irrigação do Nordeste.

Foi despachado para remessa à Câmara dos Deputados, mas a mesa acaba de verificar não haver a proposição passada pela Comissão de Redação, motivo por que vai providenciar para o pronunciamento desse órgão, a fim de elaborar a redação final que, oportunamente, será submetida a plenário.

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves, primeiro orador inscrito.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, por minha designação do honrado Presidente desta Casa, o eminente Sr. Café Filho, fiz parte da comitiva de S. Ex.ª, quando em viagem pelo Estado do Paraná.

Foram dias de emoção, que encheram a alma de quem, como eu, tem a hereditariedade do amor à terra. Descendente de pracinhas lavradores fluminenses, do próspero Município de Barra Mansa, ali passei a minha infância, ligado à fazenda dos meus maiores. Dessa convivência com o homem do campo, com o lavrador nato, herdou o grande apreço e imensa admiração por tudo que a terra produz em função do esforço humano.

Sr. Presidente o Paraná recordou-me tão a infância, quando meus avós descobrindo a grandiosa da terra roxa do Oeste de São Paulo, foram a terceiros suas propriedades no Estado do Rio e caminharam rumo a Ribeirão Preto, onde se instalaram e fizeram uma grande plantação de café.

Minha viagem pelo Paraná trouxe-me à memória a visita a Ribeirão Preto, cujos cafezais, cortados pela Estrada de Ferro Mogiana, parecem infantes do Norte do Paraná, debru-

a mesma impressão, com a sua vasta área de terras róxas, onde nossos patrióticos desenvolvem grande plantação de café. Do alto, no avião, vimos, por muito tempo, grandes cafeais, imensos jardins. Cornélio Procopio, grande cidade com pouco mais de 20 anos de existência, possui, agora, uma população, na sede, de perto de trinta mil almas. Suas ruas alinhadas, suas casas de madeira, entremeadas com outras de alvenaria, deram-me bem a visão do futuro do Brasil, proporcionando ao meu espírito o ânimo necessário para suportar o peso dos anos e confiar no que foi, é e será o nosso país.

Pelos municípios percorridos, parte a pé, parte de automóvel, as queixas que ouvimos diziam respeito, quase todas, aos entraves decorrentes da falta de transporte, o qual desestimula o homem que vive da terra. Contemplei, a cada passo, o esforço dessa gente, representado pelos pés onde se contem os cercas que não podem ser enviados para os centros consumidores.

O milho, vendido lá, a 30 cruzeiros o saco, não encontra comprador; o feijão, guardado já há algum tempo, espera que os homens da cidade se resolvam a ir buscá-lo. Enfim, por ali tudo é fatura; em tudo se recebe o propósito que anima seus habitantes para o trabalho constante.

Sr. Presidente, por que não transportar esses gêneros para as capitais, que tanto deles necessitam? É o eterno problema do Brasil: não há transporte.

No discurso de saudação ao eminente Sr. Vice Presidente da República, outra coisa não pedi senão a sua ajuda para que o Governo da República cuidasse um pouco mais da Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina, quasi um amontoado de ferros velhos, sem vagões, sem máquinas e com a rede permanente em precário estado de conservação.

Para nós, da Capital, aquele aspecto ocasionava tristeza, embora tenhamos confiança de que em dias próximos o Governo Federal se apiedará desses patriotas que, trabalhando de sol a sol, fisionomias alegres, esperam que o seu esforço não se perca e suas atividades encontrem estímulo. Que pediam eles, além da melhoria das condições do tráfego da E. F. Paraná-Santa Catarina? Que a SUMOC lhes despachasse os papéis que aqui aguardam os dólares indispensáveis à importação do material para a instalação de uma usina hidro-elétrica, que tanto virá beneficiar uma vasta região do norte paranaense.

Em todos os lugares que percorremos, sempre a mesma intensa atividade.

Seguimos depois para Uraí, cidade de pouco mais de 20 anos de existência e com quatro mil habitantes e uma colônia importante de japoneses que produzem, sobretudo, cereais mas por falta de transporte, não podem ser levados aos centros consumidores.

Jacarézinho, com trinta anos de vida e mais de vinte mil habitantes, é incontestavelmente, uma das grandes cidades do norte do Estado. Ali não faltam nem mesmo os gêneros de alto e dez andares e toda parte prédios que evidenciam o progresso e demonstram uma gente laboriosa já se habituaram também ao conforto e a higiene.

Longe da conta vinte e dois anos de existência e possui cinquenta mil habitantes e toda a sua atividade volta-se para o café, que produz abundantemente.

Visitamos também Maringá fundada há sete anos e já com vinte mil habitantes, o que por si só atesta o seu adiantamento. Indústrias recentes, mas já em plena prosperidade,

já se encontram-se nesse como em outros municípios que visitamos e o número elevado de construções, de madeira e alvenaria, dão-nos uma idéia do seu progresso. Foi com essa visão de conjunto, e conhecendo as atividades daquela região, que todos sentimos a alma cheia de esperanças e uma confiança infinita nos destinos do Brasil.

Rumamos depois para a Foz do Iguaçu, que quase todo o Brasil conhece apenas de nome, cidade de desenvolvimento normal, mas onde se resente falta de assistência do Governo Federal.

A Barranca do Paraná, onde se embarca para atravessar o rio com destino à fronteira do Paraguai, e da Argentina é uma desolação. No entanto, se caminharmos um pouco para baixo, se entrarmos pela Foz do Iguaçu, encontramos, do lado argentino, um país magnificamente construído e com todas as condições para perfeito atracamento. Na margem brasileira, para atingir as lanchas, o passageiro é forçado a uma incômoda caminhada, areal abaixo, o que muito dificulta o acesso às embarcações.

Do lado argentino, fronteiro a cidade da Foz do Iguaçu, um magnífico hotel, com um Parque Florestal muito bem cuidado, proporciona ao turista esplêndidos passeios. Uma ponte tensa sobre as quedas do Iguaçu, permite-lhe apreciar melhor a beleza das quedas d'água.

Enquanto isso, an margem de cá, vinda frequentemente por uruguaios e argentinos, tem-se de passar por estradas mal conservadas para atingir um hotel que se constrói há dez anos e ainda não está ultimado. De grandes proporções e magnífico aspecto, em encançado estilo colonial, ali está quase abandonado, à espera de que se conclua suas obras, nas quais já foram gastos trinta e dois milhões de cruzeiros!

Não é ilicito, Sr. Presidente, falar-se em turismo no Brasil, quando aquela região, frequentada com assiduidade pelos nossos vizinhos fronteiriços, em certas ocasiões mal pode ser atingida pelos que, vindo do Prata, pretendem alcançar o lado brasileiro. Então os turistas nem conseguem chegar ao Parque Nacional ou mesmo a apreciar a beleza das cataratas.

E dizer-se que há, no Orçamento do Ministério da Viação, referente ao corrente exercício, verba para construção de um ancoradouro na barranca do Paraná, sem que, até este momento, já no segundo semestre do ano, se tenham iniciado qualquer obra que dê a impressão que ali se vai fazer qualquer coisa que melhore as condições de embarque para a outra margem do rio!

Sr. Presidente, esse descaso faz um contraste enorme com o que existe do lado argentino e entristece a todos os brasileiros — os que ali moram e os que lá vão de visita. O Governo brasileiro deve cuidar com mais interesse do embelezamento daquela região, para que os nossos vizinhos colham melhor impressão daquelas belezas naturais que por lá possuímos, mas cujo acesso nem sempre permite que os nossos visitantes a conheçam.

Sr. Presidente, não me desejo deter para exame mais pormenorizado dos fatos, porque eles poderiam nos enrubescer. Pretendo, com estas referências, solicitar a atenção do operoso e ilustre Ministro da Viação, para a urgência da construção do calis de atracamento na barranca do Paraná, na região brasileira, a fim de que, no mesmo nesse ponto, possamos, de certo modo, apresentar obra igual a que existe na margem argentina. Do mesmo modo espero a atenção do eminente Sr. Apolonio Sales, digno Ministro da Agricultura, para a necessidade de serem ultimadas as obras do grande hotel que se está construindo à margem daquelas formosas e impressionantes quedas.

Quando o nobre Senador Flavio Guimarães apresentou emendas e as justificou mostrando a necessidade da construção da Estrada que ligue Ponta Grossa à Foz do Iguaçu; quando pleiteia verba para edificação de um hotel naquele local, nenhum de nós é capaz de ajulzar do benefício que S. Ex.ª está prestando ao bom nome e ao crédito do Brasil.

O Sr. Roberto Glasser — Apoiado. Muito bem!

O Sr. Flavio Guimarães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Com todo o prazer.

O Sr. Flavio Guimarães — Desejo agradecer a V. Ex.ª, muito intensamente, pela sua bondade em me fazer justiça. A construção da Estrada de Ponta Grossa à Foz do Iguaçu é das mais importantes do Brasil, porque liga igualmente o Paraguai à Argentina. Agradeço a V. Ex.ª em nome do Sul.

O Sr. Alfredo Simch — Muito bem.

O Sr. Flavio Guimarães — ... e do próprio Brasil pelo grande patriotismo que está exteriorizando e pela alta visão ao reconhecer que tenho razão quando apresento tais emendas.

O SR. ALFREDO NEVES — É justiça que faço a V. Ex.ª

O Sr. Flavio Guimarães — Obrigada ao nobre colega.

O SR. ALFREDO NEVES — Estou certo de que o Senado daqui por diante dispensará um pouco mais de atenção aos reclamos do nobre representante do Estado do Paraná.

Asseguro ao nobre Senador Flavio Guimarães e à representação paranaense que, enquanto tiver eu a grande honra de aqui estar, encontrarei em mim colaborador entusiasta ao patriótico luto de S. Ex.ª chamando a nossa atenção para aquele recanto, que precisa, quanto antes, ser considerado com mais carinho e desvelo para o bom crédito da própria Nação.

Não posso concluir, Sr. Presidente, sem uma referência ao eminente Governador do Paraná, que nos acolheu em Cornélio Procopio e nos acompanhou sempre, fornecendo-nos as mais completas informações sobre as atividades do Estado que tão magistralmente governa. O Sr. Munhoz da Rocha é realmente grande e seguro administrador, com visão esclarecida sobre os menores problemas que preocupam o seu governo. Percorremos alguns trechos de rodovias que Sua Excelência está construindo, com a informação que até o final de seu governo terá construído nada menos de 500 quilômetros de estradas asfaltadas. Só esse fato fala bem alto da sua grande visão de administrador.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem! O orador é cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, segundo orador inscrito.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Desistindo o nobre Senador Gomes de Oliveira, freqüentemente focalizado o palavra o nobre Senador Onofre Gomes, terceiro orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, tenho recebido do Ceará vários telegramas de Deputados da Assembléia e mesmo de seu Presidente, solicitando-me apelar para S. Ex.ª, o Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que determine o pagamento das cotas do imposto de renda que, por imperativo constitucional, cabem aos municípios da minha terra.

Retardar, então, a tomar a decisão de me dirigir a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda, porque a imprensa tem, frequentemente, focalizado o assunto, repetindo a opinião do Senhor Osvaldo Aranha de que as providências estão sendo tomadas. Logo que for possível, a União se desobrigará desses compromissos constitucionais para com os Municípios.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Exa. um pequeno aparte?

O SR. ONOFRE GOMES — Com prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — V. Exa. neste instante fala em nome de todos os Senadores. Acredito que não somente V. Exa. mas todos terão recebido apelos veementes de Prefeitos dos Estados que representam, pedindo transmiti-los ao Governo da República, no sentido de serem pagas as cotas devidas pela arrecadação do imposto de renda. O nobre orador andará muito bem falando em nome de todo o Senado.

O Sr. Ruy Carneiro — Perfeitamente. Estamos todos ao lado do Ilustre Senador Onofre Gomes. Os apelos são justos e constantes e não há razão para que se retarde o pagamento.

O Sr. Bernardes Filho — Estou inteiramente de acordo com Ss. Exas.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço ao nobre Senador Francisco Gallotti, Ruy Carneiro e ao representante da serena e culta Minas Gerais, Senador Bernardes Filho...

O Sr. Bernardes Filho — Obrigado a V. Exa.

O SR. ONOFRE GOMES — ... a cooperação que trazem com seus positivos e esclarecedores apelos, pelos quais fica a opinião pública brasileira informada de que as necessidades não se referem apenas aos Municípios do meu Estado, o Ceará.

Dizia eu: — Retardar um pouco em me dirigir ao Sr. Ministro da Fazenda em vista das informações que S. Exa., repetidas vezes através da imprensa, se permitiu dar à opinião pública brasileira. A insistência, porém, tem-se reiterado a ponto de não ser mais possível adiar meu apelo a fim de não dar aos meus contemporâneos a impressão de que não estou diligentemente procurando desempenhar o mandato que me confiaram.

O fato, Sr. Presidente, é que os apelos dos Municípios, conforme vê o plenário pelos apelos dos representantes de Santa Catarina, Paraíba e Minas Gerais, não são atinentes apenas a um ou outro Estado, mas a todas as unidades federativas.

Os Municípios, confiantes nesta parcela de sua receita, assumiram compromissos para a realização de obras, cujos pagamentos não estão podendo atender em vista da falta de recursos com que contavam.

É um mau precedente. Enquanto o atraso dos pagamentos se limita ao campo federal, quer dizer aos compromissos da União, ainda bem; mas de trabalhos de interesse das comunicações das contas aos municípios por parte do governo, esta situação amaldiçoada o mau hábito de amarrar, não somente os Estados, como os municípios, se tornarem mais saudosos de compromissos que firmaram com empresas particulares, para realização de trabalhos de interesse das comunicações.

Era este, Sr. Presidente, o apelo que, por imperativo de solicitações de meus conterrâneos, através da Assembleia Legislativa do Estado, desobrigava fazer nesta tribuna a S. Exa. o Sr. Ministro da Fazenda. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, quarto orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr.

Presidente, acabo de receber telegramas de meu Estado versando matéria de grande importância para a administração municipal do meu Estado.

Entre outros, recebi um do Prefeito de Urutai Sr. Manoel Benjamin, dirigindo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, a fim de serem efetuados os pagamentos das cotas devidas aos municípios golanos.

Um dos telegramas, Sr. Presidente é do Deputado Jair Estrela e está assim redigido:

"Prefeitos golanos encontram-se em sérias dificuldades devido à demora do pagamento da cota federal do imposto de renda. Apela para seus esforços junto ao Sr. Ministro no sentido de urgente liberação. Abraços."

Sr. Presidente, tenho recebido inúmeros apelos dos Prefeitos golanos no sentido de conseguir do Sr. Ministro da Fazenda autorização do pagamento dessas cotas.

O nobre Senador Onofre Gomes acaba de se referir ao mesmo assunto, pois as dificuldades dos prefeitos são enormes e o Sr. Ministro da Fazenda, o eminente brasileiro Dr. Osvaldo Aranha, conhecedor profundo dos problemas nacionais, sabe perfeitamente que é justo o apelo que lhe fazemos neste sentido.

E tanto é justo, Sr. Presidente, o nosso pedido que o Sr. Ministro Apolônio Salles acaba de tomar providências também no sentido de atender aos Prefeitos golanos, através de trabalho junto ao Sr. Osvaldo Aranha.

A propósito, vale citar telegrama que temos de S. Exa. dirigido ao eminente Senador Costa Pereira no mesmo sentido, e que diz o seguinte:

"Atendendo à solicitação prezado amigo, comunico que encaminhei ao Sr. Ministro da Fazenda apelo do Prefeito de Urutai, no Estado de Goiás, no sentido de anuenciar o pagamento das cotas das dívidas dos municípios. Cordiais saudações. — Apolônio Salles."

Desta tribuna, também, dirijo apelo no sentido de que S. Exa. autorize imediatamente o pagamento, a fim de que os prefeitos, que irão deixar a administração, possam concluir as obras iniciadas.

O Sr. Flávio Guimarães — V. Exa. se refere a pagamentos da União aos municípios?

O SR. COSTA PARANHOS — Refiro-me ao pagamento das cotas do imposto de renda, pertencentes às municipalidades.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

Durante o discurso do Sr. Costa Paranhos o Sr. Marcondes Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, quarto orador inscrito. (Pausa.)

Não se achando presente o nobre Senador, concede a palavra ao nobre Senador Alfredo Simch.

O SR. ALFREDO SIMCH:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a menos de 90 dias deve-se proceder às eleições para renovação da Câmara dos Deputados, de modo que o Senado e, finalmente, para o Governo de onze estados da Federação.

Foi do conhecimento de todos os brasileiros a situação desagradável existente em nada edificante que se observa pelo Brasil em diversos Estados, no tocante à situação das paróquias políticas, grandes, pequenas e remotas, na falta de recursos e de assistência. Foi denunciado na Câmara, em 1953, na Câmara do Rio de Janeiro e mesmo no extremo norte do país

as notícias que circulam são de exemplos que não recomendam a ética de homens que se candidatam à representação no Parlamento brasileiro.

Há uma verdadeira situação de tempestade político-partidária.

A propósito do assunto, desejo trazer ao Senado uma publicação em manchete do brilhante jornal diário "O Globo", que se edita nesta Capital, sob o título: "A lição do Rio Grande". Mostra, em termos vivos, exatos e reais a situação pouco recomendável dos nossos políticos e representantes.

Destaca o que se passa no meu Estado e diz:

"Mas, em meio ao temporal que desaba sobre a moral política do Brasil, o Rio Grande do Sul está oferecendo um grande exemplo e dando uma grande lição aos contemporâneos. Ali, ninguém se evadiu às combinações celebradas à luz do sol. Ali, as oposições se aliarão em público e raso, à base de uma Frente Democrática. Não houve transfugas em nenhum dos gremios partidários. Até o PTB, que em todos os Estados é um campo de Agramante, minado pelas discórdias e competições das pessoas, no Rio Grande uniu-se em redor do líder Pasqualini. Se se lêem as declarações dos contendores: Menegheti, Pasqualini, Metzler, cada um deles celebra as virtudes dos adversários. Os irrequietos campadores do Sul calcaram as luvas dos antigos "gentlemen" do Império. Isso não quer dizer que não vão lutar "totius viribus" na disputa dos favores do eleitorado. Mas nenhum deles admitiria a tração como arma de proselitismo; nenhum deles se deixaria corromper pelas graças, dólares ou sorrisos dos poderosos."

Isso resgata os erros de certos gaúchos que perderam, na Capua da Cidade Maravilhosa, as velhas virtudes do chão rio-grandense. Mas ninguém se iluda. Todas as eras de corrupção tiveram sempre o seu resgate. A demagogia comuno-trabalhista está gastando as derradeiras reservas do seu maldonado tesouro. Trás de seu turbato não está longe, e também na política os moinhos de Deus moem devagar, mas moem."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE: Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Marcondes Filho, quinto orador inscrito.

O SR. MARCONDES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tive oportunidade, há poucos dias, de oferecer à consideração do Senado um projeto de lei criando a disciplina de medicina psicossomática junto à Cadeira de Clínica Psiquiátrica.

Declaro, no discurso justificativo da proposição, que a apresentara para atender a sugestões recebidas de ilustres professores, os quais reclamavam, com muita razão, contra o fato de apenas três Escolas de Medicina, no Brasil, terem incluído, em seus programas, o estudo de medicina psicossomática: a Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo na Capital — ambas criando a disciplina junto à Cadeira de Clínica Psiquiátrica — e a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, recentemente fundada, que incluiu a matéria no seu currículo como cadeira autônoma.

Acertei, ainda, desejar apenas trazer ao debate do Senado — L. dos

Ilustres médicos que dele fazem parte — assunto no qual não era técnico, motivo por que apelava para as luzes do Parlamento.

Logo após minha oração tive a honra de ver o projeto de minha autoria apoiado e defendido pelo nobre Senador Hamilton Nogueira, catedrático da Universidade do Brasil, e por V. Exa., Sr. Presidente, eminente clínico e, portanto, alta autoridade na matéria.

Dias depois, recebi ainda vários telegramas de entidades e pessoa de tal autoridade que me pareceu conveniente trazê-los ao conhecimento do Senado, sobretudo porque serviriam de abono à aludida proposição e elucidariam, ao mesmo tempo, as doulas Comissões incumbidas de examinar o assunto.

Um dos telegramas, procedente do Rio Grande do Sul, expedido pelo nobre professor Dr. Guerra Bicksmann, Diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, está assim redigido:

"Em reunião de Congregação a Faculdade de Medicina de Porto Alegre inseriu em Ata votos de calorosos aplausos a iniciativa de V. Exa. relativa ao ensino de psicologia e moléstias psico-somáticas, como anexo a cadeira clínica psiquiátrica. Agradeço-me transmitir a comunicação da medida de elevado alcance na educação médica do nosso país. Respeitosos cumprimentos. Guerra Bicksmann, Diretor."

O telegrama seguinte, Sr. Presidente, é do Professor Pacheco e Silva, catedrático de clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e na Escola Paulista de Medicina, em que declara:

"Envio ao eminente paulista sinceras congratulações pelo oportuno projeto relativo ao ensino de psicologia médica e medicina psicossomática, anexo a cadeira de clínica psiquiátrica já instituída na Faculdade Nacional de São Paulo com excelentes resultados. Seu magnífico discurso justificando o projeto localiza de forma perfeita e exalta o importante problema, de acordo com a orientação seguida pelos maiores centros médicos brasileiros e estrangeiros. Atenciosas saudações."

Recebi, também, do Professor Adauto Botelho, Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, o seguinte telegrama:

"Apresento a V. Exa. os mais calorosos aplausos pelo oportuno e sábio projeto que acaba de apresentar sobre o ensino da medicina psicossomática nas nossas Faculdades, o que visa convergir decisivamente para o maior aprimoramento e fomento técnico dos médicos brasileiros."

Recebi, ainda, Sr. Presidente, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, uma carta do seu ilustre e preclaro Diretor, Prof. Dr. Jayme Cavalcanti, na qual declara:

"Tenho a honra de apresentar a V. Exa. em nome da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, clássicas congratulações pelo projeto que acaba de apresentar sobre o ensino da medicina psicossomática nas nossas Faculdades, o que visa convergir decisivamente para o maior aprimoramento e fomento técnico dos médicos brasileiros."

Essa medida acertada, já adotada pela Faculdade, com maior comprometimento para os nossos alunos, obedece ao critério de

uniformizar o ensino de disciplinas afins, reunindo-as em departamentos, no propósito de dar maior eficiência aos trabalhos escolares.

Valendo-me do ensino, apresento a V. Ex.ª os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Finalmente, Sr. Presidente, enfiou-me o magnífico Reitor da Universidade do Brasil, Professor Pedro Calmon, o seguinte telegrama:

"O Conselho Universitário da Universidade do Brasil resolveu por proposta do Professor Maurício de Medeiros, inscrever na Ata dos seus trabalhos de ontem, voto de congratulações com Vossa Excelência, pela apresentação do projeto de lei tornando obrigatório nas Escolas e Faculdades Médicas o ensino de psicologia médica, disciplina médica anexa à cadeira clínico-psiquiátrica como a Universidade do Brasil teve a prioridade de fazer desde 1947. Atenciosas saudações."

Devo dizer, Sr. Presidente, que foi realmente inspirado no exemplo da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo que apresentei o projeto, buscando nas lições da experiência a autoridade necessária para que o mesmo fosse recebido, como o foi, com gerais aplausos.

Como, porém, trazendo ao debate do Parlamento essa matéria, apenas procurei provocar a discussão e melhor conhecimento do assunto, desejo acrescentar que, chegando em São Paulo, encontrei uma objeção ao meu projeto, segundo a qual não deveria ser criada uma disciplina anexa à Cadeira de Clínica Psico-somática, e sim cadeira autônoma, como o fizera a Escola de Medicina de Ribeirão Preto. Tive, então, oportunidade de responder, por um dos jornais da capital, o brilhante matutino "Diário de São Paulo", a essa objeção; e com a lealdade, que sempre adoto nas matérias que discuto, não quero deixar de trazer ao Senado o conhecimento da objeção e da análise que ali fiz.

Como V. Ex.ª sabe, Sr. Presidente, o Governo da União prepara a reforma geral do ensino médico; e exatamente por isso, como é natural, não se tem preocupado com prerrogativas transitórias, capazes de estabelecerem critério contrário às conclusões dos técnicos do Governo na ultimação da reforma.

Lerei alguns tópicos do artigo que publiquei em São Paulo:

"Chegando a São Paulo — dizia eu nesse artigo — tive conhecimento de que a proposição fora impugnada. A objeção fundamental consistia em declarar que o ensino da matéria deve constituir cadeira autônoma e não disciplina anexa à Cadeira de Clínica Psiquiátrica. O projeto, portanto, estaria errado e sua justificação baseada em argumentos inaceitáveis."

Toda discussão sobre questões de interesse público, quando colocada em termos pessoais e elevados apresenta grande utilidade, porque é justamente o debate dos problemas que esclarece o legislador; e outro não foi meu intento como consta do discurso de apresentação, no apelo dirigido ao Senado.

No caso em apreço, porém, há uma preliminar que, a meu ver, impede qualquer debate sobre o projeto, desde que se pretenda trazê-lo sob o ângulo em que foi posta a objeção. E essa preliminar é intransponível, porque de caráter constitucional.

A Constituição Federal de 1946 não permite a criação de cargos pelo Poder Legislativo. Ela reserva tal atribuição à competência

privativa do Poder Executivo. Assim, desde que o Governo não se adianta no caso por estar preparando a reforma geral do ensino médico e desde que o Legislativo não pode criar a Cadeira de Medicina Psico-somática, de duas uma — ou o Congresso deixa de acudir a grave lacuna e às justas queixas existentes, ou propõe, em benefício dos alunos, como faz o Projeto, uma alteração no currículo escolar dos demais estabelecimentos para equipará-lo ao das duas maiores Universidades do país."

O Sr. Flávio Guimarães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. MARCONDES FILHO — O nobre colega me honrará muito com o seu aparte.

O Sr. Flávio Guimarães — A criação de uma Cadeira é constitucional; só não podem ser criados cargos por iniciativa do Senado.

O SR. MARCONDES FILHO — E' justamente o que examino mais adiante.

"E' segunda, a sua fixação como ensino anexo à Cadeira de Clínica Psiquiátrica, pois há quem entenda ser preferível uni-la à Cadeira de Clínica Médica.

Sob tais aspectos, sim, o Poder Legislativo tem competência decisória para aceitar, modificar ou rejeitar o projeto e foi por isso e por entender que ele merece aprovação e entre ambas aquelas cadeiras se deve preferir anexação à Clínica Psiquiátrica, que o justifiquei mais longamente, baseando-me nas altas razões que serviram no país e no estrangeiro, para fixar o primeiro critério adotado pelas Universidades.

Não fossem essas duas condições, no exame do problema, e me limitaria a declarar, como justificação, que ele nada mais faz do que estender obrigatoriamente as Escolas de Medicina do país a mesma providência e o mesmo programa já em curso nas Universidades do Brasil e de São Paulo — na Faculdade de Capital — e em pleno vigor há cerca de dez anos com expressa aprovação de suas duas Congregações, do seu Conselho Universitário, do Conselho Nacional de Educação e do Ministério de Educação e Cultura. Bastaria, como argumento, esse exemplo de tão profunda autoridade, para mostrar que nenhuma lei sobre o assunto poderia ter apoio mais expressivo e seguro, quer do ponto de vista científico quer, do pedagógico.

A impugnação alega que o projeto devia seguir a "vanguarda" orientação da Escola de Ribeirão Preto, criando a cadeira, para não carregar a liberdade didática, acompanhar o progresso e não estabelecer zonação entre matérias diferentes.

E' evidente que, em face do dispositivo constitucional, acima referido, a sugestão é inoportuna e, pois, inútil, a discussão, relativamente ao atual objetivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE:

Lembro ao nobre orador faltarem apenas três minutos para o término da hora do expediente.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerimento da Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Marcondes Filho possa continuar na sua oração.

O SR. PRESIDENTE:

O plenário acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Flávio Guimarães.

queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. Continua com a palavra o nobre Senador Marcondes Filho.

O SR. MARCONDES FILHO:

Agradeço ao nobre Senador Flávio Guimarães, ao Senado e à Mesa a gentileza da prorrogação da hora do expediente, para pronunciar mais algumas palavras e terminar minha exposição.

Dizia eu, Sr. Presidente:

Peço licença, porém, para referir-me, ainda que rapidamente, a esses argumentos, pelo desejo de evitar que uma discussão carregada de intransigências doutrinárias, provocando a demora da aprovação da minha proposta, deixe os alunos das demais Escolas ainda muito tempo sem o benefício do ensino da Medicina Psico-somática, tão urgentemente reclamado. É exato que a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, funcionando desde 1952, estabeleceu cadeira autônoma de Medicina Psico-somática, no quarto ano, separando-a da de Clínica Psiquiátrica, colocada no sexto ano. Acontece, porém, que o desenvolvimento da Escola de Ribeirão Preto, tendo atingido apenas o terceiro ano do curso, não iniciou, até agora, o ensino dessas duas cadeiras. Não se conhecem, portanto, os resultados que a experiência pode propiciar. Somente em 1957 estarão formados os novos médicos e só depois que entrarem para a vida profissional se poderá dizer qual o benefício colhido e se ele é maior do que o proporcionado pelo sistema vigente.

Além disso, os impugnantes do projeto reconhecem que o critério da Escola de Ribeirão Preto tem caráter "vanguarda". Configura, portanto, uma novidade no sistema atual. E' evidente que o legislador não deve ser reacionário, nem manter-se impermeável às conquistas da ciência, evidente que o legislador não deve preferir contra o que a prática e a regra indicam, uma inovação ainda não experimentada e excepcional. Os usos e costumes constituem, de modo geral, o melhor fundamento das leis. Vale dizer: são os fatos, processos e observações, conhecidos e reiterados, que devem inspirar a orientação do legislador.

Ora, os excelentes resultados já colhidos pelas duas Universidades, com a instituição da disciplina, consubstanciavam um bom conselho e uma autorizada experiência para a sua adoção pelas demais Escolas, pelo menos no período atual. Tal decisão não importará jamais na proibição — como pensam os impugnantes — da criação da Cadeira no futuro.

Prova da pelos resultados, a vantagem do ensino, de Ribeirão Preto, o Poder Executivo poderá pedir ao Congresso sua aplicação às demais Escolas. O próprio Congresso, por sua iniciativa, tem meios de determiná-la ao elaborar a Reforma, quando, então, decidindo sobre projeto de autoria do governo, tem poderes para emendá-lo, acrescê-lo, substituí-lo, mesmo em relação à criação de cargos, conforme jurisprudência já firmada em anteriores decisões interpretativas sobre o referido dispositivo da Constituição.

Em matéria legislativa, porém, é preferível evoluir de acordo com a realidade, do que inovar e generalizar vanguarda problemas científicos, por mais respeitáveis que sejam os intuitos dos técnicos reformadores.

Considere-se ainda que a orientação atual, vitoriosa no ensino médico do Brasil, não é favorável à divisão das cadeiras mas à sua fusão, a fim de atenuar as dificuldades administrativas e estabelecer maior unidade do ensino. Este ponto de vista, que mostra claramente a preocupação de evitar possíveis divergências entre cátedras de matérias afins, constitui regra geral em todas as Escolas, inclusive na de Ribeirão Preto. Nesta, para as cátedras de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica — que abrangem tantos e tão importantes e variados ramos da ciência médica — existe apenas a respectiva cadeira, cabendo exclusivamente a cada cátedrático ori-

entar em seu Departamento todas as atividades das competentes disciplinas. Assim, substituir nova cadeira autônoma retirando a Medicina Psico-somática da de Clínica Psiquiátrica, constitui não só uma exceção à regra geral adotada no país e no estrangeiro, mas também — o que é expressivo — uma exceção dentro da regra adotada pela própria Escola de Ribeirão Preto.

Como se vê, a liberdade didática não exige a contínua divisão das Cadeiras porque então ela estaria ali sacrificada nas Cadeiras de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, onde deveria, exclusivamente, a orientação dos respectivos cátedráticos em toda a imensa extensão das matérias de seus Departamentos.

Devo ainda acrescentar que se houvesse incompatibilidade entre a medicina psico-somática e a clínica psiquiátrica, certamente as Congregações e os Conselhos das duas maiores Universidades do Brasil, com aprovação do Conselho Nacional do Ensino e dos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, não teriam estabelecido a disciplina da primeira como anexa à cadeira da segunda, nem o meu projeto teria colhido os aplausos que sinalizei. Se houvesse incompatibilidade, as Escolas dos Estados Unidos, que são os mestres na matéria, não colocariam o ensino relativo aos problemas do psiquismo — do normal às alienações mentais — subordinado à diretiva do Departamento de Psiquiatria e ministrado com auxílio dos especialistas que forem necessários: — "anatomistas, fisiologistas, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, etc." — nem o estenderiam a todo o curso médico. Consulte-se a respeito o inquérito promovido por Franklin G. Ebaugh e Carlos Rymes publicado sob o título de "Psychiatry in Medical Education". E veja-se também que ainda recentemente, em 1953 outro inquérito — realizado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde da ONU, por Milton J. E. Senne Fred L. Stricker, do Centro de Estudos da Criança da Universidade de Yale — comunicava que de 63 Escolas examinadas, 33 iniciam o curso de medicina psico-somática desde o primeiro ano, 22 desde o segundo. Apenas 8 não cogitavam do assunto. Mas o relatório acrescenta que as dificuldades resultam dos seguintes fatos: em algumas Escolas o corpo docente é hostil à modificação do currículo, para desenvolvimento do ensino da psicologia médica; em outras, há falta de especialistas, de tempo ao currículo, de espaço, de material de ensino, ou, então, distância excessiva dos estabelecimentos subsidiários de estudo. Considerando-se o elevado número de Escolas que ministram o "training" de psiquiatria desde o primeiro ou do segundo ano e as dificuldades alegadas para suprir certas falhas, bem se verifica que a generalidade do ensino, no departamento de psiquiatria durante o curso, é a regra geral naquele país.

O que se se infere, portanto, da diretiva adotada no país e no estrangeiro, é o reconhecimento da afinidade dos dois ramos. Tanto assim que, segundo opinião generalizada dos que estudam o assunto, é no campo da Clínica Psiquiátrica que se tem realizado as maiores conquistas em relação ao ensino do fenômeno psicológico.

Por tudo quanto fica exposto, tenho a consciência tranquila de que, na medida de minhas possibilidades, cumpro um dever para com a juventude estudiosa, apresentando o projeto que estende, obrigatoriamente, a todas as Escolas Médicas do país o ensino da Medicina Psico-somática, como disciplina anexa a Cadeira de Psiquiatria.

O Parlamento, a quem está agora entregue o exame do problema, decidirá, afinal em sua alta sabedoria como melhor convier aos interesses do ensino médico no Brasil.

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O Sr. MARCONDES FILHO — Com o maior prazer.

O Sr. Hamilton Nogueira — Ouço V. Ex.^a com grande atenção e estou de pleno acordo com a sua argumentação. Saiba o nobre colega que foi tão grande a repercussão do projeto apresentado nesta Casa, que dois dias depois recebi do Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Pontifícia Católica memorial pedindo a apresentação de um projeto para a reforma dos cursos de Psicologia das Faculdades de Filosofia, aliás de pleno acordo com as resoluções do Congresso realizado em Curitiba. Assim, V. Ex.^a está defendendo uma causa importantíssima e de plena atualidade no ensino geral do Brasil, não só médico como também das próprias faculdades de Filosofia, muito interessadas no assunto.

O Sr. MARCONDES FILHO — Agradeço muito o aparte de V. Ex.^a em apoio às minhas considerações. Devo dizer, porque creio que V. Ex.^a não se encontrava no recinto no início do meu discurso, que também li, em abono do projeto e no início destas considerações telegramas que recebi das Universidades do Brasil e de São Paulo, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e de vários professores.

Er. Presidente, não quero alongar o exêmo da matéria, porque neste momento ela está submetida ao estudo e decisão das doulas comissões técnicas da Casa.

Quis trazer ao conhecimento do plenário o apoio que meu projeto recebeu de altas autoridades que assim o justificam muito mais e melhor do que simplesmente com a assinatura do obscuro senador por São Paulo. (Não apressado).

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Requerimento que vai ser lido.

E lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 380, de 1954

Nos termos do art. 126, letra c, do Regimento Interno, requeremos a designação de uma Comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. General de Exército Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que se acha enfermo.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — Esperidito de Farias.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será discutido e votado no fim da ordem do dia.

Fim da prorrogação da hora do expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação em discussão preliminar do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954 que dispõe sobre a fixação de salário mínimo em regime de urgência nos termos do art. 155 § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 325 de 1954 do Sr. Othon Mader e outros Senadores, aprovado na sessão de 17-54, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade do projeto, contrário à emenda n.º 1 e favorável à de n.º 2.

O SR. PRESIDENTE:

A votação desse projeto foi interrompida quando era apreciada a Emenda n.º 1.

Com a palavra o nobre Senador Nestor Massena para encaminhar a votação da Emenda.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, o eminente relator deste projeto, que traz o signo do infortúnio, considerou, originariamente, inconstitucionais dois dos seus artigos, o 2.º e o 4.º. Posteriormente admitiu haver sido sanada com a emenda que lhe foi apresentada, a inconstitucionalidade do artigo 4.º.

Restringe-se, pois, agora, a coima de inconstitucionalidade, apenas, ao artigo 2.º. E por que? Porque reconhece ao Conselho Nacional de Economia a iniciativa do artigo 205, § 2.º in fine da Constituição, de

Sugerir ao poder competente as medidas que considerar a vida econômica do país.

Para o seu relator, a Comissão de Economia não pode ter essa iniciativa. A iniciativa de projeto de lei, segundo S. Ex.^a é da competência exclusiva do Presidente da República e de qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ex-wi o artigo 67 da Constituição da República.

Em primeiro lugar, o artigo 67 da Constituição proclama a competência do Presidente da República e de qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para a iniciativa de lei; mas, não a torna expressamente, deles exclusiva. No próprio artigo está expressamente — “ressalvados os casos de competência exclusiva”. Em outras disposições constitucionais (artigos 67, § 2.º, 76, § 2.º, 97 II, III, parágrafo único e 134, VIII) assegura-se essa competência a outro poder, ou a outro órgão governamental.

O que o artigo 67 tem em vista é dar ao Presidente da República a competência concomitante à do Poder Legislativo para oferecer ao Congresso Nacional projeto de lei, o que lhe seria defeito, sem essa atribuição expressa, em face do princípio constitucional da independência dos poderes. Daí a vedar idêntica competência, aliás expressa em outras partes do texto constitucional, vai grande distância...

Em segundo lugar, o que o artigo 2.º do Projeto n.º 42, de 1954, estabelece não é, propriamente, iniciativa de lei, pois que tem esta redação: “a legislação sobre salário mínimo é de iniciativa do Conselho Nacional de Economia por intermédio da Comissão de Economia (Constituição). Artigo 205 § 2.º” Em Exposição ao Congresso dos Deputados. O que ali se estabelece, pois, é iniciativa em exposição, e não iniciativa em projeto de lei.

Iniciativa de lei realizou-se somente por projeto de lei. Exposição sobre qualquer matéria, ainda que visando a posterior elaboração do projeto de lei, não é, na técnica legislativa, iniciativa de lei.

Uma sugestão, indicação, informação ou a colheita de dados para a elaboração de lei, não é iniciativa da Lei, aliás, o que se evidencia desta disposição do Regimento Interno do Senado: “Art. 116. As Comissões poderão propor o arquivamento das Sugestões e Indicações recebidas pelo Senado, desde que não as aproveite para formular projeto”.

O projeto de lei é a via pela qual as câmaras do Congresso Nacional exercem a função legislativa (Regimentos Internos do Senado art. 104 e da Câmara dos Deputados, artigo 30 e só por meio dele se verifica a iniciativa da lei. Qualquer sugestão, ou indicação, que possa conduzir a elaboração do projeto de lei, não é, assim, tecnicamente evidentemente, iniciativa de lei.

Quando, pois, a Constituição dá ao Conselho Nacional de Economia a atribuição de sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias à vida econômica do país assegura-lhe iniciativa, que não é, po-

rém, tecnicamente, na prática legislativa, iniciativa de lei, mas sugestão sobre a vida econômica do país, para que o Poder Legislativo dela se sirva ao elaborar os projetos de lei que julgar conveniente. Essa atribuição constitucional do Conselho Nacional de Economia já lhe é reconhecida e proclamada pela lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, a que o artigo 98 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados faz remissão ao regram o modo pelo qual devem ser feitos os pedidos de audiência do dito Conselho, “para que opine sobre matéria relacionada com as diretrizes da política econômica nacional. Esses pedidos de audiência, ou de informação, são, também, previstos, de modo geral, nos artigos 121, letra C, e 97 § 1.º, respectivamente dos Regimentos Internos do Senado e da Câmara dos Deputados.

A Constituição, no art. 205 § 2.º, determina ao Conselho Nacional “sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias à vida econômica do país. Qual o “poder competente” a que o Conselho Nacional de Economia deve sugerir as medidas necessárias a fixação do salário mínimo? Evidentemente, o Poder Competente para legislar sobre o salário mínimo. E não parece possa haver dúvida, em face dos artigos 5.º, n.º XV, letra a in fine, e 146, 157, n.º I, da Constituição sobre a competência do Congresso Nacional para, atualmente, elaborar essa legislação, intervindo assim, “mediante lei especial, no domínio econômico.

O Projeto que apresentei à consideração do Senado poderia ter sido impugnado por deficiente, inoportuno, ou outro motivo qualquer, mas parece-me absolutamente improcedente a alegação de que se lhe atribui de inconstitucional.

Aliás, o Conselho Nacional de Economia, cuja organização está regulada em lei, é órgão colaborador mais do Poder Legislativo do que do Executivo. A sua criação, na atual Constituição da República, teve por fonte imediata a Constituição de 1937, na qual se deparavam a respeito estas definições:

“Art. 38. O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho Nacional de Economia...”

Art. 65. Todos os projetos de lei que interessem à economia nacional, em qualquer de seus ramos, antes de sujeito à deliberação do Parlamento, serão remetidos à consulta do Conselho de Economia Nacional.”

Pelo parágrafo único desse artigo 65, “os projetos de iniciativa do Governo teriam tramitação depois do parecer do Conselho de Economia Nacional, antes da deliberação da Câmara Legislativa”. O Governo só poderia “retirar os projetos, ou emendá-los, ouvido novamente o Conselho Nacional de Economia, se as modificações importassem alteração substancial dos mesmos”.

O artigo 60, in fine, da Constituição de 1937, aludia aos “projetos de sua iniciativa” e o artigo 63 referia-se aos seus “poderes de legislação” do Conselho de Economia.

Na Constituição de 1937, a iniciativa dos projetos de lei era, pelos artigos 38 e 64, não só do Poder Legislativo, como do Presidente da República. Nem por isso a mesma Constituição deixou de reconhecer a competência dos “poderes de legislação”, entre os quais se incluía o da iniciativa do Conselho de Economia.

Agora, porém, que a Constituição da República mantém a atribuição não privativa do Presidente da República e das comissões das duas Casas do Congresso Nacional para oferecer o convencional Projeto de Lei, chegou-se à conclusão de que, por esse motivo, é inconstitucional a

iniciativa, expressa na Constituição de oferecer sugestões para que o Congresso do Poder Legislativo possa bem desorrigar-se de suas atribuições.

Parece-me que é ir muito longe em matéria de inconstitucionalidade: tanto mais quanto, neste terreno, doutrina é que só deve ser dada como reconhecida e proclamada a inconstitucionalidade quando for de evidência absoluta. (Muito bem; muito bem!)

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Nô foi revisto pelo Orador) — Sr. Presidente, acabamos de ouvir a palavra erudita do nobre Senador Nestor Massena sobre o projeto ora em votação, especialmente sobre a emenda de sua autoria.

O projeto teve parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça quanto aos artigos 2.º e 4.º, a opinião dos membros daquele órgão foi no sentido da inconstitucionalidade.

O art. 2.º dá exclusividade ao Conselho Nacional de Economia para a iniciativa de legislação sobre salário mínimo, afirmando:

“A legislação sobre salário mínimo será de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, em exposição ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados”.

Evidentemente, Sr. Presidente, o Congresso não poderia deixar coartar suas funções, submetendo-se a iniciativa ou — pode-se dizer — a controle de qualquer outro órgão ainda que da preeminência do Conselho Nacional de Economia, criada pela própria Constituição.

Vem a emenda e procura ajustar o artigo àquela interpretação e àquele ponto de vista da Comissão de Constituição e Justiça, definidos em nos parecer.

Declara a emenda:

“Redija-se assim o art. 2.º

Art. 2.º A legislação sobre salário mínimo, ressalvado o disposto no art. 4.º, poderá ser um projeto de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º.

Ora, Sr. Presidente, o que se vê desta redação é que a emenda procura tirar aquele caráter da exclusividade do Conselho na iniciativa de um projeto sobre a matéria. Entretanto, manteve a iniciativa do Conselho ao tratar de uma legislação sobre a matéria. A palavra “iniciativa” não pode deixar de ser interpretada como a facultade que a Constituição reserva ao Congresso na elaboração das leis.

O Sr. Flávio Guimarães — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) Na Comissão de Constituição e Justiça manifestei-me contra a emenda, declarando entretanto que votaria a favor da mesma se fossem amainadas suas expressões redutivas à iniciativa a simples sugestão do Conselho Nacional de Economia ao Congresso.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA Peco a atenção de V. Ex.^a para o fato de que a emenda, procurando corrigir a redação do artigo, contém ainda a expressão “iniciativa”. Permite-me a nobre Senador Nestor Massena acrescentar que se trata mais de um uso de palavras quanto ao uso da expressão “exposição de iniciativa” do Conselho de Economia. A essência da ideia é que o Conselho deverá enviar sugestão ao Congresso para a iniciativa da lei. Portanto, esta é a interpretação dada por Sua Excelência à emenda.

Mas, ao se me dopar a expressão “iniciativa”, ao ler que “a legislação sobre salário mínimo poderá ser um projeto de iniciativa do Conselho”, tenho que admitir que é

Conselho que apresenta o projeto de lei e o submete ao Poder Legislativo. A palavra "iniciativa", em se tratando da elaboração de uma lei, só pode ser a prevista na Constituição. Tal iniciativa não cabe a qualquer órgão, mas tão somente ao Poder Executivo, isto é, ao Congresso, através das suas comissões ou das próprias Casas Parlamentares.

O Sr. Nestor Massena — Permite V. Ex.ª um aparte?
O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Nestor Massena — V. Ex.ª acha que fazer sugestões sobre salário mínimo é iniciar projeto de lei sobre salário mínimo?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Não, mas não se deve, então, falar em legislação.

O Sr. Nestor Massena — É a Constituição que permite fazer tais sugestões a respeito. Não sou eu; é a Constituição que faculta à Comissão de Economia fazer essas sugestões, sob a forma de exposição.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Mas V. Ex.ª usa de expressões como estas:

"A legislação sobre salário mínimo poderá ser em exposição de iniciativa do Conselho Nacional de Economia".

Se dissesse, "através dos órgãos adequados", e apresentasse projeto modificando a lei que criou o salário mínimo, embora fosse de autoria do Conselho Nacional de Economia, é dissesse que aquele Conselho, por uma exposição de motivos, sugeria ao Congresso determinadas medidas atinentes ao salário mínimo, a ser especificado em determinadas bases, eu concordaria. Sucede, entretanto, que V. Ex.ª em projeto de lei sobre salário mínimo, diz que a legislação respectiva pode ser contida em exposição de motivos do Conselho Nacional de Economia.

Pode bem ter sido outra a intenção de V. Ex.ª, mas é o que ali está.

Talvez na redação comum ou leiça de um trabalho jurídico, pudesse ser usada essa expressão, com o pensamento de dar ao Conselho apenas a iniciativa de sugerir ao Congresso um projeto de lei em certos termos. Mas, quando se procura criar uma legislação sobre salário mínimo, em que se pretende elaborar projeto de lei sobre esse salário, V. Ex.ª não pode usar plenamente da expressão "iniciativa" senão com o sentido de regulamentação.

O Sr. Nestor Massena — E' a Constituição que usa dessa expressão, quando fala em iniciativa de lei ou projeto de lei. Nos seguintes termos: "Superar ao poder competente as medidas que considerar necessárias". E' a Constituição que o determina e não eu.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Deste modo, Sr. Presidente, o meu ponto de vista continua o mesmo.

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos) — Peço licença para lembrar ao nobre orador que efalou somente um minuto para terminar o tempo de que dispõe.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Terminarei, Sr. Presidente.

A meu ver, a emenda incide também no vício de caber a iniciativa da legislação sobre salário mínimo ao Conselho Nacional de Economia, confundindo com o dispositivo constitucional que confere tal iniciativa exclusivamente ao Congresso Nacional.

Mantenho, portanto, o ponto de vista em que me encontrei, no sentido de julgar inconstitucional o projeto. — (Muito bem; muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presi-

dente, pelo que pude apreciar da discussão entre os Senadores Nestor Massena e Gomes de Oliveira, parece-me que há certa incompreensão no interpretar-se o art. 2.º, conforme a emenda apresentada.

Na opinião do Senador Gomes de Oliveira, trata-se de disposição inconstitucional, o Senador Nestor Massena, de outro lado, sustenta que o proposto está perfeitamente dentro dos termos da Constituição, porquanto esta dá permissão ao Conselho de Economia Nacional para estudos e sugestões a respeito de assuntos econômicos.

Embora só neste momento haja tomado conhecimento do assunto, penso que o artigo proposto sob forma de emenda não é inconstitucional, porque não dá iniciativa no sentido parlamentar, ao Conselho Nacional de Economia.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª "data yénia", está analisando o assunto muito superficialmente. Se, na elaboração de uma lei, se alude à iniciativa, esta não pode ser outra senão a iniciativa técnica, ou melhor, parlamentar.

O SR. IVO D'AQUINO — Do que está escrito, porém, não se infere iniciativa parlamentar.

Discordo, por esse motivo, do nobre Senador Gomes de Oliveira.

Outrossim, entendo que o dispositivo é inócuo. Com efeito, estabelece que, ressalvado o disposto no art. 4.º do projeto — em que se reconhece a competência do Presidente da República e das Câmaras Legislativas, para a iniciativa de projetos de leis, — a legislação sobre o salário mínimo poderá ser em exposição de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º "in fine", e artigo 205 da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, sugestões ao Congresso Nacional, qualquer órgão, instituto ou pessoa pode apresentá-las.

O Sr. Gomes de Oliveira — E' evidente. Ainda ontem, eu disse ao Senador Massena que estamos cansados de receber sugestões de órgãos do Poder Público.

O Sr. Nestor Massena — Perfeitamente; sugestões, não, projeto de lei.

O SR. IVO D'AQUINO — Sr. Presidente, entendo que, em face da Constituição, essa disposição é absolutamente desnecessária.

O Sr. Nestor Massena — Inconstitucional é que não.

O SR. IVO D'AQUINO — Eu, por exemplo, não votarei a favor da emenda por entender que não tem objeto da forma como está redigida. Permite-me, portanto, os nobres colegas discordar das suas opiniões e votar contra a emenda.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª fica com a outra interpretação.

O SR. IVO D'AQUINO — ... a meu ver inócua, porquanto permite um ato que pode ser praticado por qualquer órgão, ou cidadão, quando todos, nos termos da Constituição, podem dirigir-se ao Congresso Nacional, fazendo sugestões.

Assim, Sr. Presidente, meu voto será contrário à emenda, mas pelos motivos que acabo de expor.

O Sr. Nestor Massena — E não porque a considere inconstitucional.

O SR. IVO D'AQUINO — Tenho dito, Sr. Presidente. — (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 1.

Os Senhores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 1

Redija-se assim o

Art. 2.º A legislação sobre o salário mínimo, ressalvado o disposto no artigo 4.º (em que se reconhece a competência do Presidente da Repu-

blica e das câmaras do Congresso Nacional para a iniciativa de projeto de lei a respeito), poderá ser, em exposição de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, nos termos do parágrafo 2.º in fine, do artigo 205, da Constituição, sugerida ao Congresso Nacional, por intermédio da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 2, com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

E' aprovada a seguinte

EMENDA N.º 2

Acrescente-se ao artigo 4.º este parágrafo:

"Parágrafo único — O não recebimento de informações solicitadas ao Conselho de Economia dentro do prazo de 15 dias liberará a tramitação do Projeto".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a constitucionalidade do projeto, assim emendado. A Comissão de Constituição e Justiça mantém o contrário parecer, apesar da aceitação da emenda.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Pela Ordem) Sr. Presidente, agradeceria informar-me se está em votação o art. 4.º ou apenas a emenda a esse artigo.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o projeto, na fase preliminar, isto é, vai ser apreciada apenas a constitucionalidade.

Tendo a Comissão de Constituição e Justiça arguido a inconstitucionalidade, o nobre Senador Nestor Massena, dura te a discussão, apresentou duas emendas, com o intuito de corrigi-la. A uma dessas emendas aquela Comissão ofereceu parecer favorável; manteve, o parecer todavia, pela inconstitucionalidade.

A Emenda n.º 2 foi aprovada.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Pela Ordem) Sr. Presidente, será possível o destaque do art. 4.º, na votação do Projeto?

O SR. PRESIDENTE — Nos termos do Regimento — devo informar ao nobre Senador — não é possível destaque de artigo já aprovado pelo plenário.

O SR. IVO D'AQUINO — Senhor Presidente, nesse caso, peço a palavra para encaminhar a votação do projeto.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, em vista da resposta que V. Ex.ª acaba de me dar, sou forçado a votar pela inconstitucionalidade do Projeto; porque, se ele não é inconstitucional por todos os seus artigos, evidentemente o é pelo artigo 4.º. Este reza o seguinte:

"A tramitação de qualquer projeto de lei sobre salários-mínimo que não seja de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, dependerá de informação prévia desse Conselho".

O Sr. Gomes de Oliveira — Foi nesse sentido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. IVO D'AQUINO — Ora, Sr. Presidente, não é possível que a tramitação dos projetos em qualquer das duas Câmaras do Congresso Nacional fique dependendo de opinião,

parecer ou sugestão de qualquer outro órgão.

O Sr. Nestor Massena — A emenda, aprovada, corrige a situação declarando que, dentro de determinado prazo, estará liberada a tramitação.

O SR. IVO D'AQUINO — Não corrige, porém, a inconstitucionalidade substancial do art. 4.º. Limita-se a dispor que, se, em determinado prazo, o Conselho Nacional de Economia não prestar as informações, o Projeto continuará seu curso.

Nenhuma regra se pode estabelecer fazendo a tramitação de projeto, nas duas Casas do Congresso Nacional, depender de qualquer órgão estranho ao próprio Parlamento.

Se fosse possível pedir destaque do art. 4.º, eu o faria, a fim de tornar o projeto aceitável, mas, desde o momento que a proposição sairá elevada dessa inconstitucionalidade, evidentemente não posso votar pela constitucionalidade.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Ex.ª é mais rigoroso do que fomos, não apreciar a emenda. Quisemos admitir que, aberta essa válvula dos quinze dias, para que o Congresso pudesse continuar a elaboração da lei, a falha teria sido, de certo modo, corrigida. O nobre colega tem toda a razão.

O SR. IVO D'AQUINO — Agradeço o aparte, e respondo o seguinte: não podemos criar válvulas de escape às normas da Constituição, porque, dessa forma, acabaremos retirando sua própria substância.

Rejeitou o Senado a emenda primeiro votada — não pela inconstitucionalidade, mas pela inocuidade. Nem estava ela redigida nos termos do art. 4.º, porquanto este reza:

"A tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário-mínimo, que não seja de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, dependerá de informação prévia desse Conselho".

Dessa forma, retirava-se do Presidente da República e dos membros do Congresso Nacional, iniciativa que a Constituição lhes conferiu.

O Sr. Gomes de Oliveira — E' incontestável.

O SR. IVO D'AQUINO — Assim, Sr. Presidente, lamento muito, mas não posso votar favoravelmente ao art. 4.º, e, como este artigo, de forma por que está redigido, macula, por assim dizer, a constitucionalidade do projeto, vejo-me obrigado a votar contra a proposição, por julgá-la inconstitucional. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a constitucionalidade do projeto.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

E' rejeitado, por inconstitucional, o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N. 42 de 1954

Dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º O salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família (Constituição, art. 157, I) será único em cada região, sem distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos (idem, art. 157, parágrafo único) e sem diferença do trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade, estado civil (idem, art. 157, II), de qualidade ou de horário (idem, artigo 157, V).

Art. 2.º A legislação sobre o salário mínimo será de iniciativa do Conselho Nacional de Economia (Constituição, art. 205, § 2.º) em exposição ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados.

§ 1.º Para a exposição prevista neste artigo, o Conselho Nacional de Economia requisitará do Poder Executivo,

pelos seus Ministérios, os dados de que tiver necessidade.

§ 2.º O Conselho Nacional de Economia poderá realizar em qualquer parte do país os inquéritos convenientes à tarefa que lhe incumbe por esta lei.

Art. 3.º Independentemente das medidas necessárias aos fins desta lei, apresentadas, quando julgadas oportunas, ao Congresso Nacional pelo Conselho Nacional de Economia, esse Conselho fará, quinquenalmente, ao Poder Legislativo, exposição devidamente fundamentada sobre a conveniência de manter, ou modificar, o salário mínimo nas diversas regiões econômicas do país.

Art. 4.º A tramitação de qualquer projeto de lei sobre salário mínimo, que não seja de iniciativa do Conselho Nacional de Economia, dependerá de informação prévia desse Conselho.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Reconhecia sua inconstitucionalidade, de acordo com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça está rejeitada a emenda anteriormente aprovada.

O projeto será arquivado.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954 (número 1.713-52 da Câmara), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias (em regime de urgência, nos termos do art. 55, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 16-7-54), tendo parecer da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado) e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à leitura do parecer da Comissão de Serviço Público Civil.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura do seguinte

Parecer n.º 545, de 1954

Da Comissão de Serviço Público Civil, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Relator: Sr. Nator Massena. A Câmara dos Deputados enviou ao Senado Federal, pelo ofício n.º 775, de 22 de maio de 1954, o seu projeto de lei n.º 1.713-C, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

Este projeto está assim concebido:

Art. 1.º Os atuais extranumerários mensais da União e das Autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as leis 525-A, de 7 de dezembro de 1948 e 1.711, de 23 de outubro de 1952, inclusive o que já tenha sido mandado computar, para outros fins, em leis especiais anteriores.

Art. 2.º A partir da data da publicação desta lei, só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecida como transitória como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas, e como tateiros para atividade de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por esta forma não se aplica o disposto no art. 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgão interessado.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e Autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas condições figurarão obrigatoriamente três representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo um especializado em pessoal, outro em orçamento e outro em organização.

§ 5.º Essas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tateiro e controlarão as admissões e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbir da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais ou das entidades enumeradas nesta Lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes for solicitado pelas autoridades federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Art. 3.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O", ou referência 31, e o dos tateiros não ultrapassará o do padrão "K", ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tateiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 4.º Ao pessoal assim admitido aplica-se a legislação do extranumerário em vigor, contando-se para todos os efeitos o tempo de serviço prestado se em cargo de provimento efetivo vier a ser provido.

Parágrafo único. O pessoal contratado e tateiro será admitido mediante prova de aptidão ou de habilitação realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, quando se tratar de admissão para órgãos de Administração Estatal ou Parastatal.

Art. 5.º Dentro em 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente Lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta Lei e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Este projeto foi, originariamente, assim concebido:

"O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Aos extranumerários da União que não foram contemplados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica assegurado o direito de estabilidade no emprego, após dois anos de serviço ininterrupto, quando admitidos em virtude de prova de habilitação, e de cinco nos demais casos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de março de 1952. — Muniz Falcão.

Justificação

A estabilidade no emprego constitui hoje uma das mais justas aspirações de todas as classes.

Foi consagrada em nossa legislação trabalhista desde 1935, com o advento da Lei n.º 62, e mantida na atual Consolidação das Leis do Trabalho, que, para esse efeito, não faz distinção de qualquer ordem, a não ser quanto aos cargos de confiança ou de provimento em comissão. Só no serviço público é que, por uma anomalia inconcebível, nega-se essa regalia a uma classe das mais numerosas, os extranumerários, a despeito de exercerem, na administração, funções equivalentes aos funcionários. O extranumerário — criação *suigeneris* desse campo de inovações que é o DASP — não obstante o seu caráter excepcional, como a própria palavra essa ozeno, distingue-se do funcionário apenas pela denominação, por isso que tem os mesmos encargos e idênticas responsabilidades. A diferença está exclusivamente em que não gozam dos mesmos direitos. São restituídos da famosa "técnica daspos de administração".

A Constituição Federal, art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, prescreveu que "os atuais extranumerários que exerçam funções de caráter permanente nas áreas de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença e disponibilidade". Foi uma solução parcial, porque militares e extranumerários ficaram excluídos dessas garantias, criando-se, por outro lado, um grupo de privilegiados no seio da própria classe. Não se pode conceber que contínuo impregnado tão absurda iniquidade no serviço público por imposição de um departamento que so maieiros tem trazido ao país, criando uma burocracia complexa e ineficiente que não se consegue corrigir.

Para corrigir esse erro é que ofereço a Câmara o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em março de 1952. — Muniz Falcão.

Depois de apresentação, na Câmara dos Deputados, o projeto foi a imprimir em 5 de março de 1952, tendo sido distribuído, no dia seguinte as Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças. Mais tarde, em 27 de agosto de 1953, foi aprovado requerimento de criação da Comissão Especial para estudar o projeto. Em 24 de novembro do mesmo ano foram a imprimir os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, favorável à sua constitucionalidade e de Serviço Público Civil e Especial, com substitutivo. Após o encerramento da primeira discussão, foi o projeto submetido a votação, em 14 de dezembro seguintes, votação que se não processou por falta de número. Em 1.º de fevereiro de 1954, reabriu-se a primeira discussão, que foi encerrada no mesmo dia, procedendo-se a votação na sessão do seguinte dia 5, na qual se não conseguiu número para a deliberação a respeito. Na sessão do dia 8 do mesmo mês foi aprovado o projeto substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, que passou à segunda discussão.

Em 15 de janeiro de 1954 foi encerrada, com emendas, a segunda discussão do projeto. Em 24 do mesmo mês entrou o projeto em votação, dependendo de parecer da Comissão de Serviço Público Civil sobre as quatro emendas apresentadas em plenário sobre as quais se manifestou oralmente o relator da Comissão com parecer contrário. As emendas foram rejeitadas. O projeto foi à redação final.

A redação final foram apresentadas duas emendas que, apesar de terem parecer contrário, foram aprovadas, então, o projeto enviado ao Senado.

Infelizmente, não foi remetido ao Senado um só avulso com os pareceres

das Comissões que opinaram sobre o projeto em primeira discussão, não nos tendo sido enviado, também, os originais desses pareceres.

Parece que, visando o projeto equiparar os extranumerários mensais da União e das Autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, essa equiparação está em consonância com o preceito do artigo 188 da Constituição Federal, pelo qual "são estáveis: I — depois, de dois anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados por concurso; II — depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso". Os funcionários extranumerários sem a cláusula de interinidade são funcionários efetivos, aos quais se pode e se deve aplicar o disposto no n.º II do artigo 188 da Constituição, uma vez que se não trata de funcionários de cargo de confiança, ou de cargo que a lei declara de livre nomeação e demissão.

É certo que a Constituição estabelece que a primeira investidura em cargo de carreira e em outro que a lei determinou efetuar-se-á mediante concurso, precedendo de inspeção de saúde. Os extranumerários não são, porém, ocupantes de cargos de carreira. E, quando o fossem desde que nomeados independentemente de concurso, desde que nele permanece por mais de cinco anos, néles adquirem a estabilidade prevista constitucionalmente.

Estas considerações não dispensam as das comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, que têm competência para opinar sobre o projeto constitucional das proposições em tramitação pelas câmaras do Congresso Nacional. Como o projeto não foi despatchado, no Senado, a Comissão de Constituição e Justiça, a que terá ocorrido por já se haver manifestado, antes idêntica comissão da Câmara dos Deputados, procurei os pareceres, cujos avulsos não nos foram enviados, no Diário do Congresso Nacional.

Ainda na Câmara, foi anexado ao projeto 1.713 o de 2.082, de 1952, conforme este ofício, despatchado favoravelmente pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

Rio de Janeiro, em 9 de setembro de 1952.

Ofício n.º 231-52:

Senhor Presidente: Atendendo a requerimento do Senhor Osvaldo Trigueiro, solicito a Vossa Excelência se digne mandar anexar ao Projeto de Lei n.º 1.713, de 1952, de autoria do Senhor Muniz Falcão, que "regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União" o de n.º 2.080, de 1952, uma vez que tratam da mesma matéria.

Junto, envio a Vossa Excelência ambas as proposições para que se proceda a anexação pedida.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha alta estima e mais distinta consideração. — Marcy Junior, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça".

O projeto n.º 2.070, a que o ofício retro-transcreto alude, é o seguinte:

PROJETO

Assigura estabilidade nos extranumerários da União, das autarquias e órgãos parastatais.

(Do Sr. Celso Pegannha)

"O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Aos extranumerários da União, das autarquias e órgãos parastatais é assegurada plena estabilidade funcional desde que:

a) contem ou venham a completar cinco (5) anos ininterruptos de serviço devidamente comprovados;

b) contem ou venham a completar dez (10) anos de serviços prestados,

embora interrompidos devidamente comprovados.

Art. 2.º Dentro de 30 dias a partir da vigência da presente lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos de seus servidores respectivos.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de Junho de 1952. — Celso Peganha. — Benjamin Farah.

Justificação

A legislação ao criar a instituição do extranumerário visava solucionar uma quebra de continuidade da máquina administrativa que parecia momentânea, episódica, e que, por essa razão, não deveria merecer o tratamento definitivo — a criação de cargos.

Entretanto, a aludida quebra de continuidade da máquina administrativa, não era momentânea nem episódica, e sim crescimento normal.

Verificado esse fenômeno, não tomou, porém, o Estado, nenhuma providência que viesse corrigir a fórmula adotada anteriormente para satisfazer a necessidade daquela ocasião.

E, considerando que a admissão de pessoal extranumerário só é justificável para atender um aumento eventual de serviço e que o pessoal assim admitido e a título precário, devendo ser dispensado após a supradita eventualidade e sendo no presente justamente o contrário do que se verifica, em que as funções de extranumerários são verdadeiras e reais sucedâneos dos cargos públicos, sem que para todas essas razões, e, ainda outras do domínio público, é que justificamos o presente projeto de Lei. — Celso Peganha.

Na Câmara, o projeto obteve este parecer da Comissão de Constituição e Justiça:

PARER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

RELATÓRIO

Foram-me distribuídos, para dar parecer, os projetos de ns. 1.713-52 e 2.089-52. Ambos versam a mesma matéria — regulam a estabilidade do pessoal extranumerário da União das autarquias e órgãos paraestatais.

Sob a fundamentação, o deputado Osvaldo Trigueiro requereu a junção dos Projetos, tendo o Presidente da Casa, provocado pelo Presidente desta Comissão, deferido o pedido.

Não havendo restrições quanto à constitucionalidade, resta-me apresentar o substitutivo que reúne as duas proposições.

SUBSTITUTIVO

Regula a estabilidade do pessoal extranumerário no serviço público federal.

Art. 1.º Fica assegurada plena estabilidade aos extranumerários da União, das Autarquias e órgãos paraestatais que contem ou venham a completar dois anos de serviço, desde que seu ingresso seja precedido de prova de título ou de habilitação e, nos demais casos, quando contem ou venham a completar cinco anos de serviço.

Art. 2.º Dentro de 30 dias, contados a partir da vigência desta lei, serão apostilados os títulos dos servidores pela mesma abrangência.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 17 de outubro de 1952. — Gurgel do Amaral.

PARER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça é pela constitucionalidade dos Projetos ns. 1.713-52 e 2.089-52, rejeitando-os por sua injuriedade.

Sala Afrânio de Melo Franco, 26 de novembro de 1952. — Marrey Júnior, Presidente. — Gurgel do Amaral, Relator nos termos do parecer retro. — Manoel Ribas. — Ulysses Guimarães. — Antônio Balbino. — Doutor de Andrade. — Godoy Ilha. — Alencar Araripe. — Daniel de Carvalho. — Tarso Dutra. — Augusto Dutra. — Lúcio Bittencourt. Embora considere constitucional a proposição "não a considere injurídica", deixando às Comissões específicas o exame do mérito da matéria".

O parecer da Comissão de Serviço Público Civil da Câmara dos Deputados está assim redigido:

PARER DA COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO

"O nobre Deputado Muniz Faleão apresentou ao Congresso Nacional o Projeto n.º 1.713-52, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União. Pelo exposto no art. 1.º, fica estatuído "aos extranumerários da União que não foram contemplados pelo art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias", fica assegurado o direito de estabilidade no emprego, após dois anos de serviço ininterruptos, quando admitidos em virtude de prova de habilitação, e de cinco anos nos demais casos".

A Justificação apresentada pelo autor do Projeto bem diz da necessidade dessa regulamentação, pois, sem dúvida, a estabilidade no emprego constitui sempre justa aspiração de todas as classes.

Surgiu após o Projeto n.º 2.089-52, de autoria do ilustre Deputado Celso Peganha assegurando estabilidade aos extranumerários da União, das autarquias e órgãos paraestatais, nos termos seguintes:

Art. 1.º Aos extranumerários da União, das autarquias e órgãos paraestatais é assegurado plena estabilidade funcional desde que:

a) contem ou venham completar cinco anos ininterruptos de serviço devidamente comprovados;

b) contem ou venham completar dez anos de serviços prestados, embora interrompidos devidamente comprovados.

Art. 2.º Dentro de 30 dias a partir da vigência da presente lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos de seus servidores respectivos.

Ouvindo quanto ao primeiro Projeto, opinou o ilustre Deputado Gurgel do Amaral favoravelmente ao mesmo quanto à sua Constitucionalidade e, quanto ao mérito achou que a nossa Comissão sendo como ela é, especifica, cabe falar quanto ao mérito.

A requerimento do nobre Deputado Osvaldo Trigueiro, foram mandados juntar os Projetos ora em discussão. Novamente distribuídos, para dar parecer, opinou, ainda, o nobre Deputado Gurgel do Amaral favoravelmente quanto à constitucionalidade apresentando, afinal substitutivo que reúne as duas proposições.

No art. 1.º ficou assegurada plena estabilidade aos extranumerários da União, das Autarquias e órgãos paraestatais, que contem ou venham a completar dois anos de serviços, desde que seu ingresso seja precedido de prova de título ou de habilitação e, nos demais casos, quando contem ou venham a completar cinco anos de serviço.

Art. 2.º Dentro de 30 dias, contados a partir da vigência desta lei serão apostilados os títulos dos servidores pela mesma abrangência.

A Comissão de Constituição e Justiça chamada a manifestar-se pela constitucionalidade dos Projetos números 1.713 e 2.089, ambos de 1952, rejeitando-os pela sua injuriedade. É este o Relatório.

A categoria de servidores denominada "pessoal extranumerário" surgiu com a Lei n.º 284, de 1936, a qual dispõe em seu art. 1.º:

"Os serviços públicos civis serão executados pelos funcionários cujos cargos constam das tabelas anexas a esta lei e por "extranumerários".

Dispõe, ainda, o art. 51 da mesma Lei:

"Os serviços públicos em geral e especialmente, de natureza industrial, deverão ser constituídos por um núcleo reduzido de funcionários de quadro, que ocuparão os cargos de maior responsabilidade. As funções auxiliares deverão ser exercidas por pessoal extranumerário.

A parte grifada deste artigo há muito que está absoluta, pois é no próprio DASP, órgão padrão do Serviço Público Federal, onde se encontram extranumerários e funcionários exercendo as mesmas atividades. Tal é o caso dos Assistentes de Administração extranumerários, Oficiais Administrativos de carreira e até mesmo técnicos de Administração que ocupam a carreira mais elevada, fazem todos a mesma coisa dentro de cada setor de trabalho. Vou mais além, aquele Departamento tem extranumerários em Chefia de suas Seções e até na direção de serviços. Ora, isso se explica: não dispondo o Serviço Público de um plano racional de classificação, como distinguir atribuições? Tem mesmo de cometê-las aos servidores que se mostrarem mais capazes cinco anos de serviço não é prova suficiente da capacidade, da utilidade de um cidadão para que se lhe dê a merecida estabilidade e outras vantagens a que tem direito? E bem de ver que não quero ir a ponto de generalizar, porque não seria humano ou razoável que a Administração conferisse atribuições de responsabilidade a um servicial, por exemplo.

Regulando a admissão do pessoal extranumerário, foi expedido o Decreto-lei n.º 240, de 4 de fevereiro de 1938, o qual dispõe também sobre o pessoal para Obras. Aqui é oportuno abrir um parêntese. O espírito do artigo 51 da Lei n.º 284, transcrita linhas acima, mostra, evidentemente o sentido econômico de que se resalta objetivando, pois, a execução por preço reduzido do serviço público. Nesse particular acho que está certo, porque o Estado não deixa de ser um empregador como outro qualquer e assim seria desigual ele próprio fomentar a concorrência do mercado de trabalho. Isto é, porém, não posso compreender é o alcance das leis que resem a espécie em negar amparo ao servidor quando é o próprio Estado que obriga ao particular a dar estabilidade a seus empregados com dez anos de serviço.

Mas, como falamos em aspecto econômico, vamos ver que é o próprio Estado que vai afastando esta idéia à vista da própria realidade dos fatos. Isto é, para não sofrer a concorrência do mercado de trabalho que sobre ele cairia como verdadeiro rolo compressor e daí é que o nobre Decreto-lei n.º 240, que estabelece normas para admissão do pessoal extranumerário, já concede vantagens a esse pessoal. Assim, dispõe o art. 54:

"As vantagens relativas às férias, licenças e concessões dos funcionários públicos são extensivas no que lhe for aplicável, aos contratados e mensalistas, dentro do prazo de validade do contrato para aqueles e do exercício financeiro para estes."

A referência a exercício, quanto aos mensalistas decorre de que estes eram admitidos para cada ano e recebidos de acordo com a necessidade dos serviços para o ano seguinte. Tal recondução, porém, foi revogada expressamente, pelo art. 39 do Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1948.

"Não haverá relacionamento anual de mensalistas para efeito

de recondução, ou não, promovendo-se, na forma deste Decreto-lei e em qualquer tempo, a dispensa daqueles que devem continuar no exercício da função."

Pelo Decreto-lei n.º 5.175, que é uma síntese geral, o extranumerário obteve uma série de vantagens como, o ganho de salário, transferência, readmissão e reversão. Note-se que já gozava da aposentadoria nos termos do Decreto-lei n.º 240 citado, e auxílio funeral de acordo com o Decreto-lei número 9.400.

Que restava dar ao extranumerário. A estabilidade e o direito de decorrente, isto é, a segurança no emprego, evidenciando-se, aqui, o total acobertamento do espírito econômico que notou a criação do extranumerário. Porque, então, negar-lhe a garantia de estabilidade que é a segurança no emprego, quando o próprio Senado obriga ao particular a dar a estabilidade aos seus empregados? Por que este espírito de contrassenso à nossa formação cristã, isto é, manter um indivíduo em constante ameaça? Qual será o medo do Estado em amparar com estabilidade no emprego seus servidores cuja eficiência e utilidade está provada, pelos anos de serviço prestados à Nação, aos Estados e aos Municípios?

Nobres colegas. Não estamos, aqui, advogando ou servindo de patrono à questão da estabilidade do extranumerário, estamos sim, clamando pela justiça, isto é, pela extensão de um princípio já anotado pelos nossos legisladores ordinários não só na Constituinte, mas que pelos artigos 18 e 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, foi assegurada a estabilidade aos pracinhas e aos extranumerários e interinos, como também nas Leis n.º 295, de 29 de julho de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952 aquela referente ao amparo do Pessoal de Forças e esta ao dos pracinhas. Ora meus nobres colegas não será uma dura campanha batalhar por longos anos no serviço público, dar o melhor de sua mocidade e viver sempre ameaçado de perder o emprego de um momento para outro? E, realmente, uma árdua campanha mas que oferece uma grande diferença daquela que enfrentaram os nossos pracinhas, pois enquanto estes lutavam e esperavam a vitória e alcançaram, o extranumerário luta esperando sempre a derrota e são inúmeros os que já a têm alcançado. Muito se poderia dizer sobre a situação de dolorosa incerteza e constante ameaça. Julgo, porém, que o alto espírito cívico de meus nobres colegas saberá fazer a justiça merecida à maior e mais sacrificada classe de servidores públicos.

Quanto aos demais assuntos tratados no nosso projeto de Lei, no que diz respeito expressamente a vantagens, deveres e responsabilidades do pessoal contratado e tarefeiro a ser admitido de futuro, desnecessário se torna fazer maiores comentários, pois não seria viável admitir pessoal para o serviço público e deixá-lo em inferioridade de condições com os demais trabalhadores de entidades privadas, pois é o próprio Governo que no projeto de abono aos servidores públicos procura amparar os diaristas extranumerários e até os de Obras que nenhuma relação de emprego mantem com o Estado.

Os demais assuntos tratados como projeto objetivam evitar excessos na admissão do pessoal e bem assim o desvio de dotação para fins que não sejam previstos na lei orçamentária e, ainda mais, aparelhar o Governo para melhor coordenação de suas atividades nos vários setores da administração, especialmente no interior do País. Paralelamente, os Governos Estaduais e Municipais poderão constar com técnicos para organização de sua administração, e, assim, cada vez mais,

se uniformizarão os salutaros princípios de administração técnica já adotada pelos países mais adiantados do mundo, tal como os E. E. U. U. da América, a Inglaterra, o Canadá etc., que têm constituído as principais fontes nas quais buscamos ensinamentos.

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º Os atuais extranumerários da União, Estados, Municípios e Autarquias que contem ou venham a contar mais de cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não, ou em virtude de concurso ou prova serão equiparados aos funcionários efetivos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as Leis 525-A, de 7 de dezembro de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2.º A partir da data da publicação desta Lei só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória, como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no artigo 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgão interessado.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e Autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas comissões figurarão obrigatoriamente três representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo um especializado em pessoal, outro em orçamento e outro em organização.

§ 5.º Essas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tarefeiro e controlarão as admissões e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbir-las da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais ou das entidades, enumeradas nesta Lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes forem solicitadas, pelas autoridades federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Art. 3.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O" ou referência 31 e o dos tarefeiros não ultrapassará ao do padrão "K" ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tarefeiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 4.º Ao pessoal assim admitido aplica-se a legislação da extranumerário em vigor, contando-se para todos os efeitos o tempo de serviço prestado se em cargo de provimento efetivo vier a ser provido.

Parágrafo único. O pessoal contratado e tarefeiro será admitido mediante prova de aptidão ou de habilitação realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, quando se tratar de admissão para órgãos da Administração Estatal ou Paraestatal, cabendo aos Estados e

Municípios adotar os mesmos princípios no que couber.

Art. 5.º Dentro de trinta dias a partir da vigência da presente Lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta Lei e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 6.º Esta Lei vigorará a partir da data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário. — *Armando Corrêa*.
A Comissão de Serviço Público Civil da Câmara dos Deputados aceitou estas duas emendas ao substitutivo sugerido pelo relator nela do projeto:

"N.º 1"

Emenda supressiva ao artigo 1.º do Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil.

Redija-se assim o art. 1.º:

"Art. 1.º Os atuais extranumerários mensais da União que contem ou venham a contar mais de cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos".

Rio, em 17 de abril de 1953. — *Lopo Coelho*.

"N.º 2"

Suprima-se a expressão: "...cabendo aos Estados e Municípios adotar os mesmos princípios no que couber".

Contida na parte final do parágrafo único do artigo 4.º do Substitutivo *Armando Corrêa*.

Rio, em 17 de abril de 1953. — *Lopo Coelho*.

Com as modificações adotadas pela Comissão de Serviço Público Civil, o seu substitutivo ao projeto ficou, afinal com esta redação:

"Substitutivo ao Projeto número 1.713, aprovado pela Comissão de Serviço Público Civil com as emendas (2) do Sr. Deputado *Lopo Coelho*."

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Os atuais extranumerários mensais da União que contem ou venham a contar mais de cinco (5) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as Leis 525-A, de 7 de dezembro de 1948 e 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2.º A partir da data da publicação desta Lei só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória, como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no artigo 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgãos interessados.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e Autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tarefeiro e controlarão as admissões

e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbir-las da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais ou das entidades enumeradas nesta Lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios, e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes forem solicitadas, pelas autoridades federais, estaduais, municipais e autárquicas.

Art. 3.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O", ou referência 31, e o dos tarefeiros não ultrapassará ao do padrão "K", ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tarefeiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 4.º Ao pessoal assim admitido aplica-se a legislação da extranumerário em vigor, contando-se para todos os efeitos o tempo de serviço prestado se em cargo de provimento efetivo vier a ser provido.

Parágrafo único. O pessoal contratado e tarefeiro será admitido mediante prova de aptidão ou de habilitação realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, quando se tratar de admissão para órgãos da Administração Estatal ou Paraestatal.

Art. 5.º Dentro de trinta dias a partir da vigência da presente Lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta Lei e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 6.º Esta Lei vigorará a partir da data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala "Sabino Barroso", em 6 de maio de 1953. — *Benjamin Farah*, Presidente. — *Armando Corrêa*, Relator. — *José Romero*. — *Bias Fortes*. — *Lopo Coelho*. — *Flavio Castrioto*. — *Art. Pitombo*. — *Heitor Beltrão*. — *Bequeira Leal*.

O relatório do senhor Deputado Aloisio de Castro, na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, foi assim elaborado:

"RELATÓRIO DO SR. ALUISIO DE CASTRO, RELATOR NA COMISSÃO DE FINANÇAS".

O nobre deputado Sr. Muniz Falcão apresentou à consideração da Câmara o projeto de lei que tomou o número 1.752-52, regulando a estabilidade do pessoal extranumerário da União, nos simples e seguintes termos:

"O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos extranumerários da União, que não foram contemplados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica assegurado o direito de estabilidade no emprego, após dois anos de serviços ininterruptos, quando admitidos em virtude de prova de habilitação, e de cinco anos nos demais casos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário."

Submetido à consideração da Comissão de Constituição e Justiça esse projeto, opinou pela sua constitucionalidade, depois de anexá-lo ao de n.º 2.086-52, da autoria do Sr. Deputado Celso Peçanha, que versa o mesmo assunto rejeitando-se, porém pela sua injuridicidade, por maioria de votos.

Encaminhados, depois, à Comissão de Serviço Público Civil, os projetos em questão foram por esta acolhidos em suas linhas gerais, na forma do substitutivo que se vê do processo. Nesse substitutivo, que teve como Relator o nobre Deputado Lopo Coelho, encontra-se a matéria melhor sistematizada, porque, distinguindo as diferentes espécies dos extranumerários, indica os que devem ou podem vir a gozar da garantia da

estabilidade, considerando, neste sentido, a natureza das funções que desempenham.

Os extranumerários no Direito Administrativo Brasileiro

Consoante se verifica da legislação reguladora do assunto, os extranumerários apareceram entre os servidores da administração federal com o artigo 19 da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936. Dispunha esse artigo que "os serviços públicos serão executados pelos funcionários cujos cargos constam das tabelas anexas a esta Lei e por extranumerários", que seriam titulares das funções auxiliares, como expressamente estava dito no artigo 51 da citada Lei.

Com o passar dos anos, entretanto, o Poder Executivo adulterou o objetivo da Lei, e, sem mais consulta à natureza das funções, que criava, à absoluta revelia do Poder Legislativo, as provias com extranumerários, ora chamando-os de mensais, ora de contratados, ora de tarefeiros e, afinal, de diaristas.

Assistimos no decurso deste último decênio, ao que tem servido as tabelas de extranumerários. Periodicamente modificadas, quando não rudemente reestruturadas, tais tabelas apresentaram-se, neste momento, tresdobradas na sua composição. De lá se servem e a elas recorrem os agentes do Poder Executivo frequentemente, para as admissões de toda espécie. Enquanto isto, passaram a ser sobremaneira raros os pedidos do Executivo ao Legislativo, para criação de cargos. Pode-se dizer mesmo que tão raros têm sido eles, que o Legislativo poderia elogiar a conduta governamental, no particular, se, acaso, anualmente, as propostas orçamentárias não denunciasses o aumento da despesa de pessoal, em todos os setores da administração pública, através do crescente interminável dos lugares criados nas sobre-ditas tabelas. Essa política de pessoal explica-se, mas só se explica pelo fato de, servindo-se das tabelas, para incorporação de novos contingentes de candidatos aos empregos públicos, o Poder Executivo não estar sujeito, por esse caminho, aos freios do Congresso, por um lado e, por outro, ao imperativo constitucional do concurso vale dizer, portanto, que a invenção das tabelas de extranumerários constitui um golpe desferido contra a autoridade do Legislativo, que perdeu inteiramente, o controle e a fiscalização das despesas cada vez maiores e mais asseverantes da verba dos orçamentos da República. A demonstração inequívoca, incontestável e convincente do que aqui afirmamos encontramo-la, como já dito, nas propostas anuais da lei de meios. Nestas, o aumento das dotações destinadas ao pessoal titular de cargos criados pelo Congresso e quase nenhum, como não-lo convence o estudo comparativo. Mas, no tocante às rubricas dos servidores extranumerários, o que se observa e a ascensão descomulgada da despesa, ascensão esta que tem chegado a cifras superiores às relativas ao pagamento do pessoal permanente. Não é preciso dizer mais para que se tenha a noção extra do absurdo que aí está a agravar a nossa situação financeira.

Foi, entretanto, visando por termo a essa desaconselhável e perigosa política de pessoal, por contrária aos interesses da Fazenda e, sobretudo, por contrária às prerrogativas do Poder Legislativo — que tivemos, como Relator do projeto dos Estatutos dos Funcionários Públicos, a iniciativa de, por uma vez, cancelar as atribuições das tabelas, incorporando os atuais extranumerários aos quadros do funcionalismo, com exceção, apenas, dos diaristas e contratados cujas funções, porém, ficavam sempre dependentes do voto do Congresso. Infelizmente,

vimos parecer a nossa proposição, por pequena maioria de votos, no seio do plenário da Câmara. E desastrosas consequências de tudo isso estampam-se no orçamento, por onde se vê que, no próximo ano, gastaremos cerca de três bilhões e meio com o pessoal extranumerário, ou seja, isto, mais de metade do que dispenderemos com todo o pessoal permanente, aí incluídas as forças armadas da Nação.

Os benefícios do Substituto
O primeiro e mais enconchável benefício do substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil consiste em extinguir totalmente tão danosa orientação, fazendo cessar o instrumento das tabelas numéricas e só admitindo como extranumerário contratados os que se ocupem de funções técnico-científicas e, como tarefeiro, os de atividade subalterna ou braçal.

Dai não resultarão menores encargos que os existentes para o Tesouro, como aliás muito bem acentua o outro parecer da Comissão de Serviço Público, porque já o Decreto-lei número 240, de 4 de fevereiro de 1930, estendeu aos extranumerários, sem restrições, toda uma série de vantagens que até então só eram deferidas ao funcionário público propriamente dito.

Isto posto, não se chega a adivinhar onde residirão os proveitos da manutenção da atual diferenciação entre funcionários e extranumerários, até porque, por mais paradoxal que pareça, existem, nas tabelas numéricas dos diferentes Ministérios, funções com vencimentos maiores que os dos correlativos cargos públicos legitimamente criados em lei, daí advindo, presentemente, uma série de ações judiciais intentadas contra a Fazenda Pública, para resguardo do princípio legal que o proíbe.

O nosso parecer, por conseguinte, adstrito aos efeitos da repercussão financeira que pudessem ter o projeto e o substitutivo, não tem a enfrentar um aumento de despesa, que, no caso, não existe, mas tem de considerar que a aprovação do Substituto da Comissão de Serviço Público dará que, de futuro, mais se avoluma a criação de funções públicas nas chamadas tabelas únicas, para admissão de novos servidores, determinando a elevação de grau da pública, como tem acontecido lamentavelmente, nestes últimos tempos.

Sola Antonio Carlos, 9 de setembro de 1953. — **Aloysio de Castro, Relator.**
A Comissão Especial constituída na Câmara dos Deputados para emitir parecer sobre o Projeto assim se manifestou:

*FARECEM DA COMISSÃO ESPECIAL

(Requerimento n.º 1.648-53)

RELATÓRIO

O Ilustre Deputado Muniz Falcão apresentou projeto, que tomou o número 1.713-52, submetendo a apreciação da Câmara a regulamentação da estabilidade do pessoal extranumerário da União, nos seguintes termos:

“O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Aos extranumerários da União que não foram contemplados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica assegurado o direito de estabilidade no emprego, após dois anos de serviço ininterrupto, quando admitidos em virtude de prova de habilitação e de cinco anos nos demais casos.

Art. 2.º Revolvam-se as disposições em contrário.
Substituo o projeto à consideração da Comissão de Constituição e Justiça, teve como Relator o Deputado Gervásio do Amaral, que apresentou substitutivo, pretendendo reunir numa só proposição os projetos números 1.713 e 2.080, este de autoria do Deputado Celso Paganha, por versa-

rem mesmo assunto, e depois deste anexado aquele, e opinando pela sua aprovação. A Comissão, porém, por maioria de votos, rejeitou-os, por considerá-los injurídicos, apesar de reconhecer-lhes a constitucionalidade.

Passando os projetos à apreciação da Comissão de Serviço Público, mereceram aprovação, constando em um substitutivo do Deputado Armando Corrêa, com duas emendas do Deputado Lopo Coelho.

Posteriormente foram os projetos encaminhados à douta Comissão de Finanças, designado Relator o Deputado Aloysio de Castro.

Enquanto eram por este apreciados os projetos constituiu-se uma Comissão Especial, nos termos do artigo 107, parágrafo 1.º do Regimento Interno, da qual fui nomeado relator em 13 do corrente.

Entretanto apresentei o Deputado Aloysio de Castro o seu parecer, favorável à aprovação do substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, que não logrou oportunidade de ser objeto de votação (em virtude, evidentemente, do acúmulo de serviço da Comissão de Finanças a qual está afeto o Orçamento da União).

Do processo constam ainda duas emendas de autoria, respectivamente dos Deputados Augusto Meira e Chagas Rodrigues, a primeira estendendo aos extranumerários que até a aprovação do projeto, tenham sido aposentados compulsoriamente ou não e que contavam mais de 5 anos de serviço público federal, municipal ou estadual, continuado ou não, as vantagens conferidas pelo projeto; a segunda, assegurando aos extranumerários mensais, admitidos mediante prova de habilitação, para exercerem função de natureza permanente, o afastamento da função para desempenho de mandato eletivo.

Este é o relatório.

FARECEM

Os extranumerários surgiram no panorama da administração pública com o artigo 18 da Lei n.º 284, de 28 de outubro de 1936, que dispunha sobre os serviços públicos executados por funcionários e por extranumerários, que serviriam como titulares de funções auxiliares.

Visava a inclusão dos extranumerários atender uma situação de emergência, considerada transitória, sendo suposta a intenção que, tão logo essa situação desaparecesse, consequentemente desapareceriam os extranumerários, criados especificamente para atender-lhe.

Acontece, porém, que a situação não só permaneceu como avolumou-se, passando os extranumerários a exercerem funções de caráter permanente e constituírem pessoal fixo do quadro dos servidores, e em número sempre crescente.

Trabalhando permanentemente, com as mesmas atribuições de serviço e mesmas responsabilidades dos funcionários propriamente ditos, no entanto não mereceram da legislação os cuidados que justamente lhes eram devidos. E não porque praticamente não equivalassem os funcionários, mas por uma distinção que a nomenclatura daspeana impôs. Distinção que não atingiu jamais a substância, mas a forma. Assim, o funcionário percebe vencimentos, o extranumerário, salário; aquele que tem padrão, este referência; o primeiro presta concurso, o segundo, prova de habilitação. Mas, em última análise, onde distinguir entre vencimento e salário, padrão e referência, se, em resumo, representam, retribuição pelo serviço prestado, categoria e seleção?

Assim, aqueles servidores admitidos inicialmente para uma função transitória, passando a exercer a permanente, muitos deles pela capacidade demonstrada, foram levados a altas posições na administração,

O próprio DASP passou a ter extranumerários em chefias de seção e até na direção de serviços. Como se vê, atribuíram a tais servidores, altas responsabilidades, premissas de encargos, que muitos funcionários propriamente ditos não chegaram a alcançar. Então, o próprio Estado compreendendo que não poderia exigir indefinidamente sem devolver alguma compensação, passou, em virtude de decretos-leis a amparar mais amplamente os extranumerários que, pouco a pouco, foram conquistando algumas de suas reivindicações.

E, assim, esses direitos que o Estado vem, paulatinamente, reconhecendo aos extranumerários, culminou com a Constituição Federal que, pelo artigo 23 das Disposições Transitórias, assegurou a estabilidade aos extranumerários que, à época da promulgação da Constituição, contassem 2 e 5 anos de serviço, conforme tivessem ou não prestado prova de habilitação.

Dai, com esse benefício que o artigo 23 conferiu criou-se um grupo de privilegiados dentro do próprio grupo a que pertenciam. Quer dizer, aqueles extranumerários que por azar contavam aqueles anos quando da promulgação da Constituição, gozariam de todas as garantias, e se por acaso faltassem 48 horas, para contarem 2 ou 5 anos, estariam fora de qualquer garantia.

Não é justo e nem razoável que os benefícios do artigo 23 citado só atinjam uma minoria, desatendendo a grande parte, a quem compete as mesmas atribuições os mesmos encargos.

Igual tratamento devem merecer aqueles que têm mesmo rendimento, que prestam idênticos serviços. E tal princípio já consagrado em todas as legislações, inclusive a nossa, deve ser aplicado também aos que só foram atingidos pelo artigo 23 sob pena de se querer isolar o estímulo de bem servir, em respeito unicamente a um princípio obsoleto.

Diante de tal situação que se pretendia remediar, apresentou o Deputado Muniz Falcão o seu Projeto de n.º 1.713-52, visando destruir a desigualdade existente.

Razoável a proposição do nobre colega ainda mais quando, também todos os pracinhas das Forças Expedicionárias recebem como prêmio a estabilidade sem prejuízo do seu tempo de serviço (artigo 18 da Constituição Federal — Disposições Transitórias).

Mais um grupo com privilégio dentro da mesma classe.

O projeto assim foi ter à Comissão de Serviço Público que ao ensejo que se lhe apresentou entendeu por bem solucionar de vez a questão dos extranumerários, apresentando substitutivo pelo qual, além de equiparar o extranumerário ao funcionário público para todos os efeitos, regula as futuras admissões evitando que se procedam sem método, restringindo-as a aquelas funções estritamente de caráter transitório, funções essas que são as únicas que compreendem e explicam a existência de extranumerários.

Tal medida, pois, acaba de vez com o uso indevido do extranumerário em funções permanentes que exigem funcionários com todas as garantias, encurralando-os dentro dos limites justos e apropriados.

Ademais, esse substitutivo também atende ao problema financeiro evitando que se sucedam os abusos na admissão de servidores, que de ano a ano obrigavam uma despesa excessiva quase impossível de ser suportada.

Depois de aprovado esse substitutivo da Comissão de Serviço Público surgiram as emendas a que nos referimos no Relatório e que passaremos a examinar.

A primeira delas, de autoria do Deputado Augusto Meira.

Tal qual está redigida não pode merecer a nossa aprovação de vez que cria um privilégio para extranumerários que venham a ser aposentados

compulsoriamente ou não, durante a discussão do projeto, excluindo, consequentemente, os demais aposentados, já que temos aqui nos batido pela aprovação do substitutivo para sanar as situações de privilégio existente, sendo paradoxal atendermos a pretensão do nobre Deputado pelo Pará.

A segunda emenda, da autoria do nobre Deputado Chagas Rodrigues, que pretende assegurar aos extranumerários mensais admitidos mediante prova de habilitação para exercer a função de natureza permanente, afastamento da respectiva função para desempenho de mandato eletivo, enquanto durar o mesmo, está prejudicada pelo próprio artigo 1.º do substitutivo.

Na verdade, de vez que o substitutivo equipara o extranumerário ao funcionário, para todos os efeitos, e se é assegurado a este o afastamento para desempenho de mandato eletivo, consequentemente o extranumerário equiparado ao funcionário, terá esse direito.

Entretanto, apesar de estarmos de inteiro acordo com as disposições do substitutivo da Comissão de Serviço Público, entendemos de todo interessante a ele acrescentar alguns dispositivos para que seus benefícios se estendam a outros servidores, que de igual sorte merecem as garantias que se pretende conferir aos extranumerários. Assim, o pessoal dos serviços efetuados em regime de acordo entre a União e os Estados, que já são equiparados aos extranumerários da União (artigo 264 da Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952 — Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), devem ser e pressamente incluídos.

Referentemente ao pessoal pago pela verba 3 — Serviços e Encargos e pela verba de Obras, não poderíamos deixar de incluí-los nos efeitos do presente projeto, após contarem 10 anos de serviço, ininterruptos ou não. Além, não se pode compreender que esse pessoal não tenha sido amparado até agora, quando na verdade o próprio Estado obriga o particular a garantir seus empregados, com a estabilidade, inclusive.

Finalmente, para o evitamento de dúvidas, mandamos expressamente aplicar o artigo 6.º da Lei n.º 1.766, de 18-12-52, ao pessoal tarefeiro, quando admitido para perceber salário por dia ou por hora independente de produção.

Com as alterações que introduzimos, fica, portanto, o referido Substituto com a seguinte redação:

Art. 1.º Os atuais extranumerários da União, das Autarquias e Órgãos paraestatais que contem ou venham a contar mais de cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não, ou em virtude de concurso ou prova, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as Leis ns. 525-A, de 7 de dezembro de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 2.º O disposto no artigo anterior aplica-se ao pessoal dos serviços executados em regime de “Acordo” entre a União e os Estados, equiparados aos extranumerários da União, na forma do artigo 264 da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 3.º O pessoal pago pela Verba 3 — Serviços e Encargos e pela Verba de Obras adquire os direitos do artigo 1.º, após dez anos de serviço, ininterruptos ou não.

Art. 4.º Aplica-se o artigo 6.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, ao pessoal tarefeiro, quando admitido para perceber salário por dia ou por hora, independente de produção.

Art. 5.º A partir da data da publicação desta lei só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória,

como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas e como tateiros para atividades de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no artigo 1.º desta Lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério do órgão interessado.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e Autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas comissões figurarão obrigatoriamente, três representantes do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo um especializado em pessoal, outro em orçamento e outro em organização.

§ 5.º Essas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tateiro e controlarão as admissões e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbir-las da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais cujas entidades enumeradas nesta Lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes forem solicitadas pelas autoridades federais, autárquicas e para estatais.

Art. 6.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O" ou referência 31 e o dos tateiros não ultrapassará o do padrão "K" ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tateiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 7.º Ao pessoal assim admitido aplica-se a legislação de extranumerário em vigor, contando-se para todos os efeitos o tempo da serviço prestado se em cargo de provimento efetivo vier a ser provido.

Parágrafo único. O pessoal contratado e tateiro será admitido mediante prova de aptidão ou de habilitação realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, quando se tratar de admissão para órgãos da Administração Estatal, autárquica ou para estatal.

Art. 8.º Dentro de trinta dias a partir da vigência da presente lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta lei e expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão, em 27 de outubro de 1953. — *Hellor Beltrão*, Presidente em exercício. — *Aarão Steinbruch*, Relator. — *Muniz Falcão*. — *Godoy Ilha*, com restrições.

PARER

A vista do exposto, a Comissão de Serviço Público Civil do Senado, tendo em vista que o projeto foi devidamente examinado na Câmara dos Deputados, recomenda-o à aprovação do Senado Federal.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1954. — *Luiz Tinoco*, Presidente. — *Nestor Massena*, Relator. — *Mozart*

Costa Paranhos, para emitir parecer *Lago*, ressalvado o seu direito de emendar em plenário. — *Djalr Brindeiro*, nos mesmos termos.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Serviço Público Civil é favorável ao Projeto. Tem a palavra o nobre Senador em nome da Comissão de Finanças.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, julgo desnecessária a leitura do Projeto n.º 105, de 1954, que deve ser do conhecimento dos Senhores Senadores.

Assim, passarei a ler o parecer da Comissão de Finanças a respeito. Destinase o Projeto de Lei n.º 105, de 1954, da Câmara dos Deputados, a regular a estabilidade do pessoal extranumerário-mensalista da União e das Autarquias.

A proposição em causa originou-se dos Projetos n.ºs 1.713, de 1952, e 2.080, do mesmo ano de autoria dos nobres Deputados Muniz Falcão e Celso Peçanha, os quais foram mandados anexar, pela Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara dos Deputados, a requerimento do Sr. Deputado Osvaldo Trigueiro, visto tais projetos tratarem do mesmo assunto, isto é, da estabilidade do pessoal extranumerário da União e das Autarquias.

Anexados os projetos, passou a transitar um único sob o n.º 1.713, de 1952, tendo a Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa do Congresso se manifestado pela constitucionalidade do mesmo.

Em seguida, passou à Comissão de Serviço Público Civil, onde o nobre relator da matéria, Deputado Armando Correia, apresentou substitutivo, acompanhado de longo e arrazoado relatório, em que demonstrou as razões que desaconselham a manutenção da categoria dos extranumerários, a não ser no caso dos contratados, para o desempenho das funções de natureza técnica ou científica, ou então no caso dos tateiros, a serem admitidos para a execução de trabalhos braçais ou subalternos.

Depois de tecer oportunas considerações, fazendo, inclusive, um ligeiro histórico da evolução das leis que em decorrência do pessoal extranumerário da União, concluiu aquele nobre deputado por citar alguns trechos da mencionada legislação que bem evidenciam o que há de irregular e mesmo prejudicial ao erário público, com a manutenção daquela categoria de servidores.

Com efeito, as considerações expandidas pelo nobre Deputado Armando Correia, não só oferecem valiosos subsídios de ordem jurídica, como também evidenciam quão afastado da realidade se acha o atual conceito de extranumerários. Para melhor ilustrar o que se afirma convém transcrever alguns textos do mencionado relatório, onde se esclarece:

"A categoria de servidores denominada 'pessoal extranumerário' surgiu com a Lei n.º 284, de 1936, a qual dispõe em seu Art. 10: 'Os serviços públicos civis serão executados pelos funcionários cujos cargos constam das Tabelas anexas a esta Lei e por extranumerários'."

"Dispõe, ainda, o Art. 51 da mesma Lei:

"Os serviços públicos em geral, e, especialmente de natureza industrial, deverão ser constituídos por um núcleo reduzido de funcionários de quadro, que ocuparão os cargos de maior responsabilidade. As funções auxiliares deverão ser exercidas por pessoal extranumerário."

A parte grifada deste artigo há muito que está obsoleta, pois é no próprio D. A. S. P. órgão considerado por muitos administradores como padrão do Serviço Público Federal, onde se encontram extranumerários e funcioná-

rios exercendo as mesmas funções. Tal é o caso dos Assistentes de Administração, extranumerários, oficiais administrativos de carreira, e, até mesmo, Técnicos de Administração que ocupam a carreira mais elevada, fazem todos a mesma coisa, dentro de cada setor de trabalho. Deve-se ir mais além; aquele Departamento tem extranumerários em chefia de suas seções e até na direção de serviços."

Finalmente, o mencionado relator entra a fundo na matéria que examina, mostra que o extranumerário auferia, praticamente, todas as vantagens do funcionalismo, exceção a da estabilidade, e acentua que a lei obriga ao empregador particular a dar estabilidade a seus empregados, após dez anos de exercício, benefício este que, inexplicavelmente, é negado ao servidor extranumerário da União e das autarquias. Em seguida, conclui aquele nobre Deputado:

"Não estamos, aqui, advogando ou servindo de patrono à questão da estabilidade do extranumerário, estamos, sim, clamando pela justiça, isto é, pela extensão de um princípio já dado pelos nossos legisladores ordinários, não só na Constituição, em que, pelos arts. 18 e 23 do Ato das Disposições Transitorias, foi assegurada a estabilidade aos pracinhas e aos extranumerários, como também nas Leis números 295, de 29 de junho de 1943, e 1.711, de 28 de outubro de 1952, aquela referente ao amparo do Pessoal de Fronteiras, e esta referente aos pracinhas. Ora, não será uma dura campanha batalhar por longos anos no serviço público, dar o melhor de sua mocidade e viver sempre ameaçado de perder o emprego de um momento para outro? E, realmente, uma árdua campanha, mas que oferece uma grande diferença daquela que enfrentaram os nossos pracinhas, pois enquanto estes lutavam e esperavam a vitória e a alcançaram, os extranumerários lutam esperando sempre a derrota, e são inúmeros os que já a têm alcançado. Muito se poderia dizer sobre a situação de dolorosa incerteza e constante ameaça em que se debate o extranumerário. Julgo, porém, que o alto espírito cristão dos legisladores saberá fazer justiça merecida à maior e mais sacrificada classe de servidores públicos."

Na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, a matéria foi relatada pelo nobre Deputado Aloísio de Castro, que inicia seu parecer demonstrando que o objetivo precípuo da Lei n.º 284, de 1936, ao prever a classe dos extranumerários, foi o da economia, isto é, teve em vista a execução dos serviços públicos com o mínimo de despesas, princípio este que, com o decorrer dos anos, se tornou inoperante e de sentido contrário.

São daquele nobre Deputado as considerações que, data venia, esposamos:

"Com o passar dos anos, entretanto, o Poder Executivo adulterou o objetivo da Lei, e, sem mais consulta à natureza das funções, que criou, à absoluta revelia do Poder Legislativo, se prova com extranumerários, ora chamando-os de menselistas, ora de contratados, ora de tateiros, e, afinal, de diaristas."

Assistimos, no decurso deste último decênio, ao que têm servido as tabelas de extranumerários. Períodicamente reestruturadas, tais tabelas se avorsent, neste momento, tresdobradas na sua composição. Delas se servem e a elas recorrem os aventos do Poder Executivo, frequentissimamente, para as admissões de toda espécie. Enquanto isto, passaram a ser sobrementes ratos aos pedidos do Executivo ao Legislativo, para criação de cargos. Pode-se dizer mesmo que tão raras têm sido elas que o Legislativo poderia elogiar a conduta governamental no particular, se, acaso, anualmente, as propostas orçamentárias não denunciassem o aumento crescente da despesa

de pessoal, em todos os setores da administração pública, através do crescente interminável dos lugares criados nas sobreditas tabelas". E isto sempre à revelia do Poder Legislativo.

Mais adiante, após dadas considerações, salienta o nobre Deputado:

"O primeiro e mais enconfiável benefício do substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil, consiste em extinguir totalmente tão danosa orientação fazendo cessar o instrumento dos tabelas numéricas e só admitindo como extranumerários contratados os que se ocupam de funções técnico-científicas e, como tateiros, os de atividade subalterna ou braçal."

"Isto posto, não se chega a afinar onde residirão os propósitos da manutenção da atual diferenciação entre funcionários e extranumerários, até porque, por mais paradoxal que pareça, existem as tabelas numéricas dos diferentes Ministérios, funções com vencimentos maiores que os dos correlativos cargos públicos legitimamente criados em lei, daí advindo, presentemente, uma série de ações judiciais intentadas contra a Fazenda Pública, para resguardo do princípio legal que o proíbe."

"O nosso parecer, por conseguinte, adstrito aos efeitos da repercussão financeira que pudessem ter o projeto substitutivo, não tem a enfrentar um aumento de despesa, que, no caso, não existe."

Tal como não se desconhece, o projeto mereceu a melhor acolhida na Câmara dos Deputados. Ali, foram apresentadas, apenas, 4 emendas, três das quais versando sobre efetivação de interinos e uma sobre contagem de tempo de serviço. Todas elas foram rejeitadas, porquanto as três primeiras versando sobre efetivação de interinos, independentemente de concurso, contrariavam frontalmente o disposto no art. 169 da Constituição, segundo o qual a primeira investidura em cargos de carreira e inteiros que a lei determinar, será feita mediante concurso. A última delas, por sua vez, tratava da matéria regulada no art. 1.º do projeto e como tal era desnecessária.

E' oportuno fiscalizar, ainda, a título de esclarecimentos, que parte da matéria tratada no substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil da Câmara dos Deputados, foi considerada em projeto à parte. Assim, em relação aos Tarefeiros, ao Pessoal dos Acórdos e aos Diaristas de Obras, foram apresentados os projetos 4.112, de 1954, do Deputado Celso Peçanha e 4.174, de 1954, dos Deputados Lopo Coelho e Muniz Falcão.

Em face de tais projetos, aqueles servidores passarão a ter situação funcional definida. E há necessidade de resolver a situação desses servidores que igualmente prestam serviços ao Poder Público.

Como se depreende do exposto, a regularização funcional dos extranumerários não acarretará aumento de despesa, porque já são incluídas anualmente no orçamento das dotações destinadas a correr aos dispêndios em o pagamento dos salários desses aumento de obras que presta serviços inestimáveis à Administração Pública.

Convém esclarecer também, que a estabilidade do extranumerário-mensalista trará consigo duas vantagens decorrentes, quais sejam a licença especial e a licença para tratar de interesses particulares, esta última concedida sob duas condições:

- a) sem vencimentos; e
 - b) a critério do Governo, tendo em vista que o afastamento do servidor não prejudique o interesse do serviço.
- Diante do que ocorre verifica-se que a transformação do projeto em lei, além de não acarretar qualquer aumento de despesa, consulta ao interesse do Serviço Público. Aliás, nesta oportunidade acaressem salientar que o Governo já compreendeu a neces-

dade de regularizar a situação da classe dos servidores públicos, pois na Publicação n.º 2, da Comissão do Plano de Classificação de Cargos, folhas 5, esclarece textualmente:

"Plano de Classificação considera, indistintamente, as atribuições dos cargos de extranumerários. Todas terão os seus direitos plenamente respeitados, nos termos da Constituição e das leis em vigor".

O próprio Governo reconhece a necessidade de conceder a estabilidade ao extranumerário-mensalista, pois na Exposição de Motivos, anexa à Mensagem n.º 434, de 1953, com que encaminhou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei que naquela Casa o Congresso tomou o n.º 3.790, de 1953, expediente publicado no *Diário do Congresso* de 4 de novembro de 1953, esclarece o item 7:

"Cogita o projeto assegurar estabilidade ao extranumerário-mensalista, após dois anos de exercício na função quando admitido mediante classificação em prova de habilitação e de cinco anos nos demais casos, respeitadas as peculiaridades inerentes à condição de extranumerário. A estabilidade é a garantia de emprego que se adquire após certo período de trabalho, e enquanto bem servir. Ela põe o servidor ao abrigo das dispensas arbitrárias".

Resumindo, verifica-se que:

I — O projeto visa conceder a estabilidade dos extranumerários-mensalistas ainda não amparados com este benefício, pelos Artigos 18 e 22 do Ato das Disposições Constitucionais e pelas leis números 295, de 29 de junho de 1948, e 403, de 24 de setembro de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952;

II — O projeto corresponde ao constante procedimento do Poder Executivo, com o mérito de regular a aplicação de determinadas verbas orçamentárias, possibilitando, assim a pronta fiscalização por parte dos Poderes Executivo e Legislativo;

III — Finalmente, como já foi demonstrado, a transformação do projeto em lei consubstanciará a aplicação, na sua forma mais concreta, da justiça social a uma classe de servidores bem volumosa e não acarretará qualquer aumento de despesa.

Nestas condições, e já tendo a Comissão de Serviço Público desta Casa se manifestado favoravelmente através do parecer do seu eminente relator, Senador Nestor Massena, e não acarretando a medida qualquer aumento de despesa, como demonstrado, regularizando definitivamente a situação dos servidores extranumerários, opinamos favoravelmente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE:

O parecer da Comissão de Finanças é favorável.

Em discussão o projeto.

Sobre a mesa várias emendas, que vão ser lidas pelo Sr. 1.º Secretário.

São lidas e apoiadas as seguintes:

EMENDA N.º 1

(Supressiva)

Suprima-se no artigo 1.º do Projeto, a palavra "mensalistas", passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º Os atuais extranumerários da União e das Autarquias que contêm ou venham a contar mais de (5) cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos".

Justificativa

Se outras razões não existissem para justificar a emenda acima, bastaria recordar que o projeto ora submetido ao exame do Senado Federal, na sua forma primitiva, quando apresentado na Câmara, — guardava coerência com o disposto no artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Realmente, o dispositivo constitucional, ao determinar certo número de extranumerários aos funcionários, não

distinguiu entre contratados e mensais ou diaristas e tarefeiros, a todos reconhecendo direito a determinados benefícios por estarem há mais de cinco anos e em funções de caráter permanente.

E' oportuno, todavia, ressaltar que a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, transformou todos os diaristas em mensais, por reconhecer que em funções de caráter permanente não devem ser admitidos diaristas, mas não reconheceu que a mesma situação existe com relação aos tarefeiros, também atualmente em regular número ocupando funções de caráter permanente.

Assim, consideramos de justiça que os tarefeiros atualmente em funções de caráter permanente sejam também equiparados aos funcionários, principalmente porque a aceitação desta emenda integrará o projeto nos bons princípios da técnica-legislativa, como se verá em relação à emenda número 2.

Sala das Sessões do Senado Federal.
Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954.
— Mozart Lago.

EMENDA N.º 2

Acrescente-se:

de que cogita o art. 1.º aos que prestam serviços nas Campanhas Sanitárias da Malária, Peste, Febre Amarela, Esquistossomose, Chagas, Herpetose, Leishmaniose, e Filária, com cinco anos de atividade.

Justificativa

A emenda visa a atribuir às mesmas vantagens do projeto aqueles extranumerários que, em idênticas condições, são beneficiados pelos favores da lei.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — Alvaro Adolpho.

EMENDA N.º 3

(Supressiva)

Retirar do artigo 1.º do Projeto a palavra "mensalistas", passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º Os atuais extranumerários da União e das Autarquias que contêm ou venham a contar mais de (5) cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos".

Justificativa

Se outras razões não existissem para justificar a emenda acima, bastaria recordar que o projeto ora submetido ao exame do Senado Federal, na sua forma primitiva, quando apresentado na Câmara, guardava coerência com o disposto no artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Realmente, o dispositivo constitucional, ao equiparar certo número de extranumerários aos funcionários, não distinguiu entre contratados e mensais ou diaristas e tarefeiros, a todos reconhecendo direito a determinados benefícios por estarem há mais de cinco anos em funções de caráter permanente.

E' oportuno, todavia, ressaltar que a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, transformou todos os diaristas em mensais, por reconhecer que em funções de caráter permanente não devem ser admitidos diaristas, mas não reconheceu que a mesma situação existe com relação aos tarefeiros também atualmente em regular número ocupando funções de caráter permanente.

Assim, consideramos de justiça que os tarefeiros atualmente em funções de caráter permanente sejam também equiparados aos funcionários, principalmente porque a aceitação desta emenda integrará o projeto nos bons princípios da técnica-legislativa, como se verá em relação à emenda n.º 2.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — Francisco Gallotti.

EMENDA N.º 4

(Aditiva)

Dar redação seguinte ao artigo 2.º:

"Art. 2.º Os atuais tarefeiros que exercem funções de caráter permanente reconhecidamente burocráticos passam à categoria de extranumerários mensais, passando o atual art. 2.º a § 1.º, renumerando-se os demais.

Justificativa

O Projeto propõe-se a resolver o problema dos extranumerários da União de forma definitiva, estabelecendo que, além dos extranumerários mensais, só poderá ser admitido extranumerário para função reconhecidamente transitória como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

Ocorre, entretanto, que atualmente existem centenas e centenas de tarefeiros admitidos para trabalhos reconhecidamente burocráticos, embora na base de produção por unidade. Se o projeto pretende traçar normas para o futuro, não deve, todavia, desconhecer a situação dos atuais tarefeiros admitidos de acordo com o Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943, e que, ao entrar em vigor a nova lei, terão de ser dispensados, uma vez que não estarão exercendo atividades de natureza braçal ou subalterna.

Ainda mais que, pelo Decreto número 34.395, de 28 de outubro de 1953, "Dia dos Funcionários Públicos", o Presidente da República tomou importante decisão, consubstanciada na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, que torna extensivo aos extranumerários mensais, contratados e tarefeiros da União, o regime jurídico do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Assim, pretende-se com a emenda dar melhor coordenação ao projeto, de modo a que, com a sua aprovação, as relações jurídicas da União com o pessoal extranumerário se integrem no novo sistema traçado.

A emenda, assim redigida, como é óbvio, tem sobretudo o mérito de integrar o projeto nas normas da boa técnica legislativa, uma vez que, na sua redação atual, sem solução o problema dos atuais tarefeiros em funções de caráter permanente.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — Francisco Gallotti.

EMENDA N.º 5

(Aditiva)

Dê-se a redação seguinte ao artigo 2.º:

"Art. 2.º — Os atuais tarefeiros que exercem funções de caráter permanente reconhecidamente burocráticos passam à categoria de extranumerários mensais.

Passando o atual art. 2.º a § 1.º, renumerando-se os demais.

Justificativa

O projeto propõe-se a resolver o problema dos extranumerários da União de forma definitiva, estabelecendo que, além dos extranumerários mensais, só poderá ser admitido extranumerário para função reconhecidamente transitória como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

Ocorre, entretanto, que atualmente existem centenas e centenas de tarefeiros admitidos para trabalhos reconhecidamente burocráticos, embora na base de produção por unidade. Se o projeto pretende traçar normas para o futuro, não deve, todavia, desconhecer a situação dos atuais tarefeiros admitidos de acordo com o Decreto-lei n.º 5.175, de 7 de janeiro de 1943, e que, ao entrar em vigor a nova lei, terão de ser dispensados, uma vez que não estarão exercendo

atividades de natureza braçal ou subalterna.

Ainda mais que, pelo Decreto número 34.395 de 28 de outubro de 1953 "Dia dos Funcionários Públicos", o Presidente da República tomou importante decisão, consubstanciada na Lei n.º 1.711 de 28 de outubro de 1952, que torna extensivo aos extranumerários mensais, contratados e tarefeiros da União o regime jurídico do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Assim, pretende-se com a emenda dar melhor coordenação ao projeto, de modo a que, com a sua aprovação, as relações jurídicas da União com o pessoal extranumerário se integrem no novo sistema traçado.

A emenda, assim redigida, como é óbvio, tem sobretudo o mérito de integrar o projeto nas normas da boa técnica legislativa, uma vez que, na sua redação atual, deixa sem solução o problema dos atuais tarefeiros em funções de caráter permanente.

Sala das Sessões do Senado Federal — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954. — Mozart Lago.

EMENDA N.º 6

Acrescente-se, onde couber:

Art. — Os funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo da União, que contêm, pelo menos, cinco anos de efetivo exercício, serão automaticamente efetivados.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica aos que exercam interinamente cargos isolados vitalícios como tais considerados na Constituição.

Justificativa

1. — A constitucionalidade da presente emenda está assegurada pelo artigo 186 da Constituição:

"A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, — precedendo inspeção de saúde.

De fato, não se tratando de cargo de carreira a lei ordinária pode ou não exigir o concurso para a investidura no cargo, como acentua Pontes de Miranda:

"Do art. 186, também se tira que os poderes públicos estão imbuídos de qualquer nomeação para postos de carreira das repartições administrativas, incluídas as repartições administrativas dos corpos legislativo e judiciário, sem concurso e provas ou de títulos, a falta de um dos dois pressupostos faz nula, por inconstitucionalidade, a nomeação. A lei ordinária pode exigir o pressuposto, ainda que não se trate de funcionário de carreira.

(Comentários à Constituição de 1946, pág. 158.)

2. — Os funcionários interinos beneficiados pela presente emenda são, entre outros, os professores das Escolas Técnicas Industriais, do Ministério da Educação e Cultura, e os professores do Instituto Benjamin Constant, os quais não são catedráticos, não gozando, portanto, da vitaliciedade; por isso mesmo, aqueles que contavam cinco anos de exercício na data da Constituição foram efetivados pelo art. 23 do A.D.C.T.

3. — O projeto oriundo da Câmara dos Deputados ampara os "extranumerários ocupantes de funções identicas aos cargos isolados acima referidos.

Com efeito, os professores extranumerários do Coleção Pedro II, referência 29; os professores extranumerários das Escolas Técnicas, referência 27; e os professores assistentes da Universidade do Brasil, referência 27; terão a garantia da estabilidade, isto é, passarão, praticamente, à categoria de efetivos, enquanto que os atuais professores interinos das Escolas Técnicas, ocupantes de cargos isolados

dos de provimento efetivo, padrão K, cujas atribuições são exatamente as mesmas das correspondentes funções de extranumerário, ainda não estão amparados pelo referido projeto.

4. — Não se alegue que o exercício interino do cargo não assegura a efetivação, qualquer que seja o tempo de serviço, pois que o projeto em questão não exige a prestação de prova de habilitação para dar estabilidade ao extranumerário, e não exige porque — "A estabilidade é a garantia de emprego que se adquire após certo período de trabalho, e enquanto bem servir —, conforme acentua a Mensagem Presidencial, n.º 434, de 1953, dirigida à Câmara dos Deputados. (Diário do Congresso de 4 de novembro de 1953.)

5. — Observe-se, ainda, que os funcionários ocupantes de cargos isolados têm seus vencimentos assegurados na parte fixa do Orçamento da República, o que não acontece com os extranumerários, cuja retribuição está subordinada à parte variável do Orçamento.

6. — Uma vez que o disposto na presente emenda não se aplica aos ocupantes de cargos de carreira, nem aos ocupantes de cargos vitais, nem aos ocupantes de cargos em comissão, sua constitucionalidade é perfeita, por isso, nada mais justo do que assegurar estabilidade, também, aos servidores de que trata a presente emenda.

Sala das Sessões do Senado Federal — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954. — Mozart Lago.

EMENDA N.º 7

Acrescente-se, onde e como convier:

Art. — Os benefícios desta lei estendem-se igualmente aos funcionários ou servidores eventuais do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.), bem como aos de igual categoria, nas demais autarquias federais.

Justificação

"A lei é igual para todos, diz a Constituição Federal. Se o projeto atende aos funcionários e servidores extranumerários e interinos, com mais de cinco anos de exercício, é de justiça que ampare, igualmente, os eventuais.

Sala das Sessões do Senado Federal — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com as emendas (Pausa).

Nenhum Sr. Senador pedindo a palavra, encerrar-se a discussão. O projeto volta às Comissões, a fim de que dêem os respectivos pareceres, no prazo de quarenta e oito horas, de acordo com o Regimento, pois está em regime de urgência.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de uniformização da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro (Patrimônio Nacional), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude da aprovação, em 16-7-1954, do Regulamento n.º 349, de 1954, do Sr. Luiz Tinoco e outros Srs. Senadores, tendo Pareceres: I — Sobre o Projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 319, de 1951, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, oferecendo substitutivo (parecer n.º 264, de 1953); da Comissão de Finanças, sob número 20, de 1954, favorável; II — Sobre o substitutivo: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 521, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 522, de 1954, oferecendo subemendas; da Comissão de Finanças, sob n.º 20, de 1954, contrário.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, o nobre Senador por Santa Catarina, Sr. Francisco Gallotti apresentou projeto de lei reunindo os serviços de navegação a cargo do Lóide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Evidentemente a matéria merece exame e solução como a lembrada pelo nobre Senador Francisco Gallotti ou, simplesmente, como a constante do substitutivo que tive a honra de apresentar à Comissão de Transportes.

E' inconcebível se mantenham duas empresas — ambas de propriedade do Estado — executando, simultaneamente, os mesmos serviços. A única diferença consiste apenas em que o Lóide Brasileiro, como é sabido, também faz navegação internacional para o Rio da Prata, Estados Unidos e Europa.

Impõe-se, portanto, a unificação dos serviços, quando mais não seja para não desaparecer a unidade concernente à navegação de cabotagem, cujos inconvenientes são fáceis de compreender e verificar.

As duas companhias de navegação são competidoras. Os navios de ambas ancoram, não raro, simultaneamente, no mesmo porto e enquanto um empremta tonelagem em excesso, o outro traz carga escassa. A duplicidade decorre da circunstância e os calendários de viagens serão elaborados tendo em vista as conveniências de cada empresa, de acordo com as solicitações recebidas, e, às vezes, dirigidas, indistintamente, às duas companhias.

Um exportador, ou um grupo de exportadores, afilto para que suas mercadorias cheguem rapidamente ao destino, procura, simultaneamente, todas as empresas de navegação, tentando, obter, com urgência, a praça desejada. Naturalmente, as companhias interessadas procuram atender senão no todo, pelo menos em parte, a tais solicitações.

Tratando-se, entretanto, de duas empresas pertencentes ao mesmo dono — como é o caso do Lóide Brasileiro e da Companhia Nacional de Navegação Costeira — as respectivas direções procedem sem se consultar e sem levar em conta o interesse geral, no atendimento dos altíssimos pedidos. Sucede também, que às vezes, não os atendem e o porto fica superlotado de carga; em outras ocasiões, fornecem tonelagem em excesso.

Se examinarmos, cuidadosamente, a estatística da tonelagem existente, e aquela oferecida nos portos, nos surpreenderemos publicamente os fatos frequentemente, reclamações aflitivas dos Estados e, mesmo, do Rio de Janeiro, relativas à escassez de tonelagem.

Na Marinha Mercante, entretanto — pelo menos no que concerne à navegação de cabotagem — essa tonelagem é mais do que suficiente à demanda dos portos nacionais. Poderá haver falta — e há — na chamada pequena cabotagem. Refiro-me — e neste passo recordo-me do tempo em que tive a honra de administrar o Lóide Nacional — a portos cotia, por exemplo, os do Sul da Bahia e do Norte do Espírito Santo, onde existe enorme potencial de carregamentos. Trata-se de região sobre a qual se pode afirmar, tranquilamente, que, quanto maior for a tonelagem

oferecida, tanto maior será o desenvolvimento. Aquela zona é rica não só em madeiras de todas as espécies, como em café e cacau. Precisa, entretanto, de sal, petróleo e seus derivados e manufaturas.

Esses portos, dos quais os mais importantes são os de Caravelas, Regência, Porto Seguro, Santa Cruz e mesmo Belmonte, vivem estrangulados, porque não existe, para eles, tonelagem adequada. Curioso é que num deles se iniciou o Brasil.

São portos de pequeno calado, que requerem navios pequenos, de 700 ou 800 toneladas e um calado que não exceda de 8 ou 9 pés, ou dois metros e pouco. Não exigem nem impõem obras portuárias e, no entanto, não prosperam porque, neles, há deficiência de tonelagem, quer de navios de boa qualidade, quer de navios velhos. São portos nos quais, erroneamente, se programava dispendir quantias vultosas para aparelhá-los. Não é preciso isso, porque, com quantias mínimas e navios adequados, estará resolvido o problema do desenvolvimento da riqueza da região, que, mais tarde, proporcionará recursos para serem executadas obras adequadas.

Temos, entre nossos colegas, uma autoridade em engenharia de portos — o nobre Senador Francisco Gallotti — que poderá corroborar o que digo, executadas obras para que sejam executadas obras portuárias, como frequentemente se solicita e se impõe para os portos brasileiros, que é a movimentação de 200 mil toneladas anuais.

Tirante esses pequeninos portos que citei e aos quais se pode adicionar, os do Estado do Rio, situados entre a Bahia de Guanabara e a de Santos, os de Iguaçu, Cananéia, Camocim, Chaval e Aracati, que têm abundância de carga, a navegação de cabotagem só deve ser feita por navios de 500 toneladas para cima e que percorram, normalmente, distâncias de 600, 800 e 1.000 milhas.

Nossa frota é velha, cansada e obsoleta. O Brasil é talvez o único país com o privilégio de ter a frota mercante mais antiga, verdadeira coleção de velharias. Creio que está em tráfego na marinha mercante brasileira o navio de ferro mais velho, o antigo "Portugal", depois "Aratanha" e que deve contar, hoje, 75 ou 80 anos de serviço.

Não se compreende que, com o progresso científico e técnico dos últimos anos, ainda se mantenham em tráfego navios com velocidade média de 8 milhas, consumindo 25 toneladas de bom carvão, por dia, quando navios medievos, fazendo duas milhas por hora, gastam apenas 12 toneladas. Além disso, aqueles exigem tripulação muito maior.

Acusa-se, muitas vezes, as leis sociais como responsáveis pelo descalabro. Há erro nisso. Dizem que tripulamos em excesso tais navios com fins unicamente eleitorais e demagógicos, quando a realidade é outra. Esses navios precisam mesmo de numerosa tripulação.

No Brasil não há um só navio a carvão que disponha de aparelho para extrair as cinzas e tirá-las ao mar ou em reservatórios apropriados; as cinzas são retiradas a praça, por meio de baldes! Isso diz tudo! A praça de caldeiras é qualquer coisa de diabólicamente concebido para triturar os que ali trabalham. Nesse particular, a frota de cabotagem mercante ser vendida, à exceção de seis navios, como ferro velho, para adquirir-se nova.

Volto ao principal do projeto — a unificação do comando das duas Companhias de navegação do governo. A ideia é inteiramente justa. Apenas dirijo da sugestão do nobre Senador Francisco Gallotti quanto ao modo de levá-la a efeito; e justifico meu

ponto de vista no parecer que elaborarei.

Uma das dificuldades, possivelmente a maior, da administração estatal, é a escolha dos administradores. Onde buscá-los? O Estado remunera-os mal, e não pode pagar-lhes bem, pelo que valem, porque está preso a uma série de considerações políticas, outras mesmo de ordem hierárquica. Um subordinado não deve, não pode perceber mais que o superior. Um diretor de empresa de navegação ganha, no mínimo, trinta a quarenta, cinquenta mil cruzeiros mensais, e até muito mais; oufere, conforme sua produtividade, segundo a renda que busca para seus acionistas, para seus parceiros.

Quem poderá recusar ao diretor do Lóide Brasileiro, ao da Costeira renda dessa natureza? Não será possível, não será concebível negá-la, tendo em vista, principalmente, como encaramos no Brasil, essa remuneração.

Acresce que a direção de uma empresa como o Lóide Brasileiro não se compadece com a direção unipessoal. Um diretor faz tudo: tem que ser unipotente, onipotente e onisciente. Deverá entender de tudo. Além disso, é o responsável pelas mínimas questões. O acidente de um talheiro em Porto Alegre, qualquer ocorrência em Manaus, a flutuação dos negócios de combustíveis nos mercados europeus e americanos, além do atendimento da política que o Governo pretende estabelecer e ajustá-la às necessidades do comércio marítimo, constituem multiplicidade de tarefas ou atividades dele exigidas, impossíveis de realizá-las no período de vinte e quatro horas.

Dai advém a necessidade de o Diretor escolher bons comandantes para as linhas europeia e americana, e também, porque é o responsável, pela escolha de outros; saber que talheiros vão servir em cargueiros para o transporte de carvão, o que é contra tudo de elementar em matéria de organização.

Deverá, portanto, ter, uma administração dessa natureza, desse porte, um conjunto de diretores. Para formar uma ideia do que se pressa nas organizações estatais das empresas do Brasil, recordo um episódio da administração da Central do Brasil, ao tempo em que tive a honra de assumir a sua direção.

A Central do Brasil, em combustível-carvão, cerca de 30% do importado pelo Brasil. Pois bem: o setor-carvão era apenas subseção de uma seção da Divisão de Material. Tinha tanta importância a aquisição do carvão — quinhentas mil toneladas anuais — quanto à aquisição de estopa, de para-úso, de guardanapos para os carros-restaurantes, enfim, qualquer outra aquisição. Sômente com a Divisão especializada, integrada de pessoal da própria Estrada de Ferro Central do Brasil, sem um homem de fora sem um especialista, foi possível, no primeiro mês — tenho de memória, em novembro de 1941, quando entrou em vigor o Plano de metas realizáveis — obter no combustível adquirido no Rio Grande do Sul, parte mínima daquela ferrovia, mais de Cr\$ 200.000,00, cobrindo essa importância todas as despesas, com o novo planejamento durante um ano!

Diz-se-á que é possível ao Estado organizar as empresas dessa maneira. Acredito que sim. Pode o Ministro, o Presidente da República, disposto a unir responsabilidade, para obter resultados, reorganizar essas empresas; dar-lhes administração elástica, aumentar-lhes o número de diretores, criar os quadros de alto comando; mas cabe perguntar: onde buscá-los? Quem servirá ao Governo nessas condições como diretor de empresa navegação?

Temos, aliás, um exemplo há 24 anos, com uma das mais altas figuras e das maiores capacidades — pode-se mesmo dizer, de excepcional capacidade

de administrar — o Sr. MARIO de Almeida, recentemente falecido.

O Lóide Brasileiro foi-lhe entregue com plenos poderes; e realizava ele, naquela empresa, programa decorrente de sua grande capacidade. Em seis meses, os resultados já eram visíveis. Pois bem; esse homem foi posto à margem escandalosamente, por acusação pueril — haver contrabandeado cano de manilha para uso do Lóide Brasileiro! E gozava essa empresa isenção de direitos! E mesmo que não a tivesse, o material era para uso exclusivo de uma companhia do governo, deficitária.

O Sr. Francisco Gallotti — E material trazido em vapores do próprio Lóide Brasileiro.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Exatamente. E material que entrou para almoxarifado de empresa. Quando muito, o Diretor poderia ter sido censurado pela prática de irregularidade, mas irregularidade que beneficiava exclusivamente a empresa que dirigia.

O Sr. Gomes de Oliveira — Se o Lóide Brasileiro gozava da isenção de impostos aduaneiros, estava o Diretor beneficiando a empresa que dirigia.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente. Além disso, os custos de manilha eram adquiridos por preços mais compensatórios.

O Sr. Francisco Gallotti — V. Excelência, como Diretor de Estrada de Ferro Central do Brasil, sabe das dificuldades que teve para retirar o carvão, devido às exigências da aduana.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente. Foi um dos maiores escândalos administrativos, de grande repercussão. Tratava-se de um administrador prbo, capaz, diligente, ativo, que exerceu o cargo pelo desejo de fazer alguma coisa. Dêle não precisava para viver, ao contrário, prejudicou-se financeiramente. Por inimizades políticas pessoais por rivalidade les comerciais, aproveitaram-se do fato, no qual havia, quando muito, como disse, uma irregularidade, e conseguiram sua demissão.

Sr. Presidente, depois dêsse exemplo, que pessoa idônea, capaz, pode ganhar a vida muito melhor, com os trabalhos e mais estabilidade, aceitar cargo dessa natureza?

O Sr. Francisco Gallotti — Tanto V. Ex.ª, como presidente da Costeira, quanto eu, Superintendente do Lóide do Rio de Janeiro, àquela época, tínhamos o polpudo vencimento de Cr\$ 6.000,00!

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Ex.ª era engenheiro portuário e exercia essa alta função com abnegação e a boa vontade características dos engenheiros brasileiros, que se sacrificam, mal remunerados, muito pior remunerados do que se pode pensar. Quanto a mim, era um soldado, como ainda sou, vindo da Revolução; e que julgo meu dever aceitar qualquer posto, independente da vantagem material, como assumiria o comando de um batalhão, da unidade que me competesse e com ela marchar para a guerra. São exceções.

Tive oportunidade de discutir com as autoridades administrativas a organização a dar a essas empresas; e mostrar que os exemplos, na época do Comandante Salustiano, do Engenheiro Gallotti, e o meu, em vez de provar, provaram o contrário. Não era possível pensar em sempre conseguir homens que, por coincidência, encarassem a situação no mesmo sentido isto é, com plena dedicação e obrigação de dever funcional.

Aí vimos a dificuldade extrema que há, e tem havido, na escolha das direções do Lóide Brasileiro, da Costeira e das grandes empresas.

De modo algum desejo fazer restrições à capacidade e à competência das pessoas para elas designadas. Alguns, mais, outros, menos, mas a regra geral, pode-se afirmar, é boa e honra a administração brasileira.

Acontece que, com as mutações de governo e da política, essas adminis-

trações acompanham um mínimo das mutações presidenciais, e em geral, cada Presidente da República nomeia duas ou três diretorias.

A Central do Brasil está no segundo diretor, em quatro anos; e de outubro de 1945 para cá, minha substituição está em sete diretores. Qualquer novo dirigente tem que estudar os problemas, por-se em dia com eles, examinar a atuação de seu antecessor, organizar, por sua vez, seu programa.

Via de regra, a mutação faz-se, porque também se faz a mudança geral de orientação. Tudo que existe é posto de lado, começa-se de novo.

Vimos, há pouco, a missão Klein Saks focalizar a paralisação da solução de questões urgentes no Brasil.

E de cada direção reexaminar o trabalho da antecessora e procurar fazer melhor, realizando aquela expressão popular de que o melhor é inimigo do bom, e o bom é inimigo do regular, e, afinal de contas, não se fazendo o regular, não se faz nada.

O resultado aí está. Em toda parte há estagnação, paralisação dos negócios de transportes marítimos e de ferroviários porque, simultaneamente, os diretores têm que se cobrir, ntes de mais nada, contra as investidas dos grupos políticos administradores, quer dentro do próprio governo, quer fora dele. Estou falando — não preciso pormenorizar — para homens conhecedores dêsses assuntos melhor que eu. Tudo resulta da dificuldade da superável para qualquer Presidente da República, ou Ministro da Viação, de organizar uma administração adequada, e obter homens capazes de exercer essas altas funções com as condições adversas que lhes são oferecidas.

Esta é razão por que, mantendo minha solidariedade quanto à ideia da unificação do comando das duas empresas, proponho — e acho mais aconselhável — que essas empresas se diversifiquem nas suas atividades.

Há enorme resistência a essa unificação, porque não existe lei que impeça ao Presidente da República — digo mais — ao Ministro da Viação de unificar as duas empresas, por simples regulamento ou portaria. Mas existem as reações. São os grupos que, na repartição dos favores políticos, dispõem uns do Lóide, outros da Costeira, outros da Central ou da Bahia-Minas. Enfin, cada setor da atividade industrial do Estado está convenientemente repartido, racionalmente as forças políticas que apóiam ou influem na máquina governamental. Eis por que ainda não foi feita a unificação até agora, não seria fácil isso de ser, até mesmo através portaria.

Minha proposição, Sr. Presidente, modifica apenas a oferecida pelo nobre Senador Francisco Gallotti. Em vez de unificar as empresas sob uma só direção, isto é, colocar a navegação de grande cabotagem e a do exterior subordinadas a uma só empresa, separaria a de grande cabotagem, que ficaria, por exemplo, a cargo da Companhia Costeira, tal como está, deixando ao Lóide a navegação exterior. Os diques e oficinas das duas empresas constituiriam, por sua vez, unidade à parte.

A larga experiência administrativa do nobre Senador Gallotti, nesses casos, mostra certos inconvenientes da coexistência de diques e oficinas incorporadas às empresas de navegação. Teoricamente, é bom e grande negócio, porque se paga menos; mas, na realidade, acontece que há sério inconveniente na utilização de diques e oficinas. A contabilização se torna difícil de separar, sendo também difícil saber se a manutenção e a reconstrução de uma unidade absorveu aquelas quantias que se não contabilizam. Se a direção do setor de diques e usinas é mais esmerada e hábil, procurará melhorar suas contas; aumentará-las, para mostrar mais serviço ou diminuir-las, a fim de mostrar boa administração, o que é perfeitamente humano e conhecido de todos os que

têm lidado com a indústria, notadamente do Estado. O resultado é que não se pode ter segurança em cálculos dessa natureza.

Tenho experiência, Sr. Presidente, da minha primeira administração na navegação, que desejo trazer ao Senado. Não dispunha de diques e oficinas; era obrigado a contratar serviços com qualquer uma, e via de regra pagava caro, mas, em compensação, tinha os navios a dia e hora terminados e um mínimo de paralisação das embarcações.

Quando essa mesma empresa voltou ao seu grupo e fui obrigado a utilizar os estaleiros do grupo, as obras que, anteriormente, levavam no máximo 30 dias, passaram a estender-se por 180 dias e houve até uma que durou 14 meses. Por que?

Cda vez que se estava atacando a obra, aparecia a solicitação de outro serviço, mais urgente, e então o serviço paralizava por um, dois dias, uma semana ou um mês.

Assim, um navio novo, em ótimas condições, e que poderia voltar ao serviço em 30 dias, perdia 13 meses, valendo a sua receita bruta cerca de 50 % do seu custo, na época.

Dai a minha sugestão de diques e oficinas numa empresa autônoma, obrigada a apresentar as suas contas, à qual as outras terão que pagar, mesmo que por encontro de contas. Cada uma lerá que zelar pelos seus serviços e se não puder ser atendida em tempo nos seus reparos, restará-lhe o recurso das empresas particulares.

Pareceu-me esta a mais adequada solução.

Existe a Comissão de Marinha Mercante, que, por lei, tem o supremo poder de coordenar todo o tráfego marítimo, fluvial e lacustre, sob bandeira brasileira. Sua autoridade vai ao ponto de requisitar unidades consideradas mal aproveitadas pelo proprietário e que pode por em movimento, de maneira útil, entregando ao proprietário o lucro auferido. Essa Comissão exerce autoridade de Estado naquilo que é conveniente à comunidade; mas respeita, integralmente, por lei, os direitos do proprietário.

Essa Comissão de Marinha Mercante será a suprema autoridade, e as atividades das empresas de navegação serão exercidas por especialidade.

Cumpro, neste ponto, pedir a atenção do Senado para um fato: há semelhança, sem dúvida grande, entre a navegação de cabotagem e a exterior. Ambas se exercem, no geral, por mar e exigem o navio com escala. Mas é só.

A política de tráfego marítimo internacional apresenta característica de absoluta liberdade e impossibilidade de ser controlada por qualquer governo, não ser por meio de concorrência comercial efetiva. Isto é, melhores navios, melhores condições oferecidas aos fregueses, são os únicos meios de, em comércio internacional, obter-se resultado.

Nenhum país, nem mesmo a Inglaterra ou os Estados Unidos, unidos os dois, poderosos como são, serão capazes de estabelecer uma lei discriminatória em favor de suas bandeiras, pela impossibilidade material de realizá-la.

Todos os países, entre os quais o Brasil, que têm tentado isto, acabam por capitular discretamente ante esses braços internacionais, que são as Conferências do Atlântico Norte, de Londres, do Báltico e do Extremo Oriente, como tantas outras.

O motivo é simples: Têm eles uma só moeda internacional — o dólar — e se regulam por cotação do negro estabelecido, rigorosamente, segundo em que os direitos de todos são semelhantes e a cada um só resta o direito de executar melhores serviços para obter mais fregueses, ganhando mais.

Na cabotagem ocorre o contrário. Há o controle da bandeira. Estabelecemos uma tarifa, somos donos de

regularmos como quisermos esse comércio, porque os concorrentes estão todos subordinados à soberania do Estado deliberante. Isto cria, em face da política marítima, uma atitude diferente nos dirigentes das empresas de navegação: têm tarifas que lhes cobrem abundantemente o trabalho; não estão sujeitos a riscos e flutuações, porque, via de regra, se estabelecem para setores providos regularmente de tráfego, cujo crescimento ou decréscimo é perfeitamente conhecido, pois as estatísticas prevêm, muito tempo antes, a situação.

A navegação internacional, não; exige atenção permanente sobre os mercados, para a busca e a captura do frete. Uma greve nos portos do Atlântico Norte determina, automaticamente, elevação do frete no carvão de procedência do País de Gales ou do Ruhr. Refiro-me, naturalmente, à época de normalidade desses mercados. O administrador estará atento, de um lado, à captura do frete e, de outro, ao abastecimento do combustível em melhores condições.

A greve das minas de carvão dos Estados Unidos determinará uma elevação no preço do produto. Obrigará, portanto, o reabastecimento em outros mercados ou a busca de outros fornecedores. Uma diferença de meio ou um dólar no frete ou no custo do combustível também concorre para a companhia apresentar deficit ou saldo no fim do ano.

Os navios a serem utilizados têm que oferecer certas características necessárias ao comércio a que se propoem. O cargueiro que se colocar entre Rio de Janeiro, Santos, Nova Orleans ou Nova Iorque, como menos de quinze ou dezesseis milhas horárias e, portanto, a mais de treze ou quatorze dias de distância entre esses portos, não transporta café, ou tende a diminuir o transporte, a menos que ofereça diferença de preço no frete. E' simples: Quanto mais breve chega ao destino, mais depressa o produto é negociado no mercado de entrega. E assim por diante.

Sr. Presidente, darei exemplo de como é difícil e complexa a política de fretes marítimos.

Para encerrar este capítulo de minha apreciação, citarei fato ocorrido, se não me engano em 1931, na Bahia. Naquele tempo, travava-se luta feroz de fretes nos portos baianos, entre o Lóide Brasileiro e as companhias estrangeiras que transportavam principalmente o cacau. Não me lembro exatamente dos números e apenas citarei alguns para referência do cálculo a fazer. Cobrava-se, digamos, quarenta *saltings* pelo transporte da tonelada de cacau para os Estados Unidos. A guerra de tarifas era então aberta, com grave prejuízo para todas as empresas, quando foi feito um acordo, que todos almas desejavam. Nesse entendimento o Lóide Brasileiro fez excelente negócio. Primeiro, o frete elevou-se — digamos de quarenta para sessenta *saltings*; segundo a sua quota de fretes, em vez de ser de 10% da tonelagem, cresceu para 20%. Evidentemente, a proposta era altamente vantajosa para o Lóide Brasileiro: recebia 60% a mais do que tinha direito e um aumento de carga transportada de 80%. Todos cobravam o mesmo frete.

A produção brasileira não estava prejudicada e chegaria toda aos Estados Unidos, nas mesmas condições, qualquer que fosse a bandeira esvoaçada.

Houve os primeiros carregamentos e, em seguida a paralisação total dos mercados e, ainda, das cotações e do interesse do comprador americano pelo cacau.

O fenômeno resultou inexplicável por algum tempo; até que, passados dois a três meses, se levantou o véu do mistério: enquanto, no Brasil, se elevava o frete, os mesmos interesses financeiros, que controlavam as empresas estrangeiras de navegação, ligados aos dos que controlavam o ca-

cáu da Costa do Ouro, baixavam o frete do produto daquele país para os Estados Unidos, digamos, para 30 shillings. Com tal vantagem, escoavam a totalidade da produção, enquanto que o cacau brasileiro permanecia sem colocação.

A vantagem enorme, auferida pela navegação, para o Lóide fora totalmente perdida para a economia brasileira e para o próprio Lóide porque, finalmente, se cobrava frete mais alto, a tonelagem de transporte não chegava a atingir nem um terço do que antes transportava.

E uma demonstração do que pode ser feito com a política de fretes marítimos, para combater para estrangular um adversário.

O Sr. Gomes de Oliveira — Os navegadores brasileiros não se aperceberam que, realmente, não estavam sozinho no mercado do cacau.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Perfeitamente.

O Sr. Gomes de Oliveira — Deviam contar com o cacau da Costa do Ouro.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Uma organização de comércio internacional, por maiores restrições que lhe se faça, na verdade, é sempre livre. As medidas aconselhadas, aparentemente nos beneficiam, mas, na realidade, nos prejudicam. Não se pode penetrar sempre nas consequências danosas que estão por vir; mas sou de opinião que, para correção dessa política de fretes marítimos, é preciso haver uma administração especializada, que lhe conheça sobretudo todas as minúcias, todas as subtilidades, enfim, todos os meandros em que ela envolve qualquer um que não se lhe seja familiar, embora muito inteligente, capaz, probo e trabalhador.

E' singular que o Uruguai equilibre sua balança comercial e obtenha vultuosos saldos com fretes marítimos; da mesma forma a Suécia e a Dinamarca, bem como a Inglaterra que, no ano passado, se não me falha a memória, auferiu cerca de quatrocentos milhões de libras em fretes marítimos, com os quais equilibrou sua balança comercial e ainda obteve saldo.

O Brasil, Sr. Presidente, paga anualmente trezentos milhões de dólares de fretes no que vende e no que compra. Desses trezentos milhões de dólares, tem apenas quinze a vinte milhões para a sua bandeira; 90% do nosso comércio exterior se faz sob bandeira estrangeira.

E' um princípio que se pode dizer eterno no comércio marítimo; a bandeira precede a mercadoria. Em primeiro lugar vem o navio, depois o comércio. Para nossos concorrentes e adversários, significa o seguinte: pelo frete pago pelos nossos embarques, conhecem exatamente os negócios que fazemos; pelo seguro e pelo Banco, chegam também ao inteiro conhecimento do vulto de nossas operações.

Eis por que não podemos, competir no mercado interno: ali, em condições sequer de igualdade. Estamos, sempre, em posição de nítida inferioridade a começar pelo nosso produto rei, o café, do qual somos apenas produtores e mais nada. Esse comércio, aliás, também está inteiramente em mãos da finança estrangeira. Ligada a todo esse grupo de negócios que acabou de citar. Não me manifesto contrário a isso; lamento apenas que o Brasil não esteja dentro do negócio e não tire daí também a fatia a que tem direito. Em lugar das inertes e costumeiras expansões nacionalistas, por que não desenvolvemos, por exemplo, nossa Marinha Mercante exterior? Por que não mandamos nossos navios percorrer os mares, ligando os portos, abrindo agências, que serão mais eficientes

do que todas as embaixadas e escritórios comerciais existentes?

O Sr. Francisco Gallotti — Haja visto as agências da Panair do Brasil.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Como V. Exa. acaba de citar — indo mais alto — vemos as nossas empresas particulares de aviação apenas tendo como uma subvenção restrita, insuficiente, enquanto que os outros países tem verba que lhes cobre inteiramente os déficits.

Nossa navegação, porém, via de regra, não seria deficitária porque temos a nosso favor, apesar das altas de salário, uma tripulação maior e um custeio mais barato. Nós nos beneficiamos dos nossos salários que são baixos em moeda estrangeira e ao mesmo tempo dos combustíveis de que abastecemos os navios em outros portos. O curioso é que não contamos absolutamente, com isso.

Estamos diante do admirável esforço do Comandante Celestino, nos dois homens nos dois últimos anos de sua administração, que terminou em 29 de outubro de 1945. Se não me engano, mandou ele construir 24 navios, e podendo ser concorrentes, permanecemos com a navegação inferior numa situação de completa ausência e apatia.

Há dois anos passados, eramos a nação sul americana de maior frota mercante. A Argentina vinha em segundo lugar, bem distante. Hoje, a Argentina nos superou não só em tonelagem como na esplêndida qualidade da sua frota mercante, que vemos frequentar, diariamente, os nossos portos e em cujos navios os brasileiros viajam para o estrangeiro.

Temos passageiros nos portos brate as frotas estrangeiras. Temos cargas com as quais abarrotamos e fazemos viver outras frotas. Quando, podem, se trata de criar a frota nacional, particular ou oficial — não tenho grande simpatia por esta última — vem a alegação de que a navegação não lucra. O lucro dela não está nos livrinhos e sim, na linha de saída, na válvula de escape que oferece à nossa soberania.

O Sr. Gomes de Oliveira — Só o Estado poderá criar essa navegação e não o particular: daí não haver perspectiva de lucro.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Exa. está equivocado: não há melhor negócio no Brasil do que a navegação.

O Sr. Othon Mader — Seria preciso que o Estado abandonasse o comércio excessivo que exerce.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Não há melhor negócio, asseguro a V. Exa. Fazer, porém navegação com navios de 70 anos de idade que consomem por milha, duas ou três vezes mais que os outros; que requerem para poder funcionar, dez ou doze meses de funcionamento; ficam ou três vezes mais pessoal; que em estacionado nas oficinas, por quatro meses para reparos, quando os outros permanecem apenas trinta dias, nesse caso não é, e nunca será, bom negócio. Em princípio, não se pode prever quando o freguez será atendido e este, na incerteza, procurará outro caminho. Entretanto, bastava que o Estado criasse ambiente favorável à atividade privada — desviando-nos um pouco do objetivo que visamos — favorecendo, por exemplo, a navegação para o exterior, com fretes brasileiros, sob bandeira brasileira. Ficaria isenta do imposto de renda e de todos os outros impostos, dirão, concederíamos um privilégio excepcional. Mas a esse argumento contraponho outro: que imposto de renda ou outros impostos para o Lóide Brasileiro? Nenhum. Que imposto de renda, que outros impos-

tos pagam as empresas de navegação estrangeiras, que levam noventa por cento da nossa produção. Nenhum: Se o Estado brasileiro, portanto, conceder a uma nova empresa essa facilidade, dará o que não usufrui e por consequência não lhe trará prejuízo algum, desde que não cobra apenas o que antes já não cobrava.

Infelizmente, ainda, não cuidamos do problema do desenvolvimento da navegação exterior.

O Sr. Othon Mader — V. Exa. não deve esquecer que a navegação exige bom aparelhamento dos portos, perfeita organização do trabalho, administração adequada, e bem diferente que precisa, muitas vezes, ser atendida que se encontra no Brasil, controlada por determinados indivíduos, que não deixam o operário trabalhar as horas necessárias, quando a navegação precisa, muitas vezes, ser atendida com relativa urgência.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — V. Exa. tem toda a razão. No tocante ao aparelhamento de portos, — refiro-me aqui a autoridade indiscutível do engenheiro Francisco Gallotti — não precisamos construir nem mais um metro de cal; acreditamos mesmo que não precisaremos, nos portos brasileiros, de uma simples máquina de escrever; precisaremos, sim da manutenção normal, que naturalmente acompanhe o desenvolvimento progressivo da navegação executando seus planos ano a ano, como tarefa de rotina e não apenas de vez em quando, inaugurando grandes planos de serviço.

Durante a guerra, no Porto do Rio de Janeiro, a administração portuária que dispunha apenas de um terço dos recursos atuais, atendia em quarenta e oito horas a comboios de 48 navios, não deixando um só para trás no descarregamento.

O Sr. Francisco Gallotti — E no horário marcado pelo Ministério da Marinha.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Ainda mais, tenho o prazer de trazer a público, em homenagem ao engenheiro Gallotti, que dirige então o Porto do Rio de Janeiro, que naquele tempo não se sabia a hora em que os navios entravam no porto, nem a hora em que se devia trabalhar. Não se tinha aviso previo. T hora da entrada no porto era segredo de guerra.

O Sr. Othon Mader — Hoje, por qualquer motivo, não se trabalha e se faz greve.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Os portos hoje estão mais amplos. Acredito no que V. Exa. diz: não trabalham porque não querem trabalhar: essa é a verdade. O atual administrador do Porto é um bom administrador. Deixem-no trabalhar; dê-se-lhe força e estou certo de que o porto vai superar a tonelagem que ali está.

O Sr. Francisco Gallotti — V. Exa. conheceu de perto o sacrifício que foi o trabalho durante o tempo da guerra...

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Dou meu testemunho.

O Sr. Francisco Gallotti — ... quando o porto do Rio de Janeiro recebia comboios de trinta ou quarenta vapores, com hora marcada de entrada na barra e de saída para receber o comboio de guerra, que os acompanharia, numa época em que este porto não tinha, às vezes, disponíveis nem poucos metros quadrados, para colocar mercadorias que deviam desembarcar. Quero dar outro testemunho: contei sempre com a colaboração, energética e patriótica de V. Exa. fornecendo-me mais cal, com o nome de vagões da Central do Brasil, para receber as cargas que saíam da faixa de tolerância.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Agradecido a V. Exa., e já que estamos "rosgando seda," lembraria o nome do Comandante Celestino, Diretor do Lóide Brasileiro, sob cujas ordens trabalhamos para que o Brasil cumprisse seus compromissos. Para terminar, Sr. Presidente, abordarei outro aspecto do assunto — o Constituição da frota para a navegação estrangeira.

O Brasil poderia ser ber serviço se organizasse uma frota, mesmo oficial. Não creio que o resultado fosse tão bom quanto com a navegação executada por particulares, entretanto, a experiência mundial o aconselha, e eu passaria, creio poder fazer apelo ao meu nobre líder e ao Governo nesse sentido.

Se nossas mercadorias navegassem, primordialmente, sob bandeira brasileira, seria o ideal, pois é uma vantagem que apenas 5% de nossa produção ou do que compramos nos cheguem nessas condições.

Agora mesmo, Sr. Presidente, estamos comprando doze navios usados para cabotagem; mas não compramos mais uma unidade para a navegação exterior. O pão que comemos, vem na maior parte, em navios de pavilhão estrangeiros, o mesmo acontecendo com o carvão que nos abastece, e apenas uma parte do combustível que consumimos nos chega através de frota petroleira em boa hora adquirida.

Como se vê, meu substitutivo, oferecido na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, não difere substancialmente da proposição do nobre Senador Francisco Gallotti, apenas desejo especializar a navegação oficial a cargo do Estado, enquanto este se mantiver armador, como até agora.

Assim, a navegação exterior teria cometida ao Lóide Brasileiro; e de cabotagem, à Companhia Nacional de Navegação Costeira; a fluvial do Rio Amazonas, ficaria a cargo da empresa oficial que ali explora o serviço; e a do Rio do Prata, caberá à empresa estadual que lá opera.

Essas empresas seriam dirigidas por um grande estado-maior — a Companhia de Marinha Mercante — e dadas as funções legais que lhe são cometidas, e executaria a política que lhe fosse atribuída pelo Governo, e de acordo com as necessidades do País.

Para a distribuição da navegação e do tráfego, far-se-á a combinação das linhas exteriores com as de cabotagem e fluviais.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Excelência permite um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com muito prazer.

O Sr. Gomes de Oliveira — Tenho a satisfação de verificar, neste momento, a coincidência de ponto de vista de V. Exa. com o defendido pelo nosso Partido, quando examinou o Projeto ora em tramitação na Câmara dos deputados, sobre a reorganização dos serviços das nossas empresas ferroviárias. Foi adotada justamente a supervisão pelas várias entidades responsáveis pelas nossas vias de transporte.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Não conheço esse trabalho; mas acredito que o substitutivo, aprovado pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, o atenda melhormente às dificuldades da administração das grandes empresas e dos serviços tão politicamente responsáveis, como estes, dos transportes marítimos.

Sr. Presidente, creio haver justificado e defendido o substitutivo que tive a honra de apresentar na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

O Sr. Gomes de Oliveira — V. Excelência o fez brilhantemente. Ficarei esta Casa com sua palavra expectante sobre a matéria.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — É bondade de V. Excia., mas tais palavras são um estímulo, porque vêm do meu líder e amigo.

O Sr. Francisco Gallotti — Permite V. Excia. um aparte?

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Com todo o prazer.

O Sr. Francisco Gallotti — Quando o nobre colega conversou comigo sobre o substitutivo apresentado ao projeto, um dos argumentos lançados por V. Excia., e que bastante influuiu para que eu também o adotasse, foi o da grande dificuldade na unificação do pessoal pertencente às várias empresas, por mim prevista no projeto. O substitutivo, nas condições em que está redigido vem afastar tal dificuldade com relação ao pessoal da Companhia de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Sr. Presidente, o Senado está perfeitamente esclarecido, agora, ainda mais, com as brilhantes considerações expendidas pelo nobre Senador Francisco Gallotti. *(Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.)*

Durante o discurso do Sr. Alencastro Guimarães, o Sr. Café Filho, deita a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Continúa a discussão. *(Pausa).* Não havendo mais quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

Val-se proceder à votação do substitutivo — artigo por artigo, na forma do Regimento Interno. *(Pausa).* Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido.

É lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 381, de 1954

Requeiro a votação global do substitutivo ao Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1951.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — *Francisco Gallotti.*

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da deliberação do Plenário, vai-se proceder à votação global do Substitutivo da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Está aprovado.

Passa-se à votação em globo das subemendas da Comissão de Serviço Público Civil.

Os Senhores Senadores que as aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Estão aprovadas.

Está prejudicado o Projeto, que vai à Comissão de Redação, para redigir o texto.

SUBSTITUTIVO APROVADO

Art. 1.º As empresas de navegação pertencentes a União terão suas atividades reguladas pela Comissão de Marinha Mercante a quem ficarão subordinadas, quer quanto à parte administrativa, quer quanto à orientação.

Art. 2.º A Comissão de Marinha Mercante será constituída por um Presidente, a quem caberá a parte executiva e assistida por um Conselho deliberativo composto de representantes das empresas subordinadas, de um representante da Construção Naval Oficial.

Art. 3.º O poder executivo expedirá os regulamentos necessários e consequentes da presente lei.

Art. 4.º As empresas de que trata a presente lei exercerão as suas atividades no comércio marítimo de modo

de a que não façam concorrência umas com as outras.

Art. 5.º O tráfego mútuo entre as empresas será a regra. Os agentes e representantes comerciais serão sempre os mesmos nos portos frequentados em comum.

Art. 6.º Os estaleiros e oficinas a cargo do Lóide e da Costeira serão dedicados dessas empresas, constituindo uma entidade autônoma, para cujo organização o poder executivo expedirá o respectivo regulamento.

Art. 7.º As obras de reparação, manutenção e construção naval, necessárias às empresas federais de navegação, serão obrigatoriamente encomendadas à empresa resultante do disposto no art. 6.º, e só poderão ser dadas a terceiros, no caso da referida empresa declarar sua impossibilidade.

Art. 8.º O pessoal das empresas em causa será garantido em seus direitos.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUBEMENDAS APROVADAS

N.º 1

Acrescente-se ao art. 5.º do Substitutivo os seguintes parágrafos:

§ 1.º O serviço governamental de cabotagem, ressalvados os serviços de navegação do Rio Amazonas e a Navegação do Rio da Prata, será realizado pela Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N.

§ 2.º O serviço governamental de longo curso será realizado pelo Lóide Brasileiro P. N.

§ 3.º Dentro de 90 dias, a partir da publicação desta lei serão transferidos e incorporados à frota da Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N. os navios atualmente pertencentes ao Lóide Brasileiro P. N. e empregados no transporte de cabotagem.

N.º 2

Acrescente-se ao substitutivo, onde convier:

Artigo — O Poder Executivo tomará as necessárias providências no sentido de aparelhar o Lloyd Brasileiro P. N. e a Companhia Nacional de Navegação Costeira P. N. para os respectivos serviços de cabotagem e de longo curso.

PROJETO PREJUDICADO

N.º 23, de 1951

Dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lloyd Brasileiro (Patrimônio Nacional).

Art. 1.º O Poder Executivo, dentro do prazo de 30 dias, designará uma Comissão de Técnicos para estudar em todos os seus detalhes o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional" e Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Art. 2.º A Comissão de Técnicos prevista no artigo 1.º se comporá de cinco membros: um representante do Ministério da Fazenda, um do Ministério da Viação e Obras Públicas, um do Ministério da Marinha, um da Companhia Nacional de Navegação Costeira e um do Lóide Brasileiro, podendo ser os últimos os próprios diretores dessas organizações, a critério do Governo da União.

Art. 3.º No prazo máximo de 180 dias, a Comissão apresentará circunstanciado relatório sobre o plano ou planos de unificação das duas organizações para final decisão do Governo Federal.

Art. 4.º O pessoal auxiliar necessário à Comissão será requisitado, em igual número, das duas organizações citadas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE — Pelo nobre Senador Dário Cardoso foi enviado à Mesa um requerimento. *(Pausa)*

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 382, de 1954

Requeiro que a matéria constante dos itens ns. 4 a 6 da Ordem do Dia seja votada após o item n.º 18.

Sala das Sessões 20 de junho de 1954. — *Dário Cardoso.*

O SR. PRESIDENTE — Em virtude do deliberado pelo plenário, vai-se proceder à votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar e dá outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça ofereceu Emenda à proposição. Vou, portanto, de acordo com o Regimento, submeter ao voto do Senado esta Emenda.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram conservar-se sentados. *(Pausa).*

É aprovada a seguinte

EMENDA N.º 1-C

Acrescente-se ao artigo 1.º, in fine, o seguinte:

"Observado o princípio constante do parágrafo único do artigo 40 da Constituição Federal".

O SR. PRESIDENTE — Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. *(Pausa).*

É aprovado e remetido à Comissão Directora o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 27, de 1953

Autoriza a ida de senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida do representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar a comparecer à reunião anual do aludido órgão e dá outras providências.

Art. 1.º Fica o Presidente do Senado Federal autorizado a designar três (3) senadores para comparecerem à Conferência Anual da União Interparlamentar, como representantes do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil.

Parágrafo único. A designação dos representantes do Grupo Nacional do Senado Federal deverá ser feita, salvo na presente sessão legislativa, 90 dias antes da realização do referido certame, a fim de possibilitar o exame da Ordem do Dia da Conferência e a elaboração dos Projetos de Resolução que deverão ser apresentados à Delegação designada, a qual realizará seu trabalho nas indicações do representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 2.º Fica igualmente o Presidente do Senado Federal autorizado a adotar as necessárias providências a fim de que o representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar possa comparecer a reunião anual do aludido Conselho, não podendo o auxílio em apêço ser concedido mais de uma vez ao mesmo senador.

Parágrafo único. O Representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar deverá indicar ao presidente do Senado Federal, com 90 dias de antecedência, a data e o lugar da realização da Conferência e a respectiva Ordem do Dia, e coordenar a elaboração pelos senadores designados para representar o Grupo Nacional do Senado Federal das teses a serem submetidas à Conferência Anual da União Interparlamentar.

Art. 3.º A Secretaria do Senado Federal incluirá atualmente na proposta de Orçamento, Anexo n.º 2 — Congresso Nacional — Senado Federal

— dotação para atender às despesas decorrentes com o transporte, estada e representação dos componentes do Grupo Nacional do Senado Federal à Conferência Anual da União Interparlamentar e do representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 4.º Os Senadores representantes do Grupo Nacional do Senado Federal na Conferência da União Interparlamentar e no Conselho da União Interparlamentar ficam obrigados, imediatamente após o seu regresso do desempenho de suas missões, a apresentarem relatório circunstanciado das atividades dos órgãos a cujas reuniões comparecerem, e de todas as decisões para as quais tenham concorrido com o seu voto devendo apresentar os competentes projetos de Resolução, ou de Lei, sobre toda a matéria neles contida que possam interessar ao Senado ou ao País.

§ 1.º As disposições constantes deste artigo, aplicam-se à Delegação do Senado Federal que comparecer a Conferência e ao Conselho da União Interparlamentar que se realizará, no corrente ano, nos Estados Unidos da América do Norte.

§ 2.º A Mesa do Senado Federal enviará os relatórios a que se refere este artigo às Comissões Competentes para sua apreciação e proposição dos projetos de Resolução, ou de Leis, que couberem no caso.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação, em discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi em todas as Faculdades de Filosofia e Letras do País. Pareceres: da Comissão de Educação e Cultura, sob número 459, de 1954, favorável (com voto em separado do Sr. Senador Cavalheiro Guimarães); da Comissão de Finanças, sob n.º 469, de 1954, contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido. *(Pausa).*

É lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 383, de 1954

Requeiro a V. Ex.ª que seja ouvida a Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1953, que cria a cadeira de Etnologia Brasileira e Língua Tupi, em vista do parecer da Comissão de Finanças.

Sala das Sessões, em 20 de julho de 1954. — *Flávio Guimarães.*

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com o deliberado pelo Plenário, o Projeto sai da Ordem do Dia, a fim de que sobre a matéria opine a Comissão de Constituição e Justiça.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 119, de 1954, que dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras. Parecer favorável, sob n.º 524, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

É aprovado e vai R. sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 119, de 1954

Dispõe sobre o foro das causas em que as autarquias forem autoras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As causas em que forem autoras as autarquias serão julgadas no foro do domicílio do réu.

Art. 2.º Nas comarcas do interior dos Estados e Territórios a representação legal das autarquias incumba aos seus procuradores ou a mandatórios especialmente constituídos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação. *Não discussão única, do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Senador Djair Brindeiro, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco e dá outras providências.*

SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O projeto será oportunamente incluído na Ordem do Dia.

Votação. *do Requerimento número 941, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F.E.B.*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Oportunamente, o Projeto será incluído em Ordem do Dia.

Votação. *do Requerimento número 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara, n.º 130 de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.*

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, preliminarmente, desejava que a Mesa informasse se a Comissão de Finanças já se pronunciou sobre o projeto e quais as outras Comissões que ainda vão opinar sobre ele.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto foi remetido às Comissões de Economia e de Finanças, e ainda se encontra na primeira.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Sr. Presidente, não desejo entrar na apreciação do mérito do projeto, porque aguardo o pronunciamento das duas Comissões. Não vejo, porém, necessidade dessa urgência para matéria tão complexa, em virtude de se relacionar com numerosas leis anteriores, que vêm estabelecendo sucessivamente esse regime especial em relação aos pecuaristas, cujo esforço e atividade para o desenvolvimento econômico do país todos os brasileiros reconhecem.

De modo que lamento divergir dos nobres autores do requerimento, e voto contra coerente aliás com a minha orientação de recusar sempre a urgência para projetos de tanta magnitude. (Muito bem).

O SR. COSTA PARANHOS:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, requeri urgência para o projeto porque, se não foi aprovado imediatamente, não o será mais, este ano.

Espero que os Srs. Senadores compreendam a situação dos pecuaristas, principalmente do Brasil central, e votem a favor do meu requerimento. (Muito bem).

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, lamento muito divergir, no momento, do nobre Senador Costa Paranhos, justamente após o ato de minha gentileza que teve para com o Paraná, solidarizando-se com o projeto que fiz, neste recinto, no dia em que reclamava um lugar para o meu Estado na Diretoria do Instituto Brasileiro de Café.

O Paraná, sensível ao cativante gesto do ilustre representante de êtiás, ficou extremamente reconhecido a S. Exa.

Eis por que me sinto constrangido em não poder acompanhá-lo na urgência solicitada para votação do Projeto que reajusta dívidas dos pecuaristas.

Assim procedo coerente com minhas atitudes anteriores, de votar, invariavelmente, contra qualquer urgência.

Ocorre, ainda, que se trata de Projeto inteiramente novo, entrado há poucas dias nesta Casa. E' completamente desconhecido e, creio, não foi sequer lido pela maioria dos Srs. Senadores. Nenhuma das Comissões chegou a proferir parecer sobre a matéria, embora seja das mais importantes e tenha profunda repercussão na economia brasileira.

Por estes motivos, além de exigir minucioso estudo do relator, deve ele transmitir durante algum tempo pelo Senado, a fim de nos familiarizarmos com os seus vários dispositivos e votarmos em plena consciência.

Deliberei sobre Projeto de tanta importância, sem ao menos o conhecimento superficial do assunto, seria ato um tanto leve: desta Casa.

Estas as razões por que me oponho à urgência requerida. (Muito bem, muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram se conservar sentados. (Pausa)

O SR. OTHON MADER:

Está aprovado. (Pela ordem) Sr. Presidente, requeri verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação requerida pelo nobre Senador Othon Mader.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor do requerimento. (Pausa)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se o que votam contra. (Pausa)

Manifestaram-se pela aprovação 11 Srs. Senadores e, pela rejeição, três. Não há número.

Val-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima. — Prisco dos Santos. — Onofre Gomes. — Ferreira de Souza. — Djair Brindeiro. — Eschias da Rocha. — Espeditão de Farias. — Aloysio de Carvalho. — Carlos Lindenberg. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Costa Paranhos. — Dario Cardoso. — Costa Pereira. —

Othon Mader. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Camilo Mercio (20).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 20 Srs. Senadores.

Não há número.

Passa-se à matéria em discussão.

Em virtude da falta de número não pode ser posta em discussão o Projeto de Reforma Constitucional, n.º 1, de 1954.

SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES DAS SEGUINTES MATÉRIAS:

Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar. *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 453, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 538, de 1954. (Em discussão única.)

Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1951, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (substitutivo aprovado em primeira discussão em 7-6-54), tendo Parecer n.º 463, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão. (Em segunda discussão.)

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1953, que modifica os §§ 4.º e 5.º do art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos (aprovado em primeira discussão) (com emenda, 7-6-54). Parecer n.º 494, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão. (Em segunda discussão.)

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros. *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 465, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 496, de 1954. (Em primeira discussão.)

Requerimento n.º 380, de 1954, do Sr. Espeditão de Farias, solicitando, nos termos do art. 126 do Regimento Interno, a designação de uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o General de Exército Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Ivo de Aquino, Presidente da Comissão de Finanças, solicita a indicação de substituto para o Sr. Senador Plínio Pompeu que está licenciado. Designo o Sr. Senador Thomaz Rodrigues.

Não há mais matéria na Ordem do Dia, nem oradores inscritos para falarem nessa oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão de amanhã,

ORDEM DO DIA

Continuação da votação do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas.

Votação, em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Votação do Requerimento n.º 375, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do art. 156 e parágrafos, da Constituição Federal (referentes ao usucapião). Parecer, sob n.º 444, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Geral da Secretaria do Senado (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão de seu Parecer n.º 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção dejangadas. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (números 386, de 1953, e 523, de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 367, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças, sob n.º 338, de 1954, oferecendo substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 53, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 463, de 1954; da Comissão de Finanças, sob n.º 538, de 1954.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1951, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões (substitutivo aprovado em primeira discussão em 7-6-54), tendo Parecer n.º 463, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1953, que modifica os §§ 4.º e 5.º do art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos (aprovado em primeira discussão, com emenda, 7

de julho de 1954). *Parecer n.º 464*, da Comissão de Redação, cferendo a redação do vencido em 1.ª discussão.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei de Senado n.º 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros. *Pareceres favoráveis*: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 495, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 496, de 1954.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 380, de 1954, do Senhor Senador Esperidião de Farias, solicitando a designação de uma Comissão de três membros para visitar, em nome do Senado Federal, o Sr. General do Exército Pedro Aurelio de Góis Monteiro.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1934, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parecer favorável*, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 259, de 1953 (n.º 547, de 1950, na casa de origem), que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da Força Expedicionária Brasileira (incluído em Ordem do Dia em virtude do Requerimento n.º 341, de 1954, do Sr. Senador Joaquim Pires, aprovado na sessão de 20-7-54), tendo *Pareceres favoráveis* (ainda não publicados) das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1954 (n.º 3.695, de 1953, na casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento do mandato de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 17-10-1952 em favor de Pedro Mariano Serra e outros, a fim de permanecerem como professores em comissão, com os vencimentos que vinham percebendo, correspondentes ao padrão "C". *Pareceres favoráveis*: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 333, de 1954; da Comissão de Finanças, sob número 397, de 1954.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLÁVIO GUIMARÃES NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (NOTURNA) DE 15 DE JULHO DE 1954

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Para encaminhar a votação) Senhor Presidente. O Convênio Cultural discutido com a Espanha teve efetivamente, parecer da maioria da Comissão de Educação e Cultura, favorável à sua aprovação.

Sr. Presidente. Os convênios culturais apresentam sempre muito aspecto protocolar e atestam a vitalidade das chancelarias em manter vivo o sentimento de amizade. Traduzem, quase que inevitavelmente, renovação de atos de cortesia internacional. E tanto assim é que o Brasil firmou dezenas de convênios culturais até com a China e não nos deixou de causar estranho que haja impropriedades ao Convênio celebrado com a Espanha, que se mantém fiel à sua religião e ao seu destino histórico de culta nação da Europa.

A cláusula que se impugna é a do artigo 10:

"Cada uma das Partes Contratantes promoverá a revisão dos textos, livros e publicações, utilizados em seus estabelecimentos de

ensino, adaptando-os aos fins correspondentes, de modo a evitar que sob qualquer forma se falseie a verdade histórica".

Ora, a história é formada pela narração imparcial de fatos ocorridos no passado, ou da humanidade, ou resultante a determinada nacionalidade, ou particular que seria reunião de acontecimentos sobre determinado assunto, mas sempre verdadeira, sempre exata ou sempre aproximativa da verdade interpretativa. Se, porém, forem falseados os acontecimentos, nenhum agrupamento medianamente culto conserva o erro, na certeza de que está falseando a verdade histórica.

Seríamos os primeiros a desejar que qualquer interpretação histórica falseada devesse ser corrigida. Mandamento que não se contém senão por ênfase em convênios culturais, porque esta na consciência universal da cultura humana que se retifique, esclareça, corrija qualquer deturpação da verdade. Nenhum país tem a intenção de viver com realidades falseadas e toda vez que haja equívoco histórico, fraude, abuso de conclusões enganosas esta na respeito do próprio nome na realidade do narrado ou a pesquisa à busca da verdade.

Desejaria o Brasil ou Partes Contratantes terem a sua história falseada? Evidentemente, não.

E preciso notar que a Espanha, com a simplificação de sua ortografia, universalizou de tal modo o seu idioma e maravilhosamente, que se vai tornando o primeiro na face da terra a penetrar todos os recantos de todos os continentes do mundo.

Ninguém ignora que as grandes publicações de natureza científica, de natureza filosófica, literária e até poética, são escritas e traduzidas na língua de Cervantes, em cujo estudo de Emilio Castelar se precipitam todas as correntes e nele se abeira o mundo da sabedoria de todas as épocas ao globo terrestre. Por essa razão, a Comissão de Educação e Cultura ressaltou o mérito cultural do Convênio, simples união reafirmação de amizade, porque a união cultural entre a Espanha e o Brasil esta longeamente cimentada e continuadamente fortalecida pelos livros escritos em língua espanhola, que, em certos pontos, é de encantadora parelha com o idioma de Portugal e pela afinidade crescente das duas nacionalidades.

O Convênio de qualquer forma está selado com a Espanha, expressa ou tacitamente, porque ninguém nega o uso do idioma e uso do idioma e a cultura da Espanha.

O Convênio está, portanto, à altura de ambas as partes contratantes e há muito cimentado e escrito no coração das duas nacionalidades. (Muito bem; muito bem!)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALOYSIO DE CARVALHO NA SESSÃO DE 19 DE JULHO DE 1954

QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Sobre a Ala) — Sr. Presidente, ausente que estive à sessão cuja Ata acaba de ser lida, quero, nesta oportunidade, fazer a declaração de que teria votado rejeitando o Convênio Cultural entre o Brasil e a Espanha. Opinei, na Comissão de Constituição e Justiça, como relator da matéria, pela constitucionalidade dessa iniciativa do Poder Executivo, deixando, entretanto, logo, as ressalvas do meu ponto de vista democrático e que foram depois adotadas e ampliadas no brilhante parecer do relator da Comissão de Relações Exteriores.

Tive ocasião de verificar os debates que se travaram nesta Casa, e

quero trazer ao meu eminente compatriota, Senador Ferreira de Souza a palavra da minha estranheza pela maneira como elementos alheios ao Congresso discutiram, em exemplares mimeografados distribuídos pelos Senhores Senadores, matéria que ainda dependia de pronunciamento do plenário.

Também tive ensejo de ler a exposição recente que o Ministro das Relações Exteriores mandou a esta Casa e que não me convenceu em nenhum dos seus itens, sobretudo na parte com a Espanha se o Senado viesse a rejeitar o Convênio Cultural.

Estranha tese, Sr. Presidente a de que o Senado, rejeitando um convênio cultural, desconsidera um país estrangeiro.

Estou certo de que o Senado, agindo como agiu, cumpriu com o seu dever, sem que isso representasse senão o seu pronunciamento no sentido de que os convênios culturais entre o Brasil e outros países não forcem nenhuma das partes contratantes a corrigir inverdades históricas, porque isso — diz bem o Senador Ferreira de Souza — não compete aos governos, mas aos historiadores. No uso pleno da sua liberdade de pensamento. — (Muito bem! Muito bem.)

Resenha das matérias votadas no mês de Junho

A SANÇÃO

— Projeto de Lei da Câmara número 120, de 1951, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 385.978,80 para atender às despesas com a indenização ao Governo do Estado do Pará, de um imóvel requisitado em 1942 pela mesma secretaria de Estado.

— Projeto de Lei da Câmara número 277, de 1951, que altera o item I da letra a do art. 3.º da Lei número 494, de 23-11-48 — Lei do Imposto de Consumo — no tocante a felhas e tijolos fabricados à mão, com barro não prensado ou comprimido mecanicamente e cabos torcidos destinados ao fabrico de vassouras.

— Projeto de Lei da Câmara número 310, de 1952, que dispõe sobre financiamento destinado à colonização nacional, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara número 259, de 1953, que concede a pensão vitalícia de Cr\$ 3.000,00 mensais à viúva Julietta Alencar.

— Projeto de Lei da Câmara número 252, de 1953, que dispõe sobre a corrupção dos menores.

— Projeto de Lei da Câmara número 282, de 1953, que dispõe sobre a importação de tetraetilado de chumbo e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara número 281, de 1953, que modifica o art. 22 e seus parágrafos do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 alterado pela Lei n.º 593-A, de 26 de dezembro de 1948.

— Projeto de Lei da Câmara número 277, de 1953, que cria a Medalha Naval de Serviços Distintos e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara número 308-53, que isenta de pagamento de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, materiais destinados à instalação do Hospital Barão de Lucena, no Estado de Pernambuco.

— Projeto de Lei da Câmara número 311-53, que concede isenção de todos os tributos para seis sinos de bronze, seus pertences e acessórios, destinados à Igreja do Mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro.

— Projeto de Lei da Câmara número 335, de 1953, que estende aos conferentes das Caixas Econômicas os

favores da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, que reestruturou os cargos de tesoureiros e ajudante de tesoureiros do Serviço Público Federal.

— Projeto de Lei da Câmara número 342, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 44.887.800,00, para atender às despesas com a execução da primeira etapa do plano de assistência econômica e social aos pescadores dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

— Projeto de Lei da Câmara número 345, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 139.025,10, para pagamento da gratificação adicional a servidores daquele Ministério.

— Projeto de Lei da Câmara número 371-53, que concede a inclusão da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

— Projeto de Lei da Câmara número 381, de 1953, que modifica o artigo 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo e da União e dos Territórios.

— Projeto de Lei da Câmara número 382, de 1953, que dispõe sobre a revisão do contrato de arrendamento da Rêde de Viação Aérea Federal do Rio Grande do Sul e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara número 41, de 1954, que concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 para as obras da futura Basílica Nacional de Aparecida no Estado de São Paulo.

— Projeto de Lei da Câmara número 18-54, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campinas, Estado de São Paulo, na categoria dos estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

— Projeto de Lei da Câmara número 25, de 1954, que concede a inclusão das Escolas de Engenharia e Faculdade de Arquitetura, do Instituto Mackenzie, de São Paulo, entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

— Projeto de Lei da Câmara número 31, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para auxiliar a construção do Hospital do Radialista.

— Projeto de Lei da Câmara número 42, de 1954, que concede o auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 à Fundação Sorocaba.

— Projeto de Lei da Câmara número 46, de 1954, que concede isenção de impostos e taxas aduaneiras para uma imagem de Santo Antonio, destinada à Irmã Berchmans Zuchetto.

— Projeto de Lei da Câmara número 49-54, que concede a pensão mensal de Cr\$ 1.500,00 à viúva de Dorval Luz, ex-Collector federal.

— Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 103.222,10 para pagamento de despesas ocorridas nos exercícios de 1943 a 1952.

— Projeto de Lei da Câmara número 64, de 1954, que autoriza a abertura, ao Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 152.070,00 para pagamento do abono de emergência.

— Projeto de Lei da Câmara número 68, de 1954, que revoga o art. 6.º do Decreto-lei n.º 8.440, de 24 de dezembro de 1945 (que estabelece normas para aquisição, pelo Banco de Crédito da Amazônia, do acervo das concessões de Borreria e Fardlandia, que pertenceram à antiga Cia. Ford Industrial do Brasil).

— Projeto de Lei da Câmara número 78, de 1954, que assegura subvenção e isenção fiscal ao Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara número 85-54, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 250.000,00, destinado a auxiliar o Ballet da Juventude.

— Projeto de Lei da Câmara número 88, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00, para auxiliar a reconstrução da usina elétrica do Cajueiro, em Itabuna, Estado da Bahia.

— Projeto de Lei da Câmara número 92-54, que altera o Quadro do Tribunal de Contas aprovado pela Lei nº 886, de 24-10-49.

— Projeto de Lei da Câmara número 114, de 1954, que aumenta o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército das armas de Infantaria e Cavalaria.

A PROMULGAÇÃO

— Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 1952, que aprova o registro, sob reserva, da despesa de Cr\$ 107.135,00 para o prosseguimento e conclusão das obras do Pavilhão de Biotério da Colônia Juliana Moreira.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 1953, que aprova o Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e a Bolívia.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Standard Elétrica S. A. para o fornecimento de mesas de comutação e exame.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma SIMACO & Cia. para execução de serviços de conservação de cursos d'água do 4.º Setor — Magé, na Residência de Magé.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Distribuidora de Papéis e Artes Gráficas S. A. para fornecimento de papel acetinado.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1953, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 129, de 1953, que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado de São Paulo, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural.

— Projeto de Resolução nº 24, de 1954, que concede licença ao Senador Victorino Freire para integrar a Delegação Brasileira à Conferência Internacional do Trabalho a reunir-se em Genebra.

— Projeto de Resolução nº 25, de 1954, que concede licença ao Senador Kerginaldo Cavalcanti para participar da Delegação Brasileira à 37.ª Conferência Internacional do Trabalho a reunir-se em Genebra.

— Projeto de Resolução nº 28, de 1954, que concede exoneração, a pedido, a Hercules de Macedo Rocha do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO

— Projeto de Lei do Senado número 49-51, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Caixas.

— Projeto de Lei do Senado número 27-53, que revoga os arts. 359 e

362 e seus parágrafos, do Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), referentes à admissão de empregados estrangeiros, sem exibição da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pelas empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

— Projeto de Lei do Senado número 31-53, que modifica as §§ 4.º e 5.º do art. 524 da Consolidação das Leis do Trabalho (referentes a eleições para cargos da Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos).

— Projeto de Lei do Senado número 52, que estende a oficiais reformados do Exército os dispositivos do Decreto-lei nº 103, de 23 de dezembro de 1937 (aprovado em 1.ª discussão em 13 de maio de 1954).

— Projeto de Lei do Senado número 15-54, que altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato de cooperação celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordelero Brandão.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que autoriza o Tribunal de Contas a determinar o registro do contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Saúde e a firma Luiz Fernandes & Cia. Ltda.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 42, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-tronco este entre a Capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 45-53, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Standard Elétrica S. A., para o fornecimento de mesas de comutação e exames.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que revoga a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher, Maria Augusta Assunção de Oliveira.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1953 originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua esposa, Marcelina de Arêa Leão Melo.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola em Culabá, capital do Estado de Mato Grosso, e José Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, e instalação de máquinas no Posto de Leverger, naquele Estado.

— Projeto de Decreto Legislativo número 67, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Seção de Fomento Agrícola, em Culabá, Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miraglia, para execução de serviços de complementação,

cão, equipamento e instalação, no Posto Agro-Pecuário de Rosario-Oeste, no mesmo Estado.

— Projeto de Decreto Legislativo número 80-53, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma Simaco & Cia., para execução de serviços de conservação de cursos d'água do 4.º Setor — Magé, na Residência de Magé.

— Projeto de Decreto Legislativo número 53-53, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Distribuidora de Papéis e Artes Gráficas S. A., para fornecimento de papel acetinado.

— Projeto de Decreto Legislativo número 97-53, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda., para realização da reforma da Sala da Biblioteca do Instituto Nacional de Surdos Mudos, no Distrito Federal.

— Projeto de Decreto Legislativo número 100-53, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e a firma IB. World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade.

— Projeto de Decreto Legislativo número 107, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova os termos de acordo e aditivo celebrados entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

— Projeto de Decreto Legislativo número 123, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Jose Bezerra da Costa e sua mulher Adélia Fernandes de Oliveira, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, denominada "Penha", situada no Município de Iguaçu, Estado do Ceará.

— Projeto de Decreto Legislativo número 128, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, visando a administração e exploração da rede de armazéns existentes no mencionado Estado, para a preservação das safras de cereais.

— Projeto de Decreto Legislativo número 129-53, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo de acordo celebrado entre o Governo da União e o Estado de São Paulo para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural.

— Projeto de Decreto Legislativo número 130, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher.

— Projeto de Decreto Legislativo número 133 de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Claudio de Sá e Silva.

— Projeto de Lei da Câmara nº 496, de 1949, que concede às empresas ou firmas que explorem a indústria fumageira isenção de direitos para importação de máquinas agrícolas ou industriais a serem aplicadas na cultura e fabricação do fumo em geral e materiais destinados ao cultivo do fumo caapeiro.

— Projeto de Lei da Câmara nº 19-51, que reorganiza as Secretarias do Ministério Público Federal, cria o respectivo quadro de pessoal, reajusta seus servidores, cargos e vencimentos e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1953, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em contato permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

— Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1953, que dispõe sobre o provimento de cargos da carteira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Departamento Federal de Segurança Pública).

— Projeto de Lei da Câmara nº 175, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém, e Fortaleza e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 348, de 1953, que modifica o art. 180 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

— Projeto de Lei da Câmara nº 349, de 1953, que dispõe sobre o registro de diplomas expedidos pelos estabelecimentos de ensino e o exercício profissional.

— Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1954, que modifica a Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

— Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 1954, que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho, e dá outras providências.

— Projeto de Resolução nº 1, de 1954, que modifica o Regimento Interno do Senado Federal.

A CÂMARA

— Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1952, que altera o Código Eleitoral — Lei nº 1.164, de 24 de junho de 1950.

— Projeto de Lei do Senado nº 59, de 1950, que autoriza o Poder Executivo a mandar efetuar a reversão, ao serviço ativo do Exército, dos oficiais do Quadro do Serviço de Intendência que tenham sido compulsados desde 2 de junho de 1946 (substitutivo aprovado em 1.ª discussão em 25 de março de 1954).

— Projeto de Lei da Câmara nº 54, de 1953, que regula a inatividade dos militares.

— Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 1953, que fixa a gratificação de representação do Presidente do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.

— Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1953, que dispõe sobre o provimento de cargos da carreira de Detetive do Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Departamento Federal de Segurança Pública).

— Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1953, que concede auxílio de Cr\$ 400.000,00 e Cr\$ 100.000,00 respectivamente, à Associação Serrana de Defesa dos Agro-Pecuaristas, com sede em Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul e a Exposição Agro-Pecuária e Feira de Amostras promovidas pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará.

— Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 1953, que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 2.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 230, de 1954.

— Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 2.483.500,00 em favor da Verba 1 do anexo nº 24 do Orçamento da União.

— Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1953, que dispõe sobre o ensino de enfermagem nos Cursos Volantes.

— Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 1953, que concede auxílios de Cr\$

400.000,00 e Cr\$ 100.000,00 respectivamente, à Associação Serrana de Defesa dos Agro-Pecuaristas, com sede em Ijuí, no Estado do Rio Grande do Sul, e à Exposição Agro-Pecuária e Feira de Amostras promovidas pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará.

Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1954, que concede abono de emergência aos aposentados e pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 181, de 1953, que concede auxílio ao Centro de Pesquisas Pedagógicas para investigações sobre o desenvolvimento educacional do Brasil, e dá outras providências.

Projeto de Lei da Câmara n.º 109, de 1953, que dispõe sobre o aproveitamento dos auxiliares de ensino e pessoal burocrático dos Institutos federalizados de Ensino Superior.

Projeto de Lei da Câmara n.º 14, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de Cr\$ 460.000,00 em reforço da Verba 3 do Anexo n.º 24 do Orçamento da União.

Projeto de Lei da Câmara n.º 33, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para atender as despesas decorrentes do VI Congresso Internacional do Câncer a realizar-se na cidade de São Paulo, em julho de 1954.

Projeto de Lei da Câmara n.º 306, de 1953, que concede isenção de tributos, exceto a taxa de Previdência Social, para material importado pela Legião de São Paulo Pró Catedral e destinados à construção da nova Catedral da cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.

Projeto de Decreto Legislativo número 97 de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma F. Pereira & Carvalho Ltda., para realização da reforma da Sala de Biblioteca do Instituto Nacional de Surdos Mudos.

Projeto de Decreto Legislativo número 100, de 1953, que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e a firma IBM World Trade Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade.

APROVADAS

Ofício n.º 11-53 do Serviço de Defesa e Colaboração Mútua Entre Federações Sindicais do Distrito Federal encaminhando ao Senado cópia do projeto de lei sobre o Comércio Exterior.

Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de técnicos, para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

Mensagem n.º 26, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado a escolha do nome do diplomata Nelson Tabajara de Oliveira para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo de Israel.

Requerimento n.º 214, de 1954, do Sen. João Villasbôas, solicitando a inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara n.º 319-51.

Requerimento n.º 226, de 1954, do Sen. Mozart Lago, solicitando inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado n.º 26-52.

Requerimento n.º 254, de 1954, do Sen. Nestor Massena, solicitando inserção nos Anais do Senado do depoimento do Dr. Júlio Barbosa, antigo Diretor da Secretaria desta Casa do Congresso publicado no Jornal do Comércio de 30-5-54, sobre Pinheiro Machado.

Requerimento n.º 239, de 1954, do Sen. Luiz Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53.

Requerimento n.º 264, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que mencionam, os benefícios da Lei número 1.782, de 24-12-52.

Requerimento n.º 279, de 1954, do Sr. Senador Hamilton Nogueira, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Requerimento n.º 291, de 1954, do Sr. Ivo d'Aquino e outros Senhores Senadores, pedindo urgência para a discussão e votação do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Requerimento n.º 309, de 1954, do Sr. Alvaro Adolpho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 68, de 1954, que revoga o art. 6.º do Decreto-lei n.º 3.450, de 24-12-45 e dá outras providências.

Requerimento n.º 306, de 1954, do Sr. Hamilton Nogueira e outros Senhores Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências.

Requerimento n.º 308, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, pedindo urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que promove as subtenentes, suboficiais e sargentos das Forças Armadas, nas condições que estabelece.

REJEITADOS

Projeto de Lei da Câmara n.º 258, de 1948, que cria o Departamento Nacional de Imigração e Colonização.

Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1950, que revoga dispositivos do art. 140 do Decreto-lei n.º 9.500, de 23 de julho de 1946 que dispõe sobre o serviço militar obrigatório.

Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1952, que revalida a dotação de Cr\$ 400.000,00, concedida à Prelazia de Bom Jesus do Gurugiá, Estado do Piauí, pela Lei n.º 1.249, de 1.º de dezembro de 1950.

Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1953, que modifica a denominação dos atuais cargos de Adjunto do Procurador Geral da Fazenda Pública, do Tesouro Nacional.

Projeto de Lei da Câmara n.º 21, de 1953, que oficializa o 1.º Congresso Mundial e o V Congresso Brasileiro de Homeopatia.

Projeto de Lei da Câmara n.º 73, de 1953, que estende por acordo às prerrogativas de isenção aduaneira aos funcionários estrangeiros.

Projeto de Lei da Câmara n.º 78, de 1953, que estende aos partidos políticos, legalmente registrados, o disposto no art. 51 da Lei n.º 498, de 28 de novembro de 1948 (isenção de prêmio fixo em telegramas).

Projeto de Lei da Câmara n.º 199, de 1951, que dá nova redação ao artigo 1.º da Lei n.º 693, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Projeto de Lei da Câmara n.º 333, de 1953, que declara de utilidade pública a Sociedade de Assistência

Amparo aos Tuberculosos de Joinville.

Projeto de Decreto Legislativo número 123, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, que aprova o termo aditivo de contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Alberto Marson, para exercer a função de Instrutor de Educação Física e Desportos, nos Institutos Tecnológico de Aeronáutica.

Resenha dos discursos pronunciados nesta Casa pelos Srs. Senadores

Mês de Junho

ALENCASTRO GUIMARÃES

Em 3 de junho de 1954 comenta informações que lhe foram transmitidas pelo Sr. Ministro da Fazenda sobre atividades do Banco de Desenvolvimento Econômico.

Em 8 de junho de 1954 prossegue em seus comentários em torno das atividades do Banco de Desenvolvimento Econômico.

Em 15 de junho de 1954 tece considerações em torno do assalto verificado na dias passados num trem pagador da Central do Brasil, lamentando a sorte do pagador, que perdeu a vida.

Em 21 de junho de 1954 continua a comentar informações prestadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Em 24 de junho de 1954 louva as providências do Secretário de Agricultura da Prefeitura do D. F., quanto à fiscalização de pesos e medidas no mercado retalhista.

Em 30 de junho de 1954 encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Medicos.

ALFREDO NEVES

Em 9 de junho de 1954 salienta a necessidade da construção de um porto carvoeiro em Itacuruça.

Em 10 de junho de 1954 (noturna), para explicação pessoal, fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 13 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto que oficializa o Congresso Brasileiro de Homeopatia. E na mesma sessão encaminha votação do Projeto de Resolução n.º 28-54, aposentando o Diretor de Serviço Médico Justino Peixoto.

Em 16 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 381, de 1953, (abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios).

Em 21 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto de Resolução que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo da Secretaria do Senado, tecendo comentários sobre o anteprojeto, em estudo na Comissão Diretora, de reestruturação geral do pessoal desta Casa.

Em 22 de junho de 1954 faz declaração de voto contra Requerimento de urgência para o chamado "Projeto dos Sargentos".

Em 24 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto dos Medicos.

ALOYSIO DE CARVALHO

Em 1 de junho de 1954 pede a retirada da Ordem do Dia, por 48 horas, do Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral), e na mesma sessão, fala sobre a redação do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52 (altera o Código Eleitoral).

Em 4 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 162-53 (provisório de cargos da carreira de Detetive).

Em 7 de junho de 1954, a propósito da Ata, pede providências para a republicação da redação do vencido, para 2.ª discussão, do Projeto de Cód

igo Eleitoral. Na mesma sessão fala sobre o requerimento que pede o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda). E ainda nesta sessão, fala sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 54-53 (inatividade dos militares).

Em 8 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 9 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao mesmo Projeto acima citado.

Em 10 de junho de 1954 (noturna) encaminha votação de destaque ainda ao mesmo Projeto. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda de redação ao Projeto de inatividade dos Militares.

Em 14 de junho de 1954 fala a respeito da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 15-54. Na mesma sessão, fala sobre emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 15 de junho de 1954 levanta questão de ordem a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara número 320-53 (Fiscal do Imposto de Renda). Na mesma sessão, encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 21-53 (oficializa o Congresso Brasileiro de Homeopatia).

Em 16 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 232-53 (importação de tetratilito de chumbo). Na mesma sessão fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 348-53 (modifica artigo do Código Penal). E ainda nesta sessão, encaminha votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 29-54 (modifica Lei sobre o Sistema Federal de Ensino Superior).

ALVARO ADOLPHO

Em 3 de junho de 1954 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Fiscal do Imposto de Renda).

Em 7 de junho de 1954 encaminha votação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 54-53 (inatividade dos militares).

Em 10 de junho de 1954 (noturna) fala sobre emenda de redação ao Projeto de inatividade dos militares.

Em 14 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda). Na mesma sessão, fala para encaminhar votação de várias emendas ao mesmo Projeto, ocupando a tribuna três vezes.

Em 15 de junho de 1954 dá parecer verbal, pela Comissão de Finanças, a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 21 de junho de 1954 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 68-54.

APOLONIO SALLES

Em 1 de junho de 1954 encaminha votação da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52 (altera o Código Eleitoral).

Em 2 de junho de 1954 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 496-49 (isenção de direitos para máquinas a serem aplicadas na indústria do fumo).

Em 16 de junho de 1954 fala sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 381 de 1953 (abono de emergência aos servidores civis da União e dos Territórios).

ASSIS CHATEAUBRIAND

Em 2 de junho de 1954 fala a infiltração comunista na República da Guatemala.

ATTILIO VIVACQUA

Em 1 de junho de 1954 faz declaração de voto a respeito do Projeto de

Lei da Câmara n.º 75-54 (altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho). Na mesma sessão, fala a respeito de embarque de café.

Em 10 de junho de 1954 associa-se, em nome do P. R., às homenagens prestadas à memória do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data.

Em 10 de junho de 1954 (noturna) congratula-se com o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro e com a Junta Administrativa do I. B. C., pela iniciativa que tomaram no sentido da criação de um Fundo especial destinado à defesa e ao amparo da cafeicultura. Na mesma sessão, fala a respeito de emenda de redação ao Projeto de inatividade dos militares.

Em 15 de junho de 1954 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 22 de junho de 1954 encaminha a votação do Requerimento n.º 311-54, pedindo inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Geraldo Viana.

Em 24 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 25 de junho de 1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

BERNARDES FILHO

Em 9 de junho de 1954 encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 10 de junho de 1954 (noturna) encaminha a votação de destaque ao mesmo Projeto.

Em 28 de junho de 1954 faz críticas ao Sr. Presidente da República.

CESAR VERGUEIRO

Em 23 de junho de 1954 congratula-se com a imprensa pelo centenário do "Correio Paulistano".

COSTA PARANHOS

Em 10 de junho de 1954 associa-se, em nome do seu Partido, às manifestações prestadas à memória do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data.

Em 11 de junho de 1954 associa-se em nome de seu Partido, às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

Em 22 de junho de 1954 associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento, em Goiás, do ex-parlamentar Alfredo Lopes de Moraes.

Em 23 de junho de 1954 refere-se à pesquisa e industrialização do petróleo em Goiás.

Em 24 de junho de 1954 felicita a imprensa pelo centenário do "Correio Paulistano".

Em 25 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 29 de junho de 1954 comenta notícias da tentativa de assassinato sofrida pelo bispo auxiliar de Goiás.

COSTA PEREIRA

Em 14 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 28 de junho de 1954 levanta questão de ordem com referência à redação final do Projeto dos Agentes Fiscais do Imposto de Renda.

DARIO CARDOSO

Em 8 de junho de 1954 fala a respeito de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 9 de junho de 1954 encaminha a votação de emenda ao mesmo Projeto.

Em 10 de junho de 1954 (noturna) continua encaminhando a votação de emendas ao mesmo Projeto, ocupando a tribuna duas vezes.

Em 22 de junho de 1954, em explicação pessoal, fala sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 19-53 (modificação de denominação de cargos no Tesouro Nacional). Na mesma sessão fala a respeito do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13-53, pedindo sua volta à Comissão de Justiça. E ainda nesta sessão, requer inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-parlamentar Alfredo Lopes de Moraes, ocorrido em Goiás.

DJAIR BRINDEIRO

Em 18 de junho de 1954 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 29-54 (modificação Lei sobre o Sistema Federal de Ensino Superior).

DRAULDT ERNANY

Em 25 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

ESPIRIDIAO DE FARIAS

Em 28 de junho de 1954 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 288-53 (cria no Exército o Quadro de Auxiliares de Administração).

EUCLIDES VIEIRA

Em 10 de junho de 1954 associa-se, em nome do P. S. P., às homenagens prestadas à memória do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data.

Em 11 de junho de 1954 associa-se, em nome de seu Partido, às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

Em 14 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 25 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

EZEQUIAS DA ROCHA

Em 4 de junho de 1954 presta homenagem à data aniversária do Doutor Frank Buckman, inglês, fundador do apostolado ecumênico denominado Rearrampamento Moral.

Em 11 de junho de 1954, em nome do Partido Republicano, associa-se às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

Em 25 de junho de 1954 presta homenagem ao "Correio Paulistano" ao ensejo de seu centenário de fundação.

FERREIRA DE SOUZA

Em 8 de junho de 1954 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 9 de junho de 1954 continua falando a respeito do mesmo Projeto.

Em 10 de junho de 1954 (noturna) encaminha a votação de emendas ao Projeto acima referido.

Em 14 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 24 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 25 de junho de 1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 28 de junho de 1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

FLAVIO GUIMARAES

Em 15 de junho de 1954 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 21-53 (Oficializa o Congresso Brasileiro de Homeopatia).

Em 30 de junho de 1954 fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 2-54, que permite entrada do elemento feminino na Academia de Letras.

FRANCISCO GALLOTTI

Em 9 de junho de 1954 denuncia a tentativa de infiltração comunista nos partidos políticos.

Em 11 de junho de 1954 faz o necrológio do Deputado Engenheiro Edson Passos, falecido nesta data.

Em 22 de junho de 1954 faz declaração de voto contra o Parecer da Comissão de Justiça ao Projeto de Lei do Senado n.º 19-53 (modificação de denominação de cargos no Tesouro Nacional).

Em 23 de junho de 1954 expende considerações sobre a questão da Guatemala.

FRANCISCO PORTO

Em 18 de junho de 1954 tece considerações sobre o poder aquisitivo da moeda em face do salário mínimo.

GOMES DE OLIVEIRA:

Em 2 de junho de 1954 encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara n.º 123-53 (salário adicional para quem trabalha com inflamáveis).

Em 11 de junho de 1954 (noturna) encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei do Senado número 15-54 (Código Eleitoral).

Em 11 de junho de 1954 associa-se, em nome do P. T. B., às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

Em 14 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 6 de junho de 1954 fala sobre o Projeto de Lei da Câmara número 381-53 (abono de emergência a servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios).

Em 18 de junho de 1954 emite parecer verbal, em nome da Comissão de Justiça, a respeito do Projeto de Resolução n.º 6-52, (dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal).

Em 24 de junho de 1954 fala a respeito de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 25 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 28 de junho de 1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 29 de junho de 1954 expõe seu ponto de vista relativamente aos quinquênios para o funcionalismo.

Em 30 de junho de 1954 faz apelo no sentido de que a Mesa promova o comparecimento dos Srs. Senadores ausentes para votação das matérias em pauta.

HAMILTON NOGUEIRA

Em 1 de junho de 1954, em explicação pessoal, comenta trechos do discurso pronunciado em 3 de anterior, na Câmara dos Deputados pelo Deputado Afonso Arinos, a respeito da participação de representantes da minoria em congressos que reentrem o Governo, por indicação do Poder Executivo.

Em 2 de junho de 1954 fala sobre a situação de abandono em que se encontra o Manicômio Judiciário. Na mesma sessão, encaminha a votação do Projeto de Lei da Câmara número 123-53 (salário adicional aos que trabalham com inflamáveis).

Em 9 de junho de 1954 expende considerações sobre as atividades da delegação brasileira na Organização Internacional do Trabalho.

Em 11 de junho de 1954 associa-se, em nome da U. D. N., às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

Em 14 de junho de 1954 encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 15 de junho de 1954 congratula-se com o "Correio da Manhã" pela passagem de sua data aniversária. Na mesma sessão encaminha a votação do Requerimento que pede a

não realização de sessão no próximo dia 17, data consagrada ao Corpus Christi. E ainda nesta sessão, encaminha a votação de emendas ao Projeto que dispõe sobre a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda.

Em 21 de junho de 1954 encaminha a votação do requerimento de urgência para o Projeto dos Médicos.

Em 22 de junho de 1954, comenta trechos do discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República durante o almoço que lhe foi oferecido em casa do General Amairy Kruei.

Em 23 de junho de 1954 expende considerações sobre a questão da Guatemala.

Em 25 de junho de 1954 refere-se à decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o salário mínimo. Na mesma sessão, fala a respeito do Requerimento n.º 331-54, pedindo inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 6-54 (efetiva nos cargos de T. S. C. e T. S. C. Auxiliar os ocupantes de cargos isolados que mencionam). E ainda nesta sessão encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

Em 29 de junho de 1954 manifesta seu pesar pelo falecimento do Professor Barros Barreto, prosseguindo mais adiante, para hipotecar solidariedade à atitude tomada pelo Diretor do Diário de Notícias quando sofreu ameaça de morte do Senhor Secretário da Viação e Obras Públicas do Rio Grande do Sul.

Em 30 de junho de 1954 faz apelo no sentido de que a Mesa promova o comparecimento dos Srs. Senadores ausentes para votação das matérias em pauta.

IVO D'AQUINO:

Em 9 de junho de 1954 focaliza o problema dos transportes em Santa Catarina. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 21 de junho de 1954 faz largas considerações sobre a falta de transportes, bem assim a respeito da deficiência de ligação entre a Capital da República e os estados do sul, notadamente Paraná e Santa Catarina. Na mesma sessão, fala sobre o Projeto de Resolução n.º 2-52 (dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Senado Federal).

Em 9 de junho de 1954 dá parecer verbal, em nome da Com. de Finanças a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 72-54 (crédito para pagamento de salários ao Engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca).

JOAO VILLASBOAS:

Em 1 de junho de 1954 encaminha a votação do Requerimento número 230-54, pedindo urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda). Na mesma sessão, encaminha a votação da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52 (altera o Código Eleitoral).

Em 9 de junho de 1954 fala a respeito do mesmo Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 acima referido.

Em 9 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 10 de junho de 1954 (noturna) encaminha ainda a votação de emendas ao mesmo Projeto.

Em 14 de junho de 1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Agentes Fiscais do Imposto de Renda.

JOAQUIM PIRES

Em 1-6-54 fala a respeito do Requerimento n.º 230-54, pedindo urgência para o Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda).

Em 9-6-54 fala a respeito de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 (Código Eleitoral).

Em 10-6-54 encaminha a votação do Requerimento n.º 282-54, que pede

o levantamento da sessão pelo falecimento do Deputado Walter Sá Cavalcanti, associando-se, em nome da U.D.N., às homenagens prestadas à memória do ilustre parlamentar.

— Em 10-6-54 (noturna) encaminha a votação de emendas ao Projeto de Código Eleitoral.

— Em 15-6-54 congratula-se com o "Correio da Manhã" pela passagem de sua data aniversária. Na mesma sessão, encaminha a votação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111-53 (aprova contrato entre o Ministério da Agricultura e Herculio de Paiva Furtado).

— Em 16-6-54 fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 391-53 (abono de emergência a servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios). Na mesma sessão dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 29-54 (modifica lei sobre sistema Federal de Ensino Superior).

— Em 21-6-54 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Finanças, a respeito do Projeto que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo da Secretaria do Senado.

— Em 22-6-54 levanta questão de ordem a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954. Na mesma sessão, fala sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 19-53 (modifica denominação de cargos do Tesouro Nacional). E ainda nesta sessão, fala sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 11-52.

— Em 24-6-54 congratula-se com o Sr. Presidente da República por haver convidado o Senador Apolônio Salles para Ministro da Agricultura. Na mesma sessão faz declaração de voto contra subemenda ao Projeto dos Médicos.

— Em 25-6-54 presta homenagem ao "Correio Paulistano" no ensejo de seu centenário de fundação. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Médicos.

— Em 26-6-54 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

— Em 30-6-54 ocupa-se do "caso de Arapoti", de que trata Projeto ora em curso nesta Casa. Na mesma sessão encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Médicos.

JULIO LEITE

— Em 1-6-54 tece considerações a respeito dos problemas da indústria açucareira.

— Em 21-6-54 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Economia, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 68-54.

KERGINALDO CAVALCANTI

— Em 4-6-54 tece considerações a respeito de problemas econômicos e financeiros do país.

LUIZ TINOCO

— Em 3-6-54 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

— Em 10-6-54 (noturna) dá parecer verbal, em nome da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto dos Agentes Fiscais do Imposto de Renda.

— Em 14-6-54 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei dos Agentes Fiscais do Imposto de Renda.

— Em 21-6-54 elogia o projeto de reestruturação da Secretaria de Educação da Prefeitura, elaborado pelo Sr. Roberto Acioly.

— Em 25-6-54 expende considerações sobre a controvérsia deflagrada entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro e a Administração do SESC.

MARCONDES FILHO

— Em 25-6-54 presta homenagem ao "Correio Paulistano" no ensejo do seu centenário de fundação.

MOZART LACO

— Em 1-6-1954 fala a respeito do 26.º aniversário do Lux-Jornal. Na mesma sessão, encaminha votação do

Requerimento n.º 257-54, pedindo adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 — (altera dispositivos do Código Eleitoral).

— Em 2-6-1954, a respeito da Ata, reclama erros na lista de chamada dos Srs. Senadores.

— Em 4-6-1954, a respeito da Ata, reclama recebimento atrasado de números do Diário do Congresso. E continua tecendo considerações em torno da mensagem enviada pelo Senhor Presidente da República à Câmara dos Deputados, organizando a reforma da Polícia do Distrito Federal, da qual não consta a criação da Polícia Feminina, pelo que tanto se tem batido. Na mesma sessão, fala sobre emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54, (Código Eleitoral).

E ainda nesta sessão, para explicação pessoal, fala a respeito de requerimento de urgência, de sua autoria, para o Projeto dos Sarjentos.

— Em 7-6-1954 fala a respeito de nomeações para o IAPTEC. Na mesma sessão fala sobre o andamento que está tendo, nesta Casa, o Projeto de Lei da Câmara n.º 43-54 — (concede aposentadoria integral aos trabalhadores). E ainda, nesta sessão, pede o adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara número 320-53 — (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

— Em 8-6-1954 fala a respeito da atitude tomada pelo Sr. Adhemar de Barros, como presidente do P. S. P., em face do "impeachment" contra o Sr. Presidente da República. Na mesma sessão, fala a respeito de emenda ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 — (Código Eleitoral).

— Em 9-6-1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54.

— Em 10-6-1954 (noturna) encaminha a votação do destaque ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54. Na mesma sessão, fala sobre emendas ao Projeto de Lei da Câmara número 320-53 (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

— Em 11-6-1954 associa-se, como representante do Distrito Federal, às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

— Em 14-6-1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 — (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

— Em 15-6-1954 congratula-se com o "Correio da Manhã", pela passagem de sua data aniversária. Na mesma data, faz declaração de voto contra o Requerimento que pede a não realização de sessão no próximo dia 17, data consagrada ao Corpus Christi. E ainda nesta sessão, fala a respeito de emenda ao Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 — (Agente Fiscal do Imposto de Renda). Mais tarde volta a falar sobre o mesmo assunto, depois de aprovação do Projeto.

— Em 18-6-1954 congratula-se com o jornal "Última Hora", pela passagem de sua data natalícia no dia 12 do corrente mês.

— Em 16-6-1954 (noturna) ocupa-se da autonomia do Distrito Federal.

— Em 18-6-1954 faz consulta à Casa sobre se permite a não aprovação do Parecer redação final do Projeto dos Fiscais do Imposto de Renda sem que esteja devidamente publicado em avulsos.

— Em 21-6-1954 faz considerações em torno do Parecer redação final do Projeto dos Fiscais do Imposto de Renda. Na mesma sessão, fala a respeito do Projeto de Resolução número 6-52 — (carreira de Oficial Legislativo da Secretaria do Senado). Ainda nesta sessão, encaminha a votação do Requerimento n.º 309-54, pedindo a imediata aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 114-54 — (aumenta o efetivo do Quadro de Oficiais do Exército, das Armas de Infantaria e Cavalaria).

— Em 22-6-1954, em explicação pessoal, fala a respeito de requerimento de urgência que apresentou para o Projeto que reajusta a aposentadoria dos trabalhadores.

— Em 23-6-1954 comenta pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre decreto do Sr. Presidente da República referente ao salário mínimo. Na mesma sessão levanta questão de ordem a respeito da organização da Ordem do Dia.

— Em 24-6-1954 congratula-se com o Sr. Presidente da República por haver convidado o Sr. Apolônio Salles para Ministro da Agricultura. Na mesma sessão, encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

— Em 25-6-1954 fala a respeito do Requerimento n.º 331-54, que pede inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara n.º 6-54, que permite a entrada do elemento feminino na Academia de Letras. Na mesma sessão, faz declaração de voto e encaminha votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

— Em 28-6-1954 — encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos. Na mesma sessão fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 268-53 — (cria no Exército o Quadro de Auxiliares de Administração).

— Em 30-6-1954 fala a respeito do Projeto de Lei do Senado n.º 2-54, que permite a entrada do elemento feminino na Academia de Letras. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Médicos.

NESTOR MASSENA

— Em 1-6-1954 justifica Requerimento e Projeto de Resolução de sua autoria, o primeiro pedindo transcrição nos Anais de um artigo publicado no "Jornal do Comércio", de autoria de Julio Barbosa, sobre Pinheiro Machado; e o segundo, regulando a iniciativa de lei nas duas Casas do Congresso Nacional pelo Presidente da República e pelo Chefe do Poder Judiciário. Na mesma sessão, encaminha a votação do Projeto de Lei do Senado n.º 19-52 — (altera o Código Eleitoral).

— Em 9-6-1954 fala sobre emenda ao Projeto de Lei do Senado número 15-54 — (Código Eleitoral).

— Em 10-6-1954 associa-se, em nome da seção mineira do P. S. D., às homenagens prestadas à memória do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data.

— Em 10-6-1954 (noturna) encaminha a votação de emenda ao Projeto que dispõe sobre o Código Eleitoral.

— Em 11-6-1954 associa-se, em nome da Bandeira mineira do P. S. D., às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

— Em 21-6-1954 envia à Mesa um discurso enaltecendo a personalidade de Jose Maria dos Santos, ilustre jornalista, falecido recentemente em São Paulo.

NOVAES FILHO

— Em 11-6-1954 associa-se, em nome do Partido Libertador, às manifestações de pesar pelo falecimento do Deputado Engenheiro Edson Passos.

— Em 28-6-1954 manifesta seu pesar pelo falecimento do Professor Barros Barreto.

ONOFRE GOMES

— Em 2-6-1954, trata da situação dos mutilados de guerra, brasileiros.

— Em 10-6-1954 faz o necrológico do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data, formulando requerimento no sentido de ser suspensa a sessão e prestadas as devidas homenagens à memória daquele ilustre parlamentar.

— Em 16-6-1954 congratula-se com o jovem cearense Jacques Klein pela vitória conseguida em Genebra, em uma das competições mais difíceis no meio musical, fazendo referências ainda, no mesmo discurso, à despedida

do Professor Carlos de Mattos Peixoto, grande jurista cearense, atingido pela aposentadoria compulsória.

— Em 18-6-1954 focaliza problemas do Departamento de Imigração e Colonização.

— Em 23-6-1954 desenvolve considerações sobre a política exterior dos Estados Unidos da América do Norte.

OTHON MADER

— Em 10-6-1954 (noturna) protesta contra o decreto do Sr. Presidente da República referente ao novo regulamento dos Institutos de Previdência e Caixas de Aposentadoria e Pensões. Na mesma sessão encaminha a votação de emenda de redação ao Projeto de inatividade dos militares.

— Em 16-6-1954 refere-se à iniciativa privada no campo econômico, congratulando-se com o Sr. Ministro da Fazenda pelo pronunciamento contrário de S. Ex.ª ao pretendido congelamento de preços.

— Em 18-6-1954 ocupa-se da política oficial de abastecimento e preços.

— Em 21-6-1954 encaminha a votação do Requerimento de urgência para o Projeto dos Médicos.

— Em 22-6-1954 prossegue em comentários ao ato do Sr. Ministro da Fazenda propondo a extinção da COFAP. Na mesma sessão, fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 73-53, — (estende prerrogativas de isenção aduaneira a funcionários estrangeiros).

— Em 24-6-1954 faz críticas ao

SAPS. — Em 25-6-1954 fala a respeito do Requerimento n.º 331-54 que pede inclusão em Ordem do dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 6-54 — (refetiva nos cargos de Tesoureiro-Auxiliar os ocupantes de cargos isolados que menciona). Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Médicos.

— Em 29-6-1954 justifica pedido de urgência para Projeto em curso nesta Casa, dispondo sobre salário mínimo.

— Em 30-6-1954 ocupa-se do "caso de Arapoti", de que trata Projeto ora em curso nesta Casa. Na mesma sessão, encaminha a votação de emenda ao Projeto dos Médicos.

PEREIRA PINTO

— Em 16-6-1954 — fala a respeito do Projeto de Lei da Câmara número 43-54, que reajusta as aposentadorias e pensões dos trabalhadores em geral, fazendo apelo para que o mesmo não tarde muito a ir a Plenário para votação.

PRISCO DOS SANTOS

— Em 21-6-1954 dá parecer verbal em nome da Comissão de Serviço Público Civil, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 68-54.

— Em 24-6-1954 encaminha a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

— Em 25-6-1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

— Em 28-6-1954 continua encaminhando a votação de emendas ao Projeto dos Médicos.

RUY CARNEIRO

— Em 10-6-1954 associa-se, em nome do P. S. D., às homenagens à memória do Deputado Walter Sá Cavalcanti, falecido nesta data.

WALDEMAR PEDROSA

— Em 3-6-1954 dá parecer verbal, em nome da Comissão de Justiça, sobre emendas ao Projeto de Lei do Senado n.º 15-54 — (Código Eleitoral).

— Em 10-6-1954 (noturna) dá parecer verbal, em nome da Comissão de Justiça, a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 320-53 — (Agente Fiscal do Imposto de Renda).

— Em 24-6-1954 destaca o valor e a importância da conferência recém-pronunciada pelo Sr. Vice-Presidente da República na Escola Superior de Guerra.

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,40



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XV — N.º 165

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 11 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CARÉ FILHO
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 29 de junho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954

JOÃO CARÉ FILHO

6.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 27 de Julho de 1954, às 14,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado, que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de Dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios; tendo Parecer, sob n.º 7, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum.

PARECER N.º 8, DE 1954

Da Comissão Mista para conhecer do veto total ao Projeto de Lei (n.º 1.576-52, da Câmara dos Deputados, e n.º 380-52, do Senado) que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho.

Relator — Deputado Lopo Coelho.

Em Mensagem n.º 1, de 14 de janeiro de 1952, o Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei propondo modificações que o mesmo Tribunal julgava necessárias ao respectivo Quadro do Pessoal.

O referido Tribunal Superior do Trabalho, em sessão de 20 de dezembro de 1951, resolveu, aceitando a sugestão do seu Diretor Geral da Secretaria, determinar a expedição de Mensagem ao Congresso Nacional propondo as modificações a serem efetuadas no respectivo Quadro do Pessoal, quadro este aprovado pela Lei n.º 1.386-A, de 19 de junho de 1951. Tuve a Mensagem n.º 1, já referida, a finalidade de reclassificar os cargos isolados de "Chefe de Portaria" e "Motorista" e reestruturar a carreira de "Continuo", além de extinguir todos os cargos de "servente" e criar seis novos, respectivamente, de 1 Zelador, padrão K; 2 de Ajudante de Porteiro, padrão E; 1 motorista, padrão J; 1 motorista-auxiliar, padrão

I e 1 Ascensorista, padrão I, bem como a extensão, em caráter geral, aos servidores do Tribunal dos benefícios já assegurados ao Tribunal Federal de Recursos (Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951).

O artigo 5.º do anteprojeto reeditado pelo Tribunal Superior do Trabalho ao Congresso Nacional dizia:

"Aplica-se aos funcionários do Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, o disposto no artigo 12 da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951."

O artigo 12 da Lei n.º 1.441, de 24 de setembro de 1951 estabeleceu o seguinte:

"São assegurados aos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos os mesmos direitos e vantagens concedidos aos funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal pela Lei n.º 254, de 25 de fevereiro de 1948."

A Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, em seu artigo 1.º, diz o seguinte:

"Os funcionários da Secretaria do Supremo Tribunal Federal têm os mesmos vencimentos, direitos e vantagens assegurados aos funcionários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respeitadas a identidade ou equivalência de cargos."

Na Câmara dos Deputados o projeto recebeu um substitutivo da Comissão de Serviço Público e outro da Comissão de Finanças.

O plenário da Câmara dos Deputados deu preferência ao substitutivo da Comissão de Finanças que alterou o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, dando aos mesmos servidores o tratamento (quanto a vencimentos) que é dispensado ao pessoal da Câmara dos Deputados e do Senado, o que importa dizer, igual ao do pessoal do Tribunal Federal de Recursos. Como consequência, foram ainda elevados padrões de vencimentos de determinadas carreiras e cargos isolados.

No Senado Federal o Projeto tornou o n.º 381-52, tendo recebido parecer contrário na Comissão de Justiça, com voto em separado, opinando pela aceitação do projeto inicial. Esse ponto de vista foi afinal o vencedor, sendo aprovada a emenda substitutiva da mesma Comissão de Justiça que restabeleceu a Mensagem, ao Congresso Nacional, do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

A Comissão de Legislação Social do Senado, aprovou a mesma emenda substitutiva, com prejuízo do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Idênticos pronunciamentos tiveram no Senado, a Comissão de Finanças e a de Serviço Público.

Voltando o projeto à Câmara dos Deputados, esta deu preferência ao substitutivo que anteriormente havia

aprovado, deixando assim de aceitar a emenda do Senado.

Razões do Veto

Recebendo o projeto de lei, o Senhor Presidente da República resolveu vetá-lo, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais.

Em suas razões do veto, diz o Senhor Presidente da República que a alteração proposta pelo Tribunal Superior do Trabalho tinha por objetivo modificar o Quadro do Pessoal, aprovado pela Lei n.º 1.386-A, de 19 de junho de 1951.

"...para o fim de reclassificar os cargos isolados de Chefe de Portaria e Motorista, e reestruturar a carreira de Continuo, além de extinguir todos os cargos de servente e criar seis cargos novos, respectivamente, 1 de Zelador, padrão K, 2 de Ajudante de Porteiro, padrão E, 1 de Motorista, padrão J, 1 de Motorista-auxiliar, padrão I e 1 de Ascensorista, padrão I".

Depois de transcrever trechos da Mensagem, o Sr. Presidente da República continua com suas razões, dizendo:

"A iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho correspondia a simples medida complementar das providências anteriormente con-

1.386-A, de 19 de junho de 1951, permanecendo inalterável, em seus demais aspectos, o Quadro de Pessoal daquele alto órgão do Poder Judiciário.

A Câmara dos Deputados aprovou, no entanto, substitutivo que importa em completa reestruturação do Quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho, excedendo, por essa forma, o âmbito da proposta e afetando o direito de iniciativa exclusiva que a Constituição reservou, na hipótese, ao órgão próprio do Poder Judiciário.

Passa então a Mensagem do Senhor Presidente da República a confrontar o original do projeto com o autógrafo que foi submetido à sanção, declarando então que o conteúdo da Mensagem do Tribunal "se refere exclusivamente ao pessoal da Portaria" o projeto alterou todo o Quadro de Pessoal, transformando cargos, transmutando-lhes a denominação, determinando novas formas de provi-

mento e, finalmente, aumentando vencimentos.

Depois de se referir ao detalhe de ter o Senado restabelecido o projeto primitivo do Tribunal, declara o Senhor Presidente da República ser o projeto manifestamente inconstitucional "por não se haver verificado a condição essencial da iniciativa, prevista expressamente no item II, do artigo 97 da Constituição Federal".

Com o histórico do projeto e uma síntese das razões do veto, cremos ter cumprido o que nos determina o artigo 34 do Regimento Comum, aprovado pela Resolução n.º 1, de 1951, artigo este que diz:

"No caso de veto, o relator fará um relatório meramente expositivo sobre o projeto, sintetizando, tanto quanto possível, os motivos do veto".

Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1954. — *Hamilton Nogueira*, Presidente em exercício. — *Lopo Coelho*, Relator. — *Bernardes Filho*. — *Fernando Nóbrega*.

SENADO FEDERAL

O Senado Federal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 21, de 1954

Artigo único — É concedida a exoneração solicitada por Hércules de Macedo Rocha do cargo de Redator de Anais e Documentos Parlamentares, ficando suprimido o respectivo cargo, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

O Senado Federal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 22, de 1954

Artigo 1.º — É concedida permissão a Laurio Portela, Diretor de Serviço, Padrão PL-2, para acatar a bolsa de estudos que lhe foi oferecida pelo Instituto Brasileiro de Cultura Hispânica para ampliação de conhecimentos sobre administração de Arquivo e Biblioteca.

Artigo 2.º — Durante a sua permanência em Madrid, fica-lhe assegurada a percepção integral de vencimentos e a contagem de tempo de serviço, na forma do n.º XI do art. 235 do Regulamento da Secretaria do Senado.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de julho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente do Senado Federal

Relação das Comissões

Diretor

Presidente — *Marcos Filho*
1.º Secretário — *Alfredo Neves*
2.º Secretário — *Vespasiano Martins*
3.º Secretário — *Francisco Gaiotto*
4.º Secretário — *Ezequias da Rocha*
1.º Suplente — *Prisco dos Santos*
2.º Suplente — *Costa Pereira*
Secretário — *Luis Nogueira Duarte*
Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landulpho Alves — Vice-Presidente
1.º — *Se. Tinoco*
2.º — *Júlio Leite*
3.º — *Costa Pereira*
4.º — *Plínio Pompeu*
5.º — *Euclydes Vieira*
6.º — Substituído pelo Senador *Gomes de Oliveira*

Educação e Cultura

1.º — *Flavio Guimarães* — Presidente

2.º — *Cícero de Vasconcelos* — Vice-Presidente

3.º — *Araújo Leão*

4.º — *Hamilton Nogueira*

5.º — *Leandro Coelho*

6.º — *Bernardes Filho*

7.º — *Euclydes Vieira*

Secretário — *João Alfredo Rubeiro de Andrade*

Auxiliar — *Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti*

Reuniões — As quintas-feiras, às 14 horas.

Finanças

1.º — *Ivo d'Aquino* — Presidente

2.º — *Isamar de Góis* — Vice-Presidente

3.º — *Alberto Paquental*

4.º — *Amaro A. de*

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO I

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 80,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 30,00

Ano Cr\$ 70,00

Exterior

Ano Cr\$ 103,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante de recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão formados e assinados somente mediante solicitação.

O custo do primeiro atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

Legislação Social

1.º — *Gomes de Oliveira* — Presidente

2.º — *Luis Tinoco* — Vice-Presidente

3.º — *Hamilton Nogueira*

4.º — *Rui Carneiro*

5.º — *Osborn Müller*

6.º — *Ismael Cavalcanti*

7.º — *Cícero de Vasconcelos*

Secretário — *Pedro de Carvalho Müller*

Auxiliar — *Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti*

Reuniões às segundas-feiras, às 14 horas.

Relações Exteriores

1.º — *Georgino Avelino* — Presidente

2.º — *Hamilton Nogueira* — Vice-Presidente

3.º — *Novaes Filho*

4.º — *Bernardes Filho*

5.º — *Djalmar Brandão*

6.º — *Matheus Olympio*

7.º — *Assis Chateaubriand* (*)

8.º — *João Vilasboas*

9.º — Substituído, interinamente, pelo 1.º Cícero de Vasconcelos

Secretário — *J. B. Castellan Branco*

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente

Atílio de Carvalho — Vice-Presidente

Anísio Jobim

Atílio Vivacqua

Camilo Morero

Ferreira de Souza

Flávio Guimarães

Gomes de Oliveira

João Pires

Luis Tinoco

Olavo Oliveira (*)

Substituído pelo Senador *Mozart Lazo*

Secretário — *Luis Carlos Vieira da Fonseca*

Auxiliar — *Márcia Pinto Amado*

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas

Redação

1.º — *João Pires* — Presidente

2.º — *Wanderley Pedrosa* — Vice-Presidente

3.º — *Atílio de Carvalho*

4.º — *Carvalho Guimarães*

5.º — *Costa Pereira*

Secretário — *Cecília de Rezende Martins*

Auxiliar — *Nathércia Sá Leão*

Reuniões às quintas-feiras, às 15 horas

Saúde Pública

Levydo Coelho — *Presidente*
 Alfredo Simchi — *Vice-Presidente*
 Prisco dos Santos
 Vivaldo Lima
 Durrati Cruz
 Secretário — *Assessor de Barros Rêgo*
 Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — *Presidente*
 2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*
 3 — Nestor Massena
 4 — Vivaldo Lima
 5 — Diar Brindeno
 6 — Mozart Lago
 7 — João Leite
 Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Eulides Vieira — *Presidente*
 Onofre Gomes — *Vice-Presidente*
 Alencastro Guimarães
 Othon Mäder
 Antônio Bayma
 Secretário — Francisco Soares Arruda
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*
 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*
 3 — Magalhães Barata
 4 — Ismar de Góis
 5 — Sílvio Curvo
 6 — Walter Franco
 7 — Roberto Glasser
 Secretário — Ary Kerner Volga de Castro
 Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*
 Dario Cardoso
 Francisco Gallotti
 Camilo Mercio
 Carlos Lindenberg
 Antônio Bayma
 Bernardes Filho
 Marcondes Filho
 Olavo Oliveira
 Domingos Velasco
 João Villasbôas

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*
 Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*
 Othon Mäder
 Rui Carneiro
 Kerginaldo Cavalcanti
 Secretário — Itallina Cruz Alves

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*
 Mozart Lago — *Vice-Presidente*
 João Leite
 Landulpho Alves
 Mário Motta
 Secretário — Lauro Portella

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*
 Atilio Vivacqua — *Vice-Presidente*
 Dario Cardoso — *Relator*
 Secretário — *Carmin Lucia de Holanda Cavalcanti*
 Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*
 Avaro Adolpho — *Vice-Presidente*
 João Villasbôas
 Gomes de Oliveira
 Atilio Vivacqua
 Domingos Velasco
 Victorino Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góis — *Presidente*
 2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*
 3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*
 4 — Vivaldo Lima
 5 — Novas Filho
 Secretário — J. A. Ravasco de Andrade

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*
 2 — Ivo d'Aquino
 3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral*
 4 — Atilio Vivacqua
 5 — Victorino Freire
 Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — *Presidente*
 2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*
 3 — Anísio Jobim
 4 — Atilio Vivacqua
 5 — Camilo Mercio
 6 — Ferreira de Souza
 7 — Flavio Guimarães
 8 — Gomes de Oliveira
 9 — Joaquim Pires
 10 — Olavo Oliveira
 11 — Waldemar Pedrosa
 12 — Mozart Lago
 13 — Hamilton Nogueira
 14 — Guilherme Malaquias
 15 — Nestor Massena
 16 — Francisco Pôrto
 Secretário — Glória Fernandina Quintela
 Auxiliar — Nathércia Sá Leitão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — *Presidente*
 2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*
 3 — Kerginaldo Cavalcanti
 4 — Othon Mäder
 5 — Rui Carneiro
 Secretário — Itallina Cruz Alves

Está sobre a Mesa para recebimento de emendas

No dia 22 o Projeto de Resolução n.º 40, de 1954, que dispõe sobre proposição principal após aprovação da emenda.

88.ª SESSÃO EM 22 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

1.º Sen. Ezechias da Rocha.
 2.º Sen. Alencastro Guimarães.
 3.º Sr. Otho Mäder.
 4.º Sen. Costa Paranhos.
 5.º Sen. Hamilton Nogueira.

ATA DA 87.ª SESSÃO EM 21 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. CAFÉ FILHO — MARCONDES FILHO — ALFREDO NEVES

As 14.30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedrosa. — Anísio Jobim. — Prisco dos Santos. — Onofre Gomes. — Thomaz Rodrigues. — Georjino Arelino. — Ferreira de Souza. — Norais Filho. — Diar Brindeno. — Ezechias da Rocha. — Esperidião de Farias. — João Leite. — Aloysio de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Alfredo Neves. — Alencastro Guimarães. — Mozart Lago. — Bernardes Filho. — Nestor Massena. — Marcondes Filho. — Eulides Vieira. — Costa Paranhos. — Dario Cardoso. — Costa Pereira. — João Villasbôas. — Flavio Guimarães. — Roberto Glasser. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Alberto Pasqualini. — Alfredo Simchi. — Camilo Mercio. — 134.

O SR. PRESIDENTE:

Acima de presentes 34 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

Servindo de 2.º, procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) lê o seguinte

Expediente

Ofícios:
 -- Seis, da Câmara dos Deputados sob ns. 1.112, 1.176, 1.160, 1.189, 1.168 e 1.177, ac. minhuendo autografos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 163, de 1954

(4.368-B-54, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00, para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.730.000,00 (um milhão, setecentos e trinta mil cruzeiros), para atender aos compromissos resultantes de contrato firmado entre a Inspeção Salesiana de Santo Afonso e as Missões Salesianas do Rio Negro, decorrente da execução do serviço de observações meteorológicas, de caráter internacional a que o Brasil se obrigou em Congressos mundiais.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º desta lei será automaticamente

mente registrado pelo Tribunal de Contas, dispensada a existência do art. 120 da Constituição do Congresso de Contabilidade e atribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 164, de 1954

(3.601-B-52, na Câmara)

Revoga o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1934, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E revogado o Decreto-lei n.º 347, de 23 de março de 1934, que derogou o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511, de 29 de junho de 1934.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça, de Transportes, Comunicações e Obras Públicas e de Finanças.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 347 DE 23 DE MARÇO DE 1934

Derroga o § 1.º do art. 1.º do Decreto n.º 24.511 de 29 de junho de 1934.

O Presidente da República, atendendo ao que propôs o Ministério da Viação e Obras Públicas e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:
 Art. 1.º Fica excluído o Lloyd Brasileiro da proibição contida no parágrafo 1.º do art. 1.º do Decreto número 24.511, de 29 de junho de 1934, revogadas as disposições em contrário.
 Rio de Janeiro, 23 de março de 1934. 117. — da Independência e 50.º da República. — Getúlio Vargas. — João de Mendonça Lima.
 DECRETO N.º 24.511 — DE 29 DE JUNHO DE 1934

Art. 1.º — Todos os que se utilizarem das instalações portuárias receberão das administrações dos portos tratamento sem preferência, orientado pelo objetivo de conseguir as referidas instalações a máxima eficiência.

PARECER DA COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Acompanhado da mensagem número 356-53, de 4 de setembro de 1953, houve por bem o Senhor Presidente da República apresentar à consideração do Congresso Nacional o projeto n.º 3.601-53, revogando o Decreto-lei n.º 347 de 23 de março de 1934, que derogou o parágrafo 1.º do artigo 1.º do Decreto n.º 24.511 de 29 de junho de 1934.

O Decreto-lei n.º 347 citado, reza: "Artigo único. Fica excluído o Lloyd Brasileiro da proibição contida no § 1.º do art. 1.º do Decreto número 24.511, de 29 de junho de 1934, revogadas as disposições em contrário".

E o § 1.º do art. 1.º do Decreto número 24.511 reza:

"Art. 1.º — Todos os que se utilizarem das instalações portuárias receberão das administrações dos portos tratamento sem preferência, orientado pelo objetivo de conseguir as referidas instalações a máxima eficiência".

Como vemos, trata-se de assunto ligado aos interesses do Lóide Brasileiro, ou do próprio Governo.

A revogação proposta pelo Governo do Decreto-lei n.º 347 que exclui o Lóide Brasileiro da proibição do De-

ereto n.º 24.51, 4, como está documentada na "Exposição de Motivos" de 2 de junho de 1953, do Senhor Ministro das Relações Exteriores compensada vantajosamente por concessões enumeradas no minucioso documento.

Trata-se, como vemos, de uma proposta do Governo, para solucionar com vantagem um assunto de uma empresa de navegação do próprio Governo; só nos resta, a meu ver, colaborar com o Poder Executivo aprovar a presente proposição.

A Comissão aprovou o parecer. Sala "Paulo de Frontin", em 22 de maio de 1954. — *Edison Passos Presidente*. — *Vasco Filho, Relator*. — *Guilherme Cavalcanti*. — *Mendonça Junior*. — *Benedicto Vaz*. — *Ostojin Rokuski*. — *Saturino Braga*. — *Henrique Fagundes*. — *Manhães Barreto*.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 23, de 1954 (4.335-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo aditivo celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao termo aditivo ao contrato celebrado, em 14 de dezembro de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Fernando Pessoa Rebello, para desempenhar a função de professor-assistente de motores.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 24, de 1954 (4.322-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Walter Wilhelm Leo Heininger.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que recusou registro ao termo aditivo ao contrato celebrado, em 23 de setembro de 1950, entre o Governo Federal e Walter Wilhelm Leo Heininger, para desempenhar a função de professor de rádio transmissão da Escola Técnica do Exército.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 25, de 1954 (4.263-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Korody Marine Corporation.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 27 de dezembro de 1952, entre o Departamento Federal de Compras e a firma Korody Marine Corporation, para fornecimento à Divisão do Material do Departamento de Administração do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de um carro para transporte de passageiros e cargas e reboqueiro, no valor de Cr\$ 2.997.768 40 (dois milhões novecentos e noventa e seis cruzeiros e quarenta centavos).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de 1954

(4.416-A 54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, mediante despacho do Presidente da República, determinando o registro sob reserva do pagamento da importância de Cr\$ 603,80 à firma Serafim Ferreira & Cia. Ltda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantida a decisão do Tribunal de Contas, que, mediante despacho de autorização do Presidente da República, exarado na exposição de motivos n.º 1.537, do Ministério da Fazenda, datada de 5 de agosto de 1953, ordenou o registro sob reserva da ordem de pagamento da importância de Cr\$ 603,80 (secentos e três cruzeiros e trinta centavos), expedida a favor da firma Serafim Ferreira & Cia. Ltda., no Distrito Federal, e correspondente a fornecimento de material feito ao mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Do Sr. John Maitland, membro da Delegação Parlamentar Britânica que recentemente esteve em visita ao Brasil, o Presidente do Senado recebeu a seguinte carta:

Londres, 16 de julho de 1954.

Prezado Sr. Vice-Presidente. Escrevo-lhe em nome da Delegação Parlamentar Britânica que acaba de regressar do Brasil, para agradecer a Vossa Excelência e ao Senado Federal a oportunidade que nos foi proporcionada de visitar esse país, o que para nós foi extremamente interessante e proveitoso.

Todos nós guardamos a melhor recordação da nossa permanência no Rio de Janeiro. Tivemos muita satisfação em conhecer a Imprensa Nacional, a indústria siderúrgica nacional da Volta Redonda, a cidade de Campinas e as estações geradoras da eletricidade fornecida ao Rio de Janeiro.

Foi-nos igualmente muito grato ser recebidos por Vossa Excelência e pelo Senado Federal no dia 7 de julho.

Esperamos ter proximoamente a satisfação de acolher na Inglaterra uma Delegação do Congresso Brasileiro.

Com os renovados agradecimentos, suscrevo-me sinceramente.

John Maitland

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Parecer n.º 546, de 1954

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.

Relator: Sr. Plínio Pompeu.

O presente projeto autoriza a abertura de um crédito especial, no valor de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel, estabelecimento de ensino primário secundário cuja sede à Rua Conde de Baspendi, nesta Capital, foi totalmente destruída por violento incêndio, em 9 de abril último.

Toma-se assim, da concessão do auxílio especial em favor de um educandário que tem grande relevância para a população do Distrito Federal. Examinando o assunto, verifica-se que a reconstrução do referido Insti-

tuto é uma necessidade de caráter social, pois atende a cerca de 500 alunos do bairro de Laranjeiras, não podendo, portanto, o Poder Público negar colaboração à iniciativa particular em empreendimento dessa natureza, no momento em que, por vários modos, procura incentivar o ensino no país em cumprimento do art. 169 da Constituição.

Nestas condições, opinamos favoravelmente ao projeto.

Sala Joaquim Murthino, em 16 de julho de 1954. — *Ivo d' Aquino, Presidente*. — *Plínio Pompeu, Relator*. — *Ferreira de Souza*. — *Nestor Massena*. — *Costa Paranhos*. — *Espíridio de Faria*. — *Joaquim Pires*. — *Alencastro Guimarães*. — *Carlos Lindenberg*.

Pareceres ns. 547, 548, 549 e 550, de 1954

N.º 547, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 232, de 1952, que modifica o Art. 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1951.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho

O Projeto de Lei da Câmara n.º 232, de 52, modifica o art. 2.º da Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950, oferecendo-lhe outra redação, tida como mais clara, de modo a não dar motivo a interpretação dubia.

A lei em apreço reajustou os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares, atingidos de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, bem como os proventos dos inválidos em consequência de acidente ocorrido no exercício de suas atribuições ou de doença adquirida no desempenho da profissão. Tais proventos seriam reajustados aos vencimentos da atividade da respectiva categoria, padrão ou posto. Assim dispõe o art. 1.º, que não é passível de alteração pelo presente projeto.

A alteração é quanto ao art. 2.º. Dispunha-se aí, na Lei nº 1.050, que uma "inspeção médica periódica, de dois em dois anos" seria procedida nos inválidos anteriormente mencionados, e que o laudo favorável dessa inspeção determinaria a reversão dos funcionários públicos e a convocação dos militares, independentemente de quaisquer formalidades. A seguir, estabeleceu o § 1.º, que os julgados capazes, que não quisessem retornar ao trabalho (sic) teriam seus proventos de novo revisados, como se na data do laudo favorável da inspeção médica houvessem normalmente passado à inatividade. Para esse efeito, mandava o § 2.º que se contasse, pela metade, como tempo de serviço, o intervalo decorrente entre a primeira inspeção em que se tivesse verificado a moléstia e a em que se houvesse positivado a cura, sendo que os proventos não poderiam exceder aos já percebidos durante a fase de incapacidade.

Pretende, preliminarmente, o projeto, pela nova redação, que se não faça distinção, como na lei, entre funcionário civil e funcionário militar, revertendo aquele, e sendo este simplesmente convocado, quando considerados capazes, na referida inspeção periódica. Assim, o art. 2.º seria redigido de modo a falar-se em "reversão" dos funcionários públicos civis e a dos militares à atividade, não mais utilizando a fórmula "reversão dos funcionários públicos à atividade e convocação dos militares". Corrige-se, dessarte, segundo alega, a justificação do projeto, que é de junho de 1950, e de autoria do então Deputado Euclides Figueiredo, uma clamorosa injustiça.

Passa, então, o projeto aos parágrafos do art. 2.º da lei, acrescentando um, que será o 1.º, pelo qual aos funcionários que reverterem será contado, integralmente, como tempo de serviço, o intervalo decorrente entre a data do decreto de aposentadoria ou reforma, e a da inspeção médica em que se haa positivado a cura.

Quanto aos funcionários julgados capazes, mas que não quiserem retornar ao trabalho, a lei e o projeto são acordes: não há, ao ver da justificação, o que modificar. Não ocorre o mesmo, porém, no que tange ao tempo de serviço para base da revisão dos proventos de inválidos capazes que preferem não reverter. Enquanto a lei lhes manda contar pela metade, como tempo de serviço, o intervalo decorrente entre a primeira inspeção em que se tenha verificado a moléstia e a em que se haa positivado a cura, o projeto manda contar também pela metade, porém substitui o termo inicial pelo da data do decreto de aposentadoria ou reforma.

O projeto, repita-se, é de 1950. O Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, em vigor, e o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União são os diplomas próprios para regular a reversão do funcionário militar ou civil ou o reajustamento dos proventos de inatividade, dentro, naturalmente, de um sistema que qualquer alteração parcial não prejudicaria, e deixando, como deve ser, ao Executivo a liberdade de não considerar sob o ponto de oportunidade ou conveniência, da reversão. Opinamos, assim, pela rejeição do projeto.

Sala Fnu Barbosa, em 12 de fevereiro de 1954. — *Dario Cardozo, Presidente*. — *Aloysio de Carvalho, Relator*. — *Antônio Jobim*. — *Alvaro Vianna*. — *Ivo d' Aquino*. — *Joaquim Pires*. — *João Vilasboas*.

N.º 548 — 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 232, de 1952.

Relator: Sr. Onofre Gomes

1) — A Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, submeteu à inspeção de saúde os servidores do Estado aposentados ou reformados por incapacidade física e determinou:

a) o reajustamento de proventos para aqueles cuja incapacidade ou invalidez fosse comprovada.

b) o retorno ao serviço público dos que, obtido laudo favorável, o quisessem (V. avulso junh, pag. 3).

2) — Ao entrar em execução esta lei para logo se atentou na pequena impropriedade de sua redação ao determinar, pelo artigo 2.º, a reversão dos civis e a convocação dos militares, o que ensejou a admitir-se, na prática, uma disparidade de tratamento entre estes e aqueles.

Dal resultado o seguinte: enquanto os civis, retornados à atividade, entraram em pleno gozo de todos os seus direitos, inclusive o do acesso na carreira, os militares — em perfeita igualdade de condições — vieram a perder este último, pois, como simples convocados, deixam de ter as promoções que os cursos, o trabalho e a colocação entre os seus pares lhes outorga.

A prevalecer a letra e não o espírito da lei, terão estes de ficar estagnados, como verdadeiros fósseis, nos postos em que a reforma os surpreendeu; de arcar com todos os onus da ativa, inclusive as constantes transferências de umas para outras guardas, sem entretanto lograr os bonus correlatos; terão de ficar, como corpo estranho, servindo até o limite de idade, mas sem lugar definido, fora, como continuam, dos quadros das Armas e Serviços e até mesmo do Almacaque Militar, sujeitos a depredamentos subordinados, não só a todos os seus colegas de turma — ainda os piormente classificados, — como até mesmo aos seus próprios ex-comandados, inclusive os oficiais do Q. A. O., oriundos da classe dos serge-

N.º 549 — 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 232, de 1952.

Relator: Sr. Onofre Gomes

1) — A Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, submeteu à inspeção de saúde os servidores do Estado aposentados ou reformados por incapacidade física e determinou:

a) o reajustamento de proventos para aqueles cuja incapacidade ou invalidez fosse comprovada.

b) o retorno ao serviço público dos que, obtido laudo favorável, o quisessem (V. avulso junh, pag. 3).

2) — Ao entrar em execução esta lei para logo se atentou na pequena impropriedade de sua redação ao determinar, pelo artigo 2.º, a reversão dos civis e a convocação dos militares, o que ensejou a admitir-se, na prática, uma disparidade de tratamento entre estes e aqueles.

Dal resultado o seguinte: enquanto os civis, retornados à atividade, entraram em pleno gozo de todos os seus direitos, inclusive o do acesso na carreira, os militares — em perfeita igualdade de condições — vieram a perder este último, pois, como simples convocados, deixam de ter as promoções que os cursos, o trabalho e a colocação entre os seus pares lhes outorga.

A prevalecer a letra e não o espírito da lei, terão estes de ficar estagnados, como verdadeiros fósseis, nos postos em que a reforma os surpreendeu; de arcar com todos os onus da ativa, inclusive as constantes transferências de umas para outras guardas, sem entretanto lograr os bonus correlatos; terão de ficar, como corpo estranho, servindo até o limite de idade, mas sem lugar definido, fora, como continuam, dos quadros das Armas e Serviços e até mesmo do Almacaque Militar, sujeitos a depredamentos subordinados, não só a todos os seus colegas de turma — ainda os piormente classificados, — como até mesmo aos seus próprios ex-comandados, inclusive os oficiais do Q. A. O., oriundos da classe dos serge-

N.º 550 — 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 232, de 1952.

Relator: Sr. Onofre Gomes

1) — A Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, submeteu à inspeção de saúde os servidores do Estado aposentados ou reformados por incapacidade física e determinou:

a) o reajustamento de proventos para aqueles cuja incapacidade ou invalidez fosse comprovada.

b) o retorno ao serviço público dos que, obtido laudo favorável, o quisessem (V. avulso junh, pag. 3).

tos, mas que, apesar de não terem curso, podem ascender às determinações postas.

3) — Foi para evitar tão graves prejuízos, principalmente de ordem moral, corrigir a discrepância a que a lei 1.050 deu causa; foi para evitar a injustiça, resultado da disparidade de tratamento que surgiu no mesmo ano em que a lei foi promulgada, o Projeto número 452, que teve um substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, o qual tomou o n.º 282-1952, no Senado.

O Substitutivo aprovado não revoga, nem deroga a lei 1.050, que se acha em pleno vigor, mas, apenas, conservando os seus pontos essenciais, dá forma mais adequada e melhor ordenação à matéria sem, entretanto, em nada inovar-lhe.

Corrige, sim, o engano de redação, ao mesmo passo que dá a lei a constitucionalidade que ora lhe falta.

O projeto é, pois, de uma lei declaratória, complementar ou explicativa do verdadeiro sentido da lei número 1.050.

4) — Para melhor formar a nossa convicção seja-nos lido o parecer em revista os pareceres das Comissões durante a tramitação do projeto em ambas as casas legislativas.

O assunto, embora abrangendo um pequeno número de Oficiais, apenas quatorze, e desprovido de importância do ponto de vista financeiro, foi largamente debatido nas Comissões da Câmara dos Deputados, por onde transitou, e que dá a medida do interesse havido na solução do delicado assunto.

A Comissão de Constituição e Justiça foi de parecer que: "o projeto é indiscutivelmente constitucional".

E acrescentou: "em verdade nenhuma razão remota para que, verificada a perfeita validade do militar, desaparecida portanto a causa de sua inatividade, seja ele apenas convocado e não reverta para todos os efeitos ao serviço".

E conclui: "Essa distinção entre o servidor civil e militar, essa diversidade de tratamento legal para servidores do Estado em idênticas condições, ela sim é que poderia ser acionada de violadora do princípio constante da igualdade de todos perante a Lei".

Essa Comissão apresentou substitutivo que se encontra no avulso junto, a página 5, e que foi o aprovado. A Comissão do Serviço Público Civil foi de parecer favorável ao projeto e aceitou o substitutivo.

O seu parecer diz o seguinte:

"Os militares que estavam enquadrados na lei 1.050-50 foram todos submetidos à inspeção de saúde de acordo com a regulamentação da cidade lei e deles um pequeno número de Oficiais (14), na sua maioria de curso, foram julgados aptos para o serviço ativo do Exército, de acordo com os pareceres médicos das Juntas Regionais de Saúde, da Diretoria de Saúde e da Junta Superior de Saúde".

E acrescenta: "Como se vê, uma vez desaparecida a causa que motivou o afastamento do militar da vida ativa do Exército e que este o chama para o seu serviço, retomando função e atividades anteriores, justo é que tenham iguais direitos aos civis reintegrados em obediência a lei 1.050-50 e que seja empregado o vocábulo reversão também para os militares".

E conclui:

"Se assim não fora, consagrarmos o absurdo de uma lei atribuindo tratamento diferente entre civis e militares, tornada um instrumento odioso e até anticonstitucional por admitir disparidade de tratamento" (V. avulso junto, página 6).

A Comissão de Segurança Nacional aprovou o seguinte parecer: "... desde que o projeto tenha a corrigir injustiças igualando civis e militares em seus direitos; considerando

que o projeto não trará novos ônus ao Tesouro, estimulando antes, os militares na continuação normal de sua carreira, com os acessos que lhes cabem ao invés de optarem, embora válidos, pela inatividade; e visto o interesse das Forças Armadas na plena recuperação dos elementos preteridos e desajustados proponho que a Comissão de Segurança Nacional opine a favor do projeto na forma do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça" (V. avulso junto, página 7).

A Comissão de Finanças foi de parecer que:

"... a matéria não oferece maior importância do ponto de vista financeiro, eis que na espécie em tela não recorre novos onus ou despesas para o Tesouro Nacional ... nada há opor ao projeto" (V. avulso junto, página 7).

No Senado o projeto tomou o número 252-52 e já foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça.

Esta analisou-lhe apenas o mérito para deixar de afirmar a sua conveniência por julgar a matéria mais condizente ao âmbito do Código de Vencimentos, ou do Estatuto dos Militares.

Ocorre, desta vez, que se trata de caso especial de reparação e justiça, de corrigir falha de lei em vigor, e como tal, escapa àquelas normas gerais.

Da conveniência para as Forças Armadas e para a Nação já o disse a Comissão de Segurança Nacional da Câmara e com muito acerto, de vez que os militares excluídos por atividades extremistas e até os incurso no famoso artigo 177 já reverterem ao serviço ativo, sendo portanto, justo que também a eles retornem cabalmente os que, sem culpa, foram vítimas apenas da fatalidade, que os ferretou com o estigma da invalidez física, afinal não comprovada nas inspeções de saúde a que foram submetidos por força da lei que ora se pretende corrigir.

A conveniência da lei ora em projeto foi posta em evidência pelo Excelentíssimo Sr. Ministro da Guerra no despacho dado ao requerimento de um dos Oficiais prejudicados, o qual se acha vasado nos seguintes termos:

"o requerente deve aguardar o pronunciamento do Congresso sobre o Projeto de lei n.º 432-50 que corrige as desigualdades de tratamento assinaladas na lei n.º 1.050 e que obteve parecer favorável deste Ministério" (V. Diário Oficial junto, página 4592).

A vista do exposto somos de parecer que o projeto de lei n.º 282-52, seja aprovado.

Sala das Comissões, em 10 de abril de 1953. — Pinto Aleixo, Presidente. — Onofre Gomes, Relator. — Magalhães Barata. — Mario Motta.

N.º 549 — 1954.

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 282, de 1952.

Relator: Sr. Kerginaldo Cavalcanti.

Tem o Projeto de Lei da Câmara n.º 282, do ano transato, como objetivo modificar o art. 2.º da Lei número 1.050, de 3 de janeiro de 1950. Oferece-lhe, pelo que diz, melhor redação, de modo a evitar interpretações nem sempre condizentes com o seu espírito.

O autor, Deputado Euclides do Figueiredo, militar eminente, na, no projeto original, além, nos seus termos, aqueles que ora se apresenta ao Senado. E que, conforme explica, faz no art. 1.º, a lei a modificar-se usa do vocábulo *invalidez*, o que "estabeleceu na Diretoria de Saúde do Exército a primeira dúvida".

A Comissão de Constituição e Justiça, concordando com o projeto, ofereceu-lhe um substitutivo, exprimindo que anula "se limita a modificar, aliás, em pontos não substanciais um

lei existente". E assim, para que fique explícito, o que se pretende não é "revogar ou derogar dita lei, ou mesmo de fazer lei nova, mas tão somente, de dar nova redação a alguns dispositivos do diploma legal vigente".

Mas a Comissão de Finanças, por seu Relator, o preclaro Deputado Iamora Bittencourt, entendeu de oferecer emenda sucessiva ao art. 1.º, que, aceita, levou também a aprovação do plenário. Em chegando o Projeto ao Senado, distribuído, na Comissão de Justiça ao eminente Senador Aloysio de Carvalho, redigiu este parecer em que conclui pela rejeição do projeto.

O douto relator, convém ressaltar, não atacou o projeto por inconstitucional ou outro vício legal, ao que dependemos, porém, sendo o Projeto, da Câmara, de 1950, já agora temos em vigor o Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, que são "os diplomas próprios para regular a reversão do Funcionário Militar ou Civil ou o reajustamento dos proventos de inatividade, dentro, naturalmente, de um sistema que qualquer alteração parcial poderá prejudicar, e deixando, como deve ser, ao executivo certa faculdade no considerar sobretudo a oportunidade ou conveniência da reversão".

Passando à Comissão de Segurança Nacional, o Senador Onofre Gomes, em abalizado parecer, examina o alcance da Lei n.º 1.050. E mostra que, "ao entrar em execução esta lei para logo se atentou na pequena impropriedade de sua redação ao determinar pelo art. 2.º a reversão dos civis e a convocação dos Militares, o que ensejou a admitir-se, na prática, uma disparidade de tratamento entre estes e aqueles".

E passa a explicar por quê, de maneira clara, para aditar diante: "Corrige, sim, o engano de redação, ao mesmo passo que dá a lei a constitucionalidade que ora lhe falta. O Projeto é, pois, de uma lei declaratória, complementar em explicativa do verdadeiro sentido da lei n.º 1.050".

E chega, finalmente, a justificar a sua conveniência, transcrevendo os termos do "despacho" do Excmo. Ministro da Guerra no requerimento de um dos oficiais prejudicados, em que manda aguardar o pronunciamento do Congresso sobre este projeto de lei "que corrige as desigualdades de tratamento assinaladas na lei n.º 1.050 e que obteve parecer favorável deste Ministério".

Vem o projeto ao estudo também desta Comissão de Legislação Social. Do exposto, resulta que a Lei número 1.050 tem como objetivo reajustar nos vencimentos da atividade da respectiva categoria, padaria ou posto "os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares" (artigo 1.º).

E no art. 2.º, estabeleceu a inspeção médica periódica, para os inativos de que trata os atípicos de moléstia grave, contagiosa ou incurável e dos inválidos, por via de acidente ou de doença no desempenho da profissão, de sorte a que, os que julgados aptos, em sendo civis, revertam à atividade e em sendo militares ocorra a sua convocação.

O atual Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei número 1.711, de 22 de outubro de 1952), somente com página a reintegração, a readmissão, o aproveitamento, a reversão e a readaptação.

E define como reversão, o "reingresso no serviço público de funcionário aposentado, quando insubstituído nos motivos da aposentadoria". Não se assegurou, porém, ao revertente a preferência do retorno ao mesmo cargo.

Reverter é voltar ao posto de partida, e ser entregue de novo (ao possuído primitivo); voltar para a posse de algum.

Essa a lição dos autores.

Ora, em nada infirmaria isso o alcance que a tal vocábulo foi dado pelo legislador na Lei n.º 1.050. Mas o fato é que, na sua aplicação, outras foram as suas conseqüências. Enquanto os civis, revertendo, frisa brilhantemente o Senador General Onofre Gomes, "entraram em pleno gozo de todos os seus direitos, inclusive o de acesso na carreira, perfeita igualdade de condições — vieram a perder, no último, pois, com simples convocados, deixam de ter as promoções que os cursos, os trabalhos e a colocação entre os seus pares lhes outorga".

Dai porque entendemos, o legislador, na Lei n.º 1.050, usou da palavra convocação como sinônima, lato senso, do vocábulo reverter. Apenas, tratando-se de Militares, que têm um status especial, ou de diferentes dos civis, pela própria condição da profissão, entendeu de melhormente usar da expressão "convocação, na qual conceituou, mais à larga, a ideia ativa ou de arbitrio, pois que convocar é chamar.

Não que compreendamos implique o ato de reverter, necessariamente, no de reingresso com direito a acessos, ou promoções, tal qual se nada houvesse, como nas hipóteses de reintegração. Entretanto, na órbita ou nas praxes administrativas civis, assim vem sendo interpretado. E por um processo de equidade analógica, não vemos como e nem por que a mesma coisa deveria ser recusada aos militares.

O projeto, contudo, visa acabar com as dúvidas e as interpretações. E assim, suprimindo a palavra convocação usa, apenas, seja para civis como para os militares do vocábulo reversão.

Contra isso nada se argue. Nada se formula em parte alguma, contra a justiça dessa alteração.

Apenas o esclarecido Senador Aloysio de Carvalho, no seu parecer da Comissão de Justiça, vê no mesmo, no que toca aos militares, inconveniência, porque a matéria deveria ser oferecida como alteração ou intercalação no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. E no que se refere aos civis, do mesmo modo no novo Estatuto dos Funcionários Públicos, diplomas para isso próprios.

Assim, ao seu ver, qualquer modificação parcial poderá prejudicar o sistema.

Ademais, ao Executivo deverá ficar "a faculdade no considerar sobretudo a oportunidade ou conveniência, da reversão".

Não deixam de ser ponderosas essas alegações. Como dissemos, mais acima, o alcance de lei não é obrigatoriamente o que se lhe empresta. A interpretação conduziu mil longe os intérpretes. Não fica o Poder Executivo sem aquela faculdade. A obrigação da reversão não nos parece imperativa.

Por tudo isso, e para que não se procrastine uma situação vexatória para os cidadãos, no caso os militares, nos manifestamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 10 de julho de 1953. — Carlos Gomes Oliveira, Presidente. — Kerginaldo Cavalcanti, Relator. — Hamilton Nogueira. — Cícero de Vasconcelos.

N.º 550 — 54

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 282, de 1952.

Relator: Sr. Durval Cruz

O projeto em exame, visando e exprimir com clareza a intenção do legislador, da nova redação ao artigo 2.º da Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950 que reajustou os proventos da inatividade dos servidores públicos civis e militares afetados de moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei. Ele mais não é do que um projeto de modificação da lei número 1.050.

Os fundamentos da lei em apêço já foram em época oportuna, objeto de detidos e exaustivos estudos, exames, pareceres e discussões em ambas as casas do Congresso Nacional e nenhuma razão ou fundamento novo surgiu que invalidar possa a vir todo esse vasto trabalho, redundando em pura perda o tempo e as despesas decorrentes da feitura desta Lei cujo reexame seria agora, superfluo ou ocioso.

Em verdade, em seu artigo 2.º prescreve ela a reversão dos funcionários públicos à atividade e a convocação dos militares.

É evidente que o legislador aplicou, como sinônimos, estes dois vocábulos, por isso que seria absurdo e até mesmo anti-constitucional dispensar-se de tratamento desigual a militares em igualdade de condições com os demais servidores públicos.

Ao ser posta em execução a Lei n.º 1.050 de 1950, a inteligência que se lhe emprestou na prática veio a modificar profundamente o intuito da mesma diploma legal, pois, no invés da convocação para reversão à atividade como se os convocava para manobras e para a guerra, o que se fez foi tornar ao pé da letra, a expressão legal e convocar, pura e simplesmente os militares.

Os institutos de reversão e convocação tem características e objetivos inconfundíveis.

Convocar, etimologicamente é chamar, convidar para uma reunião, mandar reunir, e reversão, o reintegro no serviço público do funcionário aposentado, quando insubsistentes os motivos da aposentadoria, como define o artigo 88, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União.

Convocar, pois, pura e simplesmente, é expresso, nada de sentido, visto como, quando se chama ou manda reunir alguém, é para determinação do objetivo, que, no caso, não ficou expresso.

A convocação, portanto, devia ser feita para o reintegro do militar no serviço ativo, uma vez cessada a causa que motivou a sua afastamento. Isto é, para a reversão tal como ocorreu com os demais servidores da União.

Desta falha na aplicação da Lei n.º 1.050 de 1950, resultou a diferença de tratamento que presentemente existe: o funcionário civil, obtido laudo favorável de inspeção, já reverteu a sua carreira no passo que o militar não pôde prosseguir normalmente na igualdade, apto, para o serviço achando-se apenas, convocado, está tolhido no direito de acesso, acesso que lhe é garantido até o posto de Coronel em razão dos cursos feitos.

Dai a necessidade de corrigir-se a errônea interpretação para a execução da lei motivou, dando ensejo à ferir-se o preceito constitucional da igualdade de todos perante a Lei. Não é outro o propósito do presente projeto, que, convertido em Lei virá sanar estas incongruências e reparar flagrantes injustiças.

A atual situação é que não pode prevalecer, porque seria condenar os que a lei visou aproveitar a aplicação da hierarquia, à perda do direito adquirido às promoções, a arcar com todos os pesados onus do serviço militar sem todas as vantagens que lhes assegura patente, expedida pelo Presidente da República e garantida, em toda a sua plenitude pela Constituição Federal.

Não cabe aqui indagar-se se estes militares foram vítimas de engano médico anterior ou se foram apenas, recuperados. O certo é que pela regulamentação da Lei 1.050 ditas se está a passar pelo vivo de duas rigorosíssimas inspeções à pela Junta de Saúde Regional, à pela Junta Superior de Saúde do Exército, rigor aliás, justificável dada a rotineira física que a profissão exige.

Impõe-se, por conseguinte, uma lei declaratória que assegure, igualmente

a reversão dos militares em idênticas condições.

É a ao que o presente projeto se propõe.

Conforme as Leis 171, de 1947 e 500 de 23 de novembro de 1948, a reversão tem sido concedida até aos reformados e aposentados por motivos políticos de ordem ideológica e participação em movimentos subversivos. Mais justo ainda é que igualmente revertam os afastados apenas, por incapacidade física de natureza transitória e não conformada em ulteriores inspeções médicas.

Tão rigoroso foram essas inspeções que, de todo o Exército, apenas catorze oficiais lograram ser considerados aptos para o serviço ativo.

O Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares não só admite, como regula a "reversão", como se verifica pelos dispostos em seus arts. 323 e 324, constantes do Cap. III do Título III da 2.ª Parte, onde figuram sob o título: "Da reversão ao serviço".

A atual Lei de Inatividade também não coíbe a reversão dos militares, mas, ao contrário enseja ao Executivo, no artigo 46, competência para decretá-la, em casos especiais.

Em petição, com esse fundamento, o Excmo. Ministro da Guerra proferiu despacho, mandando "aguardar o pronunciamento do Congresso sobre o Projeto de Lei n.º 432, de 1952 que corrige as desigualdades de tratamento assinaladas na Lei n.º 1.050 e que "obteve parecer favorável" deste Ministério", conforme se vê do "Diário Oficial", de 21 de março de 1952, à página 4.592.

O atual titular da pasta da Guerra acaba de exarar idêntico despacho, o que mostra a orientação "uniforme" do órgão técnico competente para apreciar, não só a oportunidade, como a conveniência, da reversão dos militares em apêço.

O projeto em tela obteve parecer favorável de todas as Comissões da Câmara Federal e no Senado, já sob o n.º 282, de 1952, vem tendo o mesmo acolhimento, com ressalva, apenas, do relatório da Comissão de Constituição e Justiça, que, sem pôr em dúvida a constitucionalidade do mesmo, sugere seja a matéria remetida a uma das leis orgânicas em elaboração.

Os militares, convocados em virtude da Lei 1.050, estão recebendo os mesmos vencimentos e vantagens dos da ativa, de acordo com o respectivo Código (arts. 314 e 322).

Assim sendo, é claro, é óbvio que a reversão estabelecida no art. 2.º da Lei n.º 1.050, e com a redação dada pelo presente projeto, não acarreta aumento de despesa para os cofres públicos, o que constitui, precisamente, o ponto de vista a ser examinado por esta Comissão.

O parecer que acabamos de ler tem por origem voto proferido nesta Comissão pelo Senador Pinio Azeite e adotado pela sua maioria.

Encarregado como fomos de redigir o voto, em virtude da ausência, neste momento, do autor do referido voto, adotamos os termos em que o mesmo foi vasado, transformando-o no parecer favorável da Comissão de Finanças ao projeto em causa.

Sala Joaquim Murinho, 7 de julho de 1954. — Ivo d'Aquino, Presidente. — Durnal Cruz, Relator. — Expediente de Faria. — Cesar Vergueiro. — Pinio Pompeu. — Carlos Lindenberg. — Nestor Massena, vencido. — Ferreira de Souza, de acordo com o parecer, sobretudo pelo primeiro fundamento. Ao meu ver, o projeto nada inova, pois o que ele propõe está na lei n.º 1.050, com redação imprópria.

Estou em que os interessados teriam sucesso ao Poder Judiciário.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ESPERIDÃO DE FARIA AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 282, DE 1952.

Este projeto tem por objetivo modificar a Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, de modo a equiparar a situação do militar reformado por motivo de doença à do funcionário aposentado pelo mesmo motivo, a fim de ser possível ao primeiro voltar ao "serviço ativo", com todas as garantias deste, e não apenas ser "convocado" como presentemente acontece em face da legislação militar sobre a matéria.

O ilustre Senador Aloysio de Carvalho reitor deste projeto na Comissão de Constituição e Justiça, opinando contrariamente à sua aprovação assim conclui seu parecer:

"O projeto, repita-se, é de 1950. O código de vencimentos e vantagens dos Militares, em vigor, e o novo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União são os diplomas próprios para regular a reversão do funcionário militar ou civil ou o reajustamento dos proventos de inatividade, dentro naturalmente, de um sistema que qualquer alteração parcial poderá prejudicar, e deixando, como deve ser, ao Executivo certa faculdade de considerar sobretudo a oportunidade ou conveniência, da reversão".

Há muita razão, na conclusão do douto parlamentar. Com efeito, o Estatuto dos Militares veda a reversão à atividade do militar reformado por incapacidade para o serviço militar e o Código de Vencimentos, declara:

"No caso de reversão ao serviço ativo, reintegração, ou reabilitação, proceder-se-á como o estipulado neste Código, para as situações equivalentes e como o estabelecido no ato de que se originar".

O projeto reivindica um princípio de equidade entre civis e militares reformados.

Não será, porém, que o legislador da lei anterior não desejou mesmo a "reversão" do oficial reformado e sim a sua "convocação" para não ferir a fundo o princípio geral estabelecido no Estatuto dos Militares?

Além de tudo, a lei existente, não é feliz e não devia permanecer mais na nossa legislação. Quando foi aprovado argumentava-se que muitos oficiais no tempo da Ditadura, tinham sido "reformados" por incapacidade para o serviço militar coagidos ou por perseguição política. E' de se perguntar, no entanto, que, prevalecendo essa ideia exdrúxula, se não é possível que o oficial incapaz seja julgado apto na nova inspeção, apenas para beneficiá-lo ou por proteção política. Não há razão, por isso, de sua permanência na nossa legislação. Ela é quase um insulto aos nossos serviços médicos. Não é compatível com o regime atual. Alenta contra os princípios gerais da nossa legislação básica sobre o assunto. Não se pode compreender que os inativos incapazes definitivamente para o serviço público ou militar, possam reverter à atividade.

O disposto no artigo primeiro da lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, já é princípio consagrado no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e no projeto em andamento que regula a inatividade dos militares. Não há razão, portanto, nem daquela lei, nem do projeto atual.

No que diz respeito à questão financeira, é óbvio que o projeto traz aumento de despesa, não havendo conveniência na sua aprovação.

Nestas condições, a Comissão de Finanças opina contrariamente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 282, de 1952.

Sala Joaquim Murinho, 7 de maio de 1954.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES

Ruy Carneiro. — Assis Chateaubriand. — Carlos Lindenberg. — Hamilton Nogueira. — Cesar Vergueiro. — Othon Madr. — Ivo d'Aquino (1).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES

Alvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Antônio Bayma. — Victorino Freire. — Mathias Olympio. — Joaquim Pires. — Olavo Oliveira. — Roginaldo Cavalcanti. — Francisco Porto. — Martiniano Fernandes. — Cícero de Vasconcelos. — Durval Cruz. — Valter Franco. — Landulpho Alves. — Luis Tinoco. — Atílio Vivacqua. — Sá Tinoco. — Pereira Pinto. — Leivado Coelho. — Sívrio Curto. — Vespasiano Martins (2).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa Projeto que vai ser lido.

E' lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura o seguinte.

Projeto de Lei do Senado n.º 60, de 1954

Sobre publicações periódicas ilustradas e publicações destinadas à infância.

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1.º Não será concedida autorização para publicação periódica com texto e ilustrações morais.

§ 1.º Será apreendida pela polícia toda a edição de qualquer publicação com texto obsceno, ou ilustração imoral, considerando-se assim os clichês de nus em revistas que não sejam de arte e destinadas apenas a provocar a concupiscência.

§ 2.º Com a apreensão da edição total de qualquer publicação que incida no parágrafo anterior, serão cassadas as suas licenças e processados os responsáveis pelas mesmas por atentado ao pudor.

Art. 2.º Toda publicação periódica ilustrada editada no Brasil e dedicada à infância ou à juventude fica obrigada:

I — a publicar 50% (cinquenta por cento), no mínimo, das ilustrações e dos desenhos feitos por desenhistas brasileiros, ou residentes no Brasil, e 25% (vinte e cinco por cento) do texto de leitura de autores nacionais;

II — a destinar 10% (dez por cento), pelo menos, do espaço útil do total de suas páginas a matéria sobre homens, coisas e fatos da nossa terra e da nossa gente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

"O Globo" publicou, em 18 e 19 de março último, uma *enquete* sob epígrafes "Ameaça deformar a juventude" e "Contra a indústria da imoralidade", que vale a pena transcrever aqui:

"Ameaça deformar a juventude. Afinal as autoridades resolvem enfrentar o alarmante problema da indústria de obscenidade. Pronunciando-se a respeito, através de uma *'enquete'* promovida pelo 'O Globo', um senador, uma poetisa, um juiz, um sacerdote e um escritor.

Movimentam-se, finalmente, as autoridades constituídas, no sentido de pôr um coto às publicações obscenas, cujos efeitos perniciosos sobre a formação moral e intelectual de nossa juventude têm assumido proporções alarmantes. Diante da extensão e da gravidade do problema, cujos ramos inquietam, no momento, a todas as pessoas de bom-senso, preocupadas com os destinos de nossa cultura, o

Ministério da Educação resolveu mobilizar recursos para enfrentar a questão. Já foi feita, sobre o assunto, pelo ministro Balbino, uma exposição ao Presidente da República, ilustrada de farta e impressionante documentação. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação entrou em contacto com o Ministério da Justiça, com a Prefeitura, Juiz de Menores, presidentes das associações de rádio e imprensa, pais de família e instituições do Serviço Social, para que todos possam participar de uma campanha cujas nobres finalidades não podem mais ser retardadas.

"O Globo", procurando contribuir para o êxito do movimento, promoveu uma "enquete" entre várias personalidades, com o fim de debater e elucidar o problemático problema.

A palavra do senador Velasco:

— Sempre fui favorável a que se evitasse a circulação de publicações obscenas, cujo baixo nível intelectual e moral representa um desserviço grave à coletividade — declarou o senador Domingos Velasco.

— De minha parte — prossegue S. Ex.ª — a campanha ora encetada recebe todo o apoio que estiver ao meu alcance.

A opinião da poetisa Cecília Meireles:

— Esta é uma campanha utilíssima, sob todos os aspectos, e apenas devo lamentar que não tenha sido empreendida antes. O apelo do poder público, segundo acredito, certamente irá conferir-lhe um prestígio e uma força que estarão acima das possibilidades de instituições particulares. As publicações obscenas e, mesmo, o excessivo realismo de alguns jornais ao tratar temas em que se focalizam aspectos destrutivos e negativos da condição humana, exercem influência nefasta sobre a formação moral e emocional da nossa juventude. Continuando as suas declarações, afirma a autora do "Romanceiro da Inconfidência":

— O problema, em minha opinião, é de tamanha gravidade que, de sua solução, se poderá dizer, num certo sentido, dependem os próprios destinos da nacionalidade. Que futuro nos poderá prometer uma juventude deformada em sua fisionomia moral, contaminada pelo deboche e pela irresponsabilidade humana, cega aos verdadeiros e graves problemas que a cada momento nos assaltam, como povo e como Nação? — concluiu a Sra. Cecília Meireles.

Fala do juiz Cristóvão Breiner:

— Pertencio à Associação de Pais de Família, destinada a lutar pelo saneamento moral do ambiente em que vivemos, e como tal não posso negar meus aplausos a uma iniciativa dessa ordem — declarou-nos o juiz Cristóvão Breiner.

— Há um excesso alarmante de publicações obscenas, ao alcance indiscriminado de quem as queira comprar, e isto me parece tão perigoso quanto um laboratório que franqueasse, sob rótulos atraentes, a saída em massa de seus venenos. Existe uma certa dificuldade em caracterizar o obsceno. O ná artístico, por exemplo, não se pode dizer que seja obsceno. Mas que a sua divulgação se faça em meio artístico, com objetivos artísticos. O que se vê, no entanto, é a entrega, a um público juvenil indistinto e indefeso, de um tipo de mercadoria sem nenhuma qualidade nobre, apta apenas a causar prejuízos fisiológicos e psicológicos de toda ordem.

O depoimento do padre Alvaro Negromonte:

Assim se expressou a "O Globo" o Sr. Alvaro Negromonte, veterano em assuntos educacionais, a propósito da oportuna campanha:

— Esta iniciativa benéfica já devia ter sido tomada há muito tempo, em vista dos males que certa literatura está produzindo entre crianças e adolescentes. Foi sempre um dos meus desgostos, no que concerne ao Congresso Nacional, a sua desídia em enfrentar o problema, supersticioso que é da liberdade de imprensa, como se o combate à literatura perniciosos pudesse violar essa preciosa liberdade. Convém-nos com o ministro Antônio Balbino e faço votos para que a sua iniciativa chegue ao desejado fim.

Declarações de Gustavo Corção:

— A campanha precisa ser feita e com urgência — declarou-nos o escritor Gustavo Corção, um dos líderes do leste católico brasileiro — mas só terá êxito e autoridade se tal se for encabeçada pelo povo, pelas famílias, pelas instituições particulares, libertos de qualquer influência governamental. — Não acredito na iniciativa ministerial — acrescenta o autor de "A descoberta do outro" — pelo simples fato de que ela nãe de um órgão inserido num governo que facilita e favorece a corrupção.

Basta ver as fotografias de altos funcionários da República, entregues de corpo e alma às delinquências carnavalescas — essas fotografias foram publicadas na imprensa — para que se tenha um total pessimismo quanto ao êxito do movimento traçado pelo Ministro Antônio Balbino. Essa é minha opinião franca e segura — conclui o Sr. Gustavo Corção. — Nada se deve esperar do Governo. Defendamo-nos com nossas próprias mãos".

"Contra a indústria da imoralidade — o Ministério da Educação, liderando o movimento, articula-se com entidades públicas e particulares — falou a "O Globo" o presidente da A. P. F., o jurista Edmundo Lins Neto, o escritor Fernando Sabino, o bispo D. Helder Câmara e o deputado Daniel de Carvalho.

Dando prosseguimento à "enquete" que ontem iniciámos, procurando contribuir para o êxito de tão sadio e oportuno movimento, apresentamos novas declarações de personalidades representativas e, a respeito da campanha que o Ministério da Educação planejou, articulando-se com outros órgãos do poder público, instituições particulares e associações de classe, contra as publicações licenciosas e obscenas. Tal literatura, proliferando intensamente, ameaça contaminar o futuro intelectual e moral de nossa juventude, valioso patrimônio com que conta o Brasil de amanhã. Manifestam-se, hoje, o presidente da Associação dos Pais de Família, um jurista, um escritor, o bispo D. Helder Câmara e o deputado Daniel de Carvalho.

Fala do presidente da A. P. F.

O Sr. Pedro Pais de Carvalho, presidente da Associação dos Pais de Família e um dos paladinos na luta contra a imoralidade impressa, assim se expressou a propósito da campanha:

— Considero oportuníssima a iniciativa do ministro Antônio Balbino. Lamento apenas que ela não tenha surgido antes, de modo a que se tivesse podido evitar as alarmantes proporções atuais do problema. A Associação de Pais de Família, evidentemente, está pronta a contribuir, com toda a sua força e influência, para o completo êxito do movimento. Será uma tarefa árdua e sutil, pois hoje em dia as publicações licenciosas, as fotografias imorais, a pornografia franca ou sugerida, já não se refugiam em revistas especializadas a esse tipo de ignóbil comércio. Tudo isso se encontra nas páginas das chamadas revistas familiares, que têm acesso a todos os lares, vendendo-se o inimigo adota disfarces para melhor agir. É preciso agir, agir com urgência, e a Associação de Pais de Família, no que lhe é possível, não tem feito outra coisa.

O depoimento de um jurista.

O Sr. Edmundo Lins Neto, jurista de mérito, assim se manifestou:

— Nenhum homem de bom-senso, moralmente bem formado, poderá ficar indiferente a uma campanha de tamanho alcance patriótico. É preciso por cobro à corrupção desenfreada, que se utiliza, para atingir seus torpes objetivos, do mais universal dos meios de divulgação — a imprensa. É certo que o assunto é complexo e exige estudo e minuciosa meditação. Nem por isto, entretanto, se deve perder tempo. Que os estudos sejam feitos, que a campanha se articule e, respeitada a liberdade de imprensa, que seus frutos comecem logo a surgir.

A palavra de um escritor.

Fernando Sabino, ficcionista e cronista, a respeito da matéria teve as seguintes expressões:

— A campanha é oportuna e louvável. Anexas estou a prever algumas de suas dificuldades, das muitas que terá de enfrentar. Por exemplo: o obsceno às vezes se esconde justamente onde parece que não está. E torna, por isso mesmo, mais perigoso e maléfico, porque mais inteligente. Seja como for, é necessário executar a campanha, apesar dos problemas que possam vir a torná-la complexa. Acredito que se deva lançar mão de meios preventivos, mais do que repressivos, uma vez que o Código Penal confere às autoridades competentes os meios de impedir a circulação de matéria declaradamente obscena.

— Além do mais — prossegue o Senhor Fernando Sabino — seria extremamente útil que os diretores de jornais e revistas se reunissem para tratar da matéria. A concorrência desenfreada, a necessidade de vender a qualquer custo, amolecem os escrúpulos e afrouxam o senso moral. É justo que os jornais e revistas estabeleçam concorrência entre si. O que não se pode aceitar é que essa competição se faça ao preço da corrupção e da obscenidade. Eliminar o nú obsceno como chamarisco de leitores — eis um grande passo, que os diretores de publicações, de comum acordo, poderiam dar para o bem e desafogo coletivos.

A opinião de um ilustre prelado.

D. Helder Câmara, uma das mais ilustres figuras do clero brasileiro, ditou a "O Globo" as seguintes palavras:

— Se dúvida existisse quanto à urgência de pôr-se um parafuso na pornografia de revistas e suplementos ilustrados, em circulação no Rio de Janeiro, os números de carnaval aí estariam, como um desafio à nossa capacidade de organizar uma campanha em regra, de moralização da publicidade. No dia em que se notar que pornografia não é certeza de êxito, então — e só então — teremos revistas mais em termos. E isto depende da educação do povo.

Manifesta-se um deputado.

O Sr. Daniel de Carvalho, deputado mineiro e homem de cultura, manifestou-se nos seguintes termos:

— Como professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e como presidente da Comissão Jurídica da Associação de Pais de Família, já tive ocasião de evidenciar o meu aplauso a esta nobre campanha, em tão boa hora iniciada. O combate às publicações obscenas marcará, sem dúvida, mais uma vez, da estíma pública, e que tanto faz já. Nunca será de mais louvável por esta iniciativa, tão bem recebida no seio da família brasileira, que, a todo preço, quer preservar as suas tradições de pureza e dignidade.

A literatura infantil e juvenil exerce grande influência na formação moral, intelectual e cívica das crianças e dos jovens.

As publicações periódicas, mais do que os livros, são manuseadas por

crianças e jovens, constituindo, assim, a sua leitura mais frequente.

A maioria das revistas do gênero editadas no Brasil versa assuntos impróprios e só publica desenhos estrangeiros na quase totalidade de suas páginas.

Os escritores e artistas brasileiros não encontram oportunidade para publicar os seus trabalhos na maioria das revistas infantis e juvenis editadas em nossa terra.

Esta situação impede o desenvolvimento artístico dos desenhistas e escritores que não encontrando o estímulo à publicação de seus trabalhos não progredem na arte a que se dedicaram.

As revistas que importam a totalidade de suas matérias não se preocupam com a formação cívica das crianças e dos jovens brasileiros.

Para as audiências núblicas da mídia já existe lei exigindo a inclusão de números de autores nacionais.

Em recente decisão o Poder Judiciário parantiu e exilou a execução do decreto que protege o cinema brasileiro com a obrigatoriedade de ser levada nos cinemas do país uma percentagem de fitas nacionais.

Finalmente, os desenhistas brasileiros precisam de idêntica proteção em lei para terem os seus trabalhos publicados nas revistas infantis e juvenis editadas no Brasil.

Convém reproduzir aqui a moção, sobre o assunto, da delegação brasileira no Primeiro Congresso de Jornalistas, realizado em Santiago do Chile.

"Moção da Delegação Brasileira sobre obrigatoriedade de direitos iguais para autores nacionais na publicação de histórias em quadrinhos.

Considerando:

1. Que as chamadas "histórias em quadrinhos" constituem veículo de cultura, assim como o cinema, o teatro, o livro, e mesmo o jornal ou a revista que as divulga;

2. Que as empresas distribuidoras estrangeiras de "histórias em quadrinhos" fazem concorrência impossível de resistir, tanto no plano artístico-cultural, como no comercial, aos desenhistas nacionais de muitos países;

3. Que é necessário adotar-se medidas urgentes destinadas a assegurar o desenvolvimento do gênero denominado "histórias em quadrinhos", de acordo com as tradições nacionais de cada país;

4. Que, além disso, com referência ao cinema e a outros veículos de cultura, já existem em muitos países leis que asseguram a sobrevivência do espírito criador nacional;

A Delegação Brasileira ao Primeiro Congresso Mundial de Jornalistas recomenda:

Aos governos dos países representados neste Congresso que se adotem as providências legais que assegurem a obrigatoriedade, em jornais e revistas que divulgam "copyrights", de procedência estrangeira, da publicação de um determinado número de produções nacionais, como justa medida de amparo às atividades desses profissionais.

Santiago, 2 de dezembro de 1952.

— Jefferson Avila Júnior (Representante da Associação Fluminense de Jornalistas, integrando a Delegação Brasileira ao Primeiro Congresso Mundial de Jornalistas, celebrado em Santiago do Chile).

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, primeiro orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS.

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, há dias, tive oportunidade de ocupar a tribuna do Senado para trazer ao conhecimento dos Srs. Senadores a existência de petróleo na cidade de Ceres, Estado de Goiás. Li em plenário reportagens de vários

jornais do Estado, com fotografias e comentários de conhecidos meus que lá estiveram. Não satisfeito com as informações, dirigi-me ao prefeito de Ceres. Acabou de receber a resposta de S. Ex.^a e passo a lê-la. É documento assinado em papel timbrado da Prefeitura de Ceres, no Estado de Goiás: (Lê)

"Exmo. Sr.
Em resposta ao telegrama de V. Ex.^a pedindo informações detalhadas sobre a existência de petróleo nesta cidade, tenho o prazer de informar o seguinte:

É a margem direita do Rio das Almas, por consequente na cidade de Riama, que se verificou, na perfuração de poços comuns, a existência de óleo. (O rio separa as duas cidades).

Como o produto colhido se encontra admiravelmente ao acionamento de motores após rudimentar processo de apuração, imaginou-se ser conveniente de uma bomba de gasolina existente a cerca de 60 metros acima das referidas cisternas, até que essas fossem melhoradas, se procedeu nos depósitos da bomba iluminando a hipótese dada o estado satisfatório em que se achavam.

Pergunta-se agora: Pode o petróleo aparecer em estado de aproveitamento imediato, ou seja, óleo diesel puro?

Para o governo de V. Ex.^a três verdades sobre as quais não paira dúvida: a) O óleo continua a jorrar ainda que em menor quantidade; b) após ligeira separação, faz funcionar o motor regularmente; c) não é da bomba de gasolina".

Esperanza do proprietário? Resultado de depósito anterior de óleo como imaginam, do serviço inicial da Colônia, solerado, e bastante a saturar o solo em diversas direções? Hipótese louca.

Atém V. Ex.^a os dados que poderemos oferecer.

Eliminada a hipótese de plano adrede preparado com fito na valorização do imóvel, não há como admitir a existência real de petróleo nesta região.

Esperando merecer de V. Ex.^a o pronunciamento sobre a possibilidade da existência de petróleo nas circunstâncias acima indicadas, valho-me do ensejo para apresentar a V. Ex.^a — Atenciosas saudações. — Jued Jabur Bittar, Prefeito Municipal.

Este, Sr. Presidente, o documento assinado pelo Sr. Jued Jabur Bittar, Prefeito da cidade de Ceres.

Assim, renovo meu apelo aos Srs. Coronel Juraci Magalhães e Dr. Filinto Cantanhede, para que mandem verificar a verdade sobre o assunto (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha, segundo orador inscrito.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Ezechias da Rocha, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido.

É lido e, sem debate, aprovado o seguinte

Requerimento n.º 384, de 1954

Nos termos dos arts. 24 e 25 do Regimento Interno, requero licença para me conservar afastado dos trabalhos do Senado por 95 dias, a contar de 22 do corrente.

Sala das Sessões, 21 de julho de 1954. — João Vilasbôas

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser feita a convocação do suplente.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, peço a palavra para indagar de V. Ex.^a se está sobre a Mesa a redação final do Projeto que concede aposentadoria aos trabalhadores. Como se trata de projeto em regime de urgência, solicitaria a V. Ex.^a mandasse proceder à sua leitura.

O SR. PRESIDENTE:

Devo informar a V. Ex.^a que a redação final desse projeto ainda não chegou à Mesa.

Fimda a prorrogação da hora do expediente passo a

ORDEM DO DIA

Continuação da votação do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Senhores Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara número 130, de 1954 que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 192, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e criadores de gado bovino.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o requerimento. (Pausa)

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram o requerimento e levantar-se os que o rejeitam. (Pausa)

Votaram a favor do requerimento 26 Srs. Senadores e contra, 6.

O requerimento foi aprovado.

O Projeto figurará na ordem do dia de próxima sessão.

As matérias seguintes:

Votação em discussão única, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia; do Parecer da Comissão de Finanças sobre a Mensagem n.º 108, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a nomeação do Sr. Antônio Brochado da Rocha para Ministro do Tribunal de Contas; do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 85, de 1954, do Sr. Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Honorato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto à Santa Sé.

Devem ser tratadas em sessão secreta.

Peço aos Srs. funcionários presentes para que a sessão se transforme em secreta.

A sessão pública se transforma em sessão secreta às 16 horas e minutos, passando novamente a ser pública às 18 horas e 40 minutos, sob a presidência do Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Votação do Requerimento número 375, de 1954, do Sr. Francisco Gallotti e outros Senhores Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a se digne informar se o Projeto já tem o pronunciamento da Comissão de Finanças e quais as outras comissões que sobre ele vão opinar.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto foi distribuído à Comissão de Finanças, que ainda não emitiu parecer.

Em votação o requerimento.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não esclarece o requerimento de urgência a necessidade da votação sob esse regime. Não nos diz se o Congresso Internacional de Hematologia já se realizou, ou quando se irá realizar, em caso contrário.

A Comissão de Finanças ainda não se pronunciou. De modo que a matéria incorre na mesma falta de justificativa de outras, para as quais o Senado tem recusado urgência.

Não se pode nem argumentar com a falta de quorum para os nossos trabalhos, pois, evidentemente, o Senado está hoje funcionando normalmente votando a matéria da ordem do dia.

A urgência requerida viria prejudicar de outro lado, proposições incluídas em pauta e de maior utilidade ou necessidade.

Estas, Sr. Presidente, as razões que me levam — com a devida vênia do primeiro subscritor do requerimento, meu prezado amigo Senador Francisco Gallotti — a votar contra a urgência. (Muito bem).

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não há requeri urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia, estava seguramente informado de que este certame se realizaria no começo do mês de agosto. Verifico, no entanto, pelo próprio projeto, que só se efetuará em setembro de 1954.

Nestas condições, eu próprio estou de acordo em que não se conceda urgência para sua discussão e votação.

É como primeiro signatário do requerimento, declaro a V. Ex.^a que o rejeito. (Muito bem).

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, não há requeri urgência para o Projeto de Lei da Câmara número 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia, estava seguramente informado de que este certame se realizaria no começo do mês de agosto. Verifico, no entanto, pelo próprio projeto, que só se efetuará em setembro de 1954.

Nestas condições, eu próprio estou de acordo em que não se conceda urgência para sua discussão e votação.

É como primeiro signatário do requerimento, declaro a V. Ex.^a que o rejeito. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Deferido pela Mesa o pedido de urgência do requerimento de urgência formulado pelo nobre Senador Francisco Gallotti e outros

Votação, em 1.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado número 28, de 1953, que atualiza os artigos 550 e 551 e parágrafo único do Código Civil, em face do artigo 156 e parágrafos da Constituição Federal (referentes ao uso-capítulo). Parecer, sob n.º 444, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e, quanto ao mérito, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa vem requerimento que vai ser lido.

É lido e, sem debate, aprovado, o seguinte

Requerimento n.º 385, de 1954

Nos termos do Regimento Interno, requero o adiamento da votação de Lei do Senado n.º 20 de 1953, incluído na Ordem do Dia sob n.º 6 — até a sessão de 3 de agosto de 1954.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto figurará na Ordem do Dia da sessão de 3 de agosto de 1954.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 37, 1954, que concede aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Gerat da Secretaria do Senado (oferecido pela Comissão Diretora, como conclusão do seu Parecer n.º 501, de 1954, sobre requerimento do interessado).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quando chegou às mãos da Comissão Diretora o requerimento do Sr. Alfredo da Silva Neves solicitando aposentadoria, fui designado relator e dei o seguinte parecer:

"Requeri aposentadoria o servidor do Senado, Dr. Alfredo da Silva Neves, ora exercendo o cargo de Senador representante do Estado do Rio de Janeiro, nesta Casa, eleito pelo Partido Social Democrático.

Conta o requerente com uma fé de ofício brilhantíssima e seu tempo de serviço público ultrapassa de "meio centenário". Se fosse justo e humano, dever-se-ia fazer um apelo ao requerente para que retirasse seu pedido de aposentadoria. Entretanto, ele é justo, porque o signatário já deu ao País intensa vida de trabalho; é humano, porque o requerente espontaneamente pede o seu afastamento e si o faz é por julgar que, após tão fiel cumprimento do dever, merece dias mais tranquilos.

Ar dar parecer favorável ao pedido, faço-o certo de que os nobres colegas da Comissão Diretora terão, qual eu, os mesmos sentimentos: lamentar e regozijar. Lamentar, pela ausência no Quadro de servidores do Senado de tão digno colaborador. Regozijar, por vê-lo ausentar-se com saúde, cercado da maior consideração e, sobretudo, por tê-lo em seu seio como Eminentíssima colega que é."

Assim, ofereci o projeto de resolução ora em votação.

O trabalho que apresentei à Comissão Diretora foi aprovado unanimemente, com exceção do próprio requerente.

Com a leitura que fiz do meu parecer, julgo expressar o pensamento de

todos, que vê no Sr. Alfredo Neves, alto funcionário desta Casa e eminente representante do povo fluminense no Senado Federal, figura merecedora de nosso acatamento e respeito. No ensejo de sua aposentadoria queira S. Ex.^a receber os melhores votos de felicidade.

Tenho dito. (Muito bem; muito bem. Palmas).

SR. NESTOR MASSENA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente no momento em que se vota nesta Casa o pedido de aposentadoria do nosso brilhante colega Alfredo Neves não podia deixar de dizer duas palavras.

Eu e o Senador Alfredo Neves somos companheiros há meio século primeiro na redação de O País, onde trabalhamos juntos; depois no Senado onde S. Ex.^a é funcionário, como eu o sou da Câmara dos Deputados.

Acompanhei a trajetória do eminente senador nesta Casa e tive sempre grande admiração pela sua atuação. Assim, é-me profundamente grato dizer, nesta hora, estas palavras, secundando, aliás, os justos conceitos emitidos pelo ilustre Senador Francisco Gallotti.

Estando no plenário, não podia deixar de me manifestar no momento em que vemos deixar esta Casa essa figura brilhante de lutador pela causa pública que é Alfredo Neves. (Muito bem).

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para explicação pessoal) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente pedi a palavra, não só para agradecer as manifestações de carinho, bondade e afeto dos nobres senadores, como para declarar a V. Ex.^a que, sendo interessado no assunto, na forma do Regulamento, abstenho-me de votar. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto. Os Srs. que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e enviado à Comissão Diretora, o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO
N.º 37-954

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É concedida aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor-Geral, símbolo PL-1, no cargo de Diretor Geral, símbolo PL, incorporando-se aos respectivos proventos de inatividade a gratificação adicional correspondente.

O SR. PRESIDENTE:

Não votou o Sr. Senador Alfredo Neves.

Votação, em 1.^a discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 8 de 1953, que regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (ms. 386, de 1953, e 523 de 1954), pela constitucionalidade do projeto e do substitutivo; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 367, de 1954, favorável ao projeto; da Comissão de Finanças sob n.º 368, de 1954, oferecendo substitutivo.

O SR. PRESIDENTE:

Sendo projeto originário do Senado será votado, em primeiro lugar, o substitutivo da Comissão de Finanças artigo por artigo.

Em votação o art. 1.º

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

São sucessivamente aprovados os seguintes artigos:

Art. 1.º Nos navios de cabotagem entre os portos do extremo norte e os do nordeste, terão prioridade para embarque as madeiras denominadas "pau de jacaré", "balsa", jangadilha" e "embira branca" (Azeite Cymbalana, do gênero dos tiliáceas) e destinadas a construção de jangadas.

§ 1.º A prioridade a que se refere o artigo será dada até o máximo de 30% da carga do navio.

§ 2.º As madeiras a que se refere o artigo só poderão ser empregadas na construção de jangadas.

§ 3.º A infração do disposto no parágrafo anterior importará em multa que variará entre o mínimo de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) e o máximo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), imposta ao infrator pela fiscalização da Capitania dos Portos do Estado onde se der a infração.

§ 4.º No caso de reincidência a multa será paga em dobro e apreendida a madeira cujo emprego estiver em desvirtuado.

Art. 2.º As madeiras mencionadas no art. 1.º gozarão o abatimento de 50% (cinquenta por cento), de frete nos navios do Patrimônio Nacional e naqueles que participarem de favores financeiros da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fica prejudicado o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 8, DE 1953

Regula o embarque e o frete das madeiras próprias para a construção de jangadas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Nos navios de cabotagem entre os portos do extremo norte e os do nordeste terão prioridade para embarque as madeiras destinadas ao fabrico de embarcações de pesca.

Art. 2.º As aludidas madeiras (artigo 1.º) gozarão o abatimento de cinquenta por cento, de frete, nos navios do Patrimônio Nacional e naqueles que participarem de favores financeiros da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em execução na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário. A Comissão de Redação.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 53 de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Ministério Militar. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 453, de 1954; da Comissão de Finanças, sob número 538, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Os Pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças são formais.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, não encontro entre os Avulsos da Ordem do Dia, pelo menos no que tenho em mãos, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Presumo tenha sido impresso para efeito de votação e, assim, desjava que V. Ex.^a me mandasse fornecer.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa tomará as devidas providências.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, num outro conjunto de Avulsos, acabou de encontrar o aludido parecer, pelo que, arrazado a V. Ex.^a o interesse que tomou. Desejo encaminhar a votação, apenas para confirmar o meu voto na Comissão de Constituição e Justiça contrário ao quantum do crédito pedido pelo Governo.

Neste processo, vários órgãos administrativos levantaram dúvidas quanto à legitimidade da importância total solicitada para pagamento de gratificação aos professores do magistério militar.

Não me convenceram as razões do Ministério da Guerra determinantes da remessa da Mensagem do Poder Executivo; ao contrário, fiquei com o arrazado de órgãos de hierarquia inferior do próprio Ministério e com o do Departamento Administrativo do Serviço Público.

Sou forçado, assim, a votar contra o Projeto, na vez que não concordo com o crédito solicitado pelo Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente o Projeto demanda despesa que deveria estar prevista no Orçamento do país.

Tenho prevenção natural contra qualquer crédito especial.

Esta forma de autorizar despesa levamos à elaboração de quase um segundo Orçamento.

Atravessamos época de verdadeira desconfiança das pessoas do país devido sobretudo, aos gastos imprevistos.

Estamos a votar, cotidianamente créditos vultuosos, aos quais já tive ocasião de reportar-me, subvertendo a vida financeira do país.

O Sr. Flávio Guimarães — Permite V. Ex.^a um aparte? (Assentimento do orador) O objetivo do Projeto é atender a um dire. dos professores. O Governo não fez nenhum favor ao enviar a Mensagem.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Não combato a gratificação a esses professores. Discordo apenas da maneira por que se pretende atender a essa despesa. Não é recomendável seja em crédito especial, por fugir ao processo natural, que no caso caberia.

O Sr. Francisco Gallotti — O Projeto originou-se de Mensagem do Executivo.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Não importa tivesse ele essa origem. Nem posso nem devo estar de acordo com a Mensagem, sobretudo quando não atende ao razoável, à boa norma administrativa. Sinto-me, então, com a liberdade e mesmo o direito de divergir das Mensagens. E, aliás, o que tenho feito nesta Casa.

Não combato despesa em si, rejeito o processo que se está tornando comum na vida administrativa — fazer orçamento paralelo, sem maior atenção para o vulto das despesas, que nos estão levando ao déficit imensurável, que, por vezes obriga a inflação desmedida.

O Sr. Francisco Gallotti — A importância constante do Projeto é ou não devida aos professores civis do Magistério Militar, embora não esteja no orçamento?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Deveria ter sido prevista e, consequentemente, constar do Orçamento.

O Sr. Francisco Gallotti — Não questiono o Orçamento, como pagar a esses professores as importâncias a que têm direito, sendo através do crédito especial?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Não combato a despesa em si, já o disse.

O Sr. Francisco Gallotti — Se V. Ex.^a fosse parte do Poder Executivo, como agiria no caso?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Peço a atenção do Senado para o processo de se pagar essa despesa. Sempre que a despesa possa ser prevista, a norma é constar ela do Orçamento. Exa a a forma natural, lógica.

O Sr. Francisco Gallotti — Estou de acordo com V. Ex.^a; mas se houve falha inicial e temos que pagar, como fazê-lo senão através de crédito especial? O argumento de V. Ex.^a é para o futuro.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Sr. Presidente minha observação é apenas, para que o Senado veja que esse processo de pagamento está levando o país cada vez mais ao desequilíbrio de despesas. Daí o grande déficit; daí, maior inflação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto. Os senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa).

É aprovado e remetida à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA
CÂMARA

N.º 53, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00, para atender a despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.906.429,00 (dois milhões, novecentos e seis mil, quatrocentos e vinte e nove cruzeiros), a fim de ocorrer as despesas com o pagamento de gratificação aos professores civis do Magistério Militar abaixo mencionados:

Alexandre Barreto	200.332,00
Alcides Fonseca	270.601,00
Décio Coutinho	270.601,00
Djalma R. Bittencourt	280.461,00
Olávio de Souza	285.681,00
Benedito Augusto Carvalho dos Santos	174.082,00
Jorge Fagundes Machado	234.361,00
João Marinho de Albuquerque Andrade	280.600,00
Pedro Anselmo de Azeiteiro	289.753,00
Albano	269.153,00
Misael Gomes da Silva	170.960,00
Milton Torres Cruz (falecido)	180.427,00
Júlio de Matos Ibiapina (falecido)	180.427,00
Total	2.906.429,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em 2.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado número 49, de 1951, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Casas de Aposentadoria e Pensões substitutivo aprovado em primeira discussão em 7-6-51), tendo parecer número 463, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do texto em 1.ª discussão

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e enviado à Comissão de Redação o seguinte:

Projeto de Lei do Senado número 49, de 1951, que dispõe sobre as aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Casas de Aposentadorias e Pensões.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os valores das aposentadorias e pensões concedidas pelos Institutos e Casas de Aposentadorias e Pensões serão reajustados sempre que houver aumento do salário mínimo e na proporção em que se verificar esse aumento.

§ 1.º O direito dos aposentados e pensionistas terá início na data em que entrar em vigor o novo salário mínimo.

§ 2.º O reajustamento correspondente à última elevação do salário mínimo (Decreto número 30.324, de 24 de novembro de 1951), vigorará a partir de janeiro de 1952.

Art. 2.º Enquanto os Institutos e Casas não realizarem os cálculos do novo valor dos benefícios, os pagamentos continuarão na base anterior.

§ 1.º Para o cálculo desse novo valor não serão computados os acréscimos anteriores, mas os valores determinados pela Lei número 1.196, de 19 de junho de 1950, vigorarão se, eventualmente, forem maiores.

§ 2.º Dentro de seis meses da data em que entrar em vigor a presente lei, deverá ser iniciado o pagamento dos benefícios segundo suas disposições e serem pagas em 4 prestações a diferença relativa aos meses anteriores.

§ 3.º O Poder Executivo proporá ao Congresso, se necessário, as medidas tendentes à manutenção do equilíbrio das instituições de Previdência em face dos novos encargos criados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em 2.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1951, que modifica os §§ 4.º e 5.º do artigo 524 da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes a eleições para cargos de Diretoria ou do Conselho Fiscal dos Sindicatos (aprovado em primeira discussão, com emenda, 7-6-51). Parecer n.º 464, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em 1.ª discussão.

O SR. PRESIDENTE

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e remetido à Câmara dos Deputados o seguinte:

Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1953, que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 524 da Consolidação das Leis do Trabalho passarão a ter a seguinte redação:

§ 4.º Na hipótese de ter participado da votação mais de cinquenta por cento dos associados com capacidade para votar, o presidente da assembleia proclamará os eleitos sem prejuízo do julgamento dos recursos oferecidos na conformidade da lei. Não obtido esse quórum, será realizada nova eleição, dentro de 15 dias, a qual terá validade, se feita livremente participada (pelo menos) por cento dos associados. Na hipótese de não ter sido alcançado, na segunda votação, o quórum exigido, será realizado o terceiro e último pleito, dentro de 15 dias, com qualquer número de associados.

§ 5.º As convocações para as eleições a que se refere o parágrafo anterior serão feitas com ampla divulgação pela imprensa.

Art. 2.º São suprimidos os parágrafos único do artigo 525 e o artigo 526.

Art. 3.º Ficam substituídos os parágrafos 2.º e 3.º do artigo 531 pelo seguinte:

§ 2.º A eleição será presidida pelo Juiz Presidente da Junta do Trabalho ou, não havendo Junta, pelo Juiz de Direito, em cuja jurisdição estiver o Sindicato.

Art. 4.º Ficam assim redigidos os parágrafos 1.º e 3.º do artigo 532:

§ 1.º Não havendo recurso interposto por algum dos candidatos dentro dos quinze dias a contar da data das eleições, a posse da diretoria independe de aprovação ou homologação.

§ 3.º Havendo recurso a que se refere o § 1.º, competirá à Diretoria em exercício encaminhá-lo devidamente instruído com todos os documentos do processo eleitoral, à Junta de Conciliação e Julgamento, ou ao Juiz de Direito em cuja jurisdição se encontre o sindicato, para julgá-lo dentro do prazo de 30 dias, com recurso dentro de 15 dias para o Tribunal Regional do Trabalho.

Votação, em 1.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1953, que estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 495 de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 496, de 1954.

O SR. PRESIDENTE

Em votação.

O SR. CARLOS LINDENBERG:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a despeito dos pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, não merece o projeto aprovação, por vários motivos: primeiro, porque seria mais uma despesa absolutamente inútil para os condutores de veículos ou seus proprietários; segundo, porque estabelece providência completamente inoperante. Basta o cumprimento do Código de Trânsito, para serem evitados os desastres com automóveis. O § 3.º do artigo 53 do Código de Trânsito, estabelece que "o uso de faróis e sinaleiras é obrigatório desde o pôr do sol, até o amanhecer". Nestas condições, parece-me desnecessária a colocação de mais um farolito para prevenir desastres. Se nas estradas são encontrados veículos parados, sem luz, é porque a lei não é cumprida. Neste caso, não será a colocação de mais um farolito que prevenirá o desastre. Inoperante o projeto, deve ser rejeitado. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Carlos Lindenberg o Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alcirio Neves.

O SR. MOZART LAGO

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o projeto é de minha autoria. Apresento-o no dia seguinte ao em que o jornalista cartola Nelson Gracia Melo morreu, na estrada Rio-Petrópolis, em consequência de um caminhão parado em uma curva da estrada, com as luzes apagadas. Nelson vinha de São Paulo em marcha regular e não viu o caminhão, perdendo a vida, ficando ferida a sua família.

Nas viagens que frequentemente faço do Rio a São Paulo, e vice-versa,

como também nas a Petrópolis, noto que principalmente os caminhões não acendem as lanternas durante a noite, reciosos do gasto de eletricidade, que lhes poderá fazer falta quando, ao romper a manhã, tenham de prosseguir viagem.

Regressei há pouco da América do Norte, onde vi à venda papel fosforescente baratiníssimo. Posto no Rio de Janeiro, poderá ser vendido por cinco cruzeiros o metro. O papel é colante: todos os de lá têm uma faixa de vinte a cinquenta centímetros pregada na trazeira. Adotado aqui, prestará inestimável serviço.

Estive na Inspetoria de Veículos; também consultei os sindicatos de motoristas e todos consideraram essa providência benéfica. Não se trata de lanterna nova, nem de farol, o que, realmente, acarretaria despesas; o projeto pretende apenas a adoção de um papel colante, muito útil e baratiníssimo, já à venda no Distrito Federal. Meu automóvel possui essa faixa; e os nobres colegas poderão verificar sua grande utilidade. (Muito bem).

O SR. OTHON MADER

(Para encaminhar a votação. Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de autoria do nobre colega, Senador Mozart Lago, diz:

Os caminhões de carga e mais veículos que trafeguem em estradas de rodagem manterão a frente e atrás, em posição que bem lhes facilite a visibilidade duas lanternas, fosforescentes, uma de cada lado, a assinalar-lhes a presença quando parados eventualmente à noite ou na neblina, com as lanternas elétricas apagadas por motivo de força maior.

Na justificativa S. Ex.ª assim se expressa:

"Não pare na pista é um dos avisos mais repetidos nas estradas de rodagem. É proibido transitar à noite com as lanternas apagadas, ninguém ignora: que o Código Nacional de Trânsito prescreve a regra, impondo multas a sua transgressão. Mas, o fato que, por esse ou aquele motivo não há quem não haja verificado quando tenha viajado de automóvel pelas nossas estradas, que aquela regra e o tal aviso, comumente, são desatados, justa ou injustamente não vem ao caso indagar porque infelizmente a triste realidade, consequência de tais desatados, é o número crescente de acidentes e a perda constante de numerosas vidas, humanas.urge remediar o mal. E o que visa o projeto sobre o qual completarei a justificativa da tribuna.

E o próprio autor do projeto quem afirma serem os dispositivos do Código de Trânsito são desatados comumente.

Se quisermos, agora, evitar desastres, acrescentando aos caminhões mais essa lanterna fosforescente, da mesma forma não atenderão a essa providência.

Não é a ausência de avisos ou de medidas preventivas que determina os desastres. Decorrem eles da infração das ordens. Os motoristas não obedecem as regras e as sinalizações em vigor. Por isso faço minha a opinião do meu ilustre colega, senador Carlos Lindenberg, quando declara que nada adiantará acrescentarmos a providência contida no projeto n.º 11, se as normas de trânsito, para surtir efeito, serão aquelas que os chauffeurs não as violarem.

O Sr. Mozart Lago — Permite V. Ex.ª um esclarecimento: as lanternas e os faróis comuns têm que ficar acesos durante a noite. Se não estiverem o papel fosforescente quando o farol de outro carro o alcança iluminar-se e embora um caminhão parado na estrada esteja apagado o motorista do outro carro verá o papel vermelho e ficará avisado do perigo. É uma cautela a mais, contra a eventualidade de desastres.

O SR. OTHON MADER — Não há dúvida. V. Ex.ª tem mira a prevenção de desastres, para o que alinha essa providência. O projeto porém não contém cláusula punitiva dos infratores. De modo que as normas que obrigam o chauffeur a fazer uso das lanternas continuarão a ser desobedecidas. Se ao menos constasse nulla no Código para os veículos que não tivessem sinais luminosos ou se houvesse pena de cassação de matrículas para os faltosos, talvez os desastres fossem evitados.

O Sr. Mozart Lago — Este dispositivo legal vai ficar incorporado no Código de Trânsito onde estão estabelecidas multas para qualquer infração.

O SR. OTHON MADER — Como disse em meu parecer, quando o assunto estava sob a deliberação da Comissão de Transportes, a medida é inoperante e matéria que deve pertencer ao Código de trânsito, ao Regulamento Geral do Tráfego e não lei emanada do Senado Creio, outrossim, não fica bem ao Senado legislar sobre matéria de normas imperativas, que qualquer diretor de trânsito pode impor aos condutores de veículos, a fim de prevenir desastres. Talvez uma lei municipal resolva o problema. Parece-me, entretanto, desnecessário, desca um diploma federal a pequenos detalhes. Aliás, por julgá-lo inoperante, votei, na Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas contra o projeto do eminente Senador Mozart Lago, embora reconhecendo a boa intenção de S. Ex.ª de evitar desastres nas estradas de rodagem.

O Sr. Mozart Lago — Esclareço o nobre colega que o projeto procura emendar o Código de Trânsito, que a Lei Federal. Temos, pois, capacidade para legislar sobre o assunto.

O SR. OTHON MADER — Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

É rejeitado e remetido ao Arquivo o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 11, DE 1953

Estabelece o uso de lanternas fosforescentes nos veículos de carga e outros.

Art. 1.º Acrescente-se à letra "e" — Aparelhos de iluminação — do artigo 53 do Decreto-lei n.º 3.651 de 25 de setembro de 1941 — Código Nacional de Trânsito — a seguinte elipse:

III — Os caminhões de carga e mais veículos que trafeguem em estradas de rodagem manterão a frente e atrás, em posição que bem lhes facilite a visibilidade duas lanternas fosforescentes uma de cada lado, a assinalar-lhes a presença quando parados, eventualmente à noite ou na neblina, com as lanternas elétricas apagadas por motivo de força maior.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor trinta dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 390, de 1954, do Sr. Senador Esperidião de Farias, solicitando a designação de uma Comissão de três membros para visitar, em nome do Senado Federal, o Sr. General do Exército Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

O SR. PRESIDENTE

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Nomeio para constituir a Comissão que representará o Senado, os Senhores Senadores Esperidião de Farias, Nivaldo Filho e Euclides Vieira.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido e sem debate aprovado, o seguinte

Requerimento n.º 386, de 1954

Requiro, nos termos do Regimento Interno, seja apreciado em último lugar o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em obediência à deliberação do Senado, o projeto será apreciado no fim da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953 (n.º 547, de 1950, na casa de origem), que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F. E. B.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

São lidos os seguintes pareceres:

Pareceres ns. 551 e 552, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 359-53, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795 de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F. E. B.

Relator: Sr. Joaquim Pires.

O Sr. Presidente da República, em mensagem n.º 247, de 23 de junho de 1950, enviada ao Congresso Nacional por intermédio da Câmara dos Deputados, ex-vi do que dispõe o art. 2.º da Constituição Federal, submeteu a deliberação do mesmo o projeto que regula as condições e fixa o valor das doações a serem feitas, em observância aos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795 de 23 de janeiro de 1946, as famílias dos expedicionários falecidos ou desaparecidos no combate às Nações do Eixo.

É uma dívida de honra amparar aqueles que se encontram na viuvez ou na orfandade por terem os seus esposos e pais partido para terras estranhas e longínquas em cumprimento de ordens superiores, para defender "a honra da Nação" que se dizia "aviltada" e a civilização ameaçada. O Sr. D. Alves, em caso semelhante, referindo-se ao abandono em que os Poderes Públicos deixaram os orfãos de quem a Pátria morreram no Paraguai, disse em memorável comício na Capital baiana:

"Mas já que as águas da noção tomaram E os filhos da água o Poder esquece Lançar a esmola e colher a prece".

O que ora fazemos nada mais é que a esmola tardia aos filhos dos que morreram nas penéides da Itália em nome de um ideal que já não é o do Mundo.

Somos pela aprovação do projeto pela sua inequívoca justiça e constitucionalidade.

Sala Ruy Barbosa, em 18 de fevereiro de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Joaquim Pires, Relator. — Abelardo Jurema. — Atílio Viçarqua. — Aloysio de Carvalho. — Camilo Mércio. — Gomes de Oliveira.

Da Comissão de Segurança Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 359-53, que dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795 de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F. E. B.

Relator: Sr. Silvio Curvo.

O presente projeto de Lei, é o número 347-C-50, da Câmara dos Deputados, e que no Senado recebeu o n.º 359, de 1953. Dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F. E. B.

Apesar de tratar de amparo social a herdeiros de militares falecidos na guerra, e de militares inválidos totalmente por ação de guerra, tem sua tramitação na Câmara muito demorada. Origina-se de mensagem do Executivo n.º 247-50, onde colaboram o Ministério da Guerra e o da Fazenda.

A sua finalidade é doar aos militares totalmente invalidados e aos herdeiros dos que faleceram por ação de guerra uma casa própria registrada como bem de família e inalienável durante o prazo de 15 anos e enquanto sobreviver um herdeiro o interdito as condições em que se dará a reversão do imóvel ao Patrimônio da União, que são duas: quando o imóvel não interesse ao Militar, e quando um militar condenado desaparecer se apresentar, e no seu julgamento já condenado, pelo seu desaparecimento. Do ponto de vista militar, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1954. — Pinto Aleixo, Presidente. — Silvio Curvo, Relator. — Magalhães Barata. — Onofre Gomes. — Walter Franco. — Esperidião de Farias.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ivo de Aquino, a fim de designar relator para o projeto, em nome da Comissão de Finanças.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, é oriundo de Mensagem do Sr. Presidente da República, datada de 23 de junho de 1950. A matéria transformou-se em ante-projeto em virtude de substitutivo apresentado pela outra Casa do Congresso.

Assim, o parecer a ser emitido refere-se ao projeto que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da Força Expedicionária Brasileira.

Contém a proposição 14 artigos regulando matéria que se entende, sobretudo, com a família dos expedicionários falecidos na campanha da Itália, e, nas condições dos artigos 2.º e 3.º do Decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946, ou que venham a falecer em consequência das causas nele fixadas.

O principal benefício concedido pelo projeto é o referente à doação de

uma casa residencial à família desses expedicionários, dentro dos termos do artigo 4.º, que estabelece o limite da contribuição do Governo para essa doação, relativamente ao valor mensal da pensão atribuída aos herdeiros militares do combatente falecido.

Nesse mesmo artigo, e no parágrafo que o acompanha, declara-se que o valor da doação, em hipótese alguma, poderá ser inferior a 120 mil cruzeiros. Permite, ainda, a devolução do dinheiro ao interessado, até 20%, se o valor do imóvel adquirido for inferior ao da doação.

Além dessas medidas, outras estão previstas no projeto, todas objetivando a proteção das famílias dos expedicionários da FEB.

Sobre a matéria já se pronunciaram as Comissões técnicas do Senado, com exceção da de Finanças.

Na qualidade de Presidente daquela Comissão, designei Relator do assunto o nobre Senador Joaquim Pires, que se acha ausente, cujo parecer a respeito, não, porém, votado, foi o seguinte:

O artigo 9.º do Decreto-lei número 8.794, de 23 de janeiro de 1946, determina que o Governo contribuirá com a importância necessária para que seja doada casa residencial à família de todo expedicionário falecido que não tenha casa própria, vantagem também concedida aos incapazes da Força Expedicionária Brasileira pelo art. 2.º, parágrafo único, do Decreto-lei n.º 8.795, da mesma data.

Complementando essas disposições, o presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, define o valor, as condições e os limites da doação, determinando, no artigo 12, que durante dois anos os orçamentos federais incluirão, em dotação própria para o Ministério da Guerra, a importância de Cr\$ 60.000.000,00, para o cumprimento das providências que prevê.

A medida é das mais justas, pois tem por objetivo resgatar uma dívida de honra do Brasil para com os seus bravos filhos que, no campo de batalha, perderam a vida ou ficaram definitivamente incapazes fisicamente.

Assim, a Comissão de Finanças opina favoravelmente ao projeto.

Como se vê, o cálculo da despesa decorrente da proposição legislativa, objeto deste parecer, será incluída no Orçamento da República, numa verba de 60 milhões de cruzeiros.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças, ao avocar a matéria, não tenho razão para divergir do parecer do Relator e, dessa forma, submeto a matéria ao pronunciamento do Senado. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, como o parecer da Comissão de Constituição e Justiça não está impresso e foi lido há pouco, pediria a V. Exa., pela ordem, se dignasse informar se essa Comissão se manifesta especialmente sobre o artigo 9.º, que declara o seguinte:

"Art. 9.º A União, por intermédio do Ministério da Justiça, pleiteará junto às Assembleias Legislativas, Estaduais e Câmaras Municipais da Justiça, pleiteará selos e taxas, inclusive do imposto predial, pelo prazo de 18 (dezoito) anos, que recai sobre os imóveis adquiridos na forma da presente lei.

Parágrafo único. No caso de serem negados os favores pleiteados

ou na demora de sua concessão, as despesas com impostos, selos e taxas, excluído o imposto predial, correrão por conta do Ministério da Fazenda."

Desejava que a Mesa informasse a Comissão de Constituição e Justiça se alguma referência especial a esse artigo. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Respondendo a questão de ordem levantada por V. Exa., devo informar que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é suficiente, não faz referência alguma especial ao citado artigo e contém a assinatura de V. Exa.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, enviarei a Mesa requerimento de destaque para votação em separado do artigo 9.º e seu parágrafo, para efeito de rejeição. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 387, de 1954

Nos termos do artigo 125, letra M, em combinação com o § 1.º do artigo 157 do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado, da seguinte parte do projeto: artigo 9.º e seu parágrafo único.

Sala das Sessões, em 21 de julho de 1954. — Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder a votação do projeto, salvo o destaque.

Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E aprovado o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 359, de 1953

Dispõe sobre a execução dos decretos-leis ns. 8.794 e 8.795 de 23 de janeiro de 1946, que concede vantagens aos militares da F. E. B.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1.º A família do expedicionário falecido nas condições previstas pelos artigos 2.º e 3.º do decreto-lei n.º 8.794 de 23 de janeiro de 1946, ou que venha a falecer em consequência das causas nele fixadas, o governo fará doação de casa residencial ao valor indicado pelo art. 4.º da presente lei.

§ 1.º Igual direito é assegurado a família do ex-expedicionário desaparecido e que não se tenha apresentado até a publicação da presente lei.

§ 2.º Na hipótese da apresentação do expedicionário, considerado desaparecido no teatro de operações da Itália, depois de provada em processo a conduta do militar, será assegurada a este prioridade para aquisição do imóvel doado à sua família, mediante amortização mensal e segundo as disposições vigentes para a Caixa de Construção de Casas do Ministério da Guerra.

§ 3.º Se ao militar, nas condições do parágrafo anterior, não interessar o imóvel, este reverterá ao Estado, independente de qualquer indenização, como patrimônio da União, o mesmo sucedendo se o expedicionário for condenado pelo desaparecimento.

Art. 2.º Entende-se por família do expedicionário, para os fins desta lei, as pessoas abaixo enumeradas, com a exclusão de quaisquer outras, havendo precedência na prioridade estabelecida:

1.º a viúva;

2.º os filhos menores e filhos maiores solteiros, bem como filhos maiores inválidos que não possam prover os meios de subsistência;

3.º) as filhas viúvas ou desquitadas;

4.º) a mãe viúva ou solteira, bem como a desquitada, que por ocasião da morte do "de cujus" já se achava legalmente separada;

5.º) o pai inválido que vivia às expensas do "de cujus";

6.º) os irmãos menores e maiores interditos que viviam às expensas do "de cujus", bem como as irmãs germanas e consanguíneas solteiras;

7.º) as irmãs germanas viúvas ou desquitadas, que por ocasião da morte do "de cujus" já se achavam legalmente separadas.

Art. 3.º Para os efeitos da restrição imposta pelo art. 9.º do decreto-lei número 8.794, de 23 de janeiro de 1946, entende-se por casa própria o imóvel que for suficiente para abrigar a família do expedienteário falecido, tendo em vista a decência e o conforto compatíveis com a pensão que o Estado a ela assegura.

Art. 4.º O limite da contribuição do Governo para doação da casa residencial referida no art. 1.º desta lei será o seguinte:

a) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da pensão concedida aos herdeiros militares de expedienteários falecidos nas condições previstas pelos artigos 2.º e 3.º do decreto-lei n.º 8.794, de 23 de janeiro de 1946, para as hipóteses previstas nos n.ºs 3, 4, 5 e 6 do art. 2.º da presente lei;

b) 60 (sessenta) vezes o valor mensal da referida pensão com o acréscimo, no total, de dez mil cruzeiros por filho do "de cujus", até o limite de três, para as hipóteses previstas nos números 1 e 2 do citado artigo;

c) 60 (sessenta) vezes o valor da pensão mensal, que seria concedida caso algum ficasse com direito à herança militar à família do expedienteário falecido, nas condições indicadas na alínea a, e que não tenha deixado herdeiro militar, para as hipóteses previstas no n.º 5 do já mencionado art. 2.º.

1.º O valor da doação em nenhuma hipótese poderá ser inferior a Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

2.º É permitida a devolução em dinheiro ao interessado até 20% (vinte por cento), se o valor do imóvel adquirido for inferior ao valor da doação, assim como será facultada a aquisição da casa própria de valor superior à doação, desde que o beneficiário disponha de fundos necessários para completar o pagamento.

Art. 5.º Desde que o beneficiário por esta lei já tenha casa própria, mediante crédito hipotecário, e se assim o desejar, o Estado resgatará, de uma só vez, o restante da dívida, até o limite previsto nos arts. 4.º e 6.º da presente lei.

Parágrafo único. Se houver saldo, o beneficiário receberá em dinheiro a diferença entre o montante da dívida resgatada e o total da doação a que fez jus.

Art. 6.º Aos militares da FEB incapacitados fisicamente e impossibilitados para todo e qualquer trabalho, na forma do art. 2.º do decreto-lei número 8.795, de 23 de janeiro de 1946, o Governo doará casa própria, no valor de 60 (sessenta) vezes os proventos percebidos na data da doação, exclusivo o aumento de 25% (vinte e cinco por cento) referido no seu parágrafo único, com acréscimo de dez mil cruzeiros por filho, até o limite de três.

Parágrafo único. Aos militares beneficiados pelo presente artigo são extensivos os mesmos direitos e vantagens estabelecidos pelo parágrafo segundo do art. 4.º.

Art. 7.º O imóvel doado nas condições previstas pelo art. 3.º do decreto-lei n.º 8.794, e parágrafo único do artigo 2.º do decreto-lei n.º 8.795, ambos de 23 de janeiro de 1946, obedecerá ao seguinte regime:

a) será inscrito no registro de imóveis como bem de família;

b) não poderá ser alienado, no todo ou em parte, antes de decorrido o prazo de 15 (quinze) anos, a partir da data da doação e enquanto houver herdeiro menor ou interdito do expedienteário falecido, ou considerado desaparecido ou daquele a que se refere o art. 6.º desta lei.

Art. 8.º O imóvel a que se refere o artigo anterior ficará isento de quaisquer impostos e taxas federais.

Art. 9.º A União, por intermédio do Ministério da Justiça, pleiteará junto às Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais, isenção de impostos, selos e taxas, inclusive do imposto predial, pelo prazo de 18 (dezoito) anos, que recai sobre os imóveis adquiridos na forma da presente lei.

Parágrafo único. No caso de serem negados os favores pleiteados ou na demora de sua concessão, as despesas com impostos, selos e taxas, excluído o imposto predial, correrão por conta do Ministério da Fazenda.

Art. 10. As escrituras de aquisição e doação dos imóveis de que trata a presente lei, serão organizadas pelo Ministério da Fazenda — Serviço do Patrimônio da União — de acordo com os elementos fornecidos pelo Ministério da Guerra.

Art. 11. Dentro do prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta lei, as pessoas com direito aos favores nela outorgados deverão apresentar, querendo o imóvel que desejam, ou a localidade em que preferem estabelecer a sua residência.

Art. 12. Durante 2 (dois) anos, os orçamentos da União consignarão, em dotação própria para o Ministério da Guerra, a importância de Cr\$ 80.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) para a execução desta lei.

Art. 13. A execução da presente lei competirá ao Ministério da Guerra por intermédio dos respectivos órgãos.

Parágrafo único. O Ministro da Guerra, no prazo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei, baixará instruções para a sua execução.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à votação da parte desta lei.

O artigo 9.º está assim redigido:

"A União, por intermédio do Ministério da Justiça, pleiteará junto às Assembleias Legislativas Estaduais e Câmaras Municipais isenção de impostos, selos e taxas, inclusive do imposto predial pelo prazo de 18 (dezoito) anos que recai sobre imóveis adquiridos na forma da presente lei."

Parágrafo único. No caso de serem negados os favores pleiteados ou na demora de sua concessão, as despesas com impostos, selos e taxas, excluído o imposto predial, correrão por conta do Ministério da Fazenda.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam o artigo 9.º e seu parágrafo único, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Estão rejeitados.

O projeto vai à Comissão de Redação.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 93, de 1954, (n.º 3.605, de 1953, na casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento do mandato de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 17-10-52, em favor de Pedro Mariano Serra e outros, a fim de permanecerem como professores em comissão, com os vencimentos que tinham

percebendo, correspondentes ao Tabela O. Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 177, de 1953; da Comissão de Finanças, sob número 397, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão (Pausa.)

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados (Pausa.)

É aprovado e remetido à Comissão do senado

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 93, de 1954

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00, para atender às despesas resultantes do cumprimento do mandato de segurança concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 17-10-52, em favor de Pedro Mariano Serra, Cláudio Ney, Maurício Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Pereira de Andrade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.334.787,00 (um milhão trezentos e setenta e quatro mil oitocentos e setenta e oito cruzeiros) para atender às despesas correspondentes ao período de 17 de outubro de 1952 a 31 de dezembro de 1954, resultantes da execução da segurança impetrada em favor de Pedro Mariano Serra, Cláudio Ney, Maurício Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Carlos Miguez Garrido e Armando Pereira de Andrade, concedida pelo Regimento Supremo Tribunal Federal, por decisão de 17 de outubro de 1952, decisão de 17 de outubro de 1952, para que permaneçam como professores em comissão, com os vencimentos que vinham percebendo, correspondentes ao padrão O.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

A matéria exige quorum especial, razão por que vai proceder-se à chamada.

(PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SENHORES SENADORES)

Prisco dos Santos. — Thomas Rodrigues. — Onofre Gomes. — Georgino Avelino. — Ferreira de Souza. — Lúcio Brindeiro. — Ezequias da Rocha. — Aloyso de Carvalho. — Carlos Lindenberg. — Alfredo Neves. — Cesar Vergueiro. — Costa Pereira. — Othon Mader. — Gomes de Oliveira. — Francisco Galotti. — Camilo Mérico. — (10.)

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada apenas 16 Senhores Senadores.

Não há número.

Fica adiada a discussão.

Esta esgotada a matéria da Ordem do Dia.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, devia ter feito retifi-

cação sobre a Ata da sessão de ontem, mas esqueci-me a oportunidade. Assim, desço fazê-la neste momento.

Sr. Presidente, não costumo rever os discursos por mim proferidos nesta Casa, pois confio na Tiquigrafia, que, normalmente, cumpre a tarefa e muito bem a sua missão.

No entanto, sobre a Ata da sessão de ontem não foi bem apreendido meu pensamento, havendo-me sido atribuída a seguinte expressão:

"A meu ver, a emenda — refere-se à emenda do nobre Senador Nestor Massena — incide também no vício de caber a iniciativa da legislação sobre salário mínimo ao Conselho Nacional de Economia, colidindo com o dispositivo constitucional que confere tal iniciativa exclusivamente ao Congresso Nacional."

Ora, Sr. Presidente, nem a redação está certa, porque realmente não coincide com as palavras por mim proferidas — embora, muita vez, nos escape um lapso de expressão — nem a frase tem sentido, pois não afirmaria que a iniciativa das leis caberia tão somente, exclusivamente, ao Congresso Nacional, visto como a iniciativa das leis pode caber ao Presidente da República por meio de mensagens.

O que, verdadeiramente, pretendi, Sr. Presidente, foi expressar que a emenda incidia no vício de inconstitucionalidade, porque o Conselho Nacional de Economia não pode ter a iniciativa de legislar sobre salário mínimo ou qualquer outra matéria.

Foi é Sr. Presidente, o final do meu discurso, sobre o qual desajava manifestar-me no sentido de ser convenientemente corrigido. (Muito bem.)

Mais rentum Sr. Senador pedindo a palavra, vou encerrar a sessão. Designo para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954 (n.º 1.713-52 na Casa de origem), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 16 de julho de 1954), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira, e do Lode Brasileiro (substitutivo aprovado, com subemendas, na sessão de 20-7-54), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, tendo parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em primeira discussão.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1951 (n.º 339, de 1951 na casa de origem), que altera o § 2.º do art. 6.º, a letra a e a letra e acrescida ao artigo 7.º da Lei n.º 695, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 214, de 1954, do Senhor Senador João Villasboas, aprovado na sessão de 1-6-54), tendo pareceres: I — Sobre o Projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 1.194, de 1953, pela constituição da Comissão de Legislação Social, sob n.º 1.185 e 1.196, de 1953, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Karginado Cavalcanti); da Comissão de Finanças, sob n.º 1.197, de 1953, favorável, com a

emenda que oferece; II — Sobre as emendas (ainda não publicadas): da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, favorável; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre a emenda n.º 2.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 221, de 1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. *Parceceres*: — I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 723, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 724, de 1953, favorável; da Comissão de Finanças, sob n.º 725, de 1953, contrário; II — Sobre a emenda: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 154, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, sob n.º 156, de 1954, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 82, de 1952, que reajusta as dívidas dos seringueiros financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1954, do Senhor Senador João Vilasboas, aprovado na sessão de 9-2-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (n.º 967, de 1952) e de Finanças (n.º 963, de 1952) e dependendo de pronunciamento desta última Comissão sobre as emendas de plenário).

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parceceres*, favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.530, de 1953 na casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montante militar (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Senhor Senador Cícero de Vasconcelos), tendo pareceres, ainda não publicados, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 2, de 1954, que cria a Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djalir Brindeiro aprovado na sessão de 20-7-54, tendo parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado) e dependendo de pronunciamento das Comissões de Legislação Social e de Finanças.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade) do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de brasileiros. *Parceceres*: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 517, de 1954, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Sr. Senador Joaquim Pires); da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 518, de 1954, pela rejeição.

Discussão única do Requerimento n.º 21, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando seja consignado em ata um voto de registro pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Es-

tados Unidos da América, do primeiro submarino acionado a força atômica. *Parceceres*, sob n.º 451, de 1954, manifestando o pensamento da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que só com o fim de defender as instituições livres e a própria dignidade da pessoa humana, seja essa arma utilizada.

Discussão única do Requerimento n.º 200, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, dando-se ciência dessa manifestação do Senador brasileiro ao Embaixador da França no Brasil. *Parceceres*, favorável, sob n.º 452, de 1954, da Comissão de Relações Exteriores.

Encerra-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR MARCONDES FILHO NA SESSÃO DE 20 DE JULHO DE 1954.

QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

O SR. MARCONDES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, tive oportunidade, há poucos dias, de oferecer à consideração do Senado um projeto de lei criando a disciplina de medicina psicossomática na Faculdade de Medicina Psiquiátrica.

Declarar, no discurso justificativo da proposição, que a apresentava para atender a sugestões recebidas de ilustres professores, os quais reclamavam, com muita razão, contra o fato de apenas três Escolas de Medicina, no Brasil, terem incluído, em seus programas, o estudo de medicina psicossomática: a Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, na Capital — ambas criando a disciplina junto à Faculdade de Clínica Psiquiátrica — e a Escola de Medicina de Ribeirão Preto recentemente fundada, que incluiu a matéria no seu currículo como disciplina a tônica.

Acertado, ainda, desejar apenas trazer ao debate do Senado — e dos ilustres médicos que dele fazem parte — assunto no qual não era-tênico, motivo por que apelava para as luzes do Parlamento.

Logo após minha oração tive a honra de ver o projeto de minha autoria apoiado e defendido pelo nobre Senador Hamilton Nogueira, catedrático da Universidade do Brasil, e por V. Ex.ª, Sr. Presidente, eminente clínico e, portanto, alta autoridade na matéria.

Dias depois, recebi ainda vários telegramas de entidades e pessoas de tal autoridade que me pareceu conveniente trazê-los ao conhecimento do Senado, sobretudo porque serviriam de abono à aludida proposição e elucidariam, ao mesmo tempo, as dúvidas Comissões incumbidas da examinação do assunto.

Um dos telegramas, procedente do Rio Grande do Sul, expedido pelo nobre professor Dr. Guerra Blesmann, Diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, está assim redigido:

“Em reunião de Congregação a Faculdade de Medicina de Porto Alegre inseriu em Ata votos de calorosos aplausos à iniciativa de V. Ex.ª relativa ao ensino de psicologia e moléstias psico-somáticas, como anexo à cátedra clínica psiquiátrica. Aprox-me transmitir a comunicação da medida de elevado alcance na educação médica do nosso país. Respeitosos cumprimentos. Guerra Blesmann, Diretor.”

O telegrama seguinte, Sr. Presidente, é do Professor Pacheco e Silva, catedrático de clínica psiquiátrica na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e na Escola Paulista de Medicina, em que declara:

“Envio ao eminente paulista sinceras congratulações pelo oportuno projeto relativo ao ensino de psicologia médica e medicina psicossomática, anexo a cadeira de clínica psiquiátrica já instituída na Faculdade Nacional de São Paulo com excelentes resultados. Seu magnífico discurso justificativo e o projeto focaliza de forma perfeita e exata o importante problema, de acordo com a orientação seguida pelos maiores centros médicos brasileiros e estrangeiros. Atenciosas saudações.”

Recebi, também, do Professor Adauto Botelho, Diretor do Serviço Nacional de Doenças Mentais, o seguinte telegrama:

“Apresento a V. Ex.ª os mais calorosos aplausos pelo oportuno e sábio projeto que acaba de apresentar sobre o ensino da medicina psicossomática nas nossas Faculdades, o que virá concorrendo decisivamente para o maior aprimoramento e formação técnica dos médicos brasileiros.”

Recebi, ainda, Sr. Presidente, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, uma carta do seu ilustre e preclaro Diretor, Professor Dr. Jayme Cavalcanti, na qual declara:

“Tenho a honra de apresentar a V. Ex.ª, em nome da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, as sinceras congratulações pelo projeto apresentado por V. Ex.ª, estendendo a todas as escolas médicas do Brasil o desenvolvimento da cadeira de Clínica Psiquiátrica, de forma a proporcionar o ensino de Psicologia Médica e a Medicina Psicossomática, reconhecendo a importância destas disciplinas do currículo médico.”

Essa medida acertada, há adotada nesta Faculdade, com mais aproveitamento para os nossos alunos obedecer ao critério de se atualizar o ensino de disciplinas afins, reunindo-as em departamentos, no propósito de maior eficiência aos trabalhos escolares. Valendo-me do ensejo, apresento a V. Ex.ª os meus protestos de elevada consideração e apreço.”

Finalmente, Sr. Presidente, encontrei o magnífico Rector da Universidade do Brasil, Professor Pedro Camon, o seguinte telegrama:

“O Conselho Universitário da Universidade do Brasil resolveu por proposta do Professor Maurício de Medeiros, inscrever na Ata dos seus trabalhos de ordem, voto de congratulações com Vossa Excelência, pela apresentação do projeto de lei tornando obrigatório nas Escolas e Faculdades Médicas o ensino de psicologia médica, disciplina médica anexa a cadeira clínico-psiquiátrica, como a Universidade do Brasil teve a prioridade de fazer desde 1937. Atenciosas saudações.”

Devo dizer, Sr. Presidente, que foi realmente inspirado no exemplo da Universidade do Brasil e da Universidade de São Paulo que apresentei o projeto, buscando nas lições da experiência a autoridade necessária para que o mesmo fosse recebido, como o foi, com gerais aplausos.

Como, porém, trazendo ao debate do Parlamento essa matéria, aporei-me a discutir a discussão e melhor conhecimento do assunto desejei apresentar que, chegando em São Paulo, encontrei uma situação na med-

projeito, segundo a qual não deveria ser criada uma disciplina anexa à Cadeira de Clínica Psicossomática, e sim cadeira autônoma, como o fizera a Escola de Medicina de Ribeirão Preto.

Tive, então, oportunidade de responder, por um dos jornais da capital, o brilhante Instituto “Diário de São Paulo”, a essa objeção: e com a lealdade, que sempre adoto nas matérias que discuto não quero deixar de trazer ao Senado o conhecimento da objeção e da análise que ali fiz.

Como V. Ex.ª sabe, Sr. Presidente, o Governo da União prepara a reforma geral do ensino médico; e exatamente por isso, como é natural, não se tem preocupado com providências transitórias, capazes de estabelecerem critério contrário às conclusões dos técnicos do Governo na ultimação da reforma.

Lerei alguns trechos do artigo que publiquei em São Paulo:

“Chegando a São Paulo — dizia eu nesse artigo — tive conhecimento de que a proposição fora impugnada. A objeção fundamental consistia em declarar que o ensino da matéria deve constituir cadeira autônoma e não disciplina anexa à Cadeira de Clínica Psiquiátrica. O projeto, portanto, estaria errado e sua justificação baseada em argumentos inaceitáveis.”

Toda discussão sobre questões de interesse público, quando colocada em termos impositivos e elevados apresenta grande utilidade, porque é justamente o debate dos problemas que esclarece o legislador; e outro não foi meu intento, como consta do discurso de apresentação, no apelo dirigido ao Senado.

No caso em apreço, porém, há uma preliminar que, a meu ver, impede qualquer debate sobre o projeto, desde que se pretenda examiná-lo sob o ângulo em que foi posta a objeção. E essa preliminar é intransponível, porque de caráter constitucional.

A Constituição Federal de 1934, não permite a criação de cargos, pelo Poder Legislativo. Ela reserva tal atribuição à competência primitiva do Poder Executivo. Assim, desde que o Governo não se adianta no caso por estar preparando a reforma geral do ensino médico e desde que o Legislativo não pode criar a Cadeira de Medicina Psicossomática, de duas uma — ou o Congresso deixa de acudir a grave lacuna e às justas queixas existentes, ou propõe, em benefício dos alunos, como faz o Projeto, uma alteração no currículo escolar das demais estabelecimentos para equipará-lo ao das duas maiores Universidades do país.”

O Sr. Flávio Guimarães — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. MARCONDES FILHO — O nobre colega me honrará muito com o seu aparte.

O Sr. Flávio Guimarães — A criação de uma Cadeira e constitucional só não podem ser criados cargos por iniciativa do Senado.

O SR. MARCONDES FILHO — É justamente o que examino mais adiante.

Antes de prosseguir quero ainda assinalar que não me declino contrário à criação de uma nova cátedra. Meu discurso deixa até aberto amplo caminho para futuro exame de assunto — por ocasião da discussão da Reforma — ao reconhecer a possibilidade de que, no sistema atual de ensino, “pelos seus méritos, pelo valor da contribuição que presta ao ensino das várias clínicas, pelo valor das investigações científicas que realiza, a disciplina se imponha e se afirme conquistando no currículo a situação realmente proporcional à sua importância.”

Em verdade, porém, o que estava em jogo, não era a escolha entre disciplina e a cadeira, em vista da impossibilidade da criação desta. O que está em jogo é obter do Parlamento o voto favorável ao projeto, que contém duas proposições distintas: primeira, a criação imediata da disciplina, sem aguardar a iniciativa do Governo ou as discussões da Reforma; e, segunda, a sua fixação como anexo à Cadeira de Clínica Psiquiátrica, pois há quem entenda ser preferível uni-la à Cadeira de Clínica Médica.

Sob tais aspectos, sim, o Poder Legislativo tem competência decisória para aceitar, modificar ou rejeitar o projeto e foi por isso e por entender que ele merece aprovação e entre ambas aquelas categorias se deve preferir a anexação à Clínica Psiquiátrica, que o justifique mais longamente, havendo-me nas altas razões que serviram ao país e ao estrangeiro, para fixar o primeiro critério adotado pelas Universidades.

Não foi sem essas duas condições, no nome do provimento, e me limitaria a declarar, como justificação, que ele não faz do que estender obrigatoriamente às Escolas de Medicina do país a mesma providência e o mesmo programa já em curso nas Universidades do Brasil e de São Paulo — na Faculdade de Capital — e em pouco vigor na cerca de dez anos com exceção da aprovação de suas doutrinas, regras, do Conselho Nacional de Educação e do Ministério da Educação e Cultura. Bastaria, como argumento, esse exemplo de tão profunda autoridade, para mostrar que nenhuma lei sobre o assunto poderia ter apoio mais expressivo e seguro, quer do ponto de vista científico quer, do pedagógico.

A impugnação alega que o projeto devia seguir a "vanguardista" orientação da Escola de Ribeirão Preto, criando a cadeira, para não correr a liberdade didática, acompanhar o progresso e não estabelecer confusão entre matérias diferentes.

É evidente que, em face do dispositivo constitucional, acima referido, a sugestão é inoportuna e, pois, inútil, a discussão, relativamente ao atual objetivo do projeto.

O SR. PRESIDENTE

Lembro ao nobre orador faltarem apenas três minutos para o término da hora do expediente.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES

(Pe'a ordem) — Sr. Presidente, requero consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Marcondes Filho possa continuar na sua oração.

O SR. PRESIDENTE

O plenário acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Flávio Guimarães. (Quedam permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Marcondes Filho

O SR. MARCONDES FILHO

Agradeço ao nobre Senador Flávio Guimarães, ao Senado e à Mesa a gentileza da prorrogação da hora do expediente, para pronunciar mais algumas palavras e terminar minha exposição.

Diziu eu, Sr. Presidente:

Fogo licença, porém, para referir-me, ainda que rapidamente, a esses argumentos, pelo desejo de evitar que uma discussão carregada de intransigências doutrinárias, provocando a demora da aprovação da minha proposta, deixe os estudos das demais escolas ainda muito tempo sem o benefício do ensino da Medicina Psico-somática, tão urgentemente necessário.

É exato que a Escola de Medicina de Ribeirão Preto, funcionando desde 1952, estabeleceu cadeira autônoma de Medicina Psico-somática, no quarto ano, separando-a da de Clínica Psiquiátrica, colocada no sexto ano. Acontece, porém, que o desenvolvimento da Escola de Ribeirão Preto, tendo atingido apenas o terceiro ano do curso, não iniciou, até agora, o ensino dessas duas cadeiras. Não se conhecem, portanto, os resultados que a experiência pode produzir. Somente em 1957 estarão formados os novos médicos e só depois que entrarem para a vida profissional se poderá dizer qual o benefício colhido e se ele é maior do que o proporcionado pelo sistema vigente.

Além disso, os impugnadores do projeto reconhecem que o critério da Escola de Ribeirão Preto tem caráter "vanguardista". Configuram, portanto, uma novidade no sistema atual. É evidente que o legislador não se quer reacionário, nem manter-se impermeável às conquistas da ciência. Evidente que o legislador não deve preferir contra o que a prática e a regra indicam, uma inovação ainda não experimentada e excepcional. Os usos e costumes constituem, de modo geral, o melhor fundamento das leis. Vale dizer: são os fatos, processos e observações, conhecidos e reiterados, que devem inspirar a orientação do legislador.

Outros excelentes resultados já colhidos pelas duas Universidades, com a instituição da disciplina, corroboram um bom conselho e uma autoridade experiência para a sua adoção pelas demais Escolas, pelo menos no período atual. Tal decisão não importará jamais na proibição — como pensam os impugnadores — da criação da Cadeira, no futuro.

Prova, pelos resultados, a vantagem do ensino, de Ribeirão Preto, o Poder Executivo poderá pedir ao Congresso sua aplicação às demais Escolas. O próprio Congresso, por sua iniciativa, tem meios de determiná-la ao elaborar a Reforma, quando, então, decidindo sobre projeto de autoria do governo, tem poderes para criá-la, acrescá-la, substituí-la, mesmo em relação à criação de cursos, conforme jurisdição já firmada em anteriores decisões interpretativas sobre o referir do dispositivo da Constituição. Em matéria legislativa, porém, é preferível evoluir de acordo com a realidade, do que inovar e generalizar vanguardamente problemas científicos, por mais respeitáveis que sejam os intuitos dos técnicos reformadores.

Considero-se ainda que a orientação anual, vitoriosa no ensino médico do Brasil, não é favorável à divisão das cadeiras mas à sua fusão, a fim de superar as dificuldades administrativas e estabelecer maior unidade do ensino. Este ponto de vista, que mostra claramente a preocupação de evitar possíveis divergências entre cadeiras de matérias afins, constitui regra geral em todas as Escolas, inclusive na de Ribeirão Preto. Nestas, para as cadeiras de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica — que abrangem tantas e tão importantes e variados campos da ciência médica — existe apenas a respectiva cadeira, cabendo exclusivamente a cada estudante orientar em seu Departamento todas as atividades das competentes disciplinas. Assim, institui nova cadeira autônoma, retirando a Medicina Psico-somática da de Clínica Psiquiátrica, constitui não só uma exceção à regra geral adotada no país e no estrangeiro, mas também — o que é expressivo — uma exceção dentro da regra adotada pela própria Escola de Ribeirão Preto.

Como se vê, a liberdade didática não exige a continuação das Cadeiras porque então ela estaria ali sacrificada nas Cadeiras de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica, onde domina exclusivamente a orientação dos respectivos catedráticos em toda a inersa extensão das matérias de seus Departamentos.

Devo ainda acrescentar que a incompatibilidade entre a Medicina Psico-somática e a Clínica Psiquiátrica, certamente as Congregações e os Conselhos das duas maiores Universidades do Brasil, com aprovação do Conselho Nacional do Ensino e dos técnicos do Ministério da Educação e Cultura, não teriam estabelecido a disciplina da primeira como anexa à cadeira da segunda, nem o meu projeto teria colhido os aplausos que a sinalizo. Se houvesse incompatibilidade, as Escolas dos Estados Unidos, que são os mestres na matéria, não adotariam o ensino relativo aos problemas do psiquismo — do normal, as alienações mentais — subordinado à diretiva do Departamento de Psiquiatria e ministrado com auxílio dos especialistas que forem necessários: — "anatomistas, fisiologistas, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, etc." — nem o estenderiam a todo o curso médico. Consulte-se a respeito o inquérito promovido por Franklin G. Staugh e Carlos Rymes publicado sob o título de "Psychiatry in Medical Education". E veja-se também que ainda recentemente, em 1953, outro inquérito — realizado sob os auspícios da Organização Mundial de Saúde da ONU, por Milton J. E. Seune, Fred L. Stricker, do Centro de Estudos da Criança da Universidade de Yale — comunicava que de 63 Escolas examinadas, 33 iniciam o curso de medicina Psico-somática desde o primeiro ano, 22 desde o segundo. Apenas 8 não cogitavam do assunto. Mas o relatório acrescenta que as dificuldades resultam dos seguintes fatos: em algumas Escolas o corpo docente é hostil à modificação do currículo, para desenvolvimento do ensino da psicologia médica; em outras, há falta de especialistas, de tempo no currículo,

de espaço, de material de ensino, e, então, distância excessiva dos estabelecimentos subsidiários de estudo. Considerando-se o elevado número de escolas que iniciam o "training" de psiquiatria desde o primeiro ao do segundo ano e as dificuldades alegadas para suprir certas falhas, bem se verifica que a generalidade do ensino, no departamento de psiquiatria durante o curso, e a regra geral naquele país.

O que se infere, portanto, da diretriz adotada no país e no estrangeiro, é o reconhecimento da afinidade dos dois ramos. Isto assaz que, segundo opinião generalizada dos que estudam o assunto, é no campo da Clínica Psiquiátrica que se tem realizado as maiores conquistas em relação ao ensino do fenômeno psicológico.

Por tudo quanto fica exposto, tenho a consciência tranquila de que, na medida de minhas possibilidades, cumpro um dever para com a juventude estudiosa, apresentando o projeto que estendo, objetivamente, a todas as Escolas Médicas do país o ensino da Medicina Psico-somática, como disciplina anexa à Cadeira de Psiquiatria.

O Parlamento, a quem está agora entregue o exame do problema, decidirá, afinal em sua alta sabedoria como melhor convier aos interesses do ensino médico no Brasil.

O Sr. Hamilton Nogueira — V. Ex. dá licença para um aparte?

O SR. MARCONDES FILHO

Com o maior prazer.

O Sr. Hamilton Nogueira — Ouça V. Ex. com grande atenção e estou de pleno acordo com a sua argumentação. Saiba o nobre colega que foi tão grande a repercussão do projeto apresentado nesta Casa, que dois dias depois recebi do Instituto de Psicologia Aplicada da Universidade Pontifícia Católica memorial pedindo a apresentação de um projeto para a reforma dos cursos de Psicologia das Faculdades de Filosofia, aliás de pleno acordo com as resoluções do Congresso realizado em Curitiba. Assim, V. Ex. está defendendo uma causa importantíssima e de plena atualidade no ensino geral do Brasil, não só médico como também das próprias faculdades de Filosofia, muito interessadas no assunto.

O SR. MARCONDES FILHO

Agradeço muito o aparte de V. Ex. em apoio às minhas considerações. Devo dizer, porque creio que V. Ex. não se encontrava no recinto no início do meu discurso, que também li, em abono do projeto e no início destas considerações telegráficas que recebi das Universidades do Brasil e de São Paulo, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre e de vários professores.

Sr. Presidente, não quero alongar o exame da matéria, porque neste momento ela está submetida ao estudo e decisão das douras comissões técnicas da Casa.

Quis trazer ao conhecimento do plenário o apoio que meu projeto recebeu de altas autoridades que assim o justificam muito mais e melhor do que simplesmente com a assinatura de obscuro senador por São Paulo. (Não apolados).

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 123

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 23 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, connecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CARÉ FILHO
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, connecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954.

JOÃO CARÉ FILHO

6.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 27 de Julho de 1954, às 14,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado) que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de Dezembro de 1953, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios; tendo Parecer, sob n.º 7, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos da art. 46 do Regimento Comum.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.
Landulpho Alves — Vice-Presidente. (*)
Ea Tinoco. (**)
Júlio Leite.
Costa Pereira.
Plínio Pompeu.
Euclides Vieira. (***).
(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Azeite Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclides Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*).
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (**).
5 — Apolônio Sales (***)
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (****).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclides Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio (*****).
13 — Pinto Aleixo.
14 — Plínio Pompeu (*****).

15 — Veloso Borges.
16 — Vitorino Freire (*****).
17 — Walter Franco (*****).
(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Martiano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*) Substituído pelo Senador Thomaz Rodrigues.
(*****) Substituído pelo Senador Antônio Bayma.
(***** Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Eyandro Vianna.
Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Anísio Jobim.
Atilio Vivacqua.
Camilo Mercio.
Ferreira de Souza.

Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luis Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luis Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

- 1 — Georgino Avelino — *Presidente*
 - 2 — Hamilton Nogueira — *Vice-Presidente*
 - 3 — Novaes Filho
 - 4 — Bernardes Filho
 - 5 — Djair Brindeiro
 - 6 — Matias Olimpio
 - 7 — Assis Chateaubriand, (*)
 - 8 — José Villasbôas
- Substituído interinamente pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.
- Secretário — J. B. Castellan Branco
- Reuniões às segundas-feiras, às 16,00 horas.

Redação

- 1 — Joaquim Pires — *Presidente*
 - 2 — Waldemar Pedrosa — *Vice-Presidente*
 - 3 — Aloysio de Carvalho
 - 4 — Carvalho Guimarães
 - 5 — Costa Pereira
- Secretário — Cecília de Rezende Martins
- Auxiliar — Nathercia Sá Leitão
- Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

- Levindo Coelho — *Presidente*
- Aureo Sunch — *Vice-Presidente*
- Prisco dos Santos
- Vivaldo Lima
- Durval Cruz
- Secretário — Aurora de Barros Mago
- Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 — Prisco dos Santos — *Presidente*
 - 2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*
 - 3 — Nestor Massena
 - 4 — Vivaldo Lima
 - 5 — Djair Brindeiro
 - 6 — Mozart Lago
 - 7 — João Leite
- Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos
- Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Eulides Vieira — *Presidente*
- Onofre Gomes — *Vice-Presidente*
- Alecanstro Guimarães
- Othon Mader
- Antonio Bayma
- Secretário — Francisco Soares Arruda
- Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 — Pinto Aleixo — *Presidente*
 - 2 — Onofre Gomes — *Vice-Presidente*
 - 3 — Magalhães Barata
 - 4 — Ismar de Góia
 - 5 — Silvio Curvo
 - 6 — Walter Franco
 - 7 — Roberto Glasser
- Secretário — Ary Kerner Veiga de Castro
- Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho — *Presidente*
- Dario Cardoso
- Francisco Gallotti
- Camilo Mercio

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Carlos Lindenberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasbôas.

Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 — Ismar de Góes — *Presidente*
 - 2 — Prisco dos Santos — *Vice-Presidente*
 - 3 — Kerginaldo Cavalcanti — *Relator Geral*
 - 4 — Vivaldo Lima
 - 5 — Novaes Filho
- Secretário — J. A. Ravasco de Andrade

De Revisão do Código Comercial

- 1 — Alexandre Marcondes Filho — *Presidente*
 - 2 — Ivo d'Aquino
 - 3 — Ferreira de Souza — *Relator Geral* (*)
 - 4 — Atílio Vivacqua
 - 5 — Victorino Freire
- Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 — Dario Cardoso — *Presidente*
- 2 — Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*
- 3 — Anísio Jobim
- 4 — Atílio Vivacqua
- 5 — Camilo Mercio
- 6 — Ferreira de Souza
- 7 — Flavio Guimarães
- 8 — Gomes de Oliveira
- 9 — Joaquim Pires
- 10 — Olavo Oliveira
- 11 — Waldemar Pedrosa
- 12 — Mozart Lago
- 13 — Hamilton Nogueira

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — *Presidente*

Mozart Lago — *Vice-Presidente*

Julio Leite

Landolpho Alves

Mario Motta

Secretário — Lauro Portella

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasbôas — *Presidente*

Atílio Vivacqua — *Vice-Presidente*

Dario Cardoso — *Relator*

Secretário — José da Silva Lisboa

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — *Presidente*

Alvaro Adolpho — *Vice-Presidente*

João Villasbôas

- 14 — Guilherme Malaquias
- 15 — Nestor Massena
- 16 — Francisco Fôrto

Secretário — Glória Fernandes Quintela

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 — Luiz Tinoco — *Presidente*
- 2 — Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*
- 3 — Kerginaldo Cavalcanti
- 4 — Othon Mader
- 5 — Ruy Carneiro

Secretário — Itallina Cruz Alves

Atas das Comissões

Comissão Diretora

16.ª REUNIAO REALIZADA EM 8 DE JULHO DE 1954

Sob a presidência do Sr. Marcondes Filho, Presidente, presentes os Srs. Alfredo Neves, 1.º Secretário, Francisco Gallotti, 3.º Secretário, e Costa Pereira, 2.º Suplente, reuniu-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Vespasiano Martins, 2.º Secretário, Ezequias da Rocha, 4.º Secretário e Prisco dos Santos, 1.º Suplente.

A ata da reunião anterior é lida e, sem observações, aprovada.

O Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. 3.º Secretário, que passa a relatar o Requerimento n.º 189-54, em que Paulo de Araújo Silva, Servente, classe H, pede prorrogação de licença para tratamento de saúde. A Comissão aprova o parecer que conclui pela concessão da licença, nos termos sugeridos pelo Diretor Geral.

Tomando conhecimento das propostas recebidas, de acordo com o edital publicado no Diário Oficial, de 23 de junho do corrente ano, referentes à aquisição dos carros usados do Senado, a Comissão resolve aceitar a da firma H. Stuetgen — Engenharia, na importância de Cr\$ 645.555,00 por ter sido a mais elevada em relação ao lote dos dez carros.

Por último é lido ofício do Presidente da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, comunicando haver aquela Comissão recebido convite para se fazer representar no VI Congresso Panamericano de Estradas de Rodagem a celebrar-se em Caracas, na Venezuela e indica o nome dos Srs. Alecanstro Guimarães e Othon Mader para representá-la, solicitando lhes seja dada ajuda financeira.

A Comissão delibera conceder ajuda de custo de Cr\$ 150.000,00, a cada membro a ser designado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Luis Nabuco, Secretário da Comissão e Diretor Geral, a presente ata.

Comissão de Redação

24.ª REUNIAO, EM 21 DE JULHO DE 1954

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte um de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, Presidente e Inexericício, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho e Costa Pereira, reuniu-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Joaquim Pires.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova e parecer do Sr. Costa Pereira, apresentando a redação final de emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que reajusta a aposentadoria e pensão dos bancários, e de emenda da Comissão propondo novo texto para a emenda do projeto, de vez que, durante a tramitação, foi muito ampliado o seu objetivo.

As dezessete horas e cinco minutos, nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça

26.ª REUNIÃO, EM 25 DE JULHO DE 1954

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às dez horas e trinta minutos, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Dario Cardoso, Presidente. Comparecem os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, Flávio Guimarães, Gomes de Oliveira, Ferreira de Souza e Mozart Lago, ausentes, por motivo justificado, os Senhores Anísio Jobim, Atílio Vivacqua e Joaquim Pires.

Lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior, o Sr. Presidente anuncia a distribuição publicada ao pé desta.

A seguir, dá a palavra ao Sr. Ferreira de Souza, que procede à leitura do veniente do Projeto de Lei da Câmara n.º 356, de 1952, que considera incluídas na locução "serviço público federal" as autarquias federais, inclusive as Caixas Econômicas Federais e das outras providências, assinadas pelos presentes.

O Sr. Aloysio de Carvalho passa à leitura de seu parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 278, de 1952, que modifica os arts. 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal.

O parecer emcausa, que conclui pela rejeição do Projeto, sem embargo de sua constitucionalidade, é aprovado unanimemente.

O Sr. Flávio Guimarães relata, extra-pauta, como parecer favorável, o Projeto de Lei da Câmara n.º 148, de 1954, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências. O parecer é assinado pela Comissão.

Adia-se a votação do parecer do Senhor Mozart Lago sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 120, de 1954, que dispõe sobre empréstimos a agricultores, que tenham sofrido prejuízos decorrentes de temporais de granizo, abrindo-se vista do processo ao Senhor Gomes de Oliveira.

Em virtude do adiantado da hora, encerra-se a reunião, lavrando eu, Luiz Carlos Vieira de FONSECA, para constar, a presente ata. Esta, que é aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

DISTRIBUIÇÃO REALIZADA PELO SR. PRESIDENTE EM 20 DE JULHO DE 1954

— ao Sr. Aloysio de Carvalho, o Projeto de Lei do Senado n.º 59, de 1954, que dispõe sobre a capacidade eleitoral; e o Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1954, que dispõe sobre a aplicação do art. 64 da Constituição Federal;

— ao Sr. Ferreira de Souza, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 83, de 1949, que dispõe sobre a convocação extraordinária do Congresso Nacional;

— ao Sr. Camilo Mercio, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 12, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Thornycroft Mecânica e Importadora S. A.; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Conselho Nacional de Economia e Aníbal Villanova Villela; e o Projeto de Lei da Câmara n.º 144, de 1954, que concede a subvenção anual de Cr\$ 1.300.000,00 à Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul;

— ao Sr. Gomes de Oliveira, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 17, de 1954, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.; e o Projeto de Lei da Câmara n.º 156, de 1954, que modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 12.289, de 22 de abril de 1933;

— ao Sr. Flávio Guimarães, o Projeto de Lei da Câmara n.º 148, de 1954, que reestrutura o Quadro de Oficiais-Médicos do Exército, e dá outras providências; o Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1954, que dispõe sobre o abandono de partido pelos representantes do povo; e o Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a pagar por conta do Tesouro Nacional e por intermédio do Banco do Brasil, os torcimentos de carvão nacional feitos pelas empresas industriais das estradas de ferro pertencentes ao patrimônio da União;

— ao Sr. Atílio Vivacqua, o Projeto de Lei do Senado n.º 58, de 1954, que dispõe sobre direitos de cidadania; e o Projeto de Lei do Senado n.º 37, de 1953, que acrescenta um parágrafo ao artigo n.º 1.395, do Código Civil Brasileiro;

— ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1954, sobre aparelhos e medicamentos destinados à Obra Social Redentorista de Campo Grande, Estado de Mato Grosso; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Irmãos Galois e Almeida; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 18, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Brandão & Cia;

— ao Sr. Anísio Jobim, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa Amélia de Construções S. A.; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Serrá;

— ao Sr. Luiz Tinoco, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 15, de 1954, que aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a firma Ciba Importadora e Distribuidora Cidix S. A.; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 1953, que concede anistia aos trabalhadores que hajam praticado falta grave ou delito de greve; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1954, que concede anistia aos trabalhadores dispensados ou punidos por motivo de greve;

— ao Sr. Mozart Lago, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 19, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e a firma Irmãos Pangelia Ltda.; e o Projeto de Decreto Legislativo n.º 16, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil S. A.

89.ª SESSÃO EM 23 DE JULHO DE 1954

Oradores Inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Waldemar Pedrosa.
- 2.º Sen. Alencastro Guimarães.
- 3.º Sen. Costa Paranhos.
- 4.º Sen. Hamilton Nogueira.
- 5.º Sen. Othon Mäder.
- 6.º Sen. Ivo d'Aquino

ATA DA 88.ª SESSÃO EM 22 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DOS SRS. CAPE FILHO, MARCONDES FILHO E ALFREDO NÉVES.

As 14.30 horas comparecem os Senhores Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Tomaz Rodrigues — Georgino Avelino — Ferreira de Souza — Novaes Filho — Dair Brindeiro — Ezequiel da Rocha — Cicero de Vasconcelos — Esperidiao de Farias — Júlio Leite — Aloysio de Carvalho — Alfredo Neve — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Marcondes Filho — Euclydes Vieira — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio — (29).

O SR. PRESIDENTE NTE:

Acham-se presentes 30 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário), procedendo à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofício, de 22 do mês em curso, do Sr. Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara número 190, de 1952, que prevê sobre a arguição de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, visto não se haver o Sr. Presidente da República manifestado sobre a matéria no prazo constitucional.

A promulgação.

São lidos e vão a imprimir os seguintes

Pareceres ns. 553, 554 e 555, de 1954

N.º 553, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 125-54, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Relator: Sr. Joaquim Pires.

O Sr. Presidente da República, pela Mensagem n.º 125, de 6 de junho de 1952, enviou ao Congresso Nacional projeto de lei acompanhado de exposição de motivos que lhe dirigiu o Ministro da Guerra, alterando dispositivo do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951).

Duas Comissões da Câmara se pronunciaram a respeito do projeto enviado pelo Poder Executivo: a de Segurança Nacional e uma Especial, adrede nomeada para opinar sobre a matéria.

Ambas, se bem que achassem justas e necessárias as medidas pleiteadas, apresentaram substitutivos ao projeto governamental, tendo a Câmara adotado o que ora é submetido à consideração do Senado.

Relève-se desde já chamar a atenção da Comissão da Redação para que substitua na redação final as expressões: "járcio ás" por "terço direito", emproçadas por mais de uma vez no projeto.

Ninco'm "terço direito" porque este é resultante de uma lei, de caso julgado ou de preceito consuetudinário. Com oros de uma suposta hermenêutica ortográfica tem aquela expressão se insinuado na nossa legislação e nos nossos costumes donde, por errônea no meu par ver, deve ser banida, tal como outras que em tempo útil indicaremos.

O projeto envolve providências justas e humanas. Sob o ponto de vista curitucional, deve ser aprovado, porque não contraria dispositivos da Carta Magna, tendo sido observado o que dispõe o art. 67 § 2.º, in fine, da mesma.

Sala Ruy Barbosa, em 30 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Joe uii Pires, Relator. — Anísio Jobim. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira, fazer, etc. porém é uma expressão consagrada em nossa literatura jurídica. — Camilo Mercio.

N.º 554, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 125-54

Relator: Sr. Onofre Gomes.

1. O projeto é governamental, pois resultou da ampliação do anteprojeto encaminhado à Câmara com a Mensagem Presidencial n.º 195, de 6 de junho de 1952, juntamente à Exposição de Motivos do Ministro da Guerra, n.º 180, de 20 de maio do mesmo ano, com que fora submetido (o anteprojeto) à consideração do Exmo. Sr. Presidente da República.

2. Naquela Casa Legislativa foi apreciado pela Comissão de Segurança Nacional e por uma Comissão Especial. Ambas apresentaram substitutivos — quase integralmente idênticos — prevalecendo o da Comissão Especial — que foi o aprovado, com uma ampliação no artigo 3.º

3. No Senado a douta Comissão de Constituição e Justiça, em que foi Relator o Ilustrado e dinâmico Senador Joaquim Pires, julgou-o constitucional.

4. Visa o Projeto a retificar dispositivos do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951), a fim de corrigir incompreensíveis, por injustíssimas, desigualdades de remuneração, inexplicavelmente desfavoráveis aos militares integrantes do elemento essencial, por ser o básico, das Forças Armadas — que é a Tropa; e, aproveitando a oportunidade, a proceder a certos reajustamentos possíveis, antes da revisão do Código — que se impõe, mas exige tempo para ser elaborada na devida forma.

5. A Exposição de Motivos Ministerial, com louvável franqueza, focaliza a situação de mal estar existente nas Classes Armadas, enfraquecendo-lhes a desejável e possível harmonia que deve reinar entre os elementos de cada Força, além de incentivar a prejudicial tendência a evasão dos fileiros, de vez que nelas se percebe menos, em igualdade de postos ou graduações, que em qualquer dos órgãos que lhes devem ser complementares.

6. E como sem harmonia entre seus órgãos componentes se prejudica a coesão das Forças Armadas e em con-

sequência se pode comprometer a Segurança Nacional, esta Comissão opinou pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 12 de julho de 1954. — *Onofre Gomes*, Presidente, e Relator. — *Valter Franco* — *Esperidião de Farias* — *Roberto Glasser*.

N.º 555, de 1954

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei da Câmara número 125, de 1954.

Relator: Sr. Carlos Lindenberg.

O presente projeto, de iniciativa do Poder Executivo, concede as seguintes vantagens aos militares:

a) gratificação transitória, denominada de Tropa e Embarco, correspondente a 20% sobre os vencimentos do posto ou graduação, desde que contem mais de um ano de serviço e estejam no exercício das funções de arregimentado ou embarcado, excetuando-se os alunos das Escolas de Formação de Oficiais e os Oficiais Generais (art. 1.º);

b) etapa suplementar aos Aspirantes a Oficial e Guardas-Marinhas (artigo 2.º);

c) etapa suplementar a todas as dições do art. 72 do Código de Vencimentos e Vantagens, isto é, possuem praças, desde que satisfaçam as condições de menor ou sejam arriano de mãe viúva ou irmã inválida (art. 2.º § 1.º);

d) mínimo de 25 cruzelros para as diárias de alimentação e pousada dos cabos e soldados, atualmente fixadas em 100% do vencimento diário, ou sejam Cr\$ 6,60 diárias para os soldados não mobilizáveis (art. 5.º);

e) gratificação de ensino aos professores primários dos ministérios militares, efetivos, em comissão, ou contratados (art. 6.º).

O objetivo principal do projeto é corrigir a inferioridade de tratamento estabelecida pelo Código de Vencimentos e Vantagens quanto ao pessoal que sofre maior desgaste físico. Na exposição de motivos anexa à mensagem presidencial, esclarece o então titular da Pasta da Guerra, General Cyro Espirito Santo Cardoso, em 20 de maio de 1952:

"O grosso do pessoal da tropa ou embarcado, justamente o mais sacrificado na paz e na guerra e cujos vencimentos são menores, não foi equitativamente aquiludado com as novas vantagens do Código, porque justamente a geral, que é a de tempo de serviço, só atinge aqueles que têm mais de 15 anos de serviço.

Dessa desigualdade de tratamento, surgiu, como era natural e lógico, o desinteresse por esses cargos de sacrifício e, já agora, de menor remuneração".

Trata-se como se vê, de novas gratificações aos militares, já agora para corrigir erros do Código de Vencimentos e Vantagens aprovado de 1951, cuja elaboração constou com a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro a assistência de todos os órgãos técnicos do Executivo relacionados com o assunto.

E' indiscutível, todavia, a justiça do projeto, cujos favores, aguardados desde junho de 1952, já quase nada representam, em face do aumento vertiginoso do custo de vida nos dois últimos anos.

Embora os elementos constantes do processo não ofereçam base para a estimativa das despesas decorrentes do projeto, não este autorize a abertura de qualquer crédito, a sua execução, se transformado em lei, não sofrerá dificuldades, pois as despesas poderão ser efetuadas na forma do art. 6.º do Código de Contabilidade, até a sua regularização posterior, a exemplo do

que ocorreu com o Código de Vencimentos e Vantagens.

A vista do exposto nada temos a opor à aprovação do Projeto de Lei da Câmara n.º 125 de 1954.

Sala Joaquim Murinho, 21 de julho de 1954. — *Ivo d'Aquino*, Presidente. — *Carlos Lindenberg*, Relator. — *Esperidião de Faria* — *Casto Paranhos*. — *Nestor Massena* — *Pinto Aleixo* — *Ferreira de Souza*, vencido. — *Alencastro Guimarães* — *Alberto Pasqualini* — *Euclides Vieira*.

Parer n.º 556, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto da Câmara n.º 278-52, que modifica os arts. 37 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal.

Relator Sr. Aloysio de Carvalho.

O projeto de lei da Câmara dos Deputados n.º 278, de 1952, dá nova redação aos artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal, relativos, o primeiro e o terceiro ao instituto da condenação condicional, e o segundo e o quarto ao do livramento condicional.

O projeto como vem da Câmara, não é, todavia, o que foi ali apresentado e justificado pelo então deputado Antônio Feliciano. Tratou-se, em princípio da reforma, simplesmente, do artigo 60 do Código Penal, para dois fins: um, o de estender o livramento condicional às penas privativas da liberdade por tempo superior a dois anos, ao invés de três anos, como é, presently; e outro, o de eliminar dentre os pressupostos da concessão do benefício a satisfação das obrigações civis resultantes do crime, quando solvente o condenado.

Assim, o projeto Antônio Feliciano que tomou o número 40, e teve, na Câmara, a data de 30 de março de 1951, substituiu, no artigo 60 do Código Penal, a expressão "três anos" pela expressão "dois anos", e suprimiu por completo o inciso III, que dispõe sobre a obrigatoriedade de satisfação da indenização civil. Repetida, literalmente, o requisito da ausência ou cessação de periculosidade, bem como da prova de bom comportamento durante a vida carcerária e de aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto, de que cogita o atual inciso II do artigo. Mantinha a regra constante do parágrafo único. Isto é, a de que as penas que correspondam a crimes autônomos podem somar-se, para efeito do livramento, quando qualquer delas for superior a três anos, pelo Código a dois anos, logicamente, pelo projeto. Quanto ao requisito do tempo de pena executada, conservava o de mais de metade, na hipótese de criminoso primário, silenciando, porém sobre o de mais de três quartos da pena, se reincidente o delinquente, o que ao deputado Oliveira Brito, Ilustre Relator da matéria na Comissão Especial da Câmara, se afigurou puro esquecimento do autor da proposição. Aprovado, na Câmara, um substitutivo, de autoria do referido Relator, este o projeto submetido, agora, à apreciação do Senado. Como inicialmente dissemos, altera o texto do artigo 57 e o artigo 60 do Código Penal, bem como o das disposições correlatas do Código de Processo Penal (arts. 596 e 710) de modo que as modificações alcançam o instituto da suspensão condicional e o do livramento condicional.

Quanto a suspensão condicional, o que se pretende é transformar em regra geral a sua aplicação, quando a pena for de reclusão, desde que, nessa hipótese, apenas são beneficiados, pela norma atual, os condenados menores de 21 anos ou maiores de 70 anos. Pelo exposto, o texto do artigo 57 do Código Penal (A execução da pena de

detenção não superior a dois anos, ou de reclusão, no caso do art. 30 § 3.º) pode ser suspensa, por dois a seis anos, desde que ... etc) ficaria o seguinte: "A execução da pena de detenção ou reclusão não superior a dois anos pode ser suspensa por dois a seis anos desde que" ... etc.

O novo texto iguala, portanto, as penas o efeito da suspensão condicional, não mais persistindo qualquer restrição, quando se trate da pena de reclusão. Assim firmado o § 3.º do art. 30 do Código, a que se reporta o atual artigo 57, como o caso exclusivo em que a pena de reclusão pode ser suspensa condicional, perdendo a sua razão no Código resultante contraditório o presente projeto, se aprovado sem a sua eliminação. Com efeito o § 3.º do artigo 30 é afinal, a proibição terminante da suspensão condicional para a pena de reclusão, salvo na hipótese que menciona a de condenados menores de 21 anos ou maiores de 70, e se não for por tempo superior a dois anos a condenação. Ora, se a pena de reclusão é incluída, agora, entre as que autorizam a condenação condicional, não há como fazer prevalecer o disposto nesse artigo 30 § 3.º. O projeto, entretanto, silencia sobre a sua revogação.

Quanto ao instituto do livramento condicional o objetivo do projeto é corrigir, segundo se diz a verdadeira iniquidade a que conduzem os atuais artigos 57 e 60 do Código penal, uma vez que por aquele não podem ter a Exposição de Motivos do Código: condenados a mais de dois anos, enquanto pelo art. 60 somente obtêm liberdade condicional os condenados a pena superior a três anos. Destarte os condenados a mais de dois até três anos, não se beneficiam com a suspensão condicional, porque maior de dois anos a pena, nem com livramento condicional, porque de três anos ou menos, a pena.

Vejam, porém, a explicação desse aparente despropósito. Relativamente a condenação condicional, esclarecida a Exposição de Motivos do Código: De regra, somente aos condenados a pena de detenção por tempo não excedente de dois anos pode ser concedido esse benefício legal. Excepcionalmente, é concedido ao condenado a pena de reclusão até dois anos, se se trata de menor de 21 anos ou maior de 70. E afirmativa, categoricamente: Procurou-se evitar que esse instituto de política criminal se transforme na garantia de impunidade para o primeiro delito. Relativamente ao livramento condicional, positivo a mesma Exposição de Motivos: Como derradeiro período de execução da pena pelo sistema progressivo, o livramento condicional é a antecipação de liberdade ao sentenciado, a título precário, a fim de que se possa averiguar como ele se vai portar em contato, de novo, com o meio social. Esse período de experiência tem de ser relativo longo sob pena de resultar ilusório. Ora, se se trata de condenado a pena de breve duração de um, de dois anos, o período do livramento (metade, ou o terço restante da pena) será de todo insuficiente para essa averiguação. Ficaria sem sentido, em tal caso, o livramento. Nessas condições, o projeto só permite sua concessão ao condenado por tempo superior a três anos. Dir-se-á que se volta a iniquidade para os criminosos primários condenados por tempo superior a dois e inferior ou igual a três anos, porque não poderão ter o sursis nem o livramento condicional; mas é de advertir que o direito penal tem de atender a critérios utilitários ou de política criminal, que nem sempre coincidem com os de uma justiça ideal". (Ver Exposição de Motivos do Ministro Francisco de Campos, anexa ao Projeto do Código Penal de 1940).

A orientação adotada mereceu apoio aqui e no estrangeiro. Dentre os criminalistas pátrios, Roberto Lira, em seus Comentários (Vol. II da Edição Revista Forense), acentua que o Código optou pela pena superior a três anos, mas não se diga que, assim ficaram fora da ação da política criminal e penitenciária os condenados a detenção até dois anos, excluídos da suspensão e os condenados a reclusão até três anos, privados do livramento condicional. E que, em primeiro lugar, a política criminal e penitenciária faz-se, também, pela anistia e pelo perdão; em segundo lugar, a suspensão e o livramento não constituem direitos subjetivos do sentenciado e tem por finalidade, respectivamente, combater as penas curtas e longas, quando contraproducentes ou inúteis.

Encontram-se, também, manifestações concordantes entre penalidades alienígenas. O antigo diretor da Faculdade de Direito e presidente do Instituto de Criminologia da Universidade de Gand, prof. Nico Gunzburg, invocando sobre a natureza do livramento condicional o pensamento do seu imortal compatriota Adolfo Prins observou, na introdução histórica à tradução francesa do nosso código penal de 1940, que as modificações por este introduzidas restituíram ao instituto o seu verdadeiro sentido, "medida finalística", que é, "entendida num plano de política criminal", como se diz na própria "Exposição de Motivos". (Ver "Le nouveau Code Penal du Brésil" — Rio 1942).

Em estudo sobre o sistema penitenciário brasileiro, inserto no volume "Les grands systèmes penitentiaires actuels" (Paris, 1950), Jacques Bernard Herzog louva pelo mesmo conceito o código, repetindo as justificativas constantes da "Exposição de Motivos" no que concerne à situação singular de condenados que não se beneficiam nem do sursis nem da liberdade sob vigilância. Concorda em que, reposto o livramento condicional na sua exata função, como o faz o código brasileiro, resulta ele incompatível com as penas de curta duração. Acusa, por isso, o erro do nosso decreto de junho de 1934, que permitia a concessão a condenados a uma ou mais penas superiores a um ano, o que o legislador de 1940 corrigiu, preferindo, em boa hora, o limite de três anos.

Verdade é que entre nós, não tem sido pacífico, no particular tal entendimento, e disso nos oferece minudente relato o brilhante parecer, acima indicado do deputado Oliveira Brito citando depoimentos de Câmara Leal, Ari Franco, Eduardo Espinola Filho, aos quais poderíamos ainda reunir o professor Basílio Garcia, para quem o limite de três anos de reclusão ou detenção devia ter sido baixado a dois, a fim de que não ocorresse o hiato entre o cabimento da suspensão condicional da pena e o do livramento condicional, criando o constrangimento de ter o seu interesse numa condenação a pena maior. (Ver *Instituições de Direitos Penais* vol. I — O critério da extensão maior ou menor. II — 1952).

Por do favor legal, seja, — repita-se, — da condenação condicional em pena de reclusão, seja do livramento condicional quanto a uma pena inferior a três anos, depende, em suma, do ponto de vista em que se coloque o penitenciário em relação a natureza e finalidade de cada um dos importantes institutos.

Assentado que nenhum dos dois significa, para o condenado, um direito, mas ambos representam simboles instrumento de política criminal, a que se recorre em hipótese concreta, me-

diantes condições preestabelecidas, é óbvio que qualquer solução, mais ou menos liberal se apresenta lícita, uma vez amparada em razões de conveniência pública, sem apego a reclamos de ordem sentimental.

Ora, o sistema consagrado pelo atual código não se afasta da tradição legislativa nacional e corresponde, sem dúvida, a preceitos de política criminal, contra os quais apenas se alegará a circunstância, talvez, de certa rigidez.

Cumpra porém, não esquecer que a condenação condicional não foi criada para assegurar a impunidade do primeiro delito, como dela suspeitam os que se não conformam com o seu uso imoderado. A advertência é do saudoso penalista Donnedieu de Vabres, registrando a percentagem crescente dos benefícios pela suspensão de pena na França, no período de 1911 a 1936, levando, até a acreditar-se residir nesse elevado índice um dos fatores da crise de repressão acusada nos últimos trinta anos. (Ver "Précis de Droit Criminel", ed. 1951). Se, realmente, a providência foi recomendada, de começo, como recurso contra os inconvenientes da prisão de curta duração, dentro do humanitário postulado de que a sociedade tem o direito de se defender mas não tem o direito de corromper é inegável que o instituto evoluiu, para atender, sobretudo, a outras exigências de caráter penológico em relação aos criminosos primários, como já assinalava em seu apreciado estudo sobre a "ma-pena". Rio, 1926). Com isso, em (Ver "De suspensão condicional da pena, o nosso Crisólito de Gusmão, tratando, não se anula a sempre oportuna ponderação de Garraud de que uma providência de política criminal tal como o *sursis* inspira-se no interesse geral, mas este, em se tratando de infração grave, não se contentaria de uma pena adiada e condicional (Ver *Précis de Droit Criminel*). Não terá sido por outro motivo que o legislador brasileiro de 1940 considerou a pena de reclusão de 1940 consuetudinária de ser sobreestada salvo nos termos excepcionais previstos no § 3.º do artigo 30, a que antes se aludiu neste parecer.

Quando ao livramento condicional, diversas não será a conclusão, em face das amplificações pleiteadas pelo projeto. Continuamos entendendo que a liberdade vigilada não é uma fase compulsória no sistema penal progressivo, mas um modo usual de execução da pena, no mesmo sistema, no empenho de atingirmos, quanto possível, a sentença criminal indeterminada, e adstrito por isso mesmo, a critérios ocasionais.

Aqui, como sabido, não é a pena curta contraproducente o que se intenta evitar, mas a inutilidade da pena longa, quando verificada, já, a adaptabilidade do encarcerado à vida social livre. Esse elemento, essencial à justificativa da medida, bem como à sua eficácia prática, consiste, conforme enumeração do nosso código, na falta ou cessação da periculosidade na evidência do bom comportamento durante a vida carcerária e na aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto. Como presumir tão complexos dados, congerentes para uma decisão liberatória, embora condicional, se a pena curta não dá tempo sequer para a sua comprovação?

Acertando parecer unânime desta Comissão de Constituição e Justiça, de que foi relator o senador Olavo de Oliveira, catedrático de Direito Penal na faculdade jurídica do Ceará, já o plenário do Senado rejeitou, sem debate, em oportunidade anterior, o projeto de lei da Câmara n.º 375, de 1948,

que alterava o artigo 60 do Código Penal, para as mesmas consequências visadas pela atual iniciativa. (Ver Parecer n.º 646, de 1949 — Senado Federal).

Nenhum fato superveniente, nenhum novo argumento invalidam esse pronunciamento, que o Senado, pelo contrário, ante o exposto, deve reiterar. Daí, opinando embora pela constitucionalidade do presente projeto, solicitarmos do plenário a sua desaprovção.

Sala Ruy Barbosa, em 21 de julho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Ferreira de Souza. — Mozart Lago. — Flávio Guimarães. — Gomes de Oliveira.

Parecer n.º 557, de 1954

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara n.º 127, de 1954, que abre o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa.

Relator: Sr. Euclides Vieira

Este projeto de lei autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Cultura, do crédito especial de Cr\$ 800.000,00 como auxílio do Governo Federal ao I Congresso Mundial de Imprensa, a realizar-se em São Paulo, sob os auspícios da Associação Paulista de Imprensa.

Trata-se, pois, de auxílio, a semelhança de tantos outros, destinados a concorrer para o maior brilho de conclave do interesse público a realizar-se, em nosso país, com a presença de diversas delegações.

No caso presente, o auxílio mais se justifica em virtude de ocorrer aos encargos do congresso no qual serão debatidas teses de maior importância para a conceituação da imprensa como fator de educação e instrumento de defesa das liberdades públicas.

Nessas condições, a Comissão de Finanças opina favoravelmente a este projeto de lei.

Sala Joaquim Murtinho, 21 de julho de 1952. — Ivo d'Aquino, Presidente. — Euclides Vieira, Relator. — Pinto Aleixo. — Alexandre Guimarães. — Costa Paranhos. — Carlos Lindenberg. — Esperidião de Farias. — Nestor Massena. — Cesar Vergueiro.

Pareceres ns. 558 e 559, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 1.048-B-50, e 733-53, do Senado que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00, destinado à fabricação de submetralhadoras Madsen M 48, calibre 45.

Relator: Sr. Sílvio Curvo

O Presente Projeto da lei, se inicia na Câmara dos Senhores Deputados, onde é apresentado a 6 de dezembro de 1950, tendo suas origens em mensagem do Executivo dirigida à referida Câmara, sob o número 523 de 1950.

Originário de uma exposição da Indústria Nacional de Armas S.A., a S. Ex.ª o Sr. Presidente da República, foi minuciosamente estudado pelo Ministério da Guerra e demais Departamentos competentes. A sua longa tramitação na Câmara foi motivada pela existência de déficit orçamentário nestes três últimos anos.

Bem estudado e competentemente julgado pela Câmara, veio ao Senado onde a nossa revisão se compraz em poder apresentar uma exposição da I.N.A., dirigida ao Senador relator, em que se documenta fartamente a idoneidade da Produtora de Armas, e o seu alto objetivo patriótico mantendo e mantendo, preços calculados para

1950 a despeito da espiral inflacionária que envolve a Nação.

Essa alta, em relação a esta empresa o mérito "sui-generis" de concorrer a mesma, para a melhoria da produção da matéria prima nacional, e de ser uma organização de alta especialização técnica quase cento por cento nacional o que na relatividade da nossa Geografia econômica e política, Sul-continental, glorifica aos seus empreendedores e à Nação. Ressaltamos que o assunto é imperioso e urgente, e deve ser atendido qualquer que seja a situação do Tesouro Nacional.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1954. — Pinto Aleixo, Presidente. — Sílvio Curvo, Relator. — Onofre Gomes. — Roberto Glasser.

N.º 559, de 1954

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara n.º 353, de 1953.

Relator: Sr. Pinto Aleixo

Este projeto, oriundo de mensagem presidencial, dirigida à Câmara dos Deputados, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 24.450.000,00 destinado ao pagamento da encomenda de metralhadoras Madsen M 48 - 45, feita à Indústria Nacional de Armas S. A. para fornecimento ao Exército Nacional.

Nesta Casa do Congresso, já transitou pela Comissão de Segurança Nacional onde foi favoravelmente e relatado opinado a mesma por que seja o pedido de crédito atendido qualquer que seja a situação do Tesouro Nacional.

Entendendo, também, estar o aumento intimamente vinculado a defesa nacional, opinamos, do mesmo modo, favoravelmente pela abertura do crédito especial de que cuida o projeto.

Sala das Sessões, 21 de julho de 1954. — Ivo d'Aquino, Presidente. — Pinto Aleixo, Relator. — Euclides Vieira. — Cesar Vergueiro. — Carlos Lindenberg. — Esperidião de Farias. — Ferreira de Souza. — Alencastro Guimarães. — Nestor Massena. — Costa Paranhos.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa diploma de suplente de Senador expedido em favor do Sr. Waldemar da Rocha Dias, substituído do nobre Senador João Villasboas. (Pausa).

E' lido o seguinte

ESTADO DE MATO GROSSO

Tribunal Regional Eleitoral

Cuiabá, de de 194

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso deu por eleito Suplente do Senador Doutor João Villasboas, de acordo com o extrato da ata, abaixo transcrita o cidadão Dr. Waldemar da Rocha Dias.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de mil novecentos e quarenta e sete, às dez horas, em a sala de Sessões do Tribunal, no Palácio da Justiça, presentes os Excecellentíssimos Desembargador Francisco Branco Filho, Presidente por substituição legal, Desembargador Emídio Martins de Sá, Dr. Cesarino Delfino Cesar, Desembargador Francisco de Arruda Lobo Filho e Dr. Benjamin Duarte Monteiro, Juizes do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, sem o Excmo. Dr. Antônio de Arruda, Procurador Regional, pelo Desembargador Presidente, depois de aberta a sessão, foi declarado que convocara a presente sessão extraordinária para conhecimento do relatório apresentado pela Comissão Apuradora da parte relativa às eleições do Senador e Suplentes, dos Deputados Federais e Deputados à Assembleia Legislativa do Estado, realizadas a dezesseis de

janeiro do corrente ano. Lido, discutido e aprovado o referido relatório, pelo mesmo se positiva haverem votado nas referidas eleições quarenta e quatro mil, trezentos e cinco eleitores, tendo sido anulados mais mil, duzentos e oitenta e sete votos. Para os Suplentes de Senador Dr. João Villasboas, foram apurados onze mil, oitocentos e cinquenta e seis votos, dos quais sete mil, setecentos e quarenta e um computados ao candidato Dr. Waldemar da Rocha Dias. Em face deste resultado verificou-se estar eleito Suplente do Senador Dr. João Villasboas o cidadão Dr. Waldemar da Rocha Dias, colocado em primeiro lugar, pelo que se expede o mesmo o presente diploma, na forma da lei. Nada mais na pauta, o Sr. Desembargador Presidente declarou encerrada a presente sessão extraordinária, depois de lavrada, lida e aprovada a presente ata que vai devidamente assinada pelos Excmos. Desembargador Presidente, Juizes do Tribunal, e Doutor Procurador Regional. Eu, Manuel Juvenilio de Arruda, Secretário, a escrevi. — Francisco Branco Filho, Presidente. — Emídio Martins de Sá — Cesarino Delfino Cesar. — Francisco de Arruda Lobo Filho. — Benjamin Duarte Monteiro. — Antônio de Arruda, Procurador Regional. — Francisco Branco Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Encontrando-se na Casa o Dr. Waldemar da Rocha Dias, nomeio uma comissão composta dos Srs. Senhores Othon Mader, Waldemar Pedosa e Euclides Vieira para o introduzirem ao recinto, a fim de que preste o compromisso regimental.

E' introduzido no recinto (sob salva de palmas), presta compromisso regimental e tomou assento na bancada o Sr. Waldemar da Rocha Dias.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Ruy Carneiro — Pinto Aleixo — Luiz Tinoco — Rocha Dias — Ivo d'Aquino — (6).

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Antônio Bayma — Victorino Freire — Arêa Leão — Mathias Olimpio — Joaquim Pires — Olavo Oliveira — Reinaldo Cavalcanti — Francisco Porto — Assis Chateaubriand — Martiniano Fernandes — Cicero de Vasconcelos — Durval Ruiz — Walter Franco — Landulpho Alves — Carlos Lindenberg — Altílio Viacava — Sá Tinoco — Pereira Pinto — Bernardes Filho — Leônido Coelho — Cesar Vergueiro — Sílvio Curvo — Vespasiano Martins — Gomes de Oliveira — Alberto Pasqualini. — (27)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 388, de 1954

Nos termos do artigo 126, letra "e", do Regimento Interno, requero seja nomeada uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. Ministro Tavares de Lira, que há poucos dias sofreu lamentável acidente no seu próprio lav.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento será discutido e votado no fim da Ordem do Dia. Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Othon Mader, primeiro orador inscrito.

O SR. OTHON MADER:

Sr. Presidente, quando o Ministro Osvaldo Aranha encaminhou sua Exposição de Motivos ao Presidente da

República, por este aprovado, anunciando a criação da COFAP, houve um caso, e de fato. Desta maneira, rendi homenagem ao acerto e coragem de S. Ex.^a, porque ao eliminando os riscos contábeis oficiais e dando a liberdade aos que produzem, poderemos atingir o objetivo de aumentar a produção e estabilizar os preços.

Infelizmente, porém, apesar dos louvores tributados à iniciativa do eminente Ministro Oswaldo Aranha, até hoje S. Ex.^a não pôde por em prática aquela sua vontade e segundo declaração prestada pelo Coronel Heli Braga, presidente da COFAP, parece que não creio a aquele organismo não será exultante.

Mas, Sr. Presidente, louvando em nome dos propósitos do Sr. Ministro Oswaldo Aranha, e sendo o Sr. Ex.^a lúcido num ponto: — exatamente o que, quando S. Ex.^a declarava que, suprimindo a COFAP, entraria a orientação do importante problema da política de preços e abastecimento à luz da organização n.º 6, a meu ver, esta organização não está aparelhada, não está em condições de desempenhar tão importante papel. Tenho motivos para não acreditar na capacidade, eficiência e idoneidade do S. Ex.^a.

Em nome desta opinião, que é mais uma crítica construtiva, com o desejo de colaborar para encontrarmos solução justa e boa para o gravíssimo problema do custo de vida, trizo vários comentários sobre a organização de certas atividades do S. Ex.^a, para demonstrar que este órgão não está aparelhado, nem tem possibilidades de cumprir a árdua missão que lhe pretende confiar o Ilustre Ministro da Fazenda.

Fiz críticas ao S. Ex.^a, citando fatos comprometedores de sua capacidade funcional, e transmiti sérias denúncias contra aquela autarquia, uma das quais, do Sr. Geraldo A. Vionio de Oliveira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo, São Caetano e Santo André.

Não me preocupava o S. Ex.^a senão para demonstrar a razão do meu juízo e para defender a tese que tenho sustentado invariavelmente. Essa tese é de que o Brasil precisa instituir a livre iniciativa como norma para o desenvolvimento da sua economia e que todos esses órgãos estatais criados pelo Governo para intervir na economia nacional nenhum benefício trouxeram e, salvo raríssimas exceções, todos resultaram em fracasso, cujas consequências o povo está sentindo e sofrendo na própria carne, com essa inflação que nos desgraça e uma vida insuportável.

Se no desenvolvimento da minha tese e das minhas considerações me referi ao S. Ex.^a, foi-lhe acidentalmente. Considero-o um órgão nefasto, negativo, demagógico, dispendioso, e que é mais, um assalto contra os cofres das instituições de previdência, para reduzir a sua solidez econômica e financeira, e manter os pobres aposentados e pensionistas no baixo padrão de vida em que se debatem. Enquanto sofrem os segurados, aproveitadores estranhos se locupletam com os bens, haveres e dinheiros das caixas e institutos, desviando fundos para obras, serviços, campanhas e fins muito diversos do da previdência social. Contra esse crime é que tenho protestado em defesa dos pobres e miseráveis pensionistas e aposentados que percebem penúrias irrisórias, com o pomposo título de previdência social. Nesse meu protesto constante contra os assaltos aos institutos e agora na defesa da doutrina da livre empresa, tenho abordado o caso do S. Ex.^a, não como objetivo principal dos meus discursos, porém, marginalmente.

Apesar de todos os motivos, que o S. Ex.^a tem proporcionado ao povo brasileiro e dos seus objetivos nefandamente demagógicos, não o quero mal e nunca encetarei contra ele uma campanha de desmoralização.

Sr. Presidente, pela minha parte, tenho até relações pessoais com o Di-

retor do S. Ex.^a, que é, sem dúvida alguma, homem de bom trato e bastante educado. Pelo pouco contato que com ele tenho tido senti que poderia perfeitamente desempenhar a missão de que foi incumbido. Não se trata, portanto, da pessoa do diretor.

Devo ainda dizer, para demonstrar minha não ingerência nem paixão partidária contra o S. Ex.^a, que, nesta discussão em que se trata a razão do diretor do S. Ex.^a, dou inteira razão ao diretor do S. Ex.^a. S. Ex.^a está certo ao declarar que o congelamento de preços pretendido pelo Coronel Heli Braga como solução para a crise do encarecimento de vida, não resolverá o problema. Mesmo divergindo de Sr. Ex.^a quanto às finalidades e às atividades do S. Ex.^a, não devo reconhecer que ele está com a boa doutrina ao combater o ponto de vista do Coronel Heli Braga, diretor da COFAP.

Tratando-se de outros problemas, tenho criticado o S. Ex.^a indiretamente, como aconteceu quando procurei alertar o Sr. Oswaldo Aranha para o erro que iria cometer se entregasse a esse órgão a imensa e grave tarefa de superintendência de mercados e direção da política de preços e abastecimento.

Os funcionários do S. Ex.^a, contra os quais eu não articulei nenhuma acusação específica, porque a minha advertência é contra todos os órgãos estatais e não especialmente contra este ou aquele, porque o combate em tese, houveram por bem me endereçar um memorial em que classificam de injustas as críticas que fiz àquela autarquia, ressaltam o mérito do seu funcionalismo e afirmam que apesar de todos os seus possíveis erros e falhas, tem cumprido suas altas e nobres finalidades.

O memorial está redigido em termos respeitáveis, corteses e até cordiais e seu objetivo primordial é defender o conceito técnico-científico da instituição e a ação do seu funcionalismo.

Recebi das mãos de uma Comissão de funcionários especialmente escolhida para me fazer entrega desse documento. Tiveram eles para com um representante do povo brasileiro, com assento no Senado Federal, um gesto digno dos melhores elos e a sua atitude é altamente louvável. Não posso deixar de externar a minha satisfação ao terminar a leitura do memorial, verificando que ainda existe no funcionalismo autárquico um grande número de elementos compreensivos e patrióticos e que com acatamento e elegância sabem produzir a defesa de sua instituição, sem ofender nem mesmo magoar a parte contrária, mas ao contrário, captando ainda maior simpatia para si. Foi o que aconteceu com o memorial que tive o prazer de receber de receber de uma centena de funcionários do S. Ex.^a, ressaltando a maneira digna e correta com que se houvesse na defesa do seu conceito funcional e científico. Nunca contestei nem estou contestando tal coisa. O que afirmo e continuo afirmando é que o S. Ex.^a está desviado de suas finalidades e não tem organização, nem capacidade e tampouco inspira confiança para assumir o elevado encargo que lhe pretende confiar o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

Como testemunho do meu apreço pelo memorial dos funcionários do S. Ex.^a, vou respondê-lo desta tribuna embora não fosse meu desejo por enquanto analisar a atuação do S. Ex.^a. Provocado agora pelo memorial vou-me obrigou a analisar alguns aspectos das atividades do S. Ex.^a, para provar que tenho motivos sérios para não crer na eficiência desse órgão como dirigente da política de abastecimento e preços.

Começarei, Sr. Presidente, apresentando a Mesa, em breve, pedido

de informações relativas àquela autarquia.

De posse das respostas, analisarei a sua situação e atuação. E, à vista das respostas e das afirmativas contidas no memorial já referido, iniciarei, numa das próximas sessões, certa crítica às atividades e à orientação do S. Ex.^a.

Procurarei, então, Sr. Presidente, confirmar o que venho dizendo em sucessivos discursos, isto é, que o S. Ex.^a, como quase a totalidade dos órgãos estatais, não está aparelhado nem dispõe das condições necessárias para dirigir a política de abastecimento e preços.

Antes, porém, de terminar essas breves palavras, quero deixar, mais uma vez, consignado o meu protesto contra o esbanjamento de dinheiro nos institutos, caixas de previdência e seus apêndices, como o S. Ex.^a e o SAMDU. Esse dinheiro sagrado, — arrancado do povo, dos empregados, dos empregadores, para constituir um fundo de garantia para que os trabalhadores, na invalidez, e na velhice, tenham o amparo de uma pensão ou aposentadoria — vem sendo malbaratado pelas autoridades brasileiras que exercem as funções nas diretorias dessas instituições.

Sr. Presidente, com as campanhas de esclarecimento, promovidas pelo jornal "Correio da Manhã", em sucessivas reportagens, demonstrando quão mal aplicado vem sendo o dinheiro arrancado ao povo, com a nobre finalidade de constituir um fundo de necessária assistência, vemos que o S. Ex.^a arranca 5% da receita dessa instituição, percentagem essa que não aproveita aos segurados do Instituto de Previdência para aquelas que se estão beneficiando com as armazéns e restaurantes do S. Ex.^a representam sequer 5% dos que contribuem para essas instituições de previdência.

Sr. Presidente, é contra esse mau emprego dos dinheiros arrecadados do povo que lavo meu protesto, e pretendo, nas sessões seguintes, continuar na análise da situação e das atividades do S. Ex.^a. — (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Com a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, segundo orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, terceiro orador inscrito. — (Pausa)

Não se achando S. Ex.^a presente, dou a palavra ao nobre Senador Mozart Lago, quarto orador inscrito.

O SR. MOZART LAGO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, estava aguardando viesse a presidência da sessão do Senado o nosso eminente Presidente efetivo, Sr. Café Filho, para pronunciar as palavras que me trazem a tribuna.

Abalanco-me, no entanto, a fazê-lo mesmo na ausência de S. Ex.^a porque V. Ex.^a, Sr. Presidente, como Vice-Presidente e acompanhando pelos titulares da Mesa, parece-me igualmente digno do elogio que de-sejo fazer.

Recebi, ontem, em minha casa, amostra do notável trabalho que o Senado acaba de executar, coletando em três preciosos volumes todos os Projetos, Indicações e Requerimentos, bem como organizando a súmula dos discursos aqui proferidos, desde 1951, até esta data.

Foi bem sincera satisfação que recebi esses compêndios, pois me certificaram de que, nesta Casa, cumprio meu dever, com o máximo de esforço. Como, no decorrer do tempo, não posso recordar-me do que já fiz, insisto em que se leve adiante tão útil iniciativa.

Na sessão de ontem, ao discutirmos e aprovarmos o Projeto de Resolução, concedendo aposentadoria no cargo de Diretor da Secretaria, do Senado, ao nosso querido e eminente colega, Senador Alfredo Neves, estive a ponto de tratar do assunto, juntando, de público, meus aplausos aos dos oradores que se referiram ao ato justíssimo do Senado.

Não o fiz, entretanto, porque esperava outra oportunidade; mas, encontrando-se à mesa, neste instante, o eminente Senador Alfredo Neves, desejo reiterar a S. Ex.^a o pedido que, várias vezes formulei, no sentido da organização mais perfeita dos trabalhos da Secretaria.

Sei que a Mesa e, particularmente, o Ilustre 1.º Secretário estão preocupados com a feitura do projeto prometido ao Plenário, sobre a reestruturação dos serviços internos do Senado, quando ultimamente votamos a Resolução n.º 12.

Se insisto em voltar ao assunto, é são somente porque verifiquei, com a elaboração dos três magníficos volumes a que me referi, a possibilidade de organizarmos a Secretaria da Casa à altura das exigências de nossas atividades.

Os nobres colegas terão notado, como eu, que, ultimamente, por simples modificações introduzidas, os serviços melhoraram sensivelmente. Até a magnífica iniciativa do nobre Senador Alfredo Neves, de nos enviar a resenha mensal dos nossos trabalhos, tomou tal impulso que, já ontem, recebi em casa, o volume relativo a março de 1954.

Quando combati o Projeto de Resolução n.º 12, aleguei precisamente isto: o elemento humano do Senado é o melhor possível; o necessário é recompor os quadros, definindo as atribuições de cada funcionário, de modo que todos sejam aproveitados, melhorando-se o rendimento dos trabalhos da Secretaria. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa aproveita a oportunidade do discurso do nobre Senador Mozart Lago para informar o Plenário que a matéria relativa ao projeto de resolução visando ao melhor aproveitamento do funcionalismo do Senado está em vésperas de ser distribuída aos Srs. Presidentes das Comissões e líderes, a fim de, em tempo oportuno, convocar-se a reunião assentada para exame e debate de reestruturação. Deve-se este resultado ao esforço de altos funcionários da Casa, aos quais a Comissão Diretora, com o intuito de aperfeiçoar os serviços da Secretaria, confiou a elaboração do projeto e respectivo relatório.

Continua a hora do expediente.

Não há mais oradores inscritos.

O SR. NOVAES FILHO:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente, comunico à Casa que a Comissão ontem designada para visitar o nosso antigo companheiro General Góes Monteiro se desincumbiu de sua missão.

Com alegria, informamos ao Senado as sensíveis melhoras do estado de saúde do Ilustre chefe militar.

Sr. Presidente, junto hoje a minha às autorizadas vozes dos Ilustres pares, Senadores Onofre Gomes, do Ceará, e Costa Paranhos, de Goiás, formulando também apelo ao eminente estadista Sr. Oswaldo Aranha para que adote as necessárias providências a fim de não se retardar por mais tempo a entrega às Prefeituras das cotas-partes e elas destinadas, atra-

na arrecadação do imposto de renda.

Não são segredo para ninguém as dificuldades das Municipalidades brasileiras, sobretudo, as de minha região — o Nordeste ressequido, cujas energias se combatem ao embate da seca periódica. Têm elas vasto programa e obrigações para com os municípios, porém, os seus recursos orçamentários são, infelizmente, muito delimitados.

Não obstante as medidas que no sistema tributário brasileiro foram acertadamente consignadas pela Constituição em vigor, se examinarmos as receitas dos municípios do interior, e as contribuições arrecadadas, através do fisco federal e estadual, para os cofres da Federação e do Estado, logo nos ressaltará a grande verdade de quanto se encontram eles impossibilitados de levar a efeito os programas traçados para benefício da coletividade.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que o Sr. Osvaldo Aranha atenderá aos apelos que lhe estão chegando, através da alta e prestigiosa tribuna do Senado brasileiro, porque todos conhecemos as qualidades de homem público, o alto espírito de brasilidade de S. Ex.^a e o elevado desejo com que se vem notabilizando nesta dura fase das nossas circunstâncias econômico-financeiras, para promover, por todos os meios, a atenuação das dificuldades com que nos defrontamos.

Ainda há poucos dias, ouvimos a maneira por que o Ilustre Titular da Fazenda, na transmissão de posse do novo Presidente do Instituto Brasileiro do Café, a sua alta e meritória preocupação de melhorar as condições de vida do Brasil. Empenha-se o Ilustre Ministro em que as fontes produtoras do País encontrem motivo de revaloramento e fortalecimento de sua economia, reforçando-lhes a confiança através das medidas dos poderes públicos; esforça-se para que os brasileiros, que se deixam bater de sol a sol, no interior, continuem a trabalhar, esperançosos de melhores dias.

Assim, Sr. Presidente, nenhuma dúvida tenho de que não escapará à clarividência do Titular da Fazenda, à sua reconhecida compreensão e, sobretudo, ao amor com que serve ao Brasil, o desejo de atender aos justos reclamos feitos desta tribuna, aos quais junto agora a minha voz, que é a do Estado de Pernambuco.

Permitto-me, agora, tecer ligeiros comentários em torno das impressões que trouxe ao Plenário o eminente Senador Alfredo Neves da sua visita ao Estado do Paraná.

Quando tive a honra de exercer a Pasta da Agricultura, visitei esse Estado, fazendo o mesmo roteiro que encheu de tanto entusiasmo e confiança o espírito brasileiro daquele Ilustre colega.

Devo dizer a V. Ex.^a que não foi, também, sem grande decepção e profundo descontentamento que admirei as magníficas quedas do Iguaçu, incomparáveis em relação às mais famosas do mundo. De fato, do lado brasileiro, elas ofereceram perspectiva deslumbrante de colorido panorâmico, que bem poucas vezes tenho dividido. Nunca, em verdade, meu espírito se sentiu mais arrebatado de encanto e surpresa do que da primeira vez que contemplei as cataratas do Iguaçu.

Sr. Presidente, muita razão teve o nobre Senador Alfredo Neves na desoladora comparação aqui feita, entre o que existe do lado do Brasil e o que se observa do lado argentino.

Ali foi iniciada a construção de um grande hotel de turismo, na administração do saudoso brasileiro Ministro Fernando Costa. Infelizmente, talvez por deficiência de verba ou outras circunstâncias especiais, próprias à administração, a obra ficou paralisada, servindo até de motejos, críticas e comentários desprimorosos das outras bandas.

Impressionou-me profundamente o abandono de tão necessário empreendimento. No dia em que tivermos comunicação.s fáceis, ferroviárias, rodoviárias e aérea, com aquela região; quando pudermos oferecer às correntes turísticas, que ali possam aportar o conforto do majestoso hotel projetado, então estaremos prestando inesimulável serviço ao Brasil.

Ninguém mais desconhece, hoje, o papel preponderante que exercem na vida financeira dos povos as correntes turísticas em visita aos pontos pitorescos do mundo.

O Sr. Othon Mäder — Permite Vossa Excelência uma aparte?

O SR. NOVAES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Othon Mäder — V. Ex.^a tem toda razão. Iguaçu poderá ser uma das maiores fontes de receita do turismo, em virtude das belezas que possui. No momento, porém, o problema crucial é a conclusão da rodovia em direção a foz do rio. As obras do hotel estão sendo executadas há cerca de quinze anos, pois não é possível remeter-se material de construção para o local. O Brasil precisa, no momento, construir essa estrada o que vem sendo feito pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, através de um batalhão militar. Este, repito, o problema crucial.

O SR. NOVAES FILHO — O Aparte do nobre representante do Paraná vem ilustrar as minhas asserções. Já porque se trata de um dos homens públicos mais eminentes daquele Estado.

O Sr. Othon Mäder — Obrigado a V. Ex.^a

O SR. NOVAES FILHO — ...já porque ninguém melhor que S. Ex.^a conhece em suas minúcias os problemas de Iguaçu. Efetivamente, sem meios de comunicações, não é possível levar-se progresso e beleza àquela extraordinário rescaldo da terra brasileira.

O Sr. Othon Mäder — Peco licença para completar o meu aparte. (Assentimento do orador) Reconhecendo que a necessidade mais imperiosa e urgente era a construção da rodovia, os representantes do Paraná na Câmara dos Deputados, apresentaram projeto destinando a verba de cento e cinquenta milhões de cruzeiros para a conclusão da estrada. Não conseguiram, infelizmente, a aprovação da Comissão de Finanças, razão porque os serviços vêm sendo custeados por meio de dotação anual, verdadeiramente irrisória.

O SR. NOVAES FILHO — Muito agradeço os esclarecimentos do nobre colega.

Passigo, Sr. Presidente, nestes comentários em torno das impressões do nobre Senador Alfredo Neves.

Ao regressar da minha primeira visita à foz do Iguaçu, adotei providências imediatas, mobilizei verbas e recursos e tive o prazer, como titular daquela Pasta, de levar a efeito a "festa da cumeira", ou seja a cobertura do edifício.

Constrangia-me, entretanto, o receio de que, através de invernos sucessivos, se depreciasse — com incalculável prejuízo — aquele monumento arquitetônico, plantado, em boa hora, pelo Brasil, às margens do Iguaçu, para que os estrangeiros mais cultos e adiantados contemplassem o extraordinário panorama das cataratas, proporcionado pela natureza ao nosso país.

Logrei, assim, modestamente embora, através da minha contribuição, em poucos meses de administração no Ministério da Agricultura impedir fossem maiores os prejuízos; facilitel, de muito, a obra a ser concluída pelos meus dignos sucessores.

Estou, portanto, de pleno acordo com as observações do nobre Senador Alfredo Neves, corroboradas pelo eminente Senador Othon Mäder. Convencido estou, igualmente, de que as gestões que se vão sucedendo certamente olverão as vistas para Igua-

çu e não permitirão continuem a oferecer aquele espetáculo desolador às margens e às vizinhanças de dois países do Continente — o Paraguai e a Argentina.

Acredito que medidas não se farão demorar e que Iguaçu satisfará em futuro próximo, o anseio de todos os brasileiros — além de importante centro de turismo, será um grande potencial de economia e de finanças para os interesses nacionais. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na data de hoje comemora os poloneses comunistas o décimo aniversário da chamada república popular da Polónia.

É lógico que os comunistas o façam. E direito que lhes cabe.

O inconceivável, entretanto, e que o cinismo dessa gente chegou a ponto de realizar idéntica comemoração no Brasil. E, ainda mais, num Estado que nesta hora festeja o 4.º Centenário de sua existência política — São Paulo.

Da terra candeirante partiram, invariavelmente, os clamores de liberdade e os anseios pela manutenção de regime genuinamente democrático. Em 1932, levantou-se ela, em peso, representando o pensamento brasileiro e pugnando pela restauração do regime constitucional do Brasil.

Não se compreende, portanto, que na Capital paulista — justamente na mês de maior exaltação cívica — levem os comunistas a efeito homenagem que nem se refere a eles, nem a São Paulo.

Inaugura-se, hoje, naquele Estado, junto à Biblioteca Municipal, um monumento a Chopin. Nada mais justo, se realmente fora essa a homenagem. Concedida é a admiração que temos por essa figura, que deixou de ser polonesa para ser universal, e representou mesmo todos os anseios do mais legítimo nacionalismo contra o imperialismo, donde quer que viesse.

Todos sabem que, em 1831, Chopin foi daqueles que combateram a opressão russa, defendendo a liberdade da Polónia. Pois bem, explorando o nome de Chopin — que, se pudéssemos resuscitar, protestaria clamorosamente — o Consulado da Polónia em São Paulo — o maior centro de espionagem comunista no nosso país — e a Polícia daquela cidade não o ignora, como estou informado — inauguram a seguinte inscrição:

"Ao povo paulista do 4.º centenário ..."

"Ao povo paulista do 4.º centenário ..."

Se fosse assim, estaria certo —

"... em homenagem do povo polonês ..."

mas não é o 4.º Centenário. Vejamos o resto:

"... ao 10.º aniversário da República Popular da Polónia ..."

Não é homenagem a Chopin nem a São Paulo. Tão pouco parte do povo polonês, porque este não é comunista; está, como todos os países que se encontram atrás da cortina de ferro, sofrendo a ditadura de uma minoria.

Insolentemente, com cinismo incrível e uma tolerância absurda do governo brasileiro, fazem sua propaganda abertamente. E, aliás, uma forma inteligente.

Sr. Presidente, tenho muita confiança no povo paulista, e faço, desta tribuna, um apelo ao governo e ao povo de São Paulo, à mocidade paulista e, sobretudo, aos universitários banderlantes, para que retirem esta inscrição, que é um acinte ao Brasil e ao seu povo!

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um parecer que vai ser lido.

É lido o seguinte

Parecer n.º 560, de 1954

Comissão de Redação

Redação final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954

Relator: Sr. Costa Pereira.

A Comissão apresenta, em folhas anexas, a redação final das emendas ao Senado ao Pr. etc. de Lei n.º 43, de 1954, de iniciativa do Governador do Estado, que realista a aposentadoria e pensão dos bancários bem como uma emenda de redação propondo novo texto para a emenda do projeto, de vez que, durante a tramitação foi muito ampliado o seu objetivo.

Sala da Comissão de Redação em 21 de julho de 1954. — Waldemar Pereira, Sr. sidente em exercício. — Costa Pereira, Relator. — Aloysio de Carvalho.

ANEXO AO PARECER N.º 560 DE 1954

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 43, de 1954, que realista a pensão e aposentadoria dos bancários.

Ao art. 11 (Emenda n.º 1-C)

Suprime-se este artigo.

A emenda do projeto

De-se a esta emenda a seguinte redação:

"Reajusta benefícios a que têm direito os Segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões."

O SR. PRESIDENTE:

Tratando-se de redação final do projeto aprovado em regime de urgência, punho-a em discussão.

Não, havendo quem queira usar da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

De conformidade com o disposto no art. 39, § 1.º, do Regimento Comum, designo o Sr. Senador Nestor Masena para acompanhar na Câmara dos Deputados o estudo das emendas do Senado ao Projeto de Lei daquela Casa n.º 43, de 1954, que realista a aposentadoria e pensão dos bancários.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro Parecer que vai ser lido.

É lido o seguinte

Parecer n.º 561, de 1954

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, que autoriza a ida de Senadores à Conferência da União Interparlamentar, providência sobre a ida do representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil ao Conselho da União Interparlamentar à reunião anual do aludido órgão e das outras providências.

Art. 1.º Fica o Presidente do Senado Federal autorizado a designar 3 (três) Senadores para comparecerem à Conferência Anual da União Interparlamentar, como representantes do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil, observado o princípio constante do parágrafo único do art. 40 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A designação dos representantes do Grupo Nacional do Senado Federal deverá ser feita, salvo na presente sessão legislativa, 90 dias antes da realização do referido certame, a fim de possibilitar o exame da

Ordem do Dia da Conferência e a elaboração dos Projetos de Resolução que deverão ser apresentados pela Delegação designada, a qual baseará seu trabalho nas indicações do representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 2.º Fica igualmente o Presidente do Senado Federal autorizado a adotar as necessárias providências a fim de que o representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar possa comparecer à reunião anual do aludido Conselho, não podendo o auxílio em apreço ser concedido mais de uma vez ao mesmo Senador.

Parágrafo único. O Representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar deverá indicar ao Presidente do Senado Federal, com 90 dias de antecedência, a data e o lugar da realização da Conferência, a respectiva Ordem do Dia e coordenar a elaboração pelos Senadores designados para representar o Grupo Nacional do Senado Federal, das teses a serem submetidas à Conferência Anual da União Interparlamentar.

Art. 3.º A Secretaria do Senado Federal incluirá anualmente na proposta do Orçamento, Anexo n.º 2, do Congresso Nacional — Senado Federal — dotação para atender às despesas com o transporte, estada e representação dos componentes do Grupo Nacional do Senado Federal à Conferência Anual da União Interparlamentar e do representante do Grupo Nacional do Senado do Brasil no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 4.º Os Senadores representantes do Grupo Nacional do Senado Federal na Conferência da União Interparlamentar e no Conselho da União Interparlamentar ficam obrigados, imediatamente após o seu regresso e o desempenho de suas missões, a apresentar relatório circunstanciado das atividades dos órgãos a cujas reuniões comparecerem e de todas as decisões as quais tenham concorrido com o seu voto, devendo apresentar os componentes Projetos de Resolução ou de Lei sobre toda a matéria neles contida que possam interessar ao Senado ou ao País.

§ 1.º As disposições constantes deste artigo, aplicam-se à Delegação do Senado Federal que comparecer à Conferência e ao Conselho da União Interparlamentar que se realizará, no corrente ano, nos Estados Unidos da América do Norte.

§ 2.º A Mesa do Senado Federal enviará os relatórios, a que se refere este artigo, às Comissões Componentes para sua apreciação e proposição dos Projetos de Resolução ou de Lei, que couberem no caso.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Comissão Diretora, em 16 de julho de 1954. — *Marcos de Fátima, Presidente.* — *Alfredo Neves, Relator.* — *Francisco Gallotti.* — *Ezequias da Rocha.* — *Prisco dos Santos.* — *Costa Pereira.*

O SR. PRESIDENTE:

Veio à mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido e, sem debate, aprovado o seguinte

Requerimento n.º 389, de 1954

Requeiro dispensa de publicação da redação final do Projeto de Resolução n.º 27, de 1953, para que seja imediatamente discutido e votado.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1954. — *Alfredo Neves.*

O SR. PRESIDENTE:

Em face da resolução do plenário, submeto à discussão a redação final do Projeto de Resolução n.º 27. Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. *(Pausa).*

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Está aprovada.

O Projeto vai à promulgação. *(Pausa).*

Pelo nobre Senador Mozart Lago, foi enviado à mesa um requerimento. *(Pausa).*

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 390, de 1954

Requeiro, nos termos do letra a do art. 90 do Regulamento Interno, a inclusão, na "Ordem do Dia", do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954 — que restaura direitos dos atuais praticantes de pilotos da Marinha Mercante — que ainda se encontra aguardando parecer da dita Comissão de Constituição e Justiça, da casa.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1954. — *Mozart Lago.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será submetido à discussão e votação após a ordem do dia.

Esgotada a hora do expediente, passa-se à Ordem do Dia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 105, de 1954 (n.º 1.713-52 na Casa de origem), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regulamento Interno, em virtude do Requerimento número 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Senhores Senadores, aprovado na sessão de 16 de julho de 1954, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Nestor Massena para, na qualidade de relator, na Comissão de Serviço Público Civil, emitir o respectivo parecer.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, a Comissão de Serviço Público Civil acabou de realizar reunião na qual examinou as sete emendas apresentadas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias. O parecer da Comissão é contra todas as emendas, salvo quanto à de número 6, que opinou favoravelmente, discordando do voto do relator.

A Comissão de Serviço Público Civil opinou contrariamente à emenda número 1, porque a supressão da palavra "mensalista" permitia a inclusão, no projeto, de funcionários não abrangidos originariamente por ele, fugindo, portanto, a sistemática da matéria.

A emenda de número 2 teve, também, parecer contrário.

Quanto à emenda de n.º 3, a Comissão julgou-a prejudicada pela rejeição da de n.º 1, cuja matéria é correlata. As de números 4 e 5, dependendo sobre tarefeiros, também ficam prejudicadas pela rejeição da emenda número 1, que tinha o mesmo objetivo.

A de número 6, com parecer favorável da Comissão, contra o voto do relator, dispõe:

"Os funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo da União, que contem, pelo menos, cinco anos de efetivo exercício, serão automaticamente efetivados."

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos que exerçam interinamente cargos

isolados vitalícios como tais considerados na Constituição".

A emenda de número 7 dispõe sobre servidores eventuais. A Comissão considerou que o projeto não previa servidores nestas condições, e tinha as dúvidas da classificação desses funcionários eventuais, os quais parece, não se enquadrarem na organização do funcionalismo público da União.

Este o parecer da Comissão de Serviço Público Civil. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos para, na qualidade de relator da Comissão de Finanças, emitir o respectivo parecer.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, que regula a estabilidade dos extranumerários mensalistas, foram apresentadas sete emendas, todas estendendo as suas vantagens a outras categorias de servidores.

As emendas números 1 e 3 (identicas) mandam suprimir, no art. 1.º, a palavra "mensalistas", de modo a equiparar todos os atuais extranumerários (mensalistas, tarefeiros e contratados) aos funcionários efetivos, para todos os efeitos, desde que contem ou venham a contar mais de cinco anos de serviço público.

O mo esclarecemos no parecer sobre o projeto, a situação dos tarefeiros e dos contratados está sendo objeto de acurados estudos, na Câmara dos Deputados, não sendo aconselhável a equiparação imediata de tais servidores aos funcionários efetivos.

Cosso parecer, assim, é contrário às emendas números 1 e 3.

A emenda número 2 pretende equiparar aos funcionários efetivos o pessoal que trabalha nas Campanhas Sanitárias mantidas pelo Ministério da Saúde.

própria transitoriedade dessas Campanhas, mantidas por verbas eventuais, demonstra bem a precariedade das funções exercidas por esse pessoal, que, pela legislação em vigor, não é considerado nem mesmo "extranumerário".

Convém lembrar que os médicos, guardas e demais servidores dos Serviços de Malária, Peste, Tuberculose e Febre Amarela, cujas funções têm caráter permanente, já se acham classificados como extranumerários mensalistas, estando, conseqüentemente, beneficiados pelo projeto.

Opinamos, assim, pela rejeição da emenda número 2.

As emendas números 4 e 5 ("interinos") referem-se especialmente aos extranumerários tarefeiros, classificando-os como "mensalistas", desde que exerçam funções de caráter permanente reconhecidamente burocráticas.

O assunto já se encontra em estudos, na Câmara dos Deputados, através do Projeto n.º 4.112, de 1953, que regula definitivamente a situação dos "tarefeiros". O Senado terá oportunidade, assim, de examinar essa proposição, fazendo, então, justiça a essa classe de servidores.

Nestas condições, o nosso parecer é contrário às emendas números 4 e 5.

A emenda número 6 manda efetivar funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo e que contem mais de cinco anos de exercício.

A medida é justa, mas foge à finalidade do projeto, devendo, por isto, o nosso ver, constituir projeto em separado.

A emenda número 7 acrescenta o alíquo equiparando aos funcionários efetivos os servidores eventuais do Instituto de Pensões e Aposentadoria dos Servidores do Estado e das demais autarquias.

Convém esclarecer que a Lei número 1.584, de 27 de março de 1952, dispõe:

"Art. 1.º E' vedada a admissão, a qualquer título, de pessoal, sem prévio concurso público de provas ou de provas e títulos, nos quadros de qualquer natureza das instituições de previdência social e entidades autárquicas e parastatais, sob pena de nulidade de pleno direito do ato e responsabilidade do administrador que o praticar".

Não obstante a clareza do preceito legal tão moralizadora, os dirigentes das autarquias têm conseguido burlá-lo, admitindo pessoal extra-quadro, sem qualquer exigência, sob a alegação de que a lei só veda a admissão "nos quadros de qualquer natureza".

Passou a existir, então, nessas instituições, a nova modalidade de servidores, denominados "eventuais", contrariando disposições expressas da lei.

E é a tais servidores, que não se submetem a qualquer prova de seleção para o ingresso no serviço das autarquias, que a emenda pretende equiparar aos funcionários efetivos.

A medida, além de representar um favor injustificável, representaria um grande desestímulo aos servidores que conquistaram os seus cargos mediante concurso ou prova de habilitação. Opinamos, portanto, pela rejeição da emenda n.º 7. *(Muito bem.)*

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação das emendas apresentadas ao projeto.

Emenda n.º 1, de plenário, supressiva da palavra "mensalistas" do artigo 1.º. Tem pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, acredito que, se as ditas Comissões, que se pronunciaram sobre as emendas, tivessem tido mais tempo para estudá-las, não se manifestariam contrárias, como o foram, a quase todas, com exceção da sexta, que teve o beneplácito da Comissão de Serviço Público Civil.

E é de estranhar assim procedermos às Comissões, uma vez que não há lei proibindo a admissão desses funcionários, que ficaram com a denominação de tarefeiros, eventuais e precaristas. São sinônimos de extranumerários, com a diferença de que os primeiros são diaristas e os últimos passaram a mensalistas.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex.ª um aparte? *(Assentimento do orador)* — Estou de pleno acordo com V. Ex.ª. Julguei que houvesse apenas requerido destaque para votação. Estou de acordo com as emendas. A divergência reside apenas na questão dos nomes.

O SR. MOZART LAGO — Perfeitamente.

Senhor Presidente, quando propus, como o Senador Francisco Gallotti em emenda semelhante, a supressão da palavra "mensalistas" do art. 1.º do projeto, tive o intuito de atender aos tarefeiros, eventuais e precaristas, cuja nomeação não estava proibida, o que somente se verificou de dois anos a esta parte, em virtude da lei citada pelo nobre relator do projeto na Comissão de Finanças. Daí em diante foi que as autarquias e os Ministérios ficaram impossibilitados de fazer nomeações dessa natureza. Acabou, no entanto, que, desses funcionários, os que têm menos tempo de serviço foram admitidos há cinco anos, havendo tarefeiros, eventuais e precaristas com quinze, dezotto, vinte e mais anos de serviço. Pergunto: por que, na hora em que vamos efetivar os extranumerários com mais de cinco anos de serviço, não contemplamos os tarefeiros, os precaristas e eventuais? Proceder-se de modo contrário será uma injustiça que espero não se tornará o plenário com seu voto. *(Muito bem)*

Durante o discurso do Sr. Mozart Lago, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Senhor Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 1. Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação.

Queiram levantar-se os Senhores Senadores que aprovam a emenda n.º 1. (Pausa)

Queiram sentar-se os Senhores Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votaram contra. (Pausa) Manifestaram-se pela aprovação da emenda, 8 Senhores Senadores e contra, 24.

É rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 1

(Supressiva)

Suprime-se no artigo 1.º do Projeto, a palavra "mensalistas", passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º Os atuais extranumerários da União e das Autarquias que contêm ou venham a contar mais de (5) cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 1. Se rejeitada, ficará prejudicada a emenda n.º 2.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

É rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 2

Ao artigo 1.º:

Acrescente-se:
"2.º São extensivas as vantagens de que goza o artigo 1.º aos que prestam serviços nas Companhias Sanitárias da Malária, Peste, Febre Amarela, Esquistossomose, Chagas, Hermitose, Leishmaniose e Filária, com cinco anos de atividade.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA

N.º 3

(Supressiva)

Retirar do artigo 1.º do Projeto a palavra "mensalistas", passando o artigo a ter a seguinte redação:

"Artigo — Aos atuais extranumerários da União e das Autarquias que contêm ou venham a contar mais de (5) cinco anos de serviço público, ininterruptos ou não serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 3, que, rejeitada, prejudica a de n.º 5. A emenda n.º 4, queiram permanecer os Srs. Senadores que aprovam a emenda n.º 3, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

É rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 4

(Aditiva)

Dar redação seguinte ao artigo 2.º: "Art. 2.º Os atuais tarfeiros que exercem funções de caráter permanente reconhecidamente burocráticas,

passam à categoria de extranumerários mensais, passando o atual art. 2.º a § 1.º, remunerando-se os demais.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA N.º 9

(Aditiva)

De-se a redação seguinte ao artigo 2.º:

"Art. 2.º Os atuais tarfeiros que exercem funções de caráter permanente reconhecidamente burocráticas passam à categoria de extranumerários mensais.

Passando o atual art. 2.º a § 1.º, remunerando-se os demais.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 6, de Plenário, aditiva, com parecer favorável da Comissão de Serviço Público. A Comissão de Finanças opinou no sentido de constituir projeto separado.

Em votação preliminar da Comissão de Finanças.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 6 efetiva os funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo da União, que contêm, pelo menos, cinco anos de efetivo exercício. Equipara-os, destarte, aos extranumerários.

Não compreendo por que se efetiva os extranumerários com mais de cinco anos de serviço público, e não se concede o mesmo benefício aos funcionários interinos.

Os extranumerários mensais, bem como os interinos, a que se refere a Emenda n.º 6, ocupam cargos que se vagarem e contam mais de cinco anos de serviço público. Há os mesmos com mais de dez anos.

E, pois, de inteira justiça a aprovação da Emenda. Não deve ela constituir projeto separado; mas fazer integrar o projeto de lei que o Senado está votando. (Muito bem.)

O SR. NESTOR MASSENA:

(Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, na Comissão de Serviço Público Civil votei contra a Emenda n.º 6. Foi voto vencido.

Para opinar sobre essa Emenda, consulte a Câmara dos Deputados a respeito da tramitação de emendas a esse projeto naquela Casa oferecidas. Informaram-me que três emendas, do mesmo teor da de n.º 6, apresentada pelo Senado, foram propostas e o Plenário opinou no sentido de que constituíssem projeto separado, exatamente o parecer da Comissão de Finanças.

Essa a razão por que o Deputado Celso Peçanha apresentou projeto de lei, que tornou o n.º 4 188, regulador do tempo de interinidade em serviços público e autárquico.

Quero, assim, dizer que concordo, individualmente com o parecer da Comissão de Finanças, no sentido de que seja destacada a emenda, para constituir projeto em separado. (Muito bem.)

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda, parece-me, não é pertinente ao projeto.

Como, porém, a Comissão de Finanças opina por que constitua projeto em separado, desejaria que a Mesa esclarecesse em que se fundamentou o Parecer daquele órgão, na forma regimental.

O SR. FERREIRA DE SOUSA:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, meu principal objetivo é apelar à Comissão de Finanças, a que pertence, e, especialmente, ao seu eminente Relator, para

que retire a proposta da corteção da emenda em projeto em separado.

E hábito que se difundiu entre nós, mas que o Senado vem repelindo, e assim, quando chamadas a opinar sobre uma emenda, as Comissões devem fazê-lo contra ou a favor.

Só se destaca uma emenda, para convertê-la em projeto em separado, quando: 1.º — ela sai da matéria do projeto e o caso é este; 2.º — quando o Senado pode ter a iniciativa de projeto dessa natureza.

A emenda em causa padece dos dois vícios: é inteiramente inadequada ao projeto, que se refere a extranumerários, enquanto que ela trata de interinos. Há diferença fundamental entre uns e outros.

O extranumerário exerce função sem correspondência com qualquer cargo efetivo da administração; e, por sua natureza, instável, dispensável, e, como o próprio nome o diz, está fora dos quadros gerais necessários normalmente ao país.

O interino, ao contrário, ocupa cargo de quadro, apenas sem efetividade, sem que o lugar que ocupa lhe pertença; exerce o cargo provisoriamente, precariamente, enquanto não é provido, em caráter efetivo, ou enquanto assim o aceita o poder nomeante.

Há deste modo, diferença fundamental entre as duas espécies de servidores públicos.

Por outro lado, Sr. Presidente, a emenda é profundamente inconstitucional.

Há poucos dias, se não me engano, li Acórdão do Supremo Tribunal Federal, sobre hipótese semelhante, e é natural que me tivesse alegrado, porque se tratava de tese por mim sempre defendida nesta Casa, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, como no plenário.

Quando a Constituição estabelece que ao Presidente da República compete nomear os funcionários públicos, não permite que, por uma lei qualquer, se determine a efetivação deste ou daquele funcionário.

Ora, quando o Presidente da República nomeia internamente, guarda sua competência para nomear efetivamente outro que melhor satisfaga as condições legais.

No caso em espécie, a competência para transformar um interino em efetivo é do Presidente da República. Nomeia o interino, e pode, a qualquer momento, demitir-lo ou efetivá-lo, se a efetivação encontrar possibilidades legais.

Assim, Sr. Presidente, a emenda em causa padece desses dois vícios: não se ajusta ao projeto, foge aos seus objetivos, e não pode, sequer, constituir projeto em separado, nesta e na outra Casa do Parlamento.

Ora, a Comissão de Finanças, propõe que a emenda constitua projeto em separado, pressupõe sua constitucionalidade, entendendo que a matéria não se enquadrava no assunto do projeto. Tal, porém, não se dá, e desejo, nesta oportunidade, apelar ao nobre relator da Comissão de Finanças, no sentido de que endereçamos mais diretamente esses casos todos, e assumamos a responsabilidade de opinar contra esta ou aquela emenda.

Sr. Presidente, opina-se sobre uma emenda, no sentido de que constitua projeto em separado, é recusada não dizendo que se recusa.

Até hoje, Sr. Presidente, não me recorde de uma só emenda que, votada para constituir projeto em separado, tivesse vindo a plenário.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (A sentença do orador) — Já houve dois ou três casos nesse sentido, sendo que um envolvia emenda de autoria do nobre Senador Francisco Gallotti, que teve de conformar-se com a decisão do plenário, e a Comissão, até hoje, não tornou o respectivo projeto.

O Sr. Francisco Gallotti — Na ocasião, tive oportunidade de declarar que considerava tal proposta como *enterro de primeira classe*.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Mas deve ser respaldada a decisão do plenário.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, devo declarar que votarei contra a decisão de constituir a emenda projeto em separado, a fim de poder recusa-la.

Entendo que é duplamente inconstitucional e absolutamente anti-regimental. A função revisora do Senado é de emendar projetos iniciados na Câmara dos Deputados, dentro da própria matéria sobre que versar, pois do contrário teremos eliminado uma das Câmaras do Congresso Nacional; teremos tomado iniciativa sobre matéria diferente, matéria sobre a qual nem aquela Casa poderia tomar tal iniciativa, que é de competência constitucional do Sr. Presidente da República, qual a de nomear funcionários.

A emenda faz com que o Senado nomeie todos os interinos ao transformá-los, automaticamente, em funcionários efetivos, e tal investidura pode estar em desacordo com as leis que cada caso pode exigir, como prescrição de concurso, certas provas especiais e, o que é mais grave, em desacordo com a vontade do Presidente da República, a quem cabe fazer nomeações.

A emenda só respeita a Magistratura e os cargos vitalícios em geral; todas as condições que qualquer lei estabeleça, para assegurar o bom desempenho de um cargo, apresentação de título, limite de idade, condições morais, e outras, põe de lado, para declarar, através do projeto, que os interinos ficam efetivados.

Votarei contra a proposição da Comissão de Finanças para que a emenda constitua projeto em separado, assim como votarei contra a emenda, espero que o Senado assim proceda. (Muito bem.)

O SR. COSTA PARANHOS:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, ouvi com a máxima atenção, as palavras do nobre Senador Ferreira de Sousa, e tenho a esclarecer que S. Exa. como membro da Comissão de Finanças, não foi ouvido sobre a matéria.

Infelizmente, não foi possível reunir a Comissão e dei parecer da tribuna.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — O nobre colega, na forma do Regimento, consultou a maioria da Comissão, e a circunstância de não haver votado o nobre Senador Ferreira de Sousa não infirma o parecer.

O SR. COSTA PARANHOS — Estou fazendo tal declaração porque considero S. Exa. grande autoridade em matéria financeira.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Autoridade todos nós temos igual. O necessário é que a Comissão de Finanças esclareça o fundamento por que defendeu que a emenda constitua projeto em separado, o que, como alegou o nobre Senador Ferreira de Sousa, é um pressuposto da sua validade.

O SR. COSTA PARANHOS — O princípio foi adotado na Câmara dos Deputados e o Relator, ao estudar a matéria, embora não profundamente, dado a urgência requerida, julgou que devia manter.

Em virtude, porém, das questões de ordem levantadas, deixa aos Srs. Senadores a decisão sobre se deve a emenda constituir projeto em separado, ou ser rejeitada, de acordo, já agora com o parecer do nobre Senador Ferreira de Sousa.

O Sr. Mozart Lago — A Comissão de Constituição e Justiça não foi ouvida a respeito.

O SR. COSTA PARANHOS — Era que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa responde, a questão de ordem suscitada pelo nobre Senador Aloysio de Carvalho, quanto aos fundamentos da Comissão de Finanças para concluir que a matéria da emenda constitui projeto em separado.

... A Emenda n.º 6 manda efetuar os funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo e que contem mais de 5 anos de exercício.

A medida é justa, mas foge a finalidade do projeto, devendo, por isso, a nosso ver, constituir projeto em separado.

Foram estes os fundamentos da Comissão de Finanças ao apreciar a emenda.

A Mesa vai consultar o plenário sobre a preliminar da Comissão de Finanças para que a matéria da emenda constitua projeto em separado.

Os Senhores Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Finanças sobre a emenda n.º 6, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está rejeitado.
Em votação a Emenda n.º 6, com parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil, vencido o relator e parecer da Comissão de Finanças para que a emenda constitua projeto em separado.

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, relator da matéria da Comissão de Finanças, para emitir parecer sobre a emenda.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em vista de o plenário ter recusado o parecer do relator, a Comissão de Finanças opina pela rejeição da emenda.

Em votação a Emenda n.º 6, com parecer contrário da Comissão de Finanças e favorável da de Serviço Público Civil.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quando foi concedida urgência para a votação do Projeto, lamentavelmente não foi apresentado o requerimento respectivo, exatamente porque o projeto envolvia matéria controversa, que precisaria ser estudada devidamente. Por exemplo: a Comissão de Constituição e Justiça não se manifestou sobre as emendas apresentadas ao Projeto, de modo que o nobre Senador Ferreira de Sousa que agora proferiu veleidosa sentença contra a Emenda n.º 6, não teve oportunidade de ler-lhe a justificação, na qual presumo ter sustentado decentemente que a emenda é constitucional, o que provo, passando a lê-la a fim de que o Senado não vote no escuro matéria dessa importância.

Justificação

1. — A constitucionalidade da presente emenda está assegurada pelo artigo 186 da Constituição:

"A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, — procedendo inspeção de saúde.

De fato não se tratando de cargo de carreira, a lei ordinária pode ou não exigir o concurso para a investidura no cargo, como acentua Pontes de Miranda:

"Do art. 186 também se tira que os poderes públicos estão imbuídos de qualquer nomeação para postos de carreira das repartições administrativas, incluídas as repartições administrativas dos corpos legislativo e judiciário sem concurso de provas ou de títulos, a falta de um dos dois pressupostos faz nula, por inconstitucionalidade, a nomeação. A lei ordinária pode exigir o pressuposto, ainda que não se trate de funcionário de carreira.

(Comentários à Constituição de 1934, pág. 106).

2. — Os funcionários interinos beneficiados pela presente emenda são, entre outros os professores das Escolas Técnicas Industriais do Ministério da Educação e Cultura, e os professores do Instituto Benjamin Constant os quais não são catedráticos, não gozando, portanto, da vitalidade; por isso mesmo, aqueles que contavam cinco anos de exercício na data da Constituição foram efetivados pelo art. 23 do A. D. C. T.

3. — O projeto oriundo da Câmara dos Deputados ampara os "extranumerários ocupantes de funções identicas aos cargos isolados acima referidos.

Com efeito, os professores extranumerários do Colégio Pedro II, referência 26; os professores extranumerários das Escolas Técnicas, referência 27, e os professores assistentes da Universidade do Brasil, referência 27, terão a garantia da estabilidade, isto é, passarão, praticamente, a categoria de efetivos, enquanto que os atuais professores interinos das Escolas Técnicas, ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo, padrão K, cujas atribuições são exatamente as mesmas das correspondentes funções de extranumerário, ainda não estão amparados pelo referido projeto.

4. — Não se alegue que o exercício interino do cargo não assegura a efetividade, qualquer que seja o tempo de serviço, pois que o projeto em questão não exige a apresentação de prova de habilitação para dar estabilidade ao extranumerário, e não exige porque "A estabilidade e a garantia de emprego que se adquire após certo período de trabalho, e enquanto bem servir, — conforme acentua a Metagem Presidencial n.º 434, de 1953, dirigida à Câmara dos Deputados (Diário do Congresso de 4 de novembro de 1953).

5. — Observe-se, ainda, que os funcionários ocupantes de cargos isolados têm seus vencimentos assegurados na parte fixa do Orçamento da República, o que não acontece com os extranumerários, cuja retribuição está subordinada à parte variável do Orçamento.

6. — Uma vez que o disposto na presente emenda não se aplica aos ocupantes de cargos de carreira, nem aos ocupantes de cargos vitalícios, nem aos ocupantes de cargos em comissão, sua constitucionalidade é perfeita, por isso, nada mais justo do que assegurar estabilidade, também aos servidores de que trata a presente emenda.

Sala das Sessões do Senado Federal — Rio de Janeiro, 20 de julho de 1954. — Mozart Lago.

A emenda é, pois, constitucional. Os interinos, de que trata, são os ocupantes de cargos isolados, de provimento efetivo, cargos esses para os quais o concurso nunca foi nem é necessário. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 6, com parecer divergentes: da Comissão de Serviço Público Civil, favorável, e contrário da Comissão de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa). Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação requerida pelo nobre Senador Mozart Lago.

Queiram levantar-se os Srs. Senadores que votam a favor da emenda n.º 6. (Pausa)

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor e levantar-se os que votam contra. (Pausa)

Manifestaram-se pela aprovação 8 Srs. Senadores e, pela rejeição, 22. Não há número.

Vai ser feita a chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Nogueira Filho — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Julio Leite — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Alfredo Neves — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Marcondes Filho — Euclides Veira — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Otho Mader — Flávio Guimarães — Roberto Gleiser — Ivo d'Áquino — Francisco Gaffiot — Alfredo Simen — Camilo Mercio — (30).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 30 Senhores Senadores. Está confirmada a falta de número.

Passa-se à matéria em discussão.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1954, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro (substituto aprovado, com subemendas, na sessão de 20 de julho de 1954, em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º do Regimento Interno, tendo parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido o parecer da Comissão de Redação.

É lido o seguinte

Parecer n.º 562, de 1954

Redação para a 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 23 de 1954.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

A Comissão apresenta a redação para a 2.ª discussão (fis. anexas) do Projeto de Lei n.º 23, de 1954, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação em 22 de julho de 1954 — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 562 DE 1954

Redação para a 2.ª discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 23 de 1954, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro, Patrimônio Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º As empresas de navegação pertencentes à União terão suas atividades reguladas pela Comissão de Marinha Mercante, a que ficarão subordinadas quanto à parte administrativa e à orientação.

Art. 2.º A Comissão de Marinha Mercante será constituída de um Presidente, a quem competirá a parte executiva, e de um Conselho Deliberativo composto de representantes das seguintes entidades: empresas subordinadas, armadoras nacionais; indústria comércio e Construção Naval Oficial.

Art. 3.º As empresas de que trata a presente lei exercerão as suas atividades no comércio marítimo de modo a que não façam concorrência umas com as outras.

Art. 4.º Fica estabelecido o tráfego mútuo entre as empresas sendo os

agentes e representantes comerciais sempre os mesmos nos portos por eles frequentados.

§ 1.º O serviço governamental de cabotagem, ressalvados os serviços de navegação do Rio Amazonas e a Navegação do Rio da Prata, será realizado pela Companhia Nacional de Navegação Costeira Patrimônio Nacional.

§ 2.º O serviço governamental de longo curso será realizado pelo Lóide Brasileiro Patrimônio Nacional.

§ 3.º Dentro de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei serão transferidos e incorporados à frota da Companhia Nacional de Navegação Costeira, Patrimônio Nacional, os navios atualmente pertencentes ao Lóide Brasileiro, Patrimônio Nacional e usados no transporte de cabotagem.

Art. 5.º Fica o Poder Executivo autorizado a aparelhar o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira para os respectivos serviços de cabotagem e de longo curso.

Art. 6.º Os estaleiros e as oficinas, a cargo do Lóide Brasileiro e da Companhia de Navegação Costeira serão destacados dessas empresas constituindo entidade autônoma para cuja organização expedirá o Poder Executivo o respectivo regulamento.

Art. 7.º As obras de reparação manutenção e construção naval necessárias as empresas federais de navegação, serão obrigatoriamente encomendadas à empresa resultante do disposto no artigo 6.º e só poderão ser dadas a terceiro, no caso da referida empresa declarar sua impossibilidade.

Art. 8.º O pessoal das empresas em causa será garantido em seus direitos.

Art. 9.º O Poder Executivo expedirá os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 10.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declarou-se encerrada.

Adiada a votação por falta de número.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

O SR. PRESIDENTE:

Não há quorum regimental para abertura da discussão.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.030, de 1953, na casa de origem) que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90 letra a do Regimento Interno em virtude do Requerimento n.º 369 de 1954, do Sr. Senador Cicero de Vasconcelos) tendo pareceres ainda não publicados, das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças).

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Segurança Nacional.

São lidos os seguintes.

Pareceres ns. 563 e 564, de 1954

N.º 563, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei n.º 17-54, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Relator: Sr. Flávio Guimarães.

O projeto tem por objetivo ampliar o montepio militar ao segundo posto em sequência ao da respectiva patente. Estende-se aos oficiais da

ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, desde que tenham mais de 35 anos, computáveis para fins de inatividade, e assegura aos herdeiros a pensão correspondente.

O parágrafo único do projeto estende os favores da lei aos oficiais daquelas forças que passaram à inatividade com mais de 35 anos de serviços.

Somos pela constitucionalidade do projeto.

Sala Ruy Barbosa, em 31 de maio de 1954. — **Dario Cardoso**, Presidente. — **Filinto Guimarães**, Relator. — **Waldemar Pedrosa**. — **Alcides de Carvalho**. — **Camilo Marcolino**. — **Joaquim Pires**. — **Atílio Vitoracqua**. — **Gomes de Oliveira**.

N.º 564, de 1954

Da Comissão de Segurança Nacional sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 17-54, que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

Relator: Sr. Silvio Curvo.

Tendo sido concedido aos oficiais com mais de 30 anos de serviço o direito de contribuir para o montepio do posto imediato, assegurando, assim, aos seus herdeiros a pensão respectiva, quando este direito só era dado aos herdeiros no caso do oficial com mais de 35 anos de serviço, o presente projeto procura da mesma forma, reduzir de 40 anos para 35 anos de serviço o direito de contribuir para o montepio do segundo posto que se seguir ao que possui o oficial.

A Comissão de Finanças da Câmara propôs enviar os Ministérios Militares e o Ministério da Fazenda. As informações foram todas favoráveis, tendo o Ministério da Fazenda, que terá a responsabilidade de orientar e realizar a política financeira do governo, defendido mesmo a idéia de ampliação da incidência, dos benefícios de modo a alcançar sólidos e seguros.

Esta Comissão, opinou favoravelmente a aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 3 de maio de 1954. — **Plínio Azeite**, Presidente. — **Silvio Curvo**, Relator. — **Onofre Gomes**. — **Roberto Glasser**.

O Senhor Café Filho deixa o cadeira da presidência, em é ocupada pelo Senhor Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, o presente projeto de lei da Câmara dos Deputados facultava aos oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, com mais de 35 anos de serviço, contribuírem para o montepio relativo ao segundo posto que se seguir ao da respectiva patente, ficando assegurada aos seus herdeiros a pensão correspondente.

De acordo com a legislação em vigor, essa faculdade já existe em relação aos oficiais que contarem mais de 40 anos de serviço.

Ao propor a redução para 35 anos, alegou o autor do projeto, o ilustre Deputado André Fernandes, que "em face das leis que reduziram o limite de idade de permanência no serviço ativo e estabeleceram tempo máximo de permanência no posto, grande número de oficiais fica impossibilitado de poder atingir 40 anos de serviço para contribuir para o montepio correspondente ao segundo posto que se seguir ao da respectiva patente".

Examinando o assunto, a Comissão de Finanças nada tem a opor à aprovação do projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto.

Nenhum Senador pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

Adiada a votação por falta de número.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djair Brindeiro aprovado na sessão de 20 de julho de 1954, tendo Parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado) e dependendo de pronunciamento das Comissões de Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa verifica já não haver quorum regimental para continuação da sessão, pelo que vou encerrá-la. Designo para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954 (n.º 1.713-52 na Casa de origem), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 371, de 1954, do Senador Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 16 de julho de 1954), tendo pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças favoráveis ao projeto e contrário às emendas.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Loide Brasileiro (substitutivo aprovado, com subemendas, na sessão de 20-7-54), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, tendo Parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do veniente em primeira discussão.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 1.728, de 13 de novembro de 1952, que dispõe sobre a fórmula de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 21-7-54), dependendo de pareceres das Comissões de Economia e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1951 (n.º 339, de 1951 na casa de origem), que altera o § 2.º do art. 8.º, a letra a e a letra e acrescida ao artigo 7.º da Lei n.º 695, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 314, de 1954, do Senador Senador João Vilasboas, aprovado na sessão de 1-6-54), tendo Pareceres: I — **Sobre o Projeto**: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 1.194, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 1.195 e 1.196, de 1953, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti); da Comissão de Finanças, sob n.º 1.197, de 1953, favorável, com a emenda que oferece; II — **Sobre as emendas** (ainda não publicadas): da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, favorável; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre a emenda n.º 2.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 221, de

1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.319, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. Pareceres: I — **Sobre o projeto**: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 723, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 724, de 1953, favorável; da Comissão de Finanças, sob n.º 725, de 1953, contrário; II — **Sobre a emenda**: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 154, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, sob n.º 156, de 1954, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1952, que reajusta as dívidas dos seguristas financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1954, do Senador Senador João Vilasboas, aprovado na sessão de 8-3-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (n.º 967, de 1952) e de Finanças (n.º 968, de 1952) e dependendo de pronunciamento desta última Comissão sobre as emendas de Plenário).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1951 (n.º 1.030, de 1951 na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Sr. Senador Cícero de Vasconcelos), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djair Brindeiro aprovado na sessão de 20-7-54, tendo Parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado) e dependendo de pronunciamento das Comissões de Legislação Social e de Finanças.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade) do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de brasileiros. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 517, de 1954, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Sr. Senador Joaquim Pires); da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 518, de 1954, pela rejeição.

Discussão única do Requerimento n.º 21, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando seja consignado em ata um voto de regosio pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do primeiro submarino acionado a força atômica. Parecer, sob n.º 451, de 1954, manifestando o pensamento da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que só com o fim de defender as instituições livres e a própria dignidade da pessoa humana, seja essa arma utilizada.

Discussão única do Requerimento n.º 200, de 1954, do Sr. Othon Mäder e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, dando

se ciência dessa manifestação do Senado brasileiro ao Embaixador da França no Brasil. Parecer favorável, sob n.º 452, de 1954, da Comissão de Relações Exteriores.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1952, que institui a Associação dos Servidores Civis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.040, de 2 de janeiro de 1950. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 230, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, sob n.º 323, de 1954, pela rejeição do projeto e da emenda.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente. Pareceres: da Comissão de Finanças, número 421, de 1954, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça, n.º 420, de 1954, pela constitucionalidade do projeto; n.º 421, de 1954, pela constitucionalidade do substitutivo.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 526, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 537, de 1954.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 132 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. Parecer n.º 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Discussão única do Requerimento n.º 358, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Senhor Ministro Tavares de Lira, por motivo de acidente que sofreu.

Discussão única do Requerimento n.º 390, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Encerra-se a sessão às 16 horas e 40 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR EZECHIAS DA ROCHA NA SESSÃO DE 21 DE JULHO DE 1954.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA:

(Lê o seguinte discurso). Sr. Presidente, o histórico da ortografia no Brasil, a partir de 1907, com a reforma conhecida pela denominação de "Reforma Medeiros de Albuquerque", creio ser perfeitamente sabido pelos nobres membros desta Casa, pelo que, mesmo por brevidade, me abstenho de falar sobre ele. Apenas desejo tecer considerações acerca da última fase dele, começada em 1931, e terminada em 1945, fase que, teoricamente concluída, todavia não teve na prática o seu desejado remate.

A 30 de abril de 1931, firmou-se um acordo ortográfico entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, sendo a primeira base a eliminação das consoantes mudas. Aprovado este sistema pelo Governo Brasileiro e pelo Ministério da

Instrução Pública de Portugal, foram publicadas as suas bases no "Diário Oficial", de 28 de junho de 1931 e, em Portugal, no "Diário do Governo", de 25 de maio do mesmo ano. A Academia Brasileira de Letras publicou o seu "Vocabulário Ortográfico" em 1932, suprimindo as consoantes mudas, a Academia das Ciências de Lisboa soude a lume o seu em 1940, com a seguinte norma: "Não sofrem eliminação as consoantes que, embora mudas, influam no valor de uma vogal precedente (tornando-a aberta), o que sucede num grande número de casos com "c", "ç" e "p" estão em grupo com "g", "c" sibilante ou "t", e são precedidos de "a", "e" ou "o". Assim, pois, o Acórdão deixava de existir, pelo menos em relação à primeira base.

Continuou, entretanto, a vigor no Brasil o decreto n.º 20.108, de 15 de junho de 1931, que mandou adunir nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino a ortografia aprovada pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa a 30 de abril do mesmo ano. Uma vez que foi publicado o "Vocabulário Oficial" da Academia Brasileira de Letras, organizado consoante aquele Acórdão, tornou-se obrigatório o sistema ortográfico dele resultante pelo decreto n.º 23.028, de 2 de agosto de 1933. No ano seguinte, sobreveio a Constituição Federal de 16 de julho, em cujas Disposições Transitórias, artigo 26, se estabeleceu o seguinte: "Esta Constituição, escrita na mesma ortografia da de 1891, e que fica adotada no país, será promulgada pelo Mesa da Assembleia depois de assinada pelos Deputados presentes e entrará em vigor na data da sua publicação".

A celeridade produzida por esse artigo alinda está na lembrança de todos. E não era para menos.

Ele revogou os decretos sobre ortografia, e o Sr. Presidente da República, por circular de 2 de agosto de 1934, mandou adotar nos documentos os oficiais dos Ministérios a ortografia constitucional.

Depois, em 1937, a Constituição de 10 de novembro veio a revogar a ortografia vigente, ficando o País na situação anterior à primeira reforma ortográfica.

O decreto-lei n.º 292, de 23 de fevereiro de 1938, tornou obrigatório nas repartições públicas e nas publicações oficiais, assim como nos estabelecimentos de ensino, o uso da ortografia resultante do Acórdão de 30 de abril de 1931; e mandou que o Ministério da Educação e Saúde publicasse, para uso obrigatório, um vocabulário ortográfico da língua portuguesa, a qual seriam resolvidos os casos especiais de grafia não constantes do referido Acórdão.

Mandado organizar pelo Sr. Ministro da Educação e Saúde, o vocabulário ortográfico, este foi submetido ao exame de uma comissão composta de acadêmicos e professores, a qual deu o seu parecer no sentido de "não estar o dito vocabulário de acordo com os decretos do Governo Brasileiro relativos ao uso da ortografia oficial".

Em vista disso, compareceu o Sr. Ministro da Educação e Saúde na Academia Brasileira de Letras a 29 de janeiro de 1942, e, autorizado pelo referido decreto-lei n.º 292, cometeu a douta corporação o trabalho de organizar o vocabulário ortográfico da nossa língua, sugerindo que se tornasse por base o "Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa" publicado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1940.

Imediatamente a Academia mereu ombros à obra. Organizou as "Instruções" para levar a cabo o vocabulário, as quais foram aprovadas unanimemente em 12 de agosto de 1943, e, obedecendo a elas, um dos nossos competentes filólogos fez o trabalho, que o Diretor da Imprensa Nacional entregou à Academia em dezembro do aludido ano de 1943.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Onofre Gomes — O competente filólogo, a que V. Ex. se refere, foi o Sr. José de Sá Nunes.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Perfeitamente.

Publicado o "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", julgou o Sr. Ministro da Educação e Saúde que ele não estava inteiramente de acordo com o vocabulário que ele sugerira se tomasse por base, pois notara a falta de consoantes etimológicas em "ato", "fato", "ótimo", etc., e declarou que conspurcava o trabalho acadêmico apenas como "valiosa contribuição para o estudo da Reforma Ortográfica".

A Academia, por seu presidente, tomou as providências que julgou necessárias, e no dia 1 de junho de 1944, o "Diário Oficial" trouxe o seguinte comunicado da Secretaria da Presidência da República: "Resolveu o Sr. Presidente da República recomendar a adoção oficial das 'Instruções' aprovadas pela Academia Brasileira de Letras na sessão de 12 de agosto de 1943, e do seu 'Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa', até que a definitiva solução da matéria, depois de mútuo entendimento das duas Academias, possa ser estabelecida". E, com fundamento nos termos da Convenção Ortográfica de 1943, resolveu também "enviar a Portugal, com representação oficial do Governo, uma comissão de Acadêmicos, delegados autorizados da Academia Brasileira de Letras, que promoverá a ultimará, em entendimentos com a Academia das Ciências de Lisboa, a elaboração das bases definitivas da ortografia da Língua, a fim de que, de acordo com o texto e o espírito da Convenção, possam os dois Governos promover os necessários e finais atos legislativos referentes à matéria".

O Sr. Ministro da Educação e Saúde endereçou então uma carta ao presidente da Academia Brasileira de Letras, carta que foi lida em sessão e publicada no volume 67 da "Revista da Academia", na qual pediu, em nome do Sr. Presidente da República, que fosse logo escolhida a comissão representativa da Academia, constituída de três ou quatro membros, para ir em ender-se com a Academia das Ciências de Lisboa, a fim de que, depois de expedido o necessário ao legislativo, pudesse ter permanente e definitiva utilização a ortografia nacional.

Atendendo a esse pedido, a Academia designou, na mesma sessão, três dos seus membros para constituírem a comissão; e um dos Acadêmicos propôs fosse com a comissão um assessor técnico, sendo escolhido um membro da Academia Brasileira de Filosofia, o mesmo que organizara as "Instruções" e o "Pequeno Vocabulário Ortográfico" em 1943.

Por decreto de 2 de maio de 1943, tendo em vista os termos da Convenção Ortográfica de 1943, o Sr. Presidente da República designou os Acadêmicos Pedro Calmon, Ribeiro Couto, Olegário Mariano e José de Sá Nunes para integrarem a comissão académica que, em representação oficial do Governo, devia ir a Portugal para estudar e decidir, juntamente com a comissão designada pela Academia das Ciências de Lisboa, as questões pendentes relativas ao Acórdão que unifica o sistema ortográfico da língua portuguesa.

Partiu a comissão académica e, a 18 de julho de 1945, já se reunia a comissão portuguesa na Academia das Ciências de Lisboa em primeira sessão conjunta, a qual se seguiram mais vinte e seis. Como se verifica nos documentos oficiais da Conferência Interacadêmica, as principais divergências entre os dois vocabulários — o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e o da Academia Brasileira de

Letras, de 1943, consistiam no emprego feito por aquele de consoantes etimológicas mudas, que o do Brasil eliminara, e no emprego feito por aquele de acento agudo em vez de circunflexo antes de sílaba começada por consoante nasal ("m" e "n"). A respeito desses vocabulários disse o presidente da Conferência, Sr. Júlio Dantas, em artigo publicado no "Correio da Manhã" de 10 de dezembro de 1944: "Os nossos vocabulários (o da Academia das Ciências de Lisboa, de 1940, e o da Academia Brasileira de Letras, de 1943), monumentos da Língua, dignos certamente de admiração e de respeito, não representam cristalizações definitivas e imutáveis; são estádios de evolução de um vasto problema, não apenas gramatical e lexicográfico, mas eminentemente político".

O Sr. Costa Pereira — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com prazer.

O Sr. Costa Pereira — Essa é a opinião de Júlio Dantas.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Sim. Aliás, deve ser a opinião de todos, porque língua não é coisa morta, já se chegou mesmo a dizer, com certo exagero, que a língua é um jrga nismo vivo.

O Sr. Onofre Gomes — Esse conceito é hoje ultrapassado, pois a língua já é considerada produto social.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Concordo com V. Ex. Aliás, o nobre colega ouviu-me dizer que há exagero no considerar-se a língua um organismo vivo. O mestre Carneiro Ribeiro o afirmava. Não chego até lá, concordo plenamente com V. Ex.; entretanto, não se pode afirmar que ao autor de "Os séculos gramaticais" falece-lhe razão no simeto: produto social, a língua vive e pode até morrer, como tem acontecido.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex. mais um aparte? (Assentimento do orador) — Parece-me que, na brilhante exposição de V. Ex., houve um sulto, relativamente à primeira Conferência de Lisboa, a qual compareceu o Sr. Sá Nunes.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Se não me engano, a primeira conferência realizou-se em 1931.

O Sr. Onofre Gomes — Creio que foi em 1943. Sá Nunes levou cópia das instruções e do vocabulário que elaborara, com autorização da Academia para esta se desobrigar do compromisso. Seu trabalho foi estudado pela Academia de Ciências de Lisboa e achou-se conforme a Convenção. Disso há testemunho no "Pequeno Vocabulário", na exposição com que o apresenta o Ministro José Macedo Soares, então Presidente da Academia Brasileira de Letras e na referência que lhe fez Júlio Dantas, absolutamente aprovatória.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Quando se realizou essa conferência?

O Sr. Onofre Gomes — Em dezembro de 1943.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Essa data é a da Convenção.

O Sr. Onofre Gomes — O Vocabulário foi aprovado em 12 de agosto de 1943, em reunião da comissão designada pela Academia, e de que fazia parte Sá Nunes. Este foi o portador das instruções de nossa Academia para a elaboração do Vocabulário que havia composto. Seu trabalho foi apreciado pela Academia de Ciências de Lisboa presidida por Júlio Dantas, e achado conforme o acordado.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Esse Vocabulário não foi aprovado. Serviu de base em 45, para os estudos feitos pela delegação, mas não chegou a receber completa aprovação.

O Sr. Onofre Gomes — Na introdução do Vocabulário, redigida pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras, Embaixador José de Macedo Soares, consta a sua aprovação pela Academia de Ciências de Lisboa, expressa pelo próprio Presidente, escrito Júlio Dantas. Há, até, elogio do ilustre literato a essa obra. Ora, se

o Vocabulário estava conforme o Acórdão, e assim julgado concordante pela Academia de Ciências de Lisboa, ele foi aprovado.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Não foi aprovado; V. Ex. está enganado.

O Sr. Onofre Gomes — O Embaixador Macedo Soares, em tópico do prefácio a que me refiro, dá a entender que o foi. Lamento não ter em mãos um exemplar para ler as próprias palavras de S. Ex.ª.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Devo dizer ao nobre colega que, em consequência do Acórdão Ortográfico assinado em 1943, se fez o Vocabulário Resumido.

O Sr. Onofre Gomes — Mas não se trata do Acórdão de 1945. Para este já não havia necessidade de se cogitar de um vocabulário, porque já estava elaborado e aceito pela Comissão da Academia de Ciências de Lisboa, em nome da própria Academia.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Engano de V. Ex.ª.

O Sr. Onofre Gomes — É o que o Embaixador Macedo Soares diz no prefácio com que apresenta o vocabulário, trabalho, aliás, do Professor Sá Nunes.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Tenho que o colega está enganado. (Lendo):

No discurso que ele proferiu na sessão inaugural da Conferência, em 12 de julho de 1945, referiu-se à "histórica sessão da Academia Brasileira de Letras, de 29 de janeiro de 1942, em que o Ministro José de Sá Nunes preconizou a existência de uma só língua portuguesa, declarando aquela, integralmente, como código ortográfico, o vocabulário da nossa Academia, e cometendo à Ilustre Casa de Machado de Assis o encargo de organizar o Vocabulário brasileiro, "igual ao lusitano", apenas com a inclusão dos vocábulos de origem afro-negra e tupi, não registrados"; mas reconhecia que esse Vocabulário, "sem dúvida, não é igual ao lusitano"; e, finalmente, proclamou que "a Conferência", para entrar em vigor, tem de esperar que os dois Governos façam expedir os respectivos decretos de execução interna, acompanhados do formulário ortográfico, que tem de ser um só para os dois países.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com todo o prazer.

O Sr. Onofre Gomes — Parece-me que V. Ex.ª o se referir ao Ministro Gustavo Guanabara, diz que S. Ex.ª havia feito alusão a uma só língua portuguesa. Não pode ser desejo de S. Ex.ª; é realidade viva. O estilo brasileiro, sim, é um, e o português é outro.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — O nobre colega sabe que, em o advento do modernismo, muito se falou em língua brasileira. Tinham cabimento, portanto, as palavras do Senhor Gustavo Guanabara.

O Sr. Onofre Gomes — São exageros que estão além dos entendimentos para um Acórdão de tal índole.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — V. Ex.ª tem razão.

O Sr. Onofre Gomes — O que consta do Acórdão é o reconhecimento da unidade da língua, porque ela existe, realmente, embora com diferenças...

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Com variantes.

O Sr. Onofre Gomes — ... que corporificam o estilo brasileiro, tanto na língua falada, na escrita e na literária. A unidade existe; todavia, tem de haver matizes.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Os mais sensatos assim pensam. Vossa Excelência há de convir em que cada qual não pode escrever à vontade, sem respeitar os cânones gramaticais, criando uma gramática brasileira, como se a língua que falamos no Brasil não fosse a mesma que se fala em Portugal, com variantes, já se vê.

o Sr. Onofre Gomes — O primeiro dialeto que se constituiu no Brasil, como reação da fala, da língua geral, sobre o português, foi o caipira, principalmente em São Paulo...

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Por sinal está desaparecendo.

O Sr. Onofre Gomes — ... e foi levado pelos bandeirantes a todo o interior do Brasil. Esse dialeto, que representa ainda o *suos-raum* da língua que se fala no interior do nosso País, já era um elemento indicativo de que na unidade da língua se teria de levar em conta a elasticidade suficiente a que o povo da Metrópole, da Nação portuguesa metropolitana, da sua colônia, então o Brasil, e posteriormente do Brasil emancipado, pudessem considerar esse instrumento de expressão como uma língua única.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — (Continuando a leitura) — São de salientar igualmente estas palavras do Acadêmico Ribeiro Couto, que na Conferência Interacadêmica de Lisboa exercia o duplo papel de membro da comissão brasileira e Encarregado dos Negócios do Brasil, em Portugal:

"Cumpro a honrosa e grata incumbência de trazer à douta Academia de Ciências de Lisboa, a cujo inextinguível trabalho vamos dever que se complete a magnífica obra iniciada pelo Acordo Interacadêmico de 1931, e consolidada pela Convenção Luso-Brasileira de 28 de dezembro de 1943."

O Sr. Onofre Gomes — A Convenção se apresentara a Delegação Brasileira, em Lisboa, com instruções da Academia Brasileira e o respectivo vocabulário, elaborado pelo Professor Sá Nunes.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — A Convenção, não. Ai, V. Ex.^a labora em equívoco.

O Sr. Onofre Gomes — Estou perfeitamente certo.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — A Convenção realizada em dezembro de 1943 foi ajustada, concertada entre o Embaixador João Neves da Fontoura e o Primeiro Ministro de Portugal, Sr. Oliveira Salazar, de modo que não participaram os filólogos. Participaram do Acordo, em 45.

O Sr. Onofre Gomes — Não. Em 1943, o Professor Sá Nunes.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Estou vendo que, no particular, não concordamos.

O Sr. Onofre Gomes — Se Vossa Excelência se permitir ler o capítulo "Ortografia", da Introdução à Filologia, de Gladstone Chaves de Melo, encontrará a exposição minuciosa de toda a evolução dos entendimentos que serviram de base ao que ficou acordado.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Li vários documentos sobre o assunto e tenho certeza de que o nobre colega está equivoocado. Coisa, aliás, sem importância: questão de datas.

O Sr. Onofre Gomes — Não estou.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Espero que V. Ex.^a chegue a essa conclusão, após consultar os trabalhos a respeito.

Continuo, Sr. Presidente, a ler as palavras de Ribeiro Couto:

"... Ninguém pretende, nem pretenderia nunca imobilizar a evolução da Língua por meio de sinais escritos, pois bem sabemos como o insigne filólogo Dauzat que 'le langage, comme la vie est un perpétuel recommencement'."

Não estou lembrado de palavra que traduza perfeitamente esse recommencement, que ali significa, me parece, constante mutação. Lembro-me agora dos vocábulos...

O Sr. Onofre Gomes — Crescimento.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — ... de vir, usados por Latine Coelho, na "Oração da Corôa".

Continuando:

"Mas, sendo ela uma só e única língua portuguesa, não se compreende que seja escrita sendo de uma única maneira."

O Sr. Onofre Gomes — Esta a opinião de todos os filólogos brasileiros, isto é, quanto à unidade idiomática.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — A minha, a de V. Ex.^a, também.

O Sr. Onofre Gomes — ... em cuja lista se enfileiraram Gladstone Chaves de Melo, Silvio Elias, Serafim Neto Said Ali, José Veríssimo, João Ribeiro e tantos outros.

O Sr. Costa Pereira — Souza da Silveira.

O Sr. Onofre Gomes — ... Souza da Silveira e vários outros.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Encerrados os trabalhos da Conferência em 6 de outubro de 1945, verificou-se que as Instruções de 1943 ficaram quasi intatas.

O Sr. Onofre Gomes — Como vê V. Ex.^a, as Instruções foram aceitas pela Convenção que houve em 1945.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Foram quasi aceitas, e não como diz V. Ex.^a, mas em 45.

O Sr. Onofre Gomes — Macedo Soares, firmando o prefácio do "Pequeno Vocabulário Ortográfico", homem de linguagem elegante, assim o declara como presidente da Academia de Letras. E transcreve as palavras de Julio Dantas.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Repito:

Encerrados os trabalhos da Conferência em 6 de outubro de 1945, verificou-se que as "Instruções" de 1943 ficaram quasi intatas.

O Sr. Onofre Gomes — Sim, essas "Instruções"...

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — ... e que o "Pequeno Vocabulário Ortográfico" do mesmo ano devia ser tomado como base do "Vocabulário Ortográfico Resumido", já iniciado em Lisboa pelo técnico brasileiro, e dos futuros vocabulários ortográficos das duas Academias e dos dois países de língua portuguesa.

O Sr. Onofre Gomes — Como vê V. Ex.^a, e o está enunciando, as Instruções e o Vocabulário foram presentes à reunião de 1943 em Lisboa e aceitos por ambas as Academias.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Não neguei tal fato. Foram aceitas, em 45, totalmente, como diz V. Ex.^a.

Regressando a Comissão brasileira foram apresentados os documentos da Conferência ao Chefe do Governo que pelo Decreto-lei n.º 8.286, de 5 de dezembro de 1945, aprovou o Acordo Ortográfico para a unidade da língua portuguesa. Três dias depois o Governo Português também o aprovou pelo Decreto n.º 35.228, e entrou imediatamente em execução, ficando, porém, a exigência da observância da ortografia para começar no dia 1 de janeiro de 1946.

Em vista de haver o Decreto-lei n.º 8.286 determinado em seu artigo 3.º que a Academia Brasileira de Letras se incumbiria da elaboração de um Vocabulário Resumido, exemplificativo das normas estabelecidas no Acordo, ela encarregou desse trabalho o assessor técnico da Comissão que fôra a Lisboa, Dr. Sá Nunes e que já tinha organizado o seu Vocabulário de 1943.

O Sr. Onofre Gomes — V. Ex.^a confirma todas as afirmações de meus apartes.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Não discordo de V. Ex.^a, a não ser num ponto. V. Ex.^a declara que o Acordo Ortográfico aceitou totalmente o que diziam as Instruções e o Vocabulário Brasileiro, e eu afirmo que foi aceito quase totalmente.

O Sr. Onofre Gomes — Não uso o termo "totalmente". Permita-me neste passo, dizer a V. Ex.^a que a aceitação é e pressa no elogio das Instruções e do Vocabulário.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Só faço restrição à palavra "totalmente". Se V. Ex.^a não a profertiu ficou, contudo, me parece, evidente na maneira de dizer de V. Ex.^a.

Minha divergência, portanto, corre-se apenas nisto: as Instruções e o Vocabulário não foram aprovados to-

talmente, pois houve ligeiras divergências.

O Sr. Onofre Gomes — Entendo — permita-me o nobre orador — que tais divergências não foram expressas, por escrito, nem manifestadas à Academia Brasileira de Letras.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Concluída a obra de 1947, começaram a surgir críticas pela imprensa, principalmente contra a volta das consoantes denominadas "mudas" e consoantes de emprêgo do acento agudo, em lugar do circunflexo, em palavras cuja tônica recaia no "e" ou no "o" seguidos de sílaba que principia por consoante nasal.

Com fundamento não parecer apresentado pela Comissão do Vocabulário da Academia Brasileira de Letras e por esta aprovado unanimemente, vê-se que tudo se fez na Conferência interacadêmica de conformidade com a pronúncia do Brasil e de Portugal, de modo perfeitamente científico e caindo-se às necessidades de toda a comunidade que fala e escreve a língua portuguesa. Diz o referido parecer, que é datado de 6 de dezembro de 1945:

"A Comissão Brasileira do Vocabulário teve a satisfação de verificar que as "Instruções" aprovadas pela Conferência foram vazadas nas "Instruções" de 1944, seguindo-lhes o mesmo plano e a mesma ordem, salvo nos pontos em que a necessidade imperiosa da unidade ortográfica exigia preceitos que se amoldassem à pronúncia das Nações da língua portuguesa. Por causa dessa necessidade, foram estabelecidas as seguintes normas, que vigoravam no Brasil desde o Acordo Interacadêmico de 1931:

1. "Quando o vocábulo exige acentuação gráfica, as vogais tônicas, e o, seguidas de sílaba iniciada por m ou n, serão marcadas com o acento agudo, que servirá para lhes indicar a tonicidade, e não o timbre."

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.^a outro aparte?

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Com o máximo prazer.

O Sr. Onofre Gomes — A página 111 do Vocabulário Resumido escrito também pelo Professor Sá Nunes — autor do de 1943 — e, em consequência da Reunião Acadêmica de 1945 denominado "de Acordo". V. Ex.^a lê o seguinte: a palavra "cômodo" grafada com acento circunflexo, em virtude de os portugueses pronunciarem a primeira sílaba, tônica, com som brando e não forte, o que vem contrariar a própria regra estabelecida no Vocabulário de 1945. Mas adiante V. Ex.^a encontrará o vocábulo "cônsul", grafado com acento circunflexo em vista de eles não pronunciarem cônsul, isto é, com a acentuação tônica aguda.

Nós que pronunciemos, sempre o "o" intervocálico, nasalado por "n" ou "m", fechad, seguimos uma regra geral com o acento circunflexo. O português, às vezes, pronuncia "ô", como na palavra cômodo e outras vezes "ó", como em ...

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — "Colônia", com o primeiro o fechado.

O Sr. Onofre Gomes — Aliás dizem "colônia". Grafam, porém, com o acento agudo. Querem transformar numa exceção o que no Brasil é regra geral, pois em nenhum caso o brasileiro pronuncia o "o", senão de "n" e "m" com o som aberto. De forma que, neste ponto, em benefício da própria unidade, que é reconhecida pelos dois povos, pelos governos e pelas elites nacionais, Portugal deve aceitar o ponto de vista brasileiro, porque não se trata de implicância; é antes, o curvamento, uma vez que o sistema tem que obedecer a certa base científica, ao reconhecimento de um fato linguístico e, conseqüentemente, de uma imposição filológica.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — O que se fez nesse particular, não foi outra coisa senão harmonizar a situação, de acordo com o espírito de concordância dos delegados.

V. Ex.^a não tem razão quando declara, se não me engano, que os portugueses adotaram o acento circunflexo porque disser "cômodo", com o nasal, e adotaram o acento agudo nas outras palavras em que o "o" é aberto. Os delegados adotaram o acento agudo toda vez que a sílaba era pronunciada diferentemente no Brasil e em Portugal. Nós dizemos colônia e os portugueses dizem colônia. Repito, no caso de divergência, foi adotado o acento agudo, que designa a tonicidade e não o timbre.

Quando as sílabas são pronunciadas de modo igual, no Brasil e em Portugal, usar-se-á sempre o acento circunflexo. Tanto num como noutro caso, V. Ex.^a há de convir em que o acento cabível não é um nem outro. Adotam-se por convenção. No caso da sílaba nasal, o acento circunflexo não resolve à justa o problema, porque não tem função para anasalar.

Nos casos em que a pronúncia portuguesa difere da brasileira, usa-se o acento agudo. Quando a pronúncia for igual, o acento é circunflexo. Dentro do espírito de compreensão que levaram nossos delegados para Lisboa, eles deviam transferir. Se os brasileiros ficassem irredutíveis nos seus pontos de vista e os portugueses também, não se faria o acordo desejado.

O Sr. Onofre Gomes — Não declarei que o acento circunflexo tinha função nasalar, mas que os portugueses grafavam cômodo com a tônica cô e não co, com o acento circunflexo porque pronunciavam cômodo e não cômodo.

O acento circunflexo no caso por exemplo, do "o" entre "m" e "n" ou entre "n" e "m", como "anômico", no caso brasileiro não tem dele necessidade para a nasalização, porque nós pronunciávamos anasaladamente em consequência da fusão...

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Do "n" que está adiante.

O Sr. Onofre Gomes — ... da ação do "m" e "n" e pronunciávamos fechado. Nós não dizemos "econ" e sim "econô", por isso temos de acentuar da mesma maneira que os portugueses em "cômodo", com o acento circunflexo. Por isso eles é que devem pôr o acento agudo e nós o acento circunflexo. É questão exclusivamente de adaptação de uma disposição do acordo.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Nesse caso o acordo não poderia ser integral.

O Sr. Onofre Gomes — É melhor se reconheça o fato linguístico e se grafie como o português pronuncia e como o brasileiro fala, do que violá-lo.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — A opinião de V. Ex.^a é respeitável, mas, dentro do espírito do acordo acho que V. Ex.^a não tem razão. Estou vendo que, se V. Ex.^a fôsse o delegado do Brasil, faria, talvez, acordo, mas não integral e sim parcial.

O Sr. Onofre Gomes — O acordo não pode ser total. Era o que o Sr. Sá Nunes como bom brasileiro, deveria ter defendido. Bastava que ele tivesse defendido no caso em referência, o acento circunflexo, fundamentando sua opinião cabalmente para que os portugueses tivessem aceitado.

O Sr. EZECHIAS DA ROCHA — Pelo que ouvi, o meu nobre colega acha que o acordo não devia ser 100%. É uma opinião respeitável. Mas eu me conservo dentro do ponto de vista integral, dos 100%. Por essa razão é que dou apoio ao que eles resolviam.

O Sr. Onofre Gomes — Penso que o ponto de vista de V. Ex.^a é mais filológico do que os conhecimentos

tos que V. Ex.^a tem para assumir posição. O nobre orador sabe, certamente, que não é a grafia que define a língua mas sim os fatos da linguagem que precisam, para sua divulgação, ser escritos que possam assumir. É a ortografia que se deve adaptar aos fatos da linguagem.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — V. Ex.^a tem razão. Esses questionamentos dão pano para as manobras.

O SR. Onofre Gomes — Hoje está muito esclarecida.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — ... e quando se começa a discutir assunto como este, não se acaba mais, em não haver o espírito conciliador.

No tocante ao ponto de vista que V. Ex.^a frisou, quero lembrar uma frase do senhor do poeta Ribeiro Couto. Diz ele: "As línguas vivem e morrem humanas, mas se eternizam pela escrita". Já está a importância da ortografia. Que seria do latim e de outras línguas mortas se não tivessem sua escrita?

O SR. Onofre Gomes — V. Ex.^a tem toda razão na afirmação que acaba de fazer, de que a língua se eterniza através da escrita. Mas essa escrita não é uniforme. A ortografia de hoje do próprio português já é a quinhentista, nem da época preclássica.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Não poderia ser, mesmo porque, naquele tempo, não se sabia escrever. Não havia ortografia e sim cacografia.

O ideal será que haja uma ortografia de acordo com o momento que passa, e única para todas as regiões, onde se fala a língua portuguesa. É porque assim penso é que defendo o Acordo Ortográfico.

(Continuando a ler):

II. "Quando não soam no Brasil e em Portugal, não se escrevem as consoantes: b dos grupos *ad, af, ag*; e do grupo *ed*; g dos grupos *ad, ag, ah*; m dos grupos *ad, ag, ah*; n dos grupos *ad, ag, ah*; p dos grupos *ad, ag, ah*; t dos grupos *ad, ag, ah*." III.

"As consoantes c e p dos grupos *ad, ag, ah* e *ed* conservam-se nos seguintes casos: a) Quando são pronunciadas num dos dois países ou em parte de algum deles, ou quando o uso oscila entre a sua pronúncia e o seu emudecimento. b) Quando não são proferidas em um dos dois países, figuram em palavras que devem harmonizar-se graficamente com formas afins que apresentem as mesmas consoantes, ainda que o c e o p se contenham etimologicamente em x e em ps."

O SR. Onofre Gomes — A regra anterior já é uma exceção, dentro de unidade integral: que V. Ex.^a prega. O que se diz no Brasil pode ser escrito em Portugal, mas, não pronunciado da mesma forma.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Quando não soam no Brasil nem em Portugal, não se escrevem as consoantes de que trata o item II.

O SR. Onofre Gomes — Como o homem do povo vai distinguir as exceções?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Terá que aprender. Para isso há escolas.

O SR. Onofre Gomes — Há uma unidade absoluta; V. Ex.^a há de ver.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Sou e serei pela unidade ortográfica. Em Portugal escrevi "recepção" com "p" e, no entanto, pronunciava "recepção". Transgiram, para que o Acordo se realizasse. As palavras "facto", "acto", por exemplo, em Portugal, conservam o e e, neste particular, devemos transgír.

O SR. Onofre Gomes — Então deveremos escrever "indemne" novamente com m.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Devemos fazer o sacrifício de respeitar a grafia. Deve haver sacrifício de ambas as partes.

O SR. Onofre Gomes — Sacrifício em que o Brasil será o mais atingido.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — O nobre colega deve compreender que não se podem realizar grandes coisas sem sacrifício; esta é a verdade! No caso, sacrifício de ambas as partes.

(Continuando a ler):

c) Quando, depois das vogais e, o, servem para indicar a abertura das ou, mesmo não tendo valor diacrítico, não são invariavelmente proferidas nos dois países, a grafia mas infelizmente não é possível, dado o adiantamento da hora, desenvolver melhor meu pensamento sobre o assunto.

O SR. Onofre Gomes — Comprometo-me a voltar, se preciso, a prorrogação da hora do expediente.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Dado já agradeço a V. Ex.^a. As palavras proferidas por portugueses e brasileiros não devem sofrer nenhuma modificação escrita.

A letra e nas palavras "acto" e "facto" tem som aberto, e o e não se pronuncia, em Portugal, mas tem função diacrítica: abre o a, que, som fecho, seria fechado.

O SR. Onofre Gomes — Posso informar a V. Ex.^a, porque estive em Lisboa e fui visitado por um emissário do Ministro do Exterior, quando já vinha para o Brasil. Falando com esse senhor no hotel, disse-me ele que a preocupação dos estudantes lisboenses era de grande preocupação, porque se encontravam em actos, não conhecia eu, então, o emprego dessa palavra na significação de exame. Pediu-me um esclarecimento e respondi-me que estavam em provas. Concluiu, então, tratar-se de exames. Eles pronunciavam o "o" da palavra "actos".

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Ao que sabia, já não se pronuncia o c, que, entretanto, vai influir na pronúncia do a, o que não ocorre entre nós. O "a" do verbo osar, por exemplo, tem pronúncia diferente do "a" da preposição.

(Lendo):

A respeito do uso dessas consoantes, reza o parecer da Academia Brasileira de Letras:

"Essa conservação das consoantes c e p de origem etimológica obedece a princípios de todo em todo razoáveis e dignos da máxima ponderação, e não a exceções, fundadas na pronúncia lusitana. Em primeiro lugar não era deito manter a interpretação que no Brasil se deu ao art. 1.º das Bases ortográficas de 1931: 'Eliminam-se as consoantes mudas', visto ser interpretação contrária ao espírito da unidade ortográfica dos dois países que falam o idioma português. Aquelle artigo deve interpretar-se como o foi na Conferência de 1945, a saber: 'Eliminam-se as consoantes que não invariavelmente quadram assim no Brasil como em Portugal'."

"Quanto à acentuação gráfica", são palavras do parecer da nossa Academia, "também a Comissão do Vocabulário teve o prazer de se certificar de que, sem atentar contra a pronúncia normal brasileira, foram redigidas dez (fortemente s) as dez regras estatuidas nas 'Instruções' de 1943. Ponto esse fundamentalmente didático e de importância capital para a imprensa e para a literatura dos dois países irmãos, tem sido constantemente discutido, criticado e ventilado em toda parte, em vista da multiplicidade de sinais diacríticos que infestavam a escrita, dificultando o ensino primário e secundário, fazendo surgir inúmeras discussões nos meios burocráticos, perturbando a marcha dos serviços dos 'pórticos' e 'motopistas' e enchendo de perplexidade e dúvidas a quase todos os que tinham necessidade de confiar por escrito as suas idéias e pensamentos; agora, tanto nas Bases como nas Instruções da Conferência, vê-se que se aboliu totalmente o tema e quase inteiramente o acento circunflexo nos homógrafos heterofônicos

além de outras eliminações que se tornavam necessárias, embora surgissem ou ressur issem outros preceitos exigidos pelos postulados da unidade e da grafia internacional."

V. Ex.^a diante o notável parecer académico, analisando cada um dos preceitos das Bases e das Instruções oriundas da Conferência Interacadémica de Lisboa, que se diferencia dos que foram aprovados em 1943, nas análises com espírito de verdadeira compreensão, com sentimentos de legítimo patriotismo e com a visão ampla do conjunto dos povos beneficiados pela uniformização ortográfica.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os timpanos) Pego licença para licitar ao nobre orador que a hora do expediente está a esgotar-se.

O SR. ONOFRE COMES (Pela ordem) Sr. Presidente, requero a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Ezechias da Rocha possa concluir sua oração.

O SR. PRESIDENTE — O plenário acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Onofre Gomes.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço ao prezado colega Onofre Gomes a gentileza do pedido de prorrogação da hora do expediente, para que possa terminar meu longo e, notavelmente, fastidioso discurso.

O SR. Onofre Gomes — Não apolo. Brilhante e seguro discurso.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Agradeço as palavras generosas de V. Ex.^a.

Agradeço também ao plenário o haver-me concedido a prorrogação da hora do expediente.

(Continuando a leitura).

Lendo-se o parecer académico de 6 de dezembro de 1945, sente-se que a Comissão do Vocabulário da Academia Brasileira de Letras, imbuída da mais alta preocupação do bem público, vendo claramente os benefícios imensos que há de trazer ao Brasil a unidade ortográfica, talvez maiores do que a Portugal, longe de se limitar a considerações de estreito regionalismo se alancorou no mais elevado ponto, para enxergar, numa visão panorâmica, as futuras consequências do pacto de 1945. Isenta de paixões mesquinhãs, livre de competições renhidas, mas atenta exclusivamente ao bem da instrução pública e particular, da imprensa e da burocracia dos escritores de todas as classes e do futuro da nossa Pátria no concerto das nações civilizadas, a Comissão Académica do Vocabulário não deixou escapar coisa alguma do actual problema ortográfico sem a sua esclarecedora observação, de maneira extremamente sucinta, mas de clareza meridiana. Assim é que, depois de fazer luminosas considerações sobre o emprego das consoantes mudas e de acento agudo em vez do circunflexo, depois de mostrar as vantagens da redução dos acentos gráficos na ortografia do Acordo Interacadémico e Internacional de 1945, prossegue:

"Para que a unidade ortográfica se torne efectiva entre os dois povos, assentou-se que o ditongo *ei* das terminações *ei* e *eio*, mesmo que possa ter o e aberto, não levará acento agudo, bem como o *oi* não levará o ditongo *oi* de algumas palavras paroxítonas, em virtude das divergências existentes, neste particular, não só entre a pronúncia brasileira e a portuguesa, mas ainda entre as pronúncias de regiões lusitanas."

V. Ex.^a, Senador Onofre Gomes, vê que essa solução foi ótima.

Alinda acerca da acentuação:

"Ficou estabelecido que se acentuava o *ê* e o *ô* da terceira sílaba da 1.ª pessoa do plural do

pretérito perfeito do indicativo dos verbos regulares da 1.ª conjugação, o que já era antes do Governo de 1943, regra geral nos dois países."

Outra grande vantagem que se observa no sistema ortográfico de 1945 foi abolir o emprêgo do hífen em numerosíssimos topónimos compostos brasileiros, dificultando a escrita de maneira especial nas escolas e nos meios burocráticos. Els o que diz o parecer académico:

"O emprêgo do hífen regularizou-se, nas suas linhas gerais, consoantes as normas das 'Instruções' de 1943, limitando-se, porém, o seu uso de acordo com a tradição em compostos do vocabulário onomástico formados por justaposição de palavras, como *Rio de Janeiro, Belo Horizonte*, etc.; mas preservou-se o emprêgo deste sinal nos derivados dos referidos topónimos, confirmando-se o que já estava assente no 'Pequeno Vocabulário' da Academia Brasileira de Letras."

Fixou-se o emprêgo do apóstrofo de tal arte, que de ora avante não haverá mais dúvida ou hesitação no seu emprêgo.

Continua o parecer académico:

"Regularizou-se também o emprêgo das letras maiúsculas iniciais, tornando-se em consideração o que ficou estabelecido nas 'Instruções' de 1943, mas alterando-se algumas regras a serem quando-se outras."

As regras que foram acrescentadas e modificadas servem para evitar muitas dúvidas anteriormente existentes ao escreverem-se títulos de livros, publicações periódicas e produções artísticas de qualquer género. Muitos escrevem a esmo tais títulos, ora usando maiúsculas quando deviam servir-se das minúsculas, e vice-versa, numa confusão enorme, e agora, com as normas fixas e fáceis de pôr em prática, estabelecidas rigorosamente pelo sistema de 1945, deixará de haver essa confusão, e todos saberão grafar com segurança aqueles títulos.

O aludido parecer faz referência aos sinais de pontuação, que continuam a ser usados como preceituaram as Instruções de 1943, mas acrescentou-se uma regra concernente ao travessão acompanhado de vírgula, para ficar bem regularizada a colocação desta na frase, como a regularizou a Academia Brasileira de Letras depois das apas e dos parenteses.

Tendo sido aprovadas essas "Instruções" a 2 de outubro de 1945 pela Conferência Interacadémica de Lisboa, foram elas submetidas à consideração e exame da Academia Brasileira de Letras, que, pela sua Comissão do Vocabulário, não só as tomou na devida consideração, mas stambém as examinou minuciosamente, aprovando-as plenamente. A Academia Brasileira de Letras ratificou a aprovação da Conferência da Academia das Ciências de Lisboa.

Também a Academia Brasileira de Filologia se manifestou publicamente sobre a ortografia unificada na Conferência Interacadémica. Emitindo o parecer sobre a grafia oriunda do Acordo de 1945, o douto académico Jorge Henrique Augusto Padberg Drenkpol, um dos mais brilhantes membros daquela Academia, terminou com estas palavras:

"As duas mais ilustres Academias de Portugal e do Brasil, até os dois Governos mesmos, comprometeram-se nesta unificação ortográfica. Sábios escritores e filólogos dos dois países, dentro e fora das respectivas Academias, entre eles dum modo conspícuo o nobre erudito e laborioso confrade José de Sá Nunes, aderiram e colaboraram. Grandes despesas públicas foram aplicadas nesse Acordo."

— E tudo isso seria debalde? Não; temos confiança nos altos Governamentos desta grande País e no bom senso dos seus legisladores, para que um dia, a despeito de todas as dificulda-

As mais fortes objeções que se têm feito à ortografia oriunda do Acordo de 1945 não resistem a uma análise rigorosa do ponto de vista científico, pois que elas se fundam em sentimentos pessoais, em modos de ver individuais, não raro imprezados de paixão, de certo sentimento que não nos deveria tabernar os assuntos da verdadeira doutrina. Examinando-o, portanto, mas sem nenhuma ideia preconcebida, os documentos da Conferência de Lisboa, nenhum homem de bom senso encontrará neles coisa al-

O SR. EZECHIAS DA ROCHA —
escreva-se sempre a consoante, como

Nesse interim, um jornal desta cidade ouvia em entrevistas a professores e filólogos a respeito das vantagens ou desvantagens das normas do Acórdão Ortográfico de 1945. Se a matéria se manifestava contrária à unidade das normas mudas, a maioria, de muito maior peso responsável, olhando aos benefícios menores que a unidade ortográfica traria nos países de língua portuguesa, aplaudia com todas as veras semes retorno, não só pelo respeito à história e à tradição quadrissecular da escrita luso-brasileira, mas ainda pela segurança que à língua portuguesa trazia o uso dessas consonâncias, evitando a sua corrupção e os nefastos efeitos que acarretaria a sucessão delas. Na verdade, é necessário voltar em consideração esse problema, não só do que, com quem se entenderem à unidade ortográfica nem dos dissídios entre professores e seus subordinados, advogam a eliminação das consonantes etimológicas em muitos vocabúlos nos quais elas são muito proferidas. Registrar vários vocabúlos com e sem elas, como se fez nos vocabulários de 1932 e 1943, só servir de encontro à unidade ortográfica e ao salutar princípio assentado na Conferência de Lisboa e dar ocasião aos estudantes de todas as escolas para perpetrarem barbarismos incongruências de todos os oulhas. Não é só isso: em provas escritas

O ACENTO AGUDO EM VEZ DO
CIRCUNFLEXO

Sempre foi símbolo da sílaba tónica, quer no Brasil, quer em Portugal, assim como noutras línguas, antigas e

modernas, o acento agudo, e este o seu principal papel. Substituímos, serve ele para marcar vozes acentuadas, contido, deixar de ser aproveitadas por a sibilizar também vozes fechadas ou nasais, como sucede com as palavras oxítonas de duas ou mais sílabas que terminam por "em" ou "ens".

Já este precedente devia amadurar a ideia das que supondo servir o acento agudo para "marcar" vogais antes de consoantes nasais, a portuguesa, repete a ortografia do Acórdo de 1915 por haver estabelecido a regra de se colocar o agudo em palavras como "acadêmico" e "domador". Não é por causa da pronúncia lusitana que se acentua desta maneira, mas em virtude de existir no Brasil tal pronúncia. No Estado de São Paulo e no do Paraná, além de certas regiões de Minas Gerais e de Santa Catarina, como foi já demonstrado pela imprensa, pronunciam-se acentos o "e" e o "o" antes de consoante nasal pertencente à sílaba seguinte, exatamente como sucede em certas regiões portuguesas. Em Portugal também há regiões onde essas vogais se pronunciam fechadas ou nasais, como na maior parte do Brasil, por exemplo, na Beltra, onde nasceu Cândido de Miquelredo; e por isso é que, nas edições de obras, inclusive o dicionário, anteriores à Reforma Ortográfica de 1911, aquêle eminente lexicógrafo escrevia as sobreditas palavras com acento circunflexo.

Em Portugal, pronuncia-se Antônio e Antônio no Sul do Brasil também.

O Sr. Onofre Gomes — Talvez em virtude da diferença de métodos de ensino. No Sul, dizem *mê* e *dê*, como se escrevem, pronunciando-se, por exemplo, "cor de rosa". O cardeal diz "cor de rosa" e o nordesta, "cor di rosa", com o e final quasi quasi inaudível. Aliás, essa é boa pronúncia, mais suave, e agradável.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Em um país tão grande como o nosso não pode haver uniformidade de pronúncia. Nem mesmo em Portugal ela existe.

Tendo-me participado da referida reforma, dirigi-me aos seus colegas de comissão e aos professores e filólogos brasileiros, representados nas pessoas de Silva Ramos e Mário Barreto, com o intuito de fazer algumas alterações em quatro preceitos da ortografia oficial portuguesa, ao que aquiesceram os nossos filólogos e professores mencionados. Uma das alterações consistia em mudar-se o acento circunflexo da última sílaba dos possessivos terminados por "em" pelo acento agudo, de modo que, em vez de se escrever *contém*, *ninguém*, *portém*, se passasse a grafar *contem*, *ninguem*, *portem*, ficando reservado o circunflexo para o plural dos verbos acabados por "em" tônico: *atém*, *contém*, *retém*.

Ora, durante, pelo menos, quatro anos viveu no Brasil a ortografia oficial portuguesa de 1911, e nunca houve

alguém que se pronunciasse contra essa acentuação. E, justamente como em Portugal, não só acentuávamos "além", "alguém", "armazém" com o agudo, como entemos já habituados a fazê-lo, mas também com o agudo acentuávamos toda as palavras cujo "e" ou "o" tônicos eram seguidos de "m" ou "n" pertencentes à sílaba imediatamente. Os professores aconselhavam seus alunos a, quando tivessem qualquer dúvida no escrever esta ou a outra palavra, irem buscá-la no "Vocabulário Ortográfico" de Gonçalves Viana. Desde 1915 até novembro de 1919 as escolas primárias, os colégios, os cursos particulares e até jornais e revistas adotavam o sistema ortográfico português, sem que ninguém se levantasse contra as consoantes mudas nem contra o acento agudo em lugar de circunflexo.

O nobre Senador Onofre Gomes tem, aliás, um grande mestre, Mário Barreto, que seguiu, à risca, essa ortografia.

Estou convencido de que, se o Senhor Ministro da Educação tivesse levado portaria, considerando a obrigatoriedade da ortografia do Acórdo Interacadêmico logo após a publicação do Decreto-lei número 8.286, tudo se passaria como no quadrante em vigor o sistema lusitano de 1911. Talvez houvesse vozes discordantes, como sói haver sempre em tal caso; mas a lei teria de prevalecer fôsse como fôsse, e hoje ninguém mais discutiria a cerca do assunto. A unidade ortográfica seria um fato.

Mas, por motivos verdadeiramente tróvicos, personalíssimos, entraram de bradar na imprensa contra as tais constantes mudas, contra o tal acento agudo em lugar do circunflexo, e alguns contra as retas relativas ao emprego das maiúsculas iniciais, e espalhou-se o boato, por todo o Brasil, de que o Acórdo Ortográfico foi unilateral, porquanto a comissão brasileira se deixou vencer, em toda a linha, pela comissão portuguesa; que o Brasil foi seriamente prejudicado, porque não se levou em conta a sua pronúncia; que, afinal, o povo brasileiro deve rejeitar essa ortografia, porque ela vai de encontro à realidade brasileira.

Entretanto, espíritos serenos e claros, como os dos professores Sousa da Silva e Padberg Drenkpol, analisando cientificamente as bases e o vocabulário do Acórdo de 1945, souberam alçar-se às eminências para ver do alto os benefícios, as vantagens incalculáveis e o proveito intelectual e até comercial do nosso País, se adotasse imediatamente aquelas bases e aquele vocabulário. Outros professores, filólogos e jornalistas de vários Estados da Federação têm-se manifestado mais ou menos como os sábios mestres que citei, do que tenho provas em artigos por eles estampados em jornais e revistas. Não me custará declinar-lhes os nomes, para

honra do magistério brasileiro, da filologia brasileira, do jornalismo do Brasil. E certamente o farei noutra oportunidade, pois nesta me propus tratar de matéria diversa, como seja a de que acabo de ocupar-me e a que se refere ao

EMPREGO DAS MAIÚSCULAS INICIAIS

Nunca tivemos, nem mesmo na ortografia acadêmica de 1943, normas fixas e completas para o emprego correto das letras iniciais maiúsculas. As bases e as "instruções" do Acórdo de 1945 acabaram de uma vez para sempre com as incertezas, incertezas e complexidades de normas gramaticais e ortográficas a este respeito. Trazendo a fixidez de preceitos baseados na tradição e no bom senso, ninguém mais deixará de grafar corretamente as palavras que exigem letras maiúsculas ou minúsculas iniciais, bastando para tanto praticar as determinações daquelas bases e "instruções". Um exemplo não sei por demais. Com escrevem por aí o título de um dos mais conhecidos romances de Camilo — "O Romance de Um Rapaz Pobre". Uns empregam letras minúsculas, exceto na palavra inicial — "o", que não raro suprimem, começando o nome do livro pela palavra "Romance"; outros grafam com maiúsculas os sub-títulos "Romance" e "Rapaz", deixando os adjetivos e as iniciais minúsculas; e, fim, cada um a seu modo o título como lhe dá na cabeça, pois não havia regra firme a que obedecesse. Pelo sistema de 1945 há uma forma exata e correta: grafar apenas a proposição "de" se escreve com inicial minúscula. Isso mesmo é o que todos desejamos: escrever qualquer palavra, qualquer expressão, qualquer título de uma única forma.

Esta unicidade facilita o ensino tanto para o professor como para o aluno; simplifica o trabalho do compositor tipográfico ou do linotipista; dá segurança aos revisores e corretores de provas, sejam tipográficas ou escolares; e acima de tudo, contribui para a satisfação de todos os que lançam mão da pena para expressar as suas ideias e pensamentos.

Senhor Presidente, ao meu ver, muito raros são os artigos de crítica à ortografia do Acórdo, vazada no cadinho da verdade científica e da realidade dos fatos. Quase todos demonstram sentimentos meramente pessoais, preconceitos de raça, inludível má vontade para com os nossos gloriosos irmãos portugueses. Muitos desta certa ojeriza pela comissão brasileira, especialmente pelo seu eminente consultor técnico e membro dessa comissão. Alguns até patenteiam jacobinismo, certo chauvinismo incompatíveis com assuntos desta natureza, inadmissíveis ante as tradições liberais do nosso país e o espírito de compreensão e colaboração que deve presidir as nossas relações com o mundo, particularmente com

Portugal, cuja história, cujas aspirações, cujas lutas e triunfos estarão por todo o sempre vinculados a nação brasileira.

O Sr. Bernardes Filho — Muito bem! Sobre tudo com Portugal.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Sr. Presidente, como muito bem acentuam os sociólogos, um dos fatos mais graves do mundo hodierno é o conflito de culturas. Versando esse tema, Gilberto Freyre, no seu pequenino mas admirável livro — Uma Cultura Ameaçada — afirma, cheio de razões, que a cultura luso-brasileira é o fundamento da nossa cultura e a maior garantia da nossa independência, não apenas políticas, mas social.

A propósito da assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil, disse o Embaixador João Neves da Fontoura que "a comunidade luso-brasileira é um acontecimento do mundo e que deve ser estreitada ao máximo possível".

Ainda há poucos dias, escrevia Danton Jobim: "Brasil e Portugal são duas nações que têm um destino comum. A não ser que sobrevenha uma catástrofe para os povos livres, com a vitória do comunismo, será fatal que Portugal se volte para o Brasil, concordando com ele uma aliança efetiva".

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex.ª ainda uma aparte?

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — Ouvirei V. Ex.ª com todo prazer.

O Sr. Bernardes Filho — O ideal será que entre os dois países nunca venham a existir fronteiras de espécie alguma.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA — De pleno acórdo. Conclui a brilhante pena do "Diário Carioca": "Verá o mundo, pois, o advento de uma comunidade política luso-brasileira colaborando, ativamente, para o equilíbrio mundial".

Ora, Sr. Presidente, essa comunidade de que fala o Embaixador João Neves da Fontoura e o jornalista Danton Jobim, assenta, repousa, firma-se na cultura luso-brasileira, e o substrato, o instrumento, a expressão dessa cultura é a língua portuguesa. Cumprir, pois, defender, na medida do possível, contra os fatores de diferenciação e deformação, no tempo e no espaço, o idioma comum; e a unicidade da sua grafia é uma das maiores armas dessa defesa.

Por todas estas razões, Sr. Presidente, votarei favoravelmente à Convenção Ortográfica, certo de assim estar também aprovando o Acórdo, que é o seu complemento, por sinal já aprovado por um decreto-lei do Presidente Linhares. E diz-me a consciência que assim fazendo ficarei quite de um dever para com o Brasil e a cultura luso-brasileira, à qual estou intimamente, visceralmente, placentariamente ligados os destinos da nossa Pátria. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 24 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.763, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 29 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.578, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 3 de julho de 1954.

João Café Filho

6.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 27 de Julho de 1954, às 14,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado, que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.763, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios; tendo Parecer, sob n.º 7, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato de empreitada, celebrado em 14 de Junho de 1951, entre a Divisão de Obras do Departamento de Administração do Ministério da Educação e Cultura e a firma Luis Fernandes & Cia. Ltda., para execução de obras de conservação da sede do Serviço

de Estatística daquele Ministério, no montante de Cr\$ 42.384,00 (quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1954

Art. 1.º — É revogada a decisão do Tribunal de Contas, de 28 de Dezembro de 1951, denegatória de registro ao contrato celebrado em 13 de Agosto do mesmo ano, entre o Ministério da Agricultura e Francisco Alves de Oliveira e sua mulher Maria Augusta Assunção de Oliveira, para irrigação agrícola em terrenos de sua propriedade, nos termos dos decretos-leis ns. 1.498, de 9 de Agosto de 1939 e 3.782, de 30 de Outubro de 1941.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 31, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado em 17 de Novembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Matias Olímpio de Melo e sua mulher Marcolina de Arêa Leão Melo, regulando a execução e o pagamento das obras de irrigação agrícola nas terras de sua propriedade, situadas à margem direita do rio Farnaíba, no Município de Teresina, Estado do Piauí.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, de 1954

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 5 de Dezembro de 1952, denegou registro ao contrato celebrado a 7 de Novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Marcelo Miranda, para execução de serviços de complementação de obras, equipamentos e instalações no posto Agro-Pecuário de Rosário-Oeste, naquele Estado.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 33, de 1954

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de Novembro de 1953, recusou registro ao contrato celebrado a 7 de Novembro do mesmo ano, entre a Seção de Fomento Agrícola de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, e Jose Bernardo Júnior, para execução de serviços de complementação, equipamento e instalação de energia elétrica e abastecimento d'água no Posto Agro-Pecuário de Cáceres, bem como instalação de máquinas no Posto de Leverger naquele Estado.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 34, de 1954

Art. 1.º — São aprovados o acordo e o termo aditivo celebrados, respectivamente, em 14 de Maio e 29 de Julho de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Espírito Santo, para execução dos Serviços de Defesa Sanitária Vegetal naquele Estado.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 14 de Abril de 1947, entre o Ministério da Agricultura e Jose Bezerra da Costa e sua mulher, Adélia Fernandes de Oliveira, para irrigação agrícola em terras de sua propriedade, no sítio denominado Penna, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado em 14 de Outubro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e o Estado de Santa Catarina, para administração e exploração da rede de armazéns existentes no referido Estado, visando à preservação das safras de cereais.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 37, de 1954

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado a 6 de Dezembro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Raimundo Augusto de Lima e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de sua propriedade, situadas na Fazenda "São Domingos", Município de Lavras, no Estado do Ceará, na forma do Decreto-Lei n.º 1.498, de 9 de Agosto de 1953.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Julho de 1954

João Café Filho
Presidente do Senado Federal

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDACÇÃO

HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Gaiotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Frisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente.
Landulpho Alves — Vice-Presidente. (*)
Sá Tinoco. (**)
Júlio Leite.
Costa Pereira.
Plínio Pompeu.
Euclydes Vieira. (***)
(*) Substituto pelo Senador Gomes de Oliveira.
(**) Substituto pelo Senador Nestor Massena.
(***) Substituto pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presidente.
2 — Cícero de Vasconcelos — Vice-Presidente.
3 — Áurea Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levisinho Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclydes Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente. (*)
3 — Alberto Pasqualini.
4 — Alvaro Adolfo (**).
5 — Apolônio Sales (***).
6 — Carlos Lindenberg.
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco (****).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclydes Vieira.
11 — Ferreira de Souza.
12 — Mathias Olympio (*****).
13 — Pinto Aleixo.
14 — Plínio Pompeu (*****).
15 — Veioso Borges.
16 — Vitorino Freire (*****).
17 — Walter Franco (*****).
(*) Substituto pelo Sen. Espíridio de Farias.
(**) Substituto pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituto pelo Sen. Martiniano Fernandes.
(****) Substituto pelo Sen. Costa Paranhos.
(*****) Substituto pelo Senador Alencastro Guimarães.
(*****) Substituto pelo Senador Thomaz Rodrigues.
(*****) Substituto pelo Senador Antônio Bayma.
(*****) Substituto pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Evandro Vianna,
Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
Anísio Jobim.
Atílio Vivacqua.
Camilo Márcio.

Ferreira de Souza.
Flávio Guimarães.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões as segundas-feiras, às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — Presidente.
2 — Hamilton Nogueira — Vice-Presidente.
3 — Novas Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Máthias Olympio.
7 — Assis Chateaubriand. (*)
8 — João Villasboas.
(*) Substituído, internamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.

Secretário — J. B. Casteljon Branco.
Reuniões As segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

1 — Joaquim Pires — Presidente.
2 — Waldemar Pedrosa — Vice-Presidente.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 11 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — Presidente.
Alfredo Sunch — Vice-Presidente.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — Presidente.
2 — Luiz Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.
6 — Mozart Lago.
7 — Julio Leite.
Secretário — Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclides Vieira — Presidente.
Othon Gomes — Vice-Presidente.

Alencastro Guimarães.
Othon Mäder.
Antonio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
Reuniões As quintas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — Presidente.
2 — Othon Gomes — Vice-Presidente.
3 — Magalhães Barata.
4 — Ismar de Góes.
5 — Silvio Curvo.
6 — Walter Franto.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.
Reuniões As segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — Presidente.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindemberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco — Presidente.
Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Itallina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti — Presidente.
Mozart Lago — Vice-Presidente.
Julio Leite.
Landulpho Alves.
Mário Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Atílio Vivacqua — Vice-Presidente.
Dario Cardoso — Relator.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões As sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente.
Alvaro Adolpho — Vice-Presidente.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — Presidente.
2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — Relator Geral.

4 — Vivaldo Lima.
5 — Novas Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
2 — Ivo d'Aquino.
3 — Ferreira de Souza — Relator Geral. (*)
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

1 — Dario Cardoso — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
3 — Anísio Jobim.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flávio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Nogueira.
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Porto.

Secretário — Glória Fernandina Quintela.

Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

1 — Luiz Tinoco — Presidente.
2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mäder.
5 — Rui Carneiro.
Secretário — Itallina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Redação

25.ª REUNIÃO, EM 22 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

As quatorze horas e quarenta e cinco minutos, do dia vinte e dois de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho e Costa Pereira, reuniram-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Joaquim Pires.

E lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Aloysio de Carvalho, apresentando a redação, para 2.ª discussão, do Projeto de Lei do Senado n.º 23 de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lloyd Brasileiro, Patrimônio Nacional.

Aprova igualmente o parecer do Sr. Aloysio de Carvalho, apresentando a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de Técnicos, para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

Às quinze horas e dez minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

ATA DA 89.ª SESSÃO EM 23 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. CAFF FILHO, PRESIDENTE, MARCONDES FILHO E ALFREDO NEVES.

As 14.30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Othon Gomes — Tondaz Rodrigues — Assis Chateaubriand — Novas Filho — Djair Brindeiro — Ezechias da Rocha — Esperidino de Farias — Julio Leite — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Atencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Marcondes Filho — Euclides Viana — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Rocha Dias — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Francisco Gallotti — Alfredo Simchi — Camilo Mercio — (29)

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior que, posta em discussão, é sem debates aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofícios:
Quatro, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.166, 1.167, 1.170 e 1.164, encaminhando autógrafos dos seguintes:

Projeto de Decreto Legislativo n.º 27, de 1954

(4.319-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Jorge Aurelio Possa.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 23 de outubro de 1953, entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Jorge Aurelio Possa, para desempenhar a função de professor de português da mesma Escola.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 28, de 1954

(4.321-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado, em 25 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção de um prédio destinado à Agência

Postal-Telegráfica de Mulungu, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1954

(4.300-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 23 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção da Agência de Baixo, no Estado do Ceará, de acordo com os arts. 12 e 14 do Decreto-lei n.º 8.308, de 6 de novembro de 1945.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 30, de 1954

(4.296-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 20 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Carnot P. Hermeto, para construção do prédio para agência postal-telegráfica de Caratinga, no Estado de Minas Gerais, na importância total de Cr\$ 829.731,00 (oitocentos e vinte e nove mil, setecentos e trinta e um cruzeiros).

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

orário

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1954.

Senhor Presidente.

Realizar-se-á, de 25 do mês corrente a 10 de agosto próximo futuro, em Quitandinha, uma reunião da Conferência Mundial da Energia, que será a primeira a se realizar em país da América Latina.

A Conferência Mundial da Energia é uma organização internacional não dependente de qualquer Governo, criada em Londres, em 1924, para facilitar o estudo e o intercâmbio dos conhecimentos sobre os amplos e complexos problemas da produção e utilização da energia.

Congrega mais de 40 países e realiza, periodicamente, reuniões nas quais são estudados e debatidos os mais variados aspectos daqueles problemas.

A reunião que se realizará agora no Brasil comparecerão mais de 150 delegados estrangeiros e numerosos representantes nacionais, tendo sido a ela apresentadas 98 monografias de autores nacionais e estrangeiros, que serão examinadas e discutidas por seus componentes.

O Comitê Nacional Brasileiro da Conferência Mundial da Energia, que promoveu a atual Reunião, a qual é patrocinada pelo Governo Brasileiro, tem a honra de convidar a Vossa Excelência e ao Senado Federal, nela se fazerem representar e, ao mesmo tempo, solicita a Vossa Excelência a fides de fixar uma data

durante o período daquela Reunião, para que representantes da Conferência Mundial da Energia tenham a honra e o prazer de visitar o ramo do Poder Legislativo do Brasil presidido por Vossa Excelência.

Refero a Vossa Excelência meus protestos de estima e alto apreço. — Antonio José Alves de Souza, Presidente do Comitê Nacional Brasileiro.

É lido e vai a imprimir o seguinte

Parecer n.º 565, de 1954

Da Comissão Diretora

Relator: Sr. Francisco Gallotti.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, que apresenta Alfredo da Silva Neves no cargo de Diretor Geral da Secretaria do Senado Federal, nos termos aprovados pelo plenário.

RESOLUÇÃO

Artigo único — É concedida aposentadoria a Alfredo da Silva Neves, Vice-Diretor Geral, padrão PL-1, no cargo de Diretor Geral, padrão PL, nos termos do art. 191, § 1.º, da Constituição Federal, combinado com o art. 184, item I, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei n.º 1.711, de 28-10-1953), incorporando-se aos respectivos proventos da inatividade a gratificação adicional correspondente.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de julho de 1954. — Marcondes Filho, Presidente. — Francisco Gallotti, Relator. — Ezequias da Rocha. — Prisco dos Santos.

COMPARECEM OS SRS. SENADORES:

Vivaldo Lima — Ferreira de Souza — Ruy Carneiro — Durval Cruz — Othon Mäder e Ivo d'Aquino — (6).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Antônio Jobim — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Antonio Bayma — Victorino Freire — Arêa Leão — Mathias Olimpio — Joaquim Pires — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Francisco Porto — Martiniano Ferenandes — Cicero de Vasconcelos — Walter Franco — Landulpho Alves — Carlos Lindenberg — Atílio Viracoua — Sá Tinoco — Pereira Pinto — Bernardino Filho — Levidio Coelho — Cesar Verqueiro — Sílcio Curvo — Vespasiano Martins — Gomes de Oliveira — Alberto Pasqualini — (27).

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um Projeto de Resolução, de autoria do nobre Senador Nestor Massena. (Pausa)

É lido o seguinte

Projeto de Resolução n.º 41, de 1954

Sobre a votação de proposição considerada em parecer parcialmente inconstitucional.

O Senado Federal resolve:

Artigo único — Inclui-se-á no Regimento Interno do Senado desta disposição:

Artigo — Sempre que considerada, em parecer, inconstitucional não a totalidade, mas parte, ou partes, de determinada proposição, far-se-á, previamente, a votação separada da referida parte, e, posteriormente, a da inden da mesma eiva.

Justificação

Não se compreende o sacrifício integral de proposição acionada apenas parcialmente de inconstitucional.

e nem sempre na sua matéria central, essencial, principal.

Vista, pois, este projeto de resolução e evitar a ocorrência, já verificada, de, aprovada emenda, que salvava a arguida inconstitucionalidade de parte de determinado projeto, tendo, posteriormente, votado integralmente, e, por isso, assim rejeitado, o mesmo, quando poderia ter sido aprovado, após expungido das disposições consideradas inconstitucionais, pelo voto do plenário, para prosseguir-se na tramitação regimental.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto que acaba de ser lido, depois da publicação em avulsos, ficará sobre a mesa, a fim de receber emendas, pelo prazo de três sessões. Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Waldemar Pedrosa, primeiro orador inscrito.

O SR. WALDEMAR PEDROSA:

Sr. Presidente, neste julho de 1954, após as comemorações da epopeia dos 18 do Forte de Copacabana e dos fatos revolucionários na terra gloriosa de V. Exa., não poderia deixar de vir à tribuna, nesta data, para homenagear o 23 de julho no Amazonas.

Em 5 do mesmo mês, no Estado de São Paulo, estalou o movimento revolucionário, sob o comando do General Isidoro Dias Lopes, e a 23 de julho, no meu Estado, em conexão com esse movimento, surgiu o movimento de redenção do Amazonas. Foi sua alma, seu inspirador e seu organizador, o então 1.º Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que, depois de 18 dias de trabalho intenso de articulação com as forças de mar e do ar, tendo a conspiração adida de José Baker de Azamar, da Aeronáutica, e de José de Lemos Cunha, e outro, da marinha, consertaram o movimento que devia conduzir, com as forças de terra e mar, sediadas no Amazonas, ao Sul, para se juntarem aos revolucionários de São Paulo.

Foi na noite de 23 de julho, após uma operação militar rápida, de 28 minutos, contra o quartel da Polícia do Estado, que se verificou a deposição do governo do Estado. Dominada a situação, os rebeldes, no dia imediato, nomearam Governador do Estado o Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior; e trataram dos preparativos da explicação, no vapor Bahia, do Lóide Brasileiro, que havia ido a Manaus buscar o 27 para o incorporar, no Sul, às forças da defesa da legalidade.

No Governo, o Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior executava o programa da Revolução, instituiu o Tributo de Redenção, a que deveriam concorrer os beneficiários do Tesouro do Estado, os protegidos do governo. Era o mesmo cobrado de modo singular. O Governador mandava vir o contribuinte, e em sala do palácio, a portas fechadas, mostrando-lhe os seus depósitos bancários, fazia-lhe ver seus, pelos seus vencimentos e por suas rendas, não poderia jamais possuir aqueles depósitos, o convidava, amistosamente, a assinar um cheque, que nunca o empobrecia, para o pagamento dos funcionários públicos do Estado, atrasados em muitos meses de seus vencimentos. Essa coleta deu o suficiente para o pagamento de dois ou três meses atrasados, e, como era natural, grangeou a revolução as maiores simpatias do povo, porque a situação que atravessava o Estado — a verdade se diga — era de tremenda crise econômica e financeira. Esse tributo concorreu extraordinariamente para atrair as simpatias da população para o movimento revolucionário, porque o quadro de Manaus se desenhava na mais negra miséria: as senhoras e crianças, com as faces emagrecidas pelo punzir da dieta forçada

viam sem larecos com as chaminés sem fumo; proprietários de ricos seringais e rendosos castanhais eram espolhados, bem como os donos de títulos legítimos. Manaus era uma cidade surda e muda, porque o falar estava punido no código dos nossos e o ouvir era manifestação de cumplicidade da palavra falada. Jornalistas eram apreendidos. Um advogado foi atacado e espancado e se retirou do Estado.

Foi nesse ambiente que surgiu o movimento revolucionário de 23 de julho. Demandando as forças militares revolucionárias o Estado do Pará, nada puderam fazer, porque já o governo da República mandara ao Norte a maior expedição militar organizada para esse fim, cerca de seis mil homens em armas, — que, ali chegando, prenderam os revolucionários.

Ao serem dominados pelas forças legalistas e antes de lhes entregarem os punzais às algemas, os revolucionários amazonenses, no apagar das luzes da revolução, mandaram recolher ao Tesouro do Estado a importância restante de duas requisições, no total de mil e duzentos contos, quinhentos e noventa e quatro contos muito dinheiro daquela época, que serviu, já no período da intervenção, para mitigar a fome do funcionalismo público.

Dominados os revolucionários e as forças legais já em Manaus, como corresse a notícia de que os revolucionários seriam punidos, registraram-se cenas indescritíveis de misticismo: o povo, nas ruas e nas praças, ao meio dia, ajoelhando-se em terra e pedindo as bênçãos de Deus para os arautos da sua libertação, para os mártires da sua liberdade.

O governo do honrado Sr. Presidente da República tudo fez, tudo enviou para repor as autoridades que governavam o Estado, mas não foi possível, porque a maioria dos Deputados à Assembleia Legislativa do Estado, inclusive o seu vice-presidente, renunciaram. O chefe da expedição militar dirigiu-se ao presidente do Poder Judiciário que, igualmente, recusou assumir o governo, sugerindo a intervenção; esta se fez, nomeando o governo da República um ilustre mineiro, Sr. Alfredo Sá, que cumpriu honradamente seu dever, restabelecendo a ordem e restaurando a moralidade administrativa.

Entre os altos secretários e auxiliares de confiança do Sr. Interventor, deu-nos a Intervenção, de presente, uma figura de elevada nobreza moral e assinalada estirpe intelectual, que então administrou a imprensa pública e a Biblioteca do Estado, e não posso, neste momento, omitir-lhe o nome: o eminente senador Aloysio de Carvalho.

Estudel, nessa época, como patrono que fui, ao lado do meu saudoso mestre, Dr. Araújo Filho, a história de todos os movimentos reivindicadores, de todas as revoluções libertárias. Não encontrei similar do movimento revolucionário do Amazonas, pela nobreza moral desses patriotas que, vendo as prisões à mostra, tiveram o gesto nobre e gesto singular de honestidade, mandando recolher ao Tesouro do Estado a importância vultosa, a qual me referi.

São volvidos, hoje, precisamente, trinta anos sobre esta grande data da história política do meu Estado.

Sucederam-se os dias e as noites, com a transformação das coisas na evolução natural e o que pareceria, ontem, censurável, se justificaria hoje. O 23 de julho, no Amazonas, assinalou o Tributo de Redenção como um exemplo e não é a expressão diminuta demográfica do Amazonas que hoje o relembra desejando-lhe a repetição. É a pátria brasileira que cresce e está reclamando um tributo nacional de redenção. (Muito bem; muito bem! Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, segundo orador inscrito.

O SR. ALENCASTRO GUIMARÃES:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, não poucas vezes me referi, desta tribuna, ao problema de transportes e suas consequências sobre o intercâmbio comercial do Brasil. Tenho citado as possibilidades das jazidas de manganês à margem da Estrada de Ferro Leste Brasileira, na região de Bonfim. Até então, apenas aliud áquelo, fatos, que me ocorriam e eram do meu conhecimento.

Hoje, trago ao conhecimento do Senado e ao exame dos que desejam prestar um instante de atenção, problema que poderá ter profunda repercussão na balança de pagamentos. Refiro-me ao fato ocorrido e condensado nos documentos que tenho em mãos, de uma tentativa de produção e exportação do minério de manganês, na região de Bonfim.

Um contrato de 12 mil toneladas metálicas, que, aos tipos usuais do minério, deverá ser vendido e posto a bordo à razão de 30 dólares a tonelada, correspondendo, aproximadamente, a 4 milhões e 300 mil dólares por ano. O contrato assinado entendeu, por parte dos compradores americanos, o fornecimento de algumas locomotivas, a fim de habilitar a Leste Brasileira a realizar o transporte. Essas locomotivas foram fornecidas e recebidas, mas o transporte, ainda assim, não pôde ser efetuado. As deficiências de linhas e outros motivos, impediram, até agora, a execução do contrato da exportação das citadas 12 mil toneladas mensais de manganês.

Os produtores — os quais, segundo lista anexa ao contrato, totalizaram 39 jazidas associadas a uma mineração ligada a organização americana — diligem-se agora para outra possível solução, que é a do transporte rodoviário. Pretendem importar caminhões de dez, dezasseis e vinte e cinco toneladas, a preços — variáveis, entre 9 e 20 mil dólares por unidade.

A operação, ainda assim, seria vantajosa para o país, pois os dólares indicados na aquisição do equipamento rodoviário seriam fartamente restituídos no fim de um ano de operações. Estranho, porém, e inconcebível é verificarmos que já neste quarto ano de governo, e no terceiro ano do Plano de Desenvolvimento Econômico — com a arrecadação de adicionais do imposto de renda e de cotas de reservas das companhias de seguros, que andam pela casa de meia dúzia de bilhões de cruzeiros — ainda não disponha essa região de meios de transporte insignificantes, como, por exemplo, uma estrada de ferro de pequeno porte, de bitola moderada de 12 mil toneladas mensais.

Ainda mais triste e muitas vezes, assustador é que, malgrado o vulto das despesas com a importação do petróleo, os produtores nacionais são obrigados a apelar para o recurso extremo do transporte rodoviário em extensões impróprias a ele, porquanto, dada a distância do litoral, de mais ou menos quatrocentos quilômetros, esse transporte é mais caro do que por via férrea.

Ainda mais, Sr. Presidente, o *deficit* da Estrada de Ferro Leste Brasileira, em 1942, orçava entre 40 e 50 milhões de cruzeiros, e, para cada cruzado arrecadado, se não me engano, dispndia cerca de três cruzeiros. Pois bem; essas 144 mil toneladas mensais poderiam proporcionar de fretes à Estrada de 35 a 40 milhões de cruzeiros, reduzindo, portanto, consideravelmente o *deficit* e aliviando de maneira sensível o orçamento federal.

Sr. Presidente, aqui estão os documentos comprobatórios — contra os registrados nos tabelões, cartas e

outros títulos — demonstrando a extensão do fato, que, no Brasil, só não é estranho pela universalidade com que se observam essas omissões no atendimento dos transportes e outras necessidades vitais do país.

Sr. Presidente, levarei ao conhecimento do Ministro da Fazenda, com toda a documentação que a justifica a pretensão dos produtores, a qual, s'atendida, resolverá satisfatoriamente seu problema, mas resolverá mal o problema nacional, porque vamos desperdiçar inutilmente dólares que poderiam ser gastos parcialmente no equipamento da estrada de ferro e, depois, no seu funcionamento.

Se, porém, se gastassem esses dólares nas rodovias, para a manutenção dos caminhões, para sua movimentação, a proporção na estrada de ferro seria apenas de 10%.

O Sr. Assis Chateaubriand — Apolo do V. Ex.ª tem toda razão.

O SR. ALENCASTRO GUIMARÃES — Muito agradecido a V. Ex.ª

Sr. Presidente, este o fato que hoje levarei, pessoalmente, como denúncia, ao conhecimento do Sr. Ministro da Fazenda, renovando a S. Ex.ª o apelo que ora faço desta tribuna, a fim de que se resolva definitivamente a crise dos transportes.

Segundo a palavra do nobre Senador Othon Mäder, temos, no interior do Estado do Paraná, feijão vendido a trinta cruzeiros o saco, enquanto nesta cidade, o pagamos a trezentos cruzeiros; na região de Londrina até Paranaguá, a saca de café custa sessenta, setenta ou cem cruzeiros, porque a estrada de ferro é incapaz de transportá-lo, na quantidade desejada, mesmo cobrando o ridículo frete de vinte e cinco cruzeiros por saco.

Os mesmos fenômenos se observam no interior do Rio Grande do Sul, e só temos notícia, volta e meia, de contratos, despachos ou providências que não saem, sequer, da burocracia dos gabinetes, no Rio de Janeiro. Tal estado de coisas não pode nem deve continuar.

Assim, Sr. Presidente, trazendo comigo as provas do que, tantas vezes, tenho aqui afirmado, sem contestação — porque são fatos incontestáveis — mais uma vez dirijo, hoje, desta tribuna, apelo aos órgãos responsáveis — assessores da Presidência da República e dos Ministérios — no sentido de evitar seja retardado o reequipamento das estradas de ferro brasileiras, cujo estado obsoleto se agrava, dia a dia, de maneira impressionante.

Não receio, Srs. Senadores, afirmar que, a continuarmos como estamos, dentro de três ou quatro anos não haverá, neste país, exceto, talvez, dentro as estradas de ferro paulista — a Paulista, a Sorocabana e a Inglesa — uma só via férrea que, num único quilômetro, seja capaz de realizar parte ínfima do que lhe compete.

E' só, Sr. Presidente. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.
Com a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, terceiro orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Hamilton Nogueira, quarto orador inscrito. (Pausa)

Não se acham a S. Ex.ª presente, dou a palavra ao nobre Senador Othon Mäder, quinto orador inscrito. (Pausa)
Não se encontrando presente o nobre Senador Othon Mäder, dou a palavra ao nobre Senador Ivo d'Aquino, sexto orador inscrito. (Pausa)

O nobre Senador Ivo d'Aquino não está presente.
Não há mais oradores inscritos.
Continua a hora do expediente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND PRONUNCIA DISCURSO QUE SERÁ PUBLICADO DEPOIS.

Durante o discurso do Sr. Assis Chateaubriand e Sr. Marcondes Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo terminado, ontem, o prazo de três sessões, durante o qual, nos termos do Regimento Interno, ficou sobre a Mesa para eventual recebimento de emendas, vai a Comissão Diretora o Projeto de Resolução n.º 40, de 1954, que dispõe sobre a rejeição de produção principal após aprovação de emenda.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa um requerimento que vai ser lido.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 391, de 1954

Nos termos do art. 53, letra a, do Regimento Interno, em combinação com o art. 126, letra c, do Regimento Interno, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de 1954, cujo prazo, na Comissão já se acha esgotado.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — Alfredo Simch. — Euclydes Vieira. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será votado ao fim da Ordem do Dia.

Sobre a Mesa uma redação final, que vai ser lida.

E' lido o seguinte

Parere n.º 566, de 1954

Da Comissão de Redação
Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho.

A Comissão apresenta a redação final (fls. anexas) do Projeto de Lei n.º 25, de iniciativa do Senado Federal.

Sala da Comissão de Redação, em 22 de julho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Aloysio de Carvalho, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 566-54

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a nomear uma Comissão de Técnicos, para elaborar um plano de obras de irrigação do Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a nomear uma Comissão de Técnicos para elaborar um plano de obras de irrigação no Nordeste, classificando-as na ordem decrescente de seu poder de recuperação econômica.

Art. 2.º Essa Comissão será constituída:

- a) do Chefe do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas;
- b) do Chefe do Serviço Agro-Industrial do citado Departamento;
- c) de um técnico indicado pelo Ministro da Agricultura;
- d) de um técnico indicado pelo Conselho Nacional de Economia;
- e) de um técnico indicado pelo Conselho de Engenharia.

Art. 3.º A Comissão examinará "in loco" as obras iniciadas bem como as projetadas, indicando outras que, por seu alto valor econômico devam ser preferenciais na ordem de execução.

Art. 4.º Dentro de 6 (seis) meses depois de designada, deverá a Comissão apresentar ao Ministro da Viação minucioso relatório discriminando, em

ordem decrescente, as obras de recuperação econômica, com os dados aproximados de seu custo, a lavoura adequada a cada bacia irrigável, a capacidade do potencial hidroelétrico, seu aproveitamento, bem como o tempo necessário para o próprio financiamento.

Art. 5.º Durante a construção das grandes barragens, serão executados os trabalhos de irrigação de forma a serem concluídos ao mesmo tempo.

Art. 6.º Das verbas orçamentárias de que trata o art. 198 da Constituição Federal, pelo menos 50% (cinquenta por cento), ressalvado o terço constante do § 1.º desse artigo, serão destinados ao custeio dessas obras.

Art. 7.º O Poder Executivo poderá autorizar o contrato das referidas obras com companhias idôneas, nacionais ou estrangeiras e fazer as operações de crédito para financiá-las em curto prazo, garantindo esse financiamento com verbas orçamentárias para os anos subsequentes.

Art. 8.º O Poder Executivo poderá contratar por intermédio do Ministro da Viação técnicos nacionais ou estrangeiros para a elaboração e execução desse programa, dando-lhes remuneração compatível com as suas funções.

Art. 9.º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas não poderá iniciar novos empreendimentos de natureza do previstos no art. 5.º sem que disponha de verbas suficientes para garantir o término das já iniciadas, dentro do prazo estipulado.

Art. 10.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas necessárias à execução desta lei.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Veio à Mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 392, de 1954

Requero dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953, para que seja imediatamente discutido e votado.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — Costa Pereira.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação do Plenário, a Mesa vai submeter à discussão e votação a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 25, de 1953.

Em discussão a redação final.
Não havendo quem queira usar da palavra, encerrarei a discussão a Pausa.

Encerrada.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).
Está aprovada. O Projeto vai à Câmara dos Deputados (Pausa).

Pelo nobre Senador Pinto Alencar foi enviado à Mesa um requerimento (Pausa).

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 393, de 1954

Requero, nos termos do art. 122, letra a do Regimento Interno do Senado, dispensa de interstício para que o Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivo da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, cujos pareceres acabam de ser lidos possa figurar na Ordem do dia da próxima Sessão.
Sala das Sessões, 23 de julho de 1954. — Pinto Alencar.

SR. PRESIDENTE:

Em obediência ao que acaba de deliberar o plenário, o Projeto figurará na Ordem do Dia da próxima sessão. (Pausa).

Vou à mesa mais um requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 394, de 1954

Requerio, nos termos da letra b do art. 125, do Regimento Interno, sejam remetidas, para os fins constantes do Requerimento n.º 123, de 1954, aprovado na sessão de 6-4-54, a Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, as seguintes proposições:

- Projeto de Lei da Câmara número 267-49;
- Projeto de Lei da Câmara número 169-51;
- Projeto de Lei da Câmara número 100-51;
- Projeto de Lei da Câmara número 222-51;
- Projeto de Lei da Câmara número 125-52;
- Projeto de Lei da Câmara número 312-52;
- Projeto de Lei da Câmara número 317-52;
- Projeto de Lei da Câmara número 19-53;
- Projeto de Lei da Câmara número 15-53;
- Projeto de Lei da Câmara número 165-53;
- Projeto de Lei da Câmara número 170-53;
- Projeto de Lei da Câmara número 260-53;
- Projeto de Lei da Câmara número 58-54;
- Projeto de Lei da Câmara número 63-54;
- Projeto de Lei da Câmara número 65-54;
- Projeto de Lei da Câmara número 67-54;
- Projeto de Lei da Câmara número 70-54;
- Projeto de Lei da Câmara número 75-54;
- Projeto de Lei do Senado n.º 23-53;
- Projeto de Lei do Senado n.º 26-53;
- Projeto de Lei do Senado n.º 27-53;
- Projeto de Lei do Senado n.º 31-53;
- Projeto de Lei do Senado n.º 41-53;
- Projeto de Decreto Legislativo número 37-53;
- Projeto de Decreto Legislativo número 1-54.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — Othon Mäder.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento do nobre Senador Othon Mäder será votado com a exclusão dos Projetos de Lei n.º 267, de 1953, 58 e 75 de 1954 e 77 e 31 de 1953, sobre os quais o Senado já se pronunciou.

Em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

Os projetos a que se refere o Requerimento irão à Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo do curso normal decorrente do despacho nos respectivos processos.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 395, de 1954

Nos termos do art. 126, letra e, do Regimento Interno, requiro se faça Senado representar por uma Comissão de três membros na reunião da Conferência Mundial da Energia para a qual acaba de ser convidado, a re-

unir-se em Petrópolis (Quitandinha) de 26 do corrente mês a 10 de agosto próximo.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — Francisco Caloffi.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será discutido e votado no fim da Ordem do Dia. — (Pausa).

Vou à Mesa mais um requerimento que vai ser lido.

E' lido e sem debates aprovado o seguinte

Requerimento n.º 396, de 1954

Requerio dispensa de publicação para a imediata discussão a votação da redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954. Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — Costa Pereira.

O SR. PRESIDENTE:

Em obediência ao deliberado pelo plenário vou submeter à discussão e votação, a redação final do Projeto de Resolução n.º 37, de 1954, cujo parecer n.º 565, foi lido no início do expediente.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão a Redação Final, a que se refere o requerimento. (Pausa).

Ninguém pediu a palavra, dou-a por encerrada.

Em votação. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

O Projeto vai à promulgação. Convoque uma sessão extraordinária, às 21 horas de hoje, para apreciação de matéria já preparada para discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à matéria constante da

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1954, (n.º 1.713 de 1952 na Casa de origem), que regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias (em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 371, de 1954, do Sr. Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 16-7-54), tendo pareceres das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças favoráveis ao projeto e contrários às emendas.

O SR. PRESIDENTE:

A votação foi interrompida por falta de número quando era apreciada a Emenda n.º 6, de plenário, ditada, com parecer favorável da Comissão de Serviço Público, vencido o Relator. O parecer da Comissão de Finanças é no sentido de que a emenda constitua projeto em separado. Este parecer foi rejeitado pelo plenário.

Em votação a emenda, com parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil e contrário da de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 6

Art. — Os funcionários interinos ocupantes de cargos isolados de provimento efetivo da União, que contem pelo menos, cinco anos de efetivo

exercício, serão automaticamente efetivados.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos que exercem interinamente cargos isolados vitalícios como tais considerados na Constituição.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 7, aditiva, com pareceres contrários das Comissões de Serviço Público e de Finanças.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 7

Acrescente-se, onde e como convier:

Art. — Os benefícios desta lei estendem-se igualmente, aos funcionários ou servidores eventuais do Instituto de Pensões e Aposentadoria aos Servidores do Estado (I.P.A.S.E.), bem como aos de igual categoria, nas demais autarquias federais.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

E' aprovado e vai a sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 105, de 1954

(1.713-C-52)

Regula a estabilidade do pessoal extranumerário mensalista da União e das autarquias.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os atuais extranumerários mensalistas da União e das autarquias que contem ou venham a contar mais de 5 (cinco) anos de serviço público, ininterruptos ou não, serão equiparados aos funcionários efetivos para todos os efeitos.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, o tempo de serviço público será contado de acordo com as leis números 525-A, de 7 de dezembro de 1948, e 1.711, de 28 de outubro de 1952, inclusive o que já tenha sido mandado computar, para outros fins, em leis especiais anteriores.

Art. 2.º A partir da data da publicação desta lei, só poderá ser admitido extranumerário para função de natureza reconhecidamente transitória como contratado, quando as atribuições forem técnico-científicas, e como tarefeiro para atividades de natureza subalterna ou braçal.

§ 1.º As propostas relativas a essas admissões serão encaminhadas ao Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público, que examinará, em cada caso, a natureza e a transitoriedade das funções.

§ 2.º Ao pessoal admitido por essa forma não se aplica o disposto no art. 1.º desta lei, salvo se as funções para que forem admitidos se tornarem de caráter permanente, devidamente comprovado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público e o Ministério ou órgão interessado.

§ 3.º O Departamento Administrativo do Serviço Público, Ministérios, órgãos subordinados ao Presidente da República e autarquias manterão comissões permanentes para orientar e fiscalizar a aplicação do disposto neste artigo, tendo especial atenção para as normas em vigor relativas à administração de pessoal, orçamento e organização.

§ 4.º Nessas comissões, figurarão obrigatoriamente três representantes

do Departamento Administrativo do Serviço Público, sendo um especializado em pessoal, outro em orçamento e outro em organização.

§ 5.º Essas comissões organizarão tabelas para o pessoal contratado e tarefeiro e controlarão as admissões e as verbas para o pagamento respectivo, podendo o Governo incumbi-las da aplicação, controle e fiscalização de outras verbas federais ou das entidades nesta lei, especialmente aquelas destinadas a obras, subvenções, auxílios e acordos, ficando também essas comissões, no campo de sua competência, com a obrigação de prestar todo o auxílio técnico que lhes forem solicitados pelas autoridades federais, estaduais, municipais e autarquias.

Art. 3.º O salário dos contratados da União não poderá ser fixado em valor superior ao do padrão "O", ou referência 31, e o dos tarefeiros não ultrapassará ao do padrão "K", ou referência 27.

Parágrafo único. O salário dos contratados e tarefeiros das demais entidades não poderá ser superior ao fixado pela União na forma deste artigo.

Art. 4.º Ao pessoal assim admitido aplica-se a legislação do extranumerário, em vigor, contando-se para todos os efeitos o tempo de serviço prestado se em cargo de provimento efetivo vier a ser provido.

Parágrafo único. O pessoal contratado e tarefeiro será admitido mediante prova de aptidão ou de habilitação realizada pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, quando se tratar de admissão para cargos de administração estatal ou perene estatal.

Art. 5.º Dentro em 30 (trinta) dias a partir da vigência da presente lei serão obrigatoriamente apostilados os títulos dos servidores beneficiados por esta lei expedidos títulos aos que não os possuírem.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado número 23 de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro (substituto aprovado, com subemendas, na sessão de 20-7-54), em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, tendo Parecer da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido em primeira discussão.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovado o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 23, de 1951

Dispõe sobre o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e do Lóide Brasileiro (Patrimônio Nacional).

Art. 1.º O Poder Executivo, dentro do prazo de 30 dias, designará uma Comissão de Técnicos para estudar em todos os seus detalhes o plano de unificação da Companhia Nacional de Navegação Costeira — Patrimônio Nacional e Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Art. 2.º A Comissão de Técnicos prevista no art. 1.º se comporá de cinco membros: um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, um do Ministério da Marinha,

tum da Companhia Nacional de Navegação Costeira e um do Lóide Brasileiro, podendo ser os últimos os próprios diretores dessas organizações, a critério do Governo da União.

Art. 3.º No prazo máximo de 180 dias a Comissão apresentará circunstanciado relatório sobre o plano ou planos de unificação das duas organizações para final rescisão do Governo Federal.

Art. 4.º O pessoal auxiliar necessário à Comissão será requisitado em igual número das duas organizações citadas.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data da sua publicação.

Justificação

Possui o Brasil, com sede nesta Capital, duas organizações marítimas, a "Costeira" e o "Lóide Brasileiro".

Apresentam-se muitas das vezes como concorrentes fugindo quando possível, de prestar serviços a portos ou zonas tidas como deficitárias.

Cada qual delas como não poderia deixar de ser, tem a sua Diretoria; ambas de orçamento elevado; ambas com estaleiros e oficinas; ambas com seu quadro completo de pessoal e ambas mal aparelhadas do que resulta: ambas mal servindo aos interesses nacionais.

A idéia de unificação das duas empresas não é nova. É preciso porém, que, energeticamente, o assunto seja estudado seriamente e definitivamente resolvido em proveito dos cofres públicos.

O SR. OTHON MADER:

(Peela ordem) — Sr. Presidente, foi aprovado o Projeto ou o Substitutivo?

O SR. PRESIDENTE:

Foi aprovado o substitutivo, já agora projeto.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino (em regime de urgência, nos termos do artigo 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 374, de 1954, do Sr. Costa Paranhos e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 21 de julho de 1954, dependendo de pareceres das Comissões de Economia e de Finanças).

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lido o Parecer da Comissão de Economia.

É lido o seguinte

Parecer n.º 567, de 1954

Da Comissão de Economia

sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Relator: Sr. Costa Pereira.

De início mirava este projeto de lei, oriundo da Câmara e de autoria do Sr. Deputado Guerra Pessoa, a perdoar os débitos dos pecuaristas de Polígono das Secas e a acudir a outras providências. Justificando-o subscritor o seu autor estes conceitos que traduzem verdade:

"Trata-se, portanto, de uma crise sem precedentes na sua história, cuja gravidade somente o fu-

turo atestará. A situação é de homem do Polígono, econômica verdadeira calamidade pública. O momento arrasado, não poderá atender aos compromissos resultantes da Lei n.º 1.728, que reajustou em 50% e juros os seus débitos. Há cerca de três anos que a estagnação se faz sentir em toda a região, tendo-se agravado consideravelmente a partir do ano passado."

Ad. da:

"Ou lhes damos o perdão total ou a estagnação se seguirá o aniquilamento completo da pecuária nordestina, onde todo criador é via de regra agricultor, os campos ficarão totalmente desertos. O momento exige solução corajosa e imediata."

Não obstante assim dramático o apelo do nobre Deputado ao Congresso, como se depreende do que se transcreve, houve de acerto a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara emitir parecer contrário ao projeto sobre o fundamento de se haverem votado, na última sessão legislativa, leis atinentes ao reajustamento dos criadores e recriadores de gado bovino, que se beneficiaram das de n.º 208 de 2-1-48, das de 29-10-48 e 1.002 de 24-12-49 e, finalmente, do art. 17 § 3.º da de n.º 1.728, de 10-11-52.

Para ilustrar eis a comissão do citado parecer:

"Embora não existindo embaraço ordem constitucional, sob o prisma da juridicidade o projeto não merece acolhida porque a legislação em vigor A atende aos efeitos da crise, sem criar exceções que iriam constituir precedentes tumultuosos do sistema de normalidade jurídica exigido pelo crédito."

Do mesmo modo se manifestou contrário à proposição em apreço a ilustre Comissão de Economia daquela Casa, em vista da citada lei de n.º 1.728 de 10-11-52, e, por isso, aprovou o substitutivo, pelos quais seriam cancelados os efeitos da medida, abrangiam todos os criadores e recriadores de gado bovino, vítimas em passado recente não só da seca em o nordeste senão que de circunstâncias sabidas em outras regiões do país. Não vale enunciar dados nem tão pouco referir a ação nefasta de uma que, à sombra do Banco do Brasil por intermédio da habilidade criadora de outros, levaram ingenuos criadores a contrair débitos, quando lhes era desnecessário e nefasto. A vida do ganho, escureceu a espectralidade, faltos de alma cristã ou patriótica, as consequências ruins, viciadas, de sem número de financiamentos tais. Se houve quem, obediente aos preceitos da lei, operou conscientemente a distribuir o dinheiro do Banco, registrou-se também, mau grado nosso, como que investida antiquada ao trabalho abençoado dos campos ao sossego tradicional daquela vida e à segurança mesma de lares envolvidos em genuína boa fé. Além disso, do penhor organizado sobre bases fictícias, verificou-se a queda repentina dos preços do bovino e a infortuna do pecuarista, diminuíram as chuvas ou vieram mais tarde e o transporte ferroviário não correspondeu à vontade dos que buscavam aliar as manadas para evitar completa ruína.

Das as razões por que se tem procurando esse amparo a nossos criadores, como referem as leis supermençoadas. Não alcançaram, porém, objetivo satisfatório e continuou a gritar dos mal-afortunados. Voltando aos substitutivos, quanto ao primeiro de autoria do ilustre Deputado Sá Cavalcanti entendeu-se de ouvir ao Excmo. Sr. Ministro da Fazenda. Aquiesceu S. Ex.ª a

"desde que se reduzisse o limite das dívidas por ele beneficiadas o que lhe parecia justo, por amparar de preferência os pequenos pecuaristas e mais consentâneo com as necessidades do Tesouro Nacional, dessa forma melhor considerados."

Surgindo novo substitutivo, apresentado pelo nobre Deputado Carlos Luz na referida Comissão de Finanças houve-se de mister solicitar outra audiência do Excmo. Sr. Ministro, cuja resposta foi transcrita no Diário do Congresso de 24-4-53 e na qual se lê que

"seria de se cogitar de uma fórmula capaz de satisfazer as reais dificuldades em que se encontram os criadores e recriadores de gado bovino, não apenas no Polígono mas em todo o país."

E a fórmula aconselhada do Sr. Ministro é a que se reflete no projeto em balla, estudado proficilmente na outra Casa, ali aprovado e que atenta as possibilidades do Tesouro Nacional, benfaria, como importa, aos pequenos criadores e recriadores.

Em vista dos esclarecimentos que justificam de modo satisfatório este projeto, a Comissão de Economia, tal qual emanado da Câmara dos Deputados, opina pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 14 de julho de 1954. — Pereira Pinto, Presidente. — Costa Pereira, Relator. — Carlos Gomes de Oliveira, vencedor. — Nestor Massena. — Plínio Pompeu. — Muzart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Lê o seguinte parecer):

O projeto de lei n.º 130, de 1954, da Câmara dos Deputados, introduz várias modificações nas leis que regulam a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e majora, de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 1,50, a taxa de recuperação de pecuária e do fomento rural, criada pela Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

O problema da dívida dos pecuaristas vem desafiando os técnicos do Executivo e Legislativo há quase nove anos. Após a expansão acelerada dos financiamentos à pecuária no período de 1943 a 1945 observam-se, em 1946, os primeiros sintomas de crise, provocando, por parte do Banco do Brasil, as primeiras medidas tendentes a evitá-la.

Em 1946, a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do nosso principal estabelecimento de crédito, suscitou a expansão dos financiamentos à pecuária. Tal conduta decorreu de um imperativo de prudência e estava justificada pelas seguintes razões:

a) as aplicações em empréstimos pecuários haviam subido a um valor equivalente a 60% do total de suas aplicações, revelando perigosa hipertrofia do crédito de determinada natureza, em detrimento das outras modalidades igualmente dignas de amparo; e

b) a crise originada pelo "boom" especulativo da pecuária, principalmente no tocante à criação do gado zebu, provocou uma queda de preços, com desvalorização das garantias concedidas ao Banco do Brasil.

Visando a impedir a propagação de qualquer alarme e dar tempo aos devedores de restaurarem seu equilíbrio financeiro, o Banco do Brasil adotou diversas medidas de cautela, entre elas a primeira moratória. Logo no início de 1946, em 14 de fevereiro, pela Carta-circular n.º 2.305, a direção do Banco Oficial autorizou as agências, observadas certas condições, a concederem prorrogações de contratos, independentemente das amora-

tizações vencidas, sempre que se tratasse de criadores de gado zebu. Após essa medida de moratória, pura e simples, espontaneamente oferecida pelo Banco do Brasil, que não conseguiu impedir a deflagração da crise, sucederam-se diversas providências Executivas e Legislativas que também não obtiveram maior êxito.

Ainda ao tempo dos decretos-leis, foram baixados os de ns. 9.686 e 9.762, respectivamente, de 30 de agosto e 6 de setembro de 1946, regulando o reajustamento das dívidas de criadores e recriadores de gado bovino e estabelecendo o processo e a forma de seu pagamento. A 19 de dezembro do mesmo ano era sancionada a Lei n.º 8, que suspendia, até 30 de julho de 1947, o vencimento de quaisquer obrigações civis, comerciais e fiscais, a que estivessem sujeitos os pecuaristas. Apenas cinco meses após, em 26 de maio de 1947, e em 30 de julho de 1946, regulando a Lei n.º 52, para 30 de dezembro de 1947.

Em face dessa legislação, no ano de 1947, de janeiro a abril, estiveram totalmente suspensas as operações de crédito pecuário da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Depois de abril, embora enfrentando riscos, essa Carteira chegou a deferir, naquele ano, 397 financiamentos, no total de Cr\$ 88,5 milhões. Essa quase paralização foi consequência do estabelecido no artigo 5.º da Lei n.º 8 citada, que, proibindo ao pecuarista a alienação ou gravame de bens sem expresso consentimento de todos os credores, impediu praticamente a constituição de garantias.

Terminada a vigência da Lei n.º 8, foi aprovada a Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, que veio, não só reger a moratória abrangendo apenas débitos de criadores e recriadores de gado bovino e não de todo e qualquer pecuarista, na forma estabelecida pelos diplomas anteriores, como restituir dívidas, estabelecendo, como processo e a forma de seu pagamento. Visando a conceder maiores facilidades aos pecuaristas em moratória, procurando assim recuperar a pecuária nacional e possibilitar a volta à normalidade, foi sancionada a Lei n.º 457, em 29 de outubro de 1948, que reabriu o prazo de habilitação aos beneficiários da moratória, conferindo, outrossim, aos devedores a facilidade de terem seus rebanhos liberados mediante especificação de bens imóveis em garantia das dívidas.

No fim do ano seguinte, em 24 de dezembro foi aprovada a Lei n.º 1.002, que firmou novas normas para o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, estabelecendo que 50% desses débitos seriam pagos pela União, em adição da dívida pública. Para fazer face ao serviço de amortização e juros dessas aplicações foi criado o "Fundo de Recuperação Pecuária e de Fomento Rural" a ser constituído com a arrecadação de um selo de Cr\$1,00 aplicado sobre cada mil cruzeiros ou fração do valor dos títulos cambiais, contratos e escrituras de empréstimos e locações de imóveis rurais, desde que referentes à exploração rural.

Nova alterações foram introduzidas na legislação que regula a moratória pela Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952. Essa lei determinou que os 50% devidos pela União fossem pagos de uma só vez em aplicação da dívida pública, e não na medida em que os pecuaristas fossem realizando o pagamento das parcelas relativas aos outros 50%, conforme prescrevia a lei anterior.

No que se refere aos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil, as condições de aplicação das leis

qualis nos referimos, poderão ser apreciados através dos quadros anexos a este parecer (ns. I a IV).

O projeto em exame, introduz várias modificações na legislação vigente, que passamos a examinar.

A principal dessas alterações visa a conceder, além dos 50% já estipulado na Lei nº 1.002, de 1949, uma nova anistia de Cr\$ 2.500.000,00 cujo pagamento será realizado integralmente pela União em apólices e de uma só vez.

Essa nova fórmula visa a satisfazer as reais dificuldades em que se encontram os criadores e recriadores de gado bovino presentemente. A natural demora na tramitação do projeto que originou a Lei nº 1.728, de 1952, que recebeu inúmeras emendas e exigiu do Congresso um exaustivo trabalho de confronto e pesquisa, deu ensejo a que a crise se agravasse em proporções que tornaram os benefícios daquele diploma parcialmente insuficientes. Daí a nova fórmula instituída no projeto. Nos cinco parágrafos do artigo primeiro, são estabelecidos os detalhes para o processamento da nova parcela que passa à responsabilidade da União.

O artigo 2º procura apenas esclarecer o exato sentido do vocábulo "prestações" a que se refere o 1º do art. 2º da Lei nº 1.728, estabelecendo que tais prestações são as que se tornaram devidas a partir da Lei nº 200, de 1948.

O artigo 3º do projeto estabelece que a homologação judicial, exigida pelo artigo 11 da Lei nº 1.728, será suficiente para justificar a extensão dos favores da mesma lei, visando assim eliminar qualquer dúvida na aplicação daquele dispositivo legal.

Tal dispositivo justifica-se plenamente, pois a diversidade de interpretação o 11º do art. 11 da citada Lei nº 1.728, deu origem a que ficassem sem os benefícios, devedores cujos rolos 130 de 1954, da Câmara dos Deputados não puderam ser homologados dos.

ANEXO I — Empréstimos à pecuária pelo Banco do Brasil — 1939-1953 — Em Cr\$ milhões.

ANO	Concessões do ano	Saldo no fim do ano
1939	40	58
1940	175	190
1941	307	137
1942	545	571
1943	567	708
1944	1.972	1.988
1945	2.095	3.500
1946	805	3.451
1947	88	2.816
1948	369	2.413
1949	712	2.710
1950	826	2.946
1951	1.420	3.230
1952	2.467	2.946
1953	1.951	4.322

Fonte dos dados brutos: Banco do Brasil.

no prazo previsto. Essa exclusão, gerando desigualdades, criou dificuldades novas à margem da Lei. Devedores pontuais ou que procuraram demonstrar o seu desejo de acertar obrigações a seu cargo ficaram, desse modo, em situação de inferioridade e de prejuízo, face aos que obtiveram aquela homologação. Não parecendo justo se imponha à boa fé desses devedores essa situação de desnível, vem o disposto no art. 3º do projeto abrir novo prazo para os casos de acordos dependentes de homologação judicial, e somente para esses casos. Em absoluto estende os favores a titulares que não se encontram no número dos que foram atingidos pela crise deflagrada em 1945.

O novo ônus que o projeto acarreta ao Tesouro Nacional, resultante do pagamento da dedução de Cr\$ 2.500.000,00 a ser feita no passivo reajustável exige a criação de receita correspondente que no caso será atendida pela majoração da taxa de recuperação da pecuária e do fomento rural, conforme estabelece o artigo 5º do projeto.

Os artigos 4º e 6º estenderam os benefícios da nova lei aos devedores cujos respectivos processos de reajuste já se acham deferidos ou mesmo com sentença transitada em julgado, e sentença transitada em julgado, e, em relação às dívidas de 19 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1951, aos criadores e recriadores de gado bovino cujos imóveis rurais ou rebanhos estavam localizados dentro do polígono das secas.

Visa o projeto, com esses artigos, não prejudicar aqueles que, na base da legislação anterior, se apresentaram a regularizar seus débitos.

Finalmente, o artigo 8º fixa o prazo de 120 dias para requerimento dos favores da presente lei.

Por todos esses motivos o relator da Comissão de Finanças opina pela aprovação integral do projeto número 130 de 1954, da Câmara dos Deputados.

ANEXO II — Posição dos débitos de pecuaristas beneficiados pelas leis números 200, 457, 1.002 e 1.728, em 31 de dezembro de 1953.

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ 1.000
Recompostos extramortatória	15.918,5
Beneficiados pela lei nº 209	124.900,7
Reajustados pela lei nº 1.002	1.061.133,5
Pendentes de decisão judicial	574.779,0
Beneficiados pela lei nº 1.728	67.351,9
TOTAL	1.844.083,6

Fonte dos dados brutos: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

ANEXO III — Parcelas dos débitos de pecuaristas que em 31 de dezembro de 1953, já se encontram sob responsabilidade da União.

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ 1.000
Por força da lei nº 1.002	177.654,5
Por força da lei nº 1.728	241.742,0
TOTAL	419.396

Fonte dos dados brutos: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

ANEXO IV — Empréstimos Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em moratória — 1951 a 1953 — Cr\$ milhares:

DISCRIMINAÇÃO	1951	1952	1953
Agrícolas	20.380,8	26.072,1	36.924,3
Agroindustriais	114,5	—	5.896,0
Pecuaristas	1.552.436,6	1.938.437,6	1.844.083,6
Agropecuários	14.216,9	6.455,1	6.553,0
Industriais	2.041,3	3.589,4	11.000,3
Em letras hipotecárias	11.746,2	3.285,4	3.733,4
TOTAL	1.670.926,2	1.977.840,6	1.903.790,6

Fonte dos dados brutos: Balanço do Banco do Brasil.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto, com pareceres favoráveis das Comissões de Economia e de Finanças.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja usar da palavra, darei por encerrada a discussão. (Pausa).

Está encerrada.

Em votação o Projeto.

O SR. OTHON MÄDER:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr.

Presidente, o Projeto nº 130, que ora se discute, visa a anistiar os criado-

res de gado bovino da importância até Cr\$ 2.500.000,00 da dívida que sobre eles recaiu, além do abatimento de 50% já concedido por leis anteriores.

Sr. Presidente, a proposição, para ser justa, devia, então, compreender todas as vítimas de flagelos, sejam secas, enchentes, geadas e outros mais.

Tenho, para argumentar contra o projeto, o caso das geadas caídas sobre as cafeais do Paraná, em julho do ano passado. Sabe o Senador a extensão dos prejuízos sofridos pelos cafeicultores par-

se discute, visa a anistiar os criado-nacenses e pela economia nacional.

que podem ser avallados, a grosso modo, em 10 bilhões de cruzeiros.

Apesar disso, não se lembram os lavradores paranaenses, nem os do sul, de que, em 1934, o Governo os amparasse com financiamentos a serem pagos no prazo de quatro anos, acrescidos dos juros. Não há, portanto, nenhum prejuízo para a Nação nem gravame para o povo brasileiro.

Entretanto, o projeto em votação é dos que não onerem pesadamente o contribuinte, porque concederá anistia de dívidas, que, na melhor das hipóteses, se podem avallar em quatro bilhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, donde sairá esse dinheiro? Possivelmente será emitido, e, neste caso, teremos aumento de inflação; ou será recolhido através de impostos e taxas, acarretando ônus mais pesado ao contribuinte brasileiro.

De qualquer forma, agravar-se-ia ainda mais a situação da nossa economia, pois, seriam criados novos ônus para escorchamento do contribuinte. Assim, em vez de procurarmos meios de atenuar a difícil situação econômica do País, a estaremos agravando.

Sr. Presidente, o Projeto — como disse — para ser justo, deveria ser emendado no sentido de estender o benefício a todas as classes e grupos prejudicados, pois, seria privilegiado que somente gozassem das inestimáveis vantagens da Proposição os criadores e recriadores de bovinos.

O Sr. Costa Paranhos — Permite V. Ex.ª um aparte?

O Sr. OTHON MADER — Perfeitamente.

O Sr. Costa Paranhos — Como relator, não sou contrário a qualquer auxílio que se pretenda dar, ou mesmo financiamento aos cafeicultores do Paraná. Se V. Ex.ª apresentar projeto neste sentido, contará com meu apoio.

O Sr. OTHON MADER — Os cafeicultores do Paraná não querem esse auxílio: o que pleiteiam é o financiamento.

Lembro-me bem de que o Art. 2.º do Projeto poderia ser interpretado como uma moratória ou dilação de prazo, sem aumento de juros, e os cafeicultores recusaram também essa moratória.

O Sr. Costa Paranhos — Se, porém, os cafeicultores do Paraná estão em situação precária, passível de ameaçar a economia brasileira, têm direito a esse amparo.

O Sr. OTHON MADER — Os cafeicultores paranaenses pensam como eu: qualquer gravame sobre a economia brasileira redundará no encarecimento do custo da vida. Daí porque preferem arcar com as despesas do financiamento, e pagá-las, a criar maiores dificuldades à economia nacional.

O Sr. Costa Paranhos — Sabe o nobre orador, perfeitamente, que para fazer face a essa importância foi majorado, apenas, o selo de Cr\$ 0,50 na aplicação de Cr\$ 1.000,00 nas operações de crédito agrícola. É uma forma suave de pagamento.

O Sr. OTHON MADER — Não será com esses Cr\$ 0,50 que pagaríamos as apólices a ser emitidas; no fundo, elas serão pagas pelo contribuinte brasileiro. Que representa uma quantia dessas, insignificante, diante do total em que importaria o auxílio aos criadores e recriadores de bovinos?

Sr. Presidente, julgo que abrimos mau, péssimo precedente, de vez que, sempre ocorresse uma catástrofe, uma calamidade pública qualquer, as classes recorreriam ao Governo para que este lhes cancelasse as dívidas. E os Poderes Legislativo e Executivo não poderiam resistir aos pedidos, dado o precedente aberto.

Julgo ainda injusta a concessão aos criadores e recriadores de bovi-

nos, porque, segundo estou informado, estas classes atravessam atualmente época de grande prosperidade.

O Sr. Dário Cardoso — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Pode acontecer que, em algumas zonas pecuaristas do Brasil, haja prosperidade; mas, devo informar a V. Ex.ª que nas zonas que conheço, — Triângulo Mineiro, Goiás e Bahia, — a situação dos criadores e recriadores de bovinos é a mais precária possível. É de desastre, refletindo-se na economia da região, justamente abscida na pecuária.

O Sr. OTHON MADER — É inexplicável essa situação, porquanto o preço do boi em pé, e da carne, jamais chegou ao nível atualmente verificado.

O Sr. Onofre Gomes — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — A situação dos pecuaristas cearenses é exatamente a que acaba de descrever, em aparte, o nobre Senador Dário Cardoso. Este o esclarecimento que desejava dar ao Ilustre orador.

O Sr. OTHON MADER — Agradeço a V. Ex.ª.

Sr. Presidente, a meu ver, esta é a forma mais condenável de fornecer qualquer auxílio a uma classe que tenha sido prejudicada.

Há poucos dias, conversando com um criador, fazendeiro em Mato Grosso, dizia-me que o seu Estado atravessa período de grande prosperidade e os criadores estão ganhando, agora como jamais ganharam em toda a sua vida; que um boi setá dando um lucro de Cr\$ 2.000,00. Se esta é a situação, como daremos um perdão de dívida a esses criadores que já têm lucros fabulosos? Para os terem ainda maiores?

O Sr. Dário Cardoso — V. Ex.ª há de me permitir. Esse fazendeiro não é de Mato Grosso ou está enganado. As condições desse Estado são semelhantes às de Goiás. O boi não custa Cr\$ 2.000,00, como pode dar de lucro essa importância?

O Sr. Pinto Aleixo — Só se é boi de raça.

O Sr. OTHON MADER — Posso afirmar a V. Ex.ª que esse fazendeiro é pessoa de absoluta idoneidade e a cuja palavra não posso deixar de dar crédito.

Sr. Presidente, manifesto assim, meu voto contrário à concessão da anistia aos criadores e recriadores de bovinos. (Muito bem; muito bem).

O SR. IVO D'AQUINO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, pedi a palavra, a fim de pedir a atenção da nobre Comissão de Redação de Leis do Senado para o artigo 1.º do Projeto, caso venha a ser aprovado.

Dis o seguinte:

“O valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos devedores, nos termos do art. 2.º da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, é reduzido na importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o art. 4.º da mesma lei”.

O meu pedido é quanto à regência adotada no projeto, em relação ao verbo “reduzir”.

“Reduzir”, em vernáculo, não significa “diminuir” mas, sim, “tomar”, “transformar”. Quando se emprega no sentido intransitivo, em geral tem a significação de “tomar”, “ocupar”, como na expressão seguinte: “o imóvel foi reduzido”. Quer dizer, foi conquistado; foi obrigado a aceitar determinadas condições. Quando se aplica o verbo no sentido transitivo

relativo, a sua significação mais usual é a de “transformar”.

Em regra, a regência do verbo “reduzir”, faz-se com a preposição “a”. Há exceção em que o verbo é usado com a preposição “em”, como na expressão “reduzido em cinzas”; que também se diz da mesma forma: reduzido a cinzas”.

Nesta frase, porém, como se verifica, equivale a “transformar” e não “diminuir”.

A verdade, Sr. Presidente, é que o verbo “reduzir” aplica-se comumente, no sentido de diminuir.

Não teria, assim, a matéria grande importância se não nos cumprisse interpretar o que a disposição realmente significa. Se está escrito “é reduzido na importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros”, pergunto eu: está reduzido da importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros?

O Sr. Aloisio de Carvalho — Parece-me que significa reduzido na importância.

O Sr. IVO D'AQUINO — Usa-se, de fato, a contração na. Desejaria, no entanto, não a usasse a Comissão de Redação.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Permite-me V. Ex.ª ainda um aparte. Como compreende o nobre colega o art. 1.º do Projeto? Eu ainda o não compreendi. Nestas condições, para saber até onde vai a legitimidade da dívida levantada por V. Ex.ª, preciso informar-me sobre se V. Ex.ª compreendeu este artigo. Penso que como muita gente não o compreendeu. E o Senado pode até votar a favor do dispositivo sem o compreender. Aliás, Projetos que favoreçam os pecuaristas são invariavelmente elaborados sem clareza no texto.

O Sr. IVO D'AQUINO — Respondendo ao oportuniíssimo aparte de Vossa Excelência.

Justamente porque o art. 1.º do Projeto é obscuro, torna-se indispensável que a Comissão de Redação examine o objetivo integral da proposição e não apenas o aludido dispositivo, isto é, se se tratar de reduzir a dívida a dois milhões e quinhentos mil cruzeiros ou reduzir a dívida de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros.

A expressão “reduzir de” não é, na realidade, muito legítima. Não é, entretanto, errada, porque o uso a consagrou. Diz-se, indistintamente, “reduzir a” e “reduzir de”, embora os significados sejam completamente diversos. Reduzir determinada dívida — tanto, quer dizer que o montante inicial da dívida desapareceu, transformando-se — é este o verdadeiro sentido do verbo reduzir — na quantia a que se refere o verbo reduzir, isto é, ficou reduzida a tanto.

Se se declara, no entanto “reduzir de”, a intenção é subtrair, diminuir. Exemplificando: se a dívida é de um milhão e se declara que se reduz a 200 mil, significa que fica diminuída de oitocentos mil; mas, se se diz que é reduzida de duzentos mil, a dívida será de oitocentos mil.

Parece-se que expliquei claramente meu pensamento.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Em tese. Desejaria, no entanto, explicasse V. Ex.ª o texto do art. 1.º.

O Sr. IVO D'AQUINO — Peco, portanto, verifique a Comissão de Redação através do texto integral do Projeto, qual das duas regências deve ser preferida.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Se existe diferença substancial entre as duas regências, como poderá a Comissão de Redação atender à convocação de V. Ex.ª se não houver emenda no plenário?

O Sr. IVO D'AQUINO — Acho que pode atender.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Como, se as regências modificam substancialmente o conteúdo do dispositivo? V. Ex.ª acabou de sustentar a diferença das duas regências.

O Sr. IVO D'AQUINO — Realmente, as duas expressões significam coisas completamente diversas.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Como a Comissão de Redação pode saber a certa?

O Sr. IVO D'AQUINO — Desde que, pela leitura do Projeto, se chegue à conclusão de que se objetiva transformar a dívida em dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, é preferível. Se, todavia, a intenção é apenas subtrair aquela quantia, então é melhor empregar a expressão “reduzir de”.

Peco a atenção da Comissão de Redação para essa diferença, mas entendo que não há necessidade de emenda do plenário.

O Sr. Aloisio de Carvalho — O Projeto, todavia, não vai à Comissão de Redação, porque não foi emendada. Sobretudo à sanção. Se, entretanto, o Sr. Presidente da República não concordar com a regência do verbo constante do Projeto, poderá vetá-lo.

O Sr. IVO D'AQUINO — Não se trata, no caso, de concordar ou não com a regência.

Trata-se das dificuldades que poderão surgir na interpretação da lei e que podem ser sanadas pelo Senado.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Pelo que entendo, esses 50% representam um débito, que, por lei anterior, os pecuaristas deveriam pagar em prestações, durante 10 anos.

O Sr. IVO D'AQUINO — Exatamente.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Se a lei é para atender à situação calamitosa em que os pecuaristas ficaram, a ponta de não poderem pagar as citadas prestações, o que o art. 1.º visa — segundo me parece — é a reduzir a obrigação em Cr\$ 2.500.000,00 e quem tiver débito superior a esse total incidirá no compromisso do pagamento das prestações.

O Sr. Dário Cardoso — Essa, a intenção do legislador.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Quer dizer: os pecuaristas receberão uma parte em apólices, e se houver débito superior a Cr\$ 2.500.000,00 continuarão no regime normal dos pagamentos em prestações. V. Ex.ª levantou uma questão muito interessante e seria porquanto pode variar a interpretação do Art. 1.º. Não vejo, entretanto, como possa a Comissão de Redação resolver o caso, se, como Vossa Excelência mesmo afirma, as duas regências são substancialmente diferentes.

O Sr. IVO D'AQUINO — Penso, Sr. Presidente, que posso formular requerimento, a fim de ser ouvida a Comissão de Redação de Leis a respeito. Se necessário, ela oferecerá emenda, da qual o Plenário tomará conhecimento. Não apresento essa emenda porque, confesso, desconheço o intuito do autor do projeto; não o li minuciosamente.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Vossa Excelência permite mais um aparte? (Assentimento do orador) — O artigo 4.º do projeto reza:

“Nos processos de reajustamentos e já deferidos, mesmo com a respectiva sentença transitada em julgado, assiste aos devedores, quer dizer, aos devedores que estão pagando aqueles 50% em prestações periódicas o direito de requerer, dentro do prazo estabelecido nesta lei a revisão do cálculo, para efeito da redução prevista no artigo 1.º”.

Feita, portanto, a revisão os Cr\$ 2.500.000,00 estão eles dispensados dessa importância, e recebem apólices, e o excesso será restituído para efeito dos pagamentos periódicos.

O Sr. IVO D'AQUINO — A opinião de V. Ex.ª, então, é que os 50% não são transformados em Cr\$ 2.500.000,00.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Entendo...

O SR. IVO D'ALQUINO — A mim também me parece como V. Ex.^a expôs. Mas seria preferível, para evitar dúvida, dizer-se "redução da importância de Cr\$ 2.500.000,00". Assim ficaria perfeitamente claro o pensamento, embora não o verbo no sentido originariamente legítimo e sim na aceção corrente na língua e por todos entendida.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Com a redação da proposição — "de" — como V. Ex.^a sugere, o artigo fica conforme ao entendimento que dou ao art. 1.^o

OSR. IVO D'ALQUINO — Perfeitamente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — V. Ex.^a deve propor a retificação.

O SR. IVO D'ALQUINO — Senhor Presidente, pergunto a V. Ex.^a se ainda posso oferecer emenda ao projeto?

O SR. PRESIDENTE — Não, nobre Senador, porque já foi encerrada a discussão.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — V. Ex.^a poderá aguardar a redação final, se não quiser ouvir a Comissão de Finanças.

O SR. IVO D'ALQUINO — Sr. Presidente, neste caso, aguardarei oportunidade, para ver se poderemos corrigir esse artigo do projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE.

Em votação o projeto.
Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

E' aprovado o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA
N.º 130, de 1954
(2.896-E — 53)

Modifica a lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.^o O valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos devedores, nos termos do artigo 2.^o da lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, é reduzido na importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o artigo 4.^o da mesma lei.

§ 1.^o A importância de 50% (cinquenta por cento), a cargo da União, fixada no mesmo artigo 4.^o, será acrescida dos juros vencidos e vencendo, pagos ou não, desde a data da constituição das dívidas até 30 de dezembro de 1954.

§ 2.^o Incluem-se no passivo reajustável as despesas judiciais ou extra-judiciais feitas pelos credores e devedores e devidamente comprovadas. Tratando-se de honorários de advogado, na falta de contrato devidamente legalizado, o preço não poderá ser superior a 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito.

§ 3.^o O passivo reajustável que não ultrapassar o valor de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) será pago, na sua totalidade, pela União, na forma deste artigo, quitados os devedores, observado o disposto no parágrafo único do artigo 4.^o da lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952.

§ 4.^o Nos casos de pagamento antecipado de todas as prestações a cargo dos devedores, e, quando privativo do juiz competente, por documento público, ou particular, constante do registro público, ou escrita bancária, que a liquidação foi feita com produto de empréstimo obtido de terceiros, o pagamento de indenização correspondente às aludidas presta-

ções será diretamente efetuado aos devedores nos termos já estabelecidos neste artigo.

§ 5.^o Aplica-se à redução feita neste artigo o disposto no parágrafo 3.^o do artigo 2.^o, da citada lei número 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 2.^o As prestações a que se refere o parágrafo 1.^o do artigo 2.^o da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, são as que se tornaram devidas a partir da lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948.

Parágrafo único — O pagamento de tais prestações será efetuado a 30 de dezembro de cada ano.

Art. 3.^o Quando se tratar de homologação judicial, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, a concessão dos favores desta lei dependerá da decisão proferida no pedido de extensão dos benefícios daquela lei.

Art. 4.^o Nos processos de reajuste já deferidos, mesmo com a respectiva sentença transitada em julgado, assiste aos devedores o direito de requerer, dentro do prazo estabelecido nesta lei, a revisão do cálculo, para efeito da redução prevista do artigo 1.^o

Art. 5.^o Fica elevado para Cr\$ 150 (um cruzeiro e cinquenta centavos) o selo criado pelo artigo 11 da lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 6.^o Os criadores e recriadores de gado bovino que satisficam uma das condições das alíneas a, b ou c do artigo 17, da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, gozarão das vantagens desta lei, em relação às suas dívidas de 19 de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1951, desde que, em tempo hábil, hajam requerido os benefícios da referida lei e não incidam na proibição do parágrafo 1.^o do citado artigo 17.

Art. 7.^o E' assegurado às firmas ou empresas comerciais que tenham escrita regular e sejam credoras de criadores e recriadores, nos termos das leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949, e 1.728, de 10 de novembro de 1952, de importância superior a 80% (oitenta por cento) de seu capital social, o direito de, com as apólices de que trata esta lei, caucionar empréstimo em estabelecimento bancário.

Art. 8.^o O prazo para requerimento dos favores da presente lei será de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 9.^o Continuam em vigor no que forem aplicáveis, em face desta lei ou por ela não contrariados, os dispositivos das leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949 e 1.728, de 10 de novembro de 1952.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 1.728, — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1952

Dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

O Presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.^o Será liquidado na forma e sob as condições estabelecidas nesta Lei o valor do capital e juros das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino, pessoas físicas, ou jurídicas, inclusive sociedades de fato, para as quais os responsáveis tenham obtido ou venham a obter, em processos pendentes de julgamento, os benefícios previstos nas leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de

outubro do mesmo ano ou 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 2.^o O valor de cinquenta por cento (50%) do débito a que se refere o art. 4.^o, § 1.^o da Lei n.º 1.002, excluídos os juros vencidos e vencendo desde a data da constituição da dívida e até 30 de dezembro de 1954, será liquidado pelos próprios devedores no prazo de 10 (dez) anos em prestações vencíveis até 30 de dezembro de cada ano, na conformidade do § 1.^o deste artigo.

§ 1.^o — Nos anos de 1954 e 1955 as prestações serão de cinco por cento (5%) cada uma; nos anos de 1956 a 1961 de dez por cento (10%) cada uma; nos anos de 1962 e 1963 de quinze por cento (15%) cada uma.

§ 2.^o — A falta de pagamento na época própria, de qualquer das prestações a cargo dos devedores, implicará na perda dos prazos estabelecidos nesta lei e consequente exigibilidade de todo o débito restante acrescido da pena de dez por cento (10%) sobre o principal e acessórios, em caso de cobrança judicial, se o devedor não purgar a mora em relação ao débito vencido.

§ 3.^o — O valor das deduções feitas nos termos desta lei não será computado para efeito de pagamento do imposto sobre a renda dos devedores reajustados.

Art. 3.^o Serão liberados os bens não necessários à garantia do débito reduzido, acrescido de vinte por cento (20%).

§ 1.^o — A garantia do débito reduzido será constituída por imóveis indicados pelo devedor ou por terceiros, desde que estes os possuam livres e desembaraçados de qualquer ônus podendo, ainda ser integrada de outros bens, se aqueles forem insuficiente ou não existirem, respeitadas as preferências e privilégios preestabelecidos.

§ 2.^o — Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo anterior e for inscrita a garantia real outorgada pelo devedor ou judicialmente especializada, dar-se-á automaticamente tanto a liberação do rancho e as dos bens que excederem ao valor da cobertura fixado neste artigo, como a exoneração de quaisquer coobrigados.

§ 3.^o — O penhor pecuniário resultante da forma de liquidação prevista nesta lei terá validade e vigência independentemente de reconstituição, além dos prazos fixados no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, com a redação que lhe deu o artigo 2.^o do Decreto-lei n.º 4.360, de 5 de junho de 1942.

Art. 4.^o A União pagará de uma só vez em apólices da Dívida Pública Federal, do valor nominal de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) ou de quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) cada uma ou juro de cinco por cento (5%) ao ano a importância de cinquenta por cento (50%) do débito que lhe compete por força do artigo 5.^o da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, acrescida dos juros relativos às dívidas mencionadas no artigo 1.^o desta lei, vencidos e vencendo desde a constituição de tais obrigações e até 30 de dezembro de 1954, contados na forma do artigo 2.^o da Lei n.º 209 de 2 de janeiro de 1948, e capitalizado quando assim se houver estipulado em cláusula contratual do débito originário.

Parágrafo único — As frações inferiores a quinhentos cruzeiros (Cr\$ 500,00) não serão computadas à União cabendo aos devedores efetuar o respectivo pagamento, juntamente com a primeira prestação.

Art. 5.^o E' o Poder Executivo autorizado a emitir as apólices de que trata o artigo 4.^o até o limite necessário ao cumprimento desta lei, devendo as mesmas serem resgatadas no prazo de trinta anos, por meio de sorteios anuais realizados em dezembro de cada ano, na base percentual estabelecida no artigo 8.^o, § 5.^o da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

§ 1.^o — Os juros das apólices serão

pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.^o — As apólices são isentas de quaisquer impostos federais, salvo o imposto de renda.

§ 3.^o — As apólices referidas neste artigo serão recebidas e sempre ao par.

I — Nas repartições públicas para efeito de caução;

II — Na Caixa de Mobilização e Fiscalização Bancária, nos seguintes casos:

a) em pagamento dos débitos contraídos por bancos com caução nos termos do Decreto-lei n.º 9.201, de 26 de abril de 1946, e leis subsequentes, até 50% do valor dos respectivos títulos caucionados;

b) em garantia de empréstimos aos bancos desde que feita a comprovação de que foram elas incorporadas aos seus patrimônios por força desta lei.

Art. 6.^o Os benefícios desta lei são extensivos aos avalistas, endossantes ou quaisquer coobrigados, no que se refere às obrigações de criadores ou recriadores de gado bovino, ainda quando em virtude de obrigação nova, hajam assumido a responsabilidade de dívida prevista no artigo 7.^o da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 7.^o Os benefícios estabelecidos nesta lei não compreendem os débitos já liquidados, em cumprimento de ajustes amigáveis ou judiciais, feitos nos termos das Leis números 290, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 7.^o Os benefícios estabelecidos nesta lei não compreendem os débitos já liquidados em cumprimento de ajustes amigáveis ou judiciais, feitos nos termos das Leis números 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

§ 1.^o — As prestações satisfeitas de principal e juros relativos a débitos ainda existentes, serão deduzidas da parte que couber ao devedor nos termos do artigo 2.^o desta lei para efeito de se fixar a responsabilidade desta e da União.

§ 2.^o — Nos casos de pagamento antecipado de todas as prestações a cargo dos devedores, efetuados de acordo com o § 1.^o do artigo 5.^o da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, a responsabilidade da União se limitará a cinquenta por cento (50%) da dívida inicial acrescidos dos juros apenas sobre essa parte.

§ 3.^o — Estão também excluídos dos favores desta lei os devedores que não houverem requerido os benefícios de qualquer das Leis números 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 8.^o Servirão de base aos reajustes, para aplicação desta lei, as avaliações já feitas ou processadas judicialmente sendo que nas avaliações do gado, ainda não realizadas, serão mantidos os valores básicos adotados nos financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil até 10 de novembro de 1945.

Art. 9.^o A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil adotará as providências necessárias à concessão de novos financiamentos aos criadores e recriadores de gado bovino, salvo os casos de dolo comprovado e observadas as condições do seu regulamento.

Art. 10. Os benefícios da presente presão extensivos ao cônjuge sobrevivente e herdeiro do criador ou recriador falecidos depois de 30 de agosto de 1945 sem as restrições previstas no artigo 8.^o da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, bem como aos sucessores de sociedades dissolvidas de acordo com o disposto no art. 18 da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 11. Aplicam-se igualmente os favores desta lei às dívidas dos criadores ou recriadores de gado bovino

anteriores a 19 de dezembro de 1946 a respeito das quais tenham os devedores feito transação ou composição com os credores na vigência das Leis ns. 1.002, de 24 de dezembro de 1949, 457, de 28 de outubro de 1948, ou 209, de 2 de janeiro de 1948, quando já efetivada essas composições mediante homologação judicial.

Art. 12. Os títulos pecuaristas vendidos e não pagos em virtude dos favores concedidos pelas Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, em poder dos Bancos Cooperativistas e Cooperativas Agro-Pecuaristas, poderão ser levados a desconto independentemente dos limites dos respectivos capitais-reservas na Carteira de Redescconto do Banco do Brasil S. A. pelo prazo de 12 meses, com direito à renovação.

Art. 13. São suspensos quaisquer procedimentos judiciais porventura intentados contra os devedores por falta de pagamento das prestações vencidas.

Parágrafo único. — São sobrestados todos os processos de penhora em andamento até que as dívidas devidamente descritas, nos processos de reajustamento, obtenham decisão definitiva.

Art. 14. São canceladas as multas fiscais a que estejam sujeitos os beneficiários da presente lei, em razão do não pagamento das respectivas dívidas, relativas às atividades pecuárias até a data desta lei.

Parágrafo único. — Considerem-se, também na mesma data, extintos os efeitos da prisão civil, decretada contra criadores e recriadores de gado bovino.

Art. 15. O prazo para requerimento, dos favores da presente lei será de 120 (cento vinte) dias, a contar de sua publicação.

§ 1.º — O requerimento deverá ser anexado ao processo referente aos pedidos de benefícios das leis referidas no art. 1.º, quando estes estejam pendentes de julgamento ou definitivamente julgados.

§ 2.º — Quando o processo estiver pendente de julgamento em superior instância, o requerimento deverá ser autuado e sobrestado no seu julgamento até a decisão definitiva.

§ 3.º — Sobre o requerimento em qualquer dos casos dos parágrafos anteriores serão ouvidos os interessados, depois de que, no prazo de 48 horas, o juiz despachará facultando ao devedor a constituição de garantias, em substituição às existentes, nos termos desta lei.

§ 4.º — Especializadas ou não garantias, o juiz, em 48 horas, decidirá o pedido, mandando, em caso de deferimento, os autos ao contador do Juízo para que proceda ao cálculo decorrente dos benefícios desta lei.

Art. 16. Continuam em vigor no que forem aplicáveis, em face da presente lei, ou por ela não contrariados, os dispositivos das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 28 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949.

Art. 17. Terão direito aos favores desta lei e aos benefícios das Leis ns. 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 28 de outubro de 1948, e 1.002, de 24 de dezembro de 1949, os fazendeiros, cujos imóveis rurais ou rebanhos estavam localizados dentro do Polígono das Secas e que, no período de 19 de dezembro de 1943, até 31 de dezembro de 1951, caracterizam-se em qualquer dos seguintes casos:

a) insolvibilidade judicialmente verificada;

b) sofreram execução judicial ou protesto da títulos;

c) incorreram em processo de concordata ou concurso de credores.

§ 1.º — Excluem-se dos benefícios deste artigo os que forem convencidos de fraude ou crimes contra o crédito ou a boa fé por sentença passada em julgado.

§ 2.º — Para gozo dos favores deste dispositivo, o fazendeiro deverá

provar a existência de suas terras dentro do Polígono das Secas, exibindo certidão do registro de imóveis ou conhecimentos de imposto territorial de todos os exercícios indicados no artigo; ou registro como fazendeiro ou criador do Ministério da Agricultura.

§ 3.º — Esse dispositivo só se aplicará aos avalistas e fiadores se também forem fazendeiros com terras e rebanhos dentro do Polígono das Secas.

Art. 18. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1952; 131.º da Independência e 64.º da República. — *Getúlio Vargas* — *Horácio Lafer* — *João Cleofas*

LEI N.º 457 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1948

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes modificações na Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948:

I — O parágrafo único do artigo 1.º é substituído por este:

Parágrafo único. Se o devedor especializar bens imóveis em garantia real, cujo valor exceda em mais de 30% (trinta por cento) o total da dívida, esta será paga dentro de doze (12) anos, em prestações iguais, exigíveis a partir de 31 de dezembro de 1949 ao turo da tabela e, como consequência disso, ficará liberado o rebanho dado em penhor.

II — Ao artigo 9.º acrescente-se a seguinte letra:

c) Os bens não especializados em garantia real na forma do parágrafo único do artigo 1.º.

III — Ao artigo 18 acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único. A falta dos animais mencionados desde que não doação, não impedirá que o devedor pecuarista goze dos benefícios desta lei uma vez que ofereça garantia em bens imóveis na forma do parágrafo único do artigo 1.º.

Art. 2.º É revogado por rescisão a lei, a partir da publicação desta lei, o prazo a que se refere o artigo 1.º da mencionada Lei n.º 209.

Parágrafo único. Os devedores que houverem renunciado os favores da Lei n.º 209 citada, poderão requerer, dentro de sessenta dias, seja a renúncia cancelada, a fim de lhes serem aplicáveis as disposições anteriores.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1948, 127.º da Independência e 60.º da República. — *Evandro G. Dutra* — *Ovidio Xavier de Abreu*.

LEI N.º 209 — DE 2 DE JANEIRO DE 1948

Dispõe sobre a forma de pagamento dos débitos civis e comerciais de criadores e recriadores de gado bovino.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — Aos criadores e recriadores de gado bovino é assegurado o direito de pagarem seus débitos civis, comerciais e fiscais, anteriores a 19 de dezembro de 1946, ou posteriores, desde que se trate de suas inovações ou reformas, pela maneira seguinte:

a) em seis prestações anuais iguais exigíveis a partir de 31 de dezembro de 1949, juros incluídos e calculados segundo o sistema da Tabela Price;

50% em duas prestações anuais, iguais, exigíveis, respectivamente, com seus juros, em 31 de dezembro de 1955 e 31 de dezembro de 1956.

Parágrafo único. — Especializando o devedor bens imóveis em garantia real e excedendo eles, em mais de 30%, o total da dívida, esta se pagará em 12 anos, em prestações iguais, exigíveis desde 31 de dezembro de 1949, juros na forma daquela Tabela.

Art. 2.º — Os juros das operações beneficiadas por esta Lei serão reduzidos a 1% ao ano e, não poderão exceder a taxa anual de 8%.

Art. 3.º — Serão contemplados com o favor legal:

a) os criadores e recriadores de gado bovino que exerciam a profissão em 19 de dezembro de 1946, em caráter efetivo, ainda que tivessem, também outra atividade;

b) os investistas uma vez que na mesma data exercessem ou ainda exerçam, de modo principal, a profissão de criadores e recriadores de gado bovino;

c) as parcerias e sociedades pastoris, desde que se enquadrem como organização ou pessoas coletivas, no disposto pelas alíneas a e b deste artigo.

Art. 4.º — Provar-se-á a qualidade de criador ou recriador de gado bovino com um dos seguintes documentos:

a) certidão de registro no Ministério da Agricultura, nas Secretarias de Agricultura dos Estados, Distrito Federal e Territórios, ou repartições equivalentes;

b) contrato de penhor pecuário ainda em vigor;

c) certidão de um coletor de renda da situação do imóvel pastoril ou do domicílio do devedor.

Parágrafo único. — Contra a prova documental a que se refere este artigo admitir-se-ão os meios de prova autorizados pelo artigo 208 do Código de Processo Civil.

Art. 5.º — Não serão extensivos os benefícios desta Lei:

a) aos industriais de carne, assim considerados os que exploram frigoríficos, charqueadas ou estabelecimentos similares, ainda que sob a forma de cooperativas;

b) aos devedores, que segundo provado em Juízo, hajam praticado atos ilícitos prejudiciais aos direitos do credor; e

c) aos criadores e recriadores, pessoas físicas ou coletivas, que, além dos imóveis rurais e do gado de criar e recriar, tiverem bens patrimoniais que avaliados separadamente, correspondam quatro vezes, ou mais, ao valor do referido gado.

Art. 6.º — Os benefícios desta Lei são extensivos aos avalistas, endossantes, fiadores ou quaisquer obrigados no que se referir às obrigações de criadores e recriadores.

Parágrafo único. — Se uma dessas obrigações for executado por obrigação não referente à dívida de criadores ou recriadores, cessará quanto a essa sua coobrigação, a moratória, para efeitos de concorrência de credores ou de falência.

Art. 7.º — Sempre que ocorrer a hipótese do parágrafo único do artigo 1.º dar-se-á a exoneração do coobrigado, que a poderá requerer ao Juiz, à vista de certidão das dívidas habilitadas e das avaliações a que se procedeu.

Art. 8.º — São igualmente extensivos os benefícios desta Lei aos sucessores hereditários do criador ou recriador falecido depois de 30 de agosto de 1945 (mil novecentos e quarenta e cinco), desde que possam os herdeiros ajustar-se à atividade pastoril e administrar, in solidum, com idoneidade, o acervo comum, ou a herança partilhada.

Art. 9.º — Enquanto gozarem dos favores aqui previstos, os devedores não poderão alienar ou gravar quaisquer bens existentes na data desta Lei, sem expresso consentimento dos credores.

§ 1.º — Não se compreendem na proibição deste artigo:

a) a oneração de bens para garantia de novos empréstimos incluídos nas finalidades da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S. A., assim como a que resultar de penhor rural constituída a favor de outras entidades jurídicas para fins de financiamento de produção agro-pastoril;

b) a venda de bens imóveis, autorizada pelo juiz do domicílio do devedor, a requerimento deste, com citação dos credores, discriminando-se os bens com o preço conveniado e fixando-se prazo para as impugnações. Deferido o pedido mandará o juiz que o preço seja rateado entre os credores, salvo os privilégios existentes;

c) a oneração ou venda de produção agrícola, pecuária, e industrial, assim como de quaisquer outros bens de comércio habitual do criador ou recriador;

d) a alienação de bens gravados de penhor rural, realizada com consentimento expresso do credor, para liquidação ou amortização da dívida pignoratícia ou para aquisição de outros bens em substituição total ou parcial de garantia.

§ 2.º — A infração do disposto neste artigo acarretará para o devedor a perda do direito aos benefícios desta Lei.

Art. 10. — É facultada, a qualquer tempo, a renúncia aos benefícios previstos nesta Lei, mediante:

a) declaração expressa do interessado, dirigida a qualquer de seus credores, e transcrita no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do renunciante; ou

b) petição do devedor ao juiz, que, neste caso, homologará a renúncia depois de ouvir o requerente.

Art. 11. — Ao credor incluído no ajuste, mesmo quitográfico, como aos seus sucessores a qualquer título, fica assegurada a preferência equivalente à garantia real, em face das obrigações contraídas, pelo devedor, a partir de 19 de dezembro de 1946, ressalvadas as de subsistência pessoal e de família, as de origem fiscal e as de custeio agro-pastoril da propriedade.

Art. 12. — O débito ajustado constituir-se-á à base de garantias reais de fidejussórias existentes e se pagará anualmente pena de vencimentos, em prestações iguais aos credores em solidariedade ativa rateadas em proporção ao crédito de cada um.

Parágrafo único. Para os casos de execução judicial é a cláusula penal de 10% sobre o principal e acessórios da dívida.

Art. 13. — O penhor pecuário sujeito ao regime de liquidação prevista nesta Lei independente de reconstituição para a sua validade e vigência além dos termos prefixados no artigo 13, parágrafo único, da Lei n.º 492, de 30 de agosto de 1937, e no artigo 2.º do Decreto-lei n.º 4.360, de 5 de junho de 1942.

Art. 14. — Aos estabelecimentos bancários que, por força desta Lei tiverem de fazer ajuste de dívidas ativas, é assegurado o direito de recorrerem à Caixa de Mobilização Bancária, nos termos do Decreto-lei n.º 9.201, de 26 de abril de 1946, ficando para esse efeito, modificada para 31 de dezembro de 1946 a data fixada pelo artigo 1.º do referido Decreto-lei n.º 9.201 e prorrogada para 31 de dezembro de 1954 o prazo a que se refere o artigo 3.º do Decreto-lei número 8.493, de 28 de dezembro de 1945.

Art. 15. — É assegurada ao devedor penhoratício a liberação das crises desde 1945, inclusive, ressalvadas as substituições necessárias à recomposição do rebanho.

Art. 16. — São declarados insubsistentes os protestos cambiais, como as execuções ou quaisquer medidas judiciais intentadas contra o devedor com infração do disposto pelo Decreto-lei n.º 9.686, de 30 de agosto de 1946.

pela Lei n.º 8, de 19 de dezembro do mesmo ano, assim como foram de nenhum efeito as garantias que com a vigência daqueles diplomas legais hajam os devedores constituído sua fraude de credores, que o era em 23 de agosto de 1945 um noventa e quatro e cinco.

Art. 17. — As obrigações garantidas com penhor penhor cujos devedores não sejam beneficiados pela presente Lei, terão o seu vencimento prorrogado pelo prazo de um ano desde a data em que ela entrar em vigor.

Parágrafo único. — Não se aplica o disposto neste artigo aos devedores inscritos na sanção prevista pelo artigo 5.º letra b.

Art. 18. — Nas garantias anteriormente oferecidas ao Banco do Brasil, Sociedade Anônima e que serão objeto de nova especialização, por força da composição aqui prevista, será tolerada, desde que não dolosa, uma falta máxima de 20% dos indivíduos apenados.

Art. 19. — Na avaliação do gado de criar e recriar, para os efeitos da presente Lei, serão mantidos os valores básicos adotados nos financiamentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S.A. até 10 de novembro de 1945 (mil noventa e quatro e cinco).

Art. 20. — Caso os criadores e recriadores de gado bovino não cheguem a composição amigável com os seus credores, nos termos desta Lei, poderão realizá-la judicialmente, observado o processo aqui estabelecido.

Art. 21. — É competente a justiça comum do domicílio do devedor para aplicar e executar esta Lei.

Art. 22. — Os devedores, os seus coobrigados, deverão requerer ao juiz competente, dentro de 120 dias da publicação desta Lei, a concessão dos benefícios aqui assegurados, pena de caducidade.

Parágrafo único. O requerimento será assinado de próprio punho, firma reconhecida, ou por procurador com poderes especiais.

Art. 23. O requerimento deverá expor a exata situação econômica do devedor e será instruído com os seguintes documentos:

a) prova da qualidade de criador ou recriador de gado bovino;

b) relação de todos os bens e direitos do devedor, contendo a estimativa do valor de cada um e a indicação precisa dos que porventura se achem em poder de terceiros a título de guarda, depósito, penhor ou retenção;

c) lista nominativa de todos os credores, com o domicílio, residência de cada um, natureza e importância dos créditos e, se for o caso, das garantias que os asseguram;

d) relação de bens de terceiros em poder do devedor com indicação minuciosa das circunstâncias que para isso concorrem;

e) estimativa do custeio anual da propriedade, assim como dos encargos essenciais à subsistência do devedor e da família; e

f) garantias oferecidas.

Art. 24. Se o devedor não instruir desde logo o pedido nos termos do art. 23, marcará o juiz um prazo, nunca inferior a cinco nem superior a quinze dias, para cumprimento daquelas formalidades.

Parágrafo único. Se, porém, o requerimento estiver regular e em termos de ser deferido o juiz:

a) mandará tornar público por edital afixado no fóro e, também, por uma vez publicado no órgão oficial do Estado e num dos jornais de maior circulação da região, um aviso referente ao pedido do devedor para que os interessados possam reclamar o que lhes parecer de direito;

b) fará expedir uma carta-notificação sob registro postal a cada credor indicado;

c) marcará o prazo de 30 dias, no máximo, improrrogável, de 90 dias,

para os credores apresentarem declarações de seus créditos.

Art. 25. Dentro do prazo marcado pelo juiz, os credores do requerente, por qualquer título, inclusive os parcelares dos sócios, no caso de sociedade, serão obrigados a apresentar em cartório uma declaração escrita, com firmas reconhecidas, mencionando sua profissão, domicílio e residência, a importância exata do crédito e sua origem; as hipotecas que lhes foram outorgadas, especificando minuciosamente os bens e títulos do devedor em seu poder os pagamentos recebidos por conta e o saldo definitivo acrescido dos juros vencidos no dia de entrada do pedido da convocação dos credores.

§ 1.º — A declaração será acompanhada dos títulos ou de quaisquer documentos em que o credor possa fundar o seu direito.

§ 2.º — Os títulos poderão ser apresentados em cópias fotostáticas devidamente conferidas e autenticadas.

§ 3.º — O cartório dará recibo das declarações de crédito e dos documentos recebidos.

Art. 26. Findo o prazo a que se refere o art. 25 o juiz nomeará um perito para proceder a avaliação, podendo as partes indicar assistentes.

§ 1.º — O avaliador observará rigorosamente o critério de justo valor dos bens, ressalvado o disposto no artigo 19.

§ 2.º — Para outros bens que não os rurais, será apurada a renda líquida que os mesmos produzam, computados todos os elementos que constituam uma conclusão positiva.

Art. 27. Concluída a avaliação os credores e o devedor terão o prazo comum de 10 dias que correrá em cartório para mover ou impugnar o laudo, os créditos declarados, oferecendo documentos ou requerendo diligências para justificar o alegado.

§ 1.º — Poderá ainda o juiz ordenar quaisquer diligências que se realizarem dentro em 15 dias, decidindo nos 15 dias subsequentes, as questões suscitadas.

§ 2.º — Preparado o processo e ouvido o Ministério Público, decidirá sobre o pedido dentro de 10 dias.

Art. 28. Dentro do prazo de 48 horas seguintes à decisão, o qual poderá ser prorrogado por igual tempo, organizará o contador do Juízo a relação dos créditos conforme o julgado.

Art. 29. Da decisão, proferida, como do despacho que indeferir inicialmente o requerimento, caberá recurso de agravo de petição que será interposto no prazo de 5 dias, contado conforme o caso, da data do indeferimento ou da publicação da sentença.

Parágrafo único. Este agravo, em qualquer das hipóteses, terá preferência para julgamento.

Art. 30. Sempre que o credor regularmente citado não fizer a declaração de seu crédito, na forma prevista pelo artigo 24, letra c, só poderá exigir a satisfação da obrigação depois que o devedor houver pago aos demais credores o total do passivo ajustado.

Art. 31. O processo de convocação dos credores, nos termos desta Lei não se suspende em férias e só admitte o recurso expressamente mencionado no texto desta Lei.

Art. 32. Todos os atos processuais, assim como as certidões, os traslado e as peças necessárias à instrução do processo, ou dele extraídos para observância desta Lei serão isentos do selo federal.

Parágrafo único. Serão igualmente isentos de selos federais, bem como de quaisquer impostos ou taxas devidos à Fazenda Nacional, os atos e contratos derivados do ajuste aqui previsto.

Art. 33. O Banco do Brasil S.A. e demais credores poderão transfe-

rir aos Estados, que o desejarem, os créditos provenientes dos empréstimos aos criadores e recriadores beneficiados por esta Lei, assinando, para esse efeito, os acordos necessários.

Art. 34. (vetado).

Art. 35. A presente Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas como ficam, as disposições que lhe forem contrárias.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1948 127.ª da Independência e 60.ª da República. — Eurico G. Dutra, — Corrêa e Castro.

LEI N.º 1.002 DE 24 DE DEZEMBRO DE 1949

Dispõe sobre o pagamento dos débitos dos criadores e recriadores de gado bovino, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O valor do capital e juros na data da publicação desta Lei, das dívidas, excetuadas as oriundas de financiamentos estranhos às atividades (propagandas, contradas por criadores e recriadores de gado bovino, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive sociedades de fato, anteriores a 19 de dezembro de 1946, a respeito das quais os devedores hajam requerido nos autos respectivos os benefícios a que se referem as Leis ns. 209 e 457, de 2 de janeiro de 1948 e 20 de outubro do mesmo ano e estes lhes tenham sido concedidos ou venham a ser no caso de estar o processo pendente do julgamento, será liquidado pelos próprios devedores e pela União Federal na forma e segundo as condições estabelecidas nesta Lei.

Parágrafo único. Cabe e é facultado, a quem impugnar, oferecer todos os meios de prova admitidos em direito.

Art. 2.º Aplica-se também o disposto no artigo 1.º:

I — As dívidas de criadores ou recriadores de gado bovino, anteriores a 19 de dezembro de 1946, a respeito das quais tenham os devedores firmado acordo com os seus credores, desde a vigência da Lei n.º 209, de 1948 até 29 de dezembro do mesmo ano novando ou reformando a obrigação anterior ou, até a mesma data, hajam proposto tais acordos, ainda que firmados posteriormente ou pendentes de lavratura.

Parágrafo único. Não se consideram acordos para os efeitos deste número as novações ou reformas de dívidas sem garantia pleneval, por prazo não superior a doze meses.

II — As dívidas daqueles que, por insolventes, em face das Leis números 209 e 457, citadas, não hajam obtido ou requerido os benefícios a que elas se referem e ofereçam, ainda, bens que valham o débito reduzido.

Parágrafo único. Para o efeito de concessão de realustamento ao criador ou recriador insolvente, não serão considerados integrantes do patrimônio respectivo os bens do coobrigado.

II — As dívidas de criadores e recriadores de gado bovino, contradas antes de 19 de dezembro de 1946, embora não tenham os devedores a respeito delas requerido os favores das Leis ns. 209 e 457, de 1948, nem efetuado ajustes ou acordos com os respectivos credores contanto que, vendidos, não tenham sido novados ou reformados os títulos originais.

Parágrafo único. Salvo os títulos de créditos emitidos em favor de estabelecimentos bancários ou de firmas comerciais, com escrituração mercantil regular, os demais, referidos neste inciso, para serem admitidos aos benefícios da presente Lei deverão ter sido protestados ou an-

tados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, em data anterior à Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, e cujo produto tenha sido aplicado na criação e recriação do gado bovino.

Art. 3.º Gozarão, igualmente, dos benefícios desta Lei, os criadores ou recriadores de gado bovino que:

a) Vetado;

b) Preenchem as condições previstas nas alíneas Leis ns. 209 e 457, mas não hajam requerido os benefícios a que elas se referem e cujos débitos tenham sido objeto de ação judicial, concordatária ou falência, até a vigência da presente Lei.

Art. 4.º Ficarão exonerados de 30% (trinta por cento) das dívidas mencionadas nos artigos anteriores, os devedores que efetuarem o pagamento das prestações que lhes incumbem, estabelecidas nesta Lei.

§ 1.º O pagamento que compete aos devedores, de 50% (cinquenta por cento), será feito em prestações, acrescidas dos juros fixados no artigo 2.º, da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, durante 10 (dez) anos.

§ 2.º A exigibilidade dessas obrigações correrá no ano de 1951, como nos subsequentes nos mesmos dias e meses em que tiverem sido aranzados nos títulos, contratos, ou documentos originários.

§ 3.º Nos anos de 1951 e 1952, as prestações serão de 5% (cinco por cento), cada uma; nos anos de 1953 a 1958, serão de 10% (dez por cento), cada uma; e nos anos de 1959 a 1960, serão de 15% (quinze por cento), cada uma.

Art. 5.º A medida que o devedor pagar as prestações a seu cargo, caberá à União Federal o pagamento da parte equivalente da dívida.

§ 1.º O devedor, que fizer pagamentos antecipados, fica exonerado da parte equivalente, que será liquidada pela União nas mesmas bases estabelecidas no artigo 4.º e seus parágrafos.

§ 2.º Perderá o direito aos benefícios desta Lei, tornando-se inextinguível, desde logo, o saldo da dívida, o devedor que deixar de pagar, ao vencimento, qualquer das prestações a seu cargo.

§ 3.º O pagamento das prestações não incumbir à União Federal será efetuado em anuidades mediante prova de liquidação da prestação correspondente, por parte do devedor, acrescidas de juros de 6% (seis por cento), no ano, desde a data da publicação desta Lei.

§ 4.º As apólices emitidas por União Federal não for igual a um número exato de apólices, serão desproporcionadas as frações inferiores a Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) que continuarão a cargo do devedor.

§ 5.º As apólices emitidas por força desta Lei, gozarão de juro de 5% (cinco por cento) e serão amortizadas por sortelo, na base de 2% (dois por cento) do total delas, cada ano, até o décimo. A partir do décimo ano, a amortização será de 4% (quatro por cento) cada ano, sobre o total da omissão.

Art. 6.º Serão liberados os bens não necessários à garantia do débito remanescente.

§ 1.º Essa liberação se fará de forma que possibilite a vinculação dos bens imóveis que, indicados pelo devedor, valham o referido débito, acrescido de 30 (trinta por cento).

§ 2.º Sempre que se verificar a hipótese do parágrafo anterior, dar-se-á, automaticamente a exoneração de quaisquer obrigações.

Art. 7.º Deverão os interessados requerer, em juízo, sob pena de caducidade, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data da publicação desta Lei a liquidação estabelecida no seu artigo 1.º

§ 1.º Quando se verificar que o processo de ajuste está pendente de julgamento, ou que o mesmo não foi julgado, os artigos 2.º, 3.º e 21 desta Lei e o

querimento deverá ser instruído com a certidão narrativa da ocorrência e aguardada, em cartório, a apresentação de documentação hábil para decisão do pedido.

§ 2.º A assinatura de qualquer dos beneficiários, no requerimento inicial, importa a de seus co-obrigados, salvo impugnação dos não signatários.

Art. 8.º Para ocorrer aos pagamentos a cargo da União, nos termos desta Lei, é o Ministro da Fazenda autorizado a efetuar emissão de apólices de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) e de Cr\$ 1.000.00 (um mil cruzeiro), ao juro de 5% (cinco por cento), ao ano, sendo em cada um dos anos de 1951 a 1952, Cr\$ 75.000.000 (setenta e cinco milhões de cruzeiros); em cada um dos anos de 1953 a 1954, Cr\$ 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros); em cada um dos anos de 1955 a 1956, Cr\$ 225.000.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de cruzeiros).

Art. 9.º As apólices serão resgatadas dentro do prazo de 30 (trinta) anos, a partir da publicação desta Lei, por mês de sorteios que serão realizados em dezembro de cada ano.

§ 1.º Os juros serão pagos semestralmente, em janeiro e julho de cada ano.

§ 2.º As apólices, cuja emissão é autorizada nesta Lei, são isentas de quaisquer impostos e taxas federais, salvo o imposto de renda, e serão vendidas em caução, ao par, nas repartições públicas.

Art. 10.º Para a prestação anual, prevista no § 1.º do artigo 4.º, o devedor ou o credor solicitará ao Banco do Brasil S.A. a inscrição, a favor do credor, da correspondente responsabilidade do Governo, comprovando o seu pedido com a quitação firmada pelo credor, reconhecida a firma deste por notário.

Parágrafo único — O certificado de inscrição fornecido pelo Banco do Brasil S.A., que enviará segunda via ao credor, valerá como prova da redução correspondente na responsabilidade do devedor.

Art. 11.º — Para ocorrer ao serviço de juros e amortização das apólices a que se refere o artigo 8.º, será criado um selo do valor de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), para ser aplicado sobre cada mil cruzeiros ou fração, incidindo proporcionalmente sobre os títulos cambiais, contratos e escrituras de empréstimos e locações de imóveis rurais, todos referentes à exploração pecuária.

§ 1.º — O produto da arrecadação proveniente da emissão do selo criado por este artigo, será recolhido em conta especial ao Banco do Brasil S.A.

§ 2.º — O excedente, que porventura for apurado para a exploração prevista neste artigo, será destinado ao fomento da economia rural, por intermédio do Banco Rural.

§ 3.º — Enquanto o Banco Rural não for criado e instalado, e iniciar as suas operações, e parcela que lhe couber por força do disposto no parágrafo anterior, ficará em poder do Banco do Brasil S.A. para ser aplicada pela sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e, exclusivamente, para os fins a que é destinada.

§ 4.º — O Banco do Brasil S.A., e posteriormente o Banco Rural, contabilizarão esses recursos sob a rubrica "Fundo de Recuperação Pecuária e de Fomento Rural", assim devendo figurar nos seus balanços e balanços.

§ 5.º — As repartições fiscais arrecadoras deverão recolher mensalmente ao Banco, o produto da venda dos selos.

§ 6.º — O selo do "Fundo de Recuperação Pecuária e de Fomento Rural", criado por esta Lei, será devolvido até o prazo do restante do selo a que se refere o artigo 8.º desta Lei.

Art. 12. — Nos orçamentos de 1951 a 1960, serão consignadas verbas para ocorrer às despesas a cargo da União, em virtude desta Lei, ficando desde já autorizada a abertura dos respectivos créditos.

Art. 13. — É o Poder Executivo autorizado a contratar, com o Banco do Brasil S.A., os serviços necessários à execução desta Lei, inclusive os que se referem ao recebimento das apólices, no Tesouro Nacional, para pagamento dos interessados.

Art. 14. — A Caixa de Mobilização Bancária realizará operações com os Bancos, que sejam titulares de créditos abrangidos por esta Lei.

Parágrafo único — É revogada a autorização concedida à Caixa de Mobilização Bancária, para efetuar as operações de emergência, de que trata o Decreto-lei n.º 8.493, de 25 de dezembro de 1945.

Art. 15. — Uma vez passada em julgado a sentença que conceder os benefícios desta Lei aos criadores ou recatadores de gado bovino, poderão os credores requerer à autoridade judicial a expedição de certificado que contenha:

a) a especificação do total do seu crédito;

b) o número de apólices a que têm direito para cobertura de 80% (oitenta por cento) ao seu crédito, indicando-se as datas em que deverão elas ser omitidas, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. — Vetado.

Art. 16. — Vetado.

Art. 17. — Todo e qualquer procedimento doloso, tendente a frustrar os efeitos desta Lei, importará, para o devedor, a perda dos benefícios nela estabelecidos e, para o credor, o retardamento de indenização, que só será paga, neste caso, no vencimento da última prestação.

Art. 18. — As sociedades ou parcerias que se valerem dos benefícios desta Lei poderão dissolver-se, se assim o desejarem, assumindo cada um dos seus sócios, de per si, os encargos das obrigações reajustadas, na proporção da sua quota social, sem prejuízo da solidariedade passiva, se antes convenção ou imane a obrigação social.

Art. 19. — Os benefícios desta Lei são extensivos aos avalistas, endossantes, fiadores ou quaisquer co-obrigados, no que se refere às obrigações de criadores ou recatadores de gado bovino, quando, ainda que em virtude da obrigação nova, hajam assumido ou venham a assumir a responsabilidade da dívida.

Parágrafo único. — Estendem-se, igualmente, a esses co-obrigados os prazos a que se refere esta Lei.

Art. 20. — Não se aplica o disposto nesta Lei às dívidas da sociedade para com o sócio, e vice-versa, que tenham sido originadas de fornecimento de dinheiro para ocorrer a suprimento de caixa, bem como às dívidas do criador para com seus colonos e empregados, por serviços prestados na exploração agropecuária.

Art. 21. — Vetado.

Art. 22. — Os meios de prova de inscrição do pedido, mencionado no artigo 4.º da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, podem ser supridos pelo que institui o Código de Processo Civil e Comercial.

Art. 23. — O devedor, que haja requerido os benefícios da presente Lei, não poderá ser executado enquanto não houver decisão final do pedido suspensos quaisquer procedimentos judiciais contra ele intentados.

Art. 24. — Vetado.

Art. 25. — Os benefícios criados por esta Lei não se estendem aos débitos já liquidados, nem a quaisquer prestações já satisfeitas da obrigação no seu principal e juros.

Art. 26. — São declarados competentes os órgãos do Ministério Público dos Estados, para representar a União em Juízo nas contenciosas onde não se fizer presente o Procurador da

República, ou representantes especialmente habilitado, quanto aos feitos judiciais que derivarem da aplicação desta Lei.

Art. 27. — Das decisões que concederem ou negarem os benefícios desta Lei, caberá recurso, no efeito suspensivo, para o Tribunal Federal de Recursos.

Art. 28. — Continuam em vigor, no que forem aplicáveis ao estabelecido na presente Lei e por esta não forem contrariadas, as disposições das Leis n.ºs 209, de 2 de janeiro, e 457, de 2 de outubro de 1948.

Art. 29. — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo sido levantada dúvidas sobre a redação do projeto, a Mesa vai remetê-lo à Comissão de Redação para o necessário exame.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1951 (n.º 339, de 1951, na Casa de origem), que altera o § 2.º do artigo 6.º, a letra a e a letra e acrescida ao artigo 7.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado (incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 99, letra a, do Regimento Interno, em virtude do requerimento n.º 214, de 1954, do Sr. Senador João Villalobos, aprovado na sessão de 1-5-54), tendo Pareceres: I — Sobre o Projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 1.194, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob ns. 1.195 e 1.196, de 1953, pela rejeição (com voto em separado do Sr. Senador Kerginaldo Cavalcanti); da Comissão de Finanças, sob n.º 1.197, de 1953; favorável, com a emenda que oferece; II — Sobre as emendas (ainda não publicadas): da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, favorável; e dependendo de pronunciamento da Comissão de Finanças, sobre a emenda número 2.

O SR. PRESIDENTE:

Vão ser lidos os pareceres das Comissões.

São lidos os seguintes

Pareceres ns. 568 e 569, de 1954

N.º 568, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei da Câmara número 319, de 1951, que altera o § 2.º do artigo 6.º, a letra a, e a letra e acrescida ao artigo 7.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado.

Relator: Sr. Gomes de Oliveira.

1. Este Projeto, que tem por objetivo alterar o parágrafo 2.º do artigo 6.º, a letra "a" e a letra "e" acrescida ao artigo 7.º da Lei 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado, já esteve nesta Comissão, para onde volta, agora, em virtude de emendas que lhe foram oferecidas na Comissão de Finanças e em plenário.

2. Relatando o processo quando aqui tramitando pela primeira vez, fomos de parecer, aprovado pela Comissão, que, sob o ponto de vista constitucional, nada havia a opor-lhe. Pelo contrário, a medida proposta, visando a melhorar, em proveito do trabalhador, a lei que regulamentou

a remuneração do repouso semanal, outorgado pela Constituição no art.º 157, inciso VI, estava devidamente enquadrada na Lei Básica.

3. Na Comissão de Finanças, o Sr. Alberto Pasqualini, relatando a matéria, apresentou Emenda mandando suprimir o artigo 2.º do Projeto, que dispõe:

"E" revogado o § 2.º do artigo 7.º da Lei número 605, de 5 de janeiro de 1949, não assistindo aos empregados de que trata o artigo a percepção dos descausos remunerados anteriores à data de vigoroamento desta Lei, ressalvados os direitos dos trabalhadores excluídos pela falta interpretação da disposição ora revogada".

Assim, continuaria em vigor o citado § 2.º do artigo 7.º da Lei n.º 605, assim redigido:

"Consideram-se já remunerados os dias de repouso semanal do empregado mensalista ou quinzenalista, cujo cálculo de salário mensal ou quinzenal, ou cujos descontos por faltas sejam efetuados na base do número de dias do mês ou de trinta (30) e (15) diárias, respectivamente".

Por outro lado, o Sr. Othon Mäder apresentou, em plenário, outra Emenda, de n.º 2, mandando suprimir os itens constantes das letras "a" e "e" do artigo 1.º, referentes ao modo de comprovação de doença do empregado faltoso e à remuneração do repouso para os que trabalham por mês, quinquena, semana, dia, tarefa, hora, etc., alegando que as alterações propostas vão trazer uma profunda e total subversão ao atual regime de repouso remunerado, o que — acrescenta — não seria aconselhável, pois os interessados se mostram satisfeitos com o sistema atual.

4. A questão é interessante e atual, mas não nos compete estudar-lhe o mérito.

Atendo-nos, portanto, à constitucionalidade das emendas nada temos a opor-lhes, pois as mesmas se enquadram no artigo 157, item VI, da Constituição.

Sala Ruy Barbosa, em 23 de novembro de 1953 — Joaquim Pires — Presidente, eventual; Gomes de Oliveira — Relator. — Atílio Vivacqua — Camilo Mércio — Flávio Guimarães — Waldemar Pedrosa.

N.º 569, de 1954

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1951, que altera o § 2.º do art. 6.º, na letra a e a letra e acrescida ao art. 7.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso remunerado.

Relator: Sr. Cicero de Vasconcelos.

Já por duas vezes se pronunciou esta Comissão contrariamente ao Projeto de Lei n.º 319, de 1951, da Câmara dos Deputados, o qual modifica o parágrafo 2.º do art. 6.º e a letra a do art. 7.º; acrescenta ao art. 7.º a letra e e revoga o parágrafo 2.º do art. 7.º, tudo da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949.

Trata-se de lei que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salários nos dias feriados civis e religiosos.

Determinou a volta do projeto para novo pronunciamento desta Comissão a apresentação de emendas na Comissão de Finanças e no Plenário.

A primeira, de autoria do nobre Senador Alberto Pasqualini, manda suprimir o art. 2.º do projeto.

Emenda este artigo revocatório do parágrafo 2.º do art. 7.º da lei que se pretende modificar, a aceitação da emenda importa em deixar em vigor o dispositivo que atualmente rege a espécie.

A emenda apresentada em Plenário é de autoria do nobre Senador

Othon Mäder e manda suprimir as letras a e e do art. 1.º do projeto. Esta Comissão, que já se manifestou pela rejeição total do projeto, nenhuma dificuldade em aceitar as emendas supressivas coerentes com os pronunciamentos exagerados nos pareceres anteriores. Pela aprovação das duas emendas. Sala das Comissões, em 4 de dezembro de 1953. — Carlos Gomes de Oliveira, Presidente. — Clelio de Vasconcelos, Relator. — Hamilton Nogueira. — Othon Mäder. — Luiz Tinoco.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino, Presidente da Comissão de Finanças, para emitir parecer.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Lê o seguinte Parecer) — "Este projeto de lei, oriundo de mensagem do Chefe do Poder Executivo ao Congresso Nacional, dispõe sobre a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

No Estado de São Paulo, com sede em São Paulo, são criadas as 8.ª, 9.ª e 10.ª Juntas. Em Pernambuco, são criadas duas, a 3.ª, com sede em Recife, e uma outra (única), com sede em Paulista.

O projeto dispõe também sobre as medidas complementares à instituição das Juntas de Conciliação e Julgamento, como sejam:

a) cria cinco (5) cargos de Juiz do Trabalho (Presidentes de Junta) e de dez (10) cargos de Vogal, sendo cinco representantes de empregadores e cinco (5) de empregados;

b) cria o cargo de suplente de Juiz do Trabalho, Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista (Pernambuco);

c) prevê a suplência para cada Vogal;

d) estabelece que os vencimentos dos cargos e gratificações serão fixados na forma da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948;

e) dispõe que os mandatos dos Vogais terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas jurisdições.

Por fim, o projeto autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.094.000,00 para a execução do que nele se estabelece. A Comissão de Finanças, tendo em vista os fundamentos do projeto e a consideração de ser necessária a abertura do crédito especial estipulado no art. 6.º, opina favoravelmente a este projeto de lei".

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa um requerimento, que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 397, de 1954

Nos termos do art. 154, letra a, do Regimento Interno, requerio a audiência da Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 319, de 1951.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1954. — Othon Mäder.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto vai à Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 221, de 1952, que modifica o parágrafo único do artigo 8.º do Decreto-lei número 5.978, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. Pareceres: 1 — Sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 123, de 1953, pela constitucionalidade; da Co-

missão de Legislação Social, sob número 124, de 1953, favorável; da Comissão de Finanças, sob número 125, de 1933, contrário; II — Sobre a emenda: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 154, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social, sob número 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, sob número 156, de 1954, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda com parecer contrário de todas as Comissões. Os senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

É rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 1

Do Projeto de Lei da Câmara número 221, de 1953.

Acrescente-se ao texto proposto no art. 1.º para o art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.978, de 10-11-43, em seguida, o seguinte: "... inclusive os não beneficiados pela lei número 1.765, de 18-12-52".

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o projeto com pareceres divergentes.

Os senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. ALFREDO NEVES:

(pela ordem) — Sr. Presidente, requiro verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação da votação, requerida pelo nobre Senador Alfredo Neves.

Quedam levantar-se os Senhores Senadores que aprovam o projeto. (Pausa).

Quedam sentar-se os Senhores Senadores que aprovaram o projeto e levantaram-se os que o rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor do projeto 7 Senhores Senadores, e contra, 11. Não há número.

Val-se proceder à chamada.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Ruy Carneiro — Diáir Brindeiro — Ezequias da Rocha — Esperidião de Farias — Aloysio de Carvalho — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Marcondes Filho — Costa Paranhos — Dário Cardoso — Costa Pereira — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Francisco Gallotti (20).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 20 Senhores Senadores. Está confirmada a falta de número. Fica adiada a votação.

Passa-se à matéria do Item n.º 9 da Ordem do Dia, pois a do n.º 8 refere-se à Reforma Constitucional para a qual há a exigência regimental de quorum especial.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Diáir Brindeiro aprovado na sessão de 20-7-54.

tendo Parecer favorável da Comissão de Serviço Público Civil (ainda não publicado, e dependendo de pronunciamento das Comissões de Legislação Social e de Finanças).

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lido o parecer da Comissão de Serviço Público Civil.

É lido o seguinte

Parecer n.º 570, de 1954

Da Comissão de Serviço Público Civil sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 3-54 que cria na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

Relator: Sr. Nestor Massena.

O Poder Executivo enviou à Câmara dos Deputados a Mensagem n.º 351, de 1951, datada de 18 de outubro desse ano, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, com projeto de lei pelo qual "são criadas, na Justiça do Trabalho, as 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco".

Pelo artigo 2.º do projeto, "a jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado de Pernambuco, abrangerá o território dos municípios de Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço", e, pelo art. 3.º, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região — o crédito necessário à instalação e funcionamento no corrente exercício, das Juntas de Conciliação e Julgamento a que se refere o artigo 1.º da presente lei". Os dois artigos finais dispunham — o 4.º que "esta lei entrará em vigor na data de sua publicação" e o 5.º — "revogam-se as disposições em contrário".

A Exposição de Motivos que acompanhou o projeto, justificando-o, foi assim concebida:

"Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil.

Trata o presente processo de um memorial do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, solicitando sejam criadas mais duas Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade de Recife, estendendo-se ao território dos municípios de Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço, a jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado.

2. Alega nos interessados que Recife, pela sua posição geográfica, transformou-se no centro de importante região — o Nordeste — advindo daí um grande desenvolvimento ao seu conjunto onde o comércio e a indústria ocupam um papel saliente aumentando o volume de reclamações na Justiça do Trabalho.

3. Estabelecendo um confronto com outras sedes de Região, refere-se o memorial à situação de inferioridade em que se encontra Recife, pois apesar de ter um movimento de reclamações maior do que Salvador e idêntico a Porto Alegre, possui em relação a essas capitais, um menor número de Juntas de Conciliação e Julgamento.

4. Apoiando-se em dados estatísticos, revela a exata posição daquela Capital, no quadro do movimento forense trabalhista:

	1947	1948	1949	1950
Salvador (3 Juntas)	2.844	1.852	2.778	2.695
Porto Alegre (2 Juntas)	2.524	2.583	3.852	3.800
Belo Horizonte (2 Juntas)	2.387	1.879	2.145	1.882
Recife (2 Juntas)	2.628	2.488	3.536	3.632

5. Por outro lado, justifica a necessidade de ser estendida a outras cidades circunvizinhas a jurisdição das Juntas da Capital, considerando que essas localidades, pelo desenvolvimento de Recife, facilidade dos meios de transporte, etc., tornaram-se verdadeiros arrabaldes da Capital. E que o julgamento das reclamações pelos juizes estaduais importa, quase sempre, numa preferência das causas trabalhistas, em benefício das eleições, civis, criminais, etc., além de um acúmulo de matéria diversa, judicial aos interesses dos trabalhadores.

6. Diversos sindicatos e federações do Estado de Pernambuco, assim como o próprio Governador, se manifestaram pedindo a adoção das medidas pleiteadas no memorial em causa.

7. Parecem-nos procedentes as razões que ditaram o apelo dirigido a Vossa Excelência.

8. Cumpre-nos salientar, porém, que, de acordo com o artigo 122, § 3.º da Constituição Federal "a lei instituirá as Juntas de Conciliação e Julgamento", sendo, pois, necessário que o Poder Executivo assumia a iniciativa de aprovar a decisão do Parlamento, para a concretização da medida pleiteada.

9. Nestas condições, tenho a honra de propor o expediente adequado, para o caso que V. Ex.ª haja por bem aprovar o ponto de vista defendido pelo Tribunal Regional do Trabalho de Pernambuco.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Ex.ª os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1951. — Francisco Negrão de Lima."

Lida na sessão da Câmara de 24 de outubro de 1951, o projeto foi a imprimir, sendo publicado no Diário do Congresso Nacional do dia seguinte, à página 10.036, tendo sido despachado, no dia 25, às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Serviço Público e de Finanças.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados foi assim formulado em julho de 1952:

O nosso pronunciamento contrário a extensão da jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento do Recife aos municípios vizinhos não se inspira, nem poderia se inspirar, em outros motivos senão os de respeito e zelo pelos elevados objetivos da Justiça do Trabalho.

Também não ignoramos as razões que conduziram a doutrina e a legislação a preferir uma justiça especial para estudo e solução dos conflitos do trabalho, se bem que não seja este um ponto de vista absolutamente pacífico, sobretudo nos países de origem ou cultura anglo-saxônica.

E bem verdade — diz Mozart Victor Russomano — que, ainda hoje, alguns países insistem em negar a utilidade prática e a conveniência doutrinária de uma justiça especializada para solução dos dissídios trabalhistas. Não é essa, porém, a tradição latino (Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho, vol. III, pág. 998).

Da mesma forma, na opinião de Giuseppe Bottai, esposada por outros autores, a ineficiência do juiz ordinário, para dirimir questões de caráter técnico, é um preconceito injustificado, pois ele dá a paranza maggiore di esperienza a di imparzialità (La Carta del Lavoro, pág. 176). Esse foi também o parecer de Alfredo Rocco, no Senado Italiano, e de Luigi di Lauro, que tão proficientemente estudou o direito processual do trabalho. (Waldemar Ferreira, parecer ao Projeto 109-4-937; Teófilo Monteiro Barros Filho, Justiça do Trabalho, página 25).

A orientação jurídica predominante, porém, sobretudo no mundo latino, é a de entender a justiça do Trabalho como instituição autônoma e independente. Os estudiosos do Direito Social justificam essa orientação com vários argumentos; sendo as relações en-

tre empregados e empregadores reguladas por um ordenamento jurídico autônomo, é evidente que teriam de exigir um foro especial; a extraordinária importância dos problemas do trabalho em nossa época correspondendo o novo direito a uma situação toda especial de reajustamento das classes sociais, o que exige um processo adequado rápido, expedito, barato. (ver Cesarino Júnior, Direito Processual do Trabalho págs. 31 e 32); a natureza dos conflitos do trabalho, que são mais de caráter econômico e social que jurídico, sobretudo os conflitos coletivos; a situação precária do litigante assalariado, que não pode suportar prazos longos e dispendiosos com o empregador. (Daniel Antokoletz, Tratado de Legislação do Trabalho y Previsão Social, vol. I, páginas 313 e 314).

Entre esses argumentos e opiniões, a compreensão do quanto a tal ou qual foro próprio para os dissídios trabalhistas, resulta o da necessidade imperiosa de se encontrar para aquelas litígios uma solução que seja a mais rápida possível, pois que é do espírito do Direito do Trabalho ressaltar, com toda presteza, o equilíbrio econômico-social. E' isso, sobretudo o que temos em vista, quando combatemos a extensão da jurisdição das Juntas do Recife aos municípios vizinhos, principalmente ao de Paulista. Tal extensão viria, na sua prática, destruir o que é essencial ao processo trabalhista: a celeridade, um rito sumário de maneira a assegurar, prontamente, os direitos do trabalhador a subsistência, e a neutralizar a luta entre o capital e o trabalho, servindo, assim, ao progresso econômico e à paz social. Sem falar em outras tarefas e obrigações legais que lhes competem, as Juntas ficariam de tal guisa, que deixariam de atingir o seu fim, sobrecarregadas de reclamações, isto é, administrar a justiça "diminuindo rápida e economicamente os conflitos entre empregados e empregadores, e garantindo seguro e imediato resultado de todas as pendências que lhe forem afetas".

Diz Mozart Victor Russomano da conveniência de se estender as Juntas de Conciliação e Julgamento a todas as regiões do país, mas que, não obstante, uma organização tão vasta demandaria despesas orçamentárias incalculáveis e insuperáveis para as finanças nacionais, usando-se, por isso como meio prático, conferir jurisdição trabalhista aos juizes de direito, sendo a atribuição desses encargos uma medida de alcance útil, da qual têm resultados numerosos benefícios, por existir, ao menos, um órgão judiciário que, na medida dos seus recursos funcionais, aprecia e julga os casos surgidos.

Na Mensagem propõe-se a criação de mais duas Juntas de Conciliação e Julgamento para o Recife e se declara que a jurisdição das Juntas sediadas na capital de Pernambuco abrangera o território dos municípios de Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço. Essa extensão, porém, é que não nos parece aconselhável, como mencionamos demonstrar, embora seja a melhor possível a intenção do Poder Executivo a respeito.

Na verdade, a criação das 3.^a e 4.^a Juntas apenas viria diminuir as dificuldades e atropelos enfrentados pela Justiça do Trabalho naquele município, pois, como diz, em carta que nos dirigiu, o presidente de uma das Juntas do Recife, "se as duas existentes já estão trabalhando por quatro, é lógico e intuitivo que as quatro só resolverão a situação da capital".

Claro, portanto, que a medida proposta implicaria em sacrificar as conveniências e finalidades da Justiça do Trabalho no Recife como nos municípios aludidos, por tornar precária e ineficiente, pela lentidão das soluções e defesa dos direitos assegurados na legislação social às classes de empregados e empregadores.

Fundamentando essas considerações vamos citar trechos de relatórios apre-

sentados ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6.^a Região respectivamente, pelo juiz de direito da 2.^a Vara da Comarca de Paulista e pelo presidente da 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento do Recife:

"... Terminaria aqui, — diz o juiz Mário Gadelha Simas — não fora a necessidade de uma ressalva, que julgo oportuna a bem da verdade e dos interesses da administração da justiça. Corre no Congresso Nacional, segundo é notório, um projeto de lei criando Juntas de Conciliação nessa Capital, e o que é incrível, com extensão da respectiva jurisdição às comarcas vizinhas, inclusive, portanto, Paulista.

Quem quer que se detenha um pouco no exame do movimento forense desta comarca, no setor do trabalho, há de concluir, sem dúvida pelo desacerto da medida...

"Na verdade, se assim é, é de ponderar que com uma jurisdição tão pedrada como Paulista, fato que já levou o Governo do Estado a criar mais uma Vara de Direito nesta comarca para melhor atender a esse serviço, de nada adiantará para o trabalhador do Recife a criação de Juntas de Conciliação em número de duas, como se sabe, mesmo que não abrangessem várias outras circunscrições judiciais.

Para o trabalhador domiciliado nas comarcas atingidas pelo projeto de lei em questão, a medida equivale, praticamente, a negar-lhe o apelo à justiça, tão dificultoso que passará a constituir, a partir de então, por motivos óbvios, esse apelo.

E' de imaginar a odisséia que será para o trabalhador, em luta com o patrão, economicamente forte, o acesso às audiências na capital, com despesas de transporte e estadia de testemunhas, indispensáveis à instrução dos dissídios.

Não seria de mais sugerir a Vossa Ex.^a e a esse Egrégio Tribunal uma reação vigorosa no sentido de se mantida, neste particular, a situação atual, pois tudo leva a crer que o projeto de lei em apreço é fruto do desconhecimento das condições peculiares em que se processam os dissídios do trabalho.

Por sua vez, escreve o presidente da 1.^a Junta de Conciliação e Julgamento — Dr. José T. de Sá Pereira — em seu relatório:

"... está a Junta assobrecada de serviço com o número de processos em pauta, superior ao dobro do que era lícito esperar... Em consequência do acúmulo de serviço, de há muito que nesta capital deixou a Justiça do Trabalho de alcançar um dos seus objetivos, o da rapidez nas soluções dos casos, que lhe são afetos.

Quanto a outras cidades, inclusive na capital do país, as reclamações entram e mpsuta com apenas dez dias de sua apresentação, aqui vem ocorrendo um intervalo de três meses. Já em meus relatórios anteriores senti ser do meu dever salientar a situação que não permanece a mesma por ter se agravado sensivelmente, e tudo indica que mais séria se tornará com o correr do tempo.

De ano para ano aumenta o número dos casos pendentes..." E conclui o seu relatório salientando que a criação de mais duas Juntas no Recife "é a única esperança que resta para pôr em dia os serviços, aliviando as duas Juntas já existentes que evidentemente, vêm trabalhando por quatro".

Devemos registrar, ainda, os apelos que recebemos de presidentes de Sindicatos e Federações de Trabalhadores de Pernambuco, frisando eles, em memorial que nos foi entregue entre outros itens:

"a) as novas Juntas a serem criadas devem ter sua jurisdição no município do Recife, sendo desaconselhável a extensão jurisdicional aos municípios limítrofes;

b) sendo a Justiça do Trabalho uma justiça sumária e que deve ser processar com a maior rapidez, seu obje-

tivo capital, esse acúmulo de serviço no Recife) de há muito a vem caracterizando influenciando na descrença dos que a procuram. De ano para ano aumenta o número de casos pendentes. Urge, portanto, uma medida que dê solução a esse estado de coisas".

Por outro lado, já tivemos ocasião de assinalar as desvantagens que sofreriam os trabalhadores dos municípios limítrofes do Recife se tivessem de se transportar até ali para fazer reclamações ou acompanhar processos; o tempo gasto no deslocamento para a capital, despesas, e outros prejuízos que fatalmente teriam em relação a seus salários ao repouso semanal remunerado, etc.

Já se evia a cerca de 5.000 o número de reclamações trabalhistas apresentadas às Juntas do Recife. A experiência tem demonstrado que acima de 1.100 a 1.200 processos por ano esses órgãos deixam de atender, com eficiência, as suas funções.

Não há dúvida, portanto, que tornar a jurisdição das Juntas do Recife extensiva aqueles municípios vizinhos trará, como consequência, o retardamento dos pleitos, a procrastinação dos conflitos a delonga nos litígios a morosidade dos processos, a demora na solução das demandas — inconvenientes estes que, subestindo, levariam naturalmente as classes sociais a um estado de espírito de pessimismo ou descrença, de falta de confiança na capacidade dos tribunais trabalhistas podendo conduzi-las até ao desespero das soluções anti-legais.

Por essas razões, em nosso primeiro parecer, indicamos a necessidade de excluir o município de Paulista da jurisdição das Juntas da Capital. Agora, com os elementos novos que tivemos a oportunidade de oferecer à análise da Comissão de Constituição e Justiça, propomos a exclusão dos demais municípios, exceção de Olinda que, praticamente, por sua posição geográfica, se confunde com o Recife, devendo ficar assim redigido o artigo 2.^o:

"A jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado de Pernambuco abrangerá ainda o território do município de Olinda".

O artigo 3.^o é manifestamente inconstitucional. A concessão de créditos limitados é vedada pela Constituição, incompatível, como é — escreve Eduardo Espindola — com as boas normas do regime; e seria, como diz Themístocles Cavalcanti, a própria negação do Orçamento, por sua natureza limitado, especificado, limitado.

Além disso, aos tribunais (art. 97 número II da Constituição) é que compete a iniciativa de solicitar diretamente ao Poder Legislativo os meios necessários à execução de seus serviços, não podendo, — como se pronuncia ainda o autor d'A Constituição Federal Comentada — o Legislativo negar-se a fornecer os recursos cabendo-lhe, apenas, fixar os vencimentos e por meio de lei, criar ou extinguir os cargos, de acordo com a proposição.

Quanto às emendas apresentadas em plenário e nesta Comissão, não vemos objeção constitucional. Já referimos, no parecer anterior, ser uma decorrência do direito de emenda, que cabe aos congressistas provocados em matéria dessa natureza, pela iniciativa do Poder Executivo. No mérito, também da competência da Comissão de Constituição e Justiça — pois que a Carta de 1946 integrou a Justiça do Trabalho nos quadros do Poder Judiciário da União — somos ainda pela aprovação das aludidas proposições. E' o nosso parecer.

Sala Afrânio de Melo Franco, de julho de 1952. — Jarbas Maranhão, Relator.

PARER DE COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, adotando as conclusões do Relator, opina:

1.^o — Pela aprovação da Mensagem n.^o 354-51 exceto o artigo 3.^o, por inconstitucional;

2.^o — Pela aprovação da emenda substitutiva ao artigo 2.^o, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.^o — A jurisdição das Juntas sediadas na capital do Estado de Pernambuco abrangerá ainda o território do município de Olinda".

3.^o — Pela aprovação das emendas apresentadas na Comissão.

Sala da Comissão, em 17 de julho de 1952. — Marrey Júnior, Presidente; Jarbas Maranhão, Relator. — Alberto Balbino — Achilles Minearone, — Alencar Araripé, — venodo, quanto ao art. 2.^o Plácido Olympio. — Dermeval Lobão, — Augusto Meira, — Tasso Dutra, — Godoy Ilha, — Osvaldo Trigueiro, vencido; Lucio Bitencourt — com restrições; — Daniel Júnior com restrições.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara adotou, então as seguintes emendas:

EMENDA

N.^o 1

Ao artigo 1.^o, acrescente-se: "São Gonçalo, no Estado do Rio, Londrina, no Estado do Paraná e Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul, esta última compreendendo os municípios de Erechim, Getúlio Vargas e Marcelino Ramos.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 1951. — Brígido Tinoco — Vieira Lins, — Godoy Ilha — Jarbas Maranhão — Aziz Maron — Antônio Balbino, — Ulisses Guimarães, — Nestor Duarte.

Justificação

O município de São Gonçalo, com 190 mil habitantes, é extraordinariamente industrial, com fábricas famosas em todo o Brasil, como a de Clemente Mauá, Portland, a do Hime (fábrica de ferro), a "Marca Olho" (fósforos), além de muitas outras.

Zona trabalhista, por excelência, o município de São Gonçalo carece urgentemente de uma Junta de Conciliação e Julgamento.

No que se refere à cidade de Londrina, podemos esclarecer que ela possui grande parque industrial, agricultura e comércio em grande desenvolvimento, sendo centro de grande projeção econômica.

Erechim possui 120 mil habitantes, e com os municípios de Getúlio Vargas e Marcelino Ramos, totaliza uma população de 200 mil almas. O comércio e a indústria caminham, nessa região, em franca prosperidade.

S. das Reunidas, 14 de dezembro de 1951. — Brígido Tinoco, — Vieira Lins, — Jarbas Maranhão, — Godoy Ilha, — Aziz Maroz, — Antônio Balbino, — Ulisses Guimarães, — Nestor Duarte.

N.^o 2

Ao Art. 1.^o, acrescente-se: Itabuna — sede — compreendendo o município de Una; Ilhéus — sede — compreendendo o município de Ubaitaba; Jazendo — sede — compreendendo os municípios marginais ao rio São Francisco, no Estado da Bahia; e Santanópolis, no Estado do Paraná.

Rio de Janeiro, 14-XII-1951. — Aziz Maron, — Antônio Balbino, — Brígido Tinoco, — Marrey Júnior, — Ulisses Guimarães, — Pereira da Silva, — Vieira Lins, — Nestor Duarte, — Jarbas Maranhão, — Godoy Ilha.

N.^o 3

Ao art. 1.^o acrescente-se: e as Juntas de Conciliação e Julgamento das cidades de Corumbá e Campo-Grande, do Estado de Mato Grosso;

Ao art. 2.º acrescente-se:
 a) de Campo-Grande, em Mato Grosso, abrangendo o território dos municípios de Camapuã, Rochedo e Ritas do Rio Pardo.

Ao art. 3.º dê-se a seguinte redação:

"Tica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário, Tribunais Regionais das 6.ª e 2.ª Regiões, os créditos necessários à instalação e funcionamento no corrente exercício das Juntas de Conciliação e Julgamento, que se refere o artigo 1.º da presente lei.

Justificação

De toda justiça que, ao ensejo da apreciação da Mensagem Presidencial número 354-1951, deliberou o Congresso Nacional acerca da criação das Juntas de Conciliação dos Municípios de Corumbá e Campo-Grande, Estado de Mato Grosso, abrangendo as mesmas, nas suas jurisdições, o território de municípios vizinhos. Relembre-se, de logo, que anteriormente fora solicitado pronunciamento do Congresso Nacional para o assunto em foco, o que constituiu objeto do Projeto número 1.061, de 1949, de autoria do nobre deputado Dolor de Andrade e que foi julgado inconstitucional pela douda Comissão de Constituição e Justiça — e com muita razão — dado o vício da iniciativa. Já agora não existe semelhante impedimento, sendo portanto, a oportunidade própria para que a emenda apresentada prospere e seja, afinal, convertida em lei.

Se àquela data razões sobejavam para que se criasse mais dois órgãos da Justiça do Trabalho em dois dos mais prósperos municípios matogrossenses, hoje, podem ser acrescidos motivos irrefragáveis para a concretização de tão salutar providência. É que, a única Junta de Conciliação e Julgamento, sediada na Capital do Estado, tem a sua jurisdição limitada à área geográfica de Curitiba, ficando os cuidados da magistratura comum o encargo, acumulado às suas atribuições normais, do julgamento dos dissídios trabalhistas que surgem em cada Comarca. Mas o crescente progresso industrial dos dois mencionados municípios matogrossenses, atingiu a tal ponto que se tornou impossível ao Juiz comum, apreciar as reclamações trabalhistas que lhe são submetidas, dado o acúmulo de serviço, o que, inevitavelmente, redundou em prejuízo para as partes litigantes, e, principalmente, para aqueles que confiam na Justiça Social.

Assim sendo, e para que os trabalhadores estejam seguros de que os seus direitos serão apreciados por Tribunais especializados, impõe-se que, nos municípios de Corumbá e Campo-Grande sejam atendidos em velhas pretensões, já anteriormente debatidas perante o Congresso Nacional.

Em 26 de novembro de 1951. — Godoy Ilha. — Oswaldo Trigueiro. — Dantas Júnior. — Marrey Junior.

N.º 4

Emendas oferecidas na Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto número 1.311, de 1951, do Poder Executivo, que cria na Justiça do Trabalho a 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Acrescente-se ao art. 1.º, depois das palavras "Estado de Pernambuco" seguinte: — "e uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Parnaíba, Estado do Piauí". Acrescente-se ao art. 2.º, depois das palavras "São Lourenço", o seguinte: — "e a da Junta sediada em Parnaíba abrangerá o território dos

municípios de Parnaíba, Luís Correia, Cocal e Buriti dos Lopes".

Acrescente-se ao art. 3.º, onde convier: "o Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região".

Justificação

O Piauí, integrado na 7.ª Região, está, assim, sob a jurisdição do Tribunal Regional que tem sede na cidade de Fortaleza, Capital do vizinho Estado do Ceará. Em todo o território piauiense existe, tão somente, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Teresina, Capital do Estado.

Parnaíba, que, como se sabe, é a principal praça exportadora e importadora do Estado, o maior centro do comércio e da indústria piauiense, está, também, por isso mesmo, a merecer e quanto antes, uma Junta de Conciliação e Julgamento. Esse órgão judiciário, como é reconhecido, não apenas concorre grandemente para um melhor entendimento entre empregados e empregadores, como proporciona justiça mais barata e mais rápida, nos conflitos das relações de emprego.

Não há negar que, por mais que os magistrados da Justiça comum, sejam cultos, íntegros e diligentes, a Justiça do Trabalho, por ser autônoma e por ser Justiça especial, está a exigir juízes próprios, juízes do Trabalho, com a especialização que a matéria reclama.

Para ter-se idéia do desenvolvimento econômico de Parnaíba — cidade sede da Estrada de Ferro Central do Piauí, de uma Alfândega, Capitania dos Portos e da Delegacia do I. A. P. M., no Estado, — bem como da numerosa população proletária, altamente sindicalizada, que tanto concorre para seu progresso, basta dizer que, para o montante do imposto de renda arrecadado pela União, em todo o Estado, no exercício de 1949, Parnaíba concorreu com 69 %, e para a receita recolhida pelo Estado, no exercício de 1950, Parnaíba contribuiu com 13,19 %.

Os municípios mencionados, Luís Correia, Cocal e Buriti dos Lopes, são contíguos ao de Parnaíba, a cuja cidade se ligam por estradas de ferro e de rodagem, os dois primeiros, e por rodovia, o último.

A criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento em Parnaíba, grande e justa aspiração do povo parnaibano e de toda a zona litorânea, merece, pois, todo o apoio dos senhores deputados.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 31 de outubro de 1951. — Chagas Rodrigues. — Dermeval Lobão. — Antonio Balbino. — Ulisses Guimarães.

N.º 5

Redija-se, assim, o art. 1.º: São criadas, na Justiça do Trabalho, a 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco e uma em Campina Grande, Estado da Paraíba.

Justificação

Campina Grande, que pelo último recenseamento, ocupa, em população, o 15.º lugar entre os municípios brasileiros, está indiscutivelmente a carecer de uma Junta de Conciliação e Julgamento, dado o seu notável desenvolvimento industrial e comercial, para o deslinde dos dissídios trabalhistas, entre os empregadores e a sua numerosa massa operária.

Várias são as fábricas e prensas hidráulicas de algodão, que ali funcionam ao lado de um comércio portentoso, situando a admirável cidade parnaibana na posição de um dos maiores centros econômicos do nordeste.

E daí o se suscitarem no seu foro as mais interessantes e palpitantes questões trabalhistas, que estão a reclamar o julgamento de juízes especializados, cujo mister não pode constituir a cargo de magistrados da jus-

tiça comum, asoberbados dos serviços normais da sua vara, face o vulto de demandas, que surgem a cada passo na cidade cosmopolita.

Outras cidades brasileiras de muito menor importância do que Campina Grande, já possuem com os melhores resultados as suas Juntas de Conciliação e Julgamento. É justo, pois, que a capital do sertão nordestino mereça idêntico tratamento.

Sala Afrânio de Melo Franco, em 28 de novembro de 1951. — Pereira Diniz. — Brígido Tinoco. — Antonio Horacio. — Ulisses Guimarães.

N.º 6

Acrescente-se:
 Uma Junta de Conciliação e Julgamento na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Sala Afonso de Melo Franco, 29 de novembro de 1951. — Dolor de Andrade.

N.º 7

Inclua-se, onde convier:
 Uma Junta de Conciliação e Julgamento em Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Em 7 de fevereiro de 1952. — Willy Frohlich. — Tarso Dutra. — Antônio Balbino. — Osvaldo Trigueiro.

Justificação

Em toda uma vasta região colonial, que se estende do vale do rio Taquari ao vale do rio Jacuí, até à sua nascente, e Santa Cruz do Sul o centro industrial de maior importância. Desde a indústria caseira até as grandes fábricas, estão ali representados quase todos os ramos de indústria. Possui, igualmente, um grande e bem desenvolvido movimento comercial. Nas fábricas, além das grandes manufaturas de fumo que se estendem por todo território municipal, encontramos na sede municipal mais de seis grandes esterilizadores e enfiadores de fumo, que manipulam mais de 70 % de toda produção do Estado e grande parte da produção de Santa Catarina. Três grandes fábricas de cigarros ocupam igualmente grande número de operários. Seguem-se de perto, fábricas de artefatos de borracha, grandes fundições de ferro, fábricas de móveis, de caramelos, de bebidas com e sem álcool e muitas outras.

A população da cidade é quase só de assalariados, que ultrapassam a 10.000 (dez mil).

Daí a razão de propormos a presente emenda, que cremos merecerá boa acolhida.

Em 7 de fevereiro de 1952. — Willy Frohlich.

N.º 8

Inclua-se Juntas de Conciliação e Julgamento em Cruz Alta e Passo Fundo, no Estado do Rio Grande do Sul, abrangendo a última, em sua jurisdição, os Municípios de Getúlio Vargas e Carazinho.

Justificação

Em face do grande movimento comercial e industrial, Cruz Alta, situada na chave das regiões serrana e missioneira do Rio Grande do Sul, está a exigir a instalação de sua Junta de Conciliação e Julgamento. É uma comarca de intenso movimento forense, classificada, por esse motivo, em 3.ª entrância (são 4 graus no Rio Grande do Sul), com duas varas de juiz togado.

Possui, além disso, distritos acen-tuadamente industrializados, como Panambi, onde exercem atividades numerosos trabalhadores, pertencentes a quase todas as categorias.

A população do Município, recenseada em 65.432 habitantes, excede à de vários outros, como Curitiba e Vitória (capitais de Estados), nos quais existe em funcionamento Junta de Conciliação e Julgamento.

A criação, na sede de Cruz Alta de um órgão de 1.ª instância da Justiça do Trabalho, é de necessidade imperiosa, não só para desafogar a

justiça comum de sua enorme tarefa, mas, sobretudo, para prover, rápida e eficientemente, na solução de muitos litígios trabalhistas ali ocorrentes.

Mesma necessidade, e talvez maior, existe, para a criação desse órgão no Município de Passo Fundo, também comarca de 3.ª entrância, com duas varas de juiz de direito.

Já o dado populacional ascende a 101.887 habitantes, distribuídos em 10 distritos, alguns dos quais bastante industrializados, como Marau, etc.

Além disso, a jurisdição da Junta, nesse Município, deve ser estendida aos Municípios próximos, de Carazinho e Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, 25 de junho de 1952. — Tarso Dutra. — Dantas Junior. — Alencar Araripe.

N.º 9

Ao art. 1.º acrescente-se: Rio Claro, no Estado de São Paulo, com jurisdição abrangendo os municípios de Itirapina, Santa Gertrudes, Corumbatai, Leme e Araras, Cordeiro-pólis.

2.º) Lins, no Estado de São Paulo, com jurisdição abrangendo os municípios de Cafelândia, Getulina, Júlio de Mesquita e Avanhandava.

Justificação

Lins é um dos mais prósperos municípios do Estado de S. Paulo, sediado na zona noroeste. Sua população, particularmente a trabalhista, suas rendas — municipal, estadual e federal, — justificam plenamente a instituição de órgão judiciário especializado em distribuir a justiça do trabalho.

Acrescente-se, ainda, que, na espécie, a emenda é oferecida a Mensagem, o que a torna compatível com o art. 67, § 2.º da Constituição Federal.

Quanto a Rio Claro, trata-se de um dos mais densos centros de população operária do Brasil, bastando recordar que nessa cidade estão sediadas as oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com milhares de empregados.

Sala Afrânio de Melo Franco, 14 de dezembro de 1951. — Ulisses Guimarães. — Brígido Tinoco. — Marrey Junior.

A requerimento da Comissão de Legislação Social, deferido em 2 de junho de 1952, foi anexado ao projeto de n.º 2.585, de 1952, em cujo art. 1.º — "ficam criados, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, três Juntas de Conciliação e Julgamento na Capital de São Paulo, Estado de São Paulo". Pelo artigo seguinte deste projeto, "ficam criados três cargos de Juiz do Trabalho Presidente de Juntas e seis funções de vogal, sendo três para a representação de empregadores e três para a de empregados", com este parágrafo: "§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal; § 2.º Os vencimentos dos cargos e das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei n.º 409, de 28 de novembro de 1948 (art. 5.º)". Os artigos seguintes, finais, apresentam esta redação: "Art. 3.º. O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas. Art. 4.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários para a execução desta Lei. Art. 5.º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação. Art. 6.º. Revogam-se as disposições em contrário".

O projeto da Câmara n.º 2.585 de 1952 foi, também, de iniciativa do Poder Executivo em Mensagem de 1.º de outubro de 1952 acompanhada desta Exposição de Motivos do Ministro da Justiça e Negócios Interiores: "Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. No incluso expediente — Processo n.º 30.123 de 1951, a Federação do

"Excelentíssimo Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil. No incluso expediente — Processo n.º 30.123 de 1951, a Federação do

Trabalhadores nas Indústrias de Papel. Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo pletela a criação de novas Juntas de Conciliação e Julgamento na Capital do mesmo Estado, com a finalidade de desafogar a Justiça trabalhista no movimento in crescendo de dissídios.

2. O processo correu os trâmites administrativos como bem historia a primeira exposição de motivos apresentada a Vossa Excelência e que se acha a fls. 22 do processo.

3. Tendo o Departamento Administrativo do Serviço Público opinado contrariamente à competência da iniciativa do Poder Executivo em solicitar do Poder Legislativo a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento, tive oportunidade de, em segunda exposição de motivos dirigida a Vossa Excelência, rebater os argumentos do referido Departamento.

4. Houve por bem Vossa Excelência aprovar esta última exposição, ordenando o encaminhamento do expediente necessário à consecução da iniciativa, firmando de vez as normas para serem obedecidas em novas hipóteses semelhantes.

5. Em face do exposto, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência a mensagem do Conselho Nacional e o anteprojeto de lei consubstanciando a criação de mais três Juntas de Conciliação e Julgamento na Capital do Estado de São Paulo.

Arroveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1953. — **Francisco Negrão de Lima**

A Comissão de Legislação Social ofereceu este parecer:

Em mensagem de 18 de outubro de 1951, o Sr. Presidente da República encaminhou a esta Casa do Congresso Nacional acompanhada de Exposição de Motivos do Ministério da Justiça, o projeto de lei n.º 1.311, com a finalidade de criar as 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco jurisdição extensiva aos territórios dos Municípios convênios de Jaboatão, Olinda, Paulista e São Lourenço.

Apresentando em primeiro lugar, a proposição em referência, a douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se, a 17 de julho do corrente ano:

a) pela sua constitucionalidade e aprovação ex parte quanto ao artigo 3.º que em contrário ao disposto no art. 75 do estatuto básico do país, prevê a abertura de crédito limitados;

b) pela inclusão na área jurisdicional das novas Juntas, apenas do território do Município de Olinda;

c) pela aprovação sob os aspectos de constitucionalidade e regimentalidade, de todas as emendas oferecidas em plenário e no seio daquele órgão.

APRECIACÃO DO MÉRITO

Cabendo à Comissão de Legislação Social o exame do mérito e a conveniência dessa medida proposta pelo Poder Executivo, somos levados a acolher, de uma maneira geral, as bem apropriadas considerações que aduziam, sobre a mesma, primeiro o Ministério da Justiça e depois, nesta Casa, a Comissão de Constituição e Justiça.

Não há dúvida que a cidade do Recife, centro comercial e industrial de grande importância em todo o nordeste brasileiro, está a comportar imperiosamente, o aumento numérico de seus órgãos judiciais, de trabalho de primeira instância, de sorte a enfrentar o assombroso volume de reclamações originado da grande massa de trabalhadores ali existente. A simples enumeração de dados estatísticos, embora não aditados daqueles pertinentes ao Município de Olinda, já mostra a posição de inferioridade em que se encontra a mencionada Capital, com 3.632 feitos trabalhistas e apenas duas Juntas de

Conciliação e Julgamento, enquanto a cidade do Salvador, por exemplo, acusando um movimento forense menor, de apenas 2.695 demandas da mesma natureza, conta com o funcionamento de três dos órgãos especializados em apelo (índices de 1950).

Adotada, entretanto, por seus convicentes fundamentos, a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, que visa manter atribuídas nos Municípios vizinhos de Jaboatão, São Lourenço e Paulista, sobretudo neste último, onde já existem duas varas de juízo de direito, as funções de justiça trabalhista, aos órgãos da jurisdição comum de primeira instância, na forma do § 3.º do art. 122 da Constituição Federal, evidencia-se a segura desnecessidade de criar mais de uma nova Junta na capital pernambucana.

Para prova desse aserto, bastará demonstrar que a cidade de Porto Alegre, com um movimento forense de 3.800 reclamações laboristas, contrapostas a menor número, de 3.652 (dados estatísticos de 1950), possui na atualidade, não quatro, mas apenas três desses órgãos da justiça especializada.

E' razoável, assim, que o projeto se circunscreva a instituir, no momento, a 3.ª Junta de Conciliação e Julgamento, que tanto já contribuirá para desafogar o apreciável serviço forense trabalhista da importante capital nordestina.

CRITICA DE CARGOS

Redijida em termos apressados e conceis a proposta de lei em exame é inteiramente omis quanto à criação dos cargos judiciais e burocráticos necessários ao normal funcionamento das Juntas que visa instituir.

Com a única providência que ela prevê, não atingiria, por certo, os seus objetivos práticos, e a instalação dos novos órgãos da Justiça do Trabalho se haveria de retardar, inutilmente, através de outras e oportunas iniciativas do Presidente da República, no sentido da estruturação legal daqueles cargos ante a impossibilidade decorrente da Constituição Federal (art. 67, § 2.º), de fazê-lo o Governo por medida de caráter unilateral.

Cargos públicos, para os efeitos mencionados no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, inclusive o provimento preliminar, são os "criados por lei, em número certo com denominação própria e pagos pelos cofres da União" (art. 3.º).

Também a lei deverá conceituar em cada caso, de maneira expressa o tipo de investidura das funções que instituir, dispondo-as definitivamente em carreira ou não, e fixando os valores de retribuição pecuniária de seus titulares.

A esse propósito, e no caso em espécie, mais acertado se nos afigura seguir o critério e a orientação já assentados pelas doutas Comissões de Serviços Público Civil e de Finanças, em pareceres recentemente adividos ao projeto de lei n.º 1.924-51, que fixa os símbolos e valores correspondentes a cargos e funções do quadro do pessoal dos órgãos regionais e municipais da Justiça do Trabalho.

EMENDAS

Nove emendas ao projeto em estudo são submetidas, no que tange a matéria de merecimento ao exame da Comissão, depois de consideradas constitucionais e regimentalmente válidas pela Comissão de Constituição e Justiça.

Propugnamos as mesmas a criação de mais dezesseis (16) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo uma na 1.ª Região da Justiça do Trabalho, seis na 2.ª, quatro na 4.ª, três na 5.ª, uma na 6.ª e uma na 7.ª.

A extensão que reveste esta iniciativa de membros do Congresso Nacional, perfeitamente justificada na necessidade de acudir às instâncias cada vez mais acentuadas do serviço público, na ministração da justiça so-

cial que incumbe ao Estado, através dos órgãos jurisdicionais do trabalho, está a impôr a Comissão de Legislação Social, mesmo anteendo a ocorrência de novas e eventuais medidas com igual propósito, o dever de consubstanciar sua orientação uniforme, diante dessa importante matéria, em normas de solução que sejam as mais objetivas, imparciais e impessoais possíveis.

Em busca dessa alta finalidade não é dado desconhecer as dificuldades que normalmente se oferecem à ação do legislador, mercê da notória deficiência dos recursos estatísticos referentes aos diversos setores de trabalho privado, entre nós, e as singularidades, em cada caso, as comunidades municipais, em face das medidas de caráter administrativo ou legislativo que o seu progresso deve reclamar do Poder Público.

Assim compreendida a natural precariedade desses estudos tendentes a fixar os necessários standards para apreciação da matéria, dentro das condições gerais da vida brasileira, que diversificam a geo-econômica em cada região, consideravelmente numas expressando a vitalidade da riqueza rural, noutra a pujança do desenvolvimento industrial e comercial das cidades, parece que a conjugação, no caso, dos elementos adiante enunciados, se não conduzir a um resultado rigorosamente certo e justo, como seria de desejar, confortará, ao menos, o esforço bem intencionado e o sentimento de responsabilidade daqueles que foram levados a adotá-los:

a) importância comercial e industrial dos Estados, aferida pelo movimento dos valores bancários e o número de associados do sistema de previdência social, no ramo industrial;

b) ponderação populacional das unidades federativas;

c) número de Juntas de Conciliação e Julgamento que atualmente possuem;

d) caracterização, dentro de cada Estado dos municípios em que mais se justifique a criação de Juntas de Conciliação e Julgamento, atentos os elementos estatísticos da densidade operária e as condições industriais comerciais ou geográficas que os singularizam em face dessa necessidade;

e) inclusão na área jurisdicional das novas Juntas, somente dos municípios convênios que não sejam sede de juízo de direito, salvo os casos de grande proximidade e meios fáceis de transporte.

Cabe deixar aqui registrado que expedidas já a 28 de julho último solicitações de encaminhamentos a 6 Tribunais do Trabalho, somente dos os das 1.ª e 2.ª Regiões, até o momento, se dignaram de respondê-las.

Mas assentado, pela forma exposta um ponto de vista, para le uniforme no exame da matéria do projeto e suas emendas passa a Comissão de Legislação Social a manifestar seu parecer sobre a instituição de apenas doze das dezesseis Juntas de Conciliação e Julgamento alvitradas de acordo com as seguintes conclusões:

- A -

Contrária à de São Gonçalo por que, fazendo abstração das exigências porventura existentes no Estado do Rio de Janeiro em relação a esses órgãos da Justiça trabalhista, as duas Juntas sediadas em Niterói, a cuja jurisdição pertence aquele Município, estão com seus serviços excessivamente em dia consoante podem atestar os inclusos dados estatísticos fornecidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

- B -

Favorável à de Rio Claro e Lins, a jurisdição da primeira estende-se apenas a Itirapina, Santa Gertrudes e Combarua por ser Araras sede de comarca e pertence Cordeirópolis a comarca de Lins; e a de segunda

ao Município de Getulina, por isso que Cafelândia e Leme são sedes de comarca. Avanhandava pertence à de Penápolis e Júlio de Mesquita à de Cafelândia.

Com o maior número de industriários (419.759) e o segundo movimento bancário do Brasil, o Estado de São Paulo possui, de momento 12 Juntas de Conciliação e Julgamento, quando pode comportar seguramente mais de 20.

O Município de Lins tem uma população de 56.888 habitantes, sendo quase 2.000 operários de indústrias da cidade. Segundo estatística elaborada pelo promotor de justiça daquela comarca, 433 ações trabalhistas foram ali julgadas no período de um ano compreendido entre os dias 25 de junho de 1951 e 1952.

Em Rio Claro 35.000 são os habitantes da cidade, para 47.698 do Município. Possui quase 7.000 operários, dos quais grande parte trabalham nas oficinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro talvez as maiores da América do Sul. Tal é a importância econômica da cidade que nela está localizada uma Delegacia Regional do Imposto de Renda, contribuindo o Município com 27 milhões de cruzados para os cofres públicos federais (1051).

- C -

Favorável à de Londrina e contrária à de Sertãozinho, cujo Estado do Paraná, a que pertencem essas cidades, com 31.096 operários de indústrias e um movimento bancário de Cr\$ 1.294.98.000,00, colocados ambos em sétimo lugar no país, possui apenas uma Junta, em igualdade com o Rio Grande do Norte, com quase 14 vezes menos industriários e um movimento bancário mais de 4 vezes inferior.

Londrina conta com a apreciável população de 72.144 habitantes, mais de 200 estabelecimentos industriais e 400 comerciais, sendo uma das cidades que mais progredem no Estado paranaense.

Em Sertãozinho com uma população reduzida à metade da de Londrina (36.467) e um movimento comercial e industrial pouco acentuado, não se justifica a criação de Junta de Conciliação e Julgamento, as funções da qual podem continuar atribuídas, ainda por muito tempo, ao juiz de direito ali sediado. Ponta Grossa e Paranaíba devem constituir centros de maior importância, em todo o sentido, que Sertãozinho, e não estão dotadas ainda desse órgão especializado da Justiça do Trabalho.

- D -

Favorável à de Campo Grande e contrária à de Corumbá.

Não comportando o Estado de Mato Grosso mais de duas Juntas a preferência para localização da segunda deverá ser, por certo a cidade de Campo Grande que e depois de Curitiba, a mais importante naquela unidade federativa.

Acrecidos a sua área jurisdicional os Municípios de Camapuã, Rocheto e Ribas do Rio Pardo, que integram uma só comarca com dois juizes de direito, a população desse conjunto se eleva a 80.847 habitantes, contra apenas 37.913 de Corumbá, situada à margem do pantanal matogrossense.

- E -

Favorável às de Erechim, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Cruz Alta, na 4.ª Região da Justiça do Trabalho.

Pertencentes a um Estado que é o segundo do país em número de operários de indústria (80.950) e em movimento de valores bancários (Cr\$ 3.656.113.000,00), superando mais de duas vezes o da Bahia, e três o Estado do Rio e mais de quarenta o do Rio Grande do Norte, as comarcas ali criadas depois de semelhante providência, já tomada em outros projetos (60 e 132 de 1951), mais indicadas a sede de Juntas

de Conciliação e Julgamento, sem jurisdição extensiva a qualquer município vizinho.

A menos populosa dessas comunidades, Cruz Alta, com 65.432 habitantes, excede a de várias outras, inclusive capitais de Estados, como Curitiba, Goiânia e Vitória, nas quais existe o mencionado órgão judiciário em funcionamento. E Erechim possui o dobro daquela população, isto é, 120.370 habitantes.

São Municípios de grande desenvolvimento industrial e comercial, inclusive em suas vilas distritais, como Panambi, Marau, etc.

A cidade de Santa Cruz do Sul é constituída, em sua maior parte de assalariados, que ali ascendem a mais de 10.000, com atividade nas grandes manufaturas esterilizadores e enfiadores de fumo, fábricas de cigarro, de artefatos de borracha, fundições de ferro etc.

Nas outras, a atividade econômica é igualmente intensa, desdobrando-se em vários setores especializados.

F

Favordável à de Itabuna e Ilhéus sem extensão da área jurisdicional, e contrária à de Juazeiro, no Estado da Bahia, 6.ª Região.

Os dois primeiros são municípios de real expressão econômica e de intensa densidade demográfica, existindo 151.098 habitantes de Itabuna e 135.493 em Ilhéus. Tal o movimento forense nelles verificado, que em ambos estão sedeadas três varas de juiz de direito.

Não se justifica, entretanto, a criação de Junta de Conciliação e Julgamento em Juazeiro, com jurisdição abrangendo os doze municípios marginaes do Rio São Francisco, dos quais seguramente nove possuem juiz de direito, sem um movimento forense que defina a necessidade de instituir ali um órgão da Justiça especializada do trabalho.

Juazeiro é município de apenas 35.183 habitantes, e além de limitar sua relativa importância comercial na circunstância de ser um posto de embarque comum à produção das regiões fronteiriças da Bahia e de Pernambuco, somente estaria destinado a merecer a aprovação da emenda proposta se não fosse inconveniente incluir em sua jurisdição os demais municípios balneários dispostos ao longo do São Francisco.

G

Favordável à de Campina Grande, município paranaense de 178.132 habitantes, sendo em população o 13.º do país, superior mesmo ao de João Pessoa (120.857), capital do Estado, e de mais oito capitais brasileiras.

E' um grande centro exportador de algodão, minérios e agave, contando com uma apreciável densidade operária, capaz de justificar, sem dúvida, a instituição da Junta proposta.

H

Favordável à de Parnaíba, com extensão jurisdicional apenas a Coac, que integra a mesma comarca, e não a Buriti dos Lopes e Luiz Correia (ex-Amaração), municípios dotados de juiz de direito residente.

Situado a margem do rio do mesmo nome, Parnaíba, com uma população de 50.426 habitantes, é o porto marítimo do Piauí, apresentando, sob esse aspecto, maior importância econômica que a própria cidade cidade de Teresina, Capital do Estado.

Manifestando-se, pela forma acima, favoravelmente à aprovação de diversas emendas, para serem instituídas mais 12 Juntas de Conciliação e Julgamento, nas várias regiões brasileiras da Justiça do Trabalho, somas, ao demais, pelo acolhimento em parte das ponderações feitas, em incluso ofício de 20 do mês passado, pelo Tribunal do Trabalho da 2.ª Região, e de nova emenda recentemente apresentada, nesta Comissão, pelo Ilustre Deputado Ulisses Guimarães,

no intuito de serem criados ainda dois desses órgãos na capital paulista, onde o volume de trabalho especializado talvez exigisse, a rigor, maior desdobramento de suas atuais 7 Juntas, mas que, de momento, sem prejuízo de exame mais aprofundado em iniciativa própria, ficarão unicamente equiparadas às do Distrito Federal.

Oferece, assim, a Comissão de Legislação Social, a aprovação do plebiscário da Câmara dos Deputados, o seguinte Substitutivo total ao projeto de Lei n. 1.311, de 1951:

Cria, na Justiça do Trabalho, quinze Juntas de Conciliação e Julgamento, e dá outras providências.

Art. 1.º São instituídas, na Justiça do Trabalho, quinze (15) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo duas (2) na cidade de São Paulo, e mais uma (1) nas seguintes cidades: Lins, Rio Claro, Londrina e Campina Grande, na 2.ª Região; Passo Fundo, Cruz Alta, Erechim e Santa Cruz do Sul, na 4.ª Região; Itabuna e Ilhéus, na 5.ª Região; Recife (3.ª) e Campina Grande, na 6.ª Região; e Parnaíba, na 7.ª Região.

Art. 2.º A jurisdição da Junta sediada em Lins abrangerá o território do Município de Getulina; e a Rio Claro, o território dos Municípios de Itirapina, Santa Getrudes e Corumbatai; e de Campo Grande, o território dos Municípios de Camapuã, Rochedo e Ribas do Rio Pardo; e de Recife, o território do Município de Cidade; e a de Parnaíba, o território do Município de Coac.

Art. 3.º Ficam criados, em cada um dos 15 Jões mencionados no art. 1.º, um cargo de juiz do trabalho presidente; um de vogal representante de empregadores; um de vogal representante de empregados; um de chefe de secretaria, padrão N na cidade de São Paulo, M em Recife, e K nas demais; um de servente, padrão E, um de substituto do presidente, na cidade de São Paulo, e uma função de juiz suplente do presidente, nas demais; uma função de vogal empregador e uma de vogal empregado; sendo os cargos de chefe de secretaria e oficial de justiça isolados, de provimento efetivo independentemente de conclusão; e os de servente dispostos em carreira, de provimento final ou intermediário por promoção, e no grau inicial mediante concurso público de provas.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos de juiz presidente de juiz presidente substituto e de vogais, de que trata este artigo, serão os fixados no 5.º da Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva Região promoverá a imediata instalação das Juntas criadas na presente lei.

Art. 5.º A despesa de ... a ocorrer, com o cumprimento desta lei, no exercício orçamentário de 1953, será levada à conta da verba de pessoal permanente da Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento das 1.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª Regiões, respectivamente — e na falta de saldo disponível da mesma, correrá à conta de crédito adicional, a ser aberto, no exercício montante.

Art. 6.º Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor à data de sua publicação.

Ala ego Barros, em 30 de setembro de 1951. — Hildebrando Bisaglia, Presidente. — Hernani Saito, Relator. — Celso Peganha. — Muniz Falcão. — Armando Falcão. — Breno Siqueira. — Aluisio Alves. — Plínio Coelho. — Fernando Flores.

PARECER DA COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL.

Ori inaria do Poder Executivo veio a esta Casa o Congresso a mensagem do Senhor Presidente da República

do dia 18 de outubro de 1951, com a finalidade de criar as 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Em 3 de outubro de 1952, foi aprovado requerimento de urgência para a imediata discussão e votação do projeto. Em 6 do mesmo mês e ano, foi anunciada a primeira discussão do projeto ainda dependente de parecer das Comissões, solicitando a Comissão de Serviço Público o prazo de 48 horas para opinar a respeito, o que foi deferido. No dia seguinte, 7 de outubro a Comissão de Finanças requereu o prazo de dez dias para apresentar parecer, o que foi aprovado.

O parecer da Comissão de Serviço Público Civil foi, então, assim redigido: "Originário do Poder Executivo veio a esta Casa do Congresso a Mensagem do Senhor Presidente da República do dia 18 de outubro de 1951, com a finalidade de criar as 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

A proposição correndo os trâmites regimentais, após passar pela Comissão de Justiça e Legislação Social, veio à Comissão de Serviço Público em caráter de urgência com o prazo de 48 horas para nos pronunciarmos sobre o assunto.

PARECER

Dada a premência do tempo e tendo em vista as judiciosas considerações feitas sobre a matéria pelo Ilustre relator da Comissão de Legislação Social, deputado Tarso Dutra, que examinou em seu brilhante parecer a situação real das localidades onde se pretendia criação de Juntas, conforme emendas apresentadas ao projeto, conclui pela apresentação de um substitutivo que consideramos ser o que atende melhor às necessidades da Justiça do Trabalho, sendo pois o nosso parecer, salvo melhor juízo dos Ilustres colegas de Comissão, pela aprovação do substitutivo da Comissão de Legislação Social.

Sala "Sabino Barroso", 7 de outubro de 1952. — Benjamim Farah, Presidente. — Bias Fortes, Relator. — Tarso Dutra. — Armando Corrêa. — Lopo Coelho. — Ponciano Santos. — Atayde Bastos. — Manoel Ribas. — Dulcino Monteiro.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO

O Sr. Presidente da República, em Mensagem n.º 354, de 18 de outubro de 1951, encaminhou à Câmara dos Deputados o projeto de Lei que tomou o n.º 1.311-51 e que cogita da criação das 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Sobre ele falou a douta Comissão de Justiça, que entendeu inconstitucional o artigo 3.º — autorização a abertura de crédito ilimitado — e emendou o artigo 2.º, restringindo a jurisdição proposta para as Juntas de Recife, além de aceitar emendas que criam outras Juntas de Conciliação e Julgamento em diversas regiões. Não temos o original do parecer dessa Comissão e do impresso não constam as emendas que inovam outras Juntas. Desse modo, não podemos opinar sobre essas emendas, a menos que sejam as mesmas a respeito das quais disse a Comissão de Legislação Social, que as relacionou, uma a uma.

A Comissão de Legislação Social concordou com o parecer da Comissão de Justiça na parte que restringe a jurisdição proposta para as Juntas de Recife, sendo contrária, porém, à criação de duas Juntas naquela cidade e favorável somente a uma. Opinou pela criação das seguintes Juntas:

- 2 em São Paulo, Capital;
- 1 em Lins, São Paulo;
- 1 em Rio Claro, São Paulo;

- 1 em Londrina, Paraná;
- 1 em Campo Grande, Mato Grosso;
- 1 em Passo Fundo, Rio G. do Sul;
- 1 em Cruz Alta, Rio G. do Sul;
- 1 em Erechim, Rio G. do Sul;
- 1 em Santa Cruz do Sul, Rio G. do Sul;

- 1 em Itabuna, Bahia;
- 1 em Ilhéus, Bahia;
- 1 em Campina Grande, Paraíba;
- 1 em Parnaíba, Piauí;
- 1 em Recife e não duas propostas na Mensagem.

A Comissão de Legislação Social organizou um substitutivo incorporando essas emendas ao artigo 1.º. No artigo 3.º dispõe esse substitutivo sobre a criação dos cargos, de que devem estar providas as Juntas criadas.

PARECER

Para melhor ordem em nosso parecer, estudaremos a Mensagem e respectivo projeto, as restrições da Comissão de Justiça e o substitutivo da Comissão de Legislação Social.

Mensagem. — Cogita o projeto que acompanha a Mensagem da criação de duas Juntas de Conciliação e Julgamento em Recife, entendendo a jurisdição da Justiça do Trabalho da daquela Capital pernambucana aos Municípios de Paulista, Jaboatão, São Lourenço e Olinda, limitrofes do da Capital. Autoriza a abertura de crédito ilimitado, a cujo dispositivo a Comissão de Justiça negou aprovação, por inconstitucional.

Examinaremos, inicialmente, a conveniência ou não da criação de mais duas Juntas em Recife. Nessa cidade existem duas Juntas. Em 1951 a 1.ª Junta recebeu 1.690 reclamações, o julgou 1.532 e a 2.ª recebeu 1.673, julgando 1.593. Vê-se que não está julgando sequer o mesmo número de reclamações recebidas, transferindo para o ano seguinte uma parte, que se acumula ano a ano. A média normal de julgamentos é calculada a razão de 5 por audiência. Cinco audiências por semana importam no julgamento de 1.325 reclamações. Julgando 1.532 e 1.593, respectivamente, a 1.ª e 2.ª Juntas de Recife estão trabalhando acima do normal. Mas, muito menos que as do Distrito Federal e São Paulo, que julgam, em média, 1.641 e 2.300, respectivamente.

A Mensagem propõe que as Juntas de Recife tenham jurisdição até os Municípios de Paulista, Jaboatão, São Lourenço e Olinda. Destes 4 Municípios, somente o de Paulista merece especial estudo. Os outros não oferecem movimento trabalhista digno de importância. Em São Lourenço, por exemplo, entraram, em julho, em 1951, apenas 25 reclamações.

Paulista constitui um problema de grande relevância, face aos interesses dos trabalhadores. Em 1951, foram recebidas, naquele Município 2.663 reclamações. Só este volume de serviço comporta a criação de 2 Juntas, que ficarão em plena capacidade de atendimento dos julgamentos, em razão da média anual de 1.325. Tendo-se em consideração que as atuais Juntas de Recife já não julgam as reclamações que recebem, embora o pudessem fazer, como podem em maior número as do Distrito Federal e São Paulo, verifica-se que é imperiosa a criação proposta na Mensagem.

Seria dispensável a criação das duas Juntas e bastaria uma, excluindo-se Paulista da jurisdição de Recife, como propõe a Comissão de Justiça.

Não nos parece, porém, que seja acertada a exclusão daquele Município. Está com a razão a Mensagem Presidencial. Procedeu a estudos o Poder Executivo, auxiliado pelo Tribunal Superior do Trabalho, que impuseram a solução alvitada ao Congresso Nacional. Não é preciso grande esforço para se chegar à mesma conclusão. Vejamos:

São recebidas, em 1951, 2.663 reclamações. Conciliadas 999, proceden-

tes 27, imp. cedentes 2, não conhecidas e arquivadas 32 e solucionadas, no mesmo ano, 970. O maior número das conciliadas vem de exercícios anteriores. Em 1951, ficaram em andamento 1.693 reclamações que passaram para o exercício seguinte. É considerada ineficiente a Justiça do Trabalho, que não pode julgar o mesmo número, pelo menos, de reclamações recebidas. Porque as que não são julgadas se vão acumulando, ano a ano, para constituir um volume de feitos que se arrastarão anos seguidos, sem julgamento. Não se pode confiar em uma justiça, que julga menos da metade dos feitos recebidos, no ano. Impõe-se, portanto, uma solução para a Justiça do Trabalho em Paulista, atualmente confiada aos Juizes de Direito daquela Comarca.

Duas soluções podem ser sugeridas: a criação de duas Juntas, sediadas no próprio Município de Paulista ou a da Mensagem — duas Juntas a mais em Recife, com jurisdição até aquele Município. Preferimos a da Mensagem. Em primeiro lugar, porque, funcionando plenamente, pode desfogar, porque a experiência tem demonstrado que em Municípios do interior onde predomina uma ou poucas indústrias, como é o caso de Paulista, o Presidente da Junta, que é o desempateador, nem sempre se conduz à altura dos seus deveres. Afetadas as causas trabalhistas de Paulista à Justiça de Recife, elas serão distribuídas pelas 4 Juntas e não presas a uma ou duas, que se criem na sede daquele Município.

Não é possível se deixar subordinadas as causas trabalhistas de Paulista ao julgamento de 2 Juizes de Direito. Duas Juntas, com audiências diárias trabalhando normalmente, ou seja julgando 5 reclamações por audiência, e que venceriam o volume de reclamações recebidas. Cada Junta se compõe de 2 vogais e um Presidente. São 2 a relatar e estudar os feitos, além do Presidente, que exerce papel saliente nas conciliações. No Juizado de Direito há apenas um Juiz. Dois Juizes não podem vencer o trabalho, que seria a capacidade normal de duas Juntas. Ainda que se dedicassem exclusivamente aos feitos trabalhistas. E eles têm sob sua responsabilidade todos os feitos da Justiça comum e eleitoral. No caso de Paulista, os bem eles serão Juizes de Direito ou Juizes de Trabalho. Uma e outra coisa é que não podem fazer, satisfatoriamente.

Para demonstrar a importância do Movimento das causas trabalhistas em Paulista, basta saber que em todas as Comarcas de Pernambuco, foram recebidas, em 1951, 2.848 reclamações, sendo que, destas, somente aquela Município contribuiu com 2.663, restando 185 para todas as demais Comarcas do Estado.

Se todos esses argumentos em razão dos interesses das classes empregadora e empregada, há ainda um outro que nos parece substancial. As duas Juntas de Recife com o julgamento de 3.125 reclamações, em 1951, exigiram o pagamento de Cr\$ 297.357,50 de custas, que devem ser arrecadadas em selos, ao passo que as custas, em Paulista, reverterem em favor do Juiz, escrevão e serventários da Justiça, devendo somar importância quase idêntica, já que ali entraram 2.663 reclamações.

Por estas razões somos favoráveis à proposta da Mensagem, que estende a jurisdição de Recife à Paulista e contrários à emenda substitutiva ao artigo 2.º do projeto, proposta pela Comissão de Justiça.

SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

Para o estudo do Substituto da Comissão de Legislação Social, o dividiremos nas seguintes partes:

1) — criação de novas Juntas em São Paulo, Lins, Rio Claro, Londrina

Campo Grande, Passo Fundo, Cruz Alta, Erechim, Santa Cruz do Sul, Itabuna, Ilhéus, Recife, Campina Grande e Parnaíba;

2) — criação dos cargos de Presidente, Vogal, Chefe de Secretaria, Servente, Juiz Substituto do Presidente do Presidente, de Vogal.

1) — O Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, em seu relatório das atividades de 1950, resalta a necessidade da criação de mais quatro Juntas no Distrito Federal e outras quatro em São Paulo. Menor número não atenderá às necessidades do serviço num e neutro Município. O Poder Executivo estuda, juntamente com o Tribunal Superior, estas sugestões. Não nos parece que, sem esses estudos, devamos criar duas Juntas em São Paulo, já que, de antemão, sabemos que não solucionarão as dificuldades atuais.

Lins. O Município de Lins não tem Junta. A Justiça do Trabalho está a cargo do Juiz de Direito. Ali foram recebidas e julgadas 14 reclamações em 1950. Em 1951, o movimento cresceu violentamente. Foram entradas 516 e solucionadas 430 reclamações. Um movimento dessa ordem já autoriza a criação de uma Junta. Mas, parece-nos prudente aguardar que esse movimento se firme como definitivo para que se crie a Junta. Há uma diferença muito acentuada de um ano ao seguinte, cujas causas ignoramos e que, por isso mesmo, só o conhecimento dos movimentos de mais um ou dois anos a mais pode explicar satisfatoriamente.

Estando o projeto em regime de urgência, não podemos pedir esclarecimentos ao Tribunal Superior do Trabalho ou ao Regional de São Paulo, nem tão pouco o seu pronunciamento sobre a conveniência ou não da criação proposta. Somos, portanto, contrários à criação da Junta.

Rio Claro. Em Rio Claro, foram entradas, em 1950, 17 reclamações e julgadas 14, e, em 1951, entraram 24 e julgadas 14. Esse movimento não autoriza a criação de uma Junta, cuja instalação e manutenção anual não custa quantia inferior a Cr\$ 1.000.000,00.

Londrina. — Em Londrina, foram recebidas 117 reclamações, em 1950, recebidas 135, em 1951, e julgadas 17, nesse ano. Ainda que pudesse ser elevado a 200 o número de reclamações, não se podia justificar a criação de uma Junta. Importava em custar ao Tesouro Nacional Cr\$ 5.000,00 cada reclamação, preço absurdo. Parecer contrário.

Campo Grande. — Em Campo Grande, foram recebidas 18 reclamações, em 1950, julgadas 30, em 1951, julgadas 12 e, em 1951, o movimento não autoriza a criação de uma Junta. Parecer contrário.

Passo Fundo. Em Passo Fundo, foram recebidas, em 1950, 57 reclamações e julgadas 57, em 1951 entraram 116, sendo julgadas 107. O movimento também não autoriza a criação proposta. Parecer contrário.

Cruz Alta não se registrou movimento trabalhista em 1950. Em 1951 foram recebidas 3 reclamações e todas julgadas. Parecer contrário.

Erechim. — Em Erechim, houve o seguinte movimento, que não autoriza a criação da Junta: em 1950, 72 reclamações recebidas e 69 julgadas; em 1951, 86 recebidas e 76 julgadas. Parecer contrário.

Santa Cruz do Sul. — Em Santa Cruz do Sul, foram recebidas e julgadas, em 1950, 38 reclamações. Não temos a estatística de 1951. Parecer contrário.

Itabuna. — Em Itabuna, foram recebidas e julgadas 27 reclamações, em 1950, e, em 1951, recebidas 22 e julgadas 17. Parecer contrário.

Ilhéus. — Não temos estatística do movimento de Ilhéus. Sem esses ele-

mentos, não podemos nos pronunciar favoravelmente a criação de uma Junta nesse Município. Especialmente quando não proposta com audiência do Tribunal Superior do Trabalho. A presença de tempo não me permitiu colher os elementos necessários. Parecer contrário.

Campina Grande. — Esse Município está localizado no Estado da Paraíba, a cuja representação parlamentar pertence. Ninguém ignora o seu desenvolvimento industrial e o grande movimento comercial. Essa progressão, porém, não corresponde ao mesmo índice no movimento trabalhista. Foram recebidas, em 1950, 67 reclamações e julgadas 51, e em 1951, recebidas 23 e julgadas 17. Não se justifica a criação de uma Junta para esse movimento. Parecer contrário.

Parnaíba. — Em Parnaíba, foram recebidas e julgadas 6 reclamações, em 1950, e, em 1951, recebidas 20 e julgadas 13. Parecer contrário.

II — Sobre a criação de cargos a douta Comissão de Legislação Social, em seu Substituto, elabora em um grande equívoco. Cria cargos de Chefe de Secretaria, Oficial de Diligência e Servente, que são do quadro das Secretarias dos respectivos Tribunais Regionais do Trabalho. Não pode a Câmara tomar a iniciativa da criação desses cargos, como não pode também o Poder Executivo, como não tem. Só por proposta daqueles Tribunais é que a Câmara pode deliberar sobre a criação dos mencionados cargos (Constituição Federal, artigo 97, II).

Além disso, a Comissão de Legislação confunde cargos com funções. Cria um cargo de vogal, representante dos empregadores e um de vogal, representante dos empregados. O vogal não exerce cargo. Exerce função, com direitos gratificação por sessão a que compareça. Cria uma função de Juiz Suplente do Presidente. Não há função de Juiz Suplente de Presidente. Há cargo de Juiz Presidente Substituto de Junta de Conciliação e Julgamento, com vencimentos fixados na lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Somos, pois, contrários ao Substituto da Comissão de Legislação Social.

A Mensagem não cogita da criação dos cargos de Presidente das Juntas que propõe criar. É um erro que necessita de correção. Tão pouco cria as funções de vogal, representantes dos empregados e empregadores.

Corrigindo essas falhas do projeto que acompanha a Mensagem e atendendo à inconstitucionalidade proclamada pela Comissão de Justiça do artigo 3.º que autoriza a abertura de crédito ilimitado, oferecemos o seguinte substitutivo:

“Cria, na Justiça do Trabalho, a 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Recife, Estado de Pernambuco, e das outras providências.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º São criadas, na 6.ª Região da Justiça do Trabalho, a 3.ª e 4.ª Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º A jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado de Pernambuco abrangirá o território dos Municípios de Paulista, Olinda, Jaboatão e São Lourenço.

Art. 3.º São criados dois cargos de Juiz do Trabalho Presidente de Junta e quatro funções de Vogal, sendo duas para a representação de empregadores e duas para a de empregados, correspondentes às Juntas criadas na presente lei.

§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2.º Os vencimentos dos cargos e a gratificação das funções de que trata este artigo serão os fixados na lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 4.º Os mandatos dos vogais das Juntas de que trata o artigo primeiro terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas de Recife, atualmente em curso.

Art. 5.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da sexta Região promoverá a instalação das Juntas ora criadas.

Art. 6.º E o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos necessários à execução desta lei, até a importância de Cr\$ 1.2537.920,00 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil, novecentos e vinte cruzeiros).

Art. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Antônio Carlos, 20-10-52. — João Agripino, Relator.

Sala Antônio Carlos, 20-10-52. — João Agripino — Relator.

PARERES DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças opina pela rejeição do substitutivo da Comissão de Legislação Social e da emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, e pela aprovação do substitutivo apresentado pelo Relator ao Projeto n.º 1.111, de 1951.

Sala “Antônio Carlos”, em 20 de outubro de 1952. — Israel Pinheiro — Presidente — João Agripino — Relator. — Janduly Carneiro — Clodomir Millet — Artur Santos — Ponce de Arruda — Lameira Bittercourt — Leite Neto — Jorge Jabour — Mário Altino — Joaquim Ramos.

Em 10 de novembro de 1953, foram a imprimir os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, opinando pela inconstitucionalidade do artigo 3.º, e com sete emendas; da Comissão de Legislação Social, com substitutivo; da Comissão de Serviço Público favorável ao substitutivo; da de Legislação Social e da Comissão de Finanças com substitutivo.

Na primeira discussão falou o Senhor Deputado Ernani Sátiro, tendo sido apresentado oito (8) emendas, que devolveram o projeto às Comissões.

Em 1953, a 1.ª de julho, a Câmara aprovou requerimento de constituição da Comissão Especial para opinar sobre o projeto, tendo sido aprovado, em 10 de setembro, requerimento de urgência para a votação da proposição, que foi votada em 21 de setembro, sendo aprovado, após inúmeros incidentes, o substitutivo da Comissão Especial para redigir o vencido para a segunda discussão.

Em segunda discussão, encerrada com emendas, foram essas depois, rejeitadas e aprovado o projeto substitutivo que lograra aprovação em discussão anterior, sendo o mesmo encaminhado à redação final, que foi, por último, aprovado na sessão da 3 de dezembro.

Vindo ao Senado com o número 2.250, de 22 de dezembro de 1953, foi o projeto lido em sessão de 19 de janeiro de 1954, e enviado às Comissões de Legislação Social, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Na sessão de 7 de abril último, foi aprovado pelo plenário do Senado requerimento do nobre Senador Djair Brindeiro solicitando, nos termos do artigo 90, parágrafo 4.º, do Regulamento Interno da Casa, a remessa do projeto à Comissão que se seguirá à de Legislação Social por haver a mesma exgotado o prazo dentro do qual deveria apresentar parecer a respeito, não o tendo feito, vindo por isso, o projeto à Comissão de Serviço Público Civil, onde foi distribuído ao autor deste relatório.

PARERES

Do relatório aqui feito verifica-se que este projeto, de iniciativa do Po-

der Executivo, teve demorada tramitação na outra Casa do Congresso Nacional, onde foi examinado atenta e minuciosamente. Não padecendo da eiva de inconstitucionalidade e atendendo a necessidades da Justiça do Trabalho, parece à Comissão de Serviço Público Civil que nada obsta a que o Senado lhe dê a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1954. — *Prisco dos Santos*, Presidente. — *Nestor Massena*, Relator. — *Luiz Tinoco*. — *Djair Brindeiro*. — *Vivaldo Lima*. — *Julio Leite*.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Cláudio Mader para emitir parecer em nome da Comissão de Legislação Social.

O SR. OTHON MADER:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco e dá outras providências.

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo, além da aprovação da Câmara dos Deputados já teve pareceres favoráveis no Senado, das Comissões de Serviço Público Civil e da de Finanças. A Comissão de Legislação Social nada tem a opor, opinando, portanto, pela aprovação. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino para designar relator em nome da Comissão de Finanças.

O SR. IVO D'AQUINO:

Sr. Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças avoco o Projeto de Lei n.º 3 de 1954, oriundo da Câmara dos Deputados, que cria na Justiça do Trabalho Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco e dá outras providências.

O parecer é o seguinte. (Lê)

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Pela Ordem). Senhor Presidente, visivelmente não há número para prosseguimento da sessão, motivo pelo qual solicito a V. Ex.º o levantamento dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE:

Atendendo à ponderação do nobre Senador Flávio Guimarães, a Mesa verifica que não há número regimental para continuar a sessão, razão por que a declaro encerrada. Designo para a extraordinária, a realizar-se às 21 horas, a seguinte

ORDEN DO DIA

Encerra-se a sessão às 17 horas e 25 minutos.

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 221, de 1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. *Pareceres:* I — *Sobre o projeto*: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 723, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão da Legislação Social, sob n.º 724, de 1953, favorável; da Comissão de Finanças, sob n.º 725, de 1953, contrário; II — *Sobre a emenda*: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 154, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, sob n.º 150, de 1954, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de

1952, que realjusta as dívidas dos segurados financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1954, do Senador João Vilasboas, aprovado na sessão de 8-3-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (n.º 967, de 1952) e de Finanças (n.º 968, de 1952) e dependendo de pronunciamento desta última Comissão sobre as emendas de plenário).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.030, de 1953, na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Sr. Senador Cícero de Vasconcelos), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. *Parecer favorável*, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djair Brindeiro aprovado na sessão de 20-7-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças.)

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade) do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue restrições à capacidade intelectual de brasileiros. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 517, de 1954, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Sr. Senador Joaquim Pires); da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 518, de 1954, pela rejeição.

Discussão única do Requerimento n.º 21, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando seja consignado em ata um voto de repósto pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do primeiro submarino acionado a força atômica. *Parecer*, sob n.º 451, de 1954, manifestando o pensamento da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que, com o fim de defender as instituições livres e a própria dignidade da pessoa humana, seja essa arma utilizada.

Discussão única do Requerimento n.º 200, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, dando-se ciência dessa manifestação do Senado brasileiro ao Embaixador da França no Brasil. *Parecer favorável*, sob n.º 452, de 1954, da Comissão de Relações Exteriores.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1952, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950. *Pareceres:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 230, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, sob n.º 325, de 1954, pela rejeição do projeto e da emenda.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de

Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente. *Pareceres:* da Comissão de Finanças, número 421, de 1954, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça, n.º 420, de 1954, pela constitucionalidade do projeto; n.º 421, de 1954, pela constitucionalidade do substitutivo.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais. *Pareceres favoráveis:* da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 536, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 537, de 1954.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 132 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. *Parecer* n.º 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Discussão única do Requerimento n.º 388, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Senhor Ministro Tavares de Lira, por motivo de acidente que sofreu.

Discussão única do Requerimento n.º 390 do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de nêlito da Marinha Mercante.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20-1-51 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares), incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 23-7-54, a requerimento do Sr. Senador Pinto Aleixo, tendo pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 553; da Comissão de Segurança Nacional, sob número 554; da Comissão de Finanças, sob n.º 555.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 127, de 1954 (número 3.544, de 1953, na casa de origem), que abre o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa. *Parecer favorável* sob n.º 557, de 1954, da Comissão de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel. *Parecer favorável*, sob n.º 546, de 1954, da Comissão de Finanças.

Discussão única do Requerimento n.º 391, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 119, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns.º 2.106, de 23-11-53, e 2.154, de 30-12-53.

Discussão única do Requerimento n.º 395, de 1954, do Sr. Senador Francisco Gallotti, pedindo a nomeação de uma Comissão de três membros para representar o Senado na reunião da Conferência Mundial de Energia, a

realizar-se em Petrópolis, de 23 de julho a 10 de agosto do ano em curso.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado (aprovado em primeira discussão em 16-6-1954, com parecer favorável, sob n.º 412, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça).

91.ª SESSÃO EM 26 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Alencastro Guimarães
- 2.º — Senador Hamilton Nogueira
- 3.º — Senador Othon Mader
- 4.º — Senador Vivaldo Lima
- 5.º — Senador Onofre Gomes
- 6.º — Senador Ivo d'Aquino.

ATA DA 90.ª SESSÃO EM 23 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. CAPE' FILHO — ALFREDO NEVES — FRANCISCO GALLOTTI.

As 21 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Prisco dos Santos — Onofre Gomes — Thomas Rodrigues — Ferreira de Souza — Djair Brindeiro — Ezequias da Rocha — Esperdiao de Farias — Julio Leite — Durval Cruz — Alcyio de Carvalho — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Nestor Massena — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Rocha Dias — Othon Mader — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Ivo d'Aquino — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio. (29.)

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

(Servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

Declara não haver Expediente

E LIDO E VAI A IMPRIMIR O SEQUINTE

Parecer n.º 571, de 1954

Da Comissão de Finanças ao projeto de lei da Câmara n.º 133 de 1954 que autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Relator: Sr. Euclides Vieira.

Este projeto de lei de iniciativa do ilustre Deputado Jandunhy Carneiro, autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para ocorrer às despesas com a representação do Brasil ao 5.º Congresso Internacional de Hematologia a realizar-se em Paris, França em setembro do ano em curso.

De acordo com o art. 2.º a delegação brasileira deverá ser presidida por um observador do Ministério da Saúde e integrada pelos oito médicos especialistas convidados pela Sociedade promotora do certame.

Determina o art. 3.º que os médicos brasileiros deverão apresentar ao Ministério da Saúde no prazo máximo de quatro meses após a realização do Congresso amplo relatório contendo suas observações sobre as temas debatidas no mesmo e sugestões relativas à aplicação no Brasil das novas aquisições no domínio da hematologia.

Considerando o valor cultural do conclave em referência a Comissão de Finanças nada tem a opor à aprovação do projeto.

Sala Joaquim Murtinho 23 de julho de 1954 — Ivo d'Aquino, Presidente — Euclydes Vieira, Relator — Esperidiao de Farias — Pinto Aleixo — Costa Paranhos — Nestor Massena — Ferreira de Sousa — Alencastro Guimarães — Durval Cruz.

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Antônio Jobim — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata — Antonio Bayma — Victorino Freire — Arós Lede — Mathias Olympio — Joaquim Pires — Olavo Oliveira — Kerginaldo Cavalcanti — Georgino Avelino — Rui Carneiro — Francisco Porto — Assis Chateaubriand — Martiniano Fernandes — Novais Filho — Cicero Vasconcelos — Walter Franco — Landulpho Alves — Pinto Aleixo — Carlos Lindenberg — Atílio Vivacqua — Sá Tinoco — Pereira Pinto — Bernardino Filho — Leônido Coelho — Cesar Verqueiro — Marcondes Filho — Euclydes Vieira — Silvio Curvo — Vespasiano Martins — Gomes de Oliveira — Alberto Pasqualini (33)

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Nestor Massena, primeiro orador inscrito.

O SR. NESTOR MASSENA:

Ex. Presidente, o projeto de anistia de dívidas aos pecuaristas, oriundo da Câmara dos Deputados e submetido na sessão ordinária de hoje à votação do Senado, provocou do eminente Senador Ivo d'Aquino justa crítica à redação do art. 1.º.

A redação desse artigo, de fato, não é das melhores, senão das piores.

Como membro da Comissão de Economia, assisti à leitura do relatório que de mesmo fez o nobre Senador Costa Pereira e del minha assinatura ao parecer elaborado por S. Ex.ª. Tive oportunidade também de trocar idéias com S. Ex.ª por ocasião da votação do projeto, hoje, e fui autorizado a declarar ao Senado que o pensamento da Comissão, ao tomar conhecimento da proposta e relatá-la, foi a de que o art. 1.º deveria ter redação mais ou menos neste sentido:

"O pagamento dos 50% (cinquenta por cento) do débito a que se refere o art. 4.º, § 1.º da Lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, e a que alude o art. 1.º da Lei n.º 1.723, de 10 de novembro de 1952, será efetuado pela União, em apólices e de uma só vez, até a importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros)."

Ao relatar o projeto na Comissão de Economia, o Senador Costa Pereira não se animou a propor emenda de redação, por julgarmos conveniente não retardar a últimação do projeto com a sua volta à Câmara dos Deputados.

Aproveito a oportunidade para esclarecer a matéria, a fim de não subsistirem dúvidas sobre o pensamento que determinou a elaboração do projeto e ditou o parecer que lhe demos na Comissão de Economia. Era o que tinha a dizer. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Não foi revisto pelo orador) —

Sr. Presidente, na minha viagem recente na comitiva de V. Ex.ª ao norte do Paraná observei a fertilidade da terra roxa daquela longínqua região do grande Estado do Sul. Fomos hóspedes de uma fazenda de café, uma das grandes organizações agrícolas daquela zona. Apesar da majestade daqueles cafezais, os fazendeiros, principalmente o Dr. Homero Cordeiro, em cuja casa nos encontramos, preocupam-se em permanentemente adubar a terra.

Médico de grande nomeada na cidade de São Paulo, sabe, com outros da região, que a terra fornece os elementos vitais para melhor produção; e se esgota em cada colheita. Construiu, então, em sua propriedade uma extrusora, a fim de devolver à terra o que ela entrega à vegetação.

O Sr. Othon Mader — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Quasi todos os fazendeiros da chamada zona velha do Paraná procedem desse modo — restituem à terra, através do adubo, o que ela perdeu. Já não fazem o mesmo os pioneiros; preocupam-se apenas com a derrubada das matas virgens. Os fazendeiros de Jacarézinho — e V. Ex.ª deve ter observado — se não todos eles, a grande maioria aduba a terra.

O SR. ALFREDO NEVES — O aparte do nobre Senador Othon Mader, conhecedor perfeito daquelas regiões de seu Estado, que operosa e brilhantemente representa nesta Casa.

O Sr. Othon Mader — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ALFREDO NEVES — ... contem observação digna de ser meditada.

Os fazendeiros pioneiros, que derrubam as matas e a seguir plantam, em grande escala, o café, esses não necessitam de adubar a terra, porque da mata obtêm matéria orgânica suficiente para fertilizar o solo. Já os outros, de terras mais trabalhadas, desde logo, inteligentemente, lançam mão dos adubos para que a colheita não decresça.

O Sr. Othon Mader — Permita V. Ex.ª outra observação. Os fazendeiros das zonas velhas, consolidadas, cuidam muito da defesa da terra contra as erosões. Os pioneiros não têm essa preocupação. Plantam o café de qualquer maneira. Objetivam apenas tirar o máximo do solo. Estamos procurando incutir no espírito do fazendeiro a necessidade de proteger a terra contra as erosões.

O SR. ALFREDO NEVES — Outra observação de V. Ex.ª que deveria se propagar por todo o país. As erosões constituem um dos grandes males da nossa lavoura. Fenômeno natural, não tem defesa, nem mesmo a compreensão dos que vivem do amanho da terra.

Sr. Presidente, peço a atenção dos Poderes Públicos para o que ocorre em relação à adubação da terra, cada vez mais difícil. O crescente aumento dos preços dos adubos químicos e orgânicos, levado o fazendeiro ao desânimo. O fosforo e o azoto encontram grandes barreiras na sua aquisição. Seus preços elevam-se de ano para ano, na proporção de 25%.

Sou fazendeiro e compreendo bem a necessidade da adubação. Há dificuldade na aquisição do super-fosfato e do salitre do Chile; esse último, comprava eu, há dois anos, em média, a noventa cruzados a tonelada; este ano, adquiri-o a 2.600 cruzados; e o super-fosfato que, em 1952 comprava a noventa cruzados a tonelada, já este ano o estou adquirindo a dois mil e oitocentos. Sr. Presidente, com esses preços, as terras relativamente

cansadas, para cuja fertilidade se exige adubação mais intensa, estão se tornando inacessíveis ao agricultor. Também a mão de obra é caríssima. A produção sai a preço quase inacessível. Resulta, então, o desestímulo sistemático daqueles que trabalham a terra.

Agora surge novo problema — o do transporte. A aquisição dos caminhões tornou-se inviável a maioria das bóias; e aqueles que os compram para instrumento de trabalho são forçados a um frete que desestimula a venda das mercadorias.

A celebre Circular n.º 70, esperança dos agricultores, está sendo considerada como todas as outras promessas a áleas feitas. Não nos entregam os ágios e a cada vez que os reclamamos dizem que o regulamento em curto prazo resolverá o problema. Passam-se, entretanto os meses; e os agricultores continuam apenas com a esperança de um dia receberem esses ágios que, cada vez mais, oneram a aquisição dos dólares.

Desta tribuna, certa vez fiz um apelo ao honra do Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de dar os adubos câmbio oficial; não digo de 15,50 mas de 27 cruzeiros. Não houve, porém, ainda compreensão perfeita do problema. A importação de adubos está nos preços elevados, sujeitos aos leilões que, por sua vez, obedecem a lei da oferta e da procura.

Vê V. Ex.ª Sr. Presidente, como a vida do agricultor, em nosso país, cada vez mais se torna precária. Surgem sempre a nossa frente dificuldades quase insuperáveis.

Há no Brasil, inúmeras cidades que nada produzem e consomem cada vez mais, dado o aumento progressivo da população.

Mas, Sr. Presidente, quando o homem do campo não se atemoriza com as dificuldades da aquisição de fertilizantes, planta e colhe, surge outro problema quase inevitável; o do transporte.

Existem, no Paraná milhares e milhares de sacos de milho guardados em palácios à espera de compradores, que nunca chegam porque não há transporte para o produto, e o fazendeiro não tem como fazer dinheiro para novas plantações e culturas. Enquanto nesta Capital e em São Paulo o saco de milho é oferecido a Cr\$ 180,00 e Cr\$ 200,00, no Paraná o fazendeiro não encontra quem o compre nem mesmo a Cr\$ 30,00.

Continuam os lavradores, ante o descaço dos poderes públicos, sem meios para enfrentar tão graves problemas.

Recordo-me que em fins de 1953, desta tribuna, o nobre Senador Othon Mader reclamou, com insistência, providências do Governo para o reaparelhamento da Estrada de Ferro Paraná Santa Catarina, pois se anunciavam na região abundantes colheitas.

No entanto, S. Ex.ª clamou no deserto.

Quando o eminente Vice-Presidente da República desembarcou em Cornélio Procopio, ali recebendo grande manifestação de apreço, nada menos de três oradores, um dos quais presidente da Associação Rural local imploraram uma valiosa interferência para que o Governo adotasse providências imediatas tendentes a melhorar o transporte pela Estrada de Ferro Paraná Santa Catarina.

Sr. Presidente, cada vez mais me convenço da necessidade de nós legisladores, percorrermos o Brasil em todos os sentidos, a fim de melhor conhecermos os homens do campo suas necessidades e seu sofrimento e a angústia em que vivem para transportar suas safras para os centros consumidores.

Estou certo de que desse contato mais íntimo da insistência constante das tribunas desta e da outra Casa do Congresso, enfim, dessas campanhas necessárias algo de útil e aproveitável há de surgir.

Precisamos estudar bem esses problemas indagando das dificuldades existentes para colaborarmos de maneira eficiente com os homens da terra, estimulando-os, tanto quanto possível, para o trabalho fecundo do solo sem hora, sem dia, com sol ou com chuva.

Quem percorrer meu Estado, aliás, sob certos pontos relativos a economia, muito mais feliz que outros setores da atividade do país, verificará que o Estado do Rio, vizinho de grande centro, como o Distrito Federal, produz em escala muito mais reduzida; é que suas terras já deram o máximo na monarquia, tempo em que se cognominava a velha Província do Rio de Janeiro de celeiro do império.

Essa unidade da Federação, com terras cansadas e escassez de braços produz relativamente em proporção muito menor do que os Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, Estados privilegiados do ponto de vista da colonização com homens mesclados de um sangue vindo do outro lado do Atlântico, num intercâmbio necessário ao aperfeiçoamento das raças. São Estados que possuem colonização invejável por que composta de homens afeitos a um trabalho metódico, a um trabalho orientado, a um trabalho orientado cientificamente. São esses os Estados que mais produzem porque suas terras, ainda não cansadas, dão o máximo; o mesmo não sucede ao Estado do Rio, onde a produção só é relativamente compensadora se o fazendeiro restituir a terra os elementos de cultura que as safras dos anos anteriores dela retiraram, exaurindo-a quase completamente.

Oupo falar, a cada passo, nas terras da Baixada Fluminense.

Diz-se que o problema está resolvido, que as terras da Baixada Fluminense, principalmente nos municípios de Rio Bonito, Cachoeira de Macaú e Ilhorai, são terras maravilhosas, onde o velho conceito de que "em se plantando dá" é, realmente, verdadeiro e indiscutível.

Ninguém, entretanto, considera que essa zona da Baixada Fluminense foi, por muitos anos, desde o império, terra alagadiça, de humus fermentado, onde se formou camada apreciável de tabatinga, área cuja acidez tem um PH elevadíssimo.

Assim, Sr. Presidente, as várias culturas que ali se experimentam, mesmo as próprias das terras ácidas, não produzem numa proporção compensadora. Ali não se consegue, por exemplo, um hectare de arroz produzindo a mesma quantidade de outro, plantado nas mesmas condições, em terras do Rio Grande do Sul.

Toda essa falta de desenvolvimento agrícola da Baixada, salvo a Baixada Goitacaz e Campos, é oriunda do mesmo fenômeno; e porque sofre fenômeno idêntico, temos produção reduzida, com a circunstância de que as leis sociais ali já atingiram também o homem do campo, que não emprega sua atividade senão no máximo de oito horas de trabalho.

Dessa forma, como não temos uma disciplina agrícola, acontece que o trabalhador nem sempre compreende as necessidades de um labor mais prolongado, em certos dias, principalmente nas fases de colheita.

E' fato conhecido, Sr. Presidente, mesmo daqueles que não desenvolvem atividades no campo, que quando a produção amadurece, a colheita tem de ser feita de modo rápido. Muitas vezes, algumas horas de chuva bastam para inutilizar uma colheita proveitosa, mas ninguém consegue incutir no ânimo dos trabalhadores rurais dessa zona a compreensão devida. Supõem que seus direitos são iguais aos dos homens da cidade, dos operários, dos artífices e rebelam-se às vezes que os fazendeiros lhes fazem apelo para que, em determinado dia, aproveitem o sol abundante e esten-

dam suas atividades por mais algumas horas, a fim de recolherem a produção agrícola e levá-la aos depósitos, resguardando-as das intempéries.

São esses os fenômenos que influem na vida agrícola brasileira, principalmente, quando essas atividades se processam na vizinhança das grandes cidades. De um lado, é o trabalhador rural que deseja gozar dos benefícios das chamadas leis sociais, da melhoria constante do salário, e de outras condições sociais que lhes permitem horas de folga e momentos de descanso. Do outro, onde ainda se trabalha de sol a sol, a terra é fértil e a produção abundante, com colheitas magníficas, as dificuldades decorrem da precariedade dos transportes.

Em largas pitcheadas, são esses os problemas que a todos nos angustiam e tornam a vida na cidade cheia de penosas dificuldades para aquisição de utilidades indispensáveis à manutenção de uma despesa à altura das necessidades orgânicas.

Sr. Presidente, este ligeiro esboço feito à guisa de modesto retrato e aviso suscita aos responsáveis pela vida agrícola do Brasil, há de ter, assim o espero, algo de útil e aproveitável.

Se com este clamor despretensioso com que me animo a pedir a atenção dos nobres Pares para estes problemas, eu conseguir uma fração mínima em favor da agricultura no Estado do Rio, terei cumprido o meu dever. Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Durante o discurso do Sr. Alfredo Neves o Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francisco Galloffi reassumindo-a posteriormente.

O SR. PRESIDENTE

Continua a hora do expediente. Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Mozart Lago, que vai ser lido.

É lido e apolado a seguinte

Requerimento n.º 398, de 1954

Requerer, nos termos da letra "a" do art. 90 do Regimento Interno, a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei da Câmara n.º 3.841-D, de 1953 que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da COFAP — que se encontra sem parecer, já decorrido o prazo regimental, na Comissão de Constituição e Justiça, do Senado Federal.

Sala das Sessões, 23 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será apreciado na fim da Ordem do Dia.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Sr. Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na sessão de ontem foi lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça relativamente ao Projeto de Lei da Câmara n.º 278, de 1952, hoje publicado no Diário do Congresso.

Sobre o Projeto apenas se manifestara aquele órgão técnico, razão pela qual, na forma do Regimento requerio dispensa de interito para sua inclusão na Ordem do Dia. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento do ilustre Senador Aloysio de Carvalho.

Os Senadores que o aprovam, continuam permanecer sentados. (Pausa) Está aprovado.

Está finda a hora do expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

Não há número ainda para votação.

A Mesa passa a apreciar as matérias em discussão, constantes da Ordem do Dia.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djalir Brindeiro aprovado na sessão de 23 de julho de 1954, tendo Pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa) Encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade) do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1954, que extingue as restrições à capacidade intelectual de brasileiros. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 517, de 1954, pela inconstitucionalidade (com voto em separado do Sr. Senador Joaquim Pires); da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 518, de 1954, pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa uma emenda que vai ser lida.

É lida e apolada a seguinte

EMENDA N.º 1

Acrescente-se ao art. 2.º do projeto o seguinte parágrafo.

Parágrafo único — São excluídas do reajustamento estatutário, a que se refere o artigo as associações particulares em geral, exceto aquelas que, em razão de suas finalidades tenham sido declaradas, por decreto ou lei, órgãos consultivos do Governo e que, como tais, aceitando a dignidade tenham servido ou venham a servir à Nação representando-a dentro ou fora do país, em conferências ou convenções de que hajam resultado ou resultem, tratados ou acordos cuja observância seja determinada legalmente, ao povo brasileiro.

Justificação

E claro, como sustentam os doutos pareceres das comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura do Senado Federal que a lei ordinária não pode prescrever normas estatutárias para as associações particulares que se organizam no país, na conformidade do parágrafo 12 do artigo 141 da Constituição. Mas as organizações particulares que transcendem sua órbita particular e se transformam em órgãos consultivos do Governo aceitam do deste incumbências e missões em nome do povo brasileiro deixam de ser associações particulares e não mais como estas poderão continuar a ser consideradas.

E o caso, por exemplo, da Academia Brasileira de Letras, tornou-se órgão consultivo do Governo, pelo Decreto n.º 14.533, de 18 de janeiro de 1944 e aceitando do Governo a alta missão de promover o acordo ortográfico com a Academia de Ciências de Lisboa órgão consultivo do Governo de Portugal.

Poderá a Academia Brasileira continuar a ser considerada, apenas, associação particular?

Sala das Sessões do Senado Federal Rio de Janeiro 22 de julho de 1954 — Mozart Lago.

LEGISLAÇÃO CITADA

Diário Oficial (seção I) de 20-1-44 pag. 1.011.

Decreto n.º 14.533 de 18-1-1944

Promulga a Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal assinada em Lisboa, a 29 de dezembro de 1943.

O Presidente da República, havendo sido assinada na cidade de Lisboa a 29 de dezembro de 1943 uma Convenção entre o Brasil e Portugal estabelecendo o mesmo regime ortográfico da língua portuguesa; e

Havendo a mesma Convenção em vigor no dia 1 do corrente mês, independentemente de ratificação.

Decreta que referida Convenção apenas por cópia ao presente decreto, seja executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Rio de Janeiro 18 de janeiro de 1944 123.º da Independência e 56.º da República — Getúlio Vargas — Osvaldo Aranha — Gustavo Capanema.

Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal

Sua Excelência o Senhor Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e Sua Excelência o Senhor Presidente da República Portuguesa, com o fim de assegurar a defesa expansiva e prestígio da língua portuguesa no mundo e regular, por mútuo acordo e modo estável o respectivo sistema ortográfico, resolveram por meio de seus Plenipotenciários assinar a presente Convenção.

Artigo Primeiro

As Altas Partes Contratantes prometem-se estreita colaboração em tudo quanto diga respeito a conservação, defesa e expansão da língua portuguesa comum aos dois países.

Artigo Segundo

As Altas Partes Contratantes obrigam-se a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa o que resulta do sistema fixado pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia das Ciências de Lisboa para organização do respectivo vocabulário por acordo entre as Duas Academias

Artigo III

De harmonia com o espírito desta Convenção, nenhuma providência legislativa ou regulamentar sobre matéria ortográfica deverá ser de futuro posta em vigor por qualquer dos dois Governos sem prévio acordo com outro depois de ouvidas as duas Academias.

Artigo IV

A Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa serão declaradas órgãos consultivos de seus Governos em matéria ortográfica competindo-lhes, expressamente estudar as questões que se suscitarem na execução desta Convenção e tudo mais de ortografia da língua portuguesa, que repute útil para manter a unidade ortográfica da língua portuguesa. A presente Convenção entrará em vigor independentemente de ratificação a 1 de janeiro de 1944.

Feita em duplicata em Lisboa aos 29 de dezembro de 1943 — L. S. — João Neves da Fontoura — L. S. — Antônio de Oliveira Salazar.

Rio de Janeiro 22 de julho de 1954 — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com a emenda.

O Sr. Flávio Guimarães pronuncia discurso que será publicado depois.

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão do Projeto.

Ninguém mais pedindo a palavra, declaro encerrada a discussão.

O Projeto com a emenda volta às Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Discussão única do Requerimento n.º 21, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando seja consignado em ata um voto de registro pelo lançamento ao mar, pelo Governo dos Estados Unidos da América, do primeiro submarino acionado a força atômica. Parecer, sob n.º 431, de 1954, manifestando o pensamento da Comissão de Relações Exteriores no sentido de que só com o fim de defender as instituições livres e a própria dignidade da pessoa humana, seja essa arma utilizada

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. (Pausa)

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, compreendo a nobre intenção do ilustre autor do requerimento relativamente ao voto de registro que pede ao Senado, por haver a América do Norte lançado ao mar um submarino acionado a força atômica.

S. Ex.ª mesmo acolhe essa iniciativa do grande país americano como um serviço prestado à civilização, a fim de que esse submarino, — que representa, incontestavelmente, a última palavra nesse setor da navegação e que já está muito além dos sonhos, já agora mediocres, de Julio Verne, — seja empregado "no sentido da preservação da paz no mundo e da derivacão, mais urgente possível, de parafusos pacíficos, de maior provito para a vida tranqüila e feliz de todos os povos". É como, leixadamente, reza o requerimento.

A Comissão de Relações Exteriores seguiu o mesmo propósito; adota o requerimento, fazendo suas as palavras do ilustre Senador Mozart Lago, repetindo os votos de que a força atômica, já agora embargada em submarinos, não seja aplicada senão a parafusos pacíficos.

Ao ler o requerimento e o parecer, lembrei-me de Santos Dumont, cujo impensável suicídio, de razões até aqui desconhecidas, foi considerado, por grande parte da nação brasileira, um protesto do pioneiro da navegação aérea, ante as penas que os seus olhos estavam apreciando, do seu grandioso invento empreado, dentro do próprio território nacional, para a guerra entre os irmãos.

Acetaria, na sua totalidade, o requerimento e o parecer, se eles fossem dirigidos ao Brasil; entretanto, dirigidos, como são, à América do Norte, poderá, amanhã, sonor-se tornarmos dúvida de que os Estados Unidos chegaram a essa conquista com outro objetivo que não o da paz entre as nações. Sendo assim, vejo-me constrangido a votar contra o requerimento, desejando, aliás, que o nobre senador Mozart Lago, reconhecendo estas ponderações, seja o primeiro a considerar que, realmente, não há como entender esta realização do progressomaterial da América do Norte senão nosentido de pacificação.

De modo que a bem dizer, não haveria razão para nos regozijarmos, pois é evidente que a finalidade seria exclusivamente essa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem!)

O SR. MOZART LAGO:

(Não foi revisto pelo orador) Sr. Presidente, atendo, prazerosamente, ao apelo que me fez o nobre colega Senador Aloysio de Carvalho. Mas, como costume ser muito sincero nos meus propósitos e atitudes, quero esclarecer S. Ex.ª e o Senado que era já meu pensamento requerer a retirada desse requerimento da ordem do

dia. Isto tão somente por um acaso feliz. Poucos dias depois de haver formulado meu requerimento, quando ainda se encontrava sem parecer na Comissão de Relações Exteriores, o grande Presidente da América do Norte, General Eisenhower fez ao mundo uma declaração que li desta tribuna e se acha publicada no "Diário do Congresso", Seção II, página 875, do dia 5 de maio deste ano.

Sr. Presidente, nessa proclamação maravilhosa diz o General Eisenhower ao mundo:

"Fronho que 'os governos principalmente envolvidos comecem agora e continuem a fazer contribuições conjuntas de seus estoques de urânio natural e materiais secundários para uma Agência Atômica Internacional. Confiemos em que tal agência seja criada sob a égide das Nações Unidas'".

Lembro-vos que 'seria possível a existência da Agência Atômica Internacional com a finalidade de reunir, armazenar e proteger as contribuições de material secundário e outros'".

E ainda que seriam mobilizados recursos para aplicar a energia atômica às necessidades da agricultura, da medicina e de outras atividades pacíficas. Uma finalidade especial seria a de fornecer energia elétrica abundante às áreas do mundo carentes de energia'".

Informo que "os Estados Unidos reafirmam perante vós — e, portanto, perante o mundo — sua disposição de ajudar a resolver o temível dilema atômico de dedicar seu entusiasmo e seu espírito à tarefa de encontrar o meio pelo qual a maravilhosa capacidade inventiva do homem não seja devotada à sua morte, mas consagrada à sua vida".

Os Srs. Francisco Gallotti e Aloysio de Carvalho. — Muito bem!

O SR. MOZART LAÇO — Vale dizer, Sr. Presidente: meu requerimento não tem mais propósito.

No momento oportuno enviarei à Mesa outro requerimento solicitando a sua retirada por desnecessário. — (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — V. Ex.^a poderá requerer verbalmente a retirada do requerimento na fase da discussão.

O SR. MOZART LAÇO — Então, Sr. Presidente, requeiro a sua retirada.

O SR. PRESIDENTE — O nobre Senador Mozart Lago, retira o requerimento.

Deferido pela Mesa.

Discussão única do Requerimento n.º 200, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, solicitando a inserção em ata de uma voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, dando-se ciência dessa manifestação do Senado Brasileiro ao Embaixador da França no Brasil. Parecer favorável sob n.º 452, de 1954, da Comissão de Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE: Em discussão. (Pausa).

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO: (Não foi revisto pelo orador) —

Senhor Presidente, novo apelo caberia, agora ao autor desse requerimento, nos mesmos termos feitos em relação ao anterior.

Tratava-se de proposta apresentada em momento oportuno, no sentido de um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, dando-se ciência dessa manifestação do Senado Brasileiro ao Embaixador da França em nosso país.

A queda dessa cidadela francesa na Indochina foi uma página de heroísmo humano, que terá talvez causado profunda surpresa a todos os países civilizados, tão descrentes de que ainda possa haver em nosso tempo gestos de renúncia, de sacrifício, de martírio como o daqueles indomáveis defensores desse reduto.

O Sr. Mozart Lago — Dentre os Srs. Senadores, perdoe-me V. Ex.^a que o apar-

tele para esclarecimento do meu nobre colega...

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Apenas V. Ex.^a vai antecipar-se a mim.

O Sr. Mozart Lago — Então, silêncio.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — É página tão grande de heroísmo, porque nem faltou, para dar tons quase de romantismo, a presença de uma mulher...

O Sr. Mozart Lago — Apoiado.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — ...cujo nome entrou definitivamente para a galeria das inesquecíveis heroínas universais, e cujo feito deve ser um motivo de orgulho para a humanidade, especialmente para o sexo feminino de que o nobre Senador Mozart Lago se faz tão galhardo defensor nesta Casa, muitas vezes sem inteira razão nas suas razões.

Hoje, a guerra na Indochina está terminada, e o voto de pesar, portanto, superado. Está terminada por circunstâncias que não vêm a pelo rememorar neste momento. Circunstâncias que poderiam ter levado a nobre nação francesa a uma retirada, a um recuo na defesa dos seus mais sagrados direitos, mas que, entretanto, a colocam, ainda uma vez, à frente dos países defensores, acima de todos, dos mais veneráveis interesses e propósitos de paz humana.

O episódio da pacificação da Indochina, apresenta, entretanto, aspectos interessantes que serão, naturalmente, focalizados pela história política nos dias de amanhã.

Como bom parlamentarista, que se preza das suas convicções, valho-me deste ensejo para salientar uma vitória, não das armas militares mas do sistema parlamentar francês.

Todo o mundo se impressionou, há alguns dias, da força de convicção, vamos dizer mesmo, da audácia com que esse político novo, Mendes-France, que recebia nas suas mãos a responsabilidade tremenda do governo da França, afirmava, para ter sua escolha sufragada no Parlamento francês, que realizaria, dentro de curto prazo, a paz na Indochina.

Essas audácia do Primeiro Ministro fez, realmente, o mundo duvidar de que ele pudesse realizar um episódio que seria para tantos corações franceses um alívio, mas constituiria, acima de tudo, um novo teste para a eficácia do sistema parlamentar.

E dos jornais a atenção com que toda a França acompanhou os dias dessa tarefa ingente, gloriosa desse chefe de gabinete.

Cartas, telegramas, críticas nos jornais, artigos favoráveis; cartas até traduzindo os sentimentos mais profundos e afetivos da alma humana, como a daquela noiva, que se escondendo no anonimato apelava para o Primeiro Ministro dizendo que nas suas mãos estava a realização do seu sonho de amor, porque o seu noivo era um dos combatentes na Indochina. Tudo isso, revelou a convergência de atenções para a figura desse homem que realizou, incontestavelmente, um grande trabalho político, não importando, no momento, indagar das consequências que daí advirão senão aquelas que trazem a tranquilização dos espíritos no mundo.

Realmente estamos agora sem a guerra na Indochina, que tantos sacrifícios de vida e de dinheiro custou à nobre nação francesa.

Assim, Sr. Presidente, manifestando-me relativamente a esse requerimento, que me parece superado, estou certo de que o seu nobre autor o retirará da discussão.

Não devemos, entretanto, chegar a essa conclusão, sem deixarmos registrado aqui o nosso aplauso e a nossa admiração pela França...

O Sr. Mozart Lago — Muito bem.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — ... não só aquela França que combateu valentemente na Indochina e foi obrigada, pelas circunstâncias militares, a entregar o seu reduto de

Dien Bien Phu, como aquela que coloca acima dos interesses imediatos ou ocasionais o ideal da paz, representado nesse ideal na pessoa do seu atual Primeiro Ministro. (Muito bem; muito bem! Palmas)

O SR. OTHON MADER: (Não foi revisto pelo orador) —

Senhor Presidente, acabo de ouvir o apelo que me foi dirigido pelo eminente Senador Aloysio de Carvalho, para que retire o requerimento em que pedida fosse consignado, na ata dos nossos trabalhos, um voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu.

Quando, há dois meses, formulei o voto de pesar, ela queda da fortaleza, ela representava o princípio do fim. Estávamos na iminência de assistir ao fim do domínio francês na Indochina, porque, contra ele, se opunham os vermelhos. Era, portanto, o início da vitória comunista. Apear de admitirmos e louvamos os heróicos defensores da fortaleza que valentemente obtinham o domínio comunista, previamos, Sr. Presidente, que com a queda de Dien Bien Phu, a França não mais existia. Infelizmente, a visão confirmou-se.

Assim, hoje, em vez de um voto de pesar, deveríamos consignar nossa profunda desolação pela queda de Dien Bien Phu, a queda da cidade de Hanoi, e das mais desenvolvidas das praças nas litorais e sacrifícios do governo francês.

Com o ato de cessação das hostilidades, assinado em Genebra, sobre a Indochina, o mundo viu, portanto, que não é só dela, mas de todo o mundo ocidental, porque o vitorioso, no caso, foi o comunismo, foram os vermelhos, que obrigaram a França a abandonar aquela posição estratégica, a fim de que seus movimentos, de hoje em diante, não sejam obstados.

O plano do governo francês, Mendes-France, não se pôde realizar, o acordo, depois de ter, como decidiram, ontem, passado por momentos cruciais, pois o armistício, nos termos acordados, não estava o próximo que se poderia conseguir no momento.

Esta a razão por que, Sr. Presidente, em vez de formularmos voto de pesar pela queda de Dien Bien Phu, deveríamos consignar a perda da França na Indochina, de onde essa consequente a situação militar insustentável em que se encontrava aquela pais diane dos vermelhos.

Superado o episódio em que se salientaram o heroísmo General de Castries, a enfermeira Geneviève, de Gallard Terraube que, sem dúvida, souberam elevar bem alto o nome da França, força é concluir que o sacrifício não foi em vão. Hoje, todo o Sul da Indochina lamenta a queda de sua fortaleza, porque acarretou a derrocada do todo o país.

Dizem os telegramas chegados hoje que neste momento se opera a evacuação de toda a zona antes ocupada pelos franceses. Cerca de 200 mil pessoas abandonam as cidades e vilas que caíram nas mãos dos comunistas.

Daí por que, Sr. Presidente, é bem mais triste ainda do que a queda de Dien Bien Phu esta vitória dos vermelhos sobre os exércitos franceses na Indochina.

Sr. Presidente, o fato, realmente, já está superado e não tenho dúvidas em atender ao apelo do nobre Senador pela Bahia retirando o requerimento de consignação em Ata, de um voto de pesar por acontecimento daquela natureza. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE: Deferido o requerimento do nobre Senador Othon Mader, de retirada do anterior.

SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES POR FALTA DE NÚMERO DAS SEQUENTES MATERIAS.

Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1952, que inclui a Associação dos

Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 230, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, sob n.º 235, de 1954, pela rejeição do projeto e da emenda.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas de rejeição do registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Aguiar e sua mulher Palmirinda Avelina Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente. Pareceres: da Comissão de Finanças, sob n.º 421, de 1954, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 429, de 1954, pela constitucionalidade do projeto; da mesma Comissão, sob n.º 431, de 1954, pela constitucionalidade do substitutivo.

Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 536, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 537, de 1954.

Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. Parecer n.º 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Requerimento n.º 388, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar em nome do Senado, o Sr. Ministro Tavares de Lima, por motivo de acidente que sofreu.

Requerimento n.º 390, do Sr. Senador Othon Mader, pedindo inclusão em letra A, do Regulamento Interno, do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos alunos praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20-1-51 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares), incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedido na sessão de 23-7-54, a requerimento do Senhor Senador Pinto Aleixo, tendo pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 553; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 554; da Comissão de Finanças, sob n.º 555.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara número 127, de 1954 (número 3.544, de 1953, na casa de origem), que abre o crédito especial de Cr\$ 800.000,00, para concessão de auxílio ao Congresso Mundial da Imprensa. Parecer favorável sob n.º 557, de 1954, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: Sobre a mesa uma emenda que vai ser lida.

E' lida e apoiada a seguinte EMENDA N.º 1

Art. 1.º — Onde se diz: "... Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros):

Diga-se: "... Cr\$ 2.500.000,00 — (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Justificação

Trata-se de certa de caráter mundial. Pela Comissão organizadora foram enviados convites às entidades jornalísticas dos principais países do universo. Essa inicia-

tiva fará concessão para o Brasil as atenções dos mais destacados homens de imprensa do estrangeiro. Será, assim, magnífico meio de propaganda do Brasil.

Aos Congressistas terá que ser assegurada hospedagem condigna.

Além disso, haverá que publicar os anais do Congresso.

São outras tantas causas de grandes despesas, para as quais é mister prever recursos.

Os Cr\$ 800.000,00 evidentemente não poderão chegar. Daí a iniciativa que ora tomamos, de restabelecer o quantum inicialmente previsto, dado que a previsão foi feita à base de despesas inevitáveis.

Sala das Sessões, em 23 de julho de 1954. — *Marcondes Filho.*

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum senhor senador pedir a palavra, considero-a encerrada. — (Pausa).

Está encerrada.

O projeto volta à Comissão de Finanças para opinar sobre a emenda.

SÃO ENCERRADAS AS DISCUSSÕES E ADIADAS AS VOTAÇÕES POR FALTA DE NÚMERO, DAS SEGUINTE MATÉRIAS:

Projeto de Lei da Câmara número 413, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel. Parecer favorável, sob número 546, da Comissão de Finanças.

Requerimento número 391, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis números 2.106, de 23 de novembro de 1953 e 2.154, de 30 de dezembro de 1953.

Requerimento n.º 395, de 1954, do Sr. Senador Francisco Gallotti, pedindo a nomeação de uma Comissão de três membros para representar o Senado, na reunião da Conferência Mundial de Energia a realizar-se em Petrópolis, de 25 de julho a 10 de agosto do ano em curso.

O Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República, eleito Senador ou Deputado (aprovado em primeira discussão em 16-6-1954, com parecer favorável, sob n.º 412, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa).

A votação fica adiada por falta de número.

Discussão única do Requerimento número 398, de 1954, do Senhor Senador Mozart Lago, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra "a", do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara número 113, de 1954, que torna extensivo o abono

de emergência aos servidores da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimento e Preços.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão.

(Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão.

Encerrada.

A votação fica adiada por falta de número.

Está esgotada a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

(Pausa).

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a próxima segunda-feira a seguinte

ORDEN DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 221, de 1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. Pareceres: I — Sobre o projeto, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 723, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 724, de 1953, favorável; da Comissão de Finanças, sob n.º 725, de 1953, contrário; II — Sobre a emenda, da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 154, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças, sob n.º 150, de 1954, pela rejeição.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1952, que reajusta as dívidas dos seringueiros financiadas pelo Banco de Crédito da Borracha, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1954, do Senhor Senador João Vilasboas, aprovado na sessão de 8-3-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (n.º 967, de 1952) e de Finanças (n.º 968, de 1952) e dependendo de pronunciamento desta última comissão sobre as emendas de Plenário).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.030, de 1953, na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Sr. Senador Cícero de Vasconcelos), tendo pareceres sfavoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 372, de 1954, do Sr. Djair Brindeiro aprovado na sessão de 20-7-54, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças).

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1952, que inclui a Associação dos Servidores Cíveis do Brasil e o Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre

as entidades consignatárias de que trata a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 230, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, sob n.º 325, de 1954, pela rejeição do projeto e da emenda.

Discussão única do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente. Pareceres: da Comissão de Finanças, n.º 421, de 1954, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça, n.º 420, de 1954, pela constitucionalidade do projeto; n.º 421, de 1954, pela constitucionalidade do substitutivo.

Primeira discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 536, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob n.º 537, de 1954.

Primeira discussão (com apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 132 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado n.º 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. Parecer n.º 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Discussão do Requerimento n.º 388, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. Ministro Tavares de Lira, por motivo de acidente que sofreu.

Discussão única do Requerimento n.º 390, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20-1-51 (Código de vencimentos e vantagens dos Militares), incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão de 23-7-54, a requerimento do Senhor Senador Pinto Aleixo, tendo pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 553, da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 554; da Comissão de Finanças, sob n.º 555.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel. Parecer favorável, sob n.º 546, de 1954, da Comissão de Finanças.

Discussão única do Requerimento n.º 391, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simch e outros Srs. Senadores, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no

corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis ns. 2.106, de 23-11-53, e 2.154, de 30-12-53.

Discussão única do Requerimento n.º 395, de 1954 do Sr. Senador Francisco Gallotti, pedindo a nomeação de uma Comissão de três membros para representar o Senado na reunião da Conferência Mundial da Energia, a realizar-se em Petrópolis, de 25 de julho a 10 de agosto do ano em curso.

Segunda discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado (aprovado em primeira discussão em 16-6-1954, com parecer favorável, sob n.º 412, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça).

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 398, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1954, que torna extensivo o abono de emergência aos servidores da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimento e Preços.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 278, de 1952, que modifica os artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão extraordinária de 23-7-54, a requerimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho tendo o parecer n.º 556, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e, quanto ao mérito, pela rejeição).

Encerra-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.

Trêcho da Ata da 83.ª Sessão, publicada no "D. C. N." de 16 de Julho de 1954 — 2.ª Seção. Página n.º 1.688, 2.ª coluna que se repubblica por ter saído com incorreções:

Requerimento n.º 371, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no artigo 155 § 3.º, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 108, de 1954, que regula a estabilidade do pessoal estranumerário da União e das autarquias. Sala das Sessões, em 15 de julho de 1954. — *Alfredo Simch. — Camilo Mercio — Elário Guimarães — Alencastro Guimarães — Ezequias da Rocha — Djair Brindeiro — Roberto Glasser — Waldemar Pedrosa.*

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia. Sobre a mesa outro requerimento, que val ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 372, de 1954

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em combinação com o art. 126, letra c, do Regimento Interno, requero inclusão em Ordem do Dia do Projeto da Lei da Câmara n.º 3, de 1954, cujo prazo, na Comissão de Finanças, já se acha esgotado.

Sala das Sessões, 15 de julho de 1954. — *Djair Brindeiro*

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0,10



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX N.º 126

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 27 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, connexerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta, a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, connexerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal), que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 8 de julho de 1954.

João Café Filho
Presidente

6.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 27 de Julho de 1954, às 14,30 horas.

no Palácio Tiradentes.

ORDEN DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado, que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de Dezembro de 1953, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios; tendo Parecer, sob n.º 7, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente
Landulpho Alves — Vice-Presidente
Sá Tinoco, (**)
Júlio Leite
Costa Pereira
Flínio Pompeu
Euclides Vieira, (****)
(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente
2 — Clelio de Vasconcelos — Vice-Presidente
3 — Area Leão
4 — Hamilton Nogueira
5 — Leovindo Coelho
6 — Bernardes Filho
7 — Euclides Vieira
Secretário — João Alfredo Raras
Auxiliar — Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti
Reuniões — As quintas-feiras às 14 horas

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente
2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente
3 — Alberto Pasqualini
4 — Alvaro Adolfo
5 — Apolinário Sales
6 — Carlos Lindenberg
7 — Cesar Vergueiro
8 — Domingos Velasco
9 — Durval Cruz
10 — Euclides Vieira
11 — Ferreira de Souza
12 — Mathias Olympio
13 — Pinto Aleixo.

14 — Flínio Pompeu
15 — Veloso Borges
16 — Vitorino Freire
17 — Walter Franco
(*) Substituído pelo Sen. Espiridiano de Farias
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena
(***) Substituído pelo Sen. Martiano Fernandes
(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos
(*****) Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães
(***** Substituído pelo Senador Thomaz Rodrigues
(***** Substituído pelo Senador Antônio Bayma.
(***** Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Erasmo Vianna
Diretor de Orçamento
Reuniões as quintas e sextas-feiras às 15 horas.

Constituição e Justiça

João Chidasso — Presidente
Araújo de Carvalho — Vice-Presidente
Amário Joubert
Arturo Vivacqua
Camilo Mota

Ferreira de Souza.
Flavio Guimarães
Gomes de Oliveira
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco.
Olavo Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira
4 — Rui Carneiro
5 — Ottoni Alade
6 — Reginildo Cavalcanti
7 — Clelio de Vasconcelos
Secretário — Pedro de Carvalho
Auxiliar — Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti
Reuniões as segundas-feiras às 16,30 horas

Relações Exteriores

- 1 - Georjino Avelino - *Presidente*
 - 2 - Hamilton Nogueira - *Vice-Presidente*
 - 3 - Novais Filho
 - 4 - Bernardes Filho
 - 5 - Diar Brindeiro
 - 6 - Matheus Olympio
 - 7 - Assis Chateaubriand (*)
 - 8 - João Villasecas
- (*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.

Secretário - J. B. Castellan Branco
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*
- 2 - Waldemar Pedrosa - *Vice-Presidente*

- 3 - Aloysio de Carvalho
- 4 - Carvalho Guimarães

- 5 - Costa Pereira
- 6 - Secretário - Cecília de Rezende Martins

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.
Reuniões às quartas-feiras, às 11 horas.

Saúde Pública

- Levíco Coelho - *Presidente*.
Alfredo Simon - *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Durval Cruz.
Secretário - J. A. Ravasco de Barros Lago.
Reuniões às quintas-feiras, às 11 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*
- 2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*
- 3 - Nestor Massena
- 4 - Vivaldo Lima
- 5 - Diar Brindeiro
- 6 - Mozart Lago
- 7 - Julio Leite

Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos.
Reuniões às quartas-feiras às 11 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclides Vieira - *Presidente*.
Otonir Gomes - *Vice-Presidente*.
Alencastro Guimarães.
Antonio Mader.
Antonio Bayma.
Secretário - Francisco Soares.
Arruda.
Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*
 - 2 - Otonir Gomes - *Vice-Presidente*
 - 3 - Maranhães Barata
 - 4 - Ismar de Góis
 - 5 - Silvio Curvo
 - 6 - Walter Franco
 - 7 - Roberto Glasser
- Secretário - Ary Kerner Velga de Castro.
Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mello.
Carlos Lindenberg.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão Cr\$ 0,50.

Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domínio Vasconcelos.
João Villasecas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco - *Presidente*.
Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*.
Othon Mader.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário - Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti - *Presidente*.
Mozart Lago - *Vice-Presidente*.
Julio Leite.
Lanquinhim Alves.
Mário Motta.
Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasecas - *Presidente*.
Arturo Vivacqua - *Vice-Presidente*.
Dario Cardoso - *Relator*.
Secretário - José da Silva Lins.
Auxiliar - Carmen Lucia de Holanda Cavalcanti.
Reuniões às sextas-feiras, às 11 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Civis à Mulher Brasileira

Mozart Lago - *Presidente*.
Alyson Adolpho - *Vice-Presidente*.
João Villasecas.

Gomes de Oliveira.
Arturo Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góis - *Presidente*
 - 2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*
 - 3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Relator*
 - 4 - Vivaldo Lima
 - 5 - Novais Filho
- Secretário - J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*
 - 2 - Ivo d'Aquino
 - 3 - Ferreira de Souza - *Relator*
 - 4 - Arturo Vivacqua
 - 5 - Victorino Freire
- Secretário - João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*
- 2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*
- 3 - Anísio Jobim
- 4 - Arturo Vivacqua
- 5 - Camilo Mercio
- 6 - Ferreira de Souza
- 7 - Flavio Guimarães
- 8 - Gomes de Oliveira
- 9 - Joaquim Pires
- 10 - Olavo Oliveira
- 11 - Waldemar Pedrosa
- 12 - Mozart Lago

- 13 - Hamilton Nogueira
- 14 - Guilherme Malaquias
- 15 - Nestor Massena
- 16 - Francisco Porto.

Secretário - Glória Fernandina Quintela.

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luiz Tinoco - *Presidente*
- 2 - Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente* e *Relator*
- 3 - Kerginaldo Cavalcanti
- 4 - Othon Mader
- 5 - Rui Carneiro

Secretário - Italina Cruz Alves.

Atas das Comissões

Comissão de Finanças

12.ª REUNIAO, EM 16 DE JULHO DE 1954

As 17 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Ivo d'Aquino, presentes os Srs. Plínio Pokapeu, Ferreira de Souza, Nestor Massena, Costa Paranhos, Esperidião de Farias, Joaquim Pires, Alencastro Guimarães e Carlos Lindenberg, reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer com causa justificada os senhores Cesar Vergueiro, Martiniano Fernandes, Euclides Vieira, Pinto Aleixo, Veloso Borges, Durval Cruz, Alberto Pasqualini e Antônio Bayma. É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Distribuição:

— ao Sr. Alencastro Guimarães, o Projeto de Lei da Câmara n.º 147, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 205.660,80 para pagamento de gratificação adicional a servidores do mesmo Ministério;

— ao Sr. Carlos Lindenberg, o Projeto de Lei da Câmara n.º 131, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Guerra, o crédito especial até a importância de Cr\$ 150.000.000,00 para pagamento de pensões aos veteranos, às viúvas e aos herdeiros dos ex-combatentes da campanha do Uruguai e da guerra do Paraguai;

— ao Sr. Costa Paranhos, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 129, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Prefeitura do Município de Teresina, Estado do Piauí;

— ao Sr. Durval Cruz, o Projeto de Lei da Câmara n.º 150, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.434.206.434,61, para regularizar as despesas com o pagamento do abono de emergência;

— ao Sr. Euclides Vieira, o Projeto de Lei da Câmara n.º 133, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00, para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia;

— ao Sr. Ferreira de Souza, o Projeto de Lei da Câmara n.º 124, de 1954, que retifica a Lei n.º 2.135, de 14 de dezembro de 1953, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1954;

— ao Sr. Joaquim Pires, o Projeto de Lei da Câmara n.º 230, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, como auxílio às despesas de organização e realização do Conselho Geral da Igreja Metodista do Brasil, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

— ao Sr. Nestor Massena, o Projeto de Lei da Câmara n.º 145, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a aquisição de um navio para servir na navegação lacustre no Rio Grande do Sul; o Projeto de Lei da Câmara n.º 146, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00, para pagamento de despesas decorrentes da participação do Brasil em Feiras Internacionais.

São ainda redistribuídos pelo senhor Presidente ao Sr. Carlos Lindenberg, o Projeto de Decreto Legislativo número 69, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, em Petrópolis e Carlos Potier Monteiro;

— ao Sr. Durval Cruz, o Projeto de Lei do Senado n.º 3, de 1953, que altera a Lei n.º 1.128, de 10 de novembro de 1952;

— ao Sr. Espiridônio de Farias, o Projeto de Lei da Câmara n.º 39, de 1952, que institui normas especiais para aplicação de créditos orçamentários e adicionais para promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica; o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1952, que dispõe sobre a acumulação de cargos públicos;

— ao Sr. Euclides Vieira, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 50, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a firma Construtora e Conservadora Americana Ltda.; o Projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 para atender às despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Arícola;

— ao Sr. Martiniano Fernandes, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Telêmaco Coriolano Pompei; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 94, de 1953, que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório, ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Marcelo Miranda; o Projeto de Decreto Legislativo n.º 110, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco Moreno da Silva e sua mulher Maria do Carmo Oliveira; o Projeto de Lei da Câmara n.º 87, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 destinado a subvencionar o VI Congresso Brasileiro de Veterinária; o Projeto de Lei da Câmara número 89, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 24.000,00 para atender ao pagamento das diferenças de gratificação de magistério ao professor catadático Luiz Carvalho Araújo.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Plínio Pompei que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel. A Comissão, unanimemente, aprova o parecer.

Dado o adiantado da hora, o senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor de Organismo, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Redação

26.ª REUNIAO, EM 23 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

Às vinte e uma horas e dez minutos do dia vinte e três de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício, presentes os Srs. Senadores Aloysio de Carvalho e Costa Pereira, reúne-se a Comissão de Redação.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Joaquim Pires.

É lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer do Sr. Aloysio de Carvalho, apresentando a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, e dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e recriadores de gado bovino.

Às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

92.ª SESSÃO EM 28 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Vivaldo Lima.
- 2.º Sen. Onofre Gomes.
- 3.º Sen. Ezequias da Rocha.

ATA DA 91.ª SESSÃO EM 26 DE JULHO DE 1954

PRESIDENCIA DOS SRS. CAFÉ FILHO E ALFREDO NEVES.

As 14,30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa.
Anísio Jobim.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Joaquim Pires.
Onofre Gomes.
Tomaz Rodrigues.
Djalir Brindley.
Ezequias da Rocha.
Espiridônio de Farias.
Júlio Leite.
Aloysio de Carvalho.
Luiz Tinoco.
Alfredo Neves.
Alercastro Guimarães.
Hamilton Nogueira.
Mozart Lago.
Nestor Massena.
Costa Paranhos.
Dario Cardoso.
Costa Pereira.
Rocha Dias.
Olthon Mäder.
Plávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Ivo d'Aquino.
Francisco Gallotti.
Alfredo Simch.
Camilo Mercio — (29).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 29 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(servindo de 1.º) lê o seguinte.

Expediente

Mensagens:

De ns. 121 e 122-54, devolvendo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara n.º 22-54, que concede a inclusão da Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimento subvencionado pelo Governo Federal; e acusando o recebimento dos autógrafos dos Decretos Legislativos ns. 20 a 29-54, respectivamente.

Ofícios:

Cinco, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.174, 1.161, 1.164, 1.173 e 1.175, devolvendo autógrafos dos seguintes.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 31, de 1954

(4.399-A-54, na Câmara).

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado, em 24 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de São Boiero, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1954

(4.336-A-54, na Comissão).

Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Antônio da Costa Ciebra e sua mulher Maria Adriana Moreira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o contrato de cooperação celebrado, em 28 de março de 1947, entre o Governo Federal e Antônio da Costa Ciebra e sua mulher Maria Adriana Moreira, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada Panha, situada no município de Igatu, Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 1954

(4.324-A-54, na Câmara).

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro do termo de renovação do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É mantido o ato do Tribunal de Contas, que recusou registro ao termo de renovação do contrato celebrado, em 8 de março de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Moritz Machabanski, para desempenhar a função de mecânico especializado, na oficina mecânica do Jardim Botânico do mesmo Ministério.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 34, de 1954

(4.352-A-54, na Câmara).

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Limitada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado, em 16 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Limitada, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Aracoiaba, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara n.º 165, de 1954

(3.939-B-53, NA CAMARA)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00, para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 70.892,00 (setenta mil, oitocentos e noventa e dois cruzeiros), para pagamento de indenização devida aos proprietários da Fazenda Retiro, situada no 5.º Distrito do Município de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, pelo Departamento de Obras e Saneamento, em consequência da abertura do canal Santana, no Distrito de Sepetiba, no trecho entre as estacas 915 e 954, correspondente a uma área de 51.792 metros quadrados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Telegramas:

Da família do Dr. Alfredo de Moraes, agradecendo as manifestações de pesar do Senado e dos Srs. Senadores Dario Cardoso e Costa Paranhos, por ocasião do falecimento daqueles ex-parlamentares.

Do Prefeito do Presidente da Câmara Municipal, do Juiz de Direito e de outras personalidades emblemas do município de Três Corações Minas Gerais, protestando contra o fato de não terem sido ouvidos os poderes municipais sobre a mudança da denominação do aeroporto local, objetivada pelo Projeto de Lei do Senado n.º 45, de 1954.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima. — Antônio Bayma. — Ruy Carneiro. — Assis Chateaubriand. — Nogueira Filho. — Durval Cur. — Pinto Aleixo.

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES

Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Arya Leão. — Mathias Olympio. — Olyrio Oliveira. — Remondino Cavalcanti. — Georgino Avelino. — Ferreira de Sousa. — Francisco Porto. — Martiniano Fernandes. — Clezio de Vasconcelos. — Walter Franco. — Landulpho Alves.

— Carlos Lindemberg. — Atílio Viçosa. — Sa Tinoco. — Pereira Pinto. — Bernardes Filho. — Levis do Cocho. — César Vergueiro. — Marcondes Filho. — Euclides Vieira. — Sílio Curvo. — Vespasiano Martins. — Gomes de Oliveira. — Alberto Pasqualini.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa um Projeto de Resolução, de autoria do nobre Senador Nestor Massena (Pausa).
E' lido o seguinte.

Projeto de Resolução n.º 42, de 1954

Provê a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia.

O Senado Federal resolve:
Artigo único. Ao artigo 41 do Regimento Interno do Senado acrescentar-se-á este parágrafo:
§ 4.º Quando não forem de iniciativa própria, nos termos dos artigos 205, § 2.º, da Constituição, e 1.º e 2.º da Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949, as medidas, sugestões e conselhos do Conselho Nacional de Economia sobre a política econômica do país, a solicitação de informações que lhe forem feitas nesse sentido, por intermédio da Mesa, sobrestará o prazo deste artigo.

Justificação

Como já assinala, na sessão do Senado de 20 de julho deste ano, o Conselho Nacional de Economia, cuja organização já está regulada em lei — Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949 — é órgão colaborador do Poder Legislativo. A sua criação, na atual Constituição da República, teve por fonte, imediata e exclusiva, a Constituição de 1937, na qual se deparavam a respeito estas disposições:
"Art. 38. O Poder Legislativo é exercido pelo Parlamento Nacional de Economia..."

"Art. 65. Todos os projetos de lei que interessarem à economia nacional, em qualquer de seus ramos, antes de sujeitos à deliberação do Parlamento, serão remetidos a consulta do Conselho Nacional de Economia".

Pelo parágrafo único desse artigo 65, os projetos de iniciativa do Governo só teriam tramitação depois do parecer do Conselho Nacional de Economia e o Governo só os poderia retirar, ou emendar, ouvindo novamente o Conselho Nacional de Economia, se as modificações importassem alteração substancial dos mesmos.

O art. 60, *in fine*, da Constituição de 1937 aludia aos "projetos de sua iniciativa" e o art. 63 referia-se aos "poderes de legislação" do Conselho de Economia.

A atual Constituição da República sintetizou as atribuições do Conselho Nacional de Economia, nos termos do § 2.º do artigo 205, na competência para "sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias à vida econômica do país".

A lei 970, de 16 de dezembro de 1949, que regulou a competência atual do Conselho Nacional de Economia, inicia-se com estes artigos:

"Art. 1.º O Conselho Nacional de Economia, instituído pelo artigo 205, da Constituição Federal, com sede na Capital da República, é órgão de iniciativa, sugestões e conselhos.

Art. 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica dos países e, por iniciativa própria ou por solicitação dos poderes públicos, opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa, e sugerir as medidas que julgar necessárias".

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados já prevê sobre o assunto, com esta disposição:

"Art. 88. Os pedidos de audiência do Conselho Nacional de Economia, para que opine sobre matéria relacionada com as diretrizes da política econômica nacional, interna ou externa (Lei n.º 970, de 16 de dezembro de 1949), serão feitos em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara".

Como se vê, a lei reconhece a competência do Conselho Nacional de Economia para a iniciativa própria de sugerir ao Poder Legislativo as medidas que julgar necessárias no terreno da política econômica nacional. E, também, prevê a solicitação, por parte do Poder Legislativo, de parecer desse Conselho sobre matérias que lhe cumpre considerar de iniciativa própria.

Este projeto de resolução prevê, pois, a solicitação pelo Senado, ao Conselho Nacional de Economia, de parecer ou de informações, suprimindo assim omissão.

Sala das Sessões, em 26 de julho de 1954. — Nestor Massena.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto que acaba de ser lido, depois da publicação em avulsos, ficará sobre a mesa, a fim de receber emendas, pelo prazo de três sessões. (Pausa).

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães, primeiro orador inscrito. (Pausa).

Não se achando presente Sr. Exce.ª, dou a palavra ao nobre Senador Hamilton Nogueira, segundo orador inscrito.

Não se achando presente o nobre Senador Hamilton Nogueira, concedo a palavra ao nobre Senador Othon Mäder, terceiro orador inscrito.

O SR. OTHON MÄDER:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, em sucessivos discursos que tenho pronunciado nesta tribuna, aplaudi, sem reservas, o ato do Sr. Ministro da Fazenda propondo a extinção da República, numa exposição de motivos que foi pelo Chefe do Executivo aprovada. Entretanto, logo depois dessa aprovação, o presidente da COFAP, Coronel Hélio Braga, que então se encontrava fora do país, regressou apressadamente ao Rio de Janeiro. Aqui chegando, declarou que aquele órgão não ia ser extinto e, ainda mais, que a COFAP era um mal necessário.

Desde essa data, observamos certo silêncio em torno das medidas a serem tomadas pelo Sr. Ministro da Fazenda no sentido de extinguir a COFAP, mesmo em etapas sucessivas e paulatinas.

Foi por esse motivo que na sexta-feira, quando ocupei a tribuna, manifestei minha descrença. Eu percebia que as coisas se iam acomodando. Talvez o Sr. Ministro Osvaldo Aranha, apesar da coragem e decisão com que sempre toma providências de tal ordem, não pudesse vencer as contingências do momento e cedesse às imposições. Felizmente, porém, Sr. Exce.ª não tardou em responder ao meu discurso, e em declarações à imprensa no sábado, informou, entre outras coisas, o seguinte, conforme publicamos no "O Globo" de 23 do corrente:

Ontem, no Senado, o Sr. Othon Mäder pronunciou um discurso, no decorrer do qual acusou o Ministro da Fazenda de não ter cumprido a promessa que fizera de extinguir a COFAP. "Tudo indica que esse organismo estatal, nocivo além de inútil, continue existindo", frisou aquele senador.

A propósito, ouvimos, na manhã de hoje, o Ministro Osvaldo Aranha, que assim nos falou:

"O Governo não desistiu, em absoluto, de seu propósito de extinguir a COFAP. Está sendo cumprido o despacho do presidente da República sobre o assunto. O que não é possível é extinguir-se um órgão público, complexo como a COFAP, de um dia para o outro. Os estudos a respeito estão sendo processados, aliás, sob a orientação do próprio presidente daquela órgão, o Coronel Hélio Braga, que colabora no sentido de que tudo se faça feito da melhor maneira possível. Há providências, como por exemplo a que diz respeito à localização do pessoal, que demandam cuidadoso exame e, portanto, tempo. Tudo está sendo feito sem precipitações.

Sr. Presidente, a declaração do Senhor Ministro da Fazenda é auspiciosa e com ela me regosijo, como, aliás, o país todo deve regosijar-se, porque estamos vendo que iniciamos um movimento no sentido de extinguir o mais necessário de todos os órgãos controladores, instalados pelo governo, e que redundaram no absoluto fracasso que estamos contemplando.

No dia em que o Estado entendeu de intervir mais direta e energeticamente na produção nacional, começou a alta vertiginosa dos preços e a escassez de quase todos os produtos. Vê-se, Sr. Presidente, que temos razão para nos congratular com o Ministro da Fazenda e com a Nação.

Pelas declarações peremptórias e positivas prestadas à reportagem de "O Globo" verifica-se estar Sr. Exce.ª realmente levando avante seus planos, paulatinamente e sem precipitações. Nem outra coisa seria de desejar. Não pode o ilustre Ministro extinguir a COFAP, por exemplo, da noite para o dia.

Sei bem que não somente esse, como outros órgãos, uma vez em atividade, é quase impossível sua extinção, de um momento para outro, pelas raízes que criaram. Por isso, sempre propus nesta Casa no sentido de ser feito detido e acurado estudo da situação, antes de serem criados quaisquer órgãos, comissões ou institutos. Porque, depois de estarem em funcionamento, é difícil pô-los um parêntese. Tomemos para exemplo a Petrobrás, cujo fracasso é inevitável, não há qualquer dúvida. Sabemos que esse órgão não conseguirá desempenhar o relevante papel que lhe foi confiado, pois que, com o monopólio de todas as atividades relativas à exploração e ao refino do petróleo, não poderá realizar nenhuma de suas atribuições. Continuaremos na mesma situação e passaremos mais alguns anos, talvez um decênio, sem produzir petróleo nacional.

Não obstante, Sr. Presidente, uma vez criado um órgão como a Petrobrás, será difícil eliminá-lo. Por isso, compreendo perfeitamente não posso o Sr. Osvaldo Aranha extinguir a COFAP de momento para outro. Em todo caso, verifica-se que a orientação do Sr. Exce.ª se encaminha no sentido de se desaparecer esse órgão a fim de que sejam afrouxados os controles sobre a produção. Estou certo que logo isso acontecerá, iremos produzir com mais liberdade e fartura. Os produtos não de aparecer no mercado, fazendo com que dentro em pouco os preços se estabilizem.

Peco, entretanto, ao Sr. Osvaldo Aranha que, ao tomar tal resolução o faça em caráter definitivo e não experimentalmente, porque se a COFAP for extinta provisoriamente, de nada valerá a medida, uma vez que é preciso tenha a iniciativa privada a segurança de que ela não mais voltará a funcionar. Somente assim os particulares se animarão a fazer investimentos e a dedicar-se de corpo e alma à produção, ao transporte e à distribuição de gêneros. Desde, porém, que a situação seja provisória, a título experimental, o comércio previdente jamais constituirá armazéns, silos, frigoríficos nem melhorará os meios de

transporte, à sua própria custa, pois de um momento para outro a COFAP voltará a funcionar e novamente estará o comércio entravado nos seus movimentos.

Assim, pediria ao Sr. Ministro da Fazenda que, quando decidisse extinguir a COFAP, o fizesse de uma vez, pois, tendo-se a segurança de que esse órgão nunca mais perturbaria a economia nacional, não só os produtores como os transportadores e distribuidores de gêneros se lançariam com afinco aos seus afazeres, entrando o problema da escassez de gêneros e dos preços elevados no caminho de solução certa.

Quando, nesta Casa, aplaudi a atitude do Sr. Ministro da Fazenda acabando com a COFAP, fiz restrições a uma outra afirmação de Sua Exce.ª, qual a de que a política de preços e abastecimento poderia ser entregue a outro órgão estatal — o SAPS. E opus minhas restrições, Senhor Presidente, porque, conhecendo bem o funcionamento dessa instituição, pela experiência de 14 anos de funcionamento, tinha motivos para afirmar que não será com o SAPS que resolveremos tão magno problema.

Propôs-me, então, a demonstrar — no o vinha fazendo — que o SAPS não dispõe de organização apropriada, nem mesmo possibilidade para desempenhar, a contento, tão relevante papel. Mais ainda, não tem idoneidade para função tão elevada e importante como a da distribuição e equilíbrio dos preços nos mercados consumidores.

E para demonstrar o fato, formulei requerimento de informações ao SAPS. Valem-me-el, também, para tanto, as informações prestadas por funcionários daquela autarquia quando me dirigiram memorial no qual faziam a defesa do funcionalismo do SAPS, do conceito técnico-científico dos profissionais que trabalham naquela instituição, embora nenhuma referência ou menção de defesa houvesse em relação à administração do SAPS.

Sr. Presidente, a prova de que este organismo não pode, de forma alguma, desempenhar o papel relevante que o Sr. Ministro da Fazenda lhe quer confiar, lei facia dentro das próximas sessões. Devo ressaltar, porém, que esta campanha contra o SAPS, não partiu de mim. Há dois anos que na imprensa se levanta uma onda de protesto contra a administração do SAPS, baseada em documentos, muitos dos quais tenho em mãos.

Hoje mesmo, recebi jornal de larga circulação nesta Capital, "O Popular", que, na primeira página, se refere aos acórdãos do SAPS. Numa folha interna esse órgão publica fotocópia de documento que possui o redator e sobre o qual está fazendo a série e artigos.

Sr. Presidente, são de fato documentos irrefutáveis, que demonstram perfeitamente que as coisas pelo SAPS não vão muito bem.

Sr. Presidente, além de "O Popular", outro jornal do Rio de Janeiro, "O Combate", também traz uma série de esclarecimentos e informações a respeito do SAPS.

Não estou, absolutamente, encampanando a campanha destes jornais; tanto assim que vou apontar os defeitos daquela organização sob outro prisma. Estou certo, porém, de que não poderei deixar de levar em consideração as denúncias trazidas. Vou examiná-las juntamente à luz dos documentos que possuem o Centro de Estudos, e voltarei à tribuna.

Sr. Presidente, hoje deixarei apenas copiativo-me com o Sr. Ministro da Fazenda pela sua declaração de que a COFAP está, de fato, sendo extinta. Muito bem; muito bem!

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Ezequias da Rocha, quarto orador inscrito.

O SR. EZEQUIAS DA ROCHA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, traze-me à tribuna do Senado as ocorrências que se vêm verificando na Ásia Meridional, as quais, por sua gravidade, constituem motivo de inquietação para o mundo inteiro.

Inicialmente, quero ler um artigo, sensato e oportuno, estampado no "Diário Carioca", da lavra do jornalista Danton Jobim, sob o título — "Portugal não está só", artigo que merece lido de todos os meus nobres colegas:

"Parece que o Governo na Índia quer aproveitar o clima de derrotismo anti-europeu criado com a Munição da Índia-China a fim de apoderar-se dos territórios portugueses na costa da Malabar.

Se o fizer, terá cometido um crime. Crime contra o direito de auto-determinação dos povos, em nome do qual a própria Índia acaba de se fazer soberana.

Porque os habitantes da Goa, como das outras possessões na península portuguesa e querem continuar sô-lo.

Porque a gente que povoa essas possessões não é puramente indiana, mas de uma nova raça, mestiça de lusos e hindus.

Porque há quatro séculos que os portugueses aportaram à costa malabar e lá plantaram um padrão de cultura que honra seu genio colonizador.

Pode o Pandista Nehru falar em nome de direitos históricos. Argumentos desse gênero não convencem quando se sabe que o que hoje se chama a nação indiana não existe na época em que Afonso de Albuquerque desembarcou em Goa.

Nem se diga que está impedido de manifestar-se pela pressão das autoridades ocupantes. No Estado da Índia não há complicações contra o governo. As conspirações vêm de fora, são preparadas, de Bombaim, pela famigerada "Frente Unida de Goa", cujos voluntários invadiram agora a aldeia de Dadra.

Todos os brasileiros ilustres que visitaram Goa e a vizinha Província de Bombaim concordam em deplorar que do lado português da fronteira está um povo próspero e satisfeito com o "status" político que lhe foi conferido.

Se o Estado da Índia fosse teatro de agitações nativistas, como o foi até há pouco a União Indiana; se a população local desse mostras de querer emancipar-se de Portugal; se ao menos uma elite numericamente forte clamasse, ali, pela anexação ou pela independência, então estaríamos prontos a reconhecer aos territórios lusos na Índia o direito de dispor de seu destino.

Mas admitir que uma potência estrangeira reivindique a soberania sobre terras encravadas em seu seio, que há vários séculos pertencem a outra nação, mesmo que a totalidade dos habitantes dessas terras rejeite aquela soberania, eis um absurdo que a consciência jurídica da América repele como uma atitude odiosa e anti-democrática.

Além do mais, como frisamos mais de uma vez, não se trata de colônias portuguesas propriamente ditas. O Estado da Índia, e, politicamente, província portuguesa, parte integrante do território metropolitano. Há muito que mandam representantes ao Legislativo de Lisboa, sua população vivendo e prosperando sob as mesmas

garantias que assistem aos portugueses da Europa.

Por tudo isso, a atitude firme do Governo Português protestando contra a violência que se está cometendo contra Dadra é um apelo ao espírito da justiça do mundo livre.

A opinião pública brasileira, que viu com simpatia o movimento emancipador da Índia, não pode aprovar o começo de execução de um frio atentado contra a soberania portuguesa, como o que se está perpetrando na Índia.

Jamais compreenderíamos que as populações lusas do Oriente fossem levadas a uma união pela força com a Federação Indiana, através de um cínico simulacro de expedição libertadora.

Neste momento, todos os brasileiros se voltam com simpatia para seus irmãos de além-mar, secundando a ação do Governo de Lisboa na defesa de seus direitos.

Chegou a hora que o Itamarati pode e deve manifestar-se para demonstrar ao Governo de Nova Delhi que Portugal não se acha só, no protesto que levantou contra esse erro grosseiro assalto à sua soberania. — Danton Jobim"

Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Sr. Danton Jobim, e com ele repito eu e repetem os brasileiros: Portugal não está só. Por sinal que já falou o Itamarati. Através dele falou a consciência da Nação.

O Sr. Embaixador de Portugal, esteve, sexta-feira última, na Casa de Rio Branco, aonde foi comunicado oficialmente ao Governo Brasileiro a situação criada pelos recentes acontecimentos ocorridos na Índia Portuguesa. Na ausência do Ministro Vicente Ráo, foi recebido pelo Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores, o Sr. Vasco Leitão da Cunha, que, além de lhe expressar os sentimentos de solidariedade do Brasil para com Portugal, manifestou-lhe ainda o empenho do nosso governo de ver resolvida a pendência por meios pacíficos.

Sr. Presidente, mal cessam as hostilidades na Indochina, provocadas pelo imperialismo vermelho, desmancham-se, forçadas pelas circunstâncias, as armas lusitanas, para enfrentar a perniciosa agressão contra a soberania portuguesa. Não obstante a heróica resistência, a aldeia de Dadra foi ocupada pelos agressores, havendo mortos e feridos de parte a parte. Mas, Sr. Presidente, seria de monta o conflito, se — como refere a os telegramas — circunstâncias da maior gravidade não viessem sombrar à perspectiva: forças indianas são convites com a usurpação, cujo próximo objetivo é Goa. E não é só. Despar os de Nova Delhi anunciaram que, na reunião realizada em Ajmer, presidida pelo Sr. Nehru, "o comitê executivo do Partido do Congresso aprovou uma resolução sobre os estabelecimentos estrangeiros, salientando a incorporação desses estabelecimentos na Índia é parte essencial do movimento de libertação nacional".

Se tal é verdade, toda a responsabilidade dos acontecimentos recaí sobre o Governo Indiano, sob cuja convicção — senão cumplicidade — estão agindo os perturbadores da ordem na Índia Portuguesa. Por onde se vê que o rastilho da guerra recomeçou e arder, apenas se apagou na Indochina, com a vitória dos vermelhos. Não esfriaram de todo os destroços de Dien Bien Phu e já nova epopéia se antevê na Costa da Malabar. E o demônio da discórdia que continua a conturbar a vida dos povos, agora — o que até custa crer — através de um Estado que surte na história sob o signo da não violência e do pacifismo.

Permita Deus que não se acenda de novo a guerra no sul da Ásia. Tudo leva a acreditar, porém, que ela já recomeçou, se são verdadeiras todas essas notícias. Dizem os despachos

telegráficos, como vimos, que, além da incursão a Dadra, já em poder dos invasores, o que provocou a mais viva reação da parte do Governo português, prepara-se agora um ataque contra Goa, que é há quatro séculos e quer ser sempre um pedaço da pátria portuguesa. Nessa expectativa, o Governo de Lisboa já declarou que "o plano da tentativa será caro para os que a ela se abalancarem". Esta a situação provocada pelos nacionalistas indianos, com a cumplicidade ou complacência do governo, ao que se diz.

O direito de auto-determinação dos povos, de que se tornou paladino, na qual península, o Partido do Congresso, é agora conculcado por esse mesmo Partido. Está em marcha o chauvinismo indiano. E de que modo, Sr. Presidente! As notícias informam que um bando terrorista atacou, rapidamente, traiçoeiramente, a povoação de Dadra, onde um tróço de policiais defendeu com heroísmo a honra de sua pátria. Traição e sangue na Índia Portuguesa, obra de invasores indianos! Terá sido para isso que viveu e morreu esse apóstolo do bem e da paz, que se chamou Gandhi? Terá sido para a consumação de crime como esses, que iluminou durante mais de meio século, a história política da Índia, o exemplo, a palavra oracular do profeta hindu? Não estará, nessa traição e nesse sangue, aquela "essência satânica da civilização", que o Mahatma tanto combatia e condenava? Será isso tração e sangue — o objetivo do que ele apostolara, o Aimsa — a renúncia ao emprego de qualquer violência, a superioridade das armas morais, o espírito de compreensão e concordia a prática do amor? Não, Sr. Presidente. As cinzas de Gandhi tremem na hora do traço de ataque a Dadra porque essa ocorrência é uma mancha na história hodierna da Índia, cuja unidade e emancipação política são obras de uma doutrina que, repudiando a violência, não poderia jamais, em hipótese alguma, fazer da tração e da chacina armas da sua política de reivindicações.

Sr. Presidente, como bem disse o Sr. Danton Jobim, "a opinião pública brasileira, viu com simpatia o movimento emancipador da Índia, não pode aprovar o começo de execução de um frio atentado contra a soberania portuguesa, como o que se está perpetrando na Índia". Não podemos ficar indiferentes a esse atentado inimaginável. E muito grato é para todos nós a notícia de que o Itamarati, através da palavra do Ministro Vasco Leitão da Cunha, já se manifestou a respeito, declarando os sentimentos de solidariedade do Brasil para com a nação irmã.

Sr. Presidente, pelo que sei da Índia de nossos dias, dos seus triunfos políticos, do seu renascimento cultural, do seu desenvolvimento econômico, da filosofia dos seus pro-homens e, sobretudo, da influência do pensamento de Mahatma na alma da sua gente estava certo de que, na luta da civilização contra a barbárie, seria a União Indiana, no Oriente, um dos grandes redutos da liberdade dos direitos da pessoa humana, da paz do mundo. A despeito do que estamos vendo, creio ainda no espírito de compreensão e concordia dos líderes da grande nação. Creio que eles não postergaram aquela doutrina da não violência do seu intemperado afeto, que a idealizara não só para a sua pátria, senão também para a humanidade toda. Creio que eles não menosprezaram a mensagem ecumênica do Mestre, quando profetizou: "O programa que tracei para a Índia e que executei, não irá influir, favoravelmente, apenas, sobre a situação política da Índia e da Inglaterra, mas sobre a situação política da terra inteira. A abstenção da violência apareceu entre os homens, e de agora por diante, permanecerá entre eles para sempre; ela é a anunciadora da

paz universal". Assim falou o Mahatma Gandhi. Assim pensam os milhões de discípulos. Assim deve considerar a União Indiana, fiel à voz do seu grande profeta.

Sr. Presidente apesar de tudo, creio que o governo da Índia, nesta hora grave da história, sabrá honrar essa admoestação e mensagem do homem extraordinário que, alcançando-se nos céus da perfeição, cobrindo de glória o nome do seu povo, encarnou e viveu o pensamento, a ideia, a doutrina capaz de assegurar a harmonia e o bem-estar em sua pátria, em Portugal e por toda a face do planeta. (Muito bem! Muito bem! Pa' mas. O orador é cumprimentado)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.
Tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, quinto orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, cedejo da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Havendo desistido da palavra o nobre Senador Onofre Gomes, dou a palavra o nobre Senador Ivo d'Aquino, sexto orador inscrito (Pausa). Não se encontrando presente S. Exa., concedo a palavra ao nobre Senador Costa Paranhos, sétimo orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, às 17,30 horas de sábado, foi sepultado, no Cemitério de São João Batista, o major do Exército Alberto Carneiro da Cunha Nobrega, sub-diretor da Estrada de Ferro Goiás, assassinado nas proximidades do Jockey Clube de Goiânia.

A cerimônia fúnebre compareceram várias autoridades civis e militares, entre as quais o general Zenobio da Costa, Ministro da Guerra, general Armando de Moraes Ancoara, Chefe de Polícia, general Henrique Teixeira Lott, sogro da vítima, o major Mauro Borges Teixeira, diretor da Estrada de Ferro da Goiás, filho do governador daquele Estado, o eminente Dr. Pedro Ludovico Teixeira.

Sr. Presidente, estive com o Major Mauro Teixeira no momento da saída do enterro da Capela de São Francisco. Profundamente abatido, pediu-me dissesse algumas palavras da tribuna do Senado, em reconhecimento dos serviços prestados pelo Major Alberto Carneiro da Cunha Nobrega a Goiânia, consequentemente ao Estado de Goiás.

Acho de receber carta do Major Mauro, que passo a ler:

"Senador Costa Paranhos. Deixo-lhe aqui alguns traços biográficos do Major Alberto Carneiro da Cunha Nobrega (Major Nobrega). Nasceu na Paraíba, deveria hoje, 25 de julho, completar trinta e quatro anos de idade.

Terminou o curso na Escola Militar, onde fomos companheiros de turma, em 1911, saindo Aspirante a Oficial de Infantaria.

Apos estagiar no 7.º Regimento de Infantaria, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, ingressou no Batalhão de Guardas, sendo escolhido para fazer o Curso de Infantaria em Fort Benning, nos Estados Unidos.

Concluiu o curso na América do Norte, serviu no Regimento Sampaio que se preparava para a guerra, da qual participou, portando-se com excepcional bravura e sangue frio nos dois ataques a Monte Castelo. Num desses combates viu morrer, a seu lado, atingido por uma rajada de metelhadora alemã, um sargento comandante de grupo do seu pelotão. Fez várias patrulhas noturnas em território inimigo. Após a guerra, in-

gressou na Escola Técnica do Exército, onde fez o Curso de Comunicações, e foi posteriormente designado para servir como Oficial de Comunicações na 4.ª Região Militar, em Juiz de Fora. Ocupava este posto quando por mim convidado para, como Vice-Diretor, colaborar na execução do vasto programa de reabilitação e reaparelhamento da Estrada de Ferro de Goiás, onde se caracterizou por invulgar eficiência, honestidade, dedicação, energia, bom senso e amor à responsabilidade.

Se no Exército o Major Nobrega prestava, no serviço anônimo e diuturno da caserna, grande serviço à Pátria, na Estrada de Ferro de Goiás sua atividade foi inestimável e decisiva — servia ao Brasil e à causa da segurança nacional — pois, aquela ferrovia, de notável interesse estratégico dada a sua posição geográfica, estabelece elo de continuidade entre a rede ferroviária do Sul do País e o sistema fluvial amazônico.

Estava, pois, o ilustre militar fora da caserna, servindo à coletividade e aos sagrados interesses da nossa segurança.

Se bem que parábano, como bom brasileiro, sem nenhum baurrismo, integrou-se de corpo e alma na luta pela mudança da direção da estrada de Araguari para Goiânia.

Embora residisse há pouco tempo em Goiás, sentiu todos os nossos problemas e tomou-se de grande entusiasmo e dedicação por nossa terra.

A sua morte, brutal e prematura, privou o nosso Estado de um dos homens que por ele mais trabalhavam e para ele mais poderiam produzir.

O Major Nobrega merece, de todos os goianos, estima e respeito.

É, portanto, indispensável que as autoridades policiais, estaduais e federais esclareçam totalmente o movimento do crime e que sejam capturados os responsáveis pelo brutal assassinato.

Senador Costa Paranhos, agradeço-lhe o que fizer para realçar e homenagear a memória do meu ideal e do bravo amigo, Major Nobrega.

Cordialmente, O

Major Mauro B. Teixeira.

Assim, Sr. Presidente, dando conta ao Senado da carta que acabei de receber, apresento sinceras pêsames à família enlutada, como reconhecimento dos serviços prestados pelo ilustre oficial ao povo goiano.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, oitavo orador inscrito.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente: A Cruz Vermelha Brasileira fez-se representar na XXIII.ª Sessão do Conselho dos Governadores, bem como nas reuniões do Comité Executivo da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha, realizadas em Oslo, capital da Noruega, de 22 a 29 de maio p. passado, por uma delegação por mim presidida e da qual fizeram parte o Secretário Geral, General Dr. Benjamin Gonçalves e o Sr. Tom William Sloper, representante da Cruz Vermelha Brasileira na Europa e Membro da Comissão Permanente da Cruz Vermelha Internacional.

A Delegação Brasileira participou de todas as discussões, sobretudo no que se referia a questões levantadas por Sociedades Nacionais dos países liderados pela "Aliança das Sociedades da Cruz Vermelha e da Crescente Vermelho da U. R. S. S.", relacionadas com a guerra atômica, bacteriológica e química, as quais foram de belíssima natureza, com o número de cerca de 63, das 71 existentes no mundo inteiro, tendo as intervenções brasileiras, como adiante se verá, lograda ampla e boa acolhida.

Agora esse ponto crucial, relacionado com a preocupação de humanização da guerra, tão ao sabor do espírito internacional que anima a instituição, outros assuntos de rotina foram abordados, e sempre a nossa Delegação teve oportunidade de intervir com ousadia, o que se traduziu pela significativa maioria e não raro unanimidade com que viu aprovadas as suas sugestões.

Enumeremos a seguir alguns desses pontos:

- "Constituição de Grupos de estudo de problemas técnicos".
- "Procedimento das reuniões da Liga".
- "Suações da Cruz Vermelha Boliviana".
- "Informações dos Comités regionais e locais sobre as atividades internacionais da Cruz Vermelha".
- "Admissão de Observadores às sessões do Conselho dos Governadores".
- "Eleições de novos dirigentes da Cruz Vermelha Internacional".
- "Reconhecimento da Cruz Vermelha da Alemanha Oriental", etc.

A principal sugestão da Cruz Vermelha Brasileira foi a relativa a guerra atômica, química e bacteriológica, constante do ponto 17, da Ordem do Dia, e que se transformou no projeto de resolução do teor seguinte, aprovado por unanimidade com as alterações, em número de 6, que, finalmente, surgiram, por parte dos países, liderados pela "Aliança das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho da U. R. S. S.":

"O Conselho dos Governadores, considerando a resolução votada na presente sessão, exortando as Potências a renunciar ao emprego das armas atômicas, químicas e bacteriológicas;

Considerando o papel da Cruz Vermelha e a de proteger as populações civis contra os efeitos devastadores e indiscriminados de tais armas;

Fede ao Comité Internacional da Cruz Vermelha que se proponha a estudar, desde já, e levar à próxima Conferência Internacional da Cruz Vermelha as alterações necessárias às convenções em vigor, a fim de proteger eficazmente as populações civis contra os perigos da guerra atômica, química e bacteriológica."

Transcreve-se a seguir o teor da justificativa, com que esse projeto de resolução foi apresentado ao plenário pela Delegação Brasileira:

"Os projetos de resolução apresentados por várias sociedades nacionais, entre as quais a do Japão, Suécia e Índia, exortam apenas as grandes potências a renunciar ao emprego das armas atômicas, químicas e bacteriológicas. Trata-se de mais um apelo nesse sentido, que se vem fazendo desde a Conferência de Estocolmo de 1948, sem resultado positivo.

As experiências continuam realizando-se com o objetivo de aperfeiçoamento das temíveis armas, bem como a criação de novas, de maior poder destruidor.

Assim sendo, considerando a situação política anormal, que, infelizmente, ainda perdurará por muitos anos, com o mundo dividido intransigentemente, é que a delegação da Cruz Vermelha Brasileira sente a necessidade de ser aprovado na próxima Conferência de Nova Delhi, um texto aditivo às Convenções ou Protocolos específicos em vigor, elaborados pelo Comité Internacional, a fim de que os povos se vejam protegidos contra os efeitos devastadores e indiscriminados de tais poderosas armas e, por outro lado, se voltem reconhecidos diante do trabalho sublime e grandioso dos homens da Cruz Vermelha.

Eis, Sr. Presidente e Srs. Membros do Conselho dos Governadores, as razões, de ordem superior e humanitária, que inspiraram o presente projeto de resolução da Delegação Brasileira, que, data desta, pede sejam, em sua redação, substituídas as expressões

por "modifications nécessaires aux"

conventions humanitaires" por "un texte additif aux conventions ou protocoles spécifiques".

Esclarecemos, outrossim, que a Delegação do Comité Internacional teve prévio conhecimento da matéria e se manifestou de pleno acordo."

Como se vê, constituiu importante vitória da nossa Delegação essa resolução tão bem recebida, a qual veio por termo a intermináveis discussões, todas travadas em torno de verdadeiras abstrações ou sugestões, por certo bem intencionadas, mas inteiramente platônicas, uma vez que se não concretizaram em deliberação a ser conduzida pelo único órgão apto a torná-la operante — que é o Comité Internacional da Cruz Vermelha — o que, aliás, foi reconhecido pela unanimidade do plenário, com a exceção das 6 abstenções referidas e que eram absolutamente esperadas.

Outros temas em pauta, como, por exemplo, a questão dos socorros em caso de calamidade, foram debatidos pela delegação brasileira, que teve vitoriosos seus pontos de vista, inclusive aquele segundo o qual é sempre a Sociedade Nacional de cada país, e só ela, a intermediária na entrega dos socorros.

Um dos pontos discutidos apaixonadamente, foi o referen e ao reconhecimento da Cruz Vermelha da Alemanha Oriental. As delegações da U. R. S. S. e países por ela liderados batiam-se para que tal reconhecimento fosse dado como existente, uma vez que a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha aceitasse em seu seio a novel Sociedade, fazendo completa abstração da autoridade do Comité Internacional que, no caso, se impõe, dado que é ele o único órgão, ao qual compete o citado reconhecimento. A Delegação Francesa, pela voz de Emile-François Poncet, reforçou nitidamente esse ponto de vista e a Delegação Brasileira, tomando a palavra, estabeleceu tão claramente o conceito de personalidade jurídica do Comité Internacional, que nenhuma dúvida, restou ao plenário, para decidir que a filiação à Liga só poderia ser obtida após o pedido formal de reconhecimento feito, por parte da Cruz Vermelha da Alemanha Oriental, ao Comité Internacional de Cruz Vermelha.

A voz autorizada de François Poncet considerou irresponsáveis os argumentos do Chefe da Delegação Brasileira.

No pen.º da Ordem do Dia, dedicado às eleições do Presidente e Vice-Presidentes do Conselho dos Governadores e das Sociedades Nacionais, que fariam parte do Comité Executivo, a Cruz Vermelha Brasileira tomou parte importante.

Assim, é que foi o Brasil incluído entre os nove países que formaram a Comissão de Eleições, por aclamação do plenário. Eram eles: Canadá, Colômbia, Brasil, Dinamarca, Egito, Filipinas, Grécia, Polónia e União Sul Africana, tendo o mesmo plenário votado por unanimidade e recondução da Cruz Vermelha Brasileira, por mais dois anos, para o Comité Executivo.

Finalmente, votou-se a data e local para a 24.ª Sessão do Conselho dos Governadores, que será realizada em 1956, em Nova Delhi, juntamente com a XIX.ª Conferência Internacional.

A missão dos Delegados Brasileiros ao 23.º Conselho dos Governadores, foi como se vê, bem compreendida. Num só ponto, entretanto, deixou ela de ser integralmente satisfeita:

No dia da abertura solene, dos trabalhos, na presença do Rei Haakon VII, da Noruega, o Presidente, Juiz Emil Sandström, leu inúmeros telegramas de Chefes de Estado e Chefes de Governos, Ministros de governos, e de alta significação humanitária do conclave, que se inaugurava. Nenhuma referência, porém, havia da parte das autoridades brasileiras, não obstante o cordial pedido feito ao Ministério do Exterior, nesse

sentido pouco antes da partida da Delegação, o que constituiu lamentável ausência do Governo do Brasil nesse caso simpático de incentivo à obra que se realizava.

A proposição brasileira, sobre as armas execradas a que nos referimos, aceita como foi por tão expressiva votação, envolve, outrossim, o compromisso de continuarmos a lutar pela ratificação, por parte do nosso País, das Convenções humanitárias, de agosto de 1949, como já o fizemos, aliás no Senado Federal, em discussão a respeito em 10 de fevereiro do ano passado.

Tal ratificação, Sr. Presidente, sem demora, que se impõe colocar a nosso país e sua Sociedade de Cruz Vermelha em posição de maior autoridade para atuar no domínio da Cruz Vermelha Internacional, em prol de deliberação de ordem altruística e humanitária como foi a relativa a guerra nuclear, bacteriológica e química, que tivemos o prazer de ver vitoriosa, em Oslo, na reunião memorável, a que foi a 23.ª Sessão do Conselho dos Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha.

Eis, pois, Sr. Presidente, os assuntos de maior relevância constantes do relatório que apresentei à Diretoria da Cruz Vermelha Brasileira, a propósito do conclave de Oslo, que tenho a honra de trazer ao conhecimento deste egregio plenário. (Muito bem; muito bem. Palmas).

O SR. PRESIDENTE.

Sobre a Mesa redação final, que vai ser lida.

E' lido o seguinte

Parecer n.º 572, de 1954

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954.

Relator: Sr. Aloisio de Carvalho

A Comissão apresenta, em folha anexa, a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954.

Sala da Comissão de Redação, em 23 de julho de 1954. — Waldemar Pedrosa, Presidente em exercício. — Aloisio de Carvalho, Relator. — Costa Pereira.

ANEXO AO PARECER N.º 572, DE 1954

Redação Final da Emenda do Senado, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 130, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, que dispõe sobre a forma de pagamento das dívidas dos criadores e criadoras de gado bovino.

Do art. 1.º (Emenda da redação). — De-se a este artigo a seguinte redação:

"Art. 1.º Do valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos devedores, nos termos do artigo 2.º, da Lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952, é deduzida a importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o art. 4.º da mesma lei".

O SR. PRESIDENTE:

Tratando-se de redação final do projeto aprovado em regime de urgência, ponho-a em discussão. (Pausa).

O SR. ALOISIO DE CARVALHO.
Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloisio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, na sessão vespertina da sexta-feira última, o Senador Ivo d'Aquino levantou dúvida a respeito da redação do art. 1.º do projeto, que tinha o seguinte teor:

"O valor de 50% (cinquenta por cento) que ficar a cargo dos devedores, nos termos do art. 2.º da lei 1.723, de 10-11-52, é reduzido na importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cujo pagamento será efetuado integralmente pela União, em apólices e de uma só vez, de acordo com o art. 4.º da mesma lei."

O Senador Ivo d'Aquino discordou da redação dada ao verbo "reduzir", ponderando que daí poderiam ocorrer dúvidas a respeito da redução que efetivamente se havia de fazer nesses débitos.

O § 3.º do art. 1.º dispõe que "o passivo reajustável, que não ultrapassar o valor de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, será pago na sua totalidade pela União, na forma desse artigo etc., etc."

Da discussão então travada, resultou o parecerado ir à Comissão de Redação para sua audiência. A Comissão, considerando que o objetivo do projeto é o de diminuir o débito de 50% a importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, que ficará a cargo da União, mediante pagamento em apólices aos pecuaristas, deliberou substituir o verbo "reduzir" pelo "deduzir", porque, então, nenhuma dúvida haveria na interpretação da lei. Assim, o texto ficaria, segundo emenda que propõe:

"Do valor de 50% (cinquenta por cento) é deduzida a importância de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros)."

Essa simples emenda de redação tem, aliás, um antecedente histórico na própria tramitação do projeto na Câmara dos Deputados.

Houve uma emenda — de n.º 1 — que mandava redigir o artigo da seguinte forma:

"O valor de 50% (cinquenta por cento), que ficar a cargo dos devedores, nos termos do art. 2.º da lei n.º 1.723, de 10 de novembro de 1952, é deduzido da importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros..."

A Comissão de Finanças, quando deu parecer, aprovou a emenda n.º 1, com a seguinte observação:

"Onde se lê 'deduzido e dedução' leia-se 'redução e redução'."

Mas, a redação final, dada com a troca dos verbos, deixava a dúvida, com muita razão e oportunidade levantada pelo nobre Senador Ivo d'Aquino: — que não parecesse ser o objetivo do Projeto reduzir todo o débito de cinquenta por cento a dois milhões e quinhentos mil cruzeiros. A finalidade da proposição é que, do débito de cinquenta por cento a cargo dos devedores, a serem pagos parceladamente, deverá ser deduzida a importância de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, cuja liquidação passa à responsabilidade da União.

Eram estas as explicações relativamente à emenda proposta pela Comissão de Redação. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continúa a discussão (Pausa). Mais nenhum Sr. Senador desejando usar da palavra, declaro-a encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda da Comissão de Redação, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final assim emendada, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto vai à sanção (Pausa).

Fm 22 do corrente foi aprovada a redação final do Projeto de Resolução

n.º 27, de 1953, que dispõe sobre a participação do Senado nas Conferências da União Interparlamentar.

O art. 4.º desse projeto obriga os representantes do Senado na referida Conferência e no Conselho da União Interparlamentar a apresentarem, imediatamente após o seu regresso, relatório circunstanciado das atividades das órgãos a cujas reuniões comparecerem.

O parágrafo primeiro desse artigo torna tal exigência extensiva à Delegação que comparecer a reunião da Conferência, ou do Conselho a realizar-se no corrente ano, nos Estados Unidos da América.

Acontece, porém, que o projeto, apresentado em setembro de 1953, só agora teve sua tramitação terminada e a reunião da Conferência Interparlamentar prevista para se realizar nos Estados Unidos da América já foi levada a efeito. A do corrente ano será na Europa, no próximo mês de outubro.

Assim, a disposição constante do § 1.º do art. 4.º estará errada se sair como foi votada.

Parece evidente que o seu objetivo foi tornar obrigatório o cumprimento da exigência constante do art. 4.º a partir do ano da promulgação do ato em que se devia transformar o projeto.

Trata-se de matéria da economia interna do Senado e a Mesa entende não ser aconselhável promulgar a Resolução com o defeito apontado.

O § 5.º do art. 146 do Regulamento Interno permite escutar as redações finais já aprovadas de erros manifestos que nela sejam encontrados, desde que o Plenário, identificado do ocorrido, concorde com a retificação.

Nessas condições, a Mesa propõe sejam do § 1.º do art. 4.º retiradas as palavras "nos Estados Unidos da América do Norte".

Se não houver manifestação em contrário do Senado, assim se procederá.

Em votação a proposta da Mesa.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada. (Pausa).

Esteve no Gabinete da Presidência o Sr. Embaixador Décio Moura, que veio agradecer ao Senado a aprovação do seu nome para Chefe da Missão Diplomática do Brasil junto à Santa Sé.

O Sr. Alfredo Neves deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Café Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Finda a hora do expediente, passo à

ORDEM DO DIA

Continuação da votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 221, de 1952, que modifica o parágrafo único do art. 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 10 de novembro de 1943, com referência ao salário-família. Pareceres: — I Sobre o projeto; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 723 de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Legislação Social, sob n.º 724 de 1953, favorável da Comissão de Finanças, sob n.º 725 de 1953, contrário; II — Sobre a emenda da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 154 de 1954, pela rejeição; da Comissão de Legislação Social sob n.º 155, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças sob n.º 150 de 1954 pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE:

Na apreciação deste Projeto, foi rejeitada a emenda oferecida pela Comissão de Constituição e Justiça, mas ficou número para votação do projeto. A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela constitu-

dionalidade da proposição; a Comissão de Legislação Social opinou favoravelmente e a Comissão de Finanças opinou parecer contrário.

Em votação o projeto.

O SR. OTHON MADER:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, fiz o avulso da ordem do dia que o projeto n.º 221, de 1952, tem parecer favorável das Comissões de Legislação Social e de Constituição e Justiça. Entretanto, e preciso esclarecer que o primeiro parecer da Comissão de Constituição e Justiça foi favorável; posteriormente, porém esta mesma Comissão, pelo seu relator, o nobre Senador Gomes de Oliveira, opinou pela rejeição do Projeto, no parecer n.º 154, de 1954, que diz o seguinte:

"Torna, assim, inviável o projeto sob o ponto de vista jurídico e conde qualquer emenda que se lhe oponha, com sentido apenas modificativo. E esta emenda não tem outra extensão."

Somos, assim, pela sua rejeição.

Esse pronunciamento, Sr. Presidente, foi feito em virtude do parecer da Comissão de Finanças, elaborado pelo nobre Senador Alberto Pasqualini, que diz não haver motivo para o projeto, uma vez que a Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, já atendeu ao mesmo objetivo.

Em face do disposto pela Comissão de Finanças, a de Legislação Social também modificou seu pensamento a favor do Projeto, pois que o nobre Senador Hamilton Nogueira, relator da emenda concluiu assim seu parecer:

"Em face do parecer do nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, aprovado pela Comissão de Finanças, deve ser modificado o parecer anterior desta Comissão, por mim relatado, razão pela qual opino pela rejeição da emenda a elle oferecida pelo nobre Senador Mozart Lago."

Sr. Presidente, houve, assim, um reexame da questão em face da preliminar levantada pelo nobre Senador Alberto Pasqualini, sobre o assunto já estava atendido pela Lei número 1.765, concedendo abono de emergência a todo funcionário ativo ou inativo. Concluiu-se que não só a emenda do nobre Senador Mozart Lago deixava de ter razão, como o próprio projeto n.º 221, de 1952, já estava atendido pela Lei n.º 1.765.

Nestas condições penso que os pareceres devam ser contrários, e não favoráveis ao Projeto. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

As modificações requeridas pelo nobre Senador Othon Mader foram esclarecidas no seio da Comissão ao tempo da apreciação das emendas.

O Plenário está elucidado quanto a situação do projeto. Os pareceres são contrários.

Em votação o projeto. Queiram levantar-se os Senhores que o aprovam. (Pausa).

É rejeitado o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 221, DE 1952

Modifica o parágrafo único do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 5.976 de 10 de novembro de 1943.

O Congresso Nacional decreta.

Art. 1.º. O parágrafo único do artigo 8.º do Decreto-lei n.º 5.976, de 1943, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. O salário-família será concedido a todo o servidor ou inativa que tiver dependentes, na importância de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) mensais por dependente.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Vem a mesa e lido e, sem debate aprovado o seguinte

Requerimento n.º 399, de 1954

Nos termos do art. 125, letra 1, do Regulamento Interno, requer-se seja apreciado em segundo lugar o Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954.

Sala das Sras. Drs. 26 de julho de 1954. — Alvaro Adolpho.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da aprovação do requerimento, passa-se à

Votação em discussão única do

Projeto de Lei da Câmara n.º 125,

de 1954, que altera dispositivos da

Lei n.º 1.316, de 20-1-51 (Código

de Vencimentos e Vantagens dos

Militares) incluído em Ordem do

Dia em virtude de dispensa de inter-

terstício concedida na sessão de

23-7-54, a requerimento do Senhor

Senador Pinó, Alvaro, tendo pare-

ceres favoráveis; da Comissão de

Constituição e Justiça sob n.º 553;

da Comissão de Segurança Nacio-

nal sob n.º 554; da Comissão de

Finanças sob n.º 555.

Em votação o projeto.

Queiram permanecer sentados os

Senhores Senadores que o aprovam

(Pausa).

É aprovado e vai à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CAMARA

N.º 125, de 1954

(2.099-D-52)

Altera dispositivos da Lei nú-

mero 1.316, de 20 de janeiro de

1951, (Código de Vencimentos e

Vantagens dos Militares).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O militar, executados os alunos das Escolas de Formação de Oficiais, até os postos de coronel do Exército e da Aeronáutica, e capitão de mar-e-guerra, no exercício das funções de arremetimento ou embarcado, fará jus, após o primeiro ano de efetivo serviço militar, a uma gratificação transitória, denominada de Tropa ou Embarque, no valor de 20% (vinte por cento) dos vencimentos de seu posto ou graduação, a fim de compensar o grande desgaste físico, a insalubridade de horário e a exigência de tempo integral.

§ 1.º A gratificação de que trata este artigo será suspensa toda vez que o militar por qualquer motivo, exceto férias regulamentares ou serviço de justiça, afastar-se por mais de 8 (oito) dias de suas funções de arremetimento ou de embarcado.

§ 2.º O militar nomeado ou designado para cargo fora da tropa ou do navio, embora considerado arremetido, embarcado, para efeito de promoção ou outro motivo qualquer, não fará jus à gratificação de Tropa ou Embarque.

§ 3.º A gratificação de Tropa ou Embarque é extensiva ao militar arremetido em Centro de Instrução quando não receber a gratificação de ensino ao prático ou praticante de ensino no Quadro de Prática da Armada; e ao instrutor, auxiliar de instrutor ou monitor de Tiro de Guerra, durante o período de funcionamento dessas Escolas de Instrução (art. 36 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 4.º A gratificação de Tropa e de Embarque não é acumulável com as gratificações transitórias referidas no art. 36 da lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, exceto as de guarnição especial e na forma da que preceitua o art. 4.º da presente lei, a de representação.

Art. 2.º A etapa suplementar será concedida ao aspirante a oficial, ao guarda-marinha e ao aspirante a oficial fuzileiro naval, até que complete 1 (um) ano de posto ou seja promovido a 2.º tenente quando passar a vencer a vantagem do art. 1.º desta lei.

§ 1.º As mais praças graduadas ou não, farão jus à etapa suplementar desde que satisfaçam as condições do art. 72 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

§ 2.º A etapa a que se refere este artigo só será abonada aos militares nas exercições de suas funções matriculados nas escolas ou cursos, em trânsito, férias em qualquer dispensa do serviço licenciados para tratamento de saúde ou de pessoa de sua família bem como enquanto aguardarem a reforma por motivo de invalidez.

Art. 3.º As praças reformadas em consequência de moléstia definida no art. 303 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e as reformadas devido outras doenças consideradas incuráveis, terão direito a etapa de alimentação prevista para o assilado que sofra de moléstia contagiosa e incurável (art. 30 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Art. 4.º A gratificação de Tropa e Embarque e a gratificação de que trata a letra n do art. 110 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Serviço do Estado Maior) são acumuláveis quando for o caso, com a gratificação relativa às funções constantes das mais letras deste último artigo não podendo a soma das duas gratificações exceder de 30% (trinta por cento) dos vencimentos dos que a elas fizerem jus.

Art. 5.º O valor das diárias de alimentação e de pouso para as mais praças será o seguinte:

a) outras praças, 160% (cento por cento) do vencimento diário, não podendo, entretanto, ser inferior a Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros).

Art. 6.º É extensiva aos professores primários dos ministérios militares efetivos, em comissão ou contratados a gratificação de ensino prevista nos arts. 126 e 128 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares.

Parágrafo único. Os militares nomeados ou designados professores primários ou os civis (mesmo contratados ou em comissão de nível superior, secundário técnico e primário), farão jus à gratificação de aluna e do art. 126 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e os auxiliares de professores e os monitores à da aluna do mesmo artigo.

Art. 7.º Ficam incluídas entre as vantagens incorporáveis (art. 36, letra a do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares):

a) 50% (cinquenta por cento) do valor do abono militar previsto pelo art. 72 da lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951;

b) a percentagem de gratificação de guarnição especial correspondente à letra e do art. 123 da mesma lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo abrangem os militares que se encontram na Reserva ou Reformados.

Art. 8.º Os professores primários civis postos à disposição dos corpos de tropa ou estabelecimentos militares terão direito a uma gratificação de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) pelo ministério correspondente.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 62 de 1952, que reajusta as dívidas dos seringueiros financiadas pelo Banco de Crédito da Borracha e dá outras providências (incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90 da Constituição Federal, em virtude do Requerimento n.º 78, de 1954, do Sr. Senador João Villaboa).

boas aprovadas na sessão de 8-3-54 tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça (n.º 967, de 1952) e de Finanças (n.º 968, de 1952) e dependendo de pronunciamento desta última comissão sobre as emendas de Plenário).

O SR. PRESIDENTE:

Val ser lido o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

E' lido o seguinte:

Parecer n.º 573, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1952, que reajusta as dívidas dos seringueiros financiadas pelo Banco de Crédito da Borracha.

Relator: Sr. Anísio Jobim.

1. Ao conhecimento desta Comissão veio o Projeto de Lei n.º 62, de 1952, de autoria do nobre Deputado Aloysio Ferreira, pelo qual se pretendia reajustar as dívidas dos seringueiros financiadas pelo Banco de Crédito da Borracha.

O Projeto, como acrescentamos no primeiro parecer sobre a sua constitucionalidade, foi objeto de amplo debate no seio das Comissões que, na Câmara dos Deputados, tiveram que emitir parecer sobre o seu âmbito constitucional e sobre o seu merecimento, acatando por vencer, porque justo e razoável, a ideia do Projeto em seu desenvolvimento, com uma ou outra modificação.

A Câmara dos Deputados aceitou o Projeto, que trás no seu bojo ideia salutar, providência humana, sem prejuízo para o Banco da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia S. A. Certo não foram os seringueiros os causadores da situação má em que se encontram, os agentes desse atraso, d'esse grave tropeço na sua economia.

Se responsável existe por essa situação calamitosa não são os anônimos esbravadores das selvas amazônicas, os obscuros seringueiros e os sacri-causos seringueiros.

A crise, a iniquidade, as agruras da conjuntura encontram as suas raízes em outras causas, aliás já reveladas nos magníficos pareceres anteriores no processo.

Além de que a exposição do Sr. Ministro da Fazenda projecta, efectivamente, um foco de luz sobre o problema e mostra, a justa, que não há prejuízo para o Banco de Crédito da Amazônia S. A. nem para a finança da Nação.

2. No Senado, a orientação não foi diferente da da Câmara dos Deputados. A Comissão de Constituição e Justiça aceitou o ponto de vista constitucional do Projeto, o que lhe cabia fazer, e a de Finanças, pelo seu Ilustre Relator, o Sr. Senador Alvaro Adolpho definiu-se, depois de uma análise exaustiva, pela aceitação do Projeto nos moldes em que foi votado.

3. Agora surgem emendas à proposição — duas, do nobre Senador Ivo d'Aquino mandando, a primeira, acrescentar depois da palavra — "seringueiros" — as palavras — "e seringueiros".

A outra diz: "em vez de "a taxa de 5% (cinco por cento)" escreva-se — "a taxa de juro legal".

A primeira emenda é aceitável; a segunda, não.

A outra emenda é o substitutivo apresentado pelo nobre Senador João Villaboa, novo projeto a bem dizer, porquanto vem substituir o primitivo, cuja marcha tem sido precária, morosa, vamos dizer, irritante.

— Por que esse afã de modificar, retocar, escandir? — Por que essa avidez de retoques, remodelações, re-

paros e até substituição integral de texto do Projeto?

Sobre as emendas do nobre Senador Ivo d'Aquino, achamos oportuna e aceitável uma, não assim quanto ao substitutivo do prezadíssimo e culto colega Senador Villaboa.

Nesta altura é doloroso se procrastinar o decreto legislativo salvador de uma quantidade de desesperados produtores da goma elástica, que, no fundo das matas selvagens e bravias da Amazônia, temiam em extrair o latex da borracha e engrandecer a economia nacional. O sacrifício dos seringueiros e seringueiros é um sacrifício anônimo, é um esforço heróico, digno de louvor e reconhecimento dos brasileiros.

O Projeto vem dar solução a uma conjuntura verdadeiramente aflição, desconsolante, terrivelmente desanimadora.

O substitutivo vem retardar essa providência, alongando a sua possível solução.

Não obstante a feição constitucional do aludido substitutivo, somos pela sua rejeição.

E' o parecer.

Sala Ruy Barbosa em 20 de novembro de 1952. — **Dario Cardoso**, Presidente. — **Anísio Jobim**, Relator. — **Joachim Pires** — voto pela aprovação do substitutivo apresentado pelo nobre Senador João Villaboa. Não compreendo que se anísio ou reduza-se uma dívida de quem tem no Banco da Amazônia um crédito em dinheiro infinitamente superior a seu débito. — **João Villaboa** — pela emenda da minha autoria, quanto à constitucionalidade e o mérito. — **Camilo Márcio**, voto pela emenda do Senador João Villaboa, quanto à constitucionalidade e mérito. — **Aloysio de Carvalho**, pela constitucionalidade das emendas.

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Alvaro Adolpho, relator da matéria na Comissão de Finanças.

O SR. ALVARO ADOLPHO:

(Lê o seguinte parecer)

1. Volta a esta Comissão o projeto da Câmara dos Deputados que reajusta as dívidas dos seringueiros financiadas pelo Banco de Crédito da Amazônia e dá outras providências, para que opine sobre as emendas de plenário, votadamente o substitutivo oferecido pelo eminente Senador João Villaboa, em o qual determina o levantamento, por aquele Banco, dentro de sessenta dias a contar da publicação da Lei, dos lucros líquidos obtidos nas operações de compra e venda da borracha recebida a partir de janeiro de 1942, bem assim sejam esses lucros distribuídos pelos respectivos seringueiros, seringueiros e proprietários de seringa em forma estabelecida pelo art. e seu § 1.º do Decreto-lei n.º 4.841, de 17 de outubro de 1942, dentro de 30 dias seguintes a esse levantamento. Dispõe o substitutivo, em seguida, que a distribuição dos lucros a que se refere o art. 1.º do projeto seja feita mediante lançamento na escrita do Banco a crédito daquelas entidades, notificando-as, individualmente, por carta; que no caso em que os seringueiros, seringueiros ou proprietários de seringa sejam devedores do Banco, por empréstimos rurais, dar-se-á a compensação até o limite dos créditos que lhes forem reconhecidos, devendo o restante, se o houver, continuar escriturado a favor dos mesmos, para definitiva liquidação nos dois exercícios financeiros imediatos à publicação da lei; que, no caso de feita a compensação, o seringueiro, seringueiro ou proprietário de seringa continuar devedor do Banco, o débito será pago, com os juros de 4% ao ano, segundo a Tabela Price, em dez prestações anuais iguais, ven-

cível a primeira um ano a contar da data da lei em elaboração, ficando suspensas as ações judiciais por acasos propostas contra os devedores; que o beneficiado, em tais circunstâncias, não poderá alienar os bens de seu patrimônio enquanto não houver liquidado o seu débito, salvo anuência do Banco e o não pagamento pontual das prestações vencidas e vincendas sujeitará o devedor à execução judicial.

Dispõe ainda, que, no fim de cada ano, ao encerrar o exercício financeiro, o Banco fará distribuir pela forma prescrita no art. 4.º do Decreto-lei n.º 4.841, de 17 de outubro de 1942, o lucro líquido verificado nas operações resultantes de compra e venda de borracha e seringueiros.

2. Reexaminando o projeto e o substitutivo do eminente colega Senador João Villaboa, vemos que essa última proposição, também destinada a reajustar a situação de seringueiros, seringueiros, proprios, seringueiros, na área de produção da borracha, em face do Banco da Amazônia, se funda em um equívoco do seu eminente autor. Todo o sistema do substitutivo se baseia no disposto do art. 4.º do Decreto-lei n.º 4.841, de 17 de outubro de 1942, diploma legal este que regulou a intervenção do Governo na produção da borracha no país, juntamente com o decreto-lei n.º 4.151, que criou o Banco de Crédito da Borracha.

E' o seguinte o dispositivo do artigo 4.º do citado Decreto-lei, inclusive de seus parágrafos:

"O valor líquido, depois de vendida a borracha, se distribuirá, na proporção de 60% para os seringueiros, 33% para os seringueiros e 7% para os proprietários, sendo essa proporção aplicada, a partir desta data, até mesmo nos contratos de arrendamento já existentes.

§ 1.º O proprietário que explorar diretamente as suas terras terá direito a 40% da borracha nelas extraída.

§ 2.º Ao Banco de Crédito da Borracha compete a fiscalização da distribuição das percentagens estabelecidas e, bem assim, mediante prévia aprovação do Presidente da República, a alterar sua relação".

O equívoco do nobre autor do substitutivo está em que não se trata, nesse dispositivo do art. 4.º e seu parágrafo, de fixar cotas de lucros por acaso resultantes da venda do produto pelo Banco, mas de regular a participação de cada um dos coparticipantes na produção da borracha, de modo que dissesse assegurada ao seringueiro, ao seringueiro e ao proprietário do seringa uma cota determinada do custo do produto, até a entrega deste aquele Banco, na base do preço fixo também estabelecido pela Lei, depois de deduzidas as despesas (art. 2.º e parágrafo único da Lei n.º 86, de 8 de setembro de 1941). Não se cogita de apurar ou dividir lucros, mas de verificar o custo real do produto, tendo em vista as despesas, inclusive seguro e frete, até o armazém do vendedor em Belém, para determinação do valor líquido do produto, sobre o qual é calculada a parte de cada um daqueles participantes, respectivamente, de 60% para o seringueiro, 33% para o seringueiro e 7% para o proprietário do seringa.

O Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia, foi criado exatamente para ser o órgão regulador dessa intervenção, pelo financiamento à produção em todas as suas fases, até a operação final de venda do produto, em cujo momento ficou investido. Os lucros do Banco, com a venda do produto, estão subordinados a outros encargos e despesas e têm outro destino, que não aquele que lhe quer dar o eminente autor do substitutivo.

Fixando cotas mínimas correspondentes à participação do seringueiro, do seringueiro e do dono do seringa,

no trabalho de produção, teve a lei o triplice intuito de assegurar uma justa remuneração a esses coparticipantes, na razão da importância da contribuição de cada um, evitando a exploração do trabalho humano nos seringais; estimular o esforço daqueles que se entregavam na aspersão da floresta à produção da matéria prima essencial à guerra e, ao mesmo tempo, dar estabilidade a aquele setor da economia nacional, tão sujeito às oscilações dos preços do produto básico, como do custo de produção, subordinado às variações de preços das utilidades essenciais, no abastecimento regional e a outras circunstâncias que as peculiaridades locais explicam.

O que teve a lei em vista foi criar condições favoráveis à economia da borracha em termos que permitissem maior desenvolvimento à produção por uma organização do trabalho em bases diferentes do sistema tradicional, garantindo principalmente o seringueiro e interessando-o no preço fixado de entrega do produto ao Banco.

Não poderia a lei ter o intuito de atribuir lucros a esses co-produtores como não poderia sujeitá-los a prejuízos. Observe-se que o Banco teve de manter estoques da borracha produzida depois da guerra e de denunciados pelo Governo Americano os acordos de Washington quando a indústria nacional ainda não podia consumir toda a produção nacional e não tinhamos colocação para os nossos excedentes, daí derivando prejuízos que eram cobertos por meio de créditos especiais autorizados por lei e só depois foram ressarcidos com o aumento de consumo pela manufatura do país da matéria prima amazônica.

2. E' preciso considera que se opera o trabalho de produção nos seringais, com as suas características e peculiaridades, e ver que não poderia a lei atribuir lucros ou prejuízos aqueles que se entregam a esse mister, ainda também pela impraticabilidade de distribuir essas vantagens a trabalhadores que não mantem com o Banco relações diretas de dependência, a serviço que estão dos seringalistas ou donos de seringais e exercem um trabalho aleatório, de uma população flutuante, e sem fixidez, meio nômade e que se concentra nos seringais nas épocas de safra, para depois voltar aos pontos de origem ou procurar zonas de maior produtividade.

E' preciso ter em vista a natureza do processo de produção na região amazônica, para ver as relações entre os coparticipantes naquele e dos mesmos com o órgão financiador.

Este respeito diz o Presidente do Banco, em informação ao Ministério da Fazenda:

"O seringalista é o proprietário ou o locatário do seringal. O seringueiro é o extrator da borracha. O trabalho desenvolvido pela seguinte forma: o seringalista fornece mercadorias aos seringueiros, debitando-lhes o valor da conta. O seringueiro extrai a borracha e entrega-a ao seringalista. O seringalista entrega-se ao Banco. Do valor líquido apurado, o seringueiro percebe 60%. Esse valor é creditado ao seringueiro na conta que mantém com o seringalista. O saldo será positivo ou negativo, segundo os valores balanceados."

A lei n.º 88, de 8 de setembro de 1947 estabeleceu no artigo 2.º o preço do (Cr\$ 1800) dezoito cruzeiros, a ser pago pelo Banco, por quilograma da borracha, posta no armazém do vendedor em Belém do Pará, entendendo-se o referido preço para a borracha Acre fina especial, com o teor médio de 20% de unidade, servindo como padrão para fixação do preço das demais qualidades. Autorizou o Banco a fixar preços para borrachas

de outras qualidades e no artigo 3.º dispôs:

"O valor líquido, depois de vendida a borracha, se distribuirá de conformidade com o disposto no art. 4.º do decreto-lei n.º 4.481 de 17 de outubro de 1942, através das tabelas organizadas pelo Banco de Crédito da Borracha S. A., baseadas no preço fixado nos termos do art. 2.º acima."

A lei n.º 1.184, de 30 de agosto de 1950 manteve o mesmo regime, determinando que as tabelas de preços sejam organizadas pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha (artigo 12).

Não se cogita, em todos esses dispositivos reguladores da matéria, de distribuição de lucros.

Há, ainda, a observar, quanto a este aspecto da questão, que a distribuição de lucros varia a beneficiar apenas aos financiados pelo Banco, para a extração da borracha, quando há numerosos outros seringalistas, como acentua a informação do Banco, prestada ao Ministério da Fazenda em 7 de julho de 1952, em anexo ao projeto, que não seriam beneficiados com o reajustamento dos seus lucros o que constituiria "flagrante injustiça". Diz o Banco da Borracha nessa informação, em referência ao projeto em exame:

"Indiscutivelmente o projeto visa beneficiar simplesmente uma parte dos financiados para a extração da borracha; aqueles que obtiveram recursos no Banco de Crédito da Borracha S. A. Os numerosos outros seringalistas que foram financiados pelas empresas particulares, conhecidas como casas aviadoras, que se encontram em igual situação, não serão alcançados por nenhum favor."

O artigo 4.º do decreto-lei n.º 4.481 não regula lucros, nem expressa um princípio, disciplinando apenas a participação no produto dos coprodutores, seringueiros, seringalistas e donos dos seringais, isto é, das entidades vinculadas à produção.

Em outro dispositivo, o Decreto-lei n.º 4.481, regula a aplicação e o destino dos lucros obtidos com as operações de venda da borracha. E' o que se dá com o art. 9.º:

"Dos lucros apurados em cada safra, feitas as deduções para o Fundo de Reserva, será distribuído um dividendo máximo de 12% (doze por cento) ao ano e o excedente dos lucros líquidos creditado a um Fundo Especial, para incentivar o aproveitamento da produção da borracha, assim como para saneamento e colonização das regiões produtoras."

Como se vê, não se condiz a interpretação dada pelo eminente autor do substitutivo do art. 4.º, com a disposição expressa do art. 9.º do mesmo diploma legal. Os lucros do Banco, notadamente os obtidos com a venda de borracha, deduzidas todas as despesas posteriores à entrega do produto ao mesmo financiador e monopolista, vão, feita a dedução de quota destinada ao fundo de reserva, dos dividendos anuais, e das despesas próprias do Banco, constituir o Fundo Especial de fomento, inclusive de saneamento e colonização das regiões produtoras. Não podem, pois, esses lucros ter outro destino.

O Banco, recebendo toda a borracha produzida e pagando-a ao seringalista, que a entrega em bruto, na base dos preços fixados, recolhe esse produto aos seus depósitos e armazéns de estoque e manda proceder ao beneficiamento, isto é, à lavagem e crepagem, para padronização dos vários tipos da goma elástica, daí resultando novas despesas que se somam ao custo de produção pago pelo Banco, notadamente as que se destinam a escominar a matéria prima da unidade e das impurezas, pelas uzinas beneficiadoras, com redução do volume nesse processo de crepagem e estufa-

gem, além das de embalagem, correção, fretes, seguro, estiva, despacho, armazenagem, etc., sendo a quota do produto bruto em relação ao beneficiado, pronto este para venda às uzinas e fábricas de artefatos, de 20% em média (informação do Banco de Crédito da Borracha ao Ministério da Fazenda).

Os lucros líquidos com a venda da borracha, em operação final pelo Banco, respondem, assim, pelo custeio das despesas gerais da administração, pelos prejuízos do financiamento, pela garantia de juros aos seringalistas, de 4% ao ano, como pelos dividendos aos acionistas e pelo Fundo de Assistência, além do fundo de reserva. Se fossem esses lucros reservados aos seringueiros, seringalistas e proprietários de seringais, o que restaria ao Banco para atender as suas próprias despesas, aos dividendos e ao fundo criado pela lei, aos prejuízos eventuais, com esses financiamentos e aos demais encargos que lhe são impostos?

Não pode haver outra maneira de compreender ou aplicar o disposto no citado art. 4.º do Decreto-lei que resultou a intervenção do governo, através daquele Banco, produção da borracha. Até mesmo, tendo em vista o que dispõem os parágrafos 1.º e 2.º do referido art. 4.º:

No primeiro se declara que a quota do proprietário do seringal no valor do produto será de 40%, quando o mesmo proprietário fizer a exploração direta. Neste caso a figura do seringalista contémine com a do dono do seringal, para ficarem como coparticipantes na produção apenas este e o seringueiro.

O segundo parágrafo atribui ao Banco competência para fiscalização da distribuição das percentagens estabelecidas, cuja relação só poderia ser alterada mediante aprovação do Presidente da República.

Por sua vez o dispositivo do art. 3.º do mesmo Decreto-lei n.º 4.481, de 17 de outubro de 1942 esclarece perfeitamente sobre que recai a distribuição de que cogita o seu art. 4.º, ajustando qualquer ideia de lucro a dividir, nos seguintes termos:

"Art. 3.º — Durante o prazo a que se refere o artigo anterior, o Banco de Crédito da Borracha S.A. poderá intervir nos seringais e designar prepostos seus, para promover a exploração regular da borracha onde a sua extração esteja, por qualquer motivo, dificultada ou paralizada, restituida sempre a distribuição a que se refere o art. 4.º"

E' evidente que o diploma legal de intervenção no setor da produção da borracha queria assegurar ao seringueiro como produtor primário, o mínimo de 60% no valor do custo real da matéria prima, deduzidas as despesas iniciais, para evitar a exploração dos trabalhadores dos seringais. O restante ficaria para o seringalista e para o dono do seringal. Quando este explorasse diretamente a sua propriedade, então, teria 40% do valor do produto.

Fica, assim, bem claro que se trata, no caso, de estabelecer uma relação entre as partes que devem ter os co-produtores da matéria prima no preço deste, para sua entrega ao Banco. Daí por diante correção, por conta deste, com a exclusividade das operações finais da venda, o que lhe foi atribuído, todos os encargos, riscos ou prejuízos, assim como os lucros que resultam da venda do produto às uzinas ou fábricas de artefatos do país. São duas fases bem distintas na economia da borracha, e da produção, até o recebimento do produto pelo Banco vindo dos seringais, na base do preço fixado e a fase que se deve considerar comercial, de onde podem provir lucros ou prejuízos, depois que o Banco recebe a matéria prima dos seringalistas financiados por ele, ou

não, e a vende à indústria de transformação, em vários tipos comerciais, segundo os padrões conhecidos, pela procedência, ou beneficiamento a que essa matéria prima se tem de submeter. Na primeira não pode haver lucros a distribuir. O que aí se distribui é a parte que cada um dos ligurantes na produção tem no custo da matéria prima, repetimos.

Considerando-se, ainda que a Lei n.º 88, de 8 de setembro de 1947, que deu outras providências para assegurar estabilidade à economia da borracha brasileira, revogando o disposto no art. 4.º do Decreto-lei n.º 4.481 e conservando ao Banco de Crédito da Borracha a exclusividade das operações finais de compra e venda da borracha, que se destina o produto ao suprimento da indústria nacional, quer se destine à exportação ("art. 4.º"), cria para o mesmo Banco a obrigação de manter estoques nos centros industriais, em qualidades e quantidades suficientes para garantir o pleno funcionamento dos estabelecimentos manufatureiros (art. 6.º, letra a), o que importa em pesado encargo a somar aos que resultam das operações que são atribuídas a esse estabelecimento de crédito e as consequentes despesas com os estoques à espera de compradores, sem contar a redução destes pela quebra, com a circunstância de que só em 1.32 vez a verificar-se o equilíbrio estatístico entre a produção da matéria prima e o consumo pela manufatura nacional. Antes disso não poderia haver lucros a distribuir. As reservas do Banco e as empenhadas em cobrir os excedentes entre a produção da borracha e o consumo pela indústria, uma vez que, com a denúncia dos Acordos de Washington em 1947, deixamos de exportar o nosso produto para o exterior, devido a concorrência asiática a preços mais baixos que o custo da matéria prima nacional. O caixa do Banco financiador e comprador único teve de ser suprido por créditos especiais votados pelo Congresso, sem o que teria sido sobrecarregado a economia da borracha brasileira. O Tesouro contribuiu, nesse período, com as dotações de Cr\$ 40 000 000,00 e Cr\$ 150 000 000,00 concedidas pelas Leis n.º 462, de 30 de outubro de 1948 e n.º 530, de 11 de dezembro de 1948, para esse suplemento (art. 8.º da Lei n.º 1.184, de 30 de agosto de 1950).

Falta, assim, fundamento legal ao Substitutivo.

Somos, por tudo isso, pela sua rejeição.

O eminente colega Senador Waldemar Pedrosa propõe emenda ao artigo 1.º para que sejam extensivos aos armadores financiados pelo Banco de Crédito da Borracha, hoje Banco de Crédito da Amazônia S. A., os favores que o projeto concede aos seringalistas, quanto aos débitos hipotecários ao mesmo estabelecimento existentes em 31 de dezembro de 1951.

O Banco de Crédito da Amazônia teve de conceder empréstimos a armadores e proprietários de navios fluviais da navegação amazônica, mediante hipoteca naval, para permitir que esses navios pudessem continuar a manter as linhas de navegação que tradicionalmente vêm fazendo, através da rede hidrográfica do grande vale, notadamente suprimindo as dificuldades do Serviço de Navegação da Amazônia, que não tem podido atender a todas as necessidades de transporte das linhas a seu cargo e de outras que, por falta de embarcação ou decadência da antiga frota, desde há muito não têm sido suprida pela empresa oficial. Esses navios particulares a serviço das denominações casas criadoras, foram sempre fatores de maior importância para a vida das relações econômicas ligadas à produção da borracha, da castanha, das sementes oleaginosas, da batata e demais produtos silvestre, que alimentam a

economia das populações amazônicas disseminadas naquelas imensas paragens equatoriais e, em muitos casos, o único meio de que essas populações dispõem para trazer os seus produtos aos centros de distribuição ou consumo.

Isto quer dizer que a navegação amazônica é fator substancial da produção, sem o qual esta ficaria inerte e inaproveitada no recessos da floresta.

Nenhuma recuperação da economia amazônica poderia ser tentada, sem se tratar de melhorar as condições do transporte fluvial, sobretudo tendo em vista o barateamento dos fretes, que vêm pesando sobre o custo de produção, por meio de um sistema de navegação compatível com as peculiaridades regionais e as circunstâncias em que se desenvolve o trabalho ao longo do labirinto hidrográfico. Por isso é que é o transporte na região amazônica o problema de mais presente preocupação para a valorização do trabalho do homem e mobilização das imensas riquezas que ali se acumulam.

E tendo em vista essas considerações que damos apoio à emenda do nobre Senador Waldemar Pedrosa. O Fundo Especial destinado à produção da borracha criada pela Dec. Lei n.º 4.841, de 17 de outubro de 1912, depois ampliado pela Lei n.º 1.184, de 30 de agosto de 1950, com a denominação de Fundo Especial de estímulo à produção (art. 6.º), não podia deixar de atender à navegação e às suas necessidades de crédito. Assim é que dispõe o § 1.º do citado art. 6.º:

“O Fundo, a que se refere este artigo, será aplicado na Amazônia, dentro de normas e finalidades previamente aprovadas em cada exercício pelo Poder Executivo, no financiamento de atividades agrícolas e pecuárias, indústrias de interesse da planície, para aproveitamento de suas matérias primas, melhoria dos meios de transportes”.

A situação em que se encontram os armadores, amazônicos, inclusive o próprio Serviço de Navegação da Amazônia, a cargo da respectiva autarquia, é da maior precariedade, sobretudo pelas dificuldades de aquisição de novos navios ou recondicionamento dos antigos, de resultados sempre deficitários. De outro lado, não tem o governo concedido subvenções ou favores às linhas de navegação, salvo um ou outro caso, sem interesse permanente. Em todos os exercícios os chefes anuais do Serviço de Navegação da Amazônia, agregado numa mesma autarquia ao Serviço do Porto do Pará (Snapp), são cobertos por meio de créditos especiais votados pelo Congresso, atendendo à solicitação do Poder Executivo.

De tal sorte, deve-se ter o reajustamento que a emenda propõe como prêmio à produção pela colaboração que a navegação presta a esta e à sua mobilização.

Por estas razões somos de parecer que a emenda seja aprovada.

EMENDA N.º 1

Art. 1.º — A emenda de autoria do eminente Senador Ivo de Aquino manda acrescentar ao art. 1.º do projeto depois da palavra “seringueiros”, as palavras “e seringueiros”. O objetivo da emenda seria beneficiar também. Mas, a emenda é desnecessária porque o artigo 6.º do projeto já dispõe que os seringueiros, para que possam gozar dos benefícios da lei, ficam obrigados a provar por meio hábil que concederam aos seringueiros, que com eles transacionaram, as mesmas vantagens, concedidas por esse reajustamento, regulando o § 1.º do citado art. 6.º que “o montante do benefício concedido pelos ressingalistas aos seringueiros ficará limitado ao valor do benefício recebido pelos primeiros” e o § 2.º que “os seringueiros poderão reclamar, sempre, do Banco de Crédito da Ama-

zônia S. A. contra a inexecução do estipulado neste artigo, valendo-se inclusive dos favores da assistência judiciária”.

Ficam assim atendidos os nobres interesses do eminente autor da emenda, por isso, pela rejeição da mesma.

EMENDA N.º 2

Art. 2.º — Ainda de iniciativa do nobre Senador Ivo de Aquino, a emenda n.º 2, dispõe que em vez de “a taxa de 5% (cinco por cento)”, diga-se “a taxa de juro legal”.

Pretende a emenda ajustar a taxa dos juros referentes aos débitos dos seringueiros ao regime comum da lei civil. Não tem, porém, razão o seu eminente autor. Em primeiro lugar porque se trata de uma lei de exceção, para favorecer determinado setor da produção nacional, que precisa ser animado e protegido e de dívidas congeladas pelo Banco financiador, a quasi totalidade delas já levadas a lucros e perdas. Depois porque o regime estabelecido para os financiamentos, por aquele Banco, da produção da borracha e até mesmo de outros produtos amazônicos, é do máximo de 4% ao ano, para a taxa de juros, como se vê do art. 7.º e 2.º da Lei n.º 1.184, de 30 de agosto de 1950. Uma economia tão depauperada como a amazônica não suporta taxa mais alta de juros.

Somos por isso, pela rejeição da emenda.

SUBEMENDA A EMENDA N.º 1

De autoria do eminente Senador Américo Jobim, a subemenda manda substituir, no art. 1.º do projeto, a expressão “a contar de 30 de julho de 1951”, pela “a contar da vigência desta lei”.

Parece-nos que a subemenda, que, em última análise, é verdadeira emenda aditiva ao art. 1.º, se ajusta melhor aos objetivos do projeto, regulando de modo mais consentâneo com os interesses comuns dos devedores e do credor o prazo de vencimento das amortizações dos débitos reajustados.

Somos pela aprovação da emenda.

O SR. PRESIDENTE: Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Othon Mader. (Pausa).

O Sr. 1.º Secretário procede à leitura do seguinte:

Requerimento n.º 400, de 1954

Nos termos do art. 154, letra a, do Regimento Interno requiro audiência da Comissão de Economia sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 62, de 1952.

Sala das Sessões, em 22 de julho de 1954. — Othon Mader.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento que acaba de ser lido.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O Projeto vai à Comissão de Economia.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 17, de 1954 (n.º 1.030, de 1953, na Casa de origem), que dispõe sobre a contribuição para o montepio militar (incluído em Ordem do Dia nos termos do artigo 90, letra a, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 369, de 1954, do Sr. Senador Cícero de Vasconcelos), tendo pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

O SR. FLÁVIO GUIMARÃES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi ouvido pelo orador) — Sr. Presidente, o Projeto n.º 17 é dos mais justos que têm vindo ao Senado.

Dei parecer na Comissão de Constituição e Justiça, e fui procurado por vários membros das Comissões que me solicitaram esclarecer a justiça dos objetivos da proposição que tem por mira facultar a contribuição para o Montepio relativo ao segundo posto que se seguir ao da respectiva patente, ficando assegurada aos herdeiros a pensão correspondente ao segundo posto, e estende igual direito à Polícia Militar do Distrito Federal e ao Corpo de Bombeiros. O mesmo direito é assegurado aos oficiais daquelas Forças que passaram à inatividade, com mais de 35 anos de serviço.

O Projeto é da mais alta justiça. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e enviado à sanção o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 17, de 1954

Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Aos oficiais da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros, com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço computável para fins de inatividade, é facultado contribuir para o montepio relativo ao segundo posto que se seguir no da respectiva patente, ficando assegurada aos seus herdeiros a pensão correspondente.

Parágrafo único. Igual direito é assegurado aos oficiais daquelas Forças que passaram à inatividade com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 3, de 1954, que cria, na Justiça do Trabalho, Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco e dá outras providências. (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, em 1954, do Sr. Djair Brindeiro aprovado na sessão de 20 de julho de 1954, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças).

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa).

É aprovado e remetido à sanção o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 3, de 1954

Cria, na Justiça do Trabalho Juntas de Conciliação e Julgamento nos Estados de São Paulo e Pernambuco, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º São criadas, na Justiça do Trabalho, as seguintes Juntas de Conciliação e Julgamento:

a) — 8.º, 9.º e 10.º, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo;
b) — 3.º, com sede em Recife, Estado de Pernambuco;

c) — Única, com sede em Paulista, Estado de Pernambuco.

Art. 2.º A jurisdição das Juntas sediadas na Capital do Estado de Pernambuco abrangerá o território do Município de Olinda.

Art. 3.º São criados cinco cargos de Juiz do Trabalho Presidente da Junta e dez funções de Vogal, sendo cinco para a representação de empregadores e cinco para a de empregados, correspondente às Juntas a que se refere esta lei.

§ 1.º É criado o cargo de suplente de Juiz do Trabalho, Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Paulista.

§ 2.º Haverá um suplente para cada Vogal.

§ 3.º Os vencimentos dos cargos e atribuições das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 4.º Os mandatos dos Vogais das Juntas de que trata o artigo anterior terminarão simultaneamente com os dos titulares das demais Juntas das respectivas jurisdições atualmente em curso.

Art. 4.º Os Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho das 2.ª e 6.ª Regiões, promoverão a instalação das Juntas ora criadas ao âmbito de suas jurisdições.

Art. 6.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário Justiça do Trabalho — os créditos especiais para execução desta lei, até a importância de Cr\$ 3.061.800,00 (três milhões, noventa e quatro mil e oitocentos cruzeiros).

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação em discussão única do dos Senhores Cícero de Vasconcelos e o de 1952, que inclui a Associação Projeto de Lei da Câmara n.º 45, Montepio Geral de Economia dos Servidores do Estado entre as entidades consignatárias de que trata a Lei número 1.046, de 2 de janeiro de 1950. Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob número 230, de 1953, pela constitucionalidade; da Comissão de Finanças, sob número 235, de 1954, pela rejeição do projeto e da emenda.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Ezequias da Rocha, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento n.º 401, de 1954

Nos termos dos arts. 123, letra b, e 154, letra a, do Regimento Interno, requiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 45, de 1952, a fim de que sobre ele seja ouvida a Comissão de Serviços Públicos Civis.

Sala das Sessões, em 26 de julho de 1954. — Ezequias da Rocha.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude da deliberação do plenário, o Projeto é retirado da Ordem do Dia para audiência da Comissão de Serviços Públicos Civis.

Votação, em discussão única, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, originário da Câmara dos Deputados, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenil Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente. Pareceres: da Comissão de Finanças, n.º 421, de 1954, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça, número 420, de 1954, pela constituição.

cionalidade do projeto; n.º 421, de 1954, pela constituição da substitutivo.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Substituto que, aprovado, prejudicará o Projeto.

Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o seguinte

SUBSTITUTIVO

Art. 1.º O aprovado o termo de contrato celebrado, em 11 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, nos termos da legislação federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Fica prejudicado o seguinte

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1953

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas de 27 de dezembro de 1951, que negou registro ao termo de contrato celebrado, em 15 de agosto de 1951, entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Redação.

Votação, em primeira discussão, do Projeto de Lei do Senado número 45, de 1954, que denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais. Pareceres favoráveis; da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 536, de 1954; da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, sob número 537, de 1954.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 45, de 1954

Denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações, em Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta: Artigo único. Denominar-se-á Melo Viana o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

O projeto voltará oportunamente à Ordem do Dia, para 2.ª discussão.

Votação, em primeira discussão, do artigo 132 do Regulamento interno do Projeto de Lei do Senado número 24, de 1954, que dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de previdência social. Parecer: número 534, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a preliminar.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer da Comissão de Constituição

Justiça, pela inconstitucionalidade, queiram permanecer sentados. — (Pausa)

Está aprovado.

E' rejeitado por inconstitucional e vai ao arquivo o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 24, de 1954

Dispõe sobre o provimento em cargos de carreira de nível universitário superior nas instituições de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O preenchimento das vagas que se verificarem nos cargos iniciais das carreiras de nível universitário superior, inclusive nas de médico, engenheiro e procurador será feito, nas instituições de previdência social, na proporção de provas e títulos e 50% (cinquenta por cento) concurso de provas ou de provas e títulos e 50% (cinquenta por cento) mediante seleção entre os funcionários do quadro permanente da entidade, com mais de 5 (cinco) anos de efetivo exercício na instituição, e que sejam portadores de diploma devidamente registrado na repartição competente.

Art. 2.º A solução a que se refere o artigo anterior, será feita por merecimento, apurado na forma das normas e legislação em vigor para promoção em cada entidade.

Art. 3.º As vagas que devam ser providas mediante seleção entre os funcionários do quadro permanente da instituição serão preenchidas com observância do disposto nos parágrafos seguintes:

§ 1.º As vagas referidas neste artigo só poderão concorrer os funcionários que tenham obtido grau de eficiência igual ou superior a 90 (noventa) pontos nos 3 (três) últimos anos.

§ 2.º Em caso de empate, a preferência recairá no concorrente mais antigo na instituição e, sendo aquele no candidato que ocupar cargo de padrão mais elevado.

Art. 4.º O funcionário que, na data da última reestruturação de qualquer das carreiras abrangidas pela presente lei, já conte mais de 10 (dez) anos de serviço efetivo, na entidade, será provido na classe, padrão ou categoria em que, em situação idêntica, tiverem sido enquadrados os integrantes da carreira reestruturada.

Parágrafo único. Nessa hipótese, a vaga preenchida será automaticamente transferida para a classe, padrão ou categoria a que tiver direito o funcionário.

Art. 5.º O funcionário que, na data do provimento contar mais de 15 (quinze) anos de serviço efetivo na instituição, será lotado na Unidade da Federação em que estiver servindo.

Art. 6.º O funcionário que tiver mais de 20 (vinte) anos de serviço efetivo, sem qualquer penalidade e sem nenhuma licença para tratamento de interesses particulares, será provido, independentemente da proporcionalidade no artigo 1.º, na primeira vaga que ocorrer desde que satisfaça o índice mínimo de merecimento referido no § 1.º do art. 3.º

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento número 328, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo a nomeação de uma comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. Ministro Tavares de Lima, por motivo de acidente que sofreu.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE:

Em virtude do voto do Senado, designo os Srs. Mozart Lago — Alvaro Adolpho e Othon Mäder.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 330, do Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regulamento Interno, do Projeto de Lei do Senado n.º 40, de 1954, que restaura direitos dos atuais praticantes de piloto da Marinha Mercante.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto, de acordo com o Regulamento Interno vai ao al.iss. scQ. mento Interno vai à Comissão de Segurança Nacional.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara número 143, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel. Parecer favorável, sob número 546, de 1954, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e remetido à sanção o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 143, de 1954

(4.329-B — 1954)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para auxiliar a reconstrução do Instituto Princesa Isabel.

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), a título de auxílio ao Instituto Princesa Isabel, no Distrito Federal, para reconstrução do seu edifício escolar sinistrado em virtude do incêndio.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do do Requerimento n.º 391, de 1954, do Sr. Senador Alfredo Simões e outros Srs. Senadores, pedindo a inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regulamento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, para pagamento, no corrente exercício, de subvenções a estabelecimentos de ensino superior do país, na conformidade das Leis números 2.100, de 33-11-53 e 2.151, de 21 de dezembro de 1953.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto figurará oportunamente em Ordem do Dia.

Votação em discussão única do Requerimento n.º 325, de 1954, do

Sr. Senador Francisco Galotti, pedindo a nomeação de uma Comissão de três membros para representar o Senado na reunião da Conferência Mundial da Energia a realizar-se em Petrópolis, de 25 de julho a 10 de agosto do ano em curso.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Em obediência ao voto do Senado, designo os nobres Senadores Francisco Galotti, Alencastro Guimarães e Othon Mäder para representarem esta Casa na reunião da Conferência Mundial de Energia.

O Sr. Café Filho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

Votação, em segunda discussão, do Projeto de Lei do Senado número 23, de 1954, que dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado. Parecer em primeira discussão em 16-6-1954, com parecer favorável, sob n.º 412, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado e vai à Comissão de Redação o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Dispõe sobre o Vice-Presidente da República eleito Senador ou Deputado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Vice-Presidente da República, eleito para o Congresso Nacional (Constituição, artigo 139, números I, letra a, in fine, e IV) perderá o lugar no momento da posse no Senado ou na Câmara dos Deputados (Constituição artigo 36 e respectivo § 1.º).

Art. 2.º O Vice-Presidente da República que, substituído, ou sucedido, ao Presidente da República depois de eleito para exercer mandato legislativo (Constituição artigos 36, § 1.º e 139) e o que, nessas mesmas condições, não comparecer, por mais de seis meses consecutivos, a contar da data da instalação da legislatura, as sessões do Senado ou da Câmara dos Deputados (Constituição, artigos 44, § 1.º) perderá o direito ao referido mandato.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 398, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, do do Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de 1954, que torna extensiva o abono de emergência aos senadores da Comissão Federal de Abastecimento e Preços e das Comissões Estaduais de Abastecimento e Preços.

O SR. PRESIDENTE:

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto entrará oportunamente na Ordem do Dia. (Pausa.)

Sobre a mesa um requerimento que vai ser lido

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 402, de 1954

Requerimento apresentado para que o Projeto de Lei da Câmara n.º 116, de

1952, seja discutido e votado antes do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954.
Sala das Sessões, em 26 de julho de 1954. — Aloysio de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE:

De acordo com a deliberação pelo Plenário, passa-se à

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 278, de 1952, que modifica os artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal (anexo do Ordem do Dia, em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão extraordinária de 23-7-54, a requerimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho unido Parecer n.º 556, de 1954, da Comissão de Constituição e Justiça pela constitucionalidade e, quanto ao mérito, pela rejeição).

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão (Pausa).
Não havendo quem peça a palavra, encerra-se a discussão (Pausa).
Encerrada.

Em votação.
Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto que queiram permanecer sentados (Pausa).

É rejeitado seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 278, de 1952

Modifica os artigos 57 e 60 do Código Penal e 696 e 710 do Código de Processo Penal.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Os artigos 57 e 60 do Código Penal (Decreto-lei n.º 2.948, de 7 de dezembro de 1940), passam a ter as seguintes redações:

*Art. 57. A execução da pena de detenção ou reclusão não superior a dois anos pode ser suspensa, por dois a seis anos, desde que:

I — O sentenciado não haja sofrido, no Brasil ou no estrangeiro condenação por outro crime; ou condenação no Brasil por motivo de contravenção;

II — Os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e as circunstâncias do crime autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Parágrafo único. A suspensão não se estende à pena de multa nem à pena acessória.

Art. 30. O juiz pode conceder liberdade condicional ao condenado a pena de reclusão ou de detenção superior a dois anos, desde que:

I — Cumprida mais de metade da pena, se o criminoso e primário, e menos de três quartos, se reincidente;
II — Verificada a ausência ou a cessação da periculosidade, e provados bom comportamento durante a vida carcerária e aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto;

III — Satisfeitas as obrigações civis resultantes do crime mesmo quando provada a insolvência do condenado.
Art. 31. A liberdade condicional que corresponde a crimes autônomos pode ser somar-se, para o efeito do livramento condicional, quando qualquer delas é superior a dois anos;

Art. 2.º Os artigos 656 e 710 do Código de Processo Penal (Decreto-lei n.º 3.629, de 8 de outubro de 1941), passam a ter a seguinte redação:

*Art. 696. O juiz poderá suspender, por tempo não menor de dois nem maior de seis anos, a execução da pena de detenção ou de reclusão não superior a dois anos, ou por tempo não menor de um nem maior de três anos, a execução da pena da prisão simples, não superior a dois anos, desde que:

I — Não haja o sentenciado sofrido, no Brasil ou no estrangeiro condenação por outro crime ou condenação, no Brasil, por motivo de contravenção;

II — Os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e as circunstâncias do crime autorizem a presunção de que não tornará a delinquir.

Parágrafo único. Processado o beneficiário por outro crime ou contravenção considerar-se-á prorrogado o prazo da suspensão da pena até o julgamento definitivo.

Art. 710. O livramento condicional poderá ser concedido ao condenado a pena de reclusão ou de detenção superior a dois anos, desde que se verifique nas condições seguintes:

I — Cumprimento de mais de metade da pena, se primário, e de mais de três quartos, se reincidentes;

II — Ausência ou cessação de periculosidade;

III — Bom comportamento durante a vida carcerária;

IV — Aptidão para prover a própria subsistência mediante trabalho honesto;

V — Satisfação das obrigações civis resultantes do crime salvo quando provada a insolvência.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

O SR. PRESIDENTE:

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à chamada para verificação do "quórum" regimental.

PROCEDE-SE A CHAMADA A QUE RESPONDEM OS SRS. SENADORES:

Alvaro Adolpho — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Thomas Rodrigues — Ruy Carneiro — Assis Chateaubriand — Novais Filho — Ezequias da Rocha — Esperidião de Farias — Julio Leite — Derval Cruz — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Alfredo Neve — Alencastro Guimarães — Mozart Lago — Nestor Massena — Costa Paranhos — Costa Pereira — Rocha Dias — Othon Mäder — Flávio Guimarães — Francisco Gallotti — Alfredo Simch — (24).

O SR. PRESIDENTE:

Responderam à chamada 24 Senhores Senadores.

Não há número para a discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1.

Está esgotada a Ordem do Dia.

Se há oradores inscritos, (Pausa) Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Havendo amanhã reunião do Congresso, designo para a sessão de quarta-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

(Encerra-se a sessão às 16 horas e 20 minutos).

SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 39, DE 26 DE JULHO DE 1954

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Deolinda Maria Peixoto Braga, da Diretoria da Biblioteca para a Diretoria da Contabilidade.

Em 26 de julho de 1954. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

PORTARIA N.º 38, DE 26 DE JULHO DE 1954

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Cecília Braconi e Castro, da Comissão de Constituição e Justiça para a Diretoria da Biblioteca.

Em 26 de julho de 1954. — Luiz Nabuco, Diretor Geral.

ATOS DA COMISSÃO DIRETORA

A Comissão Diretora, em reunião de 22 de julho corrente, deferiu os seguintes requerimentos:

— de Franklin Palmeira, Diretor de Serviço, padrão PL-2, solicitando 90 dias de licença especial, em prorrogação;

— de Myriam Côrtes Greig, Oficial Legislativo, classe "J", solicitando prorrogação de licença para tratamento de saúde por mais 120 dias;
— de Eth Viena Krutz, Paquira, classe "O", solicitando 60 dias de licença especial;

— Claudia Adda Passerini, Oficial Legislativo, classe "L", solicitando 60 dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de julho corrente.

Resolveu, ainda, a Comissão Diretora, determinar, em virtude de consulta da Diretoria de Contabilidade, seja o título do Zéacôr do Patrimônio apostado como "Administrador do edifício" e, a seguir, indeferiu, de acordo com o laudo do Serviço de Biometria Médica, o Requerimento n.º 180-54, em que Aristoteles Pereira Mairuga, Auxiliar de Limpeza, classe "H", solicita 90 dias de licença para tratamento de saúde.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX - Nº 127

CAPITAL FEDERAL

QUINTA FEIRA, 29 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e do artigo 43 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 29 de Julho do ano em curso, às 11,30 horas, no Palácio Tiradentes, connexerem ao Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380, de 1952, no Senado Federal, que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e em outras providências.

Senado Federal, 3 de Julho de 1954
JOÃO CARL FILHO

7.ª sessão conjunta

4.ª sessão legislativa ordinária

2.ª legislatura

Em 29 de Julho de 1954, às 11,30 horas,
no Palácio Tiradentes

ORDEM DO DIA

Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.575, de 1952, na Câmara dos Deputados, e n.º 380 de 1952, no Senado Federal) que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e da outras providências, tendo Parecer, sob n.º 8, de 1954, da Comissão Mista designada nos termos do art. 46 do Regimento Comum.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho
1.º Secretário — Alfredo Neves
2.º Secretário — Vespasiano Martins
3.º Secretário — Francisco Galotti
4.º Secretário — Ezequias da Rocha
1.º Suplente — Prisco dos Santos
2.º Suplente — Costa Pereira
Secretário — Luis Nabuco, Diretor
Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Perceira Pinto — Presidente
Landulpho Alves — Vice-Presidente
Sa. Tinoco, (**)
Julio Leite,
Costa Pereira,
Plínio Pompeu,
Euclydes Vieira, (***),
(**) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
(***) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
(****) Substituído pelo Senador Mo-
ZART LAGO.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presi-
dente.
2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-
Presidente.
3 — Arya Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclydes Vieira
Secretário — João Alfredo Rarasco
de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-
anda Cavalcanti.
Reuniões — As quintas-feiras, às 15
horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente
2 — Ismar de Góis — Vice-Presi-
dente (**).
3 — Alberto Pasqualini
4 — Avaro Adolfo, (**).
5 — Apolônio Sales, (***).
6 — Carlos Lindenberg
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Veiasco, (****).
9 — Durval Cruz.
10 — Euclydes Vieira.
11 — Ferreira de Souza
12 — Mathias Gijonazo, (****).
13 — Paulo Alexo.

14 — Plínio Pompeu, (****).
15 — Veloso Borges.
16 — Vitorino Freire, (*****).
17 — Walter Franco, (*****).
(*) Substituído pelo Sen. Esperidião de Farias.
(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.
(***) Substituído pelo Sen. Marti-
niano Fernandes.
(****) Substituído pelo Sen. Costa
Paranhos.
(*****) Substituído pelo Senador
Alencastro Guimarães.
(*****). Substituído pelo Senador
Thomaz Rodrigues.
(*****). Substituído pelo Senador
Antônio Bayma.
(*****). Substituído pelo Sena-
dor Joaquim Pires.
Secretário — Evandro Vianna
Diretor de Orçamento.
Reuniões às quartas e sextas-feiras
às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — Presidente.
Auryso de Carvalho — Vice-Presi-
dente.
Anísio Jobim
Affonso Viagacqua.
Camilo Alencar.

Ferreira de Souza.
Flavio Guimaraes.
Gomes de Oliveira.
Joaquim Pires.
Lulz Tinoco.
Olavo Oliveira, (*)
(*) Substituído pelo Senador Mozart
Lago.
Secretário — Lulz Carlos Vieira da
Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amado.
Reuniões — Quartas-feiras, às 9 ho-
ras.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presi-
dente.
2 — Luis Tinoco — Vice-Presidente.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.
Secretário — Pedro de Carvalho
Mittler.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-
anda Cavalcanti.
Reuniões às segundas-feiras, às 16,30
horas.

Relações Exteriores

- 1 - Georjino Aveiro - *Presidente*
 - 2 - Hamilton Nogueira - *Vice-Presidente*
 - 3 - Nivaldo Filho
 - 4 - Bernardino Filho
 - 5 - Djal Brindeiro
 - 6 - Vilhans Olimpio
 - 7 - Assis Chateaubriand (*)
 - 8 - João Vilhans
- (*) Substituindo internamente por Sr. Cicero de Vasconcelos

Secretário - J. B. Castelan Branco
Reuniões as segundas-feiras, às 16.30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*
 - 2 - Waldemar Pedrosa - *Vice-Presidente*
 - 3 - Aloysio de Carvalho
 - 4 - Carvalho Guimarães
 - 5 - Costa Pereira
- Secretário - Cecília de Rezende Martins
Auxiliar - Nathecia Sá Leão
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

- Leandro Coelho - *Presidente*
Alfredo Simch - *Vice-Presidente*
Pisco dos Santos
Vivaldo Lima
Djal Brindeiro
Secretário - J. de Barros Rêgo
Reuniões as quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Pisco dos Santos - *Presidente*
 - 2 - Luiz Pinco - *Vice-Presidente*
 - 3 - Nestor Massena
 - 4 - Vivaldo Lima
 - 5 - Djal Brindeiro
 - 6 - Mozart Lago
 - 7 - Julio Leite
- Secretário - Juliette Ribeiro dos Santos
Reuniões as quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euchides Vieira - *Presidente*
Onofre Gomes - *Vice-Presidente*
Alencastro Guimarães
Orthon Mader
Antônio Bayma
Secretário - Francisco Soares Arruda
Reuniões as quintas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*
 - 2 - Onofre Gomes - *Vice-Presidente*
 - 3 - Magalhães Barata
 - 4 - Ismar de Góes
 - 5 - Silvio Curvo
 - 6 - Walter Franco
 - 7 - Roberto Glasser
- Secretário - Ary Keiner Veiga de Castro
Reuniões as segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

- Aloysio de Carvalho - *Presidente*
Dario Cardoso
Francisco Galbotti
Onofre Mader
Dario Lindenberg

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos as edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Antônio Bayma
Bernardos Filho
Marcondes Filho
Olavo Oliveira
Domingos Velasco
João Villasbôas

Gomes de Oliveira
Atílio Vivacqua
Domingos Velasco
Victorino Freire

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

- 1 - Ismar de Góes - *Presidente*
 - 2 - Pisco dos Santos - *Vice-Presidente*
 - 3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Relator Geral*
 - 4 - Vivaldo Lima
 - 5 - Novais Filho
- Secretário - J. A. Ravasco de Andrade

De Revisão do Código Comercial

- 1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*
 - 2 - Leo d'Águino
 - 3 - Kervina de Souza - *Relator Geral*
 - 4 - Atílio Vivacqua
 - 5 - Victorino Freire
- Secretário - João Alfredo Ravasco de Andrade

Para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 - Dario Cardoso - *Presidente*
- 2 - Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*
- 3 - Anisio Jobim
- 4 - Atílio Vivacqua
- 5 - Camilo Merclo
- 6 - Kervina de Souza
- 7 - Flavio Guimarães
- 8 - Gomes de Oliveira
- 9 - Joaquim Pires
- 10 - Olavo Oliveira
- 11 - Waldemar Pedrosa
- 12 - Mozart Lago

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago - *Presidente*
Alvaro Adolpho - *Vice-Presidente*
João Villasbôas

- 13 - Hamilton Nogueira
- 14 - Camargo Maia
- 15 - Nestor Massena
- 16 - Francisco Porto

Secretário - Glória Fernandina Pinheiro

Auxiliar - Nathecia Sá Leão

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 - Luiz Tinoco - *Presidente*
 - 2 - Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*
 - 3 - Kerginaldo Cavalcanti
 - 4 - Orthon Mader
 - 5 - Ruy Carneiro
- Secretário - Iralda Cruz Alves

Atas das Comissões

Comissão de Finanças

13.º REUNIAO EM 21 DE JULHO DE 1954

As 16 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Ivo d'Águino, presentes os Srs. Carlos Lindenberg, Espectador de Finanças, Costa Paranhos, Sênior Massena, Pinto Aleixo, Ferreira de Souza, Alencastro Guimarães, Alberto Pasquini, Eudides Vieira e Cesar Vergueiro, reúne-se a Comissão de Finanças. Deixam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Durval Cruz, Veloso Borges, Martiniano Fernandes, Joaquim Pires, Thomaz Rodrigues e Antonio Bayma. É lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Expediente:
- Aviso do Sr. Ministro da Educação e Cultura prestando as informações solicitadas acerca do Projeto de Lei da Câmara n.º 94, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar as despesas com a realização do 1.º Congresso Nacional de Professores Primários.
- Aviso do Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio prestando as informações solicitadas sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1953, que isenta de contribuição obrigatória para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, o portador de carteira de motorista profissional, e dá outras providências.

- Ofício do 1.º Secretário da Câmara dos Deputados prestando as informações solicitadas a respeito do Projeto de Lei da Câmara n.º 280, de 1953, que inclui o Departamento Autônomo de Carvão Mineral do Estado do Rio Grande do Sul, entre os órgãos importadores no grupo de isenção alfandegária.

O Sr. Presidente determina a junção dos referidos avisos e ofício aos projetos em apreço.

Distribuição:
- ao Sr. Costa Paranhos, o Projeto de Lei da Câmara n.º 98, de 1954, que concede as honras de Marechal do Exército Brasileiro ao General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon e dá outras providências.

Inicialmente o Sr. Presidente dá o palavra ao Sr. Carlos Lindenberg, que emite parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 125, de 1954, que altera dispositivos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Em votação a matéria, a Comissão aprova o parecer, contra o voto de Sr. Ferreira de Souza.

Em seguida, o Sr. Pinto Aleixo oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 353, de 1953, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 24.500.000,00 para

do à fabricação de submetralhadoras Madsen M 46, calibre 4.5. Unanimemente é o parecer aprovado.

Finalmente, o Sr. Euclides Vieira lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara 127, de 1954, que abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 803.000,00 para concessão de auxílio ao Congresso Mundial de Imprensa. A Comissão após breves debates, aprova o parecer.

Dado o adiantado da hora, o Senhor Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Evandro Mendes Viana, Diretor de Orçamento a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

93.ª SESSÃO EM 30 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º Sen. Hamilton Nogueira
- 2.º Sen. Costa Paranhos
- 3.º Sen. Waldemar Pedrosa
- 4.º Sen. Mozart Lago
- 5.º Sen. Bernardes Filho

ATA DA 92.ª SESSÃO EM 28 DE JULHO DE 1954

PRESIDÊNCIA DO SR. CAPE FILHO
As 14.30 horas comparecem os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedrosa.
— Anísio Jobim. — Alvaro Adolpho.
— Antonio Bayma. — Arão Leão.
— Joaquim Pires. — Onofre Gomes.
— Tomaz Rodrigues. — Novais Filho.
— Edmar Brindetto. — Ezequias da Rocha.
— Esperidito de Farias. — Sá Tinoco.
— Alfredo Nenes. — Alencastro Guimarães.
— Hamilton Nogueira.
— Mozart Lago. — Nestor Massena.
— Euclides Vieira. — Costa Paranhos.
— Dário Cardoso. — Costa Pereira.
— Othon Mäder. — Flávio Guimarães.
— Roberto Glasser. — Francisco Galloffi.
— Alfredo Simch. — Camilo Merclo (30).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 30 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º), lê o seguinte

Expediente

Mensagens:
Três de números 124 a 126-54, acusando o recebimento de vários autógrafos de Decretos Legislativos e devolvendo os do Projeto de Lei da Câmara n.º 72-54 (abertura de créditos), já sancionado.

Ofícios:
— Do Sr. Ministro das Relações Exteriores, comunicando a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Fica no expediente. A Secretaria da Presidência.

— Do Tribunal de Contas, nos seguintes termos:

Em 22 de julho de 1954.
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Em referência ao ofício n.º 794, de 18 de julho último que restitui a este Tribunal, com o autógrafo do Decreto Legislativo n.º 18, da mesma data, o processo concernente ao contrato celebrado, em 2 de janeiro de 1953, entre o Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo e a firma IBM

World Corporation, para locação de máquinas elétricas de contabilidade, cabe-me solicitar se digne Vossa Excelência de providenciar no sentido de que sejam também restituídas as folhas números 14 a 21 do processo em causa.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Mário de Bitencourt Sampaio, Ministro Presidente do Sr. 1.º Secretário.

— Cinco, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1.110, 1.113, 1.115, 1.165 e 1.171, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Lei da Câmara n.º 166, de 1954

(4.001-A-54, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80, para pagamento de gratificações pela distribuição do cartão nacional.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 202.285,80 (duzentos e dois mil duzentos e oitenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para ocorrer às despesas com o pagamento de gratificações pela prestação de serviços relativos à distribuição do cartão nacional, gratificações asseguradas pela lei número 1.247, de 30 de novembro de 1950 e devidas nos seguintes períodos:
I — Porto do Rio de Janeiro — gratificação mensal de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):

a) de 20 de fevereiro de 1951 a 10 de setembro de 1952 e de 8 de outubro de 1952 a 30 de novembro de 1953, a Hélio Cruz de Oliveira	23.911,70
b) de 15 de julho a 31 de agosto e de 20 de setembro a 7 de outubro de 1952, a Wiggbert de Menozes	1.711,80
c) de 1 de janeiro de 1950 a 19 de fevereiro de 1951, a Antônio de Carvalho Dias	10.941,50
d) de 20 de fevereiro de 1951 a 30 de novembro de 1953, a Byron Maurell	26.658,50
e) de 11 de outubro de 1952 a 30 de novembro de 1953, a Maria Silva Gomes	10.941,80
II — Porto de Imbituba — gratificação mensal de Cr\$ 800,00 (oitocentos cruzeiros):	Cr\$

a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Jorge Yersin Lage	87.600,00
III — Porto de Crescência — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	Cr\$

a) de 19 de março de 1951 a 30 de novembro de 1953, a Sebastião Neto Campos	22.692,50
IV — Porto de Laguna — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	Cr\$

a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Valdemar de Oliveira Belaguarda	32.900,00
V — Porto Alegre — gratificação mensal de Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros):	Cr\$

a) de 1 de janeiro de 1950 a 30 de novembro de 1953, a Alberto Conceição de Oliveira	32.900,00
Tota:	202.285,80

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 35, de 1954

(4.368-A-54, na Câmara)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Limitada.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 17 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Limitada, para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Inhuê, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 36, de 1954

(4.396-A-54, na Câmara)

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado, em 25 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Imobiliária José Gentil S. A., para construção do prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Santa Quitéria, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 1954

(4.333-A-54, na Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato de empreitada celebrado entre o Quartel General da 4.ª Região Militar e a firma Construtora Geminiano Gols Ltda.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, que negou registro ao contrato de empreitada celebrado, em 25 de julho de 1951, entre o Quartel General da 4.ª Região Militar, em Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, e a firma Construtora Geminiano Gols Ltda., para prosseguimento das obras do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 38, de 1954

(4.301-A-54, na Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções S. A.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 17 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Empresa América de Construções S. A., para obras de ampliação do edifício sede da Diretoria

Regional dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— Do S. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, encaminhando os seguintes

INFORMAÇÕES

Em 26 de julho de 1954

Em atenção ao Ofício n.º 452, de 6 de julho corrente, dessa Secretaria, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª as anexas informações prestadas pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes com referência ao Requerimento n.º 333, de 1954 apresentado a essa Câmara Alta pelo Senhor Senador Mozart Lago, a propósito do fornecimento de gás combustível ao Conjunto Residencial "Coelho Neto", daquele Instituto.

Sirvo-me do ensejo para renovar a V. Ex.ª os protestos de minha elevada estima e distinta consideração. — Hugo de Araujo Farias, Ministro Interino.

Rio de Janeiro, 15-7-1954

Senhor Chefe do Gabinete:
Consoante as conversações verbais havidas, e antecedendo ao pedido oficial sobre a questão do gás combustível doméstico para os grupos residenciais do I. A. P. C. tenho o prazer de encaminhar a Vossa Excelência o texto do requerimento de informações formulado pelo Senador Mozart Lago, respondido por este Instituto. Item por item, com os esclarecimentos que se faziam mister.

1) — Porque motivos não terá, até hoje, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC), atendido à solicitação coletiva dos moradores do Conjunto Residencial de "Coelho Neto" — Processo número AC-116.530-51 — no sentido de ali ser instalada usina própria para o fornecimento de gás combustível às respectivas casas?

R) — O processo AC-116.530-51 diz respeito a um pedido de instalação de gás para o Conjunto Residencial de Coelho Neto, feito em 1951 pelos moradores locais. No referido processo não se cogita da instalação de usina de gás, mas somente de ligação à rede da cidade, o que era impraticável.

Posteriormente, em 1952, a Hospitex Sociedade Técnica de Instalações Hospitalares Ltda. ofereceu-se ao Instituto para construir uma usina própria geradora de gás, cujo processo tem o número AC-68.048-52 e no qual a Divisão de Engenharia deu parecer favorável, fls. 24, que, aprovado pelo Sr. Presidente a fls. 24v., foi encaminhado ao Egrégio Conselho Fiscal. Este órgão solicitou então diligências da Administração do Instituto junto aos locatários do Conjunto Residencial de Coelho Neto, a fim de consultá-los quanto à aprovação da sugestão da Divisão de Engenharia, diligência esta que está em pleno andamento e dentro dos trâmites legais.

2) — Não terá conhecimento a referida autarquia, que o Governo Federal já fez instalar, com proveito, usina semelhante na Escola de Agronomia, situada no quilômetro 47 da Estrada Rio São Paulo, e que a mesma empresa construtora da citada usina já se prontificou a, imediatamente, satisfazer à justíssima aspiração dos moradores de "Coelho Neto", todos contribuintes do I. A. P. C.?

R) — No processo AC-68.048-52 há muita documentação e atestados de Repartições Federais que elogiaram a instalação feita em seus próprios.

3) — Terá ainda, o Instituto dos Comerciantes alguma dúvida — sobre a excelência, a comodidade e a economia que representa, para uso dos

lares, o consumo do gas combustível, sabido como é que o Governo Federal, além da Escola de Agronomia, já fez instalar e já inaugurou, na "Cidade Universitária", outra usina fornecedora do mesmo gás?

R) — A Administração deste Instituto não tem dúvidas sobre a eficácia e vantagens de instalação desse natureza.

4) — Por que o atual e dinâmico Ministro do Trabalho, interino, Senhor Hugo de Faria, sem prejuízo, nem maior demora, no atendimento dos moradores do Conjunto Residencial de "Coelho Neto" enquanto providenciado para satisfazê-los, não determina que os dos "Comercários", bem como os demais Institutos, ouçam os moradores de todos os respectivos grupos residenciais, planejem e orem, para todos que desejarem, o fornecimento do gas combustível?

Não será esse um empreendimento notável, capaz de deixar gravado o seu nome, e ainda os nomes de todos os presidentes de nossas autarquias federais, no coração do povo carioca?

R) — A Divisão de Engenharia considera interessante a sugestão e já sugeriu seja procedida consulta aos locatários de outros Conjuntos Residenciais, a fim de os mesmos também serem beneficiados, estando o Departamento competente adotando as providências necessárias para esse fim.

Aproveito a oportunidade para reiterar os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. — Sebastião Leonel de Rezende, Chefe do Gabinete.

— Da Sociedade Brasileira de Pedagogia, manifestando o seu entusiástico apoio ao projeto de lei que institui nas Escolas de Medicina o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-somática.

Telegrama: — Da Câmara Municipal de Conceição da Barra, Espírito Santo, solicitando seja aquele Estado excluído da lei de moratória.

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Prisco dos Santos. — Ferreira de Souza. — Ruy Carneiro. — Assis Chateaubriand. — Durval Cruz. — Aloyzio de Carvalho. — Luiz Tinoco. — Bernardino Filho. — Rocha Dias. — Ivo d'Aquino. (10)

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Mathias Olimpio. — Olavo Oliveira. — Reginaldo Caraceni. — Georgino Avelino. — Velloso Borges. — Martiniano Fernandes. — Cicero de Vasconcelos. — Walter Franco. — Landulpho Alves. — Pinheiro Aleixo. — Carlos Lindenberg. — Atílio Viacava. — Pereira Pinto. — Leolino Coelho. — Cesar Vergueiro. — Marcondes Filho. — Silvio Curro. — Vespasiano Martins. — Gomes de Oliveira. — Alberto Paquolini. (22)

O SR. PRESIDENTE

Após o encerramento da sessão de 26 do corrente, chegou ao Senado o Ofício do Sr. Secretário da Presidência da República restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1960, que concede a pensão mensal de mil cruzeiros às famílias dos falecidos na explosão dos Depósitos de Material Bélico de Decóro.

Sobre esse projeto o Chefe da Nação não se pronunciou no prazo constitucional. A Lei respectiva foi promulgada pelo Presidente do Senado, em data de ontem, 27 de julho. (Pausa)

Continua a hora do expediente

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima, primeiro orador inscrito.

O SR. VIVALDO LIMA

Sr. Presidente, anteontem, tive a satisfação de trazer ao conhecimento da Casa trechos do relatório que apresentei à Diretoria da Cruz Vermelha, a respeito de missão recente na Cidade de Oslo, quando da 23.ª Reunião do Conselho dos Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha.

Nesse relatório foi consignado assunto de maior interesse e que mereceu, da parte de uma das emissoras suíças, palavras altamente significativas, através da voz do Sr. J. J. G. de Rueda, mexicano ilustre e membro do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, com sede em Genebra.

Assim se pronunciou aquele técnico do Comitê Internacional a propósito da reunião de Oslo e, precipuamente, da Resolução da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira:

"Pôsto que as palavras que tive a honra de dirigir-vos de Oslo, fossem mais de caráter descritivo, quis dar a entender — não sei se o consegui — que a atmosfera em que se celebrou o último Conselho de Governadores foi a mais cordial possível, digamos, mesmo, de caráter essencialmente de Cruz Vermelha."

Como, infelizmente, em outras ocasiões não havia sido propriamente assim, pois que as questões políticas intervieram, a reunião de Oslo que se efetuou nesse espírito de compreensão, que deve ser, aliás, o da Cruz Vermelha, foi, sem dúvida, mais frutífera e, agora, desejaria falar-vos, sobretudo, da última resolução aprovada e que foi apresentada pela delegação da Cruz Vermelha Brasileira.

E' sabido que, em outras reuniões, tanto de Cruz Vermelha como de outras entidades humanitárias e mesmo políticas, se têm feito apêlos sobre o emprego das armas atômicas chamadas cegas, que se perilam no horizonte do nosso mundo.

Tais apêlos produzem, cada vez mais, impressão na opinião mundial e com razão de sobre. Por outro lado, há Convenções humanitárias para proteger as populações indefesas, cujo expoente está constituído pelos instrumentos de Genebra de 1949, rejunção de anteriores Convenções e de longa experiência. De outro lado, o aperfeiçoamento das armas é tão sensível que, nessa proteção mesma, tem de ser levada em conta as novas descobertas e, para isso, adotadas as necessárias providências.

Nisso reside precisamente o verdadeiro mérito da Resolução da Cruz Vermelha Brasileira, que assim se expressa:

"O Conselho de Governadores, considerando a resolução adotada na presente sessão, exortando as potências a renunciar ao emprego das armas atômicas, químicas e bacteriológicas; considerando que o papel da Cruz Vermelha é o de proteger as populações civis contra os efeitos devastadores e indiscriminatórios de tais armas; pede ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha que estude, em caráter urgente, para propor na próxima Conferência Internacional da Cruz Vermelha, as modificações necessárias aos Convenções vigentes, com o fim de proteger eficazmente as populações contra os perigos da guerra atômica, química e bacteriológica."

"Assim, pois, esta Resolução adotada sem nenhum voto contrário propõe algo prático para encaminhar e resolver, no que for possível, um problema que tem, evidentemente, preocupação de humanidade inteira."

Claro é que não basta desejar, para que ele fique resolvido, porém, muito mais que os papéis, o que se deve fazer é ressaltar o espírito de uma Instituição como a Cruz Vermelha, que, refletindo a opinião mundial

influi de tal modo que, finalmente, a solução seja a de não se empregar tais armas.

Já o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, como me manifestei, anteriormente, estudou de algum modo o problema que mencionei e, por isso, convocou peritos de diversas nacionalidades, com o fito de obter a opinião dos entendidos para um problema de tal magnitude.

Desta vez, de modo patente, os representantes das cruzes vermelhas de 63 países, que assistiram ao Conselho de Governadores, como tive a honra de comunicar-vos pelo rádio, ofereceram um mandato urgente a quem, há cerca de 100 anos — o Comitê Internacional — prepara e executa as Convenções de Genebra.

Coubro, pois, a uma prestigiosa Cruz Vermelha de um grande país do nosso continente latino-americano, chamar a atenção de um modo objetivo, se assim podemos dizer, da consciência universal, representada tão nobremente por homens de boa vontade, que são aqueles que trabalham abnegada e desinteressadamente pelos ideais da Cruz Vermelha."

Sr. Presidente, foram estas as palavras proferidas pelo Sr. J. J. G. de Rueda, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha através das ondas curtas de uma emissora suíça.

Sr. Presidente, razão assiste, pois, à Delegação da Cruz Vermelha Brasileira para assim proceder.

O mundo, continua, realmente, inquieto, com suas relações extremamente tensas, do Oriente com o Ocidente, que ainda se não entendem e nem se entenderão tão cedo. Há a vista o que consta do telegrama, que passo a ler, há dias divulgado pela imprensa de todo o País, sob o título "Mais sério do que se julga a ameaça de guerra".

Procede de Washington, em 29 do corrente, e assim reza:

"O General Otto P. Weyland, comandante da aviação tática norte-americana, julga que a ameaça de guerra é mais séria que nunca e que os Estados Unidos deverão estar preparados para qualquer eventualidade. Esclarece o General, em entrevista publicada em exclusividade nesta capital e sob "copyright" pela revista norte-americana "U. S. News and World Reports", que se aproxima o momento em que os engenhos atômicos poderão ser utilizados em grande quantidade no caso de guerra, acrescentando: "Os aparelhos de combate de toda a espécie, que formam a nossa aviação tática, estão ou serão equipados a fim de poderem utilizar engenhos atômicos". Declarou ainda o general Weyland que a aviação tática norte-americana seria enriquecida com um novo aparelho de combate a jato, o "F-100", cujo poderio de fogo, raio de ação e velocidade, afirmou, ultrapassam sobejamente essas qualidades do "F-86".

É o motivo pelo qual a delegação da Cruz Vermelha do Brasil foi objetiva na sua proposta no conclave de Oslo.

Não obstante os apêlos anteriores, repito, no sentido de evitar que as nações produtoras desses engenhos os venham a usar numa guerra, e que ficaram praticamente sem resposta, o mundo terá de considerar, agora, a ratificação de outros instrumentos que visem a proteger e amparar as populações indefesas contra o emprego de tais armas.

Sr. Presidente, eram as palavras que desejava pronunciar em aditamento às proferidas anteontem a propósito dos trabalhos da reunião da capital da Noruega. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE

Tem a palavra o nobre senador Onofre Gomes, segundo orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, deixo da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre senador Onofre Gomes assiste da palavra. Concedo-a ao nobre senador Othon Mader, terceiro orador inscrito.

O SR. OTHON MADER:

Não foi retido pelo orador.

Sr. Presidente, diante das declarações peremptórias e definitivas do Senhor Ministro Osvaldo Aranha prestadas ao J. J. "O Globo" em dias da semana passada e sobre as quais é tediado comentários desta tribuna, nada mais tenho a declarar a respeito do COPAP. Exa. condenada ao desaparecimento e, portanto, não nos deve mais preocupar.

Os votos que faço são para que a medição do Sr. Ministro Osvaldo Aranha venha a se efetivar com a maior brevidade possível, embora eu reconheça que um órgão daquela complexidade e importância não pode, realmente, ser extinto num momento para outro.

D'eto — e já o fiz sentir no meu discurso anterior — que a decisão do Governo tenha caráter definitivo, para que haja mais tarde uma reassunção do COPAP, sob a mesma denominação ou outra qualquer equivalente.

Deixo, pois, de votar o COPAP e passo a ocupar-me do SAP, pois me propus a demonstrar a S. Ex.ª o Senhor Ministro da Fazenda, que era grave erro entregar a direção da política alimentar, principalmente na questão do etilimento e equilíbrio dos preços ao SAPS, dada a sua falta de organização e de capacidade para desempenhar de tão relevante missão.

Sr. Presidente, em da iniciar minha crítica ao SAPS, quero fazer uma retificação em relação ao meu discurso anterior. Acrescentando, alguns jornais declararam que eu me havia baseado antes no S. Luiz Corrêa. Não foi bem isso. Não podia chamar o Sr. Luiz Corrêa de meu amigo, porque apenas tive contato com esse Senhor duas ou três vezes aqui no Senado, que o S. S.ª tratava de interesses da sua autarquia. Tive, porém, e encorajado cordiais e conversamos algum tempo. Não tenho, porém, autorizado a chamá-lo de meu amigo; e antes que S. S.ª venha com o desmentido, faço a retificação, para não parecer que desejo incutir-me amigo de; ou com quem falei apenas duas ou três vezes.

Sr. Presidente, para fazer uma crítica minuciosa ao SAPS, eu precisava que esta autarquia me fornecesse os dados constantes dos requerimentos de informações que encaminharei à Mesa.

Di. di meu pedido em dois requerimentos, para facilitar a rapidez da resposta.

Num, trato mais especialmente da parte financeira do SAPS; no outro, das suas atividades e ação administrativa.

Penso assim facilitar a missão do Diretor do SAPS de responder-me dentro do menor prazo.

Sr. Presidente, como é possível, e muito provável que S. S.ª não responda a essas perguntas antes de 15 dias, pelo menos, peço venha para lembrar-lhe a existência de um dispositivo no Estatuto dos Funcionários Públicos que impede o funcionário candidato a qualquer cargo eletivo, de exercer funções de chefia. Durante sua campanha eleitoral, deve abandonar o cargo, a fim de que não caia sobre ele a suspeita de que se aproveita da função em benefício de sua candidatura.

Trata-se de dispositivo claro, e o Sr. Luiz Corrêa bem deve conhecê-lo. Eu não lho lembro, não fôse estarmos tão próximo das eleições.

Se deixarmos este lambrete para quando volarem as respostas do SAPS, talvez já estejamos às vésperas das eleições. Então de nada mais adiantará seu fastamento da chefia de um serviço imponentíssimo, o principalmente para fins eleitorais, como é o SAPS.

Além dessa disposição inflexível do Estatuto dos Funcionários Públicos, há ainda uma declaração do Senhor Presidente da República, Doutor Getúlio Vargas, naquele jantar dos Generais, no Alto da Boa Vista, no momento em que assumia o comando das forças do Brasil:

"Julgo oportuno declarar diante de vós, na qualidade de comandante supremo das Forças Armadas, que a Constituição será mantida em toda sua plenitude e em toda sua integridade. O Presidente da República conservará-se à posição de magistrado imparcial e vigilante, alheio a todos os chiques partidários, que serão contidos no limite dos verdadeiros preceitos democráticos."

Se o Sr. Presidente, parece que as palavras tomam corpo pois sabemos as palavras do Sr. Presidente da República e as notícias dos jornais confirmam — que S. Ex.^a preside a todas as negociações convulsões, etc., sobre candidaturas, quer aos governos dos Estados, quer ao Senado e à futura Câmara dos Deputados.

Verifica-se, assim, que S. Ex.^a não tinha o propósito de cumprir rigorosamente a promessa feita perante 30 generais do Exército.

Continua o Sr. Getúlio Vargas: "Velarei com o máximo rigor para que ninguém se possa utilizar de cargo de administração federal em benefício de suas ambições eleitorais. Assegurarei o cumprimento da legislação vigente nos casos em que preside o afastamento de ocupantes de funções públicas que tenham os seus nomes registrados como candidatos."

Está, portanto, evidente que, sendo um candidato o Diretor do SAPS, já incidia naquela disposição legal. E, portanto, no compromisso do Senhor Presidente da República de que seria afastado do cargo todo aquele que se apresentasse candidato às eleições.

E' verdade que, mais de uma vez, o Sr. Presidente da República, com a inteligência e perspicácia que lhe são peculiares se referiu "quêles que foram registrados como candidatos". Não fala nos que desde já são candidatos.

Ora, o registro do candidato se faz até 23 dias antes das eleições. Se o candidato é afastado de seu cargo 20 dias antes, de nada vale o dispositivo do Estatuto dos Funcionários Públicos, e muito menos o compromisso do Presidente da República, pois nesse tempo estaríamos praticamente nas eleições. O que o funcionário pudesse aproveitar do cargo em benefício da sua eleição, já o teria feito; não seria nos últimos dias que iria preparar a sua candidatura. Nessa altura estaria apenas aguardando o resultado do trabalho anteriormente feito.

De qualquer forma, não creio que o Sr. Presidente da República tenha querido cingir-se à letra de seu compromisso. E' o sentido que vale, e nesse sentido deve compreender-se que seriam afastados dos cargos públicos todos os candidatos a postos eletivos, desde que reunidos as Convenções Partidárias, foram indicados os candidatos.

O Sr. Luiz Corrêa foi um dos apresentados. Desde o momento da apresentação, e, portanto, da aceitação de sua candidatura, ficou impedido de continuar à frente do SAPS. Não restava dúvida a esse respeito. Assim, a S. S.^a obedecesse a Lei e a declaração do Sr. Presidente da República, já estaria afastado de suas funções.

Sr. Presidente, não tenho qualquer prevenção contra o Sr. Luiz Corrêa. Estou apenas chamando a atenção do Sr. Presidente da República para um dispositivo legal. A mim, pessoalmente,

Sr. Ex.^a não poderá fazer mal algum, porque não sou candidato e muito menos pelo Distrito Federal.

Tudo isso como se tem mostrado no cumprimento das leis, regulamentos e tudo quanto se refere à coisa pública, não deve o Diretor do SAPS esquecer-se de que o tempo está passando e de há muito deveria ter entregue o cargo de chefia que vem ocupando. Estas palavras, Sr. Presidente, representam uma antecipação da crítica que farei ao SAPS, nas próximas sessões, quando estiver de posse das informações que hoje solicito àquela instituição, através de dois requerimentos de informações. "Muito bem; muito bem".

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, quarto orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, "O Globo" do dia 26 do corrente mês traz a seguinte nota:

"Já está pronto para publicação o edital do Senado Federal, dispondo sobre o concurso de anteprojetos para o novo edifício dessa Casa do Congresso Nacional, a ser construído no terreno em que se encontra o atual Palácio Monroe. Estabelece o edital, entre outras coisas, que a fim de não serem interrompidos os trabalhos do Senado, deve ser considerada como o do anteprojeto a permanência do Palácio Monroe durante uma parte, ou durante a realização total das obras, até que as atuais instalações do Senado possam ser transferidas para o novo edifício, definitivamente ou a título provisório. A Comissão Julgadora é constituída por cinco senadores, três arquitetos indicados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, um representante do Clube de Engenharia e um da Comissão Nacional de Belas Artes. Presidirá a Comissão Julgadora o presidente da Comissão Diretora do Senado. Ao concorrer classificado em primeiro lugar caberá o prêmio de Cr\$ 400.000,00, ao segundo 200 mil e ao terceiro 100 mil e ao quarto 50 mil."

Vai assim, o Senado levar a efeito a ideia de construção do seu novo e suntuoso palácio, depois de haver gastado cerca de cinco milhões de cruzeiros em obras de adaptação do Monroe, obras aliás em andamento. O Monroe depois de reformado, será demolido para dar lugar ao novo palácio.

Ora, ninguém ignora que a capital da República deve ser transferida para o interior do país. Pelo menos há um dispositivo constitucional a respeito e providências preliminares estão sendo tomadas nesse sentido. Por que então construir novo palácio para o Senado? O Monroe com o aproveitamento das rotundas laterais contará com mais seis amplos salões. Não será isto suficiente?"

Sr. Presidente o ano passado, quando recebi da Comissão Diretora desta Casa um questionário para ser por mim respondido sobre a construção de um edifício para o Senado, nesta cidade do Rio de Janeiro, capital provisória do Brasil, dei a minha modesta opinião através de uma carta.

Permita-me, Sr. Presidente, dizer ao Senado que naquela ocasião como hoje sou contrário a tal empreendimento porque o povo brasileiro sofre os efeitos de uma tremenda crise de inflação. Além disso razões outras bem fortes eu tinha e tenho para discordar da aplicação de somas fabulosas numa obra dessa natureza: a agricultura está sufocada pela falta de transporte de sua produção, as nossas rodovias necessitando reparos e de serem ampliadas, as estradas de ferro com o seu material antigo e gasto, requeirando com urgência novo e completo equipamento.

As populações marginais dos bairros do interior do Brasil, principalmente do Araguaia e Tocantins, rios intransitavelmente navegáveis, à espera de auxílio

do Governo Federal para terem as estradas mais baratas, mais seguras, mais econômicas que é a via fluvial. Estes dois grandes rios constituem a melhor via de comunicações do Sul ao Norte, passando pelo centro do país.

O Serviço de assistência social deficiente; os doentes, aos milhares, estão por este país a fora e morrem em abandono por falta de hospitais; os tuberculosos e leprosos à espera de leitos e lugares nos Sanatórios; a infância desamparada; as crianças raquíticas e desnutridas pela falta de leite e alimentos adequados; a malária, a febre amarela, a varíola, a sífilis aniquilando populações.

Eis em rápidas palavras o quadro danoso de nossa pátria.

Agora está pior porque o custo da vida sobe, as necessidades aumentam e o povo sofre.

Há insatisfação geral; as filas crescem e os alimentos indispensáveis a vida desaparecem principalmente nesta cidade do Rio de Janeiro que não serve mais para Capital da República.

O povo aqui passa as mais humilhantes privações. Há até uma sanção popular que diz que o Rio é a "cidade que seduz, de dia falta água, de noite falta luz".

Foderia, Sr. Presidente, alongar-me ainda nestas minhas considerações porque tenho elementos bastante, para discutir sobre as inconveniências da permanência da Capital do Brasil nesta cidade.

Sr. Presidente, não é possível a construção de um edifício suntuoso e de luxo para o Senado Federal na cidade do Rio de Janeiro. Vossa Excelência sabe que o Governo Federal contratou uma firma da América do Norte, com autorização deste Congresso para os estudos e serviços que estão sendo feitos na região do Brasil Central para escolha do local onde se deverá ser construída a nova capital do Brasil. Segundo fui informado, já está a Comissão de engenheiros os mais autorizados em todo mundo em matéria de urbanização, fazendo estudos daquela região com seus escritórios instalados na cidade de Anápolis — Goiás.

O prazo máximo que os técnicos americanos têm para entrega de todo trabalho é de 36 meses inclusive a planta da nova Capital.

Assim, pois, dentro de poucos meses o Sr. Presidente da República terá em suas mãos os estudos completos para poder decretar a mudança da Capital.

Antes de concluir devo dizer que sei perfeitamente que o espírito da douta Comissão Diretora do Senado foi o mais elevado, o mais nobre ao querer proporcionar aos Srs. Senadores um ambiente melhor para que os trabalhos desta Casa sejam mais eficientes e melhor organizados.

Entretanto, entendo que as obras de reparos e de ampliação que estão sendo concluídas no edifício do Palácio Monroe irão facilitar os trabalhos dos Senhores Senadores e funcionários do Senado.

Na qualidade de Presidente da Comissão Nacional de Propaganda da Mudança da Capital da República, com sede em Goiânia, não poderia silenciar-me neste momento.

Sei que sobre este assunto, estão interpretando o pensamento de quase a totalidade do povo brasileiro.

O novo palácio do Senado Federal deve ser construído na nova Capital da República, no Planalto Central do Brasil.

Era o que tinha a dizer (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Há sobre a mesa requerimento, que vai ser lido.

E' lido e apoiado o seguinte

Requerimento n.º 403, de 1954

Nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, requero a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Resolução n.º 7, de 1953, que dispõe sobre a aplicação, aos funcionários do Senado Federal, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (Lei número 1.711, de 23 de outubro de 1952).

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1954. — Waldemar Pedrosa

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 404, de 1954

Requero, com fundamento na letra a do art. 90, seja incluído na "Ordem do Dia", o projeto de lei de minha autoria, n.º 1, de 1954 do Senado, o qual, na Comissão de Constituição e Justiça foi anexado, para os efeitos regimentais, o Projeto de Lei n.º 128 de 1954, vindo da Câmara, e também, propondo a prorrogação da Lei do Inquilinato (Lei n.º 1.369, de 23 de dezembro de 1950).

Sala das Sessões do Senado Federal, em 28 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Os Senhores que apoiaram o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está apoiado.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Para declaração de voto) — Senhor Presidente, solicito a V. Ex.^a que a Declaração seja declarada na ata dos nossos trabalhos, que votei contra o apoio.

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Ex.^a constará da ata.

O SR. PRESIDENTE:

Os requerimentos que acabam de ser lidos e apoiados serão oportunamente submetidos à deliberação do plenário. (Pausa).

Sobre a mesa outro requerimento que vai ser lido.

E' lido e deferido o seguinte

Requerimento n.º 405, de 1954

Requero que, de acordo com a Lei e o Regimento Interno do Senado, o Sr. Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), se digno prestar as seguintes informações, referentes ao SAPS do Distrito Federal, quando não houver designação especial:

1 — Qual a despesa total do SAPS, Estado por Estado e Distrito Federal, no último ano (1953) e no último semestre (junho a junho de 1954)?

2 — Qual a receita do SAPS (arrecada e a arrecadar) nos mesmos períodos e de cada instituto ou caixa do Brasil?

3 — Qual a dívida do SAPS em todo o país em 31 de dezembro de 1953 e em 30 de junho de 1954, discriminando por Estado e Distrito Federal?

4 — Quais os credores do SAPS em 30 de junho último, por nome, importância e natureza do crédito?

5 — Qual o texto integral do Relatório e Balanço de Contas do SAPS, relativo ao ano de 1953?

6 — Esse Relatório e esse Balanço já foram apresentados ao Tribunal de Contas?

7 — E' verdade que o SAPS esteve do IAPI um adiantamento de dinheiro, por conta da quota de 3% que lhe

cabe na arrecadação daquele instituto?

8 — Em caso afirmativo, em que autorização legal se fundou essa operação, sua importância e em que condições de juros, prazos, garantias, etc., foi a mesma realizada?

9 — Além do financiamento do I.P.P., outros empréstimos ou adiantamentos recebeu o SAPS, no corrente ano, de institutos, caixas ou bancos?

10 — Em caso afirmativo, em que condições foram obtidos e quais os nomes das entidades concedentes e as respectivas importâncias?

11 — Em quanto avalia o SAPS a sua receita anual para 1954 e 1955, em face do aumento da contribuição dos institutos e caixas de previdência para 5%, do aumento do salário mínimo e do aumento dos descontos dos empregados e empregadores em virtude do novo Regulamento Geral dos Institutos de Previdência?

12 — Esse aumento de receita permite liquidar todo o passivo do SAPS ou é necessário que a União contribua com Cr\$ 160.000.000,00, pedidos por meio de empréstimo, através de mensagem do Presidente da República ao Congresso Nacional?

13 — Não possuindo meios para pagar os atrasados devidos aos seus credores nem os créditos de seus fornecedores, como pode o SAPS continuar aumentando despesas com funcionários, servidores e subvencionados, criando restaurantes, postos de subsistência, super-mercados e delegacias estaduais e instalando e expandindo suas atividades, com gastos cada vez maiores?

14 — Quais os planos e recursos com que o SAPS vem dando assistência técnica e financeira aos produtores rurais e quanto já investiu nessa assistência?

15 — Quais os nomes e as importâncias pagas mensalmente pelo SAPS às pessoas nomeadas, contratadas ou estagiárias a qualquer título e para qualquer serviço, durante a atual administração?

16 — Afora os funcionários do quadro, quantas pessoas e quanto cada uma recebe do SAPS a título de abono, gratificação, ajuda de custo, auxílio, subvenção ou qualquer outro por mês, em 31 de dezembro de 1953 e em 30 de junho de 1954?

17 — Quais as importâncias pagas pelo SAPS, no corrente ano, a pessoas, firmas, empresas ou entidades quaisquer, por serviços prestados àquela instituição, a título de propaganda, publicidade, divulgação ou outra denominação equivalente?

18 — Quais os nomes das pessoas, firmas ou empresas a que se refere o item anterior e quais as que recebem por mês e as que recebem esporadicamente?

19 — Quanto dispendeu o SAPS com jornais, revistas, rádio e televisão de Janeiro a Junho de 1954, em anúncios, notícias, comunicados, reportagens, propaganda e publicidade em geral?

20 — Em relação ao item anterior, quais os nomes dos beneficiados e as respectivas importâncias?

Sala das Sessões, em 28 de julho de 1954. — *Othon Mader*.

O SR. PRESIDENTE:

Não há outros oradores inscritos na hora do expediente.

A ordem do dia consta de trabalho das Comissões. Antes de levantar a sessão, lembro os Srs. Senadores que, amanhã, dia 29, haverá sessão conjunta das duas Casas do Congresso para a apreciação do voto oposto pelo Senhor Presidente da República ao Projeto de Lei que altera o Quadro do Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e de outras providências. (Pausa).

O SR. PRESIDENTE:

Vou encerrar a sessão. Deixo para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

Encerra-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.

DISCURSO DO SENADOR WALDEMAR PEDROSA, PROFERIDO NA SESSÃO DE 23 DE JULHO E REPRODUZIDO POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES:

O SR. WALDEMAR PEDROSA:

Sr. Presidente, neste julho de 1954, após as comemorações da epopeia dos 18 do Forte de Copacabana e dos tantos revolucionários na terra gloriosa de V. Exa., não poderia deixar de vir à tribuna, nesta data, para homenagear o 23 de julho no Amazonas.

Em 5 do mesmo mês, no Estado de São Paulo, estalou o movimento revolucionário, sob o comando do General Isidoro Dias Lopes; e poucos dias depois, a 23, no meu Estado em conexão com aquele, surgiu o movimento de redenção do Amazonas.

Foi sua alma, seu inspirador e seu organizador, o então 1.º Tenente Joaquim de Magalhães Cardoso Barata que, após 18 dias de trabalho intenso de articulação com as forças de mar, tendo a cooperação decisiva dos Tenentes José Baker de Azamor, José de Lemos Cunha, Aurélio Linhares e outros, consentiu a rebelião que devia conduzir as forças do 27.º B. C. e da Flotilha do Amazonas a se juntarem aos revolucionários de São Paulo.

Foi às primeiras horas da noite de 23 de julho, numa operação militar muito rápida contra o Quartel da Polícia do Estado levada a efeito pelo 27.º B. C. sob o comando do Major José Carlos Dubois, que se verificou a deposição do governo do Estado. Dominada a situação, no dia imediato os rebeldes nomearam governador o Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior e trataram dos preparativos de embarque das forças rebeldes a bordo do "Bahia", do Lote Brasileiro, para subjugar o Estado do Pará e vir incorporarem-se às hostes do General Isidoro Dias Lopes.

No governo do Amazonas, o Tenente Alfredo Augusto Ribeiro Junior, de pranteada memória, cumprindo o programa da revolução instituiu o Tributo de Redenção, para o qual deviam contribuir os beneficiários do Tesouro e os protegidos do governo decaído.

Era esse cobrado de modo singular: o governador mandava vir a sua presença no Palácio o contribuinte e, em sala de portas fechadas, após rápido interrogatório sobre sua situação anterior e atual, mostrava-lhe serem ilicitamente ganhos os seus depósitos bancários, convidando-o, afinal, amistosamente, a assinar um cheque que nunca o empobrecia, destinado ao pagamento do funcionalismo com muitos meses de seus vencimentos em atraso.

Essa coleta rendeu o suficiente para melhorar a situação geral dos servidores públicos e grangeou as maiores simpatias do povo para a revolução.

O Estado atravessava uma fase de opressão e penúria.

Nos lares, de janelas cerradas, as esposas e as crianças, não viam fumo nos fogões; proprietários de ricos seringais e rendosos castanhais eram vítimas de expropriações.

Manaus era uma cidade surda e muda, porque o falar estava punido no código dos usos e o ouvir era ma-

ifestação de cumplicidade da palavra falada. Jornalistas eram arredados, um advogado fora espancado na avenida principal da cidade. Foi nesse ambiente que surgiu o 23 de julho, que deu ao povo amazonense trinta e seis dias solares, de conforto, alegria e liberdade.

Comandando as forças rebeldes o Estado do Pará, não puderam objetivar a sua ocupação, porque já o governo da República mandara ao Norte a maior expedição militar, composta de seis mil homens em armas para julgar a revolução do Amazonas.

Dominados pelas forças legais e antes de lhes entregarem os punhos as algemas, os revolucionários mandaram recolher ao Tesouro do Estado a importância de quinhentos e noventa e quatro contos, trezentos e dois mil reis, quantia restante de duas requisições que haviam feito ao Banco do Brasil e à Delegacia Fiscal para custear as despesas da revolução. Com a chegada das forças legais a Manaus, conduzindo presos os chefes da revolução, registraram-se cenas indescritíveis: o povo, nas ruas e nas praças, ajoelhou-se, ao meio dia e a Ave-Maria, pedindo as bênçãos de Deus para os arautos de sua libertação, mártires de sua liberdade.

O governo federal tudo envidou para reter as autoridades que governavam o Estado, mas não pôde fazê-lo, eis que desaparecera o Legislativo, com a renúncia da maioria de seus membros e o Presidente do Poder Judiciário recusou-se a assumir o governo, pedindo a intervenção federal.

Esta se fez, nomeando o Governo da República Interventor no Amazonas, um ilustre mineiro, o Sr. Alfredo Sá, que cumpriu honradamente seu dever, restabelecendo a ordem e restaurando a moralidade administrativa.

Entre os altos secretários e auxiliares de confiança do Sr. Interventor, deu-nos a Intervenção, de presente, uma figura de elevada nobreza moral e assinalada estirpe intelectual, que, muito moço ainda, administrou a Imprensa Pública e a Biblioteca do Estado, e não posso, neste momento, omitir-lhe o nome: o eminente senador Aloysio de Carvalho.

Estudei aquele tempo, a literatura dos movimentos reivindicadores, como patrono que fui dos revolucionários ao lado de meu saudoso Mestre Araújo Filho, e não encontrei similar do Amazonas, pela nobreza moral, pela abnegação e pelo patriotismo dos seus vultos.

Sr. Presidente, são volvidos, hoje, precisamente, trinta anos sobre esta grande data da história política do meu Estado.

Sucederam-se os dias e as noites com a transformação inelutável das coisas na ordem natural da evolução e o que pareceria censurável ontem se justificaria hoje. No Amazonas, o 23 de julho de 1924 assinou um exemplo marcante no chamado Tributo de Redenção e já hoje não é só a sua diminuta expressão demográfica que relembra e deseja a sua repetição; é a Nação Brasileira que merece e está reclamando um tributo nacional de redenção. (Muito bem, muito bem; Palmas).

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR FLAVIO GUIMARAES NA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (NOTURNA) DE 23 DE JULHO DE 1954.

O SR. FLAVIO GUIMARAES:

Sr. Presidente. O projeto em discussão é da autoria do eminente professor Mozart Lago e tem por objetivo a equiparação dos direitos da mulher em sua mais ampla acepção.

O Sr. Mozart Lago — Obrigado a V. Exa.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — ...nosso velho professor de português, cujas lições se insculpiram em nosso espírito. Por esta razão, não é simplesmente o conteúdo da proposição que se nos apresenta à mente ou toda a vez que se nos deparam trabalhos parlamentares de S. Exa., do velho professor — velho é expressão amável e carinhosa, pois acreditamos ser-lhe mais velho — surge teimosamente o sentido espiritual do passado ou a valorização espiritual do professor ou a emoção que sentimos em lhe contrariar os projetos de lei cujos símbolos que vão morrendo ficam pensosamente na imaginação.

Desta vez, porém, fomos obrigados a dar-lhe o parecer contrário, o que nos foi chocante. Estávamos na obrigação como bom discípulo de seguir-lhe as pegadas, o caminho que nos houvera traçado.

Estamos acordes, no entanto, quanto à doutrina plena da igualdade da mulher ao homem sem a mais leve restrição, apenas, S. Exa. a quer violentamente e a qualquer preço.

Biologicamente, a mulher é igual ao homem, sociologicamente, porém, é dissimilante, pela vida do lar, tranquilidade, de costumes austeros de vida exclusivamente doméstica a cujo desenvolvimento não a obrigava o mundo. Porque, apenas, com a vida social que levava, com a repetição dos mesmos trabalhos, com instrução primária, a mulher não poderia ter expansão intelectual mais vasta, o que aconteceria com outros mistérios em cujo trabalho se dilatavam as responsabilidades. Daí o preconceito que se vai esborroando e encontra no ilustre Senador um dos seus destruidores obstinados.

Acresce que, com o desenvolvimento da vida moderna, a mulher já começou a conquistar nos seus mais altos postos, a independência econômica, a igualdade sociológica com o homem. Razão porque já se lhe equiparam os direitos políticos e o autor do projeto, cheio de nobre ideal de ampla e irrestrita igualdade, determinou que ficavam abolidas em todas as associações, ou entidades científicas, literárias e artísticas, quaisquer restrições ao elemento feminino, que importem em impedimento de admissão às diversas categorias dos respectivos sócios. Assim, para exemplificarmos, a Academia Brasileira de Letras que não aceita, ainda, a mulher por acadêmica, teria, pelo projeto de S. Exa. de lhe modificar os estatutos internos e extinguir a limitação atual.

Naturalmente que a nossa interpretação ao texto foi a de julgá-lo inconstitucional, porque fere o princípio estabelecido de que há garantia da liberdade associativa.

O parágrafo doze do artigo 141 diz: "É garantida a liberdade de associação para fins lícitos".

Não podemos obrigar a que qualquer associação modifique cláusulas estatutárias, quando os fins são lícitos. Todavia, quanto ao ponto de vista doutrinário, acreditamos que seja esse o caminho do futuro.

O Sr. Mozart Lago — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Aceitamo-lo, com muito prazer.

O Sr. Mozart Lago — O nobre colega tem toda a razão; apenas, se Machado de Assis, que fundou a Academia Brasileira de Letras há cinquenta anos, tivesse de fundá-la hoje, não deixaria de contemplar as mulheres, incluindo-as entre os membros daquele ilustre

V. Exa. está na modernidade, sabe os progressos que a mulher tem realizado e, mais, de que, na semana passada, três delas foram ao Petit Trianon receber os maiores orlamentos conferidos no ano findo que mais é preciso?

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Exatamente. Sob o ponto de vista jurídico, V. Exa. tem inteira razão. Esau-

namos, no entanto, o assunto sob o ponto de vista constitucional. Nas palavras de um dos projectos de lei apresentados à Academia Brasileira de Letras para a modificação dos estatutos:

O Sr. Mozart Lago — A Academia Brasileira de Letras...

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não podemos ficar por essa forma. A grande e justo entusiasmo de V. Ex.^a e preciso contrapor os textos constitucionais. As associações científicas, artísticas, literárias terão de fazer-se espontaneamente ou convenidas pela palavra vibrante de V. Ex.^a, mas sempre de livre e inteira vontade.

O Sr. Mozart Lago — Reflito o Senado sobre o seguinte: a Academia Brasileira de Letras não é associação particular, organizada com base no § 12 do art. 141 da Constituição, quer dizer, dentro do princípio de que as associações se podem constituir para fins lícitos. Essa entidade cultural além de ser de utilidade pública, é órgão consultivo do Governo — e por decreto, tanto assim que representou o Brasil no Acordo Ortográfico com Portugal, o qual vai ser imposto ao povo brasileiro.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — O acordo já foi plenamente aprovado, em Lisboa, com representação legal do Brasil. Ato bilateral, soleníssimo, já está definitivamente concretizado e somente o Executivo poderá denunciá-lo.

O Sr. Mozart Lago — Já está em execução justíssima. O argumento de V. Ex.^a vem unicamente em meu favor.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Trata-se de contrato bilateral, soleníssimo, redigido sob a palavra de honra de Brasil e Portugal e não pode ser modificado pelo legislativo, unilateralmente.

O Sr. Mozart Lago — De acordo com V. Ex.^a. O fato, entretanto, prova que não se deve excluir a mulher

de uma associação com a elevadíssima importância de uma reforma ortográfica imposta a todo um povo. Por que a mulher, que tanto brilha nas letras, não há de também colaborar nesse Acordo? Carolina Michalcs autor da melhor diccionária da língua inglesa existente no Brasil, está assim impedida de falar qualquer acordo ortográfico. É um absurdo! Para este ponto peço a atenção de V. Ex.^a.

Doutor, estamos de acordo com V. Ex.^a, mas insistimos em que as entidades referidas pelo projecto não são obrigadas à modificação estatutária. Porque é que a Academia Brasileira de Filologia não tem a cláusula proibitiva. E se a tiver somente a sua maioria poderá extingui-la, mas não podemos obrigá-la a que o faça.

Ou faz-nos espontaneamente convencidos de argumento de V. Ex.^a, ou pela realidade actual do mundo, ou porque se apeguem a correntes conservadoras experimentadas. A palavra é das entidades e jamais do projecto.

Lembra-se V. Ex.^a de que citamos uma grande e nobre escritora brasileira, Julia Lopes de Almeida a qual está a altura dos mais ilustres mortais, daquela agremiação literária.

O Livro das Noivas de Julia Lopes de Almeida é repositório de ensinamentos morais de alto valor humano e cheio de traços brilhantes de virtude; o instintivo livro era o encanto dos lares tradicionais do Brasil e ensinava aos que se casam saber ser poetas, e ter confiança no futuro, a privar-se de divertimentos que enclumam o marido, a sentir o encanto do lar e dos filhos.

Há o formoso livro de contos literários, onde a vibração estética através de um português polido e claro, entremeados de cambiantes e de luzes, emprega, aos dedos felizes da es-

critora, vibrações sutis e delicadas da alma.

Resaltamos o livro *A Arvore* que foi, no Paraná, distribuído nas escolas públicas por iniciativa do eminente Secretário Sr. Dr. Eneas Marques; livro precioso que ensina ao brasileiro, destruidor de florestas, a amar a arvore, a sentir-lhe a docina bendita de a adorar como se veneram as coisas mais sagradas da existência humana.

Desde o carvalho de Tasso até o chorão no túmulo de Musset vem assinalado no maravilhoso e arduíssimo livro de Julia Lopes de Almeida.

Consequentemente estamos na mesma corrente de pensamentos, mas consideramos o projecto inconstitucional.

O Sr. Mozart Lago — Não me refiro, no projecto, à Academia mas as associações com personalidade jurídica, em geral. A Academia Brasileira de Letras, porém, está fora desse âmbito; deixou de ser associação particular para tornar-se órgão consultivo do Governo, e como tal tem que ser considerada.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Ven V. Ex.^a ainda ao encontro do nosso argumento.

O artigo dois do projecto prescreve:

"Dentro de seis meses, a contar da data da promulgação as associações referidas, com personalidade jurídica, inclusive as fundações e mantidas para o fim especial de estimular e aperfeiçoar a cultura da raça, da lingua, da religião, do carácter e dos costumes nacionais reajustarão os estatutos e regimentos que as presidam, às disposições desta lei".

O Sr. Mozart Lago — Pensei ser suficiente esta disposição para esclarecer o pensamento de lei; entretanto verifico, pelo parecer de V. Ex.^a, que não attingia o objectivo. Apresentei, então, a emenda, citando, inclu-

sive o decreto que tornou a Academia Brasileira de Letras órgão consultivo do Governo.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Reportamo-nos principalmente a Academia, porque pensamos ser o fim cominado mais imediato por V. Ex.^a.

O artigo 1.º do projecto está assim concebido:

"Em consonância com os princípios constitucionais dos artigos 141, § 1.º, 144, 146 e 171 da Constituição Federal, todas as associações de entidades científicas, artísticas, com sede no país, quaisquer restrições concernentes ao sexo e que importem em imediato de admissão, as diversas categorias dos respectivos corpos ou membros".

Este o ponto rigorosamente inconstitucional.

O SR. MOZART LAGO — Para atender ao parecer de V. Ex.^a, que aguardo seja dado oportunamente. O nobre colega não conhece ainda o teor de minha emenda.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Terminou de dizer V. Ex.^a que a emenda mencionava o fato de ser a Academia — V. Ex.^a pensa que o é — órgão consultivo do Governo e deve obedecer ao texto. Aquardaremos a emenda para estudá-la com atenção.

O SR. MOZART LAGO — Espero o parecer favorável de V. Ex.^a.

O SR. FLAVIO GUIMARAES — Não sabemos se o poderemos dar. Prometemos a V. Ex.^a que a estudaremos metódicamente e com toda simpatia.

Dissemos que na hipótese de não parecer fôsse contrário, o nosso sofrimento era maior porque teríamos de lutar com o sub-consciente e não queramos ir de encontro à vontade cheia de ideal de S. Ex.^a. *Muito bem; muito bem!*



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 124

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 31 DE JULHO DE 1954

SENADO FEDERAL

O Senado Federal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

N.º 23, de 1954

Art. 1.º Fica o Presidente do Senado Federal autorizado a designar 3 (três) Senadores para comparecerem à Conferência Anual da União Interparlamentar, como representantes do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil, observando o princípio constante do parágrafo único do artigo 49 da Constituição Federal.

Parágrafo único A designação dos representantes do Grupo Nacional do Senado Federal deverá ser feita, salvo na presente sessão legislativa, 90 dias antes da realização do referido certame, a fim de possibilitar o exame da Ordem do Dia da Conferência e a elaboração dos Projetos de Resolução que deverão ser apresentados pela Delegação designada a qual baseará seu trabalho nas indicações do representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 2.º Fica igualmente o Presidente do Senado Federal autorizado a adotar as necessárias providências a fim de que o representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar possa comparecer à reunião anual do aludido Conselho, não podendo o auxílio em apêço ser concedido mais de uma vez ao mesmo Senador.

Parágrafo único O Representante do Grupo Nacional do Senado Federal no Conselho da União Interparlamentar deverá indicar ao Presidente do Senado Federal, com 90 dias de antecedência, a data e o lugar da realização da Conferência, a respectiva Ordem do Dia e coordenar a elaboração pelos Senadores designados para representar o Grupo Nacional

do Senado Federal, das teses a serem submetidas à Conferência Anual da União Interparlamentar.

Art. 3.º A Secretaria do Senado Federal incluirá anualmente na proposta do Orçamento, Anexo n.º 2 — Congresso Nacional — Senado Federal — dotações para atender as despesas com o transporte, estada e representação dos componentes do Grupo Nacional do Senado Federal à Conferência Anual da União Interparlamentar e do representante do Grupo Nacional do Senado Federal do Brasil no Conselho da União Interparlamentar.

Art. 4.º Os Senadores representantes do Grupo Nacional do Senado Federal na Conferência da União Interparlamentar e no Conselho da União Interparlamentar ficam obrigados, imediatamente após o seu regresso e o desempenho de suas missões, a apresentar relatório circunstanciado das atividades dos órgãos a cujas reuniões comparecerem e de todas as decisões para as quais tenham concorrido com o seu voto, devendo apresentar os mesmos, dentro de 15 (quinze) dias, ao Conselho da União Interparlamentar que se reunir no corrente ano.

§ 1.º As disposições constantes deste artigo, aplicam-se à Delegação do Senado Federal que comparecer a Conferência e ao Conselho da União Interparlamentar que se reunir no corrente ano.

§ 2.º A Mesa do Senado Federal enviará os relatórios, a que se refere este artigo, às Comissões Competentes para sua apreciação e proposição dos Projetos de Resolução ou de Lei, que cubrem no caso.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de julho de 1954

João Café Filho

Presidente do Senado Federal

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Prisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor

Gerente da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Be. Pinoco. (**)

Julio Leite.

Costa Pereira.

Plinio Pompeu.

Euclydes Vieira. (***)

(*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.

(**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Senador Mozart Lago

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — Presidente

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-Presidente

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levindo Coelho

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclydes Vieira

Secretário — João Alfredo Raravara

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti

Reuniões — As quintas-feiras às 15 horas

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente

2 — Ismar de Góis — Vice-Presidente (*)

3 — Alberto Pasqualini

4 — Alvaro Adolfo (**)

5 — Apolônio Sales (***)

6 — Carlos Lindenberg

7 — Cesar Vergueiro

8 — Domingos Velasco (****)

9 — Durval Cruz

10 — Euclydes Vieira

11 — Ferreira de Souza

12 — Mathias Olympio (*****).

13 — Pinto Aleixo.

14 — Plinio Pompeu (*****).

15 — Veloso Borges.

16 — Vitorino Freire (*****).

17 — Walter Franco (*****).

(*) Substituído pelo Sen. Espiridiao de Farias.

(**) Substituído pelo Sen. Nestor Massena.

(***) Substituído pelo Sen. Martiano Fernandes.

(****) Substituído pelo Sen. Costa Paranhos.

(*****). Substituído pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****). Substituído pelo Senador Thomaz Rodrigues.

(*****). Substituído pelo Senador Antônio Bayma.

(*****). Substituído pelo Senador Joaquim Pires.

Secretário — Evandro Vianna

Diretor de Orçamento

Reuniões às quartas e sextas-feiras às 14 horas

Constituição e Justiça

Jairo Cardoso — Presidente

Albino de Carvalho — Vice-Presidente

Américo Joim

Américo Viveiros

Camilo Mercio

Ferreira de Souza.

Flavio Guimaraes.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Luiz Pinoco.

Oliveira Oliveira. (*)

(*) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar — Martha Pinto Amado.

Reuniões — Quartas-feiras, às 9 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — Presidente

2 — Luis Pinoco — Vice-Presidente.

3 — Hamilton Nogueira.

4 — Rui Carneiro.

5 — Othon Mader

6 — Kerzinaide Cavalcanti

7 — Cicero de Vasconcelos

Secretário — Pedro de Carvalho

Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões — As segundas-feiras às 16.30 horas.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - Presidente
 - 2 - Hamilton Nogueira - Vice-Presidente
 - 3 - Novais Filho
 - 4 - Bernardes Filho
 - 5 - Djalr Brindeiro
 - 6 - Mathias Olympio
 - 7 - Assis Chateaubriand (*)
 - 8 - João Vilasboas
- (*) Substituído, interinamente, pelo Sr. Cleber de Vasconcelos.
- Secretário - J. B. Castejon Branco
- Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - Presidente
 - 2 - Waldemar Pedrosa - Vice-Presidente
 - 3 - Aloysio de Carvalho
 - 4 - Carvalho Guimarães
 - 5 - Costa Pereira
- Secretário - Cecília de Rezende Martins
- Auxiliar - Nathercia Sá Leitão
- Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Saúde Pública

- Levindo Coelho - Presidente
- Alfredo Simch - Vice-Presidente
- Prisco dos Santos
- Vivaldo Lima
- Durval Cruz
- Secretário - João de Barros Rêgo
- Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - Presidente
 - 2 - Luiz Pinóchio - Vice-Presidente
 - 3 - Nestor Massena
 - 4 - Vivaldo Lima
 - 5 - Djalr Brindeiro
 - 6 - Mozart Lago
 - 7 - Julio Leite
- Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos
- Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Atas das Comissões

Comissão de Constituição e Justiça

7.ª REUNIAO, EM 28 DE JULHO DE 1954

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala Ruy Barbosa, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Dario Cardoso, Presidente. Compareceram os Srs. Aloysio de Carvalho, Vice-Presidente, Flavio Guimarães, Joaquim Pires, Anísio Jobim, Atílio Vivacqua, Camilo Merello e, mais tarde, o Sr. Ferreira de Souza, ausente, por motivo justificado, o Senhor Gomes de Oliveira.

Lida e aprovada a ata da reunião anterior, sem que sobre ela haja qualquer observação, o Sr. Presidente dá início a exame da matéria constante da pauta, sendo lidos e aprovados os seguintes pareceres:

— do Sr. Aloysio de Carvalho, pela constitucionalidade, oferecendo duas emendas, do Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 1954, que modifica disposições da Lei n.º 318, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reacquirição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos;

— do Sr. Anísio Jobim, pela constitucionalidade, do Projeto de Lei da Câmara n.º 288, de 1953, que dispõe sobre os prazos dos contratos de depósitos regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências; e pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954, que aprova o contrato celebradocentre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera;

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 135,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito a vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-á mais Cr\$ 0,50.

— do Sr. Ferreira de Souza, pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara n.º 340, de 1953, que assegura prioridade aos ex-combatentes nas admissões de tarefeiros do Serviço Público, com restrições do Sr. Joaquim Pires; pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 56, de 1954, que institui nas Escolas federais de medicina o ensino de Psicologia Médica e Medicina Psico-Somática;

— extra-nauta do Sr. Flavio Guimarães, pela constitucionalidade, que autoriza a inclusão de elementos femininos em cargos ou funções policiais e dá outras providências, vendidos os Srs. Aloysio de Carvalho e Anísio Jobim e com restrições dos Srs. Atílio Vivacqua e Joaquim Pires.

E' ainda assinado parecer do Senhor Ferreira de Souza, aprovado em reunião de 18 de junho do corrente ano, pela constitucionalidade do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1954, que institui o sistema federal do Racionamento de alimentos e dá outras providências. O projeto em anexo retornara ao Poder, por sua própria sugestão, a fim de serem introduzidas algumas alterações na parte executiva do parecer.

Concedida a palavra ao Sr. Atílio Vivacqua para leitura e posterior votação de seu parecer sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1953, que revoga o Capítulo 3.º do Título V do Decreto-lei n.º 5.452, de 1-5-43 (Consolidação das Leis do Trabalho) a Comissão, por sugestão do Sr. Aloysio de Carvalho decide não conhecer da matéria, tendo em vista a aprovação, pelo plenário, do Requerimento n.º 394, de 1954, encaminhando-se o processo do Projeto em causa à Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho.

Adia-se a votação dos pareceres emitidos sobre os seguintes projetos;

— relator o Sr. Atílio Vivacqua, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 35, de 1933, que regula o serviço de radiodifusão, a requerimento do Senhor Ferreira de Souza; sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 239, de

1932, que regula a execução de imóveis rurais para pagamento de dívidas fiscais, e dá outras providências, com vista concedida ao Sr. Flavio Guimarães; e sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1954, que efetiva nos cargos de tesoureiro-auxiliar os ocupantes de cargos isolados e funções gratificadas de chefe de serviço de caixa assistente de serviço de caixa, encarregado de caixa, caixa e fiel de tesoureiro do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, abdicando-se vista ao Sr. Joaquim Pires.

Como nada mais há que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião. O Sr. Luiz Carlos Viveira da Fonseca, Secretário, lavra, para constar, a presente ata. Esta, desde que aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Educação e Cultura

13.ª REUNIAO, REALIZADA EM 30 DE JULHO DE 1954

Aos trinta dias do mês de julho de 1954, às 15,00 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Flavio Guimarães, Presidente, Hamilton Nogueira, Levindo Coelho, Euclides Vieira e Bernardes Filho, deixando de comparecer com causa justificada os Srs. Senadores Cleber de Vasconcelos e Arão Leão, reúne-se esta Comissão Permanente.

E' lida e aprovada sem alterações a ata da reunião anterior.

Não houve expediente a despachar nem matéria a distribuir.

O Sr. Senador Euclides Vieira lê seu parecer favorável com as emendas n.ºs 1-C, 2-C, 3-C e 4-C ao Projeto de Lei da Câmara n.º 95, de 1954, que cria a Universidade do Pará, com sede em Belém, e dá outras providências, que é aprovado e assinado.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Al-

fonso Paes, de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Redação

27.ª REUNIAO, EM 28 DE JULHO DE 1954

As quinze horas e trinta minutos, do dia vinte oito de julho, do ano de mil novecentos e cinquenta e quatro, sob a presidência do Sr. Senador Joaquim Pires, presentes os Srs. Senadores Waldemar Pedrosa, Aloysio de Carvalho e Costa Pereira, reúne-se a Comissão de Redação.

E' lida e, sem alterações, aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova a redação final dos seguintes pareceres:

— do Sr. Waldemar Pedrosa, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos Decretos-leis ns. 8.794 e 8.791 de 23 de janeiro de 1948, e concede vantagens aos militares da Força Expedicionária Brasileira;

— ao Projeto de Lei do Senado n.º 22, de 1954, que dispõe sobre Vice-Presidente da República, eleito Senador ou Deputado;

— do Sr. Aloysio de Carvalho, ao Projeto de Lei do Senado n.º 8, de 1953, que regula o embarque e o frete das modelas próprias para a construção de jangadas;

— ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1953, com emenda do Senado, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Juvenal Nogueira de Assis e sua mulher, Raimunda Arlinda Nogueira, para fins de irrigação agrícola, nos termos da legislação federal vigente.

As dezessete horas e vinte minutos, nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Cecília de Rezende Martins, Secretária a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Finanças

14.ª REUNIAO, EM 23 DE JULHO DE 1954

As 17 horas e 30 minutos, sob a presidência do Sr. Ivo d'Aquino, presentes os Srs. Euclides Vieira, Nestor Massena, Durval Cruz, Esperidião de Farias, Pinto Aleixo, Costa Paranhos, Ferreira de Souza e Alencastro Guimarães, reúne-se a Comissão de Finanças. Delibera de compreender com causa justificada os Srs. Alberto Pasqualini, Martiniano Fernandes, Carlos Lindenberg, Cesar Vergueiro, Tomaz Rodrigues, Veloso Borges, Antonio Bayma e Joaquim Pires.

E' lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Expediente:

— Aviso do Sr. Ministro da Fazenda prestando as informações solicitadas acerca do Projeto de Lei da Câmara n.º 26, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 900.000,00 em reforço da Verba 3 do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

O Sr. Presidente determina a juntada do referido aviso ao projeto em apreço.

Em seguida o Sr. Presidente dá a palavra ao Sr. Euclides Vieira que apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 153, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 para ocorrer às despesas com a representação do Brasil no 5.º Congresso Internacional de Hematologia.

Unanimemente a Comissão aprova o parecer.

Dado o adiantamento da hora, o Sr. Presidente encerra a reunião, lavrando eu, Evandro Mendes Vianna, Diretor de Orçamento e presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Sobre a Mesa para recebimento de emendas nos dias 2, 3 e 4, de Agosto:

- 1) — Projeto de Resolução n.º 41, de 1954 que dispõe sobre a votação de proposição considerada em parecer parcialmente inconstitucional.
- 2) — Projeto de Resolução n.º 32, de 1954, que prevê a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia.

94.ª SESSÃO EM 2 DE AGOSTO DE 1954

Oradores inscritos para o expediente

- 1.º — Senador Waldemar Pedrosa.
- 2.º — Senador Mozart Lago.
- 3.º — Senador Onofre Gomes.
- 4.º — Senador Costa Paranhos.

ATA DA 93.ª SESSÃO EM 30 DE AGOSTO DE 1954

PRESIDÊNCIA DO SR. ALFREDO NEVES

As 1430 horas comparecem os Srs. Senadores:

Waldemar Pedrosa — Anísio Jobim — Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Antonio Bayma — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Nogueira Filho — Djair Brindetto — Ezequias da Rocha — Julio Leite — Aloisio de Carvalho — Carlos Lindenberg — Luiz Tinoco — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Mozart Lago — Bernardes Filho — Nestor Massena — Leônido Coelho — Costa Paranhos — Darío Cardoso — Costa Pereira — Rocha Dias — Othon Madrê — Flávio Guimarães — Roberto Glasser — Ivo d'Ávila — Alfredo Stinck — Camillo Mercio — (32).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 32 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é com debate aprovada.

O SR. 4.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º) lê o seguinte Expediente

Mensagens:

— De ns. 126 a 127-34, devolvendo autógrafos dos Projetos de Leis da Câmara, já sancionados, ns.:

129-54, que autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 pelo Ministério da Viação, para fim que especifica; e

112-54, que autoriza a abertura de crédito especial de Cr\$ 78.095.543,00, pelo Ministério das Relações Exteriores, para pagamento de despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Ofícios:

— Quatro, da Câmara dos Deputados, sob ns. 1158, 1163 e 1172, encaminhando autógrafos dos seguintes

Projeto de Decreto Legislativo n.º 39, de 1954

(4.337-A-54, da Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e o Serviço Social da Indústria — SECAP.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 16 de dezembro de 1953,

entre a Divisão de Obras do Ministério da Educação e Cultura e o Serviço Social da Indústria — SECAP, para construção de uma residência "Durabrix", em painel pré-fabricado, de contra-placado, para o Serviço de Assistência Social.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 40, de 1954

(4.334-A-54, da Câmara)

Mantém a decisão do Tribunal de Contas de aprovar o registro do termo de contrato de compra e venda celebrado entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carlini e outros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 2 de julho de 1953, que aprovou o registro do termo de contrato de compra e venda celebrado, em 25 de julho de 1952, entre o Serviço do Patrimônio da União e Verônica Carlini e outros, para efetivação da desapropriação de áreas, com benfeitorias, situadas na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 41, de 1954

(4.339-A-54, da Câmara)

Aprova o contrato de cooperação celebrado entre o Governo Federal e Mário da Silva Leal e sua mulher Maria Nair da Silva Leal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o contrato de cooperação celebrado, em 4 de agosto de 1952, entre o Governo Federal e Mário da Silva Leal e sua mulher Maria Nair da Silva Leal, para execução de obras de irrigação em terras de sua propriedade na fazenda "Macauin", no município de Tauá, Estado do Ceará.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1954

(4.320-A-54, da Câmara)

Aprova o contrato celebrado entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Geraldo Linhares de Azevedo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado, em 30 de outubro de 1953, entre a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e Geraldo Linhares de Azevedo, para desempenhar a função de professor de química da mesma Escola.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

De 29 do mês em curso, do Senhor Secretário da Presidência da República, restituindo os autógrafos referentes ao Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953.

A Promulgação.

São lidos e vão a imprimir os seguintes pareceres,

Parecer n.º 574, de 1954

Da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas sobre o Projeto de Lei da Câmara número 99, de 1952, que dá nova

redação ao art. 3.º do decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1937.

Relator: Sen. Antônio Bayma.

Originário da Câmara dos Deputados, sendo seu autor o ilustre Deputado Lauro Cruz, objetiva o presente projeto, dar nova redação ao art. 3.º do projeto, ora em exame nesta Comissão Decreto-lei n.º 58, de 10 de dezembro de 1937, que dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações, determinando, na modificação introduzida, que a inscrição tomem bens de uso público as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta, os quais se incorporam ao patrimônio dos Municípios respectivos, sem quaisquer ônus para estes.

O art. 3.º do referido Decreto-lei, a que o Projeto visa modificar, assim se atul: "A inscrição torna inalienáveis, por qualquer título, as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta".

Como se vê, enquanto o art. 3.º do Decreto prescreve que, feito o respectivo registro do plano, os documentos, qualquer título, as vias de comunicação e os espaços livres constantes da planta, o projeto altera este artigo determinando que as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta, tornem desde logo, propriedade dos Municípios, na categoria dos bens públicos uso do povo, de acordo com o que preceitua o Código Civil, em seu art. 36 n.º 1.

O parecer da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados julgou o Projeto merecedor de aprovação em virtude do sentido prático e do alcance social que encerra, ponderando tratar-se de uma restrição da propriedade em proveito da estética e da higiene, e por determinar a posse efetiva dos espaços livres e utilidades projetados, pelo poder municipal, a fim de não realizar as obras urbanísticas, de saneamento, etc.

Enquanto isto, a Comissão de Justiça deputa mesma Casa do Congresso propunha a sua aprovação não só do ponto de vista jurídico-constitucional, como por considerá-lo "passo avançado na realização de problema de maior relevância".

Já a Junta Comissão de Constituição e Justiça do Senado não concordou "in totum" com o ponto de vista daquelas Comissões.

Assim é que, aprovou aquele órgão técnico desta Casa, por unanimidade o longo e erudito parecer do eminente Senador Atílio Vivacqua, que acabou de bom alvitre oferecer ao Projeto uma emenda substitutiva, pela qual ficassem acautelados não só os interesses da administração como também assegurados o direito de propriedade, o lado do direito adquirido, atendendo-os e conciliando-os em face da legislação, mediante forma adequada ao espírito do art. 147 da Constituição Federal.

Em face do pronunciamento da Comissão de Justiça do Senado, procurando sanar as falhas constitucionais e jurídicas do projeto, (o que a nosso ver conseguiu de maneira brilhante), resta-nos apenas dar total apoio ao Substitutivo por ela apresentado, de vez que, sobre atender satisfatoriamente o objetivo do projeto, evita qualquer eiva de inconstitucionalidade que porventura contra ele possa ser arguida.

O Substitutivo da Comissão de Justiça do Senado, com o qual a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas está de acordo, tem o seguinte teor:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 3.º do Decreto-lei n.º 58 de 10 de dezembro de 1937: "A inscrição torna bens inalienáveis e de uso público sem qualquer ônus para os respectivos municípios as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta".

§ 1.º O disposto neste artigo se aplica a quaisquer terrenos loteados em zona urbana, não sujeitos ao regime do referido Decreto-lei.

§ 2.º Aos três anos de vigência da inscrição, adquirirá o Município o domínio das vias de comunicação e dos espaços livres de que trata este artigo, mediante sentença declaratória, devidamente transcrita.

§ 3.º Cessada, em virtude de ato de autoridade municipal, e antes de decorrido o prazo estabelecido no § 2.º, a destinação do imóvel prevista neste artigo, extinguir-se-á a cláusula de inalienabilidade e de uso público, mediante a obrigação de serem indenizadas pelo respectivo proprietário as obras de que possa auferir utilidade, salvo se em consequência delas tiver sido cobrada a contribuição de melhoria. (art. 30 da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 23 de julho de 1954. — Euclides Vieira — Presidente. — Antônio Bayma — Relator. — Onofre Gomes. — Alencastro Guimarães. — Othon Madrê.

EMENDA QUE SE REFERE O PARECER

Substitutiva:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação o art. 3.º do Decreto-lei número 58, de 10 de dezembro de 1937: "A inscrição torna bens inalienáveis e de uso público, sem qualquer ônus para os respectivos municípios, as vias de comunicação e os espaços livres constantes do memorial e da planta".

§ 1.º O disposto neste artigo se aplica a quaisquer terrenos loteados em zona urbana, não sujeitos ao regime do referido Decreto-lei.

§ 2.º Aos três anos de vigência da inscrição, adquirirá o Município o domínio das vias de comunicação e dos espaços livres de que trata este artigo, mediante sentença declaratória, devidamente transcrita.

§ 3.º Cessada, em virtude de ato de autoridade municipal, e antes de decorrido o prazo estabelecido no § 2.º, a destinação do imóvel prevista neste artigo extinguir-se-á a cláusula de inalienabilidade e de uso público, medidas pelo respectivo proprietário as obras de que possa auferir utilidade, salvo se em consequência delas tiver sido cobrada a contribuição de melhoria. (art. 30 da Constituição Federal).

Parecer n.º 575, de 1954

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 317, de 1952, que assegura aos membros da diretoria de sindicato os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos.

Relator: Sr. Euclides Vieira.

A garantia aos dirigentes de sindicatos já consta da Consolidação das Leis do Trabalho, artigo 543 e seus parágrafos, mas o presente projeto visa maior firmeza quanto a essa garantia, assegurando os direitos de estabilidade no emprego, durante o período de seus mandatos, aos membros da diretoria de sindicatos a que se refere o artigo 522 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, modificado pelo Decreto-lei número 9.502, de 23 de julho de 1948.

Diante das funções que competem aos dirigentes de sindicatos, em benefício dos seus associados, há conveniência da garantia da estabilidade, sem prejuízo do estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho. Parece que pelos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, que não ficarão pelo presente projeto revogados, a estabilidade no emprego não será mantida por motivo de falta grave ou de força maior, devidamente comprovado.

A estabilidade que o projeto visa, não exclui medidas asseguradoras da

hierarquia e disciplina, num estabelecimento industrial ou comercial ou agrícola, como bem afirmou o illustre relator na Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer, mas não haverá inconvenientes na aprovação da emenda ativa, que ressalva o motivo da falta grave ou de força maior, devidamente comprovado.

Concluímos pela aprovação do projeto com a emenda.

Em 22 de julho de 1954. — *Euclydes Vieira*, Presidente. — *Nestor Massena*, Relator. — *Julio Leite*. — *Costa Pereira*.

EMENDA A QUE SE REFERE O PARECER SUPRA

N.º 1

Ao art. 1.º — Acrescente-se o seguinte parágrafo:

Parágrafo único — A estabilidade de que trata esta lei é concedida aos empregados pela Consolidação das Leis do Trabalho e não se efetuará quando por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovada.

Parecer n.º 576, de 1954

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 71-54, que estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, botéis e casas de venda de vinhos da representação e venda de vinhos de uvas nacionais.

Relator: Sr. Julio Leite.

O nobre Deputado Tenório Cavalcanti apresentou na Câmara dos Deputados projeto de lei, que levou o n.º 71-54, estabelecendo a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, botéis e casas de venda de vinhos da representação e venda de vinhos de uvas nacionais, desde que tenham a venda de vinhos estrangeiros.

Como elemento decisivo na obrigatoriedade do direito em seu texto, o projeto propõe para os infratores a pena de multa de vinte mil cruzeiros.

O estudo dessa proposição é a louvável intuito de que se fomenta a indústria vinícola nacional, atraindo a varella contra o comércio estrangeiro e varella que sempre se tem beneficiado em benefício de concorrência estrangeira.

Desde há a obra, a nosso ver, a adoção da medida proposta. Assim recomendando a sua votação a Comissão de Economia para favorecer a obra a aprovação do projeto 71, de 1954.

Sala das Comissões, em 22 de julho de 1954. — *Euclydes Vieira*, Presidente. — *Julio Leite*, Relator. — *Nestor Massena*. — *Costa Pereira*.

Parecer n.º 577, de 1954

Da Comissão de Economia, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 71-54, que estabelece a obrigatoriedade para o comércio atacadista e varejista, os hotéis, restaurantes, botéis e casas de venda de vinhos da representação e venda de vinhos de uvas nacionais, desde que tenham a venda de vinhos estrangeiros.

Relator: Sr. Julio Leite.

Em virtude do requerimento do nobre Senador Othon Mader a Comissão de Economia foi chamada a opinar sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 151, de 1953, que vem acrescer o art. 634 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — de modo a permitir a extinção da estabilidade de que trata a referida Lei, em consideração especial da pena, com a natureza da infração e do

branda no caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato a autoridade.

A Comissão de Legislação Social já se pronunciou e foi favoravelmente a iniciativa do illustre Deputado Plínio Collão, autor da proposição em causa.

Quanto ao seu mérito, nada obsta. Reconhece-se a necessidade de que seja suprida a omissão de preceitos combinatórios no que diz respeito a várias disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de que as mesmas verdadeiramente se tornem operantes.

No entanto, data vinda, a Comissão de Economia, tendo em vista que nos artigos 75, 120, 115, 223, 351, 363, 401 e 453 da Consolidação — artigo que dispõe sobre a fixação de penas aos infratores das normas contidas em determinados artigos, diretos capítulos a fixação daquele estatuto o legislador adotou o critério de estabelecer os limites das multas de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), considera que a bem da sistemática e mesmo da equidade, o quantum prescrito no projeto não deve fugir a essa delimitação.

Assim, sendo, apresenta a seguinte emenda substitutiva:

EMENDA SUBSTITUTIVA

Art. 1.º E o transformado em parágrafo primeiro do parágrafo único do artigo 634 do Decreto-lei número 5.452, de 1.º de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — acrescentando ao mesmo artigo e seguinte parágrafo seguinte.

2.º Não havendo condenação especial em cada capítulo as infrações e dispositivos desta lei serão punidos com a multa de Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), graduada de acordo com a natureza da infração e do grau de reincidência, ou desacato a autoridade.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de julho de 1954. — *Euclydes Vieira*, Presidente. — *Julio Leite*, Relator. — *Nestor Massena*. — *Costa Pereira*.

Parecer n.º 578, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 340-53, que assegura prioridade nos exames para os candidatos a tarefeiros do Serviço Público.

Relator: Sr. Ferreira de Souza. 1.ª — A proposição em estudo, votada pela Câmara dos Deputados, visa a conceder a todos os que integram as forças expedicionárias brasileiras em ação de guerra na Itália, ou que serviram nos serviços de patrulhamento e em comboios durante o último conflito mundial, preferência por três anos, para as admissões como tarefeiros do Serviço Público.

O exame atento da matéria sob o ponto de vista jurídico não lhe é favorável.

2.ª — Quando uma lei estipula preferência em favor de alguém, quer tenha em vista o provimento de cargos ou funções públicas, quer se refira a negócios jurídicos com o Estado, ou com particulares, pressupõe competição entre diversos pretendentes, todos em igualdade de condições no que entende com os requisitos substanciais para obter o posto ou o negócio. Mas essa competição só pode existir entre candidatos tornados conhecidos, apresentados ou por via de concurso ou por outra forma de escolha.

3.ª — Não se dá com os tarefeiros do serviço público admitidos à medida das necessidades e sem qualquer concorrência especial. Não há como respeitar preferências.

No caso em estudo, porém, a preferência não significaria escolha entre interessados na mesma situação jurídica, não seria mesmo "preferência", mas uma precedência erga omnes, vale dizer, um privilégio equivalente ao de nomeação. A autoridade, antes de admitir o "tarefeiro" teria que verificar se algum ex-soldado da FEB tinha pretensões a tal função. Como apurá-lo? Por editais? Por inquéritos particulares? Por uma inscrição prévia?

3.ª — A providência, portanto, violaria em cheio tanto a regra da igualdade de todos perante a lei, constante do art. 141, § 1.º, da Constituição, como as funções públicas a todos os como a de acessibilidade dos brasileiros, com a só restrição dos requisitos fixados em lei, na forma do art. 184.

4.ª Realmente. Não pretende o primeiro artigo o nivelamento absoluto de todos os homens, não desconhece as desigualdades mais ou menos profundas que os separam, não se propõe livrar os desiguais, assimelhar os dessemelhantes. Digamos, sim, que onde nem a natureza, nem o grau de instrução, nem a cultura, a idade, ou o tempo, nem as condições físicas individuais estabelecerem diferenças, não as pode criar a lei. A esta cumpre assegurar a todos a integralidade dos direitos iminentes ao indivíduo e à pessoa, à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, tais como definidos no citado art. 141. Só lhe é possível impor normas diversas em razão de tais diversidades nos casos especiais ou em setores especializados.

5.ª E não sei dêse limite o citado art. 184. Sempre dentro da ideia da igualdade, declara desconhecer, em regra, separações entre os brasileiros, todos em condições de aspirar e de ascender aos cargos públicos. E quando restringe a regra reportando-se à possibilidade de impor o legislador ordinário requisitos específicos faz-lo no sentido acima exposto, ou seja, para permitir condicione a lei o provimento dos cargos públicos a condições intelectuais, a preparação, a tempo de serviço, a serviços anteriores, à idade, ao merecimento, às condições físicas, a concursos de provas ou títulos, mesmo a sexo, de acordo com as conveniências de cada serviço de cada posto.

6.ª A luz do citado art. 141, § 1.º essa norma se aplica a todas as relações com o Poder Público, mesmo as de ordem puramente contratual, todos são iguais perante a lei, todos podem pretender, nos limites das condições estatuídas em lei, tendo em vista as necessidades do Estado e as condições individuais, profissionais ou mesmo econômicas de cada um, aos cargos públicos e às diversas formas de se ligar ao serviço público, recebendo do Estado a devida contraprestação sob a forma de vencimentos, de ordenados, de soldo, etapa, de preço de objetos fornecidos ou de serviço prestado, etc.

7.ª Essa igualdade estará tanto mais ferida quanto a preferência proposta é de natureza absoluta. Dentro dos seus termos, não se cuida das qualidades pessoais, não se cogita das particularidades de cada tarefa, não se indaga da maior ou menor possibilidade de boa realização da obra por parte do tarefeiro. Declara-se, exclusivamente, que onde houver "tarefas", os "tarefeiros" serão preferentemente os aposentados na proposição. Quebra-se, destarte, a igualdade entre brasileiros, estipula-se uma condição para os cargos públicos que nem todos podem, ainda querendo preencher, declara-se qualidade preferencial um fato que, embora honrando os pretendentes, não os aponta por mais ou por menos capazes do serviço, e não os identifica como superiores aos demais possíveis tarefeiros, nem correspondente à finalidade da tarefa.

8.ª Por outro lado, a aprovação da proposição ou importaria numa lei imperfeita, sem obrigatoriedade, numa simples recomendação, o que não se admite senão quando se trata de uma ou mais regras isoladas num corpo de leis sistematicamente organizado, como as Constituições, os Códigos, etc., e, então, nada se teria, realmente, atribuído aos beneficiários do projeto, ou, se considerada obrigatória, criaria direitos com possibilidade de execução judicial. Teriamos, nesta hipótese, as mais absurdas discussões em Juízo de ex-soldados da FEB a tentar anular a admissão dos tarefeiros não combatentes.

9.ª Não há dúvida que as autoridades devem amparar o mais possível os que não faltaram aos seus deveres de sangue perante a Pátria. O Poder Executivo pode mesmo, na sua discricção, ordenar se atendam na medida do possível, estes ou aqueles cidadãos com serviços especiais. Mas, a lei, não.

10.ª Baseada nestas considerações, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela rejeição do projeto. Sala Ruy Barbosa, em 28 de julho de 1954. — *Dario Cardoso*, Presidente. — *Ferreira de Souza*, Relator. — *Anísio Jobim*, *Joaquim Pires*, com restrições. — *Aloysio de Carvalho*. — *Camilo Mérico*. — *Flávio Guimarães*.

Parecer n.º 579, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 122-54, que modifica disposições da lei número 815, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a requalificação da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

Relator: Sr. Aloysio de Carvalho. O projeto de lei da Câmara número 122, de 1954, modifica disposições da lei n.º 815, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a requalificação da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.

Trata-se de iniciativa do Poder Executivo, por mensagem presidencial número 207, de 14 de julho de 1953, a que acompanhou Exposição de Motivos do Sr. Ministro da Justiça propondo as providências em causa pela necessidade de facilitar condições de naturalização previstas naquela lei e de remover determinados obstáculos burocráticos que por força da mesma lei retardam sobremaneira a concessão de naturalização.

A única alteração por assim dizer substancial que o projeto realiza é a dispensa do requisito de "exercício de profissão ou posse de bens suficientes à manutenção própria e da família" (art. 6.º, n.º IV, da Lei número 118), quando a naturalização for da "estrangeira casada com brasileiro". Conto se sabe, a atual legislação somente dispensa esse requisito para a hipótese de naturalização de portugueses.

Nada há, na Constituição, que impeça tal extensibilidade. O que a Constituição estabelece, no particular, é que são brasileiros os naturalizados na forma que a lei fixar, extirpadas aos portugueses apenas a residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física" (Art. 129, n.º IV). No caso vertente, cogita-se de facilitar a naturalização de mulher estrangeira casada com cidadão brasileiro, dispensando-a simplesmente de comprovar determinado requisito exigido pela lei, em geral.

Outra modificação do projeto é concernente ao aspecto formal da concessão da naturalização. Pela lei atual, faz-se essa concessão mediante decreto individual, o que demanda tempo e energia. Basta ver, como indicado na exposição de motivos ministerial, que do advento da lei número 815 mencionada até o ano de 1952 foram assinados 15.316 decretos de naturalização.

O projeto permite o decreto coletivo, que abranja, num só ato, a naturalização de vários estrangeiros, desde que no seu texto fique perfeitamente individualizada cada beneficiário. Em consequência, modifica-se a lei 818 em todos os pontos em que se refere a decreto de naturalização, para dizer-se agora *certidão* do ato de naturalização, pois que o projeto prevê que do decreto coletivo seja extraída *certidão* relativa a cada naturalizando, e remetida ao juiz de direito do seu domicílio, ficando o decreto arquivado no Ministério de Justiça. O sétimo título da lei número 818, que se enuncia como "Da nulidade do decreto de naturalização", passa, consequentemente, a denominar-se "Da nulidade do ato de naturalização", e é nesse sentido o art. 2º do projeto.

Outras duas alterações são aos artigos 9º e 10º da lei. Aquêles declara reduzido o prazo de residência do naturalizando no Brasil quando preenchidos determinados requisitos, entre os quais o de ser ou ter sido empregado em *legação ou consulado do Brasil* e contar vinte anos de bons serviços. Por emenda do deputado Adroaldo Mesquita, na intenção de ampliar beneficiamento o disposto na lei, reporta-se o projeto a *missão diplomática ou repartição consular*, ao invés de *legação ou consulado*, mantendo, porém, o limite de tempo de bons serviços. Por sua vez, o artigo 10 da lei exige, entre os documentos que devem acompanhar o requerimento de naturalização, a carteira de identidade para estrangeiro (nº I) e atestado policial de bons antecedentes e folha corrida, passados pelos serviços competentes dos lugares do Brasil onde o naturalizando haja residido. (nº III).

A recente prática do Instituto revelou as dificuldades muitas vezes superáveis quanto à obtenção da última prova, em lugares tantas vezes distantes, quando não afastados, também, no tempo, os sucessivos dos meios. Assim, o projeto reduz a obrigação do atestado de bons antecedentes e folha corrida para o lugar onde reside o naturalizando. Quanto à carteira de identidade para estrangeiro, prevê, prudentemente, e buscando, por igual, facilitar a naturalização, que se essa carteira omitir qualquer dado relativo à qualificação do naturalizando, deverá ser apresentado documento que supra a falta.

As demais disposições são de natureza processual, visando a conciliar as normas burocráticas que regem o Instituto, com a substituição, agora feita, do ato individual de concessão pelo decreto coletivo, se necessário. É assim que em vez do livro especial destinado, no Ministério da Justiça, ao registro dos decretos de naturalização, conforme previsto pelo artigo 43 da lei número 818, passa agora a existir um livro para *finde nominal das naturalizações concedidas*, como previsto pelo projeto.

Possibilitando-se, destarte, a naturalização de vários postulantes num mesmo ato executivo, o projeto modifica o artigo 15 da lei e dispõe: Dispunha-se, até, como efeito, que uma vez publicado, seria o decreto de naturalização remetido ao Juiz de Direito do domicílio do naturalizando para que o entregasse. Imediata e solenemente, em audiência pública, exaltando-se ao beneficiário a significação da sua nova qualidade etc.

Pelo projeto passa a ter outro texto o artigo 15, com o de estabelecer que uma vez publicada, o decreto de naturalização será arquivado no Ministério da Justiça onde se extrairá, de ofício, *certidão na forma de modelo anexo*, relativa a cada naturalizando, visando pelo Diretor Geral do Departamento competente. Essa *certidão* será, então, remetida ao Juiz de Direito do domicílio do interessado para a formalidade da solene entrega.

A Exposição de Motivos ministerial que acompanhou a Mensagem da Presidência da República, remetendo à

Câmara dos Deputados o ante-projeto de lei sob exame, continha, em anexo, um modelo de texto para a *certidão* referida. Ocorre, porém, que esse modelo não figurou na Redação Final do Projeto na Câmara, nem em anexo como não figura, também, no autógrafo enviado ao Senado, quer com parte integrante do projeto, quer em anexo.

Resulta, daí, que o projeto fala em *certidão* na forma do modelo anexo, não se conhecendo, para efeito de execução da lei em que o projeto se transformar, o texto da *certidão*, que o modelo invocava haveria de indicar. Impõe-se, portanto, incorporar ao próprio projeto, como nos parece melhor, o teor do *certificado*, tal como proposto pelo Poder Executivo. É o objetivo da emenda nº 1-C que se a seguir apresentamos.

Outrossim, o projeto, modificando o art. 19 da lei nº 818, em que se declara que a naturalização confere ao naturalizado o gozo de todos os direitos civis e políticos, executados os que a Constituição Federal atribui exclusivamente a brasileiros natos, usa do termo "naturalizando", quando, no caso, termo cabível já é o de "naturalizado", como está na lei. Propomos a correção, através da emenda nº 2-C.

A lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, servindo a nobres intenções, é um dos mais recomendáveis trabalhos do Congresso Nacional, na sua fase atual. Ampliando-lhe ainda os fins e simplificando, sobretudo, a sua execução, o presente projeto corresponde aos mesmos nobres propósitos de integração na comunidade brasileira daqueles que oriundos de outras e longas terras oferecem, como preciosa contribuição à nossa civilização os frutos da sua inteligência e do seu trabalho.

Somos, assim, pela aprovação do projeto, adotadas as duas emendas. Sala Ruy Barbosa, em 28 de julho de 1954. — **Dario Cardoso, Presidente** — **Aloysio de Carvalho, Relator** — **Anísio Jobim** — **Joaquim Pires** — **Felício Guimarães** — **Camillo Mercio** — **Atílio Vivacqua.**

EMENDA Nº 1-C

Modifique-se pela seguinte forma o texto oferecido pelo projeto ao artigo 15 da lei nº 818:

Art. 15. Uma vez publicado, o decreto de naturalização será arquivado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, onde se extrairá de ofício, *certidão* relativa a cada naturalizando visada pelo Diretor Geral do Departamento competente. Essa *certidão* será remetida ao Juiz de Direito do domicílio do interessado a fim de lhe ser imediata e solenemente entregue, em audiência pública, na qual se explicará a significação do ato, advertindo-se quanto aos deveres e direitos dele decorrentes.

§ 3º — Na mesma audiência poderá ser entregue mais de uma *certidão*.

§ 4º — A *certidão* referida neste artigo conterá, sob o título de "Certificado de Naturalização", os seguintes dizeres e indicações essenciais: "O Diretor Geral do Departamento do Interior e da Justiça do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na conformidade do art. 15 da lei nº 818 de 18 de setembro de 1949, alterada pela de nº (número e data), "Certifica" que por decreto do Sr. Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, de... (dia, mês e ano do ato de naturalização) foi concedida nos termos do art. 1º nº IV da citada lei nº 818, a naturalização a quem pediu... (nome do naturalizando, especificando-se país de origem; dia, mês e ano de nascimento; que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e Leis do Brasil)".

Sala Ruy Barbosa, em 28 de julho de 1954. — **Aloysio de Carvalho** — **Dr. reunião de 28 de julho de 1954, a Comissão de Constituição e Justiça**

adotou a emenda supra. — **Dario Cardoso.**

EMENDA Nº 2-C

Substitua-se, no texto proposto pelo projeto ao art. 19 da lei nº 818, o vocábulo "naturalizando" pelo vocábulo "naturalizado".

Sala Ruy Barbosa, em 28 de julho de 1954. — **Aloysio de Carvalho** — **Em reunião de 28 de julho de 1954, a Comissão de Constituição e Justiça adotou a emenda supra.**

Dario Cardoso.

Parecer nº 580, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça — sobre o Projeto de Lei da Câmara número 228-54, que dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências. Sr. Anísio Jobim.

O nobre Deputado Sr. Ruy Almeida, 1º Secretário da Câmara, remeteu ao Senado Federal o autógrafo do Projeto de Lei que naquele Casa o Legislativo recebeu o nº 3.431-A, de 1953, o qual dispõe sobre os prazos dos contratos de depósito regular e voluntário de bens de qualquer espécie, e dá outras providências.

O referido projeto foi objeto de uma Mensagem do ex-Presidente da República Marshal Eurico Gaspar Dutra, de 14 de abril de 1948, encerrando a necessidade de serem modificados dispositivos da Lei, número 370, de 4 de janeiro de 1937 e do Decreto, número 1.508, de 17 de março de 1937.

Refere-se o Ilustre signatário a uma exposição, que lhe fez o então Ministro da Fazenda Dr. Corrêa e Castro.

Segundo a Mensagem e a Exposição baseada esta num memorial do então Presidente do Banco do Brasil, Sr. Marques dos Reis, aqueles diplomas "não previram todos os casos de valores abandonados em bancos e estabelecimentos outros, bem como não estabeleceram com clareza o conceito do depósito".

Dá a necessidade de uma reforma nos termos do ante-projeto enviado ao Poder Legislativo.

A Câmara aceitou as sugestões pelas suas ditas Comissões, atentas as razões explanadas e o parecer da Consultoria Geral da República, e outros motivos alinhados nos aludidos pareceres, que constam do avulso e documentação anexa ao projeto, ainda que com discrepância.

A Ilustre Comissão de Constituição e Justiça apresentou projeto com outra redação que alenga os mesmos objetivos, não obstante as ressalvas feitas.

A douta Comissão de Finanças no seu laudo parecer discorda dos preceitos suscitados e diz:

"Quer parecer-nos, pois, na mensagem presidencial, que ora renova o estudo da matéria, deve ser aproveitada pelo Congresso, para que dê ao assunto disciplina legal condizente com a doutrina tradicional e com as normas jurídicas adotadas pela legislação dos povos cultos".

A aludida Comissão manifesta-se contrária ao ante-projeto e a nova redação dada, como já salientamos, busca conciliar a matéria, apresentando um substitutivo.

A redação final do Projeto submetido ao critério e exame do Senado tem o nº 3.461-A-1953.

Sobre ele se externou o nobre Senador Durval Cruz em amplo estudo na qualidade de relator da Comissão de Finanças, parecer que foi unanimemente aprovado pela referida Comissão.

O Ilustre Senador Durval Cruz salienta os pontos básicos do Projeto em sua redação final e do texto do autógrafo enviado ao Senado, como um sistema que não colide com a doutrina e está de acordo com os avanços da direito moderno em relação ao Instituto.

Não é preciso transcrever os termos da referida proposição, nem as inovações nela introduzidas, para não ampliar mais o parecer que já vai longo.

Uma síntese histórica do referido projeto, seu trânsito pela Câmara, o douto parecer aprovado pela honrada Comissão de Finanças do Senado dão o testemunho do devotado cuidado e zelo com que foi estudado o assunto.

Nosso parecer é pela constitucionalidade.

Sala Ruy Barbosa, em 28 de junho de 1954. — **Dario Cardoso, Presidente** — **Anísio Jobim, Relator** — **Joaquim Pires** — **Aloysio de Carvalho** — **Camillo Mercio** — **Atílio Vivacqua** — **Felício Guimarães.**

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima.
Tomaz Rodrigues.
Kerginaldo Cavalcanti.
Ferreira de Souza.
Ruy Carneiro.
Assis Chateaubriand.
Durval Cruz.
Atílio Vivacqua (7).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Magalhães Barreto. — Victorino Freire — **Arão Lobo** — **Malthes Olympio** — **Olavo Oliveira** — **Georgino Apelinio** — **Velloso Borges** — **Assis Chateaubriand** — **Martinho Fernandes** — **Cícero de Vasconcelos** — **Walter Franco** — **Lamartine Alves** — **Pinto Aleixo** — **Sá Tinoco** — **Pereira Pinto** — **Cesar Vermeiro** — **Marcondes Filho** — **Eustáquio Vieira** — **Silvio Curro** — **Venustiano Martins** — **Gomes de Oliveira** — **Francisco Galotti** — **Alberto Paquetini** — (23).

C. SR. PRESIDENTE:

Ficará sobre a mesa, para o eventual recebimento de emendas, durante três sessões, os Projetos de Resoluções nºs 41 e 42, ambos de 1954, o primeiro dispondo sobre a votação de proposição considerada em parecer parcialmente inconstitucional, o segundo havendo a solicitação de informações ao Conselho Nacional de Economia. (Pausa).

Está finda a leitura do Execlente. Tem a palavra o nobre Senador Novais Filho, primeiro orador inscrito.

C. SR. NOVAES FILHO:

Sr. Presidente, lembra-se o Senado de que há cerca de dois meses, durante a sessão de 14 de maio, a discussão desta tribuna, as dificuldades encontradas em que se debatia a lavratura da carteira de Pernambuco, a recordação do Senado de memorial, suscitado por 12 Senadores da Renovação produtores de grãos, e, consequentemente, entregue ao nobre Sr. Conselheiro Aranha, então Ministro da Fazenda, solicitando a adoção de providências que viessem corrigir o erro cometido de então.

Hoje, Sr. Presidente, manifestamente, chegou a conclusão de que o Brasil está vivendo uma fase culminante do comércio das coisas, porque todos nós — quem não quer, tem — estamos constantemente da ordem material, dentro de tudo a que apanha a que a exportação não tem demonstrado sobre as necessidades atuais do Brasil, pronunciado esta ordem pelo nobre Sr. Ministro Orlando Azeiteiro, S. Ex.ª, além de várias outras vistas que ali se encontram — todos condizentes com tais reclamações até mesmo com as sugestões dos agricultores brasileiros — afirmam que fora da agricultura não há salvação para o Brasil.

Acrescentou S. Ex.ª:

"É impossível fugir no Brasil a esse dilema — não há salvação sem agricultura — presença abundante e feliz. Renito a idéia que já anunciei — não pode haver mais feliz com uma agricultura pobre. A pobreza da nossa agricultura será a pobreza e mesmo a miséria do nosso povo. Nenhum ho-

V. Ex.^a um aparte?

O SR. BERNARDES FILHO — Com muito prazer.

O Sr. Ruy Carneiro — Sinto-me contente ao ver um brilhante parlamentar como V. Ex.ª

O SR. BERNARDES FILHO — Bondade do nobre colega.

O Sr. Ruy Carneiro — ... figura de destaque desta Casa, representante do glorioso Estado de Minas Gerais, associar-se às homenagens a O Globo, um dos órgãos de imprensa que mais se distinguem pelo aríon democrático. Muitas vezes esse jornal critica o governo e o Presidente Getúlio Vargas de quem sou amigo pessoal; freqüentemente ataca, de maneira injusta, o meu partido. Declaro, entretanto, a V. Ex.ª que, como brasileiro, tenho orgulho do grande vespertino fundado por Irineu Marinho e que há vinte e nove anos circula na Capital da República.

O SR. BERNARDES FILHO — Agradeço a V. Ex.ª a contribuição que dá às palavras por mim proferidas. O fato de nem sempre estarmos de acordo com orientações eventuais de determinados órgãos da imprensa não impede que nos associemos ao júbilo pelas suas grandes datas, sobretudo quando se trata de jornais pertencentes ao que podemos chamar a boa imprensa.

O Sr. Carneiro — Muito bom!

O SR. BERNARDES FILHO —

Sr. Presidente, por ter sido o dia do aniversário de O Globo, ontem foi também uma grande data para a boa imprensa, à qual ele pertence. Foi uma grande data para imprensa que não emudece, que não vive na obscuridade do medo nem do silêncio; que não cala, mas diz a verdade, transmitindo o que colhe, filtrando com honestidade as tendências e os anseios de opinião que não têm outra tribuna para se expandir.

Porque considero relevante o papel de jornais como o O Globo.

O Sr. Ruy Carneiro — Com razões profundas na opinião pública.

O SR. BERNARDES FILHO — ... na formação moral e política da nacionalidade. A que me sinto à vontade para associar-me às homenagens ontem a ele prestadas e para reafirmar-me com a passagem de mais uma data natalícia do grande órgão da imprensa brasileira. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é encorajado.)*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Mozart Lago, terceiro orador inscrito.

O SR. MOZART LAGO:

Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Costa Paranhos, quarto orador inscrito.

O SR. COSTA PARANHOS:

Sr. Presidente, ouvi atentamente as palavras do eminente representante de Minas Gerais, Senador Bernardes Filho, sobre o aniversário de "O Globo". De minha parte, apresento minhas felicitações aos filhos de Irineu Marinho, fundador desse vespertino e ao Dr. Herbert Moses.

O Sr. Atílio Vivacqua — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. COSTA PARANHOS — Com prazer.

O Sr. Atílio Vivacqua — Desejo associar-me a essa justa homenagem ao grande órgão de imprensa e a todos que nele mourem.

O SR. COSTA PARANHOS — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, fazendo votos para que o grande jornal brasileiro continue a seguir sua linha de esclarecimento da opinião pública, pois cabe à imprensa o precioso papel de orientar, criticar e incentivar os atos bons, verberando os más, dessa maneira prestando relevantes serviços à Pátria.

O Sr. Othon Mader — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. COSTA PARANHOS — Pois não.

O Sr. Othon Mader — Quero aproveitar o ensejo para expressar minha solidariedade às manifestações de apreço a O Globo.

O SR. COSTA PARANHOS — Muito grato pelo aparte.

Sr. Presidente, como V. Ex.ª pode observar, os representantes do povo nesta Casa se manifestam, através de seus líderes, em consonância com minhas palavras acerca do brilhante órgão da imprensa.

O Sr. Hamilton Nogueira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. COSTA PARANHOS — Perfeitamente.

O Sr. Hamilton Nogueira — Estou de acordo com V. Ex.ª no tocante à comemoração do aniversário desse órgão da imprensa brasileira, que tem sabido manter o equilíbrio na defesa da Democracia. Sou insuspeito para afirmá-lo, porque nem sempre nessas relações são muito cordiais. E' inevitável, porém, que O Globo esteja trabalhando nesta hora, no sentido do bom senso político, para que se mantenha o regime democrático em nosso Pátria.

O SR. COSTA PARANHOS — Agradeço o aparte de V. Ex.ª

O Sr. Nestor Massena — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. COSTA PARANHOS — Com muito prazer.

O Sr. Nestor Massena — Trabalhei sob a orientação de Irineu Marinho no vespertino "A Noite" desde sua fundação. Não o acompanhei, quando deixou esse jornal para fundar O Globo. Sinto-me, por isso, em condições de dar meu testemunho sincero sobre o brilho e segurança que ele imprimiu e que foi mantido pelos seus sucessores, e declaro-me absolutamente solidário com as expressões do senador Arthur Bernardes e as de V. Ex.ª neste sentido.

O SR. COSTA PARANHOS — Agradeço a V. Ex.ª o aparte com que me honrou.

Assim, pois, Sr. Presidente, manifestando os nobres apartantes, seus pontos de vista solidários com as congratulações que venho ao brilhante jornal, sinto-me completamente satisfeito, porque interpreto o pensamento da maioria desta Casa. *(Muito bem; muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente.

Tem a palavra o nobre senador Ruy Carneiro, quinto orador inscrito.

O SR. RUY CARNEIRO:

(Não foi revisto pelo orador.)

Sr. Presidente, acompanhando uma série de discursos proferidos nesta Casa pelo meu velho amigo e nosso ilustre colega, Senador Othon Mader, em que esse preclaro representante do Estado do Paraná fazia apreciações e críticas à administração do S.A.P.S. tive oportunidade de apartar-me, aconselhando uma visita a aquele estabelecimento, para melhor conhecer a organização que, certa vez, o Ministro da Fazenda, Sr. Osvaldo Aranha, disse ensinar o povo a comer. Adiantei, ainda, ao nobre colega não possuir procuração para defender aqui o Diretor Geral do S.A.P.S. Sr. Luiz Corrêa, mas recebera boas informações sobre a maneira como aquele alto funcionário do Ministério da Fazenda se conduzia na direção do setor público confiado à sua gestão.

Em face disto, o diretor geral do S.A.P.S. por intermédio de um amigo com um, enviou-me cópia de uma carta dirigida ao Sr. João Goulart ex-Ministro do Trabalho.

O Senador Othon Mader, em suas apreciações, referiu-se ao fato de que Sr. Luiz Corrêa já ser candidato a deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Considerava o zeloso representante do Paraná com

denável a atitude do Diretor do S.A.P.S. uma vez que se encontrava a testa do importante setor do Ministério do Trabalho.

O Sr. Othon Mader — Permite-me V. Ex.ª um aparte. Condenável é continuar Diretor da autarquia depois de aceitar a candidatura.

O SR. RUI CARNEIRO — Confesso a V. Ex.ª que, na ocasião em que V. Ex.ª preferiu o discurso, eu não me achava presente.

Muito embora se encontrem no recinto representantes do Partido Trabalhista Brasileiro, o Sr. Luiz Corrêa devido aos meus apartes ao Senador Othon Mader, secundados, aliás, pelo nobre Senador Gomes de Oliveira — ausente neste momento — pediu-me que lesse a carta ao Sr. João Goulart, como homenagem ao nobre representante do Paraná, autor das críticas a aquele Departamento.

Esta está nos seguintes termos:

"Em 8 de julho de 1954:

Exmo. Sr. Deputado João Goulart, D. D. Presidente Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro.

Avenida Rio Branco, 277 — 3.º andar. — Nota.

O P. T. B. Nacional concedeu-me a insigne honra de indicar o meu nome para integrar sua chapa de candidatos a Deputado Federal, por esta Capital.

A despeito de considerar tal indicação, como o prêmio máximo a que pode aspirar o militante partidário, peço vênha a Vossa Excelência para declinar de tão honrosa deferência, por isso que, deseio atender à solicitação do nosso eminente Chefe, o Presidente Getúlio Vargas, no sentido de que não concorra ao pleito de outubro p. futuro, a fim de que, com mais liberdade, possa dirigir a execução do Plano de Expansão do S. A. P. S.

Esta, todavia, Vossa Excelência certo de que, na Direção desta Autarquia, ou no desempenho de qualquer outra missão que me for atribuída pela confiança do Senhor Presidente da República ou por indicação do Presidente do meu partido, envidarei, sempre, o melhor dos meus esforços no cumprimento do dever, contribuindo assim, para o crescente engrandecimento da sausa defensiva por Getúlio Vargas, e que e em última análise, a própria essência do nosso glorioso Partido Trabalhista Brasileiro.

Saudações Trabalhistas — Luiz Corrêa.

Sr. Presidente, quando, em 1953, como representante da Paraíba na Câmara Federal, visitei o acolhedor e próspero Estado sulino, em companhia do saudoso Marques dos Reis então na pasta da Viação, conheci o Senador Othon Mader. S. Ex.ª era Secretário das Finanças. Somos, portanto, velhos amigos. Por esse motivo aquiesci em trazer ao conhecimento do Senado e, sobretudo, do nobre Senador Paranaense, carta do Diretor Geral do S. A. P. S.

O Dr. Luiz Corrêa também solicitava-me reiterasse o convite ao Senador Othon Mader e aos demais senadores, para que façam uma visita a aquele estabelecimento.

Não há necessidade de marcar dia. S. S. faz questão ate que cheguem de surpresa, para verificarem em que condições são alimentados os trabalhadores naquele setor do Ministério.

Era o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua, sexto orador inscrito.

O SR. ATÍLIO VIVACQUA:

Sr. Presidente, peço vênha ao Senado para submeter à sua apreciação o Projeto que regula a produção de

rização econômica do Vale do Piratininga. Assim, com o aproveitamento do porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo:

Santa Cruz, relicário de tradição da terra capixaba, fundada em 1556, pelos jesuítas, distinguiu em 1860, pela visita do imperador D. Pedro II, passou a fazer parte da história econômica e política do ferro, como porto destinado a exportação de minério logo após terem sido reveladas no mundo, no Congresso de Estocolmo em 1910, as promissoras jazidas de Itabora de Mato Dentro, com o contrato de concessão para exploração dessas jazidas outorgada a a Itabira Iron Ore Company, Limited, em virtude do decreto n.º 14.160, de 11 de maio de 1920, Santa Cruz tornou-se um ponto nevralgico dos interesses siderúrgicos e do imperialismo moderno.

Por força dessa concessão ficaram asseguradas a Companhia o direito de construir e operar a margem do Rio Piratininga, assim, no referido porto seu caso destinado, exclusivamente aos serviços próprios, com instalações necessárias para o embarque, desembarque e depósito de dos produtos de suas usinas.

O porto de Santa Cruz e o Piratininga, assim, asseguraram, assim, a exportação internacional, tendo se concentrado mesmo, nesta parte, uma das principais campanhas contra a mencionada concessão, sobre o fundamento de que se atribuiu a Itabira Iron Ore Company o privilégio portuário, que lhe assegurava monopólio na exportação de minério e na importação de carvão de pedra, com as demais vantagens comerciais aí existentes.

Ao antigo município de Santa Cruz vive o de centro siderúrgico, destino hoje Aracruz, essa, a transformação extraordinário destino econômico, a este tão confiantemente esperado por sua nobre e laboriosa gente, e cujas aspirações — encanados pelo saudoso Cel. Augusto Lamego, que levou para o túmulo um sonho longamente acariciado.

Em 1939 foi declarado caduco, o celebre contrato da Itabora de, o apazou a opinião nacional e, finalmente, adou-se a solução do problema da exportação do minério de ferro através do escoamento pelo Porto de Vitória, pela Companhia Vale do Rio Doce, ex-vi do acordo de Washington, conforme ajuste celebrado pelo Governo do Brasil com os Estados Unidos e Grã-Bretanha, em 3 de março de 1942.

A tomada de Naurick, pelos alemães, transtornou aos Aliados o suprimento de ferro suco por esse porto, forçou-se a buscar imediatamente no Pico do Cont, uma nova via de minério de alto teor, vital para a guerra. A sorte do caso de Santa Cruz decidiu-se naquele episódio militar, e Vitória passou a ser a porta de defesa das democracias, a nova Naurick. E nesse infatigável dia para a vitória as ajudas encerrou-se o longo e tormentoso caso de Itabora de, cujo acervo voltou ao patrimônio dos brasileiros.

O malogro das esperanças e expectativas que convergiam para o Município de Santa Cruz, e a perda do animo de seu povo, lhe trouxe, entretanto, preocupações e devesa determinar necessariamente, providências governamentais capazes de criar novas possibilidades e condições para o desenvolvimento regional.

Os poderes públicos, exultando tornaram-se, porém, indolentes ou não encorajaram, com essa compreensão as anseios e o futuro de uma população merecedora de emprego e de uma terra dotada de possibilidades de recrutamento e do progresso.

O Município de Aracruz, conforme resoluções feitas, por autoridades geológicas, é assinalado como provável zona petrolífera.

Sua solo e o dos municípios vizinhos, apresentam-se as culturas de café.

da cana de açúcar e de cereais, e a pecuária e especialmente adequado à mecanização agrícola. Além disso, a pesca pode representar um notável elemento econômico. Conjugados esses fatores com as vantagens e as facilidades de transporte, que oferecer-se-ão também um importante centro comercial e industrial.

A transformação inesperada do destino de uma região e de uma coletividade, sobretudo, quando verificada por imperativos históricos, políticos e militares, insuperáveis, como impõe ao governo o dever de prestar-lhes assistência especial para a criação de novos elementos de riqueza, de progresso, e ao mesmo tempo, visando restabelecer a confiança da população local e de todas as classes econômicas.

Ex. Presidente, estão assim justificadas a finalidade e a conveniência do projeto que encaminho à Mesa. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Não há outros oradores inscritos. Vai ser lido um projeto de lei enviado à Mesa. (Pausa).

É lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça, Economia, Viação e Obras Públicas, Serviço Público Civil e de Finanças o seguinte

Projeto de Lei do Senado n.º 61, de 1954

Regula o Plano de Valorização Econômica do Vale do Piraquê-Assu e do aproveitamento do porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a organizar e executar, em colaboração com o Estado do Espírito Santo, o Plano de utilização do Porto de Santa Cruz, no Estado do Espírito Santo e de Valorização Econômica do Vale do Piraquê-Assu e das regiões circunvizinhas, que fulgar convenientemente incluir no mesmo plano.

Parágrafo único. A Comissão terá autonomia técnica e administrativa e sua sede será de preferência, em Vitória, na Capital do Espírito Santo.

Art. 2.º Para execução do exposto no art. 1.º, será criada uma Comissão, de que participará um representante do Governo do Estado do Espírito Santo, um do Município de Aracruz e um da Petrobrás.

Art. 3.º Compete à Comissão reanalisar os estudos dos recursos econômicos da região e das condições de vida de sua população, elaborando o Plano de Desenvolvimento Econômico, o qual abrangerá:

a) Obras necessárias ao aparelhamento do referido porto e dos portos fluviais, para atender as suas finalidades regionais;

b) pesquisas geológicas para reconhecimento da natureza e potencial das jazidas e depósitos minerais;

c) estudo zoológico, objetivando a racionalização das culturas existentes e a introdução de novas espécies, com base a criação e trabalhos de irrigação;

d) pesquisas visando o conhecimento e aproveitamento dos recursos energéticos;

e) construção de armazéns frigoríficos;

f) reforestamento, conservação do solo;

g) estudo das condições geo-climáticas e sociais, para a criação de colônias perfolas;

h) industrialização local, de beneficiamento e transformação de produtos de origem animal e vegetal;

i) saneamento e correção do regime fluvial;

j) desenvolvimento e modernização do sistema de transportes.

Art. 4.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez mil

lhões de cruzeiros), no primeiro ano de funcionamento para atender as despesas com a instalação da Comissão, estudo e elaboração execução dos planos de que trata esta lei.

Art. 5.º Para a realização de pesquisas e elaboração de seus planos, a Comissão poderá contratar o pessoal técnico e especializado, que se fizer necessário.

Art. 6.º A Comissão poderá, tendo em vista as necessidades de seus estudos, requisitar, mediante autorização do Presidente da República, servidores públicos ou autôgrafos federais ou estaduais, estes em entendimento com os respectivos chefes respectivos.

Art. 7.º A Comissão terá o prazo de 6 (seis) meses para concluir e entregar ao Poder Executivo o Plano regulado nesta lei.

Art. 8.º Na constituição da Sociedade para exploração e industrialização fundamentais poderá ser admitida a participação de capitais privados desde que fique assegurado o controle do Estado.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor após a regulamentação, devendo ser feita dentro de 90 (noventa) dias contados da data de sua publicação.

Justificação

Santa Cruz, relicário de tradição da terra capixaba, fundada em 1556, pelos jesuítas, distinguida em 1890, pela visita do Imperador D. Pedro II, passou a fazer parte da história econômica e política do ferro, como porto destinado à exportação de minério logo após terem sido reveladas, em 1910, as prodigiosas jazidas de Itabira de Mato Dentro, com o contrato de concessão para exploração dessas jazidas outorgada a Itabira Iron Ore Company, Limited, em virtude do decreto n.º 14.160, de 11 de maio de 1920, Santa Cruz tornou-se um ponto nevralgico dos interesses siderurgicos e do imperialismo moderno.

Por força dessa concessão ficava assegurado àquela companhia o direito de construir e utilizar a margem do Rio Piraquê-Assu, no referido porto seu cais destinado, exclusivamente aos serviços próprios, com instalações necessárias para o embarque e depósito de minérios e dos produtos de suas usinas.

O porto de Santa Cruz e o Piraquê-Assu assumiram, assim, importância internacional, tendo se concentrado mesmo, nesta parte, uma das principais campanhas contra a mencionada concessão, sob o fundamento de que se tribuía a Itabira Iron um privilégio portuário, que lhe assegurava monopólio na exportação de minérios e na importação de carvão de pedra, com as demais vantagens comerciais ali existentes.

Ao antigo município de Santa Cruz estava reservado o extraordinário destino econômico, inclusive o de centro siderurgico, destino este tão convenientemente esperado por sua nobre e laboriosa gente, e cujas aspirações foram encarnadas pelo saudoso Cel. Augusto Lamego, que levou para o túmulo um sonho longamente acariciado.

Em 1939 foi declarado caduco, o celebre contrato da Itabira que tanto apaixonou a opinião nacional e, finalmente, adotou-se a solução do problema da exportação do minério de ferro, através do escoamento pelo Porto de Vitória, pela Companhia Vale do Rio Doce fundado, ex vi de Acôrdo de Washington, conforme ajuste celebrado pelo Governo do Brasil com os Estados Unidos e Grã Bretanha, em 3 de março de 1942.

A tomada de Norvick pelos alemães, trancando aos aliados o supri-

mento de ferro suco por esse porto, forçou os a procurarem imediatamente no Pico do Cauê, uma nova fonte de minério de alto teor, vital para a guerra. A sorte do porto de Santa Cruz decidiu-se naquele episódio militar, e Vitória passou a ser para a defesa das democracias, a nova Norvick. E nesse infausto dia para as armas aliadas encerrou-se o longo e tormentoso caso de Itabira Iron, cujo acervo voltou ao patrimônio dos brasileiros.

O maior das esperanças e iniciativas que convergiam para o Município de Santa Cruz, se não entibou o armo de seu povo lhe trouxe, entretanto, preocupações e deveria determinar necessariamente, providências governamentais capazes de criar novas possibilidades e condições para o desenvolvimento regional.

Os poderes públicos estaduais e federais tornaram-se, porém, indiferentes ou não encaramaram, com essa concessão os interesses e o futuro de uma população mercedora de amparo e de um torrão, cado de possibilidades de reerguimento e do progresso.

O Município de Aracruz, conforme proscreveram feitas, por autorizados motivos, é assinalado como provável zona metrolítica.

Seu solo e o dos municípios vizinhos prestam-se às culturas de cana de cana de açúcar e de cereais, e a pecuária e especialmente adequada à mecanização agrícola. Além disso, a pesca pode representar um notável elemento econômico. Conjugando esses fatores com as vantagens e as facilidades de transporte que oferece o porto local, Santa Cruz poderá tornar-se também um importante centro comercial e industrial.

A transformação inesperada do destino de uma região e de uma coletividade, sobretudo, quando verificada por imperativos históricos, políticos e militares, insuperáveis, como impõe ao governo o dever de prestar-lhes assistência especial para a criação de novos elementos de riqueza, de progresso, e ao mesmo tempo visando restabelecer a confiança da população local e de todas as classes econômicas.

A finalidade e a conveniência do projeto estão, dessa forma, suficientemente justificadas.

Salas das Sessões, em 30 de julho de 1954. — *Atílio Vivacqua. — Luta Trínoco.*

O SR. PRESIDENTE:

Pelo nobre Senador Ezechias da Rocha foi enviado à Mesa um projeto de Lei. (Pausa)

É lido, apoiado e enviado às Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças o seguinte

Projeto de Lei do Senado n.º 62, de 1954

Concede anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha.

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder anistia fiscal aos devedores da Fazenda Nacional da taxa de ocupação de terrenos de marinha e seus acréscidos, desde o ano de 1921 até o corrente exercício, inclusive.

Art. 2.º Para a concessão do benefício desta lei deverão ser observadas as seguintes condições:

a) que o interessado seja brasileiro;

b) que a área seja agricultada ou

c) que, tratando-se de terreno urbano edificado, tenha nele o ocupante sua casa de residência, con-

tanto que o valor desta e do terreno não ultrapasse a importância de Cr\$ 100.000,00 com mil cruzeiros).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Justifica-se plenamente a medida pleiteada neste projeto, que se inspira no humanitário dever de livrar os maiores vexames muitos milhares de brasileiros, se contra eles promover-se a cobrança executiva do imposto de ocupação de terrenos de marinha. Acetificamos, então, a male clamorosa e linha das manifestações particularmente no Município de Niterói, onde a promulgação da imobilidade subleuada entre outros necessariamente e palmilhões, não chegou a constituir, geralmente, modesta base econômica capaz de lhes garantir a subsistência. Com a criação de nenhum número de famílias na maioria talvez uns 200 dos proprietários não possuem nas condições cada um. Trata-se, assim, de um caso nobre que vive de incertezas e de insegurança de seus recursos e de suas possibilidades, num momento de vida dos mais críticos, não podendo assim nutrir-se com a Fazenda Nacional.

Um male mádio que seja a referência imediata contida que é de 921 até o presente, põe soma que de muita grande de possibilidades financeiras durante os meses anteriores, sem uma assistência e abandonando dos maiores milhões em geral, sem que tenham da população do governo pela mesma possibilidade dos proprietários de imóveis, estaduais, municipais e federais.

No momento falta-lhes toda saída, saída e assistência técnica, que combata as novas demarcações das propriedades e lhes dá melhores possibilidades na vida profissional de pescar.

Antes a isso ainda outro mal que defendam e que torna, em muitas vezes, demarcada linha a chamada imobilidade da propriedade das terras de marinha e a situação imbecil, imobilizada durante o período de largos meses da zona litorânea.

Essa situação não se sabe, talvez, estancada pelas da zona marítima alcançando muitas vezes as larguras particulares limitadas, que assim entram de formar no cadastro das propriedades de Niterói e suas demais que se encontram na lista das demarcações da Fazenda Nacional. Já, não há maior imobilidade que cobrar tributo de terrenos particulares, especialmente aduvidas sem estar na mão destruidora do mesmo fôro de melhorar em vários pontos das costas litorâneas, particularmente no Noroeste.

Por todas estas razões, pleiteamos a revogação a que visa este projeto, manifestando tanto mais justificável, quanto medidas semelhantes — não sinal mas com número de muitos milhares para o Tesouro — foram feitas em matéria em favor de classes mais favorecidas como sejam os casos de restabelecimento econômico e das necessidades.

Manifestamos em nome dos interesses da região, o tributo em favor das que se encontram até esta data hásses milhares de nobres patriotas, que hávem nível socio-econômico está a exigir dos Poderes Públicos esta e outras providências, capazes de melhorar a situação das populações litorâneas que além do mais, constituem as avançadas sentinelas do litoral brasileiro.

Sala das Sessões em 30 de julho de 1954. — *Paulista da Rocha.*

O SR. PRESIDENTE:

A Ordem do Dia consta de trabalho das Comissões.

Vou assim encerrar a sessão, declarando para a próxima segunda-feira a mesma Ordem do Dia.

TRABALHO DE COMISSÕES
(Reunem-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Suplemento ao n.º 109

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 3 DE JULHO DE 1954

CONGRESSO NACIONAL

Republica-se por ter saído com incorreções.

Comissão Mista para conhecer do veto parcial oposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências".

1.ª REUNIÃO (DE INSTALAÇÃO) REALIZADA
EM 1.º DE JULHO DE 1954

Ao 1.º de julho de 1954, às 15,30 horas, na Sala de Leitura do Senado Federal, presentes os Srs. Gomes de Oliveira, Othon Mäder, Parsifal Barroso e Waldemar Pedrosa, deixando de comparecer, com causa justificada, os Srs. Tarciso Dutra e Arruda Câmara, reúne-se esta Comissão Mista para conhecer do veto parcial do Sr. Presidente da República a dispositivos do Projeto de Lei (n.º 3.960, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências".

Na forma do art. 32 do Regimento Comum, assume a Presidência o Sr. Waldemar Pedrosa, que após declarar instalada a Comissão e a validade da reunião, procede à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultados:

Para Presidente:

Waldemar Pedrosa	3
Parsifal Barroso	1

Para Vice-Presidente:

Gomes de Oliveira	3
Othon Mäder	1

O Sr. Presidente em seu nome e no do Sr. Vice-Presidente, depois de agradecer a confiança de seus pares, sufragando seus nomes para os postos a que vêm de ser eleitos, designa o Sr. Parsifal Barroso para Relator do

Veto e o Oficial Legislativo João Alfredo Ravasco de Andrade, para Secretário da Comissão.

O Sr. Presidente convoca os Srs. membros, para a segunda reunião, que se realizará na segunda-feira, 5 do corrente, às 15,30 horas, no Palácio Monroe, para leitura, discussão e aprovação do relatório do Senhor Relator.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a reunião, lavrando eu, João Alfredo Ravasco de Andrade, Secretário, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do artigo 70, § 3.º, da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 13 de julho do ano em curso, às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial a dispositivo do projeto de Lei (n.º 3.960, de 1953, na Câmara dos Deputados e n.º 75, de 1954, no Senado), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, na parte relativa à Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Senado Federal, em 25 de Junho de 1954

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 de julho do ano em curso às 14,30 horas, no Palácio Tiradentes, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 2.846, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 381, de 1953, no Senado Federal), que modifica o art. 18 da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, que concede abono de emergência aos servidores civis do Poder Executivo da União e dos Territórios.

Senado Federal, em 2 de julho de 1954.

JOÃO CAFÉ FILHO

Presidente

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho

1.º Secretário — Alfredo Neves

2.º Secretário — Vespasiano Martins

3.º Secretário — Francisco Galotti

4.º Secretário — Ezequias da Rocha

1.º Suplente — Frisco dos Santos

2.º Suplente — Costa Pereira

Secretário — Luis Nabuco, Diretor
Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — Presidente

Landulpho Alves — Vice-Presidente

Sá Tinoco

Júlio Leite

Costa Pereira (*)

Plínio Pompeu (**)

Euclides Vieira

(*) Substituído pelo Senador Djair

Brindeiro

(**) Substituído pelo Senador Syl-

vio Curvo

Secretário — Aroldo Moreira

Reuniões às quintas-feiras.

Educação e Cultura

1 — Flávio Guimarães — Presi-

dente.

2 — Cicero de Vasconcelos — Vice-

Presidente.

3 — Area Leão.

4 — Hamilton Nogueira.

5 — Levindo Coelho.

6 — Bernardes Filho.

7 — Euclides Vieira.

Secretário — João Alfredo Ravasco

de Andrade.

Auxiliar — Carmen Lúcia de Ho-

landa Cavalcanti.

Reuniões — As quintas-feiras, às 15

horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — Presidente.

2 — Ismar de Góis — Vice-Presi-

dente (*).

3 — Alberto Pasqualini.

4 — Alvaro Adolfo (****).

5 — Apolônio Sales.

6 — Carlos Lindemberg

7 — Cesar Vergueiro.

8 — Domingos Velasco (**)

- 9 - Durval Cruz.
- 10 - Euclides Vieira.
- 11 - Ferreira de Sousa.
- 12 - Mathias Olympio.
- 13 - Pinto Aleixo.
- 14 - Plínio Pompeu.
- 15 - Veloso Borges (*****).
- 16 - Victorino Freire (*****).
- 17 - Walter Franco (****).

(*) Substituído interinamente pelo Senador Esperidião de Farias.

(**) Substituído interinamente pelo Senador Costa Paranhos.

(***) Substituído interinamente pelo Senador Alencastro Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Nestor Massena.

(****) Substituído interinamente pelo Senador Joaquim Pires.

(*****) Substituído interinamente pelo Senador Carvalho Guimarães.

(*****) Substituído interinamente pelo Sen. Antônio Bayma.

Secretário - Evandro Viana, Diretor de Orçamento.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*.
- 2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*.
- 3 - Nestor Massena.
- 4 - Vivaldo Lima.
- 5 - Djair Brindeiro.

Reuniões às quartas e sextas-feiras, às 16 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso - *Presidente*.
Aloysio de Carvalho - *Vice-Presidente*.

Anísio Jobim.

Atílio Vivacqua.

Camilo Mercio.

Ferreira de Souza.

Gomes de Oliveira.

Joaquim Pires.

Olavo Oliveira.

Waldemar Pedrosa.

Secretário - Luis Carlos Vieira da Fonseca.

Auxiliar - Marília Pinto Amândo.

Reuniões - Quartas-feiras às 9 horas.

Legislação Social

- 1 - Gomes de Oliveira - *Presidente*.

2 - Luis Tinoco - *Vice-Presidente*.

3 - Hamilton Nogueira.

4 - Rui Carneiro.

5 - Othon Mäder.

6 - Kerginaldo Cavalcanti.

7 - Cicero de Vasconcelos.

Secretário - Pedro de Carvalho Müller.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às segundas-feiras, às 12,30 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00
Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00
Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

As assinaturas dos órgãos oficiais começam e terminam em qualquer dia do exercício em que forem registradas.

O registro de assinaturas é feito à vista do comprovante do recebimento.

Os cheques e vales postais deverão ser emitidos em favor do tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Relações Exteriores

- 1 - Georgino Avelino - *Presidente*.
- 2 - Hamilton Nogueira - *Vice-Presidente*.
- 3 - Novaes Filho.
- 4 - Bernardes Filho.
- 5 - Djair Brindeiro.
- 6 - Mathias Olympio.
- 7 - Assis Chateaubriand.
- 8 - João Villasboas.

Secretário - J. B. Castelon Branco.

Reuniões às segundas-feiras, às 16,30 horas.

Redação

- 1 - Joaquim Pires - *Presidente*.
- 2 - Waldemar Pedrosa - *Vice-Presidente*.
- 3 - Aloysio de Carvalho.
- 4 - Carvalho Guimarães.
- 5 - Costa Pereira.

Secretário - Cecília de Rezende Martins.

Auxiliar - Nathercia Sá Leitão.

Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

- Levído Coelho - *Presidente*.
- Alfredo Simch - *Vice-Presidente*.
- Prisco dos Santos.
- Vivaldo Lima.
- Durval Cruz.

Secretário - Aurea de Barros Rêgo

Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

- 1 - Prisco dos Santos - *Presidente*.
- 2 - Luiz Tinoco - *Vice-Presidente*.

- 3 - Nestor Massena.
- 4 - Vivaldo Lima.
- 5 - Djair Brindeiro.
- 6 - Mozart Lago.
- 7 - Julio Leite.

Secretário - Julieta Ribeiro dos Santos.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Euclides Vieira - *Presidente*.
- Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
- Alencastro Guimarães.
- Othon Mäder.
- Antônio Bayma.
- Secretário - Francisco Soares Arruda.

Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

- 1 - Pinto Aleixo - *Presidente*.
- 2 - Onofre Gomes - *Vice-Presidente*.
- 3 - Magalhães Barata.
- 4 - Ismar de Góes.
- 5 - Silvio Curvo.
- 6 - Walter Franco.
- 7 - Roberto Glasser.
- Secretário - Ary Kerner Velga de Castro.

Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho - *Presidente*.
Dario Cardoso.

Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindenberg.
Antônio Bayma.
Bernardes Filho.
Marcondes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

Luiz Tinoco - *Presidente*.

Gomes de Oliveira - *Vice-Presidente e Relator Geral*.

Othon Mäder.

Rui Carneiro.

Kerginaldo Cavalcanti.

Secretário - Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Gallotti - *Presidente*.

Mozart Lago - *Vice-Presidente*.

Julio Leite.

Landulpho Alves.

Mário Motta.

Secretário - Lauro Portella.

De Reforma do Código do Processo Civil

João Villasboas - *Presidente*.

Atílio Vivacqua - *Vice-Presidente*.

Dario Cardoso - *Relator*.

Secretário - José da Silva Lisboa.

Auxiliar - Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.

Reuniões às sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Cíveis à Mulher Brasileira

Mozart Lago - *Presidente*.

Alvaro Adolpho - *Vice-Presidente*.

João Villasboas.

Gomes de Oliveira.

Atílio Vivacqua.

Domingos Velasco.

Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 - Ismar de Góes - *Presidente*.

2 - Prisco dos Santos - *Vice-Presidente*.

3 - Kerginaldo Cavalcanti - *Relator Geral*.

4 - Vivaldo Lima.

5 - Novaes Filho.

Secretário - J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 - Alexandre Marcondes Filho - *Presidente*.

- 2 — Ivo d'Aquino.
3 — Ferreira de Souza — Relator Geral (*)
4 — Attilio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954

- 1 — Dario Cardoso — Presidente.
2 — Aloysio de Carvalho — Vice-Presidente.
3 — Anísio Jobim.
4 — Attilio Vivacqua.
5 — Camilo Mercio.
6 — Ferreira de Souza.
7 — Flavio Guimarães.
8 — Gomes de Oliveira.
9 — Joaquim Pires.
10 — Olavo Oliveira.
11 — Waldemar Pedrosa.
12 — Mozart Lago.
13 — Hamilton Nogueira.
14 — Guilherme Malaquias.
15 — Nestor Massena.
16 — Francisco Pôrto.
Secretário — Glória Fernandina Quintela.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.

De Revisão da Consolidação das Leis do Trabalho

- 1 — Luiz Tinoco — Presidente.
2 — Gomes de Oliveira — Vice-Presidente e Relator Geral.
3 — Kerginaldo Cavalcanti.
4 — Othon Mäder.
5 — Ruy Carneiro.
Secretário — Itailina Cruz Alves.

75.ª SESSÃO EM 5 DE JULHO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

- 1.º — Senador Onofre Gomes.
2.º — Senador Gomes de Oliveira.
3.º — Senador Alencastro Guimarães.
4.º — Senador Dario Cardoso.

ATA DA 74.ª SESSÃO EM 2 DE JULHO DE 1954

(Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SRS. MARCONDES FILHO, CAFÉ FILHO E FRANCISCO GALOTTI.

As 21 horas comparecem os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima — Waldemar Pedrosa — Antonio Bayma — Carvalho Guimarães — Mathias Olympio — Joaquim Pires — Onofre Gomes — Pôrto Pompeu — Djair Brindeiro — Juvencio de Vasconcelos — Esperidião de Farias — Carlos Lindenberg — Luiz Tinoco — Attilio Vivacqua — Alfredo Neves — Alencastro Guimarães — Hamilton Nogueira — Moza Lago — Nestor Massena — Levindo Coelho — Marcondes Filho — Euclides Viciara — Costa Paranhos — Dario Cardoso — Costa Pereira — Silbilo Curvo — Flavio Guimarães — Gomes de Oliveira — Ivo d'Aquino — Francisco

Gallotti — Alfredo Simch — Camilo Mercio (32).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 32 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário) procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO:

Lê o seguinte

Expediente

Ofício: — Do Sr. Ministro da Fazenda, encaminhando as seguintes

INFORMAÇÕES

Ministério da Fazenda.
Rio de Janeiro, D. F., em 2 de junho de 1954.

Aviso n.º 226.

Sr. 1.º Secretário:
Em referência ao ofício n.º 230, de 1 de junho do corrente ano, tenho a honra de transmitir a V. Ex.ª cópia do parecer emitido pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, relativamente aos descontos em folha de pagamento do pessoal das autarquias incorporadas ao patrimônio da União.

Reitero a V. Ex.ª os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — Osvaldo Aranha.
Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

N.º 176 e anexos.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1954.

Sr. Ministro:

Em aditamento ao ofício n.º 172 e anexo, de 23 do corrente mês, tenho a honra de encaminhar a V. Ex.ª mais três vias do parecer emitido pelo senhor Relator Dr. João Henrique e aprovado pelo Conselho Superior em sessão de 22-6-54, referente a requerimento formulado pelo Senador Mozart Lago sobre concessão de empréstimos com garantia de desconto em folha, a servidores do Lóide Brasileiro. 2.º Restitui, também, a esse Ministério o processo n.º 129.782-M.F. Queixa V. Ex.ª receber atenciosas saudações. — J. F. Bias Fortes, Presidente.

Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais.

Secretaria Geral.

Processo n.º 21.028-54.

Procedência: Ministério da Fazenda.

Assunto: Empréstimo sob consignação às autarquias.

Relator: Dr. João Henrique

PARERE

1. O Exmo. Sr. Ministro da Fazenda pelo ofício n.º 145, de 8 do corrente mês, solicita ao Conselho Superior, esclarecimentos acerca do seguinte requerimento formulado em 31-5-54, pelo Senador Mozart Lago:

"Requerio, com fundamento na letra c do artigo 121 do Regimento Interno, sejam solicitadas ao senhor Ministro da Fazenda, para serem prestadas pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas, as seguintes informações:

I — Se em face da legislação vigente, relativamente aos descontos em folha de pagamento para salvaguarda dos empréstimos ao funcionalismo público, as Caixas Econômicas não se consideram suficientemente garantidas para também operarem com o pessoal das autarquias já incorporadas ao Patrimônio da União tais como a Companhia de Navegação "Lóide Brasileiro", a Estrada de Ferro "Leopoldina" e outras;

2 — Por que motivos, em relação aos empregados do "Lóide

Brasileiro" até hoje o Conselho Superior das Caixas Econômicas, já não solicitou, ou pelo menos não lhe deu publicidade a resposta, o pedido que a respeito de empréstimos e respectivas garantias lhe foi formulado pelo ofício n.º 45, do pessoal daquela companhia de navegação, expedido em 25 de abril de 1953, sob protocolo número 81.128?

3 — A juízo do referido Conselho Superior, haveria alguma necessidade de alguma lei especial, garantindo as autarquias do tipo mencionado, o direito de os respectivos funcionários contraírem empréstimos com as Caixas Econômicas. Na hipótese afirmativa, em que termos conviria vazar o novo diploma legal?"

2. Sobre os itens 1 e 3 do referido requerimento, a Procuradoria Geral do Conselho Superior opinou que:

"De um modo geral as Caixas Econômicas Federais operam em empréstimos, mediante garantia consignação em folha de vencimentos, com os servidores efetivos de autarquias administrativas da União, com mais de dois anos de serviço (artigo 128 do Regimento Interno da Caixa Econômica Federal, item V da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1953).

E é de evidenciar que a legislação vigente prevê esses empréstimos aos empregados de empresas incorporadas à União, com estabilidade legal, e que foi fixado, também, no artigo 128, item XV, do citado Regimento Interno.

Não nos parece que falte garantias para fazer operações sob consignação em folha de vencimentos com o pessoal das autarquias já incorporadas ao Patrimônio da União, estando certo, no entanto, que aos proponentes que atingirem 60 anos de idade, será concedido o prazo de 36 meses, no máximo; aos que atingirem 63 anos, 24 meses; aos que atingirem 66 anos, 12 meses e os que completarem 70 anos, não será concedido empréstimo, e isto porque, na forma do artigo 16 da Lei n.º 1.046, "ocorrido o falecimento do consignante ficará extinta a dívida do empréstimo, feito mediante simples garantia da consignação em folha".

O fator essencial, fundamental, para efeito da concessão desses empréstimos, está na vinculação funcional para apreciação da estabilidade legal."

Há questões que, na verdade exigiram leis especiais, no nosso entender, diante da experiência que temos, à frente da Procuradoria Jurídica.

Com efeito, há engenheiros, funcionários e empregados de certas autarquias, como acontece na Estrada de Ferro Central do Brasil, e que não tendo sido amparados pelo artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, não podem conseguir empréstimos sob consignação em folha, pois não têm estabilidade legal, apesar de contarem com 12 anos de serviço. São extranumerários, sem nenhuma garantia de estabilidade e, no entanto os empregados não pertencentes ao Estado, com 10 anos de serviço já gozam de estabilidade, e como associados de institutos de previdência, podem obter empréstimos. Os menos garantidos são, pois, os que servem ao Estado.

Outra questão que, também exigiria uma lei especial é a seguinte:

O artigo 12 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1934, declara que "as Caixas Econômicas, Fe-

derais só poderão operar dentro das condições estatutárias que p. (tencerem) e a Caixa Econômica do Rio de Janeiro só poderá operar nesta cidade.

Ora, certas autarquias, cujos serviços compreendem várias jurisdições, pois são locais em diferentes Estados, ficam muitas vezes sem direito de contraírem empréstimos, pois não existindo as delegações regionais, para efeito de elaboração das folhas de pagamento, as autarquias são rejeitadas no Distrito Federal, para efeito dos descontos, logo, portanto, das instituições que as Caixas poderiam conceder os empréstimos.

Essas matérias, pelo seu sentido e pelo seu alcance, no todo entendo, mereciam ser resolvidas por lei."

3. Quanto ao item 2, esclareço o Sr. Secretário Geral do Conselho, o seguinte:

"Com relação ao item 2 do requerimento n.º 230, de 1954, do Senado Federal, cum reque informo a V. Ex.ª que o Conselho Superior, ao receber o abaixo assinado de funcionários do Quadro Permanente da Sede do Lóide Brasileiro P. N. (Gonçalves de Terra), oficiou, a respeito, a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, conforme ofício n.º 43, de 9-4-1953.

A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, por sua vez, mandando conhecimento daquele expediente, presidiu os esclarecimentos, constantes do ofício número 68-468, de 2-1-53, protocolado neste Conselho sob o n.º 36.14.

Desses esclarecimentos, destacados pela Caixa desta Capital, o Secretário Geral deste Órgão de conhecimento a uma comissão de interessados, na sede do Conselho Superior."

4. O ofício n.º 458, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, referido na informação supra, e do seguinte teor:

"Com referência ao requerimento formulado por funcionários do Lóide Brasileiro que acompanharam o ofício em epígrafe à Superintendência da Carreira de Consignações desta instituição, informo seguinte:

"O Colendo Conselho Superior remeteu ao Exmo. Sr. Presidente da C. E., o requerimento dos servidores do Lóide Brasileiro — P. N. (L. B.), com menos de 10 anos de serviço, que desajam operar na C. E."

O Barão Conselho Administrativo, houve por bem submeter o assunto em apreço à consideração da C. E."

Na petição, os requerentes sugerem modificação no Regimento Interno, no sentido de permitir aos servidores do L. B., com menos de 10 e mais de 5 anos de serviço, obterem empréstimos na C. E. e, com isso, beneficiar um maior número de empregados da referida Autarquia.

O caso, porém, não é de modificação do Regimento Interno (R. I.) vigente, uma vez que esse diploma, não trata, especificadamente, sobre as operações dos servidores da Empresa, como fazia o R. I. anterior, no artigo 121, n.º XI:

"Empregados de Lóide Brasileiro, com (10) dez anos de serviço".

A exigência dos 10 anos de serviço tem apoio nas instruções do Serviço n.º 8/48, artigo 1.º n.º XV, na tradição da Autarquia e, qual, como medida resguardadora dos interesses da C. E., aconselha prudência nas operações com os seus empregados, como também, na recomendação da

Consultoria Técnica, por ocasião do estudo para o restabelecimento das transações (Processo número 2.931-47) — fls. 236 e no princípio uniforme de tratamento que deve permanecer na concessão de empréstimos aos servidores do Loide Brasileiro e aos da Cia. Nacional de Navegação Costeira — Res. do C. A., de 30-4-1953; Ata n.º 2.526).

Faço ao exposto, data vênica, pareceres que a presença dos servidores da cidade Autarquia, deva aguardar melhor oportunidade, mantendo-se, por conveniência da C. A., as condições atuais determinadas sabidamente, pelo antigo Órgão Diretivo (Res. de 22 de janeiro de 1955; Ata n.º 2.574; Res. de 30 de abril de 1953; Ata n.º 2.598).

O Conselho Administrativo desta Caixa, em sessão realizada a 1.º de outubro corrente, ao apreciar a informação da nossa Carteira de Contribuições, acuma transcrita, e a vista a necessidade de modificações pertinentes ao caso, acima invocadas, resolveu que os interessados devem aguardar oportunidade.

5. Ainda sobre a suspensão temporária de empréstimos sob consignação em folha a servidores do Loide Brasileiro, convém esclarecer que essa medida foi adotada porque durante longo período, ou seja de outubro de 1947 a dezembro de 1950 o Loide deixou de recolher a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro as consignações descontadas em folha de pagamento dos seus servidores. Só aos 7 de agosto de 1953, após várias demarches, fez o recolhimento total das atrasadas, na vultosa cifra de Cr\$ 26.793.825,50. No momento, informa a Caixa que os recolhimentos estão sendo processados com regularidade.

6. São esses os esclarecimentos que proponho sejam prestados ao Sr. Ministro da Fazenda, em atendimento ao ofício n.º 145 e anexo, de 8 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1954. — (a) João Henrique, Relator.

O Conselho Superior aprova as conclusões do voto do Sr. Relator. — Sala das Sessões, 22 de junho de 1954. — (a) Bías Fortes, Presidente. Ao requerente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Anísio Jobim — Georgino Avelino — Norães Filho — Júlio Leite Durval Cruz — Pereira Pinto — (6)

DEIXAM DE COMPARECER OS SRS. SENADORES:

Prisco dos Santos — Alvaro Adolpho — Magalhães Barata, — Victorino Freire. — Aréa Leão. — Olavo Oliveira. — Kerginaldo Cavalcanti — Ferreira de Souza. — Ruy Carneiro. — Velloso Borges. — Draul Ernani — Apolonio Sales — Ezechias da Rocha — Walter Franco — Landulpho Alves — Aloysio de Carvalho — Pinto Aleixo — Sá Timoco — Bernardes Filho — Cesar Vergueiro — João Vilasboas — Vespasiano Martins — Othon Mäder — Roberto Glasser — Alberto Pasqualini (25).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente. Há sobre a mesa um requerimento, que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 349, de 1954

Requeremos urgência, a fim de que tenha o andamento previsto no artigo 155, parágrafo 3.º, para o Projeto de

Lei do Senado n.º 22-51, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Loide Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954. — Luis Tinoco. — Júlio Leite. — Diogo Brindeiro. — Nestor Massena. — Vivaldo Lima. — Waldemar Pedrosa. — Afílio Vitarina. — Anísio Jobim.

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento está devidamente apolado e está submetido à discussão e votação oportunamente.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, apenas duas palavras, para saber como se deve entender o Regimento.

Na ordem do dia figuram quatro urgências. A referida por V. Ex.ª será apreciada ainda na sessão de hoje?

O SR. PRESIDENTE:

O Regimento estabelece que duas urgências podem ser apreciadas por sessão. A aludida urgência será incluída oportunamente na ordem do dia, nos termos do Regimento, porém na presente sessão apenas duas urgências serão apreciadas.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Onofre Gomes, primeiro orador inscrito.

O SR. ONOFRE GOMES:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Senhores Senadores, na Ordem do Dia da presente sessão figura o Projeto n.º 337, de 1953. Já tive oportunidade de ocupar-me demoradamente na sua análise, não só quanto à sua origem e posição em face de atitudes um tanto mediúnicas em relação ao mesmo, como igualmente a respeito de sua finalidade.

O Sr. Mozart Lago — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ONOFRE GOMES — Com muito prazer.

O Sr. Mozart Lago — V. Ex.ª tem sido inextinguível em clareza e é lamentável ainda haja dúvidas sobre tal projeto. Só quem não leu os pareceres e os discursos aqui proferidos por Vossa Excelência pode hesitar quanto à justiça da aprovação dele.

O SR. ONOFRE GOMES — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.ª que espero seja bem acolhido pela opinião do Senado.

O projeto, Sr. Presidente, embora não seja tecnicamente governamental, é quase isto, de vez que e não lhe pode negar o caráter oficioso, pois resultou de substitutivo redigido pelo próprio punho do Ministro da Guerra a um anteprojeto da Câmara dos Deputados. Esse substitutivo, endossado pela Comissão de Segurança da Câmara dos Deputados, mereceu a concordância da Comissão de Finanças. Veio a plenária, sendo emendado pelo Deputado Brochado da Rocha, então no exercício da liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, que, como todos sabemos, é estreitamente ligado ao programa e à orientação política de S. Ex.ª o Sr. Presidente da República. Com essas credenciais, o projeto tramitou com certa aceleração na Câmara dos Deputados, e chegou ao Senado.

Coube-nos a tarefa de relatá-lo. Estudamos o problema à luz não só dos seus próprios dados como também da nossa longa experiência de soldado, dado que exercitamos o comando em todos os graus da hierarquia, por todo este vasto território do Brasil. Embora as Forças Armadas disponham de

órgãos colaboradores para o exercício do comando, até este momento — tenho a satisfação de declarar ao Senado — jamais fui orientado ou conduzido por comandados meus: sempre exercitei o comando, na plena eficiência, entrando no quartel, desde tenente, entre quatro e cinco horas da manhã, saindo, quase sempre após vinte horas ou ali pernoitando, frequentemente, semanas a fio. Durante muito tempo pernoitei no Batalhão de Guardas desta Capital, sediado a menos de um quilômetro de minha casa. Não obstante, muitas vezes permaneci na caserna semanas seguidas.

Tive sempre — e no Exército sempre houve homogeneidade de preparo particularmente no seu corpo de oficiais — excelentes oficiais. Nenhum deles, entretanto, jamais teve a petulância de ultrapassar a medida da colaboração que o Regulamento lhes determinava.

Nunca me pousei, quer nas atividades físicas do exercício do comando, quer no esforço mental que o mesmo reclama. Até hoje, Sr. Presidente, estou isento de, por *moto próprio* haver algum dia prendido um soldado meu, porque eles sempre tiveram em mim — e aqui no Senado, tenho um recruta que pode atestá-lo — um exemplo vivo.

Fui sempre ao lado de um comandante precepcionalmente um educador. Nunca um comandante meu presenciou qualquer ato que, no recurso da instrução, não tivesse ser praticado. Se a hora em que os oficiais deviam chegar ao quartel era cinco da manhã, o mais tardar às quatro horas e trinta minutos eu estava presente. Se a saída, uma vez terminada a faina da jornada ou a medidas de previsão só tinha lugar às cinco, seis ou dez horas da noite, eu só deixava a caserna após a saída do último oficial.

Tenho, conseqüentemente, larga experiência não só de subordinado como de chefe. Conheço, em seus menores detalhes, os meandros da vida militar, inclusive os encargos dos comandantes, da minha geração das anteriores e da que me sucederá. Tenho a impressão de que também eles me conhecem e sabem que não sou homem bifoite que é uma resultante da precaução e da prudência com que sempre me conduzi antes de assumir qualquer atitude ou posição, porque uma vez esta assumida, só recuo diante de argumentos que me convençam, por serem melhores que os meus, ou então por ordem perfeitamente estibulada e apoiada nas leis e regulamentos.

Jamais servi a quem quer que fosse pessoalmente. Exercitei sempre minhas funções com a preocupação absoluta da prevalência do interesse público. Não é difícil ao Senado perceber que, assim procedendo, não vivi em mar de rosas, embora nunca tivesse escorvado à luta. Tenho tido sempre a preocupação de me conduzir de maneira a estar em harmonia com a orientação superior, quando esta não se chocava, como disse, com leis ou regulamentos.

Também, Sr. Presidente, nunca tive o desprazer de ouvir ponderações sobre serviço de qualquer subordinado meu.

Como instrutor — e está aqui o illustre Senador Alencastro Guimarães que pode confirmar — se o exercício requeria dispêndio de energia ou corresse riscos, jamais fiz um instrumento meu iniciá-lo, sem que antes o experimentasse, para que ele ficasse convencido de que a tarefa era perfeitamente exequível.

O Sr. Alencastro Guimarães — E' absolutamente exato o que V. Ex.ª acaba de citar.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª.

Não sei se o nobre colega se recorda de que — como meu sargenteante, cadete — quando o relógio da escola marcava exatamente 5 horas e o corneteiro tirava a primeira nota da alvorada, a campainha do seu lo-

jamento por mim acionada retinha continuamente.

O Sr. Alencastro Guimarães — E' absolutamente exata a afirmação de V. Ex.ª embora fosse, naquele tempo, um despertar bem desagradável.

O Sr. Flávio Guimarães — O nobre colega permite um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.ª sabe que a disciplina é a semelhança moral contínua da nacionalidade. O depoimento do nobre colega alude à experiência humana, vivida por Sua Ex.ª há quase meio século. A experiência foi definida por Francesco Nitri como sendo a aliança dos nossos erros com os nossos sofrimentos. Conseqüentemente, oucm tem experiência, consuetudo avivar o subconsciente, e está sempre mais perto da verdade. Por essa razão, o depoimento do nobre colega incita a que os Senadores sigam as suas péssimas.

O SR. ONOFRE GOMES — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE — Peço licença para lembrar ao nobre orador que faltam apenas três minutos para o término do prazo regimental.

O SR. ONOFRE GOMES — Vou terminar, Sr. Presidente.

O Sr. Plínio Pompeu — O Senado é testemunha de quanto V. Ex.ª é intratante no cumprimento do dever. Nunca falta ao Senado; comparece a esta Casa, mesmo em circunstâncias que outros deixariam de vir. E assim procede — por achar que está rigorosamente cumprindo seu dever.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte de V. Ex.ª, que confirma as minhas declarações nessa tarefa, relativamente suave, em cujo desempenho agora me encontro. Realmente, V. Ex.ª fixou o ponto essencial: nunca faltai a esta Casa, a não ser no período decorrente entre o falecimento de minha senhora, até a um minuto da hora da sessão. Sempre aqui estou com quinze ou vinte minutos de antecedência. Assim, faço para prevenir eventual atraso de corrente de algum imprevisto que possa sofrer meu automóvel, no percurso de Copacabana a esta Casa.

Sr. Presidente, era meu desejo relatar alguns fatos, o que não é possível, dada a exatidão do tempo de que disponho. Tinha a intenção de fazer uma exposição retrospectiva aprofundada das medidas a que me via obrigado a tomar, como relator desse Projeto no exame das informações que S. Ex.ªs os Srs. Ministros das Pastas Militares prestaram a esta egregia Casa.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que não deixei de pé nenhuma daquelas informações. Assim, acredito haver colaborado, quanto me foi possível, em esclarecer ao Senado que, por ocasião da votação do Projeto n.º 337, se lhe defrontaria situação de certa gravidade, por se expor a cometer graves injustiças.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto é justo, é de alta sabedoria política, porque o mundo vive em tal movimentação que nos dá a impressão de estarmos em terreno movediço. Não é assim, possível falte o Estado ao cumprimento de compromissos que, espontaneamente, assumiu.

Sr. Presidente, reservar-me-ei para, em melhor oportunidade, trazer ao conhecimento do Senado alguns dados que fortalecerão, segundo penso, as arestas e argumentações que desenvolvi em apoio ao Projeto n.º 337, de 1952. (Muito bem; muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa requerimento que vai ser lido.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 350, de 1954

Nos termos do art. 125, letra e, do Regimento Interno, requeremos

seja criada uma comissão de cinco membros para representar o Senado no desembarque dos parlamentares britânicos que deverão chegar a esta capital no dia 4 do corrente, em visita ao Brasil.

Sala das Sessões, em 2 de julho de 1954. — *Plínio Pompeu.*

O SR. PRESIDENTE:

O Requerimento será submetido à deliberação, no final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Esgotado o tempo destinado à hora do expediente, passa-se à matéria constante do avulso da

ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 366, de 1953, que altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou diploma de tese, e das outras providências em regime de urgência nos termos do art. 155, § 3.º, do Parlamento Interno, em virtude do Requerimento n.º 306, de 1954 do Sr. Hamilton Nogueira e outros. Sr. Senadores, aprovado na sessão de 21-6-1954; tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Serviço Público Civil, sob n.º 1.579, de 1953, favorável; da Comissão de Saúde (proferido oralmente na sessão extraordinária de 12-12-53), favorável, com as emendas que oferece (ns. 1-C e 2-C); II — Sobre as emendas (a serem lidas em Plenário): da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Serviço Público Civil; da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Na sessão da tarde achava-se em votação a Subemenda à Emenda número 98 quando, ao ser feita verificação da votação, se verificou falta de quórum.

A Subemenda à Emenda n.º 98 é de autoria da Comissão de Constituição e Justiça e tem pareceres contrários da Comissão de Serviço Público Civil e da Comissão de Finanças. Aprovada, prejudicará a Emenda n.º 98.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.ª desse conhecimento ao plenário do texto da subemenda.

O SR. PRESIDENTE:

A Subemenda à Emenda n.º 98 declara:

“Substitua-se a redação da Emenda pelo seguinte:

São extensivas aos membros do Magistério Superior da União, não incluídos no art. 1.º da presente lei, as gratificações quinquenais estabelecidas no art. 5.º, com a ressalva de seus parágrafos, calculadas sobre os atuais vencimentos.”

Vai-se proceder à votação da Subemenda.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

E' aprovada a seguinte

SUBEMENDA

A Emenda n.º 98.

Substitua-se a redação da emenda pela seguinte:

“São extensivas aos membros do magistério superior da União, não in-

cluídos no artigo 1.º da presente lei, as gratificações quinquenais estabelecidas no artigo 5.º, com a ressalva de seus parágrafos, calculadas sobre os atuais vencimentos.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA
N.º 98

Onde convier:

São extensivas aos membros do Magistério Federal, não incluídos no artigo 1.º da presente lei, as gratificações quinquenais estabelecidas no artigo 5.º, com a ressalva de seus parágrafos, calculadas sobre os atuais vencimentos.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda aditiva número 99, que pareceres contrários da Comissão de Constituição e Justiça; da Comissão de Serviço Público Civil e da Comissão de Finanças.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, parece-me que a Emenda n.º 99 está prejudicada pela aprovação da de n.º 16, que abrange todos os diplomados em curso com duração superior a três anos. Os dentistas estão nesse caso, se não me falha a memória. *(Muito bem).*

O SR. PRESIDENTE:

V. Ex.ª tem razão na questão de ordem que levantou. Aliás, há anotação nesse sentido na Emenda, que não chegou a ser lida.

Fica prejudicada a seguinte

EMENDA N.º 99

Onde convier:

Art. — E' concedida, igualmente, a letra inicial — O — aos Cirurgiões Dentistas diplomados pelas nossas Escolas Superiores.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da Emenda n.º 106, que tem pareceres contrários das Comissões de Constituição e Justiça, por considerá-la contrária ao sistema do Projeto; da de Serviço Público Civil e de Finanças.

Em votação a Emenda n.º 106. Os Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

E' rejeitada a seguinte

EMENDA N.º 106

Inclua-se, onde convier:

Art. O disposto nesta lei é aplicável aos redatores do Serviço Público Federal devidamente registrados no Serviço de Identificação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e aos que forem portadores de diplomas expedidos pelo Curso de Jornalismo das Faculdades de Filosofia, oficiais ou reconhecidos, desde que estejam sindicalizados, pelos menos até dois anos antes da vigência da presente lei.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da Emenda n.º 79.

A Mesa recorda ao Plenário que, no início da votação das emendas, declarou, procurando, no decorrer dos trabalhos, corrigir possíveis equívocos da organização das emendas, no escasso tempo concedido. Este é um dos casos.

A Emenda n.º 79 manda acrescentar um parágrafo único ao Art. 14 do Projeto, que declara:

“E' o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar até Cr\$ 600.000.000,00 para atender às despesas decorrentes desta Lei.”

A Emenda declara:

“Igual direito fica assegurado aos demais servidores da categoria funcional acima, sujeitos ao curso de especialização em Faculdade de Filosofia, nos termos do art. 1.º etc...”

Trata-se de matéria que nada tem que ver com o Art. 14. Não lhe pode portanto servir de parágrafo único.

A Mesa recebe a emenda como atinente ao Art. 2.º do Projeto, no qual poderia ser incluída a matéria dela constante. O parecer das Comissões são contrários.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, pela reação da emenda parece-me que ela é mais pertinente ao art. 4.º do Projeto.

V. Ex.ª poderá verificar que talvez haja mais um erro tipográfico, emenda n.º 14 em lugar da de n.º 4, porque cabe perfeitamente nesta última.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça, como a de Finanças não tomaram conhecimento dessa emenda, apresentando a um artigo que trata da abertura de crédito. Não descobriram a que artigo se referia, razão pela qual não pode ser objeto de votação.

Esse, pois, que V. Ex.ª a considere como inexistente. Não no compete, Sr. Presidente, procurar onde encaixar essa emenda que torna impossível a sua apreciação.

A Comissão de Constituição e Justiça assim resolveu e a de Finanças também.

O SR. DARIO CARDOSO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, parece-me que o nobre Senador Joaquim Pires tem razão quando afirma que esta emenda não deve ser posta a votos.

Realmente, é difícil de se descobrir em que artigo deve ser incluído o parágrafo único que pretende o autor da emenda introduzir no Projeto.

Na sua justificativa faz referência ao art. 14 que não existe na lei.

A emenda está assim redigida:

N.º 75

Dê-se a seguinte redação ao artigo 12:

Estenda-se, também, no que concerne ao disposto nesta Lei, aos cargos e funções do Serviço Público Federal para cujo provimento foi exigido diploma de Curso Superior e posteriormente, com a transformação dos mesmos, dispensada essa exigência.

O Sr. Mozart Lago — V. Ex.ª está equivocando. Há erro tipográfico. A emenda refere-se ao art. 12 do Projeto.

O Sr. Joaquim Pires — Não é erro tipográfico.

O Sr. Mozart Lago — Os pareceres da Comissão referem-se ao art. 12, razão por que consideram a emenda prejudicada.

O SR. DARIO CARDOSO — V

Ex.ª há de me permitir que conteste a afirmação de que se trata de erro tipográfico; ela foi apresentada, no original, à Comissão de Constituição e Justiça, que examinando-a, não encontrou onde colocá-la. Não se pôde descobrir a que artigo se referia. Dai não tomar dela conhecimento.

O Sr. Mozart Lago — Ao contrário. A Comissão assinala no parecer, que a emenda se refere ao art. 12 e a considera prejudicada pelo fato de já ter dado como prejudicada emenda anterior. Pego ao nobre colega que verifique minha assertiva à página 27 do avulso.

O SR. DARIO CARDOSO — Na redação da emenda figura o art. 14, que não existe no Projeto.

O Sr. Mozart Lago — Por engano.

O SR. DARIO CARDOSO — Nestas condições, a emenda não deve ser submetida à apreciação do plenário. Se se refere ao art. 12, está evidentemente prejudicada.

O Mozart Lago — Exatamente.

O SR. DARIO CARDOSO — Se diz respeito ao art. 14, anulo-o esta, visto como o art. 14, transcrita na justificação, não existe. *(Muito bem).*

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa deseja esclarecer a matéria.

A emenda refere-se ao art. 14, porque, no Projeto oriundo da Câmara dos Deputados, o respectivo artigo tinha esse número. Em virtude da transformação posterior do Projeto, o texto constante do art. 14 passou para o art. 12.

Nestas condições, a emenda seria atinente ao art. 12.

Acontece, porém, que, pela aprovação da emenda n.º 73, pelo Senado, foi suprimido o art. 12.

Assim, a emenda está prejudicada, porque diz respeito ao artigo suprimido por esta Casa.

EMENDA PREJUDICADA
N.º 79

Acrescente-se ao art. 14, do Projeto, número 366-53 o seguinte:

“Parágrafo único. Igual direito fica assegurado aos demais servidores da categoria funcional acima, sujeitos a cursos de especialização em Faculdade de Filosofia, nos termos do art. 1.º do Decreto n.º 20.496, de 7 de outubro de 1931, e do art. 76, parágrafo único, do Decreto n.º 21.141, de 4 de abril de 1932, dos mesmos cursos dispensados por força do art. 54 do citado Decreto número 20.496, combinado com o artigo 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias vigentes”.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à votação da emenda n.º 97, aditiva, que manda incluir, onde convier, o seguinte artigo:

“Os cargos isolados, cujos ocupantes sejam de nível universitário de cinco anos e nenhum mais de vinte e cinco anos de exercício efetivo, são classificados no padrão “O” com os quinquênios previstos nesta lei”.

A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer contrário por entender que o disposto na emenda já está contido no Projeto. A Comissão de Serviço Público Civil considera-a prejudicada e a Comissão de Finanças é contrária à sua aprovação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Está rejeitada.

SEM DEBATES, SÃO SUCESSIVAMENTE REJEITADAS AS SEGUINTE EMENDAS.

N.º 97

Onde convier, acrescente-se:

Art. ... Os cargos isolados cujos ocupantes sejam de nível universitário de cinco anos e tenham mais de vinte e cinco anos de exercício efetivo, são classificados no padrão “O” com os quinquênios previstos nesta lei.

N.º 81

Acrescente-se onde convier:

“Art. ... Ficam compreendidos nos benefícios desta lei, nas mesmas bases dos Oficiais Administrativos, Escribanos e Datilógrafos, os Extraumerários Mensalistas da União, cuja remuneração será feita de acordo com os respectivos salários.”

N.º 100

Onde convier:

Art. ... O disposto nesta lei se aplica aos Oficiais Administrativos legalmente habilitados para o exercício da profissão de advogado contando-se os quinquênios dos que se diplomaram depois de ingressar na

carreira, a partir da data da publicação de grau de bacharel em Direito.

N.º 101

Acrescente-se onde couber:

"Art. ... Os atuais cargos de Oficial Administrativo, Escrividor e Datilógrafo do Serviço Público Federal ficam transformados em caros isolados, respectivamente, do padrão N.º J e I."

"§ 1.º São extensivos aos cargos a que se refere este artigo os quinquênios de que trata o art. 2.º os quais serão concedidos nas mesmas condições gerais estabelecidas."

"§ 2.º O provimento dos cargos transformados em virtude deste artigo continua a ser feito mediante concurso e provas na forma da legislação vigente."

N.º 102

Acrescente-se onde couber:

Art. ... As carreiras de Oficial Administrativo, Escrividor e Datilógrafo do Serviço Público Federal passam a ter o seguinte escalonamento:

a) Oficial Administrativo, da classe M, à classe J;
b) Escrividor, da classe J à classe L;
c) Datilógrafo, da classe L à classe I."

"§ 1.º Os atuais ocupantes das classes L e M da carreira de Oficial Administrativo serão enquadrados respectivamente, nas classes N e O; os das classes E, F e G, da de Escrividor, nas classes J, K e L; os das classes D, E, F e G, da de Datilógrafo, nas classes I, J, K e L."

"§ 2.º Os demais ocupantes dos cargos das diversas classes da carreira de Oficial Administrativo integrarão a classe M."

Art. ... As séries funcionais de Auxiliar-administrativo e Escrevente-datilógrafo do Serviço Público Federal serão escalonadas respectivamente, das referências 26 a 29 e 27 a 25."

"§ 1.º Os atuais ocupantes das referências 24 e 25, da série funcional de Auxiliar-administrativo, integrarão automaticamente, a referência 26 da nova série, os da referência 26 a 27; os da referência 27 a 28; e os da referência 28, a 29."

"§ 2.º Os atuais ocupantes das referências 19, 20 e 21, da série funcional de Escrevente-datilógrafo, serão enquadrados na referência 22; os da referência 22, na referência 24; e os da referência 23, na referência 25."

N.º 103

Acrescente-se onde couber:

Art. ... Aos ex-ocupantes dos cargos e funções referidos no art. 1.º que tenham passado a ocupar outro cargo ou função no serviço público federal e estejam em efetivo exercício do mesmo, fica assegurada a reclassificação, nos termos e a partir da vigência desta lei, no cargo ou função anteriormente exercido, se assim o requererem."

N.º 103

Acrescente-se onde couber:

Art. ... Aos ex-ocupantes dos cargos e funções referidos no art. 1.º que tenham passado a ocupar outro cargo ou função no serviço público federal e estejam em efetivo exercício do mesmo, fica assegurada a reclassificação, nos termos e a partir da vigência desta lei, no cargo ou função anteriormente exercido, se assim o requererem."

Parágrafo único. É fixado o prazo de 120 dias, contados da publicação desta lei, para que os servidores a que se refere o presente artigo se habilitem à reclassificação mencionada, que somente se processará mediante a rigorosa verificação das condições acima estabelecidas."

N.º 82

Acrescente-se:

Art. ... Os profissionais beneficiados por esta lei não poderão acumular funções ou empregos nos serviços da União, ou de autarquias federais."

Parágrafo único. Os que estiverem a cumprir deverão optar por um dos cargos que exerciam."

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à votação da emenda n.º 91, a qual tem duas subemendas. A primeira, supressiva, será votada antes da emenda; a segunda, modificativa e aditiva, será apreciada depois."

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, vota a V. Ex.ª o obsequio de mandar ler as subem. / s.

O SR. PRESIDENTE:

V. Ex.ª deseja a leitura das subemendas?

O SR. MOZART LAGO — Exatamente.

O SR. PRESIDENTE — A subemenda que se vai votar manda suprimir a emenda. É de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. É supressiva. Tem pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e da de Finanças."

O SR. MOZART LAGO — A subemenda é que tem pareceres contrários das duas comissões?

O SR. PRESIDENTE:

Pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças. A subemenda declara:

"Suprima-se o Parágrafo único do artigo contido na emenda". É supressiva do Parágrafo único. Para melhor esclarecimento do plenário, vou dar ciência do conjunto das emendas:

A de n.º 91 declara o seguinte: "Artigo — O servidor amparado pela presente lei, diplomado por dois ou mais cursos de nível universitário superior, terá direito a transferência para outro cargo ou função, cujo provimento dependa da apresentação do diploma respectivo."

"Parágrafo único. A transferência a que alude este artigo só se dará para cargo ou função inicial de carreira ou série funcional e a servidor que, na data do pedido de transferência, conte mais de cinco anos de serviço público."

A esta emenda a Comissão de Constituição e Justiça propôs subemenda, mandando suprimir o parágrafo único. A segunda subemenda substitutiva, refere-se ao artigo.

"Substitua-se, no corpo do artigo contido na Emenda n.º 91, a expressão — "terá direito a transferência" — pela expressão — "poderá ser transferido" — e, in fine, após a palavra — "respectivo" — acrescente-se o seguinte: — "observadas as disposições constantes de Leis especiais e do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União."

Val-se proceder à votação da subemenda.

Queiram permanecer sentados os Senhores Senadores que a aprovam. (Pausa).

Foi rejeitada. Passa-se à votação do artigo e parágrafo único da Emenda n.º 91, em virtude da rejeição da subemenda anterior, ressalvada a aditiva e substitutiva parcial.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, andaria bem o Senado — parece-me — se rejeitasse totalmente

a Emenda n.º 91, com subemendas supressiva do parágrafo e modificativa do artigo.

O assunto é positivamente estranho ao projeto. Trata-se de transferência de funcionários, com curso de nível universitário superior, de um para outro meio.

Exemplificando: um diplomado em medicina, exercendo a profissão, também formado em engenharia, de repente, sem razão alguma ou, talvez, atraído por melhores vencimentos, requer transferência para a carreira de engenheiro, à qual jamais pertenceu.

O Sr. Dario Cardoso — V. Ex.ª permite um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Pois não.

O Sr. Dario Cardoso — Tem toda a razão V. Ex.ª quando afirma que a matéria da emenda é estranha ao projeto. A transferência de funcionários está regulada em lei própria, o Estatuto dos Funcionários Civis da União.

O SR. ALFREDO NEVES — A emenda, além de inconveniente e inoportuna, pode criar dificuldades enormes à administração pública.

Além disso, hipótese demonstra a inconveniência da aprovação da emenda: um funcionário exerce a atividade de outro cargo, para o qual interessou sem concurso. Vaza-se noutro serviço o lugar alheio a profissão diversa, mas para cujo ingresso se exige concurso.

Pela emenda, com facilidade, o advogado transfere-se para o lugar de médico ou engenheiro, sem prestar a prova indispensável ao exercício daquelas atividades.

Pode, ainda, Sr. Presidente, num instituto de pesquisas, dar-se uma vaz e o funcionário que vinha advogando noutro setor da administração pública, baseado na lei, requerer a transferência para os cargos de biólogo ou pesquisador, e não sei como se lhe poderá negar a transferência.

Sr. Presidente, a emenda como se vê é inconveniente e pode acarretar dificuldades para a administração pública.

Assim, tratando-se de alteração "injustificável pela própria natureza" — como muito bem disse o nobre líder desta Casa, o Estatuto dos Funcionários Públicos já estabelece regras precisas para a transferência de funcionários — precisa ser rejeitada. Nesse sentido, Sr. Presidente, voto para os nobres colegas. (Muito bem!)

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, lamento discordar do nobre colega Alfredo Neves.

A emenda é de autoria do eminente Senador Waldemar Pedrosa, um dos espíritos mais equilibrados do Senado. Está, também, assinada pelo Ilustre Senador Nogueira Filho, cuja sensatez dispensa elogios. É perfeitamente útil. Sr. Presidente, sobretudo porque com a emenda aditiva que V. Ex.ª nos anunciou essas transferências ficarão submetidas às leis em vigor, vale dizer até às normas do Estatuto dos Funcionários Públicos.

O SR. ALFREDO NEVES — Logo, a emenda é o necessário, porque já existe lei regulando as transferências.

O Sr. Mozart Lago — Não é desnecessária, porque os interessados não terão oportunidade, se não baseada nesta lei, de requerer as transferências. Caso contrário, tê-lo-iam feito até à data de hoje. Se tal não se deu, é porque não era possível. A lei é que lhes vai dar a oportunidade.

Acho tanto mais justo que assim seja quanto conheço advogados que são excelentes médicos, médicos que

são excelentes engenheiros, e assim por diante.

Sr. Presidente, o realustamento dos funcionários às atividades em que sejam mais capazes é perfeitamente plausível.

Sou, pois, favorável à emenda. (Muito bem!)

O SR. DARIO CARDOSO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a Emenda n.º 91, como muito bem afirmou o nobre Senador Alfredo Neves, não deve ser aprovada, em primeiro lugar porque escapa ao âmbito do projeto. O assunto de que trata — conforme declarei em aparte — é regulado pelo Estatuto dos Funcionários Públicos. Além do mais, está redigida de maneira defeituosa, sem a devida técnica.

Estabelece a emenda que — "o servidor amparado pela presente lei, diplomado por dois ou mais cursos de nível universitário superior, terá direito a transferência..."

Ora, Sr. Presidente, a transferência pode, muitas vezes, ser inconveniente aos interesses da administração pública. Não se pode facultar a funcionário transferência de uma função para outra. Daí por que procurei a Comissão de Constituição e Justiça corrigir a falha de técnica, apresentando subemenda, na qual propõe a substituição das expressões — "terá direito" — por — "poderá ser transferido". Ela própria demonstrou, cabalmente, que a emenda é inócua, porque manda acrescentar in fine, após a palavra "respectivo" — o seguinte:

"observadas as disposições constantes de leis especiais e do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União".

Aprovado o texto com a subemenda da Comissão de Constituição e Justiça ficará bem redigido do ponto de vista da técnica legislativa, porém, inteiramente inócua, visto não ter objetivo, uma vez que remete a transferência para outra disposição ou manda seja a matéria regulada por leis especiais e do Estatuto do Funcionário Público.

Por que então aprovar-se dispositivo desta ordem, que será tão só, aparência inútil de uma lei supérflua?

O Sr. Mathias Olimpio — Será inteiramente supérfluo.

O SR. DARIO CARDOSO — Será inteiramente supérfluo.

O SR. DARIO CARDOSO — Dada, pois, a superfluidade manifesta da emenda, aconselho ao Senado rejeitá-la. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a Emenda n.º 91, que tem pareceres contrários das Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa).

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requer verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Val-se proceder à verificação de votação requerida pelo nobre senador Mozart Lago.

Queiram levantar-se os senhores senadores que aprovam a emenda n.º 91, com pareceres contrários das comissões. (Pausa).

Queiram sentar-se os Srs. Senadores que a aprovaram e levantar-se os que a rejeitam. (Pausa).

Votaram a favor da emenda 3 senhores senadores, e contra 28. Total: 31 senadores presentes; com o Presidente da Mesa, 32. Há número para votação.

Está confirmada a rejeição da emenda.

A segunda subemenda, substitutiva e aditiva, está prejudicada.

EMENDAS REJEITADAS

1.ª Subemenda

Suprima-se o parágrafo único do artigo contido na emenda.

EMENDA

N.º 91

Inclua-se onde couber:

Artigo — O servidor amparado pela presente lei, diplomado por dois ou mais cursos de nível universitário superior, terá direito a transferência para outro cargo ou função, cujo provimento dependa da apresentação do diploma respectivo.

Parágrafo único. A transferência a que alude este artigo só se dará para cargo ou função inicial de carreira ou série funcional e a servidor que, na data do pedido de transferência, conte mais de cinco anos de serviço público.

SUBEMENDA PREJUDICADA

2.ª

Substitua-se, no corpo do artigo contido na Emenda n.º 91, a expressão:

"terá direito a transferência" pela expressão:
"poderá ser transferido"
E, in fine, após a palavra "respectivo", o seguinte:
"observadas as disposições constantes de leis especiais do Estatuto dos Funcionários Públicos Civil da União."

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 108, com pareceres contrários de todas as Comissões.

O SR. MOZART LAGO:

(Para encaminhar a votação) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, esta emenda diz apenas o seguinte:

"Art. Serão computados para os efeitos do artigo 5.º o tempo de serviço em outros cargos ou funções dos servidores portadores de diploma de curso superior durante o tempo em que estiveram em efetivo exercício das atribuições atinentes às profissões constantes do artigo 1.º."

Não compreendo, por que essa emenda teve pareceres contrários. Se há matéria que deve ser aprovada, é esta a emenda n.º 108.

O SR. ALFREDO NEVES:

(Para encaminhar a votação). — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a emenda é desnecessária, pois manda computar, para os efeitos do artigo 5.º, o tempo de serviço em outros cargos ou funções dos servidores portadores de diploma de curso superior, durante o tempo em que estiveram em efetivo exercício nas atribuições técnicas das profissões constantes do artigo 1.º. O assunto da contagem do tempo está perfeitamente regulado no Estatuto dos Funcionários Públicos. Ademais, se essa contagem é para efeito de aposentadoria ou adicionais, a Constituição ampara os funcionários mandando computar os serviços prestados em qualquer cargo.

A Constituição é tão liberal que manda adicionar o tempo de serviço municipal, estadual ou federal. Há casos flagrantes dessa liberalidade. Juizes de paz, escrivães de polícia, e mesmo auxiliares de polícia, apenas munidos de carteira para ingresso em casas de diversão, têm contado esse tempo pela Administração, sem maiores exigências, sem mesmo o cuidado de zelar pelos interesses do erário.

Eu poderia citar outros casos; mas me cimitrei desse trabalho, mesmo

porque, dentro em pouco V. Ex.ª me apontará o relógio advertindo da terminação do tempo que me é concedido.

No meu entender, a emenda é desnecessária. A contagem do tempo de serviço — repito — está regulada no Estatuto dos Funcionários Públicos Civil. No caso, não há senão contar equitativamente, para todos, o mesmo tempo de trabalho nas repartições que dos municípios, quer dos Estados ou da União.

O Senador andará bem, se rejeitar a emenda. (Muito bem).

Durante o discurso do Sr. Alfredo Neves, o Sr. Marcondes Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcondes Filho.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 108. Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está rejeitada.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

Vai-se proceder à verificação da votação da emenda n.º 108, solicitada pelo nobre Senador Mozart Lago. Queiram levantar-se os Srs. Senadores que a aprovam. (Pausa.) Queiram sentar-se os Srs. Senadores que votaram a favor da emenda e levantar-se os que votam contra. (Pausa.)

Votaram a favor da emenda 4 Srs. Senadores e contra, 38.

E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 103

Art. Serão computados para os efeitos do art. 5.º o tempo de serviço, em outros cargos ou funções dos servidores portadores de diploma de curso superior durante o tempo em que estiveram em efetivo exercício das atribuições atinentes às profissões constantes do artigo 1.º.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 80, aditiva, de plenário. A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se pela sua constitucionalidade; a de Serviço Público Civil e da de Finanças opinaram contrariamente a sua aprovação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E' rejeitada a seguinte

EMENDA

N.º 80

Acrescente-se onde convier:
Art. — Dentro de quatro meses da vigência desta lei, o Poder Executivo expedirá decreto fazendo a classificação e reestruturação dos diplomados beneficiados pela mesma, em cargos, carreiras, padrões e remunerações para efeito de percepção dos novos vencimentos ou proventos.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda n.º 69, aditiva, de plenário, com pareceres contrários das Comissões. Essa emenda foi apresentada ao artigo 11 do projeto, mas não tem nenhuma pertinência com esse dispositivo e sim com o artigo 4.º, já considerado pelo plenário, com aceitação das emendas ns 24 e 25 que lhe dão nova redação ao texto.

Assim, salvo deliberação em contrário do plenário, a Mesa vai considerar a emenda prejudicada. — (Pausa.)

EMENDA PREJUDICADA

N.º 69

O art. 11 do projeto passa a ter a seguinte redação:

Art. 11. O disposto no artigo 3.º desta lei aplica-se, igualmente, aos cargos ou funções dos demais Ministérios, para os quais, além do respectivo diploma do curso superior, seja exigido curso de especialização, como os atuariários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que possuem diploma de engenharia ou de atuariário, aos biólogos e pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, e aos tecnólogos e pesquisadores do Instituto de Física de Moeda e Aliança do Rio de Janeiro portadores de diploma universitário de curso superior.

O SR. PRESIDENTE:

Terminada a votação das emendas, submeto a votação o projeto assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E' aprovado e remetido à Comissão de Redação, o seguinte

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 386, de 1953

Altera os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º Os atuais cargos e funções do serviço público civil federal, para cujo provimento é exigido diploma de curso superior, ou defesa de tese, são transformados nos termos estabelecidos nesta lei.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, considera-se como curso superior o curso subsequente ao ensino secundário integral (primeiro e segundo ciclos), ou ensino de nível e duração equivalentes.

§ 2.º A tese a que se refere este artigo, além de estar sujeita a defesa, deve versar, obrigatoriamente, sobre matéria ou assunto relativo a curso superior.

Art. 2.º Os cargos e funções, de que trata o artigo anterior, são transformados em cargos ou funções isolados do padrão "O", ou referência "31", quando exigido, para seu provimento, diploma de curso superior de duração igual ou maior de 5 (cinco) anos em cargos ou funções isolados do padrão "N", ou referência "30", quando exigido, para seu provimento, diploma de curso superior de duração menor de 5 (cinco) até 3 (três) anos, ou, apenas, defesa de tese.

Art. 3.º Os cargos e funções de que trata esta lei, a partir de sua vigência, serão providos mediante concurso de provas e títulos.

Art. 4.º Os agrônomos, veterinários e químicos de carreiras especializadas do serviço público civil federal terão vencimentos correspondentes ao maior padrão previsto no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único. A disposição deste artigo aplica-se igualmente:

a) aos cargos ou funções do serviço público civil federal, para os quais, além dos respectivos diplomas de curso de especialização;

b) aos atuais atuariários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que possuem diploma de Engenharia ou de Atuariário;

c) aos Biólogos e Pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, portadores de diploma universitário de curso superior.

Art. 5.º Ressalvada a disposição do § 2.º deste artigo, o vencimento ou salário dos ocupantes dos cargos e funções referidos no art. 1.º desta lei será acrescido, para todos os efeitos, e sem prejuízo de outras vanta-

gens, de uma gratificação correspondente a 20% (vinte por cento) do respectivo padrão ou referência, por quinquênio de efetivo exercício nas aludidas funções ou cargos, até o máximo de cinco quinquênios.

§ 1.º Enquanto não fizer jus à gratificação prevista neste artigo, o servidor, quando for o caso, terá sempre direito à gratificação estabelecida no art. 1.º da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

§ 2.º A gratificação de que trata este artigo poderá ser acumulada com as concedidas no art. 145, itens II e XI, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 6.º Será respeitada a situação dos servidores cujos vencimentos ou salário atual seja superior ao valor do padrão "N", ou referência "30".

Art. 7.º Os portadores dos diplomas de que trata o art. 1.º desta lei não poderão ser contratados para o serviço público federal com salário inferior ao correspondente às referências estabelecidas no art. 2.º desta lei.

Art. 8.º Os horários de serviço de todos os servidores compreendidos nesta lei serão estabelecidos tendo em vista as peculiaridades de cada profissão, fixando-se, de modo geral, em trinta e três horas semanais, admitindo-se para os casos especiais um horário de vinte e três horas semanais respeitadas as exceções constantes em lei.

Art. 9.º Os técnicos de laboratório do Ministério da Saúde, portadores de diploma de médicos, que tiveram assegurados, por decisão judicial, os vencimentos fixados no art. 13 da Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1943, assim como os ocupantes da mesma carreira que se encontram em situação análoga, ficam reclassificados nos quadros a que pertencem, de conformidade com a presente lei.

Art. 10. Os servidores aposentados, ou em disponibilidade, nos cargos ou funções referidos no art. 1.º desta lei, terão seus proventos reajustados nas bases estabelecidas nesta lei.

Art. 11. Os benefícios desta lei se estendem, no que couberem, aos profissionais que prestem serviços aos Acórdãos entre a União e os Estados.

Art. 12. Estendem-se, também, no que couber, o disposto nesta lei aos servidores para cujo ingresso no serviço público federal foi exigido diploma de curso superior, por força do parágrafo único do art. 3.º do Regulamento a que se refere o Decreto n.º 2.307, de 3 de fevereiro de 1938, expedido para execução do Decreto-lei n.º 26, de 30 de novembro de 1937, para investidura de cujos cargos foi posteriormente, com a sua transferência, dispensada aquela exigência de acordo com o Decreto n.º 28.718, de 7 de outubro de 1950.

Art. 13. As disposições desta lei aplicam-se igualmente, aos servidores autárquicos, paraestatais e das empresas de propriedade da União e por esta administradas.

Art. 14. E' o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar até Cr\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de cruzeiros), para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA:

(Para declaração de voto) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, quero congratular-me com o Senado e com os profissionais de nível universitário superior, pela aprovação deste projeto, que propiciará trazer aos médicos, advogados, engenheiros, dentistas, agrônomos, a quantos exercem tão nobres funções, melhoria das condições econômicas.

Quero também agradecer a assistência prestada ao Senado e a mim.

particularmente, pelas entidades médicas do Brasil, por todas as seções regionais da Associação Médica Brasileira, com sede em São Paulo, cujo presidente, o ilustre professor Alípio Corrêa Neto, várias vezes elo de São Paulo para tratar deste assunto, de tanto interesse da classe.

No Rio de Janeiro, os ilustres membros dessa Sociedade, Drs. Iseu de Almeida e Silva e Murilo Belchior, nos prestaram assistência quasi diária. Cabe também uma referência ao Sindicato Médico Brasileiro, na pessoa dos professores Augusto Paulino Filho, Pulquerio Filho e Ivens de Freitas, que daqui não se afastaram. Sr. Presidente, o Senado da República cumpriu aquilo que prometera à classe médica — a aprovação deste projeto.

— a aprovação deste projeto (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

A declaração de V. Ex.^a constará da Ata.

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954 do Sr. Senador Ivo de Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 15-6-1954; tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18-6-1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21-6-54), oferecendo substitutivo; e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Primeiro Secretário vai proceder à leitura dos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Finanças sobre as emendas.

São lidos os seguintes

Pareceres ns. 519 e 520, de 1954

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Resolução n.º 6, de 1952.

Relator: Sr. Gomes de Oliveira.

Em regime de urgência, volta à Comissão de Constituição e Justiça o presente Projeto de Resolução, já agora para pronunciar-se ela sobre 23 (vinte e três) emendas que lhe foram apresentadas.

EMENDA N.º 1

Esta emenda enfeixa um substitutivo oferecido ao projeto e dispõe sobre as carreiras de Oficial Legislativo e de Taquígrafo do Quadro da Secretaria do Senado, estabelecendo nova disposição das respectivas classes, sem aumentar-lhes o número total. Dá nova discriminação ao cargo de Assessor Técnico de Orçamento, que passará a ser Assessor Técnico de Finanças, com vencimentos imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço.

A esta emenda, apresentamos subemenda anexa, criando novos cargos de Assessor Técnico.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 2

Cria um cargo de Auxiliar de Zelador de Arquivo, padrão J, no qual seria provido um dos atuais contínuos da Casa.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 3

Aumenta para 15 o número de cargos de Assessor Técnico das diversas

Comissões Permanentes, elevando-lhes, também, o padrão; cria um cargo de Assessor Jurídico do Pessoal e três de Assistente da Ata.

Na parte relativa aos Assessores Técnicos das Comissões Permanentes a Emenda estaria prejudicada, quanto ao n.º 1, pela subemenda que apresentamos à Emenda n.º 1, que é substitutiva do projeto.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 4

Também cria um cargo de Assessor Técnico, na Comissão de Educação e Cultura.

Sob o ponto de vista constitucional, nada a opor. No mérito, estaria prejudicada pela subemenda de nossa autoria à Emenda n.º 1.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 5

A emenda n.º 5 é oferecida em caráter de subemenda ao Substitutivo da Comissão de Finanças (Emenda n.º 1).

Cria a "carreira de Assistentes de Diretores", e dá nova constituição à carreira de Oficial Legislativo.

Pela constitucionalidade, com restrições ao modo como foi apresentada.

EMENDA N.º 6

Eleva para PL-4 o padrão dos cargos de Redator de Anais e Documentos Parlamentares e os de Redator Revisor.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 7

Eleva ao padrão PL-3 todos os cargos isolados de padrão "O" referidos no Substitutivo da Comissão de Finanças.

Na parte relativa aos Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e aos Redatores Revisores estaria prejudicada, no mérito, pela emenda anterior.

Pela constitucionalidade, embora a emenda seja, na técnica legislativa, uma sub-emenda.

EMENDA N.º 8

Como as emendas anteriores, pretendia elevar o padrão de vencimentos dos Redatores.

Pela constitucionalidade, embora, quanto ao mérito, apresente o mesmo vício da emenda anterior.

EMENDA N.º 9

Manda criar o cargo de Mimiografia, padrão "L".

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 10

Assegura aos Taquígrafos-Revisores vencimentos imediatamente superiores aos atribuídos aos Oficiais Legislativos padrão "O" e aos Taquígrafos Supervisores, que forem criados, símbolo imediatamente superior ao daqueles.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 11

Amplia para cinco o número de Assessores Técnicos da Comissão de Finanças, dando-lhes vencimentos imediatamente inferiores aos de Diretor de Serviço.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 12

Dispensa de interstício as promoções resultantes da Resolução n.º 15, de 1954.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 13

Cria a carreira de Agente de Segurança, para atender às necessidades de policiamento do edifício-sede do Senado.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 14

Por esta emenda ficam criados três cargos isolados, de provimento efetivo,

de Redator da Ata, de padrão equivalente aos demais Redatores.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 15

Eleva o padrão de vencimentos dos cargos de Conservador de Biblioteca e de Auxiliar de Conservador de Biblioteca para "N" e "L" respectivamente.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 16

Dá nova denominação ao cargo de Assessor Técnico. Repete o art. 6.º da Emenda n.º 1.

Prejudicada.

EMENDA N.º 17

A Emenda não enquadra o cargo cuja criação propõe nos padrões estabelecidos, para efeito de vencimento.

Estando incompleta, não pode, portanto, ser aceita, por falta de objeto.

EMENDA N.º 18

Dispensa o interstício para as promoções que se fizerem por força deste projeto e da Resolução n.º 15.

Pela constitucionalidade. No mérito, estaria prejudicada, na parte referente à Resolução n.º 15, pela Emenda n.º 12.

EMENDA N.º 19

Efetiva os ocupantes interinos dos cargos isolados ou de carreira, observada a existência de vagas nos respectivos quadros.

Sem concurso não há como admitir funcionário, sob o ponto de vista constitucional.

Parecer contrário.

EMENDA N.º 20

Equipara ao cargo de Ajudante de Zelador, padrão "N", o cargo de Eletricista-Chefe.

Pela constitucionalidade.

EMENDA N.º 21

Estende ao Ajudante de Zelador do Patrimônio os vencimentos do padrão "N".

Prejudicada pela Emenda anterior.

EMENDA N.º 22

Esta emenda é, também, substitutiva do Projeto. Aumenta o número de cargos de Oficial Legislativo e de Taquígrafos, elevando-lhes os padrões de vencimentos.

Pela constitucionalidade, com ressalva da Sub-emenda anexa, que apresentamos.

EMENDA N.º 23

Trata-se de Emenda Substitutiva, apresentada pela Comissão Diretora. Como as anteriores, altera a estrutura de todo o quadro do pessoal da Secretaria do Senado, escalonando em carreiras cargos de Oficial Bibliotecário, Arquivologista e Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, este últimos nas letras M, N e O, condicionados à extinção, à medida que vagarem, de alguns cargos de padrão "O".

Pela constitucionalidade, apresentando sub-emenda em fls. anexas.

E' o parecer. Sala Ruy Barbosa, em 23 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente. — Gomes de Oliveira, Relator. — Atílio Vivacqua. — Flávio Guimarães. — Camilo Mércio. — Anísio Jobim. — Joaquim Pires, vencido quanto à competência, que entende ser da Comissão Diretora a criação de novos cargos.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 1

(Substitutivo da Comissão de Finanças)

Primeira

Acrescente-se, na Emenda n.º 1, após o art. 6.º, um artigo com a seguinte redação:

"Art. Ficam criados, no Quadro da Secretaria do Senado Federal, e com exercício na Comissão de Constitui-

ção e Justiça, três (3) cargos isolados de provimento efetivo de Assessor Técnico de Legislação, cujo padrão de vencimentos será igual ao dos Assessores Técnicos da Comissão de Finanças.

§ 1.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará por indicação da Comissão de Constituição e Justiça dentre os funcionários da Secretaria do Senado, portadores de diploma de bacharel em Direito.

§ 2.º Os Assessores Técnicos de Legislação terão horário de trabalho fixado de acordo com as conveniências do serviço da Comissão de Constituição e Justiça, a juízo de seu Presidente. — Gomes de Oliveira.

A Comissão de Justiça, em reunião de 23 de junho de 1954, aprovou a Sub-emenda supra. — Dario Cardoso, Presidente.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 1

Segunda

Art. Ficam criados 2 (dois) cargos, isolados, de provimento efetivo, padrão "O", de Contador, que serão providos por funcionários da Secretaria do Senado portadores de diploma devidamente registrado no Ministério da Educação.

Justificação

Os serviços de contabilidade e tesouraria do Senado não podem prescindir de funcionários especializados, razão, portanto, da sub-emenda, que atende a essa necessidade.

Sala Ruy Barbosa, 23 de junho de 1954. — Anísio Jobim.

A sub-emenda supra é aprovada pela Com. de Constituição e Justiça em reunião de 23 de junho de 1954. — Dario Cardoso, Presidente.

SUB-EMENDA À EMENDA N.º 19

Dê-se à Emenda n.º 19 a seguinte redação:

"Art. Ficam efetivados os atuais ocupantes interinos e cargos de carreira, desde que se submetam à prova de habilitação ou concurso de títulos". — Flávio Guimarães.

A Comissão de Justiça, em reunião de 23 de junho de 1954, aprovou a Sub-emenda supra. — Dario Cardoso, Presidente.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 20

AOPROJEITO DE RESOLUÇÃO N.º 6-52

Acrescente-se no artigo... da emenda n.º 20 após a palavra "eletricista-chefe", o seguinte:

"atribuindo-se ao eletricista o padrão "L". — Waldemar Pedrosa.

A subemenda supra é aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, em reunião de 23-6-54. — Dario Cardoso, Presidente.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 22

Inclua-se, na Emenda n.º 22, um artigo com a seguinte redação:

"Art. 4.º Ficam criados mais nove (9) cargos de Assessor Técnico, com a seguinte distribuição: três (3) para a Comissão de Constituição e Justiça; um (1) para a de Economia; um (1) para a de Serviço Público Civil; um (1) para a de Legislação Social; um (1) para a de Educação e Cultura; um (1) para a de Relações Exteriores; e um (1) para a de Redação.

§ 1.º Os Assessores Técnicos terão padrão de vencimentos igual aos dos Assessores Técnicos da Comissão de Finanças.

§ 2.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará mediante indicação das respectivas Comissões, dentre os funcionários da Secretaria do Senado, atendida, quanto às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, a exigência do diploma de bacharel em Direito.

§ 3.º No exercício de suas funções, os Assessores Técnicos ficarão subordinados aos Presidentes das respectivas Comissões, os quais lhe fixarão a forma e o horário de trabalho".

Sala Ruy Barbosa, em 23 de junho de 1954. — *Gomes de Oliveira*.
Em reunião de 23 de junho de 1954, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a subemenda supra. — *Dario Cardoso*, Presidente.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 23

Substitua-se, na Emenda n.º 23, o art. 4.º pelo seguinte:

“Art. 4.º Ficam criados mais nove (9) cargos de Assessores Técnicos, assim distribuídos: três (3) para a Comissão de Constituição e Justiça; um (1) para a de Economia; um (1) para a de Serviço Público Civil; um (1) para a de Legislação Social; um (1) para a de Educação e Cultura; um (1) para a de Relações Exteriores; e um (1) para a de Redação.
§ 1.º Os Assessores Técnicos terão padrão de vencimentos igual ao padrão dos assessores técnicos da Comissão de Finanças.
§ 2.º A nomeação para os cargos de que trata este artigo se fará mediante indicação das respectivas Comissões, dentre os funcionários da Secretaria do Senado, atendida, quanto às Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social, a exigência do diploma de bacharel em Direito.
§ 3.º No exercício de suas funções, os Assessores Técnicos ficarão diretamente subordinados aos Presidentes das respectivas Comissões, os quais lhes fixarão a forma e o horário de trabalho.”

Sala Ruy Barbosa, em 23 de junho de 1954. — *Gomes de Oliveira*.
Em reunião de 23 de junho de 1954, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a subemenda supra. — *Dario Cardoso*, Presidente.

N.º 520, de 1954

Da Comissão de Finanças as emendas ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Relator: Sr. Joaquim Pires.

A Comissão de Finanças, antes de examinar as emendas de Plenário oferecidas ao Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, resolve aprovar as seguintes subemendas à emenda n.º 1, de sua autoria (Substitutivo):

1.ª Subemenda à Emenda n.º 1 (Substitutivo da Comissão de Finanças)

Substitua-se os arts. 1.º e 2.º pelos seguintes:

“Art. 1.º É criada no quadro de funcionários da Secretaria do Senado, a carreira de “Assistente de Diretor”, intermediária entre a de “Diretor” e a de “Oficial Legislativo”, constante de:

Classe N.º de cargos
PL-7 — Assistente de Diretor 8
PL-8 — Assistente de Diretor 9

Parágrafo único. Ao símbolo PL-7 correspondem os vencimentos do símbolo CC-7 constante da Lei n.º 2.138, de 3 de março de 1954, e ao símbolo PL-8 os de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros).

Art. 2.º A carreira de Oficial Legislativo fica assim constituída:

Classe — Número de Cargos
O 16
N 21
M 24
L 30

Art. 3.º É privativo dos “Oficiais Legislativos”, obedecida a sua classificação nos termos do art. 2.º, o acesso ao cargo de “Assistente de Diretor”.

Parágrafo único. As promoções decorrentes desta Resolução serão feitas sucessivamente, obedecida e mantida a antiguidade na classe anterior, independente de interstício.

2.ª Subemenda à Emenda n.º 1

(Substitutivo da Comissão de Finanças)

Substitua-se os arts. 3.º, 4.º e 5.º da Emenda n.º 1 pelos seguintes:

Art. 4.º A carreira de Taquígrafo fica assim constituída:

Classe — Número de Cargos
PL-4 — Taquígrafo Revisor ... 2
PL-3 — Taquígrafo Supervisor ... 2
O — Taquígrafo 6
N — Taquígrafo 6
M — Taquígrafo 6 (4 excedentes).

§ 1.º Os atuais Taquígrafos “L” passaram a integrar, como excedentes, a classe “M”.

Art. 5.º Os Oficiais Legislativos lotados na Diretoria de Taquígrafia, à data da publicação desta Resolução, que o requererem no prazo de um mês, serão aproveitados como Auxiliares de Taquígrafos, classe “L”, sendo restabelecidos os cargos para esse fim necessários.

3.ª Subemenda à Emenda n.º 1

(Substitutivo da Comissão de Finanças)

Art. 6.º, parágrafo único, Onde se diz: “ou classe imediatamente inferior ao de Diretor de Serviço”, Diga-se: “PL-4”.

A Comissão, a seguir, passa a apreciar as 23 emendas de plenário e 6 subemendas da Comissão de Constituição e Justiça:

Emenda n.º 2

Parecer contrário.

Emenda n.º 3

Parecer contrário.

Emenda n.º 4

Parecer contrário.

Emenda n.º 5

Parecer contrário.

Emenda n.º 6

Parecer favorável, com a seguinte subemenda:

Onde se diz: “PL-4”

Diga-se: “PL-7”.

Emenda n.º 7

Parecer contrário.

Emenda n.º 8

Parecer contrário.

Emenda n.º 9

Parecer contrário.

Emenda n.º 10

Parecer contrário.

Emenda n.º 11

Parecer contrário.

Emenda n.º 12

Parecer contrário.

Emenda n.º 13

Parecer favorável, para constituir projeto em separado.

Emenda n.º 14

Parecer favorável.

Emenda n.º 15

Parecer contrário.

Emenda n.º 16

Parecer favorável, com a seguinte subemenda:

Substitua-se o parágrafo pelo seguinte:

Parágrafo único. O padrão de vencimentos do referido cargo será o de “PL-4”.

Emenda n.º 17

Parecer contrário.

Emenda n.º 18

Parecer contrário.

Emenda n.º 19

Parecer contrário à emenda e favorável à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda n.º 20

Parecer contrário à emenda e à subemenda.

Emenda n.º 21

Parecer favorável.

Emenda n.º 22

Parecer contrário, em virtude da apresentação da subemenda desta Comissão à emenda n.º 1, bem assim à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda n.º 23

Parecer contrário à emenda e à subemenda da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBEMENDAS DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Emenda n.º 1

Parecer favorável às subemendas números 1 e 2.

Sala Joaquim Murinho, em 23 de junho de 1954. — *Ivo d'Aquino*, Presidente. — *Joaquim Pires*, Relator. — *Carvalho Guimarães*. — *Durval Costa*. — *Esperidão de Farias*, vencido. — *Costa Paranhos*. — *Antônio Bayma*. — *Ferreira de Souza*, vencido.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alfredo Neves para emitir parecer sobre as emendas, em nome da Comissão Diretora.

O SR. ALFREDO NEVES:

Sr. Presidente, vou dar o parecer da Comissão Diretora às emendas apresentadas ao presente Projeto de Resolução.

Em 1.º de maio de 1952, de 1952, que reestrutura a carreira do Oficial Legislativo, foram apresentadas 23 emendas.

EMENDA N.º 1

Esta emenda é de autoria da Comissão de Finanças. Cria 17 cargos de oficiais legislativos assistentes de diretor, sendo 8 no padrão PL-3 e 9 no padrão PL-4. Acrescenta, assim, à atual carreira de oficiais legislativos, que termina na letra O, mais essa categoria de cargo — oficial legislativo assistente, PL.

Ora, o símbolo PL é um assemblado do símbolo CC usado no serviço público federal para a designação de cargos de chefia, até então classificados em CC-1, correspondente ao cargo gratificado com 15.000,00 cruzeiros; CC-2, 13.000,00; CC-3, 11.000,00 e CC-4, 10.000,00.

Na administração pública federal os cargos de chefia são todos em comissão e os seus titulares recebem de acordo com a importância e a responsabilidade atribuída à função que desempenham.

O Senado, como a Câmara dos Deputados, adotaram para os cargos de chefia do pessoal de suas respectivas secretarias os mesmos símbolos, representados não pelas letras CC — cargos de chefia — mas PL — pessoal legislativo, salvo quanto ao diretor geral, que já percebendo à época 17.000,00 cruzeiros não se lhe poderia aplicar o símbolo PL-1 e por isso passo a PL, sem discriminação numérica. E então tivemos: Diretor PL-17.000,00; vice-diretor geral, PL-15.000,00; diretor de serviço, PL-13.000,00; PL-3, 11.000,00 e PL-4 10.000,00 (taquígrafo revisor).

Quando da reestruturação do quadro de funcionários dos serviços auxiliares do Senado, os taquígrafos revisores, sob alegações que desconheço, mas julgadas procedentes pelo então vice-presidente do Senado, o saudoso Senador Mello Vianna, conseguiram que se lhes aplicasse o símbolo PL-4 que era de valor imediato ao cargo de oficial legislativo, classe O. Ficaram, então, o taquígrafo revisor, padrão PL-4 — 10.000,00 cruzeiros e o oficial legislativo, classe O 8.400,00 cruzeiros.

Essa a situação que ainda perdura no momento, salvo quanto ao taquígrafo revisor.

A emenda Joaquim Pires, adotada pela maioria da Comissão de Finanças, cria o cargo de oficial legislativo assistente de diretor, em número de 17, sendo 8 no padrão PL-3 e 9 no padrão PL-4.

Ora, a Secretaria do Senado tem presentemente apenas oito diretorias

— a do expediente, a da contabilidade, a de ata, a da taquígrafia, a de anais e documentos parlamentares, a de orçamento, a da biblioteca e a do arquivo. Parece-nos que a criação de 17 cargos de assistente de diretor não se justifica; quando muito se poderia criar dez, um para cada uma das sete diretorias, dois para a taquígrafia e um para a Secretaria geral da presidência. Repito, a criação de 17 cargos de assistente de diretor positivamente não se justifica.

Acresce a circunstância que se retiraram do atual quadro de oficiais legislativos, nada menos de 17 funcionários, que entre suas atribuições está a de atender ao serviço de datilografia, sem que lhes dê substitutos. E mais. Criados os 17 cargos de assistente de diretor, veremos que a totalidade dos atuais oficiais legislativos, classe N (9) e classe O (8), passarão automaticamente para os padrões PL-4 e PL-3, enquanto a totalidade dos atuais classe M, e a grande maioria da classe L, passará à classe O, desfalmando sensivelmente as classes K e J, cujos funcionários são os mais preferencialmente incumbidos do desempenho dos serviços de mecanografia.

O Senado aprovou recentemente uma emenda promovendo à classe L os atuais taquígrafos auxiliares, classe J, que ficaram incorporados à carreira de Taquígrafo, cujo início era na classe M, suprimidos os cargos de taquígrafos auxiliares a proporção que se vagarem.

Pois bem, a emenda da Comissão de Finanças, pelo artigo 5.º, restabelece os cargos de taquígrafos auxiliares, sem fixação de número de funcionários, para que sejam transferidos para o mesmo todos os atuais oficiais legislativos que estejam lotados no serviço de taquígrafia “há mais de três anos”.

O serviço de taquígrafia é um serviço técnico, de especialização difícil, exigindo além disso conhecimentos individuais especialíssimos. Não é qualquer pessoa que pode tornar-se bom taquígrafo, principalmente para exercer a profissão numa Casa do Congresso. É claro que o conhecimento de sinais taquígráficos é coisa acessível a qualquer indivíduo; mas alinhá-los em ordem, com desembaraço, presteza e perfeição não é habilidade generalizada e sem esses praticados a tradução de qualquer trecho apanhado torna-se tarefa irrealizável, pelo menos imperfeito, com falhas lamentáveis.

Agora, temos por uma simples disposição legislativa promovidos a taquígrafo auxiliar, sem qualquer outra formalidade legal, Oficiais Legislativos que apresentam a seu favor o fato de haver exercido a função de Datilógrafo, por mais de três anos. Um serviço taquígrafico!

Essas as consequências, se for aprovada a emenda n.º 1.

Mas, vejamos também a sua repercussão financeira. O quadro atual de Oficial Legislativo da Secretaria do Senado compõe de 109 servidores, classificados da letra J a O. Custa, aproximadamente 6.146.400 cruzeiros anuais, mais gratificações adicionais por ano de serviço, que variam de 10 a 50%. A emenda, se aprovada, elevará essa despesa a 10.121.640 cruzeiros, com o aumento, portanto, de 3.975.240,00 cruzeiros anuais. Não se inclui neste cálculo o aumento correspondente à percentagem de gratificação adicional que a sua grande maioria já recebe.

Em 1953 demandou o Senado com o pagamento de tal gratificação especial a importância de

Cr\$ 3.068.380,00

A Comissão Diretora, por sua emenda, substitui a de 23, propondo atender aos pedidos dos atuais Oficiais Legislativos, mas esse atendi-

mento, embora na maioria dos casos até mesmo com certa liberalidade, não ultrapassasse o razoável, o possível na conjuntura econômico-financeira que atravessamos: não atenta aos bons princípios da equidade, nem se excede em aversões pessoais em detrimento do Tesouro Nacional. Na sua emenda substitutiva não favoreceu os servidores que presentemente estão classificados na classe O, por duas circunstâncias. A primeira por se tratar de funcionários que já percebem vencimentos bem acima do nível normal dos servidores da grande maioria dos serviços públicos, acrescidos de gratificação adicional. Depois, a recente lei, chamada dos símbolos, favoreceu sensivelmente aos diretores do serviço, o que os está convidando a gozar uma aposentadoria, necessariamente concedida monetariamente. Daí já duas ou três aposentaduras em curso, de modo que uma justa compensação não tardaria, com as conseqüentes promoções. Outra, a inclinação e a inércia da maioria do Projeto de Resolução, ora em pauta, não permitiu fazer uma justa avaliação do problema que lhe foi encaminhado, num curto prazo de 21 horas, por isso que normalmente o projeto receberia emenda na próxima sessão de sexta-feira, 18 do corrente, quando devia ter sido votado o requerimento de urgência. É conceito comum, de que não cabe a quem administra contribuir de qualquer forma para a desorganização da estrutura dos serviços direta ou indiretamente colocados sob sua responsabilidade. A classe O é a cabeça da carreira de Oficial Legislativo. Os padrões PL destinam-se a retribuir os cargos de chefia, em comissão embora para os secretários da Câmara e do Senado os tenha aplicado também para cargos efetivos de chefia. O relator, por isso, acabou terminando a fase de apresentação de emendas, porque, talvez, em algumas delas se encontrasse uma solução satisfatória para o caso. Mas, longe disso, propuseram-se a criação dos cargos de Oficial Legislativo assistente de diretor, como continução da carreira de Oficial Legislativo, com um pulo nos vencimentos que aberra em tudo quanto se conhece de viável em matéria de estruturação de carreira no serviço público federal.

Vejam os:

Oficiais Legislativos	
J	3.620,00
K	4.310,00
L	5.100,00
M	6.080,00
N	7.230,00
O	8.400,00
Símbolos	
PL-7	12.000,00
PL-6	13.000,00
PL-5	14.000,00
PL-4	15.000,00
PL-3	16.000,00
PL-2	17.000,00
PL-1	20.000,00

Comparando-se essas duas tabelas temos que o possível, o razoável, o aconselhável seria fazer-se seguir à classe O (8.400,00) o padrão PL-7 (12.000,00) e jamais o PL-4 (15.000,00). No primeiro caso o aumento será de 3.600,00 cruzeiros e na segunda de 6.600,00. Temos mais. Na emenda, o Oficial Legislativo, classe O (8.400,00), passará a Oficial Legislativo assistente de diretor, também para o padrão PL-3 (16.000,00). De modo que, como já verificamos para a primeira hipótese, o aumento será de 8.000,00 cruzeiros, enquanto na segunda, a diferença será de ... 7.600,00 cruzeiros.

Agora, admitindo-se razoável que se procure alguma coisa maior que a classe O para beneficiar os funcionários dessa categoria e que se encontre o símbolo PL, destinado embora para remunerar cargos de chefia, o cargo imediato não pode

ser PL-4, mas terá que ser, pelo menos, decentemente, PL-7 (12.000,00) que é o símbolo inicial dessa categoria, assim criado em lei e adotado em resolução do Senado para ser aplicado também ao seu funcionalismo. Os funcionários que redigiram tais emendas e pleitearam o apelo dos Srs. Senadores não estão a altura de tais iniciativas, por isso que não os informaram devidamente, porque se o tivessem feito decerto SS. Exceções não teriam apresentado, tal como se acha redigida, a emenda número 1, de que é relator, na Comissão de Finanças, o nobre Senador Joaquim Pires.

Verifica-se, deste enunciado que enquanto os demais Oficiais Legislativos que em terra vão usufruir o benefício decorrente da promoção a duas letras, como por exemplo, a classe K à classe M, que será de 1.770 cruzeiros, o funcionário classe O será favorecido, no caso do padrão PL-4, com 6.600,00 cruzeiros e se o padrão for PL-3, com 7.600,00 cruzeiros. Isso seria falar nos funcionários da classe N, que em sua grande maioria passam de 7.230,00 para 15.000,00 cruzeiros, com o modesto aumento de 7.770,00 cruzeiros mensais. A menos o dobro da remuneração que presentlymente percebem! É para chamar a atenção que a gratificação adicional, com que todos dessa classe se beneficiam, será contada sobre o total dos novos vencimentos.

De modo que examinada friamente a emenda que a Comissão de Finanças, por sua maioria adotou, nela não se encontra um só argumento que a justifique, nem mesmo esse sentimental, tão nosso, do princípio elástico da equidade.

A Comissão Diretora, porém, que não possui qualquer *parti-pris*, no caso, voltou a reexaminar o assunto, em relação à situação dos funcionários classe O. Para isso, o seu 1.º Secretário procurou entender-se com os técnicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, no momento empenhados no cumprimento de uma das tarefas do recente Estatuto do Funcionalismo Público Civil que determinam a nova classificação de categorias no quadro de servidores públicos. Desde entendimento, solicitado e magnífico, chegou-se à possibilidade do desdobramento da classe O, em dois padrões de vencimentos, aplicando-se para o funcionalismo do Senado também a outra modalidade de O, tolerado para o funcionalismo do Ministério da Fazenda, e resultante de sentença judiciária. Essa solução que propõe a Comissão Diretora na subemenda que apresenta, desdobra a classe O em O-1, vencimento de 9.600,00 cruzeiros, e classe O-2, com o vencimento atual de 8.400,00. Há, assim, para os atuais ocupantes da letra O, o aumento de 1.500,00 cruzeiros, aumento que responderá mais ou menos, ao daqueles funcionários que ganharem duas letras, na presente reestruturação. Nada mais justo, nada mais equitativo.

Agora, dentro do espírito de justiça, de equidade e do desejo permanente de dispensar ao funcionalismo da Casa o mesmo tratamento, colocando-os a todos no mesmo pé de igualdade, qualquer que seja sua categoria funcional, inclui na subemenda os atuais redatores, os analistas e documentos parlamentares, os redatores-revisores e os assessores técnicos, que estão classificados na classe O, entre os beneficiados na nova classe O-1.

De modo que o art. 2.º do substitutivo passará a ter nova redação, na forma do exposto.

Em relação ao art. 3.º da emenda n.º 1, que dá nova classificação à carreira de taquígrafo, a Comissão Diretora propõe modificações na subemenda que apresenta.

Não encontro razões que justifiquem a criação de supervisor, quando já existem seis taquígrafos revis-

sores. Quem acompanhar a entrada de taquígrafos no Recinto, verificará que a cada três quartos (5 minutos) de apanhamento entram, em regra, nunca menos de três taquígrafos apanhadores e um taquígrafo revisor. E como o serviço se realiza por seis turnos de taquígrafos apanhadores, temos que em cada meia hora trabalham alternadamente dois taquígrafos revisores. Vale dizer — o taquígrafo apanhador, cinco minutos e o revisor, quinze. O tempo normal para a tradução de um quarto de apanhamento (5 minutos) é de 20 minutos, pouco mais, pouco menos. Fora disso, o taquígrafo pode trabalhar em qualquer lugar em que se justifique seus serviços profissionais, menos em sessões legislativas. Daí a necessidade imperiosa de que o seu ingresso no quadro taquígrafico do Congresso seja feito exclusivamente por concurso e que até mesmo a sua promoção se faça por uma prova ínterna, por onde se possa constatar que o profissional ainda está em boa forma. Esta consideração aconselha, portanto, que se altere, pelo menos, o critério atual, para permitir que a promoção por antiguidade se faça duas por merecimento, critério este que deverá tornar-se exclusivo para a promoção da classe O, à de taquígrafo revisor.

É evidente que se precisa adotar qualquer providência que alivie os atuais encargos do Diretor do Serviço, sobrecarregado com a revisão final das notas taquígraficas, depois de haver permanecido por duas ou três horas acompanhando o desenrolar dos debates no Recinto, quando a ordem de serviço e a disciplina da sala de trabalho ficam entregues a si mesmo, sob um controle precário. A nosso ver, a criação de mais seis supervisores não resolve, nem o Senado possui qualquer outra dependência que o Recinto das sessões, que possa alojar nada menos de 37 taquígrafos e, pelos menos, mais 10 datilógrafos. O serviço normal de apanhamento de debates pode ser realizado com, apenas, 12 taquígrafos apanhadores e seis revisores. Mais seis taquígrafos apanhadores se justificam não só para as substituições, como para atender os serviços das comissões, o que aliás se verifica raramente. Presentemente, o quadro possui 30 taquígrafos. Todavia, parece-nos que se poderia aumentar o número de taquígrafos revisores para mais dois, oito em vez de seis. Aos dois a mais, ficariam a incumbência da revisão final das notas taquígraficas para o que se dividiria a sessão do plenário em dois tempos, cada qual deles assistido pelo taquígrafo-revisor-redator, designado pelo Diretor do Serviço, que assim ficaria desincumbido da permanência efetiva no Recinto. Dentro desse pensamento, a Comissão Diretora propõe a modificação necessária na subemenda que apresenta.

EMENDA N.º 2

Esta emenda cria um cargo de auxiliar do Conservador do Arquivo, classe J.

O cargo de zelador do Arquivo, elevado pela Resolução n.º 2 ao padrão O, é um dos cargos que o Substituto da Comissão Diretora propõe seja suprimido, quando vagar-se, por ter a experiência demonstrado não ser o mesmo necessário, uma vez que o serviço de conservação de documentos tem provado ser mais eficiente no combate às pragas e na preservação dos males que destroem os papéis tão necessários à documentação histórica da vida parlamentar e confiados à guarda do Arquivo.

A Comissão Diretora opina pela sua rejeição.

EMENDA N.º 3

Esta emenda cria 15 cargos de assessor técnico, das Comissões, 1 assessor jurídico do pessoal, padrão PL-3 (16.000,00) e 3 assistentes da

ata, PL-4 (15.000,00). Ao todo 19 cargos.

As comissões permanentes do Senado são em número de onze (11): de Economia, de Educação e Cultura, de Finanças, de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Relações Exteriores, de Saúde Pública, de Serviço Público Civil, de Transporte, Comunicações e Obras Públicas, de Segurança Nacional e de Redação. Tem ainda a Comissão Diretora, com função específica de duas naturezas. Quando presidida pelo Vice-Presidente do Senado a sua órbita de ação é puramente de direção dos serviços auxiliares da Casa. Quando presidida pelo Vice-Presidente da República, que é o Presidente nato do Senado, seus membros integram a Mesa, dirigente dos trabalhos do Plenário. Embora de função permanente, a Comissão Diretora, por suas funções mais administrativas que técnicas, não figura regimentalmente entre as chamadas "comissões permanentes".

Verifica-se, portanto, que na emenda se propõe a criação de cargos muito acima dos necessários. Já existem no quadro da Secretaria três assessores técnicos da Comissão dos próprios serviços, propõe a criação de mais cinco: — três para a Comissão de Constituição e Justiça, 1 para a Comissão de Economia e 1 para a de Serviço Público Civil, este e aqueles por sucessões de presidência das próprias comissões. Para a criação de assessores técnicos não basta escolher este ou aquele funcionário pelo simples fato de exercer o mesmo a função de secretário de comissão. Para ser assessor técnico de uma comissão eminentemente técnica é preciso que a escolha recaia em alguém que se tenha especializado no assunto em que terá de perquirir na qualidade de assessor técnico, sem o que se tornará inoperante e revelará a cada passo a sua inculcância para a função, o que será para lastimá-lo, além de deixar mal a Comissão Diretora que o propôs ao voto do Senado. O técnico de qualquer assunto especializado não se improvisa, nem malgastar-se faz técnico de oliva. Sou dos que pensam que as comissões permanentes precisam do auxílio de técnicos, mas técnicos na boa acepção desse vocábulo, com cultura aprimorada do assunto em que se diz técnico, porque só assim poderá corresponder satisfatoriamente a seus elevados e necessários encargos. Para isso, é melhor que as comissões continuem a trabalhar apenas com a dedicação e a operosidade de seus membros, suprindo eles próprios com seus conhecimentos, a sua cultura múltipla e a sua inteligência às necessidades e a precariedade de elementos para o melhor desempenho da árdua missão que seus pares lhes conferem. Para que uma comissão possa ter técnicos eficientes é preciso que possua espaço próprio para acolhê-los e onde se possa instalá-los convenientemente, com uma biblioteca especializada, de fácil consulta. De outro modo, será mais um funcionário inoperante.

Fala-se e é preciso e inadiável que o Senado se instale num edifício condigno, a altura das elevadas funções dos nobres senadores. Nos encontramos, agora, mais próximo dessa realidade. Que se aguarde um pouco mais. Os Srs. Senadores, cujo mandato transpõem a este fim de legislatura, que tomem essa tarefa e a levem a bom termo. Mas tenham presente o conselho respeitoso de um encanecido servidor de nossa Pátria, criem assessores técnicos para todas as comissões, mas os vá recrutar onde estiverem, sem simpatias pessoais, porque só assim poderão servir, inclusive aos altos interesses coletivos. Quanto à criação de três cargos de assistentes de ata, no substitutivo da Comissão Diretora há dispositivo que procura resolver o assunto de modo satisfatório.

A Comissão Diretora, pela razões expostas, manifesta-se contrariamente à emenda. Entretanto, se o plenário aprovar a mesma, sugere-lhe a seguinte sub-emenda:

Onde se diz:
Assessor técnico e assessor jurídico — PL-3, diga-se PL-7 (12.000,00) e assistentes à ata, em vez de PL-4, diga-se: — PL-8 (10.000,00).

EMENDA N.º 4

Pelas razões expostas sobre a emenda n.º 3, a Comissão Diretora manifesta-se contrariamente à emenda.

Caso aprovada, sugere a Comissão a seguinte sub-emenda:

Onde se diz:
Símbolo PL-4, diga-se: — PL-8.

EMENDA N.º 5

A Comissão de Finanças, por seu Ilustre Presidente, convidou o 7.º Secretário para assistir à reunião em que se ia examinar as emendas de plenário. Atendendo ao convite, expôs o ponto de vista da Comissão Diretora em relação à emenda n.º 1, para a qual apresentou:

Estas sugestões, Senhores Senadores, que a Comissão Diretora apresenta visam a evitar, no futuro, uma vez aprovada a emenda que eleva demasiadamente os padrões de alguns funcionários, situação de disparidade entre os vencimentos de uns e outros servidores.

Achoi por bem a Comissão, deste modo, apresentar subemenda, colocando os funcionários, porventura favorecidos, no mesmo padrão de vencimentos dos demais cargos correspondentes da Secretaria do Senado. Pelas razões expostas, manifesta-se a Comissão contrariamente à Emenda n.º 4, que cria um cargo isolado, de provimento efetivo, símbolo PL-4, de Assessor Técnico da Comissão de Educação e Cultura.

Como precaução, entretanto, no caso de aprovada a emenda, apresenta subemenda modificando o símbolo PL-4 (Cr\$ 15.000,00) para PL-8 (Cr\$ 12.000,00).

Emenda n.º 5

A Comissão de Finanças, por seu Ilustre Presidente, convidou o 1.º Secretário para assistir à reunião em que se ia examinar as emendas de plenário. Atendendo ao convite, expôs o ponto de vista da Comissão Diretora em relação à emenda n.º 1, para a qual apresentou emenda substitutiva. Por sua vez, ouviu a manifestação conciliatória do Ilustre Senador Ivo de Aquino, que propunha se substituissem, na emenda n.º 5, os padrões PL-3 e PL-4, respectivamente, pelos PL-7 e PL-8, que passariam a ser os padrões imediatos à classe O.

Então teríamos: a última classe da atual carreira de Oficial Legislativo "O" passaria a ser Oficial Legislativo assistente de diretor, (oitto cargos) PL-7 (12.000,00) e não mais PL-3 (16.000,00); nove cargos de Oficial Legislativo assistente de diretor PL-8 (10.000,00) e não mais PL-4 (15.000,00); 14 cargos de oficial legislativo, O (8.400,00) e assim sucessivamente até a classe L, que será o início da carreira com uma nova distribuição de cargos consequentemente em cada classe, visando corrigir a pirâmide atual dessas classes de servidores, que tem mais de 50% de seus servidores estacionários na classe J.

Em tese, concordei com a proposta. Levei-a, em reunião posterior, ao conhecimento dos nobres membros da Comissão Diretora, por ela pugnado. Esta, porém, por sua maioria, deliberou manter a tabela constante da subemenda ao seu substitutivo, por conservar a mesma estrutura da atual carreira de oficial legislativo, com a culminância do sistema na letra O, desdobrada na classe O-1 e O-2, além de distribuição mais equânime de cargos e de proventos relativamente à diferença dos aumentos que terão os funcionários beneficiados.

Senhores Senadores, o 1.º Secretário, examinando com o Ilustre Presidente da Comissão de Finanças o assunto constante desta emenda, depois de pesar bem a matéria e verificar a justiça das propostas feitas pelos senhores senadores, chegou a uma conclusão conciliatória, de modo a não se sobrecarregar demasiado o Erário nem, de qualquer maneira, deixar de compensar principalmente aqueles funcionários colocados na Letra "O".

Foi desse encontro cordial, necessário em assuntos controvertidos como esse, que se chegou a uma conclusão que parece ao 1.º Secretário satisfatória, equânime e que realmente pode beneficiar o funcionário, favorecendo o Tesouro Nacional, acarretando-lhe despesa muito menor do que as propostas nas referidas emendas.

Emenda n.º 6

"Acrescente-se onde convier:

Os cargos de Redator de Anais e Documentos Parlamentares e os de Redator Revisor são classificados no Padrão PL-4".

A Comissão Diretora aceita a emenda com a seguinte subemenda:

"Onde se diz: PL-4, diga-se: PL-8".

Os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, os Redatores Revisores estão colocados, atualmente, no mesmo nível, na cúpula da carreira de Oficial Legislativo, qual seja, a Letra "O".

Se outra emenda, cuja aprovação é provável, estabelece a cúpula do cargo de Oficial Legislativo no Padrão PL4, entendeu a Comissão Diretora que devia colocar os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e os Redatores-Revisores em pé de igualdade.

Emenda n.º 7

"Onde se diz: PL-4", diga-se: PL-3". Esta emenda tem a mesma finalidade da de n.º 6.

A Comissão é contrária à emenda que já está atendida na Emenda número 6.

Emenda n.º 8. A Comissão é contrária, por estar a mesma atendida na emenda n.º 6. Diz a Emenda número 8:

"Os Redatores de Anais e Documentos Parlamentares e Redatores-Revisores, passarão a ter o mesmo Padrão ou símbolo de vencimentos que venham a ter os Assessores Técnicos do Orçamento".

Emenda n.º 9

A emenda cria o cargo isolado de Mimeografista, padrão "L".

Não é aconselhável manter-se um funcionário exclusivo em tais funções. Esse serviço acha-se subordinado à Diretoria da Biblioteca, que precisa torná-lo acessível a mais de um funcionário, escolhendo entre eles, preferencialmente, aqueles que escrevem à máquina com maior perfeição, para evitar desperdício em estêncils.

A Comissão, por isso, é contrária à emenda.

EMENDA N.º 10

A Comissão Diretora é contrária à emenda. O Taquígrafo Revisor já é PL-4, ao passo que o padrão superior à classe "O" passará a ser PL-7 na nova estruturação do quadro de Oficial Legislativo.

Accepta a emenda, teriam os atuais Taquígrafos-Revisores — PL-4, seus vencimentos diminuídos de Cr\$ 15.000,00 para Cr\$ 12.000,00.

Pessoalmente, seria favorável à emenda, pois com ela lucraria o erário; mas, não é possível reduzir-se os vencimentos de quem quer que seja. Este o motivo do parecer contrário da Comissão.

EMENDA N.º 11

A Comissão Diretora é contrária à emenda. O número atual de Assessores Técnicos da Comissão de Finanças corresponde satisfatoriamente às exigências dos serviços da mesma. A transformação da denominação de Assessor Técnico de Orçamento para

Assessor Técnico de Finanças não traz nenhuma vantagem às atividades atuais da Comissão.

A emenda eleva de 3 Assessores técnicos do Orçamento para 5 Assessores técnicos de Finanças:

EMENDA N.º 12

A Comissão Diretora é favorável à emenda. Prefere, entretanto, a redação dada à Emenda n.º 18, que atende não só a situação dos funcionários beneficiados pela Resolução n.º 2, como ainda aqueles favorecidos pela presente Resolução n.º 6.

A Emenda n.º 12 está assim redigida:

"Ficam dispensados de interstício as promoções resultantes da Resolução n.º 12 de 1954".

A Emenda n.º 18 é mais ampla, porque dispensa de interstício para as promoções também os funcionários porventura favorecidos na resolução ora em debate.

A emenda que modificou o quadro da Portaria e elevou os respectivos vencimentos ao nível mais alto, esqueceu essa formalidade necessária, qual seria dispensar-se o interstício regulamentar para as respectivas promoções; de modo que a Comissão Diretora se viu na contingência de não cumprir em parte o voto do Senado, porque o Regulamento exige taxativamente que, para a promoção de um cargo a outro, é necessário o interstício de dois anos.

A Emenda n.º 12, como a de número 18, de autoria do nobre Senador Nestor Massena é mais ampla, porque atinge a duas reestruturações. Por isso a Comissão prefere a Emenda n.º 18. No momento da votação, teria o cuidado de, em requerimento de preferência, providenciar no sentido de que o Plenário desde logo vote a primeira, prejudicando a última.

EMENDA N.º 13

A Comissão Diretora é contrária à emenda. A criação de 12 cargos de Agente de Segurança não é aconselhável. O serviço de policiamento é atualmente executado por guardas-civis, com as maiores vantagens. A possível substituição dos mesmos por policiais de outra corporação, por si só, não justifica a criação de mais doze cargos no quadro do funcionalismo do Senado. Deve-se considerar ainda o fator psicológico, da maior importância na preservação da ordem, quando o agente pertence a uma corporação militarizada.

Não há muito, a Câmara dos Deputados criou este quadro, para evitar a colocação de guardas-civis à sua disposição. Os resultados, entretanto, foram desfavoráveis, e não tardou que a Mesa se visse na necessidade de, embora tendo esse quadro de agentes, requisitar guardas-civis para o serviço de policiamento.

Ante esse exemplo, a Comissão Diretora manifesta-se contrária à emenda.

EMENDA N.º 14

A Comissão Diretora é contrária à emenda. A situação da ata já está devidamente atendida na sua emenda substitutiva.

EMENDA N.º 15

A Comissão Diretora é favorável à emenda, com a seguinte sub-emenda, que lhe dá nova redação.

"Art. — Os cargos de Conservador da Biblioteca e Auxiliar de Conservação das classes "M" e "L", fixando-se os correspondentes, respectivamente, da Biblioteca terão os vencimentos também na classe "L" os vencimentos do atual Auxiliar do Almoarifado."

Este acréscimo decorre do fato de não haver nenhuma emenda melhorando a situação do Auxiliar do Almoarifado, cujo chefe foi elevado, pela Resolução n.º 2 da classe "E" para a classe "O".

EMENDA N.º 16

A Comissão Diretora é contrária à emenda, que é repetição de outra no mesmo sentido, com a circunstância de se pleitear aqui a elevação de vencimentos da classe "O" (8.400,00) para PL-3 (16.000,00).

EMENDA N.º 17

A Comissão Diretora é contrária à emenda, além do mais por que a mesma sequer determina a classe em que será classificado o novo funcionário. Na Diretoria de Contabilidade já existem dois ou três funcionários que, embora diplomados em contabilidade, pertencem à carreira de oficial legislativo. Exame mais devido do assunto, talvez, aconselhasse que se criasse não um, mas a carreira de contador no quadro da Secretaria, inclusive o cargo de tesoureiro, cuja função é exercida ainda agora pelo Diretor Geral.

Não compreende a Comissão Diretora que se crie cargo de contador sem submeter seu pretendente à prova necessária para confirmação de capacidade. Não vale simplesmente possuir diploma de Escola embora oficial, registrado no Registro de Títulos e Documentos. O cargo de contador é de tal importância, mormente numa Casa do Congresso, que o responsável por esse serviço tem, forçosamente de cuidar da admissão de funcionário capaz, com prática que possa ser útil e tornar-se indispensável no fim de certo tempo.

EMENDA N.º 18

A Comissão Diretora é favorável à emenda.

É de autoria do nobre Senador Nestor Massena, a que há pouco me referi. Dispensa o interstício para as promoções, no caso da reestruturação no só da Portaria, como da consubstanciada no projeto de resolução que estamos debatendo.

EMENDA N.º 19

A emenda pertence ao número daquelas impugnadas pela Comissão de Constituição e Justiça como infringentes do art. 186 da Constituição Federal. O Senado, entretanto, ainda não firmou jurisprudência a respeito. A Comissão Diretora acha que escapa à sua competência precipua o exame do assunto.

A emenda, está assim redigida: Ficam efetivados os ocupantes interinos de cargos isolados ou de carreira, observada a existência de vagas nos respectivos quadros".

Sr. Presidente, no que concerne à efetivação de cargos interinos, o Senado, até hoje, não firmou doutrina.

A própria Comissão de Constituição e Justiça, que é o órgão técnico, varia constantemente na aplicação da norma.

A o nosso conhecimento tem chegado emendas com parecer contrário, por infringentes da Constituição, enquanto outras, que também mandam efetivar interinos, passam despercebidas. Confiados no juízo da Comissão de Constituição e Justiça, aprovamos tais exemplos, atentado mais profundamente no assunto quando, noutra oportunidade o interessado vem a nossa presença exibindo os autos dos pareceres divergentes.

A Comissão Diretora pensa que a matéria lhe escapa à competência e espera o conselho da Comissão de Constituição e Justiça, para que o Senado se oriente no seu voto.

Emenda n.º 20, assim redigida:

Acrescente-se onde convier: Art. E' equiparado ao cargo de Ajudante de Zelador, padrão N, o cargo de eletricitista chefe.

A Comissão Diretora é contrária à emenda. A Resolução n.º 2, recente

mente votada pelo Senado, já deliberei sobre o assunto, inclusive dando no nomenclatura a esse cargo. Em consequência, no momento, não existe o cargo de Eletrotécnico-Chefe entre o funcionalismo do Senado Federal.

Emenda n. 21, com a seguinte redação:

Acrescente-se:

"O ajudante de Zelador do Patrimônio, terá os vencimentos do padrão N. 10."

O relator manifestou-se favorável à emenda, mas a Comissão Diretora, por maioria, resolveu apresentá-la a seguinte subemenda:

"Onde se diz: padrão N, diga-se padrão M."

O SR. MOZART LAGO — Permite V. Ex.^a um aparte (*Assentimento do orador*) — A emenda refere-se ao Projeto de Resolução n. 6, de 1952, ou aos substitutivos que lhe foram apresentados? Onde fica: na Resolução ou no substitutivo?

O SR. ALFREDO NEVES — Esta emenda tem dois efeitos. Se a emenda do substitutivo e ela tivesse sido apresentada ao projeto, ficaria prejudicada. Ao passo que estando no substitutivo e no projeto (será considerada pela Casa).

O Sr. Mozart Lago — Estou apreendendo mais um sistema!

O SR. ALFREDO NEVES — Essa deliberação decorre do fato de ser essa função, presentemente, classificada na classe J, o que importaria aumento de quatro letras. Ademais, a Resolução n. 2 elevou para a classe O o atual titular do cargo de Zelador do Patrimônio, determinando que o mesmo fosse suprido quando de sua vacância. O cargo correspondente na Câmara dos Deputados pertence à classe M. A emenda está assinada por 24 senhores senadores.

"As atuais correiras de 'Oficial Legislativo' e 'Taquígrafo', passam a viver de acordo com as tabelas que acompanham a presente emenda substitutiva".

É, portanto, rejeição da emenda n. 1, que difere apenas no que diz respeito à manutenção, no quadro da Taquígrafia, dos ex-taquígrafos auxiliares, cargo no qual manda aproveitar os atuais Oficiais Legislativos com mais de três anos de exercício no Serviço da Taquígrafia.

A Comissão Diretora é contrária à emenda.

A emenda n. 23 é substitutiva, de autoria da Comissão Diretora.

Está assim concebida:

"Substitua-se o projeto pelo seguinte:

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º O quadro de sua secretaria passa a vigorar com as seguintes modificações:

"Art. 2.º A carreira de Oficial Legislativo passaria a ter a seguinte classificação:

N.º de cargos — Classe

10 O

20 N

25 M

30 L

35 K

Esta, a primeira parte do Substitutivo.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA — Permite V. Ex.^a uma observação? (*Assentimento do orador*).

O avulso classifica diferentemente:

N.º de cargos — Classe

10 O

15 N

20 M

25 L

30 K

O SR. ALFREDO NEVES — A publicação está errada; provavelmente, depois corrigir no original, quando for publicado.

A emenda ao art. 2.º, relativa aos atuais assistentes, quanto à classificação de funcionários provavelmente se dá modificada pela emenda substitutiva n.º 2, de autoria do nobre Senador Ivo D'Aquino, que encerra uma transigência entre os que pretendiam pagar muito elevado para os atuais cargos legislativos classe O e os que, como eu, advogavam aumentos equidistantes da chamada letra O. Com certeza ainda terá oportunidade de se manifestar sobre a questão; no momento aconselharei a que a emenda sustinida para esse cargo ao nobre Senador Ivo D'Aquino.

O Sr. Ivo D'Aquino — Permite V. Ex.^a um esclarecimento, já que não posso aparecer. A emenda que V. Ex.^a recusa como de minha autoria, é, atualmente, da própria Comissão de Finanças. Essa, a rejeição que digo.

O Sr. Joaquim Pires — Minha emenda desapareceu com a da Comissão de Finanças.

O histórico que V. Ex.^a fez não tem precedência; reteria-se a emenda anexamente.

O SR. ALFREDO NEVES — V. Ex.^a está equivocado.

O Sr. Joaquim Pires — A emenda n.º 1 foi substituída, integramente, pela da Comissão de Finanças.

O Sr. Ivo D'Aquino — O nobre Senador Alfredo Neves esclareceu esse ponto, no parecer.

O SR. ALFREDO NEVES — A emenda n.º 1 foi a emenda à Comissão Diretora, para emitir parecer, que o momento não recebeu nenhuma emenda substitutiva dessa Emenda n.º 1. Por essa razão, acabou-se no ar, e eu optei por não a apresentar.

O Sr. Joaquim Pires — V. Ex.^a tinha perdido conhecimento da emenda substitutiva, por omissão a respeito, como acaba de declarar.

O Sr. Ivo D'Aquino — O Senador Alfredo Neves já esclareceu a situação dessa emenda.

O SR. ALFREDO NEVES — O nobre Senador pelo Piauí está equivocado. A emenda da iniciativa do nobre Senador Ivo D'Aquino, hoje da Comissão de Finanças, e substitutiva do art. 2.º, na parte relativa aos oficiais legislativos.

Essa emenda — como me foi informada — vai ao plenário como substitutivo apresentado pela Comissão de Finanças.

Aíás, nos meus comentários e na minha análise, não há qualquer exagero em relação a Emenda n.º 1. Se eu não o tivesse quanto a essa emenda, teria por certo de fazer quando apreciase a emenda n.º 20, igual aquela, salvo pequenas modificações.

O Sr. Flávio Guimarães — A exposição de V. Ex.^a é brilhante e a emenda, liberal.

O SR. ALFREDO NEVES — Obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, passo a ler o parágrafo 1.º:

"§ 1.º Os cargos iniciais da carreira de Oficial Legislativo, classe K, serão extintos à proporção que se vagarem."

§ 2.º O provimento da classe inicial da carreira de Oficial Legislativo, classe L, se fará mediante concurso interno de títulos e provas, a que concorrerão preferencialmente os dactilógrafos, classe K.

Art. 3.º Fica restabelecida a carreira de dactilógrafo, com a seguinte classificação:

N.º de cargos — Classe

14 K

26 J

§ 1.º Inicialmente só serão preenchidos 12 (doze) dos cargos ora criados, os quais deverão ser lotados nas Diretorias da Ata e da Taquígrafia.

§ 2.º O preenchimento dos demais cargos será feito à medida que se derem vagas na classe K, da carreira

de Oficial Legislativo, obedecida a ordem de classificação em concurso de provas.

§ 3.º Os dactilógrafos só poderão exercer a função que lhes é própria, não selhes contando o tempo para antiguidade quando delas afastados".

Sr. Presidente, a emenda substitutiva, os artigos e parágrafos visam aces- de logo, regulamentar as duas carreiras que, ao final, representam a mesma, para o efeito de seu provimento. A Diretoria da Taquígrafia tem reclamado à Comissão Diretora, por não possuir Oficiais Legislativos em número suficiente para os trabalhos dactilográficos. Assim os Taquígrafos são forçados a traduzir os próprios "quartos" ao mesmo tempo que dactilografam. Este fato acontece porque o número de Oficiais Legislativos — aliás, obrigados, por determinação do Senado, a prestar serviços de dactilografia — é insuficiente. Ora, o serviço de taquígrafia é exaustivo, penoso; não raro prende o funcionário além da hora normal do expediente.

O Sr. Joaquim Pires — Os funcionários da Taquígrafia trabalham até as duas ou três horas da madrugada; no entanto, nunca são promovidos por merecimento. As comissões que julgam do merecimento não levam em consideração os seus serviços. Os taquígrafos trabalham mais do que os funcionários de qualquer outra seção.

O SR. ALFREDO NEVES — Vossa Excelência está sendo injusto com a Comissão de Promoções. Ela examina o boletim de cada funcionário, recebendo ainda informações de parte dos chefes da respectiva seção. Estas são tomadas em conta para constituição das listas de promoção. É sabido que a Taquígrafia trabalha até mais tarde do que as outras seções. Seu serviço é exagerado, horas a fio prolongando-se muitas vezes além do fim normal do expediente.

Considerando, portanto, esta circunstância, a Comissão Diretora propõe o restabelecimento do quadro de Técnicos mecanográficos.

O Sr. Joaquim Pires — Logo, aumenta o pessoal. A Emenda n.º 1, no entanto, não aumenta um funcionário sequer.

O SR. ALFREDO NEVES — Senhor Presidente não deixo discutir o assunto com o nobre representante do Estado do Piauí.

Emitindo parecer, regimentalmente e unânime deveria aceitar apartes. No entanto, estou aceitando.

O Sr. Joaquim Pires — V. Ex.^a me desculpe.

O SR. ALFREDO NEVES — A emenda de S. Ex.^a não aumenta o pessoal não resolve o problema das necessidades da Casa. Procura favorecer apenas os funcionários atualmente existentes e em número insuficiente para dar conta dos serviços inerentes às suas funções. Tal estado de coisas faz com que a Diretoria de Taquígrafia atraze o serviço e fique impossibilitada de fornecer aos jornalistas as cópias necessárias para divulgação dos nossos trabalhos na imprensa.

A Comissão Diretora, realmente, aumentará cargos, mas aproveita as vagas de Oficial Legislativo classe J para transformá-los em cargos de dactilógrafos, do que resulta apenas o aumento de dez dactilógrafos. Há assim, margem mais do que suficiente para cobrir as despesas com esses novos funcionários.

O Sr. Joaquim Pires — Há cinquenta e oito na classe J.

O SR. ALFREDO NEVES — A proporção que houver vaga na classe superior de Oficial Legislativo dar-se-á a promoção de um dactilógrafo. Qual a formalidade a ser exigida? Apenas o exame indispensável, a fim

de ver se realmente o funcionário, no contacto diário do serviço, o conhece de modo a vir a ser um bom Oficial Legislativo.

Todas essas precauções teve a Comissão Diretora. Ela examinou com cuidado o trabalho organizado pela Comissão Especial incumbida de estudar a reestruturação dos Serviços do Senado, e de propor as modificações necessárias.

No substitutivo apresentado a Comissão Diretora procurou concretizar, tanto quanto possível, as alterações que ia propor dentro em breve, através Projeto de Resolução. Aliás, estudo já se encontra publicado, dependendo apenas de exame mais detalhado por parte da referida Comissão.

O Sr. Gomes de Oliveira — Vossa Excelência considera o projeto em condições de ser examinado pela Casa e, se possível, aprovado?

O SR. ALFREDO NEVES — O projeto está pronto no que se refere a pessoal. Na qualidade de 1.º Secretário, estava examinando a parte relativa a regulamentação dos serviços que figura, aliás, de maneira mais ampla no anteprojeto da Comissão Especial.

Se fosse possível no momento, rejeitaríamos totalmente o Projeto de Resolução n.º 6 a Comissão Diretora poderia apresentar em curto prazo o novo Projeto.

O Sr. Joaquim Pires — Mais de seis meses que se espera por esse projeto.

O Sr. Vivaldo Lima — A solução apresentada por V. Ex.^a seria a mais razoável para o caso.

O Sr. Mozart Lago — Então por que o nobre colega não apresentou esse trabalho, que de fato está magnífico, como substitutivo ao Projeto ora em discussão?

O Sr. Gomes de Oliveira — Ainda está em tempo.

O SR. ALFREDO NEVES — Senhor Presidente, o substitutivo da Comissão Diretora leve por inspiração os desejos e anseios dos Senhores Senadores, ora externados através de emendas apresentadas ao Projeto de Resolução n.º 6.

O desejo da Comissão Diretora, Senhor Presidente, era, desde logo, apresentar trabalho completo. Mas a precipitação com que veio a plenário a resolução...

O Sr. Joaquim Pires — Não apoiado! Não houve precipitação.

O SR. ALFREDO NEVES — ...impediu-nos de apresentá-lo como era nossa intenção.

O Sr. Dario Cardoso — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. ALFREDO NEVES — Pois não.

O Sr. Dario Cardoso — A esta altura, encontrando-se o Projeto em regime de urgência, o mais acertado seria o Senado examinar as emendas apresentadas e aprovar as não colidentes com o ante-projeto da Comissão Diretora.

O Sr. Vivaldo Lima — Seria um ótimo critério.

O Sr. Joaquim Pires — O projeto ora em discussão foi proposto pelo nobre Senador Mello Vianna, em 1950.

O SR. ALFREDO NEVES — Senhor Presidente, o substitutivo da Comissão Diretora foi publicado e poderá ser examinado pelos Srs. Senadores. A hora está adiantada e, por certo, se eu for examinar cada um dos itens do Substitutivo, não poderei completar minha tarefa nesta tribuna.

Não proponho várias modificações e à proporção que cada uma das partes forem votadas estarei presente para esclarecer aos nobres colegas sua razão de ser.

O Sr. Vitaldo Lima — Esperamos de V. Ex.^a esse grande serviço.

O SR. ALFREDO NEVES — Não será um grande serviço; será nobre, colega, o cumprimento do meu dever. Sabe V. Ex.^a que quando tomo uma incumbência faço o possível para bem desempenhá-la.

O Sr. Vitaldo Lima — No cumprimento desse dever, V. Ex.^a realmente prestará um grande serviço.

O SR. ALFREDO NEVES — Muito obrigado a V. Ex.^a.

Sr. Presidente, já dei o parecer da Comissão Diretora sobre cada uma das emendas apresentadas ao projeto em pauta. O Substituto da referida Comissão concorda seja um pouco longo, podem crer os Srs. Senadores, tem por finalidade tanto quanto possível reajustar os serviços do Senado, dando a determinadas seções a amplitude de trabalho através de técnicos que possam realmente justificar sua criação.

Esclareço ao Senado que todas as modificações com algumas exceções são oriundas do magnífico e completo ante-projeto do Com. Istaonm, que examinou, durante um ano, os trabalhos desta Casa, e procurou adaptá-los às suas necessidades, a fim de que não continuemos na balbúrdia atual com certos setores superlotados enquanto noutros há falta de funcionários.

Aprovada a Resolução n.º 6, a Comissão Diretora a seguir apresentará ao exame dos Srs. Senadores, a complementação necessária. Não é tarefa difícil porque já publicado o ante-projeto da Comissão Especial nele se encontram alinhadas todas as recomendações úteis. Apenas queremos adaptar o que nele se propõe com o que o Senado no seu alto juízo considerar conveniente.

Sr. Presidente, penso ter opinado sobre cada uma das emendas, em nome da Comissão Diretora.

Coube agora ao Senado, na sua alta sabedoria aceitar ou não as nossas opiniões certas de que fizemos o possível para atender convenientemente os serviços auxiliares desta Casa. A colaboração sempre preciosa dos Srs. Senadores deverá agora completar as falhas e omissões que, porventura se encontrem no trabalho da Comissão Diretora.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem).

Durante o discurso do Sr. Alfredo Neves, o Sr. Café Filho, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Francisco Gallotti.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 351, de 1954

Tendo em vista as dificuldades que ao Plenário deverá oferecer o estudo da matéria constante do Projeto de Resolução n.º 6 de 1952, dada a multiplicidade de emendas sobre assuntos idênticos envolvendo soluções diferentes e a existência de numerosas subemendas, requerio que, na forma do disposto no parágrafo 1.º do artigo 155 do Regimento seja essa proposição retirada da Ordem do Dia pelo prazo de 48 horas, a fim de serem publicados os pareceres proferidos pelas Comissões após o encerramento da discussão e o texto das subemendas.

Sala das Sessões 2 de julho de 1954 — Alfredo Neves.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, não percebi V. Ex.^a anunciar o parecer da Comissão de Serviço Público Civil.

Pergunto, pois, a V. Ex.^a se não deverá ser ouvido esse órgão técnico sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE:

O assunto cabe especificamente à Comissão Diretora, nada havendo no Regimento, que obrigue audiência da Comissão de Serviço Público Civil, o que, aliás, poderá ser requerida por algum Sr. Senador.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, estando o projeto em regime de urgência, a Comissão de Serviço Público Civil poderá dar parecer verbal. Não há necessidade de ser encaminhado à referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE:

Faz-se necessário a exigência de um requerimento. Se o Senado o aprovar, o projeto será encaminhado a qualquer das Comissões que os Senhores Senadores desejarem.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, parece que até agora não houve qualquer requerimento para audiência da Comissão de Serviço Público Civil.

E' evidente que o Senado poderá decidir pela audiência de qualquer Comissão que julgue necessário ser ouvida.

Até agora, porém, não houve requerimento. De qualquer maneira a audiência dessa Comissão não poderá ser concedida se não dentro do prazo em que terá de ser processada a urgência.

O Sr. Mozart Lago — Exatamente. Eu ia requerer a audiência da Comissão de Serviço Público, no caso de o Senado aprovar o adiamento pelo prazo de 48 horas.

O SR. IVO D'AQUINO — Sr. Presidente, solicitaria da Mesa mandasse proceder à leitura do artigo do Regimento do Senado em que se baseou o requerimento de diligência.

O SR. PRESIDENTE:

O artigo 155 da Lei Interna estabelece:

"A urgência dispensa interstícios e formalidades regimentais, salvo parecer das Comissões, quorum de votação e termo normal das sessões".

e o seu § 10 estipula:

"O regime de urgência, exercido em se tratando de assuntos de ordem pública ou de calamidade pública, não prejudica a realização de diligência no prazo máximo de 48 horas que o Senado, a requerimento de qualquer de seus membros, considere essencial à elucidação da matéria em debate".

O SR. IVO D'AQUINO — Agradeço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, o esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento do nobre Senador Alfredo Neves, que solicita o prazo de 48 horas para uma diligência, baseado no § 10 do artigo 155.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, requerio verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Joaquim Pires requer verificação da votação.

O SR. JOAQUIM PIRES:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, desisto da verificação requerida.

O SR. PRESIDENTE:

O nobre Senador Joaquim Pires desiste da verificação da votação.

Em virtude da manifestação do Plenário, o Projeto é retirado da Ordem do Dia, por 48 horas.

O SR. MOZART LAGO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, em aparte ao nobre colega, Senador Ivo d'Aquino, declaro que, concedido o prazo de 48 horas para a diligência solicitada, requereria audiência da Comissão de Serviço Público Civil, a fim de, no mesmo prazo, oferecer o seu parecer sobre o Projeto e as Emendas.

Pego, a V. Ex.^a a gentileza de aguardar o requerimento que vou formular. (Muito bem) (Pausa)

Vem à mesa, é lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 352, de 1954

Requeiro seja ouvida a Comissão de Serviço Público Civil sobre o Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, no mesmo prazo de 48 horas, deferido pelo Senado para a diligência arrojada a requerimento do Sr. Alfredo Neves.

Sala das Sessões em 2 de julho de 1954. — Mozart Lago.

O SR. PRESIDENTE:

Diante da resolução do Senado, o Projeto e as Emendas irão à Comissão de Serviço Público Civil, para oecer parecer.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953.

Vão ser lidos os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Forças Armadas.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Pela ordem) — Sr. Presidente, parece-me não haver número na Casa para prosseguimento da sessão.

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa verifica não se acharem presentes no plenário 16 Srs. Senadores, número indispensável para o prosseguimento dos trabalhos.

Antes de encerrar a sessão, devo informar que ao Senado foi apresentada o requerimento solicitando a designação de uma Comissão para receber os parlamentares britânicos que chegaram a esta Capital no próximo domingo, em visita ao Brasil.

Não havendo número para votação, a Mesa designa para representar o Senado na chegada desses parlamentares doação amiga, os Srs. Senadores Dario Cardoso, Plínio Pompeu, Gomes de Oliveira, Djair Brindeiro e Euclides Vieira.

Vou encerrar a sessão, designando para a de segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Resolução n.º 6, de 1952, que dispõe sobre a carreira de Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal (em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 291, de 1954, do Senador Senador Ivo d'Aquino e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 18-6-1954); tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça (proferido oralmente na sessão de 18 de junho de 1954), pela constitucionalidade do projeto; da Comissão Diretora, sob n.º 458, de 1954, pela rejeição; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 21 de junho de 1954), oferecendo auto-

mutivo: e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sobre as emendas.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 337, de 1953, que estende aos subtenentes e sargentos que participaram da campanha da Itália, habilitados com o Curso de Comandante de Pelotão, Seção ou equivalente, os benefícios da Lei n.º 1.782, de 24 de dezembro de 1952, assegura promoção, ao serem aposentados, nos funcionários públicos civis da União e de entidades auxiliares que prestaram serviço militar nas Forças Armadas durante a última guerra, e dá outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 338, de 1954, aprovado na sessão de 22 de junho de 1954; tendo pareceres: I — Sobre o projeto: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 85, de 1954, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 86, de 1954, favorável; da Comissão de Finanças (proferido oralmente na sessão de 18-5-54), contrário; II — Sobre as emendas de Plenário: da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade; da Comissão de Segurança Nacional, contrário; e dependente de pronunciamento da Comissão de Finanças sobre as emendas.

Votação do Requerimento n.º 313, de 1954, do Sr. Mozart Lago e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 13, de 1-3-54, que reajusta a aposentadoria ordinária dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.

Votação em discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 228, de 1950, que autoriza a cobrança, sem multas, da dívida fiscal em atraso e dá outras providências, pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 778, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 407, de 1954, pelo destaque da 1.ª parte do substitutivo, para constituir projeto em separado, e pela rejeição da proposição principal.

Votação do Requerimento n.º 335, de 1954, do Sr. Othon Mader e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1954, que dispõe sobre a fixação de salário mínimo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio; tendo pareceres da Comissão de Educação e Cultura, sob n.º 473, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Finanças, sob n.º 474, de 1954, favorável ao substitutivo.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 57, de 1954, que revoga o art. 4.º da Lei n.º 1.937, de 10 de agosto de 1953 (que reajustou os vencimentos de cabos e soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal), no tocante à supressão de vagas no quadro de músicos da Polícia Militar do Distrito Federal. Pareceres favoráveis: da Comissão de Constituição e Justiça, sob n.º 449, de 1954; da Comissão de Segurança Nacional, sob n.º 456, de 1954.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 484, de 1954, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura e Joaquim Alves de Brito e sua mulher e Délio Teles Cartaxo e sua mulher, para execução das obras necessárias à irrigação de terras de propriedade dos mesmos, situadas na Fazenda Palmel-

zinha, Município de Crato, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 116, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Francisco Ferreira Passos e sua mulher, Maria da Conceição Passos, para fins de irrigação agrícola em sua propriedade denominada "Pauhinha", situada no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 487, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 117, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Divisão de Aguas do Ministério da Agricultura e Santino Rodolfo de Azeite e sua mulher, Petronilla Morais da Conceição, para fins de irrigação de sua propriedade, no Município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 488, de 1954) do Decreto Legislativo n.º 133, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas de Pernambuco de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Cláudio de Sá e Silva, para prestar serviços naquele Ministério como técnico especializado em mecânica.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 348, de 1953, que modifica o artigo 180 do Decreto-lei n.º 2 848, de 7 de dezembro de 1949 (Código Penal).

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 490, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 370, de 1953, que altera a redação do artigo 1.º da Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948, que fixa os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Superior Tribunal Militar e abre ao Poder Judiciário — Justiça Militar — o crédito suplementar de Cr\$ 537.930,00, em reforço de dotações do Anexo n.º 26 do Orçamento Geral da União.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 491, de 1954) das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1954, que modifica a Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 492, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 38, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.200.000,00, em reforço da Verba do Anexo n.º 19 do Orçamento da União.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 493, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 112, de 1954, que auto-

riza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 78.093.264,30, para pagamento da contribuição do Brasil às despesas da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana de Estudo e Aproveitamento do Petróleo.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 339, de 1954, do Senhor Valdemar Padua e outros Senhores Senadores, solicitando inscrição nos Anais do Senado da Conferência proferida em 21-6-54, pelo Senhor Cate Fiano na Escola Superior de Guerra.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 321, de 1954, do Senhor Senador Alfredo Simch, solicitando a inclusão em Ordem do D.A. nos termos do artigo 58, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 365, de 1949, que dispõe sobre seguros de renda imobiliária.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 72, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 48.612,69, para pagamento de salários ao engenheiro Edilson Medeiros da Fonseca; tendo parecer favorável da Comissão de Finanças (proferido na sessão de 22-6-54).

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara n.º 22, de 1954, que concede a inclusão da Faculdade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na categoria de estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Pareceres favoráveis, sob ns. 471 e 472, de 1954, respectivamente, das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 338, de 1954, do Senhor Senador Carvalho Guimarães, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 29, de 1951, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão Diretora em seu Parecer n.º 461 de 1954) do Projeto de Resolução número 1, de 1954, que altera o Regimento Interno do Senado, com a inclusão de mais um parágrafo (5.º) ao art. 44, no sentido de regular a contagem do prazo de que dispõem as Comissões para se pronunciarem sobre as proposições que lhes sejam distribuídas quando atingido pelas férias parlamentares.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 462, de 1954) ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 42, de 1953, que aprova o contrato e o termo aditivo celebrados entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Ericsson do Brasil Comércio e Indústria S. A., para construção da primeira etapa da linha aérea-troncoeste entre a capital do Estado de São Paulo e a cidade de Campinas.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 463, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1953, que revoga os artigos 359 e 362 e seus parágrafos, do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de

1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) referentes à admissão de empregados estrangeiros, com exibição da respectiva carteira de estrangeiro, e ao fornecimento anual, ao Ministério do Trabalho, de listas de empregados, pelas empresas que explorem serviços públicos dados em concessão ou que exerçam atividades industriais e comerciais.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 468, de 1954) do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 438, de 1954, que institui salário adicional para os trabalhadores que prestem serviços em conta permanente com inflamáveis em condições de periculosidade.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 470, de 1954) do Projeto de Lei da Câmara n.º 1933, que autoriza o Poder Executivo a promover o reaparelhamento das Hospedarias de Migrantes, situadas em Manaus, Belém e Fortaleza, e dá outras providências.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 111, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Hercílio de Paiva Furtado e sua mulher, Maria de Lourdes Correia Furtado, para fins de irrigação agrícola na propriedade dos mesmos, situada no lugar denominado Coronel Lucas, Ilha das Batatas, Município de Parnaíba, Estado do Piauí.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 460, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 81, de 1952, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo de contrato celebrado entre a União e Antônio Brandão Cavalcanti e sua mulher Hilda Cordeiro Brandão, regulando o pagamento da aquisição e instalação de uma roda d'água necessária à irrigação de terras às margens do rio São Francisco, no Município de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 481, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 14, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Casa da Moeda e a firma AEG Companhia Sul Americana de Eletricidade, para conserto de um forno marca Brown-Boveri.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 482, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 73, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Governo da União e o Estado do Rio de Janeiro, para delegação das atribuições referentes ao cooperativismo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, daquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 483, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 77, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e João Wanderley da Costa Lima, para de-

sempenhar a função de Assistente Edafologista no Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 341, de 1954, do Senhor Senador Joaquim Pires, solicitando inclusão em Ordem do Dia, nos termos do art. 90, letra a, do Regimento Interno, do Projeto de Lei da Câmara n.º 359, de 1953, que dispõe sobre a execução dos decretos leis ns. 8.794 e 8.795, de 23 de Janeiro de 1946, que concedem vantagens aos militares da F. E. B.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 76, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Oswaldo Friqueto de Albuquerque Mello para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Suécia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 83, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Fernando Nilo de Alvarenga para Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da Tchecoslováquia.

Discussão única do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 95, de 1954, do Senhor Presidente da República, submetendo a aprovação do Senado a escolha do nome do Sr. Décio Hornato de Moura para o cargo de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto a Santa Sé.

Requerimentos de urgência, cuja votação está condicionada ao disposto no § 8.º do art. 155 do Regimento Interno:

Votação do Requerimento n.º 336, de 1954, do Sr. Bernardino Filho e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 4.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 129, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinado à reconstrução da barragem de Pampulha, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Votação do Requerimento n.º 339, do Sr. Senador Atilio Vivacqua e outros Srs. Senadores, pedindo urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 376, de 1953, que dispõe sobre a cooperação financeira da União em favor do ensino de grau médio.

Votação do Requerimento n.º 349, de 1954, do Sr. Luís Tinoco e outros Srs. Senadores, solicitando urgência, nos termos do art. 155, § 3.º, do Regimento Interno para o Projeto de Lei do Senado n.º 23, de 1951, que dispõe sobre o plano de unificação da "Companhia Nacional de Navegação Costeira" e do "Linha Brasileiro" (Patrimônio Nacional).

Encerra-se a Sessão à zero hora e dez minutos.